ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 230 Brasília - DF, quinta-feira, 8 de dezembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Cidadania 142
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 144
Ministério das Comunicações 144
Ministério da Defesa 179
Ministério do Desenvolvimento Regional 180
Ministério da Economia 183
Ministério da Educação 224
Ministério da Infraestrutura 234
Ministério da Justiça e Segurança Pública 236
Ministério do Meio Ambiente 241
Ministério de Minas e Energia 241
Ministério da Saúde 253
Ministério do Trabalho e Previdência 310
Ministério do Turismo 321
Controladoria-Geral da União 329
Conselho Nacional do Ministério Público 330
Tribunal de Contas da União 330
Poder Judiciário 487
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 495

Esta edição é composta de 505 páginas

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR RM SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA. Processo nº 00100.002333/2022-69.

DEFIRO o credenciamento da AR RAYSEG CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS. Processo nº 00100.002318/2022-11.

DEFIRO o credenciamento da AR IDEAL CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo nº 00100.002375/2022-08.

DEFIRO o credenciamento da AR SOLUS CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo nº 00100.002287/2022-06.

DEFIRO o credenciamento da AR GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Processo nº 00100.002282/2022-75.

DEFIRO o credenciamento da AR COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SÃOLUIZENSE. Processo nº 00100.001361/2022-69.

DEFIRO o credenciamento da AR PRIME CERTIFICADORA. Processo nº 00100.002258/2022-36.

DEFIRO o credenciamento da AR DIGIPAPER & BOX. Processo nº 00100.001743/2022-92.

DEFIRO, a pedido, o descredenciamento da AR CERTPRIME BRASIL. Processo nº 00100.002643/2022-83.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 526, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Código Nacional de Corridas - CNC.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, no Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988, e o que consta do Processo nº 21000.010177/2019-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o Código Nacional de Corridas - CNC, na forma desta Portaria.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 2º As corridas de cavalos rasas, com obstáculos e de trote, com ou sem exploração de apostas, serão regidas pelas disposições deste Código.

Parágrafo único. Somente as entidades turfísticas autorizadas a funcionar por ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderão organizar corridas com captação de apostas.

Art. 3º As entidades turfísticas deverão dispor de uma Comissão de Corridas e de um Serviço Veterinário.

Art. 4º É de competência da Comissão de Corridas e do Serviço Veterinário de cada Entidade interpretar este Código e aplicar suas disposições.

Parágrafo único. Ficam obrigados ao atendimento deste Código e aos demais regramentos estabelecidos pelas entidades turfísticas todos os profissionais envolvidos nos cuidados com os animais, na organização e realização das corridas, incluindo associados, proprietários, prestadores de serviço e apostadores em corridas de cavalos.

Art. 5º Para todos os efeitos deste Código considera-se:

I - ano hípico: período compreendido entre 1º de julho a 30 de junho para efeito de idade dos animais;

II - centro de treinamento: área definida e com infraestrutura apropriada para alojamento e treinamento de animais, devidamente vinculada a entidade promotora de corridas e nas quais se aplicam os efeitos deste Código;

III - claiming: prova em que os animais inscritos são enturmados por valores de remate, conforme regulamento próprio;

IV - enturmação: regramento estabelecido pela entidade turfística para agrupamento dos cavalos para efeito de corridas;

V - forfait: retirada de cavalo previamente inscrito em páreo;

VI - handicap: a denominação do páreo no qual, através de uma escala de peso, se procura equilibrar a disputa entre os cavalos que nele participarem; e

VII - stud book: livro de registro de animais de uma raça específica.

CAPÍTULO II

Da Comissão de Corridas

Art. 6º A Comissão de Corridas será constituída de um 1 (um) presidente e de, no mínimo, 2 (dois) comissários.

§ 1º Os procedimentos de seleção, nomeação e substituição do presidente e dos comissários devem estar previstos no estatuto social da entidade.

§ 2º O presidente e comissários não podem participar de julgamentos e deliberações que possam caracterizar conflito de interesse.

Art. 7º As atribuições da Comissão de Corridas contemplam:

I - elaborar regramento de inscrição para páreos;

II - elaborar e propor a programação das reuniões;

III - julgar e punir a conduta dos profissionais do turfe, dos proprietários, dos treinadores e outros profissionais de acordo com o presente código, regulamentos internos e apêndice, quando houver;

IV - estabelecer critérios para conceder, suspender e cancelar a matrícula de proprietários e profissionais do turfe;

V - determinar o fechamento das apostas em cada páreo;

VI - assistir e julgar as corridas;

VII - definir os critérios para mudança de pista para realização dos páreos;

VIII - autorizar o Árbitro de Partida a promover a largada dos páreos;

IX - manter sistema de registro das ocorrências para anotações dos profissionais participantes dos páreos;

X - determinar o exame veterinário dos cavalos inscritos e a coleta de material biológico para fins de controle antidopagem dos cavalos, podendo determinar seu isolamento temporário;

XI - proibir a inscrição de cavalos com comportamentos inadequados, em conjunto com o Serviço Veterinário;

XII - ordenar diligências, instaurar sindicâncias e convocar profissionais e proprietários para depoimentos;

XIII - determinar, a qualquer momento, que os jóqueis, joquetas, jóqueis e joquetas-aprendizes se submetam à exame de alcoolemia ou doping e impedir sua atuação profissional em caso de alteração do estado de saúde;

XIV - vedar o acesso e determinar a retirada dos cavalos do hipódromo, vila hípica ou centro de treinamento;

XV - fixar normas de uso das pistas de corridas e cercas, bem como vistoriar e fiscalizar o estado de conservação das estruturas e instalações;

XVI - prestar apoio ao Serviço Veterinário para realização de exames clínicos prévios e posteriores a corrida, bem como a execução do controle antidopagem;

XVII - definir as condições de realização de páreos de claiming e handicaps;

XVIII - definir as distâncias em que serão corridos os páreos e condições para sua alteração;

XIX - determinar tabela de pesos e regramentos para pesagem, repesagem e exceções;

XX - detalhar os regramentos de enturmação estabelecidos em legislação, caso necessário;

XXI - realizar anotação de desempenho e o uso de medicamentos, se for o caso, no certificado nacional de propriedade e performance;

XXII - tomar todas as medidas necessárias para o bom funcionamento das corridas;

XXIII - observar, sempre e em qualquer ato, os princípios da publicidade, legalidade e ampla defesa, fundamentando qualquer decisão, especialmente as de natureza punitiva; e

XXIV - estabelecer regramento para cursos de jóqueis.

Art. 8º A Comissão de Corridas reunir-se-á, ordinariamente, para apreciação e julgamento das corridas e, em caráter extraordinário, quando for necessário.

§ 1º No mínimo 3 (três) membros da Comissão deverão estar presentes às reuniões mencionadas no caput.

§ 2º As decisões da Comissão de Corridas serão adotadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente ou seu substituto o direito a voto simples.

§ 3º As resoluções e os trabalhos da Comissão de Corridas constarão de ata assinada pelos membros presentes, ficando a entidade turfística obrigada a dar publicidade aos mesmos.

CAPÍTULO III

Do Serviço Veterinário

Art. 9º É responsabilidade do Serviço Veterinário da entidade turfística:

I - a identificação e o exame clínico de rotina pré-corrida e pós-corrida nos cavalos;

II - o acompanhamento e a orientação quanto às práticas de treinamento e manejo dos animais nas dependências sob responsabilidade da entidade turfística;

III - o atendimento a legislação de trânsito de animais e o controle sanitário do plantel alojado nas dependências da entidade turfística;

IV - assessoramento na elaboração e colaborar com a execução do programa de repressão ao doping de animais, em conjunto com a direção da entidade turfística e Comissão de Corridas;

V - a manutenção da relação dos Médicos Veterinários clínicos particulares que atuam nas dependências da entidade turfística, identificando os animais sob seus cuidados;

VI - o acompanhamento as condições dos veículos e das práticas de embarque, transporte e desembarque de animais, visando ao atendimento da legislação vigente;

VII - o acompanhamento das corridas e treinamentos para preservar a saúde e bem-estar dos animais, assim como prestar os primeiros atendimentos, quando necessário;

VIII - assessoramento quanto ao regramento para o manejo e uso de equipamentos nos treinamentos e corridas que possam gerar prejuízos ao bem-estar dos animais;

AVISO

Foram publicadas em 7/12/2022 as edições extras nºs 229-A, 229-B e 229-C do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

IX - a realização ou acompanhamento de eutanásia e exame pós-mortem dos animais nas dependências da entidade, bem como a manutenção de registros auditáveis;

X - assessoramento quanto a elaboração e execução de regramento para impedir a participação de cavalos que demonstrem sangramento pulmonar grau IV e V;

XI - assessoramento na elaboração e execução do regramento para administração de medicamentos nos animais; e

XII - manutenção dos registros de atendimentos, exames de rotina e orientações prestadas aos profissionais do turfe e a entidade turfística.

Art. 10. A entidade turfística deve manter equipe e estrutura de serviço veterinário condizente com as demandas de cada entidade.

CAPÍTULO IV

Dos Proprietários

Art. 11. A entidade turfística deve dispor de procedimento escrito e público para matrícula dos proprietários e seu cancelamento, bem como o registro de fardas.

Art. 12. A matrícula dá direito de inscrição de cavalos de sua propriedade nas corridas, desde que adimplente com a entidade turfística e seus profissionais.

Art. 13. As matrículas dos proprietários poderão ser efetuadas no âmbito de uma única entidade ou em sistema de matrículas que envolva o consórcio de entidades devidamente formalizado.

Art. 14. O arrendatário de cavalo de corrida assume as responsabilidades de proprietário do animal enquanto perdurar o contrato de arrendamento.

CAPÍTULO V

Dos Cavalos

Art. 15. Para participarem das corridas os cavalos deverão ser identificados a partir do registro no Stud book da respectiva raça, nacional ou importado, por meio da apresentação documental contendo o histórico atualizado das performances no país e exterior, com a discriminação dos prêmios obtidos.

CAPÍTULO VI

Da Eutanásia

Art. 16. O Serviço Veterinário da entidade turfística fica obrigado a manter registro de todas as mortes ocorridas e eutanásias realizadas nas dependências de responsabilidade da entidade, incluindo os centros de treinamento.

§ 1º A causa morte dos animais que foram a óbito ou sofreram eutanásia deve ser especificada nos registros, bem como registros fotográficos e exames laboratoriais, quando necessário.

§ 2º A decisão pela eutanásia e seus procedimentos devem respeitar os critérios técnicos e as recomendações dos órgãos disciplinadores competentes nacionais.

CAPÍTULO VII

Dos Profissionais do Turfe

SEÇÃO I

Da Matrícula

Art. 17. São profissionais do turfe aqueles que atenderem as exigências deste Código e obtiverem matrícula nas entidades turfísticas.

Art. 18. As matrículas de profissionais do turfe poderão ser efetuadas no âmbito de uma única entidade ou em sistema de matrículas que envolva o consórcio de entidades devidamente formalizado.

Art. 19. As entidades turfísticas não concederão ou renovarão matrícula de profissionais que estiverem cumprindo penalidades impostas por outras entidades por infração a este Código, regramentos internos ou ao apêndice ao Código Nacional de Corridas, caso existente.

Parágrafo Único. É vedado aos profissionais participarem de corridas enquanto estiverem sob pena de suspensão aplicada pela entidade ou suas congêneres.

Art. 20. A entidade turfística deverá dispor de regramento prevendo:

I - critérios para concessão, suspensão e cancelamento de matrículas;

II - indicadores para renovação de matrículas;

III - prazos para renovação de matrículas, não extrapolando o prazo máximo de 5 (cinco) anos;

IV - atribuições e proibições de acordo com as responsabilidades profissionais; e

V - condições para atuação dos profissionais visando evitar conflitos de interesse.

Art. 21. A entidade turfística deve solicitar dos profissionais os documentos necessários para comprovação do atendimento às leis trabalhistas e previdenciárias.

SEÇÃO II

Dos Treinadores

Art. 22. Para concessão e renovação de matrícula de treinadores de cavalos, a entidade deve:

I - exigir comprovação da conclusão do ensino fundamental;

II - exigir a apresentação de comprovação de experiência mínima de 5 (cinco) anos no manejo e treinamento de cavalos, quando não comprovar a graduação em medicina veterinária ou zootecnia;

III - exigir atestado de antecedentes criminais, impedindo a matrícula de pessoas que cometeram crimes violentos ou quaisquer crimes contra animais; e

IV - exigir comprovação de capacitação teórica para fins de concessão e renovação da matrícula, sobre os temas: alojamento, alimentação e comportamento de equinos, teoria da aprendizagem, fisiologia básica do exercício e bem-estar animal.

Parágrafo único. Os profissionais com menos de 55 (cinquenta e cinco) anos que estão matriculados terão prazo de 5 (cinco) anos para concluir o ensino fundamental, e os profissionais matriculados com 55 (cinquenta e cinco) anos ou mais e que comprovam 20 (vinte) anos de experiência estão isentos de atender ao inciso I.

Art. 23. Ao receber a matrícula de treinador este deverá apresentar à entidade turfística a relação dos cavalos sob os seus cuidados e dos cavalariços a seu serviço.

SEÇÃO III

Dos Segundo-Gerentes

Art. 24. Os segundo-gerentes têm matrícula vinculada à matrícula do treinador.

Parágrafo único. Na ausência do treinador, o segundo-gerente assume as competências de treinador.

Art. 25. Para concessão e renovação de matrícula de segundo-gerente a entidade turfística deve exigir:

I - comprovação de conclusão do ensino fundamental;

II - comprovação de no mínimo 3 (três) anos de experiência no manejo e treinamento de cavalos;

III - comprovação de conclusão da mesma capacitação teórica exigida ao treinador quando da concessão e renovação da matrícula; e

IV - registro de antecedentes comprovando ausência de registro de crime violento ou qualquer crime contra animais.

Parágrafo único. Os profissionais com menos de 55 (cinquenta e cinco) anos que estão matriculados terão prazo de 5 (cinco) anos para concluir o ensino fundamental, e os profissionais matriculados com 55 (cinquenta e cinco) anos ou mais e que comprovam 20 (vinte) anos de experiência estão isentos de atender ao inciso I.

SEÇÃO IV

Dos Cavalariços

Art. 26. Os cavalariços têm matrícula vinculada à matrícula do treinador.

Art. 27. Para concessão e renovação de matrícula de cavalariço a entidade turfística deve exigir:

I - comprovação de alfabetização;

II - comprovação de capacitação teórica em manejo, alimentação e comportamento de equinos; e

III - registro de antecedentes comprovando ausência de registro de crime violento ou qualquer crime contra animais.

SEÇÃO V

Dos Jóqueis e Joquetas

Art. 28. Para concessão e renovação de matrícula de jóquei e joqueta, as entidades turfísticas devem exigir:

I - comprovação de exercício da profissão de jóquei e seu registro de desempenho por entidades congêneres no país ou no exterior;

II - comprovação da conclusão do curso de jóquei-aprendiz;

III - registro de antecedentes comprovando ausência de registro de crime violento ou qualquer crime contra animais; e

IV - comprovação de curso teórico sobre comportamento equino, teoria da aprendizagem e técnicas de equitação.

Art. 29. A determinação do peso mínimo de cada jóquei e joqueta é atribuição da respectiva entidade turfística.

SEÇÃO VI

Dos Jóqueis e Joquetas-Aprendizes

Art. 30. O jóquei e joqueta-aprendiz são aqueles matriculados como tal pela entidade turfística e sujeitos ao mesmo regramento imposto aos jóqueis e joquetas.

Parágrafo único. As entidades turfísticas devem dispor de procedimento escrito sobre as particularidades da atuação do jóquei e joqueta-aprendiz e sobre sua promoção a jóquei e joqueta.

SEÇÃO VII

Dos Redeadores

Art. 31. Para concessão e renovação de matrícula de redeador, a entidade turfística exigirá:

I - comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano no manejo e treinamento de equinos;

II - comprovação, por meio de prova prática, de habilidades mínimas de equitação;

III - registro de antecedentes comprovando ausência de registro de crime violento ou qualquer crime contra animais; e

IV - comprovação de capacitação teórica sobre comportamento equino, fisiologia do exercício, técnicas de equitação e teoria da aprendizagem.

CAPÍTULO VIII

Das Inscrições e Formação dos Programas de Corridas

Art. 32. A Comissão de Corridas elaborará os projetos de inscrição para as provas comuns e da programação clássica e deverá estabelecer uma antecedência mínima para sua divulgação.

§ 1º A Programação Clássica será divulgada até o dia 15 (quinze) de novembro do ano anterior, exceto para Hipódromos C cuja programação poderá ser divulgada com 60 (sessenta) dias de antecedência.

§ 2º A programação dos páreos comuns será divulgada com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 33. A entidade turfística deve dispor por escrito sobre:

I - critérios para retirada de animais e respectivas taxas;

II - critérios para retirada de animais excedentes;

III - critérios para utilização de cerca móvel;

IV - critérios para mudança de pista;

V - critérios, prazos e taxas para inscrições;

VI - critérios para inscrição de animais recentemente comercializados e com alteração de treinador; e

VII - local e horário para realização de exame de verificação de identidade e do estado de saúde dos equinos.

Art. 34. Somente serão admitidas inscrições de cavalos:

I - cujos proprietários, assim entendidos aqueles que constam nos registros do Stud book Brasileiro, estejam matriculados na Comissão de Corridas;

II - que tenham comprovado comportamento adequado para ingresso e largada do partidouro;

III - cujos proprietários e treinadores não estejam em débito com a entidade turfística ou cumprindo penalidades por infração a este código; e

IV - cujos certificados de propriedade, ou documento que o substituir, estejam devidamente preenchidos com o resultado de todas as atuações em hipódromos nacionais ou estrangeiros.

Art. 35. O intervalo entre corridas subsequentes de um mesmo animal será de no mínimo 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. No caso das corridas em cancha reta, o mesmo cavalo pode correr por dois dias consecutivos, devendo cumprir o prazo de 5 (cinco) dias de descanso previamente à próxima competição.

Art. 36. Será desclassificado o cavalo que correr indevidamente em um páreo em consequência de informações inverídicas ou sob falsa identidade, ficando seu proprietário e treinador obrigados a devolverem os prêmios e troféus que tenham ganho, recaindo sobre eles todos os ônus decorrentes da indevida participação.

Art. 37. As entidades turfísticas devem prever regramentos para o forfait.

CAPÍTULO IX

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Das Corridas

Art. 38. As entidades turfísticas devem dispor de regramento escrito sobre a rotina dos dias de corrida e a responsabilidade dos profissionais envolvidos.

§ 1º É obrigatório que a entidade turfística disponha de rotina de exame de saúde dos jóqueis e joquetas e do uso de equipamentos nos cavalos previamente aos páreos.

§ 2º É obrigatório o uso de botas, calça, capacete, óculos e colete de proteção pelos jóqueis e joquetas em todos os páreos e treinamentos.

Art. 39. A Comissão de Corridas por motivo justificado poderá:

I - alterar a ordem ou horário dos páreos de programa de corridas; e

II - cancelar páreos comuns ou programas de corridas.

Art. 40. A Comissão de Corridas e ou o Serviço Veterinário podem retirar qualquer cavalo a qualquer momento de qualquer páreo.

Parágrafo único. Cavalos retirados dos páreos pelo Serviço Veterinário da entidade turfística somente podem ser inscritos em novos páreos após avaliação clínica do próprio Serviço Veterinário.

Art. 41. A Comissão de Corridas e o Serviço Veterinário deverão prever critérios para a proibição, temporária ou definitiva, da inscrição de equinos cujo comportamento seja inadequado na partida ou no percurso.

§ 1º Cavalos devem ingressar no partidor somente com a condução do seu jóquei ou joqueta e segurador.

§ 2º Cavalos que demonstrem comportamentos de conflito evidentes, a exemplo de paralisar, empacar ou empinar, ao entrar no partidor devem ser retirados do páreo.

Art. 42. Cavalos que tenham comportamentos inadequados na partida deverão ser submetidos a avaliação clínica do Serviço Veterinário ou Médico Veterinário particular para descartar a existência de problemas de saúde ou dor, antes de uma nova inscrição.

Art. 43. O chicote somente poderá ser utilizado pelo jóquei para estimular o cavalo a aumentar sua velocidade.

§ 1º Somente podem ser utilizados chicotes acolchoados em 2/3 (dois terços) do seu comprimento e de material absorvedor de impacto.

§ 2º O chicote pode encostar no cavalo no máximo 8 (oito) vezes durante o páreo.

§ 3º O chicote somente pode ser utilizado quando o animal possui chances de premiação, é capaz de responder ao estímulo e é dado tempo para o animal responder ao estímulo.

§ 4º O monitoramento do uso dos chicotes a serem utilizados nas corridas deve ser feita pela Comissão de Corridas e Serviço Veterinário.

Art. 44. É facultada a participação de animais desferrados nas corridas, desde que estejam habituados ao treinamento sem ferraduras.

§ 1º Fica proibido submeter os animais a treinamento com ferraduras e removê-las antes da corrida.

§ 2º O treinador fica obrigado a comunicar à Comissão de Corridas, por ocasião da inscrição, o tipo de ferradura a ser usada pelo cavalo, caso a utilize.

§ 3º O Serviço Veterinário pode inspecionar os animais a qualquer momento para verificar as condições dos cascos, casqueamento e ferrageamento.

Art. 45. Fica proibida a participação de cavalos de testículos amarrados.

Art. 46. Fica proibido o uso de dispositivos eletrificados e esporas de qualquer espécie nos cavalos para fins de treinamento ou durante as corridas.

Art. 47. É vedado ao jóquei e joqueta diminuir bruscamente a velocidade do cavalo após cruzar o disco de chegada.

Art. 48. As entidades turfísticas devem elaborar regramento para julgamento dos páreos que seja único e nacional, em conjunto com demais entidades detentoras de Carta Patente.

CAPÍTULO X

Da Repressão ao Doping

Art. 49. Fica proibido ministrar medicamentos e empregar substâncias ou qualquer agente físico que possam alterar, efetiva ou potencialmente, o desempenho do cavalo por ocasião da corrida.

Art. 50. Será tolerado o uso das substâncias furosemida e fenilbutazona nos hipódromos e canchas retas, com prazos para o seu banimento de acordo com a idade dos animais e classificação das entidades.

§ 1º O prazo para banimento dos medicamentos tolerados não se aplica aos páreos de provas clássicas e de grupo.

§ 2º Nos hipódromos A, os prazos para banimento do uso de fenilbutazona e furosemida seguirão as seguintes regras:

I - fica proibido o uso de fenilbutazona em potros menores de 3,5 (três e meio) anos a partir da vigência deste Código;

II - fica proibido o uso de fenilbuzatona em potros menores de 4,5 (quatro e meio) anos a partir de 1 (um) ano da vigência deste Código;

III - fica proibido o uso de fenilbutazona em cavalos menores de 5,5 (cinco e meio) anos a partir de 2 (dois) anos da vigência deste Código;

IV - fica proibido o uso de furosemida em potros menores de 3,5 (três e meio) anos a partir de 2 (dois) anos da vigência deste Código;

V - fica proibido o uso de furosemida em potros menores de 4,5 (quatro e meio) anos a partir de 3 (três) anos da vigência deste Código; e

VI - fica proibido o uso de furosemida em cavalos menores de 5,5 (cinco e meio) anos a partir de 4 (quatro) anos de vigência deste Código.

§ 3º Nos hipódromos B, os prazos para banimento do uso de fenilbutazona e furosemida seguirão as seguintes regras:

I - fica proibido o uso de fenilbutazona em potros menores de 3,5 (três e meio) anos a partir de 1 (um) ano da vigência deste código;

II - fica proibido o uso de fenilbuzatona em potros menores de 4,5 (quatro e meio) anos a partir de 3 (três) anos da vigência deste código;

III - fica proibido o uso de fenilbutazona em cavalos menores de 5,5 (cinco e meio) anos a partir de 4 (quatro) anos da vigência deste código;

IV - fica proibido o uso de furosemida em potros menores de 3,5 (três e meio) anos a partir de 3 (três) anos da vigência deste código;

V - fica proibido o uso de furosemida em potros menores de 4,5 (quatro e meio) anos a partir de 4 (quatro) anos da vigência deste código; e

VI - fica proibido o uso de furosemida em cavalos menores de 5,5 (cinco e meio) anos a partir de 5 (cinco) anos de vigência deste código;

§ 4º Nos hipódromos C, os prazos para banimento do uso de fenilbutazona e furosemida seguirão as seguintes regras:

I - fica proibido o uso de fenilbutazona em potros menores de 3,5 (três e meio) anos a partir de 2 (dois) anos da vigência deste código;

II - fica proibido o uso de fenilbuzatona em potros menores de 4,5 (quatro e meio) anos a partir de 3 (três) anos da vigência deste código;

III - fica proibido o uso de fenilbutazona em cavalos menores de 5,5 (cinco e meio) anos a partir de 4 (quatro) anos da vigência deste código;

IV - fica proibido o uso de furosemida em potros menores de 3,5 (três e meio) anos a partir de 3 (três) anos da vigência deste código;

V - fica proibido o uso de furosemida em potros menores de 4,5 (quatro e meio) anos a partir de 4 (quarto) anos da vigência deste código; e

VI - fica proibido o uso de furosemida em cavalos menores de 5,5 (cinco e meio) anos a partir de 5 (cinco) anos de vigência deste código.

Art. 51. Cada cavalo deve dispor de um livro ata, com folhas numeradas, onde sejam registrados todos os tratamentos prescritos por Médicos Veterinários com identificação do profissional e data da prescrição.

§ 1º Durante o prazo de banimento, cavalos que façam uso de fenilbutazona e furoseminda devem ter a prescrição do Médico Veterinário clínico responsável pelo animal, mediante atestado comprovando sua necessidade, e a aplicação da droga supervisionada pelo Serviço Veterinário da entidade turfística.

§ 2º Flagrantes ou evidências de aplicação de medicamentos sem prescrição de Médico Veterinário e em cavalos inscritos em páreos, resultarão nas penalidades previstas no art. 54, § 3º.

Art. 52. As entidades turfísticas devem dispor de plano de coleta de material biológico para repressão ao doping, sendo que devem coletar, minimamente:

I - uma amostra em todos os páreos nos hipódromos A;

II - uma amostra em 60% dos páreos nos hipódromos B; e

III - uma amostra em 10% dos páreos nos hipódromos C.

§ 1º Todos as provas da programação clássica de cada hipódromo devem ter amostras coletadas para teste antidopagem dos cavalos vencedores, além de uma amostra sorteada para teste antidopagem entre os demais cavalos do páreo.

§ 2º No caso de hipódromos C de cancha reta, todas as finais de competição deverão ter ao menos uma amostra coletada para teste antidopagem.

Art. 53. A presença de substância proibida ou acima do limite tolerado, verificada através de análise química da amostra de material biológico colhido após a prova, implica em infração a este Código, independentemente da data de aplicação da substância em questão.

Art. 54. Para efeito de penalidades, as substâncias dividem-se em 4 (quatro) grupos, a saber:

I - Grupo I - substâncias que agem no sistema nervoso, cardiovascular, com exceção dos vasodilatadores, respiratório, reprodutor e endócrino, bem como secreções endócrinas, substâncias sintéticas relacionadas, carreadores de oxigênio e agentes que direta ou indiretamente afetam ou manipulam a expressão gênica;

II - Grupo II - substâncias que agem no sistema renal, sanguíneo, músculo esquelético, analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios;

III - Grupo III - substâncias que agem nos sistemas digestivo, imunológico (com exceção de vacinas autorizadas), anti-infecciosos (com exceção daqueles com ação exclusivamente antiparasitária), substâncias citotóxicas; e

IV - Grupo IV - vasodilatadores e veículos de medicamentos e agentes destituídos de qualquer atividade farmacológica.

§ 1º Os infratores do art. 53 serão punidos como segue:

I - os infratores do Grupo I, com suspensão mínima de 180 (cento e oitenta) dias à eliminação e multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) do valor do páreo de 3 (três) anos, corrido no mês da infração;

II - os infratores do Grupo II, com suspensão mínima de 90 (noventa) dias e multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) do valor do páreo de 3 (três) anos, corrido no mês da infração;

III - os infratores do Grupo III, com suspensão mínima de 60 (sessenta) dias e multa pecuniária de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do páreo de 3 (três) anos, corrido no mês da infração; e

IV - os infratores do Grupo IV, com suspensão mínima de 30 (trinta) dias e multa pecuniária de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do páreo de 3 (três) anos, corrido no mês da infração.

§ 2º Nas provas clássicas graduadas (Provas de Grupo) a base de cálculo para a aplicação das multas previstas no §1º será de 200% (duzentos por cento) do prêmio destinado ao ganhador do páreo de 3 (três) anos.

§ 3º Nas infrações dos Grupos I, II e III, os cavalos serão reclassificados para a última colocação, sem direito a qualquer prêmio, e, na forma prevista em regramento interno, suspenso por no mínimo 60 (sessenta) dias quando infracionado em páreos comuns e 90 (noventa) dias quando infracionado em provas clássicas e de grupo.

§ 4º Quando a substância proibida possuir mais de uma ação farmacológica, para efeito de enquadramento nos grupos relacionados neste artigo, valerá a atividade farmacológica que incorra na maior penalização.

§ 5º Considera-se doping positivo a presença de quaisquer substâncias resultantes do processo de biotransformação de substâncias proibidas.

§ 6º Quando for constatado doping positivo de um animal, os demais animais em mesmo páreo do mesmo proprietário, coproprietário ou pertencentes a parentes em primeiro grau também serão desclassificados.

Art. 55. Independentemente do grupo de enquadramento para fins de penalidade quando da infração do art. 53, o tempo de suspensão será acrescido em 100% (cem por cento) a cada reincidência, quando dentro do período de 5 (cinco) anos.

Art. 56. Incorrerão em falta grave, sem prejuízo das penas previstas nas leis em vigor, todas as pessoas que como autores, mandantes, instigadores, coniventes, cúmplices e ocultadores, ainda que tácitos, estejam comprometidas na execução das práticas mencionadas no art. 53.

Art. 57. O profissional que totalizar 1 (um) ano com a penalidade de suspensão do exercício profissional por infração do art. 53, durante um período de 5 (cinco) anos, terá sua matrícula automaticamente cassada.

Art. 58. O Serviço Veterinário poderá proceder, a qualquer momento, o exame clínico dos animais e coleta de material para exames de controle antidopagem dos cavalos inscritos.

Art. 59. Ocorrendo morte súbita do animal nas 72 (setenta e duas) horas antes ou nas 72 (setenta e duas) horas depois do dia da corrida, será colhido material biológico para exame sob supervisão do Serviço Veterinário da entidade.

Art. 60. Os cavalos selecionados para a coleta de amostra biológica para análise de controle antidopagem deverão permanecer no recinto de coleta o tempo necessário para fornecer quantidade suficiente de material, e somente depois de liberados pelo Médico Veterinário responsável pelo Serviço, poderão regressar às suas cocheiras.

Parágrafo único. Será equiparado à infração do art. 53 e sujeito às penalidades do art. 54 Grupo I a não apresentação imediata do cavalo no recinto do órgão de repressão à dopagem, assim como a sua retirada antes de devidamente autorizada pelo Médico Veterinário responsável pela coleta.

Art. 61. Para garantia dos interessados e inviolabilidade do material enviado para análise, a entidade turfística estabelecerá procedimentos escritos regrando o acompanhamento de coletas e contraprovas, entre outros necessários para a transparência e idoneidade do controle antidopagem da entidade.

Art. 62. Se o Serviço Veterinário quando da repressão à dopagem verificar, no material colhido, a existência de substância proibida ou anormal, notificará a Comissão de Corridas para que esta adote as providências necessárias.

§ 1º A Comissão de Corridas notificará mediante protocolo e reservadamente o treinador, o Médico Veterinário clínico particular e o proprietário ou seu representante devidamente credenciado, da constatação de anormalidade na amostra analisada, levando em consideração o laudo do laboratório de controle antidopagem.

§ 2º Ao identificar Médico Veterinário ou Zootecnista responsável por animal positivo em exame antidopagem, a comissão de corrida deve notificar o Conselho Regional de Medicina Veterinária do seu respectivo estado.

CAPÍTULO XI

Dos Prêmios

Art. 63. A premiação atenderá o estabelecido no Decreto n. 96.993, de 17 de outubro de 1988, ou norma que venha a substituí-lo.

CAPÍTULO XII

Das Reclamações e Recursos

Art. 64. A entidade turfística deve determinar os procedimentos para recebimento das queixas e reclamações, descrevendo prazos e forma de manifestação.

Art. 65. A entidade turfística deverá dispor de procedimentos, condições e prazos para apresentação de recursos às decisões da Comissão de Corridas.

CAPÍTULO XIII

Das Penalidades

Art. 66. A entidade turfística estabelecerá, em seu regramento interno, as punições aos profissionais do turfe e aos proprietários quando cometerem infração a este Código.

Art. 67. As penalidades serão aplicadas aos responsáveis diretos pelas infrações e a seus mandantes, cúmplices ou coniventes ainda que tácitos.

Art. 68. As penalidades serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações e sua recorrência, sendo:

I - advertência, somente para infrações leves e infratores primários;

II - multa;

III - suspensão por prazo determinado;

IV - cancelamento da matrícula na entidade; e

V - desclassificação, suspensão e desqualificação aplicáveis aos animais sob responsabilidade do infrator.

Art. 69. A entidade turfística que infringir este Código:

I - poderá sofrer suspensão de suas atividades por tempo determinado;

II - poderá ser declarada com ausência de viabilidade técnica, condição essencial para manutenção da Carta Patente; e

III - estará sujeita as penalidades previstas na Lei nº 7.291, de 1984 ou outra que a substituir.

Art. 70. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá requerer a revisão dos procedimentos internos das entidades, a qualquer tempo, se entender que estes não contemplam informações necessárias as boas práticas e bom andamento das corridas.

CAPÍTULO XIV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 71. Fica revogada a Instrução Normativa nº 1, de 7 de março de 2012.

Art. 72. Este Código entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

MARCOS MONTES

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.367, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Suspende a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ISAMAR III, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira RJ-0000355-8, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 do Anexo I ao Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; a Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e o que consta do Processo nº 21044.000922/2020-32, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação ISAMAR III, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RJ-0000355-8 e na Autoridade Marítima sob o nº 381-023.678-1 código da frota: 3.03.001, Item 3.6 da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, 10 de junho de 2011, no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento: Arrasto (fundo) - duplo ou simples Tagones, espécie-alvo: Camarão rosa (Farfantepenaeus brasiliensis, Farfantepenaeus subtilis, Farfantepenaeus paulensis), Camarão Santana (Pleoticus muelleri), Camarão barba ruça (Artemesia longinaris) e fauna acompanhante, na área de atuação: Mar territorial S/SE; e ZEE S/SE. (Autorização Complementar - fora da área do camarão rosa - acima de 100M), tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 7º por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; inciso II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca, o descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.368, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Suspende a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SKIPER II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira RJ-0000380-4, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 do Anexo I ao Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; a Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e o que consta do Processo nº 21044.000894/2020-53, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação SKIPER II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RJ-0000380-4 e na Autoridade Marítima sob o nº 381-051536-1 código da frota: 1.05.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento: Linha/vara - com isca viva, espécie alvo: Bonito listrado (Katsuwonus pelamis) e fauna acompanhante, na área de atuação: Mar territorial Sul/Sudeste e Zona Econômica Exclusiva Sul/Sudeste, tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 7º por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; inciso II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca, o descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

JAIRO GUND

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 707, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelecer os requisitos fitossanitários para a importação de grãos de milho (Zea mays) da África do Sul.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SUBSTITUTO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 25 e 71, do anexo I, do Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, o que consta nos autos do processo nº 21000.075756/2021-15, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos fitossanitários para a importação de grãos (Categoria 3) de milho (Zea mays) produzidos na África do Sul.

Art. 2º O envio deve estar acompanhado de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da África do Sul, com a seguinte Declaração Adicional:

I - "O envio foi inspecionado e se encontra livre de Latheticus oryzae, Mussidia nigrivenella, Sitophilus granarius, Stegobium paniceum, Trogoderma inclusum e Trogoderma variabile."

Art. 3º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização, o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 4º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da África do Sul será notificada, podendo a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Brasil suspender as importações de grãos de milho até a revisão da Análise de Risco de Pragas correspondente.

Art. 5º O envio não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2023.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA SPA/MAPA Nº 59, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, combinado com as disposições constantes das Resoluções nº 4.973, de 16 de dezembro de 2021; e nº 5.022, de 29 junho de 2022, do Conselho Monetário Nacional (CMN), resolve:

Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os produtos que têm direito e o percentual dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de dezembro de 2022 a 09 de janeiro de 2023, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. Somente os produtos e Estados que apresentam o bônus de desconto, de que trata o caput, estão listados no Anexo.

Art. 2º Os preços de mercado e os bônus de desconto previstos no Anexo desta Portaria referem-se ao mês de novembro de 2022, têm validade para o período de 10 de dezembro de 2022 a 09 de janeiro de 2023, em atendimento ao estabelecido nas Resoluções nº 4.973, de 16 de dezembro de 2021; e nº 5.022, de 29 junho de 2022, do CMN.

Art. 3º Fica revogada a PORTARIA SPA/MAPA nº 55, de 07 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 09 de novembro de 2022, edição 212, seção 1, página 09.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 10 de dezembro de 2022.

JOSÉ ANGELO MAZZILLO JÚNIOR

ANEXO

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)

Bônus de DEZEMBRO de 2022

Com base nos preços de NOVEMBRO de 2022

Produto	UF	Unidade	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid)	Bônus de Garantia de Preço (%)
ABACAXI	SE	kg	0,77	0,74	3,90
BANANA	PB	20 kg	23,18	22,67	2,20
BANANA	PE	20 kg	23,18	15,00	35,29
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	BA	kg	4,46	3,90	12,56
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	MA	kg	4,46	2,40	46,19
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	ES	kg	4,46	4,13	7,40
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	SP	kg	4,46	3,75	15,92
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	PR	kg	4,46	3,00	32,74
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	MT	kg	4,46	3,80	14,80
CACAU CULTIVADO (AMÊNDOA)	AM	kg	12,99	9,38	27,79
CACAU CULTIVADO (AMÊNDOA)	PA	kg	12,99	11,61	10,62
CACAU CULTIVADO (AMÊNDOA)	RO	kg	12,99	11,18	13,93
CACAU CULTIVADO (AMÊNDOA)	BA	kg	12,99	12,73	2,00
CACAU CULTIVADO (AMÊNDOA)	ES	kg	12,99	11,95	8,01
CASTANHA DE CAJU	CE	kg	4,79	4,36	8,98
CASTANHA DE CAJU	PB	kg	4,79	4,76	0,63
CASTANHA DE CAJU	PE	kg	4,79	4,52	5,64
CASTANHA DE CAJU	PI	kg	4,79	3,06	36,12
FEIJÃO CAUPI	AP	60 kg	231,60	135,00	41,71
FEIJÃO CAUPI	TO	60 kg	231,60	112,63	51,37
FEIJÃO CAUPI	MA	60 kg	231,60	193,64	16,39
FEIJÃO CAUPI	MT	60 kg	231,60	176,32	23,87
LARANJA	PA	40,8 kg	24,23	21,31	12,05
LARANJA	BA	40,8 kg	24,23	21,54	11,10
LARANJA	RS	40,8 kg	24,23	19,99	17,50
MAMONA (BAGA)	CE	60 kg	176,86	136,95	22,57
MANGA	BA	kg	1,24	0,95	23,39
MANGA	RJ	kg	1,24	0,34	72,58
MANGA	SP	kg	1,24	1,10	11,29

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

PORTARIA SPA/MAPA Nº 377, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no Distrito Federal, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no Distrito Federal, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 601 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no Distrito Federal, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (111 dias ≤ n ≤ 130 dias); e Grupo III (n > 130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA ≥ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA ≥ 0,45 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo de sequeiro, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto o Distrito Federal para o cultivo do trigo por apresentar, em no mínimo 20% de sua área, condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

Para trigo de sequeiro no Cerrado do Brasil Central como fonte adicional:

https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133483/tecnologia-de-producao-de-trigo-sequeiro-no-cerrado-do-brasil-central

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no Distrito Federal os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Distrito Federal, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sonic, TBIO Sintonia, TBIO Audaz, TBIO Duque, FPS Regente, TBIO Astro, TBIO Convicto, TBIO Sagaz, BAR 10, BAR 20, TBIO Energia II e TBIO Energia 30;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena) e BRS 404;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Noble, TBIO Energia I, TBIO Aton, TBIO Sossego, Roos90 e TBIO Blanc.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
		7	7			7 a 8		

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
				7		7		

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
								7

PORTARIA SPA/MAPA Nº 378, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Goiás, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Goiás, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 602 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Goiás, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II ($111 \text{ dias} \leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA $\geq$ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA $\geq$ 0,45 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo de sequeiro, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

Para trigo de sequeiro no Cerrado do Brasil Central usar como fonte adicional:

https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133483/tecnologia-de-producao-de-trigo-sequeiro-no-cerrado-do-brasil-central

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.
- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sonic, TBIO Sintonia, TBIO Audaz, TBIO Duque, FPS Regente, TBIO Astro, TBIO Convicto, BAR 10, BAR 20, TBIO Energia II e TBIO Energia 30;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 404 e BR 18 (Terena);

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Iguaçu, TBIO Mestre, TBIO Noble, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Energia I, TBIO Aton, TBIO Sagaz, Roos90 e TBIO Blanc.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás				7		8	7 a 8		9
Abadiânia			7	7		8	7 a 8		9
Acreúna					7		7	8	9
Adelândia					7		7	8	
Água Fria De Goiás						7		7	8
Água Limpa					7		7	8	9
Águas Lindas De Goiás				7			7 a 8		
Alexânia			7	7		8	7 a 8		9
Aloândia					7		7	8	9
Alto Paraíso De Goiás					7		7	8	
Alvorada Do Norte								7	
Americano Do Brasil					7		7	8	
Amorinópolis						7	7		8

Anápolis			7	7		8	7 a 8		9
Anhanguera					7		7	8	9
Anicuns					7		7	8	
Aparecida De Goiânia			7	7		8	7 a 8		9
Aparecida Do Rio Doce			7	7		8	7 a 8	9	10
Aporé		7		7 a 8	9		7 a 9	10	11
Araçu					7		7	8	
Aragoiânia				7			7 a 8		9
Aurilândia						7	7		8
Avelinópolis					7		7	8	
Baliza						7	7		8
Barro Alto							7		8
Bela Vista De Goiás			7	7		8	7 a 8		9
Bom Jesus De Goiás					7		7	8	9
Bonfinópolis			7	7		8	7 a 8		9
Brazabrantes				7		8	7 a 8		9
Buriti Alegre					7		7	8	9
Buriti De Goiás						7	7		8
Buritinópolis								7	
Cabeceiras					7		7		8
Cachoeira De Goiás						7	7		8
Cachoeira Dourada					7		7	8	9
Caiapônia					7		7 a 8		9
Caldas Novas					7		7	8	9
Caldazinha			7	7		8	7 a 8		9
Campestre De Goiás					7		7	8	9
Campinaçu						7	7		
Campinorte						7	7		
Campo Alegre De Goiás						7	7	8	9
Campo Limpo De Goiás			7	7		8	7 a 8		9
Campos Belos						7	7		
Carmo Do Rio Verde					7		7	8	
Castelândia					7		7	8	9
Catalão					7		7	8	9
Caturaí				7			7	8	
Cavalcante						7	7		
Ceres					7		7		8
Cezarina					7		7	8	
Chapadão Do Céu		7		7 a 8	9		7 a 9	10	11
Cidade Ocidental			7	7			7 a 8		
Cocalzinho De Goiás				7			7 a 8		
Colinas Do Sul						7	7		
Córrego Do Ouro						7		7	8
Corumbá De Goiás			7	7		8	7 a 8		9
Corumbaíba					7		7	8	9
Cristalina					7		7	8	
Cristianópolis				7			7 a 8		9
Cromínia					7		7 a 8		9
Cumari					7		7	8	9
Damianópolis								7	
Damolândia				7		8	7 a 8		9
Davinópolis					7		7	8	9
Divinópolis De Goiás						7	7		
Doverlândia					7		7	8	9
Edealina					7		7	8	
Edéia					7		7	8	9
Firminópolis					7		7	8	
Flores De Goiás						7		7	8
Formosa					7		7		8
Gameleira De Goiás			7	7		8	7 a 8		9
Goianápolis			7	7		8	7 a 8		9
Goiandira					7		7	8	9
Goianésia					7		7	8	
Goiânia			7	7		8	7 a 8		9
Goianira				7		8	7 a 8		9
Goiás					7		7	8	
Goiatuba					7		7	8	9
Guapó					7		7 a 8		9
Guaraíta					7		7	8	
Guarani De Goiás								7	
Guarinos						7	7		
Heitoraí					7		7	8	
Hidrolândia				7		8	7 a 8		9
Hidrolina						7	7		
Iaciara								7	
Indiara					7		7	8	
Inhumas				7			7	8	9
Ipameri					7		7	8	9
Ipiranga De Goiás					7		7		8
Iporá						7		7	8
Itaberaí					7		7	8	
Itaguari				7			7	8	
Itaguaru				7			7	8	
Itapaci					7		7		
Itapuranga					7		7	8	
Itauçu				7			7	8	
Itumbiara					7		7	8	9
Ivolândia						7	7		8
Jandaia					7		7	8	
Jaraguá				7			7 a 8		
Jataí			7	7	8	9	7 a 9		10
Jesúpolis				7			7 a 8		
Joviânia					7		7	8	9
Leopoldo De Bulhões			7	7		8	7 a 8		9
Luziânia			7	7		8	7 a 8		9
Mairipotaba					7		7 a 8		9
Mambaí								7	
Marzagão					7		7	8	9
Maurilândia					7		7	8	9
Mimoso De Goiás						7	7		8
Minaçu						7	7		8
Mineiros		7		7 a 8		9	7 a 9		10
Moiporá						7		7	8
Monte Alegre De Goiás						7	7		8
Montividiu					7		7 a 8		9
Morrinhos					7		7	8	9
Morro Agudo De Goiás					7		7		
Mossâmedes					7		7	8	
Nazário					7		7	8	
Nerópolis			7	7		8	7 a 8		9
Niquelândia						7		7	8
Nova América					7		7		8
Nova Aurora					7		7	8	9
Nova Glória					7		7		8
Nova Roma								7	
Nova Veneza			7	7		8	7 a 8		9
Novo Gama			7	7		8	7 a 8		9
Orizona					7	8	7 a 8		9
Ouro Verde De Goiás			7	7		8	7 a 8		9
Ouvidor					7		7	8	9
Padre Bernardo					7		7	8	
Palestina De Goiás					7		7		8
Palmeiras De Goiás					7		7	8	
Palmelo					7		7 a 8		9
Palminópolis					7		7	8	
Panamá					7		7	8	9
Paraúna					7		7	8	
Perolândia			7	7	8		7 a 8	9	10
Petrolina De Goiás			7	7		8	7 a 8		9
Pilar De Goiás						7	7		
Piracanjuba				7			7 a 8		9
Pirenópolis			7	7		8	7 a 8		
Pires Do Rio					7		7 a 8		9
Planaltina					7		7	8	
Pontalina					7		7 a 8		9
Porteirão					7		7	8	9
Portelândia			7	7	8		7 a 8	9	10
Posse								7	
Professor Jamil				7			7 a 8		9
Rialma					7		7		8
Rianápolis					7		7	8	
Rio Quente					7		7	8	9
Rio Verde			7		7	8	7 a 8		9
Rubiataba					7		7		
Sanclerlândia					7		7		8
Santa Bárbara De Goiás					7		7	8	
Santa Cruz De Goiás					7		7 a 8		9
Santa Helena De Goiás					7		7	8	9
Santa Isabel					7		7		8
Santa Rita Do Araguaia		7		7	8		7 a 9		10
Santa Rita Do Novo Destino							7		8
Santa Rosa De Goiás				7			7 a 8		
Santo Antônio Da Barra					7		7		8 a 9
Santo Antônio De Goiás			7	7		8	7 a 8		9
Santo Antônio Do Descoberto			7	7		8	7 a 8		9
São Domingos						7	7		
São Francisco De Goiás			7	7			7 a 8		
São João Da Paraúna					7		7	8	
São João D'Aliança						7	7	8	
São Luís De Montes Belos					7		7		8
São Luíz Do Norte						7	7		8
São Miguel Do Passa Quatro				7		8	7 a 8		9
São Patrício					7		7		8
Senador Canedo			7	7		8	7 a 8		9
Serranópolis		7		7 a 8	9		7 a 9	10	
Silvânia			7	7		8	7 a 8		9
Simolândia								7	
Sítio D'Abadia								7	
Taquaral De Goiás				7			7	8	
Teresina De Goiás						7	7		
Terezópolis De Goiás			7	7		8	7 a 8		9
Três Ranchos					7		7	8	9
Trindade				7			7	8	9
Turvânia					7		7	8	
Turvelândia					7		7		8 a 9
Uruaçu						7		7	
Uruana					7		7	8	
Urutaí					7		7	8	9
Valparaíso De Goiás			7	7		8	7 a 8		
Varjão					7		7 a 8		9
Vianópolis			7	7		8	7 a 8		9
Vicentinópolis					7		7	8	
Vila Boa						7		7	8
Vila Propício					7		7	8	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás					7		7		8
Abadiânia					7		7		8
Acreúna								7	8
Adelândia								7	
Água Fria De Goiás									7
Água Limpa								7	8
Águas Lindas De Goiás					7		7		
Alexânia					7		7		8

Aloândia						7		7	8
Alto Paraíso De Goiás								7	
Alvorada Do Norte									7
Americano Do Brasil								7	
Amorinópolis									7
Anápolis					7		7		8
Anhanguera						7		7	8
Anicuns						7		7	
Aparecida De Goiânia					7		7		8
Aparecida Do Rio Doce					7		7 a 8		9
Aporé			7	7	8		7 a 8	9	10
Araçu						7		7	
Aragoiânia					7		7		8
Aurilândia									7
Avelinópolis						7		7	
Baliza									7
Barro Alto									7
Bela Vista De Goiás					7		7		8
Bom Jesus De Goiás								7	8
Bonfinópolis					7		7		8
Brazabrantes					7		7		8
Buriti Alegre								7	8
Buriti De Goiás									7
Cabeceiras									7
Cachoeira De Goiás									7
Cachoeira Dourada								7	8
Caiapônia						7	7		8
Caldas Novas						7		7	8
Caldazinha					7		7		8
Campestre De Goiás						7		7	8
Campinaçu									7
Campo Alegre De Goiás								7	8
Campo Limpo De Goiás					7		7		8
Campos Belos									7
Carmo Do Rio Verde								7	
Castelândia								7	8
Catalão								7	8
Caturaí						7	7		8
Cavalcante									7
Ceres								7	
Cezarina						7		7	8
Chapadão Do Céu			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Cidade Ocidental						7	7		
Cocalzinho De Goiás					7		7		
Colinas Do Sul									7
Córrego Do Ouro									7
Corumbá De Goiás					7		7		8
Corumbaíba								7	8
Cristalina						7		7	
Cristianópolis						7	7		8
Cromínia						7	7		8
Cumari						7		7	8
Damolândia					7		7		8
Davinópolis								7	8
Doverlândia						7		7	8
Edealina						7		7	8
Edéia								7	8
Firminópolis								7	
Flores De Goiás									7
Formosa								7	
Gameleira De Goiás					7		7		8
Goianápolis					7		7		8
Goiandira								7	8
Goianésia								7	
Goiânia					7		7		8
Goianira					7		7		8
Goiás								7	
Goiatuba								7	8
Guapó					7		7		8
Guaraíta								7	
Heitoraí								7	
Hidrolândia					7		7		8
Iaciara									7
Indiara								7	
Inhumas						7	7		8
Ipameri								7	8
Ipiranga De Goiás								7	
Iporá									7
Itaberaí						7		7	
Itaguari						7	7		
Itaguaru						7	7		
Itapaci								7	
Itapuranga								7	
Itauçu						7	7		
Itumbiara								7	8
Ivolândia									7
Jandaia								7	
Jaraguá						7	7		
Jataí					7	8	7 a 8		9
Jesúpolis						7	7		
Joviânia								7	8
Leopoldo De Bulhões					7		7		8
Luziânia						7	7		8
Mairipotaba						7	7		8
Marzagão								7	8
Maurilândia								7	8
Mimoso De Goiás									7
Minaçu									7
Mineiros			7	7	8		7 a 8		9
Moiporá									7
Monte Alegre De Goiás									7
Montividiu						7	7		8
Morrinhos						7		7	8
Morro Agudo De Goiás								7	
Mossâmedes								7	
Nazário						7		7	
Nerópolis								7	8
Niquelândia									7
Nova América									
Nova Aurora									8
Nova Glória									7
Nova Roma									7
Nova Veneza									8
Novo Gama									8
Orizona									8
Ouro Verde De Goiás									8
Ouvidor									8
Padre Bernardo									
Palestina De Goiás									
Palmeiras De Goiás									
Palmelo									8
Palminópolis									
Panamá									8
Paraúna									
Perolândia								8	9
Petrolina De Goiás									8
Piracanjuba									8
Pirenópolis									8
Pires Do Rio									8
Planaltina									
Pontalina									8
Porteirão									8
Portelândia								8	9
Professor Jamil									8
Rialma									
Rianápolis									
Rio Quente									8
Rio Verde								8	
Rubiataba									
Sanclerlândia									
Santa Bárbara De Goiás									8
Santa Cruz De Goiás									8
Santa Helena De Goiás									8
Santa Isabel									
Santa Rita Do Araguaia									9
Santa Rita Do Novo Destino									7
Santa Rosa De Goiás									
Santo Antônio Da Barra									8
Santo Antônio De Goiás									8
Santo Antônio Do Descoberto									8
São Francisco De Goiás									
São João Da Paraúna									
São João D'Aliança									
São Luís De Montes Belos									7
São Luíz Do Norte									7
São Miguel Do Passa Quatro									8
São Patrício									
Senador Canedo									8
Serranópolis									
Silvânia									8
Taquaral De Goiás									
Teresina De Goiás									7
Terezópolis De Goiás									8
Três Ranchos									8
Trindade									8
Turvânia									
Turvelândia									8
Uruana									
Urutaí									8
Valparaíso De Goiás									8
Varjão									8
Vianópolis									8
Vicentinópolis									8
Vila Boa									7
Vila Propício									

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás								7	
Abadiânia								7	
Acreúna									7
Água Limpa									7
Águas Lindas De Goiás									7
Alexânia								7	
Aloândia									7
Anápolis								7	
Anhanguera									7
Anicuns									7
Aparecida De Goiânia								7	
Aparecida Do Rio Doce						7	7		8
Aporé					7	8	7	8	9
Araçu									7
Aragoiânia									7
Avelinópolis									7
Bela Vista De Goiás								7	
Bom Jesus De Goiás									7
Bonfinópolis								7	
Brazabrantes								7	
Buriti Alegre									7
Cachoeira Dourada									7
Caiapônia									7
Caldas Novas									7
Caldazinha								7	
Campestre De Goiás									7
Campo Alegre De Goiás									7
Campo Limpo De Goiás								7	

Castelândia									7
Catalão									7
Caturaí									7
Cezarina									7
Chapadão Do Céu					7	8	7	8	9
Cidade Ocidental									7
Cocalzinho De Goiás									7
Corumbá De Goiás								7	
Corumbaíba									7
Cristalina									7
Cristianópolis								7	
Cromínia									7
Cumari									7
Damolândia								7	
Davinópolis									7
Doverlândia									7
Edealina									7
Edéia									7
Gameleira De Goiás								7	
Goianápolis								7	
Goiandira									7
Goiânia								7	
Goianira								7	
Goiatuba									7
Guapó									7
Hidrolândia								7	
Indiara									7
Inhumas									7
Ipameri									7
Itaberaí									7
Itauçu									7
Itumbiara									7
Jandaia									7
Jaraguá									7
Jataí						7	7		8
Jesúpolis									7
Joviânia									7
Leopoldo De Bulhões								7	
Luziânia								7	
Mairipotaba									7
Marzagão									7
Maurilândia									7
Mineiros					7		7	8	
Montividiu									7
Morrinhos									7
Nazário									7
Nerópolis								7	
Nova Aurora									7
Nova Veneza								7	
Novo Gama								7	
Orizona								7	
Ouro Verde De Goiás								7	
Ouvidor									7
Palmeiras De Goiás									7
Palmelo									7
Panamá									7
Paraúna									7
Perolândia						7	7		8
Petrolina De Goiás								7	
Piracanjuba								7	
Pirenópolis								7	
Pires Do Rio									7
Pontalina									7
Porteirão									7
Portelândia						7	7		8
Professor Jamil									7
Rio Quente									7
Rio Verde								7	
Santa Bárbara De Goiás									7
Santa Cruz De Goiás									7
Santa Helena De Goiás									7
Santa Rita Do Araguaia						7	7		8
Santa Rosa De Goiás									7
Santo Antônio Da Barra									7
Santo Antônio De Goiás								7	
Santo Antônio Do Descoberto								7	
São Francisco De Goiás								7	
São Miguel Do Passa Quatro								7	
Senador Canedo								7	
Serranópolis					7		7	8	
Silvânia								7	
Taquaral De Goiás									7
Terezópolis De Goiás								7	
Três Ranchos									7
Trindade									7
Turvelândia									7
Urutaí									7
Valparaíso De Goiás									7
Varjão									7
Vianópolis								7	
Vicentinópolis									7

PORTARIA SPA/MAPA Nº 379, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Mato Grosso, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Mato Grosso, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 603 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Mato Grosso, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II (111 dias $\leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA $\geq$ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA $\geq$ 0,45 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo de sequeiro, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha

de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

Para trigo de sequeiro no Cerrado do Brasil Central usar como fonte adicional:

https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133483/tecnologia-de-producao-de-trigo-sequeiro-no-cerrado-do-brasil-central

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sagaz, BAR 10, BAR 20, TBIO Sonic, TBIO Energia II, TBIO Energia 30, TBIO Aton e TBIO Duque;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena) e BRS 404;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Convicto, Roos90, TBIO Blanc, TBIO Noble, TBIO Sossego e TBIO Energia I.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alto Araguaia		7		7 a 8		9	7 a 9		10
Alto Garças			7	7		8	7 a 8	9	
Alto Taquari		7		7 a 8	9		7 a 9		10
Araguainha					7	8	7	8	9
Barra Do Garças								7	
Campo Novo Do Parecis		7		7	8		7 a 8	9	
Campo Verde		7		7	8		7 a 8		9
Campos De Júlio	7		8	7 a 8	9		7 a 9		10
Chapada Dos Guimarães		7		7	8		7 a 8	9	
Comodoro	7	8		7 a 8	9		7 a 9		10
Conquista D'Oeste		7	8	7 a 8		9	7 a 8	9	
Diamantino		7		7	8		7 a 8	9	
Dom Aquino			7	7		8	7 a 8		9
General Carneiro						7	7		8
Guiratinga					7		7	8	9
Itiquira		7		7	8		7 a 8	9	
Jaciara		7		7	8		7 a 8		9
Juscimeira			7	7		8	7 a 8		9
Lucas Do Rio Verde				7		8	7	8	9
Nobres			7	7	8		7 a 8		9
Nova Brasilândia			7	7		8	7 a 8		9
Nova Mutum			7	7		8	7 a 8		9
Novo São Joaquim						7	7		8
Paranatinga			7	7			7 a 8		
Pedra Preta			7	7		8	7 a 8		9
Planalto Da Serra			7	7		8	7 a 8		9
Pontal Do Araguaia						7		7	8
Ponte Branca					7		7	8	
Poxoréo				7		8	7	8	9
Primavera Do Leste			7	7		8	7 a 8		9
Reserva Do Cabaçal		7		7	8	9	7 a 8	9	
Ribeirãozinho					7		7		8
Rondonópolis				7		8	7	8	9
Salto Do Céu			7	7	8		7 a 8	9	
Santa Rita Do Trivelato			7	7		8	7 a 8		9
Santo Antônio Do Leste					7		7	8	
Santo Antônio Do Leverger			7	7	8		7 a 8		9
São José Do Povo					7	8	7	8	9
São José Do Rio Claro			7	7		8	7 a 8		9
São Pedro Da Cipa			7	7		8	7 a 8		9
Sapezal	7			7 a 8		9	7 a 9		
Sorriso			7	7		8	7 a 8		9
Tangará Da Serra		7		7	8	9	7 a 8	9	
Tesouro						7	7	8	
Torixoréu					7		7		8
Vale De São Domingos		7		7	8	9	7 a 8	9	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alto Araguaia			7	7		8	7 a 8		9
Alto Garças					7		7	8	
Alto Taquari			7	7	8		7 a 8		9
Araguainha						7		7	8
Campo Novo Do Parecis				7		8	7	8	
Campo Verde			7	7			7 a 8		
Campos De Júlio		7		7	8		7 a 8		9
Chapada Dos Guimarães			7	7			7	8	
Comodoro		7		7 a 8			7 a 8	9	
Conquista D'Oeste			7	7		8	7	8	9
Diamantino					7		7	8	
Dom Aquino					7		7		8
General Carneiro									7
Guiratinga						7		7	8
Itiquira				7			7 a 8		
Jaciara					7		7		8
Juscimeira						7	7		8
Lucas Do Rio Verde						7	7		8
Nobres					7		7	8	
Nova Brasilândia						7	7	8	
Nova Mutum					7		7		8
Novo São Joaquim									7
Paranatinga					7		7		
Pedra Preta					7		7		8
Planalto Da Serra						7	7		8
Pontal Do Araguaia									7
Ponte Branca						7		7	8
Poxoréo						7		7	8
Primavera Do Leste						7	7		8
Reserva Do Cabaçal			7	7		8	7	8	
Ribeirãozinho								7	
Rondonópolis						7	7		8
Salto Do Céu					7	8	7	8	
Santa Rita Do Trivelato					7		7		8
Santo Antônio Do Leste						7		7	
Santo Antônio Do Leverger					7		7		8
São José Do Povo						7		7	8
São José Do Rio Claro					7		7		8
São Pedro Da Cipa						7	7		8
Sapezal			7	7	8		7 a 8		9
Sorriso						7	7		8
Tangará Da Serra			7	7		8	7	8	9
Tesouro								7	
Torixoréu								7	
Vale De São Domingos			7	7		8	7	8	9

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alto Araguaia					7		7		8
Alto Garças								7	
Alto Taquari					7		7	8	
Araguainha									7
Campo Novo Do Parecis						7	7		8
Campo Verde						7	7		
Campos De Júlio				7			7	8	
Chapada Dos Guimarães						7	7		
Comodoro			7	7		8	7	8	
Conquista D'Oeste					7		7		8
Diamantino						7	7		
Dom Aquino								7	

Guiratinga									7
Itiquira						7	7		
Jaciara						7	7		
Juscimeira								7	
Lucas Do Rio Verde									7
Nobres						7		7	
Nova Brasilândia						7		7	
Nova Mutum								7	
Paranatinga									7
Pedra Preta								7	
Planalto Da Serra								7	
Ponte Branca									7
Poxoréo									7
Primavera Do Leste									7
Reserva Do Cabaçal					7		7		8
Rondonópolis									7
Salto Do Céu						7		7	8
Santa Rita Do Trivelato								7	
Santo Antônio Do Leverger						7		7	
São José Do Povo									7
São José Do Rio Claro								7	
São Pedro Da Cipa								7	
Sapezal					7		7		8
Sorriso									7
Tangará Da Serra					7		7		8
Tesouro									7
Vale De São Domingos					7		7		8

PORTARIA SPA/MAPA Nº 380, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 604 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 3 e 4: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (111 dias ≤ n ≤ 130 dias); e Grupo III (n > 130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA ≥ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA ≥ 0,45 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

Para trigo de sequeiro no Cerrado do Brasil Central usar como fonte adicional:

https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133483/tecnologia-de-producao-de-trigo-sequeiro-no-cerrado-do-brasil-central

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 3

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, INOVA, TBIO Tibagi, BAR 10, Roos90, TBIO Sagaz e FPS Xerife;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena), BRS GRAÚNA e BRS Pardela;

IDR - PARANÁ: IPR 85 e IPR Catuara TM;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: BAR 20 e TBIO Blanc;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Sabiá, BRS Sanhaço, BRS Atobá, BRS Guamirim, BRS Tangará, BRS 327 e BRS Gralha Azul;

IDR - PARANÁ: IPR 144, IPR Panaty e IPR Potyporã;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 2101 e ORS SOBERANO;

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sagaz, BAR 10, BAR 20, TBIO Sonic, TBIO Energia II, TBIO Energia 30, TBIO Aton e TBIO Duque;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena) e BRS 404;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102;

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Convicto, Roos90, TBIO Blanc, TBIO Noble, TBIO Sossego e TBIO Energia I.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Alcinópolis		7		7 a 8	9		7 a 9	10	11
Amambai	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14 a 15		10 a 15		16
Anaurilândia		9 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15	9 a 15		
Angélica	10	11	12	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14	15
Antônio João	10	11	12	10 a 12		13 a 14	10 a 13	14	15
Aral Moreira	10 a 11	12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Bandeirantes			9 a 10	9	10	11	9 a 10	11	12
Bataguassu		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15
Batayporã	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14 a 15		9 a 15		
Bonito		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Brasilândia			9 a 10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Caarapó	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15	
Camapuã			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Campo Grande		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Cassilândia		7		7 a 8	9	10	7 a 9	10	11
Chapadão Do Sul		7		7 a 8	9	10	7 a 9	10	11
Corguinho			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Coronel Sapucaia	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14 a 15		10 a 14	15	16
Costa Rica		7		7 a 8	9	10	7 a 9	10	11
Coxim					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Deodápolis	10	11	12	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14 a 15	
Dois Irmãos Do Buriti		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 12		13
Douradina	10		11 a 12	10 a 11	12	13	10 a 13	14	15
Dourados	10	11	12	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14	15
Eldorado	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Fátima Do Sul	10	11	12	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14 a 15	
Figueirão			7	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Glória De Dourados	10	11	12	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15	
Guia Lopes Da Laguna	9 a 10	11	12	9 a 12		13	9 a 13	14	15
Iguatemi	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Itaporã	10	11	12	10 a 11	12	13	10 a 13	14	15
Itaquiraí	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Ivinhema	10	11	12	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Japorã	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Jaraguari		9	10	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Jardim	9 a 10	11	12	9 a 12	13		9 a 13	14	15
Jateí	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16
Juti	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Laguna Carapã	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15	
Maracaju		10	11	10 a 11	12	13	10 a 12	13	14
Mundo Novo	10 a 12	13 a 15		10 a 15		16	10 a 16		
Naviraí	10 a 11	12	13 a 14	10 a 14	15		10 a 15		16
Nioaque		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Nova Alvorada Do Sul		9 a 11		9 a 11	12	13	9 a 13	14	15
Nova Andradina	10	9 + 11	12	9 a 12	13	14 a 15	9 a 14	15	
Novo Horizonte Do Sul	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Paraíso Das Águas					9	10	9	10	11
Paranhos	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Pedro Gomes			7	7	8	9	7 a 9		10
Ponta Porã	10	11	12	10 a 12	13	14	10 a 14	15	
Ribas Do Rio Pardo		9 a 10		9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Rio Brilhante	10	9 + 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14 a 15	
Rio Negro			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Rio Verde De Mato Grosso					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Rochedo		9	10	9	10 a 11		9 a 10	11 a 12	
Santa Rita Do Pardo		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
São Gabriel Do Oeste			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Selvíria					9	10	9 a 10	11	12
Sete Quedas	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Sidrolândia		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Sonora		7		7 a 8			7 a 9		10
Tacuru	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Taquarussu	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15		9 a 15		
Terenos		9 a 10		9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Três Lagoas			9 a 10		9 a 10	11	9 a 11	12	
Vicentina	10	11	12	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara					9	10	9	10	11
Alcinópolis			7	7	8		7 a 8	9	10
Amambai	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14		15
Anaurilândia	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14 a 15	
Angélica		10	11	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14
Antônio João		10	11	10 a 11	12	13	10 a 12	13 a 14	
Aral Moreira	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Bandeirantes			9		9	10	9	10	11
Bataguassu		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Batayporã	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15	9 a 14	15	
Bonito		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Brasilândia			9		9 a 10	11	9 a 11		12
Caarapó	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Camapuã					9	10	9	10	11
Campo Grande		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Cassilândia			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Chapadão Do Sul			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Corguinho			9		9 a 10		9	10	11
Coronel Sapucaia	10 a 11	12	13	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15	
Costa Rica			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Coxim					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Deodápolis		10	11	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14	
Dois Irmãos Do Buriti		9	10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Douradina		10	11	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14
Dourados		10	11	10 a 11	12	13	10 a 12	13	14
Eldorado	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Fátima Do Sul		10	11	10 a 11	12	13	10 a 13	14	
Figueirão					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Glória De Dourados		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Guia Lopes Da Laguna	9	10	11	9 a 11	12		9 a 12	13	14
Iguatemi	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Itaporã		10	11	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14
Itaquiraí	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Ivinhema		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Japorã	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Jaraguari			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Jardim	9	10	11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Jateí	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15
Juti	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Laguna Carapã	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Maracaju		10	11	10	11	12	10 a 11	12	13 a 14
Mundo Novo	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15		10 a 15		16
Naviraí	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14	15	
Nioaque		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Nova Alvorada Do Sul		9 a 10	11	9 a 11		12	9 a 12	13	14
Nova Andradina	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14	15
Novo Horizonte Do Sul	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Paraíso Das Águas						9		9	10
Paranhos	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Pedro Gomes					7	8	7 a 8		9
Ponta Porã		10	11	10 a 11	12	13	10 a 13	14	
Ribas Do Rio Pardo			9 a 10	9	10	11	9 a 11		12
Rio Brilhante	9	10	11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Rio Negro					9	10		9 a 10	11
Rio Verde De Mato Grosso						7 a 9		7 a 9	10
Rochedo			9		9 a 10		9	10 a 11	
Santa Rita Do Pardo			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
São Gabriel Do Oeste					9	10		9 a 10	11
Selvíria						9 a 10		9 a 10	
Sete Quedas	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Sidrolândia		9 a 10		9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Sonora				7		8	7 a 8		9
Tacuru	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Taquarussu	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13 a 14	15	9 a 15		
Terenos		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12
Três Lagoas					9	10	9	10	11
Vicentina		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara						9		9	10
Alcinópolis					7	8	7	8	9
Amambai	10	11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Anaurilândia	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Angélica			10	10	11	12	10 a 11	12 a 13	
Antônio João		10		10	11	12	10 a 11	12 a 13	
Aral Moreira	10		11 a 12	10 a 11	12	13	10 a 12	13	14
Bandeirantes						9		9	10
Bataguassu		9	10	9 a 10		11	9 a 11	12	13
Batayporã	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Bonito		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12
Brasilândia			9		9	10	9 a 10		11
Caarapó		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Camapuã						9		9	10
Campo Grande		9		9	10	11	9 a 10	11	12
Cassilândia					7	8	7	8	9
Chapadão Do Sul					7	8	7	8	9
Corguinho					9	10		9	10
Coronel Sapucaia	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Costa Rica				7		8	7	8	9
Coxim					7	8		7 a 8	9

Deodápolis			10	10	11	12	10 a 11	12 a 13	
Dois Irmãos Do Buriti			9	9	10	11	9	10 a 11	
Douradina			10	10	11	12	10 a 11	12	13
Dourados			10	10	11	12	10 a 11	12 a 13	
Eldorado	10 a 11	12	13	10 a 13	14		10 a 14	15	16
Fátima Do Sul		10	11	10	11	12	10 a 12	13	
Figueirão					7	8	7	8	9
Glória De Dourados		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Guia Lopes Da Laguna		9 a 10		9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Iguatemi	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Itaporã			10	10	11	12	10 a 11	12	13
Itaquiraí	10	11	12 a 13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Ivinhema		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Japorã	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14		15 a 16
Jaraguari			9		9	10	9	10	11
Jardim		9 a 10		9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Jateí		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Juti		10	11 a 12	10 a 11	12	13	10 a 13		14
Laguna Carapã		10	11	10 a 11	12	13	10 a 12	13	14
Maracaju			10		10	11	10 a 11	12	13
Mundo Novo	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Naviraí	10	11	12	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15
Nioaque		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12
Nova Alvorada Do Sul		9	10	9 a 10	11		9 a 11	12	13
Nova Andradina	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Novo Horizonte Do Sul		10	11	10	11 a 12	13	10 a 13		14
Paraíso Das Águas						9			9
Paranhos	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Pedro Gomes					7		7		8
Ponta Porã		10	11	10	11	12 a 13	10 a 12	13	
Ribas Do Rio Pardo			9		9 a 10		9	10 a 11	
Rio Brilhante		9	10 a 11	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Rio Negro						9		9	10
Rio Verde De Mato Grosso						7 a 8		7 a 8	9
Rochedo					9	10		9 a 10	11
Santa Rita Do Pardo			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
São Gabriel Do Oeste						9		9	10
Selvíria						9		9	
Sete Quedas	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14		10 a 14		15 a 16
Sidrolândia		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12
Sonora						7	7		8
Tacuru	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Taquarussu	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14		9 a 14		15
Terenos			9		9	10	9	10	11
Três Lagoas					9			9	10
Vicentina		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	

PORTARIA SPA/MAPA Nº 381, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado da Bahia, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado da Bahia, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 605 de 15 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado da Bahia, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II (111 dias $\leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA $\geq 0,6$ na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA $\geq 0,45$ na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo de sequeiro, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

Para trigo de sequeiro no Cerrado do Brasil Central usar como fonte adicional:

https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133483/tecnologia-de-producao-de-trigo-sequeiro-no-cerrado-do-brasil-central

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sintonia, TBIO Duque, TBIO Astro, TBIO Convicto, BAR 10, BAR 20, TBIO Sonic, TBIO Energia II, TBIO Energia 30 e TBIO Audaz;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 404;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Aton, TBIO Sagaz, Roos90, TBIO Blanc, TBIO Noble, TBIO Sossego e TBIO Energia I.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaíra						7			7
Amargosa	10 a 12	7 a 9		8 a 12	7		8 a 12	7	
Andaraí						7		7	8
Antônio Gonçalves									12
Barra Do Choça						7 a 8			7 a 11
Barreiras						7		7	
Boa Nova			7 a 12		7 a 12		8 a 12	7	
Boa Vista Do Tupim									7 a 12
Bom Jesus Da Serra									7 a 12
Boninal						7			7
Brejões	11 a 12	9 a 10	7 a 8	10 a 12	7 a 9		9 a 12	7 a 8	
Caém			12		12	10 a 11		8 a 12	7
Cocos									7
Correntina								7	
Cravolândia	10 a 12	7 a 9		7 a 12			7 a 12		
Encruzilhada						7			7 a 9
Formosa Do Rio Preto						7		7	
Ibicoara						7			7
Ibiquera									7 a 11
Irajuba		10 a 12	7 a 9	10 a 12	9	7 a 8	10 a 12	7 a 9	
Iramaia									7
Itaeté						7			7
Itagi		7 a 12		7 a 12			7 a 12		
Itaquara	10 a 12	7 a 9		8 a 12	7		7 a 12		
Itiruçu			7 a 12		10 a 12	7 a 9	10 a 12	7 a 9	
Jaborandi									7
Jacobina			12		12	10 a 11		11 a 12	7 a 10
Jaguaquara	10 a 12	7 a 9		7 a 12			7 a 12		
Jequié		9 a 12	7 a 8	9 a 12	7 a 8		8 a 12	7	
Jiquiriçá	9 a 12	7 a 8		7 a 12			7 a 12		
Jussiape									7
Lafaiete Coutinho						7 a 12		7 a 12	
Lajedinho									7 + 11
Lajedo Do Tabocal						7 a 12		9 a 12	7 a 8
Lençóis						7			7 a 8
Luís Eduardo Magalhães						7	7		
Manoel Vitorino						7 a 12		9 a 12	7 a 8
Maracás									7 a 11
Miguel Calmon			12			11 a 12		12	10 a 11
Milagres	11 a 12	10	7 a 9	10 a 12	8 a 9	7	9 a 12	7 a 8	
Mirangaba									7 + 12
Mirante									8
Morro Do Chapéu									11 a 12
Mucugê						7		7	8
Mundo Novo						7 + 11 a 12		8 + 12	7 + 9 a 11
Nova Itarana		10 a 12	9	10 a 12	9	7 a 8	10 a 12	9	7 a 8
Nova Redenção						7			7 a 8
Novo Horizonte									7
Palmeiras						7			7
Piatã						7			7
Pindobaçu						12			7 + 11 a 12
Piritiba						7 + 11 a 12		8 + 12	7 + 9 a 11
Planaltino			9 a 10		10 a 11	7 a 9 + 12	10 a 11	9 + 12	7 a 8
Planalto						7 a 12		7 a 12	
Poções						7 a 12		7 a 12	
Riachão Das Neves									7
Ribeirão Do Largo						7 a 9		7 a 9	10 a 11
Rio De Contas									7
Ruy Barbosa						7 + 12		8	7 + 9 a 12
Santa Inês	11 a 12	9 a 10	7 a 8	8 a 12	7		8 a 12	7	
São Desidério						7		7	
Saúde						12		8 + 12	7 + 9 a 11
Seabra									7
Tapiramutá						7 + 12		8	7 + 9 a 12
Ubaíra	9 a 12	7 a 8		7 a 12			7 a 12		
Utinga									7 + 11 a 12
Várzea Nova									12
Vitória Da Conquista									7
Wagner									7

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Amargosa	10 a 12	7 a 9		8 a 12	7		8 a 12	7	
Andaraí									7
Antônio Gonçalves									12
Barra Do Choça									7 a 9
Boa Nova			7 a 12		7 a 12		9 a 12	7 a 8	
Boa Vista Do Tupim									8 a 11
Bom Jesus Da Serra									7 a 10
Brejões	11 a 12	9 a 10	7 a 8	9 a 12	7 a 8		9 a 12	7 a 8	
Caém		12	11		12	10 a 11		11 a 12	9 a 10
Cravolândia	10 a 12	7 a 9		7 a 12			7 a 12		
Encruzilhada									7 a 8
Ibiquera									7
Irajuba		9 a 11	7 a 8 + 12	10 a 11	9 + 12	7 a 8	9 a 12	7 a 8	
Itagi	12	7 a 11		7 a 12			7 a 12		
Itaquara	10 a 12	7 a 9		8 a 12	7		7 a 12		
Itiruçu			9 a 12		9 a 12	7 a 8	10 a 11	7 a 9 + 12	
Jacobina			11 a 12		12	10 a 11		11 a 12	9 a 10
Jaguaquara	10 a 12	7 a 9		7 a 12			7 a 12		
Jequié	12	10 a 11	7 a 9	9 a 12	7 a 8		8 a 12	7	
Jiquiriçá	9 a 12	7 a 8		7 a 12			7 a 12		
Lafaiete Coutinho						7 a 12		9 a 11	7 a 8 + 12
Lajedinho									7
Lajedo Do Tabocal						7 a 11		9 a 10	7 a 8 + 11 a 12
Luís Eduardo Magalhães									7
Manoel Vitorino						7 a 8			7 a 12
Maracás									7 a 8
Miguel Calmon			12			11 a 12		12	10 a 11
Milagres	11 a 12	10	7 a 9	9 a 12	8	7	9 a 12	7 a 8	
Mirangaba									12
Morro Do Chapéu									12
Mucugê									7
Mundo Novo			12			11 a 12			7 + 10 a 12
Nova Itarana		10 a 12	8 a 9	10 a 12	9	7 a 8	9 a 12	8	7
Nova Redenção									7
Pindobaçu						12			11 a 12
Piritiba			12			11 a 12			10 a 12
Planaltino						8 a 12		9 a 12	7 a 8
Planalto						7 a 9		7 a 8	9 a 12
Poções						7 a 12		7 a 12	
Ribeirão Do Largo						7 a 8			7 a 9
Ruy Barbosa									7 a 12
Santa Inês	10 a 12	7 a 9		9 a 12	7 a 8		7 a 12		
Saúde			12			11 a 12		12	10 a 11
Tapiramutá						12			10 a 12
Ubaíra	10 a 12	7 a 9		7 a 12			7 a 12		
Várzea Nova									12

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Amargosa	10 a 12	7 a 9		8 a 12	7		8 a 12	7	
Barra Do Choça									7 a 8
Boa Nova			7 a 12		7 a 12		8 a 12	7	
Boa Vista Do Tupim									10
Bom Jesus Da Serra									7 a 8
Brejões	11	9 a 10 + 12	7 a 8	8 a 12	7		8 a 12	7	
Caém			10 a 12		11	10 + 12		10 a 12	7 a 9
Cravolândia	10 a 12	7 a 9		7 a 12			7 a 12		
Irajuba		9 a 11	7 a 8 + 12	9 a 11	8 + 12	7	9 a 11	7 a 8 + 12	
Itagi	11 a 12	7 a 10		7 a 12			7 a 12		
Itaquara	10 a 12	7 a 9		7 a 12			7 a 12		
Itiruçu			8 a 11		8 a 11	7 + 12		7 a 12	
Jacobina			11 a 12			10 a 12		11	9 a 10 + 12
Jaguaquara	9 a 12	7 a 8		7 a 12			7 a 12		
Jequié	12	7 a 11		8 a 12	7		7 a 12		
Jiquiriçá	9 a 12	7 a 8		7 a 12			7 a 12		
Lafaiete Coutinho						7 a 11		8 a 10	7 + 11 a 12
Lajedo Do Tabocal						8 a 10		8	7 + 9 a 11
Manoel Vitorino						7 a 8			7 a 11
Maracás									7
Miguel Calmon			11			11 a 12			10 a 12
Milagres	11 a 12	10	7 a 9	9 a 12	8	7	8 a 12	7	
Mundo Novo						11			7 a 12
Nova Itarana		10 a 11	8 a 9 + 12	9 a 11	8 + 12	7	9 a 11	8 + 12	7
Pindobaçu									11 a 12
Piritiba						11 a 12			10 a 12
Planaltino						7 a 11		8 a 11	7 + 12
Planalto						7 a 8			7 a 12
Poções						7 a 12		7 a 12	
Ribeirão Do Largo						7			7 a 8
Ruy Barbosa									10 a 11
Santa Inês	10 a 12	7 a 9		8 a 12	7		7 a 12		
Saúde						11 a 12			10 a 12
Tapiramutá									11 a 12
Ubaíra	9 a 12	7 a 8		7 a 12			7 a 12		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 382, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Minas Gerais, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Minas Gerais, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 606 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Minas Gerais, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II (111 dias $\leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA $\geq$ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA $\geq$ 0,45 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo de sequeiro, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

Para trigo de sequeiro no Cerrado do Brasil Central usar como fonte adicional:

https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133483/tecnologia-de-producao-de-trigo-sequeiro-no-cerrado-do-brasil-central

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sonic, TBIO Sintonia, TBIO Audaz, TBIO Duque, FPS Regente, TBIO Astro, TBIO Sagaz, BAR 10, BAR 20, TBIO Energia II, TBIO Energia 30 e TBIO Convicto;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 404 e BR 18 (Terena);

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Iguaçu, TBIO Mestre, TBIO Noble, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Energia I, TBIO Aton, Roos90 e TBIO Blanc;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 264.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados					7		7	8	9
Abaeté						7	7		8 a 9
Água Comprida					7	8 a 9	7	8 a 10	
Aguanil					7	8 a 10	7 a 9	10	11
Aiuruoca	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Alagoa	7 a 8	9	10	7 a 10	11 a 12		7 a 12		
Albertina		7	8 a 10	7 a 9	10 a 11		7 a 12		
Alfenas			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Alfredo Vasconcelos			7	7	8	9 a 10	7 a 10	11	12
Alpinópolis			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Alterosa			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Alto Caparaó		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12

Alto Jequitibá		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10		11
Alto Rio Doce				7		8 a 9	7 a 9	10	11
Alvinópolis			7	7		8 a 9	7 a 8	9	10
Alvorada De Minas			7		7	8	7 a 8	9	
Andradas		7	8 a 10	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Andrelândia		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Angelândia						7		7 a 8	
Antônio Carlos			7	7 a 8	9	10	7 a 11	12	
Antônio Dias					7	8	7 a 8	9	10
Antônio Prado De Minas		7		7 a 8		9	7 a 9	10	11
Araçaí								7	8 a 9
Aracitaba			7	7	8	9 a 10	7 a 10	11	12
Araguari					7	8	7 a 8	9	
Arantina	7	8 a 9	10	7 a 10	11 a 12		7 a 12		
Araponga			7	7	8	9	7 a 9	10	
Araporã					7		7	8	9
Arapuá				7		8	7 a 8	9	10
Araújos						7	7 a 8	9	10
Araxá			7	7 a 8	9	10	7 a 10		11
Arceburgo		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Arcos					7	8 a 9	7 a 9	10	
Areado			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Aricanduva						7		7 a 8	
Arinos									7
Augusto De Lima								7	8
Baependi	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Baldim					7	8	7 a 8	9	10
Bambuí			7	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Bandeira Do Sul		7	8 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Barão De Cocais			7	7	8	9	7 a 8	9 a 10	11
Barbacena			7	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Barroso			7	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Bela Vista De Minas					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Belmiro Braga		7 a 8	9 a 10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Belo Horizonte			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Belo Vale			7	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Betim				7	8	9	7 a 9	10	11
Bias Fortes		7	8 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Biquinhas						7	7		8
Boa Esperança					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	
Bocaina De Minas	7 a 8	9	10	7 a 11	12		7 a 12		
Bocaiúva									7
Bom Despacho						7	7	8 a 9	10
Bom Jardim De Minas	7 a 8	9	10	7 a 10	11 a 12		7 a 12		
Bom Jesus Da Penha			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Bom Jesus Do Amparo				7		8 a 9	7 a 8	9	10 a 11
Bom Repouso		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Bom Sucesso					7	8 a 9	7 a 9	10	11
Bonfim			7	7	8	9	7 a 9	10	11 a 12
Borda Da Mata		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Botelhos		7	8 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Brás Pires					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Braúnas					7	8	7 a 8	9	10
Brazópolis		7	8 a 10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Brumadinho			7	7 a 8		9	7 a 9	10	11 a 12
Bueno Brandão		7 a 9	10	7 a 11		12	7 a 12		
Buenópolis								7	8
Buritis						7		7	
Cabeceira Grande					7		7		8
Cabo Verde		7	8 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11		12
Cachoeira Da Prata						7	7		8 a 9
Cachoeira De Minas		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Cachoeira Dourada					7		7	8	9
Caetanópolis								7	8
Caeté			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Caiana	7		8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Cajuri					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Caldas		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 11	12	
Camacho					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Camanducaia		7 a 9	10 a 11	7 a 11	12		7 a 12		
Cambuí		7 a 9	10	7 a 11	12		7 a 12		
Cambuquira			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Campanha			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Campestre		7	8 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Campina Verde						7	7	8	9
Campo Belo					7	8 a 9	7 a 9	10	11
Campo Do Meio			7		7 a 9	10	7 a 10	11	
Campo Florido					7	8	7 a 8	9	10
Campos Altos			7	7 a 8	9		7 a 9	10	11
Campos Gerais			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Cana Verde					7	8 a 9	7 a 9	10	11
Canaã				7	8	9	7 a 8	9	10
Canápolis					7		7	8	9
Candeias					7	8 a 9	7 a 9	10	11
Cantagalo						7	7	8	9
Caparaó		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Capela Nova				7	8	9	7 a 9	10	11
Capelinha						7		7 a 8	
Capetinga		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Capim Branco						7	7	8	9
Capinópolis					7		7	8	9
Capitólio			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Caranaíba				7	8	9	7 a 9	10	11
Carandaí				7	8	9 a 10	7 a 10	11	12
Carangola		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	
Carbonita									7 a 8
Careaçu			7 a 10	7 a 8	9 a 10	11	7 a 12		
Carmésia			7		7	8	7 a 8	9	10
Carmo Da Cachoeira					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Carmo Da Mata					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Carmo De Minas		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Carmo Do Cajuru					7	8	7 a 8	9	10
Carmo Do Paranaíba				7	8		7 a 9		10
Carmo Do Rio Claro			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Carmópolis De Minas					7	8 a 9	7 a 9	10	11
Carrancas			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Carvalhópolis			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Carvalhos	7 a 8	9	10	7 a 11	12		7 a 12		
Casa Grande			7	7	8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Cascalho Rico					7	8	7 a 8	9	
Cássia		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Catas Altas			7	7	8	9	7 a 8	9	10 a 11
Catas Altas Da Noruega			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Caxambu		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Cedro Do Abaeté					7		7 a 8	9	
Centralina					7		7 a 8		9
Chácara			7	7	8 a 9	10	7 a 10	11 a 12	
Chapada Gaúcha									7
Chiador			7 a 10	7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Cipotânea					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Claraval		7	8	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Cláudio					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Coimbra					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Coluna					7		7	8	9
Comendador Gomes						7	7	8 a 9	10
Conceição Da Aparecida			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Conceição Da Barra De Minas				7	8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Conceição Das Alagoas						7 a 9	7	8 a 9	10
Conceição Das Pedras			7 a 10	7 a 8	9 a 10	11	7 a 11	12	
Conceição Do Mato Dentro			7		7	8	7 a 8	9	10
Conceição Do Pará						7	7	8 a 9	
Conceição Do Rio Verde			7 a 10	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Conceição Dos Ouros		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Confins					7	8	7	8 a 9	10
Congonhal		7	8 a 10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Congonhas			7	7	8	9	7 a 9	10	11 a 12
Congonhas Do Norte					7	8	7 a 8		9
Conquista			7	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Conselheiro Lafaiete			7	7	8	9	7 a 9	10	11 a 12
Consolação		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Contagem				7	8	9	7 a 8	9	10 a 11
Coqueiral					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Cordisburgo								7	8 a 9
Cordislândia			7 a 9	7	8 a 10		7 a 11	12	
Corinto									7 a 8
Coromandel				7		8	7 a 8	9	
Coronel Fabriciano					7	8	7	8	9
Coronel Pacheco			7	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Coronel Xavier Chaves				7	8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Córrego Danta			7	7	8	9	7 a 9	10	
Córrego Do Bom Jesus		7 a 9	10	7 a 11	12		7 a 12		
Córrego Fundo					7	8 a 9	7 a 9	10	
Couto De Magalhães De Minas					7		7 a 8		9
Cristais					7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Cristiano Otoni				7	8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Cristina		7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Crucilândia			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Cruzeiro Da Fortaleza			7	7	8	9	7 a 9	10	
Cruzília			7 a 10	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Curvelo								7	8
Datas			7	7			7 a 8		9
Delfim Moreira		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Delfinópolis		7	8 a 9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Delta					7 a 8	9	7 a 9	10	11
Desterro De Entre Rios			7	7	8	9	7 a 9	10	11 a 12
Desterro Do Melo				7	8	9	7 a 9	10 a 11	
Diamantina					7		7 a 8		
Divinésia					7	8 a 9	7 a 8	9	10 a 11
Divino		7	8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11
Divinolândia De Minas					7		7	8	9
Divinópolis					7	8	7 a 8	9	10
Divisa Nova		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Dom Joaquim			7		7	8	7 a 8	9	10
Dom Silvério					7	8	7	8 a 9	10
Dom Viçoso		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Dores De Campos			7	7	8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12

Dores De Guanhães					7	8	7 a 8	9	10
Dores Do Indaiá					7	8	7 a 8	9	10
Dores Do Turvo					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Doresópolis					7 a 8	9	7 a 9	10	11
Douradoquara					7		7	8 a 9	
Elói Mendes			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Engenheiro Navarro									7
Entre Rios De Minas			7	7	8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Ervália			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Esmeraldas					7	8	7 a 8	9	10
Espera Feliz	7		8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Espírito Santo Do Dourado		7	8 a 10	7	8 a 11		7 a 12		
Estiva		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Estrela Do Indaiá				7	8	9	7 a 8	9	10
Estrela Do Sul					7	8	7 a 8	9	10
Eugenópolis		7		7 a 8		9	7 a 9	10	11
Ewbank Da Câmara		7		7 a 8	9	10 a 11	7 a 11	12	
Extrema		7 a 10	11	7 a 11	12		7 a 12		
Fama			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Faria Lemos		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	
Felício Dos Santos					7		7 a 8		9
Felixlândia								7	8
Ferros					7	8	7 a 8	9	10
Fervedouro		7		7 a 8		9	7 a 9	10	11
Florestal					7	8	7 a 8	9	10
Formiga					7 a 8	9	7 a 9	10	11
Formoso								7	
Fortaleza De Minas		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Fortuna De Minas						7	7	8	9
Francisco Dumont									7
Frei Lagonegro					7		7	8	9
Fronteira						7		7 a 9	10
Frutal						7	7	8 a 9	10
Funilândia						7	7		8 a 9
Goianá			7	7	8	9 a 10	7 a 10	11	12
Gonçalves		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Gonzaga						7	7	8	9
Gouveia			7	7			7 a 8		9
Grupiara					7	8	7	8 a 9	
Guanhães					7	8	7 a 8	9	10
Guapé			7		7 a 9	10	7 a 10	11	
Guaranésia		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Guarda-Mor								7	8
Guaxupé		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Guimarânia			7	7	8		7 a 9		10
Gurinhatã						7	7	8	9
Heliodora			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Ibertioga			7	7	8	9	7 a 9	10	11 a 12
Ibiá		7		7 a 8	9	10	7 a 10		11
Ibiraci		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Ibirité			7	7	8	9	7 a 9	10	11 a 12
Ibitiúra De Minas			7 a 9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Ibituruna						7 a 8	7	8 a 9	10
Igarapé				7	8	9	7 a 9	10	11
Igaratinga					7	8	7 a 8	9	10
Iguatama					7 a 8	9	7 a 9	10	11
Ijaci						7 a 8	7	8 a 9	10
Ilicínea			7		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	
Inconfidentes		7 a 9		7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Indianópolis			7	7		8	7 a 8	9	10
Ingaí						7 a 9	7	8 a 9	10
Inhaúma						7	7		8 a 9
Inimutaba								7	8
Ipuiúna			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Iraí De Minas			7	7	8	9	7 a 9		10
Itabira					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Itabirito		7		7 a 8	9	10	7 a 9	10 a 11	12
Itaguara				7	8	9	7 a 9	10	11
Itajubá			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 11	12	
Itamarandiba						7	7	8	9
Itambé Do Mato Dentro			7		7	8 a 9	7 a 8	9	10
Itamogi		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Itamonte	7	8 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Itanhandu		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Itapagipe						7	7	8 a 9	10
Itapecerica					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	
Itapeva		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Itatiaiuçu				7	8	9	7 a 9	10	11
Itaú De Minas			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Itaúna					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Itaverava					7	8	7 a 8	9	10
Ituiutaba					7		7	8	9
Itumirim						7 a 9	7	8 a 9	10
Itutinga					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Jaboticatubas					7	8	7 a 8	9	10
Jacuí		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Jacutinga			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Japaraíba					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	
Jeceaba			7	7	8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Jequitibá						7	7	8 a 9	
Jesuânia			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
João Monlevade					7	8 a 9	7 a 8	9	10
João Pinheiro								7	
Joaquim Felício									7
Juatuba				7		8 a 9	7 a 8	9	10
Juiz De Fora			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Juruaia		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Lagamar					7		7	8	9
Lagoa Da Prata					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Lagoa Dourada					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Lagoa Formosa				7		8	7 a 8	9	10
Lagoa Grande								7	8
Lagoa Santa					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Lambari			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Lamim				7		8 a 9	7 a 9	10	11
Lassance									7
Lavras						7 a 9	7	8 a 9	10
Leandro Ferreira						7	7	8	9
Liberdade	7	8 a 9		7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Lima Duarte		7	8 a 9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 11	12	
Luisburgo		7	8	7 a 8	9		7 a 9	10	11
Luminárias					7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Luz					7	8 a 9	7 a 9	10	
Machado			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Madre De Deus De Minas			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Maravilhas						7	7		8 a 9
Maria Da Fé			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Mariana			7	7	8	9	7 a 8	9	10 a 11
Mário Campos			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Marmelópolis		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Martinho Campos						7		7	8 a 9
Materlândia					7	8	7 a 8		9
Mateus Leme				7		8 a 9	7 a 8	9	10 a 11
Matias Barbosa			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 12		
Matozinhos						7	7	8 a 9	10
Matutina			7	7		8	7 a 8	9	10
Medeiros		7		7 a 8	9	10	7 a 10		11
Mercês				7	8	9	7 a 9	10 a 11	
Minas Novas									7
Minduri			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Miradouro		7		7 a 8		9	7 a 9	10	11
Miraí			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Moeda			7	7 a 8	9	10	7 a 9	10 a 11	12
Moema					7	8	7 a 8	9	10
Monjolos					7		7	8	
Monsenhor Paulo					7 a 9		7 a 9	10	11
Monte Alegre De Minas					7		7 a 8		9
Monte Belo		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Monte Carmelo				7		8	7 a 8	9	10
Monte Santo De Minas		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Monte Sião		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Morada Nova De Minas								7	8
Morro Da Garça									7 a 8
Morro Do Pilar			7	7		8	7 a 8	9	10
Munhoz		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 11	12	
Muriaé		7		7 a 8		9	7 a 9	10	11
Muzambinho		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 11		12
Natalândia									7
Natércia			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Nazareno					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Nepomuceno						7 a 9	7	8 a 9	10
Nova Era					7	8	7 a 8	9	10
Nova Lima		7		7 a 8		9 a 10	7 a 9	10	11 a 12
Nova Ponte			7	7	8	9	7 a 9	10	
Nova Resende		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Nova Serrana						7	7	8 a 9	10
Nova União				7		8 a 9	7 a 8	9	10 a 11
Olaria		7	8 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Olhos-D'Água									7
Olímpio Noronha			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Oliveira					7	8 a 9	7 a 9	10	11
Oliveira Fortes				7		8 a 9	7 a 8	9	10
Onça De Pitangui						7	7	8	9
Orizânia		7		7 a 8		9	7 a 9	10	11
Ouro Branco					7	8	7 a 8	9	10
Ouro Fino			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Ouro Preto		7		7	8	9	7 a 9	10	11
Paineiras						7	7	8	9
Pains					7 a 8	9	7 a 9	10	11
Paiva			7	7	8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Papagaios								7	8
Pará De Minas					7		7 a 8	9	10
Paracatu						7		7	8
Paraguaçu			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Paraisópolis		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Paraopeba								7	8
Passa Quatro		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Passa Tempo				7	8	9	7 a 9	10	11
Passabém			7		7	8	7 a 8	9	10
Passa-Vinte	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Passos			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Patos De Minas			7	7		8	7 a 8	9	
Patrocínio			7	7	8	9	7 a 9	10	
Paula Cândido					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Paulistas					7	8	7	8	9
Peçanha						7	7	8	9
Pedra Bonita			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Pedra Do Anta					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Pedra Do Indaiá					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Pedra Dourada		7	8	7 a 8	9		7 a 9	10	11

Pedralva			7 a 9	7 a 8	9	10	7 a 10	11 a 12	
Pedrinópolis			7	7	8	9	7 a 9	10	
Pedro Leopoldo					7	8	7 a 8	9	10
Pedro Teixeira			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Pequi						7	7	8	9
Perdigão						7	7 a 8	9	10
Perdizes			7	7 a 8	9		7 a 9	10	11
Perdões					7	8 a 9	7 a 9	10	11
Piau			7	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Piedade Do Rio Grande			7	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Piedade Dos Gerais			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Pimenta					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Piracema				7	8	9	7 a 9	10	11
Pirajuba						7	7	8 a 9	10
Piranga				7		8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Piranguçu			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 11	12	
Piranguinho			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 11	12	
Pitangui						7	7	8	9
Piumhi			7	7	8 a 9	10	7 a 10	11	
Planura						7	7	8	9 a 10
Poço Fundo			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Poços De Caldas			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Pompéu								7	8
Porto Firme					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Pouso Alegre			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Pouso Alto		7 a 9		7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Prados					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Prata					7		7 a 8	9	10
Pratápolis			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Pratinha		7		7 a 8	9	10	7 a 9	10	11
Presidente Bernardes					7	8 a 9	7	8 a 9	10 a 11
Presidente Juscelino						7	7		8 a 9
Presidente Kubitschek			7	7		8	7 a 8		9
Presidente Olegário					7		7	8	9
Prudente De Morais						7	7		8 a 9
Quartel Geral					7		7 a 8	9	
Queluzito					7	8	7 a 8	9	10
Raposos			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Resende Costa					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Ressaquinha					7	8	7 a 8	9	10
Ribeirão Das Neves				7		8 a 9	7 a 8	9	10
Ribeirão Vermelho						7 a 8	7	8 a 9	10
Rio Acima		7		7 a 8		9	7 a 9	10	11 a 12
Rio Espera				7	8	9	7 a 9	10	11
Rio Manso			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Rio Novo			7	7	8	9	7 a 9	10 a 11	
Rio Paranaíba			7	7	8	9	7 a 9	10	
Rio Piracicaba					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Rio Preto		7 a 8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Rio Vermelho					7		7	8	9
Ritápolis					7	8	7 a 8	9	10
Romaria			7	7	8		7 a 9		10
Rosário Da Limeira			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Sabará			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Sabinópolis			7		7	8	7 a 8	9	
Sacramento		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	
Santa Bárbara			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Santa Bárbara Do Monte Verde		7	8 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Santa Bárbara Do Tugúrio					7	8	7 a 8	9	10
Santa Cruz De Minas					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Santa Efigênia De Minas						7	7	8	9
Santa Juliana			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Santa Luzia				7		8 a 9	7 a 8	9	10 a 11
Santa Margarida			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Santa Maria De Itabira					7	8	7 a 8	9	10
Santa Rita De Caldas			7 a 9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Santa Rita De Ibitipoca			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Santa Rita De Jacutinga	7	8 a 9		7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Santa Rita Do Sapucaí			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Santa Rosa Da Serra			7	7	8	9	7 a 9	10	
Santana Da Vargem					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Santana De Pirapama					7		7 a 8		9
Santana Do Deserto			7 a 9	7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Santana Do Garambéu			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Santana Do Jacaré					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Santana Do Riacho					7	8	7 a 8	9	10
Santana Dos Montes					7	8	7 a 8	9	10
Santo Antônio Do Amparo					7	8 a 9	7 a 9	10	11
Santo Antônio Do Itambé			7		7	8	7 a 8		9
Santo Antônio Do Monte					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Santo Antônio Do Rio Abaixo			7	7		8	7 a 8	9	10
Santo Hipólito								7	8
Santos Dumont				7	8	9	7 a 9	10	11
São Bento Abade					7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11
São Brás Do Suaçuí					7	8 a 9	7 a 8	9	10
São Domingos Do Prata					7	8	7	8 a 9	10
São Francisco De Paula					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
São Francisco De Sales						7	7	8 a 9	10
São Francisco Do Glória		7	8	7 a 8		9	7 a 9	10	11
São Geraldo					7	8	7 a 8	9	10
São Gonçalo Do Abaeté								7	8
São Gonçalo Do Pará					7	8	7 a 8	9	10
São Gonçalo Do Rio Abaixo				7		8 a 9	7 a 8	9	10
São Gonçalo Do Rio Preto					7		7 a 8		9
São Gonçalo Do Sapucaí			7 a 9		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
São Gotardo			7	7	8	9	7 a 9	10	
São João Batista Do Glória			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
São João Da Mata			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
São João Del Rei				7	8	9	7 a 9	10	11
São João Do Manhuaçu			7	7	8	9	7 a 9	10	11
São João Evangelista					7	8	7	8	9
São Joaquim De Bicas			7	7	8	9	7 a 9	10	11
São José Da Barra			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
São José Da Lapa					7	8	7 a 8	9	10
São José Da Varginha						7	7	8	9
São José Do Alegre			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
São Lourenço		7 a 8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
São Miguel Do Anta					7	8 a 9	7 a 8	9	10
São Pedro Da União		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
São Roque De Minas		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	
São Sebastião Da Bela Vista			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
São Sebastião Da Vargem Alegre			7	7	8	9	7 a 9		10
São Sebastião Do Oeste					7	8 a 9	7 a 8	9	10
São Sebastião Do Paraíso		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
São Sebastião Do Rio Preto			7		7	8	7 a 8	9	10
São Sebastião Do Rio Verde		7 a 9		7 a 9	10	11	7 a 11	12	
São Thomé Das Letras			7 a 9		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
São Tiago					7	8	7 a 8	9	10
São Tomás De Aquino			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
São Vicente De Minas			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11 a 12	
Sapucaí-Mirim		7 a 9		7 a 9	10 a 11	12	7 a 11	12	
Sardoá						7	7	8	9
Sarzedo			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Senador Amaral		7 a 9		7 a 9	10 a 11	12	7 a 11	12	
Senador Firmino					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Senador José Bento			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 10	11 a 12	
Senador Modestino Gonçalves								7 a 8	
Senhora De Oliveira					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Senhora Do Porto					7	8	7 a 8	9	10
Senhora Dos Remédios					7	8	7 a 8	9	10
Sericita				7	8	9	7 a 8	9 a 10	11
Seritinga		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 12	7 a 12		
Serra Azul De Minas					7	8	7 a 8		9
Serra Da Saudade					7	8	7 a 8	9	10
Serra Do Salitre			7	7	8	9	7 a 9	10	
Serrania			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Serranos		7 a 8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Serro			7	7		8	7 a 8		9
Sete Lagoas						7	7		8 a 9
Setubinha						7		7 a 8	
Silveirânia				7		8 a 9	7 a 9	10	11
Silvianópolis			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Simão Pereira			7 a 9	7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Soledade De Minas			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 10	11 a 12	
Tapira		7		7 a 8	9	10	7 a 10		11
Tapiraí			7	7 a 8	9		7 a 9	10	11
Taquaraçu De Minas					7	8 a 9	7 a 8	9	10 a 11
Teixeiras					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Tiradentes					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Tiros					7	8	7 a 8	9	
Tocos Do Moji		7 a 9		7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Toledo		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Tombos		7	8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11
Três Corações					7 a 8	9	7 a 9	10	11
Três Marias								7	8
Três Pontas					7 a 8	9	7	8 a 9	10
Tupaciguara					7		7 a 8		9
Turvolândia			7 a 9		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Uberaba			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Uberlândia			7		7	8	7 a 8	9	10
Unaí						7		7	8
Uruana De Minas									7
Vargem Bonita			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Varginha					7 a 8	9	7	8 a 9	10
Varjão De Minas						7	7	8	9
Vazante								7	8
Veredinha									7
Veríssimo					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Vespasiano					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Viçosa					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Vieiras		7		7 a 8		9	7 a 9	10	11
Virgínia		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Virginópolis					7	8	7	8 a 9	
Wenceslau Braz			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 11	12	

CONTINUAÇÃO PORTARIA SPA/MAPA Nº 382, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados						7		7	8
Abaeté									7 a 8
Água Comprida						7 a 8		7 a 9	
Aguanil					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Aiuruoca		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Alagoa	7	8 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Albertina			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11	12
Alfenas					7 a 9		7 a 9	10	11
Alfredo Vasconcelos					7	8	7 a 8	9	10
Alpinópolis			7		7 a 8	9	7 a 9	10	
Alterosa			7		7 a 9		7 a 9	10	11
Alto Caparaó		7		7 a 8		9	7 a 9		10
Alto Jequitibá			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Alto Rio Doce						7 a 8	7	8 a 9	10
Alvinópolis					7		7	8	9
Alvorada De Minas					7		7	8	
Andradas			7 a 9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Andrelândia		7	8 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Angelândia								7	
Antônio Carlos				7	8	9	7 a 9	10	11
Antônio Dias						7	7	8	9
Antônio Prado De Minas			7	7	8		7 a 8	9	10
Araçaí									7
Aracitaba				7		8	7 a 8	9	10
Araguari						7	7	8	
Arantina		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 12	7 a 12		
Araponga					7	8	7 a 8		9
Araporã								7	8
Arapuá					7		7	8	9
Araújos								7 a 8	9
Araxá			7	7	8	9	7 a 9		10
Arceburgo			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Arcos					7	8	7 a 8	9	
Areado			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Aricanduva								7	
Baependi		7 a 8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Baldim						7		7	8
Bambuí					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Bandeira Do Sul			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10		11
Barão De Cocais					7	8	7	8	9
Barbacena				7	8	9	7 a 9	10	11
Barroso				7	8	9	7 a 9		10 a 11
Bela Vista De Minas						7	7	8	9
Belmiro Braga			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Belo Horizonte					7	8	7 a 8		9
Belo Vale					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Betim					7	8	7 a 8		9
Bias Fortes			7	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Biquinhas									7
Boa Esperança					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Bocaina De Minas	7	8 a 9		7 a 10	11	12	7 a 12		
Bom Despacho								7 a 8	
Bom Jardim De Minas	7	8	9	7 a 9	10	11 a 12	7 a 12		
Bom Jesus Da Penha			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	
Bom Jesus Do Amparo					7	8	7	8	9
Bom Repouso		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Bom Sucesso						7 a 8	7	8 a 9	10
Bonfim					7	8	7 a 8	9	10
Borda Da Mata		7 a 9		7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Botelhos			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10		11
Brás Pires						7 a 8	7	8	9
Braúnas						7		7	8
Brazópolis			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 11	12	
Brumadinho				7		8	7 a 8	9	10
Bueno Brandão		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Buritis									7
Cabeceira Grande								7	
Cabo Verde			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Cachoeira Da Prata									7 a 8
Cachoeira De Minas		7 a 9		7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Cachoeira Dourada								7	8
Caetanópolis									7
Caeté					7	8	7	8	9
Caiana		7		7 a 8		9	7 a 9	10	
Cajuri						7	7	8	9
Caldas			7 a 9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Camacho						7 a 8	7	8	9
Camanducaia		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Cambuí		7 a 9		7 a 9	10 a 11	12	7 a 11	12	
Cambuquira			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Campanha			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Campestre			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Campina Verde								7	8
Campo Belo					7	8	7	8 a 9	
Campo Do Meio					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Campo Florido						7		7 a 8	9
Campos Altos				7	8		7 a 8	9	
Campos Gerais					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Cana Verde						7 a 8	7	8 a 9	
Canaã					7	8	7	8	9
Canápolis								7	8
Candeias							7	8	7 a 8	9	
Cantagalo									7	8
Caparaó		7		7 a 8		9	7 a 9		10
Capela Nova					7	8	7	8 a 9	10
Capelinha								7	
Capetinga			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Capim Branco								7	8
Capinópolis								7	8
Capitólio					7 a 8	9	7 a 9	10	
Caranaíba					7	8	7 a 8	9	10
Carandaí					7	8	7 a 8	9	10
Carangola			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Careaçu			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Carmésia					7		7	8	
Carmo Da Cachoeira						7 a 9	7	8 a 9	10
Carmo Da Mata						7 a 8	7	8	9
Carmo De Minas			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 10	11 a 12	
Carmo Do Cajuru						7	7	8	9
Carmo Do Paranaíba						7	7	8	9
Carmo Do Rio Claro					7 a 8	9	7 a 9	10	
Carmópolis De Minas						7 a 8	7	8	9
Carrancas					7 a 9		7 a 9	10	11 a 12
Carvalhópolis			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Carvalhos	7	8 a 9		7 a 9	10 a 11	12	7 a 12		
Casa Grande					7	8	7 a 8	9	10
Cascalho Rico						7	7	8	
Cássia			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Catas Altas					7		7	8	9
Catas Altas Da Noruega					7	8	7	8 a 9	
Caxambu			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 10	11 a 12	
Cedro Do Abaeté						7	7		8
Centralina								7	8
Chácara				7	8	9	7 a 9	10	11
Chiador			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	
Cipotânea						7 a 8	7	8	9
Claraval			7	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Cláudio						7	7	8	9
Coimbra						7	7	8	9
Coluna								7	8
Comendador Gomes						7		7	8 a 9
Conceição Da Aparecida			7		7 a 9		7 a 9	10	
Conceição Da Barra De Minas					7	8	7 a 8	9	10
Conceição Das Alagoas						7		7 a 8	9
Conceição Das Pedras			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Conceição Do Mato Dentro					7		7	8	
Conceição Do Pará								7	8
Conceição Do Rio Verde			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Conceição Dos Ouros		7 a 9		7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Confins						7		7 a 8	9
Congonhal			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Congonhas					7	8	7 a 8	9	10
Congonhas Do Norte					7		7		8
Conquista					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Conselheiro Lafaiete					7	8	7 a 8	9	10
Consolação		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Contagem					7	8	7 a 8		9
Coqueiral					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Cordisburgo									7 a 8
Cordislândia			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Coromandel						7	7	8	
Coronel Fabriciano						7		7	8
Coronel Pacheco				7	8	9	7 a 9	10	11
Coronel Xavier Chaves					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Córrego Danta				7		8	7 a 8	9	
Córrego Do Bom Jesus		7 a 9		7 a 9	10 a 11	12	7 a 11	12	
Córrego Fundo					7	8	7 a 8	9	
Couto De Magalhães De Minas							7		
Cristais					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Cristiano Otoni					7	8	7 a 8	9	10
Cristina			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Crucilândia					7	8	7 a 8	9	
Cruzeiro Da Fortaleza					7	8	7 a 8		9
Cruzília			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Curvelo									7
Datas					7		7	8	
Delfim Moreira		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Delfinópolis			7	7 a 8	9		7 a 9	10	
Delta						7 a 8	7	8 a 9	10
Desterro De Entre Rios					7	8	7 a 8	9	10
Desterro Do Melo					7	8	7 a 8	9	10
Diamantina							7		
Divinésia						7	7	8	9
Divino			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Divinolândia De Minas								7	8
Divinópolis						7	7	8	9
Divisa Nova			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Dom Joaquim					7		7	8	
Dom Silvério						7		7 a 8	9
Dom Viçoso		7 a 8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Dores De Campos					7	8	7 a 8	9	10
Dores De Guanhães						7	7	8	
Dores Do Indaiá						7	7	8	
Dores Do Turvo						7 a 8	7	8	9
Doresópolis					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Douradoquara						7		7	8
Elói Mendes			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11

Entre Rios De Minas					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Ervália					7	8	7 a 8		9
Esmeraldas						7	7	8	9
Espera Feliz		7		7 a 8		9	7 a 9	10	
Espírito Santo Do Dourado			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Estiva		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Estrela Do Indaiá					7	8	7 a 8		9
Estrela Do Sul						7	7	8	9
Eugenópolis			7	7		8	7 a 8	9	10
Ewbank Da Câmara			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Extrema		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 12		
Fama					7 a 8	9	7 a 9	10	11
Faria Lemos		7		7 a 8		9	7 a 8	9	10
Felício Dos Santos								7	8
Ferros						7	7	8	9
Fervedouro			7	7		8	7 a 8	9	10
Florestal						7	7	8	9
Formiga					7	8	7 a 8	9	
Fortaleza De Minas			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Fortuna De Minas								7	8
Frei Lagonegro								7	8
Fronteira						7		7	8 a 9
Frutal								7	8 a 9
Funilândia									7 a 8
Goianá					7	8	7 a 8	9	10
Gonçalves		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11	12
Gonzaga								7	8
Gouveia						7	7	8	
Grupiara						7		7	8
Guanhães						7	7		8
Guapé					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Guaranésia			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Guarda-Mor									7
Guaxupé			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Guimarânia					7		7 a 8		9
Gurinhatã								7	8
Heliodora			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Ibertioga				7		8	7 a 8	9	10
Ibiá			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Ibiraci			7	7	8 a 9		7 a 9	10	
Ibirité					7	8	7 a 8	9	10
Ibitiúra De Minas			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Ibituruna						7 a 8		7 a 8	9
Igarapé					7	8	7 a 8		9
Igaratinga						7	7	8	9
Iguatama					7	8	7 a 8	9	
Ijaci						7		7 a 8	9
Ilicínea					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Inconfidentes		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Indianópolis					7		7 a 8		9
Ingaí						7 a 8	7	8	9
Inhaúma									7 a 8
Inimutaba									7
Ipuiúna			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Iraí De Minas					7	8	7 a 8		9
Itabira					7		7	8	9
Itabirito				7		8 a 9	7 a 8	9	10
Itaguara					7	8	7	8	9
Itajubá		7 a 8		7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Itamarandiba								7	
Itambé Do Mato Dentro					7		7	8	9
Itamogi			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Itamonte		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11 a 12	
Itanhandu		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11 a 12	
Itapagipe								7	8 a 9
Itapecerica						7 a 8	7	8	9
Itapeva		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Itatiaiuçu					7	8	7	8	9
Itaú De Minas			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Itaúna						7	7	8	9
Itaverava						7	7	8	9
Ituiutaba								7	8
Itumirim						7 a 8		7 a 8	9
Itutinga						7 a 8	7	8	9
Jaboticatubas						7	7	8	9
Jacuí			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Jacutinga			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Japaraíba						7 a 8	7 a 8		9
Jeceaba					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Jequitibá								7	8
Jesuânia			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
João Monlevade						7	7	8	9
Juatuba					7		7	8	9
Juiz De Fora			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Juruaia			7 a 8	7 a 8	9		7 a 9	10	11
Lagamar								7	
Lagoa Da Prata						7	7	8	9
Lagoa Dourada						7 a 8	7	8	9
Lagoa Formosa					7		7	8	
Lagoa Grande									7
Lagoa Santa						7	7	8	9
Lambari			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11
Lamim						7 a 8	7	8 a 9	
Lavras						7 a 8		7 a 8	9
Leandro Ferreira								7	8
Liberdade		7 a 8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Lima Duarte			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10 a 11	
Luisburgo			7	7	8		7 a 8	9	10
Luminárias						7 a 8	7	8	9 a 10
Luz					7	8	7 a 8		9

Machado			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Madre De Deus De Minas					7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Maravilhas									7 a 8
Maria Da Fé		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 9	10 a 11	12
Mariana					7	8	7	8	9
Mário Campos					7	8	7 a 8	9	10
Marmelópolis		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Martinho Campos									7 a 8
Materlândia						7	7		8
Mateus Leme					7		7	8	9
Matias Barbosa			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Matozinhos								7	8
Matutina					7		7	8	9
Medeiros			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Mercês					7	8	7 a 8	9	10
Minduri			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Miradouro			7	7		8	7 a 8	9	
Miraí					7	8	7 a 8		9
Moeda				7		8 a 9	7 a 8	9	10
Moema						7	7	8	9
Monjolos								7	
Monsenhor Paulo					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Monte Alegre De Minas						7	7		8
Monte Belo			7 a 8	7 a 8	9		7 a 9	10	11
Monte Carmelo					7		7	8	9
Monte Santo De Minas			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Monte Sião		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11	12
Morada Nova De Minas									7
Morro Do Pilar					7		7	8	9
Munhoz		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Muriaé					7	8	7 a 8		9
Muzambinho			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11
Natércia			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Nazareno						7 a 8	7	8	9
Nepomuceno						7 a 8		7 a 8	9
Nova Era						7	7	8	9
Nova Lima				7		8	7 a 8	9	10
Nova Ponte					7	8	7 a 8	9	
Nova Resende			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Nova Serrana								7	8
Nova União						7 a 8	7	8	9
Olaria		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Olímpio Noronha			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Oliveira						7 a 8	7 a 8	9	
Oliveira Fortes						7	7	8	9
Onça De Pitangui								7	8

Orizânia			7		7	8	7 a 8	9	10
Ouro Branco						7	7	8	
Ouro Fino			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 9	10 a 11	12
Ouro Preto					7	8	7 a 8	9	10
Paineiras									7 a 8
Pains					7	8	7 a 8	9	
Paiva					7	8	7 a 8	9	10
Papagaios									7
Pará De Minas						7	7	8	
Paracatu									7
Paraguaçu					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Paraisópolis		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Paraopeba									7
Passa Quatro		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11 a 12	
Passa Tempo					7	8	7 a 8	9	
Passabém					7		7	8	9
Passa-Vinte	7	8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Passos			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Patos De Minas					7		7	8	
Patrocínio					7	8	7 a 8	9	
Paula Cândido						7 a 8	7	8	9
Paulistas						7		7	8
Peçanha								7	8
Pedra Bonita					7	8	7 a 8	9	
Pedra Do Anta						7		7 a 8	9
Pedra Do Indaiá						7 a 8	7	8	9
Pedra Dourada			7	7	8		7 a 8	9	10
Pedralva			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Pedrinópolis					7	8	7 a 8	9	
Pedro Leopoldo						7	7	8	9
Pedro Teixeira			7	7	8	9	7 a 8	9 a 10	11
Pequi								7	8
Perdigão						7		7 a 8	9
Perdizes				7	8	9	7 a 8	9	10
Perdões						7 a 8	7	8 a 9	10
Piau				7		8 a 9	7 a 8	9	10
Piedade Do Rio Grande					7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11

Piedade Dos Gerais					7	8	7 a 8	9	10
Pimenta					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Piracema					7	8	7 a 8	9	
Pirajuba								7	8 a 9
Piranga						7 a 8	7	8	9
Piranguçu		7 a 8		7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Piranguinho			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Pitangui								7	8
Piumhi					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Planura								7	8 a 9
Poço Fundo			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Poços De Caldas			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Pompéu									7
Porto Firme						7 a 8		7 a 8	9
Pouso Alegre		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Pouso Alto		7 a 8	9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Prados						7 a 8	7	8	9
Prata						7	7	8	9
Pratápolis			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Pratinha			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Presidente Bernardes						7 a 8	7	8	9
Presidente Juscelino									7
Presidente Kubitschek					7		7	8	
Presidente Olegário								7	8
Prudente De Morais									7 a 8
Quartel Geral						7	7		8
Queluzito						7	7	8	9
Raposos					7	8	7 a 8	9	10
Resende Costa						7	7	8	9
Ressaquinha						7	7	8	9
Ribeirão Das Neves						7	7	8	9
Ribeirão Vermelho						7 a 8		7 a 8	9
Rio Acima				7		8	7 a 8	9	10
Rio Espera						7 a 8	7	8 a 9	
Rio Manso					7	8	7 a 8	9	
Rio Novo					7	8	7 a 8	9	10
Rio Paranaíba					7	8	7 a 8	9	
Rio Piracicaba						7	7	8	9
Rio Preto		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Rio Vermelho						7		7	8
Ritápolis						7	7	8	9
Romaria					7		7	8	9
Rosário Da Limeira					7	8	7 a 8		9
Sabará					7	8	7	8	9
Sabinópolis						7	7	8	
Sacramento			7	7 a 8		9	7 a 9		10
Santa Bárbara					7	8	7 a 8		9
Santa Bárbara Do Monte Verde			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Santa Bárbara Do Tugúrio						7	7	8	9
Santa Cruz De Minas						7 a 8	7	8	9
Santa Efigênia De Minas								7	8
Santa Juliana					7	8	7 a 8	9	
Santa Luzia						7 a 8	7	8	9
Santa Margarida					7	8	7 a 8	9	
Santa Maria De Itabira						7	7	8	9
Santa Rita De Caldas			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Santa Rita De Ibitipoca			7	7	8	9	7 a 8	9 a 10	11
Santa Rita De Jacutinga		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Santa Rita Do Sapucaí			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Santa Rosa Da Serra					7	8	7 a 8	9	
Santana Da Vargem						7 a 8		7 a 8	9
Santana De Pirapama								7	8
Santana Do Deserto			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11 a 12	
Santana Do Garambéu			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Santana Do Jacaré						7 a 8	7	8 a 9	
Santana Do Riacho					7		7	8	9
Santana Dos Montes						7	7	8	9
Santo Antônio Do Amparo						7 a 8	7	8 a 9	
Santo Antônio Do Itambé					7		7		8
Santo Antônio Do Monte						7	7	8	9
Santo Antônio Do Rio Abaixo					7		7	8	9
Santo Hipólito									7
Santos Dumont					7	8	7 a 8	9	10
São Bento Abade						7 a 8	7	8	9
São Brás Do Suaçuí						7 a 8	7	8	9
São Domingos Do Prata						7		7 a 8	9
São Francisco De Paula						7 a 8	7	8	9
São Francisco De Sales								7	8 a 9
São Francisco Do Glória			7	7	8		7 a 8	9	10
São Geraldo						7	7	8	9
São Gonçalo Do Abaeté									7
São Gonçalo Do Pará						7	7	8	9
São Gonçalo Do Rio Abaixo					7	8	7	8	9
São Gonçalo Do Rio Preto								7	
São Gonçalo Do Sapucaí			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
São Gotardo					7	8	7 a 8		9
São João Batista Do Glória			7		7 a 9		7 a 9	10	
São João Da Mata			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
São João Del Rei					7	8	7 a 8	9	10
São João Do Manhuaçu			7		7	8	7 a 8	9	10
São João Evangelista						7		7	8
São Joaquim De Bicas					7	8	7 a 8		9
São José Da Barra					7 a 8	9	7 a 9	10	
São José Da Lapa						7	7	8	9
São José Da Varginha								7	8
São José Do Alegre			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
São Lourenço		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
São Miguel Do Anta					7		7	8	9
São Pedro Da União			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
São Roque De Minas			7	7	8	9	7 a 9		10
São Sebastião Da Bela Vista			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
São Sebastião Da Vargem Alegre					7	8	7 a 8		9
São Sebastião Do Oeste						7	7	8	9
São Sebastião Do Paraíso			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
São Sebastião Do Rio Preto					7		7	8	9
São Sebastião Do Rio Verde		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
São Thomé Das Letras			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11
São Tiago						7	7	8	9
São Tomás De Aquino			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
São Vicente De Minas			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Sapucaí-Mirim		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Sardoá								7	8
Sarzedo					7	8	7 a 8	9	10
Senador Amaral		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Senador Firmino						7 a 8	7	8	9
Senador José Bento			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
Senador Modestino Gonçalves								7	
Senhora De Oliveira						7 a 8	7	8	9
Senhora Do Porto						7	7	8	
Senhora Dos Remédios						7	7	8	9
Sericita					7	8	7	8	9
Seritinga		7 a 8	9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Serra Azul De Minas						7	7		8
Serra Da Saudade						7	7	8	9
Serra Do Salitre					7	8	7 a 8	9	
Serrania			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Serranos		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Serro					7		7	8	
Sete Lagoas									7 a 8
Setubinha								7	
Silveirânia						7 a 8	7	8 a 9	10
Silvianópolis			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Simão Pereira			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 11	12	
Soledade De Minas			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 9	10 a 11	12
Tapira			7	7 a 8		9	7 a 9		10
Tapiraí				7	8		7 a 8	9	10
Taquaraçu De Minas						7 a 8	7	8	9
Teixeiras						7		7 a 8	9
Tiradentes						7 a 8	7	8	9
Tiros						7	7	8	
Tocos Do Moji		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11	12
Toledo		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Tombos			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Três Corações					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Três Pontas						7 a 8		7 a 8	9
Tupaciguara						7	7		8
Turvolândia			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Uberaba					7	8	7 a 8	9	
Uberlândia					7		7 a 8		9
Unaí									7
Vargem Bonita			7		7 a 8	9	7 a 9	10	
Varginha						7 a 8		7 a 8	9
Varjão De Minas								7	
Vazante									7
Veríssimo						7	7	8	9
Vespasiano						7	7	8	9
Viçosa						7		7 a 8	9
Vieiras			7	7		8	7 a 8	9	10
Virgínia		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11	12
Virginópolis						7		7	8
Wenceslau Braz		7 a 8		7	8 a 9	10	7 a 10	11	12

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados									7
Abaeté									7
Água Comprida						7		7 a 8	
Aguanil						7 a 8		7 a 8	9
Aiuruoca		7 a 8	9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Alagoa		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Albertina			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Alfenas					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Alfredo Vasconcelos						7	7	8	9
Alpinópolis			7		7 a 8		7 a 8	9	
Alterosa			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Alto Caparaó			7	7		8	7 a 8	9	
Alto Jequitibá					7	8	7	8	9
Alto Rio Doce						7		7 a 8	
Alvinópolis								7	8
Alvorada De Minas								7	
Andradas			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Andrelândia		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Antônio Carlos					7	8	7 a 8	9	10
Antônio Dias								7	
Antônio Prado De Minas					7		7	8	9
Aracitaba						7	7	8	9
Araguari								7	
Arantina		7 a 8	9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Araponga						7	7		8
Araporã									7
Arapuá								7	8
Araújos								7	

Araxá				7		8	7 a 8		9
Arceburgo			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Arcos						7	7		8
Areado			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Baependi		7 a 8	9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Baldim									7
Bambuí					7	8	7	8	9
Bandeira Do Sul			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9		10
Barão De Cocais						7		7	8
Barbacena					7	8	7 a 8	9	10
Barroso					7	8	7	8	9
Bela Vista De Minas								7	8
Belmiro Braga			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Belo Horizonte						7	7		8
Belo Vale						7 a 8	7	8	9
Betim						7	7		8
Bias Fortes			7	7	8	9	7 a 8	9	10 a 11
Boa Esperança						7 a 8	7	8	9
Bocaina De Minas	7	8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	
Bom Despacho								7	
Bom Jardim De Minas		7 a 8	9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Bom Jesus Da Penha			7		7 a 8		7 a 8	9	
Bom Jesus Do Amparo						7		7	8
Bom Repouso		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11	12
Bom Sucesso						7		7 a 8	9
Bonfim						7	7	8	9
Borda Da Mata		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Botelhos			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9		10
Brás Pires						7		7	8
Braúnas									7
Brazópolis		7 a 8		7	8 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12
Brumadinho						7	7	8	9
Bueno Brandão		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Cabo Verde			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Cachoeira Da Prata									7
Cachoeira De Minas		7 a 8	9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Cachoeira Dourada									7
Caeté						7		7	8
Caiana			7	7		8	7 a 8	9	
Cajuri								7	8
Caldas			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Camacho						7		7	8
Camanducaia		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12	
Cambuí		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Cambuquira			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Campanha					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Campestre			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Campina Verde									7
Campo Belo						7		7 a 8	
Campo Do Meio					7	8	7	8	9
Campo Florido								7	8
Campos Altos					7		7	8	
Campos Gerais					7	8	7	8 a 9	
Cana Verde						7 a 8		7 a 8	9
Canaã						7		7	8
Canápolis									7
Candeias						7		7 a 8	
Cantagalo									7
Caparaó			7	7		8	7 a 8	9	
Capela Nova						7		7 a 8	9
Capetinga			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Capim Branco									7
Capinópolis									7
Capitólio					7	8	7	8 a 9	
Caranaíba						7	7	8	9
Carandaí						7	7	8	9
Carangola				7		8	7	8	9
Careaçu			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Carmésia								7	
Carmo Da Cachoeira						7 a 8		7 a 8	9
Carmo Da Mata						7		7	8
Carmo De Minas			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11
Carmo Do Cajuru								7	8
Carmo Do Paranaíba						7		7	8
Carmo Do Rio Claro					7	8	7	8 a 9	
Carmópolis De Minas						7	7		8
Carrancas					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Carvalhópolis			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Carvalhos		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Casa Grande						7	7	8	9
Cascalho Rico								7	
Cássia			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Catas Altas						7	7		8
Catas Altas Da Noruega						7		7	8
Caxambu			7 a 8	7 a 8	9	10	7 a 9	10 a 11	12
Cedro Do Abaeté								7	
Centralina									7
Chácara					7	8	7 a 8	9	10
Chiador			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	
Cipotânea						7		7	8
Claraval			7		7 a 8		7 a 8	9	10
Cláudio						7		7	8
Coimbra								7	8
Coluna									7
Comendador Gomes									7 a 8
Conceição Da Aparecida			7		7 a 8		7 a 8	9	
Conceição Da Barra De Minas						7 a 8	7	8	9
Conceição Das Alagoas								7	8
Conceição Das Pedras			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Conceição Do Mato Dentro								7	
Conceição Do Pará									7
Conceição Do Rio Verde			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Conceição Dos Ouros		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11	12
Confins								7	8
Congonhal			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
Congonhas						7	7	8	9
Congonhas Do Norte									7
Conquista					7	8	7	8	9
Conselheiro Lafaiete						7	7	8	9
Consolação		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11 a 12	
Contagem						7	7		8
Coqueiral						7 a 8		7 a 8	9
Cordisburgo									7
Cordislândia					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Coromandel								7	
Coronel Fabriciano									7
Coronel Pacheco					7	8	7	8 a 9	
Coronel Xavier Chaves						7 a 8	7	8	9
Córrego Danta						7	7	8	
Córrego Do Bom Jesus		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Córrego Fundo						7	7	8	
Cristais						7 a 8	7	8	9
Cristiano Otoni						7	7	8	9
Cristina			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Crucilândia						7	7	8	
Cruzeiro Da Fortaleza						7	7		8
Cruzília			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Datas								7	
Delfim Moreira		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11	12
Delfinópolis			7		7 a 8		7 a 8	9	
Delta						7 a 8		7 a 8	9
Desterro De Entre Rios						7	7	8	9
Desterro Do Melo						7	7	8	9
Divinésia						7		7	8
Divino					7	8	7	8	9
Divinolândia De Minas									7
Divinópolis								7	8
Divisa Nova			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Dom Joaquim								7	
Dom Silvério									7 a 8
Dom Viçoso		7 a 8		7 a 8	9	10	7 a 9	10 a 11	12
Dores De Campos						7	7	8	9
Dores De Guanhães								7	
Dores Do Indaiá								7	
Dores Do Turvo						7		7	8
Doresópolis						7 a 8	7	8	9
Douradoquara								7	
Elói Mendes					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Entre Rios De Minas						7	7	8	9
Ervália						7	7		8
Esmeraldas								7	8
Espera Feliz			7	7		8	7 a 8	9	
Espírito Santo Do Dourado			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Estiva		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11	12
Estrela Do Indaiá						7	7		8
Estrela Do Sul								7	8
Eugenópolis					7		7	8	9
Ewbank Da Câmara				7		8	7 a 8	9	10
Extrema		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12	7 a 11	12	
Fama					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Faria Lemos			7	7		8	7 a 8		9
Ferros								7	
Fervedouro					7		7	8	
Florestal								7	8
Formiga						7 a 8	7	8	9
Fortaleza De Minas			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Fortuna De Minas									7
Frei Lagonegro									7
Fronteira								7	8
Frutal									7 a 8
Funilândia									7
Goianá						7	7	8	9
Gonçalves		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
Gonzaga									7
Gouveia									7
Grupiara								7	
Guanhães									7
Guapé					7	8	7	8	9
Guaranésia			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Guarda-Mor									7
Guaxupé			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Guimarânia						7	7		8
Gurinhatã									7
Heliodora			7		7	8	7 a 8	9	10
Ibertioga					7		7	8	9
Ibiá				7		8	7	8	9
Ibiraci			7		7 a 8		7 a 8	9	10
Ibirité						7	7	8	
Ibitiúra De Minas			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Ibituruna								7	8
Igarapé						7	7		8
Igaratinga								7	
Iguatama						7	7	8	
Ijaci								7	8
Ilicínea					7	8	7	8	9
Inconfidentes			7 a 8	7	8	9 a 10	7 a 9	10	11
Indianópolis						7	7		8
Ingaí						7		7	8
Inhaúma									7

Ipuiúna			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Iraí De Minas						7	7		8
Itabira								7	8
Itabirito						7 a 8	7	8	9
Itaguara						7	7		8
Itajubá			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Itambé Do Mato Dentro								7	8
Itamogi			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Itamonte		7	8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11 a 12
Itanhandu		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
Itapagipe									7 a 8
Itapecerica						7		7	8
Itapeva		7	8 a 9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 9	10 a 11	12
Itatiaiuçu						7	7		8
Itaú De Minas			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Itaúna								7	8
Itaverava								7	
Ituiutaba									7
Itumirim						7		7	8
Itutinga						7		7	8
Jaboticatubas								7	8
Jacuí			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Jacutinga			7 a 8	7	8	9	7 a 9	10	11
Japaraíba						7	7		8
Jeceaba						7 a 8	7	8	9
Jequitibá									7
Jesuânia			7		7	8	7 a 8	9	10
João Monlevade								7	8
Juatuba						7		7	8
Juiz De Fora					7	8	7 a 8	9	10
Juruaia			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Lagamar									7
Lagoa Da Prata							7		8
Lagoa Dourada						7		7	8
Lagoa Formosa								7	
Lagoa Santa						7		7	8
Lambari			7		7	8	7	8 a 9	10
Lamim						7		7	8
Lavras						7		7	8
Leandro Ferreira									7
Liberdade		7	8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11 a 12
Lima Duarte			7	7	8	9	7 a 8	9	10
Luisburgo					7	8	7	8	9
Luminárias						7		7 a 8	9
Luz						7	7		8
Machado					7	8	7	8	9
Madre De Deus De Minas					7	8	7	8	9
Maravilhas									7
Maria Da Fé			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Mariana						7		7	8
Mário Campos						7	7		8
Marmelópolis		7	8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11 a 12
Martinho Campos									7
Materlândia									7
Mateus Leme						7		7	8
Matias Barbosa			7		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Matozinhos									7
Matutina								7	8
Medeiros				7		8	7	8	9
Mercês						7	7	8	9
Minduri			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Miradouro						7	7	8	
Miraí						7	7		8
Moeda						7 a 8	7	8	9
Moema								7	8
Monsenhor Paulo					7	8		7 a 8	9
Monte Alegre De Minas								7	
Monte Belo			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Monte Carmelo						7		7	8
Monte Santo De Minas			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Monte Sião			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Morro Do Pilar								7	8
Munhoz		7	8 a 9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 9	10 a 11	12
Muriaé						7	7		8
Muzambinho			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Natércia			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Nazareno						7		7	8
Nepomuceno						7		7	8
Nova Era								7	8
Nova Lima						7 a 8	7	8	9
Nova Ponte						7	7	8	
Nova Resende			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Nova Serrana									7
Nova União						7		7	8
Olaria			7	7	8	9	7 a 9	10	11
Olímpio Noronha			7		7	8	7 a 8	9	10
Oliveira						7	7		8
Oliveira Fortes						7		7	8
Onça De Pitangui									7
Orizânia					7		7	8	9
Ouro Branco								7	
Ouro Fino			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Ouro Preto						7	7		8
Paineiras									7
Pains						7	7	8	
Paiva						7	7	8	9
Pará De Minas								7	
Paraguaçu					7	8	7	8	9
Paraisópolis		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
Passa Quatro		7	8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11 a 12
Passa Tempo						7	7		8
Passabém								7	8
Passa-Vinte		7	8	7 a 8	9	10	7 a 9	10 a 11	12
Passos			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Patos De Minas								7	
Patrocínio						7	7	8	
Paula Cândido						7		7	8
Paulistas									7
Peçanha									7
Pedra Bonita						7	7	8	
Pedra Do Anta								7	8
Pedra Do Indaiá						7		7	8
Pedra Dourada					7		7	8	9
Pedralva			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Pedrinópolis						7	7	8	
Pedro Leopoldo								7	8
Pedro Teixeira					7	8	7	8 a 9	10
Pequi									7
Perdigão								7	
Perdizes					7	8	7	8	9
Perdões						7 a 8		7 a 8	9
Piau					7	8	7	8	9
Piedade Do Rio Grande					7	8	7	8	9
Piedade Dos Gerais						7	7	8	9
Pimenta						7 a 8	7	8	9
Piracema						7	7	8	
Pirajuba									7 a 8
Piranga						7		7	8
Piranguçu			7 a 8		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Piranguinho			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11
Pitangui									7
Piumhi					7	8	7	8	9
Planura									7 a 8
Poço Fundo					7	8	7	8 a 9	
Poços De Caldas			7		7 a 8		7 a 8	9	10
Porto Firme						7		7	8
Pouso Alegre			7 a 8	7	8	9 a 10	7 a 9	10	11
Pouso Alto		7	8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Prados						7		7	8
Prata								7	8
Pratápolis			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Pratinha				7		8	7	8	9
Presidente Bernardes						7		7	8
Presidente Kubitschek									7
Presidente Olegário									7
Prudente De Morais									7
Quartel Geral								7	
Queluzito						7		7	8
Raposos						7	7	8	
Resende Costa						7		7	8
Ressaquinha								7	8
Ribeirão Das Neves								7	8
Ribeirão Vermelho								7	8
Rio Acima						7	7	8	9
Rio Espera						7		7	8
Rio Manso						7	7		8
Rio Novo						7	7	8	9
Rio Paranaíba						7	7	8	
Rio Piracicaba								7	8
Rio Preto			7 a 8	7	8	9	7 a 9	10	11
Rio Vermelho									7
Ritápolis								7	8
Romaria						7	7		8
Rosário Da Limeira						7	7		8
Sabará						7		7	8
Sabinópolis								7	
Sacramento				7		8	7 a 8	9	
Santa Bárbara						7	7		8
Santa Bárbara Do Monte Verde			7	7	8	9	7 a 8	9	10 a 11
Santa Bárbara Do Tugúrio								7	8
Santa Cruz De Minas						7		7	8
Santa Efigênia De Minas									7
Santa Juliana					7		7	8	9
Santa Luzia						7		7	8
Santa Margarida						7	7	8	
Santa Maria De Itabira								7	8
Santa Rita De Caldas			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Santa Rita De Ibitipoca					7	8	7	8	9
Santa Rita De Jacutinga		7	8	7 a 8	9	10	7 a 9	10	11 a 12
Santa Rita Do Sapucaí			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11
Santa Rosa Da Serra						7	7	8	
Santana Da Vargem						7		7	8
Santana De Pirapama									7
Santana Do Deserto			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Santana Do Garambéu					7	8	7 a 8	9	10
Santana Do Jacaré						7		7 a 8	
Santana Do Riacho								7	8
Santana Dos Montes								7	8
Santo Antônio Do Amparo						7		7 a 8	
Santo Antônio Do Itambé									7
Santo Antônio Do Monte								7	8
Santo Antônio Do Rio Abaixo								7	8
Santos Dumont						7	7	8	9
São Bento Abade						7		7 a 8	
São Brás Do Suaçuí						7		7	8
São Domingos Do Prata								7	8
São Francisco De Paula						7		7	8
São Francisco De Sales									7 a 8
São Francisco Do Glória					7		7	8	9

São Geraldo						7		7	8
São Gonçalo Do Pará								7	
São Gonçalo Do Rio Abaixo						7		7	8
São Gonçalo Do Sapucaí					7	8	7	8	9
São Gotardo						7	7		8
São João Batista Do Glória			7		7 a 8		7 a 8	9	
São João Da Mata			7		7 a 8		7 a 8	9	10
São João Del Rei						7	7	8	9
São João Do Manhuaçu					7		7	8	9
São João Evangelista									7
São Joaquim De Bicas						7	7		8
São José Da Barra					7	8	7 a 8	9	
São José Da Lapa								7	8
São José Da Varginha									7
São José Do Alegre			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11
São Lourenço			7 a 8	7	8	9	7 a 9	10	11
São Miguel Do Anta								7	8
São Pedro Da União			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
São Roque De Minas					7	8	7 a 8	9	
São Sebastião Da Bela Vista			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11
São Sebastião Da Vargem Alegre						7	7		8
São Sebastião Do Oeste								7	8
São Sebastião Do Paraíso			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
São Sebastião Do Rio Preto								7	8
São Sebastião Do Rio Verde		7	8	7	8	9	7 a 9	10	11
São Thomé Das Letras			7		7	8	7	8 a 9	
São Tiago								7	8
São Tomás De Aquino			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
São Vicente De Minas			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Sapucaí-Mirim		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Sardoá									7
Sarzedo						7	7		8
Senador Amaral		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Senador Firmino						7		7	8
Senador José Bento			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11
Senhora De Oliveira						7		7	8
Senhora Do Porto								7	
Senhora Dos Remédios								7	8
Sericita						7		7	8
Seritinga		7	8	7 a 8	9		7 a 9	10	11
Serra Azul De Minas									7
Serra Da Saudade								7	8
Serra Do Salitre					7		7	8	
Serrania					7	8	7	8	9
Serranos		7	8	7	8	9	7 a 9	10	11
Serro								7	
Sete Lagoas									7
Silveirânia						7		7 a 8	
Silvianópolis			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Simão Pereira			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Soledade De Minas			7 a 8	7	8	9	7 a 8	9	10
Tapira				7		8	7 a 8	9	
Tapiraí					7	8	7	8	9
Taquaraçu De Minas						7		7	8
Teixeiras								7	8
Tiradentes						7		7	8
Tiros								7	
Tocos Do Moji		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Toledo		7	8 a 9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 9	10 a 11	12
Tombos				7		8	7	8	9
Três Corações						7 a 8		7 a 8	9
Três Pontas						7		7	8
Tupaciguara								7	
Turvolândia			7		7	8	7	8 a 9	10
Uberaba						7	7	8	9
Uberlândia							7		8
Vargem Bonita					7 a 8		7 a 8	9	
Varginha						7 a 8		7 a 8	
Varjão De Minas									7
Vazante									7
Veríssimo						7	7		8
Vespasiano								7	8
Viçosa								7	8
Vieiras					7		7	8	9
Virgínia		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
Virginópolis									7
Wenceslau Braz			7 a 8		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11

CONTINUAÇÃO PORTARIA SPA/MAPA Nº 383, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina			9 a 10	9	10	11	9 a 11		12
Adolfo			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Aguaí			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Águas Da Prata			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Águas De Lindóia			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13
Águas De Santa Bárbara		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Águas De São Pedro			7 a 9	9	7 a 8 + 10	11	7 a 11	12	13
Agudos		9		9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Alambari		10	11 a 13	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16 a 17
Alfredo Marcondes		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Altair						7		7 a 8	9
Altinópolis			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Alto Alegre			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Alumínio		10	11 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15	16 a 17
Álvares Florence						7 a 8		7 a 9	10
Álvares Machado		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Álvaro De Carvalho			9		9	10	9 a 10	11	12
Alvinlândia			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Americana			9		9	10	9	10 a 11	12
Américo Brasiliense					7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Américo De Campos						7		7 a 9	10
Amparo			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Analândia			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Andradina					9	10	9 a 10		11
Angatuba		10	11 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15	
Anhembi		9		9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Anhumas		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	
Aparecida		7 a 9	10	7 a 10	11	12 a 13	7 a 12	13	
Aparecida D'Oeste						7 a 9		7 a 10	
Apiaí	10 a 14		15	10 a 15	16 a 17		10 a 16	17	
Araçariguama			10 a 12	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15
Araçatuba					9	10	9	10	11
Araçoiaba Da Serra		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16 a 17
Aramina						7 a 9	7	8 a 9	10
Arandu		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Araraquara			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Araras			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Arco-Íris			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Arealva					9	10	9	10	11
Areias	7 a 8	9	10	7 a 10	11 a 13		7 a 13		
Areiópolis		9		9	10	11	9 a 11	12	13
Ariranha					7	8 a 9		7 a 9	10
Artur Nogueira			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Aspásia						7 a 9		7 a 9	10
Assis		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Atibaia		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Auriflama						9		9 a 10	
Avaí			9		9	10	9 a 10	11	12
Avanhandava					9 a 10		9	10 a 11	12
Avaré		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Bady Bassitt					7	8 a 9		7 a 9	10
Balbinos					9	10	9	10	11
Bálsamo					7	8		7 a 9	10
Barão De Antonina	9	10 a 11	12 a 13	9 a 13	14		9 a 14	15	
Barbosa					9	10	9	10	11
Bariri			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Barra Bonita			9	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13
Barra Do Chapéu	10 a 14		15	10 a 15	16 a 17		10 a 16	17	
Barretos								7	8 a 9
Barrinha						7 a 9		7 a 9	10
Bastos			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Batatais			7		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	
Bauru			9		9	10	9 a 10	11	12
Bebedouro						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Bento De Abreu			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Bernardino De Campos		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	
Bilac			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Birigui					9	10	9	10 a 11	
Boa Esperança Do Sul			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Bocaina			9		9	10	9 a 10	11	12

Bofete		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	15
Boituva		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 14	
Bom Jesus Dos Perdões		9	10	9	10 a 12	13	9 a 13		14
Bom Sucesso De Itararé	10 a 14		15	10 a 15		16 a 17	10 a 16	17	
Borá			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Boracéia					9	10	9	10	11
Borborema			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Borebi		9		9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Botucatu		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Bragança Paulista		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Braúna			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Brejo Alegre					9	10	9	10	11
Brodowski					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Brotas			7 a 9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Buri		10 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	17
Buritama						9 a 10	9	10	11
Buritizal					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Cabrália Paulista		9		9	10	11	9 a 11	12	13
Cabreúva		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Caçapava		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Cachoeira Paulista		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11 a 13		7 a 13		
Caconde			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10		11
Cafelândia			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Caiabu		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Caiuá		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Cajobi						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Cajuru			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	
Campina Do Monte Alegre		10 a 12	13	10 a 13	14	15	10 a 15		16 a 17
Campinas			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Campo Limpo Paulista		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Campos Do Jordão		7 a 9		7 a 9	10	11	7 a 10	11	
Campos Novos Paulista		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Canas		7 a 9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Cândido Mota		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Cândido Rodrigues						7 a 9		7 a 9	10
Canitar		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	
Capão Bonito	10 a 14		15	10 a 15		16 a 17	10 a 16	17	
Capela Do Alto		9 a 10	11 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	16
Capivari			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13
Cardoso						7		7 a 8	9
Casa Branca			7 a 9		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Cássia Dos Coqueiros			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Castilho			9		9 a 10		9 a 10	11	
Catanduva					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Catiguá					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Cedral					7	8 a 9		7 a 9	10
Cerqueira César		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	
Cerquilho		9		9	10	11 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Cesário Lange		9	10	9	10	11 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Charqueada			7 a 9	9	7 a 8 + 10	11	7 a 11	12	13
Chavantes		9	10 a 12	9 a 10	11 a 13		9 a 13	14	
Clementina			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Colina						7		7	8 a 9
Colômbia									7 a 9
Conchal			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11	12
Conchas			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14
Cordeirópolis			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Coroados					9 a 10		9 a 10	11	12
Coronel Macedo		10 a 13		10 a 13	14	15	10 a 14	15	16 a 17
Corumbataí			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Cosmópolis			9		9	10	9	10 a 11	12
Cosmorama					7	8	7 a 8	9	10
Cravinhos					7	8 a 9		7 a 9	10
Cristais Paulista			7	7	8	9	7 a 8	9 a 10	
Cruzália		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Cruzeiro		7 a 9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Descalvado			7 a 9		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Dirce Reis						7 a 9		7 a 9	10
Divinolândia			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Dobrada						7 a 9	7	8 a 9	10
Dois Córregos			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Dolcinópolis						7 a 8		7 a 9	10
Dourado			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Dracena			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	
Duartina			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Dumont						7 a 9		7 a 9	10
Echaporã			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Elias Fausto			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Elisiário					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Embaúba						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Emilianópolis		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Engenheiro Coelho			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Espírito Santo Do Pinhal			7 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Espírito Santo Do Turvo		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Estiva Gerbi			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Estrela Do Norte		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Estrela D'Oeste						7 a 9		7 a 9	10
Euclides Da Cunha Paulista	9 a 10	11	12 a 13	9 a 11	12 a 14	15	9 a 14	15	
Fartura		9 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Fernando Prestes						7 a 9		7 a 9	10
Fernandópolis						7 a 9		7 a 9	10
Fernão			9	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13
Flora Rica		9	10	9	10	11	9 a 11	12	13
Floreal						9		9	10
Flórida Paulista			9 a 10	9	10	11	9 a 11		12
Florínia		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13		9 a 13	14	
Franca			7	7	8 a 9		7 a 9	10	
Gabriel Monteiro			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Gália			9	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13
Garça			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Gastão Vidigal						9		9	10
Gavião Peixoto					7 a 9	10	7 a 9	10	11
General Salgado						9		9	10
Getulina			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Glicério					9	10	9	10 a 11	
Guaiçara			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Guaimbê			9		9	10	9	10 a 11	
Guaíra						7		7	8 a 9
Guapiaçu						7 a 8		7 a 9	10
Guapiara	10 a 14		15	10 a 15		16 a 17	10 a 16	17	
Guará					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Guaraçaí			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Guaraci								7	8 a 9
Guarani D'Oeste						7		7 a 8	9
Guarantã					9	10	9	10	11
Guararapes			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Guaratinguetá		7 a 9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Guareí			10 a 12	10	11 a 13	14	10 a 13	14 a 15	
Guariba						7 a 9		7 a 9	10
Guatapará						7 a 9		7 a 9	10
Guzolândia						9		9 a 10	
Herculândia			9		9	10	9 a 10	11	12
Holambra			9		9	10	9	10 a 11	12
Hortolândia			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13
Iacanga					9	10	9	10	11
Iacri			9 a 10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Iaras		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Ibaté			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Ibirá					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Ibirarema		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Ibitinga			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Ibiúna	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16 a 17	10 a 16	17	
Icém						7		7 a 8	9
Iepê		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Igaraçu Do Tietê			9	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13
Igarapava					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Igaratá		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Ilha Solteira						9 a 10		9 a 10	
Indaiatuba			9		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Indiana			9 a 10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Indiaporã						7		7 a 8	9
Inúbia Paulista			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	
Ipaussu		9	10 a 12	9 a 10	11 a 13		9 a 13	14	
Iperó		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Ipeúna			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Ipiguá						7 a 8		7 a 9	10
Ipuã						7 a 8		7 a 9	10
Iracemápolis			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Irapuã					7 a 8	9 a 10	7 a 8	9 a 10	11

Irapuru			9 a 10	9	10	11	9 a 11		12
Itaberá	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16	17
Itaí		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15	16 a 17
Itajobi					7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Itaju					9	10	9	10 a 11	12
Itapetininga		10 a 13	14	10 a 13	14 a 15		10 a 15	16	17
Itapeva	10 a 13	14		10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Itapira			7 a 9	7 a 9	10	11	7 a 11	12	13
Itapirapuã Paulista	10 a 14	15		10 a 15	16 a 17		10 a 16	17	
Itápolis					7 a 8	9 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Itaporanga	9	10 a 13		9 a 13	14	15	9 a 14	15	16
Itapuí					9	10	9	10	11
Itapura					9	10	9	10	11
Itararé	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Itatiba			9		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Itatinga		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Itirapina			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Itirapuã			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Itobi			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10		11
Itu		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Itupeva		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Ituverava					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Jaborandi						7		7	8 a 9
Jaboticabal						7 a 9		7 a 9	10
Jacareí		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Jaci					7	8 a 9		7 a 10	
Jaguariúna			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Jales						7 a 9		7 a 9	10
Jardinópolis					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Jarinu		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Jaú			9		9	10	9 a 10	11	12
Jeriquara			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Joanópolis		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
João Ramalho			9 a 10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
José Bonifácio					7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Júlio Mesquita			9		9	10	9	10 a 11	
Jumirim			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14
Jundiaí		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Junqueirópolis			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	
Laranjal Paulista			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Lavínia			9		9 a 10		9 a 10	11	
Lavrinhas		7 a 9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Leme			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Lençóis Paulista		9		9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Limeira			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Lindóia			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13
Lins			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Lorena		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11 a 13		7 a 13		
Lourdes						9		9 a 10	11
Louveira			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Lucélia			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	
Lucianópolis		9		9	10	11	9 a 11	12	13
Luís Antônio					7 a 9			7 a 10	
Luiziânia			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Lupércio			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Lutécia			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Macatuba			9	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13
Macaubal					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Macedônia						7		7 a 9	
Magda						9		9	10
Mairinque		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16 a 17
Manduri		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	
Marabá Paulista		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Maracaí		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Marapoama					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	
Mariápolis			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13
Marília			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13
Marinópolis						7 a 9		7 a 10	
Martinópolis		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Matão						7 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Mendonça					7 a 8	9 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Meridiano						7 a 9		7 a 9	10
Mesópolis						7		7	8 a 9
Miguelópolis						7 a 8		7 a 9	
Mineiros Do Tietê			9	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13
Mira Estrela						7		7 a 8	9
Mirandópolis			9		9 a 10		9 a 10	11	
Mirante Do Paranapanema		9 a 10	11	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13 a 14	15
Mirassol					7	8 a 9		7 a 9	10
Mirassolândia					7	8		7 a 9	10
Mococa			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Mogi Guaçu			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Mogi Mirim			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Mombuca			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13
Monções					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Monte Alegre Do Sul			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Monte Alto						7 a 9		7 a 9	10
Monte Aprazível					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Monte Azul Paulista						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Monte Castelo			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Monte Mor			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13
Monteiro Lobato		7 a 9	10	7 a 10	11	12 a 13	7 a 12	13	
Morro Agudo						7 a 9		7 a 9	10
Morungaba			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Motuca						7 a 9	7	8 a 9	10
Murutinga Do Sul					9 a 10		9 a 10		11
Nantes		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Narandiba		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Nazaré Paulista		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	
Neves Paulista					7	8 a 9		7 a 9	10
Nhandeara					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Nipoã					7	8 a 9		7 a 10	
Nova Aliança					7 a 8	9	7	8 a 10	11
Nova Campina	10 a 13	14	15	10 a 15		16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Nova Canaã Paulista						7 a 9		7 a 9	10
Nova Castilho						9		9	10
Nova Europa					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Nova Granada						7 a 8		7 a 9	10
Nova Guataporanga			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Nova Independência			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Nova Luzitânia						9		9	10
Nova Odessa			9		9	10	9	10 a 11	12
Novais					7	8 a 9		7 a 9	10
Novo Horizonte			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Nuporanga			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Ocauçu			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Óleo		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Olímpia						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Onda Verde						7 a 8		7 a 9	10
Oriente			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Orindiúva						7		7 a 8	9
Orlândia						7 a 9		7 a 9	10
Oscar Bressane			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Osvaldo Cruz			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	
Ourinhos		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14
Ouro Verde			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	
Ouroeste						7		7 a 8	9
Pacaembu			9	9	10	11	9 a 11		12
Palestina						7		7 a 8	9
Palmares Paulista					7	8 a 9		7 a 9	10
Palmeira D'Oeste						7 a 9		7 a 9	10
Palmital		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Panorama			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	
Paraguaçu Paulista		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Paraíso						7 a 9		7 a 9	10
Paranapanema		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15	16 a 17
Paranapuã						7		7 a 8	9
Parapuã			9 a 10	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Pardinho		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Parisi						7 a 8		7 a 9	10
Patrocínio Paulista			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Paulicéia			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Paulínia			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Paulistânia		9		9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Paulo De Faria						7		7 a 8	9
Pederneiras			9		9	10	9 a 10	11	12
Pedra Bela			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	
Pedranópolis						7 a 9		7 a 9	10
Pedregulho			7	7	8	9	7 a 8	9 a 10	

Pedreira			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Pedrinhas Paulista		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Penápolis					9 a 10		9	10 a 11	12
Pereira Barreto					9	10	9	10	11
Pereiras		9		9	10	11 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Piacatu			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Piedade	10	11 a 14		10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Pilar Do Sul	10	11 a 14	15	10 a 15		16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Pindamonhangaba		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 12	13	
Pindorama					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Pinhalzinho			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	
Piquerobi		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	
Piquete		7 a 9	10	7 a 10	11	12 a 13	7 a 12	13	
Piracaia		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Piracicaba			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13
Piraju		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Pirajuí			9		9	10	9	10	11
Pirangi						7 a 9		7 a 9	10
Pirapozinho		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Pirassununga			7 a 9		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	
Piratininga		9		9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Pitangueiras						7 a 9		7 a 8	9 a 10
Planalto					7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Platina		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Poloni					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Pompéia			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Pongaí			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Pontal						7 a 9		7 a 9	10
Pontalinda						7 a 9		7 a 9	10
Pontes Gestal						7		7 a 8	9
Populina								7	8 a 9
Porangaba		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Porto Feliz		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Porto Ferreira					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Potim		7 a 9	10	7 a 10	11	12 a 13	7 a 12	13	
Potirendaba					7	8 a 9	7	8 a 10	
Pracinha		9	10	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Pradópolis						7 a 9		7 a 9	10
Pratânia		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Presidente Alves			9		9	10	9 a 10	11	12
Presidente Bernardes		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Presidente Epitácio		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Presidente Prudente		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
Presidente Venceslau		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Promissão			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Quadra		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Quatá			9 a 10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Queiroz			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Queluz	7	8 a 9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Quintana			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Rafard			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Rancharia		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Regente Feijó		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Reginópolis					9	10	9	10	11
Restinga			7		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	
Ribeira	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17		10 a 17		
Ribeirão Bonito			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
Ribeirão Branco	10 a 14		15	10 a 15		16 a 17	10 a 16	17	
Ribeirão Corrente			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Ribeirão Do Sul		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Ribeirão Dos Índios		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Ribeirão Grande	10 a 14		15	10 a 15		16 a 17	10 a 16	17	
Ribeirão Preto					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Rifaina			7	7	8	9	7 a 8	9 a 10	
Rincão						7 a 9	7	8 a 10	
Rinópolis			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Rio Claro			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11	12
Rio Das Pedras			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13
Riolândia						7		7 a 8	9
Riversul	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	17
Rosana	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15	9 a 14	15	

Roseira		7 a 9	10	7 a 10	11	12 a 13	7 a 12	13	
Rubiácea			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Rubinéia						7 a 9		7 a 9	10
Sabino					9	10	9	10	11
Sagres			9 a 10	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Sales					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Sales Oliveira					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Salmourão			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Saltinho			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13
Salto			9		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Salto De Pirapora		10 a 12	13 a 14	10 a 13	14 a 15		10 a 15	16	17
Salto Grande		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Sandovalina		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Santa Adélia					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Santa Albertina						7		7 a 8	9
Santa Bárbara D'Oeste			9		9	10	9	10 a 11	12
Santa Clara D'Oeste						7 a 9		7 a 9	10
Santa Cruz Da Conceição			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Santa Cruz Da Esperança			7 a 8		7 a 9		7 a 8	9 a 10	
Santa Cruz Das Palmeiras					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Santa Cruz Do Rio Pardo		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Santa Ernestina						7 a 9		7 a 9	10
Santa Fé Do Sul						7 a 9		7 a 9	10
Santa Gertrudes			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Santa Lúcia					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Santa Maria Da Serra			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Santa Mercedes			9	9	10	11	9 a 11		12
Santa Rita Do Passa Quatro					7 a 9			7 a 10	11
Santa Rita D'Oeste						7 a 9		7 a 9	10
Santa Rosa De Viterbo					7 a 9		7 a 8	9 a 10	
Santa Salete						7 a 9		7 a 9	10
Santana Da Ponte Pensa						7 a 9		7 a 9	10
Santo Anastácio		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Santo Antônio Da Alegria			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Santo Antônio De Posse			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Santo Antônio Do Aracanguá					9	10		9 a 10	11
Santo Antônio Do Jardim			7 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Santo Antônio Do Pinhal		7 a 9		7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 12	13	
Santo Expedito		9	10	9 a 10	11		9 a 11	12	13
Santópolis Do Aguapeí			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
São Bento Do Sapucaí		7 a 9		7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12 a 13	
São Carlos			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
São Francisco						7 a 9		7 a 9	10
São João Da Boa Vista			7 a 9	7	8 a 9	10	7 a 10	11	12
São João Das Duas Pontes						7 a 9		7 a 9	10
São João De Iracema						9		9	10
São João Do Pau D'Alho			9		9 a 10		9 a 10	11	12
São Joaquim Da Barra						7 a 9		7 a 9	10
São José Da Bela Vista			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
São José Do Rio Pardo			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10		11
São José Do Rio Preto						7 a 9		7 a 9	10
São José Dos Campos		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
São Manuel		9		9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
São Miguel Arcanjo	10 a 13	14	15	10 a 15		16 a 17	10 a 15	16 a 17	
São Pedro			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
São Pedro Do Turvo		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
São Roque		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16 a 17
São Sebastião Da Grama			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
São Simão					7 a 9			7 a 10	
Sarapuí		10 a 13	14	10 a 13	14 a 15		10 a 15	16	17
Sarutaiá		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Sebastianópolis Do Sul					7	8 a 9	7 a 8	9	10
Serra Azul					7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	
Serra Negra			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Serrana					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Sertãozinho					7	8 a 9		7 a 9	10
Severínia						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Silveiras	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 13		7 a 13		
Socorro			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Sorocaba			10 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14 a 15	
Sud Mennucci					9	10		9 a 10	11
Sumaré			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Suzanápolis						9		9 a 10	
Tabapuã					7	8 a 9		7 a 9	10
Tabatinga					7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Taciba		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Taguaí		9 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 14	15	
Taiaçu						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Taiúva						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Tambaú			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11

Tanabi					7	8		7 a 9	10
Tapiraí	10 a 14		15	10 a 15	16 a 17		10 a 16	17	
Tapiratiba			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Taquaral						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Taquaritinga						7 a 9		7 a 9	10
Taquarituba		10 a 11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14	15	16 a 17
Taquarivaí	10	11 a 14		10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Tarabai		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	
Tarumã		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Tatuí		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Taubaté		7 a 9	10	7 a 10	11	12 a 13	7 a 13		
Tejupá		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Teodoro Sampaio	10	9 + 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14 a 15	
Terra Roxa						7		7	8 a 9
Tietê			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14
Timburi		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	
Torre De Pedra		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Torrinha			9		9	10	9 a 10	11	12
Trabiju			7 a 8		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Tremembé		7 a 9	10	7 a 10	11	12 a 13	7 a 12	13	
Três Fronteiras						7 a 9		7 a 9	10
Tuiuti			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Tupã			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Tupi Paulista			9	9	10	11	9 a 11		12
Turiúba						9		9 a 10	11
Turmalina						7		7 a 8	9
Ubarana			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Ubirajara		9		9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Uchoa					7	8 a 9	7	8 a 9	10
União Paulista					7	8 a 9		7 a 9	10
Urânia						7 a 9		7 a 9	10
Uru			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Urupês					7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Valentim Gentil						7 a 9		7 a 9	10
Valinhos			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Valparaíso			9		9 a 10		9 a 10	11	
Vargem		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Vargem Grande Do Sul			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10		11
Várzea Paulista		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Vera Cruz			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Vinhedo			9		9 a 11	12	9 a 10	11 a 13	
Viradouro						7 a 8		7 a 8	9 a 10
Vista Alegre Do Alto						7 a 9		7 a 9	10
Vitória Brasil						7 a 9		7 a 9	10
Votorantim		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16 a 17
Votuporanga						7 a 9		7 a 9	10
Zacarias					7 a 9	10	7 a 9	10	11

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina					9	10	9 a 10		11
Adolfo					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Aguaí			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Águas Da Prata			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Águas De Lindóia					9	10	9	10	11
Águas De Santa Bárbara			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Águas De São Pedro			7 a 9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Agudos			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Alambari			10 a 12	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15 a 17
Alfredo Marcondes			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Altair								7	8
Altinópolis			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Alto Alegre					9	10	9	10	11
Alumínio			10 a 12	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15
Álvares Florence						7 a 8		7 a 8	9
Álvares Machado		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Álvaro De Carvalho					9	10	9	10	11
Alvinlândia			9		9	10	9	10 a 11	12
Americana						9		9 a 10	11
Américo Brasiliense					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Américo De Campos						7		7 a 8	9
Amparo					9	10 a 11	9	10 a 11	12
Analândia			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Andradina					9			9	10
Angatuba			10 a 12	10	11 a 12	13	10 a 13	14	15 a 17
Anhembi			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13
Anhumas			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13
Aparecida		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 13	7 a 11	12 a 13	
Aparecida D'Oeste						7 a 9		7 a 9	
Apiaí	10 a 13	14	15 a 17	10 a 14	15 a 17		10 a 15	16 a 17	
Araçariguama			10 a 11		10 a 12	13	10 a 12	13	14
Araçatuba						9		9	10
Araçoiaba Da Serra		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15 a 17
Aramina						7 a 8		7 a 8	9
Arandu		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Araraquara					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Araras			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Arco-Íris					9	10	9	10	11
Arealva						9		9	10
Areias	7 a 8	9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 12	13	
Areiópolis			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Ariranha						7 a 8		7 a 8	9
Artur Nogueira			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Aspásia						7 a 8		7 a 8	9
Assis			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Atibaia			9	9	10 a 11	12	9 a 10	11 a 12	13
Auriflama						9		9	
Avaí					9	10	9	10	11
Avanhandava					9	10		9 a 10	11
Avaré		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Bady Bassitt						7 a 8		7 a 9	
Balbinos						9		9	10
Bálsamo						7 a 8		7 a 8	9
Barão De Antonina		9 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Barbosa						9		9	10
Bariri					9	10	9	10	11
Barra Bonita					9	10	9	10	11 a 12
Barra Do Chapéu	10 a 13	14	15 a 17	10 a 14	15 a 17		10 a 15	16 a 17	
Barretos									7 a 8
Barrinha						7 a 8		7 a 8	9
Bastos			9		9	10	9	10	11
Batatais					7 a 8		7	8 a 9	
Bauru					9	10	9	10	11
Bebedouro						7		7	8 a 9
Bento De Abreu					9		9	10	11
Bernardino De Campos		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Bilac					9			9 a 10	11
Birigui						9		9	10
Boa Esperança Do Sul			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Bocaina					9	10	9	10	11
Bofete			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Boituva			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14
Bom Jesus Dos Perdões			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Bom Sucesso De Itararé	10 a 13		14	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Borá			9		9 a 10		9	10 a 11	12
Boracéia						9		9	10
Borborema					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Borebi			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Botucatu			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Bragança Paulista			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Braúna					9	10	9	10	11
Brejo Alegre						9		9	10
Brodowski					7	8	7	8 a 9	
Brotas			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Buri		10 a 12	13	10 a 13	14	15 a 17	10 a 14	15	16 a 17
Buritama						9		9	10
Buritizal					7	8	7	8	9
Cabrália Paulista			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Cabreúva			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Caçapava		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 11	12 a 13	
Cachoeira Paulista	7 a 8	9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Caconde			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9		10
Cafelândia					9	10	9	10	11
Caiabu			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Caiuá		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13
Cajobi						7 a 8		7	8 a 9
Cajuru					7 a 8	9	7	8 a 9	10
Campina Do Monte Alegre		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 17
Campinas					9	10		9 a 11	12
Campo Limpo Paulista			9		9 a 11	12	9 a 10	11 a 12	13
Campos Do Jordão		7 a 8	9	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11	
Campos Novos Paulista			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13

Canas		7 a 9		7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 11	12 a 13	
Cândido Mota		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Cândido Rodrigues						7 a 8		7 a 8	9
Canitar		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Capão Bonito	10 a 13	14		10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Capela Do Alto		9	10 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Capivari					9	10	9	10	11 a 12
Cardoso								7	8
Casa Branca			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Cássia Dos Coqueiros			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Castilho					9		9	10	
Catanduva						7 a 8		7 a 8	9
Catiguá						7 a 8	7	8	9
Cedral						7 a 8		7 a 8	9
Cerqueira César		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Cerquilho			9		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Cesário Lange			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Charqueada			7 a 9		7 a 9	10	7 a 10	11	12
Chavantes		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Clementina					9	10	9	10	11
Colina								7	8 a 9
Colômbia									7 a 8
Conchal			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Conchas			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13
Cordeirópolis			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Coroados					9			9 a 10	
Coronel Macedo		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 17
Corumbataí			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Cosmópolis						9		9 a 10	11
Cosmorama						7 a 8		7 a 8	9
Cravinhos						7 a 8		7 a 8	9
Cristais Paulista					7 a 8		7	8 a 9	
Cruzália		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Cruzeiro		7 a 9		7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 11	12 a 13	
Descalvado			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Dirce Reis						7 a 8		7 a 8	9
Divinolândia			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9	10	11
Dobrada						7 a 8		7 a 8	9
Dois Córregos					9	10	9	10	11
Dolcinópolis						7		7	8 a 9
Dourado			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Dracena			9		9	10	9 a 10	11	
Duartina			9		9	10	9	10 a 11	12
Dumont						7 a 8		7 a 8	9
Echaporã			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Elias Fausto					9	10 a 11	9	10 a 11	12
Elisiário						7 a 8	7	8	9
Embaúba						7 a 8		7	8 a 9
Emilianópolis			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Engenheiro Coelho			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11 a 12
Espírito Santo Do Pinhal			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Espírito Santo Do Turvo			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Estiva Gerbi			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Estrela Do Norte		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Estrela D'Oeste						7 a 8		7 a 8	9
Euclides Da Cunha Paulista	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Fartura		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13		9 a 13		14
Fernando Prestes						7 a 8		7 a 8	9
Fernandópolis						7 a 8		7 a 8	9
Fernão			9		9	10	9	10	11 a 12
Flora Rica			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Floreal									9
Flórida Paulista					9	10	9 a 10		11
Florínia		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	
Franca					7 a 8		7 a 8	9	10
Gabriel Monteiro					9	10	9	10	11
Gália			9		9	10	9	10	11 a 12
Garça			9		9	10	9	10	11
Gastão Vidigal								9	
Gavião Peixoto					7 a 8	9	7 a 8	9	10
General Salgado								9	
Getulina					9	10	9	10	11
Glicério					9			9 a 10	
Guaiçara					9	10	9	10	11
Guaimbê					9			9 a 10	
Guaíra									7 a 8
Guapiaçu						7 a 8		7 a 8	9
Guapiara	10 a 13	14		10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Guará						7 a 8		7 a 8	9
Guaraçaí					9	10	9	10	11
Guaraci									7 a 8
Guarani D'Oeste								7	8
Guarantã						9		9 a 10	
Guararapes					9		9	10	11
Guaratinguetá		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 11	12 a 13	
Guareí			10 a 11		10 a 12	13	10 a 12	13 a 14	
Guariba						7 a 8		7 a 8	9
Guatapará						7 a 8		7 a 8	9
Guzolândia						9		9	
Herculândia					9	10	9	10	11
Holambra						9		9 a 10	11
Hortolândia					9	10		9 a 10	11 a 12
Iacanga						9		9	10
Iacri			9		9	10	9	10 a 11	
Iaras			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Ibaté			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	
Ibirá						7 a 8	7	8	9
Ibirarema			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Ibitinga					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Ibiúna	10 a 12	13	14	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Icém								7	8
Iepê		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Igaraçu Do Tietê			9		9	10	9	10	11 a 12
Igarapava					7	8	7	8	9
Igaratá			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Ilha Solteira						9		9	10
Indaiatuba			9		9	10 a 11	9	10 a 12	13
Indiana			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Indiaporã									7 a 8
Inúbia Paulista			9		9	10	9 a 10	11	
Ipaussu		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	
Iperó			9 a 11	9	10 a 12	13	9 a 11	12 a 13	14
Ipeúna			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Ipiguá						7 a 8		7 a 8	9
Ipuã						7 a 8		7 a 8	9
Iracemápolis			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Irapuã					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Irapuru			9		9	10	9 a 10		11
Itaberá	10	11 a 13		10 a 13	14	15 a 17	10 a 14	15	16 a 17
Itaí		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15 a 17
Itajobi					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Itaju						9		9 a 10	
Itapetininga		10 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15 a 17	10 a 14	15	16 a 17
Itapeva	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 17	10 a 15	16 a 17	
Itapira			7 a 9	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Itapirapuã Paulista	10 a 13	14	15 a 17	10 a 15	16 a 17		10 a 15	16 a 17	
Itápolis					7	8 a 9		7 a 9	10
Itaporanga	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Itapuí						9		9 a 10	
Itapura						9		9	10
Itararé	10 a 12	13	14	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Itatiba			9		9 a 10	11	9	10 a 12	
Itatinga			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Itirapina			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Itirapuã			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Itobi			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9		10
Itu			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Itupeva			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Ituverava						7 a 8	7	8	9
Jaborandi									7 a 8
Jaboticabal						7 a 8		7	8 a 9
Jacareí	7 a 8	9	10 a 11	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Jaci						7 a 8		7 a 9	
Jaguariúna						9 a 10		9 a 10	11
Jales						7 a 8		7 a 8	9
Jardinópolis						7 a 8	7	8	9
Jarinu			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Jaú					9		9	10	11
Jeriquara					7	8	7	8 a 9	
Joanópolis			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13

João Ramalho			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
José Bonifácio					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Júlio Mesquita					9	10	9	10	
Jumirim			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13
Jundiaí			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12	13
Junqueirópolis			9		9	10	9 a 10	11	
Laranjal Paulista			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13
Lavínia					9		9	10	
Lavrinhas		7 a 9		7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 12	13	
Leme			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Lençóis Paulista			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13
Limeira			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Lindóia					9	10	9	10	11 a 12
Lins					9	10	9	10	11
Lorena		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 13		
Lourdes						9		9	10
Louveira			9		9 a 10	11	9	10 a 12	13
Lucélia			9		9	10	9 a 10	11	
Lucianópolis			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Luís Antônio						7 a 9		7 a 9	
Luiziânia					9	10	9	10	11
Lupércio			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Lutécia			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Macatuba					9	10	9	10	11 a 12
Macaubal						7 a 8		7 a 9	
Macedônia								7 a 8	
Magda									9
Mairinque		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15 a 17
Manduri		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	14
Marabá Paulista		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	
Maracaí		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Marapoama						7 a 8	7	8 a 9	10
Mariápolis			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Marília			9		9	10	9	10	11 a 12
Marinópolis						7 a 9		7 a 9	
Martinópolis			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Matão						7 a 9		7 a 9	10
Mendonça					7	8 a 9		7 a 9	10
Meridiano						7 a 8		7 a 8	9
Mesópolis									7 a 8
Miguelópolis						7		7 a 8	9
Mineiros Do Tietê					9	10	9	10	11 a 12
Mira Estrela								7	8
Mirandópolis					9		9	10	
Mirante Do Paranapanema		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Mirassol						7 a 8		7 a 8	9
Mirassolândia						7 a 8		7 a 8	9
Mococa			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Mogi Guaçu			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Mogi Mirim			7 a 9		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Mombuca					9	10	9	10	11 a 12
Monções						7 a 8		7 a 9	
Monte Alegre Do Sul			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Monte Alto						7 a 8		7 a 8	9
Monte Aprazível						7 a 8		7 a 8	9
Monte Azul Paulista						7 a 8		7	8 a 9
Monte Castelo					9	10	9	10	11
Monte Mor					9	10		9 a 10	11 a 12
Monteiro Lobato		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12 a 13	
Morro Agudo						7 a 8		7 a 8	9
Morungaba			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Motuca						7 a 8		7 a 8	9
Murutinga Do Sul					9			9 a 10	
Nantes		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Narandiba		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Nazaré Paulista			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Neves Paulista						7 a 8		7 a 9	
Nhandeara						7 a 8		7 a 8	9
Nipoã						7 a 8		7 a 9	
Nova Aliança						7 a 9		7 a 9	10
Nova Campina	10 a 13		14	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Nova Canaã Paulista						7 a 8		7 a 8	9
Nova Castilho								9	
Nova Europa					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Nova Granada						7		7 a 8	9
Nova Guataporanga					9	10	9	10	11
Nova Independência					9		9	10	
Nova Luzitânia								9	
Nova Odessa						9 a 10		9 a 10	11
Novais						7 a 8		7 a 8	9
Novo Horizonte					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Nuporanga					7	8	7	8 a 9	
Ocauçu			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Óleo		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Olímpia						7		7	8 a 9
Onda Verde						7		7 a 8	9
Oriente			9		9	10	9	10	11
Orindiúva								7	8
Orlândia						7 a 8		7 a 8	9
Oscar Bressane			9		9	10	9	10 a 11	12
Osvaldo Cruz			9		9	10	9 a 10	11	
Ourinhos		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Ouro Verde			9		9 a 10		9 a 10	11	
Ouroeste									7 a 8
Pacaembu					9	10	9 a 10		11
Palestina								7	8
Palmares Paulista						7 a 8		7 a 8	9
Palmeira D'Oeste						7 a 8		7 a 8	9
Palmital		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Panorama			9		9 a 10		9 a 10	11	
Paraguaçu Paulista			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Paraíso						7 a 8		7	8 a 9
Paranapanema		10	11 a 12	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15 a 17
Paranapuã									7 a 8
Parapuã			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Pardinho			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Parisi						7 a 8		7 a 8	9
Patrocínio Paulista			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Paulicéia					9	10	9	10	11
Paulínia					9	10		9 a 10	11
Paulistânia			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Paulo De Faria								7	8
Pederneiras					9		9	10	11
Pedra Bela			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Pedranópolis						7 a 8		7 a 8	9
Pedregulho					7	8	7	8 a 9	
Pedreira					9	10	9	10	11 a 12
Pedrinhas Paulista		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Penápolis					9	10		9 a 10	11
Pereira Barreto						9		9	10
Pereiras			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Piacatu					9	10	9	10	11
Piedade	10	11 a 13	14	10 a 14		15 a 17	10 a 15	16 a 17	
Pilar Do Sul	10 a 12	13	14	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Pindamonhangaba		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 12	7 a 10	11 a 13	
Pindorama						7 a 8		7 a 8	9
Pinhalzinho			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Piquerobi		9	10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Piquete		7 a 8	9	7 a 9	10	11	7 a 11	12 a 13	
Piracaia			9	9	10 a 11	12	9 a 10	11 a 12	13
Piracicaba					9	10	9	10	11 a 12
Piraju		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Pirajuí					9			9 a 10	
Pirangi						7 a 8		7	8 a 9
Pirapozinho		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Pirassununga			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Piratininga			9		9	10	9	10 a 11	12
Pitangueiras						7 a 8		7	8 a 9
Planalto					7	8 a 9		7 a 9	10
Platina			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Poloni						7 a 8		7 a 8	9
Pompéia			9		9	10	9	10	11
Pongaí					9	10	9	10	11
Pontal						7 a 8		7 a 8	9
Pontalinda						7 a 8		7 a 8	9
Pontes Gestal								7	8 a 9
Populina									7 a 8
Porangaba			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Porto Feliz			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Porto Ferreira					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Potim		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 13	7 a 10	11 a 13	
Potirendaba						7 a 8		7 a 9	10
Pracinha			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Pradópolis						7 a 8		7 a 8	9
Pratânia			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Presidente Alves					9	10	9	10	11
Presidente Bernardes		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	
Presidente Epitácio		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Presidente Prudente		9	10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Presidente Venceslau		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12
Promissão					9	10	9	10	11

Quadra			9 a 10	9	10	11 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Quatá			9		9 a 10		9	10 a 11	12
Queiroz					9	10	9	10	11
Queluz		7 a 9		7 a 9	10	11 a 13	7 a 11	12 a 13	
Quintana			9		9	10	9	10	11
Rafard					9	10 a 11	9	10	11 a 12
Rancharia			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Regente Feijó			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Reginópolis						9		9	10
Restinga					7 a 8		7	8 a 9	
Ribeira	10 a 13	14	15 a 17	10 a 15	16 a 17		10 a 17		
Ribeirão Bonito			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Ribeirão Branco	10 a 13	14		10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Ribeirão Corrente					7	8	7	8 a 9	
Ribeirão Do Sul			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Ribeirão Dos Índios			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Ribeirão Grande	10 a 13	14	15 a 17	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Ribeirão Preto						7 a 8	7	8	9
Rifaina					7	8	7	8 a 9	
Rincão						7 a 8		7 a 9	
Rinópolis					9	10	9	10	11
Rio Claro			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Rio Das Pedras					9	10	9	10	11
Riolândia								7	8
Riversul	10	11 a 12	13	10 a 13	14	15 a 17	10 a 14	15	16 a 17
Rosana	9	10	11 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Roseira		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 13	7 a 11	12 a 13	
Rubiácea					9		9	10	11
Rubinéia						7 a 8		7 a 8	9
Sabino						9		9 a 10	
Sagres			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Sales					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Sales Oliveira						7 a 8		7 a 8	9
Salmourão					9	10	9	10	11
Saltinho					9	10	9	10	11 a 12
Salto			9		9 a 10	11	9	10 a 12	13
Salto De Pirapora		10 a 12	13	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15	16 a 17
Salto Grande			9 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Sandovalina		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Santa Adélia						7 a 8		7 a 8	9
Santa Albertina									7 a 8
Santa Bárbara D'Oeste					9			9 a 10	11
Santa Clara D'Oeste						7 a 8		7 a 8	9
Santa Cruz Da Conceição			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
Santa Cruz Da Esperança					7 a 8	9	7	8 a 9	10
Santa Cruz Das Palmeiras					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Santa Cruz Do Rio Pardo			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Santa Ernestina						7 a 8		7 a 8	9
Santa Fé Do Sul						7 a 8		7 a 8	9
Santa Gertrudes			7 a 8		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Santa Lúcia						7 a 9	7	8 a 9	
Santa Maria Da Serra					9	10	9	10	11
Santa Mercedes					9	10	9	10	11
Santa Rita Do Passa Quatro					7 a 8	9		7 a 9	10
Santa Rita D'Oeste						7 a 8			7 a 9
Santa Rosa De Viterbo					7 a 8	9		7 a 9	
Santa Salete						7 a 8		7 a 8	9
Santana Da Ponte Pensa						7 a 8		7 a 8	9
Santo Anastácio		9	10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Santo Antônio Da Alegria			7		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Santo Antônio De Posse						9 a 10	9	10	11
Santo Antônio Do Aracanguá						9		9	10
Santo Antônio Do Jardim			7 a 8	7	8 a 9		7 a 9	10	11
Santo Antônio Do Pinhal		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Santo Expedito			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Santópolis Do Aguapeí					9	10	9	10	11
São Bento Do Sapucaí		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
São Carlos			7 a 8		7 a 9		7 a 8	9 a 10	11
São Francisco						7 a 8		7 a 8	9
São João Da Boa Vista			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
São João Das Duas Pontes						7 a 8		7 a 8	9
São João De Iracema									9
São João Do Pau D'Alho					9	10	9	10	11
São Joaquim Da Barra						7 a 8		7 a 8	9
São José Da Bela Vista					7	8	7	8 a 9	
São José Do Rio Pardo			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9		10
São José Do Rio Preto						7 a 8		7 a 8	9
São José Dos Campos		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12 a 13	7 a 12	13	
São Manuel			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
São Miguel Arcanjo	10 a 12	13	14	10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
São Pedro					9	10	9	10	11
São Pedro Do Turvo			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
São Roque		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14 a 15	16 a 17
São Sebastião Da Grama			7 a 8		7 a 9		7 a 9	10	11
São Simão					7 a 8	9		7 a 9	
Sarapuí		10 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15 a 17	10 a 14	15	16 a 17
Sarutaiá		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Sebastianópolis Do Sul						7 a 8	7	8	9
Serra Azul					7 a 8	9	7	8 a 9	
Serra Negra					9	10	9	10 a 11	12
Serrana					7	8	7	8 a 9	
Sertãozinho						7 a 8		7 a 8	9
Severínia						7		7	8 a 9
Silveiras	7 a 8	9	10	7 a 10	11 a 13		7 a 13		
Socorro			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Sorocaba			10 a 12	10	11 a 12	13	10 a 13	14	15
Sud Mennucci						9		9	10
Sumaré					9	10		9 a 10	11
Suzanápolis						9		9	
Tabapuã						7 a 8		7 a 8	9
Tabatinga					7	8 a 9	7	8 a 9	10
Taciba		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Taguaí		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14	
Taiaçu						7 a 8		7	8 a 9
Taiúva						7 a 8		7	8 a 9
Tambaú					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Tanabi						7 a 8		7 a 8	9
Tapiraí	10 a 13	14		10 a 14	15	16 a 17	10 a 15	16 a 17	
Tapiratiba			7 a 8		7 a 8	9	7 a 8	9	10
Taquaral						7 a 8		7	8 a 9
Taquaritinga						7 a 8		7 a 8	9
Taquarituba		10 a 12		10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 17
Taquarivaí	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15 a 17	10 a 14	15	16 a 17
Tarabai		9	10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Tarumã		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Tatuí			9 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Taubaté		7 a 9	10	7 a 9	10	11 a 13	7 a 11	12 a 13	
Tejupá		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Teodoro Sampaio	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Terra Roxa								7	8 a 9
Tietê			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13
Timburi		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Torre De Pedra			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Torrinha					9	10	9	10	11
Trabiju			7		7 a 8	9	7 a 8	9 a 10	11
Tremembé		7 a 8	9	7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12 a 13	
Três Fronteiras						7 a 8		7 a 8	9
Tuiuti			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Tupã			9		9	10	9	10	11
Tupi Paulista			9		9	10	9 a 10		11
Turiúba						9		9	10
Turmalina								7	8 a 9
Ubarana					7 a 8	9	7 a 8	9	10
Ubirajara			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Uchoa						7 a 8		7 a 8	9
União Paulista						7 a 8		7 a 9	
Urânia						7 a 8		7 a 8	9
Uru					9	10	9	10	11
Urupês						7 a 9	7	8 a 9	10
Valentim Gentil						7 a 8		7 a 8	9
Valinhos			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Valparaíso					9		9	10	
Vargem			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Vargem Grande Do Sul			7 a 8		7 a 8	9	7 a 9		10
Várzea Paulista			9		9 a 11	12	9 a 11	12	13
Vera Cruz					9	10	9	10	11
Vinhedo			9		9	10 a 11	9	10 a 12	
Viradouro						7 a 8		7	8 a 9
Vista Alegre Do Alto						7 a 8		7 a 8	9
Vitória Brasil						7 a 8		7 a 8	9
Votorantim		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15 a 17
Votuporanga						7 a 8		7 a 8	9
Zacarias					7 a 8	9	7 a 8	9	10

PORTARIA SPA/MAPA Nº 383, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado de São Paulo, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de São Paulo, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 607 de 15 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de São Paulo, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 2, 3 e 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II (111 dias $\leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA $\geq 0,6$ na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA $\geq 0,45$ na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

Para trigo de sequeiro no Cerrado do Brasil Central usar como fonte adicional:

https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133483/tecnologia-de-producao-de-trigo-sequeiro-no-cerrado-do-brasil-central

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.
- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 2

GRUPO I

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena) e BRS GRAÚNA;

IAC: IAC 24 (Tucuruí), IAC 389 Atakama e IAC 388 Arpoador;

IDR - PARANÁ: IPR Catuara TM;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, BAR 10, BAR 20, Suporte 01M20, TBIO Blanc, TBIO Tibagi, Roos90, TBIO Capaz, TBIO Sagaz e BS Etanol 8;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Pardela, BRS Sabiá, BRS Sanhaço, BRS Atobá, BRS Guamirim, BRS 327 e BRS Jacana;

IDR - PARANÁ: IPR 144, IPR Panaty e IPR Potyporã;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGBIANCO, LGORO e LGFORTALEZA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS 1405, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Gralha Azul e BRS Tangará.

Região 3

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, Suporte 01M20, TBIO Blanc, FPS Xerife, BAR 10 e Roos90;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena);

IAC: IAC 385 Mojave;

IDR - PARANÁ: IPR 85 e IPR Catuara TM.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Noble, TBIO Tibagi, BAR 20, TBIO Capaz e TBIO Sagaz;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Guamirim e BRS 327;

IDR - PARANÁ: IPR 144;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: Ametista;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO 303.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sonic, TBIO Sintonia, TBIO Audaz, TBIO Duque, FPS Regente, TBIO Astro, TBIO Sagaz, BAR 10, BAR 20, TBIO Energia II e TBIO Energia 30;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena) e BRS Guamirim;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Noble, TBIO Energia I, TBIO Aton, TBIO Convicto, TBIO Sossego, TBIO Toruk, INOVA, Roos90 e TBIO Blanc;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 404.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que

compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Adolfo			7		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12
Aguaí			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
Águas Da Prata			7 a 10	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
Águas De Lindóia		9		9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Águas De Santa Bárbara		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Águas De São Pedro			7 a 10	7 a 10	11	12	7 a 12	13	
Agudos		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Alambari		10 a 11	12 a 14	10 a 12	13 a 15		10 a 15	16	17
Alfredo Marcondes		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 13		14
Altair						7 a 9	7	8 a 9	10 a 11
Altinópolis			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Alto Alegre			9	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Alumínio		10	11 a 13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15	16	
Álvares Florence					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Álvares Machado		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15
Álvaro De Carvalho			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Alvinlândia		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Americana			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Américo Brasiliense			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Américo De Campos					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Amparo		9	10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Analândia			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Andradina			9		9 a 10	11	9 a 11	12	
Angatuba		10	11 a 13	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16
Anhembi		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Anhumas		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Aparecida		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Aparecida D'Oeste					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Apiaí	10 a 15		16 a 17	10 a 16		17	10 a 17		
Araçariguama		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14 a 15	10 a 14	15	16
Araçatuba			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Araçoiaba Da Serra		10 a 11	12 a 14	10 a 13	14 a 15	16	10 a 15	16	17
Aramina					7 a 8	9	7 a 9	10	11
Arandu		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Araraquara			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	13
Araras			7 a 10		7 a 11		7 a 11	12 a 13	
Arco-Íris			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Arealva			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Areias	7 a 9	10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Areiópolis		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Ariranha					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Artur Nogueira			7 a 10	10	7 a 9 + 11	12	7 a 12	13	
Aspásia					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Assis		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	
Atibaia		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Auriflama					9	10	9	10 a 11	12
Avaí		9		9	10	11	9 a 11	12	13
Avanhandava			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Avaré		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Bady Bassitt			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	
Balbinos			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Bálsamo			7		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Barão De Antonina		9 a 12	13 a 14	9 a 14	15		9 a 15		16
Barbosa					9 a 10	11	9 a 10	11	12
Bariri			9	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Barra Bonita		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Barra Do Chapéu	10 a 15		16	10 a 16		17	10 a 17		
Barretos						7		7 a 9	10
Barrinha					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Bastos			9 a 10	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Batatais			7 a 8	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Bauru		9		9	10	11	9 a 11	12	13
Bebedouro					7	8 a 9		7 a 9	10 a 11
Bento De Abreu			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Bernardino De Campos		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Bilac			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Birigui			9		9 a 10	11	9 a 11	12	
Boa Esperança Do Sul			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Bocaina			9	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Bofete		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14 a 15	
Boituva		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14 a 15	
Bom Jesus Dos Perdões		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 14		15
Bom Sucesso De Itararé	10 a 14	15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Borá		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
Boracéia			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Borborema			9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Borebi		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Botucatu		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	15
Bragança Paulista		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Braúna			9	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Brejo Alegre					9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Brodowski			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Brotas		7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	12	7 a 12	13	
Buri	10	11 a 14	15	10 a 15		16 a 17	10 a 16		17
Buritama					9	10 a 11	9 a 10	11	12
Buritizal			7	7	8	9 a 10	7 a 9	10	11
Cabrália Paulista		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Cabreúva		9	10 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Caçapava		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Cachoeira Paulista	7 a 9	10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Caconde		7	8 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
Cafelândia			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Caiabu		9	10 a 11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Caiuá		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15
Cajobi						7 a 9	7	8 a 10	11
Cajuru			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Campina Do Monte Alegre		10 a 11	12 a 14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	17
Campinas			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Campo Limpo Paulista		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Campos Do Jordão		7 a 9	10	7 a 10	11	12	7 a 11	12	
Campos Novos Paulista		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	
Canas		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Cândido Mota		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Cândido Rodrigues						7 a 10	7	8 a 10	11
Canitar		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 14		15
Capão Bonito	10 a 14	15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Capela Do Alto		9 a 10	11 a 13	9 a 12	13 a 14	15	9 a 15	16	
Capivari			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Cardoso					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Casa Branca			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11		12
Cássia Dos Coqueiros		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Castilho			9 a 10		9 a 11		9 a 11	12	13
Catanduva					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Catiguá					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Cedral					7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	
Cerqueira César		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Cerquilho		9	10	9 a 10	11	12 a 14	9 a 12	13 a 14	15

Cesário Lange		9	10	9 a 10	11	12 a 14	9 a 12	13 a 14	15
Charqueada			7 a 10	7 a 10	11	12	7 a 12	13	
Chavantes		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 14		15
Clementina			9	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Colina						7 a 9		7 a 9	10 a 11
Colômbia						7		7	8 a 10
Conchal			7 a 10		7 a 11	12	7 a 12	13	
Conchas		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14 a 15
Cordeirópolis			7 a 10		7 a 11	12	7 a 12	13	
Coroados			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Coronel Macedo		10 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	17
Corumbataí			7 a 9		7 a 11		7 a 11	12	13
Cosmópolis			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Cosmorama			7		7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Cravinhos			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Cristais Paulista		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	
Cruzália		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Cruzeiro		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Descalvado			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Dirce Reis					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Divinolândia			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
Dobrada					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Dois Córregos			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Dolcinópolis					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Dourado			7 a 9		7 a 11		7 a 11	12 a 13	
Dracena		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Duartina		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
Dumont					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Echaporã		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Elias Fausto			9 a 10		9 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Elisiário			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	
Embaúba						7 a 9	7	8 a 10	11
Emilianópolis		9	10 a 11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Engenheiro Coelho			7 a 10		7 a 11	12	7 a 12	13	
Espírito Santo Do Pinhal			7 a 10	7 a 8	9 a 11		7 a 11	12 a 13	
Espírito Santo Do Turvo		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Estiva Gerbi			7 a 10	7	8 a 11		7 a 11	12	13
Estrela Do Norte		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14	15
Estrela D'Oeste					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Euclides Da Cunha Paulista	10 a 11	9 + 12	13 a 14	9 a 12	13 a 15		9 a 15		
Fartura		9 a 11	12 a 14	9 a 12	13 a 14	15	9 a 14	15	16
Fernando Prestes					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Fernandópolis					7	8 a 10	7 a 9	10	11
Fernão		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Flora Rica		9	10	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14
Floreal						9 a 10	9	10 a 11	12
Flórida Paulista		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Florínia		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14		15
Franca		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	12
Gabriel Monteiro			9	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Gália		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Garça		9	10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Gastão Vidigal					9	10	9	10 a 11	12
Gavião Peixoto			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11	12
General Salgado						9 a 10	9	10 a 11	12
Getulina		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Glicério			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Guaiçara			9	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Guaimbê			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Guaíra						7 a 8		7 a 9	10
Guapiaçu					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Guapiara	10 a 14	15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Guará			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Guaraçaí			9 a 10		9 a 11		9 a 11	12	13
Guaraci						7	7	8 a 9	10
Guarani D'Oeste					7	8 a 9	7	8 a 9	10 a 11
Guarantã			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Guararapes			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Guaratinguetá		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Guareí		10	11 a 12	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16
Guariba						7 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Guatapará					7 a 9	10	7 a 9	10	11
Guzolândia					9	10	9	10 a 11	12
Herculândia			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13
Holambra			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Hortolândia			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Iacanga			9		9	10	9 a 10	11	12
Iacri		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Iaras		9 a 10		9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Ibaté			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
Ibirá			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	
Ibirarema		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Ibitinga			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11 a 12	
Ibiúna	10 a 13	14 a 15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Icém						7 a 8	7	8 a 9	10
Iepê		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Igaraçu Do Tietê		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
Igarapava			7	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Igaratá		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 14	15	
Ilha Solteira					9	10	9 a 10	11	12
Indaiatuba		9	10	9	10 a 12	13	9 a 12	13 a 14	15
Indiana		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
Indiaporã					7	8	7	8 a 9	10
Inúbia Paulista		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Ipaussu		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Iperó		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14 a 15	9 a 14	15	16
Ipeúna			7 a 10		7 a 11	12	7 a 12	13	
Ipiguá					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Ipuã					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Iracemápolis			7 a 10		7 a 11	12	7 a 12	13	
Irapuã			7		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12
Irapuru		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Itaberá	10	11 a 14	15	10 a 15		16 a 17	10 a 16		17
Itaí		10 a 11	12 a 14	10 a 13	14 a 15		10 a 15	16	17
Itajobi					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Itaju			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Itapetininga	10	11 a 13	14 a 15	10 a 14	15	16	10 a 16		17
Itapeva	10 a 13	14	15	10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Itapira		7	8 a 10	7 a 10	11	12	7 a 12	13	
Itapirapuã Paulista	10 a 15		16 a 17	10 a 16	17		10 a 17		
Itápolis					7 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12
Itaporanga	9 a 10	11 a 14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Itapuí			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Itapura			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Itararé	10 a 14	15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Itatiba		9	10	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Itatinga		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Itirapina			7 a 10	7	8 a 11	12	7 a 12	13	
Itirapuã		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Itobi			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Itu		9	10 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14 a 15	
Itupeva		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Ituverava			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Jaborandi						7 a 8		7 a 9	10
Jaboticabal						7 a 10	7	8 a 10	11
Jacareí	7 a 9	10	11 a 12	7 a 12	13		7 a 13		
Jaci			7		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Jaguariúna			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Jales					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Jardinópolis			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Jarinu		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Jaú			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Jeriquara		7		7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
Joanópolis		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
João Ramalho		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
José Bonifácio			7		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12
Júlio Mesquita			9	9	10	11	9 a 11	12	
Jumirim		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14 a 15
Jundiaí		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Junqueirópolis		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Laranjal Paulista		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14 a 15
Lavínia			9		9 a 11		9 a 11	12	13

Lavrinhas	7	8 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Leme			7 a 10		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Lençóis Paulista		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Limeira			7 a 10		7 a 11	12	7 a 12	13	
Lindóia		9		9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Lins			9	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Lorena		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Lourdes					9	10	9	10 a 11	12
Louveira		9	10	9	10 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Lucélia		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Lucianópolis		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Luís Antônio					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Luiziânia			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Lupércio		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Lutécia		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Macatuba		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Macaubal			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Macedônia					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Magda						9 a 10	9	10 a 11	
Mairinque		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15	16	17
Manduri		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Marabá Paulista		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14 a 15	
Maracaí		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Marapoama					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Mariápolis		9	10	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14
Marília			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Marinópolis					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Martinópolis		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Matão					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Mendonça			7		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12
Meridiano					7	8 a 10	7 a 9	10	11
Mesópolis						7 a 9	7	8 a 9	10
Miguelópolis					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Mineiros Do Tietê			9 a 10	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Mira Estrela					7	8	7	8 a 9	10
Mirandópolis			9 a 10		9 a 11		9 a 11	12	13
Mirante Do Paranapanema		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Mirassol			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	
Mirassolândia					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Mococa			7 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Mogi Guaçu			7 a 10	7	8 a 11		7 a 11	12 a 13	
Mogi Mirim			7 a 10	7 a 10	11	12	7 a 12	13	
Mombuca			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Monções					7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Monte Alegre Do Sul		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Monte Alto					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Monte Aprazível			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Monte Azul Paulista						7 a 9		7 a 10	11
Monte Castelo			9 a 10	9 a 10	11	12	9 a 12		13
Monte Mor			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Monteiro Lobato		7 a 10	11	7 a 11	12	13	7 a 13		
Morro Agudo						7 a 10	7	8 a 10	11
Morungaba		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Motuca					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Murutinga Do Sul			9		9 a 10	11	9 a 11	12	
Nantes		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14	15
Narandiba		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Nazaré Paulista		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 14		15
Neves Paulista			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	12
Nhandeara			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10 a 11	
Nipoã			7		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Nova Aliança			7		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Nova Campina	10 a 14	15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Nova Canaã Paulista					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Nova Castilho					9	10	9	10 a 11	12
Nova Europa			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11	12
Nova Granada					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Nova Guataporanga			9 a 10	9 a 10	11	12	9 a 12		13
Nova Independência			9 a 10		9 a 11		9 a 11	12	13
Nova Luzitânia					9	10	9	10 a 11	12
Nova Odessa			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Novais					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Novo Horizonte			7		7 a 10	11	7 a 10	11	12
Nuporanga			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Ocauçu		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Óleo		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Olímpia					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Onda Verde					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Oriente			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Orindiúva						7 a 8	7	8 a 9	10
Orlândia					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Oscar Bressane		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
Osvaldo Cruz		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Ourinhos		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 14		15
Ouro Verde		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Ouroeste					7	8	7	8 a 9	10
Pacaembu		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	
Palestina					7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Palmares Paulista					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Palmeira D'Oeste					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Palmital		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Panorama		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Paraguaçu Paulista		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Paraíso					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Paranapanema		10 a 11	12 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15	16	
Paranapuã					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Parapuã		9	10	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14
Pardinho		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Parisi					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Patrocínio Paulista		7	8 a 9	7	8 a 10		7 a 10	11	12
Paulicéia			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 12		13
Paulínia			9		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Paulistânia		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Paulo De Faria					7	8	7	8 a 9	10
Pederneiras			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Pedra Bela		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Pedranópolis					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Pedregulho		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	
Pedreira			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Pedrinhas Paulista		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Penápolis			9	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Pereira Barreto			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Pereiras		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Piacatu			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Piedade	10	11 a 14	15	10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Pilar Do Sul	10	11 a 15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Pindamonhangaba		7 a 10		7 a 11	12	13	7 a 13		
Pindorama					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Pinhalzinho		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Piquerobi		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15
Piquete		7 a 10		7 a 11	12	13	7 a 13		
Piracaia		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Piracicaba			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Piraju	9	10	11 a 13	9 a 11	12 a 14		9 a 14	15	
Pirajuí			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Pirangi					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Pirapozinho		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14	15
Pirassununga			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Piratininga		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
Pitangueiras					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Planalto					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Platina		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	
Poloni			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Pompéia			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Pongaí			9	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Pontal					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Pontalinda						7 a 10	7 a 9	10 a 11	
Pontes Gestal					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Populina						7	7	8 a 9	10
Porangaba		9	10	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15

Porto Feliz		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Porto Ferreira			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Potim		7 a 10		7 a 11	12	13	7 a 13		
Potirendaba			7		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Pracinha		9	10	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14
Pradópolis						7 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Pratânia		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	15
Presidente Alves			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Presidente Bernardes		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Presidente Epitácio		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14 a 15	
Presidente Prudente		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15
Presidente Venceslau		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 13	14	
Promissão			9	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Quadra		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14 a 15	
Quatá		9	10	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14
Queiroz			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Queluz	7	8 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Quintana		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Rafard			9 a 10		9 a 10	11 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Rancharia		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Regente Feijó		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Reginópolis			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Restinga		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Ribeira	10 a 15		16 a 17	10 a 16	17		10 a 17		
Ribeirão Bonito		7	8 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
Ribeirão Branco	10 a 14	15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Ribeirão Corrente		7	8	7	8 a 9	10	7 a 9	10 a 11	
Ribeirão Do Sul		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Ribeirão Dos Índios		9	10 a 11	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Ribeirão Grande	10 a 15			10 a 16		17	10 a 16	17	
Ribeirão Preto			7		7 a 8	9 a 10	7 a 9	10	11
Rifaina		7	8	7 a 8	9	10	7 a 10	11	
Rincão					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Rinópolis			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Rio Claro			7 a 10		7 a 11	12	7 a 12	13	
Rio Das Pedras			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14
Riolândia					7	8	7	8 a 9	10
Riversul	10	11 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		17
Rosana	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14 a 15		9 a 15		
Roseira		7 a 10		7 a 11	12	13	7 a 13		
Rubiácea			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Rubinéia						7 a 10	7 a 9	10	11
Sabino			9		9 a 10	11	9 a 11	12	
Sagres		9	10	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14
Sales			7		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12
Sales Oliveira			7		7 a 8	9 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Salmourão			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Saltinho			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Salto		9	10	9	10 a 12	13	9 a 12	13 a 14	15
Salto De Pirapora	10	11 a 13	14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	17
Salto Grande		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Sandovalina		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14	15
Santa Adélia					7	8 a 10	7 a 9	10 a 11	
Santa Albertina						7 a 9	7	8 a 9	10
Santa Bárbara D'Oeste			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Santa Clara D'Oeste						7 a 10		7 a 10	11
Santa Cruz Da Conceição			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Santa Cruz Da Esperança			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Santa Cruz Das Palmeiras			7 a 9		7 a 10	11	7 a 10	11	12
Santa Cruz Do Rio Pardo		9 a 10	11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Santa Ernestina						7 a 10	7 a 9	10	11
Santa Fé Do Sul						7 a 10	7 a 9	10	11
Santa Gertrudes			7 a 10		7 a 11	12	7 a 12	13	
Santa Lúcia					7 a 9	10	7 a 10	11	12
Santa Maria Da Serra			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Santa Mercedes			9 a 10	9 a 10	11	12	9 a 12		13
Santa Rita Do Passa Quatro			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Santa Rita D'Oeste						7 a 10	7	8 a 10	11
Santa Rosa De Viterbo			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Santa Salete					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Santana Da Ponte Pensa					7	8 a 10	7	8 a 10	11

Santo Anastácio		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15
Santo Antônio Da Alegria		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10		7 a 10	11	12
Santo Antônio De Posse			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Santo Antônio Do Aracanguá					9	10 a 11	9 a 10	11	12
Santo Antônio Do Jardim			7 a 10	7 a 8	9 a 11		7 a 11	12 a 13	
Santo Antônio Do Pinhal		7 a 9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
Santo Expedito		9	10 a 11	9 a 11	12		9 a 12	13	14
Santópolis Do Aguapeí			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
São Bento Do Sapucaí		7 a 9	10	7 a 10	11 a 12	13	7 a 13		
São Carlos			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
São Francisco					7	8 a 10	7 a 9	10	11
São João Da Boa Vista			7 a 10	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
São João Das Duas Pontes					7	8 a 10	7 a 9	10	11
São João De Iracema						9 a 10	9	10 a 11	
São João Do Pau D'Alho			9 a 10	9	10 a 11		9 a 11	12	13
São Joaquim Da Barra					7	8 a 10	7	8 a 10	11
São José Da Bela Vista			7	7	8 a 9	10	7 a 9	10	11
São José Do Rio Pardo			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
São José Do Rio Preto					7	8 a 10	7	8 a 10	11
São José Dos Campos		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
São Manuel		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
São Miguel Arcanjo	10 a 13	14 a 15		10 a 15	16	17	10 a 16	17	
São Pedro			9	9	10	11	9 a 11	12	13
São Pedro Do Turvo		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
São Roque		10 a 11	12 a 14	10 a 13	14 a 15	16	10 a 15	16	17
São Sebastião Da Grama			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
São Simão					7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	
Sarapuí	10	11 a 13	14 a 15	10 a 14	15	16	10 a 16		17
Sarutaiá		9 a 10	11 a 13	9 a 11	12 a 14	15	9 a 14	15	
Sebastianópolis Do Sul			7		7	8 a 10	7 a 9	10	11
Serra Azul			7		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	
Serra Negra		9		9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Serrana			7		7 a 9	10	7 a 9	10	11
Sertãozinho					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Severínia						7 a 9	7	8 a 10	11
Silveiras	7 a 9	10	11 a 12	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Socorro		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Sorocaba		10	11 a 13	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15 a 16	
Sud Mennucci			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Sumaré			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Suzanápolis						9 a 10	9	10 a 11	12
Tabapuã					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
Tabatinga			9		7 a 10	11	7 a 10	11	12
Taciba		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14	15
Taguaí		9 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15	9 a 14	15	16
Taiaçu					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Taiúva					7	8 a 9	7	8 a 9	10 a 11
Tambaú			7 a 9		7 a 10		7 a 10	11	12
Tanabi			7		7	8 a 9	7 a 8	9 a 10	11
Tapiraí	10 a 14	15		10 a 16		17	10 a 16	17	
Tapiratiba		7	8 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11		12
Taquaral					7	8 a 9	7	8 a 9	10 a 11
Taquaritinga						7 a 10	7 a 9	10 a 11	
Taquarituba		10 a 12	13 a 14	10 a 13	14 a 15		10 a 15	16	17
Taquarivaí	10	11 a 14	15	10 a 15	16	17	10 a 16	17	
Tarabai		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Tarumã		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 13	14	15
Tatuí		9	10 a 12	9 a 11	12 a 13	14 a 15	9 a 14	15	16
Taubaté		7 a 10	11	7 a 11	12 a 13		7 a 13		
Tejupá	9	10	11 a 13	9 a 12	13 a 14	15	9 a 14	15	16
Teodoro Sampaio		9 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15	9 a 15		
Terra Roxa						7 a 9		7 a 9	10 a 11
Tietê		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14 a 15
Timburi		9 a 10	11 a 13	9 a 11	12 a 14		9 a 14	15	
Torre De Pedra		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14 a 15	
Torrinha			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Trabiju			7 a 9		7 a 10	11	7 a 11	12	13
Tremembé		7 a 10		7 a 11	12	13	7 a 13		
Três Fronteiras						7 a 10	7	8 a 10	11

Tuiuti		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Tupã			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13
Tupi Paulista		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12		13
Turiúba					9	10	9	10 a 11	12
Turmalina					7	8 a 9	7	8 a 10	11
Ubarana			7		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12
Ubirajara		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14
Uchoa					7	8 a 10	7 a 8	9 a 10	11
União Paulista			7		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Urânia					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Uru			9	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Urupês			7		7 a 9	10	7 a 9	10 a 11	12
Valentim Gentil					7	8 a 10	7 a 9	10	11
Valinhos			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Valparaíso			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Vargem		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Vargem Grande Do Sul			7 a 9	7	8 a 10	11	7 a 11	12	13
Várzea Paulista		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Vera Cruz			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Vinhedo		9	10	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Viradouro						7 a 9		7 a 9	10 a 11
Vista Alegre Do Alto					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Vitória Brasil					7	8 a 10	7	8 a 10	11
Votorantim		10 a 11	12 a 14	10 a 13	14 a 15		10 a 15	16	17
Votuporanga			7		7	8 a 10	7 a 9	10	11
Zacarias			7		7 a 9	10 a 11	7 a 10	11	12

PORTARIA SPA/MAPA Nº 384, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Paraná, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Paraná, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria SPA/MAPA nº 608 de 15 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Paraná, ano-safra 2021/2022.

II - a retificação publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2022, seção 1, página 19, que alterou o anexo da Portaria nº 608 de 15 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Paraná, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 1: Grupo I ($n \leq 130$ dias); Grupo II ($131 \text{ dias} \leq n \leq 150$ dias); e Grupo III ($n > 150$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

Região 2: Grupo I ($n \leq 120$ dias); Grupo II ($121 \text{ dias} \leq n \leq 150$ dias); e Grupo III ($n > 150$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

Região 3: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II ($111 \text{ dias} \leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA $\geq$ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA $\geq$ 0,45 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 1

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, TBIO Ênfase, TBIO Capaz, BAR 10, BAR 20, BS Etanol, TBIO Convicto, FPS Xerife, Roos90, TBIO Tibagi, TBIO Sagaz, TBIO Energia 30 e BS Etanol 8;

CEFET PR UNIDADE DESCENTRALIZADA DE PATO BRANCO PARANA: UTF 25;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena), BRS Belajoia, BRS Anambé, BRS Jacana, BRS GRAÚNA, BRS Pardela, BRS Sabiá, BRS Sanhaço, BRS Atobá, BRS Guamirim, BRS TR271, BRS TR191 e BRS 327;

IAC: IAC 370 (ARMAGEDDON), IAC 385 Mojave e IAC 388 Arpoador;

IDR - PARANÁ: IPR 144, IPR Catuara TM, IPR Panaty e IPR Potyporã;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGPRISMA, LGSUPRA, LGSAGA, LGORO e LGFORTALEZA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS Vintecinco, ORSCONFEITARIA, Ametista, ORS 1402, ORS Citrino e ORS 2101;

SEMEVINEA AGRONEGÓCIOS LTDA: TSZ Dominadore, TSZ CHIARO e TSZ MARQUÊS;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO 2B5, RBO 3B6, JVC Cerne e RBO Crescente.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Parâmetro;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Gralha Azul, BRS Marcante, BRS Reponte, BRS Tangará, BRS 374 e BRS 331;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGCROMO e LGBIANCO;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS 1403, ORS 1401 e ORS 1405.

GRUPO III

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Pastejo I;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tarumã.

Região 2

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, BAR 10, BAR 20, TBIO Convicto, Suporte 01M20 e TBIO Tibagi;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Guamirim, BRS Sabiá, BRS GRAÚNA, BRS Sanhaço, BRS Atobá, BRS Jacana e BRS Anambé;

IDR - PARANÁ: IPR 85, IPR 144 e IPR Catuara TM;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGSUPRA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS AGILE, ORS DESTAK, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORS GUARDIÃO, ORSABSOLUTO, ORS 2102 e ORS 2101;

SEMEVINEA AGRONEGÓCIOS LTDA: TSZ Dominadore;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO 2B5, RBO 3B6, JVC Athena e RBO Crescente.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Capaz, TBIO Sagaz, TBIO Parâmetro, TBIO Energia 30 e BS Etanol 8;

CEFET PR UNIDADE DESCENTRALIZADA DE PATO BRANCO PARANA: UTF 25;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Pardela, BRS Tangará, BRS 327, BRS Gralha Azul e BRS 374;

IDR - PARANÁ: IPR Panaty e IPR Potyporã;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGPRISMA, LGCROMO, LGSAGA, LGBIANCO, LGORO e LGFORTALEZA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS Vintecinco, Ametista, ORS 1401, ORS 1402, ORS 1403, ORS 1405, ORS Madrepérola, ORS Citrino, ORSCONFEITARIA e ORS SOBERANO;

SEMEVINEA AGRONEGÓCIOS LTDA: TSZ CHIARO;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO Combatente, RBO Chimoio e JVC Cerne.

Região 3

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Convicto, Suporte 01M20, BAR 10 e BS Etanol 8;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Jacana e BRS GRAÚNA;

IDR - PARANÁ: IPR 85 e IPR Catuara TM;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Referência, TBIO Tibagi, TBIO Capaz, TBIO Sagaz, TBIO Parâmetro, BAR 20, TBIO Motriz e TBIO Energia 30;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena), BRS Anambé, BRS Pardela, BRS Sabiá, BRS Sanhaço, BRS Atobá, BRS Guamirim, BRS Tangará, BRS 327 e BRS Gralha Azul;

IDR - PARANÁ: IPR 144, IPR Panaty e IPR Potyporã;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGSAGA, LGORO e LGFORTALEZA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, Ametista, ORS 1401, ORS 1405, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO;

SEMEVINEA AGRONEGÓCIOS LTDA: TSZ CHIARO;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO 2B5, RBO 303, RBO 3B6, RBO Combatente, RBO Chimoio, JVC Cerne, JVC Athena e RBO Crescente.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá		10 a 12	13 a 14	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	
Adrianópolis	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Agudos Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Almirante Tamandaré	18 a 21	17	16	17 a 21	16		17 a 21	16	
Altamira Do Paraná	12 a 13	14 + 18 a 19		12 a 14	15 a 19		12 a 15	16 a 19	
Alto Paraíso	10 a 11	12 a 14	15	10 a 15			10 a 15	16	
Alto Paraná	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Alto Piquiri	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Altônia	10 a 12	13 a 15		10 a 15		16	10 a 16		
Alvorada Do Sul		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15	
Amaporã	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Ampére		14 a 19			14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Anahy	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 15	16 a 19	
Andirá		10	11 a 12	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Ângulo	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Antonina	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Antônio Olinto	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18		16 a 21		
Apucarana	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Arapongas	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Arapoti	12 + 19	13	18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Arapuã	12 + 19	13	14 + 18	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Araruna	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Araucária	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Ariranha Do Ivaí	12 + 19	13	14 + 18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Assaí	10	11 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Assis Chateaubriand	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Astorga	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Atalaia	10 a 11	12	13 a 14	10 a 14	15		10 a 15		16
Balsa Nova	18 a 21	17	16	17 a 21	16		17 a 21	16	
Bandeirantes		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Barbosa Ferraz	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Barra Do Jacaré		10	11 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Barracão		14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Bela Vista Da Caroba		14 a 19			14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Bela Vista Do Paraíso	10	11 a 12	13	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	
Bituruna	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Boa Esperança	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Boa Esperança Do Iguaçu	12 a 13	14	15 a 19	12 a 13	14 a 19		12 a 13	14 a 19	
Boa Ventura De São Roque	19 a 20	18 + 14	15 a 17	14 + 19 a 20	15 a 18		14 + 19 a 20	15 a 18	
Boa Vista Da Aparecida	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14	15	16 a 19	12 a 14	15 a 19	
Bocaiúva Do Sul	17 a 21		16	16 a 21			16 a 21		
Bom Jesus Do Sul		14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Bom Sucesso	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Bom Sucesso Do Sul		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Borrazópolis	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Braganey	12 a 13	14 + 18 a 19		12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Brasilândia Do Sul	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Cafeara	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Cafelândia	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Cafezal Do Sul	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Califórnia	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Cambará		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15
Cambé	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14 a 15		10 a 15		16
Cambira	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Campina Da Lagoa	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	15 a 19		12 a 15	16 a 19	
Campina Do Simão	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Campina Grande Do Sul	17 a 21		16	16 a 21			16 a 21		
Campo Bonito	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Campo Do Tenente	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		

Campo Largo	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		17 a 21	16	
Campo Magro	18 a 21	17	16	17 a 21	16		17 a 21	16	
Campo Mourão	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Cândido De Abreu	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Candói	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Cantagalo	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Capanema	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Capitão Leônidas Marques	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14	15	16 a 19	12 a 14	15 a 19	
Carambeí	18 a 20	17		18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16
Carlópolis		10 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Cascavel	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Castro	18 a 20	17		18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16
Catanduvas	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14	15	16 a 19	12 a 14	15 a 19	
Centenário Do Sul	10	11	12	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Cerro Azul	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Céu Azul	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14	15	16 a 19	12 a 14	15 a 19	
Chopinzinho		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Cianorte	10 a 14	15		10 a 15		16	10 a 16		
Cidade Gaúcha	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Clevelândia	20 a 21	16 a 19		20 a 21	16 a 19		20 a 21	16 a 19	
Colombo	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Colorado	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Congonhinhas	10	11 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Conselheiro Mairinck	10	11 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Contenda	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Corbélia	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Cornélio Procópio		10 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16
Coronel Domingos Soares	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Coronel Vivida		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Corumbataí Do Sul	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Cruz Machado	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Cruzeiro Do Iguaçu		14	15 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 19	
Cruzeiro Do Oeste	10 a 13	14 a 15		10 a 15		16	10 a 16		
Cruzeiro Do Sul	10	11 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16
Cruzmaltina	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Curitiba	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Curiúva	10 a 14		15	10 a 15	16		10 a 16		
Diamante Do Norte	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16
Diamante Do Sul	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 15	16 a 19	
Diamante D'Oeste	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Dois Vizinhos		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Douradina	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Doutor Camargo	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Doutor Ulysses	12 a 13 + 19	18	14 a 17	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Enéas Marques		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16
Engenheiro Beltrão	10 a 14	15		10 a 15		16	10 a 16		
Entre Rios Do Oeste	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Esperança Nova	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Espigão Alto Do Iguaçu		14 + 18 a 19	15 a 17		14 + 18 a 19	15 a 17		14 a 19	
Farol	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Faxinal	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Fazenda Rio Grande	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Fênix	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Fernandes Pinheiro	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18	
Figueira	10 a 11	12 a 14	15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Flor Da Serra Do Sul		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16
Floraí	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Floresta	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Florestópolis	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Flórida	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Formosa Do Oeste	10 a 14	15		10 a 16			10 a 16		
Foz Do Iguaçu	12 a 13	18 a 19	14 a 17	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Foz Do Jordão	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Francisco Alves	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Francisco Beltrão		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
General Carneiro	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Godoy Moreira	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Goioerê	10 a 14	15		10 a 16			10 a 16		
Goioxim	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Grandes Rios	12 + 19	13	18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Guaíra	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Guairaçá	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Guamiranga	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16
Guapirama		10 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16
Guaporema	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Guaraci	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Guaraniaçu	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Guarapuava	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Honório Serpa	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Ibaiti	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Ibema	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Ibiporã	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Icaraíma	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Iguaraçu	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Iguatu	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	15 a 19		12 a 15	16 a 19	
Imbaú	12 + 19	13 + 18	14	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Imbituva	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17	
Inácio Martins	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Inajá	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Indianópolis	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Ipiranga	18 a 20	17		18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16
Iporã	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Iracema Do Oeste	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Irati	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18	
Iretama	12 a 13 + 19		14 + 18	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Itaguajé	10		11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Itaipulândia	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Itambaracá		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15	
Itambé	10 a 13	14	15	10 a 15		16	10 a 16		
Itapejara D'Oeste		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Itaperuçu	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Itaúna Do Sul	10	11 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16
Ivaí	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16
Ivaiporã	12 + 19	13	14 + 18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Ivaté	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Ivatuba	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Jaboti	10	11 a 14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Jacarezinho		10	11 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Jaguapitã	10	11 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16

Jaguariaíva	12 + 19	13 + 18	14	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	18	15 a 17
Jandaia Do Sul	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Janiópolis	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Japira	10	11 a 14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Japurá	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Jardim Alegre	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Jardim Olinda		10	11 a 12	10 a 11	12	13 a 14	10 a 13	14	15
Jataizinho	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Jesuítas	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Joaquim Távora		10 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16
Jundiaí Do Sul		10 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Juranda	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Jussara	10 a 13	14	15	10 a 15		16	10 a 16		
Kaloré	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Lapa	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Laranjal	12 a 13	14 + 19	15 a 18	12 a 14	15 + 19	16 a 18	12 a 15	16 a 19	
Laranjeiras Do Sul	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Leópolis		10 a 12	13	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	
Lidianópolis	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Lindoeste	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14	15	16 a 19	12 a 14	15 a 19	
Loanda	10 a 11	12	13 a 14	10 a 14	15		10 a 15		16
Lobato	10	11 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16
Londrina	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Luiziana	12 a 13 + 19		14 + 18	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Lunardelli	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Lupionópolis		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Mallet	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Mamborê	12 a 13 + 19		14 + 18	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Mandaguaçu	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Mandaguari	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Mandirituba	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Manfrinópolis		14 a 19			14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Mangueirinha	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Manoel Ribas	12 a 13 + 19		14 + 18	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Marechal Cândido Rondon	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Maria Helena	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		
Marialva	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Marilândia Do Sul	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Marilena	10	11 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16
Mariluz	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Maringá	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Mariópolis		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16
Maripá	10 a 14	15		10 a 16			10 a 16		
Marmeleiro		15 a 20			15 a 20			15 a 20	
Marquinho	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	16 a 18	
Marumbi	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Matelândia	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Mato Rico	12 a 13 + 19	14	18	12 a 14 + 19	15	16 a 18	12 a 15 + 19		16 a 18
Mauá Da Serra	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Medianeira	12 a 13	18 a 19	14 a 17	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Mercedes	10 a 14	15		10 a 16			10 a 16		
Mirador	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Miraselva	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Missal	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Moreira Sales	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Morretes	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Munhoz De Melo	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Nossa Senhora Das Graças	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Nova Aliança Do Ivaí	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Nova América Da Colina	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Nova Aurora	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Nova Cantu	12 a 13	14 + 18 a 19		12 a 14	15 a 19		12 a 15	16 a 19	
Nova Esperança	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15		16
Nova Esperança Do Sudoeste		14 a 19			14 a 19		17 a 19	14 a 16	
Nova Fátima	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Nova Laranjeiras	14	19	15 a 18	14	15 + 19	16 a 18	14	15 a 19	
Nova Londrina	10	11 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16
Nova Olímpia	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Nova Prata Do Iguaçu	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14	15	16 a 19	12 a 14	15 a 19	
Nova Santa Bárbara	10	11 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Nova Santa Rosa	10 a 14	15		10 a 16			10 a 16		
Nova Tebas	12 a 13 + 19	18	14	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Novo Itacolomi	10 a 14		15	10 a 15	16		10 a 16		
Ortigueira	12 + 19	13	18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Ourizona	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Ouro Verde Do Oeste	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Paiçandu	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Palmas	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Palmeira	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	17 a 21	16	
Palmital	20	19 + 14	15 a 18	14 + 20	15 + 19	16 a 18	14 + 20	15 a 19	
Palotina	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Paraíso Do Norte	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Paranacity	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Paranapoema	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Paranavaí	10	11 a 12	13 a 14	10 a 14		15	10 a 15		16
Pato Bragado	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Pato Branco		15 a 20			15 a 20			15 a 20	
Paula Freitas	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		16 a 21		
Paulo Frontin	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Peabiru	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Perobal	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Pérola	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		
Pérola D'Oeste	12 a 13	14 a 19		12 a 13	14 a 19		12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Piên	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Pinhais	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Pinhal De São Bento		14 a 19			14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Pinhalão	10 a 11	12 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		
Pinhão	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Piraí Do Sul	19	18 + 13	14 a 17 + 12	19	18 + 13 a 14	15 a 17 + 12	19	18 + 13 a 14	15 a 17 + 12
Piraquara	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Pitanga	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18	
Pitangueiras	10	11 a 12	13 a 14	10 a 14	15		10 a 15		16
Planaltina Do Paraná	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Planalto	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 13	14 a 19		12 a 13	14 a 19	
Ponta Grossa	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17	
Porecatu		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Porto Amazonas	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		17 a 21	16	
Porto Barreiro		14 + 18 a 19	15 a 17		14 a 19			14 a 19	
Porto Rico	10 a 11	12	13 a 14	10 a 14	15		10 a 15		16
Porto Vitória	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		16 a 21		

Prado Ferreira	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Pranchita		14 a 19			14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Presidente Castelo Branco	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Primeiro De Maio		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15	
Prudentópolis	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	14 a 17		18 a 20	14 a 17	
Quarto Centenário	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Quatiguá		10 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Quatro Barras	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Quatro Pontes	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Quedas Do Iguaçu		14	15 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 19	
Querência Do Norte	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Quinta Do Sol	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Quitandinha	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Ramilândia	12 a 13	18 a 19	14 a 17	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Rancho Alegre		10 a 12	13	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	
Rancho Alegre D'Oeste	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Realeza	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 13	14 a 19		12 a 13	14 a 19	
Rebouças	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18	
Renascença		15 a 20			15 a 20			15 a 20	
Reserva	12 + 19	13 + 18	14 a 17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Reserva Do Iguaçu	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Ribeirão Claro		10	11 a 13	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	
Ribeirão Do Pinhal		10 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Rio Azul	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18	
Rio Bom	10 a 14		15	10 a 15	16		10 a 16		
Rio Bonito Do Iguaçu		14 + 19	15 a 18		14 a 19			14 a 19	
Rio Branco Do Ivaí	12 + 19	13	14 + 18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Rio Branco Do Sul	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Rio Negro	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Rolândia	10	11 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Roncador	12 a 13 + 19	14 + 18		12 a 14 + 19	15 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18	
Rondon	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Rosário Do Ivaí	12 + 19	13	14 + 18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Sabáudia	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Salgado Filho		14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Salto Do Itararé		10 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Salto Do Lontra		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Santa Amélia		10 a 12	13 a 14	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	
Santa Cecília Do Pavão	10	11 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Santa Cruz De Monte Castelo	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Santa Fé	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Santa Helena	10 a 15			10 a 16			10 a 16		
Santa Inês	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14 a 15	
Santa Isabel Do Ivaí	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Santa Izabel Do Oeste		14 a 19			14 a 19		17 a 19	14 a 16	
Santa Lúcia	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14	15	16 a 19	12 a 14	15 a 19	
Santa Maria Do Oeste	19 a 20	14	15 a 18	14 + 19 a 20	15	16 a 18	14 + 19 a 20	15 a 18	
Santa Mariana		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Santa Mônica	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Santa Tereza Do Oeste	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14		15 a 19	12 a 14		15 a 19
Santa Terezinha De Itaipu	12 a 13	18 a 19	14 a 17	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Santana Do Itararé	10	11 a 14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Santo Antônio Da Platina		10 a 12	13 a 14	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	
Santo Antônio Do Caiuá	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Santo Antônio Do Paraíso	10	11 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Santo Antônio Do Sudoeste		14 a 19			14 a 19		17	14 a 16 + 18 a 19	
Santo Inácio	10	11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15	
São Carlos Do Ivaí	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
São Jerônimo Da Serra	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
São João		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
São João Do Caiuá	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
São João Do Ivaí	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
São João Do Triunfo	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18	
São Jorge Do Ivaí	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
São Jorge Do Patrocínio	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		
São Jorge D'Oeste		14	15 a 19		14 a 19			14 a 19	
São José Da Boa Vista	10 a 13	14	15	10 a 15	16		10 a 16		
São José Das Palmeiras	10 a 15		16	10 a 16			10 a 16		
São José Dos Pinhais	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
São Manoel Do Paraná	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
São Mateus Do Sul	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
São Miguel Do Iguaçu	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
São Pedro Do Iguaçu	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
São Pedro Do Ivaí	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
São Pedro Do Paraná	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14 a 15		10 a 15		16
São Sebastião Da Amoreira	10	11 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
São Tomé	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Sapopema	10 a 11	12 a 14	15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Sarandi	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Saudade Do Iguaçu		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Sengés	12 + 19	13 + 18	14	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Serranópolis Do Iguaçu	12 a 13	14 + 18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19		12 a 14	15 a 19	
Sertaneja		10 a 11	12	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15	
Sertanópolis	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	15	10 a 14	15	
Siqueira Campos	10	11 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Sulina		14	15 a 19		14 a 19			14 a 19	
Tamarana	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Tamboara	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Tapejara	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		
Tapira	10 a 11	12 a 14	15	10 a 14	15		10 a 15	16	
Teixeira Soares	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17	
Telêmaco Borba	12 + 19	13	14 + 18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Terra Boa	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Terra Rica	10	11 a 12	13 a 14	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16
Terra Roxa	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Tibagi	19	18 + 12 a 14	15 a 17	19	18 + 12 a 14	15 a 17	19	18 + 12 a 14	15 a 17
Tijucas Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Toledo	12 a 13	18 a 19	14	12 a 14	18 a 19	15 a 17	12 a 14	15 a 19	
Tomazina	10	11 a 14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Três Barras Do Paraná	12 a 13	14	15 a 19	12 a 14	15	16 a 19	12 a 14	15 a 19	
Tunas Do Paraná	18 a 21	17	16	16 a 21			16 a 21		
Tuneiras Do Oeste	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Tupãssi	10 a 15		16	10 a 16			10 a 16		
Turvo	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	14 a 17	
Ubiratã	10 a 15		16	10 a 16			10 a 16		
Umuarama	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		
União Da Vitória	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Uniflor	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Uraí	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Ventania	19	12 a 13	14 + 18	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 19	18	15 a 17

Vera Cruz Do Oeste	12 a 13	19	14 a 18	12 a 14	19	15 a 18	12 a 14	15 + 19	16 a 18
Verê		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Virmond	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Vitorino		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16
Wenceslau Braz	10 a 11	12 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		
Xambrê	10 a 12	13 a 14	15	10 a 15		16	10 a 16		

CONTINUAÇÃO PORTARIA SPA/MAPA Nº 384, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Adrianópolis	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Agudos Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Almirante Tamandaré	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Altamira Do Paraná	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18	
Alto Paraíso	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Alto Paraná	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14	15	
Alto Piquiri	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 16		
Altônia	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Alvorada Do Sul		10 a 11	12	10	11 a 13		10 a 13	14	
Amaporã	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Ampére		17 a 19	14 a 16		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Anahy	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18	
Andirá		10	11 a 12	10	11 a 13		10 a 13	14	
Ângulo	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14	15	
Antonina	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Antônio Olinto	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		16 a 21		
Apucarana	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Arapongas	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Arapoti	19	18 + 12	17 + 13	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Arapuã	12 + 18 a 19		13 + 17	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Araruna	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Araucária	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Ariranha Do Ivaí	12 + 18 a 19		13 + 17	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Assaí	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	
Assis Chateaubriand	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Astorga	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	
Atalaia	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14		15
Balsa Nova	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Bandeirantes		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Barbosa Ferraz	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Barra Do Jacaré		10 a 11	12	10	11 a 13		10 a 13	14	
Barracão		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Bela Vista Da Caroba		17 a 19	14 a 16		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Bela Vista Do Paraíso		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Bituruna	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Boa Esperança	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Boa Esperança Do Iguaçu	12 + 19	13	14 a 18	12 + 19	13	14 a 18	12 + 19	13 a 18	
Boa Ventura De São Roque	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	14 a 17		18 a 20	14 a 17	
Boa Vista Da Aparecida	12 a 13	19	14 a 18	12 a 13	14 + 19	15 a 18	12 a 13	14 a 19	
Bocaiúva Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Bom Jesus Do Sul		14 a 19			14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Bom Sucesso	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Bom Sucesso Do Sul		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Borrazópolis	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Braganey	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Brasilândia Do Sul	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Cafeara		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Cafelândia	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Cafezal Do Sul	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Califórnia	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Cambará		10	11 a 12	10	11 a 13		10 a 13	14	
Cambé	10	11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Cambira	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Campina Da Lagoa	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18	
Campina Do Simão	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Campina Grande Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Campo Bonito	12 a 13 + 19	17 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Campo Do Tenente	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Largo	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Campo Magro	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Campo Mourão	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Cândido De Abreu	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Candói	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Cantagalo	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Capanema	12 a 13 + 19	17 a 18	14 a 16	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Capitão Leônidas Marques	12 a 13	19	14 a 18	12 a 13	14 + 19	15 a 18	12 a 15	16 a 19	
Carambeí	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16
Carlópolis		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15
Cascavel	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Castro	17 a 20		14 a 16	17 a 20		14 a 16	17 a 20	16	14 a 15
Catanduvas	12 a 13 + 19		14 a 18	12 a 13 + 19	14	15 a 18	12 a 13 + 19	14 a 18	
Centenário Do Sul		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Cerro Azul	17 a 21		16	17 a 21	16		17 a 21	16	
Céu Azul	12	13 + 19	14 a 18	12 a 13	14 + 19	15 a 18	12 a 13	14 a 19	
Chopinzinho	19		14 a 18	19	14 a 18		19	14 a 18	
Cianorte	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Cidade Gaúcha	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Clevelândia	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17
Colombo	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Colorado		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Congonhinhas	10	11 a 13		10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Conselheiro Mairinck		10 a 13		10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Contenda	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Corbélia	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Cornélio Procópio		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Coronel Domingos Soares	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Coronel Vivida	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Corumbataí Do Sul	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Cruz Machado	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Cruzeiro Do Iguaçu	19		14 a 18	19	14	15 a 18	14 a 15 + 19	16 a 18	
Cruzeiro Do Oeste	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Cruzeiro Do Sul	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 14		15
Cruzmaltina	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Curitiba	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Curiúva	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	

Diamante Do Norte	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Diamante Do Sul	12 a 13 + 19	17 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18	
Diamante D'Oeste	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Dois Vizinhos	19		14 a 18	19	14 a 18		19	14 a 18	
Douradina	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 14	15	16
Doutor Camargo	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Doutor Ulysses	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Enéas Marques	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15
Engenheiro Beltrão	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Entre Rios Do Oeste	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Esperança Nova	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Espigão Alto Do Iguaçu	19	17 a 18	14 a 16	19	14 a 18		19	14 a 18	
Farol	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Faxinal	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Fazenda Rio Grande	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Fênix	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Fernandes Pinheiro	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Figueira	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Flor Da Serra Do Sul		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15
Floraí	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Floresta	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Florestópolis		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Flórida	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14		15
Formosa Do Oeste	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Foz Do Iguaçu	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	17 a 18	14 a 16	12 a 13 + 19	14 a 18	
Foz Do Jordão	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Francisco Alves	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Francisco Beltrão		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
General Carneiro	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Godoy Moreira	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Goioerê	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Goioxim	17 a 21		16	17 a 21	16		17 a 21	16	
Grandes Rios	18 a 19	12	13 + 17	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17
Guaíra	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Guairaçá	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14		15
Guamiranga	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	16 a 17	14 a 15	18 a 20	16 a 17	14 a 15
Guapirama		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Guaporema	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 14	15	16
Guaraci		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Guaraniaçu	12 a 13 + 19	17 a 18	14 a 16	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Guarapuava	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Honório Serpa	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17
Ibaiti	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Ibema	12 a 13 + 19	17 a 18	14 a 16	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Ibiporã		10 a 11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Icaraíma	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 14	15	16
Iguaraçu	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14	15	
Iguatu	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18	
Imbaú	12 + 18 a 19		13 + 17	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Imbituva	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Inácio Martins	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Inajá		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Indianópolis	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Ipiranga	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	16 a 17	14 a 15	18 a 20	16 a 17	14 a 15
Iporã	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Iracema Do Oeste	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Irati	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Iretama	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Itaguajé		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Itaipulândia	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	17 a 18	14 a 16	12 a 13 + 19	14 a 18	
Itambaracá		10	11 a 12	10	11 a 13		10 a 13	14	
Itambé	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Itapejara D'Oeste		14 a 19			14 a 19			14 a 19	
Itaperuçu	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Itaúna Do Sul	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15
Ivaí	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		17 a 20	14 a 16	
Ivaiporã	12 + 18 a 19		13 + 17	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Ivaté	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Ivatuba	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Jaboti	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Jacarezinho		10 a 11	12	10	11 a 13	14	10 a 13	14	
Jaguapitã	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Jaguariaíva	18 a 19	12	13 + 17	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Jandaia Do Sul	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Janiópolis	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Japira	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Japurá	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 14	15	16
Jardim Alegre	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Jardim Olinda		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Jataizinho		10 a 11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Jesuítas	10 a 14		15	10 a 15	16		10 a 16		
Joaquim Távora		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Jundiaí Do Sul		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 13	14	15
Juranda	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Jussara	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Kaloré	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Lapa	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Laranjal	12 a 13 + 19	18	14 a 17	12 a 14 + 19	18	15 a 17	12 a 14 + 19	15 a 18	
Laranjeiras Do Sul	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17	
Leópolis		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Lidianópolis	10 a 13	14	15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Lindoeste	12 a 13	19	14 a 18	12 a 13	14 + 19	15 a 18	12 a 13	14 a 19	
Loanda	10	11 a 12	13	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Lobato	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15
Londrina	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Luiziana	12 + 18 a 19		13 + 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Lunardelli	10 a 13	14	15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Lupionópolis		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	
Mallet	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Mamborê	12 + 18 a 19		13 + 17	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Mandaguaçu	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Mandaguari	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Mandirituba	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Manfrinópolis		14 a 19			14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Mangueirinha	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Manoel Ribas	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	

Marechal Cândido Rondon	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Maria Helena	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Marialva	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Marilândia Do Sul	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Marilena	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 14		10 a 14		15
Mariluz	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 16		
Maringá	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Mariópolis	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Maripá	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Marmeleiro	20	15 a 19		20	15 a 19		20	15 a 19	
Marquinho	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Marumbi	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Matelândia	12 + 19	13 + 17 a 18	14 a 16	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Mato Rico	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Mauá Da Serra	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Medianeira	12 + 19	13 + 17 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Mercedes	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 15	16	
Mirador	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Miraselva		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Missal	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Moreira Sales	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 16		
Morretes	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Munhoz De Melo	10	11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Nossa Senhora Das Graças	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Nova Aliança Do Ivaí	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Nova América Da Colina		10 a 11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Nova Aurora	10 a 14		15	10 a 15	16		10 a 16		
Nova Cantu	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 14 + 19	15 a 18	
Nova Esperança	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Nova Esperança Do Sudoeste	19	14 a 18		19	14 a 18		16 a 19	14 a 15	
Nova Fátima		10 a 11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Nova Laranjeiras	19	18	14 a 17	19	18 + 14	15 a 17	14 a 15 + 19	16 a 18	
Nova Londrina	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14		15
Nova Olímpia	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 14	15	16
Nova Prata Do Iguaçu	12 a 13 + 19		14 a 18	12 a 13 + 19	14	15 a 18	12 a 13 + 19	14 a 18	
Nova Santa Bárbara	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Nova Santa Rosa	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Nova Tebas	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Novo Itacolomi	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Ortigueira	18 a 19	12	13 + 17	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17
Ourizona	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Ouro Verde Do Oeste	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Paiçandu	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Palmas	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Palmeira	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Palmital	19 a 20	18	14 a 17	19 a 20	18 + 14	15 a 17	19 a 20	14 a 18	
Palotina	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Paraíso Do Norte	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Paranacity	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Paranapoema		10	11	10 a 11	12	13	10 a 12	13 a 14	
Paranavaí	10	11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Pato Bragado	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Pato Branco	20	15 a 19		20	15 a 19		20	15 a 19	
Paula Freitas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paulo Frontin	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	

Peabiru	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Perobal	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Pérola	10 a 12	13 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Pérola D'Oeste	12 + 19	13 + 17 a 18	14 a 16	12 + 19	13 a 18		12 + 19	13 a 18	
Piên	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pinhais	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Pinhal De São Bento		14 a 19			14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Pinhalão	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Pinhão	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Piraí Do Sul	18 a 19	12	13 + 17	18 a 19	17 + 12 a 13	14 a 16	18 a 19	17 + 12 a 13	14 a 16
Piraquara	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pitanga	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Pitangueiras	10	11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Planaltina Do Paraná	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Planalto	12 + 19	13 + 17 a 18	14 a 16	12 + 19	13 + 17 a 18	14 a 16	12 + 19	13 a 18	
Ponta Grossa	17 a 21		16	17 a 21	16		17 a 21	16	
Porecatu		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Porto Amazonas	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Porto Barreiro	19	17 a 18	14 a 16	19	14 a 18		19	14 a 18	
Porto Rico	10	11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14	15	
Porto Vitória	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Prado Ferreira		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Pranchita		17 a 19	14 a 16		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Presidente Castelo Branco	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Primeiro De Maio		10 a 11	12	10	11 a 13		10 a 13	14	
Prudentópolis	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		17 a 20	14 a 16	
Quarto Centenário	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Quatiguá		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15

Quatro Barras	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Quatro Pontes	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Quedas Do Iguaçu	19		14 a 18	19	14 a 15	16 a 18	19	14 a 18	
Querência Do Norte	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Quinta Do Sol	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Quitandinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ramilândia	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Rancho Alegre		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Rancho Alegre D'Oeste	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Realeza	12 + 19	13 + 17 a 18	14 a 16	12 + 19	13 a 18		12 + 19	13 a 18	
Rebouças	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Renascença	20	15 a 19		20	15 a 19		20	15 a 19	
Reserva	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Reserva Do Iguaçu	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Ribeirão Claro		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Ribeirão Do Pinhal		10 a 11	12 a 13	10 a 13	14		10 a 14		15
Rio Azul	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Rio Bom	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Rio Bonito Do Iguaçu	19	18	14 a 17	19	14 a 18		19	14 a 18	
Rio Branco Do Ivaí	12 + 18 a 19		13 + 17	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	

Rio Branco Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Rio Negro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rolândia	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	
Roncador	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Rondon	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Rosário Do Ivaí	12 + 18 a 19		13 + 17	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Sabáudia	10	11 a 13		10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Salgado Filho		14 a 19			14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Salto Do Itararé		10 a 12	13	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Salto Do Lontra	19	17 a 18	14 a 16	19	14 a 18		19	14 a 18	
Santa Amélia		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Santa Cecília Do Pavão	10	11 a 13		10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Santa Cruz De Monte Castelo	10	11 a 12	13 a 14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Santa Fé	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14		15
Santa Helena	10 a 14		15	10 a 15		16	10 a 16		
Santa Inês		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Santa Isabel Do Ivaí	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Santa Izabel Do Oeste	19	17 a 18	14 a 16	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15	
Santa Lúcia	12 a 13	19	14 a 18	12 a 13	14 + 19	15 a 18	12 a 13	14 a 19	
Santa Maria Do Oeste	18 a 20		14 a 17	18 a 20	14	15 a 17	18 a 20	14 a 17	
Santa Mariana		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Santa Mônica	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Santa Tereza Do Oeste	12	13 + 19	17 a 18	12 a 13	19	14 a 18	12 a 13	14 a 15 + 19	16 a 18
Santa Terezinha De Itaipu	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Santana Do Itararé	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Santo Antônio Da Platina		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Santo Antônio Do Caiuá		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	
Santo Antônio Do Paraíso	10	11 a 13		10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Santo Antônio Do Sudoeste		14 a 19			14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Santo Inácio		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
São Carlos Do Ivaí	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 14	15	16
São Jerônimo Da Serra	10	11 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
São João	19		14 a 18	19	14 a 18		19	14 a 18	
São João Do Caiuá	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
São João Do Ivaí	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
São João Do Triunfo	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
São Jorge Do Ivaí	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
São Jorge Do Patrocínio	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
São Jorge D'Oeste	19		14 a 18	19	14 a 18		19	14 a 18	
São José Da Boa Vista	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
São José Das Palmeiras	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
São José Dos Pinhais	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Manoel Do Paraná	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 14	15	16
São Mateus Do Sul	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
São Miguel Do Iguaçu	12 + 19	13 + 17 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
São Pedro Do Iguaçu	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
São Pedro Do Ivaí	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
São Pedro Do Paraná	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14		15
São Sebastião Da Amoreira		10 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	
São Tomé	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 15		16
Sapopema	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Sarandi	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Saudade Do Iguaçu	19		14 a 18	19	14 a 18		19	14 a 18	
Sengés	19	18 + 12	17 + 13	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Serranópolis Do Iguaçu	12 + 19	13 + 17 a 18	14 a 16	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Sertaneja		10 a 11	12	10	11 a 13	14	10 a 13	14	
Sertanópolis		10 a 11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 13	14	15
Siqueira Campos		10 a 13		10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Sulina	19		14 a 18	19	14 a 18		19	14 a 18	
Tamarana	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15		16
Tamboara	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 14	15	
Tapejara	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Tapira	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15	10 a 14	15	16
Teixeira Soares	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Telêmaco Borba	18 a 19	12	13 + 17	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Terra Boa	10 a 13	14		10 a 14	15		10 a 15	16	
Terra Rica	10	11	12 a 13	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14		15
Terra Roxa	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Tibagi	18 a 19	17 + 12 a 13		18 a 19	17 + 12 a 13	14 a 16	18 a 19	17 + 12 a 13	14 a 16
Tijucas Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Toledo	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 a 18		12 a 13 + 19	14 a 18	
Tomazina	10	11 a 13	14	10 a 13	14	15	10 a 15		16
Três Barras Do Paraná	12 a 13 + 19		14 a 18	12 a 13 + 19	14	15 a 18	12 a 15 + 19	16 a 18	
Tunas Do Paraná	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Tuneiras Do Oeste	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Tupãssi	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Turvo	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		17 a 20	14 a 16	
Ubiratã	10 a 14	15		10 a 15	16		10 a 16		
Umuarama	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	
União Da Vitória	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Uniflor	10	11	12 a 13	10 a 12	13 a 14		10 a 14		15
Uraí		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 14		15
Ventania	18 a 19	12	13 + 17	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Vera Cruz Do Oeste	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17
Verê	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Virmond	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Vitorino	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Wenceslau Braz	10 a 11	12 a 13	14	10 a 14	15		10 a 15	16	
Xambrê	10 a 11	12 a 14		10 a 14	15		10 a 15	16	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá		10	11 a 12	10 a 11	12	13	10 a 12	13	14
Adrianópolis	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Agudos Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Almirante Tamandaré	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Altamira Do Paraná	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Alto Paraíso	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14		15 a 16
Alto Paraná	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	
Alto Piquiri	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15		16
Altônia	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Alvorada Do Sul		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Amaporã	10	11	12 a 13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Ampére	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Anahy	18 a 19	17 + 12	16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Andirá		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Ângulo	10	11	12	10 a 12	13	14	10 a 13	14	
Antonina	16 a 21			16 a 21			16 a 21		

Antônio Olinto	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Apucarana	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14		15 a 16
Arapongas	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Arapoti	18 a 19	17	12	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16
Arapuã	18 a 19	17 + 12		12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Araruna	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16	10 a 15	16	
Araucária	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ariranha Do Ivaí	18 a 19	17 + 12	16	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19		14 a 16
Assaí		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15
Assis Chateaubriand	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Astorga	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Atalaia		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Balsa Nova	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bandeirantes		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Barbosa Ferraz	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Barra Do Jacaré		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Barracão	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Bela Vista Da Caroba	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Bela Vista Do Paraíso		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Bituruna	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Boa Esperança	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Boa Esperança Do Iguaçu	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 + 18 a 19	13 a 17	
Boa Ventura De São Roque	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		17 a 20	14 a 16	
Boa Vista Da Aparecida	12 + 19	18	13 a 17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 13 + 19	14 a 18	
Bocaiúva Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bom Jesus Do Sul	19	18	14 a 17	19	14 a 18		19	14 a 18	
Bom Sucesso	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Bom Sucesso Do Sul	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Borrazópolis	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Braganey	12 + 18 a 19	17	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Brasilândia Do Sul	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Cafeara		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Cafelândia	18 a 19	17 + 12	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Cafezal Do Sul	10 a 12	13		10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Califórnia	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Cambará			10 a 11		10 a 12		10 a 12	13	
Cambé		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Cambira	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Campina Da Lagoa	18 a 19	17 + 12	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Campina Do Simão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campina Grande Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Bonito	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Campo Do Tenente	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Largo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Magro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Mourão	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Cândido De Abreu	17 a 19	12	13 a 16	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Candói	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Cantagalo	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Capanema	12 + 18 a 19	13 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Capitão Leônidas Marques	12 + 19	18	13 a 17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 13 + 19	14 a 18	
Carambeí	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	16	14 a 15
Carlópolis		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Cascavel	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Castro	17 a 20	16	14 a 15	16 a 20		14 a 15	16 a 20	15	14
Catanduvas	12 + 18 a 19		13 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Centenário Do Sul		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Cerro Azul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Céu Azul	12 + 19	18	13 a 17	12 a 13 + 19	18	14 a 17	12 a 13 + 19	14 a 18	
Chopinzinho	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Cianorte	10 a 12	13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Cidade Gaúcha	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Clevelândia	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Colombo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Colorado		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Congonhinhas		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Conselheiro Mairinck		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15
Contenda	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Corbélia	18 a 19	17 + 12	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Cornélio Procópio		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Coronel Domingos Soares	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Coronel Vivida	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Corumbataí Do Sul	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Cruz Machado	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Cruzeiro Do Iguaçu	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14	15 a 17	18 a 19	14 a 17	
Cruzeiro Do Oeste	10 a 11	12 a 13		10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Cruzeiro Do Sul		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Cruzmaltina	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 14	15	16
Curitiba	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Curiúva	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Diamante Do Norte		10	11 a 12	10	11 a 13		10 a 13		14
Diamante Do Sul	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Diamante D'Oeste	18 a 19	17 + 12	16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Dois Vizinhos	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Douradina	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Doutor Camargo	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Doutor Ulysses	18 a 19	17 + 12	13 a 16	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Enéas Marques	18 a 19		14 a 17	18 a 19		14 a 17	18 a 19		14 a 17
Engenheiro Beltrão	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Entre Rios Do Oeste	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Esperança Nova	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Espigão Alto Do Iguaçu	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Farol	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Faxinal	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 14	15	16
Fazenda Rio Grande	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Fênix	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Fernandes Pinheiro	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Figueira	10	11 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Flor Da Serra Do Sul	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Floraí	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Floresta	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Florestópolis		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Flórida		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Formosa Do Oeste	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	

Foz Do Iguaçu	18 a 19	17 + 12	16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16
Foz Do Jordão	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Francisco Alves	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Francisco Beltrão	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
General Carneiro	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Godoy Moreira	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Goioerê	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Goioxim	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Grandes Rios	18 a 19	17	12	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 + 17 a 19	13	14 a 16
Guaíra	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Guairaçá		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Guamiranga	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	15 a 16	14
Guapirama		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 12	13	14
Guaporema	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Guaraci		10	11 a 12	10 a 11	12	13	10 a 12	13	14
Guaraniaçu	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Guarapuava	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Honório Serpa	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Ibaiti	10	11 a 13		10 a 13	14	15	10 a 14	15	16
Ibema	12 + 18 a 19		13 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Ibiporã		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Icaraíma	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Iguaraçu	10	11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Iguatu	18 a 19	17 + 12	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Imbaú	18 a 19	17 + 12	16	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Imbituva	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Inácio Martins	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Inajá		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Indianópolis	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14	15	16
Ipiranga	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	15 a 16	14
Iporã	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Iracema Do Oeste	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Irati	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Iretama	18 a 19	17 + 12		12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Itaguajé		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Itaipulândia	18 a 19	17 + 12	16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Itambaracá			10 a 11	10	11 a 12		10 a 12	13	
Itambé	10 a 12	13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Itapejara D'Oeste	19	18	14 a 17	19	14 a 18		19	14 a 18	
Itaperuçu	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Itaúna Do Sul		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Ivaí	17 a 20	16	14 a 15	16 a 20		14 a 15	16 a 20	14 a 15	
Ivaiporã	18 a 19	17 + 12		12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19		14 a 16
Ivaté	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Ivatuba	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Jaboti		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16
Jacarezinho		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Jaguapitã		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 12	13	14
Jaguariaíva	18 a 19	17 + 12	16	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 + 17 a 19	13 a 16	
Jandaia Do Sul	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Janiópolis	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Japira		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16
Japurá	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14		15 a 16
Jardim Alegre	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Jardim Olinda			10	10	11	12	10 a 11	12	13
Jataizinho		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Jesuítas	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Joaquim Távora		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 12	13	14
Jundiaí Do Sul		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Juranda	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Jussara	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Kaloré	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Lapa	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Laranjal	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Laranjeiras Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Leópolis		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Lidianópolis	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Lindoeste	12 + 19	18	13 a 17	12 a 13 + 19	18	14 a 17	12 a 13 + 19	14 a 18	
Loanda		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15
Lobato		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Londrina	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Luiziana	18 a 19	17 + 12		12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Lunardelli	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Lupionópolis		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Mallet	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Mamborê	18 a 19	17 + 12		12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Mandaguaçu	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Mandaguari	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14		15 a 16
Mandirituba	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Manfrinópolis	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Mangueirinha	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Manoel Ribas	18 a 19	17 + 12	16	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Marechal Cândido Rondon	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Maria Helena	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Marialva	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Marilândia Do Sul	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Marilena		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Mariluz	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Maringá	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Mariópolis	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Maripá	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Marmeleiro	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Marquinho	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Marumbi	10 a 12	13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Matelândia	12 + 18 a 19		13 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Mato Rico	12 + 17 a 19		13 a 16	12 a 13 + 17 a 19		14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Mauá Da Serra	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Medianeira	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Mercedes	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15		16

Mirador	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Miraselva		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Missal	18 a 19	17 + 12	16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Moreira Sales	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Morretes	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Munhoz De Melo		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Nossa Senhora Das Graças		10	11 a 12	10 a 11	12	13	10 a 12	13	14
Nova Aliança Do Ivaí	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Nova América Da Colina		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Nova Aurora	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Nova Cantu	12 + 18 a 19	17	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Nova Esperança	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Nova Esperança Do Sudoeste	18 a 19		14 a 17	18 a 19		14 a 17	18 a 19		14 a 17
Nova Fátima		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Nova Laranjeiras	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Nova Londrina		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Nova Olímpia	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Nova Prata Do Iguaçu	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Nova Santa Bárbara		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Nova Santa Rosa	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Nova Tebas	17 a 19	12	16	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Novo Itacolomi	10 a 12	13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Ortigueira	18 a 19	17	12	18 a 19	17 + 12	13 a 16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16
Ourizona	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Ouro Verde Do Oeste	18 a 19	17 + 12	16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Paiçandu	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Palmas	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Palmeira	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Palmital	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	14 a 17		18 a 20	14 a 17	
Palotina	10 a 13		14	10 a 14	15	16	10 a 15		16
Paraíso Do Norte	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Paranacity		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Paranapoema		10	11	10	11 a 12	13	10 a 11	12 a 13	
Paranavaí		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Pato Bragado	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Pato Branco	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Paula Freitas	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Paulo Frontin	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Peabiru	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Perobal	10 a 12	13		10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Pérola	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Pérola D'Oeste	12 + 18 a 19	13 a 17		12 + 18 a 19	13 a 17		12 + 18 a 19	13 a 17	
Piên	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pinhais	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pinhal De São Bento	19	18	14 a 17	19	14 a 18		19	14 a 18	
Pinhalão	10	11 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Pinhão	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Piraí Do Sul	18 a 19	17 + 12	16	17 a 19	12 a 13	14 a 16	17 a 19	12 a 13	14 a 16
Piraquara	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pitanga	12 + 17 a 19		13 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Pitangueiras		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Planaltina Do Paraná	10	11	12 a 13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Planalto	12 + 18 a 19	13 a 17		12 + 18 a 19	13 a 17		12 + 18 a 19	13 a 17	
Ponta Grossa	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Porecatu		10	11	10	11	12	10 a 12	13	
Porto Amazonas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Porto Barreiro	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Porto Rico		10 a 11	12	10 a 12	13	14	10 a 13	14	
Porto Vitória	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Prado Ferreira		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Pranchita	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Presidente Castelo Branco	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Primeiro De Maio		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Prudentópolis	17 a 20	16	14 a 15	16 a 20	14 a 15		16 a 20	14 a 15	
Quarto Centenário	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Quatiguá		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
Quatro Barras	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Quatro Pontes	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Quedas Do Iguaçu	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14	15 a 17	18 a 19	14 a 17	
Querência Do Norte	10	11	12 a 13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Quinta Do Sol	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Quitandinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ramilândia	18 a 19	17 + 12	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Rancho Alegre		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Rancho Alegre D'Oeste	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Realeza	12 + 18 a 19	13 a 17		12 + 18 a 19	13 a 17		12 + 18 a 19	13 a 17	
Rebouças	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Renascença	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Reserva	18 a 19	17 + 12	16	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Reserva Do Iguaçu	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Ribeirão Claro		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Ribeirão Do Pinhal		10 a 11	12	10 a 12	13		10 a 13	14	
Rio Azul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Rio Bom	10 a 12	13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Rio Bonito Do Iguaçu	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Rio Branco Do Ivaí	18 a 19	17 + 12		12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19		14 a 16
Rio Branco Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Negro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rolândia		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Roncador	17 a 19	12	16	12 a 13 + 17 a 19		14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Rondon	10	11 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Rosário Do Ivaí	18 a 19	17 + 12	16	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 + 17 a 19	13	14 a 16
Sabáudia	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Salgado Filho	19	18	14 a 17	19	14 a 18		19	14 a 18	
Salto Do Itararé		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Salto Do Lontra	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Santa Amélia		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Santa Cecília Do Pavão		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Santa Cruz De Monte Castelo	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Santa Fé		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Santa Helena	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
Santa Inês		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Santa Isabel Do Ivaí	10	11	12 a 13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Santa Izabel Do Oeste	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Santa Lúcia	12 + 19	18	13 a 17	12 a 13 + 19	18	14 a 17	12 a 13 + 19	14 a 18	
Santa Maria Do Oeste	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		17 a 20	14 a 16	
Santa Mariana		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14

Santa Mônica	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 13	14	15 a 16
Santa Tereza Do Oeste	12 + 19	18	13 a 17	12 a 13 + 19	18	14 a 17	12 a 13 + 19	14 a 18	
Santa Terezinha De Itaipu	18 a 19	17 + 12	16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16
Santana Do Itararé	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14	15	16
Santo Antônio Da Platina		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Santo Antônio Do Caiuá		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
Santo Antônio Do Paraíso		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Santo Antônio Do Sudoeste	19	18	14 a 17	19	14 a 18		19	14 a 18	
Santo Inácio		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
São Carlos Do Ivaí	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
São Jerônimo Da Serra	10	11 a 12	13	10 a 13	14		10 a 14		15 a 16
São João	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
São João Do Caiuá		10	11 a 12	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14
São João Do Ivaí	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 14	15	16
São João Do Triunfo	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
São Jorge Do Ivaí	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
São Jorge Do Patrocínio	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
São Jorge D'Oeste	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
São José Da Boa Vista	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
São José Das Palmeiras	10 a 13	14		10 a 14	15	16	10 a 15	16	
São José Dos Pinhais	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Manoel Do Paraná	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
São Mateus Do Sul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
São Miguel Do Iguaçu	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
São Pedro Do Iguaçu	18 a 19	17 + 12	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
São Pedro Do Ivaí	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
São Pedro Do Paraná		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	
São Sebastião Da Amoreira		10 a 11	12 a 13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15
São Tomé	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Sapopema	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Sarandi	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Saudade Do Iguaçu	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Sengés	18 a 19	17	16 + 12	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 + 17 a 19	13 a 16	
Serranópolis Do Iguaçu	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Sertaneja		10	11	10	11 a 12	13	10 a 12	13	
Sertanópolis		10	11 a 12	10	11 a 13		10 a 12	13	14
Siqueira Campos		10 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Sulina	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Tamarana	10	11 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Tamboara	10	11 a 12	13	10 a 12	13	14	10 a 13	14	15 a 16
Tapejara	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
Tapira	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14		15 a 16
Teixeira Soares	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Telêmaco Borba	18 a 19	17	16 + 12	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 + 17 a 19	13	14 a 16
Terra Boa	10 a 12	13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Terra Rica		10	11 a 12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Terra Roxa	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Tibagi	17 a 19	12	13 a 16	17 a 19	12 a 16		17 a 19	12 a 16	
Tijucas Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Toledo	18 a 19	17 + 12	16	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Tomazina	10	11 a 12	13	10 a 13		14	10 a 14	15	16
Três Barras Do Paraná	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Tunas Do Paraná	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tuneiras Do Oeste	10 a 12	13	14	10 a 14		15 a 16	10 a 15		16
Tupãssi	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Turvo	16 a 20		14 a 15	16 a 20	14 a 15		16 a 20	14 a 15	
Ubiratã	10 a 13	14		10 a 15		16	10 a 15	16	
Umuarama	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16
União Da Vitória	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Uniflor		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Uraí		10 a 11	12	10 a 11	12 a 13		10 a 13		14
Ventania	18 a 19	17	16 + 12	18 a 19	17 + 12	13 a 16	12 + 17 a 19	13	14 a 16
Vera Cruz Do Oeste	18 a 19	17 + 12	16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Verê	18 a 19		14 a 17	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Virmond	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Vitorino	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Wenceslau Braz	10	11 a 13		10 a 13	14	15 a 16	10 a 14	15	16
Xambrê	10 a 11	12 a 13		10 a 13	14		10 a 14	15	16

PORTARIA SPA/MAPA Nº 385, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria SPA/MAPA nº 609 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2021/2022.

II - a retificação publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2022, seção 1, página 5, que alterou o anexo da Portaria nº 609 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2021/2022.

III - a retificação publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2022, seção 1, página 5, que alterou o anexo da Portaria nº 609 de 15 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries,

preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 1: Grupo I (n ≤ 140 dias); Grupo II (141 dias ≤ n ≤ 160 dias); e Grupo III (n > 160 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

Região 2: Grupo I (n ≤ 130 dias); Grupo II (131 dias ≤ n ≤ 150 dias); e Grupo III (n > 150 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA ≥ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA ≥ 0,45 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 1

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, TBIO Ênfase, TBIO Capaz, BAR 10, BAR 20, BS Etanol, TBIO Convicto, TBIO Tibagi, TBIO Energia 30, TBIO Sagaz, TBIO Parâmetro e BS Etanol 8

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Belajoia, BRS Guamirim, BRS Marcante, BRS Parrudo, BRS Reponte, BRS TR271, BRS TR191, BRS 327, BRS 374 e BRS 331

IAC: IAC 370 (ARMAGEDDON), IAC 385 Mojave e IAC 388 Arpoador;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGPRISMA, LGCROMO, LGSUPRA, LGSAGA, LGBIANCO, LGORO e LGFORTALEZA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS Vintecinco, ORSCONFEITARIA, Ametista, ORS 1401, ORS 1405, ORS 1402, ORS Citrino, ORS SOBERANO, ORS 2102 e ORS 2101;

SEMEVINEA AGRONEGÓCIOS LTDA: TSZ Dominadore, TSZ CHIARO e TSZ MARQUÊS;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: JVC Cerne.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Pastejo I e Lenox;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Pastoreio.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tarumã e BRS Tarumaxi.

Região 2

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Ênfase, TBIO Capaz, BAR 10, BAR 20, BS Etanol, TBIO Convicto, TBIO Energia 30 e BS Etanol 8;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Belajoia, BRS Guamirim, BRS TR271, BRS TR191, BRS 327 e BRS 331;

IAC: IAC 370 (ARMAGEDDON), IAC 385 Mojave e IAC 388 Arpoador;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGPRISMA, LGCROMO, LGSUPRA, LGSAGA, LGORO e LGFORTALEZA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS Vintecinco, ORSCONFEITARIA, Ametista, ORS 1401, ORS 1402, ORS Citrino, ORS 2102, ORS 2101 e ORS SOBERANO;

SEMEVINEA AGRONEGÓCIOS LTDA: TSZ Dominadore, TSZ CHIARO e TSZ MARQUÊS.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, TBIO Tibagi, TBIO Sagaz e TBIO Parâmetro;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Marcante, BRS Parrudo, BRS Reponte e BRS 374;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGBIANCO;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS 1405.

GRUPO III

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Pastejo I;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tarumã, BRS Pastoreio e BRS Tarumaxi.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Água Santa	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Agudo	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Ajuricaba	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Alecrim	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Alegrete	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Alegria	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Almirante Tamandaré Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Alpestre	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Alto Alegre	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Alto Feliz	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Amaral Ferrador	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ametista Do Sul	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
André Da Rocha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Anta Gorda	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Antônio Prado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Arambaré	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Araricá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Aratiba	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Arroio Do Meio	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Arroio Do Padre	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Arroio Do Tigre	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Arroio Dos Ratos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Grande	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Arvorezinha	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	

Augusto Pestana	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Áurea	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Bagé	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Barão	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Barão De Cotegipe	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Barão Do Triunfo	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Barra Do Guarita	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Barra Do Quaraí	19 a 20	17 a 18	16	19 a 20	16 a 18		19 a 20	16 a 18	
Barra Do Rio Azul	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Barra Funda	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Barracão	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Barros Cassal	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Benjamin Constant Do Sul	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Bento Gonçalves	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Boa Vista Das Missões	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Boa Vista Do Buricá	16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Boa Vista Do Cadeado	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Boa Vista Do Incra	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Boa Vista Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Bom Jesus	21	20	19	21	20	19	21	20	19
Bom Princípio	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Bom Progresso	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Bom Retiro Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Boqueirão Do Leão	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
Bossoroca	17 a 20	15 a 16		16 a 20	15		16 a 20	15	
Bozano	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Braga	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Brochier	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Butiá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Caçapava Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cacequi	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Cachoeira Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cacique Doble	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Caibaté	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Caiçara	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Camaquã	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Camargo	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Cambará Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Campestre Da Serra	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Campina Das Missões	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Campinas Do Sul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Campo Bom	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Campo Novo	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Campos Borges	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Candelária	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cândido Godói	19	16 a 18	14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Candiota	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Canela	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Canguçu	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Canudos Do Vale	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Capão Bonito Do Sul	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18
Capão Do Cipó	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Capão Do Leão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Capela De Santana	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Capitão	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
Carazinho	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Carlos Barbosa	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Carlos Gomes	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Casca	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Caseiros	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18
Catuípe	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Caxias Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Centenário	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Cerrito	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cerro Branco	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cerro Grande	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Cerro Grande Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cerro Largo	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Chapada	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Charqueadas	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Charrua	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Chiapetta	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Chuvisca	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Ciríaco	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Colinas	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Colorado	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Condor	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Constantina	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Coqueiro Baixo	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Coqueiros Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Coronel Barros	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Coronel Bicaco	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Coronel Pilar	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Cotiporã	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Coxilha	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Crissiumal	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Cristal	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cristal Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cruz Alta	18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17	
Cruzaltense	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Cruzeiro Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
David Canabarro	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Derrubadas	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Dezesseis De Novembro	19 a 20	15 a 18		16 a 20	15		16 a 20	15	
Dilermando De Aguiar	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Dois Irmãos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Dois Irmãos Das Missões	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Dois Lajeados	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Dom Feliciano	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Dom Pedrito	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Dona Francisca	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Doutor Maurício Cardoso	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Doutor Ricardo	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Eldorado Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Encantado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Encruzilhada Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Engenho Velho	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Entre Rios Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		

Entre-Ijuís	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Erebango	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Erechim	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Ernestina	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Erval Grande	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Erval Seco	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Esmeralda	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18
Esperança Do Sul	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Espumoso	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Estação	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Estância Velha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Estrela	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Estrela Velha	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Eugênio De Castro	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Fagundes Varela	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Farroupilha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Faxinal Do Soturno	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Faxinalzinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Fazenda Vilanova	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Feliz	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Flores Da Cunha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Floriano Peixoto	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Fontoura Xavier	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Formigueiro	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Forquetinha	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Fortaleza Dos Valos	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Frederico Westphalen	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Garibaldi	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Garruchos	20	16 a 19	15	16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Gaurama	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
General Câmara	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Gentil	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Getúlio Vargas	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Giruá	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Gramado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Gramado Dos Loureiros	19 a 20	16 a 18		19 a 20	16 a 18		19 a 20	16 a 18	
Gramado Xavier	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Guabiju	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Guaporé	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Guarani Das Missões	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Harmonia	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Herval	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Herveiras	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Horizontina	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Hulha Negra	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Humaitá	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Ibarama	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Ibiaçá	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Ibiraiaras	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Ibirapuitã	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Ibirubá	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Igrejinha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ijuí	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Ilópolis	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Imigrante	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Independência	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Inhacorá	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Ipê	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Ipiranga Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Iraí	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Itaara	18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17	
Itacurubi	17 a 20	15 a 16		16 a 20	15		16 a 20	15	
Itapuca	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Itaqui	18 a 20	16 a 17	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Itatiba Do Sul	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Ivorá	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Ivoti	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Jaboticaba	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Jacuizinho	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Jacutinga	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Jaguarão	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Jaguari	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Jaquirana	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Jari	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Jóia	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Júlio De Castilhos	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Lagoa Bonita Do Sul	18 a 20	17	16	18 a 20	17	16	18 a 20	17	16
Lagoa Dos Três Cantos	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Lagoa Vermelha	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Lagoão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lajeado	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Lajeado Do Bugre	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Lavras Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Liberato Salzano	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Lindolfo Collor	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Linha Nova	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Maçambará	17 a 20	16	15	16 a 20	15		16 a 20	15	
Machadinho	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Manoel Viana	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Maratá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Marau	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Marcelino Ramos	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Mariana Pimentel	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mariano Moro	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Marques De Souza	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Mata	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Mato Castelhano	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Mato Leitão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Mato Queimado	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Maximiliano De Almeida	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Minas Do Leão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Miraguaí	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Montauri	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Monte Alegre Dos Campos	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Monte Belo Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Montenegro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mormaço	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Morro Redondo	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Morro Reuter	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
Muçum	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Muitos Capões	20 a 21	17 a 19		20 a 21	17 a 19		20 a 21	17 a 19	
Muliterno	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18

Não-Me-Toque	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Nicolau Vergueiro	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Nonoai	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Nova Alvorada	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Nova Araçá	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Nova Bassano	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Nova Boa Vista	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Nova Bréscia	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Nova Candelária	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Nova Esperança Do Sul	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Nova Hartz	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Nova Pádua	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Palma	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Nova Petrópolis	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Prata	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Ramada	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Nova Roma Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Santa Rita	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Barreiro	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Novo Cabrais	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Hamburgo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Machado	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Novo Tiradentes	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Novo Xingu	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Paim Filho	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Palmeira Das Missões	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Palmitinho	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Panambi	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Pantano Grande	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Paraí	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Paraíso Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pareci Novo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Parobé	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Passa Sete	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Passo Do Sobrado	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Passo Fundo	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Paulo Bento	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Paverama	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Pedras Altas	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Pedro Osório	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Pejuçara	19 a 20	16 a 18		19 a 20	16 a 18		19 a 20	16 a 18	
Pelotas	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Picada Café	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pinhal	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pinhal Da Serra	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Pinhal Grande	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Pinheirinho Do Vale	16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Pinheiro Machado	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Pinto Bandeira	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pirapó	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Piratini	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Planalto	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Poço Das Antas	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Pontão	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Ponte Preta	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Portão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Porto Lucena	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Porto Mauá	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Porto Vera Cruz	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Porto Xavier	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Pouso Novo	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Presidente Lucena	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Progresso	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Protásio Alves	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Putinga	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Quaraí	18 a 20	17	16	18 a 20	17	16	18 a 20	17	16
Quatro Irmãos	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Quevedos	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Quinze De Novembro	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Redentora	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Relvado	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Restinga Seca	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Rio Dos Índios	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Rio Pardo	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Riozinho	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Roca Sales	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rodeio Bonito	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Rolador	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Rolante	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ronda Alta	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Rondinha	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Roque Gonzales	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Rosário Do Sul	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
Sagrada Família	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Saldanha Marinho	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Salto Do Jacuí	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Salvador Das Missões	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Salvador Do Sul	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
Sananduva	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Santa Bárbara Do Sul	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Santa Cecília Do Sul	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Santa Clara Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Santa Cruz Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Santa Margarida Do Sul	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Santa Maria	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Santa Maria Do Herval	19 a 20	17 a 18	16	19 a 20	17 a 18	16	19 a 20	17 a 18	16
Santa Rosa	19	16 a 18	14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Santa Tereza	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Santana Da Boa Vista	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Sant'Ana Do Livramento	18 a 20	17	16	18 a 20	17	16	18 a 20	17	16
Santiago	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Santo Ângelo	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Santo Antônio Das Missões	17 a 20	15 a 16		16 a 20	15		16 a 20	15	
Santo Antônio Do Palma	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Santo Antônio Do Planalto	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Santo Augusto	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Santo Cristo	19	16 a 18	14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Santo Expedito Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Borja	17 a 20	15 a 16		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Domingos Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
São Francisco De Assis	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15

São Francisco De Paula	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Gabriel	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
São Jerônimo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São João Da Urtiga	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
São João Do Polêsine	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Jorge	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São José Das Missões	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
São José Do Herval	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
São José Do Hortêncio	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São José Do Inhacorá	16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
São José Do Ouro	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
São José Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São José Dos Ausentes	21		19 a 20	21		19 a 20	21		19 a 20
São Leopoldo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Lourenço Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Luiz Gonzaga	19 a 20	15 a 18		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Marcos	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Martinho	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
São Martinho Da Serra	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
São Miguel Das Missões	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
São Nicolau	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
São Paulo Das Missões	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
São Pedro Da Serra	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
São Pedro Das Missões	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
São Pedro Do Butiá	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
São Pedro Do Sul	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
São Sebastião Do Caí	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Sepé	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
São Valentim	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
São Valentim Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Valério Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Vendelino	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Vicente Do Sul	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Sapiranga	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sapucaia Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sarandi	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Seberi	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Sede Nova	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Segredo	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Selbach	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Senador Salgado Filho	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15
Sentinela Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Serafina Corrêa	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Sério	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
Sertão	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Sertão Santana	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sete De Setembro	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15
Severiano De Almeida	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Silveira Martins	18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17	
Sinimbu	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Sobradinho	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Soledade	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Tabaí	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Tapejara	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Tapera	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Taquara	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Taquari	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Taquaruçu Do Sul	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Tenente Portela	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
Teutônia	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Tio Hugo	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Tiradentes Do Sul	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Toropi	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Travesseiro	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Três Arroios	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Três Coroas	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Três De Maio	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Três Palmeiras	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Três Passos	16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Trindade Do Sul	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Triunfo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Tucunduva	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Tunas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tupanci Do Sul	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18
Tupanciretã	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Tupandi	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Tuparendi	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Turuçu	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Ubiretama	19	16 a 18	14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
União Da Serra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Unistalda	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Uruguaiana	18 a 20	17	16	18 a 20	17	16	18 a 20	17	16
Vacaria	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18
Vale Do Sol	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Vale Real	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vale Verde	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Vanini	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Venâncio Aires	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Vera Cruz	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Veranópolis	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Vespasiano Correa	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Viadutos	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Vicente Dutra	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Victor Graeff	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Vila Flores	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Vila Lângaro	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Vila Maria	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Vila Nova Do Sul	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Vista Alegre	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Vista Alegre Do Prata	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Vista Gaúcha	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Vitória Das Missões	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Westfalia	16 a 21			16 a 21			16 a 21		

CONTINUAÇÃO PORTARIA SPA/MAPA Nº 385, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Água Santa	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Agudo	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Ajuricaba	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Alecrim	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Alegrete	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Alegria	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Almirante Tamandaré Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Alpestre	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Alto Alegre	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Alto Feliz	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Amaral Ferrador	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ametista Do Sul	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
André Da Rocha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Anta Gorda	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Antônio Prado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Arambaré	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Araricá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Aratiba	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Arroio Do Meio	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Do Padre	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Do Tigre	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Dos Ratos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Grande	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arvorezinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Augusto Pestana	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Áurea	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Bagé	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Barão	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Barão De Cotegipe	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Barão Do Triunfo	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Barra Do Guarita	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Barra Do Quaraí	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Barra Do Rio Azul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Barra Funda	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Barracão	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Barros Cassal	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Benjamin Constant Do Sul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Bento Gonçalves	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Boa Vista Das Missões	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Boa Vista Do Buricá	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Boa Vista Do Cadeado	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Boa Vista Do Incra	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Boa Vista Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bom Jesus	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18
Bom Princípio	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Bom Progresso	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
Bom Retiro Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Boqueirão Do Leão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Bossoroca	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Bozano	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Braga	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Brochier	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Butiá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Caçapava Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cacequi	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Cachoeira Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cacique Doble	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Caibaté	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Caiçara	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17
Camaquã	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Camargo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cambará Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Campestre Da Serra	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Campina Das Missões	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Campinas Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Campo Bom	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Campo Novo	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Campos Borges	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Candelária	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cândido Godói	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
Candiota	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Canela	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Canguçu	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Canudos Do Vale	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Capão Bonito Do Sul	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Capão Do Cipó	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Capão Do Leão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Capela De Santana	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Capitão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Carazinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Carlos Barbosa	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Carlos Gomes	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Casca	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Caseiros	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Catuípe	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Caxias Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Centenário	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cerrito	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cerro Branco	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cerro Grande	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Cerro Grande Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cerro Largo	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Chapada	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Charqueadas	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Charrua	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Chiapetta	19 a 20	17 a 18	15 a 16	19 a 20	17 a 18	15 a 16	19 a 20	17 a 18	15 a 16
Chuvisca	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ciríaco	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Colinas	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Colorado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Condor	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Constantina	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Coqueiro Baixo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Coqueiros Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Coronel Barros	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Coronel Bicaco	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16

Coronel Pilar	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cotiporã	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Coxilha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Crissiumal	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Cristal	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cristal Do Sul	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Cruz Alta	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Cruzaltense	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Cruzeiro Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
David Canabarro	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Derrubadas	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Dezesseis De Novembro	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Dilermando De Aguiar	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Dois Irmãos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Dois Irmãos Das Missões	19 a 20	17 a 18	15 a 16	19 a 20	17 a 18	15 a 16	19 a 20	17 a 18	15 a 16
Dois Lajeados	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Dom Feliciano	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Dom Pedrito	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Dona Francisca	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Doutor Maurício Cardoso	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Doutor Ricardo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Eldorado Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Encantado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Encruzilhada Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Engenho Velho	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Entre Rios Do Sul	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Entre-Ijuís	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Erebango	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Erechim	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ernestina	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Erval Grande	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Erval Seco	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Esmeralda	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Esperança Do Sul	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Espumoso	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Estação	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Estância Velha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Estrela	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Estrela Velha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Eugênio De Castro	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Fagundes Varela	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Farroupilha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Faxinal Do Soturno	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Faxinalzinho	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Fazenda Vilanova	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Feliz	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Flores Da Cunha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Floriano Peixoto	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Fontoura Xavier	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Formigueiro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Forquetinha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Fortaleza Dos Valos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Frederico Westphalen	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Garibaldi	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Garruchos	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Gaurama	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
General Câmara	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Gentil	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Getúlio Vargas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Giruá	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15	19 a 20	16 a 18	15
Gramado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Gramado Dos Loureiros	19 a 20	17 a 18	16	19 a 20	17 a 18	16	19 a 20	17 a 18	16
Gramado Xavier	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Guabiju	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Guaporé	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Guarani Das Missões	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Harmonia	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Herval	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Herveiras	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Horizontina	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Hulha Negra	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Humaitá	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
Ibarama	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ibiaçá	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Ibiraiaras	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Ibirapuitã	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ibirubá	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Igrejinha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ijuí	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Ilópolis	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Imigrante	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Independência	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Inhacorá	19 a 20	17 a 18	15 a 16	19 a 20	17 a 18	15 a 16	19 a 20	17 a 18	15 a 16
Ipê	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Ipiranga Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Iraí	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Itaara	18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17	
Itacurubi	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Itapuca	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Itaqui	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Itatiba Do Sul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ivorá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ivoti	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Jaboticaba	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Jacuizinho	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Jacutinga	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jaguarão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Jaguari	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Jaquirana	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Jari	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Jóia	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Júlio De Castilhos	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Lagoa Bonita Do Sul	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Lagoa Dos Três Cantos	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lagoa Vermelha	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Lagoão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lajeado	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Lajeado Do Bugre	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Lavras Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Liberato Salzano	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Lindolfo Collor	15 a 20			15 a 20			15 a 20		

Linha Nova	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Maçambará	17 a 20	15 a 16		16 a 20	15		16 a 20	15	
Machadinho	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Manoel Viana	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Maratá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Marau	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Marcelino Ramos	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Mariana Pimentel	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mariano Moro	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Marques De Souza	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mata	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Mato Castelhano	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Mato Leitão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Mato Queimado	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Maximiliano De Almeida	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Minas Do Leão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Miraguaí	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
Montauri	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Monte Alegre Dos Campos	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Monte Belo Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Montenegro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mormaço	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Morro Redondo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Morro Reuter	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
Muçum	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Muitos Capões	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Muliterno	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17
Não-Me-Toque	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nicolau Vergueiro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nonoai	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Nova Alvorada	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Araçá	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Bassano	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Boa Vista	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Bréscia	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Candelária	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Nova Esperança Do Sul	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Nova Hartz	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Nova Pádua	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Palma	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Nova Petrópolis	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Prata	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Ramada	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Nova Roma Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Santa Rita	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Barreiro	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Novo Cabrais	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Hamburgo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Machado	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Novo Tiradentes	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Novo Xingu	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Paim Filho	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Palmeira Das Missões	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Palmitinho	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17
Panambi	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Pantano Grande	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Paraí	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paraíso Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pareci Novo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Parobé	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Passa Sete	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Passo Do Sobrado	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Passo Fundo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paulo Bento	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Paverama	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Pedras Altas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pedro Osório	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pejuçara	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Pelotas	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Picada Café	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pinhal	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Pinhal Da Serra	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Pinhal Grande	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pinheirinho Do Vale	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Pinheiro Machado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pinto Bandeira	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pirapó	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Piratini	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Planalto	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Poço Das Antas	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Pontão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ponte Preta	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Portão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Porto Lucena	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Porto Mauá	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Porto Vera Cruz	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Porto Xavier	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Pouso Novo	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Presidente Lucena	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Progresso	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Protásio Alves	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Putinga	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Quaraí	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Quatro Irmãos	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Quevedos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Quinze De Novembro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Redentora	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Relvado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Restinga Seca	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Rio Dos Índios	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Rio Pardo	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Riozinho	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Roca Sales	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rodeio Bonito	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Rolador	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Rolante	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ronda Alta	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rondinha	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Roque Gonzales	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Rosário Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Sagrada Família	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Saldanha Marinho	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	

Salto Do Jacuí	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Salvador Das Missões	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Salvador Do Sul	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
Sananduva	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Santa Bárbara Do Sul	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Santa Cecília Do Sul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Santa Clara Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Santa Cruz Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Santa Margarida Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Santa Maria	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Santa Maria Do Herval	19 a 20	17 a 18	16	19 a 20	17 a 18	16	19 a 20	17 a 18	16
Santa Rosa	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
Santa Tereza	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Santana Da Boa Vista	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Sant'Ana Do Livramento	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Santiago	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Santo Ângelo	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Santo Antônio Das Missões	17 a 20	15 a 16		16 a 20	15		16 a 20	15	
Santo Antônio Do Palma	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Santo Antônio Do Planalto	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Santo Augusto	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Santo Cristo	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
Santo Expedito Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Borja	17 a 20	15 a 16		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Domingos Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Francisco De Assis	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
São Francisco De Paula	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Gabriel	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Jerônimo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São João Da Urtiga	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
São João Do Polêsine	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Jorge	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São José Das Missões	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
São José Do Herval	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São José Do Hortêncio	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São José Do Inhacorá	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
São José Do Ouro	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
São José Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São José Dos Ausentes	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19
São Leopoldo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Lourenço Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Luiz Gonzaga	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
São Marcos	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Martinho	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
São Martinho Da Serra	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
São Miguel Das Missões	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
São Nicolau	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
São Paulo Das Missões	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
São Pedro Da Serra	17 a 20	16		17 a 20	16		17 a 20	16	
São Pedro Das Missões	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
São Pedro Do Butiá	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
São Pedro Do Sul	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
São Sebastião Do Caí	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Sepé	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Valentim	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
São Valentim Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Valério Do Sul	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
São Vendelino	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Vicente Do Sul	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Sapiranga	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sapucaia Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sarandi	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Seberi	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Sede Nova	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15
Segredo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Selbach	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Senador Salgado Filho	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15	19	16 a 18	14 a 15
Sentinela Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Serafina Corrêa	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Sério	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Sertão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Sertão Santana	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sete De Setembro	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
Severiano De Almeida	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Silveira Martins	18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17	
Sinimbu	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sobradinho	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Soledade	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tabaí	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Tapejara	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tapera	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Taquara	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Taquari	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Taquaruçu Do Sul	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Tenente Portela	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
Teutônia	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Tio Hugo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tiradentes Do Sul	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Toropi	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Travesseiro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Três Arroios	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Três Coroas	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Três De Maio	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Três Palmeiras	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Três Passos	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Trindade Do Sul	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Triunfo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Tucunduva	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Tunas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tupanci Do Sul	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Tupanciretã	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Tupandi	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Tuparendi	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Turuçu	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ubiretama	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15	18 a 19	16 a 17	14 a 15
União Da Serra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		

Unistalda	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Uruguaiana	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Vacaria	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Vale Do Sol	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Vale Real	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vale Verde	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Vanini	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Venâncio Aires	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Vera Cruz	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Veranópolis	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Vespasiano Correa	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Viadutos	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Vicente Dutra	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Victor Graeff	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vila Flores	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Vila Lângaro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vila Maria	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vila Nova Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Vista Alegre	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17
Vista Alegre Do Prata	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vista Gaúcha	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Vitória Das Missões	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Westfalia	16 a 21			16 a 21			16 a 21		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá	16 a 20	21		16 a 21			16 a 21		
Água Santa	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Agudo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ajuricaba	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Alecrim	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Alegrete	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Alegria	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Almirante Tamandaré Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Alpestre	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Alto Alegre	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Alto Feliz	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Amaral Ferrador	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ametista Do Sul	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
André Da Rocha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Anta Gorda	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Antônio Prado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Arambaré	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Araricá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Aratiba	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Arroio Do Meio	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Do Padre	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Do Tigre	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Dos Ratos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arroio Grande	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Arvorezinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Augusto Pestana	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Áurea	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bagé	16 a 20	21		16 a 21			16 a 21		
Barão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Barão De Cotegipe	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Barão Do Triunfo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Barra Do Guarita	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Barra Do Quaraí	18 a 19	15 a 17 + 20		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Barra Do Rio Azul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Barra Funda	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Barracão	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Barros Cassal	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Benjamin Constant Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Bento Gonçalves	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Boa Vista Das Missões	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Boa Vista Do Buricá	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Boa Vista Do Cadeado	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Boa Vista Do Incra	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Boa Vista Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bom Jesus	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18
Bom Princípio	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Bom Progresso	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
Bom Retiro Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Boqueirão Do Leão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Bossoroca	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Bozano	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Braga	17 a 19	16	14 a 15	17 a 19	16	14 a 15	17 a 19	16	14 a 15
Brochier	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Butiá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Caçapava Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cacequi	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cachoeira Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cacique Doble	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Caibaté	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Caiçara	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16
Camaquã	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Camargo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cambará Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Campestre Da Serra	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Campina Das Missões	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Campinas Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Bom	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Campo Novo	17 a 19	16	14 a 15	17 a 19	16	14 a 15	17 a 19	16	14 a 15
Campos Borges	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Candelária	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cândido Godói	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
Candiota	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Canela	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Canguçu	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Canudos Do Vale	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Capão Bonito Do Sul	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Capão Do Cipó	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Capão Do Leão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Capela De Santana	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Capitão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Carazinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Carlos Barbosa	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Carlos Gomes	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Casca	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Caseiros	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Catuípe	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	

Caxias Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Centenário	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cerrito	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cerro Branco	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cerro Grande	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cerro Grande Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cerro Largo	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Chapada	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Charqueadas	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Charrua	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Chiapetta	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Chuvisca	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ciríaco	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Colinas	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Colorado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Condor	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Constantina	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Coqueiro Baixo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Coqueiros Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Coronel Barros	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Coronel Bicaco	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Coronel Pilar	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cotiporã	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Coxilha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Crissiumal	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Cristal	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Cristal Do Sul	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Cruz Alta	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Cruzaltense	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cruzeiro Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
David Canabarro	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Derrubadas	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Dezesseis De Novembro	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Dilermando De Aguiar	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Dois Irmãos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Dois Irmãos Das Missões	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Dois Lajeados	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Dom Feliciano	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Dom Pedrito	16 a 20	21		16 a 21			16 a 21		
Dona Francisca	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Doutor Maurício Cardoso	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Doutor Ricardo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Eldorado Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Encantado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Encruzilhada Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Engenho Velho	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Entre Rios Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Entre-Ijuís	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Erebango	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Erechim	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ernestina	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Erval Grande	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Erval Seco	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Esmeralda	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Esperança Do Sul	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Espumoso	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Estação	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Estância Velha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Estrela	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Estrela Velha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Eugênio De Castro	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Fagundes Varela	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Farroupilha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Faxinal Do Soturno	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Faxinalzinho	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Fazenda Vilanova	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Feliz	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Flores Da Cunha	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Floriano Peixoto	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Fontoura Xavier	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Formigueiro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Forquetinha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Fortaleza Dos Valos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Frederico Westphalen	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Garibaldi	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Garruchos	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Gaurama	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
General Câmara	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Gentil	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Getúlio Vargas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Giruá	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Gramado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Gramado Dos Loureiros	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Gramado Xavier	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Guabiju	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Guaporé	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Guarani Das Missões	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Harmonia	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Herval	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Herveiras	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Horizontina	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Hulha Negra	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Humaitá	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
Ibarama	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ibiaçá	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Ibiraiaras	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Ibirapuitã	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ibirubá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Igrejinha	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ijuí	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Ilópolis	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Imigrante	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Independência	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Inhacorá	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Ipê	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Ipiranga Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Iraí	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Itaara	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Itacurubi	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Itapuca	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Itaqui	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Itatiba Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	

Ivorá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ivoti	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Jaboticaba	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jacuizinho	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Jacutinga	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jaguarão	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Jaguari	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Jaquirana	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Jari	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Jóia	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Júlio De Castilhos	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Lagoa Bonita Do Sul	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Lagoa Dos Três Cantos	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lagoa Vermelha	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Lagoão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lajeado	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Lajeado Do Bugre	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lavras Do Sul	16 a 20	21		16 a 21			16 a 21		
Liberato Salzano	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Lindolfo Collor	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Linha Nova	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Maçambará	16 a 20	15		15 a 20			15 a 20		
Machadinho	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Manoel Viana	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Maratá	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Marau	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Marcelino Ramos	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Mariana Pimentel	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mariano Moro	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Marques De Souza	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mata	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mato Castelhano	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Mato Leitão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mato Queimado	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Maximiliano De Almeida	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Minas Do Leão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Miraguaí	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
Montauri	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Monte Alegre Dos Campos	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Monte Belo Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Montenegro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Mormaço	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Morro Redondo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Morro Reuter	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Muçum	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Muitos Capões	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Muliterno	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17
Não-Me-Toque	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nicolau Vergueiro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nonoai	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Nova Alvorada	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Araçá	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Bassano	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Boa Vista	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Bréscia	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Candelária	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Nova Esperança Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Nova Hartz	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Nova Pádua	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Palma	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Nova Petrópolis	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Prata	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Ramada	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Nova Roma Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Nova Santa Rita	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Barreiro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Novo Cabrais	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Hamburgo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Novo Machado	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Novo Tiradentes	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Novo Xingu	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Paim Filho	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Palmeira Das Missões	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Palmitinho	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16
Panambi	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Pantano Grande	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Paraí	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paraíso Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pareci Novo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Parobé	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Passa Sete	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Passo Do Sobrado	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Passo Fundo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paulo Bento	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paverama	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pedras Altas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pedro Osório	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pejuçara	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Pelotas	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Picada Café	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pinhal	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Pinhal Da Serra	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Pinhal Grande	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pinheirinho Do Vale	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Pinheiro Machado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pinto Bandeira	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pirapó	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Piratini	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Planalto	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Poço Das Antas	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Pontão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ponte Preta	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Portão	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Porto Lucena	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Porto Mauá	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Porto Vera Cruz	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Porto Xavier	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Pouso Novo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Presidente Lucena	15 a 20			15 a 20			15 a 20		

Progresso	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Protásio Alves	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Putinga	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Quaraí	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Quatro Irmãos	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Quevedos	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Quinze De Novembro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Redentora	17 a 19	16	14 a 15	17 a 19	16	14 a 15	17 a 19	16	14 a 15
Relvado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Restinga Seca	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Rio Dos Índios	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Rio Pardo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Riozinho	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Roca Sales	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rodeio Bonito	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Rolador	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Rolante	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ronda Alta	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rondinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Roque Gonzales	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Rosário Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Sagrada Família	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Saldanha Marinho	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Salto Do Jacuí	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Salvador Das Missões	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Salvador Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Sananduva	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Santa Bárbara Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Santa Cecília Do Sul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Santa Clara Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Santa Cruz Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Santa Margarida Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Santa Maria	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Santa Maria Do Herval	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Santa Rosa	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
Santa Tereza	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Santana Da Boa Vista	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Sant'Ana Do Livramento	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Santiago	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Santo Ângelo	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Santo Antônio Das Missões	16 a 20	15		15 a 20			15 a 20		
Santo Antônio Do Palma	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Santo Antônio Do Planalto	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Santo Augusto	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Santo Cristo	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
Santo Expedito Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Borja	16 a 20	15		15 a 20			15 a 20		
São Domingos Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Francisco De Assis	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Francisco De Paula	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Gabriel	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Jerônimo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São João Da Urtiga	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São João Do Polêsine	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Jorge	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São José Das Missões	16 a 21			16 a 21			16 a 21		

São José Do Herval	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São José Do Hortêncio	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São José Do Inhacorá	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
São José Do Ouro	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
São José Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São José Dos Ausentes	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19
São Leopoldo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Lourenço Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Luiz Gonzaga	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
São Marcos	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Martinho	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
São Martinho Da Serra	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Miguel Das Missões	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
São Nicolau	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
São Paulo Das Missões	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
São Pedro Da Serra	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Pedro Das Missões	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Pedro Do Butiá	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
São Pedro Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Sebastião Do Caí	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Sepé	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
São Valentim	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
São Valentim Do Sul	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
São Valério Do Sul	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
São Vendelino	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Vicente Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sapiranga	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sapucaia Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sarandi	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Seberi	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Sede Nova	18 a 19	15 a 17	14	18 a 19	15 a 17	14	18 a 19	15 a 17	14
Segredo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Selbach	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Senador Salgado Filho	18 a 19	15 a 17	14	18 a 19	15 a 17	14	18 a 19	15 a 17	14
Sentinela Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Serafina Corrêa	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Sério	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Sertão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Sertão Santana	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sete De Setembro	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
Severiano De Almeida	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Silveira Martins	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Sinimbu	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Sobradinho	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Soledade	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tabaí	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Tapejara	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tapera	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Taquara	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Taquari	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Taquaruçu Do Sul	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Tenente Portela	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
Teutônia	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Tio Hugo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tiradentes Do Sul	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Toropi	15 a 20			15 a 20			15 a 20		

Travesseiro	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Três Arroios	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Três Coroas	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Três De Maio	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Três Palmeiras	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Três Passos	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Trindade Do Sul	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Triunfo	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Tucunduva	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Tunas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tupanci Do Sul	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Tupanciretã	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Tupandi	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Tuparendi	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Turuçu	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Ubiretama	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14	17 a 19	15 a 16	14
União Da Serra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Unistalda	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Uruguaiana	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Vacaria	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Vale Do Sol	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Vale Real	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vale Verde	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Vanini	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Venâncio Aires	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Vera Cruz	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Veranópolis	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Vespasiano Correa	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Viadutos	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vicente Dutra	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Victor Graeff	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vila Flores	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Vila Lângaro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vila Maria	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vila Nova Do Sul	15 a 20			15 a 20			15 a 20		
Vista Alegre	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16
Vista Alegre Do Prata	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vista Gaúcha	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Vitória Das Missões	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Westfalia	16 a 21			16 a 21			16 a 21		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 386, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Santa Catarina, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Santa Catarina, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 610 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro no estado de Santa Catarina, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação na data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas), e chuvas excessivas no período de colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 1: Grupo I ($n \leq 140$ dias); Grupo II (141 dias $\leq n \leq 160$ dias); e Grupo III ($n > 160$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

Região 2: Grupo I ($n \leq 130$ dias); Grupo II (131 dias $\leq n \leq 150$ dias); e Grupo III ($n > 150$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Capacidade de Água Disponível (CAD): Foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da reserva útil de água dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média), Tipo 3 (textura argilosa), com capacidade de armazenamento de 35 mm, 55 mm e 75 mm, respectivamente, e uma profundidade efetiva média do sistema radicular de 50 cm.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA $\geq$ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA $\geq$ 0,45 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

V. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

VI. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

As lavouras irrigadas não estão restritas aos períodos de plantio indicados nas Portarias para sequeiro, cabendo ao interessado observar as indicações: do ZARC específico para a cultura irrigada (quando houver); ou da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial para as condições locais de cada agroecossistema.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo de sequeiro, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/
https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 1

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, FPS Xerife, Roos90, TBIO Tibagi, BAR 20, TBIO Capaz, TBIO Ênfase, TBIO Energia 30, TBIO Sagaz e TBIO Parâmetro;

CEFET PR UNIDADE DESCENTRALIZADA DE PATO BRANCO PARANA: UTF 25;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Belajoia, BRS Anambé, BRS Pardela, BRS Sabiá, BRS Sanhaço, BRS Atobá, BRS Gralha Azul, BRS Guamirim, BRS Marcante, BRS Parrudo, BRS Reponte, BRS TR271, BRS TR191, BRS Tangará, BRS 327, BRS 374, BRS 331 e BRS Jacana;

IDR - PARANÁ: IPR Catuara TM, IPR Panaty e IPR Potyporã;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGPRISMA, LGORO e LGFORTALEZA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS Vintecinco, ORSCONFEITARIA, Ametista, ORS 1401, ORS 1405, ORS 1402, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102;

SEMEVINEA AGRONEGÓCIOS LTDA: TSZ Dominadore e TSZ CHIARO.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Pastoreio.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tarumã e BRS Tarumaxi.

Região 2

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Motriz, FPS Xerife, Roos90, TBIO Tibagi, BAR 20, TBIO Capaz, TBIO Ênfase, TBIO Energia 30, TBIO Sagaz e TBIO Parâmetro;

CEFET PR UNIDADE DESCENTRALIZADA DE PATO BRANCO PARANA: UTF 25;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Belajoia, BRS GRAÚNA, BRS Pardela, BRS Sabiá, BRS Sanhaço, BRS Atobá, BRS Gralha Azul, BRS Guamirim, BRS TR271, BRS TR191, BRS Tangará, BRS 327, BRS 331 e BRS Jacana;

IDR - PARANÁ: IPR Catuara TM, IPR Panaty e IPR Potyporã;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGPRISMA e LGFORTALEZA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS AGILE, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS Vintecinco, ORSCONFEITARIA, Ametista, ORS 1401, ORS 1402, ORS Citrino, ORS 2101, ORS SOBERANO e ORS 2102;

SEMEVINEA AGRONEGÓCIOS LTDA: TSZ Dominadore e TSZ CHIARO.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Marcante, BRS Parrudo, BRS Reponte e BRS 374;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGORO;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS 1405.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tarumã, BRS Pastoreio e BRS Tarumaxi.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Abelardo Luz	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Agrolândia	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Agronômica	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Água Doce	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17
Águas De Chapecó	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Águas Frias	16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Alfredo Wagner	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Alto Bela Vista	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Anchieta		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Anita Garibaldi	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Apiúna	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Arabutã	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Arroio Trinta	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Arvoredo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ascurra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Atalanta	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Aurora	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bandeirante		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Barra Bonita		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Bela Vista Do Toldo	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Belmonte		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Benedito Novo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bocaina Do Sul	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Bom Jardim Da Serra	21		19 a 20	21		19 a 20	21		19 a 20
Bom Jesus	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Bom Jesus Do Oeste	20	16 a 19		20	16 a 19		20	16 a 19	
Bom Retiro	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Braço Do Trombudo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Brunópolis	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Caçador	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Caibi	19 a 20	15 a 18		16 a 20	15		16 a 20	15	
Calmon	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18
Campo Alegre	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Belo Do Sul	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Campo Erê	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Campos Novos	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Canoinhas	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Capão Alto	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18	20 a 21	19	17 a 18
Capinzal	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Catanduvas	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Caxambu Do Sul	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Celso Ramos	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Cerro Negro	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Chapadão Do Lageado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Chapecó	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Concórdia	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Cordilheira Alta	16 a 20			16 a 20			16 a 20		
Coronel Freitas	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Coronel Martins	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Correia Pinto	19 a 21		18	19 a 21		18	19 a 21		18
Corupá	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cunha Porã	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Cunhataí	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Curitibanos	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18

Descanso		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Dionísio Cerqueira		16 a 19	14 a 15	16	17 a 19	14 a 15	16	17 a 19	14 a 15
Dona Emma	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Doutor Pedrinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Entre Rios	16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Erval Velho	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Faxinal Dos Guedes	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Flor Do Sertão	20	15 a 19		15 a 16 + 20	17 a 19		15 a 16 + 20	17 a 19	
Formosa Do Sul	20	16 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15
Fraiburgo	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18
Frei Rogério	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Galvão	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Guaraciaba		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Guarujá Do Sul		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Guatambú	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Herval D'Oeste	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Ibiam	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Ibicaré	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Ibirama	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Imbuia	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Indaial	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Iomerê	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Ipira	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Iporã Do Oeste		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Ipuaçu	16 + 20	17 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15
Ipumirim	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Iraceminha	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Irani	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Irati	20	15 a 19		20	15 a 19		20	15 a 19	
Irineópolis	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Itá	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Itaiópolis	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Itapiranga	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Ituporanga	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jaborá	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Jardinópolis	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Joaçaba	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
José Boiteux	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jupiá	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Lacerdópolis	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Lages	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18
Lajeado Grande	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Laurentino	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lebon Régis	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18
Leoberto Leal	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lindóia Do Sul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Lontras	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Luzerna	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Macieira	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18
Mafra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Major Vieira	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Maravilha	20	16 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15
Marema	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Matos Costa	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Mirim Doce	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Modelo	20	16 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15
Mondaí	19	14 a 18		16 a 19	14 a 15		16 a 19	14 a 15	
Monte Carlo	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Monte Castelo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Erechim	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Nova Itaberaba	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Novo Horizonte	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Otacílio Costa	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Ouro	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Ouro Verde	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paial	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Painel	21	20	19	21	20	19	21	20	19
Palma Sola		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Palmeira	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Palmitos	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
Papanduva	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paraíso		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Passos Maia	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Peritiba	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Petrolândia	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pinhalzinho	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Pinheiro Preto	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Piratuba	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Planalto Alegre	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Ponte Alta	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Ponte Alta Do Norte	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Ponte Serrada	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Porto União	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Pouso Redondo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Presidente Castello Branco	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Presidente Getúlio	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Presidente Nereu	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Princesa		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Quilombo	16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Rio Das Antas	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Rio Do Campo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Do Oeste	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Dos Cedros	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Negrinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Rufino	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	
Riqueza		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Rodeio	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Romelândia		14 a 19		14 a 16	17 a 19		14 a 16	17 a 19	
Salete	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Saltinho	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
Salto Veloso	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Santa Cecília	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18	19 a 21		16 a 18

Santa Helena		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
Santa Terezinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Santa Terezinha Do Progresso	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Santiago Do Sul	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
São Bento Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Bernardino	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
São Carlos	16 a 20	15		16 a 20	15		16 a 20	15	
São Cristovão Do Sul	19 a 21		18	19 a 21		18	19 a 21		18
São Domingos	20	16 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15
São João Do Oeste	19	16 a 18	14 a 15	16 a 19		14 a 15	16 a 19		14 a 15
São Joaquim	21		19 a 20	21		19 a 20	21		19 a 20
São José Do Cedro		14 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19		16	14 a 15 + 17 a 19	
São José Do Cerrito	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
São Lourenço Do Oeste	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15	20	16 a 19	15
São Miguel Da Boa Vista	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
São Miguel Do Oeste		16 a 19	14 a 15	16	17 a 19	14 a 15	16	17 a 19	14 a 15
Saudades	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Seara	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Serra Alta	20	16 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15	16 + 20	17 a 19	15
Sul Brasil	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Taió	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tangará	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Tigrinhos	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Timbó	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Timbó Grande	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Três Barras	19 a 21	16 a 18		16 a 21			16 a 21		
Treze Tílias	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Trombudo Central	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tunápolis		16 a 19	14 a 15	16	17 a 19	14 a 15	16	17 a 19	14 a 15
União Do Oeste	20	15 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19		16 + 20	15 + 17 a 19	
Urubici	21		18 a 20	21		18 a 20	21		18 a 20
Urupema	21		19 a 20	21		19 a 20	21		19 a 20
Vargeão	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Vargem	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18	19 a 21		17 a 18
Vargem Bonita	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16	19 a 21	17 a 18	16
Vidal Ramos	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Videira	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Vitor Meireles	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Witmarsum	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Xanxerê	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Xavantina	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Xaxim	16 a 20		15	16 a 20		15	16 a 20		15
Zortéa	19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18		19 a 21	17 a 18	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Abelardo Luz	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17
Agrolândia	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Agronômica	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Água Doce	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Águas De Chapecó	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Águas Frias	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Alfredo Wagner	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Alto Bela Vista	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Anchieta	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Anita Garibaldi	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Apiúna	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Arabutã	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Arroio Trinta	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Arvoredo	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ascurra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Atalanta	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Aurora	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bandeirante	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Barra Bonita	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Bela Vista Do Toldo	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Belmonte	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Benedito Novo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bocaina Do Sul	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Bom Jardim Da Serra	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19
Bom Jesus	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17
Bom Jesus Do Oeste	19 a 20	18	16 a 17	19 a 20	18	16 a 17	19 a 20	18	16 a 17
Bom Retiro	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Braço Do Trombudo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Brunópolis	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Caçador	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Caibi	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17
Calmon	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Campo Alegre	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Belo Do Sul	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Campo Erê	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Campos Novos	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Canoinhas	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Capão Alto	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Capinzal	19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18		19 a 21	16 a 18	
Catanduvas	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Caxambu Do Sul	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Celso Ramos	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Cerro Negro	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Chapadão Do Lageado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Chapecó	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Concórdia	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Cordilheira Alta	18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17		18 a 20	16 a 17	
Coronel Freitas	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Coronel Martins	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Correia Pinto	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Corupá	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cunha Porã	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Cunhataí	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Curitibanos	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Descanso	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Dionísio Cerqueira	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Dona Emma	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Doutor Pedrinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Entre Rios	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Erval Velho	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Faxinal Dos Guedes	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Flor Do Sertão	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Formosa Do Sul	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Fraiburgo	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17

Frei Rogério	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Galvão	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Guaraciaba	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Guarujá Do Sul	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Guatambú	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Herval D'Oeste	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ibiam	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ibicaré	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ibirama	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Imbuia	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Indaial	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Iomerê	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ipira	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Iporã Do Oeste	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Ipuaçu	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Ipumirim	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Iraceminha	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Irani	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Irati	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Irineópolis	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Itá	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Itaiópolis	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Itapiranga	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Ituporanga	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jaborá	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Jardinópolis	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Joaçaba	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
José Boiteux	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jupiá	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Lacerdópolis	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Lages	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Lajeado Grande	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17
Laurentino	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lebon Régis	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Leoberto Leal	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lindóia Do Sul	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Lontras	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Luzerna	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Macieira	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Mafra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Major Vieira	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Maravilha	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Marema	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Matos Costa	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Mirim Doce	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Modelo	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Mondaí	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Monte Carlo	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Monte Castelo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Erechim	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Nova Itaberaba	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17
Novo Horizonte	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Otacílio Costa	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Ouro	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ouro Verde	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Paial	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Painel	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18
Palma Sola	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Palmeira	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Palmitos	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17	18 a 20		15 a 17
Papanduva	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paraíso	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Passos Maia	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Peritiba	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Petrolândia	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pinhalzinho	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Pinheiro Preto	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Piratuba	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Planalto Alegre	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Ponte Alta	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Ponte Alta Do Norte	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Ponte Serrada	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Porto União	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Pouso Redondo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Presidente Castello Branco	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Presidente Getúlio	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Presidente Nereu	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Princesa	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Quilombo	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
Rio Das Antas	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Rio Do Campo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Do Oeste	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Dos Cedros	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Negrinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Rufino	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Riqueza	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Rodeio	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Romelândia	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
Salete	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Saltinho	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Salto Veloso	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Santa Cecília	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Santa Helena	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Santa Terezinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Santa Terezinha Do Progresso	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Santiago Do Sul	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
São Bento Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Bernardino	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
São Carlos	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
São Cristovão Do Sul	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
São Domingos	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
São João Do Oeste	18 a 19		14 a 17	18 a 19		14 a 17	18 a 19		14 a 17
São Joaquim	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19
São José Do Cedro	19	14 a 18		19	14 a 18		19	14 a 18	
São José Do Cerrito	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
São Lourenço Do Oeste	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
São Miguel Da Boa Vista	19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18		19 a 20	15 a 18	
São Miguel Do Oeste	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
Saudades	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Seara	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Serra Alta	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17

Sul Brasil	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Taió	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tangará	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Tigrinhos	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Timbó	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Timbó Grande	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Três Barras	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Treze Tílias	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Trombudo Central	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tunápolis	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17	19	18	14 a 17
União Do Oeste	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17	19 a 20	18	15 a 17
Urubici	20 a 21		17 a 19	20 a 21		17 a 19	20 a 21		17 a 19
Urupema	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19
Vargeão	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Vargem	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Vargem Bonita	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Vidal Ramos	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Videira	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Vitor Meireles	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Witmarsum	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Xanxerê	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Xavantina	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Xaxim	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15	18 a 20	16 a 17	15
Zortéa	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Abelardo Luz	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Agrolândia	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Agronômica	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Água Doce	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16
Águas De Chapecó	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Águas Frias	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Alfredo Wagner	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Alto Bela Vista	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Anchieta	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Anita Garibaldi	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Apiúna	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Arabutã	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Arroio Trinta	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Arvoredo	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Ascurra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Atalanta	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Aurora	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bandeirante	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Barra Bonita	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Bela Vista Do Toldo	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Belmonte	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Benedito Novo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Bocaina Do Sul	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Bom Jardim Da Serra	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19
Bom Jesus	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16
Bom Jesus Do Oeste	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Bom Retiro	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Braço Do Trombudo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Brunópolis	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Caçador	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Caibi	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16
Calmon	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Campo Alegre	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Belo Do Sul	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Campo Erê	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Campos Novos	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Canoinhas	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Capão Alto	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Capinzal	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Catanduvas	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Caxambu Do Sul	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Celso Ramos	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Cerro Negro	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Chapadão Do Lageado	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Chapecó	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Concórdia	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Cordilheira Alta	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Coronel Freitas	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Coronel Martins	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Correia Pinto	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Corupá	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cunha Porã	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Cunhataí	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Curitibanos	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Descanso	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Dionísio Cerqueira	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Dona Emma	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Doutor Pedrinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Entre Rios	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Erval Velho	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Faxinal Dos Guedes	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Flor Do Sertão	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Formosa Do Sul	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Fraiburgo	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Frei Rogério	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Galvão	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Guaraciaba	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Guarujá Do Sul	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Guatambú	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Herval D'Oeste	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ibiam	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ibicaré	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ibirama	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Imbuia	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Indaial	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Iomerê	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Ipira	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Iporã Do Oeste	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Ipuaçu	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Ipumirim	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Iraceminha	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Irani	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Irati	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16

Irineópolis	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Itá	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Itaiópolis	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Itapiranga	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Ituporanga	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jaborá	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Jardinópolis	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Joaçaba	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
José Boiteux	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Jupiá	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Lacerdópolis	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lages	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17	19 a 21	18	17
Lajeado Grande	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16
Laurentino	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lebon Régis	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Leoberto Leal	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lindóia Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Lontras	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Luzerna	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Macieira	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Mafra	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Major Vieira	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Maravilha	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Marema	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Matos Costa	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Mirim Doce	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Modelo	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Mondaí	17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16		17 a 19	14 a 16	
Monte Carlo	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Monte Castelo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Nova Erechim	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Nova Itaberaba	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16
Novo Horizonte	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Otacílio Costa	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Ouro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ouro Verde	17 a 21		16	17 a 21		16	17 a 21		16
Paial	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Painel	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18	20 a 21	19	18
Palma Sola	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Palmeira	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Palmitos	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16	17 a 20		15 a 16
Papanduva	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paraíso	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Passos Maia	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Peritiba	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Petrolândia	17 a 21			17 a 21			17 a 21		
Pinhalzinho	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Pinheiro Preto	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Piratuba	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Planalto Alegre	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15	17 a 20	16	15
Ponte Alta	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Ponte Alta Do Norte	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Ponte Serrada	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Porto União	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Pouso Redondo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Presidente Castello Branco	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Presidente Getúlio	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Presidente Nereu	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Princesa	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Quilombo	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
Rio Das Antas	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Rio Do Campo	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Do Oeste	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Dos Cedros	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Negrinho	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Rufino	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	
Riqueza	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Rodeio	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Romelândia	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
Salete	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Saltinho	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Salto Veloso	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Santa Cecília	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21		16 a 17
Santa Helena	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Santa Terezinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Santa Terezinha Do Progresso	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Santiago Do Sul	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
São Bento Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Bernardino	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
São Carlos	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
São Cristovão Do Sul	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
São Domingos	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
São João Do Oeste	17 a 19		14 a 16	17 a 19		14 a 16	17 a 19		14 a 16
São Joaquim	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19
São José Do Cedro	18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17		18 a 19	14 a 17	
São José Do Cerrito	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
São Lourenço Do Oeste	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
São Miguel Da Boa Vista	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17	
São Miguel Do Oeste	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
Saudades	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Seara	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Serra Alta	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Sul Brasil	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Taió	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tangará	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Tigrinhos	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Timbó	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Timbó Grande	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Três Barras	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Treze Tílias	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Trombudo Central	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Tunápolis	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16	18 a 19	17	14 a 16
União Do Oeste	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16	18 a 20	17	15 a 16
Urubici	20 a 21		17 a 19	20 a 21		17 a 19	20 a 21		17 a 19
Urupema	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19	20 a 21		18 a 19
Vargeão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Vargem	18 a 21		17	18 a 21		17	18 a 21		17
Vargem Bonita	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	
Vidal Ramos	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Videira	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17	

Vitor Meireles	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Witmarsum	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Xanxerê	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Xavantina	17 a 21	16		17 a 21	16		17 a 21	16	
Xaxim	17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16		17 a 20	15 a 16	
Zortéa	18 a 21	17		18 a 21	17		18 a 21	17	

PORTARIA SPA/MAPA Nº 387, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo irrigado no Distrito Federal, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no Distrito Federal, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 611 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no Distrito Federal, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação da data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas) e chuvas excessivas no período da colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar o período de semeadura, para o cultivo do trigo irrigado, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo irrigado, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II (111 dias $\leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo irrigados, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto o Distrito Federal para o cultivo do trigo por apresentar, em no mínimo 20% de sua área, condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo irrigado, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no Distrito Federal os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Distrito Federal, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sonic, TBIO Energia II, TBIO Astro e TBIO Energia 30;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSSENNA, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Sintonia, TBIO Noble, TBIO Energia I, TBIO Audaz, TBIO Duque, TBIO Aton, FPS Regente, TBIO Convicto, BAR 10, Roos90, TBIO Sagaz e TBIO Sossego;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 254, BRS 394 e BRS 264;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I, II e III								
SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
11 a 16			11 a 16			11 a 16		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 388, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo irrigado, no estado de Goiás, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de Goiás, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 612 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de Goiás, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação da data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas) e chuvas excessivas no período da colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo irrigado, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo irrigado, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (111 dias ≤ n ≤ 130 dias); e Grupo III (n > 130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo irrigados, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo irrigado, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sonic, TBIO Astro, TBIO Energia II e TBIO Energia 30;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSSENNA, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Iguaçu, TBIO Mestre, TBIO Sintonia, TBIO Noble, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Energia I, TBIO Audaz, TBIO Duque, TBIO Aton, FPS Regente, TBIO Convicto, TBIO Sagaz, BAR 10 e Roos90;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 254, BRS 394 e BRS 264;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abadiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Acreúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Adelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Fria De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Limpa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Lindas De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alexânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aloândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Paraíso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvorada Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Americano Do Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amorinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhanguera	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anicuns	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida De Goiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida Do Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aporé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aragoiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avelinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Baliza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barro Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bela Vista De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jardim De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brazabrantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buriti Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buriti De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabeceiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Alta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiapônia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldas Novas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldazinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campestre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinorte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Alegre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Limpo De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Belos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Castelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catalão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caturaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cavalcante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ceres	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cezarina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapadão Do Céu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cidade Ocidental	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cocalzinho De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colinas Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Do Ouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbá De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Crixás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cromínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cumari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Damianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Damolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Davinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinópolis De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Doverlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Edealina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Edéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Faina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fazenda Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Firminópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Flores De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gameleira De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiandira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gouvelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraíta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Heitoraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hidrolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hidrolina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iaciara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inaciolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhumas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipameri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiranga De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iporá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Israelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaberaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaguaru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapuranga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itarumã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itauçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itumbiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ivolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jandaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaraguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jataí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaupaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jesúpolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joviânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Santa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leopoldo De Bulhões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luziânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mairipotaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mambaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marzagão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mimoso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Minaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mineiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moiporá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alegre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montividiu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morrinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Agudo De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Mossâmedes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nerópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Niquelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova América	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Aurora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Iguaçu De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Roma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Veneza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Gama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orizona	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouvidor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Bernardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palestina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmeiras De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palminópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Panamá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranaiguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Petrolina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pilar De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracanjuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pires Do Rio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Planaltina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porteirão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Portelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Posse	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Professor Jamil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quirinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rialma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rianápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Quente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubiataba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sanclerlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Helena De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Isabel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Araguaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Novo Destino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Descoberto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Paraúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João D'Aliança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Luís De Montes Belos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Luíz Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Do Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Patrício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Simão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Canedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Simolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sítio D'Abadia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaral De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teresina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terezópolis De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Ranchos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Trindade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urutaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valparaíso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varjão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vicentinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vila Boa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vila Propício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abadiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Acreúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Adelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Fria De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Limpa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Lindas De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alexânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aloândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Paraíso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvorada Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Americano Do Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amorinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhanguera	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anicuns	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida De Goiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida Do Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aporé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Aragoiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avelinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Baliza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barro Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bela Vista De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jardim De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brazabrantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buriti Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buriti De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabeceiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Alta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiapônia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldas Novas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldazinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campestre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinorte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Alegre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Limpo De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Belos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Castelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catalão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caturaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cavalcante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ceres	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cezarina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapadão Do Céu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cidade Ocidental	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cocalzinho De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colinas Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Do Ouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbá De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Crixás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cromínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cumari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Damianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Damolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Davinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinópolis De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Doverlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Edealina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Edéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Faina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fazenda Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Firminópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Flores De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gameleira De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiandira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gouvelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraíta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Heitoraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hidrolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hidrolina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iaciara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inaciolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhumas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipameri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiranga De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iporá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Israelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaberaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaguaru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapuranga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itarumã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itauçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itumbiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ivolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jandaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaraguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jataí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaupaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jesúpolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joviânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Santa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leopoldo De Bulhões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luziânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mairipotaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mambaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marzagão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mimoso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Minaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mineiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moiporá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Monte Alegre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montividiu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morrinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Agudo De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mossâmedes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nerópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Niquelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova América	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Aurora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Iguaçu De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Roma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Veneza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Gama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orizona	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouvidor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Bernardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palestina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmeiras De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palminópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Panamá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranaiguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Petrolina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pilar De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracanjuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pires Do Rio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Planaltina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porteirão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Portelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Posse	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Professor Jamil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quirinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rialma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rianápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Quente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubiataba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sanclerlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Helena De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Isabel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Araguaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Novo Destino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Descoberto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Paraúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João D'Aliança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Luís De Montes Belos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Luíz Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Do Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Patrício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Simão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Canedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Simolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sítio D'Abadia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaral De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teresina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terezópolis De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Ranchos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Trindade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urutaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valparaíso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varjão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vicentinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vila Boa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vila Propício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abadiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Acreúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Adelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Fria De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Limpa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Lindas De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alexânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aloândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Paraíso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvorada Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Americano Do Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amorinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhanguera	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anicuns	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida De Goiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida Do Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aporé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aragoiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Aurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avelinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Baliza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barro Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bela Vista De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jardim De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brazabrantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buriti Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buriti De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabeceiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Alta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiapônia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldas Novas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldazinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campestre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinorte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Alegre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Limpo De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Belos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Castelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catalão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caturaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cavalcante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ceres	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cezarina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapadão Do Céu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cidade Ocidental	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cocalzinho De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colinas Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Do Ouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbá De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Crixás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cromínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cumari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Damianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Damolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Davinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinópolis De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Doverlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Edealina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Edéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Faina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fazenda Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Firminópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Flores De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gameleira De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiandira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goiatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gouvelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraíta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Heitoraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hidrolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hidrolina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iaciara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inaciolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhumas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipameri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiranga De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iporá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Israelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaberaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaguaru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapuranga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itarumã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itauçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itumbiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ivolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jandaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaraguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jataí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaupaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jesúpolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joviânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Santa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leopoldo De Bulhões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luziânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mairipotaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mambaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marzagão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mimoso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Minaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mineiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moiporá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Monte Alegre De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montividiu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morrinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Agudo De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mossâmedes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nerópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Niquelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova América	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Aurora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Iguaçu De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Roma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Veneza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Gama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orizona	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouvidor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Bernardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palestina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmeiras De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palminópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Panamá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranaiguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Petrolina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pilar De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracanjuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pires Do Rio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Planaltina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porteirão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Portelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Posse	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Professor Jamil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quirinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rialma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rianápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Quente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubiataba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sanclerlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Helena De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Isabel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Araguaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Novo Destino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Descoberto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Paraúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João D'Aliança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Luís De Montes Belos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Luíz Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Do Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Patrício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Simão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Canedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Simolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sítio D'Abadia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaral De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teresina De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terezópolis De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Ranchos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Trindade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urutaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valparaíso De Goiás	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varjão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vicentinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vila Boa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vila Propício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 389, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo irrigado, no estado de Mato Grosso, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de Mato Grosso, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 613 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de Mato Grosso, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas

aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação da data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas) e chuvas excessivas no período da colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo irrigado, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo irrigado, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (111 dias ≤ n ≤ 130 dias); e Grupo III (n > 130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo irrigados, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo irrigado, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sagaz, TBIO Sonic, TBIO Energia II, TBIO Energia 30, TBIO Aton e TBIO Duque;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 264;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSSENNA, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Convicto, BAR 10, Roos90, TBIO Noble, TBIO Sossego e TBIO Energia I;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 254 e BRS 394;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alto Araguaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Alto Garças	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Alto Taquari	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Araguainha	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Garças	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Novo Do Parecis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Verde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campos De Júlio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Chapada Dos Guimarães	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Comodoro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Conquista D'Oeste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Diamantino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Dom Aquino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
General Carneiro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guiratinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itiquira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaciara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Juscimeira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lucas Do Rio Verde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nobres	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Brasilândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Mutum	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Novo São Joaquim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paranatinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pedra Preta	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planalto Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pontal Do Araguaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ponte Branca	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Poxoréo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Primavera Do Leste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Reserva Do Cabaçal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ribeirãozinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rondonópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Salto Do Céu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Rita Do Trivelato	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santo Antônio Do Leste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santo Antônio Do Leverger	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São José Do Povo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São José Do Rio Claro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Pedro Da Cipa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sapezal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sorriso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tangará Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tesouro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Torixoréu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vale De São Domingos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alto Araguaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Alto Garças	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Alto Taquari	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Araguainha	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Garças	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Novo Do Parecis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Verde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campos De Júlio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Chapada Dos Guimarães	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Comodoro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Conquista D'Oeste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Diamantino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Dom Aquino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
General Carneiro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guiratinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

Itiquira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaciara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Juscimeira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lucas Do Rio Verde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nobres	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Brasilândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Mutum	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Novo São Joaquim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paranatinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pedra Preta	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planalto Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pontal Do Araguaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ponte Branca	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Poxoréo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Primavera Do Leste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Reserva Do Cabaçal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ribeirãozinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rondonópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Salto Do Céu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Rita Do Trivelato	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santo Antônio Do Leste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santo Antônio Do Leverger	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São José Do Povo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São José Do Rio Claro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Pedro Da Cipa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sapezal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sorriso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tangará Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tesouro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Torixoréu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vale De São Domingos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alto Araguaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Alto Garças	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Alto Taquari	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Araguainha	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Garças	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Novo Do Parecis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Verde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campos De Júlio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Chapada Dos Guimarães	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Comodoro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Conquista D'Oeste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Diamantino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Dom Aquino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
General Carneiro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guiratinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itiquira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaciara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Juscimeira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lucas Do Rio Verde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nobres	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Brasilândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Mutum	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Novo São Joaquim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paranatinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pedra Preta	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planalto Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pontal Do Araguaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ponte Branca	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Poxoréo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Primavera Do Leste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Reserva Do Cabaçal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ribeirãozinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rondonópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Salto Do Céu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Rita Do Trivelato	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santo Antônio Do Leste	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santo Antônio Do Leverger	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São José Do Povo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São José Do Rio Claro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Pedro Da Cipa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sapezal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sorriso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tangará Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tesouro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Torixoréu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vale De São Domingos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 390, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo irrigado, no estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado do Mato Grosso do Sul, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 614 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação da data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas) e chuvas excessivas no período da colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo irrigado, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo irrigado, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 3 e 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II (111 dias $\leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo irrigado, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 3

GRUPO I

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS AGILE, ORSFEROZ, ORSSENNA, ORS GUARDIÃO, ORSABSOLUTO e ORS 2102.

GRUPO II

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS 1403, ORS Madrepérola, ORS DESTAK, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Aton, TBIO Sagaz, TBIO Sonic, TBIO Energia II, TBIO Energia 30 e TBIO Calibre;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSSENNA, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Convicto, BAR 10, Roos90, TBIO Noble, TBIO Sossego, TBIO Energia I e TBIO Duque;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 254, BRS 394 e BRS 264;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alcinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amambai	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anaurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angélica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio João	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida Do Taboado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aral Moreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeirantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bataguassu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Batayporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caarapó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cassilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapadão Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corguinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Sapucaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Costa Rica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coxim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Deodápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dois Irmãos Do Buriti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Douradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Eldorado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fátima Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Figueirão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glória De Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guia Lopes Da Laguna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iguatemi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inocência	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaquiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ivinhema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japorã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaraguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jardim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jateí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Laguna Carapã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maracaju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mundo Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Naviraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nioaque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Alvorada Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Andradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Horizonte Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraíso Das Águas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Gomes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponta Porã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribas Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Brilhante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Negro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Verde De Mato Grosso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rochedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gabriel Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Selvíria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sete Quedas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sidrolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sonora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tacuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarussu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terenos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Lagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vicentina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alcinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amambai	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anaurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angélica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio João	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida Do Taboado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aral Moreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeirantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bataguassu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Batayporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caarapó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cassilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapadão Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corguinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Sapucaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Costa Rica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coxim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Deodápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dois Irmãos Do Buriti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Douradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Eldorado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fátima Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Figueirão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glória De Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guia Lopes Da Laguna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iguatemi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inocência	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaquiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ivinhema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japorã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaraguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jardim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jateí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Laguna Carapã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maracaju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mundo Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Naviraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nioaque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Alvorada Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Andradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Horizonte Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraíso Das Águas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Gomes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponta Porã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribas Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Brilhante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Negro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Verde De Mato Grosso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Rochedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gabriel Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Selvíria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sete Quedas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sidrolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sonora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tacuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarussu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terenos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Lagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vicentina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alcinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amambai	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anaurilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angélica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio João	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida Do Taboado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aral Moreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeirantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bataguassu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Batayporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caarapó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cassilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapadão Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corguinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Sapucaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Costa Rica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coxim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Deodápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dois Irmãos Do Buriti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Douradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Eldorado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fátima Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Figueirão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glória De Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guia Lopes Da Laguna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iguatemi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inocência	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaquiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ivinhema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japorã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaraguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jardim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jateí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Laguna Carapã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maracaju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mundo Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Naviraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nioaque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Alvorada Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Andradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Horizonte Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraíso Das Águas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Gomes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponta Porã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribas Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Brilhante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Negro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Verde De Mato Grosso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rochedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gabriel Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Selvíria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sete Quedas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sidrolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sonora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tacuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarussu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terenos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Lagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vicentina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 391, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo irrigado, no estado da Bahia, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado da Bahia, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 615 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado da Bahia, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação da data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas) e chuvas excessivas no período da colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo irrigado, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo irrigado, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II (111 dias $\leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo irrigados, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que

contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo irrigado, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Astro, TBIO Sonic, TBIO Energia II e TBIO Energia 30;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 264;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSSENNA, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Sintonia, TBIO Duque, TBIO Aton, TBIO Convicto, TBIO Sagaz, TBIO Sossego, BAR 10, Roos90, TBIO Noble, TBIO Energia I e TBIO Audaz;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 394 e BRS 254;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaíra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Amargosa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
América Dourada	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Anagé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Andaraí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Angical	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Antônio Gonçalves	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Aracatu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Baianópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Da Estiva	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Choça	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Mendes	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barreiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barro Alto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Belo Campo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boa Nova	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boa Vista Do Tupim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Bom Jesus Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boninal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Bonito	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boquira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Botuporã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brejões	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brotas De Macaúbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brumado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Buritirama	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caculé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caém	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caetanos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caetité	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cafarnaum	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Formoso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Canápolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Canarana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Candiba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cândido Sales	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caraíbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Catolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caturama	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Central	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cocos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Condeúba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Contendas Do Sincorá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cordeiros	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Coribe	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Correntina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cravolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cristópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Dom Basílio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Encruzilhada	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Érico Cardoso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Feira Da Mata	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Formosa Do Rio Preto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Gentio Do Ouro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guajeru	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guanambi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibiassucê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibicoara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibipeba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibipitanga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibiquera	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibitiara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibititá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Igaporã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ipupiara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Irajuba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Iramaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Iraquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Irecê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itaeté	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

Itagi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itaquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itiruçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ituaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaborandi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jacaraci	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jacobina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaguaquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jequié	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jiquiriçá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
João Dourado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jussara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jussiape	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lafaiete Coutinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lagoa Real	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lajedinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lajedo Do Tabocal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lapão	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lençóis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Licínio De Almeida	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Livramento De Nossa Senhora	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Luís Eduardo Magalhães	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Macaúbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Maetinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Malhada De Pedras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Manoel Vitorino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mansidão	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Maracás	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Matina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Miguel Calmon	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Milagres	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mirangaba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mirante	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Morro Do Chapéu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mortugaba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mucugê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mulungu Do Morro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mundo Novo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Itarana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Redenção	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Novo Horizonte	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Oliveira Dos Brejinhos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ourolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Palmeiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paramirim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paratinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piatã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pindaí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pindobaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piripá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piritiba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planaltino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planalto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Poções	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Presidente Dutra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Presidente Jânio Quadros	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Riachão Das Neves	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Riacho De Santana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ribeirão Do Largo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio De Contas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio Do Antônio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio Do Pires	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ruy Barbosa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Inês	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Maria Da Vitória	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Rita De Cássia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Desidério	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Félix Do Coribe	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Gabriel	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Saúde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Seabra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sebastião Laranjeiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sento Sé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Souto Soares	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tabocas Do Brejo Velho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tanhaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tanque Novo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tapiramutá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tremedal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ubaíra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Uibaí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Umburanas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Urandi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Utinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Várzea Nova	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vitória Da Conquista	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Wagner	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaíra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Amargosa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
América Dourada	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Anagé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Andaraí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Angical	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Antônio Gonçalves	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Aracatu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Baianópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Da Estiva	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Choça	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Mendes	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barreiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

Barro Alto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Belo Campo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boa Nova	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boa Vista Do Tupim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Bom Jesus Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boninal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Bonito	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boquira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Botuporã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brejões	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brotas De Macaúbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brumado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Buritirama	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caculé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caém	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caetanos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caetité	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cafarnaum	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Formoso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Canápolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Canarana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Candiba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cândido Sales	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caraíbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Catolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caturama	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Central	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cocos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Condeúba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Contendas Do Sincorá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cordeiros	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Coribe	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Correntina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cravolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cristópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Dom Basílio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Encruzilhada	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Érico Cardoso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Feira Da Mata	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Formosa Do Rio Preto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Gentio Do Ouro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guajeru	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guanambi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibiassucê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibicoara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibipeba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibipitanga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibiquera	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibitiara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibititá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Igaporã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ipupiara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Irajuba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Iramaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Iraquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Irecê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itaeté	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itagi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itaquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itiruçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ituaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaborandi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jacaraci	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jacobina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaguaquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jequié	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jiquiriçá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
João Dourado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jussara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jussiape	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lafaiete Coutinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lagoa Real	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lajedinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lajedo Do Tabocal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lapão	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lençóis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Licínio De Almeida	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Livramento De Nossa Senhora	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Luís Eduardo Magalhães	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Macaúbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Maetinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Malhada De Pedras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Manoel Vitorino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mansidão	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Maracás	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Matina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Miguel Calmon	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Milagres	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mirangaba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mirante	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Morro Do Chapéu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mortugaba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mucugê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mulungu Do Morro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mundo Novo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Itarana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Redenção	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Novo Horizonte	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Oliveira Dos Brejinhos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ourolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Palmeiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paramirim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paratinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piatã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pindaí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pindobaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piripá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piritiba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planaltino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planalto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Poções	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Presidente Dutra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

Presidente Jânio Quadros	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Riachão Das Neves	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Riacho De Santana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ribeirão Do Largo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio De Contas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio Do Antônio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio Do Pires	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ruy Barbosa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Inês	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Maria Da Vitória	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Rita De Cássia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Desidério	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Félix Do Coribe	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Gabriel	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Saúde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Seabra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sebastião Laranjeiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sento Sé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Souto Soares	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tabocas Do Brejo Velho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tanhaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tanque Novo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tapiramutá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tremedal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ubaíra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Uibaí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Umburanas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Urandi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Utinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Várzea Nova	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vitória Da Conquista	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Wagner	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaíra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Amargosa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
América Dourada	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Anagé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Andaraí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Angical	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Antônio Gonçalves	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Aracatu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Baianópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Da Estiva	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Choça	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barra Do Mendes	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barreiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barro Alto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Belo Campo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boa Nova	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boa Vista Do Tupim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Bom Jesus Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boninal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Bonito	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boquira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Botuporã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brejões	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brotas De Macaúbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Brumado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Buritirama	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caculé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caém	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caetanos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caetité	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cafarnaum	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Formoso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Canápolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Canarana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Candiba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cândido Sales	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caraíbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Catolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caturama	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Central	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cocos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Condeúba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Contendas Do Sincorá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cordeiros	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Coribe	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Correntina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cravolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cristópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Dom Basílio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Encruzilhada	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Érico Cardoso	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Feira Da Mata	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Formosa Do Rio Preto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Gentio Do Ouro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guajeru	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guanambi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibiassucê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibicoara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibipeba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibipitanga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibiquera	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibitiara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibititá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Igaporã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ipupiara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Irajuba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Iramaia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Iraquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Irecê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itaeté	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itagi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itaquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Itiruçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ituaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaborandi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jacaraci	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

Jacobina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jaguaquara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jequié	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jiquiriçá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
João Dourado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jussara	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Jussiape	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lafaiete Coutinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lagoa Real	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lajedinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lajedo Do Tabocal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lapão	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lençóis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Licínio De Almeida	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Livramento De Nossa Senhora	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Luís Eduardo Magalhães	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Macaúbas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Maetinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Maetinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Malhada De Pedras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Manoel Vitorino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mansidão	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Maracás	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Matina	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Miguel Calmon	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Milagres	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mirangaba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mirante	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Morro Do Chapéu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mortugaba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mucugê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mulungu Do Morro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Mundo Novo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Itarana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Redenção	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Novo Horizonte	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Oliveira Dos Brejinhos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ourolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Palmeiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paramirim	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Paratinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piatã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pindaí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pindobaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piripá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Piritiba	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planaltino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Planalto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Poções	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Presidente Dutra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Presidente Jânio Quadros	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Riachão Das Neves	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Riacho De Santana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ribeirão Do Largo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio De Contas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio Do Antônio	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Rio Do Pires	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ruy Barbosa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Inês	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Maria Da Vitória	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Rita De Cássia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Desidério	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Félix Do Coribe	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Gabriel	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Saúde	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Seabra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sebastião Laranjeiras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Sento Sé	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Souto Soares	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tabocas Do Brejo Velho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tanhaçu	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tanque Novo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tapiramutá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Tremedal	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ubaíra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Uibaí	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Umburanas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Urandi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Utinga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Várzea Nova	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vitória Da Conquista	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Wagner	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 392, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo irrigado, no estado de Minas Gerais, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de Minas Gerais, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 616 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de Minas Gerais, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação da data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas) e chuvas excessivas no período da colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio,

viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo irrigado, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo irrigado, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 4: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (111 dias ≤ n ≤ 130 dias); e Grupo III (n > 130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Os ambientes, considerados com aptidão para o cultivo de trigo em sistemas de cultivo irrigados, foram definidos pelo critério de altitude preferencialmente acima de 500 m e com estação de estação de crescimento da cultura caracterizada por ausência ou pouca chuva.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo irrigado, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sonic, TBIO Astro, TBIO Sagaz, TBIO Energia II e TBIO Energia 30;

IAC: IAC 24 (Tucuruí);

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSSENNA, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Iguaçu, TBIO Mestre, TBIO Sintonia, TBIO Noble, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Energia I, TBIO Audaz, TBIO Duque, TBIO Aton, FPS Regente, TBIO Convicto, BAR 10 e Roos90;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 254, BRS 264 e BRS 394;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abre Campo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Acaiaca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Açucena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Boa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Comprida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aguanil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Vermelhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aiuruoca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alagoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Albertina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfenas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfredo Vasconcelos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Almenara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alpinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alterosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Caparaó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Jequitibá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvarenga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvorada De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amparo Do Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andradas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andrelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Carlos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Dias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Prado De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aracitaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçuaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araponga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arapuá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araújos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Araxá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arceburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arcos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Argirita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aricanduva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Augusto De Lima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Baependi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Baldim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bambuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeira Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barão De Cocais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barbacena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Longa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barroso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bela Vista De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belmiro Braga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belo Horizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belo Vale	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Berilo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Berizal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Betim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bias Fortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bicas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Biquinhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boa Esperança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaina De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Despacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jardim De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Da Penha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Do Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Do Galho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Repouso	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	
Bom Sucesso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfinópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonito De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borda Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botelhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brás Pires	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasilândia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasília De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Braúnas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brazópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brumadinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bueno Brandão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritizeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabeceira Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabo Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Pajeú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caetanópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camanducaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cambuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cambuquira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campestre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campina Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Belo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Do Meio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Florido	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Altos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Gerais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cana Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canaã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Candeias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cantagalo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caparaó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capela Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capelinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capetinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capim Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capitão Enéas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capitólio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caputira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carandaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carangola	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carbonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Careaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Da Cachoeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Cajuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Carmo Do Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Rio Claro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carneirinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carrancas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carvalhópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carvalhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Casa Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cascalho Rico	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cássia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catas Altas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catas Altas Da Noruega	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catuji	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catuti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caxambu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cedro Do Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Centralina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chácara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chalé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapada Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapada Gaúcha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cipotânea	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Claraval	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Claro Dos Poções	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cláudio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coimbra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coluna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Comendador Gomes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Comercinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Da Aparecida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Da Barra De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Das Alagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Das Pedras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição De Ipanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Mato Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Pará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Dos Ouros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cônego Marinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Confins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Congonhal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Congonhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Congonhas Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conquista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conselheiro Lafaiete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Consolação	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Contagem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coqueiral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coração De Jesus	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordislândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corinto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coroaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coromandel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Fabriciano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Murta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Pacheco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Xavier Chaves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Danta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Do Bom Jesus	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Fundo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Couto De Magalhães De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristiano Otoni	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Crucilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzeiro Da Fortaleza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Curral De Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Curvelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Datas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Delfim Moreira	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	
Delfinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Delta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Descoberto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Desterro De Entre Rios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Desterro Do Melo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diamantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diogo De Vasconcelos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dionísio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinolândia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisa Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisa Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Bosco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Cavati	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Joaquim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Silvério	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Viçoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores De Guanhães	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Doresópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Douradoquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Durandé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elói Mendes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Engenheiro Navarro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Entre Folhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Entre Rios De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ervália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Esmeraldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espera Feliz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espinosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Dourado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estiva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Estrela Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Eugenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ewbank Da Câmara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Extrema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Faria Lemos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felício Dos Santos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felixlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ferros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fervedouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Florestal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formiga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fortaleza De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fortuna De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Badaró	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Sá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Franciscópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frei Gaspar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frei Lagonegro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fronteira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fronteira Dos Vales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fruta De Leite	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frutal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Funilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gameleiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glaucilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gonçalves	11 a 15	16		11 a 15	16		11 a 15	16	
Gonzaga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gouveia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Grão Mogol	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Grupiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guanhães	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraciaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraciama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaranésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarda-Mor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaxupé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guidoval	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guimarânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guiricema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gurinhatã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Heliodora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibertioga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiracatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiraci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirité	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibitiúra De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibituruna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Icaraí De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igarapé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iguatama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ijaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ilicínea	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Imbé De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inconfidentes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indaiabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ingaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhapim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhaúma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inimutaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipuiúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iraí De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabirito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itacambira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itacarambi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaipé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajubá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamarandiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itambacuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itambé Do Mato Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamogi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itanhandu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaobim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapagipe	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapecerica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatiaiuçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaú De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaverava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ituiutaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iturama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaboticatubas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaguaraçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Jaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Janaúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Januária	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japaraíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japonvar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jeceaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jenipapo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequeri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitibá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitinhonha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jesuânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joaíma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joanésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Monlevade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Pinheiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joaquim Felício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Gonçalves De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Raydan	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Josenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juiz De Fora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juramento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juruaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juvenília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ladainha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagamar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Dos Patos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Formosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Santa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lajinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lambari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lamim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lassance	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leandro Ferreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leme Do Prado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Liberdade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lima Duarte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Limeira Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lontra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luislândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luminárias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Machado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Madre De Deus De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Malacacheta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mamonas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manhumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mar De Espanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maravilhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maria Da Fé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mariana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marilac	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mário Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maripá De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marliéria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marmelópolis	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	
Martinho Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Martins Soares	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mata Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Materlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mateus Leme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matias Barbosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matias Cardoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matipó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mato Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matozinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matutina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Medeiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Medina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mercês	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mesquita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Minas Novas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Minduri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirabela	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miradouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miravânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moeda	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monjolos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monsenhor Paulo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montalvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alegre De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Belo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Carmelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Santo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Sião	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montes Claros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montezuma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morada Nova De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Da Garça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Do Pilar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Munhoz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mutum	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Muzambinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nacip Raydan	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Natalândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Natércia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazareno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nepomuceno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Ninheira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Belém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Era	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Lima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Módica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Ponte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Porteirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Resende	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Serrana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova União	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Cruzeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Oriente De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novorizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olaria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olhos-D'Água	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olímpio Noronha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oliveira Fortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Onça De Pitangui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oratórios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orizânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Fino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Carvalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pai Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paineiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pains	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paiva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Papagaios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pará De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paracatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraguaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraisópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraopeba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa Tempo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passabém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa-Vinte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patos De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patrocínio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paula Cândido	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulistas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Peçanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedralva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedras De Maria Da Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedrinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Leopoldo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Teixeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pequeri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pequi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdigão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdizes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piau	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade De Caratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade De Ponte Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade Do Rio Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade Dos Gerais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pimenta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pingo-D'Água	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pintópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirajuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranguçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranguinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirapora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piraúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pitangui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piumhi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Planura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poço Fundo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poços De Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pompéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponte Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponto Chique	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponto Dos Volantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porteirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porto Firme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pouso Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pouso Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pratápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pratinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Bernardes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Juscelino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Kubitschek	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Olegário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prudente De Morais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quartel Geral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Queluzito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Raposos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Raul Soares	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Reduto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Resende Costa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ressaquinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riachinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riacho Dos Machados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Das Neves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Ribeirão Vermelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Acima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Casca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Do Prado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Espera	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Manso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Pardo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Piracicaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Pomba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Vermelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ritápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rochedo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rodeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Romaria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rosário Da Limeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubelita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sabará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sabinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sacramento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Leste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Monte Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Tugúrio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Salinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Do Escalvado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Efigênia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Fé De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Juliana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Luzia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Margarida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria De Itabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria Do Salto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Ibitipoca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Jacutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Sapucaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Vitória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Da Vargem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana De Pirapama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Deserto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Garambéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Jacaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Riacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Dos Montes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Aventureiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Grama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Itambé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Jacinto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Monte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Retiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Rio Abaixo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Hipólito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santos Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Bento Abade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Brás Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos Das Dores	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos Do Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Félix De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Paula	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Sales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco Do Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Geraldo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Geraldo Da Piedade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Pará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Rio Abaixo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Sapucaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gotardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Batista Do Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Lagoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Ponte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Das Missões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Del Rei	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Pacuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Evangelista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Nepomuceno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Joaquim De Bicas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Lapa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Safira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Varginha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Goiabal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Jacuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Mantimento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Lourenço	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Da União	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

São Pedro Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Dos Ferros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Romão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Roque De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Bela Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Vargem Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Maranhão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Thomé Das Letras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Tiago	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Tomás De Aquino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Vicente De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sapucaí-Mirim	11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16	
Sardoá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarzedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sem-Peixe	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Amaral	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	
Senador Cortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Firmino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador José Bento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Modestino Gonçalves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora De Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora Do Porto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora Dos Remédios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sericita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Seritinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Azul De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Da Saudade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Do Salitre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serrania	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sete Lagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Setubinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silveirânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silvianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Simão Pereira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Simonésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Soledade De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabuleiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiobeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taparuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaraçu De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teixeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teófilo Otoni	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Timóteo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tiradentes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tocantins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tocos Do Moji	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Toledo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tombos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Corações	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Marias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Pontas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupaciguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turmalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubaporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uberaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uberlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Unaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
União De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruana De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urucânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urucuia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Grande Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varginha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varjão De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Várzea Da Palma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varzelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vazante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Verdelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Veredinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Veríssimo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vermelho Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vespasiano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Viçosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vieiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgem Da Lapa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virginópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Visconde Do Rio Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Wenceslau Braz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

CONTINUAÇÃO PORTARIA SPA/MAPA Nº 392, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 - PARTE 3

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abre Campo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Acaiaca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Açucena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Boa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Comprida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aguanil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Vermelhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aiuruoca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alagoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Albertina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfenas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfredo Vasconcelos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Almenara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alpinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alterosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Caparaó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Jequitibá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvarenga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvorada De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amparo Do Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andradas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andrelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Carlos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Dias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Prado De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aracitaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçuaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araponga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arapuá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araújos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araxá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arceburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arcos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Argirita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aricanduva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Augusto De Lima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Baependi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Baldim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bambuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeira Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barão De Cocais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barbacena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Longa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barroso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bela Vista De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belmiro Braga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belo Horizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belo Vale	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Berilo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Berizal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Betim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bias Fortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bicas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Biquinhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boa Esperança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaina De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Despacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jardim De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Da Penha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Do Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Do Galho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Repouso		11 a 16			11 a 16			11 a 16	
Bom Sucesso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfinópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonito De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borda Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botelhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brás Pires	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasilândia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasília De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Braúnas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brazópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brumadinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bueno Brandão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritizeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabeceira Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabo Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Pajeú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caetanópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camanducaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cambuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cambuquira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campestre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campina Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Belo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Do Meio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Florido	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Altos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Campos Gerais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cana Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canaã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Candeias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cantagalo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caparaó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capela Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capelinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capetinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capim Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capitão Enéas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capitólio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caputira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carandaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carangola	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carbonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Careaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Da Cachoeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Cajuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Rio Claro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carneirinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carrancas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carvalhópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carvalhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Casa Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cascalho Rico	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cássia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catas Altas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catas Altas Da Noruega	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catuji	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catuti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caxambu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cedro Do Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Centralina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chácara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chalé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapada Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapada Gaúcha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cipotânea	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Claraval	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Claro Dos Poções	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cláudio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coimbra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coluna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Comendador Gomes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Comercinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Conceição Da Aparecida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Da Barra De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Das Alagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Das Pedras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição De Ipanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Mato Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Pará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Dos Ouros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cônego Marinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Confins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Congonhal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Congonhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Congonhas Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conquista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conselheiro Lafaiete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Consolação	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Contagem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coqueiral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coração De Jesus	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordislândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corinto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coroaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coromandel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Fabriciano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Murta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Pacheco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Xavier Chaves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Danta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Do Bom Jesus	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Fundo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Couto De Magalhães De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristiano Otoni	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Crucilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzeiro Da Fortaleza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Curral De Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Curvelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Datas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Delfim Moreira		11 a 16			11 a 16			11 a 16	
Delfinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Delta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Descoberto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Desterro De Entre Rios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Desterro Do Melo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diamantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diogo De Vasconcelos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Dionísio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinolândia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisa Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisa Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Bosco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Cavati	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Joaquim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Silvério	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Viçoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores De Guanhães	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Doresópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Douradoquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Durandé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elói Mendes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Engenheiro Navarro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Entre Folhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Entre Rios De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ervália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Esmeraldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espera Feliz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espinosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Dourado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estiva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Eugenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ewbank Da Câmara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Extrema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Faria Lemos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felício Dos Santos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felixlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ferros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fervedouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Florestal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formiga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fortaleza De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fortuna De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Badaró	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Sá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Franciscópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frei Gaspar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frei Lagonegro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fronteira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fronteira Dos Vales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fruta De Leite	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frutal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Funilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gameleiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glaucilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gonçalves	11 a 14	15 a 16		11 a 14	15 a 16		11 a 14	15 a 16	
Gonzaga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gouveia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Grão Mogol	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Grupiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guanhães	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraciaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraciama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaranésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarda-Mor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaxupé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guidoval	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guimarânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guiricema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gurinhatã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Heliodora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibertioga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiracatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiraci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirité	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibitiúra De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibituruna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Icaraí De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igarapé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iguatama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ijaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ilicínea	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Imbé De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inconfidentes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indaiabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ingaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhapim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhaúma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inimutaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipuiúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iraí De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabirito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itacambira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itacarambi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Itaguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaipé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajubá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamarandiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itambacuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itambé Do Mato Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamogi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itanhandu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaobim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapagipe	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapecerica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatiaiuçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaú De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaverava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ituiutaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iturama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaboticatubas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaguaraçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Janaúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Januária	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japaraíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japonvar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jeceaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jenipapo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequeri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitibá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitinhonha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jesuânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joaíma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joanésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Monlevade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Pinheiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joaquim Felício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Gonçalves De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Raydan	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Josenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juiz De Fora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juramento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juruaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juvenília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ladainha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagamar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Dos Patos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Formosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Santa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lajinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lambari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lamim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lassance	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leandro Ferreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leme Do Prado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Liberdade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lima Duarte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Limeira Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lontra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luislândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luminárias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Machado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Madre De Deus De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Malacacheta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mamonas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manhumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mar De Espanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maravilhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maria Da Fé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mariana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marilac	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mário Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maripá De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marliéria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marmelópolis		11 a 16			11 a 16			11 a 16	
Martinho Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Martins Soares	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mata Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Materlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mateus Leme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matias Barbosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matias Cardoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matipó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mato Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matozinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matutina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Medeiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Medina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mercês	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mesquita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Minas Novas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Minduri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirabela	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miradouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miravânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moeda	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monjolos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monsenhor Paulo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montalvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alegre De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Belo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Carmelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Santo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Sião	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montes Claros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montezuma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morada Nova De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Da Garça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Do Pilar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Munhoz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mutum	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Muzambinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nacip Raydan	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Natalândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Natércia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazareno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nepomuceno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ninheira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Belém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Era	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Lima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Módica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Ponte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Porteirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Resende	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Serrana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova União	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Cruzeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Oriente De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novorizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olaria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olhos-D'Água	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olímpio Noronha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oliveira Fortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Onça De Pitangui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oratórios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orizânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Fino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Carvalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pai Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paineiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pains	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paiva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Papagaios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pará De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paracatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraguaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraisópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraopeba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa Tempo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passabém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa-Vinte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patos De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patrocínio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paula Cândido	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulistas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Peçanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedralva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedras De Maria Da Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedrinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Leopoldo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Teixeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pequeri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pequi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdigão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdizes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piau	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade De Caratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade De Ponte Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade Do Rio Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade Dos Gerais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pimenta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pingo-D'Água	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pintópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirajuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranguçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Piranguinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirapora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piraúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pitangui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piumhi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Planura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poço Fundo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poços De Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pompéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponte Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponto Chique	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponto Dos Volantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porteirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porto Firme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pouso Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pouso Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pratápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pratinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Bernardes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Juscelino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Kubitschek	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Olegário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prudente De Morais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quartel Geral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Queluzito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Raposos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Raul Soares	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Reduto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Resende Costa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ressaquinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riachinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riacho Dos Machados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Das Neves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Vermelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Acima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Casca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Do Prado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Espera	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Manso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Pardo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Piracicaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Pomba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Vermelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ritápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rochedo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rodeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Romaria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rosário Da Limeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubelita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sabará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sabinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sacramento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Leste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Monte Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Tugúrio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Salinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Do Escalvado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Efigênia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Fé De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Juliana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Luzia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Margarida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria De Itabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria Do Salto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Ibitipoca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Jacutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Sapucaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Vitória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Da Vargem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana De Pirapama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Deserto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Garambéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Jacaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Riacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Dos Montes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Aventureiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Grama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Itambé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Jacinto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Monte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Retiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Rio Abaixo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Hipólito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santos Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Bento Abade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Brás Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos Das Dores	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos Do Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Félix De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Paula	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Sales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco Do Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Geraldo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

São Geraldo Da Piedade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Pará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Rio Abaixo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Sapucaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gotardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Batista Do Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Lagoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Ponte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Das Missões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Del Rei	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Pacuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Evangelista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Nepomuceno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Joaquim De Bicas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Lapa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Safira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Varginha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Goiabal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Jacuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Mantimento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Lourenço	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Da União	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Dos Ferros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Romão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Roque De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Bela Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Vargem Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Maranhão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Thomé Das Letras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Tiago	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Tomás De Aquino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Vicente De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sapucaí-Mirim	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	

Sardoá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarzedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sem-Peixe	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Amaral		11 a 16			11 a 16			11 a 16	
Senador Cortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Firmino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador José Bento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Modestino Gonçalves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora De Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora Do Porto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora Dos Remédios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sericita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Seritinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Azul De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Da Saudade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Do Salitre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serrania	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sete Lagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Setubinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silveirânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silvianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Simão Pereira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Simonésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Soledade De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabuleiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiobeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taparuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaraçu De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teixeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teófilo Otoni	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Timóteo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tiradentes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tocantins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tocos Do Moji	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Toledo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tombos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Corações	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Marias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Pontas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupaciguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turmalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubaporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uberaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uberlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Unaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

União De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruana De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urucânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urucuia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Grande Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varginha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varjão De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Várzea Da Palma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varzelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vazante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Verdelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Veredinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Veríssimo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vermelho Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vespasiano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Viçosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vieiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgem Da Lapa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virginópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Visconde Do Rio Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Wenceslau Braz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

CONTINUAÇÃO PORTARIA SPA/MAPA Nº 392, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 - PARTE 2

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Abre Campo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Acaiaca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Açucena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Boa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Água Comprida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aguanil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Vermelhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aiuruoca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alagoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Albertina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfenas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfredo Vasconcelos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Almenara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alpinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alterosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Caparaó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Jequitibá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvarenga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvorada De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amparo Do Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andradas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andrelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Carlos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Dias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Antônio Prado De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aracitaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçuaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araguari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araponga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arapuá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araújos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araxá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arceburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arcos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Argirita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aricanduva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Augusto De Lima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Baependi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Baldim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bambuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bandeira Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barão De Cocais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barbacena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Longa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barroso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bela Vista De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belmiro Braga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belo Horizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Belo Vale	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Berilo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Berizal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Betim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bias Fortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bicas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Biquinhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boa Esperança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaina De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Despacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jardim De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Da Penha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Do Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Do Galho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Repouso	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	
Bom Sucesso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonfinópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bonito De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Borda Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botelhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brás Pires	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasilândia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brasília De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Braúnas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brazópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brumadinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bueno Brandão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritizeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabeceira Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabo Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira De Pajeú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caetanópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Camanducaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cambuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cambuquira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campestre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campina Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Belo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Do Meio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Florido	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Altos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Gerais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cana Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canaã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Candeias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cantagalo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caparaó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capela Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capelinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capetinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capim Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capitão Enéas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capitólio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caputira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carandaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carangola	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carbonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Careaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Da Cachoeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Cajuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmo Do Rio Claro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carmópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carneirinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carrancas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carvalhópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Carvalhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Casa Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cascalho Rico	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cássia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catas Altas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catas Altas Da Noruega	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catuji	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catuti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caxambu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cedro Do Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Centralina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chácara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chalé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapada Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chapada Gaúcha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cipotânea	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Claraval	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Claro Dos Poções	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cláudio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coimbra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coluna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Comendador Gomes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Comercinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Da Aparecida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Da Barra De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Das Alagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Das Pedras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição De Ipanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Mato Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Pará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conceição Dos Ouros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cônego Marinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Confins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Congonhal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Congonhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Congonhas Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conquista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conselheiro Lafaiete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Consolação	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Contagem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coqueiral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coração De Jesus	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordislândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corinto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coroaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coromandel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Fabriciano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Murta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Pacheco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Xavier Chaves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Danta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Do Bom Jesus	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Fundo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Córrego Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Couto De Magalhães De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristiano Otoni	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Crucilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzeiro Da Fortaleza	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Curral De Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Curvelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Datas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Delfim Moreira	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	
Delfinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Delta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Descoberto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Desterro De Entre Rios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Desterro Do Melo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diamantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Diogo De Vasconcelos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dionísio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinolândia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisa Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisa Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divisópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Bosco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Cavati	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Joaquim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Silvério	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dom Viçoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores De Guanhães	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dores Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Doresópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Douradoquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Durandé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elói Mendes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Engenheiro Navarro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Entre Folhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Entre Rios De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ervália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Esmeraldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espera Feliz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espinosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Dourado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estiva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Eugenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ewbank Da Câmara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Extrema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Faria Lemos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felício Dos Santos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Felixlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ferros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fervedouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Florestal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formiga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fortaleza De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fortuna De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Badaró	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Francisco Sá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Franciscópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frei Gaspar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frei Lagonegro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fronteira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fronteira Dos Vales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fruta De Leite	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Frutal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Funilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gameleiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glaucilândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Goianá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gonçalves	11 a 15	16		11 a 15	16		11 a 15	16	
Gonzaga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gouveia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Grão Mogol	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Grupiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guanhães	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraciaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraciama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaranésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Guarará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarda-Mor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaxupé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guidoval	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guimarânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guiricema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gurinhatã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Heliodora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibertioga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiracatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiraci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirité	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibitiúra De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibituruna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Icaraí De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igarapé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iguatama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ijaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ilicínea	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Imbé De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inconfidentes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indaiabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ingaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhapim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inhaúma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inimutaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipuiúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iraí De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itabirito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itacambira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itacambira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itacarambi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaipé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajubá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamarandiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itambacuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itambé Do Mato Dentro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamogi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itamonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itanhandu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaobim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapagipe	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapecerica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatiaiuçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaú De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaverava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ituiutaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iturama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaboticatubas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaguaraçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Janaúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Januária	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japaraíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Japonvar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jeceaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jenipapo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequeri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitibá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jequitinhonha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jesuânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joaíma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joanésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Monlevade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Pinheiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joaquim Felício	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Gonçalves De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Raydan	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Josenópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juiz De Fora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juramento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juruaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Juvenília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ladainha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagamar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Dos Patos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Formosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lagoa Santa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lajinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lambari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lamim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lassance	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leandro Ferreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leme Do Prado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Liberdade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Lima Duarte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Limeira Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lontra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luisburgo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luislândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luminárias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Machado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Madre De Deus De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Malacacheta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mamonas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manhumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mar De Espanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maravilhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maria Da Fé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mariana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marilac	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mário Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maripá De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marliéria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marmelópolis	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	
Martinho Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Martins Soares	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mata Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Materlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mateus Leme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matias Barbosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matias Cardoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matipó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mato Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matozinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matutina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Medeiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Medina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mercês	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mesquita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Minas Novas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Minduri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirabela	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miradouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miravânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moeda	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Moema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monjolos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monsenhor Paulo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montalvânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alegre De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Belo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Carmelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Formoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Santo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Sião	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montes Claros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Montezuma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morada Nova De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Da Garça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Do Pilar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Munhoz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mutum	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Muzambinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nacip Raydan	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Natalândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Natércia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazareno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nepomuceno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ninheira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Belém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Era	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Lima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Módica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Ponte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Porteirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Resende	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Serrana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova União	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Cruzeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Oriente De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novorizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olaria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olhos-D'Água	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olímpio Noronha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oliveira Fortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Onça De Pitangui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oratórios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orizânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Fino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Carvalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Padre Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pai Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paineiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pains	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paiva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Papagaios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pará De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paracatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraguaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraisópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraopeba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa Tempo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passabém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passa-Vinte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Passos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Patis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patos De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patrocínio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paula Cândido	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulistas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Peçanha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Do Indaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Dourada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedralva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedras De Maria Da Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedrinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Leopoldo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedro Teixeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pequeri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pequi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdigão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdizes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Perdões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piau	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade De Caratinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade De Ponte Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade Do Rio Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade Dos Gerais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pimenta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pingo-D'Água	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pintópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirajuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranguçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piranguinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirapora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piraúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pitangui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piumhi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Planura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poço Fundo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poços De Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pompéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponte Nova	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponto Chique	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ponto Dos Volantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porteirinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porto Firme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pouso Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pouso Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pratápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pratinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Bernardes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Juscelino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Kubitschek	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Olegário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Prudente De Morais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quartel Geral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Queluzito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Raposos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Raul Soares	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Reduto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Resende Costa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ressaquinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riachinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riacho Dos Machados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Das Neves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Vermelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Acima	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Casca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Do Prado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Doce	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Espera	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Manso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Paranaíba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Pardo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Piracicaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Pomba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Vermelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ritápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rochedo De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rodeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Romaria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rosário Da Limeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubelita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sabará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sabinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sacramento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Leste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Monte Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara Do Tugúrio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz De Salinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Do Escalvado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Efigênia De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Fé De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Juliana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Luzia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Margarida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria De Itabira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria Do Salto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Caldas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Santa Rita De Ibitipoca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Jacutinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Sapucaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Vitória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Da Vargem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana De Pirapama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Deserto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Garambéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Jacaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Do Riacho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Dos Montes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Aventureiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Grama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Itambé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Jacinto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Monte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Retiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Rio Abaixo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Hipólito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santos Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Bento Abade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Brás Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos Das Dores	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Domingos Do Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Félix De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Paula	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco De Sales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco Do Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Geraldo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Geraldo Da Piedade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Abaeté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Pará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Rio Abaixo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gonçalo Do Sapucaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Gotardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Batista Do Glória	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Lagoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Mata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Ponte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Das Missões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Del Rei	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Manhuaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Pacuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Evangelista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Nepomuceno	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Joaquim De Bicas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Lapa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Safira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Varginha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Goiabal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Jacuri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Mantimento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Lourenço	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Da União	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Do Suaçuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Dos Ferros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Romão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Roque De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Bela Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Vargem Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Anta	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Maranhão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Do Rio Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Thomé Das Letras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Tiago	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Tomás De Aquino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Vicente De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sapucaí-Mirim	11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16	
Sardoá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarzedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sem-Peixe	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Amaral	11	12 a 16		11	12 a 16		11	12 a 16	
Senador Cortes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Firmino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador José Bento	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senador Modestino Gonçalves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora De Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora Do Porto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Senhora Dos Remédios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sericita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Seritinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Azul De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Da Saudade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Do Salitre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serrania	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranópolis De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serranos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sete Lagoas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Setubinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silveirânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silvianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Simão Pereira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Simonésia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Soledade De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabuleiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiobeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taparuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaraçu De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teixeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teófilo Otoni	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Timóteo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tiradentes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tocantins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tocos Do Moji	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Toledo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tombos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Corações	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Marias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Pontas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupaciguara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turmalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turvolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubaporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uberaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uberlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Unaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
União De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uruana De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urucânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urucuia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Grande Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varginha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varjão De Minas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Várzea Da Palma	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Varzelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vazante	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Verdelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Veredinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Veríssimo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vermelho Novo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vespasiano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Viçosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vieiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgem Da Lapa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virginópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Virgolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Visconde Do Rio Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Wenceslau Braz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

CONTINUAÇÃO PORTARIA SPA/MAPA Nº 393, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Adolfo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aguaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De Lindóia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De Santa Bárbara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De São Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Agudos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alambari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfredo Marcondes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Altair	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Altinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alumínio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvares Florence	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvares Machado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvaro De Carvalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvinlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Americana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Américo Brasiliense	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Américo De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Analândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhembi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhumas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Apiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçariguama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçoiaba Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aramina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arandu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araraquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arco-Íris	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arealva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areiópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ariranha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Artur Nogueira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aspásia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Assis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Atibaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Auriflama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avanhandava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bady Bassitt	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Balbinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Bálsamo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barão De Antonina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barbosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bariri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Do Chapéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barretos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barrinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bastos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Batatais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bauru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bebedouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bento De Abreu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bernardino De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bilac	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Birigui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boa Esperança Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bofete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boituva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Dos Perdões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Sucesso De Itararé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boracéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borborema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borebi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botucatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bragança Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Braúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brejo Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brodowski	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brotas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritizal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabrália Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabreúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caçapava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caconde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cafelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiabu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiuá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campina Do Monte Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Limpo Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Do Jordão		11			11			11	
Campos Novos Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cândido Mota	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cândido Rodrigues	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canitar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capão Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capela Do Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capivari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cardoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Casa Branca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cássia Dos Coqueiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Castilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catanduva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catiguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cedral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cerqueira César	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cerquilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cesário Lange	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Charqueada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chavantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Clementina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colômbia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conchal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conchas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordeirópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coroados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Macedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbataí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cosmópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cosmorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cravinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristais Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Descalvado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dirce Reis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dobrada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dois Córregos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dolcinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dourado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dracena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Duartina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Echaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elias Fausto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elisiário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Embaúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Emilianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Engenheiro Coelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Pinhal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estiva Gerbi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Euclides Da Cunha Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fartura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernando Prestes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernandópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Flora Rica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Floreal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Flórida Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Florínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Franca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gabriel Monteiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Garça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gastão Vidigal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gavião Peixoto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
General Salgado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Getulina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glicério	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaiçara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaimbê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaíra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraçaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarantã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guararapes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaratinguetá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guareí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guariba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guatapará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guzolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Herculândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Holambra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hortolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iacanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iacri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iaras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibaté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirarema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibitinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Icém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iepê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaraçu Do Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igarapava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaratá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ilha Solteira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indaiatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inúbia Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipaussu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iperó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipeúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iracemápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Irapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Irapuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaberá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapetininga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapirapuã Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itararé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itirapina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itirapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itupeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ituverava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaborandi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaboticabal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacareí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaguariúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jardinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jarinu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jeriquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joanópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Ramalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Bonifácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Júlio Mesquita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jundiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Junqueirópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Laranjal Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavrinhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lençóis Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Limeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lindóia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lorena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lourdes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Louveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lucélia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lucianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luís Antônio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luiziânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lupércio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lutécia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Macatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Macaubal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Macedônia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Magda	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mairinque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manduri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marabá Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maracaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marapoama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mariápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Martinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mendonça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Meridiano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mesópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miguelópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mineiros Do Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mira Estrela	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirandópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirante Do Paranapanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirassol	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirassolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mococa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mogi Guaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mogi Mirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mombuca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monções	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alegre Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Aprazível	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Azul Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Castelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Mor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monteiro Lobato	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Agudo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morungaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Motuca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Murutinga Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Narandiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazaré Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Neves Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nhandeara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nipoã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Aliança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Campina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Canaã Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Castilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Europa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Granada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Guataporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Independência	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Luzitânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Odessa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Horizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nuporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ocauçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Óleo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olímpia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Onda Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oriente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orindiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oscar Bressane	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Osvaldo Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ourinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouroeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pacaembu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palestina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmares Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmeira D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmital	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Panorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraguaçu Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranapanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Parapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pardinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Parisi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patrocínio Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulicéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulistânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulo De Faria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pederneiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Bela	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedranópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedregulho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedrinhas Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Penápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pereira Barreto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pereiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piacatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pilar Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pindamonhangaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pindorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pinhalzinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piquerobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piquete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracicaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Piraju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirajuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirangi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirapozinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirassununga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piratininga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pitangueiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Planalto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Platina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poloni	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pompéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pongaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontalinda	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontes Gestal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Populina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porangaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porto Feliz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porto Ferreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Potim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Potirendaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pracinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pradópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pratânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Alves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Bernardes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Epitácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Prudente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Venceslau	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Promissão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quadra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quatá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Queiroz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Queluz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quintana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rafard	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rancharia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Regente Feijó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Reginópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Restinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Corrente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Dos Índios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rifaina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rincão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Claro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Das Pedras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riversul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rosana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Roseira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubiácea	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubinéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sabino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sagres	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sales Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salmourão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Saltinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salto De Pirapora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salto Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sandovalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Adélia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Albertina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Clara D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Da Conceição	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Da Esperança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Das Palmeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Ernestina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Fé Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Gertrudes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Lúcia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Mercedes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa De Viterbo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Salete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Da Ponte Pensa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Anastácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Da Alegria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio De Posse	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Aracanguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Jardim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Pinhal	11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16	
Santo Expedito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santópolis Do Aguapeí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Bento Do Sapucaí	11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16	
São Carlos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Boa Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Das Duas Pontes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João De Iracema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Pau D'Alho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Joaquim Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Bela Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Dos Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Manuel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Arcanjo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

São Roque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Grama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Simão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarapuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarutaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sebastianópolis Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Negra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serrana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sertãozinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Severínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silveiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Socorro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sorocaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sud Mennucci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sumaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Suzanápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taciba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taguaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tambaú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tanabi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiratiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaritinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarituba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarivaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tarabai	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tarumã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tatuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taubaté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tejupá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teodoro Sampaio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terra Roxa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Timburi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Torre De Pedra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Torrinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Trabiju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tremembé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Fronteiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tuiuti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupi Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turiúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turmalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubarana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubirajara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uchoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
União Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urupês	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valentim Gentil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valparaíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Grande Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Várzea Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vera Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vinhedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Viradouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vista Alegre Do Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vitória Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Votorantim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Votuporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Zacarias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Adolfo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aguaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De Lindóia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De Santa Bárbara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De São Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Agudos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alambari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfredo Marcondes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Altair	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Altinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alumínio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvares Florence	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvares Machado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvaro De Carvalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvinlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Americana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Américo Brasiliense	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Américo De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Analândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhembi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhumas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Apiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçariguama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçoiaba Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aramina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arandu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araraquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arco-Íris	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Arealva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areiópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ariranha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Artur Nogueira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aspásia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Assis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Atibaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Auriflama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avanhandava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bady Bassitt	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Balbinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bálsamo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barão De Antonina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barbosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bariri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Do Chapéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barretos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barrinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bastos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Batatais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bauru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bebedouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bento De Abreu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bernardino De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bilac	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Birigui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boa Esperança Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bofete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boituva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Dos Perdões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Sucesso De Itararé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boracéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borborema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borebi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botucatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bragança Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Braúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brejo Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brodowski	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brotas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritizal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabrália Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabreúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caçapava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caconde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cafelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiabu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiuá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campina Do Monte Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Limpo Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Do Jordão		11			11			11	
Campos Novos Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cândido Mota	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cândido Rodrigues	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canitar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capão Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capela Do Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capivari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cardoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Casa Branca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cássia Dos Coqueiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Castilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catanduva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catiguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cedral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cerqueira César	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cerquilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cesário Lange	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Charqueada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chavantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Clementina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colômbia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conchal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conchas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordeirópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coroados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Macedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbataí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cosmópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cosmorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cravinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristais Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Descalvado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dirce Reis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dobrada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dois Córregos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dolcinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dourado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dracena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Duartina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Echaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elias Fausto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elisiário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Embaúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Emilianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Engenheiro Coelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Pinhal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estiva Gerbi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Euclides Da Cunha Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fartura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernando Prestes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernandópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Flora Rica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Floreal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Flórida Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Florínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Franca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gabriel Monteiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Garça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gastão Vidigal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gavião Peixoto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
General Salgado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Getulina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glicério	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaiçara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaimbê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaíra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraçaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarantã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guararapes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaratinguetá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guareí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guariba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guatapará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guzolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Herculândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Holambra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hortolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iacanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iacri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iaras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibaté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirarema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibitinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Icém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iepê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaraçu Do Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igarapava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaratá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ilha Solteira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indaiatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inúbia Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipaussu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iperó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipeúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iracemápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Irapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Irapuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaberá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapetininga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapirapuã Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itararé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itirapina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itirapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itupeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ituverava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaborandi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaboticabal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacareí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaguariúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jardinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jarinu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jeriquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joanópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Ramalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Bonifácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Júlio Mesquita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Jundiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Junqueirópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Laranjal Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavrinhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lençóis Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Limeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lindóia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lorena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lourdes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Louveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lucélia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lucianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luís Antônio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luiziânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lupércio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lutécia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Macatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Macaubal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Macedônia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Magda	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mairinque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manduri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marabá Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maracaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marapoama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mariápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Martinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mendonça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Meridiano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mesópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miguelópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mineiros Do Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mira Estrela	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirandópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirante Do Paranapanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirassol	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirassolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mococa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mogi Guaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mogi Mirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mombuca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monções	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alegre Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Aprazível	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Azul Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Castelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Mor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monteiro Lobato	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Agudo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morungaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Motuca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Murutinga Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Narandiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazaré Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Neves Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nhandeara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nipoã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Aliança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Campina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Canaã Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Castilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Europa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Granada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Guataporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Independência	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Luzitânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Odessa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Horizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nuporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ocauçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Óleo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olímpia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Onda Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oriente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orindiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oscar Bressane	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Osvaldo Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ourinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouroeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pacaembu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palestina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmares Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmeira D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmital	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Panorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraguaçu Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranapanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paranapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Parapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pardinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Parisi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Patrocínio Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulicéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulistânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Paulo De Faria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pederneiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedra Bela	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedranópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedregulho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Pedreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pedrinhas Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Penápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pereira Barreto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pereiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piacatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piedade	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pilar Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pindamonhangaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pindorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pinhalzinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piquerobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piquete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piracicaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piraju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirajuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirangi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirapozinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pirassununga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Piratininga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pitangueiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Planalto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Platina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Poloni	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pompéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pongaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontalinda	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pontes Gestal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Populina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porangaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porto Feliz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Porto Ferreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Potim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Potirendaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pracinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pradópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pratânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Alves	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Bernardes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Epitácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Prudente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Presidente Venceslau	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Promissão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quadra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quatá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Queiroz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Queluz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Quintana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rafard	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rancharia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Regente Feijó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Reginópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Restinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Corrente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Dos Índios	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ribeirão Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rifaina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rincão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Claro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rio Das Pedras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Riversul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rosana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Roseira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubiácea	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Rubinéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sabino	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sagres	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sales Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salmourão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Saltinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salto De Pirapora	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Salto Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sandovalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Adélia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Albertina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Bárbara D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Clara D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Da Conceição	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Da Esperança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Das Palmeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Cruz Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Ernestina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Fé Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Gertrudes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Lúcia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Maria Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Mercedes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa De Viterbo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Salete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Da Ponte Pensa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Anastácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Da Alegria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio De Posse	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Aracanguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Jardim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Pinhal	11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16	
Santo Expedito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santópolis Do Aguapeí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Bento Do Sapucaí	11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16		11 a 12	13 a 16	

São Carlos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Boa Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Das Duas Pontes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João De Iracema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Pau D'Alho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Joaquim Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Bela Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Dos Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Manuel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Arcanjo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Roque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Grama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Simão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarapuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarutaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sebastianópolis Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Negra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serrana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sertãozinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Severínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silveiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Socorro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sorocaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sud Mennucci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sumaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Suzanápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taciba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taguaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tambaú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tanabi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiratiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaritinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarituba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarivaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tarabai	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tarumã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tatuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taubaté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tejupá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teodoro Sampaio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terra Roxa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Timburi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Torre De Pedra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Torrinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Trabiju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tremembé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Fronteiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tuiuti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupi Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turiúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turmalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubarana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubirajara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uchoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
União Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urupês	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valentim Gentil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valparaíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Grande Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Várzea Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vera Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vinhedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Viradouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vista Alegre Do Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vitória Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Votorantim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Votuporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Zacarias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 393, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo irrigado, no estado de São Paulo, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de São Paulo, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 617 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo irrigado no estado de São Paulo, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O trigo (Triticum aestivum L.) é cultivado no Brasil desde o extremo sul até o norte do País. Nesta ampla região estão contempladas zonas climáticas temperadas, subtropicais e tropicais, ocupando solos com e sem alumínio trocável, de classes texturais e com aptidão para usos agrícolas distintos, fazendo com que seja fundamental o entendimento das relações entre as necessidades da cultura e a disponibilidade de recursos do ambiente para a produção desse cereal em bases competitivas e sustentáveis no País.

Temperatura (incluindo efeitos vernalizantes) e fotoperíodo são as principais variáveis do ambiente que afetam o desenvolvimento do trigo. A vernalização, em princípio, afeta apenas a fase vegetativa. A temperatura afeta a taxa de desenvolvimento do cultivo desde a emergência até a maturação fisiológica. Temperaturas mais elevadas aceleram o desenvolvimento, com efeitos, por exemplo, na antecipação da data de floração. Há ainda, a questão das respostas ao fotoperíodo (tipo quantitativa) e à vernalização (na etapa vegetativa); além de aspectos relacionados com características de precocidade intrínseca do genótipo.

Na zona tradicional de cultivo, Região Sul, que não possui estação seca definida, o excesso de umidade, cria um ambiente favorável à ocorrência de doenças. Geadas tardias (na primavera, coincidido com o espigamento do trigo) e precipitações de granizo (localizadas) e chuvas excessivas no período da colheita, são os principais entraves de natureza climática. Vendavais, especialmente na primavera, causam acamamento da cultura, dependendo do estádio de desenvolvimento, podem causar grandes perdas no rendimento da cultura. As principais doenças que atacam a cultura, nessa zona, são oídio, viroses, ferrugem da folha, manchas foliares, e giberela (doença de espiga de difícil controle).

Na região tropical, deficiência hídrica e excesso de calor (temperaturas elevadas, causando esterilidade na espiga) são os principais limitantes. Em termos de sanidade vegetal, pela dificuldade de controle, a brusone, tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto irrigado, é a doença mais problemática para a produção de trigo no centro do País.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e o período de semeadura, para o cultivo do trigo irrigado, em três níveis de risco: 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos), 40% (60% dos anos atendidos).

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo irrigado, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

Foi considerado o risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação. As cultivares de trigo foram classificadas em três grupos conforme a região homogênea de adaptação de cultivares:

Região 2, 3 e 4: Grupo I ($n \leq 110$ dias); Grupo II (111 dias $\leq n \leq 130$ dias); e Grupo III ($n > 130$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

III. Critérios Auxiliares:

Adicionalmente, como estratégia para melhor posicionamento da cultura, adotou-se o início e término dos períodos de semeadura dos sistemas de produção de grãos consolidados em cada zona de produção para definir as delimitações regionais, utilizando resultados de experimentação conduzida em 144 locais no País, entre 2000 e 2020.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Informações detalhadas para a condução de uma lavoura de trigo irrigado, da semeadura à colheita, podem ser encontradas nas Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale, disponíveis em (escolher a versão mais atual, conforme safra alvo):

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo no estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 2

GRUPO I

IAC: IAC 24 (Tucuruí), IAC 389 Atakama e IAC 388 Arpoador;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS AGILE, ORSSENNA, ORSABSOLUTO e ORS 2102.

GRUPO II

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS 1401, ORS 1403, ORS 1405, ORS Madrepérola, ORS Citrino, ORS DESTAK, ORSFEROZ, ORS GUARDIÃO, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

Região 3

GRUPO I

IAC: IAC 385 Mojave.

GRUPO II

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: Ametista.

Região 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Calibre, TBIO Sonic, TBIO Astro, TBIO Sagaz, TBIO Energia II, TBIO Energia 30 e TBIO Toruk;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORSSENNA, ORS AGILE e ORS 2102.

GRUPO II

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: TBIO Sintonia, TBIO Noble, TBIO Energia I, TBIO Audaz, TBIO Duque, TBIO Aton, FPS Regente, TBIO Convicto, BAR 10 e TBIO Sossego;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 254, BRS 394 e BRS 264;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS GUARDIÃO, ORSFEROZ, ORSABSOLUTO, ORS DESTAK, ORS Madrepérola, ORS 1403, ORS 1401, ORS Citrino, ORS 2101 e ORS SOBERANO.

GRUPO III

BIOTRIGO GENÉTICA LTDA: Roos90 e INOVA.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

4. Consoante ao disposto no inciso XXIX do art. 3º do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, ficam indicadas as misturas de cultivares no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do Trigo, desde que as cultivares que compõe a mistura estejam indicadas individualmente, no mesmo grupo de classificação de cultivares e região de adaptação.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Adolfo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aguaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas Da Prata	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De Lindóia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De Santa Bárbara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Águas De São Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Agudos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alambari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alfredo Marcondes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Altair	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Altinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alto Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alumínio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvares Florence	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvares Machado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Álvaro De Carvalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Alvinlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Americana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Américo Brasiliense	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Américo De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Amparo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Analândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Andradina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Angatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhembi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Anhumas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aparecida D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Apiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçariguama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araçoiaba Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aramina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arandu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araraquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araraquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Araras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arco-Íris	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Arealva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Areiópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ariranha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Artur Nogueira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Aspásia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Assis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Atibaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Auriflama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avanhandava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Avaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bady Bassitt	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Balbinos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bálsamo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barão De Antonina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barbosa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bariri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Bonita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barra Do Chapéu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barretos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Barrinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bastos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Batatais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bauru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bebedouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bento De Abreu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bernardino De Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bilac	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Birigui	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boa Esperança Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bocaina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bofete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boituva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Jesus Dos Perdões	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bom Sucesso De Itararé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Boracéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borborema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Borebi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Botucatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Bragança Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Braúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brejo Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brodowski	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Brotas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Buritizal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabrália Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cabreúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caçapava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cachoeira Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caconde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cafelândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiabu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Caiuá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cajuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campina Do Monte Alegre	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campinas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campo Limpo Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Campos Do Jordão	11	12		11	12		11	12	
Campos Novos Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cândido Mota	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cândido Rodrigues	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Canitar	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capão Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capela Do Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Capivari	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cardoso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Casa Branca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cássia Dos Coqueiros	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Castilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catanduva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Catiguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cedral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cerqueira César	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cerquilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cesário Lange	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Charqueada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Chavantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Clementina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Colômbia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conchal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Conchas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cordeirópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coroados	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Coronel Macedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Corumbataí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Cosmópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cosmorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cravinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cristais Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Cruzeiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Descalvado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dirce Reis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Divinolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dobrada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dois Córregos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dolcinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dourado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dracena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Duartina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Dumont	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Echaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elias Fausto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Elisiário	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Embaúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Emilianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Engenheiro Coelho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Pinhal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Espírito Santo Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estiva Gerbi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela Do Norte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Estrela D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Euclides Da Cunha Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fartura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernando Prestes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernandópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Fernão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Flora Rica	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Floreal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Flórida Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Florínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Franca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gabriel Monteiro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gália	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Garça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gastão Vidigal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Gavião Peixoto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
General Salgado	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Getulina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Glicério	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaiçara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaimbê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaíra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guapiara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraçaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaraci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarani D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guarantã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guararapes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guaratinguetá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guareí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guariba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guatapará	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Guzolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Herculândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Holambra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Hortolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iacanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iacri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iaras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibaté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibirarema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibitinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ibiúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Icém	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iepê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaraçu Do Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igarapava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Igaratá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ilha Solteira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indaiatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Indiaporã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Inúbia Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipaussu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iperó	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipeúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipiguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ipuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Iracemápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Irapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Irapuru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaberá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itajobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapetininga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapirapuã Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itaporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itapura	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itararé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itirapina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itirapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Itupeva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Ituverava	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaborandi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaboticabal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jacareí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaguariúna	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jales	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jardinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jarinu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jaú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jeriquara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Joanópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
João Ramalho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
José Bonifácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Júlio Mesquita	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jumirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Jundiaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Junqueirópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Laranjal Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lavrinhas	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Leme	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lençóis Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Limeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lindóia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lins	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lorena	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lourdes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Louveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lucélia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lucianópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luís Antônio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Luiziânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lupércio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Lutécia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Macatuba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Macaubal	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Macedônia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Magda	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mairinque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Manduri	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marabá Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Maracaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marapoama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mariápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marília	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Marinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Martinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Matão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mendonça	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Meridiano	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mesópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Miguelópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mineiros Do Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mira Estrela	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirandópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirante Do Paranapanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirassol	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mirassolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mococa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mogi Guaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mogi Mirim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Mombuca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monções	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alegre Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Aprazível	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Azul Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Castelo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monte Mor	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Monteiro Lobato	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morro Agudo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Morungaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Motuca	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Murutinga Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nantes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Narandiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nazaré Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Neves Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nhandeara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nipoã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Aliança	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Campina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Canaã Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Castilho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Europa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Granada	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Guataporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Independência	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Luzitânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nova Odessa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novais	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Novo Horizonte	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Nuporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ocauçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Óleo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Olímpia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Onda Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oriente	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orindiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Orlândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Oscar Bressane	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Osvaldo Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ourinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouro Verde	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ouroeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Pacaembu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palestina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmares Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmeira D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Palmital	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Panorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

Paraguaçu Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Paraíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Paranapanema	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Paranapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Parapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pardinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Parisi	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Patrocínio Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Paulicéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Paulínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Paulistânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Paulo De Faria	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pederneiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pedra Bela	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pedranópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pedregulho	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pedreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pedrinhas Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Penápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pereira Barreto	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pereiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Piacatu	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Piedade	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pilar Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pindamonhangaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pindorama	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pinhalzinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Piquerobi	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Piquete	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Piracaia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Piracicaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Piraju	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pirajuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pirangi	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pirapozinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pirassununga	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Piratininga	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pitangueiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Planalto	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Platina	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Poloni	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pompéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pongaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pontal	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pontalinda	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pontes Gestal	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Populina	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Porangaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Porto Feliz	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Porto Ferreira	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Potim	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Potirendaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pracinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pradópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Pratânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Presidente Alves	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Presidente Bernardes	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Presidente Epitácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Presidente Prudente	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Presidente Venceslau	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Promissão	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Quadra	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Quatá	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Queiroz	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Queluz	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Quintana	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rafard	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rancharia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Regente Feijó	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Reginópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Restinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Ribeira	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Ribeirão Bonito	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Ribeirão Branco	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Ribeirão Corrente	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Ribeirão Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Ribeirão Dos Índios	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Ribeirão Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Ribeirão Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rifaina	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rincão	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rinópolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rio Claro	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rio Das Pedras	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Riolândia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Riversul	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rosana	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Roseira	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rubiácea	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Rubinéia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Sabino	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Sagres	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Sales	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Sales Oliveira	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Salmourão	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Saltinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Salto	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Salto De Pirapora	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Salto Grande	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Sandovalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Adélia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Albertina	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Bárbara D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Clara D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Cruz Da Conceição	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Cruz Da Esperança	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Cruz Das Palmeiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Cruz Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Ernestina	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Fé Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Gertrudes	11 a 16			11 a 16			11 a 16			
Santa Lúcia	11 a 16			11 a 16			11 a 16			

Santa Maria Da Serra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Mercedes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita Do Passa Quatro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rita D'Oeste	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Rosa De Viterbo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santa Salete	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santana Da Ponte Pensa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Anastácio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Da Alegria	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio De Posse	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Aracanguá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Jardim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santo Antônio Do Pinhal	11 a 13	14 a 16		11 a 13	14 a 16		11 a 13	14 a 16	
Santo Expedito	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Santópolis Do Aguapeí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Bento Do Sapucaí	11 a 13	14 a 16		11 a 13	14 a 16		11 a 13	14 a 16	
São Carlos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Francisco	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Da Boa Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Das Duas Pontes	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João De Iracema	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São João Do Pau D'Alho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Joaquim Da Barra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Da Bela Vista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Rio Pardo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Do Rio Preto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São José Dos Campos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Manuel	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Miguel Arcanjo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Pedro Do Turvo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Roque	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Sebastião Da Grama	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
São Simão	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarapuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sarutaiá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sebastianópolis Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Azul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serra Negra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Serrana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sertãozinho	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Severínia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Silveiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Socorro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sorocaba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sud Mennucci	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Sumaré	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Suzanápolis	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabapuã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tabatinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taciba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taguaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiaçu	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taiúva	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tambaú	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tanabi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiraí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tapiratiba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaral	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquaritinga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarituba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taquarivaí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tarabai	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tarumã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tatuí	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Taubaté	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tejupá	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Teodoro Sampaio	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Terra Roxa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tietê	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Timburi	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Torre De Pedra	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Torrinha	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Trabiju	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tremembé	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Três Fronteiras	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tuiuti	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupã	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Tupi Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turiúba	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Turmalina	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubarana	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Ubirajara	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uchoa	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
União Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urânia	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Uru	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Urupês	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valentim Gentil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valinhos	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Valparaíso	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vargem Grande Do Sul	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Várzea Paulista	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vera Cruz	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vinhedo	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Viradouro	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vista Alegre Do Alto	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Vitória Brasil	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Votorantim	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Votuporanga	11 a 16			11 a 16			11 a 16		
Zacarias	11 a 16			11 a 16			11 a 16		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 394, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no estado do Paraná, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no Estado do Paraná, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 618 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no estado do Paraná, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Os chamados trigos de DUPLO PROPÓSITO, que possuem aptidão para a produção de forragem (pastejo/corte) e grãos na mesma estação de crescimento, conforme experiências que têm sido levadas a cabo há vários anos no sul do Brasil, são alternativas que visam à otimização do uso da terra no inverno, pela integração lavoura-pecuária,– –facultando a cobertura do solo após a colheita dos cultivos de verão, atenuando o vazio forrageiro de outono para a produção animal, diluindo os custos fixos de produção e reduzindo os riscos pela colheita antecipada na forma de forragem.

A adoção desse sistema integrado de produção de trigo, lavoura-pecuária, exige a adoção de tecnologia especifica, envolvendo o manejo da lavoura e de animais, que começa pela escolha da cultivar desse cereal que tenha aptidão para esse tipo de uso (Grupo III, resistência ao pisoteio animal, maior número de afilhos, capacidade de rebrote elevada e produção de biomassa, forragem + grão, também elevada). A semedura deve ser antecipada (20 a 40 dias) em relação ao trigo apenas para produzir grão. Recomenda-se usar 20% a mais de sementes (350 a 400 sementes/m^2). A realização do 1º pastejo/1ºcorte deve ser feita quando decorridos de 45 a 70 dias após emergência e as plantas atingirem– –de 25 a 35 cm ou produção de biomassa contabilizar de 0,7 a 1,0 kg de matéria verde/m^2. No caso de– – opção pelo sistema de 2 pastejos/2cortes, respeitar o intervalo entre pastejos/cortes de 28 a 35 dias (obervando que a base do colmo mantenha-se cheia), sempre deixando um altura de resteva de 5 a 10 cm (retirada dos animas ou altura de corte). Após cada pastejo/corte, deve ser aplicado 30 kg/ha de N.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/2 Cortes, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro para duplo propósito, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

O risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação.

As cultivares de trigo que possuem aptidão para uso em sistemas de produção e duplo propósito (forragem + grão) são classificadas no Grupo III, conforme as características homogêneas, observadas as regiões de adaptação (Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008 - SPA/MAPA, publicada no Diário Oficial da União, de 15 de outubro de 2008).

III. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA ≥ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA ≥ 0,55 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

IV. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Reitera-se que a adoção do sistema de produção de trigo para duplo propósito (forragem e grãos) exige o acompanhamento técnico para um manejo adequado dessa prática, com relação ao momento da realização de pastejos/cortes ou a entrada e retirada dos animais nas lavouras, obedecendo critérios de desenvolvimento fenológico da cultura, de forma que não sejam causados danos aos pontos de crescimento das plantas (a base dos colmos deve ser mantida cheia. Se ocas, pode haver redução drástica no rendimento de grãos). Uma vez que, em algumas circunstâncias, o rendimento final de grãos nesse tipo de lavoura pode ser inferior ao sistema sem pastejo/corte, deve ser contabilizado no rendimento final, nesse tipo de lavoura, a receita decorrente do ganho de peso animal ou outra função zootécnica especializada, como produção de leite, por pastejo/corte realizados: 100 kg/ha de carne (1 a 3 animais/ha) ou 1000 kg/ha de leite (1 a 2 animais/ha).

Além das Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale sugere-se usar como fonte de referência técnica:

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

FONTANELI, R. S.; SANTOS, H.P. dos; FONTANELI, R. S. (eds.) forrageiras para integração lavoura-pecuária-floresta na região sul-brasileira. 2.ed. Brasília: Embrapa, 2012.––544p. http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/li/p_li01.htm.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo de sequeiro para DUPLO PROPÓSITO (forragem + grão), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/ 2 Cortes, no Estado do Paraná os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares, que possuem aptidão para duplo propósito forragem + grãos), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/ 2 Cortes, indicadas pelos obtentores /mantenedores foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 1

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tarumã

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

5.1. 1 PASTEJO/1 CORTE

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adrianópolis	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		
Agudos Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Almirante Tamandaré	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		
Antonina	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Antônio Olinto	16	14 a 15		16	14 a 15		14 a 16		
Araucária	15 a 16	14		15 a 16	14		14 a 16		
Balsa Nova	15 a 16	14		15 a 16	14		14 a 16		
Bituruna	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Bocaiúva Do Sul	15 a 16	14		15 a 16	14		14 a 16		
Campina Do Simão	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Campina Grande Do Sul	15 a 16	14		14 a 16			14 a 16		
Campo Do Tenente	15 a 16	14		14 a 16			14 a 16		
Campo Largo	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		
Campo Magro	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		
Candói	16	15	14	16	14 a 15		16	14 a 15	
Cantagalo	16	15	14	16	14 a 15		16	14 a 15	
Carambeí	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Castro	16	15	14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Cerro Azul	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Clevelândia		14 a 16			14 a 16			14 a 16	
Colombo	15 a 16	14		15 a 16	14		14 a 16		
Contenda	15 a 16	14		15 a 16	14		14 a 16		
Coronel Domingos Soares	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Cruz Machado	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Curitiba	15 a 16	14		15 a 16	14		14 a 16		
Doutor Ulysses	16	15	14	15 a 16		14	15 a 16	14	
Fazenda Rio Grande	15 a 16	14		14 a 16			14 a 16		
Fernandes Pinheiro	16	15	14	16	14 a 15		16	14 a 15	
Foz Do Jordão	16	15	14	16	14 a 15		16	14 a 15	
General Carneiro	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Goioxim	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Guamiranga	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Guarapuava	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Honório Serpa	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Imbituva	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Inácio Martins	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Ipiranga	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Irati	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Itaperuçu	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		

Ivaí	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Lapa	15 a 16	14		15 a 16	14		14 a 16		
Laranjeiras Do Sul	16	15	14	16	14 a 15		16	14 a 15	
Mallet	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Mandirituba	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Mangueirinha	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Marquinho	16	15	14	16	14 a 15		16	14 a 15	
Morretes	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Palmas	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Palmeira	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		
Paula Freitas	16	14 a 15		16	14 a 15		14 a 16		
Paulo Frontin	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Piên	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Pinhais	15 a 16	14		14 a 16			14 a 16		
Pinhão	16	15	14	16	14 a 15		16	14 a 15	
Piraquara	15 a 16	14		14 a 16			14 a 16		
Ponta Grossa	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Porto Amazonas	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		
Porto Vitória	16	14 a 15		14 a 16			14 a 16		
Prudentópolis	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Quatro Barras	15 a 16	14		14 a 16			14 a 16		
Quitandinha	15 a 16	14		14 a 16			14 a 16		
Rebouças	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Reserva Do Iguaçu	16	15	14	16	14 a 15		16	14 a 15	
Rio Azul	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Rio Branco Do Sul	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		
Rio Negro	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
São João Do Triunfo	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
São José Dos Pinhais	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
São Mateus Do Sul	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Teixeira Soares	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
Tijucas Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Tunas Do Paraná	15 a 16		14	15 a 16	14		14 a 16		
Turvo	15 a 16		14	15 a 16	14		15 a 16	14	
União Da Vitória	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Virmond	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	

5.2. 2 PASTEJOS/2 CORTES

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adrianópolis	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Agudos Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Almirante Tamandaré	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Antonina	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Antônio Olinto	13 a 15	12		13 a 15	12		12 a 15		
Araucária	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Balsa Nova	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Bituruna	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Bocaiúva Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Campina Do Simão	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Campina Grande Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Campo Do Tenente	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Campo Largo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Campo Magro	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Candói	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Cantagalo	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Carambeí	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Castro	13 a 15	12		12 a 15			12 a 15		
Cerro Azul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Clevelândia	14 a 15	12 a 13		14 a 15	12 a 13		14 a 15	12 a 13	
Colombo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Contenda	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Coronel Domingos Soares	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Cruz Machado	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Curitiba	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Fazenda Rio Grande	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Fernandes Pinheiro	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Foz Do Jordão	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
General Carneiro	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Goioxim	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Guamiranga	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Guarapuava	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Honório Serpa	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Imbituva	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Inácio Martins	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Ipiranga	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Irati	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Itaperuçu	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Ivaí	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Lapa	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Laranjeiras Do Sul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Mallet	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Mandirituba	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Mangueirinha	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Marquinho	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Morretes	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Palmas	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Palmeira	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Paula Freitas	13 a 15	12		13 a 15	12		12 a 15		
Paulo Frontin	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Piên	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Pinhais	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Pinhão	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Piraquara	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Ponta Grossa	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Porto Amazonas	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Porto Vitória	13 a 15	12		12 a 15			12 a 15		
Prudentópolis	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Quatro Barras	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Quitandinha	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rebouças	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Reserva Do Iguaçu	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Rio Azul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Rio Branco Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rio Negro	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
São João Do Triunfo	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
São José Dos Pinhais	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
São Mateus Do Sul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Teixeira Soares	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Tijucas Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Tunas Do Paraná	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Turvo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
União Da Vitória	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Virmond	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	

PORTARIA SPA/MAPA Nº 395, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 619 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Os chamados trigos de DUPLO PROPÓSITO, que possuem aptidão para a produção de forragem (pastejo/corte) e grãos na mesma estação de crescimento, conforme experiências que têm sido levadas a cabo há vários anos no sul do Brasil, são alternativas que visam à otimização do uso da terra no inverno, pela integração lavoura-pecuária,––facultando a cobertura do solo após a colheita dos cultivos de verão, atenuando o vazio forrageiro de outono para a produção animal, diluindo os custos fixos de produção e reduzindo os riscos pela colheita antecipada na forma de forragem.

A adoção desse sistema integrado de produção de trigo, lavoura-pecuária, exige a adoção de tecnologia especifica, envolvendo o manejo da lavoura e de animais, que começa pela escolha da cultivar desse cereal que tenha aptidão para esse tipo de uso (Grupo III, resistência ao pisoteio animal, maior número de afilhos, capacidade de rebrote elevada e produção de biomassa, forragem + grão, também elevada). A semedura deve ser antecipada (20 a 40 dias) em relação ao trigo apenas para produzir grão. Recomenda-se usar 20% a mais de sementes (350 a 400 sementes/m^2). A realização do 1º pastejo/1ºcorte deve ser feita quando decorridos de 45 a 70 dias após emergência e as plantas atingirem––de 25 a 35 cm ou produção de biomassa contabilizar de 0,7 a 1,0 kg de matéria verde/m^2. No caso de–– opção pelo sistema de 2 pastejos/2cortes, respeitar o intervalo entre pastejos/cortes de 28 a 35 dias (obervando que a base do colmo mantenha-se cheia), sempre deixando um altura de resteva de 5 a 10 cm (retirada dos animas ou altura de corte). Após cada pastejo/corte, deve ser aplicado 30 kg/ha de N.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/2 Cortes, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro para duplo propósito, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

O risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação.

As cultivares de trigo que possuem aptidão para uso em sistemas de produção e duplo propósito (forragem + grão) são classificadas no Grupo III, conforme as características homogêneas, observadas as regiões de adaptação (Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008 - SPA/MAPA, publicada no Diário Oficial da União, de 15 de outubro de 2008).

III. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA ≥ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA ≥ 0,55 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

IV. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos.

Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Reitera-se que a adoção do sistema de produção de trigo para duplo propósito (forragem e grãos) exige o acompanhamento técnico para um manejo adequado dessa prática, com relação ao momento da realização de pastejos/cortes ou a entrada e retirada dos animais nas lavouras, obedecendo critérios de desenvolvimento fenológico da cultura, de forma que não sejam causados danos aos pontos de crescimento das plantas (a base dos colmos deve ser mantida cheia. Se ocas, pode haver redução drástica no rendimento de grãos). Uma vez que, em algumas circunstâncias, o rendimento final de grãos nesse tipo de lavoura pode ser inferior ao sistema sem pastejo/corte, deve ser contabilizado no rendimento final, nesse tipo de lavoura, a receita decorrente do ganho de peso animal ou outra função zootécnica especializada, como produção de leite, por pastejo/corte realizados: 100 kg/ha de carne (1 a 3 animais/ha) ou 1000 kg/ha de leite (1 a 2 animais/ha).

Além das Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale sugere-se usar como fonte de referência técnica:

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

FONTANELI, R. S.; SANTOS, H.P. dos; FONTANELI, R. S. (eds.) forrageiras para integração lavoura-pecuária-floresta na região sul-brasileira. 2.ed. Brasília: Embrapa, 2012.– – 544p. http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/li/p_li01.htm.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo de sequeiro para DUPLO PROPÓSITO (forragem + grão), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/ 2 Cortes, no Estado do Paraná os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares, que possuem aptidão para duplo propósito forragem + grãos), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/ 2 Cortes, indicadas pelos obtentores /mantenedores foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 1 e 2

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tarumã, BRS Pastoreio e BRS Tarumaxi

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

5.1. 1 PASTEJO/1 CORTE

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Água Santa	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Agudo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Ajuricaba		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Alecrim		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Alegrete	15	14	13	15	14	13	15	14	13
Alegria	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Almirante Tamandaré Do Sul	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Alpestre	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Alto Alegre	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Alto Feliz	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Amaral Ferrador	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Ametista Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
André Da Rocha	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Anta Gorda	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Antônio Prado	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Arambaré	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Araricá	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Aratiba	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Arroio Do Meio	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Arroio Do Padre	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Arroio Do Tigre	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Arroio Dos Ratos	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Arroio Grande	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Arvorezinha	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Augusto Pestana		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Áurea	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Bagé	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Barão	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Barão De Cotegipe	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Barão Do Triunfo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Barra Do Guarita		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Barra Do Quaraí		15	14		13 a 15			13 a 15	
Barra Do Ribeiro	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Barra Do Rio Azul	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Barra Funda	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Barracão	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Barros Cassal	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Benjamin Constant Do Sul	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Bento Gonçalves	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Boa Vista Das Missões	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Boa Vista Do Buricá		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Boa Vista Do Cadeado		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Boa Vista Do Incra	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Boa Vista Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Bom Jesus		17	16		17	16		17	16
Bom Princípio	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Bom Progresso		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
Bom Retiro Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Boqueirão Do Leão	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Bossoroca	14 a 15	13		13 a 15			13 a 15		
Bozano		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Braga	13 a 14		12	13 a 14		12	13 a 14		12
Brochier	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Butiá	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Caçapava Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Cacequi	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Cachoeira Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Cacique Doble	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Caibaté		12 a 14			12 a 14			12 a 14	
Caiçara		13 a 15		13 a 15			13 a 15		
Camaquã	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Camargo	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Cambará Do Sul	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Campestre Da Serra	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Campina Das Missões		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Campinas Do Sul	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Campo Bom	13 a 15			13 a 15			13 a 15		

Campo Novo	13 a 14		12	13 a 14		12	13 a 14		12
Campos Borges	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Candelária	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Cândido Godói		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
Candiota	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Canela	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Canguçu	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Canudos Do Vale	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Capão Bonito Do Sul	17	16	15	17	16	15	17	16	15
Capão Do Cipó	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Capão Do Leão	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Capela De Santana	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Capitão	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Carazinho	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Carlos Barbosa	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Carlos Gomes	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Casca	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Caseiros	17	16	15	17	16	15	17	16	15
Catuípe		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Caxias Do Sul	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Centenário	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Cerrito	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Cerro Branco	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Cerro Grande	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Cerro Grande Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Cerro Largo		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Chapada	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Charqueadas	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Charrua	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Chiapetta		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Chuvisca	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Ciríaco	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Colinas	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Colorado	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Condor		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Constantina		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Coqueiro Baixo	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Coqueiros Do Sul	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Coronel Barros		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Coronel Bicaco	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Coronel Pilar	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Cotiporã	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Coxilha	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Crissiumal		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Cristal	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Cristal Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Cruz Alta		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Cruzaltense	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Cruzeiro Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
David Canabarro	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Derrubadas		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Dezesseis De Novembro		13 a 15		13 a 15			13 a 15		
Dilermando De Aguiar	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Dois Irmãos	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Dois Irmãos Das Missões	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Dois Lajeados	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Dom Feliciano	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Dom Pedrito	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Dona Francisca	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Doutor Maurício Cardoso		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Doutor Ricardo	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Eldorado Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Encantado	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Encruzilhada Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Engenho Velho		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Entre Rios Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Entre-Ijuís		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Erebango	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Erechim	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Ernestina	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Erval Grande	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Erval Seco	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Esmeralda	17	16	15	17	16	15	17	16	15
Esperança Do Sul		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Espumoso	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Estação	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Estância Velha	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Esteio	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Estrela	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Estrela Velha	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Eugênio De Castro		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Fagundes Varela	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Farroupilha	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Faxinal Do Soturno	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Faxinalzinho	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Fazenda Vilanova	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Feliz	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Flores Da Cunha	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Floriano Peixoto	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Fontoura Xavier	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Formigueiro	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Forquetinha	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Fortaleza Dos Valos	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Frederico Westphalen	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Garibaldi	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Garruchos		14 a 15	13	13	14 a 15		13	14 a 15	
Gaurama	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
General Câmara	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Gentil	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Getúlio Vargas	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Giruá		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Glorinha	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Gramado	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Gramado Dos Loureiros		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Gramado Xavier	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Gravataí	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Guabiju	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Guaíba	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Guaporé	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Guarani Das Missões		12 a 14			12 a 14			12 a 14	
Harmonia	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Herval	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Herveiras	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Horizontina		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	

Hulha Negra	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Humaitá		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
Ibarama	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Ibiaçá	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Ibiraiaras	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Ibirapuitã	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Ibirubá	15	13 a 14		15	13 a 14		15	13 a 14	
Igrejinha	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Ijuí		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Ilópolis	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Imigrante	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Independência		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Inhacorá		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Ipê	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Ipiranga Do Sul	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Iraí	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Itaara	15	13 a 14		15	13 a 14		15	13 a 14	
Itacurubi	14 a 15	13		13 a 15			13 a 15		
Itapuca	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Itaqui	15	14	13	14 a 15	13		14 a 15	13	
Itatiba Do Sul	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Ivorá	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Ivoti	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Jaboticaba	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Jacuizinho	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Jacutinga	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Jaguarão	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Jaguari	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Jaquirana	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Jari	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Jóia		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Júlio De Castilhos	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Lagoa Bonita Do Sul	15	14	13	15	14	13	15	14	13
Lagoa Dos Três Cantos	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Lagoa Vermelha	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Lagoão	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Lajeado	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Lajeado Do Bugre	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Lavras Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Liberato Salzano	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Lindolfo Collor	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Linha Nova	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Maçambará	14 a 15	13		13 a 15			13 a 15		
Machadinho	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Manoel Viana	15	13 a 14		15	13 a 14		15	13 a 14	
Maratá	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Marau	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Marcelino Ramos	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Mariana Pimentel	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Mariano Moro	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Marques De Souza	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Mata	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Mato Castelhano	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Mato Leitão	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Mato Queimado		12 a 14			12 a 14			12 a 14	
Maximiliano De Almeida	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Minas Do Leão	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Miraguaí	13 a 14		12	13 a 14		12	13 a 14		12
Montauri	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Monte Alegre Dos Campos	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Monte Belo Do Sul	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Montenegro	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Mormaço	15	13 a 14		15	13 a 14		15	13 a 14	
Morro Redondo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Morro Reuter	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Muçum	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Muitos Capões	17	15 a 16		17	15 a 16		17	15 a 16	
Muliterno		16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15
Não-Me-Toque	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Nicolau Vergueiro	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Nonoai	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Nova Alvorada	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Nova Araçá	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Nova Bassano	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Nova Boa Vista	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Nova Bréscia	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Nova Candelária		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Nova Esperança Do Sul	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Nova Hartz	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Nova Pádua	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Nova Palma	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Nova Petrópolis	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Nova Prata	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Nova Ramada		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Nova Roma Do Sul	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Nova Santa Rita	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Novo Barreiro	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Novo Cabrais	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Novo Hamburgo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Novo Machado		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Novo Tiradentes	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Novo Xingu		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Paim Filho	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Palmeira Das Missões	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Palmitinho		13 a 15		13 a 15			13 a 15		
Panambi		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Pantano Grande	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Paraí	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Paraíso Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Pareci Novo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Parobé	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Passa Sete	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Passo Do Sobrado	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Passo Fundo	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Paulo Bento	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Paverama	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Pedras Altas	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Pedro Osório	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Pejuçara		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Pelotas	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Picada Café	15 a 17			15 a 17			15 a 17		

Pinhal	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Pinhal Da Serra	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Pinhal Grande	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Pinheirinho Do Vale		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Pinheiro Machado	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Pinto Bandeira	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Pirapó		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Piratini	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Planalto		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Poço Das Antas	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Pontão	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Ponte Preta	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Portão	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Porto Lucena		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Porto Mauá		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Porto Vera Cruz		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Porto Xavier		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Pouso Novo	15	13 a 14		15	13 a 14		15	13 a 14	
Presidente Lucena	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Progresso	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Protásio Alves	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Putinga	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Quaraí	15	14	13	15	14	13	15	14	13
Quatro Irmãos	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Quevedos	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Quinze De Novembro	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Redentora	13 a 14		12	13 a 14		12	13 a 14		12
Relvado	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Restinga Seca	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Rio Dos Índios	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Rio Pardo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Riozinho	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Roca Sales	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Rodeio Bonito	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Rolador		12 a 14			12 a 14			12 a 14	
Rolante	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Ronda Alta	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Rondinha	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Roque Gonzales		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Rosário Do Sul	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Sagrada Família	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Saldanha Marinho	15	13 a 14		15	13 a 14		15	13 a 14	
Salto Do Jacuí	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Salvador Das Missões		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Salvador Do Sul	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Sananduva	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Santa Bárbara Do Sul		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Santa Cecília Do Sul	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Santa Clara Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Santa Cruz Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Santa Margarida Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Santa Maria	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Santa Maria Do Herval		14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13
Santa Rosa		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
Santa Tereza	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Santana Da Boa Vista	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Sant'Ana Do Livramento	15	14	13	15	14	13	15	14	13
Santiago	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Santo Ângelo		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Santo Antônio Das Missões	15	13 a 14		13 a 15			13 a 15		
Santo Antônio Do Palma	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Santo Antônio Do Planalto	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Santo Augusto		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Santo Cristo		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
Santo Expedito Do Sul	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
São Borja	15	13 a 14		13 a 15			13 a 15		
São Domingos Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
São Francisco De Assis	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
São Francisco De Paula	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
São Gabriel	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
São Jerônimo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São João Da Urtiga	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
São João Do Polêsine	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São Jorge	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
São José Das Missões	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
São José Do Herval	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
São José Do Hortêncio	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São José Do Inhacorá		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
São José Do Ouro	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
São José Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São José Dos Ausentes			16 a 17			16 a 17			16 a 17
São Leopoldo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São Lourenço Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São Luiz Gonzaga		13 a 15		13 a 15			13 a 15		
São Marcos	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
São Martinho	13 a 14		12	13 a 14		12	13 a 14		12
São Martinho Da Serra	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
São Miguel Das Missões		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
São Nicolau		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
São Paulo Das Missões		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
São Pedro Da Serra	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
São Pedro Das Missões	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
São Pedro Do Butiá		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
São Pedro Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São Sebastião Do Caí	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São Sepé	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São Valentim	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
São Valentim Do Sul	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
São Valério Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São Vendelino	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
São Vicente Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Sapiranga	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Sapucaia Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Sarandi	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Seberi	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Sede Nova		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
Segredo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Selbach	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Senador Salgado Filho		13 a 14	12		13 a 14	12		13 a 14	12
Sentinela Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Serafina Corrêa	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Sério	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	

Sertão	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Sertão Santana	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Sete De Setembro		13 a 14	12		13 a 14	12		13 a 14	12
Severiano De Almeida	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Silveira Martins	15	13 a 14		15	13 a 14		15	13 a 14	
Sinimbu	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Sobradinho	14 a 15	13		14 a 15	13		14 a 15	13	
Soledade	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Tabaí	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Tapejara	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Tapera	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Tapes	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Taquara	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Taquari	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Taquaruçu Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Tenente Portela		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
Teutônia	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Tio Hugo	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Tiradentes Do Sul		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Toropi	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Travesseiro	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Três Arroios	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Três Coroas	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Três De Maio		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Três Palmeiras		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Três Passos		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Trindade Do Sul		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Triunfo	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Tucunduva		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Tunas	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Tupanci Do Sul	17	16	15	17	16	15	17	16	15
Tupanciretã	15	13 a 14		15	13 a 14		15	13 a 14	
Tupandi	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Tuparendi		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Turuçu	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Ubiretama		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
União Da Serra	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Unistalda	14 a 15	13		13 a 15			13 a 15		
Uruguaiana	15	14	13	15	14	13	15	14	13
Vacaria	17	16	15	17	16	15	17	16	15
Vale Do Sol	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Vale Real	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Vale Verde	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Vanini	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Venâncio Aires	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Vera Cruz	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Veranópolis	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Vespasiano Correa	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Viadutos	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Vicente Dutra		13 a 15		13 a 15			13 a 15		
Victor Graeff	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Vila Flores	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Vila Lângaro	15 a 16	14		15 a 16	14		15 a 16	14	
Vila Maria	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Vila Nova Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Vista Alegre		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Vista Alegre Do Prata	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Vista Gaúcha		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Vitória Das Missões		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Westfalia	14 a 16			14 a 16			14 a 16		

5.2. 2 PASTEJOS/2 CORTES

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Água Santa	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Agudo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Ajuricaba	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Alecrim	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Alegrete	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Alegria	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Almirante Tamandaré Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Alpestre	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Alto Alegre	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Alto Feliz	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Amaral Ferrador	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Ametista Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
André Da Rocha	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Anta Gorda	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Antônio Prado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Arambaré	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Araricá	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Aratiba	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Arroio Do Meio	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Arroio Do Padre	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Arroio Do Tigre	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Arroio Dos Ratos	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Arroio Grande	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Arvorezinha	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Augusto Pestana	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Áurea	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Bagé	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Barão	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Barão De Cotegipe	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Barão Do Triunfo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Barra Do Guarita	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Barra Do Quaraí	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Barra Do Ribeiro	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Barra Do Rio Azul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Barra Funda	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Barracão	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Barros Cassal	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Benjamin Constant Do Sul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Bento Gonçalves	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Boa Vista Das Missões	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Boa Vista Do Buricá	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Boa Vista Do Cadeado	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Boa Vista Do Incra	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Boa Vista Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Bom Jesus	15 a 16	14	13	15 a 16	14	13	15 a 16	14	13
Bom Princípio	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Bom Progresso	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Bom Retiro Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		

Boqueirão Do Leão	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Bossoroca	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Bozano	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Braga	10 a 13			10 a 13			10 a 13		
Brochier	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Butiá	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Caçapava Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Cacequi	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Cachoeira Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Cacique Doble	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caibaté	13	10 a 12		13	10 a 12		13	10 a 12	
Caiçara	13 a 14	11 a 12		11 a 14			11 a 14		
Camaquã	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Camargo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Cambará Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campestre Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campina Das Missões	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Campinas Do Sul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Campo Bom	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Campo Novo	10 a 13			10 a 13			10 a 13		
Campos Borges	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Candelária	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Cândido Godói	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Candiota	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Canela	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Canguçu	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Canoas	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Canudos Do Vale	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Capão Bonito Do Sul	14 a 16	13		14 a 16	13		14 a 16	13	
Capão Do Cipó	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Capão Do Leão	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Capela De Santana	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Capitão	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Carazinho	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Carlos Barbosa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Carlos Gomes	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Casca	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Caseiros	14 a 16	13		14 a 16	13		14 a 16	13	
Catuípe	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Caxias Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Centenário	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Cerrito	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Cerro Branco	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Cerro Grande	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Cerro Grande Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Cerro Largo	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Chapada	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Charqueadas	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Charrua	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Chiapetta	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Chuvisca	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Ciríaco	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Colinas	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Colorado	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Condor	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Constantina	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Coqueiro Baixo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Coqueiros Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Coronel Barros	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Coronel Bicaco	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Coronel Pilar	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Cotiporã	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Coxilha	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Crissiumal	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Cristal	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Cristal Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Cruz Alta	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Cruzaltense	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Cruzeiro Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
David Canabarro	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Derrubadas	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Dezesseis De Novembro	13 a 14	11 a 12		11 a 14			11 a 14		
Dilermando De Aguiar	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Dois Irmãos	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Dois Irmãos Das Missões	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Dois Lajeados	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Dom Feliciano	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Dom Pedrito	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Dona Francisca	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Doutor Maurício Cardoso	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Doutor Ricardo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Eldorado Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Encantado	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Encruzilhada Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Engenho Velho	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Entre Rios Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Entre-Ijuís	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Erebango	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Erechim	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Ernestina	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Erval Grande	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Erval Seco	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Esmeralda	14 a 16	13		14 a 16	13		14 a 16	13	
Esperança Do Sul	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Espumoso	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Estação	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Estância Velha	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Esteio	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Estrela	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Estrela Velha	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Eugênio De Castro	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Fagundes Varela	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Farroupilha	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Faxinal Do Soturno	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Faxinalzinho	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Fazenda Vilanova	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Feliz	11 a 14			11 a 14			11 a 14		

Flores Da Cunha	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Floriano Peixoto	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Fontoura Xavier	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Formigueiro	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Forquetinha	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Fortaleza Dos Valos	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Frederico Westphalen	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Garibaldi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Garruchos	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Gaurama	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
General Câmara	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Gentil	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Getúlio Vargas	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Giruá	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Glorinha	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Gramado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Gramado Dos Loureiros	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Gramado Xavier	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Gravataí	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Guabiju	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Guaíba	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Guaporé	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Guarani Das Missões	13	10 a 12		13	10 a 12		13	10 a 12	
Harmonia	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Herval	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Herveiras	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Horizontina	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Hulha Negra	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Humaitá	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Ibarama	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Ibiaçá	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibiraiaras	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ibirapuitã	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Ibirubá	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Igrejinha	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Ijuí	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Ilópolis	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Imigrante	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Independência	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Inhacorá	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Ipê	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ipiranga Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Iraí	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Itaara	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Itacurubi	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Itapuca	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Itaqui	12 a 14	11		11 a 14			11 a 14		
Itatiba Do Sul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Ivorá	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Ivoti	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Jaboticaba	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Jacuizinho	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Jacutinga	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Jaguarão	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Jaguari	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Jaquirana	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

Jari	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Jóia	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Júlio De Castilhos	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Lagoa Bonita Do Sul	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Lagoa Dos Três Cantos	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Lagoa Vermelha	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Lagoão	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Lajeado	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Lajeado Do Bugre	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Lavras Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Liberato Salzano	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Lindolfo Collor	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Linha Nova	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Maçambará	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Machadinho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Manoel Viana	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Maratá	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Marau	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Marcelino Ramos	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Mariana Pimentel	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Mariano Moro	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Marques De Souza	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Mata	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Mato Castelhano	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Mato Leitão	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Mato Queimado	13	10 a 12		13	10 a 12		13	10 a 12	
Maximiliano De Almeida	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Minas Do Leão	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Miraguaí	10 a 13			10 a 13			10 a 13		
Montauri	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Monte Alegre Dos Campos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Monte Belo Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Montenegro	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Mormaço	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Morro Redondo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Morro Reuter	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Muçum	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Muitos Capões	14 a 16	13		14 a 16	13		14 a 16	13	
Muliterno	14 a 15	13	12	14 a 15	13	12	14 a 15	13	12
Não-Me-Toque	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Nicolau Vergueiro	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Nonoai	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Nova Alvorada	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Nova Araçá	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Nova Bassano	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Nova Boa Vista	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Nova Bréscia	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Nova Candelária	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Nova Esperança Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Nova Hartz	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Nova Pádua	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Palma	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Nova Petrópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Prata	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Nova Ramada	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Nova Roma Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

Nova Santa Rita	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Novo Barreiro	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Novo Cabrais	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Novo Hamburgo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Novo Machado	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Novo Tiradentes	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Novo Xingu	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Paim Filho	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Palmeira Das Missões	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Palmitinho	13 a 14	11 a 12		11 a 14			11 a 14		
Panambi	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Pantano Grande	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Paraí	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Paraíso Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Pareci Novo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Parobé	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Passa Sete	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Passo Do Sobrado	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Passo Fundo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Paulo Bento	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Paverama	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Pedras Altas	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Pedro Osório	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Pejuçara	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Pelotas	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Picada Café	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pinhal	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Pinhal Da Serra	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pinhal Grande	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Pinheirinho Do Vale	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Pinheiro Machado	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Pinto Bandeira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pirapó	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Piratini	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Planalto	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Poço Das Antas	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Pontão	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Ponte Preta	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Portão	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Porto Lucena	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Porto Mauá	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Porto Vera Cruz	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Porto Xavier	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Pouso Novo	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Presidente Lucena	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Progresso	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Protásio Alves	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Putinga	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Quaraí	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Quatro Irmãos	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Quevedos	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Quinze De Novembro	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Redentora	10 a 13			10 a 13			10 a 13		
Relvado	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Restinga Seca	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Rio Dos Índios	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Rio Pardo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Riozinho	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Roca Sales	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rodeio Bonito	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Rolador	13	10 a 12		13	10 a 12		13	10 a 12	
Rolante	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Ronda Alta	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rondinha	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Roque Gonzales	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Rosário Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sagrada Família	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Saldanha Marinho	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Salto Do Jacuí	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Salvador Das Missões	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Salvador Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sananduva	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santa Bárbara Do Sul	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Santa Cecília Do Sul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Santa Clara Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Santa Cruz Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Santa Margarida Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Santa Maria	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Santa Maria Do Herval	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Santa Rosa	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Santa Tereza	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Santana Da Boa Vista	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Sant'Ana Do Livramento	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Santiago	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Santo Ângelo	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Santo Antônio Da Patrulha	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Santo Antônio Das Missões	12 a 14	11		11 a 14			11 a 14		
Santo Antônio Do Palma	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Santo Antônio Do Planalto	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Santo Augusto	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Santo Cristo	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Santo Expedito Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Borja	12 a 14	11		11 a 14			11 a 14		
São Domingos Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
São Francisco De Assis	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Francisco De Paula	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Gabriel	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Jerônimo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São João Da Urtiga	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São João Do Polêsine	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Jorge	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São José Das Missões	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
São José Do Herval	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
São José Do Hortêncio	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São José Do Inhacorá	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
São José Do Ouro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São José Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São José Dos Ausentes	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14
São Leopoldo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Lourenço Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Luiz Gonzaga	13 a 14	11 a 12		11 a 14			11 a 14		
São Marcos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

São Martinho	10 a 13			10 a 13			10 a 13		
São Martinho Da Serra	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Miguel Das Missões	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
São Nicolau	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
São Paulo Das Missões	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
São Pedro Da Serra	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Pedro Das Missões	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
São Pedro Do Butiá	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
São Pedro Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Sebastião Do Caí	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Sepé	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Valentim	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
São Valentim Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Valério Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Vendelino	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
São Vicente Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sapiranga	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sapucaia Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sarandi	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Seberi	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sede Nova	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Segredo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Selbach	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Senador Salgado Filho	13	10 a 12		13	10 a 12		13	10 a 12	
Sentinela Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Serafina Corrêa	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Sério	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sertão	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Sertão Santana	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sete De Setembro	13	10 a 12		13	10 a 12		13	10 a 12	
Severiano De Almeida	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Silveira Martins	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Sinimbu	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Sobradinho	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Soledade	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Tabaí	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Tapejara	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Tapera	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Tapes	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Taquara	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Taquari	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Taquaruçu Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Tenente Portela	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Teutônia	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Tio Hugo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Tiradentes Do Sul	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Toropi	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Travesseiro	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Três Arroios	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Três Coroas	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Três De Maio	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Três Palmeiras	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Três Passos	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Trindade Do Sul	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Triunfo	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Tucunduva	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Tunas	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Tupanci Do Sul	14 a 16	13		14 a 16	13		14 a 16	13	
Tupanciretã	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Tupandi	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Tuparendi	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Turuçu	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Ubiretama	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
União Da Serra	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Unistalda	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Uruguaiana	12 a 14	11		12 a 14	11		12 a 14	11	
Vacaria	14 a 16	13		14 a 16	13		14 a 16	13	
Vale Do Sol	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Vale Real	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Vale Verde	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Vanini	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Venâncio Aires	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Vera Cruz	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Veranópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vespasiano Correa	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Viadutos	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Vicente Dutra	13 a 14	11 a 12		11 a 14			11 a 14		
Victor Graeff	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Vila Flores	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vila Lângaro	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Vila Maria	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Vila Nova Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Vista Alegre	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Vista Alegre Do Prata	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Vista Gaúcha	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Vitória Das Missões	13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12		13 a 14	11 a 12	
Westfalia	12 a 15			12 a 15			12 a 15		

PORTARIA SPA/MAPA Nº 396, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no estado de Santa Catarina, ano-safra 2022/2023.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019, na Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020, na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008, na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2021, da Secretaria de Política Agrícola, e na Instrução Normativa nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no estado de Santa Catarina, ano-safra 2022/2023, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPA/MAPA nº 620 de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão) no estado de Santa Catarina, ano-safra 2021/2022.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

JOSÉ ANGELO MAZILLO JÚNIOR

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Os chamados trigos de DUPLO PROPÓSITO, que possuem aptidão para a produção de forragem (pastejo/corte) e grãos na mesma estação de crescimento, conforme experiências que têm sido levadas a cabo há vários anos no sul do Brasil, são alternativas que visam à otimização do uso da terra no inverno, pela integração lavoura-pecuária,– – facultando a cobertura do solo após a colheita dos cultivos de verão, atenuando o vazio forrageiro de outono para a produção animal, diluindo os custos fixos de produção e reduzindo os riscos pela colheita antecipada na forma de forragem.

A adoção desse sistema integrado de produção de trigo, lavoura-pecuária, exige a adoção de tecnologia especifica, envolvendo o manejo da lavoura e de animais, que começa pela escolha da cultivar desse cereal que tenha aptidão para esse tipo de uso (Grupo III, resistência ao pisoteio animal, maior número de afilhos, capacidade de rebrote elevada e produção de biomassa, forragem + grão, também elevada). A semedura deve ser antecipada (20 a 40 dias) em relação ao trigo apenas para produzir grão. Recomenda-se usar 20% a mais de sementes (350 a 400 sementes/m^2). A realização do 1º pastejo/1ºcorte deve ser feita quando decorridos de 45 a 70 dias após emergência e as plantas atingirem– – de 25 a 35 cm ou produção de biomassa contabilizar de 0,7 a 1,0 kg de matéria verde/m^2 . No caso de– – opção pelo sistema de 2 pastejos/2cortes, respeitar o intervalo entre pastejos/cortes de 28 a 35 dias (obervando que a base do colmo mantenha-se cheia), sempre deixando um altura de resteva de 5 a 10 cm (retirada dos animas ou altura de corte). Após cada pastejo/corte, deve ser aplicado 30 kg/ha de N.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro para duplo propósito (forragem + grão), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/2 Cortes, no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração do ciclo, fases fenológicas e reserva útil de água dos solos para o cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluvial e evapotranspiração de referência de séries, preferencialmente, com 30 anos de dados. Somente em algumas regiões com escassez dessas séries de longa duração, foram usadas séries com um mínimo de 15 anos de dados diários, chegando a uma totalização de 3.500 séries pluviométricas aproveitáveis para o trabalho.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos ou danos às plantas devido à ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças.

Para delimitação das áreas aptas ao cultivo do trigo de sequeiro para duplo propósito, em condições de baixo risco, foram adotados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura:

O risco de geada foi estimado pela análise da frequência de ocorrência de temperaturas do ar igual ou menor a 1,0 °C, com base na temperatura do ar em abrigo meteorológico. O diagnóstico de risco de geada foi considerado em dois decêndios (20 dias) ao redor do espigamento, incluindo o decêndio imediatamente anterior (n-1) e no decêndio do espigamento (n).

II. Ciclo e Fases fenológicas: Fase I: Estabelecimento da cultura (semeadura/emergência); Fase II: Crescimento Vegetativo; Fase III: Espigamento/floração/enchimento de grãos; Fase IV: Maturação.

As cultivares de trigo que possuem aptidão para uso em sistemas de produção e duplo propósito (forragem + grão) são classificadas no Grupo III, conforme as características homogêneas, observadas as regiões de adaptação (Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008 - SPA/MAPA, publicada no Diário Oficial da União, de 15 de outubro de 2008).

III. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):Foi considerado um ISNA ≥ 0,6 na Fase I - Estabelecimento da cultura, ISNA ≥ 0,55 na Fase III - Espigamento/floração/enchimento de grãos.

IV. Precipitação: O risco de excesso hídrico no final do ciclo na Fase IV (20 dias final do ciclo) foi calculado pelo total de chuva maior ou igual a 185 mm.

Considerou-se apto para o cultivo do trigo os municípios que apresentaram, em no mínimo 20% de sua área, com condições climáticas dentro dos critérios considerados.

Notas:

Os resultados do Zarc são gerados considerando um manejo agronômico adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade da cultura, compatível com as condições de cada localidade. Falhas ou deficiências de manejo de diversos tipos, desde a fertilidade do solo até o manejo de pragas e doenças; ou escolha de cultivares inadequados para o ambiente edafoclimático, podem resultar em perdas graves de produtividade ou agravar perdas geradas por eventos meteorológicos adversos. Portanto, é indispensável: utilizar tecnologia de produção adequada para a condição edafoclimática; controlar efetivamente as plantas daninhas, pragas e doenças durante o cultivo; adotar práticas de manejo e conservação de solos.

A gestão de riscos de natureza climática na cultura de trigo pode ser melhorada pela assistência técnica local, via a diluição de riscos, quando são associadas, ao calendário de semeadura preconizado nas Portarias de ZARC, práticas de manejo de cultivos que contemplem a rotação de culturas, o escalonamento de épocas de semeadura e a diversificação de cultivares (com ciclos diferentes) em uma mesma propriedade rural.

Reitera-se que a adoção do sistema de produção de trigo para duplo propósito (forragem e grãos) exige o acompanhamento técnico para um manejo adequado dessa prática, com relação ao momento da realização de pastejos/cortes ou a entrada e retirada dos animais nas lavouras, obedecendo critérios de desenvolvimento fenológico da cultura, de forma que não sejam causados danos aos pontos de crescimento das plantas (a base dos colmos deve ser mantida cheia. Se ocas, pode haver redução drástica no rendimento de grãos). Uma vez que, em algumas circunstâncias, o rendimento final de grãos nesse tipo de lavoura pode ser inferior ao sistema sem pastejo/corte, deve ser contabilizado no rendimento final, nesse tipo de lavoura, a receita decorrente do ganho de peso animal ou outra função zootécnica especializada, como produção de leite, por pastejo/corte realizados: 100 kg/ha de carne (1 a 3 animais/ha) ou 1000 kg/ha de leite (1 a 2 animais/ha).

Além das Informações Técnicas anuais da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale sugere-se usar como fonte de referência técnica:

https://www.reuniaodetrigo.com.br/

https://www.conferencebr.com/conteudo/arquivo/informacoes-tecnicas-para-trigo-e-triticale--safra-2022-1649081250.pdf

FONTANELI, R. S.; SANTOS, H.P. dos; FONTANELI, R. S. (eds.) forrageiras para integração lavoura-pecuária-floresta na região sul-brasileira. 2.ed. Brasília: Embrapa, 2012.– – 544p. http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/li/p_li01.htm.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo de sequeiro para DUPLO PROPÓSITO (forragem + grão), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/ 2 Cortes, no Estado do Paraná os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de novembro de 2021.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

- áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) dos estados.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares, que possuem aptidão para duplo propósito forragem + grãos), envolvendo 1 Pastejo/1 Corte e 2 Pastejos/ 2 Cortes, indicadas pelos obtentores /mantenedores foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Região 1 e 2

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tarumã, BRS Pastoreio e BRS Tarumaxi

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020).

3. As regiões homogêneas de adaptação de cultivares de trigo estão especificadas na Instrução Normativa nº 3, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2008; e alterada através da retificação publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2021.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

5.1. 1 PASTEJO/1 CORTE

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Abelardo Luz	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Agrolândia	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Agronômica	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Água Doce	16	15	14	16	15	14	16	15	14
Águas De Chapecó	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Águas Frias	13	14 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Alfredo Wagner	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Alto Bela Vista	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Anchieta		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Anita Garibaldi	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Apiúna	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Arabutã	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Arroio Trinta	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Arvoredo	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Ascurra	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Atalanta	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Aurora	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Bandeirante		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Barra Bonita		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Bela Vista Do Toldo	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Belmonte		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Benedito Novo	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Bocaina Do Sul	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Bom Jardim Da Serra			16 a 17			16 a 17			16 a 17
Bom Jesus	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Bom Jesus Do Oeste		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Bom Retiro	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Braço Do Trombudo	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Brunópolis	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Caçador	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Caibi		13 a 15		13 a 15			13 a 15		
Calmon	16		14 a 15	16		14 a 15	16		14 a 15
Campo Alegre	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Campo Belo Do Sul	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Campo Erê		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Campos Novos	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Canoinhas	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Capão Alto	17	16	15	17	16	15	17	16	15
Capinzal	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	

Catanduvas	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Caxambu Do Sul	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Celso Ramos	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Cerro Negro	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Chapadão Do Lageado	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Chapecó	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Concórdia	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Cordilheira Alta	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Coronel Freitas	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Coronel Martins		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Correia Pinto	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Corupá	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Cunha Porã		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Cunhataí		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Curitibanos	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Descanso		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Dionísio Cerqueira		13 a 14	12	13	14	12	13	14	12
Dona Emma	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Doutor Pedrinho	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Entre Rios	13	14 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Erval Velho	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Faxinal Dos Guedes	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Flor Do Sertão		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Formosa Do Sul		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Fraiburgo	16		14 a 15	16		14 a 15	16		14 a 15
Frei Rogério	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Galvão		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Guaraciaba		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Guarujá Do Sul		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Guatambú	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Herval D'Oeste	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Ibiam	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Ibicaré	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Ibirama	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Imbuia	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Indaial	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Iomerê	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Ipira	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Iporã Do Oeste		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Ipuaçu	13	14 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Ipumirim	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Iraceminha		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Irani	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Irati		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Irineópolis	16	14 a 15		14 a 16			14 a 16		
Itá	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Itaiópolis	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Itapiranga		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Ituporanga	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Jaborá	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Jardinópolis		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Joaçaba	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
José Boiteux	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Jupiá		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Lacerdópolis	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Lages	17	16	15	17	16	15	17	16	15
Lajeado Grande	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Laurentino	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Lebon Régis	16		14 a 15	16		14 a 15	16		14 a 15
Leoberto Leal	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Lindóia Do Sul	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Lontras	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Luzerna	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Macieira	16		14 a 15	16		14 a 15	16		14 a 15
Mafra	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Major Vieira	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Maravilha		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Marema	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Matos Costa	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Mirim Doce	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Modelo		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Mondaí		12 a 14		13 a 14	12		13 a 14	12	
Monte Carlo	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Monte Castelo	16	14 a 15		14 a 16			14 a 16		
Nova Erechim	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Nova Itaberaba	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Novo Horizonte		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Otacílio Costa	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Ouro	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Ouro Verde	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Paial	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Painel		17	16		17	16		17	16
Palma Sola		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Palmeira	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Palmitos	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Papanduva	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Paraíso		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Passos Maia	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Peritiba	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Petrolândia	15 a 17			15 a 17			15 a 17		
Pinhalzinho		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Pinheiro Preto	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Piratuba	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Planalto Alegre	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Ponte Alta	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Ponte Alta Do Norte	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Ponte Serrada	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Porto União	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Pouso Redondo	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Presidente Castello Branco	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Presidente Getúlio	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Presidente Nereu	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Princesa		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Quilombo	13	14 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Rio Das Antas	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Rio Do Campo	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Rio Do Oeste	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Rio Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Rio Dos Cedros	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Rio Negrinho	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Rio Rufino	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	
Riqueza		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	

Rodeio	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Romelândia		12 a 14		12 a 13	14		12 a 13	14	
Salete	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Saltinho		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
Salto Veloso	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Santa Cecília	16		14 a 15	16		14 a 15	16		14 a 15
Santa Helena		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
Santa Terezinha	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Santa Terezinha Do Progresso		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Santiago Do Sul		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
São Bento Do Sul	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
São Bernardino		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
São Carlos	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
São Cristovão Do Sul	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
São Domingos		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
São João Do Oeste		13 a 14	12	13 a 14		12	13 a 14		12
São Joaquim			16 a 17			16 a 17			16 a 17
São José Do Cedro		12 a 14		13	12 + 14		13	12 + 14	
São José Do Cerrito	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
São Lourenço Do Oeste		13 a 15			13 a 15			13 a 15	
São Miguel Da Boa Vista		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
São Miguel Do Oeste		13 a 14	12	13	14	12	13	14	12
Saudades		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Seara	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Serra Alta		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Sul Brasil		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Taió	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Tangará	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Tigrinhos		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Timbó	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Timbó Grande	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Três Barras	16	14 a 15		16	14 a 15		14 a 16		
Treze Tílias	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Trombudo Central	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Tunápolis		13 a 14	12	13	14	12	13	14	12
União Do Oeste		13 a 15		13	14 a 15		13	14 a 15	
Urubici			15 a 17			15 a 17			15 a 17
Urupema			16 a 17			16 a 17			16 a 17
Vargeão	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Vargem	16 a 17		15	16 a 17		15	16 a 17		15
Vargem Bonita	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Vidal Ramos	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Videira	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Vitor Meireles	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Witmarsum	14 a 16			14 a 16			14 a 16		
Xanxerê	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Xavantina	16	14 a 15		16	14 a 15		16	14 a 15	
Xaxim	13 a 15			13 a 15			13 a 15		
Zortéa	16 a 17	15		16 a 17	15		16 a 17	15	

5.2. 2 PASTEJOS/2 CORTES

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DE GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Abelardo Luz	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Agrolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Agronômica	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Água Doce	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Águas De Chapecó	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Águas Frias	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Alfredo Wagner	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Alto Bela Vista	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Anchieta		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Anita Garibaldi	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Apiúna	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Arabutã	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Arroio Trinta	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Arvoredo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Ascurra	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Atalanta	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Aurora	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Bandeirante		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Barra Bonita		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Bela Vista Do Toldo	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Belmonte		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Benedito Novo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Bocaina Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Bom Jardim Da Serra	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14
Bom Jesus	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Bom Jesus Do Oeste	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Bom Retiro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Braço Do Trombudo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Brunópolis	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Caçador	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Caibi	13 a 14	11 a 12		11 a 14			11 a 14		
Calmon	13 a 15		12	13 a 15		12	13 a 15		12
Campo Alegre	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Campo Belo Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Campo Erê	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Campos Novos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Canoinhas	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Capão Alto	14 a 16	13		14 a 16	13		14 a 16	13	
Capinzal	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Catanduvas	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Caxambu Do Sul	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Celso Ramos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Cerro Negro	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Chapadão Do Lageado	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Chapecó	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Concórdia	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Cordilheira Alta	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Coronel Freitas	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Coronel Martins	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Correia Pinto	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Corupá	12 a 15			12 a 15			12 a 15		

Cunha Porã	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Cunhataí	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Curitibanos	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Descanso		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Dionísio Cerqueira		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Dona Emma	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Doutor Pedrinho	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Entre Rios	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Erval Velho	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Faxinal Dos Guedes	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Flor Do Sertão	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Formosa Do Sul	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Fraiburgo	13 a 15		12	13 a 15		12	13 a 15		12
Frei Rogério	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Galvão	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Guaraciaba		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Guarujá Do Sul		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Guatambú	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Herval D'Oeste	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Ibiam	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Ibicaré	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Ibirama	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Imbuia	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Indaial	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Iomerê	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Ipira	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Iporã Do Oeste		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Ipuaçu	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Ipumirim	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Iraceminha	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Irani	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Irati	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Irineópolis	13 a 15	12		12 a 15			12 a 15		
Itá	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Itaiópolis	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Itapiranga	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Ituporanga	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Jaborá	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Jardinópolis	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Joaçaba	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
José Boiteux	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Jupiá	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Lacerdópolis	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Lages	14 a 16	13		14 a 16	13		14 a 16	13	
Lajeado Grande	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Laurentino	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Lebon Régis	13 a 15		12	13 a 15		12	13 a 15		12
Leoberto Leal	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Lindóia Do Sul	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Lontras	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Luzerna	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Macieira	13 a 15		12	13 a 15		12	13 a 15		12
Mafra	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Major Vieira	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Maravilha	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Marema	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Matos Costa	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Mirim Doce	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Modelo	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Mondaí	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
Monte Carlo	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Monte Castelo	13 a 15	12		12 a 15			12 a 15		
Nova Erechim	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Nova Itaberaba	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Novo Horizonte	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Otacílio Costa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ouro	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Ouro Verde	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Paial	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Painel	15 a 16	14	13	15 a 16	14	13	15 a 16	14	13
Palma Sola		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Palmeira	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Palmitos	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Papanduva	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Paraíso		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Passos Maia	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Peritiba	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Petrolândia	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Pinhalzinho	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Pinheiro Preto	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Piratuba	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Planalto Alegre	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Ponte Alta	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ponte Alta Do Norte	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Ponte Serrada	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Porto União	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Pouso Redondo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Presidente Castello Branco	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Presidente Getúlio	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Presidente Nereu	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Princesa		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Quilombo	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Rio Das Antas	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Rio Do Campo	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rio Do Oeste	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rio Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rio Dos Cedros	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rio Negrinho	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Rio Rufino	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Riqueza		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Rodeio	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Romelândia		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Salete	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Saltinho	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Salto Veloso	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Santa Cecília	13 a 15		12	13 a 15		12	13 a 15		12
Santa Helena		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Santa Terezinha	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Santa Terezinha Do Progresso	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Santiago Do Sul	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
São Bento Do Sul	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
São Bernardino	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	

São Carlos	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
São Cristovão Do Sul	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Domingos	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
São João Do Oeste	13	10 a 12		10 a 13			10 a 13		
São Joaquim	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14
São José Do Cedro		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
São José Do Cerrito	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
São Lourenço Do Oeste	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
São Miguel Da Boa Vista	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
São Miguel Do Oeste		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
Saudades	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Seara	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Serra Alta	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Sul Brasil	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Taió	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Tangará	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Tigrinhos	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Timbó	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Timbó Grande	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Três Barras	13 a 15	12		13 a 15	12		12 a 15		
Treze Tílias	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Trombudo Central	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Tunápolis		10 a 13		10	11 a 13		10	11 a 13	
União Do Oeste	14	11 a 13		14	11 a 13		14	11 a 13	
Urubici	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14
Urupema	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14	15 a 16		13 a 14
Vargeão	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Vargem	13 a 16			13 a 16			13 a 16		
Vargem Bonita	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Vidal Ramos	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Videira	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Vitor Meireles	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Witmarsum	12 a 15			12 a 15			12 a 15		
Xanxerê	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Xavantina	13 a 15	12		13 a 15	12		13 a 15	12	
Xaxim	11 a 14			11 a 14			11 a 14		
Zortéa	13 a 16			13 a 16			13 a 16		

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza as tratativas conciliatórias referentes à desapropriação do imóvel rural denominado "Fazenda Monconha", localizado no Município de Monteiro, no estado da Paraíba.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 108 do Regimento Interno, aprovado pela PORTARIA/INCRA Nº 531, de 23 de março de 2020, e pelo art. 50 da INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 83, de 30 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO ter o Incra ajuizado, em 2010, a ação de desapropriação nº 0000029-54.2010.4.05.8203, e implantado no imóvel objeto da ação, em 27/10/2010, o Projeto de Assentamento Xique-Xique, em benefício de 40 famílias;

CONSIDERANDO ter sido julgada procedente a Ação Declaratória de Produtividade nº 0000022-28.2011.4.05.8203, transitada em julgado em 26/08/2019, com a declaração definitiva da produtividade da "Fazenda Monconha", o que resultou na extinção da ação de desapropriação nº 0000029-54.2010.4.05.8203, em decisão transitada em julgado em 02/10/2019;

CONSIDERANDO as discussões e tentativas de conciliação levadas a efeito pelo Incra, pelos órgãos da Procuradoria-Geral Federal e pelo Ministério Público Federal, com vistas a preservar a afetação pública do imóvel e o Projeto de Assentamento Xique-Xique;

CONSIDERANDO que o Projeto de Assentamento Xique-Xique está implantado há 12 anos, tendo havido o investimento de recursos públicos que ultrapassam R$ 1 milhão, considerados apenas os créditos repassados às famílias, que também investiram recursos próprios no local; e

CONSIDERANDO os termos do PARECER n. 00010/2022/EQUAD-DESAPROPRIAÇÃO/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00405/2022/CGC/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU;, resolve:

Art. 1º Autorizar o Superintendente Regional do Incra no Estado da Paraíba, assistido pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra e representado pela Procuradoria Regional Federal da 5ª Região, a prosseguir nas tratativas conciliatórias em curso no bojo do processo n° 0000029-54.2010.4.05.8203, nos termos previstos no PARECER n. 00010/2022/EQUAD-DESAPROPRIAÇÃO/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00405/2022/CGC/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU.

Art. 2º Esta autorização não equivale à finalização de tratativas de acordo, cuja eventual celebração deverá ser autorizada pelos órgãos competentes no âmbito da Advocacia - Geral da União, nos termos da legislação vigente.

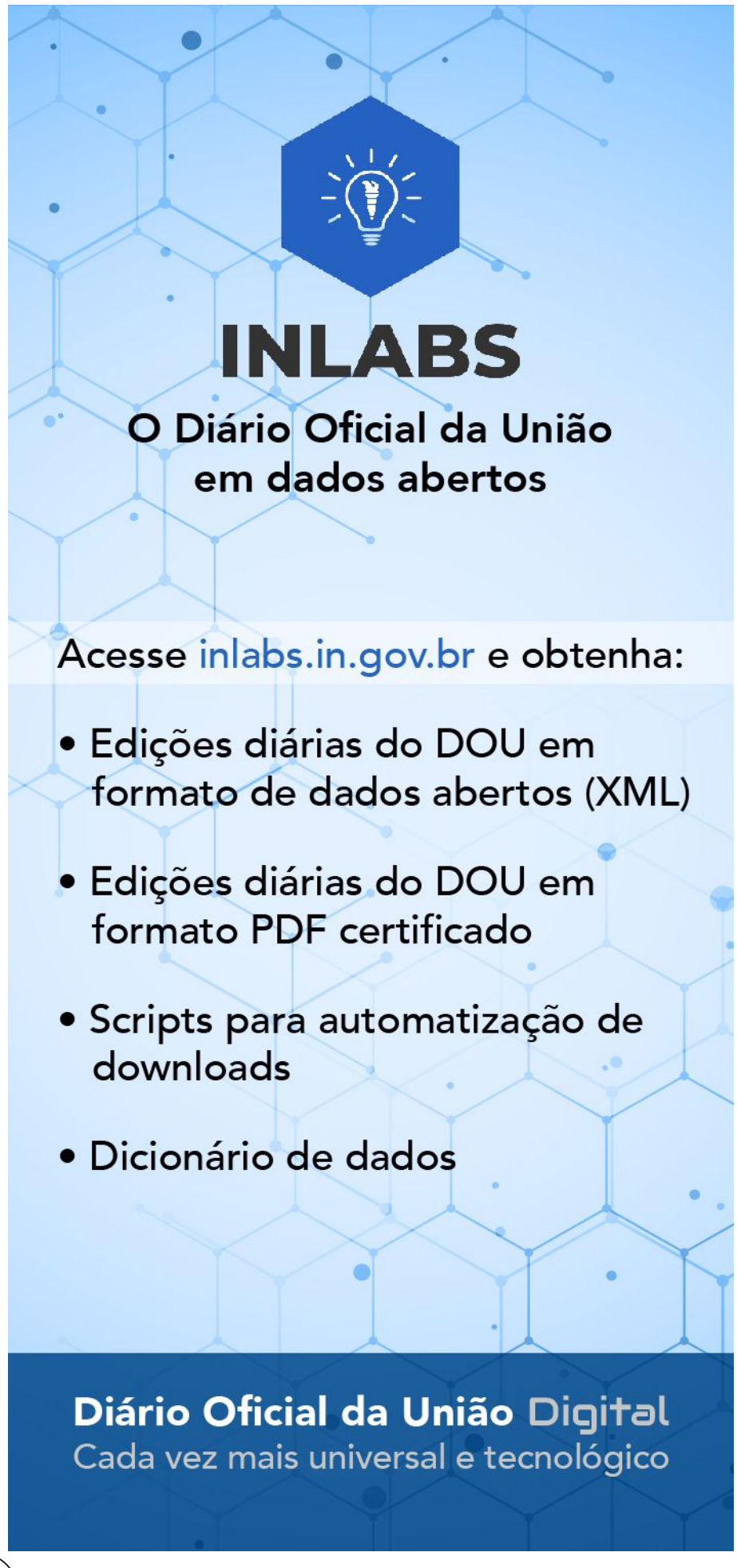
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 107, de 21 de dezembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 14, de 20 de janeiro de 2000, Seção 1, pgs. 48 e 49, que cria o Projeto de Assentamento denominado PA REGINA, código SIPRA RS 0117000, onde se lê: "... com área de 1.685,2796 ha (um mil, seiscentos e oitenta e cinco hectares, vinte e sete ares e noventa e seis centiares),...", leia-se: "... com área de 1.692,2202 (um mil, seiscentos e noventa e dois hectares, vinte e dois ares e dois centiares)...., ."



Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 368, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c artigo 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00332/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.030717/2018-61, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS MUZAMBINHENSES NO COMBATE AO CÂNCER - AVMCC, de Muzambinho/MG, para manter a decisão exarada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 10, artigo 1º, item 13, de 29 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2019, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação dos requisitos previstos no artigo 19 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, c/c artigo 9º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e artigo 39, II, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 370, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00048/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.040796/2017-38, resolve:

Art. 1º Improver o recurso interposto pela entidade ASSOCIAÇÃO FRANCESA DE BENEFICÊNCIA, do Rio de Janeiro/RJ, para manter a decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 154, de 29 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação de certificado de entidade beneficente de assistência social, por não atuar preponderantemente no âmbito da assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 371, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes no PARECER Nº 00043/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.027502/2018-63, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao recurso interposto pela entidade MISSÃO REDENTORISTA DO AMAZONAS, de Manaus/AM, contra decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 254, de 25 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2018, que indeferiu seu pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social, por não atuar de forma preponderante na área de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 372, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no artigo 64 da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, e no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00138/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.028505/2018-14, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao recurso interposto pela entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PINDORAMA, de Pindorama/SP, contra decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 52, de 27 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2019, que indeferiu seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 374, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no artigo 64 da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, e no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00140/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.029225/2018-23, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao recurso interposto pela entidade CENTRO DE APOIO A CARENTES SILVESTRE LINARES, de Aparecida de Goiânia/GO, contra decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 52, de 27 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2019, que indeferiu seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 375, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00042/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.031624/2018-54, resolve:

Art. 1º Improver o recurso interposto pela entidade OBRA UNIDA LAR DOS IDOSOS ANTÔNIO FREDERICO OZANAM, de Coronel Fabriciano/MG, contra decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 141, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2019, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 376, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00299/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.031612/2018-20, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE APARECIDA DE GOIÂNIA, de Aparecida de Goiânia/GO, para manter a decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 308, artigo 1º, item 11, de 29 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2018, por não comprovar o cumprimento dos requisitos legais necessários à obtenção da concessão de certificação como beneficente de assistência social, e por não realizar suas atividades de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145/2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 377, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c artigo 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00138/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.049575/2017-25, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade LAR DOS VELHOS DE CONSERVATÓRIA, de Valença/RJ, para manter a decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 204, de 28 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 2017, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, em razão do descumprimento do disposto no artigo 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 378, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c artigo 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00241/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.030422/2018-95, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO MENINO DEUS, de Lages/SC, para manter a decisão exarada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 10, de 29 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2019, por descumprimento do disposto no artigo 1º e artigo 18, §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 c/c artigo 10, § 1º do Decreto nº 8.242, 23 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 379, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no artigo 64 da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, e no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00193/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.051785/2017-83, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao recurso interposto pela entidade LAR VICENTE MARQUES DE QUEIROZ, de Aparecida do Taboado/MS, contra decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 41, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2018, que indeferiu seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 380, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c artigo 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00295/2021/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.033378/2018-75, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade FUNDAÇÃO JANDIRA ÁUREA ZILIO, de Medianeira/PR, para manter a decisão exarada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 141, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2019, por descumprimento do disposto no artigo 1º e artigo 18, §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 c/c artigo 10, § 1º do Decreto nº 8.242, 23 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 381, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00137/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.032642/2018-53, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao recurso interposto pela entidade LAR DE IDOSOS MAJOR ALENCASTRO CARNEIRO DA FONTOURA, de Dom Pedrito/RS, contra decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 94, de 08 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2019, que indeferiu seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 382, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00398/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.035484/2018-93, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade LAR ASSISTENCIAL OSÓRIO MACIEL DE FARIA, de Tapiratiba/SP, para manter a decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 254, de 25 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2018, por não comprovar o cumprimento dos requisitos legais necessários à obtenção da concessão de certificação como beneficente de assistência social, por não atuar preponderantemente no âmbito da assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c artigo 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00112/2022/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.056696/2017-23, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade ASSOCIAÇÃO MARIA MÃE DA VIDA - AMMV, de Juazeiro do Norte/CE, para manter a decisão exarada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 194, de 27 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2019, que indeferiu o seu

pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, ante a inobservância ao disposto no artigo 3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 c/c artigo 10, artigo 12 e artigo 13, §§1º e 3º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 386, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c artigo 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00049/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.057537/2017-46, resolve:

Art. 1º Improver o recurso interposto pela entidade LAR NOSSA SENHORA DE LOURDES, de Águas da Prata/SP, para manter a decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 194, de 30 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 1º de dezembro de 2017, que indeferiu o seu pedido de concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 387, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c artigo 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00117/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.059033/2017-61, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDEDICA, de Santo Ângelo/RS, para manter a decisão exarada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 204, de 28 de dezembro de 2017, artigo 2º, item 25, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no artigo 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, c/c artigo 10, § 1º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 388, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c artigo 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00096/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.059785/2017-21, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade ASSISTÊNCIA VICENTINA DE PEDERNEIRAS, de Pederneiras/SP, para manter a decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 63, de 26 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de março de 2018, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, em razão do descumprimento do disposto no artigo 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 395, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do artigo 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00158/2021/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.036073/2018-15, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade CASA DOS VELHINHOS DE ONDINA LOBO, de São Paulo/SP, para manter a decisão da Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 94, de 08 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2019, por não comprovar o cumprimento dos requisitos legais necessários à obtenção da concessão de certificação como beneficente de assistência social, por não atuar preponderantemente no âmbito da assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

SECRETARIA EXECUTIVA

COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.578, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 10/08/2022, 14/09/2022, 11/10/2022 e 09/11/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 10/08/2022, 14/09/2022, 11/10/2022 e 09/11/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO JUNQUEIRA PELEGRINETI LOURENÇO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.083165/2022-71
Proponente: Associação Desportiva Calangos do Sertão
Título: Escolinha de Orientação Calangos do Sertão: Contando Passos para o Futuro
Registro: 2203138
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 31.297.188/0001-05
Cidade: Feira de Santana UF: BA
Valor autorizado para captação: R$ 1.109.129,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0041 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 160489-9
Período de Captação até: 09/11/2024

2 - Processo: 71000.075104/2022-30
Proponente: Associação Projetos em Educação e Cultura Corporal
Título: Escola de Lutas Interação
Registro: 2201835
Manifestação Desportiva: Desporto de
CNPJ: 17.165.874/0001-00
Cidade: Belo Horizonte UF:
Valor autorizado para captação: R$ 483.793,29
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 56994-1
Período de Captação até: 11/10/2024

3 - Processo: 71000.083713/2022-62
Proponente: Associação Fábrica de Saúde, Esporte e Cultura
Título: Fábrica de Atletas
Registro: 2202902
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.696.599/0001-51
Cidade: Paulínia UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.707.599,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2417 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68445-7
Período de Captação até: 09/11/2024

4 - Processo: 71000.084048/2022-24
Proponente: Associação Esportiva Nova Petropolis Futsal
Título: Nova Petrópolis Futsal - Ano I
Registro: 2202973
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 37.542.957/0001-70
Cidade: Nova Petrópolis UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 388.465,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1102 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 26463-6
Período de Captação até: 09/11/2024

5 - Processo: 71000.062363/2022-09
Proponente: Agremiação Esportiva Vila Remo Futebol e Samba
Título: Ac sports
Registro: 2201064
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 19.936.585/0001-84
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 320.924,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6978 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 7214-1
Período de Captação até: 10/08/2024

6 - Processo: 71000.069462/2022-11
Proponente: Instituto Trilhar
Título: Trilhar no Surf
Registro: 2201407
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.239.821/0001-39
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 486.297,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 56903-8
Período de Captação até: 14/09/2024

7 - Processo: 71000.077838/2022-53
Proponente: Instituto Medalha de Ouro
Título: A.R.E.I.A. (Afeto | Respeito | Esporte | Inclusão | Alegria)
Registro: 2202495
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.907.005/0001-32
Cidade: Florianópolis UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 856.139,41
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3312 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 47299-9
Período de Captação até: 11/10/2024

8 - Processo: 71000.083127/2022-18
Proponente: União Samborjense de Futsal
Título: União Samborjense Futsal - Ano I
Registro: 2203155
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 37.878.966/0001-36
Cidade: São Borja UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 202.686,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0187 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 54357-8
Período de Captação até: 09/11/2024

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.002906/2014-55

No Diário Oficial da União nº 222, de 17 de novembro de 2014, na Seção 1, página 75 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 663/2014, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4813 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 8608-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4813 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 17297-9.

Processo Nº 71000.050430/2020-72

No Diário Oficial da União nº 197, de 14 de outubro de 2020, na Seção 1, página 13 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.396/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1897 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 19842-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1897 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 20679-2.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 6.621, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Delega competência específica para celebrar Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações da República Federativa do Brasil e a Universidade de Westminster.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA e INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e no art. 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência específica ao Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos para celebrar Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações da República Federativa do Brasil e a Universidade de Westminster sobre Cooperação para a Promoção de Parceria Estratégica para Atração de Investimentos para Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento com Potencial de Geração de Inovação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 1.174, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta e de remessa de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto "Avaliação da função protetora de bactérias simbióticas associadas ao besouro Lagria villosa," coordenado pelo Dr. André Rodrigues, da instituição Universidade Estadual Paulista - UNESP, conforme Processo CNPq nº 01300.013848/2017-33.

Art. 2º As atividades de coleta e de remessa de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
Martin Kaltenpoth	Alemã	Max Planck Institute for Chemical Ecology, Jena, Alemanha
Laura Victoria Flórez Patiño	Colombiana	Johannes Gutemberg University Mainz - Alemanha
Rebekka Susanne Janke	Alemã	Max Planck Institute for Chemical Ecology, Jena, Alemanha
Ramya Ganesan	Indiana	Max Planck Institute for Chemical Ecology, Jena, Alemanha
Alina Nick	Alemã	Max Planck Institute for Chemical Ecology, Jena, Alemanha

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para as localidades de São Paulo: municípios de São Carlos S 21.7088889°, W 47.9194444°, Santa Lúcia; Rod. Antônio Machado Sant'Anna S 21.650000°, W 47.983333°, Itirapina S 22.26760°, W 47.93008°, Itirapina/Brotas; Rod. Engenheiro Paulo Nilo Romano S 22.265361°, W 48.160817°, Pirassununga S 22.05354°, W 47.53482°, Rio Claro; Rod. Washington Luíz S 22.389687°, W 47.603795°, Itajú S 21.94172°, W 48.85653°, Itajú; Rod. Deputado Leônidas Pacheco Ferreira S 21.998747°, W 48.771571°, Itajú S 21.9816667°, W 48.8288889°, Jaú S 22.26383°, W 48.51951°, Jaú S 22.25400°, W 48.56374°, Jaú S 22.20902°, W 48.60986°, Corumbataí S 22.1838889°, W 047.6480556°, Boraceia/Bariri S 22.2346500°, W 48.8073667°, Itapuí; Rod. Comandante João Ribeiro de Barros S 22.309674°, W 48.706538°, Pederneiras; Rod. Comandante João Ribeiro de Barros S 22.316667°, W 48.733333°, Pederneiras; Rod. César Augusto Sgavioli S 22.329141°, W 48.750870°, Santa Gertrudes S 22.46561°, W 47.53208°, Santa Cruz da Conceição S 22.08566°, W 47.42147°; e Paraná: município de Ponta Grossa, Fazenda Escola Capão da Onça S 25.096379°, W 50.048778° e S 25.093134°, W 50.049122°, com autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), SISBIO Nº 45742-15.

Art. 4º A remessa ao exterior está registrada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SISGEN) com o Cadastro nº A412E4B.

Art. 5º A remessa de material científico e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 6º Esta autorização terá validade a partir de 19 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2025.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Portaria CNPq nº 412, de 29 de janeiro de 2021.

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 6.669, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no art. 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.029885/2021-31, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 57.569.196/0001-57, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 44 (quarenta e quatro), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de CAMPO GRANDE, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 57.569.196/0001-57, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 95.458, de 10 de dezembro de 1987, publicado no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1987, para execução do serviço no município de SÃO PAULO, estado de SÃO PAULO.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no art. 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.676, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 9 de novembro de 2022, publicado no DOU de 10 de novembro de 2022, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no art. 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.016109/2021-71, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 54.313.556/0001-67, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 28 (vinte e oito), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Candelária, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 54.313.556/0001-67, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado no Diário Oficial da União de 26 de março de 1981, para execução do serviço no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no art. 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.733, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90, inciso I do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.019531/2021-88, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10354/2022/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 12745/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00665/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Sociedade Vale de Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 04.895.816/0001-81, por meio da Portaria nº 1.017, de 16 de dezembro de 2009, publicada em 22 de dezembro de 2009, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 119, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para a EPCM - Empresa Produtora de Conteúdo Marazul Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 39.454.709/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50410191183, no município de Balneário Piçarras, estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R$
Carlos Hoegen	40.002	40.002,00
Fernando Kaio Muniz Hoegen	19.998	19.998,00
TOTAL	60.000	60.000,00

NOME	CARGO
Carlos Hoegen	Administrador
Fernando Kaio Muniz Hoegen	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.771, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.022417/2020-04, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11.017/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00722/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 2 de julho de 2020, a concessão outorgada à RADIO DIFUSORA PRINCESA DO SUL LTDA (CNPJ nº 27.468.008/0001-33), nos termos do Decreto nº 84.722, datada em 21 de maio de 1980, publicada em 22 de maio de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cachoeiro de Itapemirim, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.772, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056565/2019-81, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO DE SANTA TEREZA - ALEGRIA DO VALE FM, inscrita no CNPJ sob nº 11.185.432/0001-30, cuja sede se situa na Linha Bento Gonçalves, S/N - Bairro Interior, na localidade de Santa Tereza, estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 198, cuja frequência é de 87,5 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.777, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.054024/2019-18, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ARTÍSTICA E EDUCATIVA DE INHACORÁ - ACAEI, inscrita no CNPJ sob nº 19.044.677/0001-50, cuja sede se situa na Rua Fernandes Gomes, 121 - Centro, na localidade de Inhacorá, estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.781, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no art. 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 2020, bem como o que consta dos Processos nº 53115.016046/2021-52 e nº 53115.011998/2021-80, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 50.016.039/0001-75, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 16 (dezesseis), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de TERESINA, estado do PIAUÍ.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 50.016.039/0001-75, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto s/nº, de 06 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 07 de abril de 1999, para execução do serviço no município de ARACAJU, estado de SERGIPE.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no art. 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.860, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.019109/2020-93, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.480/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2020, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Nova Era, inscrita no CNPJ nº 06.131.366/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de David Canabarro, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 7.049, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.013409/2020-69, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14.213/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00805/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 24 de novembro de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE TIMBÓ LTDA (CNPJ nº 83.497.479/0001-40), nos termos da Portaria nº 250 de 20 de novembro de 1980, publicada em 24 de novembro de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Timbó, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 7.083, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.076183/2017-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14.318/2022/SEI-MCOM com aplicação do Parecer Referencial nº 001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de junho de 2018, a autorização outorgada à Centro Social Comunitário Joel Canela de Oliveira, inscrita no CNPJ nº 24.530.040/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Felipe Guerra, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 7.467, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no art. 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 2020, bem como o que consta dos Processos nº 53115.027388/2021-06 e nº 53115.025740/2021-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à FUNDAÇÃO COSTA NORTE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.932/0001-70, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 48 (quarenta e oito), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de CARAGUATATUBA, estado de SÃO PAULO.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da FUNDAÇÃO COSTA NORTE, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.932/0001-70, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 11, de 26 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2002, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 227, de 30 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2013, para execução do serviço no município de BERTIOGA, estado de SÃO PAULO.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no art.24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 7.694, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera Tabelas de Atividades no âmbito do Programa de Gestão da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações.

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria MCOM nº 6.559, de 31 de agosto de 2022, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, na Portaria nº 2.049/SEI-MCOM, de 19 de fevereiro de 2021, do Ministro de Estado das Comunicações, e na Portaria nº 4.310/SEI-MCOM, de 16 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo III da Portaria nº 4.310/SEI-MCOM, de 2021, que passa a vigorar conforme o Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Alterar o Anexo IV da Portaria nº 4.310/SEI-MCOM, de 2021, que passa a vigorar conforme o Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXOI I

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS (CGOU/DEOPO)

ANEXO III.I: TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES

Subunidades		Grupo de Atividades	
Nome	Sigla	Descrição	Código
Coordenação de Engenharia de Radiodifusão Serviços Ancilares	COESA	Atividades da CGOU	GA6
Coordenação de Adaptação de Outorga de Radiodifusão e Serviços Ancilares	COASA		
Coordenação de Radiodifusão Educativa e Comunitária	COREC		

ANEXO III.II: TABELA DE ATIVIDADES

Grupo de Atividades (Código)	Atividade (Código)	Atividade	Faixa de Complexidade	Valor para Presencial (Horas)	Valor para Teletrabalho (Horas)	Ganho de Produtividade (%)	Entregas Esperadas
GA6	A01	COESA_MCOM - Alteração de Canal	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A02	COESA_MCOM - Alteração de Potência/Classe	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A03	COESA_MCOM - Ajuste de Potência/Classe	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A04	COESA_MCOM - Análise Técnica (Fase de Pós-Outorga: Alterações Técnicas / Licenciamento) - RADCOM	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A05	COESA_MCOM - Análise Técnica (Fase de Outorga: Habilitação/Instrução) - RADCOM	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A06	COESA_MCOM - Análise Técnica de Renovação de Outorga	I	1,25	1	20%	Despacho
			I	1,25	1	20%	Despacho
GA6	A07	COESA_MCOM - Aprovação de Local	I	1,25	1	20%	Despacho, Ofício
			II	2,19	1,75	20%	Despacho, Ofício
GA6	A08	COESA_MCOM - Consignação de Canal Digital/Termo Aditivo de Canal Digital	I	1,25	1	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	1,56	1,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A09	COASA_MCOM - Devolução de Canal Analógico TV/RTV	I	1,56	1,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A10	COASA_MCOM - Devolução de Frequência OM	I	1,56	1,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A11	COASA_MCOM - Migração OM/FM	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício

GA6	A12	COESA_MCOM - Outorga de RTR	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A13	COESA_MCOM - Outorga de RTV - Adaptação do Caráter Secundário para o Primário	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A14	COASA_MCOM - Outorga de RTV em Caráter Primário	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A15	COESA_MCOM - Outorga de RTV em Caráter Secundário	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A16	COASA_MCOM - Outorga de RTV - Reuso de Canal	I	2,19	1,75	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			II	2,5	2	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			III	3,13	2,5	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			IV	4,06	3,25	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
			V	5	4	20%	Checklist, Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho, Ofício
GA6	A17	COESA_MCOM - Revisão de Processos	I	0,31	0,25	20%	Processo revisado
			II	0,63	0,5	20%	Processo revisado
			III	0,94	0,75	20%	Processo revisado
			IV	1,25	1	20%	Processo revisado
			V	1,56	1,25	20%	Processo revisado
GA6	A18	COREC_MCOM - Gestão Processual/Gestão de Blocos	I	0,56	0,5	10%	Anexação de documentos/ triagem de bloco interno / inclusão para análise - Cadastros de, Portarias, Decretos, SISRD no sei e no Radcom e quadro diretivos - por dado processual ou processo cadastrado e publicações de Edital de notificação.
			II	1,11	1	10%	
			III	2,5	2	20%	
GA6	A19	COREC_MCOM - Elaboração de Respostas/Encaminhamento simples	I	0,28	0,25	10%	Ofício e/ou despachos em geral
			II	0,56	0,5	10%	
			III	0,56	0,5	10%	
GA6	A20	COREC_MCOM - Análise de Processo de outorga FASE DE HABILITAÇÃO	I	2,67	2	25%	Arquivo anexado ao processo em pdf com as consultas das certidões, despachos de consultas, Checklist com todas a informações da fase inclusive pesquisa de vínculo, Ofício de Exigência ou Nota técnica de Inabilitação ou Nota Técnica de Resultado prévio da Fase de habilitação
			II	3,33	2,5	25%	
			III	4	3	25%	
			IV	4,67	3,5	25%	
GA6	A21	COREC_MCOM - Análise de Processo de outorga FASE DE SELEÇÃO	I	2,67	2	25%	Proposta de acordo / Despacho de contagem de Manifestações em apoio + Nota técnica de Resultado Prévio da fase de seleção e Nota técnica de Sobrestamento
			II	3,33	2,5	25%	
			III	4	3	25%	
			IV	4,67	3,5	25%	
			V	5,33	4	25%	
GA6	A22	COREC_MCOM - Análise de Processo de outorga FASE DE INSTRUÇÃO	I	2,67	2	25%	Arquivo anexado ao processo em pdf com as consultas das certidões, despachos de consultas, Checklist com todas a informações da fase inclusive pesquisa de vínculo, Ofício de Exigência 1 e/ou2 (3 e/ou4 quando for o caso) ou Nota técnica de Indeferimento ou Nota técnica de Revisão Final.
			II	3,33	2,5	25%	
			III	4	3	25%	
			IV	4,67	3,5	25%	
GA6	A23	COREC_MCOM - Análise de RECURSOS	I	0,56	0,5	10%	Ofício (Após o exaurimento da esfera administrativa) ou Nota Técnica + Despacho de Decisão + Ofício
			II	2,67	2	25%	

			III	3,33	2,5	25%	
			IV	4	3	25%	
			V	4,67	3,5	25%	
GA6	A24	COREC_MCOM - Análise de DENÚNCIAS	I	0,56	0,5	10%	Análise efetivada. Elaboração de Nota técnica e Ofício ou outro ato cabível
			II	2,67	2	25%	
			III	3,33	2,5	25%	
			IV	4	3	25%	
			V	4,67	3,5	25%	
GA6	A25	COREC_MCOM - (Após a autorização) Saneamento do processo para envio da Licença de Funcionamento	I	0,56	0,5	10%	Checklist de Pesquisas - Ofício de Saneamento ou Ofício de Encaminhamento de Licença
			II	2,67	2	25%	
			III	3,33	2,5	25%	
			IV	4	3	25%	
GA6	A26	COREC_MCOM - NULIDADE DA OUTORGA, Verificação de pendências jurídicas/recusais e notificação e tomada de decisão	V	6	4,5	25%	Nota técnica e Ofício e ato/minuta decisória
GA6	A27	COREC_MCOM - DADOS - Levantamento de dados; elaboração de relatórios/planilhas menos complexas	I	2,67	2	25%	Notas técnicas ou Notas Informativas ou e-mails com as informações pesquisadas/elaboradas ou planilha consolidada
			II	3,33	2,5	25%	
			III	4	3	25%	
			IV	4,67	3,5	25%	
			V	5,33	4	25%	
GA6	A28	COREC_MCOM - ESTUDOS -Consultas jurídicas à CONJUR menos complexas ou resposta de e-mail interno/externo com informações jurídicas	V	5,33	4	25%	Dados em e-mail ou planilhas para demanda interna/externa; ou questionamento CONJUR via Nota técnica
GA6	A29	COREC_MCOM - REUNIÕES - Participação em reunião de interesse da unidade e diligências decorrentes desta	I	3,33	2,5	25%	Presença efetivada na Reuniões administrativas e entrega de diligências (se for o caso) decorrentes destas.
			II	4	3	25%	
			III	4,67	3,5	25%	
			IV	5,33	4	25%	
			V	6	4,5	25%	
GA6	A30	COREC_MCOM - Gestão Processual/Gestão de Blocos	I	0,56	0,5	10%	Anexação de documentos/ triagem de bloco interno / inclusão para análise - Cadastros de, Portarias, Decretos, SISRD no sei e no Radcom e quadro diretivos - por dado processual ou processo cadastrado e publicações de Edital de notificação.
			II	1,11	1	10%	
			III	2,5	2	20%	
GA6	A31	COREC_MCOM - Elaboração de Respostas/Encaminhamento simples	I	0,28	0,25	10%	Ofício e/ou despachos em geral
			II	0,56	0,5	10%	
			III	0,56	0,5	10%	
GA6	A32	COREC_MCOM - Análise de Processo de outorga FASE DE HABILITAÇÃO	I	2,67	2	25%	Arquivo anexado ao processo em pdf com as consultas das certidões,
			II	3,33	2,5	25%	despachos de consultas, Checklist com todas a informações
			III	4	3	25%	da fase inclusive pesquisa de vínculo, Ofício de Exigência ou
			IV	4,67	3,5	25%	Nota técnica de Inabilitação ou Nota Técnica de Resultado prévio da Fase de habilitação.
GA6	A33	COREC_MCOM - Análise de Processo de outorga FASE DE SELEÇÃO	I	2,67	2	25%	Proposta de acordo / Despacho de contagem de Manifestações em apoio + Nota técnica de Resultado Prévio da fase de seleção e Nota técnica de Sobrestamento
			II	3,33	2,5	25%	
			III	4	3	25%	
			IV	4,67	3,5	25%	
			V	5,33	4	25%	
GA6	A34	COREC_MCOM - Análise de Processo de outorga FASE DE INSTRUÇÃO	I	2,67	2	25%	Arquivo anexado ao processo em pdf com as consultas das certidões,
			II	3,33	2,5	25%	despachos de consultas, Checklist com todas a informações da fase
			III	4	3	25%	inclusive pesquisa de vínculo, Ofício de Exigência 1 e/ou2 (3 e/ou4 quando for o caso).
			IV	4,67	3,5	25%	ou Nota técnica de Indeferimento ou Nota técnica de Revisão Final
GA6	A35	COREC_MCOM - Análise de RECURSOS	I	0,56	0,5	10%	Ofício (Após o exaurimento da esfera administrativa) ou Nota Técnica + Despacho de Decisão + Ofício
			II	2,67	2	25%	
			III	3,33	2,5	25%	
			IV	4	3	25%	
			V	4,67	3,5	25%	
GA6	A36	COREC_MCOM - Análise de DENÚNCIAS	I	0,56	0,5	10%	Análise efetivada. Elaboração de Nota técnica e Ofício ou outro ato cabível
			II	2,67	2	25%	
			III	3,33	2,5	25%	
			IV	4	3	25%	
			V	4,67	3,5	25%	
GA6	A37	COREC_MCOM - (Após a autorização) Saneamento do processo para envio da Licença de Funcionamento	I	0,56	0,5	10%	Checklist de Pesquisas - Ofício de Saneamento ou Ofício de Encaminhamento de Licença
			II	2,67	2	25%	
			III	3,33	2,5	25%	
			IV	4	3	25%	
GA6	A38	COREC_MCOM - NULIDADE DA OUTORGA, Verificação de pendências jurídicas/recusais e notificação e tomada de decisão	V	6	4,5	25%	Nota técnica e Ofício e ato/minuta decisória

GA6	A39	COREC_MCOM - DADOS - Levantamento de dados; elaboração de relatórios/planilhas menos complexas	I	2,67	2	25%	Notas técnicas ou Notas Informativas ou e-mails com as informações pesquisadas/elaboradas ou planilha consolidada
			II	3,33	2,5	25%	
			III	4	3	25%	
			IV	4,67	3,5	25%	
			V	5,33	4	25%	
GA6	A40	COREC_MCOM - ESTUDOS -Consultas jurídicas à CONJUR menos complexas ou resposta de e-mail interno/externo com informações jurídicas	V	5,33	4	25%	Dados em e-mail ou planilhas para demanda interna/externa; ou questionamento CONJUR via Nota técnica
GA6	A41	COREC_MCOM - REUNIÕES - Participação em reunião de interesse da unidade e diligências decorrentes desta	I	3,33	2,5	25%	Presença efetivada na Reuniões administrativas e entrega de diligências (se for o caso) decorrentes destas.
			II	4	3	25%	
			III	4,67	3,5	25%	
			IV	5,33	4	25%	
			V	6	4,5	25%	
GA6	A42	COREC_EDUCATIVA - Gestão processual / documental	I	1,11	1	10%	Despacho; ou Despacho e Ofício; ou anotação no sistema
			II	2,22	2	10%	
			III	4,17	3,75	10%	
GA6	A43	COREC_EDUCATIVA - Análise processual	I	2,22	2	10%	Análise efetivada. Nota Técnica ou Nota Informativa ou Despacho (Checklist, minuta e Ofício a depender do caso)
			II	4,17	3,75	10%	
			III	6,11	5,5	10%	
GA6	A44	COREC_EDUCATIVA - Elaborar Consulta ou Resposta à CONJUR	II	5	4,5	10%	Análise efetivada. Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho (Checklist, minuta e ofício a depender do caso)
			III	8,06	7,25	10%	
GA6	A45	COREC_EDUCATIVA - Levantamento de dados	I	2,22	2	10%	Notas técnicas ou Notas Informativas ou e-mails com as informações pesquisadas/elaboradas ou planilha consolidada.
			II	4,17	3,75	10%	
			III	6,11	5,5	10%	
			IV	8,06	7,25	10%	
GA6	A46	COREC_EDUCATIVA - Participar em reunião/curso ou treinar servidor (referência: até 2 horas)	I	2,22	2	10%	Atividade realizada e comunicada ao superior. Apresentação de documento (quanto for o caso).
			II	4,17	3,75	10%	
			III	8,06	7,25	10%	
GA6	A47	COREC_EDUCATIVA - Gestão processual / documental	I	1,11	1	10%	Despacho; ou Despacho e Ofício; ou anotação no sistema
			II	2,22	2	10%	
			III	4,17	3,75	10%	
GA6	A48	COREC_EDUCATIVA - Análise processual	I	2,22	2	10%	Análise efetivada. Nota Técnica ou Nota Informativa ou Despacho (Checklist, minuta e Ofício a depender do caso)
			II	4,17	3,75	10%	
			III	6,11	5,5	10%	
GA6	A49	COREC_EDUCATIVA - Elaborar Consulta ou Resposta à CONJUR	II	5	4,5	10%	Análise efetivada. Nota Técnica, Nota Informativa, Despacho (Checklist, minuta e ofício a depender do caso)
			III	8,06	7,25	10%	
GA6	A50	COREC_EDUCATIVA - Levantamento de dados	I	2,22	2	10%	Notas técnicas ou Notas Informativas ou e-mails com as informações pesquisadas/elaboradas ou planilha consolidada.
			II	4,17	3,75	10%	
			III	6,11	5,5	10%	
			IV	8,06	7,25	10%	
GA6	A51	COREC_EDUCATIVA - Participar em reunião/curso ou treinar servidor (referência: até 2 horas)	I	2,22	2	10%	Atividade realizada e comunicada ao superior. Apresentação de documento (quanto for o caso).
			II	4,17	3,75	10%	
			III	8,06	7,25	10%	
GA6	A52	COREC_EDUCATIVA - Avaliar PGD	I	0,56	0,5	10%	Avaliação finalizada
			II	1,11	1	10%	
			III	1,67	1,5	10%	
GA6	A53	COREC_EDUCATIVA - Administrar Folha de Ponto	I	0,56	0,5	10%	SISREF Atualizado
			II	1,11	1	10%	
			III	1,67	1,5	10%	
GA6	A54	COREC_EDUCATIVA - Realizar atividades de coordenação	I	1,11	1	10%	Atividade realizada e comunicada ao superior
GA6	A55	COREC_EDUCATIVA - Elaborar resposta de demandas do Gabinete	I	0,56	0,5	10%	Nota Técnica, Despacho, Planilha ou Documento
			II	1,11	1	10%	
			III	2,22	2	10%	
GA6	A56	GESTÃO PROCESSUAL | Gestão processual / documental	II	0,83	0,75	10%	Despacho; ou Despacho e Ofício; ou anotação no sistema
GA6	A57	ANÁLISE PROCESSUAL | Notificações externas | Elaborar documento(s) de análise.	II	0,83	0,75	10%	Análise efetivada. Nota Técnica/ofício/ Despacho (Checklist, minuta a depender do caso)
GA6	A58	ANÁLISE PROCESSUAL | Análise Inicial/Indeferimento / Checklist / Nota técnica e Ofício.	III	3,61	3,25	10%	Análise inicial da documentação; pesquisa de diversos tipos de certidões; conferência, tomada de decisão. Anexos de pesquisas, Checklist (opcional), Nota técnica e Ofício

GA6	A59	ANÁLISE PROCESSUAL | Análise processual	IV	4,44	4	10%	Análise da petição/ocorrência análise de legitimidade e tempestividade; pesquisas envolvidas; tomada de decisão. Elaboração de Nota técnica, despacho e Ofício
GA6	A60	Elaborar Consulta ou Resposta à CONJUR	IV	4,44	4	10%	Análise completa de Parecer e tomada de providências conforme as orientações. Nota técnica e Ofício ou Despacho ou outro ato conforme o caso
GA6	A61	ANÁLISE PROCESSUAL | Ratificação de atos | Identificação da necessidade/itens/motivação de atualização | Elaboração de atos atualizados	III	3,33	3	10%	Verificação de pendências jurídicas e notificação e tomada de decisão. Checklist (opcional), Nota Técnica, Ofício e Ato/Minuta decisória
GA6	A62	ANÁLISE PROCESSUAL | Formalização de portaria/consignação. Elaborar documento(s): checklist (opcional, Nota Técnica e Portaria.	IV	4,44	4	10%	Verificação de pendências jurídicas/recursais e notificação e tomada de decisão. Checklist (opcional), Nota Técnica. Ofício e Ato/Minuta decisória
GA6	A63	ANÁLISE PROCESSUAL | Revisão de ato | Nota Técnica.	V	5	4,5	10%	Consolidação de todas as informações ocorridas e tomada de decisão e reformulação do procedimento. Nota técnica.
GA6	A64	GESTÃO PROCESSUAL | Gestão processual / documental	III	0,83	0,75	10%	Despacho; ou Despacho e Ofício; ou anotação no sistema
GA6	A65	ANÁLISE PROCESSUAL | Notificações externas | Elaborar documento(s) de análise.	I	0,56	0,5	10%	Análise efetivada. Nota Técnica/ofício/ Despacho (Checklist, minuta a depender do caso)
GA6	A66	ANÁLISE PROCESSUAL | Análise Inicial/Indeferimento / Checklist / Nota técnica e Ofício.	II	0,83	0,75	10%	Análise inicial da documentação; pesquisa de diversos tipos de certidões; conferência, tomada de decisão. Anexos de pesquisas, Checklist (opcional), Nota técnica e Ofício
GA6	A67	ANÁLISE PROCESSUAL | Análise processual	III	3,61	3,25	10%	Análise da petição/ocorrência análise de legitimidade e tempestividade; pesquisas envolvidas; tomada de decisão. Elaboração de Nota técnica, despacho e Ofício
GA6	A68	Elaborar Consulta ou Resposta à CONJUR	IV	4,44	4	10%	Análise completa de Parecer e tomada de providências conforme as orientações. Nota técnica e Ofício ou Despacho ou outro ato conforme o caso
GA6	A69	ANÁLISE PROCESSUAL | Ratificação de atos | Identificação da necessidade/itens/motivação de atualização | Elaboração de atos atualizados	IV	4,44	4	10%	Verificação de pendências jurídicas e notificação e tomada de decisão. Checklist (opcional), Nota Técnica, Ofício e Ato/Minuta decisória
GA6	A70	ANÁLISE PROCESSUAL | Formalização de portaria/consignação. Elaborar documento(s): checklist (opcional, Nota Técnica e Portaria.	IV	4,44	4	10%	Verificação de pendências jurídicas/recursais e notificação e tomada de decisão. Checklist (opcional), Nota Técnica. Ofício e Ato/Minuta decisória
GA6	A71	ANÁLISE PROCESSUAL | Revisão de ato | Nota Técnica.	IV	4,44	4	10%	Consolidação de todas as informações ocorridas no certame e tomada de decisão e reformulação do procedimento. Nota técnica.
GA6	A72	Geral - Demandas do DEOPO	I	1,25	1	20%	Nota Informativa | E-mail | Planilha | Minuta de Resposta | Pesquisa em Sistemas Internos | Pesquisa na Legislação ou Documentos Técnicos
			II	2,19	1,75	20%	
			III	4,06	3,25	20%	
			IV	8,13	6,5	20%	
			V	16,25	13	20%	
GA6	A73	Geral - Demandas da CORAI	I	1,25	1	20%	Nota Informativa | E-mail | Planilha | Minuta de Resposta | Pesquisa em Sistemas Internos | Pesquisa na Legislação ou Documentos Técnicos
			II	2,19	1,75	20%	
			III	4,06	3,25	20%	
			IV	8,13	6,5	20%	
			V	16,25	13	20%	
GA6	A74	Geral - Demandas da CONJUR	I	1,25	1	20%	Nota Informativa | E-mail | Planilha | Minuta de Resposta | Pesquisa em Sistemas Internos | Pesquisa na Legislação ou Documentos Técnicos
			II	2,19	1,75	20%	
			III	4,06	3,25	20%	
			IV	8,13	6,5	20%	
			V	16,25	13	20%	
GA6	A75	Geral - Elaboração de modelos de documentos de análise	I	1,25	1	20%	Modelo de documento de análise
			II	2,19	1,75	20%	
			III	4,06	3,25	20%	
			IV	8,13	6,5	20%	
			V	16,25	13	20%	
GA6	A76	Geral - Participação em reunião de interesse da Unidade	I	1	1	0%	Ata de Reunião | Apresentação | Documentos
			II	2	2	0%	
			III	4	4	0%	
			IV	8	8	0%	
GA6	A77	Geral - Participação em eventos de interesse da Unidade	I	1	1	0%	-
			II	2	2	0%	
			III	4	4	0%	
			IV	8	8	0%	
GA6	A78	Geral - Triagem de processos	II	0,31	0,25	20%	Verificar o Assunto do Processo para Classificá-lo e Incluí-lo em Bloco Interno

GA6	A79	Geral - Anexação de processos	I	0,31	0,25	20%	Anexar o Processo em Outro em Caso de Resposta a Ofício
GA6	A80	Geral - Expedição de ofícios	II	0,31	0,25	20%	Atualização do Andamento do Processo e Envio de Ofício Eletronicamente ou Fisicamente
GA6	A81	Geral - Encaminhamento de processos para outras áreas	I	0,31	0,25	20%	Encaminhar Processo para Outra Unidade
GA6	A82	Geral - Sobrestamento de processos	I	0,31	0,25	20%	Atualização do Andamento do Processo e Sobrestamento
GA6	A83	Geral - Arquivamento de processos	II	0,31	0,25	20%	Atualização do Andamento do Processo e Conclusão
GA6	A84	Geral - Controle de blocos internos e de assinaturas	II	0,31	0,25	20%	Controle de Assinatura de Documentos nos Blocos Internos e de Assinatura
GA6	A85	Geral - Publicações no DOU para inclusão nos processos	II	0,31	0,25	20%	Controle das Publicações no DOU
GA6	A86	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Aprovação das tarefas relacionadas à competência da Coordenação-Geral	I	2,5	2	20%	Documentos aprovados
			II	5	4	20%	
			III	10	8	20%	
			IV	20	16	20%	
			V	40	32	20%	
GA6	A87	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Propositura de diretrizes, objetivos, metas, estudos técnicos e ações de educação sobre os processos de competência da Coordenação-Geral	I	5	4	20%	Proposta submetida à consideração superior
			II	10	8	20%	
			III	20	16	20%	
			IV	40	32	20%	
GA6	A88	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Outras ações determinadas pela chefia	I	2,5	2	20%	Ações realizadas
			II	5	4	20%	
			III	10	8	20%	
			IV	20	16	20%	
			V	40	32	20%	
GA6	A89	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Respostas às demandas da chefia, das unidades internas do MCOM ou de outros Órgãos	I	2,5	2	20%	Documentos demonstrando o atendimento da demanda elaborados e submetidos à revisão
			II	5	4	20%	
			III	10	8	20%	
			IV	20	16	20%	
			V	40	32	20%	
GA6	A90	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Ações de gestão de pessoal e da coordenação (Exemplo: folha de ponto, férias, avaliações e outras)	I	1,25	1	20%	Ações realizadas
			II	2,19	1,75	20%	
			III	4,06	3,25	20%	
GA6	A91	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Participação em reunião com outra unidade do MCOM ou agentes externos	I	1	1	0%	Reunião realizada
			II	2	2	0%	
			III	4	4	0%	
			IV	8	8	0%	
			V	16	16	0%	
GA6	A92	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Participação em reunião de coordenação ou despacho interno	I	0,5	0,5	0%	Reunião ou despacho realizado
			II	1	1	0%	
			III	2	2	0%	
			IV	4	4	0%	
			V	8	8	0%	
GA6	A93	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Participação em evento, encontro, palestra, workshop, oficina, curso ou treinamento, por determinação ou autorizado pela chefia	I	2	2	0%	Documento comprovando a participação ou conclusão do curso ou treinamento
			II	4	4	0%	
			III	8	8	0%	
			IV	16	16	0%	
			V	40	40	0%	
GA6	A94	Geral - COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E GESTÃO | Identificação, classificação da complexidade e distribuição de processo para análise	I	1,25	1	20%	Ações realizadas
			II	2,19	1,75	20%	
			III	4,06	3,25	20%	
			IV	8,13	6,5	20%	
GA6	A95	COASA_MCOM - Revisão de Processos	I	0,31	0,25	20%	Processo revisado
			II	0,63	0,5	20%	Processo revisado
			III	0,94	0,75	20%	Processo revisado
			IV	1,25	1	20%	Processo revisado
			V	1,56	1,25	20%	Processo revisado

ANEXO III.III: TABELA DE PARÂMETROS

Grupo de Atividades (Código)	Atividade (Código)	Parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade (para cada atividade, valerá o parâmetro que atinja a maior complexidade)	Faixa				
			I	II	III	IV	V
GA6	A01	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COESA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A02	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COESA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes.Expede-se o deferimento.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A03	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COESA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A04	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COESA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes.Expede-se o deferimento.	Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A05	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/ existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COESA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A06	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Elaboração de despacho informativo sobre a regularidade em relação ao licenciamento da estação de radiodifusão.	Elaboração de despacho informativo em relação à regularidade do processo de adaptação de outorga OM/FM ou de transição do sistema de transmissão analógica para o digital (TV) e sobre a regularidade em relação ao licenciamento da estação de radiodifusão.	-	-	-
GA6	A07	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento em razão da entrada em vigor do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, bem como ao disposto no art. 7º da Portaria nº 1.459, de 23 de novembro de 2020.	Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.	-	-	-
GA6	A08	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais /existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COESA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento ou expede-se notificação à Anatel para inclusão de canal ou realiza-se o cadastramento do	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em

						pedido de inclusão de canal em sistema próprio.	documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A09	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COASA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção,	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem
					expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.		em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A10	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COASA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção,	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações
					expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	normas vigentes. Expede-se o deferimento.	ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A11	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COASA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Fase de instrução. Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento ou expede-se notificação à Anatel para inclusão	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações
						de canal ou realiza-se o cadastramento do pedido de inclusão de canal em sistema próprio.	ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A12	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo. Atribuição de complexidade proporcional à quantidade de participantes do Chamamento Público.	Resultado Preliminar da Fase de Habilitação. Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Resultado Definitivo da Fase de Habilitação.	Fase de Instrução. Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Fase de instrução. Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento ou expede-se notificação à Anatel para inclusão de canal ou realiza-se o cadastramento do pedido de inclusão de canal em sistema próprio.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A13	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COESA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento ou expede-se notificação à Anatel para inclusão de canal ou realiza-se o cadastramento do pedido de inclusão de canal em sistema próprio.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A14	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo. Atribuição de complexidade	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COASA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção,	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento ou	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou
		proporcional à quantidade de participantes do Chamamento Público.			expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	expede-se notificação à Anatel para inclusão de canal ou realiza-se o cadastramento do pedido de inclusão de canal em sistema próprio.	necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A15	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COESA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Expede-se o deferimento.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A16	Avaliação qualitativa do pedido e triagem inicial do processo.	Arquivamento por ausência de elementos essenciais/existência de outro pedido idêntico/outros motivos.	Sobrestamento por ausência de elementos que não dependem de ações da COASA.	Entidade não apresenta/apresenta incorretamente os elementos exigidos em normas vigentes. Havendo possibilidade	Entidade apresenta corretamente os elementos exigidos em normas vigentes.	Análise de recurso após o indeferimento. Pedido atípico. Falta

					de correção, expede-se a exigência. Não havendo possibilidade de correção, expede-se o indeferimento.	Expede-se o deferimento ou expede-se notificação à Anatel para inclusão de canal ou realiza-se o cadastramento do pedido de inclusão de canal em sistema próprio.	ou incorreção de informações ou necessidade de checagem em documentos/base de dados além da petição do interessado.
GA6	A17	Avaliação qualitativa do resultado da análise.	Processo sem erros.	Processo com erros que não comprometem o resultado final e que não necessitam retornar ao analista para correção.	Processo com erros que não comprometem o resultado final mas que necessitam retornar ao analista para correção.	Processo com erros que comprometem o resultado final e que necessitam retornar ao analista para correção.	Processo cuja análise deverá ser refeita em razão de erro grosseiro.
GA6	A18	Tempo gasto para execução do serviço	Poucos processo/blocos	Quando necessita de pesquisa em outros sistemas	Quando necessita de pesquisa em outros sistemas e digitalização e anexação de documentos	-	-
GA6	A19	Conhecimento técnico, identificação de entidades envolvidas, tempo gasto na realização da atividade. Atividade esporádica.	Apenas um documento / anotação	Poucos documento com necessidade de consultas em outros sites	Poucos documento com necessidade de consultas em outros sites + digitalização e anexação de documentos	-	-
GA6	A20	Conhecimento técnico, identificação do assunto, tempo gasto na realização da atividade	É realizada a conferência dos documentos habilitantes, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 3 diretores	É realizada a conferência dos documentos habilitantes, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 5 diretores	É realizada a conferência dos documentos habilitantes, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 6 diretores	É realizada a conferência dos documentos habilitantes, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Mais de 6 diretores	-
GA6	A21	Conhecimento técnico, identificação do assunto, tempo gasto na realização da atividade	Proposta de acordo	Contagem de Manifestações em apoio de Pessoa Jurídica - Até 50 manifestações	Contagem de Manifestações em apoio de Pessoa Jurídica - Até 100 manifestações	Contagem de Manifestações em apoio de Pessoa Jurídica - 150 manifestações	Contagem de Manifestações em apoio de Pessoa Jurídica - Mais de 150 manifestações
GA6	A22	Conhecimento técnico, identificação do assunto, tempo gasto na realização da atividade	É realizada a conferência do Estatuto Social da Entidade, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 3 diretores	É realizada a conferência do Estatuto Social da Entidade, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 5 diretores	É realizada a conferência do Estatuto Social da Entidade, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 6 diretores	É realizada a conferência do Estatuto Social da Entidade, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Mais de 6 diretores	-
GA6	A23	Conhecimento técnico e tempo gasto na realização da atividade	Após o Exaurimento da Esfera administrativa	Sem as razões de recurso	Razões de recurso com até 5 páginas	Razões de recurso com até 10 páginas	Recurso complexo
GA6	A24	Conhecimento técnico, verificação das informações apresentadas, verificação da procedência da denúncia e tempo gasto na realização da atividade	Indeferimento sumário, sem necessidade de transcrever a denúncia	Indeferimento sumário, com necessidade de transcrever a denúncia	Análise efetivada com necessidade de transcrever/resumir as alegações de com até 10 páginas	Análise efetivada com necessidade de transcrever/resumir as alegações de com até 25 páginas	Análise efetivada com necessidade de transcrever/resumir as alegações com mais de 25 páginas
GA6	A25	Conhecimento técnico, verificação das informações apresentadas, verificação da procedência da denúncia e tempo gasto na realização da atividade	Exigência sem análise prévia	Análise dos documentos apresentados - Até 3 diretores	Análise dos documentos apresentados - Até 5 diretores	Análise dos documentos apresentados - 6 ou mais diretores	-
GA6	A26	Complexidade única	-	-	-	-	Alta complexidade
GA6	A27	Tempo gasto para realização da pesquisa ou elaboração da planilha	Até 2h ou Até 2,30h	Até 2,30h ou 3h	Até 3h ou 3,30h	Até 3,30h ou 4h	Até 4h ou 5h
GA6	A28	Complexidade única	-	-	-	-	Alta complexidade
GA6	A29	Tempo de Duração da Reunião	Até 2,30h ou 3h	Até 3h ou 3,30h	Até 3,30h ou 4h	Até 4h ou 5h	Mais de 5 horas
GA6	A30	Tempo gasto para execução do serviço	Poucos processo/blocos	Quando necessita de pesquisa em outros sistemas	Quando necessita de pesquisa em outros sistemas e digitalização e anexação de documentos	-	-
GA6	A31	Conhecimento técnico, identificação de entidades envolvidas, tempo gasto na realização da atividade. Atividade esporádica.	Apenas um documento / anotação	Poucos documento com necessidade de consultas em outros sites	Poucos documento com necessidade de consultas em outros sites + digitalização e anexação de documentos	-	-
GA6	A32	Conhecimento técnico, identificação do assunto, tempo gasto na realização da atividade	É realizada a conferência dos documentos habilitantes, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões	É realizada a conferência dos documentos habilitantes, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões	É realizada a conferência dos documentos habilitantes, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 6 diretores	É realizada a conferência dos documentos habilitantes, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões	-

			TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 3 diretores	TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 5 diretores		TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Mais de 6 diretores	
GA6	A33	Conhecimento técnico, identificação do assunto, tempo gasto na realização da atividade	Proposta de acordo	Contagem de Manifestações em apoio de Pessoa Jurídica - Até 50 manifestações	Contagem de Manifestações em apoio de Pessoa Jurídica - Até 100 manifestações	Contagem de Manifestações em apoio de Pessoa Jurídica - 150 manifestações	Contagem de Manifestações em apoio de Pessoa Jurídica - Mais de 150 manifestações
GA6	A34	Conhecimento técnico, identificação do assunto, tempo gasto na realização da atividade	É realizada a conferência do Estatuto Social da Entidade, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 3 diretores	É realizada a conferência do Estatuto Social da Entidade, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 5 diretores	É realizada a conferência do Estatuto Social da Entidade, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Até 6 diretores	É realizada a conferência do Estatuto Social da Entidade, Pesquisa individual da entidade e de cada diretor com relação as certidões TRF/TJ/TSE e outras pesquisas para verificação de vínculo - Mais de 6 diretores	-
GA6	A35	Conhecimento técnico e tempo gasto na realização da atividade	Após o Exaurimento da Esfera administrativa	Sem as razões de recurso	Razões de recurso com até 5 páginas	Razões de recurso com até 10 páginas	Recurso complexo
GA6	A36	Conhecimento técnico, verificação das informações apresentadas, verificação da procedência da denúncia e tempo gasto na realização da atividade	Indeferimento sumário, sem necessidade de transcrever a denúncia	Indeferimento sumário, com necessidade de transcrever a denúncia	Análise efetivada com necessidade de transcrever/resumir as alegações de com até 10 páginas	Análise efetivada com necessidade de transcrever/resumir as alegações de com até 25 páginas	Análise efetivada com necessidade de transcrever/resumir as alegações com mais de 25 páginas
GA6	A37	Conhecimento técnico, verificação das informações apresentadas, verificação da procedência da denúncia e tempo gasto na realização da atividade	Exigência sem análise prévia	Análise dos documentos apresentados - Até 3 diretores	Análise dos documentos apresentados - Até 5 diretores	Análise dos documentos apresentados - 6 ou mais diretores	-
GA6	A38	Complexidade única	-	-	-	-	Alta complexidade
GA6	A39	Tempo gasto para realização da pesquisa ou elaboração da planilha	Até 2h ou Até 2,30h	Até 2,30h ou 3h	Até 3h ou 3,30h	Até 3,30h ou 4h	Até 4h ou 5h
GA6	A40	Complexidade única	-	-	-	-	Alta complexidade
GA6	A41	Tempo de Duração da Reunião	Até 2,30h ou 3h	Até 3h ou 3,30h	Até 3,30h ou 4h	Até 4h ou 5h	Mais de 5 horas
GA6	A42	Conhecimento técnico e tempo gasto na realização da atividade. Atividade rotineira. Tempo de elaboração do ato e habilidade redacional. Complexidade da análise processual.	Identificação do assunto do pedido, e a qual edital pertence; inserção de marcador; atribuição para o analista, ou anexação de documento próprio nos autos, ato no sistema de encaminhar auto ao arquivo depois da parte jurídica. Retirada de sobrestamento administrativa.	Arquivamento Jurídico, Sobrestamento Jurídico, Encaminhamento Jurídico. Análise da Petição. Identificação do assunto para encaminhar para outro setor ou para finalização; identificação da área competente; tipificação legal. Elaboração de despacho ou despacho e ofício; exige análise simples do processo.	Administração de Blocos de assinatura ou internos; acompanhamento constante e identificação da necessidade de cada bloco para disponibilização correta.	-	-
GA6	A43	Conhecimento técnico, tempo gasto na realização da atividade e habilidade redacional. Complexidade da análise processual.	Identificação do assunto a ser tratado; análise da petição; elaboração do documento (nota técnica ou despacho, ofício em alguns casos); exige análise simples do processo. Necessita razoável nível de conhecimento da legislação. Abarca CDIs e atualização de minutas e análises de notificação.	Identificação do assunto a ser tratado; análise da petição; elaboração do documento (nota técnica ou despacho, ofício em alguns casos); exige análise mais elaborada do processo. Necessita bom nível de conhecimento da legislação. Abarca Indeferimentos ou análises de petições atípicas ou recursos extemporâneos.	Identificação e análise criteriosa do atendimento às exigências da legislação específica (requer conhecimento complexo); elaboração de Checklist da documentação exigida e pesquisas de certidões (opcional), Nota técnica ou despacho e/ou ofício ou minuta ou Edital (a depender do caso). Abarca análise instrutória, formalizações de portaria/contrato/assentimento/ extinção, exigências Jurídicas, análises recursais padrão, consolidação do processo principal.	-	-
GA6	A44	Conhecimento técnico, tempo de elaboração do ato e habilidade redacional. Complexidade da análise processual.		Identificação dos autos; recepção de parecer (a depender do caso). Exige análise criteriosa do atendimento às exigências da legislação específica (requer um conhecimento complexo); elaboração de Checklist da documentação exigida (opcional), Nota técnica ou despacho (ofício ou	Identificação dos autos; recepção de parecer (a depender do caso). Exige análise criteriosa do atendimento às exigências da legislação específica (requer um conhecimento complexo); elaboração de Checklist da documentação exigida (opcional), Nota técnica ou despacho (ofício ou minuta a depender do caso). Abarca revisões de ato, consultas complexas à Conjur.		-

				minuta a depender do caso). Abarca diligências da Conjur, consultas simples à Conjur.			
GA6	A45	Conhecimento técnico; tempo gasto na realização da atividade; habilidade específica (Excel).	Levantamento de dados; elaboração de relatórios menos complexos,	Levantamento de dados; elaboração de relatórios/planilhas menos complexas,	Levantamento de dados; elaboração de relatórios/planilhas mais complexas, requer bom conhecimento da legislação específica.	Levantamento de dados; elaboração de relatórios/planilhas mais complexas,	-
			requer conhecimento razoável da legislação específica. Elaboração de e-mails com as informações pesquisadas/elaboradas.	requer conhecimento razoável da legislação específica. Elaboração de Notas técnicas ou Notas Informativas ou e-mails com as informações pesquisadas/elabora das ou planilha consolidada a depender do tempo gasto na elaboração da atividade.	Elaboração de Notas técnicas ou Notas Informativas ou e-mails com as informações pesquisadas/elaboradas ou planilha consolidada a depender do tempo gasto na elaboração da atividade.	requer bom conhecimento da legislação específica. Elaboração de Notas técnicas ou Notas Informativas ou e-mails com as informações pesquisadas/elabora das ou planilha consolidada a depender do tempo gasto na elaboração da atividade.	
GA6	A46	Tempo de participação na reunião/curso/condução de treinamento	Entre 30min e 2horas	Entre 2horas e 4horas	Entre 2horas e 4horas		-
GA6	A47	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	Verificação de erros; sem erros. Não há documentos para revisão.	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação.	Verificação de erros, erros complexos Revisão que exige maior tempo de verificação, e retorno para o analista ajustar.	-	-
GA6	A48	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	Verificação de erros; sem erros. Não há documentos para revisão.	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação.	Verificação de erros, erros complexos Revisão que exige maior tempo de verificação, e retorno para o analista ajustar.	-	-
GA6	A49	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	_	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação.	Verificação de erros, erros complexos Revisão que exige maior tempo de verificação, e retorno para o analista ajustar.	-	-
GA6	A50	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos, quantidade de dados.	Verificação de erros; sem erros. Não há documentos para revisão; sem planilha de dados para conferência.	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação; sem planilha de dados para conferência.	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação; com planilha de dados de simples para conferência.	Verificação de erros, erros complexos, com planilha de dados que exige mais atenção em sua conferência. Revisão que exige maior tempo de verificação, e retorno para o analista ajustar.	-
GA6	A51	Tempo de participação na reunião/curso/condução de treinamento	Entre 30min e 2horas	Entre 2horas e 4horas	Entre 2horas e 4horas	_	-
GA6	A52	Número de servidores	Até 5 servidores	entre 5 e 10 servidores	mais de 10 servidores		
GA6	A53	Número de servidores	Até 5 servidores	entre 5 e 10 servidores	mais de 10 servidores	_	_
GA6	A54	Complexidade das Atividades	Baixa complexidade	_	_	_	_
GA6	A55	Nível técnico da demanda	Demanda de complexidade baixa	Demanda de complexidade média	Demanda de complexidade alta	_	_
GA6	A56	Conhecimento técnico e tempo gasto na realização da atividade. Atividade rotineira. Tempo de elaboração do ato e habilidade redacional. Complexidade da análise processual.	´-	Identificação do assunto a ser tratado; elaboração Nota Técnica e ofício; exige análise simples do processo. Necessita razoável nível de conhecimento da legislação.	-	-	-
GA6	A57	Conhecimento técnico, tempo de elaboração ato e habilidade redacional.	´-	´-	Identificação e análise do pedido protocolado; exige análise criteriosa do atendimento às exigências da legislação específica. Requer um conhecimento razoável da legislação específica; elaboração de Checklist da documentação exigida (opcional), Nota técnica, despacho e ofício.	-	-
GA6	A58	Conhecimento técnico, tempo de elaboração do ato e habilidade redacional. Complexidade da análise processual.	-	´-	Identificação e análise do pedido protocolado; exige análise criteriosa do atendimento às exigências da legislação específica. Requer um conhecimento razoável da legislação específica; elaboração de Checklist da documentação exigida (opcional), Nota técnica, despacho e ofício.	-	-

GA6	A59	Conhecimento técnico e tempo de elaboração dos atos. Complexidade da análise processual.	-	-	Identificação e análise do pedido protocolado; exige análise criteriosa do atendimento às exigências da legislação específica. Requer um conhecimento razoável da legislação específica; elaboração de Checklist da documentação exigida (opcional), Nota técnica, despacho e ofício.	-	-
GA6	A60	Conhecimento técnico e tempo de elaboração dos atos. Complexidade da análise processual.	-	-	-	Recepção de Parecer/Nota da CONJUR; análise criteriosa do Parecer/Nota e tomada de providências conforme as orientações estabelecidas.	-
						Elaboração de Nota técnica e Ofício ou Despacho ou outro ato conforme o caso; cumprimento da diligência. Requer um nível de conhecimento da legislação.	
GA6	A61	Conhecimento técnico e tempo de elaboração dos atos. Complexidade da análise processual.	-	-	-	Análise da petição recursal; verificação de legitimidade; dissertação sobre todos os tópicos abordados; pesquisas envolvidas sobre o tema abordado no recurso; tomada de decisão. Elaboração de documento(s) de análise (Nota Técnica detalhada). Requer um nível de conhecimento da legislação específica e análise criteriosa do processo.	-
GA6	A62	Conhecimento técnico e tempo de elaboração dos atos. Complexidade da análise processual.	-	-	-	Verificação da documentação jurídica; exige análise criteriosa. Elaboração de documento(s) de análise para encaminhamento dos autos (Checklist (opcional) e Nota técnica detalhada e Ofício e ato/minuta decisória).	-
GA6	A63	Conhecimento técnico e tempo de elaboração dos atos. Complexidade da análise processual.	-	-	-	-	Identificação e análise do pedido; consolidação de todas as informações ocorridas no processo; requer um alto nível de conhecimento da legislação específica para tomada de decisão e reformulação do procedimento; exige uma análise criteriosa do processo. Elaboração Nota técnica detalhada no processo e outros atos conforme o caso.
GA6	A64	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	-	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação.	-	-	-
GA6	A65	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	-	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação.	-	-	-
GA6	A66	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual;	-	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação.	-	-	-

		retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.					
GA6	A67	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	-	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação.	-	-	-
GA6	A68	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	-	Verificação de erros, erros simples ou sem erros; Revisão que exige menor tempo de verificação.	-	-	-
GA6	A69	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	-	-	Verificação de erros; menor ocorrência de erros ou sem erros; possibilidade de retorno para ajuste de documentos ou reanálise. Revisão que exige menor tempo de verificação.	-	-
GA6	A70	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	-	-	Verificação de erros; menor ocorrência de erros ou sem erros; possibilidade de retorno para ajuste de documentos ou reanálise. Revisão que exige menor tempo de verificação.	-	-
GA6	A71	Tempo de realização da Revisão; Complexidade da Revisão processual; retorno para o analista ajustar ou reanalisar os autos.	-	-	-	Verificação de erros; menor ocorrência de erros; possibilidade de retorno para ajuste de documentos ou reanálise. Revisão que exige maior tempo de verificação.	-
GA6	A72	Dimensão e nível de complexidade da demanda.	Resposta simples, uma entidade ou um processo.	Resposta elaborada, uma entidade ou um processo.	Resposta simples, múltiplas entidades ou processos.	Resposta elaborada, múltiplas entidades ou processos.	Resposta complexa, necessidade de análise de vários processos, consulta às áreas ou de estudo da legislação.
GA6	A73	Dimensão e nível de complexidade da demanda.	Resposta simples, uma entidade ou um processo.	Resposta elaborada, uma entidade ou um processo.	Resposta simples, múltiplas entidades ou processos.	Resposta elaborada, múltiplas entidades ou processos.	Resposta complexa, necessidade de análise de vários processos, consulta às áreas ou de estudo da legislação.
GA6	A74	Dimensão e nível de complexidade da demanda.	Resposta simples, uma entidade ou um processo.	Resposta elaborada, uma entidade ou um processo.	Resposta simples, múltiplas entidades ou processos.	Resposta elaborada, múltiplas entidades ou processos.	Resposta complexa, necessidade de análise de vários processos, consulta às áreas ou de estudo da legislação.
GA6	A75	Nível de complexidade do modelo a ser elaborado. Atribuição de complexidade proporcional ao assunto e à legislação correlata.	Elaboração de modelo de despacho de arquivamento/sobrestamento.	Elaboração de modelo de ofício.	Elaboração de modelo de nota técnica/nota informativa/checklist de complexidade baixa.	Elaboração de modelo de nota técnica/nota informativa/checklist de complexidade média.	Elaboração de modelo de nota técnica/nota informativa/checklist de complexidade alta.
GA6	A76	Nível de participação na reunião.	Participante ouvinte. Não há necessidade prévia de levantamento de informações para a reunião.	Participante ativo. Há necessidade prévia de levantamento de informações para a reunião.	Elabora apresentação para a reunião ou conduz a reunião.	Elabora apresentação para a reunião e conduz a reunião.	-
GA6	A77	Nível de participação no evento.	Não há necessidade prévia de levantamento de informações para participar do evento.	Há necessidade prévia de levantamento de informações para participar do evento.	Elabora apresentação para o evento ou realiza apresentação no evento.	Elabora apresentação para o evento e realiza apresentação no evento.	-
GA6	A78	Conhecimento técnico na realização da atividade. Atividade rotineira.	-	Identificação dos processos envolvidos, anexação SEI, na árvore.	-	-	-
GA6	A79	Conhecimento técnico na realização da atividade. Atividade rotineira.	Identificação dos processos envolvidos, anexação SEI, organização na árvore.	-	-	-	-
GA6	A80	Conhecimento técnico na realização da atividade. Atividade rotineira.	-	Identificação do(s) processo(s) e documento(s) envolvido(s), do(s) destinatário(s) e atualização do andamento do(s) processo(s).	-	-	-
GA6	A81	Conhecimento técnico na realização da atividade. Atividade rotineira.	Identificação do(s) processo(s) envolvido(s) e identificação da unidade destino.	-	-	-	-

GA6	A82	Conhecimento técnico na realização da atividade. Atividade rotineira.	Identificação do(s) processo(s) e documento(s) envolvido(s) e atualização do andamento do(s) processo(s).	-	-	-	-
GA6	A83	Conhecimento técnico na realização da atividade. Atividade rotineira.	-	Identificação do(s) processo(s) e documento(s) envolvido(s) e atualização do andamento do(s) processo(s).	-	-	-
GA6	A84	Conhecimento técnico na realização da atividade. Atividade rotineira.	-	Identificação do(s) processo(s) e documento(s) envolvido(s) na(s) análise(s) e disponibilização em bloco(s) de assinatura.	-	-	-
GA6	A85	Conhecimento técnico na realização da atividade. Atividade rotineira.	-	Identificação do(s) processo(s) e documento(s) envolvido(s), atualização do andamento do(s) processo(s) e envio para a unidade de publicação no DOU.	-	-	-
GA6	A86	Nível técnico e redacional do documento esperado	Quando não houver necessidade de ajuste da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de ajuste da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de audiência ou reunião para aprovação da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de refazer a manifestação ou tarefa distribuída	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA6	A87	Nível técnico do assunto e tamanho da pesquisa	-	Baixa complexidade. Sem levantamento de informações processuais ou que envolvam a legislação, jurisprudência ou doutrina	Média complexidade. Com levantamento de informações processuais ou que envolvam a legislação, jurisprudência ou doutrina	Alta complexidade. Com levantamento de informações processuais ou que envolvam a legislação, jurisprudência ou doutrina	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA6	A88	Complexidade das ações determinadas	Quando forem demandadas ações relacionadas a mero expediente ou de análise processual não exigindo conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento básico legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA6	A89	Nível de complexidade da informação	Quando não houver importação de documentos ou consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos ou consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA6	A90	Quantidade de registros, avaliações ou inserções a serem feitos em sistemas	Quando houver até 5 registros, avaliações ou inserções realizadas	Quando houver entre 6 e 10 registros, avaliações ou inserções realizadas	Quando houver 11 ou mais registros, avaliações ou inserções realizadas	-	-
GA6	A91	Nível de participação na reunião	Quando for ouvinte	Quando for participante ativo e não houver necessidade de levantamento de informações	Quando for participante ativo, houver necessidade de prévio levantamento de informações e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina, jurisprudência.	Quando for participante ativo, houver necessidade de prévio levantamento de informações e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina, jurisprudência.	Quando for participante ativo, se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA6	A92	Tipo e nível de participação na reunião de Coordenação ou de despacho interno	Quando se tratar de despacho de mero expediente	Quando não houver necessidade de prévio levantamento de informações	Quando houver necessidade de prévio levantamento de informações e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina, jurisprudência.	Quando houver necessidade de prévio levantamento de informações e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina, jurisprudência.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA6	A93	Duração máxima do curso ou treinamento	Quando durar até 2 horas	Quando durar até 4 horas	Quando durar até 8 horas	Quando durar até 16 horas	Quando durar mais que 16 horas
GA6	A94	Quantidade de documentos para verificar no processo	Quando possuir até 10 documentos no processo;	Quando possuir até 20 documentos no processo	Quando possuir até 30 documentos no processo	Quando possuir 30 ou mais documentos no processo	-
GA6	A95	Avaliação qualitativa do resultado da análise.	Processo sem erros.	Processo com erros que não comprometem o resultado final e que não necessitam retornar ao analista para correção.	Processo com erros que não comprometem o resultado final mas que necessitam retornar ao analista para correção.	Processo com erros que comprometem o resultado final e que necessitam retornar ao analista para correção.	Processo cuja análise deverá ser refeita em razão de erro grosseiro.

ANEXO II

COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS (CGPO/DEOPO)
ANEXO IV.I: TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES

Subunidades		Grupo de Atividades	
Nome	Sigla	Descrição	Código
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária	COROC	Atividades da CGPO	GA7
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial	CORRC		
Coordenação de Atos	COATO		

ANEXO IV.II: TABELA DE ATIVIDADES

Grupo de Atividades (Código)	Atividade (Código)	Atividade	Faixa de Complexidade	Valor para Presencial (Horas)	Valor para Teletrabalho (Horas)	Ganho de Produtividade (%)	Entregas Esperadas
GA7	A01	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS | Ações de nível I relacionadas a mero expediente	I	1,2	1	20%	Documentos de mero expediente elaborados e submetidos à revisão
			II	1,8	1,5		
			III	3,6	3		
			IV	7,2	6		
			V	14,4	12		
GA7	A02	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - RENOVAÇÃO DE OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de renovação de outorga comercial, educativa e comunitária	I	1,8	1,5	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	3,6	3		
			III	7,2	6		
			IV	14,4	12		
			V	28,8	24		
GA7	A03	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de alteração contratual/estatutária e/ou assentimento prévio	I	1,8	1,5	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	3,6	3		
			III	7,2	6		
			IV	14,4	12		
			V	28,8	24		
GA7	A04	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de declaração de composição societária	I	1,2	1	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	1,8	1,5		
			III	3,6	3		
GA7	A05	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de transferência de autorização (RTV)	I	1,8	1,5	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	3,6	3		
			III	7,2	6		
			IV	14,4	12		
			V	28,8	24		
GA7	A06	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de transferência direta	I	1,8	1,5	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	3,6	3		
			III	7,2	6		
			IV	14,4	12		
			V	28,8	24		
GA7	A07	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de cancelamento de outorga	I	1,8	1,5	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	3,6	3		
			III	7,2	6		
			IV	14,4	12		
			V	28,8	24		
GA7	A08	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de nome fantasia	I	1,2	1	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	1,8	1,5		
			III	3,6	3		
GA7	A09	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de extinção de autorização de RadCom	I	1,8	1,5	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão.
			II	3,6	3		
			III	7,2	6		
			IV	14,4	12		
			V	28,8	24		
GA7	A10	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA| Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de alteração de geradora (RTV)	I	1,8	1,5	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	3,6	3		
			III	7,2	6		
			IV	14,4	12		
GA7	A11	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS - PÓS-OUTORGA | Ações de nível II relacionadas à análise dos processos de extinção de autorização (RTV)	I	1,8	1,5	20%	Documentos de análise processual elaborados e submetidos à revisão
			II	3,6	3		
			III	7,2	6		
			IV	14,4	12		
			V	28,8	24		

GA7	A12	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS | Consulta à CONJUR	I	2,4	2	20%	Documentos de consulta elaborados e submetidos à revisão
			II	4,8	4		
			III	9,6	8		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		
GA7	A13	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS | Cumprimento de decisão judicial	I	2,4	2	20%	Documentos demonstrando o cumprimento da decisão judicial elaborados e submetidos à revisão
			II	4,8	4		
			III	9,6	8		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		
GA7	A14	ATIVIDADES DA CGPO | PROCESSOS | Outras ações determinadas pela chefia	I	2,4	2	20%	Ações realizadas
			II	4,8	4		
			III	9,6	8		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		
GA7	A15	ATIVIDADES DA CGPO | OBTENÇÃO DE CERTIDÕES, TELAS, RELATÓRIOS DE SISTEMAS | Consulta em sítios da internet ou sistemas e inserção de documentos nos processos em relação às ações de nível I e II	I	0,6	0,5	20%	Verificação e/ou atualização de certidões, telas, relatórios, registro ou outra informação e inserção da documentação no processo
			II	1,2	1		
			III	1,8	1,5		
			IV	3,6	3		
			V	7,2	6		
GA7	A16	ATIVIDADES DA CGPO | FORNECER SUBSÍDIOS | Respostas às demandas de unidades internas do MCOM ou de outros Órgãos	I	2,4	2	20%	Documentos demonstrando o atendimento da demanda elaborados e submetidos à revisão
			II	4,8	4		
			III	9,6	8		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		
GA7	A17	ATIVIDADES DA CGPO | GESTÃO | Revisão das tarefas relacionadas à competência da Coordenação	I	2,4	2	20%	Tarefas revisadas
			II	4,8	4		
			III	9,6	8		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		
GA7	A18	ATIVIDADES DA CGPO | GESTÃO | Ações de gestão de pessoal e da coordenação (Exemplo: folha de ponto, férias, avaliações e outras)	I	1,2	1	20%	Ações realizadas
			II	1,8	1,5		
			III	3,6	3		
GA7	A19	ATIVIDADES DA CGPO | GESTÃO | Participação em reunião com outra unidade do MCOM ou agentes externos	I	1	1	0%	Reunião realizada
			II	2	2		
			III	4	4		
			IV	8	8		
			V	16	16		
GA7	A20	ATIVIDADES DA CGPO | GESTÃO | Participação em reunião de coordenação ou despacho interno	I	0,5	0,5	0%	Reunião ou despacho realizado
			II	1	1		
			III	2	2		
			IV	4	4		
			V	8	8		
GA7	A21	ATIVIDADES DA CGPO | GESTÃO | Participação em evento, encontro, palestra, workshop, oficina, curso ou treinamento, por determinação ou autorizado pela chefia	I	2	2	0%	Documento comprovando a participação ou conclusão do curso ou treinamento
			II	4	4		
			III	8	8		
			IV	16	16		
			V	40	40		
GA7	A22	ATIVIDADES DA CGPO | GESTÃO | Identificação, classificação da complexidade e distribuição de processo para análise	I	1,2	1	20%	Ações realizadas
			II	1,8	1,5		
			III	3,6	3		
			IV	7,2	6		
GA7	A23	ATIVIDADES DA CGPO | ADMINISTRATIVO | Atendimento de pedido de vistas	I	0,6	0,5	20%	Documentos relacionados ao pedido de vista elaborados
			II	1,2	1		
			III	1,8	1,5		
			IV	3,6	3		
GA7	A24	ATIVIDADES DA CGPO | ADMINISTRATIVO | Expedição de Ofícios, envio de e-mails e consultas e atualizações de sistemas internos e/ou externos (CADSEI, Correios, SEI e outros)	I	0,6	0,5	20%	Documentos de expedição, consultas e atualizações realizados
			II	1,2	1		
GA7	A25	ATIVIDADES DA CGPO | ADMINISTRATIVO | Anexação e desanexação, arquivamento, desarquivamento e sobrestamento de documentos ou processos	I	0,6	0,5	20%	Ações de anexação, desanexação, arquivamento, desarquivamento, sobrestamento ou outras tarefas semelhantes realizadas
			II	1,2	1		

GA7	A26	ATIVIDADES DA CGPO | ADMINISTRATIVO | Triagem de processos, cadastros ou informações em sistemas	I	1,2	1	20%	Triagem, cadastro, atualização, preenchimento de planilha ou outras tarefas semelhantes realizados
			II	1,8	1,5		
			III	3,6	3		
			IV	7,2	6		
			V	14,4	12		
GA7	A27	ATIVIDADES DA CGPO | COORDENAÇÃO | Aprovação das tarefas relacionadas à competência da Coordenação-Geral	I	2,4	2	20%	Documentos aprovados
			II	4,8	4		
			III	9,6	8		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		
GA7	A28	ATIVIDADES DA CGPO | COORDENAÇÃO | Propositura de diretrizes, objetivos, metas, estudos técnicos e ações de educação sobre os processos de renovação de outorga e pós-outorga	II	2,4	2	20%	Proposta submetida à consideração superior
			III	4,8	4		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		
GA7	A29	ATIVIDADES DA CGPO | COORDENAÇÃO | Outras ações determinadas pela chefia	I	2,4	2	20%	Ações realizadas
			II	4,8	4		
			III	9,6	8		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		
GA7	A30	ATIVIDADES DA CGPO | COORDENAÇÃO | Respostas às demandas da chefia, das unidades internas do MCom ou de outros Órgãos	I	2,4	2	20%	Documentos demonstrando o atendimento da demanda elaborados e submetidos à revisão
			II	4,8	4		
			III	9,6	8		
			IV	19,2	16		
			V	38,4	32		

ANEXO IV.III: TABELA DE PARÂMETROS

Grupo de Atividades (Código)	Atividade (Código)	Parâmetros adotados para definição da faixa de complexida de (para cada atividade, valerá o parâmetro que atinja a maior complexidade)	Faixa				
			I	II	III	IV	V
GA7	A01	Quantidade ou complexidade dos documentos elaborados ou inseridos no processo	Quando houver até 3 documentos ou exigir nível básico de conhecimento da legislação para elaborar o expediente	Quando houver até 5 documentos ou exigir nível básico de conhecimento da legislação para elaborar o expediente	Quando houver até 10 documentos ou exigir nível intermediário de conhecimento da legislação para elaborar o expediente	Quando houver mais que 10 documentos ou exigir nível elevado de conhecimento da legislação para elaborar o expediente	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A02	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e sem a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e com a necessidade de consulta a outros processos OU Quando o resultado da análise ensejar ato decisório no âmbito de Diretor e exigir conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório no âmbito do Secretário de Radiodifusão e exigir conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório no âmbito de Ministro de Estado ou Presidente da República e exigir conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A03	Nível técnico e redacional do documento esperado e resultado da análise	Quando houver até 2 alterações contratuais/estatutárias sem modificação da composição societária e diretiva nos	Quando houver entre 3 e 4 alterações contratuais/estatutárias sem modificação da composição societária e diretiva nos sistemas operados pelo Ministério; OU Quando houver alteração contratual/estatutária com modificação da	Quando houver 5 ou mais alterações contratuais/estatutárias sem modificação da composição societária e diretiva nos sistemas operados pelo Ministério; OU Quando houver alteração contratual/estatutária com modificação da composição societária e diretiva nos sistemas operados pelo Ministério, com o ingresso de 1 pessoa	Quando houver alteração contratual/estatutária com modificação da composição societária e diretiva nos sistemas operados pelo Ministério, com o ingresso entre 2 e 3 pessoas jurídicas ou entre 6 e 10 pessoas físicas; OU	Quando houver alteração contratual/estatutária ou necessidade de assentimento prévio, que resulte na modificação da composição societária e diretiva, havendo o ingresso de 4 ou mais pessoas jurídicas ou 11 ou mais pessoas físicas; OU Quando se tratar de hipótese com

				composição societária e diretiva nos sistemas operados pelo Ministério, com ingresso de até 2 pessoas físicas.	jurídica ou entre 3 e 5 pessoas físicas; OU Quando houver necessidade de assentimento prévio para	Quando houver necessidade de assentimento prévio para efetivação de alteração contratual/estatutária,	
			sistemas operados pelo Ministério; OU Quando houver necessidade de complementação ou exigência documental.		efetivação de alteração contratual/estatutária, sem modificação da composição societária e diretiva.	com modificação da composição societária e diretiva.	circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A04	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e com a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar em proposta de finalização do procedimento OU Quando o resultado da análise ensejar na necessidade de conversão do procedimento em alteração contratual	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico	-	-
GA7	A05	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e sem a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito da Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e com a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório que necessite de levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório que necessite de levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A06	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e sem a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito da Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e com a necessidade de consulta a outros processos OU Quando o resultado da análise ensejar ato decisório no âmbito de Diretor e e exigir conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório no âmbito do Secretário de Radiodifusão e exigir conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório no âmbito de Ministro de Estado ou Presidente da República e exigir conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A07	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e sem a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito da Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e com a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório que necessite de levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório que necessite de levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A08	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e com a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar em proposta de finalização do procedimento	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico	-	-
GA7	A09	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e sem a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito da Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e com a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório que necessite de levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório que necessite de levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A10	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e sem a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório da autoridade competente sem a necessidade de consulta a outros processos OU Quando o resultado da análise ensejar o desfazimento da operação	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório da autoridade competente e com a necessidade de consulta a outros processos	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico	-

GA7	A11	Resultado da análise e nível técnico e redacional do documento esperado	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito de Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e sem a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato no âmbito da Coordenação, associado a exigência ou complementação documental e com a necessidade de consulta a outros processos	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório que necessite de levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando o resultado da análise ensejar ato decisório que necessite de levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A12	Nível técnico e redacional do documento esperado	Quando não houver levantamento de informações, importação de documentos ou consulta a outros processos	Quando houver levantamento de informações, importação de documentos ou consulta a outros processos	Quando houver levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando houver levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A13	Nível técnico e redacional do documento esperado	Quando não houver levantamento de informações, importação de documentos ou consulta a outros processos	Quando houver levantamento de informações, importação de documentos ou consulta a outros processos	Quando houver levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando houver levantamento de informações ou importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A14	Complexidade das ações determinadas	Quando forem demandadas ações relacionadas a mero expediente ou de análise processual não exigindo conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento básico legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico

GA7	A15	Tipo e quantidade de consulta a sítios da internet, sistemas ou processos	Quando a consulta a outros processos ou a sítios da internet ou sistemas para viabilizar as Ações de nível I ou II resultar na inserção de até 3 documentos no processo	Quando a consulta a outros processos ou a sítios da internet ou sistemas para viabilizar as Ações de nível I ou II resultar na inserção de até 5 documentos no processo	Quando a consulta a outros processos ou a sítios da internet ou sistemas para viabilizar as Ações de nível I ou II resultar na inserção de até 10 documentos no processo	Quando a consulta a outros processos ou a sítios da internet ou sistemas para viabilizar as Ações de nível I ou II resultar na inserção de mais que 10 documentos no processo	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas não contempladas anteriormente, necessitando de consulta a outros processos ou a sítios da internet ou sistemas para viabilizar as Ações de nível I ou II resultar na inserção de número elevado de documentos ou de difícil obtenção
GA7	A16	Nível de complexidade da informação	Quando não houver importação de documentos ou consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos ou consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A17	Nível técnico e redacional do documento esperado	Quando não houver necessidade de ajuste da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de ajuste da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de audiência ou reunião para aprovação da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de refazer a manifestação ou tarefa distribuída	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A18	Quantidade de registros, avaliações ou inserções a serem feitos em sistemas	Quando houver até 5 registros, avaliações ou inserções realizadas	Quando houver entre 6 e 10 registros, avaliações ou inserções realizadas	Quando houver 11 ou mais registros, avaliações ou inserções realizadas	-	-
GA7	A19	Nível de participação na reunião	Quando for ouvinte	Quando for participante ativo e não houver necessidade de levantamento de informações	Quando for participante ativo, houver necessidade de prévio levantamento de informações e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina, jurisprudência.	Quando for participante ativo, houver necessidade de prévio levantamento de informações e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina, jurisprudência.	Quando for participante ativo, se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A20	Tipo e nível de participação na reunião de Coordenação ou de despacho interno	Quando se tratar de despacho de mero expediente	Quando não houver necessidade de prévio levantamento de informações	Quando houver necessidade de prévio levantamento de informações e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina, jurisprudência.	Quando houver necessidade de prévio levantamento de informações e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina, jurisprudência.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A21	Duração máxima do curso ou treinamento	Quando durar até 2 horas	Quando durar até 4 horas	Quando durar até 8 horas	Quando durar até 16 horas	Quando durar mais que 16 horas
GA7	A22	Quantidade de documentos para verificar no processo	Quando possuir até 10 documentos no processo;	Quando possuir até 20 documentos no processo	Quando possuir até 30 documentos no processo	Quando possuir 30 ou mais documentos no processo	-
GA7	A23	Quantidade de documentos para verificar no processo	Quando possuir até 10 documentos no processo;	Quando possuir até 20 documentos no processo	Quando possuir até 30 documentos no processo	Quando possuir 30 ou mais documentos no processo	-

GA7	A24	Tipo e quantidade de expedição	Quando se tratar de expedição eletrônica (até 2 e-mails enviados). OU Quando se tratar de expedição física (1 correspondência)	Quando se tratar de expedição eletrônica (até 4 e-mails enviados). OU Quando se tratar de expedição física (2 correspondências)	-	-	-

GA7	A25	Quantidade de ações realizadas	Quando houver anexação ou conclusão sem inserção de documento no processo (limitado até 5 processos)	Quando houver anexação, desanexação ou conclusão sem inserção de documento no processo (limitado até 10 processos). OU Quando houver a inserção de até 5 documentos por processo (limitado até 2 processos)	-	-	-
GA7	A26	Quantidade de processos tramitados ou de cadastros ou informações atualizadas	Quando envolver a identificação e tramitação de até 5 processos sem retorno	Quando envolver a identificação e tramitação de até 10 processos sem retorno ou de até 8	Quando envolver a identificação e tramitação de até 25 processos sem retorno ou de até 15 processos com retorno	Quando envolver a identificação e tramitação de até 40 processos sem retorno ou	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas não contempladas anteriormente e exigir conhecimento específico
			ou de até 3 processos com retorno programado; OU	processos com retorno programado; OU	programado; OU Quando envolver a	de até 25 processos com retorno programado; OU Quando envolver a	
			Quando envolver a atualização ou inserção de até 5 informações ou dados em cadastros ou planilhas	Quando envolver a atualização ou inserção de até 10 informações ou dados em cadastros ou planilhas	atualização ou inserção de até 25 informações ou dados em cadastros ou planilhas	atualização ou inserção de até 40 informações ou dados em cadastros ou planilhas	
GA7	A27	Nível técnico e redacional do documento esperado	Quando não houver necessidade de ajuste da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de ajuste da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de audiência ou reunião para aprovação da manifestação ou da tarefa distribuída	Quando houver necessidade de refazer a manifestação ou tarefa distribuída	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A28	Nível técnico do assunto e tamanho da pesquisa	-	Baixa complexidade. Sem levantamento de informações processuais ou que envolvam a legislação, jurisprudência ou doutrina	Média complexidade. Com levantamento de informações processuais ou que envolvam a legislação, jurisprudência ou doutrina	Alta complexidade. Com levantamento de informações processuais ou que envolvam a legislação, jurisprudência ou doutrina	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A29	Complexidade das ações determinadas	Quando forem demandadas ações relacionadas a mero expediente ou de análise processual não exigindo conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento básico legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando forem demandadas ações de análise processual ou outro tipo de tarefa exigindo conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico
GA7	A30	Nível de complexidade da informação	Quando não houver importação de documentos ou consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos ou consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos e exigir conhecimento intermediário da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando houver importação de documentos e exigir conhecimento elevado da legislação, doutrina e jurisprudência, além de consulta a outros processos.	Quando se tratar de hipótese com circunstâncias atípicas e exigir conhecimento específico

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou nº 353, de 19 de janeiro de 2018 e/ou nº 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou suspensão que, por este ato, fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.069772/2015	Registro Emissoras Regionais de Radiodifusao Ltda	FM	Registro	SP	Multa	3.272,72	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 4669 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.069786/2015	Cardoso & Fernandes Ltda (Atual Gemelli Radiodifusão Ltda)	FM	São Miguel do Guaporé	RO	Multa	4.581,81	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 4671 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.048895/2015	Associação Cultural Comunitária Educacional São Roquense	RADCOM	São Roque	SP	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4672 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.050427/2015	Associação Cultural Esportiva e Turística de Igaratá	RADCOM	Igaratá	SP	Multa	1.448,18	Art. 40, V, VII e XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 4674 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015 Portaria MC n° 562/2011
53115.000291/2022	Sacemi - Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional de Iretama	RADCOM	Iretama	PR	Multa	1.261,74	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6500 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018
53115.007878/2021	Associação Comunitária Cultural Bom Sucesso	RADCOM	Bom Sucesso do Sul	PR	Multa	630,87	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6516 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018
01250.068838/2018	Associação De Moradores do Bairro Bento Marques - Cohab	RADCOM	Tarauacá	AC	Multa	2.137,29	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6561 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.043539/2017	Fundação Cultural Foz do Rio Doce	TVE	Linhares	ES	Multa	4.808,90	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 6588 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.068905/2015	Rádio Piratininga de Piraju Ltda	FM	Piraju	SP	Multa	3.927,27	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 6594 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.013601/2018	Rádio Transcontinental Ltda	OM	Esteio	RS	Multa	4.039,48	Art. 38, "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 6601 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.049342/2018	Rede Vitoriosa Comunicações Ltda	RTV	Uberlândia	MG	Multa	5.520,10	Art. 31 do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DEIRF n° 6613 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018
53900.053528/2015	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho	RADCOM	Jataizinho	PR	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 6951 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.000190/2017	Caeté Sistema de Comunicação Ltda	FM	Caeté	MG	Multa	17.463,91	Art. 38, "b" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 7100 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.052202/2016	Tv Norte do Ceará Ltda	TVD	Juazeiro do Norte	CE	Multa	11.642,61	Art. 38, "b" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 7115 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
01250.014866/2018	Sociedade Dos Amigos do Parque de Itaúnas - Sapi	RADCOM	Conceição da Barra	ES	Multa	935,06	Art. 40, II, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 7333 de 04/12/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 374 - Processo nº 53500.307099/2022-17
Recorrente/Interessado: GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A. CNPJ nº 37.178.485/0001-18

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 4/2022/NP (SEI nº 9520602), integrante deste acórdão:

a) prorrogar o prazo de vigência da autorização de direito de uso de radiofrequências associadas às autorizações para a exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, outorgada à GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 37.178.485/0001-18, com prazo de vigência fixado até 22 de dezembro de 2032, para as faixas de frequências de 900 MHz e 1800 MHz; e com prazo de vigência fixado em 15 anos, contados do vencimento da autorização original, para as faixas de 1.900 MHz e 2.100 MHz, conforme a seguir:

Termo de Autorização Vigente	Áreas de Prestação	Subfaixas (Res. 454/2006)	Subfaixas (Res. 757/2022)	Vencimento Proposto
37/2022	Estado de SP, exceto AR 11	Subfaixa M 1.755 a 1.765 MHz 1.850 a 1.860 MHz	-	22/12/2032
	Estado de SP (AR 11)	Subfaixa de Extensão 1.775 a 1.785 MHz 1.870 a 1.880 MHz	-	22/12/2032
39/2022	Estado do ES	Subfaixa F 1.920 a 1.935 MHz 2.110 a 2.125 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
	Estados de AL, AM, AP, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN e RR	Subfaixa I: 1.955 a 1.965 MHz 2.145 a 2.155 MHz	Bloco 8 1.955 a 1.960 MHz 2.145 a 2.150 MHz Bloco 9 1.960 a 1.965 MHz 2.150 a 2.155 MHz	30/04/2038
	Estado de MG	Subfaixa I 1.960 a 1.965 MHz 2.150 a 2.155 MHz	Bloco 9 1.960 a 1.965 MHz 2.150 a 2.155 MHz	30/04/2038
42/2022	Estado de SP, exceto Setor 33 do PGO	Subfaixa I 1.955 a 1.965 MHz 2.145 a 2.155 MHz	Bloco 8 1.955 a 1.960 MHz 2.145 a 2.150 MHz Bloco 9 1.960 a 1.965 MHz 2.150 a 2.155 MHz	30/04/2038
43/2022	Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, exceto Setor 22 do PGO, Tocantins, Goiás, exceto Setor 25 do PGO, e Distrito Federal	Subfaixa F 1.925 a 1.935 MHz 2.115 a 2.125 MHz	Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
44/2022	Estado do RS	Subfaixa F 1.920 a 1.935 MHz 2.110 a 2.125 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
45/2022	Estados do PR e SC	Subfaixa F 1.920 a 1.935 MHz 2.110 a 2.125 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
46/2022	Estado de SP, exceto AR 11	Subfaixa E 912,5 a 915 MHz 957,5 a 960 MHz	-	22/12/2032
47/2022	Estados de GO (Setor 25 do PGO) e MS (Setor 22 do PGO)	Subfaixa H 1.950 a 1.955 MHz 2.140 a 2.145 MHz	Bloco 7 1.950 a 1.955 MHz 2.140 a 2.145 MHz	30/04/2038
48/2022	Estados do AC, DF, GO (exceto AR 64), MS(exceto AR 67), MT, PR (exceto AR 43), RO, SC e TO	Subfaixa SE9 1.765 a 1.770 MHz 1.860 a 1.865 MHz	-	22/12/2032
	Estados do GO (AR 64, exceto setor 25 do PGO), e MS (AR67, exceto setor 22 do PGO)		-	22/12/2032

b) condicionar a expedição do Ato de prorrogação do prazo de vigência do direito de uso das radiofrequências associadas às autorizações para exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, outorgadas à GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 37.178.485/0001-18, à apresentação da regularidade fiscal pela Interessada; e,

c) estabelecer que o valor devido pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências no presente caso deve obedecer às regras estabelecias na Cláusula 3.2 dos Termos de Autorização para as Radiofrequências Associadas ao Serviço Móvel Pessoal transferidos da extinta OI MÓVEL S.A. para a GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 37.178.485/0001-18.

Nº 375 - Processo nº 53500.041780/2019-91
Recorrente/Interessado: COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A. CNPJ nº 36.012.579/0001-50

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 64/2022/AC (SEI nº 9520447), integrante deste acórdão:

a) prorrogar o prazo de vigência da autorização de direito de uso de radiofrequências associadas às autorizações para a exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, outorgada à COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 36.012.579/0001-50, com prazo de vigência fixado até 22 de dezembro de 2032, para as faixas de frequências de 900 MHz e 1800 MHz; e com prazo de vigência fixado em 15 anos, contados do vencimento da autorização original, para as faixas de 1.900 MHz e 2.100 MHz, nas seguintes áreas de prestação:

Termo de Autorização Vigente	Áreas de Prestação	Subfaixas (Res. 454/2006)	Subfaixas (Res. 757/2022)	Vencimento Proposto
25/2022	Estado de São Paulo (AR11)	Subfaixa M: 1.755 a 1.765 MHz 1.850 a 1.860 MHz	-	22/12/2032
27/2022	Estados da Bahia, Sergipe e Rio de Janeiro	Subfaixa F: 1.920 a 1.935 MHz 2.110 a 2.125 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
	Estado de Minas Gerais	Subfaixa I: 1.955 a 1.960 MHz 2.145 a 2.150 MHz	Bloco 8 1.955 a 1.960 MHz 2.145 a 2.150 MHz	30/04/2038
28/2022	Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, exceto Setor 22 do PGO, Tocantins, Goiás, exceto Setor 25 do PGO, e Distrito Federal	Subfaixa F: 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz	30/04/2038

29/2022	Estado de São Paulo, exceto AR11	Subfaixa E: 1.740 a 1.755 MHz 1.835 a 1.850 MHz	-	22/12/2032
31/2022	GO (Setor 25 do PGO) e MS (Setor 22 do PGO)	Subfaixa H: 1.945 a 1.950 MHz 2.135 a 2.140 MHz	Bloco 6 1.945 a 1.950 MHz 2.135 a 2.140 MHz	30/04/2038
36/2022	Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, exceto setor 22 do PGO, Tocantins, Goiás, exceto Setor 25 do PGO, e Distrito Federal	Subfaixa SE8: 1.737,5 a 1.740 MHz 1.832,5 a 1.835 MHz	-	22/12/2032
	Estado do Rio Grande do Sul, exceto setor 30 do PGO	Subfaixa SE8: 1.737,5 a 1.740 MHz 1.832,5 a 1.835 MHz	-	22/12/2032
	Estado do Rio Grande do Sul	Subfaixa SE9: 1.765 a 1.770 MHz 1.860 a 1.865 MHz	-	22/12/2032

b) condicionar a expedição do Ato de prorrogação do prazo de vigência do direito de uso das radiofrequências associadas às autorizações para exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, outorgadas à COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 36.012.579/0001-50, à apresentação da regularidade fiscal pela Interessada; e,

c) estabelecer que o valor devido pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências no presente caso deve obedecer às regras estabelecidas na Cláusula 3.2 dos Termos de Autorização para as Radiofrequências Associadas ao Serviço Móvel Pessoal transferidos da extinta OI MÓVEL S.A. para a COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

ATO Nº 16.625, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.041780/2019-91.

Prorroga o prazo de vigência da autorização de direito de uso de radiofrequências associadas às autorizações para a exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, outorgada à COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 36.012.579/0001-50, com prazo de vigência fixado até 22 de dezembro de 2032, para as faixas de frequências de 900 MHz e 1800 MHz; e com prazo de vigência fixado em 15 anos, contados do vencimento da autorização original, para as faixas de 1.900 MHz e 2.100 MHz, nas seguintes áreas de prestação:

Termo de Autorização Vigente	Áreas de Prestação	Subfaixas	Subfaixas (Res. 757/2022)	Vencimento Proposto
25/2022	Estado de São Paulo (AR11)	Subfaixa M: 1.755 a 1.765 MHz 1.850 a 1.860 MHz	-	22/12/2032
27/2022	Estados da Bahia, Sergipe e Rio de Janeiro	Subfaixa F: 1.920 a 1.935 MHz 2.110 a 2.125 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
	Estado de Minas Gerais	Subfaixa I: 1.955 a 1.960 MHz 2.145 a 2.150 MHz	Bloco 8 1.955 a 1.960 MHz 2.145 a 2.150 MHz	30/04/2038
28/2022	Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, exceto Setor 22 do PGO, Tocantins, Goiás, exceto Setor 25 do PGO, e Distrito Federal	Subfaixa F: 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz	30/04/2038
29/2022	Estado de São Paulo, exceto AR11	Subfaixa E 1.740 a 1.755 MHz 1.835 a 1.850 MHz	-	22/12/2032
31/2022	GO (Setor 25 do PGO) e MS (Setor 22 do PGO)	Subfaixa H: 1.945 a 1.950 MHz 2.135 a 2.140 MHz	Bloco 6 1.945 a 1.950 MHz 2.135 a 2.140 MHz	30/04/2038
36/2022	Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, exceto setor 22 do PGO, Tocantins, Goiás, exceto Setor 25 do PGO, e Distrito Federal	Subfaixa SE8 1.737,5 a 1.740 MHz 1.832,5 a 1.835 MHz	-	22/12/2032
	Estado do Rio Grande do Sul, exceto setor 30 do PGO	Subfaixa SE8 1.737,5 a 1.740 MHz 1.832,5 a 1.835 MHz	-	22/12/2032
	Estado do Rio Grande do Sul	Subfaixa SE9 1.765 a 1.770 MHz 1.860 a 1.865 MHz	-	22/12/2032

Estabelece que o valor devido pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências no presente caso deve obedecer às regras estabelecidas na Cláusula 3.2 dos Termos de Autorização para das Radiofrequências Associadas ao Serviço Móvel Pessoal transferidos da extinta OI MÓVEL S.A. para a COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

A prorrogação de direito de uso de radiofrequências objeto do presente Ato será aperfeiçoada e produzirá plenos efeitos a partir da publicação do extrato do Termo de Autorização respectivo no Diário Oficial da União.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

ATO Nº 16.626, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.307099/2022-17.

Prorroga o prazo de vigência da autorização de direito de uso de radiofrequências associadas às autorizações para a exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, outorgada à GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 37.178.485/0001-18, com prazo de vigência fixado até 22 de dezembro de 2032, para as faixas de frequências de 900 MHz e 1800 MHz; e com prazo de vigência fixado em 15 anos, contados do vencimento da autorização original, para as faixas de 1.900 MHz e 2.100 MHz, conforme a seguir:

Termo de Autorização Vigente	Áreas de Prestação	Subfaixas	Subfaixas (Res. 757/2022)	Vencimento Proposto
37/2022	Estado de SP, exceto AR 11	Subfaixa M: 1.755 a 1.765 MHz 1.850 a 1.860 MHz	-	22/12/2032
	Estado de SP (AR 11)	Subfaixa de Extensão: 1.775 a 1.785 MHz 1.870 a 1.880 MHz	-	22/12/2032
39/2022	Estado do ES	Subfaixa F: 1.920 a 1.935 MHz 2.110 a 2.125 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
	Estados de AL, AM, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN e RR	Subfaixa I: 1.955 a 1.965 MHz 2.145 a 2.155 MHz	Bloco 8 1.955 a 1.960 MHz 2.145 a 2.150 MHz Bloco 9 1.960 a 1.965 MHz 2.150 a 2.155 MHz	30/04/2038
	Estado de MG	Subfaixa I: 1.960 a 1.965 MHz 2.150 a 2.155 MHz	Bloco 9 1.960 a 1.965 MHz 2.150 a 2.155 MHz	30/04/2038

42/2022	Estado de SP, exceto Setor 33 do PGO	Subfaixa I: 1.955 a 1.965 MHz 2.145 a 2.155 MHz	Bloco 8 1.955 a 1.960 MHz 2.145 a 2.150 MHz Bloco 9 1.960 a 1.965 MHz 2.150 a 2.155 MHz	30/04/2038
43/2022	Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, exceto Setor 22 do PGO, Tocantins, Goiás, exceto Setor 25 do PGO, e Distrito Federal	Subfaixa F: 1.925 a 1.935 MHz 2.115 a 2.125 MHz	Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
44/2022	Estado do RS	Subfaixa F: 1.920 a 1.935 MHz 2.110 a 2.125 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
45/2022	Estados do PR e SC	Subfaixa F: 1.920 a 1.935 MHz 2.110 a 2.125 MHz	Bloco 1 1.920 a 1.925 MHz 2.110 a 2.115 MHz Bloco 2 1.925 a 1.930 MHz 2.115 a 2.120 MHz Bloco 3 1.930 a 1.935 MHz 2.120 a 2.125 MHz	30/04/2038
46/2022	Estado de SP, exceto AR 11	Subfaixa E: 912,5 a 915 MHz 957,5 a 960 MHz	-	22/12/2032
47/2022	Estados de GO (Setor 25 do PGO) e MS (Setor 22 do PGO)	Subfaixa H: 1.950 a 1.955 MHz 2.140 a 2.145 MHz	Bloco 7 1.950 a 1.955 MHz 2.140 a 2.145 MHz	30/04/2038
48/2022	Estados do AC, DF, GO (exceto AR 64), MS(exceto AR 67), MT, PR (exceto AR 43), RO, SC e TO	Subfaixa SE9: 1.765 a 1.770 MHz 1.860 a 1.865 MHz	-	22/12/2032
	Estados do GO (AR 64, exceto setor 25 do PGO), e MS (AR67, exceto setor 22 do PGO)		-	22/12/2032

Estabelece que o valor devido pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências no presente caso deve obedecer às regras estabelecidas na Cláusula 3.2 dos Termos de Autorização para das Radiofrequências Associadas ao Serviço Móvel Pessoal transferidos da extinta OI MÓVEL S.A. para a GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDE DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 37.178.485/0001-18.

A prorrogação de direito de uso de radiofrequências objeto do presente Ato será aperfeiçoada e produzirá plenos efeitos a partir da publicação do extrato do Termo de Autorização respectivo no Diário Oficial da União.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATO Nº 16.360, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022

Extinguir, por cassação, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Limitado Móvel Marítimo (Fistel 50410878308), titulada pela entidade MIRALVA SANTOS DA SILVA, CPF nº ***.425.535-**, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 16.396, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001850/2019-31.

Declarar extinta, por renúncia, a partir da publicação deste ato, a autorização outorgada a JARDIEL GRONER, CPF: ***.931.729-**, por intermédio do Ato 4337 (5864542), de 13/8/2020, publicado no Boletim de Serviço Eletrônico em 24/12/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 16.605 - Processo nº 53516.011489/2022-15: PEDRO ARTHUR TURCHETTI MOTT, CPF nº ***.951.209-**.

Nº 16.606 - Processo nº 53516.011519/2022-93: MURILO GRANEMANN DE SOUZA, CPF nº ***.000.599-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 16.607, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.011433/2022-61.

Outorga à USINA DE AÇUCAR SANTA TEREZINHA LTDA., CNPJ nº 75.717.355/0001-03, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 15.870, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Outorga autorização para uso de Radiofrequências ao SISTEMA DE RADIODIFUSAO SANTA BARBARA LTDA, CNPJ nº 18.267.054/0001-83, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Bárbara/MG, até 30/03/2028, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 16.232 - Expede autorização a ATILLA IGOR DE MOURA SILVA, CPF nº ***.634.406-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 16.235 - Expede autorização a C.R.A.L. EMPREENDIMENTOS & PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 02.300.098/0001-28, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 16.257 - Expede autorização a VECTOR PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 22.514.126/0001-17, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 16.222, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.001311/2016-57.

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à RADIO DA VINCI FM LTDA - ME, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 02.349.251/0001-01, na localidade de Atibaia/SP, até 14/02/2025, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 16.520, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.012890/2022-10.

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à Fenix Colina Participações e Empreendimentos Ltda, CNPJ nº 10.565.285/0002-42, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 16.263, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022

Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do artigo 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997:

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço Rádio do Cidadão está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTE, validade da RF;

Serviço de Rádio Cidadão			
Nome da Entidade	CPF/CNPJ	Fistel	Validade da RF
LUCIANO LOPES DE ALMEIDA	46168893920	50004608984	20/01/2020
MARCIO JUSTINO OLIVEIRA	61434345300	80108293408	30/09/2020
MARCO ANTONIO HONORIO DOS SANTOS	36965537353	80107870193	26/02/2020
MARCOS ANTONIO MARQUES FIGUEIREDO	24880906387	80107986493	06/05/2020
MAURILIO DE LIMA MENESES	78707056320	80108667332	06/07/2021
MIZAEL VASCONCELOS CAMPOS	20069766215	80108575306	25/04/2021
NILTON CEZAR ALVES	92223486649	80108789365	27/09/2021
OLAVO GONCALVES DA SILVA FILHO	46227202304	80107909154	16/04/2020
PAULO HENRIQUE CARNEIRO	64467350306	80108558207	16/03/2021
PEDRO LUIS SALES ANDRADE	71931201315	80107986302	06/05/2020

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço de Interesse Restrito está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL, em razão do advento do termo final das autorizações de uso de radiofrequência associadas, com efeitos retroativos à data da expiração:

Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito		
Nome da Entidade	CNPJ/CPF	Fistel
LUCIANO LOPES DE ALMEIDA	46168893920	50430503571
MARCIO JUSTINO OLIVEIRA	61434345300	50430672764
MAURILIO DE LIMA MENESES	78707056320	50431656851
MIZAEL VASCONCELOS CAMPOS	20069766215	50427174040
NILTON CEZAR ALVES	92223486649	50432818120
OLAVO GONCALVES DA SILVA FILHO	46227202304	50430565330
PEDRO LUIS SALES ANDRADE	71931201315	50431757968

GILBERTO STUDART NETO
Gerente

ATO Nº 16.305, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do artigo 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997:

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço Rádio do Cidadão está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTE, validade da RF;

Serviço Rádio do Cidadão			
Nome	CPF/CNPJ	FISTEL	Validade da RF
JOSE IRAN DANTAS DE MELO	67697941368	80108239101	26/08/2020
JOSE IVANILDO COSTA	53984501315	80108969428	24/11/2021
JOSE LANDRI DE SOUZA ALVES	35637250391	80108791181	10/08/2021
JOSE NAGIBE DE VASCONCELOS	14456435372	80108714942	06/07/2021
JOSE RIBAMAR DE SOUSA MATOS	06120261320	80108662705	20/06/2021
JOSE ROBERTO FERNANDES TAVORA TEIXEIRA	06159729349	80108424006	22/12/2020
JOSE SIDCLEY TRAJANO SOUSA	47309032349	80108251748	01/09/2020
JOSIAS PEREIRA DE AZEVEDO FILHO	62991302372	50002717344	04/03/2022
JULIO OTAVIO PORTELA PEREIRA	37073877391	80107871165	07/04/2020
JURANDIR RODRIGUES CAVALCANTE	24915947220	80108419940	19/01/2021

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço de Interesse Restrito está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL, em razão do advento do termo final das autorizações de uso de radiofrequência associadas, com efeitos retroativos à data da expiração:

Serviço de Interesse Restrito		
Nome	CPF/CNPJ	FISTEL
JOSE IVANILDO COSTA	53984501315	50430426305
JOSE RIBAMAR DE SOUSA MATOS	06120261320	80108662705
JOSIAS PEREIRA DE AZEVEDO FILHO	62991302372	50425020339
JURANDIR RODRIGUES CAVALCANTE	24915947220	50427238897

GILBERTO STUDART NETO
Gerente

ATO Nº 16.313, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do artigo 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997:

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço Rádio do Cidadão está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTE, validade da RF;

SERVIÇO RADIO CIDADÃO - SCPX			
NOME	CPF	FISTEL	VALIDADE DA RF
RAIMUNDO MAURO BRANDÃO SOARES	72322926353	80108335330	22/10/2020
SEVERINO FERREIRA TAVARES	04234421391	80108238482	23/08/2020
SEVERINO NUNES FERREIRA	09961997808	50003276678	15/05/2020
THYAGO SANTOS DONATTO	61990841368	80108293823	20/09/2020
WAGNER GONCALVES HOLANDA	76903761349	80108084663	25/06/2020
ANTONIO ALVES DE ARAUJO	24442518300	80108844641	09/09/2021
ANTONIO CLAUDIO VERAS DE ARAUJO	16281632320	80107732556	23/02/2020
ANTONIO FABIO VIEIRA DO NASCIMENTO	99598752372	80108806553	12/09/2021
EDSON COSTA MAIA	80696279304	80107691345	22/04/2020
FABIO PORTELA BARROSO	71765883334	80108477630	09/02/2021

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço de Interesse Restrito está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL, em razão do advento do termo final das autorizações de uso de radiofrequência associadas, com efeitos retroativos à data da expiração:

SERVIÇO DE INTERESSE RESTRITO - SIR		
NOME	CPF	FISTEL
SEVERINO FERREIRA TAVARES	04234421391	50425280837
THYAGO SANTOS DONATTO	61990841368	50430679181
ANTONIO FABIO VIEIRA DO NASCIMENTO	99598752372	50433488360
EDSON COSTA MAIA	80696279304	50432045406

GILBERTO STUDART NETO
Gerente

ATO Nº 16.557, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2022

Expedir autorização à FRANCISCO AROLDO OLIVEIRA, CPF nº ***.314.143-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 16.561 - Processo nº 53542.011046/2022-15.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a SEGVEL - SERVICOS DE SEGURANCA VIGILANCIA E ELETRONICA LTDA, CNPJ nº 05.083.119/0001-99, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 16.568 - Processo nº 53542.009331/2022-68.

Extingue, por cassação, a autorização outorgada a WILSON MONTEIRO ASSUNCAO FILHO, CPF nº ***.624.681-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e declara extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

Nº 16.593 - Processo nº 53542.011156/2022-79.

Extingue, por cassação, as autorizações outorgadas às entidades listadas na tabela a seguir, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e declara extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

Nome da Entidade	CPF	Serviço Notificado	Validade da autorização de uso da radiofrequência associada ao Serviço Notificado	Processo de Cassação
ADAUTO DA SILVA PINTO	***.159.721-**	Rádio do Cidadão	03/02/2036	53542.009862/2022-51
ADEMAR DE QUEIROZ JUNIOR	***.324.201-**	Rádio do Cidadão	10/06/2035	53542.010234/2022-18
ADEMIR SILVA	***.921.751-**	Rádio do Cidadão	03/08/2035	53542.010236/2022-15
ADRIANO DE OLIVEIRA LUZ	***.293.871-**	Rádio do Cidadão	22/09/2037	53542.009612/2022-11
AGNALDO ALVES SOUZA	***.680.421-**	Rádio do Cidadão	10/06/2035	53542.010238/2022-04
ALDENIO FERREIRA SOUZA	***.673.941-**	Rádio do Cidadão	05/10/2035	53542.010462/2022-98
ALEX BATISTA BONFIM	***.279.601-**	Rádio do Cidadão	16/11/2035	53542.010241/2022-10
ALEX MURILLO GUIMARAES	***.338.231-**	Rádio do Cidadão	14/02/2034	53542.010471/2022-89
ALEX SANDRO RODRIGUES DIAS	***.639.608-**	Rádio do Cidadão	20/09/2033	53542.010588/2022-62
ALEX XAVIER LOBO	***.747.411-**	Rádio do Cidadão	11/05/2037	53542.009614/2022-18
ALISSON BENICIO CASSIMIRO	***.740.291-**	Rádio do Cidadão	22/02/2033	53542.010589/2022-15
ALLAN JUNIO XAVIER LAZARO	***.196.731-**	Rádio do Cidadão	10/02/2036	53542.009878/2022-63
ANDERSON DE JESUS RODRIGUES	***.454.501-**	Rádio do Cidadão	04/05/2036	53542.009879/2022-16
ANDRE AGUIRRE RAMOS	***.394.006-**	Rádio do Cidadão	29/06/2036	53542.009880/2022-32

ANTONIO BARBOSA TEIXEIRA	***.998.883-**	Rádio do Cidadão	18/02/2036	53542.009882/2022-21
ANTONIO DOS SANTOS GOMES	***.783.161-**	Rádio do Cidadão	03/11/2036	53542.009884/2022-11
ARI DELLA MEA	***.640.390-**	Rádio do Cidadão	27/05/2036	53542.009886/2022-18
ARNO STUMPF NETO	***.535.365-**	Rádio do Cidadão	16/07/2035	53542.010248/2022-31
BENEDITO IVAN DOS SANTOS	***.886.841-**	Rádio do Cidadão	09/11/2038	53542.009365/2022-52
BRUNNO MODESTO FONTENELLE	***.667.651-**	Rádio do Cidadão	04/05/2035	53542.010250/2022-19
CACILDA GONCALVES MIRANDA	***.824.101-**	Rádio do Cidadão	13/03/2038	53542.009367/2022-41
CARLOS ALBERTO PEREIRA CALISBINO	***.879.928-**	Rádio do Cidadão	21/09/2035	53542.010253/2022-44
CARLOS EMILIANO DOS REIS	***.377.921-**	Rádio do Cidadão	19/10/2037	53542.009628/2022-23
CARLOS FREDERICO DE MOURA	***.013.645-**	Rádio do Cidadão	17/07/2033	53542.010595/2022-64
CARLOS ONEMAX DOS SANTOS SILVA	***.027.521-**	Rádio do Cidadão	09/06/2035	53542.010255/2022-33
CARLOS ROBERTO SOARES	***.220.461-**	Rádio do Cidadão	16/05/2036	53542.009891/2022-12
CELINO DOMINGOS DE NOVAES	***.140.601-**	Rádio do Cidadão	26/11/2033	53542.010597/2022-53
CELSO BARBOSA RIBEIRO	***.218.941-**	Rádio do Cidadão	14/03/2034	53542.010477/2022-56
CHARLLESTON LUIS SCARPARO	***.240.372-**	Rádio do Cidadão	07/04/2036	53542.009894/2022-56
CLARINDO ALVES DOS SANTOS	***.561.546-**	Rádio do Cidadão	04/04/2034	53542.010478/2022-09
CLAUDEMIR MOREIRA DOS SANTOS	***.519.949-**	Rádio do Cidadão	17/09/2034	53542.010479/2022-45
CLAUDIO AUGUSTO ANTUNES DOS REIS	***.531.571-**	Rádio do Cidadão	03/03/2036	53542.009895/2022-09
CLAUDIO PETRONIO RAMOS	***.879.081-**	Rádio do Cidadão	16/07/2033	53542.010650/2022-16
CLEITON DE CASTRO EVANGELISTA SILVA	***.370.181-**	Rádio do Cidadão	14/09/2036	53542.009897/2022-90
CLEYTON EDUARDO BATISTA OLIVEIRA	***.289.711-**	Rádio do Cidadão	23/12/2036	53542.009898/2022-34
DANIEL ANTONIO DE OLIVEIRA	***.866.421-**	Rádio do Cidadão	14/11/2036	53542.009900/2022-75
DARMI ANANIAS BARBOSA	***.314.391-**	Rádio do Cidadão	05/10/2035	53542.010279/2022-92
DAVID VICENTE DE MACEDO	***.440.822-**	Rádio do Cidadão	17/10/2036	53542.009959/2022-63
DIEGO FELIZOLA DE OLIVEIRA	***.651.716-**	Rádio do Cidadão	05/07/2033	53542.010655/2022-49
DIOGO FERREIRA DOS SANTOS	***.768.141-**	Rádio do Cidadão	04/02/2036	53542.009960/2022-98
DIVINO CORREIA	***.098.931-**	Rádio do Cidadão	20/07/2036	53542.009961/2022-32
DORVAL DA SILVA BORGES	***.717.911-**	Rádio do Cidadão	26/07/2036	53542.009963/2022-21
EDENILTON DIAS PEREIRA	***.269.605-**	Rádio do Cidadão	01/12/2036	53542.009964/2022-76
EDIMAR ALVES PINHEIRO	***.617.801-**	Rádio do Cidadão	13/07/2036	53542.009966/2022-65
EDIVAN MACIEL MARQUES	***.413.811-**	Rádio do Cidadão	29/09/2034	53542.010377/2022-20
EDMILSON GONCALVES DIAS	***.214.611-**	Rádio do Cidadão	08/09/2035	53542.010460/2022-07
EDNEI SILVESTRE DE CARVALHO	***.816.232-**	Rádio do Cidadão	17/10/2036	53542.009967/2022-18
EDSON ALVES DE SOUSA	***.330.512-**	Rádio do Cidadão	18/03/2035	53542.010282/2022-14
EDVALDO DE JESUS NEVES	***.482.751-**	Rádio do Cidadão	19/11/2035	53542.010286/2022-94
ENIVAL ANCERMO DE SOUSA	***.569.501-**	Rádio do Cidadão	14/07/2035	53542.010288/2022-83
ERIC DE REZENDE	***.279.731-**	Rádio do Cidadão	20/06/2036	53542.009972/2022-12
EVANDRO CAMPOS DO AMARAL	***.707.301-**	Rádio do Cidadão	01/09/2036	53542.009974/2022-10
EZIO NUNES DE SOUSA JUNIOR	***.427.891-**	Rádio do Cidadão	27/05/2035	53542.010290/2022-52
FABIO CORREIA RICARDO	***.959.201-**	Rádio do Cidadão	04/08/2035	53542.010291/2022-05
FABIO DE OLIVEIRA VASCONCELOS	***.740.651-**	Rádio do Cidadão	23/09/2035	53542.010292/2022-41
FABIO PEREIRA DE OLIVEIRA	***.358.351-**	Rádio do Cidadão	26/11/2033	53542.010664/2022-30
FERNANDO ANTONIO DE AGUIAR	***.458.421-**	Rádio do Cidadão	03/10/2038	53542.009383/2022-34
FERNANDO CESAR ALVES RABELO	***.439.671-**	Rádio do Cidadão	01/10/2038	53542.009513/2022-39
FERNANDO DE OLIVEIRA ALVES	***.813.601-**	Rádio do Cidadão	22/11/2037	53542.009783/2022-40
FERNANDO MOTA	***.109.046-**	Rádio do Cidadão	09/09/2035	53542.010296/2022-20
FLAVIO FLORENTINO DA CRUZ	***.062.206-**	Rádio do Cidadão	29/01/2036	53542.009978/2022-90
FLAVIO HENDRIGO SOUZA RIBEIRO	***.335.151-**	Rádio do Cidadão	21/03/2036	53542.009979/2022-34
FRANCISCO ALVES RIBEIRO	***.400.311-**	Rádio do Cidadão	21/09/2035	53542.010298/2022-19
FRANCISCO ROBERTO DE BRITO COSTA	***.153.503-**	Rádio do Cidadão	09/09/2035	53542.010322/2022-10
FRANCISCO WESLEY DA SILVA PACHECO	***.143.681-**	Rádio do Cidadão	11/07/2036	53542.009981/2022-11
GASPAR BELARMINO DE OLIVEIRA JUNIOR	***.531.411-**	Rádio do Cidadão	20/02/2038	53542.009605/2022-19
GEAN JOSE DOS SANTOS	***.142.421-**	Rádio do Cidadão	18/04/2036	53542.009983/2022-01
GENTIL CONCEIÇÃO DA SILVA FILHO	***.773.091-**	Rádio do Cidadão	26/11/2033	53542.010667/2022-73
GEONI SANTOS DA SILVA	***.603.811-**	Rádio do Cidadão	16/07/2035	53542.010324/2022-17
GEORGE MARIZ DE SOUSA	***.015.241-**	Rádio do Cidadão	09/06/2035	53542.010325/2022-53
GEOVANE ALVES VERISSIMO GOMES	***.558.771-**	Rádio do Cidadão	22/05/2036	53542.010011/2022-51
GILMAR DE JESUS DAMIAO	***.681.196-**	Rádio do Cidadão	21/01/2034	53542.010528/2022-40
GILMAR DOMINGOS DA SILVA	***.005.471-**	Rádio do Cidadão	07/02/2033	53542.010671/2022-31
GILMAR PEREIRA CALDEIRA	***.961.101-**	Rádio do Cidadão	05/07/2036	53542.010014/2022-94
GIOVANNY MOISES GAMBOA	***.972.721-**	Rádio do Cidadão	14/11/2036	53542.010015/2022-39
HATOS ALVES MOREIRA	***.794.191-**	Rádio do Cidadão	06/02/2037	53542.009787/2022-28
HELDEOR PORTO DO NASCIMENTO	***.643.661-**	Rádio do Cidadão	06/03/2033	53542.010675/2022-10
HELISMAR RODRIGUES DE SIQUEIRA	***.066.041-**	Rádio do Cidadão	13/05/2036	53542.010018/2022-72
HEVERTON BARBOSA SALES	***.747.981-**	Rádio do Cidadão	21/07/2035	53542.010328/2022-97
HUGO ROBSON FERNANDES	***.841.801-**	Rádio do Cidadão	16/09/2035	53542.010330/2022-66
ISRAEL DELMONDES DA SILVA	***.487.611-**	Rádio do Cidadão	21/06/2036	53542.010465/2022-21
JANIO MENDONCA DOS REIS	***.070.481-**	Rádio do Cidadão	04/05/2035	53542.010334/2022-44
JEAN MARQUES DA SILVA	***.313.031-**	Rádio do Cidadão	23/07/2036	53542.010022/2022-31
JEAN PAULO SILVA ROCHA	***.746.705-**	Rádio do Cidadão	13/04/2036	53542.010230/2022-30
JEFFERSON DOS SANTOS JORGE	***.749.661-**	Rádio do Cidadão	10/12/2035	53542.010336/2022-33
JILMAR BRITO PACHECO	***.679.961-**	Rádio do Cidadão	31/05/2036	53542.010023/2022-85
JOÃO BATISTA DA COSTA	***.820.101-**	Rádio do Cidadão	19/07/2037	53542.009793/2022-85
JOÃO CARLOS DE SOUSA JUNIOR	***.482.383-**	Rádio do Cidadão	19/05/2035	53542.010338/2022-22
JOÃO PAULO ARANTES BESSA	***.999.541-**	Rádio do Cidadão	25/05/2035	53542.010340/2022-00
JOÃO PEREIRA VALVERDE	***.424.831-**	Rádio do Cidadão	12/02/2036	53542.010025/2022-74
JOCELINO ALEXANDRE	***.298.716-**	Rádio do Cidadão	21/01/2034	53542.010532/2022-16
JOEL JOSE GOMES SANTANA	***.475.701-**	Rádio do Cidadão	20/11/2035	53542.010342/2022-91
JORGE INACIO TORRES NETO	***.254.301-**	Rádio do Cidadão	16/10/2034	53542.010533/2022-52
JOSE CARLOS BURANELI	***.192.881-**	Rádio do Cidadão	26/01/2035	53542.010344/2022-80
JOSE CARLOS DOS SANTOS	***.021.391-**	Rádio do Cidadão	02/10/2035	53542.010345/2022-24
JOSE DONIZETE SANTOS	***.108.931-**	Rádio do Cidadão	08/09/2035	53542.010346/2022-79
JOSE SEVERINO DE MELO	***.043.294-**	Rádio do Cidadão	29/04/2035	53542.010351/2022-81
JOSE VICENTE DE ALMEIDA	***.851.291-**	Rádio do Cidadão	14/03/2036	53542.010030/2022-87
JUNE CLAY BUENO DA SILVA	***.412.711-**	Rádio do Cidadão	30/04/2035	53542.010353/2022-71
KLEBERSON ASSIS DA COSTA	***.631.891-**	Rádio do Cidadão	21/11/2034	53542.010537/2022-31
LEANDRO BATISTA DE OLIVEIRA	***.220.491-**	Rádio do Cidadão	07/11/2036	53542.010033/2022-11
LEANDRO DA SILVA	***.050.581-**	Rádio do Cidadão	23/08/2037	53542.009801/2022-93
LEANDRO DA SILVA RODRIGUES	***.355.701-**	Rádio do Cidadão	17/07/2037	53542.009802/2022-38
LEANDRO NAVES DE OLIVEIRA	***.947.371-**	Rádio do Cidadão	17/09/2034	53542.010538/2022-85
LEANDRO ROBERTO MODESTO	***.590.806-**	Rádio do Cidadão	28/01/2036	53542.010035/2022-18
LELISMAR FRANCISCO DE FREITAS	***.038.686-**	Rádio do Cidadão	05/08/2036	53542.010068/2022-50
LEONALDO LOPES DE SOUZA	***.450.101-**	Rádio do Cidadão	10/08/2035	53542.010466/2022-76
LEONARDO LOPES DA SILVA	***.593.591-**	Rádio do Cidadão	03/08/2035	53542.010359/2022-48
LINDOMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	***.925.311-**	Rádio do Cidadão	17/03/2034	53542.010540/2022-54
LIVAIR DE MOURA	***.199.451-**	Rádio do Cidadão	17/01/2034	53542.010541/2022-07
LUIS ANDRE VENSON	***.877.529-**	Rádio do Cidadão	16/04/2038	53542.009609/2022-05
LUIZ ALMEIDA DOS SANTOS JUNIOR	***.262.421-**	Rádio do Cidadão	16/04/2034	53542.010544/2022-32
LUIZ APARECIDO ARANTES	***.126.021-**	Rádio do Cidadão	10/10/2033	53542.010581/2022-41
MANOEL FLAVIO DOS SANTOS BORGES	***.108.081-**	Rádio do Cidadão	21/11/2036	53542.010072/2022-18
MARCIO SANTOS COSTA	***.167.612-**	Rádio do Cidadão	04/03/2036	53542.010075/2022-51
MARCOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA	***.269.971-**	Rádio do Cidadão	05/01/2038	53542.009533/2022-18
MARCOS DOS SANTOS BATISTA	***.875.459-**	Rádio do Cidadão	13/05/2034	53542.010546/2022-21
MARCOS SOUZA SANTOS	***.840.941-**	Rádio do Cidadão	19/09/2033	53542.010582/2022-95
MARJORIE LIBIO OLEGARIO	***.496.881-**	Rádio do Cidadão	22/08/2036	53542.010081/2022-17
MATHEUS ROCHA AGUIAR	***.469.561-**	Rádio do Cidadão	24/02/2036	53542.010082/2022-53

MAURICIO NERE MAGALHAES	***.370.921-**	Rádio do Cidadão	29/09/2034	53542.010547/2022-76
MAURY JOSE STUMPF JUNIOR	***.881.205-**	Rádio do Cidadão	16/07/2035	53542.010389/2022-54
MAX WELDON OLEGARIO	***.771.121-**	Rádio do Cidadão	01/09/2036	53542.010083/2022-06
MAXCILAINE RODRIGUES DE OLIVEIRA	***.186.541-**	Rádio do Cidadão	09/03/2036	53542.010084/2022-42
NILTON GOMES DE SOUZA	***.014.041-**	Rádio do Cidadão	30/09/2034	53542.010548/2022-11
ORLANDO MONTANINI FILHO	***.873.471-**	Rádio do Cidadão	18/11/2036	53542.010165/2022-42
OTAVIO PEREIRA BARBOSA	***.760.551-**	Rádio do Cidadão	06/09/2036	53542.010166/2022-97
PAULO JOSE NUNES	***.405.891-**	Rádio do Cidadão	07/07/2036	53542.010169/2022-21
PAULO ROBERTO BEZERRA BARBOSA	***.538.271-**	Rádio do Cidadão	08/08/2036	53542.010170/2022-55
RAFAEL BORGES CARVALHO	***.603.171-**	Rádio do Cidadão	09/03/2036	53542.010173/2022-99
RAFAEL LOPES PESSONI	***.946.281-**	Rádio do Cidadão	10/07/2037	53542.009856/2022-01
RAFAEL PEREIRA RAMOS	***.347.041-**	Rádio do Cidadão	16/07/2035	53542.010398/2022-45
REINALDO ANTONIO DA SILVA	***.616.821-**	Rádio do Cidadão	09/09/2035	53542.010400/2022-86
REINALDO FREITAS DA SILVA	***.459.912-**	Rádio do Cidadão	29/04/2035	53542.010401/2022-21
RENATO ANTONIO CAMILO	***.128.091-**	Rádio do Cidadão	09/09/2035	53542.010402/2022-75
RENATO DOUGLAS DA SILVA	***.975.091-**	Rádio do Cidadão	22/01/2034	53542.010579/2022-71
REYLLUS NEVES DUARTE	***.962.541-**	Rádio do Cidadão	16/01/2038	53542.009536/2022-43
RICARDO BRUNO ARRUDA E SILVA	***.972.091-**	Rádio do Cidadão	17/07/2037	53542.009838/2022-11
RICARDO PEREIRA BORGES	***.207.191-**	Rádio do Cidadão	17/11/2035	53542.010405/2022-17
RICARDO VIEIRA DE SOUSA	***.335.071-**	Rádio do Cidadão	04/05/2035	53542.010406/2022-53
ROBERTO GONCALVES DE QUEIROZ	***.695.651-**	Rádio do Cidadão	03/03/2034	53542.010552/2022-89
ROBERTO GOUVEIA JUNIOR	***.002.861-**	Rádio do Cidadão	18/04/2038	53542.009537/2022-98
RODRIGO LOPES CARDOSO	***.312.541-**	Rádio do Cidadão	24/04/2037	53542.009841/2022-35
RODRIGO PEREIRA DOS REIS	***.381.911-**	Rádio do Cidadão	14/03/2036	53542.010179/2022-66
RONA ABREU DE SOUZA	***.872.131-**	Rádio do Cidadão	15/06/2036	53542.010180/2022-91
RONALDO DE JESUS ALMEIDA	***.654.637-**	Rádio do Cidadão	16/04/2034	53542.010556/2022-67
RONALDO JOSE DA SILVA	***.735.161-**	Rádio do Cidadão	13/08/2035	53542.010417/2022-33
RONAN ALVES GOMES	***.147.296-**	Rádio do Cidadão	12/11/2035	53542.010418/2022-88
RONILTON VIEIRA BATISTA	***.914.121-**	Rádio do Cidadão	08/06/2035	53542.010419/2022-22
RONIVALDO MANOEL GOMES	***.554.251-**	Rádio do Cidadão	09/02/2038	53542.009539/2022-87
ROOSIVAN DUARTE DA SILVA	***.319.151-**	Rádio do Cidadão	23/11/2035	53542.010420/2022-57
SAMUEL ALVES DE JESUS	***.710.261-**	Rádio do Cidadão	17/09/2034	53542.010558/2022-56
SERGIO BORGES PACHECO	***.319.301-**	Rádio do Cidadão	09/06/2035	53542.010426/2022-24
SILVAN BATISTA DA SILVA	***.624.601-**	Rádio do Cidadão	04/08/2035	53542.010427/2022-79
SILVANI DE SOUZA ALENCAR	***.208.279-**	Rádio do Cidadão	13/04/2036	53542.010213/2022-01
SOCRATES OLIVEIRA SOARES	***.712.521-**	Rádio do Cidadão	29/09/2034	53542.010568/2022-91
THIAGO FERREIRA ROCHA	***.837.511-**	Rádio do Cidadão	24/03/2035	53542.010430/2022-92
THIAGO MAGALHAES BELLO DINIZ	***.668.221-**	Rádio do Cidadão	27/11/2034	53542.010569/2022-36
THIAGO MANOEL GOMES	***.022.381-**	Rádio do Cidadão	27/02/2038	53542.009543/2022-45
VALDIR PEREIRA TELES	***.380.361-**	Rádio do Cidadão	23/07/2036	53542.010223/2022-38
VALDIVIANO CARVALHO DA SILVA	***.951.501-**	Rádio do Cidadão	19/11/2035	53542.010433/2022-26
VICENTE DE PAULO OLIVEIRA SILVA	***.407.451-**	Rádio do Cidadão	06/02/2037	53542.009850/2022-26
VINICIUS PINHEIRO DOS SANTOS	***.759.481-**	Rádio do Cidadão	22/07/2034	53542.010570/2022-61
WAGNER JUNIO GONTIJO	***.162.841-**	Rádio do Cidadão	20/07/2035	53542.010435/2022-15
WANDERSON PAULINO DA SILVA CAMPOS	***.987.241-**	Rádio do Cidadão	18/12/2034	53542.010572/2022-50
WASHINGTON CARLOS NEVES RIBEIRO	***.620.311-**	Rádio do Cidadão	12/09/2037	53542.009853/2022-60
WELLINGTON CAMPOS DA SILVA	***.850.101-**	Rádio do Cidadão	20/04/2036	53542.010227/2022-16
WEMERSON DANTAS DE OLIVEIRA	***.058.771-**	Rádio do Cidadão	01/12/2036	53542.010228/2022-61
WENDERSON PERES LEITE	***.663.971-**	Rádio do Cidadão	05/10/2035	53542.010467/2022-11
WESLLEY AMARAL DIAS	***.920.371-**	Rádio do Cidadão	18/09/2035	53542.010440/2022-28
ZEUNER PEREIRA DA SILVA MOURA	***.110.041-**	Rádio do Cidadão	07/05/2034	53542.010578/2022-27

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 12.868, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Processo: 53578.001552/2022-81.

Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a MARIA DAS DORES MARTINS ROCHA, CPF nº ***.987.791-** e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Radioamador tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 16.411 - Processo: 53578.000703/2022-83.

Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a RUBEM CARNEIRO DA CUNHA, CPF nº ***.225.142-** e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

Nº 16.366 - Processo: 53578.001472/2022-25.

Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a RORAIMA TAXI AEREO LTDA, CNPJ nº 03.562.954/0001-86 e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Aeronáutico, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022

Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada as entidades a seguir relacionadas:

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

Nº 1.6434 - Processo: 53578.000911/2022-82. S. R. MONTEIRO, CNPJ nº 12.293.747/0001-64.

Nº 16.454 - Processo: 53578.000852/2022-42. S B TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 12.292.335/0001-00.

Nº 16.432 - Processo: 53578.000704/2022-28. SAMUEL RODRIGUES DE LIMA ROCHA, CPF nº ***.744.482-**.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 13.769, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.010657/2022-24.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 19 de setembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 958.75 MHz / 913.75 MHz / 2665 MHz / 2545 MHz / 1837.5 MHz / 1842.5 MHz / 1847.5 MHz / 1742.5 MHz / 1747.5 MHz / 1752.5 MHz / 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Altamira do Paraná/PR, Amaporã/PR, Anahy/PR, Boa Esperança/PR, Conselheiro Mairinck/PR, Cruzeiro do Sul/PR, Diamante D'Oeste/PR, Entre Rios do Oeste/PR, Espigão Alto do Iguaçu/PR, Francisco Alves/PR, Godoy Moreira/PR, Guairaçá/PR, Honório Serpa/PR, Iguatu/PR, Inajá/PR, Itaúna do Sul/PR, Juranda/PR, Luiziana/PR, Mercedes/PR, Nova Cantu/PR, Nova Prata do Iguaçu/PR, Pato Bragado/PR, Pitangueiras/PR, Planaltina do Paraná/PR, Prado Ferreira/PR, Quarto Centenário/PR, Rancho Alegre D'Oeste/PR, Santo Antônio do Caiuá/PR, São João do Caiuá/PR, São Jorge do Ivaí/PR, São Jorge do Patrocínio/PR, São José das Palmeiras/PR, Uniflor/PR, Verê/PR, Abdon Batista/SC, Anita Garibaldi/SC, Anitápolis/SC, Bela Vista do Toldo/SC, Brunópolis/SC, Campo Belo do Sul/SC, Celso Ramos/SC, Cerro Negro/SC, Doutor Pedrinho/SC, Ermo/SC, Iporã do Oeste/SC, Mondaí/SC, Ouro Verde/SC, Painel/SC, Palmeira/SC, Passo de Torres/SC, Ponte Alta/SC, Ponte Alta do Norte/SC, Rio Rufino/SC, Santa Helena/SC, Santa Rosa do Sul/SC, São Bonifácio/SC, São Cristovão do Sul/SC, Tunápolis/SC, Urupema/SC, Boa Vista da Aparecida/PR, Braganey/PR, Campo Bonito/PR, Nova Santa Rosa/PR, Pinhal de São Bento/PR, Vera Cruz do Oeste/PR, Bocaina do Sul/SC, Witmarsum/SC, Boa Esperança do Iguaçu/PR, Coronel Domingos Soares/PR, Guaraci/PR, Planalto/PR, Salgado Filho/PR, Salto do Itararé/PR, Três Barras do Paraná/PR, Água Doce/SC, Águas Mornas/SC, Arabutã/SC, Calmon/SC, Irineópolis/SC, Palma Sola/SC, Petrolândia/SC, Rio das Antas/SC, Rio Fortuna/SC, Santa Terezinha/SC, São Domingos/SC, Tangará/SC, Timbé do Sul/SC, Vitor Meireles/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2340, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8038893), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATOS DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 15.002 Processo nº 53500.027223/2022-63.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de Adamantina/SP, Águas de Santa Bárbara/SP, Alambari/SP, Anhembi/SP, Aparecida d'Oeste/SP, Arandu/SP, Areiópolis/SP, Ariranha/SP, Assis/SP, Avaré/SP, Bady Bassitt/SP, Bariri/SP, Barra do Chapéu/SP, Barra do Turvo/SP, Bauru/SP, Bebedouro/SP, Bernardino de Campos/SP, Bertioga/SP, Birigui/SP, Bocaina/SP, Boituva/SP, Cajati/SP, Capão Bonito/SP, Cardoso/SP, Catiguá/SP, Colômbia/SP, Cosmorama/SP, Dois Córregos/SP, Dolcinópolis/SP, Dracena/SP, Elisiário/SP, Embaúba/SP, Fernandópolis/SP, Floreal/SP, Getulina/SP, Guaraci/SP, Guareí/SP, Ibiúna/SP, Ipaussu/SP, Itanhaém/SP, Itapetininga/SP, Itariri/SP, Jacupiranga/SP, Jaú/SP, Lençóis Paulista/SP, Lins/SP, Lucélia/SP, Macatuba/SP, Macedônia/SP, Magda/SP, Marapoama/SP, Marília/SP, Meridiano/SP, Mesópolis/SP, Mira Estrela/SP, Mirassol/SP, Monções/SP, Mongaguá/SP, Nova Granada/SP, Nova Luzitânia/SP, Novo Horizonte/SP, Olímpia/SP, Ourinhos/SP, Paranapanema/SP, Parisi/SP, Pederneiras/SP, Pedranópolis/SP, Pereiras/SP, Piedade/SP, Piraju/SP, Pirajuí/SP, Poloni/SP, Pontes Gestal/SP, Praia Grande/SP, Pratânia/SP, Presidente Bernardes/SP, Presidente Prudente/SP, Promissão/SP, Ribeirão Grande/SP, Rinópolis/SP, Salto de Pirapora/SP, Santa Adélia/SP, Santa Clara d'Oeste/SP, Santana da Ponte Pensa/SP, Santa Rita d'Oeste/SP, São Francisco/SP, São João das Duas Pontes/SP, São José do Rio Preto/SP, São Vicente/SP, Sarapuí/SP, Sebastianópolis do Sul/SP, Severínia/SP, Tarabai/SP, Tatuí/SP, Tupã/SP, União Paulista/SP, Vera Cruz/SP, Votorantim/SP, Arco-Íris/SP, Aspásia/SP, Balbinos/SP, Borebi/SP, Brejo Alegre/SP, Dirce Reis/SP, Florínia/SP, Itaju/SP, Itaóca/SP, Itapirapuã Paulista/SP, Lourdes/SP, Nova Canaã Paulista/SP, Nova Castilho/SP, Óleo/SP, Planalto/SP, São João de Iracema/SP, Sarutaiá/SP, Suzanápolis/SP, Timburi/SP, Torre de Pedra/SP, Turiúba/SP, Turmalina/SP, Vitória Brasil/SP, Andradina/SP, Angatuba/SP, Apiaí/SP, Araçatuba/SP, Barretos/SP, Bofete/SP, Botucatu/SP, Cafelândia/SP, Caiuá/SP, Catanduva/SP, Cerqueira César/SP, Cesário Lange/SP, Conchas/SP, Cubatão/SP, Fartura/SP, Flórida Paulista/SP, Guaiçara/SP, Guaraçaí/SP, Guarujá/SP, Ibirá/SP, Igaraçu do Tietê/SP, Iguape/SP, Ilha Comprida/SP, Iperó/SP, Itaí/SP, Itapuí/SP, Itatinga/SP, Junqueirópolis/SP, Laranjal Paulista/SP, Maracaí/SP, Martinópolis/SP, Miracatu/SP, Mirante do Paranapanema/SP, Pacaembu/SP, Palmital/SP, Penápolis/SP, Pilar do Sul/SP, Piquerobi/SP, Pirapozinho/SP, Pompéia/SP, Porto Feliz/SP, Regente Feijó/SP, Registro/SP, Ribeirão Branco/SP, Rosana/SP, Santo Anastácio/SP, Santos/SP, Sorocaba/SP, Taciba/SP, Tanabi/SP, Taquarituba/SP, Teodoro Sampaio/SP, Urupês/SP, Valparaíso/SP, Viradouro/SP, Votuporanga/SP e Chavantes/SP, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4869, de 4 de abril de 2022 (SEI 8264245), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.004 Processo nº 53500.027219/2022-03.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1830 MHz / 1735 MHz, exclusivamente nos municípios de Águas Belas/PE, Araripina/PE, Arcoverde/PE, Cabrobó/PE, Exu/PE, Garanhuns/PE, Ibirajuba/PE, Ingazeira/PE, Itacuruba/PE, Jurema/PE, Palmeirina/PE, Pesqueira/PE, Petrolândia/PE, Quixaba/PE, Salgueiro/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, São José do Belmonte/PE, São José do Egito/PE, Serra Talhada/PE, Arauá/SE, Canindé de São Francisco/SE, Divina Pastora/SE, Pirambu/SE, Poço Redondo/SE, Aimorés/MG, Alfenas/MG, Almenara/MG, Alpinópolis/MG, Cachoeira de Pajeú/MG, Angelândia/MG, Araçuaí/MG, Bela Vista de Minas/MG, Belo Oriente/MG, Betim/MG, Boa Esperança/MG, Botelhos/MG, Brasília de Minas/MG, Buritizeiro/MG, Cachoeira Dourada/MG, Caetanópolis/MG, Caldas/MG, Camacho/MG, Camanducaia/MG, Cambuí/MG, Campanha/MG, Campestre/MG, Campina Verde/MG, Campo Florido/MG, Campos Altos/MG, Campos Gerais/MG, Capelinha/MG, Capim Branco/MG, Capitão Andrade/MG, Capitólio/MG, Caraí/MG, Careaçu/MG, Carmo da Cachoeira/MG, Carmo de Minas/MG, Carmo do Paranaíba/MG, Cascalho Rico/MG, Catas Altas/MG, Catuji/MG, Caxambu/MG, Cedro do Abaeté/MG, Chapada do Norte/MG, Coluna/MG, Comendador Gomes/MG, Comercinho/MG, Conceição das Alagoas/MG, Conceição do Pará/MG, Conceição do Rio Verde/MG, Congonhas/MG, Contagem/MG, Coroaci/MG, Coromandel/MG, Coronel Murta/MG, Córrego Danta/MG, Córrego Fundo/MG, Córrego Novo/MG, Cristiano Otoni/MG, Cuparaque/MG, Divinolândia de Minas/MG, Divinópolis/MG, Elói Mendes/MG, Esmeraldas/MG, Espinosa/MG, Estrela do Indaiá/MG, Extrema/MG, Felisburgo/MG, Felixlândia/MG, Francisco Badaró/MG, Fronteira/MG, Frutal/MG, Guapé/MG, Guaxupé/MG, Guimarânia/MG, Gurinhatã/MG, Iapu/MG, Ibiá/MG, Ibirité/MG, Inhaúma/MG, Ipiaçu/MG, Itabirinha/MG, Itajubá/MG, Itamarandiba/MG, Itatiaiuçu/MG, Iturama/MG, Jaboticatubas/MG, Jacutinga/MG, Jaíba/MG, Januária/MG, Japaraíba/MG, João Pinheiro/MG, Nova União/MG, Juatuba/MG, Ladainha/MG, Lagoa Formosa/MG, Lagoa Grande/MG, Lagoa Santa/MG, Lavras/MG, Leandro Ferreira/MG, Luz/MG, Machado/MG, Mário Campos/MG, Mateus Leme/MG, Matias Cardoso/MG, Matipó/MG, Matozinhos/MG, Medeiros/MG, Monsenhor Paulo/MG, Monte Alegre de Minas/MG, Morro do Pilar/MG, Nacip Raydan/MG, Naque/MG, Nepomuceno/MG, Nova Ponte/MG, Novo Cruzeiro/MG, Onça de Pitangui/MG, Ouro Branco/MG, Ouro Fino/MG, Paineiras/MG, Palmópolis/MG, Paracatu/MG, Paraopeba/MG, Passos/MG, Pedra Azul/MG, Pedrinópolis/MG, Pedro Leopoldo/MG, Perdizes/MG, Piracema/MG, Piranguinho/MG, Pirapora/MG, Piumhi/MG, Planura/MG, Poços de Caldas/MG, Pouso Alegre/MG, Pouso Alto/MG, Prata/MG, Presidente Olegário/MG, Prudente de Morais/MG, Quartel Geral/MG, Raposos/MG, Ribeirão das Neves/MG, Ribeirão Vermelho/MG, Rio Paranaíba/MG, Sacramento/MG, Salinas/MG, Santa Luzia/MG, Santana do Riacho/MG, Santo Antônio do Itambé/MG, São Bento Abade/MG, São Brás do Suaçuí/MG, São Domingos do Prata/MG, São Francisco/MG, São Francisco de Paula/MG, São Gonçalo do Sapucaí/MG, São João Batista do Glória/MG, São Joaquim de Bicas/MG, São José da Lapa/MG, São Lourenço/MG, São Roque de Minas/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, São Thomé das Letras/MG, Sarzedo/MG, Serra do Salitre/MG, Serro/MG, Sete Lagoas/MG, Soledade de Minas/MG, Timóteo/MG, Três Corações/MG, Três Pontas/MG, Tupaciguara/MG, Unaí/MG, Urucânia/MG, Vargem Bonita/MG, Vazante/MG, Vespasiano/MG, Brejo Grande/SE, Cumbe/SE, Feira Nova/SE, Ilha das Flores/SE, Itabi/SE, Macambira/SE, Malhada dos Bois/SE, Malhador/SE, Moita Bonita/SE, Muribeca/SE, Nossa Senhora Aparecida/SE, Nossa Senhora de Lourdes/SE, São Domingos/SE, São Miguel do Aleixo/SE, Siriri/SE, Telha/SE, Abre Campo/MG, Açucena/MG, Aguanil/MG, Albertina/MG, Amparo do Serra/MG, Araçaí/MG, Bandeira do Sul/MG, Barra Longa/MG, Belo Vale/MG, Bonfim/MG, Brazópolis/MG, Bueno Brandão/MG, Cachoeira da Prata/MG, Cachoeira de Minas/MG, Cajuri/MG, Candeias/MG, Caputira/MG, Caranaíba/MG, Carvalhópolis/MG, Casa Grande/MG, Catas Altas da Noruega/MG, Conceição dos Ouros/MG, Consolação/MG, Cristina/MG, Crucilândia/MG, Delfim Moreira/MG, Dionísio/MG, Dom Silvério/MG, Dom Viçoso/MG, Espírito Santo do Dourado/MG, Fortaleza de Minas/MG, Fortuna de Minas/MG, Funilândia/MG, Gonçalves/MG, Guaraciaba/MG, Heliodora/MG, Ibitiúra de Minas/MG, Ijaci/MG, Inconfidentes/MG, Ingaí/MG, Ipaba/MG, Itamogi/MG, Itamonte/MG, Itaverava/MG, Itumirim/MG, Jaguaraçu/MG, Jeceaba/MG, Jequeri/MG, Juruaia/MG, Luminárias/MG, Maria da Fé/MG, Marliéria/MG, Mesquita/MG, Natércia/MG, Olímpio Noronha/MG, Oratórios/MG, Pains/MG, Passabém/MG, Pedra do Indaiá/MG, Pedralva/MG, Piedade de Ponte Nova/MG, Piranguçu/MG, Queluzito/MG, Rio Doce/MG, Rio Manso/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG, Santa Margarida/MG, Santana do Jacaré/MG, Santana dos Montes/MG, Santa Rita de Caldas/MG, Santo Antônio do Grama/MG, São Gonçalo do Pará/MG, São José do Alegre/MG, São Miguel do Anta/MG, São Pedro da União/MG, São Sebastião do Rio Preto/MG, São Sebastião do Rio Verde/MG, São Tomás de Aquino/MG, Senador Amaral/MG, Silvianópolis/MG, Taquaraçu de Minas/MG, Teixeiras/MG, Tocos do Moji/MG, Toledo/MG, Turvolândia/MG, Virgínia/MG, Wenceslau Braz/MG, Aracaju/SE, Estância/SE, Japoatã/SE, Nossa Senhora do Socorro/SE, Propriá/SE, Riachuelo/SE, São Cristóvão/SE, Águas Vermelhas/MG, Berilo/MG, Bom Jesus do Amparo/MG, Braúnas/MG, Central de Minas/MG, Conquista/MG, Conselheiro Lafaiete/MG, Coronel Fabriciano/MG, Desterro de Entre Rios/MG, Divino das Laranjeiras/MG, Divisa Alegre/MG, Divisópolis/MG, Dom Cavati/MG, Dores de Guanhães/MG, Fernandes Tourinho/MG, Fronteira dos Vales/MG, Goiabeira/MG, Ipatinga/MG, Itabira/MG, Itabirito/MG, Itaipé/MG, Itanhomi/MG, Itaobim/MG, Itueta/MG, Jacinto/MG, Jenipapo de Minas/MG, Joaíma/MG, Joanésia/MG, Jordânia/MG, Marilac/MG, Mata Verde/MG, Mendes Pimentel/MG, Nanuque/MG, Nova Módica/MG, Novo Oriente de Minas/MG, Ouro Verde de Minas/MG, Pavão/MG, Pescador/MG, Pocrane/MG, Poté/MG, Salto da Divisa/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, Santa Rita do Itueto/MG, Santo Antônio do Jacinto/MG, São Domingos das Dores/MG, São Gotardo/MG, São João do Oriente/MG, São João Evangelista/MG, São José do Divino/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Serra dos Aimorés/MG, Tarumirim/MG, Tumiritinga/MG, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE, Santa Luzia do Itanhy/SE, Tomar do Geru/SE, Abadia dos Dourados/MG, Arapuá/MG, Araxá/MG, Arcos/MG, Brasilândia de Minas/MG, Brumadinho/MG, Campo Belo/MG, Canápolis/MG, Caratinga/MG, Carlos Chagas/MG, Carrancas/MG, Conselheiro Pena/MG, Córrego do Bom Jesus/MG, Crisólita/MG, Curvelo/MG, Douradoquara/MG, Estrela do Sul/MG, Formiga/MG, Grupiara/MG, Guanhães/MG, Ipanema/MG, Itaúna/MG, Ituiutaba/MG, Janaúba/MG, Manhuaçu/MG, Mantena/MG, Martins Soares/MG, Matutina/MG, Minas Novas/MG, Nova Lima/MG, Nova Serrana/MG, Pará de Minas/MG, Patos de Minas/MG, Patrocínio/MG, Porteirinha/MG, Pratinha/MG, Romaria/MG, Santa Juliana/MG, Santana do Paraíso/MG, Santa Rita de Minas/MG, Santa Rosa da Serra/MG, Taiobeiras/MG, Tapira/MG, Teófilo Otoni/MG, Tiros/MG, Uberaba/MG e Uberlândia/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4863, de 4 de abril de 2022 (SEI 8264012), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.005 Processo nº 53500.027219/2022-03.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de Borba/AM, Iranduba/AM, Manaquiri/AM, Maués/AM, Parintins/AM, Presidente Figueiredo/AM, Silves/AM, Acará/PA, Augusto Corrêa/PA, Aurora do Pará/PA, Baião/PA, Barcarena/PA, Benevides/PA, Bujaru/PA, Capitão Poço/PA, Concórdia do Pará/PA, Maracanã/PA, Marapanim/PA, Moju/PA, Nova Timboteua/PA, Paragominas/PA, Salinópolis/PA, Salvaterra/PA, Santa Bárbara do Pará/PA, Santa Izabel do Pará/PA, Santarém Novo/PA, São Domingos do Capim/PA, São João de Pirabas/PA, São Miguel do Guamá/PA, Soure/PA, Tailândia/PA, Tomé-Açu/PA, Ulianópolis/PA, Águas Belas/PE, Araripina/PE, Arcoverde/PE, Cabrobó/PE, Exu/PE, Garanhuns/PE, Ibirajuba/PE, Ingazeira/PE, Itacuruba/PE, Jurema/PE, Palmeirina/PE, Pesqueira/PE, Petrolândia/PE, Quixaba/PE, Salgueiro/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, São José do Belmonte/PE, São José do Egito/PE, Serra Talhada/PE, Arauá/SE, Canindé de São Francisco/SE, Divina Pastora/SE, Pirambu/SE, Poço Redondo/SE, América Dourada/BA, Angical/BA, Barra/BA, Caatiba/BA, Caculé/BA, Caetanos/BA, Capim Grosso/BA, Condeúba/BA, Cristópolis/BA, Ibotirama/BA, Iramaia/BA, Itaparica/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Piripá/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Rio do Antônio/BA, São Desidério/BA, Sítio do Mato/BA, Tapiramutá/BA, Tremedal/BA, Uibaí/BA, Várzea Nova/BA, Aimorés/MG, Alfenas/MG, Almenara/MG, Alpinópolis/MG, Cachoeira de Pajeú/MG, Angelândia/MG, Araçuaí/MG, Bela Vista de Minas/MG, Belo Oriente/MG, Betim/MG, Boa Esperança/MG, Botelhos/MG, Brasília de Minas/MG, Buritizeiro/MG, Cachoeira Dourada/MG, Caetanópolis/MG, Caldas/MG, Camacho/MG, Camanducaia/MG, Cambuí/MG, Campanha/MG, Campestre/MG, Campina Verde/MG, Campo Florido/MG, Campos Altos/MG, Campos Gerais/MG, Capelinha/MG, Capim Branco/MG, Capitão Andrade/MG, Capitólio/MG, Caraí/MG, Careaçu/MG, Carmo da Cachoeira/MG, Carmo de Minas/MG, Carmo do Paranaíba/MG, Cascalho Rico/MG, Catas Altas/MG, Catuji/MG, Caxambu/MG, Cedro do Abaeté/MG, Chapada do Norte/MG, Coluna/MG, Comendador Gomes/MG, Comercinho/MG, Conceição das Alagoas/MG, Conceição do Pará/MG, Conceição do Rio Verde/MG, Congonhas/MG, Contagem/MG, Coroaci/MG, Coromandel/MG, Coronel Murta/MG, Córrego Danta/MG, Córrego Fundo/MG, Córrego Novo/MG, Cristiano Otoni/MG, Cuparaque/MG, Divinolândia de Minas/MG, Divinópolis/MG, Elói Mendes/MG, Esmeraldas/MG, Espinosa/MG, Estrela do Indaiá/MG, Extrema/MG, Felisburgo/MG, Felixlândia/MG, Francisco Badaró/MG, Fronteira/MG, Frutal/MG, Guapé/MG, Guaxupé/MG, Guimarânia/MG, Gurinhatã/MG, Iapu/MG, Ibiá/MG, Ibirité/MG, Inhaúma/MG, Ipiaçu/MG, Itabirinha/MG, Itajubá/MG, Itamarandiba/MG, Itatiaiuçu/MG, Iturama/MG, Jaboticatubas/MG, Jacutinga/MG, Jaíba/MG, Januária/MG, Japaraíba/MG, João Pinheiro/MG, Nova União/MG, Juatuba/MG, Ladainha/MG, Lagoa Formosa/MG, Lagoa Grande/MG, Lagoa Santa/MG, Lavras/MG, Leandro Ferreira/MG, Luz/MG, Machado/MG, Mário Campos/MG, Mateus Leme/MG, Matias Cardoso/MG, Matipó/MG, Matozinhos/MG, Medeiros/MG, Monsenhor Paulo/MG, Monte Alegre de Minas/MG, Morro do Pilar/MG, Nacip Raydan/MG, Naque/MG, Nepomuceno/MG, Nova Ponte/MG, Novo Cruzeiro/MG, Onça de Pitangui/MG, Ouro Branco/MG, Ouro Fino/MG, Paineiras/MG, Palmópolis/MG, Paracatu/MG, Paraopeba/MG, Passos/MG, Pedra Azul/MG, Pedrinópolis/MG, Pedro Leopoldo/MG, Perdizes/MG, Piracema/MG, Piranguinho/MG, Pirapora/MG, Piumhi/MG, Planura/MG, Poços de Caldas/MG, Pouso Alegre/MG, Pouso Alto/MG, Prata/MG, Presidente Olegário/MG, Prudente de Morais/MG, Quartel Geral/MG, Raposos/MG, Ribeirão das Neves/MG, Ribeirão Vermelho/MG, Rio Paranaíba/MG, Sacramento/MG, Salinas/MG, Santa Luzia/MG, Santana do Riacho/MG, Santo Antônio do Itambé/MG, São Bento Abade/MG, São Brás do Suaçuí/MG, São Domingos do Prata/MG, São Francisco/MG, São Francisco de Paula/MG, São Gonçalo do Sapucaí/MG, São João Batista do Glória/MG, São Joaquim de Bicas/MG, São José da Lapa/MG, São Lourenço/MG, São Roque de Minas/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, São Thomé das Letras/MG, Sarzedo/MG, Serra do Salitre/MG, Serro/MG, Sete Lagoas/MG, Soledade de Minas/MG, Timóteo/MG, Três Corações/MG, Três Pontas/MG, Tupaciguara/MG, Unaí/MG, Urucânia/MG, Vargem Bonita/MG, Vazante/MG, Vespasiano/MG, Afonso Cláudio/ES, Baixo Guandu/ES, Conceição do Castelo/ES, Ecoporanga/ES, Iconha/ES, Montanha/ES, Presidente Kennedy/ES, Vargem Alta/ES, Careiro da Várzea/AM, Colares/PA, Inhangapi/PA, Magalhães Barata/PA, Melgaço/PA, Peixe-Boi/PA, Primavera/PA, Tracuateua/PA, Brejo Grande/SE, Cumbe/SE, Feira Nova/SE, Ilha das Flores/SE, Itabi/SE, Macambira/SE, Malhada dos Bois/SE, Malhador/SE, Moita Bonita/SE, Muribeca/SE, Nossa Senhora Aparecida/SE, Nossa Senhora de Lourdes/SE, São Domingos/SE, São Miguel do Aleixo/SE, Siriri/SE, Telha/SE, Érico Cardoso/BA, Baianópolis/BA, Barra do Mendes/BA, Barro Alto/BA, Belo Campo/BA, Botuporã/BA, Caém/BA, Caldeirão Grande/BA, Caturama/BA, Ibiassucê/BA, Ibititá/BA, Lagoa Real/BA, Lapão/BA, Maiquinique/BA, Mairi/BA, Mirangaba/BA, Quixabeira/BA, Santana/BA, São Gabriel/BA, São José do Jacuípe/BA, Serra Dourada/BA, Abre Campo/MG, Açucena/MG, Aguanil/MG, Albertina/MG, Amparo do Serra/MG, Araçaí/MG, Bandeira do Sul/MG, Barra Longa/MG, Belo Vale/MG, Bonfim/MG, Brazópolis/MG, Bueno Brandão/MG, Cachoeira da Prata/MG, Cachoeira de Minas/MG, Cajuri/MG, Candeias/MG, Caputira/MG, Caranaíba/MG, Carvalhópolis/MG, Casa Grande/MG, Catas Altas da Noruega/MG, Conceição dos Ouros/MG, Consolação/MG, Cristina/MG, Crucilândia/MG, Delfim Moreira/MG, Dionísio/MG, Dom Silvério/MG, Dom Viçoso/MG, Espírito Santo do Dourado/MG, Fortaleza de Minas/MG, Fortuna de Minas/MG, Funilândia/MG, Gonçalves/MG, Guaraciaba/MG, Heliodora/MG, Ibitiúra de Minas/MG, Ijaci/MG, Inconfidentes/MG, Ingaí/MG, Ipaba/MG, Itamogi/MG, Itamonte/MG, Itaverava/MG, Itumirim/MG, Jaguaraçu/MG, Jeceaba/MG, Jequeri/MG, Juruaia/MG, Luminárias/MG, Maria da Fé/MG, Marliéria/MG, Mesquita/MG, Natércia/MG, Olímpio Noronha/MG, Oratórios/MG, Pains/MG, Passabém/MG, Pedra do Indaiá/MG, Pedralva/MG, Piedade de Ponte Nova/MG, Piranguçu/MG, Queluzito/MG, Rio Doce/MG, Rio Manso/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG, Santa Margarida/MG, Santana do Jacaré/MG, Santana dos Montes/MG, Santa Rita de Caldas/MG, Santo Antônio do Grama/MG, São Gonçalo do Pará/MG, São José do Alegre/MG, São Miguel do Anta/MG, São Pedro da União/MG, São Sebastião do Rio Preto/MG, São Sebastião do Rio Verde/MG, São Tomás de Aquino/MG, Senador Amaral/MG, Silvianópolis/MG, Taquaraçu de Minas/MG, Teixeiras/MG, Tocos do Moji/MG, Toledo/MG, Turvolândia/MG, Virgínia/MG, Wenceslau Braz/MG, Ponto Belo/ES, Autazes/AM, Careiro/AM, Itacoatiara/AM, Manacapuru/AM, Manaus/AM, Nova Olinda do Norte/AM, Ananindeua/PA, Belém/PA, Bragança/PA, Cametá/PA, Capanema/PA, Castanhal/PA, Curuçá/PA, Igarapé-Miri/PA, Irituia/PA, Marituba/PA, Portel/PA, Vigia/PA, Aracaju/SE, Estância/SE, Japoatã/SE, Nossa Senhora do Socorro/SE, Propriá/SE, Riachuelo/SE, São Cristóvão/SE, Bom Jesus da Lapa/BA, Brumado/BA, Cotegipe/BA, Guanambi/BA, Itapetinga/BA, Itiúba/BA, Jacobina/BA, Lauro de Freitas/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Morro do Chapéu/BA, São Francisco do Conde/BA, São Sebastião do Passé/BA, Senhor do Bonfim/BA, Tanque Novo/BA, Xique-Xique/BA, Águas Vermelhas/MG, Berilo/MG, Bom Jesus do Amparo/MG, Braúnas/MG, Central de Minas/MG, Conquista/MG, Conselheiro Lafaiete/MG, Coronel Fabriciano/MG, Desterro de Entre Rios/MG, Divino das

Laranjeiras/MG, Divisa Alegre/MG, Divisópolis/MG, Dom Cavati/MG, Dores de Guanhães/MG, Fernandes Tourinho/MG, Fronteira dos Vales/MG, Goiabeira/MG, Ipatinga/MG, Itabira/MG, Itabirito/MG, Itaipé/MG, Itanhomi/MG, Itaobim/MG, Itueta/MG, Jacinto/MG, Jenipapo de Minas/MG, Joaíma/MG, Joanésia/MG, Jordânia/MG, Marilac/MG, Mata Verde/MG, Mendes Pimentel/MG, Nanuque/MG, Nova Módica/MG, Novo Oriente de Minas/MG, Ouro Verde de Minas/MG, Pavão/MG, Pescador/MG, Pocrane/MG, Poté/MG, Salto da Divisa/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, Santa Rita do Itueto/MG, Santo Antônio do Jacinto/MG, São Domingos das Dores/MG, São Gotardo/MG, São João do Oriente/MG, São João Evangelista/MG, São José do Divino/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Serra dos Aimorés/MG, Tarumirim/MG, Tumiritinga/MG, Anchieta/ES, Domingos Martins/ES, Fundão/ES, Guaçuí/ES, Ibiraçu/ES, Jaguaré/ES, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE, Santa Luzia do Itanhy/SE, Tomar do Geru/SE, Barra do Choça/BA, Barreiras/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Camaçari/BA, Canápolis/BA, Candeias/BA, Caraíbas/BA, Cordeiros/BA, Curaçá/BA, Dias d'Ávila/BA, Guajeru/BA, Jaborandi/BA, Maetinga/BA, Malhada de Pedras/BA, Mata de São João/BA, Mirante/BA, Pojuca/BA, Salvador/BA, Saúde/BA, Simões Filho/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Vitória da Conquista/BA, Abadia dos Dourados/MG, Arapuá/MG, Araxá/MG, Arcos/MG, Brasilândia de Minas/MG, Brumadinho/MG, Campo Belo/MG, Canápolis/MG, Caratinga/MG, Carlos Chagas/MG, Carrancas/MG, Conselheiro Pena/MG, Córrego do Bom Jesus/MG, Crisólita/MG, Curvelo/MG, Douradoquara/MG, Estrela do Sul/MG, Formiga/MG, Grupiara/MG, Guanhães/MG, Ipanema/MG, Itaúna/MG, Ituiutaba/MG, Janaúba/MG, Manhuaçu/MG, Mantena/MG, Martins Soares/MG, Matutina/MG, Minas Novas/MG, Nova Lima/MG, Nova Serrana/MG, Pará de Minas/MG, Patos de Minas/MG, Patrocínio/MG, Porteirinha/MG, Pratinha/MG, Romaria/MG, Santa Juliana/MG, Santana do Paraíso/MG, Santa Rita de Minas/MG, Santa Rosa da Serra/MG, Taiobeiras/MG, Tapira/MG, Teófilo Otoni/MG, Tiros/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Água Doce do Norte/ES, Alegre/ES, Aracruz/ES, Atilio Vivacqua/ES, Barra de São Francisco/ES, Castelo/ES, Colatina/ES, Conceição da Barra/ES, Governador Lindenberg/ES, Guarapari/ES, Irupi/ES, Itapemirim/ES, Linhares/ES, Marechal Floriano/ES, Marilândia/ES, Mimoso do Sul/ES, Muniz Freire/ES, Nova Venécia/ES, Pedro Canário/ES, Piúma/ES, São Gabriel da Palha/ES, São Mateus/ES, Venda Nova do Imigrante/ES e Viana/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4863, de 4 de abril de 2022 (SEI 8264012), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.006 Processo nº 53500.027221/2022-74.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz / 1826.25 MHz / 1731.25 MHz / 1828.75 MHz / 1733.75 MHz / 1831.25 MHz / 1736.25 MHz / 1833.75 MHz / 1738.75 MHz, exclusivamente nos municípios de Águas Frias/SC, Barra Bonita/SC, Bom Jesus do Oeste/SC, Chapecó/SC, Cunhataí/SC, Flor do Sertão/SC, Fraiburgo/SC, Grão Pará/SC, Guaramirim/SC, Imbituba/SC, Imbuia/SC, Ipumirim/SC, Irati/SC, Itapiranga/SC, Joaçaba/SC, Lages/SC, Laurentino/SC, Luiz Alves/SC, Maracajá/SC, Maravilha/SC, Orleans/SC, Palmitos/SC, Paraíso/SC, Penha/SC, Piratuba/SC, Planalto Alegre/SC, Ponte Serrada/SC, Princesa/SC, Rio dos Cedros/SC, Saltinho/SC, Santiago do Sul/SC, São Bernardino/SC, São Carlos/SC, São Joaquim/SC, São José do Cedro/SC, São José do Cerrito/SC, São Ludgero/SC, São Miguel do Oeste/SC, São Pedro de Alcântara/SC, Tigrinhos/SC, Timbó Grande/SC, Treze de Maio/SC, União do Oeste/SC, Urubici/SC, Xanxerê/SC, Zortéa/SC, Agronômica/SC, Alto Bela Vista/SC, Anchieta/SC, Armazém/SC, Arroio Trinta/SC, Arvoredo/SC, Ascurra/SC, Aurora/SC, Bandeirante/SC, Belmonte/SC, Bom Jesus/SC, Caibi/SC, Campo Erê/SC, Caxambu do Sul/SC, Chapadão do Lageado/SC, Coronel Freitas/SC, Coronel Martins/SC, Descanso/SC, Dona Emma/SC, Entre Rios/SC, Frei Rogério/SC, Galvão/SC, Guaraciaba/SC, Guarujá do Sul/SC, Guatambú/SC, Ibiam/SC, Imaruí/SC, Ipira/SC, Ipuaçu/SC, Itá/SC, Jaborá/SC, Jupiá/SC, Lacerdópolis/SC, Lajeado Grande/SC, Lindóia do Sul/SC, Lontras/SC, Macieira/SC, Major Gercino/SC, Major Vieira/SC, Marema/SC, Matos Costa/SC, Meleiro/SC, Modelo/SC, Monte Castelo/SC, Nova Erechim/SC, Paial/SC, Peritiba/SC, Pescaria Brava/SC, Presidente Castello Branco/SC, Rio do Oeste/SC, Riqueza/SC, Santa Rosa de Lima/SC, São João do Oeste/SC, São João do Sul/SC, São Martinho/SC, Saudades/SC, Serra Alta/SC, Treviso/SC, Treze Tílias/SC, Trombudo Central/SC, Vidal Ramos/SC, Xavantina/SC, Araquari/SC, Bom Jardim da Serra/SC, Criciúma/SC, Erval Velho/SC, Florianópolis/SC, Formosa do Sul/SC, Ibicaré/SC, Iomerê/SC, Iraceminha/SC, Itaiópolis/SC, Jaguaruna/SC, Jaraguá do Sul/SC, Jardinópolis/SC, Massaranduba/SC, Morro Grande/SC, Nova Itaberaba/SC, Nova Trento/SC, Novo Horizonte/SC, Palhoça/SC, Passos Maia/SC, Pinheiro Preto/SC, Praia Grande/SC, Rio Negrinho/SC, Salto Veloso/SC, Sangão/SC, Santa Terezinha do Progresso/SC, São José/SC, São Miguel da Boa Vista/SC, Sul Brasil/SC, Tijucas/SC, Tubarão/SC, Urussanga/SC, Vargeão/SC, Vargem Bonita/SC, Angelina/SC, Balneário Camboriú/SC, Blumenau/SC, Botuverá/SC, Braço do Trombudo/SC, Brusque/SC, Camboriú/SC, Campo Alegre/SC, Concórdia/SC, Gaspar/SC, Guabiruba/SC, Indaial/SC, Itajaí/SC, Itapema/SC, Joinville/SC, José Boiteux/SC, Mirim Doce/SC, Papanduva/SC, Rio do Campo/SC, Rodeio/SC, São Bento do Sul/SC, São João do Itaperiú/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4858, de 4 de abril de 2022 (SEI 8263692), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.007 Processo nº 53500.027221/2022-74.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de Araruna/PR, Assis Chateaubriand/PR, Barbosa Ferraz/PR, Campo Mourão/PR, Cianorte/PR, Cidade Gaúcha/PR, Colorado/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Floresta/PR, Formosa do Oeste/PR, Icaraíma/PR, Iretama/PR, Itambé/PR, Ivaté/PR, Japurá/PR, Loanda/PR, Maringá/PR, Paranavaí/PR, Pérola/PR, Pinhalão/PR, Querência do Norte/PR, Roncador/PR, Rondon/PR, Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Santa Isabel do Ivaí/PR, São Carlos do Ivaí/PR, São Miguel do Iguaçu/PR, Tuneiras do Oeste/PR, Tupãssi/PR, Águas Frias/SC, Barra Bonita/SC, Bom Jesus do Oeste/SC, Chapecó/SC, Cunhataí/SC, Flor do Sertão/SC, Fraiburgo/SC, Grão Pará/SC, Guaramirim/SC, Imbituba/SC, Imbuia/SC, Ipumirim/SC, Irati/SC, Itapiranga/SC, Joaçaba/SC, Lages/SC, Laurentino/SC, Luiz Alves/SC, Maracajá/SC, Maravilha/SC, Orleans/SC, Palmitos/SC, Paraíso/SC, Penha/SC, Piratuba/SC, Planalto Alegre/SC, Ponte Serrada/SC, Princesa/SC, Rio dos Cedros/SC, Saltinho/SC, Santiago do Sul/SC, São Bernardino/SC, São Carlos/SC, São Joaquim/SC, São José do Cedro/SC, São José do Cerrito/SC, São Ludgero/SC, São Miguel do Oeste/SC, São Pedro de Alcântara/SC, Tigrinhos/SC, Timbó Grande/SC, Treze de Maio/SC, União do Oeste/SC, Urubici/SC, Xanxerê/SC, Zortéa/SC, Ângulo/PR, Arapuã/PR, Ariranha do Ivaí/PR, Atalaia/PR, Barracão/PR, Barra do Jacaré/PR, Corumbataí do Sul/PR, Cruzmaltina/PR, Douradina/PR, Doutor Camargo/PR, Esperança Nova/PR, Fênix/PR, Floraí/PR, Flórida/PR, Guapirama/PR, Guaporema/PR, Iracema do Oeste/PR, Itaguajé/PR, Itapejara d'Oeste/PR, Ivatuba/PR, Jaboti/PR, Janiópolis/PR, Japira/PR, Jardim Olinda/PR, Jundiaí do Sul/PR, Lidianópolis/PR, Lobato/PR, Lupionópolis/PR, Mariópolis/PR, Maripá/PR, Marumbi/PR, Mirador/PR, Miraselva/PR, Munhoz de Melo/PR, Nossa Senhora das Graças/PR, Nova Aliança do Ivaí/PR, Nova América da Colina/PR, Nova Olímpia/PR, Nova Santa Bárbara/PR, Novo Itacolomi/PR, Ourizona/PR, Paranapoema/PR, Pérola d'Oeste/PR, Porto Rico/PR, Pranchita/PR, Quatro Pontes/PR, Ramilândia/PR, Rancho Alegre/PR, Renascença/PR, Rio Bom/PR, Rio Branco do Ivaí/PR, Sabáudia/PR, Santa Cecília do Pavão/PR, Santa Izabel do Oeste/PR, Santa Lúcia/PR, Santa Mônica/PR, Santana do Itararé/PR, Santo Antônio do Paraíso/PR, São João/PR, São Jorge d'Oeste/PR, São Manoel do Paraná/PR, São Pedro do Paraná/PR, São Tomé/PR, Saudade do Iguaçu/PR, Serranópolis do Iguaçu/PR, Tamboara/PR, Tapira/PR, Alto Paraíso/PR, Vitorino/PR, Agronômica/SC, Alto Bela Vista/SC, Anchieta/SC, Armazém/SC, Arroio Trinta/SC, Arvoredo/SC, Ascurra/SC, Aurora/SC, Bandeirante/SC, Belmonte/SC, Bom Jesus/SC, Caibi/SC, Campo Erê/SC, Caxambu do Sul/SC, Chapadão do Lageado/SC, Coronel Freitas/SC, Coronel Martins/SC, Descanso/SC, Dona Emma/SC, Entre Rios/SC, Frei Rogério/SC, Galvão/SC, Guaraciaba/SC, Guarujá do Sul/SC, Guatambú/SC, Ibiam/SC, Imaruí/SC, Ipira/SC, Ipuaçu/SC, Itá/SC, Jaborá/SC, Jupiá/SC, Lacerdópolis/SC, Lajeado Grande/SC, Lindóia do Sul/SC, Lontras/SC, Macieira/SC, Major Gercino/SC, Major Vieira/SC, Marema/SC, Matos Costa/SC, Meleiro/SC, Modelo/SC, Monte Castelo/SC, Nova Erechim/SC, Paial/SC, Peritiba/SC, Pescaria Brava/SC, Presidente Castello Branco/SC, Rio do Oeste/SC, Riqueza/SC, Santa Rosa de Lima/SC, São João do Oeste/SC, São João do Sul/SC, São Martinho/SC, Saudades/SC, Serra Alta/SC, Treviso/SC, Treze Tílias/SC, Trombudo Central/SC, Vidal Ramos/SC, Xavantina/SC, Abatiá/PR, Apucarana/PR, Arapongas/PR, Bom Sucesso/PR, Borrazópolis/PR, Brasilândia do Sul/PR, Cafeara/PR, Cafezal do Sul/PR, Califórnia/PR, Cambé/PR, Cândido de Abreu/PR, Céu Azul/PR, Congonhinhas/PR, Curiúva/PR, Farol/PR, Figueira/PR, Grandes Rios/PR, Ibema/PR, Iguaraçu/PR, Indianópolis/PR, Itambaracá/PR, Ivaiporã/PR, Jacarezinho/PR, Jaguariaíva/PR, Jardim Alegre/PR, Jussara/PR, Londrina/PR, Maria Helena/PR, Mauá da Serra/PR, Nova Fátima/PR, Perobal/PR, Porecatu/PR, Presidente Castelo Branco/PR, Quatiguá/PR, Quinta do Sol/PR, Rolândia/PR, Santa Inês/PR, Santo Antônio da Platina/PR, Santo Antônio do Sudoeste/PR, Santo Inácio/PR, São Jerônimo da Serra/PR, São José da Boa Vista/PR, São Pedro do Ivaí/PR, São Sebastião da Amoreira/PR, Sarandi/PR, Sengés/PR, Sertaneja/PR, Tamarana/PR, Umuarama/PR, Xambrê/PR, Araquari/SC, Bom Jardim da Serra/SC, Criciúma/SC, Erval Velho/SC, Florianópolis/SC, Formosa do Sul/SC, Ibicaré/SC, Iomerê/SC, Iraceminha/SC, Itaiópolis/SC, Jaguaruna/SC, Jaraguá do Sul/SC, Jardinópolis/SC, Massaranduba/SC, Morro Grande/SC, Nova Itaberaba/SC, Nova Trento/SC, Novo Horizonte/SC, Palhoça/SC, Passos Maia/SC, Pinheiro Preto/SC, Praia Grande/SC, Rio Negrinho/SC, Salto Veloso/SC, Sangão/SC, Santa Terezinha do Progresso/SC, São José/SC, São Miguel da Boa Vista/SC, Sul Brasil/SC, Tijucas/SC, Tubarão/SC, Urussanga/SC, Vargeão/SC, Vargem Bonita/SC, Bela Vista da Caroba/PR, Bom Jesus do Sul/PR, Bom Sucesso do Sul/PR, Cascavel/PR, Cruzeiro do Iguaçu/PR, Enéas Marques/PR, Flor da Serra do Sul/PR, Foz do Iguaçu/PR, Francisco Beltrão/PR, Ibiporã/PR, Kaloré/PR, Leópolis/PR, Lindoeste/PR, Lunardelli/PR, Manfrinópolis/PR, Nova Esperança do Sudoeste/PR, Palmas/PR, Pato Branco/PR, Rio Negro/PR, Rosário do Ivaí/PR, Santa Amélia/PR, São Pedro do Iguaçu/PR, Sapopema/PR, Sulina/PR, Toledo/PR, Angelina/SC, Balneário Camboriú/SC, Blumenau/SC, Botuverá/SC, Braço do Trombudo/SC, Brusque/SC, Camboriú/SC, Campo Alegre/SC, Concórdia/SC, Gaspar/SC, Guabiruba/SC, Indaial/SC, Itajaí/SC, Itapema/SC, Joinville/SC, José Boiteux/SC, Mirim Doce/SC, Papanduva/SC, Rio do Campo/SC, Rodeio/SC, São Bento do Sul/SC, São João do Itaperiú/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4858, de 4 de abril de 2022 (SEI 8263692), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.008 Processo nº 53500.010658/2022-79.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2665 MHz / 2545 MHz / 1855 MHz / 1760 MHz / 1837.5 MHz / 1842.5 MHz / 1847.5 MHz / 1742.5 MHz / 1747.5 MHz / 1752.5 MHz / 958.75 MHz / 913.75 MHz, exclusivamente nos municípios de Adamantina/SP, Águas de Santa Bárbara/SP, Alambari/SP, Anhembi/SP, Aparecida d'Oeste/SP, Arandu/SP, Areiópolis/SP, Ariranha/SP, Assis/SP, Avaré/SP, Bady Bassitt/SP, Bariri/SP, Barra do Chapéu/SP, Barra do Turvo/SP, Bauru/SP, Bebedouro/SP, Bernardino de Campos/SP, Bertioga/SP, Birigui/SP, Bocaina/SP, Boituva/SP, Cajati/SP, Capão Bonito/SP, Cardoso/SP, Catiguá/SP, Colômbia/SP, Cosmorama/SP, Dois Córregos/SP, Dolcinópolis/SP, Dracena/SP, Elisiário/SP, Embaúba/SP, Fernandópolis/SP, Floreal/SP, Getulina/SP, Guaraci/SP, Guareí/SP, Ibiúna/SP, Ipaussu/SP, Itanhaém/SP, Itapetininga/SP, Itariri/SP, Jacupiranga/SP, Jaú/SP, Lençóis Paulista/SP, Lins/SP, Lucélia/SP, Macatuba/SP, Macedônia/SP, Magda/SP, Marapoama/SP, Marília/SP, Meridiano/SP, Mesópolis/SP, Mira Estrela/SP, Mirassol/SP, Monções/SP, Mongaguá/SP, Nova Granada/SP, Nova Luzitânia/SP, Novo Horizonte/SP, Olímpia/SP, Ourinhos/SP, Paranapanema/SP, Parisi/SP, Pederneiras/SP, Pedranópolis/SP, Pereiras/SP, Piedade/SP, Piraju/SP, Pirajuí/SP, Poloni/SP, Pontes Gestal/SP, Praia Grande/SP, Pratânia/SP, Presidente Bernardes/SP, Presidente Prudente/SP, Promissão/SP, Ribeirão Grande/SP, Rinópolis/SP, Salto de Pirapora/SP, Santa Adélia/SP, Santa Clara d'Oeste/SP, Santana da Ponte Pensa/SP, Santa Rita d'Oeste/SP, São Francisco/SP, São João das Duas Pontes/SP, São José do Rio Preto/SP, São Vicente/SP, Sarapuí/SP, Sebastianópolis do Sul/SP, Severínia/SP, Tarabai/SP, Tatuí/SP, Tupã/SP, União Paulista/SP, Vera Cruz/SP, Votorantim/SP, Arco-Íris/SP, Aspásia/SP, Balbinos/SP, Borebi/SP, Brejo Alegre/SP, Dirce Reis/SP, Florínia/SP, Itaju/SP, Itaóca/SP, Itapirapuã Paulista/SP, Lourdes/SP, Nova Canaã Paulista/SP, Nova Castilho/SP, Óleo/SP, Planalto/SP, São João de Iracema/SP, Sarutaiá/SP, Suzanápolis/SP, Timburi/SP, Torre de Pedra/SP, Turiúba/SP, Turmalina/SP, Vitória Brasil/SP, Andradina/SP, Angatuba/SP, Apiaí/SP, Araçatuba/SP, Barretos/SP, Bofete/SP, Botucatu/SP, Cafelândia/SP, Caiuá/SP, Catanduva/SP, Cerqueira César/SP, Cesário Lange/SP, Conchas/SP, Cubatão/SP, Fartura/SP, Flórida Paulista/SP, Guaiçara/SP, Guaraçaí/SP, Guarujá/SP, Ibirá/SP, Igaraçu do Tietê/SP, Iguape/SP, Ilha Comprida/SP, Iperó/SP, Itaí/SP, Itapuí/SP, Itatinga/SP, Junqueirópolis/SP, Laranjal Paulista/SP, Maracaí/SP, Martinópolis/SP, Miracatu/SP, Mirante do Paranapanema/SP, Pacaembu/SP, Palmital/SP, Penápolis/SP, Pilar do Sul/SP, Piquerobi/SP, Pirapozinho/SP, Pompéia/SP, Porto Feliz/SP, Regente Feijó/SP, Registro/SP, Ribeirão Branco/SP, Rosana/SP, Santo Anastácio/SP, Santos/SP, Sorocaba/SP, Taciba/SP, Tanabi/SP, Taquarituba/SP, Teodoro Sampaio/SP, Urupês/SP, Valparaíso/SP, Viradouro/SP, Votuporanga/SP, Chavantes/SP, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2341, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8039533), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.010 Processo nº 53500.010658/2022-79.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 2152.5 MHz / 1957.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Adamantina/SP, Águas de Santa Bárbara/SP, Alambari/SP, Anhembi/SP, Aparecida d'Oeste/SP, Arandu/SP, Areiópolis/SP, Ariranha/SP, Assis/SP, Avaré/SP, Bady Bassitt/SP, Bariri/SP, Barra do Chapéu/SP, Barra do Turvo/SP, Bauru/SP, Bebedouro/SP, Bernardino de Campos/SP, Bertioga/SP, Birigui/SP, Bocaina/SP, Boituva/SP, Cajati/SP, Capão Bonito/SP, Cardoso/SP, Catiguá/SP, Cosmorama/SP, Dois Córregos/SP, Dolcinópolis/SP, Dracena/SP, Elisiário/SP, Embaúba/SP, Fernandópolis/SP, Floreal/SP, Getulina/SP, Guaraci/SP, Guareí/SP, Ibiúna/SP, Ipaussu/SP, Itanhaém/SP, Itapetininga/SP, Itariri/SP, Jacupiranga/SP, Jaú/SP, Lençóis Paulista/SP, Lins/SP, Lucélia/SP, Macatuba/SP, Macedônia/SP, Magda/SP, Marapoama/SP, Marília/SP, Meridiano/SP, Mesópolis/SP, Mira Estrela/SP, Mirassol/SP, Monções/SP, Mongaguá/SP, Nova Granada/SP, Nova Luzitânia/SP, Novo Horizonte/SP, Olímpia/SP, Ourinhos/SP, Paranapanema/SP, Parisi/SP, Pederneiras/SP, Pedranópolis/SP, Pereiras/SP, Piedade/SP, Piraju/SP, Pirajuí/SP, Poloni/SP, Pontes Gestal/SP, Praia Grande/SP, Pratânia/SP, Presidente Bernardes/SP, Presidente Prudente/SP, Promissão/SP, Ribeirão Grande/SP, Rinópolis/SP, Salto de Pirapora/SP, Santa Adélia/SP, Santa Clara d'Oeste/SP, Santana da Ponte Pensa/SP, Santa Rita d'Oeste/SP, São Francisco/SP, São João das Duas Pontes/SP, São José do Rio Preto/SP, São Vicente/SP, Sarapuí/SP, Sebastianópolis do Sul/SP, Severínia/SP, Tarabai/SP, Tatuí/SP, Tupã/SP, União Paulista/SP, Vera Cruz/SP, Votorantim/SP, Arco-Íris/SP, Aspásia/SP, Balbinos/SP, Borebi/SP, Brejo Alegre/SP, Dirce Reis/SP, Florínia/SP, Itaju/SP, Itaóca/SP, Itapirapuã Paulista/SP, Lourdes/SP, Nova Canaã Paulista/SP, Nova Castilho/SP, Óleo/SP, Planalto/SP, São João de Iracema/SP, Sarutaiá/SP, Suzanápolis/SP, Timburi/SP, Torre de Pedra/SP, Turiúba/SP, Turmalina/SP, Vitória Brasil/SP, Andradina/SP, Angatuba/SP, Apiaí/SP, Araçatuba/SP, Barretos/SP, Bofete/SP, Botucatu/SP, Cafelândia/SP, Caiuá/SP, Catanduva/SP, Cerqueira César/SP, Cesário Lange/SP, Conchas/SP, Cubatão/SP, Fartura/SP, Flórida Paulista/SP, Guaiçara/SP, Guaraçaí/SP, Guarujá/SP, Ibirá/SP, Igaraçu do Tietê/SP, Iguape/SP, Ilha Comprida/SP, Iperó/SP, Itaí/SP, Itapuí/SP, Itatinga/SP, Junqueirópolis/SP, Laranjal Paulista/SP, Maracaí/SP, Martinópolis/SP, Miracatu/SP, Mirante do Paranapanema/SP, Pacaembu/SP, Palmital/SP, Penápolis/SP, Pilar do Sul/SP, Piquerobi/SP, Pirapozinho/SP, Pompéia/SP, Porto Feliz/SP, Regente Feijó/SP, Registro/SP, Ribeirão Branco/SP, Rosana/SP, Santo Anastácio/SP, Santos/SP, Sorocaba/SP, Taciba/SP, Tanabi/SP, Taquarituba/SP, Teodoro Sampaio/SP, Urupês/SP, Valparaíso/SP, Viradouro/SP, Votuporanga/SP, Chavantes/SP, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2341, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8039533), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 15.067 Processo nº 53500.010657/2022-24.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 958.75 MHz / 913.75 MHz / 2665 MHz / 2545 MHz / 1837.5 MHz / 1842.5 MHz / 1847.5 MHz / 1742.5 MHz / 1747.5 MHz / 1752.5 MHz / 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Araruna/PR, Assis Chateaubriand/PR, Barbosa Ferraz/PR, Campo Mourão/PR, Cianorte/PR, Cidade Gaúcha/PR, Colorado/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Floresta/PR, Formosa do Oeste/PR, Icaraíma/PR, Iretama/PR, Itambé/PR, Ivaté/PR, Japurá/PR, Loanda/PR, Maringá/PR, Paranavaí/PR, Pérola/PR, Pinhalão/PR, Querência do Norte/PR, Roncador/PR, Rondon/PR, Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Santa Isabel do Ivaí/PR, São Carlos do Ivaí/PR, São Miguel do Iguaçu/PR, Tuneiras do Oeste/PR, Tupãssi/PR, Águas Frias/SC, Barra Bonita/SC, Bom Jesus do Oeste/SC, Chapecó/SC, Cunhataí/SC, Flor do Sertão/SC, Fraiburgo/SC, Grão Pará/SC, Guaramirim/SC, Imbituba/SC, Imbuia/SC, Ipumirim/SC, Irati/SC, Itapiranga/SC, Joaçaba/SC, Lages/SC, Laurentino/SC, Luiz Alves/SC, Maracajá/SC, Maravilha/SC, Orleans/SC, Palmitos/SC, Paraíso/SC, Penha/SC, Piratuba/SC, Planalto Alegre/SC, Ponte Serrada/SC, Princesa/SC, Rio dos Cedros/SC, Saltinho/SC, Santiago do Sul/SC, São Bernardino/SC, São Carlos/SC, São Joaquim/SC, São José do Cedro/SC, São José do Cerrito/SC, São Ludgero/SC, São Miguel do Oeste/SC, São Pedro de Alcântara/SC, Tigrinhos/SC, Timbó Grande/SC, Treze de Maio/SC, União do Oeste/SC, Urubici/SC, Xanxerê/SC, Zortéa/SC, Ângulo/PR, Arapuã/PR, Ariranha do Ivaí/PR, Atalaia/PR, Barracão/PR, Barra do Jacaré/PR, Corumbataí do Sul/PR, Cruzmaltina/PR, Douradina/PR, Doutor Camargo/PR, Esperança Nova/PR, Fênix/PR, Floraí/PR, Flórida/PR, Guapirama/PR, Guaporema/PR, Iracema do Oeste/PR, Itaguajé/PR, Itapejara d'Oeste/PR, Ivatuba/PR, Jaboti/PR, Janiópolis/PR, Japira/PR, Jardim Olinda/PR, Jundiaí do Sul/PR, Lidianópolis/PR, Lobato/PR, Lupionópolis/PR, Mariópolis/PR, Maripá/PR, Marumbi/PR, Mirador/PR, Miraselva/PR, Munhoz de Melo/PR, Nossa Senhora das Graças/PR, Nova Aliança do Ivaí/PR, Nova América da Colina/PR, Nova Olímpia/PR, Nova Santa Bárbara/PR, Novo Itacolomi/PR, Ourizona/PR, Paranapoema/PR, Pérola d'Oeste/PR, Porto Rico/PR, Pranchita/PR, Quatro Pontes/PR, Ramilândia/PR, Rancho Alegre/PR, Renascença/PR, Rio Bom/PR, Rio Branco do Ivaí/PR, Sabáudia/PR, Santa Cecília do Pavão/PR, Santa Izabel do Oeste/PR, Santa Lúcia/PR, Santa Mônica/PR, Santana do Itararé/PR, Santo Antônio do Paraíso/PR, São João/PR, São Jorge d'Oeste/PR, São Manoel do Paraná/PR, São Pedro do Paraná/PR, São Tomé/PR, Saudade do Iguaçu/PR, Serranópolis do Iguaçu/PR, Tamboara/PR, Tapira/PR, Alto Paraíso/PR, Vitorino/PR, Agronômica/SC, Alto Bela Vista/SC, Anchieta/SC, Armazém/SC, Arroio Trinta/SC, Arvoredo/SC, Ascurra/SC, Aurora/SC, Bandeirante/SC, Belmonte/SC, Bom Jesus/SC, Caibi/SC, Campo Erê/SC, Caxambu do Sul/SC, Chapadão do Lageado/SC, Coronel Freitas/SC, Coronel Martins/SC, Descanso/SC, Dona Emma/SC, Entre Rios/SC, Frei Rogério/SC, Galvão/SC, Guaraciaba/SC, Guarujá do Sul/SC, Guatambú/SC, Ibiam/SC, Imaruí/SC, Ipira/SC, Ipuaçu/SC, Itá/SC, Jaborá/SC, Jupiá/SC, Lacerdópolis/SC, Lajeado Grande/SC, Lindóia do Sul/SC, Lontras/SC, Macieira/SC, Major Gercino/SC, Major Vieira/SC, Marema/SC, Matos Costa/SC, Meleiro/SC, Modelo/SC, Monte Castelo/SC, Nova Erechim/SC, Paial/SC, Peritiba/SC, Presidente Castello Branco/SC, Rio do Oeste/SC, Riqueza/SC, Santa Rosa de Lima/SC, São João do Oeste/SC, São João do Sul/SC, São Martinho/SC, Saudades/SC, Serra Alta/SC, Treviso/SC, Treze Tílias/SC, Trombudo Central/SC, Vidal Ramos/SC, Xavantina/SC, Abatiá/PR, Apucarana/PR, Arapongas/PR, Bom Sucesso/PR, Borrazópolis/PR, Brasilândia do Sul/PR, Cafeara/PR, Cafezal do Sul/PR, Califórnia/PR, Cambé/PR, Cândido de Abreu/PR, Céu Azul/PR, Congonhinhas/PR, Curiúva/PR, Farol/PR, Figueira/PR, Grandes Rios/PR, Ibema/PR, Iguaraçu/PR, Indianópolis/PR, Itambaracá/PR, Ivaiporã/PR, Jacarezinho/PR, Jaguariaíva/PR, Jardim Alegre/PR, Jussara/PR, Londrina/PR, Maria Helena/PR, Mauá da Serra/PR, Nova Fátima/PR, Perobal/PR, Porecatu/PR, Presidente Castelo Branco/PR, Quatiguá/PR, Quinta do Sol/PR, Rolândia/PR, Santa Inês/PR, Santo Antônio da Platina/PR, Santo Antônio do Sudoeste/PR, Santo Inácio/PR, São Jerônimo da Serra/PR, São José da Boa Vista/PR, São Pedro do Ivaí/PR, São Sebastião da Amoreira/PR, Sarandi/PR, Sengés/PR, Sertaneja/PR, Tamarana/PR, Umuarama/PR, Xambrê/PR, Araquari/SC, Bom Jardim da Serra/SC, Criciúma/SC, Erval Velho/SC, Florianópolis/SC, Formosa do Sul/SC, Ibicaré/SC, Iomerê/SC, Iraceminha/SC, Itaiópolis/SC, Jaguaruna/SC, Jaraguá do Sul/SC, Jardinópolis/SC, Massaranduba/SC, Morro Grande/SC, Nova Itaberaba/SC, Nova Trento/SC, Novo Horizonte/SC, Palhoça/SC, Passos Maia/SC, Pinheiro Preto/SC, Praia Grande/SC, Rio Negrinho/SC, Salto Veloso/SC, Sangão/SC, Santa Terezinha do Progresso/SC, São José/SC, São Miguel da Boa Vista/SC, Sul Brasil/SC, Tijucas/SC, Tubarão/SC, Urussanga/SC, Vargeão/SC, Vargem Bonita/SC, Bela Vista da Caroba/PR, Bom Jesus do Sul/PR, Bom Sucesso do Sul/PR, Cascavel/PR, Cruzeiro do Iguaçu/PR, Enéas Marques/PR, Flor da Serra do Sul/PR, Foz do Iguaçu/PR, Francisco Beltrão/PR, Ibiporã/PR, Kaloré/PR, Leópolis/PR, Lindoeste/PR, Lunardelli/PR, Manfrinópolis/PR, Nova Esperança do Sudoeste/PR, Palmas/PR, Pato Branco/PR, Rio Negro/PR, Rosário do Ivaí/PR, Santa Amélia/PR, São Pedro do Iguaçu/PR, Sapopema/PR, Sulina/PR, Toledo/PR, Angelina/SC, Balneário Camboriú/SC, Blumenau/SC, Botuverá/SC, Braço do Trombudo/SC, Brusque/SC, Camboriú/SC, Campo Alegre/SC, Concórdia/SC, Gaspar/SC, Guabiruba/SC, Indaial/SC, Itajaí/SC, Itapema/SC, Joinville/SC, José Boiteux/SC, Mirim Doce/SC, Papanduva/SC, Rio do Campo/SC, Rodeio/SC, São Bento do Sul/SC, São João do Itaperiú/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2340, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8038893), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.068 Processo nº 53500.010657/2022-24.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1862.5 MHz / 1767.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Araruna/PR, Assis Chateaubriand/PR, Barbosa Ferraz/PR, Campo Mourão/PR, Cianorte/PR, Cidade Gaúcha/PR, Colorado/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Floresta/PR, Formosa do Oeste/PR, Icaraíma/PR, Iretama/PR, Itambé/PR, Ivaté/PR, Japurá/PR, Loanda/PR, Maringá/PR, Paranavaí/PR, Pérola/PR, Querência do Norte/PR, Roncador/PR, Rondon/PR, Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Santa Isabel do Ivaí/PR, São Carlos do Ivaí/PR, São Miguel do Iguaçu/PR, Tuneiras do Oeste/PR, Tupãssi/PR, Águas Frias/SC, Barra Bonita/SC, Bom Jesus do Oeste/SC, Chapecó/SC, Cunhataí/SC, Flor do Sertão/SC, Fraiburgo/SC, Grão Pará/SC, Guaramirim/SC, Imbituba/SC, Imbuia/SC, Ipumirim/SC, Irati/SC, Itapiranga/SC, Joaçaba/SC, Lages/SC, Laurentino/SC, Luiz Alves/SC, Maracajá/SC, Maravilha/SC, Orleans/SC, Palmitos/SC, Paraíso/SC, Penha/SC, Piratuba/SC, Planalto Alegre/SC, Ponte Serrada/SC, Princesa/SC, Rio dos Cedros/SC, Saltinho/SC, Santiago do Sul/SC, São Bernardino/SC, São Carlos/SC, São Joaquim/SC, São José do Cedro/SC, São José do Cerrito/SC, São Ludgero/SC, São Miguel do Oeste/SC, São Pedro de Alcântara/SC, Tigrinhos/SC, Timbó Grande/SC, Treze de Maio/SC, União do Oeste/SC, Urubici/SC, Xanxerê/SC, Zortéa/SC, Ângulo/PR, Atalaia/PR, Barracão/PR, Corumbataí do Sul/PR, Douradina/PR, Doutor Camargo/PR, Esperança Nova/PR, Fênix/PR, Floraí/PR, Flórida/PR, Guaporema/PR, Iracema do Oeste/PR, Itaguajé/PR, Itapejara d'Oeste/PR, Ivatuba/PR, Janiópolis/PR, Jardim Olinda/PR, Lobato/PR, Mariópolis/PR, Maripá/PR, Mirador/PR, Munhoz de Melo/PR, Nossa Senhora das Graças/PR, Nova Aliança do Ivaí/PR, Nova Olímpia/PR, Ourizona/PR, Paranapoema/PR, Pérola d'Oeste/PR, Porto Rico/PR, Pranchita/PR, Quatro Pontes/PR, Ramilândia/PR, Renascença/PR, Santa Izabel do Oeste/PR, Santa Lúcia/PR, Santa Mônica/PR, São João/PR, São Jorge d'Oeste/PR, São Manoel do Paraná/PR, São Pedro do Paraná/PR, São Tomé/PR, Saudade do Iguaçu/PR, Serranópolis do Iguaçu/PR, Tamboara/PR, Tapira/PR, Alto Paraíso/PR, Vitorino/PR, Agronômica/SC, Alto Bela Vista/SC, Anchieta/SC, Armazém/SC, Arroio Trinta/SC, Arvoredo/SC, Ascurra/SC, Aurora/SC, Bandeirante/SC, Belmonte/SC, Bom Jesus/SC, Caibi/SC, Campo Erê/SC, Caxambu do Sul/SC, Chapadão do Lageado/SC, Coronel Freitas/SC, Coronel Martins/SC, Descanso/SC, Dona Emma/SC, Entre Rios/SC, Frei Rogério/SC, Galvão/SC, Guaraciaba/SC, Guarujá do Sul/SC, Guatambú/SC, Ibiam/SC, Imaruí/SC, Ipira/SC, Ipuaçu/SC, Itá/SC, Jaborá/SC, Jupiá/SC, Lacerdópolis/SC, Lajeado Grande/SC, Lindóia do Sul/SC, Lontras/SC, Macieira/SC, Major Gercino/SC, Major Vieira/SC, Marema/SC, Matos Costa/SC, Meleiro/SC, Modelo/SC, Monte Castelo/SC, Nova Erechim/SC, Paial/SC, Peritiba/SC, Presidente Castello Branco/SC, Rio do Oeste/SC, Riqueza/SC, Santa Rosa de Lima/SC, São João do Oeste/SC, São João do Sul/SC, São Martinho/SC, Saudades/SC, Serra Alta/SC, Treviso/SC, Treze Tílias/SC, Trombudo Central/SC, Vidal Ramos/SC, Xavantina/SC, Brasilândia do Sul/PR, Cafezal do Sul/PR, Céu Azul/PR, Farol/PR, Ibema/PR, Iguaraçu/PR, Indianópolis/PR, Jussara/PR, Maria Helena/PR, Perobal/PR, Presidente Castelo Branco/PR, Quinta do Sol/PR, Santa Inês/PR, Santo Antônio do Sudoeste/PR, Santo Inácio/PR, Sarandi/PR, Umuarama/PR, Xambrê/PR, Araquari/SC, Bom Jardim da Serra/SC, Criciúma/SC, Erval Velho/SC, Florianópolis/SC, Formosa do Sul/SC, Ibicaré/SC, Iomerê/SC, Iraceminha/SC, Itaiópolis/SC, Jaguaruna/SC, Jaraguá do Sul/SC, Jardinópolis/SC, Massaranduba/SC, Morro Grande/SC, Nova Itaberaba/SC, Nova Trento/SC, Novo Horizonte/SC, Palhoça/SC, Passos Maia/SC, Pinheiro Preto/SC, Praia Grande/SC, Rio Negrinho/SC, Salto Veloso/SC, Sangão/SC, Santa Terezinha do Progresso/SC, São José/SC, São Miguel da Boa Vista/SC, Sul Brasil/SC, Tijucas/SC, Tubarão/SC, Urussanga/SC, Vargeão/SC, Vargem Bonita/SC, Bela Vista da Caroba/PR, Bom Jesus do Sul/PR, Bom Sucesso do Sul/PR, Cascavel/PR, Cruzeiro do Iguaçu/PR, Enéas Marques/PR, Flor da Serra do Sul/PR, Foz do Iguaçu/PR, Francisco Beltrão/PR, Lindoeste/PR, Manfrinópolis/PR, Nova Esperança do Sudoeste/PR, Palmas/PR, Pato Branco/PR, Rio Negro/PR, São Pedro do Iguaçu/PR, Sulina/PR, Toledo/PR, Angelina/SC, Balneário Camboriú/SC, Blumenau/SC, Botuverá/SC, Braço do Trombudo/SC, Brusque/SC, Camboriú/SC, Campo Alegre/SC, Concórdia/SC, Gaspar/SC, Guabiruba/SC, Indaial/SC, Itajaí/SC, Itapema/SC, Joinville/SC, José Boiteux/SC, Mirim Doce/SC, Papanduva/SC, Rio do Campo/SC, Rodeio/SC, São Bento do Sul/SC, São João do Itaperiú/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2340, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8038893), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.069 Processo nº 53500.010559/2022-97.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1871.25 MHz / 1776.25 MHz, exclusivamente nos municípios de Arauá/SE, Canindé de São Francisco/SE, Divina Pastora/SE, Pirambu/SE, Poço Redondo/SE, América Dourada/BA, Angical/BA, Barra/BA, Caatiba/BA, Caculé/BA, Caetanos/BA, Capim Grosso/BA, Condeúba/BA, Cristópolis/BA, Ibotirama/BA, Iramaia/BA, Itaparica/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Piripá/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Rio do Antônio/BA, São Desidério/BA, Sítio do Mato/BA, Tapiramutá/BA, Tremedal/BA, Uibaí/BA, Várzea Nova/BA, Brejo Grande/SE, Cumbe/SE, Feira Nova/SE, Ilha das Flores/SE, Itabi/SE, Macambira/SE, Malhada dos Bois/SE, Malhador/SE, Moita Bonita/SE, Muribeca/SE, Nossa Senhora Aparecida/SE, Nossa Senhora de Lourdes/SE, São Domingos/SE, São Miguel do Aleixo/SE, Siriri/SE, Telha/SE, Érico Cardoso/BA, Baianópolis/BA, Barra do Mendes/BA, Barro Alto/BA, Belo Campo/BA, Botuporã/BA, Caém/BA, Caldeirão Grande/BA, Caturama/BA, Ibiassucê/BA, Ibititá/BA, Lagoa Real/BA, Lapão/BA, Maiquinique/BA, Mairi/BA, Mirangaba/BA, Quixabeira/BA, Santana/BA, São Gabriel/BA, São José do Jacuípe/BA, Serra Dourada/BA, Aracaju/SE, Estância/SE, Japoatã/SE, Nossa Senhora do Socorro/SE, Propriá/SE, Riachuelo/SE, São Cristóvão/SE, Bom Jesus da Lapa/BA, Brumado/BA, Cotegipe/BA, Guanambi/BA, Itapetinga/BA, Itiúba/BA, Jacobina/BA, Lauro de Freitas/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Morro do Chapéu/BA, São Francisco do Conde/BA, São Sebastião do Passé/BA, Senhor do Bonfim/BA, Tanque Novo/BA, Xique-Xique/BA, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE, Santa Luzia do Itanhy/SE, Tomar do Geru/SE, Barra do Choça/BA, Barreiras/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Camaçari/BA, Canápolis/BA, Candeias/BA, Caraíbas/BA, Cordeiros/BA, Curaçá/BA, Dias d'Ávila/BA, Guajeru/BA, Jaborandi/BA, Maetinga/BA, Malhada de Pedras/BA, Mata de São João/BA, Mirante/BA, Pojuca/BA, Salvador/BA, Saúde/BA, Simões Filho/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Vitória da Conquista/BA, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2314, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.070 Processo nº 53500.010559/2022-97.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 2152.5 MHz / 1957.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Borba/AM, Iranduba/AM, Manaquiri/AM, Maués/AM, Parintins/AM, Presidente Figueiredo/AM, Silves/AM, Acará/PA, Augusto Corrêa/PA, Aurora do Pará/PA, Baião/PA, Barcarena/PA, Benevides/PA, Bujaru/PA, Capitão Poço/PA, Concórdia do Pará/PA, Maracanã/PA, Marapanim/PA, Moju/PA, Nova Timboteua/PA, Paragominas/PA, Salinópolis/PA, Salvaterra/PA, Santa Bárbara do Pará/PA, Santa Izabel do Pará/PA, Santarém Novo/PA, São Domingos do Capim/PA, São João de Pirabas/PA, São Miguel do Guamá/PA, Soure/PA, Tailândia/PA, Tomé-Açu/PA, Ulianópolis/PA, Águas Belas/PE, Araripina/PE, Arcoverde/PE, Cabrobó/PE, Exu/PE, Garanhuns/PE, Ibirajuba/PE, Ingazeira/PE, Itacuruba/PE, Jurema/PE, Palmeirina/PE, Pesqueira/PE, Petrolândia/PE, Quixaba/PE, Salgueiro/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, São José do Belmonte/PE, São José do Egito/PE, Serra Talhada/PE, Careiro da Várzea/AM, Colares/PA, Inhangapi/PA, Magalhães Barata/PA, Melgaço/PA, Peixe-Boi/PA, Primavera/PA, Tracuateua/PA, Autazes/AM, Careiro/AM, Itacoatiara/AM, Manacapuru/AM, Manaus/AM, Nova Olinda do Norte/AM, Ananindeua/PA, Belém/PA, Bragança/PA, Cametá/PA, Capanema/PA, Castanhal/PA, Curuçá/PA, Igarapé-Miri/PA, Irituia/PA, Marituba/PA, Portel/PA, Vigia/PA, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2314, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.071 Processo nº 53500.010559/2022-97.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1826.25 MHz / 1731.25 MHz, exclusivamente no município de Afonso Cláudio/ES, Baixo Guandu/ES, Conceição do Castelo/ES, Ecoporanga/ES, Iconha/ES, Montanha/ES, Presidente Kennedy/ES, Vargem Alta/ES, Ponto Belo/ES, Anchieta/ES, Domingos Martins/ES, Fundão/ES, Guaçuí/ES, Ibiraçu/ES, Jaguaré/ES, Água Doce do Norte/ES, Alegre/ES, Aracruz/ES, Atilio Vivacqua/ES, Barra de São Francisco/ES, Castelo/ES, Colatina/ES, Conceição da Barra/ES, Governador Lindenberg/ES, Guarapari/ES, Irupi/ES, Itapemirim/ES, Linhares/ES, Marechal Floriano/ES, Marilândia/ES, Mimoso do Sul/ES, Muniz Freire/ES, Nova Venécia/ES, Pedro Canário/ES, Piúma/ES, São Gabriel da Palha/ES, São Mateus/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Viana/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2314, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.072 Processo nº 53500.029818/2022-53.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz, exclusivamente nos municípios de Campina Verde/MG, Campo Florido/MG, Campos Altos/MG, Carmo do Paranaíba/MG, Comendador Gomes/MG, Conceição das Alagoas/MG, Córrego Danta/MG, Frutal/MG, Gurinhatã/MG, Ipiaçu/MG, Iturama/MG, Lagoa Formosa/MG, Lagoa Grande/MG, Luz/MG, Monte Alegre de Minas/MG, Nova Ponte/MG, Pedrinópolis/MG, Planura/MG, Prata/MG, Presidente Olegário/MG, Rio Paranaíba/MG, Tupaciguara/MG, Vazante/MG, Canápolis/MG, Ituiutaba/MG, Nova Serrana/MG, Pará de Minas/MG, Patos de Minas/MG, Santa Juliana/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 5308, de 11 de abril de 2022 (SEI 8302160), publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2022.

Nº 15.073 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário,

nas frequências 956.25 MHz / 911.25 MHz / 2665 MHz / 2545 MHz, exclusivamente nos municípios de Borba/AM, Iranduba/AM, Manaquiri/AM, Maués/AM, Parintins/AM, Presidente Figueiredo/AM, Silves/AM, Acará/PA, Augusto Corrêa/PA, Aurora do Pará/PA, Baião/PA, Barcarena/PA, Benevides/PA, Bujaru/PA, Capitão Poço/PA, Concórdia do Pará/PA, Maracanã/PA, Marapanim/PA, Moju/PA, Nova Timboteua/PA, Paragominas/PA, Salinópolis/PA, Salvaterra/PA, Santa Bárbara do Pará/PA, Santa Izabel do Pará/PA, Santarém Novo/PA, São Domingos do Capim/PA, São João de Pirabas/PA, São Miguel do Guamá/PA, Soure/PA, Tailândia/PA, Tomé-Açu/PA, Ulianópolis/PA, Águas Belas/PE, Araripina/PE, Arcoverde/PE, Cabrobó/PE, Exu/PE, Garanhuns/PE, Ibirajuba/PE, Ingazeira/PE, Itacuruba/PE, Jurema/PE, Palmeirina/PE, Pesqueira/PE, Petrolândia/PE, Quixaba/PE, Salgueiro/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, São José do Belmonte/PE, São José do Egito/PE, Serra Talhada/PE, Araruá/SE, Canindé de São Francisco/SE, Divina Pastora/SE, Pirambu/SE, Poço Redondo/SE, América Dourada/BA, Angical/BA, Barra/BA, Caatiba/BA, Caculé/BA, Caetanos/BA, Capim Grosso/BA, Condeúba/BA, Cristópolis/BA, Ibotirama/BA, Iramaia/BA, Itaparica/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Piripá/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Rio do Antônio/BA, São Desidério/BA, Sítio do Mato/BA, Tapiramutá/BA, Tremedal/BA, Uibaí/BA, Várzea Nova/BA, Aimorés/MG, Alfenas/MG, Almenara/MG, Alpinópolis/MG, Cachoeira de Pajeú/MG, Angelândia/MG, Araçuaí/MG, Bela Vista de Minas/MG, Belo Oriente/MG, Betim/MG, Boa Esperança/MG, Botelhos/MG, Brasília de Minas/MG, Buritizeiro/MG, Cachoeira Dourada/MG, Caetanópolis/MG, Caldas/MG, Camacho/MG, Camanducaia/MG, Cambuí/MG, Campanha/MG, Campestre/MG, Campina Verde/MG, Campo Florido/MG, Campos Altos/MG, Campos Gerais/MG, Capelinha/MG, Capim Branco/MG, Capitão Andrade/MG, Capitólio/MG, Caraí/MG, Careaçu/MG, Carmo da Cachoeira/MG, Carmo de Minas/MG, Carmo do Paranaíba/MG, Cascalho Rico/MG, Catas Altas/MG, Catuji/MG, Caxambu/MG, Cedro do Abaeté/MG, Chapada do Norte/MG, Coluna/MG, Comendador Gomes/MG, Comercinho/MG, Conceição das Alagoas/MG, Conceição do Pará/MG, Conceição do Rio Verde/MG, Congonhas/MG, Contagem/MG, Coroaci/MG, Coromandel/MG, Coronel Murta/MG, Córrego Danta/MG, Córrego Fundo/MG, Córrego Novo/MG, Cristiano Otoni/MG, Cuparaque/MG, Divinolândia de Minas/MG, Divinópolis/MG, Elói Mendes/MG, Esmeraldas/MG, Espinosa/MG, Estrela do Indaiá/MG, Extrema/MG, Felisburgo/MG, Felixlândia/MG, Francisco Badaró/MG, Fronteira/MG, Frutal/MG, Guapé/MG, Guaxupé/MG, Guimarânia/MG, Gurinhatã/MG, Iapu/MG, Ibiá/MG, Ibirité/MG, Inhaúma/MG, Ipiaçu/MG, Itabirinha/MG, Itajubá/MG, Itamarandiba/MG, Itatiaiuçu/MG, Iturama/MG, Jaboticatubas/MG, Jacutinga/MG, Jaíba/MG, Januária/MG, Japaraíba/MG, João Pinheiro/MG, Nova União/MG, Juatuba/MG, Ladainha/MG, Lagoa Formosa/MG, Lagoa Grande/MG, Lagoa Santa/MG, Lavras/MG, Leandro Ferreira/MG, Luz/MG, Machado/MG, Mário Campos/MG, Mateus Leme/MG, Matias Cardoso/MG, Matipó/MG, Matozinhos/MG, Medeiros/MG, Monsenhor Paulo/MG, Monte Alegre de Minas/MG, Morro do Pilar/MG, Nacip Raydan/MG, Naque/MG, Nepomuceno/MG, Nova Ponte/MG, Novo Cruzeiro/MG, Onça de Pitangui/MG, Ouro Branco/MG, Ouro Fino/MG, Paineiras/MG, Palmópolis/MG, Paracatu/MG, Paraopeba/MG, Passos/MG, Pedra Azul/MG, Pedrinópolis/MG, Pedro Leopoldo/MG, Perdizes/MG, Piracema/MG, Piranguinho/MG, Pirapora/MG, Piumhi/MG, Planura/MG, Poços de Caldas/MG, Pouso Alegre/MG, Pouso Alto/MG, Prata/MG, Presidente Olegário/MG, Prudente de Morais/MG, Quartel Geral/MG, Raposos/MG, Ribeirão das Neves/MG, Ribeirão Vermelho/MG, Rio Paranaíba/MG, Sacramento/MG, Salinas/MG, Santa Luzia/MG, Santana do Riacho/MG, Santo Antônio do Itambé/MG, São Bento Abade/MG, São Brás do Suaçuí/MG, São Domingos do Prata/MG, São Francisco/MG, São Francisco de Paula/MG, São Gonçalo do Sapucaí/MG, São João Batista do Glória/MG, São Joaquim de Bicas/MG, São José da Lapa/MG, São Lourenço/MG, São Roque de Minas/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, São Thomé das Letras/MG, Sarzedo/MG, Serra do Salitre/MG, Serro/MG, Sete Lagoas/MG, Soledade de Minas/MG, Timóteo/MG, Três Corações/MG, Três Pontas/MG, Tupaciguara/MG, Unaí/MG, Urucânia/MG, Vargem Bonita/MG, Vazante/MG, Vespasiano/MG, Afonso Cláudio/ES, Baixo Guandu/ES, Conceição do Castelo/ES, Ecoporanga/ES, Iconha/ES, Montanha/ES, Presidente Kennedy/ES, Vargem Alta/ES, Careiro da Várzea/AM, Colares/PA, Inhangapi/PA, Magalhães Barata/PA, Melgaço/PA, Peixe-Boi/PA, Primavera/PA, Tracuateua/PA, Brejo Grande/SE, Cumbe/SE, Feira Nova/SE, Ilha das Flores/SE, Itabi/SE, Macambira/SE, Malhada dos Bois/SE, Malhador/SE, Moita Bonita/SE, Muribeca/SE, Nossa Senhora Aparecida/SE, Nossa Senhora de Lourdes/SE, São Domingos/SE, São Miguel do Aleixo/SE, Siriri/SE, Telha/SE, Érico Cardoso/BA, Baianópolis/BA, Barra do Mendes/BA, Barro Alto/BA, Belo Campo/BA, Botuporã/BA, Caém/BA, Caldeirão Grande/BA, Caturama/BA, Ibiassucê/BA, Ibititá/BA, Lagoa Real/BA, Lapão/BA, Maiquinique/BA, Mairi/BA, Mirangaba/BA, Quixabeira/BA, Santana/BA, São Gabriel/BA, São José do Jacuípe/BA, Serra Dourada/BA, Abre Campo/MG, Açucena/MG, Aguanil/MG, Albertina/MG, Amparo do Serra/MG, Araçaí/MG, Bandeira do Sul/MG, Barra Longa/MG, Belo Vale/MG, Bonfim/MG, Brazópolis/MG, Bueno Brandão/MG, Cachoeira da Prata/MG, Cachoeira de Minas/MG, Cajuri/MG, Candeias/MG, Caputira/MG, Caranaíba/MG, Carvalhópolis/MG, Casa Grande/MG, Catas Altas da Noruega/MG, Conceição dos Ouros/MG, Consolação/MG, Cristina/MG, Crucilândia/MG, Delfim Moreira/MG, Dionísio/MG, Dom Silvério/MG, Dom Viçoso/MG, Espírito Santo do Dourado/MG, Fortaleza de Minas/MG, Fortuna de Minas/MG, Funilândia/MG, Gonçalves/MG, Guaraciaba/MG, Heliodora/MG, Ibitiúra de Minas/MG, Ijaci/MG, Inconfidentes/MG, Ingaí/MG, Ipaba/MG, Itamogi/MG, Itamonte/MG, Itaverava/MG, Itumirim/MG, Jaguaraçu/MG, Jeceaba/MG, Jequeri/MG, Juruaia/MG, Luminárias/MG, Maria da Fé/MG, Marliéria/MG, Mesquita/MG, Natércia/MG, Olímpio Noronha/MG, Oratórios/MG, Pains/MG, Passabém/MG, Pedra do Indaiá/MG, Pedralva/MG, Piedade de Ponte Nova/MG, Piranguçu/MG, Queluzito/MG, Rio Doce/MG, Rio Manso/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG, Santa Margarida/MG, Santana do Jacaré/MG, Santana dos Montes/MG, Santa Rita de Caldas/MG, Santo Antônio do Grama/MG, São Gonçalo do Pará/MG, São José do Alegre/MG, São Miguel do Anta/MG, São Pedro da União/MG, São Sebastião do Rio Preto/MG, São Sebastião do Rio Verde/MG, São Tomás de Aquino/MG, Senador Amaral/MG, Silvianópolis/MG, Taquaraçu de Minas/MG, Teixeiras/MG, Tocos do Moji/MG, Toledo/MG, Turvolândia/MG, Virgínia/MG, Wenceslau Braz/MG, Ponto Belo/ES, Autazes/AM, Careiro/AM, Itacoatiara/AM, Manacapuru/AM, Manaus/AM, Nova Olinda do Norte/AM, Ananindeua/PA, Belém/PA, Bragança/PA, Cametá/PA, Capanema/PA, Castanhal/PA, Curuçá/PA, Igarapé-Miri/PA, Irituia/PA, Marituba/PA, Portel/PA, Vigia/PA, Aracaju/SE, Estância/SE, Japoatã/SE, Nossa Senhora do Socorro/SE, Propriá/SE, Riachuelo/SE, São Cristóvão/SE, Bom Jesus da Lapa/BA, Brumado/BA, Cotegipe/BA, Guanambi/BA, Itapetinga/BA, Itiúba/BA, Jacobina/BA, Lauro de Freitas/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Morro do Chapéu/BA, São Francisco do Conde/BA, São Sebastião do Passé/BA, Senhor do Bonfim/BA, Tanque Novo/BA, Xique-Xique/BA, Águas Vermelhas/MG, Berilo/MG, Bom Jesus do Amparo/MG, Braúnas/MG, Central de Minas/MG, Conquista/MG, Conselheiro Lafaiete/MG, Coronel Fabriciano/MG, Desterro de Entre Rios/MG, Divino das Laranjeiras/MG, Divisa Alegre/MG, Divisópolis/MG, Dom Cavati/MG, Dores de Guanhães/MG, Fernandes Tourinho/MG, Fronteira dos Vales/MG, Goiabeira/MG, Ipatinga/MG, Itabira/MG, Itabirito/MG, Itaipé/MG, Itanhomi/MG, Itaobim/MG, Itueta/MG, Jacinto/MG, Jenipapo de Minas/MG, Joaíma/MG, Joanésia/MG, Jordânia/MG, Marilac/MG, Mata Verde/MG, Mendes Pimentel/MG, Nanuque/MG, Nova Módica/MG, Novo Oriente de Minas/MG, Ouro Verde de Minas/MG, Pavão/MG, Pescador/MG, Pocrane/MG, Poté/MG, Salto da Divisa/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, Santa Rita do Itueto/MG, Santo Antônio do Jacinto/MG, São Domingos das Dores/MG, São Gotardo/MG, São João do Oriente/MG, São João Evangelista/MG, São José do Divino/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Serra dos Aimorés/MG, Tarumirim/MG, Tumiritinga/MG, Anchieta/ES, Domingos Martins/ES, Fundão/ES, Guaçuí/ES, Ibiraçu/ES, Jaguaré/ES, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE, Santa Luzia do Itanhy/SE, Tomar do Geru/SE, Barra do Choça/BA, Barreiras/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Camaçari/BA, Canápolis/BA, Candeias/BA, Caraíbas/BA, Cordeiros/BA, Curaçá/BA, Dias d'Ávila/BA, Guajeru/BA, Jaborandi/BA, Maetinga/BA, Malhada de Pedras/BA, Mata de São João/BA, Mirante/BA, Pojuca/BA, Salvador/BA, Saúde/BA, Simões Filho/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Vitória da Conquista/BA, Abadia dos Dourados/MG, Arapuá/MG, Araxá/MG, Arcos/MG, Brasilândia de Minas/MG, Brumadinho/MG, Campo Belo/MG, Canápolis/MG, Caratinga/MG, Carlos Chagas/MG, Carrancas/MG, Conselheiro Pena/MG, Córrego do Bom Jesus/MG, Crisólita/MG, Curvelo/MG, Douradoquara/MG, Estrela do Sul/MG, Formiga/MG, Grupiara/MG, Guanhães/MG, Ipanema/MG, Itaúna/MG, Ituiutaba/MG, Janaúba/MG, Manhuaçu/MG, Mantena/MG, Martins Soares/MG, Matutina/MG, Minas Novas/MG, Nova Lima/MG, Nova Serrana/MG, Pará de Minas/MG, Patos de Minas/MG, Patrocínio/MG, Porteirinha/MG, Pratinha/MG, Romaria/MG, Santa Juliana/MG, Santana do Paraíso/MG, Santa Rita de Minas/MG, Santa Rosa da Serra/MG, Taiobeiras/MG, Tapira/MG, Teófilo Otoni/MG, Tiros/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Água Doce do Norte/ES, Alegre/ES, Aracruz/ES, Atilio Vivacqua/ES, Barra de São Francisco/ES, Castelo/ES, Colatina/ES, Conceição da Barra/ES, Governador Lindenberg/ES, Guarapari/ES, Irupi/ES, Itapemirim/ES, Linhares/ES, Marechal Floriano/ES, Marilândia/ES, Mimoso do Sul/ES, Muniz Freire/ES, Nova Venécia/ES, Pedro Canário/ES, Piúma/ES, São Gabriel da Palha/ES, São Mateus/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Viana/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.074 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz, exclusivamente nos municípios de Borba/AM, Iranduba/AM, Manaquiri/AM, Maués/AM, Parintins/AM, Presidente Figueiredo/AM, Silves/AM, Acará/PA, Augusto Corrêa/PA, Aurora do Pará/PA, Baião/PA, Barcarena/PA, Benevides/PA, Bujaru/PA, Capitão Poço/PA, Concórdia do Pará/PA, Maracanã/PA, Marapanim/PA, Moju/PA, Nova Timboteua/PA, Paragominas/PA, Salinópolis/PA, Salvaterra/PA, Santa Bárbara do Pará/PA, Santa Izabel do Pará/PA, Santarém Novo/PA, São Domingos do Capim/PA, São João de Pirabas/PA, São Miguel do Guamá/PA, Soure/PA, Tailândia/PA, Tomé-Açu/PA, Ulianópolis/PA, Águas Belas/PE, Araripina/PE, Arcoverde/PE, Cabrobó/PE, Exu/PE, Garanhuns/PE, Ibirajuba/PE, Ingazeira/PE, Itacuruba/PE, Jurema/PE, Palmeirina/PE, Pesqueira/PE, Petrolândia/PE, Quixaba/PE, Salgueiro/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, São José do Belmonte/PE, São José do Egito/PE, Serra Talhada/PE, Araruá/SE, Canindé de São Francisco/SE, Divina Pastora/SE, Pirambu/SE, Poço Redondo/SE, América Dourada/BA, Angical/BA, Barra/BA, Caatiba/BA, Caculé/BA, Caetanos/BA, Capim Grosso/BA, Condeúba/BA, Cristópolis/BA, Ibotirama/BA, Iramaia/BA, Itaparica/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Piripá/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Rio do Antônio/BA, São Desidério/BA, Sítio do Mato/BA, Tapiramutá/BA, Tremedal/BA, Uibaí/BA, Várzea Nova/BA, Aimorés/MG, Alfenas/MG, Almenara/MG, Alpinópolis/MG, Cachoeira de Pajeú/MG, Angelândia/MG, Araçuaí/MG, Bela Vista de Minas/MG, Belo Oriente/MG, Betim/MG, Boa Esperança/MG, Botelhos/MG, Brasília de Minas/MG, Buritizeiro/MG, Cachoeira Dourada/MG, Caetanópolis/MG, Caldas/MG, Camacho/MG, Camanducaia/MG, Cambuí/MG, Campanha/MG, Campestre/MG, Campos Gerais/MG, Capelinha/MG, Capim Branco/MG, Capitão Andrade/MG, Capitólio/MG, Caraí/MG, Careaçu/MG, Carmo da Cachoeira/MG, Carmo de Minas/MG, Cascalho Rico/MG, Catas Altas/MG, Catuji/MG, Caxambu/MG, Cedro do Abaeté/MG, Chapada do Norte/MG, Coluna/MG, Comercinho/MG, Conceição do Pará/MG, Conceição do Rio Verde/MG, Congonhas/MG, Contagem/MG, Coroaci/MG, Coromandel/MG, Coronel Murta/MG, Córrego Fundo/MG, Córrego Novo/MG, Cristiano Otoni/MG, Cuparaque/MG, Divinolândia de Minas/MG, Divinópolis/MG, Elói Mendes/MG, Esmeraldas/MG, Espinosa/MG, Estrela do Indaiá/MG, Extrema/MG, Felisburgo/MG, Felixlândia/MG, Francisco Badaró/MG, Fronteira/MG, Guapé/MG, Guaxupé/MG, Guimarânia/MG, Iapu/MG, Ibiá/MG, Ibirité/MG, Inhaúma/MG, Itabirinha/MG, Itajubá/MG, Itamarandiba/MG, Itatiaiuçu/MG, Jaboticatubas/MG, Jacutinga/MG, Jaíba/MG, Januária/MG, Japaraíba/MG, João Pinheiro/MG, Nova União/MG, Juatuba/MG, Ladainha/MG, Lagoa Santa/MG, Lavras/MG, Leandro Ferreira/MG, Machado/MG, Mário Campos/MG, Mateus Leme/MG, Matias Cardoso/MG, Matipó/MG, Matozinhos/MG, Medeiros/MG, Monsenhor Paulo/MG, Morro do Pilar/MG, Nacip Raydan/MG, Naque/MG, Nepomuceno/MG, Novo Cruzeiro/MG, Onça de Pitangui/MG, Ouro Branco/MG, Ouro Fino/MG, Paineiras/MG, Palmópolis/MG, Paracatu/MG, Paraopeba/MG, Passos/MG, Pedra Azul/MG, Pedro Leopoldo/MG, Perdizes/MG, Piracema/MG, Piranguinho/MG, Pirapora/MG, Piumhi/MG, Poços de Caldas/MG, Pouso Alegre/MG, Pouso Alto/MG, Prudente de Morais/MG, Quartel Geral/MG, Raposos/MG, Ribeirão das Neves/MG, Ribeirão Vermelho/MG, Sacramento/MG, Salinas/MG, Santa Luzia/MG, Santana do Riacho/MG, Santo Antônio do Itambé/MG, São Bento Abade/MG, São Brás do Suaçuí/MG, São Domingos do Prata/MG, São Francisco/MG, São Francisco de Paula/MG, São Gonçalo do Sapucaí/MG, São João Batista do Glória/MG, São Joaquim de Bicas/MG, São José da Lapa/MG, São Lourenço/MG, São Roque de Minas/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, São Thomé das Letras/MG, Sarzedo/MG, Serra do Salitre/MG, Serro/MG, Sete Lagoas/MG, Soledade de Minas/MG, Timóteo/MG, Três Corações/MG, Três Pontas/MG, Unaí/MG, Urucânia/MG, Vargem Bonita/MG, Vespasiano/MG, Afonso Cláudio/ES, Baixo Guandu/ES, Conceição do Castelo/ES, Ecoporanga/ES, Iconha/ES, Montanha/ES, Presidente Kennedy/ES, Vargem Alta/ES, Careiro da Várzea/AM, Colares/PA, Inhangapi/PA, Magalhães Barata/PA, Melgaço/PA, Peixe-Boi/PA, Primavera/PA, Tracuateua/PA, Brejo Grande/SE, Cumbe/SE, Feira Nova/SE, Ilha das Flores/SE, Itabi/SE, Macambira/SE, Malhada dos Bois/SE, Malhador/SE, Moita Bonita/SE, Muribeca/SE, Nossa Senhora Aparecida/SE, Nossa Senhora de Lourdes/SE, São Domingos/SE, São Miguel do Aleixo/SE, Siriri/SE, Telha/SE, Érico Cardoso/BA, Baianópolis/BA, Barra do Mendes/BA, Barro Alto/BA, Belo Campo/BA, Botuporã/BA, Caém/BA, Caldeirão Grande/BA, Caturama/BA, Ibiassucê/BA, Ibititá/BA, Lagoa Real/BA, Lapão/BA, Maiquinique/BA, Mairi/BA, Mirangaba/BA, Quixabeira/BA, Santana/BA, São Gabriel/BA, São José do Jacuípe/BA, Serra Dourada/BA, Abre Campo/MG, Açucena/MG, Aguanil/MG, Albertina/MG, Amparo do Serra/MG, Araçaí/MG, Bandeira do Sul/MG, Barra Longa/MG, Belo Vale/MG, Bonfim/MG, Brazópolis/MG, Bueno Brandão/MG, Cachoeira da Prata/MG, Cachoeira de Minas/MG, Cajuri/MG, Candeias/MG, Caputira/MG, Caranaíba/MG, Carvalhópolis/MG, Casa Grande/MG, Catas Altas da Noruega/MG, Conceição dos Ouros/MG, Consolação/MG, Cristina/MG, Crucilândia/MG, Delfim Moreira/MG, Dionísio/MG, Dom Silvério/MG, Dom Viçoso/MG, Espírito Santo do Dourado/MG, Fortaleza de Minas/MG, Fortuna de Minas/MG, Funilândia/MG, Gonçalves/MG, Guaraciaba/MG, Heliodora/MG, Ibitiúra de Minas/MG, Ijaci/MG, Inconfidentes/MG, Ingaí/MG, Ipaba/MG, Itamogi/MG, Itamonte/MG, Itaverava/MG, Itumirim/MG, Jaguaraçu/MG, Jeceaba/MG, Jequeri/MG, Juruaia/MG, Luminárias/MG, Maria da Fé/MG, Marliéria/MG, Mesquita/MG, Natércia/MG, Olímpio Noronha/MG, Oratórios/MG, Pains/MG, Passabém/MG, Pedra do Indaiá/MG, Pedralva/MG, Piedade de Ponte Nova/MG, Piranguçu/MG, Queluzito/MG, Rio Doce/MG, Rio Manso/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG, Santa Margarida/MG, Santana do Jacaré/MG, Santana dos Montes/MG, Santa Rita de Caldas/MG, Santo Antônio do Grama/MG, São Gonçalo do Pará/MG, São José do Alegre/MG, São Miguel do Anta/MG, São Pedro da União/MG, São Sebastião do Rio Preto/MG, São Sebastião do Rio Verde/MG, São Tomás de Aquino/MG, Senador Amaral/MG, Silvianópolis/MG, Taquaraçu de Minas/MG, Teixeiras/MG, Tocos do Moji/MG, Toledo/MG, Turvolândia/MG, Virgínia/MG, Wenceslau Braz/MG, Ponto Belo/ES, Autazes/AM, Careiro/AM, Itacoatiara/AM, Manacapuru/AM, Manaus/AM, Nova Olinda do Norte/AM, Ananindeua/PA, Belém/PA, Bragança/PA, Cametá/PA, Capanema/PA, Castanhal/PA, Curuçá/PA, Igarapé-Miri/PA, Irituia/PA, Marituba/PA, Portel/PA, Vigia/PA, Aracaju/SE, Estância/SE, Japoatã/SE, Nossa Senhora do Socorro/SE, Propriá/SE, Riachuelo/SE, São Cristóvão/SE, Bom Jesus da Lapa/BA, Brumado/BA, Cotegipe/BA, Guanambi/BA, Itapetinga/BA, Itiúba/BA, Jacobina/BA, Lauro de Freitas/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Morro do Chapéu/BA, São Francisco do Conde/BA, São Sebastião do Passé/BA, Senhor do Bonfim/BA, Tanque Novo/BA, Xique-Xique/BA, Águas Vermelhas/MG, Berilo/MG, Bom Jesus do Amparo/MG, Braúnas/MG, Central de Minas/MG, Conquista/MG, Conselheiro Lafaiete/MG, Coronel Fabriciano/MG, Desterro de Entre Rios/MG, Divino das Laranjeiras/MG, Divisa Alegre/MG, Divisópolis/MG, Dom Cavati/MG, Dores de Guanhães/MG, Fernandes Tourinho/MG, Fronteira dos Vales/MG, Goiabeira/MG, Ipatinga/MG, Itabira/MG, Itabirito/MG, Itaipé/MG, Itanhomi/MG, Itaobim/MG, Itueta/MG, Jacinto/MG, Jenipapo de Minas/MG, Joaíma/MG, Joanésia/MG, Jordânia/MG, Marilac/MG, Mata Verde/MG, Mendes Pimentel/MG, Nanuque/MG, Nova Módica/MG, Novo Oriente de Minas/MG, Ouro Verde de Minas/MG, Pavão/MG, Pescador/MG, Pocrane/MG, Poté/MG, Salto da Divisa/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, Santa Rita do Itueto/MG, Santo Antônio do Jacinto/MG, São Domingos das Dores/MG, São Gotardo/MG, São João do Oriente/MG, São João Evangelista/MG, São José do Divino/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Serra dos Aimorés/MG, Tarumirim/MG, Tumiritinga/MG, Anchieta/ES, Domingos Martins/ES, Fundão/ES, Guaçuí/ES, Ibiraçu/ES, Jaguaré/ES, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE, Santa Luzia do Itanhy/SE, Tomar do Geru/SE, Barra do Choça/BA, Barreiras/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Camaçari/BA, Canápolis/BA, Candeias/BA, Caraíbas/BA, Cordeiros/BA, Curaçá/BA, Dias d'Ávila/BA, Guajeru/BA, Jaborandi/BA, Maetinga/BA, Malhada de Pedras/BA, Mata de São João/BA, Mirante/BA, Pojuca/BA, Salvador/BA, Saúde/BA, Simões Filho/BA, Tabocas do

Brejo Velho/BA, Vitória da Conquista/BA, Abadia dos Dourados/MG, Arapuá/MG, Araxá/MG, Arcos/MG, Brasilândia de Minas/MG, Brumadinho/MG, Campo Belo/MG, Caratinga/MG, Carlos Chagas/MG, Carrancas/MG, Conselheiro Pena/MG, Córrego do Bom Jesus/MG, Crisólita/MG, Curvelo/MG, Douradoquara/MG, Estrela do Sul/MG, Formiga/MG, Grupiara/MG, Guanhães/MG, Ipanema/MG, Itaúna/MG, Janaúba/MG, Manhuaçu/MG, Mantena/MG, Martins Soares/MG, Matutina/MG, Minas Novas/MG, Nova Lima/MG, Patrocínio/MG, Porteirinha/MG, Pratinha/MG, Romaria/MG, Santana do Paraíso/MG, Santa Rita de Minas/MG, Santa Rosa da Serra/MG, Taiobeiras/MG, Tapira/MG, Teófilo Otoni/MG, Tiros/MG, Água Doce do Norte/ES, Alegre/ES, Aracruz/ES, Atilio Vivacqua/ES, Barra de São Francisco/ES, Castelo/ES, Colatina/ES, Conceição da Barra/ES, Governador Lindenberg/ES, Guarapari/ES, Irupi/ES, Itapemirim/ES, Linhares/ES, Marechal Floriano/ES, Marilândia/ES, Mimoso do Sul/ES, Muniz Freire/ES, Nova Venécia/ES, Pedro Canário/ES, Piúma/ES, São Gabriel da Palha/ES, São Mateus/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Viana/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.075 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 1957.5 MHz / 2152.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Aimorés/MG, Alfenas/MG, Almenara/MG, Alpinópolis/MG, Cachoeira de Pajeú/MG, Angelândia/MG, Araçuaí/MG, Bela Vista de Minas/MG, Belo Oriente/MG, Betim/MG, Boa Esperança/MG, Botelhos/MG, Brasília de Minas/MG, Buritizeiro/MG, Cachoeira Dourada/MG, Caetanópolis/MG, Caldas/MG, Camacho/MG, Camanducaia/MG, Cambuí/MG, Campanha/MG, Campestre/MG, Campina Verde/MG, Campo Florido/MG, Campos Altos/MG, Campos Gerais/MG, Capelinha/MG, Capim Branco/MG, Capitão Andrade/MG, Capitólio/MG, Caraí/MG, Careaçu/MG, Carmo da Cachoeira/MG, Carmo de Minas/MG, Carmo do Paranaíba/MG, Cascalho Rico/MG, Catas Altas/MG, Catuji/MG, Caxambu/MG, Cedro do Abaeté/MG, Chapada do Norte/MG, Coluna/MG, Comendador Gomes/MG, Comercinho/MG, Conceição das Alagoas/MG, Conceição do Pará/MG, Conceição do Rio Verde/MG, Congonhas/MG, Contagem/MG, Coroaci/MG, Coromandel/MG, Coronel Murta/MG, Córrego Danta/MG, Córrego Fundo/MG, Córrego Novo/MG, Cristiano Otoni/MG, Cuparaque/MG, Divinolândia de Minas/MG, Divinópolis/MG, Elói Mendes/MG, Esmeraldas/MG, Espinosa/MG, Estrela do Indaiá/MG, Extrema/MG, Felisburgo/MG, Felixlândia/MG, Francisco Badaró/MG, Fronteira/MG, Frutal/MG, Guapé/MG, Guaxupé/MG, Guimarânia/MG, Gurinhatã/MG, Iapu/MG, Ibiá/MG, Ibirité/MG, Inhaúma/MG, Ipiaçu/MG, Itabirinha/MG, Itajubá/MG, Itamarandiba/MG, Itatiaiuçu/MG, Iturama/MG, Jaboticatubas/MG, Jacutinga/MG, Jaíba/MG, Januária/MG, Japaraíba/MG, João Pinheiro/MG, Nova União/MG, Juatuba/MG, Ladainha/MG, Lagoa Formosa/MG, Lagoa Grande/MG, Lagoa Santa/MG, Lavras/MG, Leandro Ferreira/MG, Luz/MG, Machado/MG, Mário Campos/MG, Mateus Leme/MG, Matias Cardoso/MG, Matipó/MG, Matozinhos/MG, Medeiros/MG, Monsenhor Paulo/MG, Monte Alegre de Minas/MG, Morro do Pilar/MG, Nacip Raydan/MG, Naque/MG, Nepomuceno/MG, Nova Ponte/MG, Novo Cruzeiro/MG, Onça de Pitangui/MG, Ouro Branco/MG, Ouro Fino/MG, Paineiras/MG, Palmópolis/MG, Paracatu/MG, Paraopeba/MG, Passos/MG, Pedra Azul/MG, Pedrinópolis/MG, Pedro Leopoldo/MG, Perdizes/MG, Piracema/MG, Piranguinho/MG, Pirapora/MG, Piumhi/MG, Planura/MG, Poços de Caldas/MG, Pouso Alegre/MG, Pouso Alto/MG, Prata/MG, Presidente Olegário/MG, Prudente de Morais/MG, Quartel Geral/MG, Raposos/MG, Ribeirão das Neves/MG, Ribeirão Vermelho/MG, Rio Paranaíba/MG, Sacramento/MG, Salinas/MG, Santa Luzia/MG, Santana do Riacho/MG, Santo Antônio do Itambé/MG, São Bento Abade/MG, São Brás do Suaçuí/MG, São Domingos do Prata/MG, São Francisco/MG, São Francisco de Paula/MG, São Gonçalo do Sapucaí/MG, São João Batista do Glória/MG, São Joaquim de Bicas/MG, São José da Lapa/MG, São Lourenço/MG, São Roque de Minas/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, São Thomé das Letras/MG, Sarzedo/MG, Serra do Salitre/MG, Serro/MG, Sete Lagoas/MG, Soledade de Minas/MG, Timóteo/MG, Três Corações/MG, Três Pontas/MG, Tupaciguara/MG, Unaí/MG, Urucânia/MG, Vargem Bonita/MG, Vazante/MG, Vespasiano/MG, Abadia dos Dourados/MG, Arapuá/MG, Araxá/MG, Arcos/MG, Brasilândia de Minas/MG, Brumadinho/MG, Campo Belo/MG, Canápolis/MG, Caratinga/MG, Carlos Chagas/MG, Carrancas/MG, Conselheiro Pena/MG, Córrego do Bom Jesus/MG, Crisólita/MG, Curvelo/MG, Douradoquara/MG, Estrela do Sul/MG, Formiga/MG, Grupiara/MG, Guanhães/MG, Ipanema/MG, Itaúna/MG, Ituiutaba/MG, Janaúba/MG, Manhuaçu/MG, Mantena/MG, Martins Soares/MG, Matutina/MG, Minas Novas/MG, Nova Lima/MG, Nova Serrana/MG, Pará de Minas/MG, Patos de Minas/MG, Patrocínio/MG, Porteirinha/MG, Pratinha/MG, Romaria/MG, Santa Juliana/MG, Santana do Paraíso/MG, Santa Rita de Minas/MG, Santa Rosa da Serra/MG, Taiobeiras/MG, Tapira/MG, Teófilo Otoni/MG, Tiros/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.076 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1817.5 MHz / 1722.5 MHz / 1807.5 MHz / 1712.5 MHz / 1812.5 MHz / 1717.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Borba/AM, Iranduba/AM, Manaquiri/AM, Maués/AM, Parintins/AM, Presidente Figueiredo/AM, Silves/AM, Acará/PA, Augusto Corrêa/PA, Aurora do Pará/PA, Baião/PA, Barcarena/PA, Benevides/PA, Bujaru/PA, Capitão Poço/PA, Concórdia do Pará/PA, Maracanã/PA, Marapanim/PA, Moju/PA, Nova Timboteua/PA, Paragominas/PA, Salinópolis/PA, Salvaterra/PA, Santa Bárbara do Pará/PA, Santa Izabel do Pará/PA, Santarém Novo/PA, São Domingos do Capim/PA, São João de Pirabas/PA, São Miguel do Guamá/PA, Soure/PA, Tailândia/PA, Tomé-Açu/PA, Ulianópolis/PA, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.077 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1807.5 MHz / 1812.5 MHz / 1817.5 MHz / 1712.5 MHz / 1717.5 MHz / 1722.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Águas Belas/PE, Araripina/PE, Arcoverde/PE, Cabrobó/PE, Exu/PE, Garanhuns/PE, Ibirajuba/PE, Ingazeira/PE, Itacuruba/PE, Jurema/PE, Palmeirina/PE, Pesqueira/PE, Petrolândia/PE, Quixaba/PE, Salgueiro/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, São José do Belmonte/PE, São José do Egito/PE, Serra Talhada/PE, Arauá/SE, Canindé de São Francisco/SE, Divina Pastora/SE, Pirambu/SE, Poço Redondo/SE, América Dourada/BA, Angical/BA, Barra/BA, Caatiba/BA, Caculé/BA, Caetanos/BA, Capim Grosso/BA, Condeúba/BA, Cristópolis/BA, Ibotirama/BA, Iramaia/BA, Itaparica/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Piripá/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Rio do Antônio/BA, São Desidério/BA, Sítio do Mato/BA, Tapiramutá/BA, Tremedal/BA, Uibaí/BA, Várzea Nova/BA, Aimorés/MG, Alfenas/MG, Almenara/MG, Alpinópolis/MG, Cachoeira de Pajeú/MG, Angelândia/MG, Araçuaí/MG, Bela Vista de Minas/MG, Belo Oriente/MG, Betim/MG, Boa Esperança/MG, Botelhos/MG, Brasília de Minas/MG, Buritizeiro/MG, Cachoeira Dourada/MG, Caetanópolis/MG, Caldas/MG, Camacho/MG, Camanducaia/MG, Cambuí/MG, Campanha/MG, Campestre/MG, Campina Verde/MG, Campo Florido/MG, Campos Altos/MG, Campos Gerais/MG, Capelinha/MG, Capim Branco/MG, Capitão Andrade/MG, Capitólio/MG, Caraí/MG, Careaçu/MG, Carmo da Cachoeira/MG, Carmo de Minas/MG, Carmo do Paranaíba/MG, Cascalho Rico/MG, Catas Altas/MG, Catuji/MG, Caxambu/MG, Cedro do Abaeté/MG, Chapada do Norte/MG, Coluna/MG, Comendador Gomes/MG, Comercinho/MG, Conceição das Alagoas/MG, Conceição do Pará/MG, Conceição do Rio Verde/MG, Congonhas/MG, Contagem/MG, Coroaci/MG, Coromandel/MG, Coronel Murta/MG, Córrego Danta/MG, Córrego Fundo/MG, Córrego Novo/MG, Cristiano Otoni/MG, Cuparaque/MG, Divinolândia de Minas/MG, Divinópolis/MG, Elói Mendes/MG, Esmeraldas/MG, Espinosa/MG, Estrela do Indaiá/MG, Extrema/MG, Felisburgo/MG, Felixlândia/MG, Francisco Badaró/MG, Fronteira/MG, Frutal/MG, Guapé/MG, Guaxupé/MG, Guimarânia/MG, Gurinhatã/MG, Iapu/MG, Ibiá/MG, Ibirité/MG, Inhaúma/MG, Ipiaçu/MG, Itabirinha/MG, Itajubá/MG, Itamarandiba/MG, Itatiaiuçu/MG, Iturama/MG, Jaboticatubas/MG, Jacutinga/MG, Jaíba/MG, Januária/MG, Japaraíba/MG, João Pinheiro/MG, Nova União/MG, Juatuba/MG, Ladainha/MG, Lagoa Formosa/MG, Lagoa Grande/MG, Lagoa Santa/MG, Lavras/MG, Leandro Ferreira/MG, Luz/MG, Machado/MG, Mário Campos/MG, Mateus Leme/MG, Matias Cardoso/MG, Matipó/MG, Matozinhos/MG, Medeiros/MG, Monsenhor Paulo/MG, Monte Alegre de Minas/MG, Morro do Pilar/MG, Nacip Raydan/MG, Naque/MG, Nepomuceno/MG, Nova Ponte/MG, Novo Cruzeiro/MG, Onça de Pitangui/MG, Ouro Branco/MG, Ouro Fino/MG, Paineiras/MG, Palmópolis/MG, Paracatu/MG, Paraopeba/MG, Passos/MG, Pedra Azul/MG, Pedrinópolis/MG, Pedro Leopoldo/MG, Perdizes/MG, Piracema/MG, Piranguinho/MG, Pirapora/MG, Piumhi/MG, Planura/MG, Poços de Caldas/MG, Pouso Alegre/MG, Pouso Alto/MG, Prata/MG, Presidente Olegário/MG, Prudente de Morais/MG, Quartel Geral/MG, Raposos/MG, Ribeirão das Neves/MG, Ribeirão Vermelho/MG, Rio Paranaíba/MG, Sacramento/MG, Salinas/MG, Santa Luzia/MG, Santana do Riacho/MG, Santo Antônio do Itambé/MG, São Bento Abade/MG, São Brás do Suaçuí/MG, São Domingos do Prata/MG, São Francisco/MG, São Francisco de Paula/MG, São Gonçalo do Sapucaí/MG, São João Batista do Glória/MG, São Joaquim de Bicas/MG, São José da Lapa/MG, São Lourenço/MG, São Roque de Minas/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, São Thomé das Letras/MG, Sarzedo/MG, Serra do Salitre/MG, Serro/MG, Sete Lagoas/MG, Soledade de Minas/MG, Timóteo/MG, Três Corações/MG, Três Pontas/MG, Tupaciguara/MG, Unaí/MG, Urucânia/MG, Vargem Bonita/MG, Vazante/MG, Vespasiano/MG, Afonso Cláudio/ES, Baixo Guandu/ES, Conceição do Castelo/ES, Ecoporanga/ES, Iconha/ES, Montanha/ES, Presidente Kennedy/ES, Vargem Alta/ES, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE, Santa Luzia do Itanhy/SE, Tomar do Geru/SE, Barra do Choça/BA, Barreiras/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Camaçari/BA, Canápolis/BA, Candeias/BA, Caraíbas/BA, Cordeiros/BA, Curaçá/BA, Dias d'Ávila/BA, Guajeru/BA, Jaborandi/BA, Maetinga/BA, Malhada de Pedras/BA, Mata de São João/BA, Mirante/BA, Pojuca/BA, Salvador/BA, Saúde/BA, Simões Filho/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Vitória da Conquista/BA, Abadia dos Dourados/MG, Arapuá/MG, Araxá/MG, Arcos/MG, Brasilândia de Minas/MG, Brumadinho/MG, Campo Belo/MG, Canápolis/MG, Caratinga/MG, Carlos Chagas/MG, Carrancas/MG, Conselheiro Pena/MG, Córrego do Bom Jesus/MG, Crisólita/MG, Curvelo/MG, Douradoquara/MG, Estrela do Sul/MG, Formiga/MG, Grupiara/MG, Guanhães/MG, Ipanema/MG, Itaúna/MG, Ituiutaba/MG, Janaúba/MG, Manhuaçu/MG, Mantena/MG, Martins Soares/MG, Matutina/MG, Minas Novas/MG, Nova Lima/MG, Nova Serrana/MG, Pará de Minas/MG, Patos de Minas/MG, Patrocínio/MG, Porteirinha/MG, Pratinha/MG, Romaria/MG, Santa Juliana/MG, Santana do Paraíso/MG, Santa Rita de Minas/MG, Santa Rosa da Serra/MG, Taiobeiras/MG, Tapira/MG, Teófilo Otoni/MG, Tiros/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Água Doce do Norte/ES, Alegre/ES, Aracruz/ES, Atilio Vivacqua/ES, Barra de São Francisco/ES, Castelo/ES, Colatina/ES, Conceição da Barra/ES, Governador Lindenberg/ES, Guarapari/ES, Irupi/ES, Itapemirim/ES, Linhares/ES, Marechal Floriano/ES, Marilândia/ES, Mimoso do Sul/ES, Muniz Freire/ES, Nova Venécia/ES, Pedro Canário/ES, Piúma/ES, São Gabriel da Palha/ES, São Mateus/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Viana/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.078 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Arauá/SE, Canindé de São Francisco/SE, Divina Pastora/SE, Pirambu/SE, Poço Redondo/SE, América Dourada/BA, Angical/BA, Barra/BA, Caatiba/BA, Caculé/BA, Caetanos/BA, Capim Grosso/BA, Condeúba/BA, Cristópolis/BA, Ibotirama/BA, Iramaia/BA, Itaparica/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Piripá/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Rio do Antônio/BA, São Desidério/BA, Sítio do Mato/BA, Tapiramutá/BA, Tremedal/BA, Uibaí/BA, Várzea Nova/BA, Afonso Cláudio/ES, Baixo Guandu/ES, Conceição do Castelo/ES, Ecoporanga/ES, Iconha/ES, Montanha/ES, Presidente Kennedy/ES, Vargem Alta/ES, Pacatuba/SE, Pedrinhas/SE, Santa Luzia do Itanhy/SE, Tomar do Geru/SE, Barra do Choça/BA, Barreiras/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Camaçari/BA, Canápolis/BA, Candeias/BA, Caraíbas/BA, Cordeiros/BA, Curaçá/BA, Dias d'Ávila/BA, Guajeru/BA, Jaborandi/BA, Maetinga/BA, Malhada de Pedras/BA, Mata de São João/BA, Mirante/BA, Pojuca/BA, Salvador/BA, Saúde/BA, Simões Filho/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Vitória da Conquista/BA, Água Doce do Norte/ES, Alegre/ES, Aracruz/ES, Atilio Vivacqua/ES, Barra de São Francisco/ES, Castelo/ES, Colatina/ES, Conceição da Barra/ES, Governador Lindenberg/ES, Guarapari/ES, Irupi/ES, Itapemirim/ES, Linhares/ES, Marechal Floriano/ES, Marilândia/ES, Mimoso do Sul/ES, Muniz Freire/ES, Nova Venécia/ES, Pedro Canário/ES, Piúma/ES, São Gabriel da Palha/ES, São Mateus/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Viana/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATOS DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 15.095 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 28 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 1957.5 MHz / 2152.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Águas Vermelhas/MG, Berilo/MG, Bom Jesus do Amparo/MG, Braúnas/MG, Central de Minas/MG, Conquista/MG, Conselheiro Lafaiete/MG, Coronel Fabriciano/MG, Desterro de Entre Rios/MG, Divino das Laranjeiras/MG, Divisa Alegre/MG, Divisópolis/MG, Dom Cavati/MG, Dores de Guanhães/MG, Fernandes Tourinho/MG, Fronteira dos Vales/MG, Goiabeira/MG, Ipatinga/MG, Itabira/MG, Itabirito/MG, Itaipé/MG, Itanhomi/MG, Itaobim/MG, Itueta/MG, Jacinto/MG, Jenipapo de Minas/MG, Joaíma/MG, Joanésia/MG, Jordânia/MG, Marilac/MG, Mata Verde/MG, Mendes Pimentel/MG, Nanuque/MG, Nova Módica/MG, Novo Oriente de Minas/MG, Ouro Verde de Minas/MG, Pavão/MG, Pescador/MG, Pocrane/MG, Poté/MG, Salto da Divisa/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, Santa Rita do Itueto/MG, Santo Antônio do Jacinto/MG, São Domingos das Dores/MG, São Gotardo/MG, São João do Oriente/MG, São João Evangelista/MG, São José do Divino/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Serra dos Aimorés/MG, Tarumirim/MG, Tumiritinga/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.099 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 28 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1817.5 MHz / 1722.5 MHz / 1807.5 MHz / 1712.5 MHz / 1812.5 MHz / 1717.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Autazes/AM, Careiro/AM, Itacoatiara/AM, Manacapuru/AM, Manaus/AM, Nova Olinda do Norte/AM, Ananindeua/PA, Belém/PA, Bragança/PA, Cametá/PA, Capanema/PA, Castanhal/PA, Curuçá/PA, Igarapé-Miri/PA, Irituia/PA, Marituba/PA, Portel/PA, Vigia/PA, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.100 Processo nº 53500.010557/2022-06.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 28 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1807.5 MHz / 1812.5 MHz / 1817.5 MHz / 1712.5 MHz / 1717.5 MHz / 1722.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Aracaju/SE, Estância/SE, Japoatã/SE, Nossa Senhora do Socorro/SE, Propriá/SE, Riachuelo/SE, São Cristóvão/SE, Bom Jesus da Lapa/BA, Brumado/BA, Cotegipe/BA, Guanambi/BA, Itapetinga/BA, Itiúba/BA, Jacobina/BA, Lauro de Freitas/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Morro do Chapéu/BA, São Francisco do Conde/BA, São Sebastião do Passé/BA, Senhor do Bonfim/BA, Tanque Novo/BA, Xique-Xique/BA, Águas Vermelhas/MG, Berilo/MG, Bom Jesus do Amparo/MG, Braúnas/MG, Central de Minas/MG, Conquista/MG, Conselheiro Lafaiete/MG, Coronel Fabriciano/MG, Desterro de Entre Rios/MG, Divino das Laranjeiras/MG, Divisa Alegre/MG, Divisópolis/MG, Dom Cavati/MG, Dores de Guanhães/MG, Fernandes Tourinho/MG, Fronteira dos Vales/MG, Goiabeira/MG, Ipatinga/MG, Itabira/MG, Itabirito/MG, Itaipé/MG, Itanhomi/MG, Itaobim/MG, Itueta/MG, Jacinto/MG, Jenipapo de Minas/MG, Joaíma/MG, Joanésia/MG, Jordânia/MG, Marilac/MG, Mata Verde/MG, Mendes Pimentel/MG, Nanuque/MG, Nova Módica/MG, Novo Oriente de Minas/MG, Ouro Verde de Minas/MG, Pavão/MG, Pescador/MG, Pocrane/MG, Poté/MG, Salto da Divisa/MG, Santa Maria do Suaçuí/MG, Santa Rita do Itueto/MG, Santo Antônio do Jacinto/MG, São Domingos das Dores/MG, São Gotardo/MG, São João do Oriente/MG, São João Evangelista/MG, São José do Divino/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Serra dos Aimorés/MG, Tarumirim/MG, Tumiritinga/MG, Anchieta/ES, Domingos Martins/ES, Fundão/ES, Guaçuí/ES, Ibiraçu/ES, Jaguaré/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.102 Processo nº 53500.010557/2022-06.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 28 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Aracaju/SE, Estância/SE, Japoatã/SE, Nossa Senhora do Socorro/SE, Propriá/SE, Riachuelo/SE, São Cristóvão/SE, Bom Jesus da Lapa/BA, Brumado/BA, Cotegipe/BA, Guanambi/BA, Itapetinga/BA, Itiúba/BA, Jacobina/BA, Lauro de Freitas/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Morro do Chapéu/BA, São Francisco do Conde/BA, São Sebastião do Passé/BA, Senhor do Bonfim/BA, Tanque Novo/BA, Xique-Xique/BA, Anchieta/ES, Domingos Martins/ES, Fundão/ES, Guaçuí/ES, Ibiraçu/ES, Jaguaré/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATOS DE 8 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 15.474 Processo nº 53500.027223/2022-63.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de Alfredo Marcondes/SP, Alto Alegre/SP, Anhumas/SP, Cruzália/SP, Flora Rica/SP, Narandiba/SP, Platina/SP, Pracinha/SP, Ribeirão dos Índios/SP, Rubiácea/SP, Sagres/SP, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4869, de 4 de abril de 2022 (SEI 8264245), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.475 Processo nº 53500.027219/2022-03.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1830 MHz / 1735 MHz, exclusivamente nos municípios de Carnaíba/PE, Itapetim/PE, Tuparetama/PE, Barra dos Coqueiros/SE, Campo do Brito/SE, Itaporanga d'Ajuda/SE, Tobias Barreto/SE, Alpercata/MG, Araújos/MG, Bambuí/MG, Bom Despacho/MG, Carmo do Cajuru/MG, Frei Inocêncio/MG, Igaratinga/MG, Itapecerica/MG, Maravilhas/MG, Moema/MG, Morada Nova de Minas/MG, Nova Porteirinha/MG, Oliveira/MG, Papagaios/MG, Passa Tempo/MG, Perdigão/MG, Pimenta/MG, Santo Antônio do Monte/MG, Santo Hipólito/MG, São Sebastião do Oeste/MG, Serra Azul de Minas/MG, Mathias Lobato/MG, CALUMBI/PE, CARNAUBEIRA DA PENHA/PE, IGUARACI/PE, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, CARMOPOLIS/SE, NEOPOLIS/SE, NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE, ALVORADA DE MINAS/MG, ANTONIO DIAS/MG, BELO HORIZONTE/MG, CAETE/MG, CAMPANARIO/MG, CORDISBURGO/MG, DATAS/MG, ENGENHEIRO CALDAS/MG, ENTRE RIOS DE MINAS/MG, GALILEIA/MG, INIMUTABA/MG, JOAO MONLEVADE/MG, LAGOA DA PRATA/MG, MANGA/MG, MARIANA/MG, MOEDA/MG, NOVA ERA/MG, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, PIEDADE DE CARATINGA/MG, PONTE NOVA/MG, PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG, SABARA/MG, SABINOPOLIS/MG, SANTA BARBARA/MG, SANTA MARIA DE ITABIRA/MG, SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO/MG, SAO JOAO DAS MISSOES/MG, SAO JOAO DO MANHUACU/MG, SERRANOPOLIS DE MINAS/MG, TURMALINA/MG, UBAPORANGA/MG, VICOSA/MG, Capela/SE, Carmo da Mata/MG, Governador Valadares/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4863, de 4 de abril de 2022 (SEI 8264012), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.476 Processo nº 53500.027219/2022-03.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de Abaetetuba/PA, Viseu/PA, Carnaíba/PE, Itapetim/PE, Tuparetama/PE, Barra dos Coqueiros/SE, Campo do Brito/SE, Itaporanga d'Ajuda/SE, Tobias Barreto/SE, Cândido Sales/BA, Correntina/BA, Remanso/BA, Sobradinho/BA, Alpercata/MG, Araújos/MG, Bambuí/MG, Bom Despacho/MG, Carmo do Cajuru/MG, Frei Inocêncio/MG, Igaratinga/MG, Itapecerica/MG, Maravilhas/MG, Moema/MG, Morada Nova de Minas/MG, Nova Porteirinha/MG, Oliveira/MG, Papagaios/MG, Passa Tempo/MG, Perdigão/MG, Pimenta/MG, Santo Antônio do Monte/MG, Santo Hipólito/MG, São Sebastião do Oeste/MG, Serra Azul de Minas/MG, Mathias Lobato/MG, SANTO ANTONIO DO TAUA/PA, CALUMBI/PE, CARNAUBEIRA DA PENHA/PE, IGUARACI/PE, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, CARMOPOLIS/SE, NEOPOLIS/SE, NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE, ALVORADA DE MINAS/MG, ANTONIO DIAS/MG, BELO HORIZONTE/MG, CAETE/MG, CAMPANARIO/MG, CORDISBURGO/MG, DATAS/MG, ENGENHEIRO CALDAS/MG, ENTRE RIOS DE MINAS/MG, GALILEIA/MG, INIMUTABA/MG, JOAO MONLEVADE/MG, LAGOA DA PRATA/MG, MANGA/MG, MARIANA/MG, MOEDA/MG, NOVA ERA/MG, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, PIEDADE DE CARATINGA/MG, PONTE NOVA/MG, PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG, SABARA/MG, SABINOPOLIS/MG, SANTA BARBARA/MG, SANTA MARIA DE ITABIRA/MG, SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO/MG, SAO JOAO DAS MISSOES/MG, SAO JOAO DO MANHUACU/MG, SERRANOPOLIS DE MINAS/MG, TURMALINA/MG, UBAPORANGA/MG, VICOSA/MG, Itapiranga/AM, Rio Preto da Eva/AM, Urucurituba/AM, Santa Maria do Pará/PA, São Caetano de Odivelas/PA, São Francisco do Pará/PA, Terra Alta/PA, Capela/SE, Irecê/BA, Madre de Deus/BA, Carmo da Mata/MG, Governador Valadares/MG, Marataízes/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4863, de 4 de abril de 2022 (SEI 8264012), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.477 Processo nº 53500.027221/2022-74.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz / 1826.25 MHz / 1731.25 MHz / 1828.75 MHz / 1733.75 MHz / 1831.25 MHz / 1736.25 MHz / 1833.75 MHz / 1738.75 MHz, exclusivamente no município de Romelândia/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4858, de 4 de abril de 2022 (SEI 8263692), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.478 Processo nº 53500.027221/2022-74.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de Diamante do Norte/PR, Marilena/PR e Romelândia/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4858, de 4 de abril de 2022 (SEI 8263692), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 15.479 Processo nº 53500.010658/2022-79.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2665 MHz / 2545 MHz / 1855 MHz / 1760 MHz / 1837.5 MHz / 1842.5 MHz / 1847.5 MHz / 1742.5 MHz / 1747.5 MHz / 1752.5 MHz / 958.75 MHz / 913.75 MHz, exclusivamente nos municípios de Alfredo Marcondes/SP, Alto Alegre/SP, Anhumas/SP, Cruzália/SP, Flora Rica/SP, Narandiba/SP, Platina/SP, Pracinha/SP, Ribeirão dos Índios/SP, Rubiácea/SP, Sagres/SP, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2341, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8039533), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.480 Processo nº 53500.010658/2022-79.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 2152.5 MHz / 1957.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Alfredo Marcondes/SP, Alto Alegre/SP, Anhumas/SP, Cruzália/SP, Flora Rica/SP, Narandiba/SP, Platina/SP, Pracinha/SP, Ribeirão dos Índios/SP, Rubiácea/SP, Sagres/SP, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2341, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8039533), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.481 Processo nº 53500.010657/2022-24.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 958.75 MHz / 913.75 MHz / 2665 MHz / 2545 MHz / 1837.5 MHz / 1842.5 MHz / 1847.5 MHz / 1742.5 MHz / 1747.5 MHz / 1752.5 MHz / 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Diamante do Norte/PR, Marilena/PR e Romelândia/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2340, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8038893), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.482 Processo nº 53500.010657/2022-24.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1862.5 MHz / 1767.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Diamante do Norte/PR, Marilena/PR e Romelândia/SC, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2340, de 11 de fevereiro de 2022 (SEI 8038893), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.483 Processo nº 53500.029818/2022-53.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz, exclusivamente nos municípios de Araújos/MG, Igaratinga/MG, Maravilhas/MG, Moema/MG, Papagaios/MG, Perdigão/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 5308, de 11 de abril de 2022 (SEI 8302160), publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2022.

Nº 15.484 Processo nº 53500.010559/2022-97.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1871.25 MHz / 1776.25 MHz, exclusivamente nos municípios de Barra dos Coqueiros/SE, Campo do Brito/SE, Itaporanga d'Ajuda/SE, Tobias Barreto/SE, Cândido Sales/BA, Correntina/BA, Remanso/BA, Sobradinho/BA, CARMOPOLIS/SE, NEOPOLIS/SE, NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE, Capela/SE, Irecê/BA, Madre de Deus/BA, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2314, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.485 Processo nº 53500.010559/2022-97.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 2152.5 MHz / 1957.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Abaetetuba/PA, Viseu/PA, Carnaíba/PE, Itapetim/PE, Tuparetama/PE, SANTO ANTONIO DO TAUA/PA, CALUMBI/PE, CARNAUBEIRA DA PENHA/PE, IGUARACI/PE, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, Itapiranga/AM, Rio Preto da Eva/AM, Urucurituba/AM, Santa Maria do Pará/PA, São Caetano de Odivelas/PA, São Francisco do Pará/PA, Terra Alta/PA, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2314, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.486 Processo nº 53500.010559/2022-97.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1826.25 MHz / 1731.25 MHz, exclusivamente no município de Marataízes/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2314, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.487 Processo nº 53500.010557/2022-06.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 956.25 MHz / 911.25 MHz / 2665 MHz / 2545 MHz, exclusivamente nos municípios de Abaetetuba/PA, Viseu/PA, Carnaíba/PE, Itapetim/PE, Tuparetama/PE, Barra dos Coqueiros/SE, Campo do Brito/SE, Itaporanga d'Ajuda/SE, Tobias Barreto/SE, Cândido

Sales/BA, Correntina/BA, Remanso/BA, Sobradinho/BA, Alpercata/MG, Araújos/MG, Bambuí/MG, Bom Despacho/MG, Carmo do Cajuru/MG, Frei Inocêncio/MG, Igaratinga/MG, Itapecerica/MG, Maravilhas/MG, Moema/MG, Morada Nova de Minas/MG, Nova Porteirinha/MG, Oliveira/MG, Papagaios/MG, Passa Tempo/MG, Perdigão/MG, Pimenta/MG, Santo Antônio do Monte/MG, Santo Hipólito/MG, São Sebastião do Oeste/MG, Serra Azul de Minas/MG, Mathias Lobato/MG, SANTO ANTONIO DO TAUA/PA, CALUMBI/PE, CARNAUBEIRA DA PENHA/PE, IGUARACI/PE, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, CARMOPOLIS/SE, NEOPOLIS/SE, NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE, ALVORADA DE MINAS/MG, ANTONIO DIAS/MG, BELO HORIZONTE/MG, CAETE/MG, CAMPANARIO/MG, CORDISBURGO/MG, DATAS/MG, ENGENHEIRO CALDAS/MG, ENTRE RIOS DE MINAS/MG, GALILEIA/MG, INIMUTABA/MG, JOAO MONLEVADE/MG, LAGOA DA PRATA/MG, MANGA/MG, MARIANA/MG, MOEDA/MG, NOVA ERA/MG, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, PIEDADE DE CARATINGA/MG, PONTE NOVA/MG, PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG, SABARA/MG, SABINOPOLIS/MG, SANTA BARBARA/MG, SANTA MARIA DE ITABIRA/MG, SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO/MG, SAO JOAO DAS MISSOES/MG, SAO JOAO DO MANHUACU/MG, SERRANOPOLIS DE MINAS/MG, TURMALINA/MG, UBAPORANGA/MG, VICOSA/MG, Itapiranga/AM, Rio Preto da Eva/AM, Urucurituba/AM, Santa Maria do Pará/PA, São Caetano de Odivelas/PA, São Francisco do Pará/PA, Terra Alta/PA, Capela/SE, Irecê/BA, Madre de Deus/BA, Carmo da Mata/MG, Governador Valadares/MG, Marataízes/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.488 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz, exclusivamente nos municípios de Abaetetuba/PA, Viseu/PA, Carnaíba/PE, Itapetim/PE, Tuparetama/PE, Barra dos Coqueiros/SE, Campo do Brito/SE, Itaporanga d'Ajuda/SE, Tobias Barreto/SE, Cândido Sales/BA, Correntina/BA, Remanso/BA, Sobradinho/BA, Alpercata/MG, Bambuí/MG, Bom Despacho/MG, Carmo do Cajuru/MG, Frei Inocêncio/MG, Itapecerica/MG, Morada Nova de Minas/MG, Nova Porteirinha/MG, Oliveira/MG, Passa Tempo/MG, Pimenta/MG, Santo Antônio do Monte/MG, Santo Hipólito/MG, São Sebastião do Oeste/MG, Serra Azul de Minas/MG, Mathias Lobato/MG, SANTO ANTONIO DO TAUA/PA, CALUMBI/PE, CARNAUBEIRA DA PENHA/PE, IGUARACI/PE, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, CARMOPOLIS/SE, NEOPOLIS/SE, NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE, ALVORADA DE MINAS/MG, ANTONIO DIAS/MG, BELO HORIZONTE/MG, CAETE/MG, CAMPANARIO/MG, CORDISBURGO/MG, DATAS/MG, ENGENHEIRO CALDAS/MG, ENTRE RIOS DE MINAS/MG, GALILEIA/MG, INIMUTABA/MG, JOAO MONLEVADE/MG, LAGOA DA PRATA/MG, MANGA/MG, MARIANA/MG, MOEDA/MG, NOVA ERA/MG, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, PIEDADE DE CARATINGA/MG, PONTE NOVA/MG, PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG, SABARA/MG, SABINOPOLIS/MG, SANTA BARBARA/MG, SANTA MARIA DE ITABIRA/MG, SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO/MG, SAO JOAO DAS MISSOES/MG, SAO JOAO DO MANHUACU/MG, SERRANOPOLIS DE MINAS/MG, TURMALINA/MG, UBAPORANGA/MG, VICOSA/MG, Itapiranga/AM, Rio Preto da Eva/AM, Urucurituba/AM, Santa Maria do Pará/PA, São Caetano de Odivelas/PA, São Francisco do Pará/PA, Terra Alta/PA, Capela/SE, Irecê/BA, Madre de Deus/BA, Carmo da Mata/MG, Governador Valadares/MG, Marataízes/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.489 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 1957.5 MHz / 2152.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Alpercata/MG, Araújos/MG, Bambuí/MG, Bom Despacho/MG, Carmo do Cajuru/MG, Frei Inocêncio/MG, Igaratinga/MG, Itapecerica/MG, Maravilhas/MG, Moema/MG, Morada Nova de Minas/MG, Nova Porteirinha/MG, Oliveira/MG, Papagaios/MG, Passa Tempo/MG, Perdigão/MG, Pimenta/MG, Santo Antônio do Monte/MG, Santo Hipólito/MG, São Sebastião do Oeste/MG, Serra Azul de Minas/MG, Mathias Lobato/MG, ALVORADA DE MINAS/MG, ANTONIO DIAS/MG, BELO HORIZONTE/MG, CAETE/MG, CAMPANARIO/MG, CORDISBURGO/MG, DATAS/MG, ENGENHEIRO CALDAS/MG, ENTRE RIOS DE MINAS/MG, GALILEIA/MG, INIMUTABA/MG, JOAO MONLEVADE/MG, LAGOA DA PRATA/MG, MANGA/MG, MARIANA/MG, MOEDA/MG, NOVA ERA/MG, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, PIEDADE DE CARATINGA/MG, PONTE NOVA/MG, PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG, SABARA/MG, SABINOPOLIS/MG, SANTA BARBARA/MG, SANTA MARIA DE ITABIRA/MG, SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO/MG, SAO JOAO DAS MISSOES/MG, SAO JOAO DO MANHUACU/MG, SERRANOPOLIS DE MINAS/MG, TURMALINA/MG, UBAPORANGA/MG, VICOSA/MG, Carmo da Mata/MG, Governador Valadares/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15.490 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1817.5 MHz / 1722.5 MHz / 1807.5 MHz / 1712.5 MHz / 1812.5 MHz / 1717.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Abaetetuba/PA, Viseu/PA, SANTO ANTONIO DO TAUA/PA, Itapiranga/AM, Rio Preto da Eva/AM, Urucurituba/AM, Santa Maria do Pará/PA, São Caetano de Odivelas/PA, São Francisco do Pará/PA, Terra Alta/PA, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15491 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1807.5 MHz / 1812.5 MHz / 1817.5 MHz / 1712.5 MHz / 1717.5 MHz / 1722.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Carnaíba/PE, Itapetim/PE, Tuparetama/PE, Barra dos Coqueiros/SE, Campo do Brito/SE, Itaporanga d'Ajuda/SE, Tobias Barreto/SE, Cândido Sales/BA, Correntina/BA, Remanso/BA, Sobradinho/BA, Alpercata/MG, Araújos/MG, Bambuí/MG, Bom Despacho/MG, Carmo do Cajuru/MG, Frei Inocêncio/MG, Igaratinga/MG, Itapecerica/MG, Maravilhas/MG, Moema/MG, Morada Nova de Minas/MG, Nova Porteirinha/MG, Oliveira/MG, Papagaios/MG, Passa Tempo/MG, Perdigão/MG, Pimenta/MG, Santo Antônio do Monte/MG, Santo Hipólito/MG, São Sebastião do Oeste/MG, Serra Azul de Minas/MG, Mathias Lobato/MG, CALUMBI/PE, CARNAUBEIRA DA PENHA/PE, IGUARACI/PE, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, CARMOPOLIS/SE, NEOPOLIS/SE, NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE, ALVORADA DE MINAS/MG, ANTONIO DIAS/MG, BELO HORIZONTE/MG, CAETE/MG, CAMPANARIO/MG, CORDISBURGO/MG, DATAS/MG, ENGENHEIRO CALDAS/MG, ENTRE RIOS DE MINAS/MG, GALILEIA/MG, INIMUTABA/MG, JOAO MONLEVADE/MG, LAGOA DA PRATA/MG, MANGA/MG, MARIANA/MG, MOEDA/MG, NOVA ERA/MG, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, PIEDADE DE CARATINGA/MG, PONTE NOVA/MG, PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG, SABARA/MG, SABINOPOLIS/MG, SANTA BARBARA/MG, SANTA MARIA DE ITABIRA/MG, SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO/MG, SAO JOAO DAS MISSOES/MG, SAO JOAO DO MANHUACU/MG, SERRANOPOLIS DE MINAS/MG, TURMALINA/MG, UBAPORANGA/MG, VICOSA/MG, Capela/SE, Irecê/BA, Madre de Deus/BA, Carmo da Mata/MG, Governador Valadares/MG, Marataízes/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 15492 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 7 de outubro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Barra dos Coqueiros/SE, Campo do Brito/SE, Itaporanga d'Ajuda/SE, Tobias Barreto/SE, Cândido Sales/BA, Correntina/BA, Remanso/BA, Sobradinho/BA, CARMOPOLIS/SE, NEOPOLIS/SE, NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE, Capela/SE, Irecê/BA, Madre de Deus/BA, Marataízes/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATOS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 16.014 Processo nº 53500.010559/2022-97.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1871.25 MHz / 1776.25 MHz, exclusivamente no município de Juazeiro/BA, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2314, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 16.015 Processo nº 53500.010559/2022-97.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1826.25 MHz / 1731.25 MHz, exclusivamente nos municípios de Cachoeiro do Itapemirim/ES, Cariacica/ES, Serra/ES, Vila Velha/ES, Vitória/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2314, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8035170), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 16.016 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 956.25 MHz / 911.25 MHz / 2665 MHz / 2545 MHz, exclusivamente nos municípios de Juazeiro/BA, Araguari/MG, Cachoeiro do Itapemirim/ES, Cariacica/ES, Serra/ES, Vila Velha/ES, Vitória/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 16.017 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1821.25 MHz / 1726.25 MHz / 1823.75 MHz / 1728.75 MHz, exclusivamente nos municípios de Juazeiro/BA, Araguari/MG, Cachoeiro do Itapemirim/ES, Cariacica/ES, Serra/ES, Vila Velha/ES, Vitória/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 16.018 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2147.5 MHz / 1957.5 MHz / 2152.5 MHz / 1962.5 MHz, exclusivamente no município de Araguari/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 16.019 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1807.5 MHz / 1812.5 MHz / 1817.5 MHz / 1712.5 MHz / 1717.5 MHz / 1722.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Juazeiro/BA, Araguari/MG, Cachoeiro do Itapemirim/ES, Cariacica/ES, Serra/ES, Vila Velha/ES, Vitória/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 16.021 Processo nº 53500.010557/2022-06.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2112.5 MHz / 2117.5 MHz / 2122.5 MHz / 1922.5 MHz / 1927.5 MHz / 1932.5 MHz, exclusivamente nos municípios de Juazeiro/BA, Cachoeiro do Itapemirim/ES, Cariacica/ES, Serra/ES, Vila Velha/ES, Vitória/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 2311, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI 8034802), publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2022.

Nº 16.025 Processo nº 53500.027219/2022-03.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 1830 MHz / 1735 MHz, exclusivamente nos municípios de Araguari/MG, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4863, de 4 de abril de 2022 (SEI 8264012), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

Nº 16.026 Processo nº 53500.027219/2022-03.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 16 de novembro de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, nas frequências 2680 MHz / 2560 MHz / 2655 MHz / 2535 MHz, exclusivamente nos municípios de Juazeiro/BA, Araguari/MG, Cachoeiro do Itapemirim/ES, Cariacica/ES, Serra/ES, Vila Velha/ES, Vitória/ES, outorgada a JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 37.185.266/0001-66, por intermédio do Ato nº 4863, de 4 de abril de 2022 (SEI 8264012), publicado no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2022.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 15.875 Processo nº 53500.332262/2022-80.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Difusora Natureza Fm Ltda, CNPJ 02.095.038/0001-10, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Miguel Arcanjo/SP.

Nº 15.916 Processo nº 53500.332809/2022-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL FATIMA DE COMUNICACOES, CNPJ 06.064.890/0001-81, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Vacaria/RS.

Nº 15.917 Processo nº 53500.332775/2022-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL ALVORADA DE COMUNICACOES, CNPJ 07.009.233/0001-02, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Marau/RS.

Nº 15.918 Processo nº 53500.332791/2022-83.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 02.601.591/0001-88, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Carlos/SC.

Nº 15.919 Processo nº 53500.332832/2022-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 04.484.313/0001-13, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Irineópolis/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 15.922 Processo nº 53500.332762/2022-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE ALTO URUGUAI LTDA, CNPJ 11.540.921/0001-63, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rio dos Índios/RS.

Nº 15.923 Processo nº 53500.329445/2022-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CULTURA DE ITABIRITO LTDA, CNPJ 21.002.159/0001-15, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itabirito/MG.

Nº 15.924 Processo nº 53500.330939/2022-45.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA DE MOGI GUACU LTDA, CNPJ 52.740.156/0001-02, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Mogi Guaçu/SP.

Nº 15.925 Processo nº 53500.330988/2022-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Colíder/MT.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 16.049, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.332394/2022-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio Verdes Mares Ltda, CNPJ 07.199.656/0001-24, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Fortaleza/CE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 16.594 - Autoriza Carlos Frederico Queiroz Batista da Silva, CNPJ nº 28.530.983/0001-97, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Natal/RN, no período de 09/12/2022 a 11/12/2022.

Nº 16.595 - Autoriza Rodrigo Mason Orlandi, CPF nº ***478218**, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 10/12/2022 a 11/12/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA N° 309/MB/MD, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito da Capitania dos Portos do Maranhão, previstas para o preparo e o emprego da Marinha do Brasil.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Normativa n° 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa, resolve:

Art. 1° Declarar, para o fim previsto na alínea f do inciso XIV do art. 7° da Lei Complementar n° 140, de 8 de dezembro de 2011, o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito da Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos do Maranhão (CPMA), destinadas ao preparo e emprego da Força, nos termos da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar n° 136, de 25 de agosto de 2010, conforme o disposto nos incisos I, II e III do art. 4° da Portaria Normativa n° 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa.

Art. 2° Declarar que a CPMA é responsável por contribuir para a orientação, coordenação e controle das atividades relativas à Marinha Mercante e organizações correlatas, no que se refere à defesa nacional, à salvaguarda da vida humana, à segurança da navegação e à prevenção da poluição hídrica por parte de embarcações ou suas instalações de apoio, na sua área de jurisdição. Cabe, ainda, à CPMA, em situação de mobilização, conflito, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal e em regimes especiais, as tarefas que lhe são atribuídas pelas Normas e Diretrizes referentes à Mobilização Marítima e às emanadas pelo Comando do 4° Distrito Naval.

Art. 3° A isenção do processo de licenciamento ambiental não exime a CPMA de cumprir a legislação ambiental vigente, de acordo com o art. 5° da Portaria retrocitada.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor em 8 de dezembro de 2022.

ALMIR GARNIER SANTOS

PORTARIA N° 310/MB/MD, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Delega competência, na qualidade de Autoridade Marítima Brasileira, ao Diretor de Portos e Costas para celebrar Memorando de Entendimento com a ITOPF Limited.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 17 da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, e inciso XX do art. 26, e § 1° do art. 1° do anexo I ao Decreto n° 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1° Delegar competência, na qualidade de Autoridade Marítima Brasileira, ao Diretor de Portos e Costas, para celebrar Memorando de Entendimento entre a Diretoria de Portos e Costas e a ITOPF Limited, para facilitar uma resposta rápida e eficiente a incidentes marítimos graves, particularmente as atividades que incluem a cooperação técnica na promoção de uma preparação e resposta eficaz à poluição por hidrocarbonetos, e a implementação de atividades relacionadas para enfrentar potenciais ameaças ou danos ao ambiente marinho.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ALMIR GARNIER SANTOS

DECISÃO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 61001.001599/2021-16

Vistos e examinados os presentes Autos de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 61001.001599/2021-16, instaurado por meio da Portaria nº 76/MB/MD, de 16 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2021, Edição nº 58, Seção 2, página 11, a que respondeu a empresa MERCEARIA E BAZAR NOSSA SENHORA DA LUZ LTDA, CNPJ n° 00.887.566/0001-87, no exercício das atribuições a mim conferidas pelo art. 14 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e, com fundamento no Parecer nº 00258/2022/CJACM/CGU/AGU, de 20 de outubro de 2022, aprovado pelo Despacho nº 00390/2022/CJACM/CGU/AGU, de 24 de outubro de 2022, declaro a nulidade dos atos administrativos gerados a partir do Termo de Indiciação e determino a constituição de nova comissão, a fim de propiciar a continuidade do feito.

ALMIR GARNIER SANTOS
Comandante da Marinha

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

SUBCHEFIA DE LOGÍSTICA OPERACIONAL

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.923, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000423/2022-71, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa MAPPEAR ENGENHARIA LTDA., com sede social na Rua Magda Perona Frossard, 190, Sala 164 - Nova Aliança, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.026-596, inscrita no CNPJ sob o nº 30.310.113/0001-54, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 9 de dezembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PINHEIRO PINTO - Cel (EB)
Substituto

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.924, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000424/2022-16, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa CONSULTGEL CONSULTORIA EM GEOMÁTICA LTDA., com sede social na Rua Campos Salles, 489, Sala B - Centro, Itatiba/SP, CEP: 13.250-360, inscrita no CNPJ sob o nº 05.532.479/0001-20, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 9 de dezembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PINHEIRO PINTO - Cel (EB)
Substituto

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.925, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000436/2022-41, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa GESTÃO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., com sede social na Avenida Caetano Marinho, 153 - Centro, Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-001, inscrita no CNPJ sob o nº 18.258.450/0001-44, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 9 de dezembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PINHEIRO PINTO - Cel (EB)
Substituto

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.934, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000438/2022-30, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa P. AVELAR CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI, com sede social na Rua Araguari, 511, 7º andar - Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-114, inscrita no CNPJ sob o nº 24.121.744/0001-22, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 9 de dezembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PINHEIRO PINTO - Cel (EB)

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.935, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000440/2022-17, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa MTGEO SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA., com sede social na Rua Barão de Melgaço, 2.754, Sala 1.403 - Centro Sul, Cuiabá/MT, CEP: 78.020-973, inscrita no CNPJ sob o nº 09.602.880/0001-40, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 9 de dezembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PINHEIRO PINTO - Cel (EB)

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.936, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000441/2022-53, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa B. G. L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA., com sede social na Avenida Marechal Mário Guedes, 2, Sala 31 - Jaguaré, São Paulo/SP, CEP: 05.348-010, inscrita no CNPJ sob o nº 41.967.974/0001-26, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 9 de dezembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PINHEIRO PINTO - Cel (EB)

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.937, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000442/2022-06, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa URBANA LOGÍSTICA AMBIENTAL DO BRASIL EIRELI, com sede social na Rua Doutor Oscar Bittencourt, 409 - Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP: 90.850-150, inscrita no CNPJ sob o nº 10.629.645/0001-41, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "C".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 9 de dezembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PINHEIRO PINTO - Cel (EB)

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.487, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 514, de 23 de fevereiro de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.008854/2022-95, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Governador Valadares - MG, para ações de Defesa Civil até 12/02/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.488, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.717, de 03 de novembro de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.003566/2020-72, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Manhumirim - MG, para ações de Defesa Civil até 05/06/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.489, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 3.064, de 07 de dezembro de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.005133/2021-32, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Dom Cavati - MG, para ações de Defesa Civil até 08/03/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.491, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Pocrane-MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Pocrane-MG, no valor de R$ 119.143,54 (cento e dezenove mil cento e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.007791/2022-40.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE001145, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.492, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Açucena-MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Açucena-MG, no valor de R$ 229.086,15 (duzentos e vinte e nove mil oitenta e seis reais e quinze centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006641/2022-19.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE000818, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Cícero Dantas	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	857	29/11/2022	59051.018583/2022-96
BA	Itapicuru	Estiagem - 1.4.1.1.0	045	27/10/2022	59051.018399/2022-46

CE	Crateús	Estiagem - 1.4.1.1.0	1008	29/11/2022	59051.018579/2022-28
RN	Campo Redondo	Estiagem - 1.4.1.1.0	032	23/11/2022	59051.018597/2022-18
SC	Laguna	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	6.850	01/12/2022	59051.018588/2022-19

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.497, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São João Batista-SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São João Batista-SC, no valor de R$ 446.286,40 (quatrocentos e quarenta e seis mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.012477/2022-99.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.498, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 3.194, de 15 de dezembro de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.004511/2021-61, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Itupiranga - PA, para ações de Defesa Civil até 15/06/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.499, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 1.197, de 16 de junho de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.002624/2019-15, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Juscimeira - MT, para ações de Defesa Civil até 11/06/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.500, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Japurá-AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Japurá-AM, no valor de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.012377/2022-62.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.501, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Alpercata-MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Alpercata-MG, no valor de R$ 235.098,69 (duzentos e trinta e cinco mil noventa e oito reais e sessenta e nove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.012238/2022-39.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.502, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Enéas Marques-PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Enéas Marques-PR, no valor de R$ 53.300,00 (cinquenta e três mil e trezentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.012419/2022-65.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.503, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Atalaia do Norte-AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Atalaia do Norte-AM, no valor de R$ 648.328,00 (seiscentos e quarenta e oito mil trezentos e vinte e oito reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.012257/2022-65.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.504, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Gonçalo do Amarante-RN, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Gonçalo do Amarante-RN, no valor de R$ 222.821,94 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.011406/2022-79.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.505, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Campo Erê-SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Campo Erê-SC, no valor de R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.012457/2022-18.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.506, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Tefé-AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Tefé-AM, no valor de R$ 869.441,60 (oitocentos e sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.012343/2022-78.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.507, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Capelinha-MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Capelinha-MG, no valor de R$ 471.703,06 (quatrocentos e setenta e um mil setecentos e três reais e seis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.011359/2022-63.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.508, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Valença-BA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Valença-BA, no valor de R$ 5.436.315,70 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e seis mil trezentos e quinze reais e setenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.011537/2022-56.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.513, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Reconhece Situação de Emergência em municípios do Estado de Minas Gerais/MG.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer, sumariamente, a Situação de Emergência em municípios do Estado de Minas Gerais/MG, conforme quadro abaixo, em decorrência de Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas, COBRADE - 1.3.2.1.4, Decreto Estadual nº 767, de 06 de dezembro de 2022.

Nº	MUNICÍPIOS
01	Açucena
02	Almenara
03	Arapuá
04	Bandeira
05	Barbacena
06	Bom Jesus do Galho
07	Campestre
08	Capelinha
09	Carlos Chagas
10	Cataguases
11	Coimbra
12	Córrego Novo
13	Divisópolis
14	Dom Joaquim
15	Felisburgo
16	Ferros
17	Frei Gaspar
18	Galiléia
19	Jacinto
20	João Monlevade
21	Jordânia
22	Juramento
23	Ladainha
24	Luisburgo
25	Munhoz
26	Muzambinho
27	Naque
28	Ouro Verde de Minas
29	Paraopeba
30	Pavão
31	Peçanha
32	Pescador
33	Piranguinho
34	Rio do Prado
35	Rio Piracicaba
36	Salinas
37	Santo Antônio do Jacinto
38	São Domingos do Prata
39	São Francisco
40	Teófilo Otoni
41	Timóteo
42	Ubaporanga
43	Urucuia

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO DC/SUDENE Nº 761, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a não aprovação do financiamento, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do projeto de titularidade da Sociedade Empresarial LIGHTSOURCE BOM LUGAR VII GERACAO DE ENERGIA LTDA, que objetiva a implantação de um parque solar fotovoltaico de geração de energia elétrica no município de Icó/CE.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 11, incisos III e V, da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, pelo artigo 6º, caput, incisos III e V, e parágrafo único, do Anexo I ao Decreto n. 11.056/2022, pelos artigos 6º, incisos III e V, 7º, e 8º da Resolução DC/SUDENE n. 271/2017 e pelos artigos 3º, caput e §§ 4º e 5º, 4º da Medida Provisória n. 2.156-5/2001 e 11, caput, 21, caput e § 2º, 22 e artigo 4º, do Decreto n. 7.838/2012 - Regulamento do FDNE.

CONSIDERANDO o caput e § 3º do artigo 22 do Decreto n. 7.838/2012 - Regulamento do FDNE;

CONSIDERANDO a Deliberação tomada em sua 446ª Reunião, ocorrida em 17 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO a seleção de projetos com maior capacidade indutora de desenvolvimento regional a serem financiados com recursos do FDNE;

CONSIDERANDO a limitação orçamentária do FDNE para o exercício de 2022; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 59336.003784/2021-11 resolve:

Art. 1º Não aprovar a participação do FDNE no Projeto de titularidade da Sociedade Empresarial LIGHTSOURCE BOM LUGAR VII GERACAO DE ENERGIA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 35.653.934/0001-07, que objetiva a implantação de um parque solar fotovoltaico de geração de energia elétrica no município de Icó/CE., no valor de até R$ 89.140.156,80 (oitenta e nove milhões, cento e quarenta mil cento e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Art. 2º Indicar que o Empreendimento se integra aos objetivos de promoção do desenvolvimento includente e sustentável e enquadra-se nas diretrizes e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do Fundo, conforme Resolução CONDEL/SUDENE nº 148, de 13 dezembro de 2021.

Art. 3º Determinar a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico da Sudene.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

General CARLOS CESAR ARAÚJO LIMA
Superintendente

WILSON DE JESUS BESERRA DE ALMEIDA
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos
de Atração de Investimentos

MARCOS FALCÃO GONÇALVES
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

General MARCO CÉSAR DE MORAES
Diretor de Administração

RESOLUÇÃO DC/SUDENE Nº 762, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a não aprovação do financiamento, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do projeto de titularidade da Sociedade Empresarial LIGHTSOURCE BOM LUGAR VIII GERACAO DE ENERGIA LTDA, que objetiva a implantação de um parque solar fotovoltaico de geração de energia elétrica no município de Icó/CE.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 11, incisos III e V, da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, pelo artigo 6º, caput, incisos III e V, e parágrafo único, do Anexo I ao Decreto n. 11.056/2022, pelos artigos 6º, incisos III e V, 7º, e 8º da Resolução DC/SUDENE n. 271/2017 e pelos artigos 3º, caput e §§ 4º e 5º, 4º da Medida Provisória n. 2.156-5/2001 e 11, caput, 21, caput e § 2º, 22 e artigo 4º, do Decreto n. 7.838/2012 - Regulamento do FDNE.

CONSIDERANDO o caput e § 3º do artigo 22 do Decreto n. 7.838/2012 - Regulamento do FDNE;

CONSIDERANDO a Deliberação tomada em sua 446ª Reunião, ocorrida em 17 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO a seleção de projetos com maior capacidade indutora de desenvolvimento regional a serem financiados com recursos do FDNE;

CONSIDERANDO a limitação orçamentária do FDNE para o exercício de 2022; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 59336.003785/2021-66 resolve:

Art. 1º Não aprovar a participação do FDNE no Projeto de titularidade da Sociedade Empresarial LIGHTSOURCE BOM LUGAR VIII GERACAO DE ENERGIA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 35.653.980/0001-06, que objetiva a implantação de um parque solar fotovoltaico de geração de energia elétrica no município de Icó/CE., no valor de até R$ 89.140.156,80 (oitenta e nove milhões, cento e quarenta mil cento e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Art. 2º Indicar que o Empreendimento se integra aos objetivos de promoção do desenvolvimento includente e sustentável e enquadra-se nas diretrizes e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do Fundo, conforme Resolução CONDEL/SUDENE nº 148, de 13 dezembro de 2021.

Art. 3º Determinar a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico da Sudene.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

General CARLOS CESAR ARAÚJO LIMA
Superintendente

WILSON DE JESUS BESERRA DE ALMEIDA
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos
de Atração de Investimentos

MARCOS FALCÃO GONÇALVES
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

General MARCO CÉSAR DE MORAES
Diretor de Administração

RESOLUÇÃO DC/SUDENE Nº 764, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a não aprovação do financiamento, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do projeto de titularidade da Lightsource Bom Lugar IX Geração de Energia Ltda, que objetiva a implantação de um parque solar fotovoltaico de geração de energia elétrica no município de Icó/CE.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 11, incisos III e V, da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, pelo artigo 6º, caput, incisos III e V, e parágrafo único, do Anexo I ao Decreto n. 11.056/2022, pelos artigos 6º, incisos III e V, 7º, e 8º da Resolução DC/SUDENE n. 271/2017 e pelos artigos 3º, caput e §§ 4º e 5º, 4º da Medida Provisória n. 2.156-5/2001 e 11, caput, 21, caput e 11, caput, 21, caput e § 2º, 22 e artigo 4º, do Decreto n. 7.838/2012 - Regulamento do FDNE.

CONSIDERANDO o caput e § 3º do artigo 22 do Decreto n. 7.838/2012 - Regulamento do FDNE;

CONSIDERANDO a Deliberação tomada em sua 441ª Reunião, ocorrida em 04 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO a limitação orçamentária do FDNE para o exercício de 2022; e

CONSIDERANDO a seleção de projetos com maior capacidade indutora de desenvolvimento regional a serem financiados com recursos do FDNE;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 59336.003678/2021-38 resolve:

Art. 1º Não aprovar a participação do FDNE no Projeto de titularidade da Sociedade Empresarial Lightsource Bom Lugar IX Geração de Energia Ltda,, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº CNPJ nº 35.653.980/0001-06, que objetiva a implantação de um parque solar fotovoltaico de geração de energia elétrica no Município de Icó/CE, no valor de até R$ 89.140.156,80 (oitenta e nove milhões, cento e quarenta mil cento e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Art. 2º Indicar que o Empreendimento se integra aos objetivos de promoção do desenvolvimento includente e sustentável e enquadra-se nas diretrizes e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do Fundo, conforme Resolução CONDEL/SUDENE nº 148, de 13 dezembro de 2021.

Art. 3º Determinar a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico da Sudene.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

General CARLOS CESAR ARAÚJO LIMA
Superintendente

WILSON DE JESUS BESERRA DE ALMEIDA
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos
e de Atração de Investimentos

MARCOS FALCÃO GONÇALVES
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

General MARCO CÉSAR DE MORAES
Diretor de Administração

Ministério da Economia

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Diário oficial nº 229 de 07/12/2022 págs. 71 a 73, faltou a seguinte observação na pauta de julgamento da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção:

4) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente de Turma para retificação da ata de outubro de 2022, relativa ao processo nº 10665.720386/2017-66.

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Diário oficial nº 229 de 07/12/2022 págs. 74 e 75, faltou a seguinte observação na pauta de julgamento da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção:

4) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente de Turma para retificação da ata de setembro de 2022, relativa aos processos nº 11080.732636/2018-25 e 11080.733634/2018-53.

4ª CÂMARA
2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 19 a 21/12/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
2	10711.722181/2013-99	3 a 7
8	10711.726654/2013-27	9 a 13
14	10711.722619/2012-58	15 a 17
20	10715.722883/2013-32	21 a 27
28	12266.723375/2013-32	29 a 33
45	10711.723437/2013-85	46 a 53
54	10909.721003/2013-33	55 a 59
60	11128.732176/2013-37	61 a 82
83	11128.729070/2013-56	84 a 103
104	10715.728529/2013-11	105 a 110

118	10783.904415/2013-71	119 a 125
131	10630.902493/2011-12	132 a 146
149	10510.900694/2012-22	150 a 154
159	13312.720053/2010-59	160 a 166
169	10925.909167/2011-21	170 a 172
173	10925.909172/2011-33	174 a 176
195	13629.900189/2014-19	196 a 204
222	16692.721062/2016-13	223 a 235
241	10880.978572/2012-33	242 a 252
253	10640.900492/2014-67	254 a 256
257	10640.900500/2014-75	258 a 260
261	11080.732504/2018-01	262 a 264

DIA 19 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ALEXANDRE FREITAS COSTA
1 - Processo nº: 12157.000115/2006-01 - Recorrente: SAO PAULO ALPARGATAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
2 - Processo nº: 10711.722181/2013-99 - Recorrente: ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
3 - Processo nº: 10711.726292/2013-74 - Recorrente: ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10711.728665/2013-41 - Recorrente: ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10711.730035/2013-37 - Recorrente: ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10907.721702/2013-01 - Recorrente: ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 12466.723602/2013-73 - Recorrente: ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
8 - Processo nº: 10711.726654/2013-27 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
9 - Processo nº: 10711.723818/2013-64 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10711.725443/2013-77 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10711.726138/2011-31 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10711.728984/2013-57 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11684.720873/2013-30 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
14 - Processo nº: 10711.722619/2012-58 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
15 - Processo nº: 10711.001817/2010-12 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10711.728274/2012-46 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11684.720251/2012-21 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
18 - Processo nº: 11968.720420/2013-27 - Recorrente: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
19 - Processo nº: 10711.721502/2013-38 - Embargante: BERGESEN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
20 - Processo nº: 10715.722883/2013-32 - Recorrente: BRASILIENSE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
21 - Processo nº: 10715.723398/2012-03 - Recorrente: BRASILIENSE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10715.724069/2012-71 - Recorrente: BRASILIENSE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10715.724643/2013-72 - Recorrente: BRASILIENSE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10715.726902/2013-08 - Recorrente: BRASILIENSE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10715.727386/2013-21 - Recorrente: BRASILIENSE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10715.728524/2013-99 - Recorrente: BRASILIENSE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10715.731408/2012-76 - Recorrente: BRASILIENSE COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
28 - Processo nº: 12266.723375/2013-32 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
29 - Processo nº: 10907.720390/2013-19 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10909.720175/2013-90 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10921.720205/2013-08 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 11128.727598/2013-91 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 12266.720555/2013-62 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
34 - Processo nº: 10715.004975/2010-94 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10715.005467/2010-23 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10715.005253/2010-57 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10715.008938/2010-55 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10715.008866/2010-46 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10715.007597/2010-09 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10715.006260/2010-76 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10715.005705/2010-09 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10715.004466/2010-61 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10715.004029/2010-48 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10715.003238/2010-74 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
45 - Processo nº: 10711.723437/2013-85 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
46 - Processo nº: 10711.722041/2013-11 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10711.722508/2013-22 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10711.724423/2013-89 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10711.729390/2013-63 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10711.730440/2013-55 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11128.733166/2013-19 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 12266.720553/2013-73 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 12266.722409/2013-71 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
54 - Processo nº: 10909.721003/2013-33 - Recorrente: MANUPORT LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
55 - Processo nº: 10909.720266/2013-25 - Recorrente: MANUPORT LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 11128.722122/2013-63 - Recorrente: MANUPORT LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11128.725525/2013-64 - Recorrente: MANUPORT LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 11128.729482/2013-96 - Recorrente: MANUPORT LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 11684.720293/2013-42 - Recorrente: MANUPORT LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
60 - Processo nº: 11128.732176/2013-37 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
61 - Processo nº: 11128.726249/2013-51 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11128.728529/2013-02 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11128.728878/2013-16 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11128.729206/2013-28 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 11128.729630/2013-72 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 11128.729736/2013-76 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11128.729744/2013-12 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 11128.731164/2013-95 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11128.731220/2013-91 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11128.731225/2013-14 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11128.732058/2013-29 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11128.732346/2013-83 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11128.732357/2013-63 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11128.732617/2013-09 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11128.732692/2013-61 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11128.733303/2013-15 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11128.733304/2013-60 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11128.734034/2013-12 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11128.734525/2013-55 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11128.735359/2013-12 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 12266.720556/2013-15 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 12266.720854/2013-05 - Recorrente: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
83 - Processo nº: 11128.729070/2013-56 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
84 - Processo nº: 10711.729764/2012-60 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10711.729785/2012-85 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10711.729786/2012-20 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10711.729787/2012-74 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10711.729891/2012-69 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10711.729892/2012-11 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10711.729893/2012-58 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10711.729972/2012-69 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10711.729973/2012-11 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10907.720413/2013-87 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10907.722314/2013-30 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10909.723015/2012-11 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 11128.721390/2015-20 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 11128.728953/2013-49 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 11128.729082/2013-81 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11128.729089/2013-01 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 11128.729518/2013-31 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11128.729621/2013-81 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 11128.729809/2013-20 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11128.734281/2013-19 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
104 - Processo nº: 10715.728529/2013-11 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
105 - Processo nº: 10715.723887/2013-38 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10715.725047/2013-18 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10715.725749/2013-93 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10715.726393/2013-13 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10715.726899/2013-14 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10715.727680/2013-32 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
111 - Processo nº: 15165.720689/2015-71 - Recorrente: PREMMIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
112 - Processo nº: 10880.724058/2017-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
113 - Processo nº: 11128.729558/2014-64 - Recorrente: INDUSTRIA DE CHAVES GOLD LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10111.721338/2016-71 - Recorrente: KEZHI LIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
115 - Processo nº: 10611.004116/2008-49 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MERCOTEX DO BRASIL LTDA
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
116 - Processo nº: 11762.720038/2017-53 - Recorrente: MC RIO ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
117 - Processo nº: 11762.720046/2014-57 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
118 - Processo nº: 10783.904415/2013-71 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
119 - Processo nº: 10783.904409/2013-13 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10783.904410/2013-48 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10783.904411/2013-92 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10783.904412/2013-37 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10783.904413/2013-81 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10783.904414/2013-26 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10783.904416/2013-15 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
126 - Processo nº: 15578.000294/2010-92 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 15578.000293/2010-48 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13767.000082/2003-23 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10907.721584/2017-57 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10907.721586/2017-46 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10630.902493/2011-12 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
132 - Processo nº: 10630.900949/2012-91 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10630.900950/2012-15 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10630.900951/2012-60 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10630.900952/2012-12 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10630.900953/2012-59 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10630.900954/2012-01 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10630.901375/2012-78 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10630.901376/2012-12 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10630.902495/2011-10 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10630.902498/2011-45 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10630.902499/2011-90 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10630.902726/2011-87 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10630.902729/2011-11 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10630.902730/2011-45 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10630.902733/2011-89 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
147 - Processo nº: 10630.000357/2005-48 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10630.000687/2005-33 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
149 - Processo nº: 10510.900694/2012-22 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
150 - Processo nº: 10510.900690/2012-44 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10510.900691/2012-99 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10510.900692/2012-33 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10510.900695/2012-77 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10510.900696/2012-11 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
155 - Processo nº: 10510.902646/2011-98 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10510.902644/2011-07 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10510.902643/2011-54 - Recorrente: TROPFRUIT NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
158 - Processo nº: 13502.000294/2005-83 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
159 - Processo nº: 13312.720053/2010-59 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
160 - Processo nº: 13312.720046/2010-57 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13312.720047/2010-00 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13312.720049/2010-91 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13312.720051/2010-60 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 13312.720054/2010-01 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 13312.720056/2010-92 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 13312.720057/2010-37 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
167 - Processo nº: 13312.000841/2010-25 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 13312.000840/2010-81 - Recorrente: RENNA REPRESENTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10925.909167/2011-21 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
170 - Processo nº: 10925.909158/2011-30 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10925.909174/2011-22 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10925.909184/2011-68 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
173 - Processo nº: 10925.909172/2011-33 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
174 - Processo nº: 10925.909157/2011-95 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10925.909159/2011-84 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10925.909165/2011-31 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
177 - Processo nº: 10925.909155/2011-04 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10925.902198/2013-12 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10925.909160/2011-17 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10925.909166/2011-86 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10925.902201/2013-06 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10925.909162/2011-06 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10925.909163/2011-42 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 10925.909164/2011-97 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10925.909169/2011-10 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
186 - Processo nº: 10830.900295/2006-09 - Recorrente: SANMINA-SCI DO BRASIL INTEGRATION LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10830.905637/2010-55 - Recorrente: SANMINA-SCI DO BRASIL INTEGRATION LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10830.905636/2010-19 - Recorrente: SANMINA-SCI DO BRASIL INTEGRATION LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10830.905635/2010-66 - Recorrente: SANMINA-SCI DO BRASIL INTEGRATION LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10830.905634/2010-11 - Recorrente: SANMINA-SCI DO BRASIL INTEGRATION LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 10830.905633/2010-77 - Recorrente: SANMINA-SCI DO BRASIL INTEGRATION LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10830.721161/2011-82 - Recorrente: SANMINA-SCI DO BRASIL INTEGRATION LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
193 - Processo nº: 10280.005295/2002-35 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: MAGUARY NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
194 - Processo nº: 13005.720376/2015-21 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e WEBER & LOPES LTDA.-ME
195 - Processo nº: 13629.900189/2014-19 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
196 - Processo nº: 13629.900190/2014-35 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 13629.900191/2014-80 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 13629.900192/2014-24 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 13629.900194/2014-13 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13629.900195/2014-68 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 13629.900196/2014-11 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 13629.900198/2014-00 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 13629.900199/2014-46 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 13629.900200/2014-32 - Recorrente: CIPALAM INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
205 - Processo nº: 10830.916872/2009-19 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
206 - Processo nº: 10880.936404/2010-17 - Recorrente: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10880.929033/2009-75 - Recorrente: INDAB INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10580.900007/2009-40 - Recorrente: ITALSOFA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10580.100393/2007-13 - Recorrente: ITALSOFA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10580.006878/2007-11 - Recorrente: ITALSOFA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
211 - Processo nº: 10880.690161/2009-13 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10880.991469/2009-83 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10880.990526/2009-15 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10880.925104/2009-61 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10880.935286/2009-88 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 19515.722657/2012-00 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10880.909592/2013-45 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE FREITAS COSTA
218 - Processo nº: 12893.000088/2007-16 - Recorrente: FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 12893.000143/2007-78 - Recorrente: FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
220 - Processo nº: 14112.000221/2005-48 - Recorrente: AGENCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS FREDERICO SCHWOCHOW DE MIRANDA
221 - Processo nº: 13974.000155/2009-27 - Recorrente: COMERCIO E INDUSTRIA SCHADECK S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
222 - Processo nº: 16692.721062/2016-13 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
223 - Processo nº: 10880.949191/2013-28 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10880.953577/2013-34 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 10880.953578/2013-89 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10880.953581/2013-01 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 16692.721078/2016-26 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 16692.721079/2016-71 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 16692.721080/2016-03 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 16692.721081/2016-40 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 16692.721101/2016-82 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 16692.721102/2016-27 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 16692.721103/2016-71 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10880.949193/2013-17 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10880.953583/2013-91 - Recorrente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 11030.905015/2009-71 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA DE ESPUMOSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 11030.904995/2009-95 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA DE ESPUMOSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 11030.904547/2009-91 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA DE ESPUMOSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
239 - Processo nº: 10508.720352/2013-51 - Recorrente: JOSENILDO DOS SANTOS COMERCIO DE CACAU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
240 - Processo nº: 10711.003878/2007-19 - Recorrente: U&M MINERACAO E CONSTRUCAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LUIS CABRAL
241 - Processo nº: 10880.978572/2012-33 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
242 - Processo nº: 10880.978571/2012-99 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 10880.978573/2012-88 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 10880.978574/2012-22 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 10880.978575/2012-77 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 10880.978576/2012-11 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 10880.978577/2012-66 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 10880.978578/2012-19 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 10880.978579/2012-55 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 10880.978580/2012-80 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10880.978581/2012-24 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 10880.978582/2012-79 - Recorrente: SYNGENTA SEEDS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
253 - Processo nº: 10640.900492/2014-67 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
254 - Processo nº: 10640.900493/2014-10 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10640.900494/2014-56 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10640.900497/2014-90 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
257 - Processo nº: 10640.900500/2014-75 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
258 - Processo nº: 10640.900498/2014-34 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 10640.900499/2014-89 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10640.900501/2014-10 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
261 - Processo nº: 11080.732504/2018-01 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
262 - Processo nº: 11080.732658/2018-95 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 11080.733460/2018-29 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 11080.733858/2018-65 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
265 - Processo nº: 11080.729836/2017-10 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 11080.729803/2017-70 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
267 - Processo nº: 11634.001065/2008-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVO S.A.
Redator(a) AD HOC: CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
268 - Processo nº: 10980.003765/2007-43 - Recorrente: COPEL GERACAO E TRANSMISSAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
269 - Processo nº: 10980.725253/2018-94 - Recorrente: IMCOPA - IMPORTACAO, EXPORTACAO E INDUSTRIA DE OLEOS S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PEDRO SOUSA BISPO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

2ª TURMA

RETIFICAÇÃO

No Diário oficial nº 229 de 07/12/2022 págs. 79 e 80,
Onde se lê:
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
4 - Processo nº: 16327.001311/2009-90 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A.
5 - Processo nº: 16327.001312/2009-34 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A.
6 - Processo nº: 16327.001313/2009-89 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A.
7 - Processo nº: 16327.001310/2009-45 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MULTIPLO S.A.
8 - Processo nº: 16327.720607/2014-71 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MULTIPLO S.A.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
9 - Processo nº: 18184.000761/2007-09 - Recorrente: MERRILL LYNCH REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 18184.000759/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MERRILL LYNCH REPRESENTACOES LTDA
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
11 - Processo nº: 16327.720716/2015-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

12 - Processo nº: 16327.721262/2013-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
13 - Processo nº: 16327.720715/2015-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
14 - Processo nº: 19515.720764/2017-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SAO PAULO FUTEBOL CLUBE

DIA 19 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
15 - Processo nº: 13896.002729/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VOITH-MONT MONTAGENS E SERVICOS LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
16 - Processo nº: 16327.721345/2014-61 - Recorrentes: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
17 - Processo nº: 16327.720621/2016-36 - Recorrentes: BANCO VOTORANTIM S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
18 - Processo nº: 16327.720119/2015-44 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 16327.720071/2018-17 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
20 - Processo nº: 16327.720596/2013-48 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
21 - Processo nº: 16327.720382/2011-18 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
22 - Processo nº: 16327.720384/2011-07 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
23 - Processo nº: 16327.001463/2009-92 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16327.001911/2008-77 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
25 - Processo nº: 16327.720119/2017-14 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 16327.720237/2015-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO ABC BRASIL S.A.
27 - Processo nº: 16327.721115/2017-45 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO ABC BRASIL S.A.

DIA 20 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
28 - Processo nº: 16682.721118/2018-11 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 16682.720004/2018-53 - Recorrente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 16682.722325/2017-10 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
31 - Processo nº: 19515.722918/2012-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO PAULISTA DE EDUCACAO E CULTURA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
32 - Processo nº: 19515.000231/2009-98 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10880.722332/2011-03 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
34 - Processo nº: 10380.725183/2017-52 - Recorrente: DARIO ARAUJO TELLES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10380.725184/2017-05 - Recorrente: HELOISA FERREIRA DE MELO TELLES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
36 - Processo nº: 10803.000064/2009-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARCELO NAOKI IKEDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
37 - Processo nº: 10875.720676/2018-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR FURP
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
38 - Processo nº: 36624.001608/2007-46 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
39 - Processo nº: 19515.720979/2017-11 - Recorrente: LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
40 - Processo nº: 11080.722961/2015-37 - Recorrente: LPS SUL -CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11080.725464/2015-91 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e LPS SUL -CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA.
42 - Processo nº: 16327.720657/2014-58 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 16327.720382/2016-14 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 18470.730556/2014-67 - Recorrente: XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
45 - Processo nº: 19515.720423/2016-43 - Recorrente: MARISA LOJAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
46 - Processo nº: 10805.721660/2015-19 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10805.721978/2016-72 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 16024.000085/2010-78 - Recorrente: CENTRO SOCIAL SAO JOSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 16024.000086/2010-12 - Recorrente: CENTRO SOCIAL SAO JOSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 16024.000087/2010-67 - Recorrente: CENTRO SOCIAL SAO JOSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
51 - Processo nº: 15983.720159/2015-90 - Recorrente: ODONTOPREV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
52 - Processo nº: 16327.720986/2017-41 - Recorrente: BANCO PAN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
53 - Processo nº: 16327.721013/2018-19 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO ITAU BBA S.A.
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
54 - Processo nº: 10935.005612/2007-86 - Recorrente: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10935.005786/2007-49 - Recorrente: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10935.722552/2018-12 - Recorrente: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
57 - Processo nº: 10314.721139/2017-67 - Recorrente: JBS CONFINAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
58 - Processo nº: 19515.722716/2012-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JBS CONFINAMENTO LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
59 - Processo nº: 10875.722078/2017-08 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 15504.729370/2016-02 - Recorrente: ECM PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 15956.720066/2012-40 - Recorrentes: FUNDACAO MATERNIDADE SINHA JUNQUEIRA e FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
62 - Processo nº: 15868.720214/2012-15 - Recorrente: JBS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
63 - Processo nº: 10983.720180/2013-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROSUL PROJETOS SUPERVISAO E PLANEJAMENTO LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
64 - Processo nº: 10314.726327/2014-39 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10314.726342/2014-87 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
66 - Processo nº: 11330.000450/2007-61 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
67 - Processo nº: 10980.724031/2011-88 - Recorrente: RUMO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
68 - Processo nº: 10980.724030/2011-33 - Recorrente: RUMO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Leia-se:
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
4 - Processo nº: 16327.720119/2015-44 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 16327.720071/2018-17 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
6 - Processo nº: 16327.720596/2013-48 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
7 - Processo nº: 16327.720382/2011-18 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
8 - Processo nº: 16327.720384/2011-07 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
9 - Processo nº: 16327.001463/2009-92 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 16327.001911/2008-77 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
11 - Processo nº: 16327.720716/2015-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
12 - Processo nº: 16327.721262/2013-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
13 - Processo nº: 16327.720715/2015-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
14 - Processo nº: 16327.720621/2016-36 - Recorrentes: BANCO VOTORANTIM S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
15 - Processo nº: 16327.721345/2014-61 - Recorrentes: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
16 - Processo nº: 16682.721118/2018-11 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16682.720004/2018-53 - Recorrente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 16682.722325/2017-10 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
19 - Processo nº: 19515.722918/2012-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO PAULISTA DE EDUCACAO E CULTURA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
20 - Processo nº: 18088.720290/2016-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ELDORADO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
21 - Processo nº: 15983.720159/2015-90 - Recorrente: ODONTOPREV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
22 - Processo nº: 13896.002729/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VOITH-MONT MONTAGENS E SERVICOS LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
23 - Processo nº: 19515.720979/2017-11 - Recorrente: LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
24 - Processo nº: 19515.720423/2016-43 - Recorrente: MARISA LOJAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
25 - Processo nº: 10805.721660/2015-19 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10805.721978/2016-72 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
27 - Processo nº: 10830.720976/2012-25 - Recorrentes: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ e FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10830.720975/2012-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
29 - Processo nº: 16327.721013/2018-19 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO ITAU BBA S.A.
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
30 - Processo nº: 36624.001608/2007-46 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
31 - Processo nº: 10805.722297/2012-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUNDACAO DO ABC
32 - Processo nº: 10805.722298/2012-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUNDACAO DO ABC
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
33 - Processo nº: 16024.000085/2010-78 - Recorrente: CENTRO SOCIAL SAO JOSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 16024.000086/2010-12 - Recorrente: CENTRO SOCIAL SAO JOSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 16024.000087/2010-67 - Recorrente: CENTRO SOCIAL SAO JOSE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
36 - Processo nº: 10935.005612/2007-86 - Recorrente: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10935.005786/2007-49 - Recorrente: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10935.722552/2018-12 - Recorrente: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
39 - Processo nº: 10314.721139/2017-67 - Recorrente: JBS CONFINAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
40 - Processo nº: 10825.722534/2015-35 - Recorrente: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10825.722491/2014-15 - Recorrente: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
42 - Processo nº: 10314.726327/2014-39 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10314.726342/2014-87 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
44 - Processo nº: 11330.000450/2007-61 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
45 - Processo nº: 15868.720214/2012-15 - Recorrente: JBS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
46 - Processo nº: 19515.720764/2017-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SAO PAULO FUTEBOL CLUBE
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
47 - Processo nº: 13888.721567/2015-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE AMERICANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
48 - Processo nº: 10875.722078/2017-08 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 15504.729370/2016-02 - Recorrente: ECM PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15956.720066/2012-40 - Recorrentes: FUNDACAO MATERNIDADE SINHA JUNQUEIRA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
51 - Processo nº: 10983.720180/2013-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROSUL PROJETOS SUPERVISAO E PLANEJAMENTO LTDA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
52 - Processo nº: 10120.721556/2014-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ODILON FRIAS BARBOSA
53 - Processo nº: 13884.722858/2015-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ABRAS DO UNA AGROIND AGRICULTURA E COMERCIO LTDA
54 - Processo nº: 10983.721351/2011-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AGROPECUARIA RIO CLARO LTDA
55 - Processo nº: 10670.721719/2011-18 - Recorrente: AGROPECUARIA CHS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10980.001080/2009-24 - Recorrente: COMPANHIA HEMMER INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
57 - Processo nº: 10803.000064/2009-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARCELO NAOKI IKEDA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
58 - Processo nº: 19515.000598/2004-05 - Recorrente: EDUARDO JOSE FARAH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10665.000510/2001-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NOE PEREIRA DE ANDRADE

DIA 21 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
60 - Processo nº: 10166.724774/2017-47 - Recorrente: JEOVANE DE MORAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
61 - Processo nº: 10580.727210/2009-65 - Recorrentes: ADEMAR MARQUES LACERDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
62 - Processo nº: 18050.007917/2009-51 - Recorrentes: AFRANIO DE ANDRADE FILHO e FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10580.721156/2009-44 - Recorrente: AURIVANA CURVELO DE JESUS BRAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10580.726509/2009-01 - Recorrente: MARIA CONSUELO DE ALMEIDA SAMPAIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
65 - Processo nº: 13807.003391/2004-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JOSE MILTON BISCALCHINI POLESEL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
66 - Processo nº: 10580.726625/2009-11 - Recorrente: MARIA JACY DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10580.721038/2009-36 - Recorrente: PAVLOVA MARIA GOUVEIA CABRAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
68 - Processo nº: 10907.000823/2004-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VALDEMAR ARAUJO DA SILVA

DIA 21 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
69 - Processo nº: 11060.002819/2009-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GERALDO LOPES DA SILVEIRA
70 - Processo nº: 11060.002674/2009-05 - Recorrente: REIMAR CARLESSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11080.730589/2016-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EDISON PEREIRA RODRIGUES
72 - Processo nº: 13855.721461/2013-33 - Recorrente: CARLOS ANTONIO ALVES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13855.721460/2013-99 - Recorrente: CARLOS ANTONIO ALVES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13896.001885/2009-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JULIO CESAR CAPORALE
75 - Processo nº: 13896.001886/2009-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JULIO CESAR CAPORALE
76 - Processo nº: 11610.010460/2009-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MILTON CARLOS FERREIRA ALVAREZ
77 - Processo nº: 14120.000222/2007-55 - Recorrente: LUIZ CARLOS KATURCHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA SPU/PI/ME Nº 10.265, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 14, Inciso VI, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04911.000744/2018-40, resolve:

Art. 1º - Autorizar a interessada, CONSTRURORA RIVELLO LTDA, cadastrada sob o CNPJ nº **.*29.586/0001-**, a realizar a execução de obras, referente ao acesso ao CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR RESERVA DO DELTA 01, localizado na Avenida Padre Raimundo José Vieira, Bairro Catagalo, no Município de Parnaíba/PI, na forma dos elementos constantes do Processo nº 04911.000744/2018-40;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se à construção de obra para acesso ao Condomínio Senador Manoel Dias. A área solicitada é de 2.760,50 m² conforme memorial descritivo (21994995), segue abaixo a poligonal referente à área objeto de Autorização de Obra de acordo com seu Memorial Descritivo:

"E193098,00 N9678952,00; PB: E193102,8024 N9678929,6345; PA: E192993,1686 N9678907,1957; P2: E192987,6056 N9678933,1037, totalizando uma área de 2.760,50 m²."

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra. A interessada deverá ainda apresentar, ao final das obras, Relatório Técnico atestando o cumprimento da instalação à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí, cuja presente Autorização se destina;

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização. De acordo com a legislação pertinente em especial, deverá ser dada atenção aos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 5º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias;

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 16 de dezembro de 2009, e em conformidade com as orientações emanadas pelo Manual de Uso da Marca do Governo Federal, editado pela Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República (SECOM) e do Manual de Placas da SPU, disponíveis na Internet, no endereço: http://www.secom.gov.br/atuacao/publicidade/orientacoes-para-o-uso-da-marca-do-governo-federal-arquivos/manual-de-uso-da-marca-do-governo-federal-obras-2019.pdf;

Art. 7º - Responderá a interessada, CONSTRURORA RIVELLO LTDA, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 8º - A interessada, CONSTRURORA RIVELLO LTDA, será responsável pela manutenção das estruturas construídas com base na presente Autorização de Obras;

Art. 9º - A responsabilidade pela demolição/remoção da obra também é da interessada quando:

representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente;

não cumprir mais a sua finalidade social, nos termos da Portaria autorizativa; ou na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 10 - A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo em epígrafe;

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA DE MORAIS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.119, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso XXII do art. 37 da Constituição, no § 2º do art. 113, no parágrafo único do art. 116 e nos arts. 127,132, 135 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, nos arts. 2º, 4º, 5º, 8º a 11, 65 e 65-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos arts. 1º, 3º e 5º da Lei nº 5.614, de 5 de outubro de 1970, no inciso II do art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos arts. 80 a 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 167 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, nos arts. 2º e 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, nos arts. 2º a 4º, 7º a 9º, 11, 11-A e 16 da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, no parágrafo único do art. 16, no § 5º do art. 21 e no § 2º do art. 32 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, no Decreto nº 3.500, de 9 de junho de 2000, no art. 929 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 - Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, na Portaria MF nº 187, de 26 de abril de 1993, na Instrução Normativa Conjunta RFB/STN nº 1.257, de 8 de março de 2012, na Instrução Normativa Conjunta RFB/TSE nº 2001, de 29 de dezembro de 2020, no inciso I do art. 7º da Portaria MPOG nº 467, de 20 de novembro de 2002, na Instrução Normativa STN nº 2, de 2 de fevereiro de 2012, e na Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, resolve:

TÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR
CAPÍTULO ÚNICO
DO OBJETO

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Parágrafo único. A inscrição no CNPJ corresponde à identificação nacional cadastral única.

TÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
DO CONTEÚDO E DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º O CNPJ é administrado pela RFB e compreende os dados e as informações relativas a empresários, pessoas jurídicas e equiparadas, além de outras entidades de interesse público.

CAPÍTULO II
DAS ENTIDADES OBRIGADAS À INSCRIÇÃO

Art. 3º Para fins de inscrição no CNPJ, conceitua-se como entidade a pessoa jurídica de direito público ou privado e suas equiparadas pela legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Parágrafo único. Também são equiparados a entidade os demais tipos jurídicos, domiciliados no País ou no exterior, obrigados à inscrição no CNPJ.

Art. 4º Todas as entidades domiciliadas no Brasil estão obrigadas a se inscrever no CNPJ, bem como cada um de seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior, antes do início de suas atividades, conforme Anexo I.

§ 1º Os estados, o Distrito Federal e os municípios devem ter uma inscrição no CNPJ, na condição de estabelecimento matriz, que os identifique como pessoa jurídica de direito público.

§ 2º Estão também obrigadas à inscrição as entidades domiciliadas no exterior relacionadas nos incisos XVI e XVII do Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 3º A entidade pode alterar a inscrição de qualquer um de seus estabelecimentos filiais para enquadrá-lo na condição de matriz.

CAPÍTULO III
DO ESTABELECIMENTO

Art. 5º Para fins de inscrição no CNPJ, considera-se estabelecimento o local privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiros, físico ou virtual, onde a entidade exerce suas atividades em caráter temporário ou permanente ou onde se encontram armazenadas mercadorias, incluídas as unidades auxiliares constantes do Anexo VII.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se ainda estabelecimento a plataforma de produção e armazenamento de petróleo e gás natural e outras plataformas ou estruturas flutuantes, ainda que estejam em construção.

§ 2º Deverá ser utilizado, para fins de inscrição no CNPJ, o endereço:

I - do empresário individual ou de um dos sócios da entidade domiciliado no País, conforme o caso, quando o local de exercício da atividade for exclusivamente virtual;

II - do estabelecimento identificado como matriz, quando o estabelecimento virtual for inscrito na condição de filial; e

III - do estabelecimento mais próximo, localizado em terra firme, no caso previsto no § 1º.

§ 3º Para o estabelecimento virtual, deve ser realizada preferencialmente a opção pelo Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), destinado, dentre outras finalidades, a:

I - cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos à inclusão ou à exclusão de regime especial de tributação e às ações fiscais;

II - encaminhar notificações e intimações; e

III - expedir outros documentos e avisos em geral.

CAPÍTULO IV
DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE

Art. 6º O representante da entidade no CNPJ deve ser a pessoa física que tenha legitimidade para representá-la, conforme previsto no Anexo V desta Instrução Normativa.

§ 1º No caso de entidade domiciliada no exterior o representante no CNPJ deve ser seu procurador ou representante legalmente constituído e domiciliado no Brasil, com poderes para administrar os bens e direitos da entidade no País e representá-la perante a RFB.

§ 2º No momento da indicação do procurador ou representante referido no § 1º deve ser informado o seu endereço físico e virtual.

§ 3º No caso de fundos de investimentos nacionais ou de investidor não residente, o representante no CNPJ é designado automaticamente na inscrição e coincide com aquele constante do CNPJ para a respectiva instituição financeira representante.

§ 4º O representante da entidade no CNPJ pode indicar um preposto para a prática de atos cadastrais no CNPJ, exceto para os atos de inscrição de estabelecimento matriz e de indicação, substituição ou exclusão de preposto, sendo facultada ao preposto a prática do ato de renúncia.

§ 5º A indicação de que trata o § 4º não elide a competência originária do representante da entidade no CNPJ.

CAPÍTULO V
DAS UNIDADES CADASTRADORAS

Art. 7º Considera-se unidade cadastradora do CNPJ aquela competente para deferir atos cadastrais das entidades e realizar atos de ofício no CNPJ, a partir da análise, sob os aspectos formal e técnico, das informações contidas na documentação apresentada pelas entidades.

Parágrafo único. São unidades cadastradoras do CNPJ:

I - as equipes da RFB com competência para realizar operações no cadastro, definidas em ato específico;

II - os órgãos de registro partícipes da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim);

III - as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

IV - a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em relação aos fundos de investimento nacionais e investidores não residentes;

V - o Banco Central do Brasil (Bacen), observado o disposto no art. 19;

VI - a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), nos casos de planos de benefícios administrados por entidade fechada de previdência complementar;

VII - o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nos casos de candidatos a cargo político eletivo e frentes plebiscitárias ou referendárias, nos termos da legislação específica; e

VIII - outras entidades mediante convênio aprovado pela RFB ou pelo Comitê Gestor da Redesim.

CAPÍTULO VI
DOS TIPOS DE ATOS

Art. 8º São atos cadastrais realizados no CNPJ:

I - inscrição;

II - alteração de dados cadastrais; e

III - baixa de inscrição.

Parágrafo único. Os atos cadastrais podem ser praticados a pedido da entidade ou de ofício, no interesse da Administração Tributária.

CAPÍTULO VII
DOS TIPOS DE SITUAÇÕES CADASTRAIS

Art. 9º A inscrição no CNPJ da entidade ou do estabelecimento filial pode ser enquadrada nas seguintes situações cadastrais:

I - ativa;

II - suspensa;

III - inapta;

IV - baixada; ou

V - nula.

Parágrafo único. As situações cadastrais da inscrição no CNPJ não se confundem com a condição de atividade ou inatividade para fins tributários.

CAPÍTULO VIII
DO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Art. 10. A comprovação da condição de inscrito e da situação cadastral no CNPJ é feita por meio do "Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral", cujos modelos I e II, com as respectivas informações, constam do Anexo III.

Parágrafo único. Os modelos referidos no caput poderão ser acessados pela Internet na página da RFB ou no Portal Redesim, na página de Empresas e Negócios do Governo Federal, cujos respectivos endereços eletrônicos constam do Anexo XIV.

CAPÍTULO IX
Da Certidão de Inexistência de Vínculo no CNPJ

Art. 11. A Certidão de Inexistência de Vínculo no CNPJ, destinada a pessoas físicas e entidades interessadas, visa a comprovar a inexistência de vínculo de pessoa física ou jurídica, na qualidade de sócia, administradora ou representante perante o CNPJ, com entidades em situação cadastral ativa.

Parágrafo único. O modelo da certidão a que se refere o caput consta do Anexo XIII.

TÍTULO III
DOS ATOS CADASTRAIS
CAPÍTULO I
DA SOLICITAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE ATOS CADASTRAIS
Seção I
Da Solicitação de Atos Cadastrais

Art. 12. As solicitações dos atos cadastrais no CNPJ devem ser realizadas no endereço eletrônico da página de Empresas e Negócios do Governo Federal, disponível no Anexo XIV, por intermédio dos seguintes serviços, conforme o caso:

I - Redesim;

II - Portal do Empreendedor, para o Microempreendedor Individual (MEI); ou

III - Inova Simples.

§ 1º As solicitações geradas pelo serviço Redesim podem ser acompanhadas no Portal Nacional da Redesim por meio do número do protocolo e devem ser assinadas eletronicamente por uma das pessoas físicas listadas abaixo:

a) o Representante perante o CNPJ;

b) o Preposto indicado pelo Representante;

c) o Procurador da entidade indicado no e-CAC; e

d) o preenchedor da solicitação.

§ 2º A permissão para assinar as solicitações referidas no § 1º dependerá do tipo de ato solicitado e será controlada pelo serviço Redesim.

§ 3º A análise das solicitações referentes ao MEI e ao Inova Simples é automática e imediata, sem a necessidade de envio de documentação por parte do contribuinte.

Seção II
Do Protocolo de Transmissão

Art. 13. Para as solicitações transmitidas pelo Portal Redesim, quando não houver incompatibilidade, será disponibilizado o Protocolo de Transmissão, de acordo com o modelo constante do Anexo II.

§ 1º No Protocolo de Transmissão constará a assinatura eletrônica qualificada ou avançada, nos termos dos incisos II e III do caput do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, de uma das pessoas físicas a que se refere o § 1º do art. 12, dispensada a assinatura física.

§ 2º O Protocolo de Transmissão, relativo à solicitação de ato cadastral no CNPJ, ficará disponível, no serviço de acompanhamento do protocolo, no Portal Redesim, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data da transmissão.

§ 3º Após transcorridos os 90 (noventa) dias mencionados no § 2º, caso o interessado não tenha encaminhado ao órgão responsável a documentação necessária para análise do ato cadastral solicitado, conforme disposto no art. 14, o protocolo de transmissão e a respectiva solicitação de ato cadastral no CNPJ serão cancelados automaticamente.

§ 4º Fica dispensada a apresentação do Protocolo de Transmissão no âmbito da Redesim, nos casos em que a análise da solicitação couber ao órgão de registro competente.

Seção III
Da Formalização da Solicitação

Art. 14. As solicitações de atos cadastrais no CNPJ são formalizadas:

I - pela entrega direta da documentação solicitada para a prática do ato, quando a responsabilidade pela análise e deferimento for do órgão de registro que celebrou convênio com a RFB; ou

II - por meio do envio do Protocolo de Transmissão, acompanhado da cópia do ato constitutivo, alterador ou extintivo da entidade, devidamente registrado no órgão competente, observada a tabela de documentos constante do Anexo VIII, quando a responsabilidade pela análise e deferimento da solicitação for da RFB.

§ 1º A documentação referida no inciso II do caput deverá ser entregue por meio de processo digital formalizado no Portal e-CAC, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021.

§ 2º O Protocolo de Transmissão e os demais atos e documentos comprobatórios podem ser digitalizados pela Administração Tributária, hipótese em que adquirem o mesmo valor probatório de seus originais, nos termos do § 2º do art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012.

§ 3º Caso o sócio da entidade seja pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior e o deferimento seja de responsabilidade da RFB, o Protocolo de Transmissão deverá estar instruído com a cópia da procuração que nomeia o seu representante legal no País.

§ 4º Aplica-se à procuração referida no § 3º, no que couber, o disposto no § 10 do art. 55.

Art. 15. Não se aplica o disposto no art. 13 e no art. 14, em razão do trâmite especial e simplificado do processo de sua formalização e legalização:

I - ao MEI, definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e

II - às empresas instituídas sob o regime Inova Simples de que trata o art. 65-A da Lei Complementar nº 123, de 2006.

CAPÍTULO II
DOS ATOS CADASTRAIS DA ENTIDADE

Art. 16. São privativos da entidade os atos cadastrais relativos:

I - ao nome empresarial;

II - à natureza jurídica;

III - ao capital social;

IV - ao porte da empresa;

V - ao representante da entidade perante o CNPJ;

VI - ao preposto;

VII - ao Quadro de Sócios e Administradores (QSA);

VIII - ao ente federativo responsável, no caso de entidades da Administração Pública;

IX - à falência;

X - à recuperação judicial;

XI - à intervenção;

XII - ao inventário do empresário individual, do titular de empresa individual imobiliária, do titular da sociedade unipessoal de advogados ou do sócio da sociedade limitada composta por um único sócio pessoa física;

XIII - à liquidação judicial ou extrajudicial;

XIV - à incorporação;

XV - à fusão;

XVI - à cisão parcial ou total; e
XVII - ao beneficiário final.
CAPÍTULO III
DA INSCRIÇÃO
Seção I
Da Inscrição de Entidade Domiciliada no Brasil
Art. 17. A solicitação de inscrição no CNPJ de entidade domiciliada no País deve ser feita com observância do disposto nos arts. 12 a 14, inclusive para o caso de estabelecimento, no Brasil, de pessoa jurídica estrangeira.
Seção II
Da Inscrição de Entidade Domiciliada no Exterior
Art. 18. A inscrição no CNPJ de entidade domiciliada no exterior exclusivamente para realizar aplicações no mercado financeiro ou de capitais decorre automaticamente do seu registro na CVM como investidor não residente no País, vedada a apresentação da solicitação de inscrição em unidade cadastradora da RFB.
Parágrafo único. A inscrição no CNPJ obtida na forma prevista no caput é destinada, exclusivamente, à realização das aplicações nele mencionadas.
Art. 19. A inscrição no CNPJ de entidade domiciliada no exterior nas hipóteses previstas no subitem 7 da letra "a" e na letra "b" do item XVI e no item XVII do Anexo I decorre automaticamente do seu cadastramento no Cadastro Declaratório de Não Residentes (CDNR) do Bacen, vedada a apresentação da solicitação de inscrição em unidade cadastradora da RFB.
Parágrafo único. A inscrição no CNPJ obtida na forma prevista no caput pode ser utilizada para todas as finalidades, exceto para a descrita no art. 18.
Art. 20. A inscrição no CNPJ de entidade domiciliada no exterior não enquadrada no disposto nos arts. 18 e 19 deve ocorrer na forma prevista nos arts. 12 a 14.
§ 1º O endereço da entidade domiciliada no exterior deve ser informado no CNPJ e, quando for o caso, transliterado.
§ 2º A solicitação de inscrição a que se refere o caput deverá estar acompanhada da declaração prevista no Anexo XI.
Seção III
Dos Impedimentos à Inscrição
Art. 21. Impede a inscrição no CNPJ:
I - o fato de o representante da entidade ou o seu preposto não possuir inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou de sua inscrição ser inexistente ou estar suspensa, cancelada, com titular falecido, a partir da data do falecimento, ou nula;
II - o fato de integrante do QSA da entidade:
a) se pessoa jurídica, não possuir inscrição no CNPJ ou de sua inscrição ser inexistente, baixada, inapta ou nula; ou
b) se pessoa física, não possuir inscrição no CPF ou de sua inscrição ser inexistente ou estar suspensa, cancelada, com titular falecido, a partir da data do falecimento, ou nula;
III - no caso de clubes ou fundos de investimento constituídos no País:
a) o fato de o administrador não possuir inscrição no CNPJ ou de sua inscrição ser inexistente, baixada, inapta ou nula; ou
b) o fato de o representante do administrador no CNPJ não possuir inscrição no CPF ou de sua inscrição ser inexistente ou estar cancelada, com titular falecido, a partir da data do falecimento, suspensa ou nula;
IV - no caso de estabelecimento filial, o fato de o estabelecimento matriz da entidade não possuir inscrição no CNPJ ou de sua inscrição ser inexistente, baixada, inapta ou nula; ou
V - o não atendimento das demais condições restritivas estabelecidas em convênio celebrado com a RFB.
Parágrafo único. O disposto na alínea "b" do inciso II do caput não se aplica ao espólio até a data da partilha.
CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS
Seção I
Da Obrigatoriedade
Art. 22. A entidade está obrigada a atualizar, de forma imediata, qualquer alteração referente aos seus dados cadastrais no CNPJ, observadas as disposições previstas em leis e normas correlatas, de acordo com o disposto nos art. 12 a 14.
§ 1º Cabe ao representante legal atualizar no CNPJ as ocorrências relativas às seguintes situações especiais, em conformidade como o disposto no Anexo IX:
I - liquidação judicial ou extrajudicial;
II - falência;
III - recuperação judicial;
IV - intervenção; ou
V - inventário do empresário individual, do titular da empresa individual imobiliária, do titular da sociedade unipessoal de advogados ou do sócio da sociedade limitada composta por um único sócio pessoa física.
§ 2º A alteração de dados cadastrais de entidade domiciliada no exterior inscrita no CNPJ na forma prevista no art. 20 está condicionada à indicação do seu representante, observado o disposto no § 1º do art. 6º.
Seção II
Dos Impedimentos à Alteração de Dados Cadastrais
Art. 23. Impede a alteração de dados cadastrais no CNPJ:
I - o fato de o representante da entidade ou seu preposto não possuir inscrição no CPF ou de sua inscrição ser inexistente ou estar cancelada, com titular falecido, a partir da data do falecimento, suspensa ou nula;
II - o fato de novo integrante no QSA da entidade:
a) se pessoa jurídica, não possuir inscrição no CNPJ ou de sua inscrição ser inexistente, baixada, inapta ou nula; ou
b) se pessoa física, não possuir inscrição no CPF ou de sua inscrição ser inexistente ou estar suspensa, cancelada, com titular falecido, a partir da data do falecimento, ou nula;
III - a existência de procedimento fiscal em andamento, no caso de indicação de novo estabelecimento matriz da entidade; ou
IV - o não atendimento das demais condições restritivas estabelecidas em convênio celebrado com a RFB.
§ 1º No caso de alteração do representante da entidade no CNPJ, a verificação da existência de inscrição e das situações cadastrais no CPF previstas no inciso I do caput alcança apenas o novo representante.
§ 2º O disposto na alínea "b" do inciso II do caput não se aplica ao espólio até a data da partilha.
CAPÍTULO V
DA BAIXA DA INSCRIÇÃO
Seção I
Das Hipóteses de Baixa
Art. 24. A baixa da inscrição no CNPJ da entidade ou do estabelecimento filial deve ser solicitada, de forma imediata, na ocorrência das seguintes situações:
I - extinção por:
a) encerramento da liquidação voluntária, judicial ou extrajudicial;
b) incorporação;
c) fusão; ou
d) cisão total;
II - encerramento do processo de falência; ou
III - transformação de órgão público inscrito como estabelecimento filial em estabelecimento matriz, e vice-versa.
§ 1º A baixa da inscrição no CNPJ da entidade ou do estabelecimento filial produz efeitos a partir da data de ocorrência das situações mencionadas no caput, consideradas as datas dos respectivos eventos constantes do Anexo VIII.
§ 2º A baixa da inscrição do estabelecimento matriz no CNPJ implica baixa de todas as inscrições dos estabelecimentos filiais da entidade.
§ 3º Deferida a baixa da inscrição, a RFB disponibilizará na Internet, no Portal da RFB e no Portal Redesim, a Certidão de Baixa de Inscrição no CNPJ, conforme modelo constante do Anexo IV.
§ 4º A baixa da inscrição no CNPJ não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos e respectivas penalidades, decorrentes da falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada, em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades pelos empresários ou pelas pessoas jurídicas, ou seus titulares, sócios ou administradores.
§ 5º A baixa da inscrição da entidade no CNPJ importa responsabilidade solidária dos empresários, titulares, sócios e administradores no período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.
§ 6º A baixa da inscrição no CNPJ de entidade domiciliada no exterior, excetuadas as inscritas de acordo com o disposto no art. 18, pode ser realizada mediante solicitação de seu representante, legalmente constituído nos termos do § 1º do art. 6º, quando deixar de existir, definitivamente, condição de obrigatoriedade de inscrição no CNPJ.
Seção II
Dos Impedimentos à Baixa
Art. 25. A entidade, cuja natureza jurídica esteja relacionada no Anexo V, que estiver com seu QSA desatualizado fica impedida de baixar sua inscrição no CNPJ, tendo em vista o disposto no § 5º do art. 24.
Parágrafo único. O impedimento a que se refere o caput não se aplica à baixa:
I - decorrente de incorporação, fusão ou cisão total da entidade, quando a sucessora for entidade domiciliada no Brasil; ou
II - de estabelecimento filial, ficando suas pendências fiscais sob responsabilidade da entidade.
Seção III
Do Restabelecimento da Baixa
Art. 26. A entidade ou o estabelecimento filial cuja inscrição no CNPJ estiver na situação cadastral baixada pode ter sua inscrição restabelecida:
I - a pedido, quando baixada de ofício na hipótese a que se refere o inciso II do caput do art. 31 ou quando baixada a pedido, desde que:
a) no caso de entidades nacionais, comprove estar com seu registro ativo no órgão competente; ou
b) no caso de empresa ou entidade domiciliada no exterior, apresente os documentos para inscrição enumerados no Anexo VIII e, caso tenha sido inscrita nos termos do art. 18, apresente também a comprovação da regularização de seu registro na CVM;
II - a pedido, quando baixada de ofício na hipótese a que se refere o inciso I do caput do art. 31, desde que comprove que inexistem os motivos que ensejaram a declaração de inaptidão;
III - a pedido, quando baixada de ofício na hipótese a que se refere o inciso IV do caput do art. 31, desde que comprove a reabilitação expressa no processo de falência;
IV - de ofício, quando constatado o seu funcionamento; ou
V - de ofício, por decisão administrativa.
Parágrafo único. O pedido a que se refere o inciso I do caput, sempre que possível, deve ser feito com observância do disposto nos arts. 12 a 14.
TÍTULO IV
DOS ATOS DE OFÍCIO
CAPÍTULO I
DA PRÁTICA DOS ATOS DE OFÍCIO
Art. 27. Os atos cadastrais no CNPJ, listados no art. 8º, podem ser realizados de ofício por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou por unidade cadastradora da RFB, com base em documentos comprobatórios ou mediante comunicação efetuada por órgão convenente, sem necessidade de iniciativa da entidade.
§ 1º A entidade terá conhecimento das alterações realizadas na forma prevista neste artigo por meio do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral a que se refere o art. 10, e poderá solicitar a revogação das referidas alterações mediante processo administrativo.
§ 2º Quando se tratar de alteração de situação cadastral, a comunicação será realizada por meio de:
I - caixa postal, acessada pelo Portal e-CAC; ou
II - edital a ser publicado no site da RFB na internet.
CAPÍTULO II
DOS ATOS CADASTRAIS DE OFÍCIO
Seção I
Da Inscrição de Ofício
Art. 28. A inscrição será realizada de ofício quando constatados, no curso do procedimento fiscal:
I - a existência de entidade ou de estabelecimento filial não inscritos no CNPJ; e
II - o não atendimento, pelo seu representante, à intimação para providenciar sua inscrição no prazo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento da intimação.
Parágrafo único. A representação para inscrição de ofício deve conter todos os elementos necessários para a identificação da entidade e seus estabelecimentos.
Seção II
Da Alteração de Ofício
Art. 29. Verificada divergência entre situação de fato e dado cadastral constante de ato de constituição, de alteração ou de extinção, a entidade deve ser intimada a promover a respectiva atualização ou correção, no órgão de registro competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da intimação.
§ 1º Caso a intimação não seja atendida, a atualização cadastral no CNPJ pode ser realizada de ofício pela RFB, independentemente de formalidade no respectivo órgão de registro.
§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, caso a alteração de ofício seja relativa a endereço, deverá ser declarada a recusa de domicílio tributário a que se refere o § 2º do art. 127 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), no site da RFB na internet ou, alternativamente, no Diário Oficial da União (DOU), no qual devem ser indicados o nome empresarial e o número de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ.
§ 3º Verificada divergência, prevista no caput, em estabelecimento filial, a intimação deve ser dirigida à entidade.
Art. 30. Verificada a divergência entre dado cadastral informado no CNPJ e dado registrado em ato constitutivo, alterador ou extintivo, a alteração cadastral no CNPJ deve ser realizada de ofício.
Seção III
Da Baixa de Ofício
Subseção I
Das Hipóteses de Baixa
Art. 31. Pode ser baixada de ofício a inscrição no CNPJ da entidade:
I - declarada inapta que não tiver regularizado sua situação no prazo subsequente de 180 (cento e oitenta) dias à declaração de inaptidão;
II - que esteja extinta, cancelada ou baixada no respectivo órgão de registro;
III - que tiver sua baixa determinada judicialmente;
IV - que esteja no encerramento do processo de falência ou de liquidação extrajudicial promovida por órgão público;
V - por óbito do MEI, nos termos do art. 36 da Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018; ou
VI - por decisão administrativa.

§ 1º A baixa a que se refere o inciso II do caput pode ser realizada mediante apresentação de documentos comprobatórios por pessoas que componham ou que tenham composto o QSA, para que seja efetuada de ofício a baixa já efetivada em órgão de registro.

§ 2º Mediante solicitação da entidade, poderá ser restabelecida a inscrição no CNPJ, observados os termos e as condições definidos pela RFB.

§ 3º O impedimento a que se refere o caput do art. 25 não se aplica à baixa na forma prevista neste artigo.

Subseção II

Da Baixa de Ofício da Entidade Inapta

Art. 32. No caso de entidade inapta a que se refere o inciso I do caput do art. 31, cabe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil emitir ADE, publicado no site da RFB na internet ou, alternativamente no DOU, com a relação das inscrições baixadas no CNPJ.

Subseção III

Da Baixa de Ofício da Entidade com Registro Cancelado

Art. 33. No caso de entidade com registro cancelado, cabe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil emitir ADE publicado no site da RFB na Internet, ou, alternativamente no DOU, com a relação das inscrições baixadas no CNPJ.

Parágrafo único. A baixa da inscrição do MEI, na situação prevista no art. 30 da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, dispensa a emissão do ADE a que se refere o caput.

Seção IV

Da Nulidade do Ato Cadastral

Subseção I

Das Hipóteses de Nulidade

Art. 34. Deve ser declarada a nulidade do ato cadastral no CNPJ quando:

I - tiver sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento;

II - for constatado vício no ato cadastral; ou

III - tiver sido atribuída inscrição no CNPJ a entidade ou estabelecimento filial não enquadrado nas disposições dos arts. 3º e 4º.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, cabe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil emitir ADE, publicado no site da RFB na internet ou, alternativamente, no DOU, para dar publicidade à nulidade, com produção de efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

Subseção II

Do Vício do Representante perante o CNPJ ou do Integrante de QSA

Art. 35. O representante perante o CNPJ ou integrante de QSA de entidade inscrita no CNPJ, que alegue falsidade ou simulação de sua participação na referida entidade, deverá apresentar, nos termos do Anexo X:

I - pedido de declaração de nulidade da inscrição no CNPJ, caso alegue vício no ato de inscrição;

II - pedido de exclusão do QSA ou da responsabilidade perante o CNPJ, caso alegue vício na alteração do QSA ou de responsabilidade;

III - cópia do documento de identificação;

IV - documento emitido por órgão de segurança pública que comprove a ocorrência de roubo, furto ou extravio de documentos, ou a utilização indevida destes por terceiros; e

V - instrumento de procuração pública ou particular e documento de identificação do procurador, se for o caso.

Art. 36. Poderão ser anexados ao processo outros documentos que contribuam para a análise do caso, tais como:

I - cópia do ato constitutivo ou alterador, registrado no órgão competente, por meio do qual a pessoa física tenha sido incluída no QSA ou como responsável pela entidade;

II - laudo de perícia grafotécnica;

III - depoimento do requerente ou de testemunhas; e

IV - comprovante de cancelamento, de sustação ou de anulação do efeito do ato constitutivo ou alterador registrado no órgão competente.

Parágrafo único. Caso o laudo de perícia grafotécnica apresentado tenha sido emitido por órgão público, o documento citado no inciso IV do caput do art. 35 poderá ser dispensado.

Seção V

Da Suspensão

Art. 37. A inscrição no CNPJ é enquadrada na situação cadastral suspensa quando, conforme o caso, a entidade ou o estabelecimento filial:

I - interromper temporariamente suas atividades;

II - possuir inconsistência em seus dados cadastrais caracterizada, dentre outras, pelas situações previstas no Anexo VI;

III - não for localizado, assim considerado quando:

a) não confirmar o recebimento de correspondência enviada pela RFB, comprovado por meio da devolução do Aviso de Recebimento (AR) dos Correios; ou

b) houver denúncia ou comunicação de qualquer órgão público que informe a não localização no endereço constante do cadastro;

IV - apresentar indício de interposição fraudulenta de sócio ou titular, nas situações previstas no § 2º do art. 3º do Decreto nº 3.724, de 10 de janeiro de 2001, e no § 1º do art. 40 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, enquanto o respectivo procedimento fiscal estiver em análise;

V - encontrar-se no curso do procedimento administrativo de inaptidão por quaisquer das pendências ou situações descritas no inciso II a IX do caput do art. 38;

VI - domiciliado no exterior e com situação cadastral ativa, não estiver temporariamente submetido à condição de obrigatoriedade de inscrição ou encontrar-se com seu cadastro suspenso perante a CVM;

VII - tiver sua suspensão determinada por ordem judicial; ou

VIII - não atender ao disposto nos arts. 53 e 54 ou não apresentar a documentação comprobatória citada no Anexo XII, nos termos do § 4º do art. 55;

§ 1º A inscrição no CNPJ poderá ser enquadrada em mais de um motivo de suspensão.

§ 2º A suspensão da inscrição no CNPJ na hipótese prevista no inciso I do caput ocorre por solicitação da entidade ou do estabelecimento filial, conforme o caso, mediante comunicação da interrupção temporária de suas atividades, na forma prevista nos arts. 12 a 14.

§ 3º A entidade ou o estabelecimento filial cuja inscrição seja declarada suspensa nos termos do inciso III do caput pode regularizar sua situação mediante:

I - a alteração do seu endereço no CNPJ, na forma prevista nos arts. 12 a 14; ou

II - o restabelecimento de sua inscrição, caso o seu endereço continue o mesmo constante do CNPJ.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º, a entidade ou o estabelecimento filial deverá comprovar seu endereço, de forma inequívoca, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - contrato vigente de locação do imóvel, matrícula ou comprovante de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana (IPTU), por meio do qual possa ser confirmada a propriedade do imóvel; e

II - contas de energia ou de água dos últimos 3 (três) meses, com consumo acima do mínimo, nas quais constem o nome da entidade ou do estabelecimento filial e seu endereço; e

III - notas fiscais de compra e venda dos últimos 3 (três) meses, nas quais constem o nome da entidade ou do estabelecimento filial e seu endereço, salvo situações excepcionais devidamente comprovadas.

§ 5º A entidade ou o estabelecimento que exerça suas atividades de modo exclusivamente virtual e que tenha sua inscrição declarada suspensa nos termos do inciso III do caput deverá comprovar seu endereço, de forma inequívoca, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - contrato vigente de locação do imóvel, matrícula ou comprovante de recolhimento do IPTU, por meio do qual possa ser confirmada a propriedade do imóvel, sob titularidade do empresário individual ou de um dos sócios da entidade domiciliado no País; e

II - notas fiscais de compra e venda dos últimos 3 (três) meses, nas quais constem o nome da entidade ou do estabelecimento filial e seu endereço, salvo situações excepcionais devidamente comprovadas.

§ 6º No caso de estabelecimento filial que exerça suas atividades de modo exclusivamente virtual, a comprovação de que trata o § 5º deverá ser realizada mediante a apresentação dos documentos listados no § 4º relativos ao estabelecimento matriz, caso este não desenvolva suas atividades de modo exclusivamente virtual.

§ 7º A entidade ou o estabelecimento filial cuja inscrição tenha sido suspensa em razão da hipótese prevista no inciso II do caput pode ter sua inscrição restabelecida, desde que comprove a regularização das inconsistências cadastrais.

Seção VI

Da Inaptidão

Subseção I

Das Hipóteses de Inaptidão

Art. 38. Pode ser declarada inapta a inscrição no CNPJ da entidade que:

I - for omissa quanto ao cumprimento de obrigações acessórias, assim considerada aquela que, estando obrigada, deixar de apresentar declarações ou demonstrativos, pelo prazo de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado da data estabelecida pela legislação para sua apresentação;

II - pratique irregularidade em operações de comércio exterior, assim considerada aquela que não comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior;

III - for inexistente de fato, assim considerada:

a) a entidade que não dispuser de patrimônio ou de capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, inclusive a que não comprovar o capital social integralizado;

b) a entidade que não for localizada no endereço informado no CNPJ, mediante comprovação constante de Termo de Diligência;

c) no caso de intimação improfícua da entidade, aquela cujo representante legal, quando intimado:

1. não for localizado;

2. alegar falsidade ou simulação relativa à sua participação na referida entidade ou estabelecimento filial, ou não comprovar legitimidade para sua representação; ou

3. não indicar seu novo domicílio tributário;

d) tiver domicílio no exterior e não tiver indicado, nos termos do § 1º do art. 6º, procurador ou representante legalmente constituído e domiciliado no País ou, caso tenha indicado, este não tiver sido localizado; ou

e) encontrar-se com as atividades paralisadas, salvo quando a paralisação for comunicada;

IV - realizar operações de terceiros, com intuito de acobertar seus reais beneficiários;

V - tiver participado, segundo evidências, de organização constituída com o propósito de suprimir ou reduzir o recolhimento de tributos ou de inviabilizar ou prejudicar a cobrança de débitos fiscais, inclusive por meio de emissão de documentos fiscais que relatem operações fictícias ou cessão de créditos inexistentes ou de terceiros;

VI - tiver sido constituída, segundo evidências, para a prática de fraude fiscal, inclusive em proveito de terceiras empresas;

VII - operar com produtos de natureza ilícita, proveniente de roubo ou decorrente de contrafação;

VIII - adotar práticas ilícitas na comercialização de combustíveis;

IX - praticar contrabando, descaminho, pirataria ou outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional; ou

X - encontrar-se suspensa por, no mínimo, 1 (um) ano.

Subseção II

Da Entidade Omissa quanto ao Cumprimento de Obrigações Acessórias

Art. 39 Cabe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil emitir ADE de declaração de inaptidão, publicado no site da RFB na internet ou, alternativamente, no DOU, com a relação das inscrições no CNPJ das entidades omissas de declarações e demonstrativos.

Parágrafo único. A entidade declarada inapta nos termos do caput pode regularizar sua situação mediante entrega, por meio da Internet, das declarações e demonstrativos exigidos.

Subseção III

Da Entidade com Irregularidade em Operações de Comércio Exterior

Art. 40. No caso de entidade com irregularidade em operações de comércio exterior, o procedimento administrativo de inaptidão deve ser realizado pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, seguindo o seguinte rito:

I - intimar a entidade domiciliada no Brasil para, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da ciência da intimação, regularizar a sua situação ou contrapor as razões dos elementos que evidenciam a não comprovação da origem, da disponibilidade e da efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior; ou

II - intimar o procurador ou o representante legalmente constituído, nos termos do § 1º do art. 6º, da entidade domiciliada no exterior para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da ciência da intimação, regularizar a sua situação ou contrapor as razões dos elementos que evidenciam a não comprovação da origem, da disponibilidade e da efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior; e

III - suspender a inscrição no CNPJ das entidades citadas nos incisos I e II.

§ 1º Caso sejam acatadas as contraposições, a inscrição no CNPJ que estiver suspensa poderá ser restabelecida.

§ 2º Caso a intimação a que se referem os incisos I e II do caput não seja atendida, ou não sejam acatadas as contraposições apresentadas, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil deve declarar a inscrição no CNPJ inapta por meio de ADE, publicado preferencialmente no site da RFB na internet ou, alternativamente no DOU, no qual devem ser indicados o nome empresarial, o número de inscrição e a data do início dos efeitos da inaptidão.

§ 3º Caso não seja identificado ou localizado o procurador ou o representante legalmente constituído, nos termos do § 1º do art. 6º, da entidade domiciliada no exterior, a intimação deve ser realizada por edital em nome da entidade domiciliada no exterior.

Art. 41. A entidade que teve a inscrição declarada inapta nos termos do art. 40, ainda que posteriormente baixada em razão do disposto no inciso I do caput do art. 24, pode regularizar sua situação mediante comprovação da origem, da disponibilidade e da efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior, na forma prevista pela legislação.

Parágrafo único. O restabelecimento da inscrição da entidade declarada inapta deverá ser realizado por meio de ADE, publicado no DOU, no qual devem ser indicados o nome e o número de inscrição da entidade no CNPJ.

Art. 42. A baixa de inscrição a pedido não impede que a entidade seja declarada inapta por irregularidade em operações de comércio exterior.

Subseção IV

Da Entidade Inexistente de Fato ou Objeto de Constatação da Prática de Ilícitos

Art. 43. No caso de entidade inexistente de fato, nos termos do inciso III do caput do art. 38, ou que tenha, em tese, praticado pelo menos 1 (um) dos ilícitos previstos nos incisos IV a IX do caput do mesmo artigo, o procedimento administrativo de inaptidão deve ser realizado por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou por unidade cadastradora da RFB, conforme o caso, mediante adoção das seguintes medidas:

I - intimar a entidade domiciliada no Brasil para, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da ciência da intimação, regularizar a sua situação, ou contrapor as razões dos elementos que evidenciam as situações descritas no inciso III, IV, V, VI, VII, VIII ou IX do artigo 38; ou

II - intimar o procurador ou o representante legalmente constituído, nos termos do § 1º do art. 6º, da entidade domiciliada no exterior para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da ciência da intimação, regularizar a sua situação ou contrapor as razões dos elementos que evidenciam as situações descritas no inciso III, IV, V, VI, VII, VIII ou IX do artigo 38; e

III - suspender a inscrição no CNPJ das entidades citadas nos incisos I e II.

§ 1º Caso sejam acatadas as contraposições pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou pela unidade cadastradora da RFB, a inscrição no CNPJ que estiver suspensa poderá ser restabelecida.

§ 2º Caso a intimação a que se referem os incisos I e II do caput não seja atendida, ou não sejam acatadas as contraposições pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou pela unidade cadastradora da RFB, a inscrição no CNPJ deve ser declarada inapta por meio de ADE, publicado preferencialmente no site da RFB na internet ou, alternativamente no DOU, no qual devem ser indicados o nome empresarial, o número de inscrição no CNPJ da entidade e a data de efeitos da inaptidão.

§ 3º A emissão do ADE prevista no § 2º compete ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável, direta ou indiretamente, pelo processo.

§ 4º Caso não seja identificado ou localizado o procurador ou o representante legalmente constituído, nos termos do § 1º do art. 6º, da entidade domiciliada no exterior, a intimação deve ser realizada por edital em nome da entidade domiciliada no exterior.

Art. 44. A entidade que teve a inscrição declarada inapta nos termos do art. 43, ainda que posteriormente baixada em razão do disposto no inciso I do caput do art. 31, pode solicitar o seu restabelecimento por meio de processo administrativo, mediante prova:

I - de que dispõe de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, no caso previsto na alínea "a" do inciso III do caput do art. 38;

II - de sua localização, no caso previsto na alínea "b" do inciso III do caput do art. 38;

III - da localização do seu procurador ou representante, nos casos previstos nas alíneas "c" e "d" do inciso III do caput do art. 38;

IV - do reinício de suas atividades, no caso previsto na alínea "e" do inciso III do caput do art. 38;

V - de que é a real beneficiária das operações realizadas, no caso previsto no inciso IV do caput do art. 38;

VI - da efetividade das operações descritas nos documentos emitidos, no caso previsto no inciso V do caput do art. 38;

VII - de que suas operações são lícitas, no caso previsto no inciso VI do caput do art. 38; ou

VIII - de que não incorreu nas hipóteses previstas nos incisos VII, VIII ou IX do caput do art. 38.

Parágrafo único. O restabelecimento da inscrição da entidade declarada inapta, deve ser realizado por meio de ADE publicado preferencialmente no site da RFB na internet, ou, alternativamente, no DOU, no qual devem ser indicados o nome e o número de inscrição da entidade no CNPJ, observado o disposto no § 4º do art. 43.

Art. 45. A baixa a pedido não impede que a entidade seja declarada inapta nas hipóteses previstas nesse artigo com efeitos retroativos.

Subseção V

Da Entidade Suspensa por no Mínimo Um Ano

Art. 46. No caso de entidade suspensa por, no mínimo, 1 (um) ano, cabe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil declarar a inaptidão de sua inscrição por meio de ADE, publicado no site da RFB na internet ou, alternativamente no DOU, com a relação das inscrições no CNPJ das entidades suspensas por, no mínimo, 1 (um) ano.

§ 1º A inscrição no CNPJ suspensa pelos motivos previstos nos incisos I e VII do caput do art. 37 será declarada inapta após o prazo de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado da referida suspensão.

§ 2º A entidade declarada inapta nos termos do caput pode regularizar sua situação mediante comprovação de que inexistem os motivos que deram causa à suspensão.

Subseção VI

Da Inaptidão por Mais de Um Motivo

Art. 47. Nos casos em que houver declaração de inaptidão por mais de um motivo, a entidade terá sua inscrição restabelecida depois da regularização de todas as situações que ensejaram a inaptidão.

Parágrafo único. Caso antes da declaração de inaptidão a inscrição no CNPJ tenha sido suspensa, o restabelecimento a que se refere o caput somente ocorrerá se inexistir o motivo que ensejou a suspensão, caso contrário, a inscrição retornará à situação de suspensão.

CAPÍTULO III

DOS EFEITOS DAS SITUAÇÕES CADASTRAIS

Seção I

Dos Efeitos da Suspensão

Art. 48. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação, a entidade cuja inscrição no CNPJ tenha sido declarada suspensa fica impedida de:

I - obter incentivos fiscais e financeiros;

II - realizar operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos;

III - transacionar com estabelecimentos bancários, inclusive quanto à movimentação de contas-correntes, à realização de aplicações financeiras e à obtenção de empréstimos; e

IV - emitir documento fiscal eletrônico.

§ 1º A solicitação da suspensão por interrupção temporária de atividades:

I - dispensa a entrega de declarações de constituição de crédito tributário no âmbito da RFB, referente a fatos geradores ocorridos a partir da data do deferimento da solicitação; e

II - poderá dispensar, a depender de regulamentação específica da RFB, a entrega das demais declarações e escriturações.

§ 2º No caso de interrupção temporária de atividades a que se refere o § 1º, a comunicação de reinício destas implica, a partir da data de deferimento da solicitação:

I - o retorno da inscrição à situação cadastral ativa; e

II - a obrigatoriedade de entrega de declarações e do cumprimento de outras obrigações perante a RFB.

Seção II

Dos Efeitos da Inaptidão

Art. 49. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação, a entidade cuja inscrição no CNPJ tenha sido declarada inapta:

I - é incluída no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin); e

II - fica impedida de:

a) participar de concorrência pública;

b) celebrar convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos;

c) obter incentivos fiscais e financeiros;

d) realizar operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos;

e) transacionar com estabelecimentos bancários, inclusive quanto à movimentação de contas correntes, à realização de aplicações financeiras e à obtenção de empréstimos; e

f) emitir documento fiscal eletrônico.

Seção III

Dos Efeitos da Baixa

Art. 50. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação, a entidade cuja inscrição tenha sido baixada no CNPJ, fica impedida, a partir da data da baixa, de:

I - participar de concorrência pública;

II - celebrar convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos e respectivos aditamentos;

III - obter incentivos fiscais e financeiros;

IV - realizar operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos;

V - transacionar com estabelecimentos bancários, inclusive quanto à movimentação de contas correntes, à realização de aplicações financeiras e à obtenção de empréstimos; e

VI - emitir documento fiscal eletrônico.

§ 1º A baixa da inscrição no CNPJ da entidade acarretará a perda da validade do seu Certificado Digital para Pessoa Jurídica (e-CNPJ).

§ 2º A retificação de obrigações acessórias por entidade em situação cadastral baixada poderá ser efetuada mediante o uso do certificado digital de sua sucessora, representante legal ou procurador.

Seção IV

Da Inidoneidade dos Documentos Emitidos por Entidade Inapta ou Baixada

Art. 51. É considerado inidôneo, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, o documento emitido por entidade cuja inscrição no CNPJ tenha sido declarada inapta ou baixada.

§ 1º Os valores constantes do documento a que se refere o caput não podem ser:

I - deduzidos como custo ou despesa na determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

II - deduzidos na determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF);

III - utilizados como crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) não cumulativos; e

IV - utilizados para justificar qualquer outra dedução, abatimento, redução, compensação ou exclusão relativa a tributos administrados pela RFB.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se em relação aos documentos emitidos:

I - a partir da data de publicação do ADE a que se refere o art. 39, no caso de entidade omissa de declarações e demonstrativos;

II - desde a data de ocorrência do fato, no caso de entidade com irregularidade em operações de comércio exterior de que trata o art. 40;

III - a partir da data de produção de efeitos da inaptidão, definida no ADE a que se refere o § 3º do art. 43, no caso de entidade enquadrada em pelo menos 1 (uma) das hipóteses previstas nos incisos III a IX do caput do art. 38;

IV - a partir da data de publicação do ADE a que se refere o art. 46, no caso de entidade suspensa por, no mínimo, 1 (um) ano;

V - a partir da data da baixa informada no CNPJ pela entidade; e

VI - desde a data da ocorrência dos fatos que deram causa à baixa de ofício.

§ 3º Caso a inscrição no CNPJ tenha sido baixada a pedido, a produção dos efeitos tributários a que se refere o caput será considerada a partir da data da baixa.

§ 4º Considera-se terceiro interessado, para fins do disposto neste artigo, a pessoa física ou a entidade beneficiária do documento.

§ 5º O disposto no § 1º não se aplica aos casos em que o terceiro interessado, adquirente de bens, direitos e mercadorias, ou o tomador de serviços, comprovar o pagamento do preço respectivo e o recebimento dos bens, direitos ou mercadorias ou a utilização dos serviços.

§ 6º A entidade que não efetuar a comprovação de que trata o § 5º sujeita-se ao pagamento do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), na forma prevista no art. 61 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, calculado sobre o valor pago constante dos documentos.

§ 7º A inidoneidade de documentos em razão de inscrição declarada inapta ou baixada não exclui as demais formas de inidoneidade de documentos previstas na legislação, nem legitima os emitidos anteriormente às datas referidas no § 2º.

§ 8º O ato de restabelecimento da inscrição no CNPJ de entidade declarada inapta em decorrência de seu enquadramento em pelo menos uma das hipóteses previstas nos incisos III a IX do caput do art. 38 não elide a inidoneidade de documentos emitidos em períodos para os quais a empresa não comprovou a existência de fato.

Seção V

Dos Créditos Tributários da Entidade Inapta

Art. 52. A cobrança administrativa e o encaminhamento, para fins de inscrição da dívida e execução fiscal, de créditos tributários relativos à entidade cuja inscrição no CNPJ tenha sido declarada inapta nas hipóteses previstas no caput do art. 38 devem ser efetuados com a indicação dessa circunstância e com a identificação dos responsáveis tributários correspondentes.

TÍTULO V

DO BENEFICIÁRIO FINAL

CAPÍTULO I

DO CONCEITO DE BENEFICIÁRIO FINAL

Art. 53. Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se beneficiário final:

I - a pessoa natural que, em última instância, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente a entidade; ou

II - a pessoa natural em nome da qual uma transação é conduzida.

§ 1º A influência significativa a que se refere o inciso I do caput é presumida quando a pessoa natural:

I - possui mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da entidade ou dos direitos de voto, de forma direta ou indireta; ou

II - de forma direta ou indireta, atuando individualmente ou em conjunto, detém ou exerce a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da entidade, ainda que sem controlá-la.

§ 2º A caracterização do beneficiário final alcança toda pessoa natural que, integrando eventual cadeia societária da entidade, enquadre-se nas situações previstas neste artigo.

§ 3º Os administradores das entidades estrangeiras requerentes da inscrição no CNPJ que não sejam sócios ou acionistas não se caracterizam como beneficiários finais e deverão ser informados apenas no QSA, ainda que detenham ou exerçam a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores das entidades.

§ 4º No caso de sociedade em conta de participação, consideram-se beneficiários finais, independentemente da participação no patrimônio especial, os seus sócios ostensivos e participantes ou as pessoas naturais que tenham tal condição perante esses sócios.

§ 5º No caso de trusts, consideram-se beneficiários finais:

I - os instituidores;

II - os administradores;

III - os curadores, se houver;

IV - os beneficiários; e

V - qualquer outra pessoa natural que exerça o controle final efetivo do trust.

CAPÍTULO II

DO BENEFICIÁRIO FINAL NAS ENTIDADES DOMICILIADAS NO PAÍS

Art. 54. As entidades domiciliadas no País e aquelas referidas nos itens VI e XVIII do Anexo I estão obrigadas a informar seus beneficiários finais, na forma prevista nos arts. 12 a 14, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da inscrição no CNPJ, conforme as orientações e a documentação constantes do Anexo XII.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput as entidades domiciliadas no País constituídas sob a forma de:

I - empresa pública;

II - sociedade de economia mista;

III - sociedade anônima aberta e suas controladas;

IV - estabelecimento, no Brasil, de empresa binacional argentino-brasileira;

V - clube ou fundo de investimento regulamentado pela CVM, desde que seja informado à RFB, na e-Financeira, o número de inscrição no CPF ou no CNPJ dos cotistas de cada fundo por ele administrado;

VI - empresa binacional;

VII - consórcio de empregadores;

VIII - empresário individual;

IX - sociedade unipessoal de advogados; e

X - sociedade integrada exclusivamente por sócios pessoa física, devidamente informados no seu QSA no CNPJ, desde que pelo menos um deles possua mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da entidade.

§ 2º A dispensa a que se refere o § 1º decorre da presunção de que:

I - quanto às entidades a que se referem os incisos VIII e IX do § 1º, seu titular já seja o beneficiário final; e

II - quanto à entidade a que se refere o inciso X do § 1º, os sócios possuidores de mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital social já sejam seus beneficiários finais.

§ 3º Excetuam-se também do disposto no caput as entidades de previdência, fundos de pensão e instituições similares domiciliadas no Brasil, desde que reguladas e fiscalizadas por autoridade governamental competente no País.

§ 4º Caso a entidade empresarial domiciliada no País esteja obrigada a informar seu beneficiário final, mas ninguém se enquadre no conceito previsto no art. 53, não há necessidade de informar tal condição.

§ 5º A obrigação de informar o beneficiário final não se aplica à parcela do capital de propriedade das entidades a que se referem os incisos I a VI do § 1º deste artigo e os §§ 1º e 3º do art. 55.

CAPÍTULO III

DO BENEFICIÁRIO FINAL NAS ENTIDADES DOMICILIADAS NO EXTERIOR

Art. 55. As entidades domiciliadas no exterior a que se referem os itens XVI e XVII do Anexo I estão obrigadas, a informar, na forma prevista nos arts. 12 a 14, seus beneficiários finais ou a inexistência deles, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de inscrição no CNPJ, conforme as orientações e a documentação constantes do Anexo XII.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput:

I - as pessoas jurídicas, ou suas controladas:

a) cujas ações sejam negociadas regularmente em mercado regulado por entidade reconhecida pela CVM em países que exigem a divulgação pública dos acionistas considerados relevantes, pelos critérios adotados na respectiva jurisdição; e

b) que não sejam residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou estejam submetidas ao regime fiscal privilegiado de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

II - as entidades sem fins lucrativos que não atuem como administradoras fiduciárias e que não estejam constituídas em países com tributação favorecida ou submetidas ao regime fiscal privilegiado de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 1996, desde que reguladas e fiscalizadas por autoridade governamental competente;

III - os organismos multilaterais ou organizações internacionais, bancos centrais, entidades governamentais ou fundos soberanos, bem como as entidades por eles controladas;

IV - as entidades de previdência, fundos de pensão e instituições similares, desde que reguladas e fiscalizadas por autoridade governamental competente no seu país de origem;

V - os fundos de investimentos constituídos e destinados, exclusivamente, para acolher recursos de planos de benefícios de previdência complementar ou de planos de seguros de pessoas, desde que regulados e fiscalizados por autoridade governamental competente em seu país de origem;

VI - os veículos de investimento coletivo domiciliados no exterior, cujas cotas ou títulos representativos de participação societária sejam admitidos à negociação em mercado organizado e regulado por órgão reconhecido pela CVM ou veículos de investimento coletivo domiciliados no exterior:

a) cujo número de investidores, direta ou indiretamente, por meio de outros veículos de investimento coletivo, seja igual ou superior a 100 (cem), desde que nenhum deles possua influência significativa, nos termos do § 1º do art. 53, excetuado o investimento realizado no país em fundo de investimento em participações;

b) cuja administração da carteira de ativos seja feita de forma discricionária por administrador profissional registrado em entidade reguladora reconhecida pela CVM;

c) que estejam sujeitos à regulação de proteção ao investidor de entidade reguladora reconhecida pela CVM; e

d) cuja carteira de ativos seja diversificada, assim entendida aquela cuja concentração de ativos de um único emissor não caracterize a influência significativa prevista no § 6º, excetuado o investimento realizado no país em fundo de investimento em participações; e

VII - as entidades que realizem apenas a aquisição em bolsa de valores de cotas de fundos de índice, regulamentados pela CVM.

§ 2º Aplica-se o disposto no art. 53 aos cotistas de fundos domiciliados no exterior, sendo necessário identificar como beneficiários finais aqueles que atendam ao disposto no mesmo artigo.

§ 3º As seguintes entidades domiciliadas no exterior, inscritas no CNPJ na forma do art. 17 e qualificadas de acordo com a regulamentação da CVM, desde que não possuam influência significativa em entidade domiciliada no Brasil, prestarão informações sobre o beneficiário final apenas mediante solicitação:

I - bancos comerciais, bancos de investimento, associações de poupança e empréstimo e custodiantes globais e instituições similares, reguladas e fiscalizadas por autoridade governamental competente;

II - companhias seguradoras reguladas e fiscalizadas por autoridade governamental competente;

III - sociedades ou entidades, registradas e reguladas por órgão reconhecido pela CVM, que tenham por objetivo distribuir emissão de valores mobiliários ou atuar como intermediários na negociação de valores mobiliários, agindo por conta própria;

IV - qualquer entidade que tenha por objetivo a aplicação de recursos nos mercados financeiro e de capitais:

a) desde que seja registrada e regulada por órgão reconhecido pela CVM ou cuja administração da carteira seja feita de forma discricionária por administrador profissional registrado e regulado por entidade reconhecida pela CVM;

b) da qual participem exclusivamente pessoas naturais ou jurídicas residentes e domiciliadas no exterior; e

c) desde que nenhuma pessoa natural possua direta ou indiretamente influência significativa, nos termos do inciso I do § 1º do art. 53;

V - qualquer entidade não financeira ativa, assim entendida aquela:

a) cuja receita bruta no ano-calendário anterior corresponda, em menos de 50% (cinquenta por cento), a rendimento passivo e cujos ativos mantidos durante o ano-calendário anterior que produzam ou que sejam mantidos para a produção de rendimento passivo representem menos de 50% (cinquenta por cento) do total dos ativos mantidos pela entidade durante tal período;

b) cuja totalidade das atividades consistam em deter, integral ou parcialmente, as ações em circulação de uma ou mais subsidiárias envolvidas em transações ou negócios que não sejam os habitualmente praticados por instituição financeira, ou oferecer financiamento e serviços àquelas subsidiárias, desde que não se qualifique como fundo de investimento ou qualquer instrumento de investimento cujo objeto consista em adquirir ou financiar empresas e, assim, deter participação em tais empresas como ativos de capital para fins de investimento;

c) que ainda não esteja operando e não possua histórico operacional, mas esteja investindo capital em ativos com vistas a operar em ramo diverso de uma instituição financeira, desde que dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data de constituição da entidade;

d) em processo de liquidação de seus ativos ou que esteja se reestruturando com o intuito de continuar ou reiniciar suas operações em negócio diverso daquele praticado por instituição financeira e desde que não tenha sido uma instituição financeira nos últimos 5 (cinco) anos; ou

e) que opere principalmente com transações de financiamento e de hedging com ou para entidades relacionadas que não sejam instituições financeiras e que não ofereça financiamento ou serviços de hedging para qualquer entidade que não seja uma entidade relacionada, desde que o grupo de quaisquer dessas entidades relacionadas esteja principalmente envolvido em negócio diverso daquele praticado por instituição financeira; e

VI - qualquer entidade detida, direta ou indiretamente, em sua totalidade, por uma ou mais de quaisquer das entidades listadas neste parágrafo.

§ 4º O representante no País da entidade domiciliada no exterior inscrita no CNPJ na forma prevista no art. 17 deverá:

I - quando solicitado pela RFB:

a) apresentar os documentos citados no item 3.5 do Anexo XII; e

b) em relação aos investidores não residentes por ele representados, prestar as informações e apresentar os documentos relativos aos seus beneficiários finais e aos seus administradores, ainda que não possuam influência significativa nos termos do § 1º do art. 53; e

II - quando da extinção do contrato de representação, proceder a baixa da inscrição no CNPJ, conforme previsto no art. 24, salvo se a comunicação for realizada por meio da CVM.

§ 5º Ficam sujeitas à prestação de informações sobre o beneficiário final, na forma prevista no caput, as seguintes entidades domiciliadas no exterior, inscritas no CNPJ na forma prevista no art. 18 e qualificadas de acordo com a regulamentação da CVM:

I - demais fundos ou entidades de investimento coletivo, inclusive aqueles que realizem investimentos no mercado financeiro e de capitais do país por meio de veículos de investimento; e

II - entes constituídos sob a forma de trusts ou outros veículos fiduciários, sociedades constituídas com títulos ao portador e demais pessoas jurídicas constituídas no exterior não enquadradas no disposto nos §§ 1º e 3º.

§ 6º Para as entidades domiciliadas no exterior de que tratam os §§ 1º e 3º e o inciso I do § 5º, presume-se a influência significativa quando:

I - possuir mais de 20% (vinte por cento) do capital da entidade nacional, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ela ligadas; ou

II - direta ou indiretamente, deter ou exercer a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da entidade nacional, ainda que sem controlá-la.

§ 7º Para fins do disposto no inciso I do § 6º, considera-se pessoa ligada:

I - a pessoa jurídica cuja participação societária no capital social da entidade estrangeira a caracterize como sua controladora direta ou indireta, na forma definida nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

II - a pessoa jurídica que seja caracterizada como controlada direta ou indireta ou coligada da entidade estrangeira, na forma definida nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976;

III - a pessoa jurídica, quando esta e a entidade estrangeira estiverem sob controle societário ou administrativo comum ou quando pelo menos 10% (dez por cento) do capital social de cada uma pertencer a uma mesma pessoa física ou jurídica;

IV - a pessoa jurídica que seja associada da entidade estrangeira, na forma de consórcio ou condomínio, conforme define a legislação brasileira, em qualquer empreendimento; e

V - a entidade estrangeira residente ou domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 1996, desde que não comprove que seus controladores não estejam enquadrados no disposto nos incisos I a IV.

§ 8º No caso de investidor residente e domiciliado em jurisdição com a qual o Brasil tenha firmado acordo para intercâmbio de informações relativas aos tributos referidos no Decreto nº 8.506, de 24 de agosto de 2015, e no Decreto nº 8.842, de 29 de agosto de 2016, o seu representante legal poderá prestar as informações necessárias para fins de enquadramento do representado em uma das hipóteses previstas nos §§ 1º, 3º e 5º por meio dos procedimentos e certificados previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2 de julho de 2015, e na Instrução Normativa RFB nº 1.680, de 28 de dezembro de 2016.

§ 9º Prestarão informações sobre o beneficiário final apenas mediante solicitação, as seguintes entidades domiciliadas no exterior, inscritas no CNPJ na forma prevista no art. 19 e qualificadas de acordo com a regulamentação do Bacen, desde que não possuam influência significativa em entidade domiciliada no Brasil:

I - bancos estrangeiros;

II - bancos brasileiros no exterior;

III - bancos multinacionais; e

IV - escritório representante de empresa brasileira no exterior.

§ 10. Os documentos que comprovam a informação sobre o beneficiário final:

I - devem ser apresentados mediante processo digital, aberto por meio do Portal e-CAC, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 2021;

II - caso sejam emitidos no exterior, devem ser autenticados por repartição consular brasileira, exceto quanto aos documentos públicos emitidos por autoridade ou agente público, por notários e cartórios de registro civil e certificados oficiais do Estado estrangeiro, de acordo com o disposto na Apostila da Convenção de Haia; e

III - devem ser redigidos em língua estrangeira e traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado, exigência que poderá ser dispensada a critério da RFB.

§ 11. O prazo previsto no caput pode ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante pedido formalizado perante a RFB pelo representante da entidade no País.

§ 12. Aplica-se às entidades domiciliadas no exterior o disposto no § 5º do art. 54.

CAPÍTULO IV

DA OMISSÃO QUANTO AO BENEFICIÁRIO FINAL

Art. 56. As entidades domiciliadas no Brasil ou no exterior que não atenderem ao disposto nos arts. 54 ou 55 ou não apresentarem a documentação comprobatória citada no Anexo XII terão sua inscrição no CNPJ suspensa e ficarão impedidas de transacionar com estabelecimentos bancários, inclusive quanto à movimentação de contas correntes, à realização de aplicações financeiras e à obtenção de empréstimos.

§ 1º O impedimento de transacionar com estabelecimentos bancários a que se refere o caput não se aplica à realização das operações necessárias ao retorno do investimento ao país de origem e ao cumprimento de obrigação assumida antes da suspensão, tais como as relativas a prazo, carência e data de vencimento.

§ 2º A suspensão da inscrição no CNPJ nas hipóteses previstas no caput será comunicada à CVM no que se refere às entidades classificadas no subitem 6 da letra "a" do item XVI do Anexo I.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. A Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros e Benefícios Fiscais (Cocad) pode editar atos complementares a esta Instrução Normativa para alterar seus Anexos.

Art. 58. Ficam revogados:

I - a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018;

II - a Instrução Normativa RFB nº 1.895, de 27 de maio de 2019;

III - a Instrução Normativa RFB nº 1.897, de 27 de junho de 2019;

IV - a Instrução Normativa RFB nº 1.914, de 26 de novembro de 2019;

V - o Ato Declaratório Executivo Cocad nº 2, de 30 de dezembro de 2019;

VI - o Ato Declaratório Executivo Cocad nº 1, de 16 de janeiro de 2020;

VII - o Ato Declaratório Executivo Cocad nº 6, de 4 de março de 2020;

VIII - o Ato Declaratório Executivo Cocad nº 7, de 21 de maio de 2020;

IX - o Ato Declaratório Executivo Cocad nº 9, de 26 de junho de 2020;

X - Instrução Normativa RFB nº 1.963, de 3 de julho de 2020;

XI - o Ato Declaratório Executivo Cocad nº 11, de 14 de agosto de 2020;

XII - a Instrução Normativa RFB nº 1.991, de 19 de novembro de 2020; e

XIII - o Ato Declaratório Executivo Cocad nº 2, de 4 de março de 2021.

Art. 59. Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

ANEXO I

ENTIDADES OBRIGADAS A SE INSCREVER NO CNPJ

Entidades obrigadas a se inscrever no CNPJ:

I - todas as pessoas jurídicas de direito público ou privado e seus estabelecimentos, físicos ou virtuais, localizados no Brasil ou no exterior;

II - os órgãos públicos de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

III - os condomínios edilícios, conceituados nos termos do art. 1.332 do Código Civil, e os setores condominiais na condição de filiais, desde que estes tenham sido instituídos por convenção de condomínio;

IV - os grupos e consórcios de sociedades constituídos, respectivamente, na forma prevista nos arts. 265 e 278 da Lei nº 6.404, de 1976;

V - os consórcios de empregadores constituídos na forma prevista no art. 25-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

VI - os clubes e fundos de investimento nacionais e investidores não residentes constituídos segundo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

VII - as representações diplomáticas estrangeiras no Brasil;

VIII - as representações diplomáticas do Estado brasileiro no exterior;

IX - as representações permanentes de organizações internacionais ou de instituições extraterritoriais no Brasil;

X - os serviços notariais e de registro de que trata a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, inclusive aqueles que ainda não foram objeto de delegação do Poder Público;

XI - os fundos públicos a que se refere o art. 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

XII - os fundos privados;

XIII - os candidatos a cargo político eletivo e frentes plebiscitárias ou referendárias, nos termos da legislação específica;

XIV - as incorporações imobiliárias objeto de opção pelo Regime Especial de Tributação (RET), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, na condição de estabelecimento filial da incorporadora;

XV - as comissões polinacionais criadas por ato internacional celebrado entre o Brasil e outros países;

XVI - as entidades domiciliadas no exterior que, no País:

a) sejam titulares de direitos sobre:

1. imóveis;
2. veículos;
3. embarcações;
4. aeronaves;
5. contas-correntes bancárias;
6. aplicações no mercado financeiro ou de capitais; ou
7. participações societárias constituídas fora do mercado de capitais; ou

b) realizem:

1. arrendamento mercantil externo (leasing);
2. afretamento de embarcações, aluguel de equipamentos e arrendamento simples;
3. importação de bens sem cobertura cambial destinados à integralização de capital de empresas brasileiras; ou
4. consultoria de valores mobiliários;

XVII - as instituições bancárias do exterior que realizem operações de compra e venda de moeda estrangeira com bancos no País, recebendo e entregando reais em espécie na liquidação de operações cambiais;

XVIII - as Sociedades em Conta de Participação (SCP) vinculadas aos sócios ostensivos;

XIX - as empresas instituídas sob o regime do Inova Simples de que trata o art. 65-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XX - os planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar; e

XXI - outras entidades, no interesse da RFB.

Observações:

a) O número de inscrição no CNPJ que representará os estados, o Distrito Federal e os municípios na qualidade de pessoa jurídica de direito público será o número correspondente ao "CNPJ interveniente" de cada ente federativo, constante do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc).

b) As unidades de órgãos públicos que não se constituam em unidades gestoras de orçamento podem ser inscritas no CNPJ na condição de estabelecimento filial do órgão público a que estiverem vinculadas.

c) Os investidores não residentes que se inscreverem no CNPJ exclusivamente para realizar aplicações no mercado financeiro ou de capitais, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), devem obter uma inscrição para cada instituição financeira representante responsável pelo cumprimento das obrigações tributárias do investidor no País.

d) Para fins do item c, instituição financeira compreende qualquer instituição que tenha autorização de funcionamento concedida pelo Bacen.

e) Não se aplica às entidades domiciliadas no exterior, elencadas no item XVI:

e.1) aos direitos relativos à propriedade industrial (marcas e patentes); e

e.2) aos investimentos estrangeiros mediante mecanismo de certificados representativos de ações ou outros valores mobiliários (depositary receipts) emitidos no exterior, com lastro em valores mobiliários depositados em custódia específica no Brasil.

f) Os órgãos regionais dos serviços sociais autônomos podem ser inscritos no CNPJ na condição de estabelecimento matriz por solicitação do respectivo órgão nacional, permanecendo vinculados a este para efeitos de responsabilidade tributária.

g) A inscrição no CNPJ das entidades fiscalizadoras do exercício de profissões regulamentadas ocorre por meio de suas representações em âmbito nacional, regional e local, cadastradas exclusivamente na condição de estabelecimento matriz.

h) A inscrição dos partidos políticos no CNPJ ocorre por meio de seus órgãos de direção nacional, regional e local, cadastrados exclusivamente na condição de estabelecimento matriz.

i) Não são inscritas no CNPJ as coligações de partidos políticos.

ANEXO II

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ
PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

PROTOCOLO REDESIM

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

SOLICITAÇÃO / DATA DA SOLICITAÇÃO
Número de Controle: UFNNNNNNNN - NNNNNNNNNNNNN

03. ASSINATURA ELETRÔNICA DA SOLICITAÇÃO

NOME	CPF
NÍVEL SEGURANÇA GOV.BR	DATA / HORA

Modelo aprovado pela Instrução Normativa RFB nº , de de de 2022.

ANEXO III
MODELO I

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA

NOME EMPRESARIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)			PORTE
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA			
LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO	
CEP / BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF	
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL		
MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL		

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou na legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a RFB qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas. (Essa informação é exibida apenas quando há atividades econômicas dispensadas)

MODELO II

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA

NOME EMPRESARIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)			PORTE
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL	CPF	QUALIFICAÇÃO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA			
LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO	
CEP / BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF	
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL		
MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL		

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES

NOME/NOME EMPRESARIAL	CPF/CNPJ	QUALIFICAÇÃO
NOME/NOME EMPRESARIAL	CPF/CNPJ	QUALIFICAÇÃO

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou na legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a RFB qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas. (Essa informação é exibida apenas quando há atividades econômicas dispensadas)

ANEXO IV
CERTIDÃO DE BAIXA DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

NÚMERO DO CNPJ		DATA DA BAIXA

DADOS DO CONTRIBUINTE			
NOME EMPRESARIAL			
ENDEREÇO			
LOGRADOURO			NÚMERO
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		
MUNICÍPIO	UF	CEP	TELEFONE

MOTIVO DE BAIXA

Certifico a baixa da inscrição no CNPJ acima identificada, ressalvado aos órgãos convenentes o direito de cobrar quaisquer créditos tributários posteriormente apurados.

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa RFB nº x.xxx, de xx de xxxxxxx de 2022.

Emitida às xx:xx:xx, horário de Brasília, do dia xx/xx/xxxx, por meio da Internet.

UNIDADE CADASTRADORA: NNNNNNN (Código da UA) – CCCCC (Município da UA)

- A baixa da inscrição não implica atestado de inexistência de débitos tributários do contribuinte e não exime a responsabilidade tributária dos seus titulares, sócios e administradores pelos débitos porventura existentes.
- Para verificar a existência de débitos, efetue "Pesquisa de Situação Fiscal" do CNPJ, na página da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na Internet.

ANEXO V
Tabela de Natureza Jurídica x Integrantes do QSA e Representante da Entidade

CÓDIGO	NATUREZA JURÍDICA	INTEGRANTES DO QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES	REPRESENTANTE DA ENTIDADE
1. ADMINISTRAÇÃO PUBLICA			
101-5	Órgão Público do Poder Executivo Federal	Administrador	Administrador
102-3	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal	Administrador	Administrador
103-1	Órgão Público do Poder Executivo Municipal	Administrador	Administrador
104-0	Órgão Público do Poder Legislativo Federal	Administrador	Administrador
105-8	Órgão Público do Poder Legislativo Estadual ou do Distrito Federal	Administrador	Administrador
106-6	Órgão Público do Poder Legislativo Municipal	Administrador	Administrador
107-4	Órgão Público do Poder Judiciário Federal	Administrador	Administrador
108-2	Órgão Público do Poder Judiciário Estadual	Administrador	Administrador
110-4	Autarquia Federal	Administrador ou Presidente	Administrador ou Presidente
111-2	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal	Administrador ou Presidente	Administrador ou Presidente
112-0	Autarquia Municipal	Administrador ou Presidente	Administrador ou Presidente
113-9	Fundação Pública de Direito Público Federal	Presidente	Presidente
114-7	Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal	Presidente	Presidente
115-5	Fundação Pública de Direito Público Municipal	Presidente	Presidente
116-3	Órgão Público Autônomo Federal	Administrador	Administrador
117-1	Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal	Administrador	Administrador
118-0	Órgão Público Autônomo Municipal	Administrador	Administrador
119-8	Comissão Polinacional	Administrador	Administrador
121-0	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública)	Presidente	Presidente
122-8	Consórcio Público de Direito Privado	Presidente	Presidente
123-6	Estado ou Distrito Federal	Administrador	Administrador
124-4	Município	Administrador	Administrador
125-2	Fundação Pública de Direito Privado Federal	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador
126-0	Fundação Pública de Direito Privado Estadual ou do Distrito Federal	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador
127-9	Fundação Pública de Direito Privado Municipal	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador
128-7	Fundo Público da Administração Indireta Federal	Administrador	Administrador
129-5	Fundo Público da Administração Indireta Estadual ou do Distrito Federal	Administrador	Administrador
130-9	Fundo Público da Administração Indireta Municipal	Administrador	Administrador
131-7	Fundo Público da Administração Direta Federal	Administrador	Administrador
132-5	Fundo Público da Administração Direta Estadual ou do Distrito Federal	Administrador	Administrador
133-3	Fundo Público da Administração Direta Municipal	Administrador	Administrador
134-1	União	Administrador	Administrador
2. ENTIDADES EMPRESARIAIS			
201-1	Empresa Pública	Administrador, Diretor ou Presidente	Administrador, Diretor ou Presidente
203-8	Sociedade de Economia Mista	Conselheiro de Administração, Diretor ou Presidente	Diretor ou Presidente
204-6	Sociedade Anônima Aberta	Administrador, Conselheiro de Administração, Diretor ou Presidente	Administrador, Diretor ou Presidente
205-4	Sociedade Anônima Fechada	Administrador, Conselheiro de Administração, Diretor ou Presidente	Administrador, Diretor ou Presidente
206-2	Sociedade Empresária Limitada	Administrador, Sócio, Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor), Sócio ou Acionista Menor (assistido ou representado), Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior, Sócio Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Exterior, Socio-Administrador ou Cotas em Tesouraria.	Administrador ou Sócio-Administrador
207- 0	Sociedade Empresária em Nome Coletivo	Sócio, Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor), Sócio ou Acionista Menor (assistido ou representado), Sócio Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Exterior, Socio-Administrador ou Cotas em Tesouraria.	Sócio-Administrador
208-9	Sociedade Empresária em Comandita Simples	Sócio Comanditado, Sócio Comanditário, Sócio Comanditado Residente no Exterior, Sócio Comanditário Pessoa Física Residente no Exterior, Sócio Comanditário Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior, Sócio Comanditário Incapaz ou Cotas em Tesouraria	Sócio Comanditado
209-7	Sociedade Empresária em Comandita por Ações	Administrador, Diretor ou Presidente	Diretor ou Presidente
212-7	Sociedade em Conta de Participação	Administrador, Procurador, Sócio Ostensivo	Administrador, Procurador ou Sócio Ostensivo
213-5	Empresário Individual	Empresário	Empresário
214-3	Cooperativa	Diretor ou Presidente	Diretor ou Presidente
215-1	Consórcio de Sociedades	Administrador, Sociedade Consorciada ou Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior	Administrador
216-0	Grupo de Sociedades	Administrador, Sociedade Filiada ou Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior	Administrador
217-8	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira	Administrador, Diretor, Presidente, Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior/**Trustee**, Diretor Residente ou Domiciliado no Exterior, Presidente Residente ou Domiciliado no Exterior, Sócio-Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior	Procurador

221-6	Empresa Domiciliada no Exterior	Administrador, Conselheiro de Administração, Diretor, Presidente, Sócio, Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior, Sócio Pessoa Física Residente no Exterior, Sócio-Administrador, Fundador/Instituidor, Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior/**Trustee**, Conselheiro de Administração Residente ou Domiciliado no Exterior, Diretor Residente ou Domiciliado no Exterior, Presidente Residente ou Domiciliado no Exterior, Sócio-Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior, Fundador/Instituidor Residente ou Domiciliado no Exterior, Protetor.	Administrador, Procurador, Sócio-Administrador ou Fundador/Instituidor
222-4	Fundo/Clube de Investimento	Administrador	Responsável
223-2	Sociedade Simples Pura	Administrador, Sócio, Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor), Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado), Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior, Sócio Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Exterior, Sócio-Administrador ou Cotas em Tesouraria	Administrador ou Sócio-Administrador
224-0	Sociedade Simples Limitada	Administrador, Sócio, Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor), Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado), Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior, Sócio Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Exterior, Sócio-Administrador ou Cotas em Tesouraria	Administrador ou Sócio-Administrador
225-9	Sociedade Simples em Nome Coletivo	Sócio, Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor), Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado), Sócio Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Exterior ou Cotas em Tesouraria	Sócio-Administrador
226-7	Sociedade Simples em Comandita Simples	Sócio Comanditado, Sócio Comanditário, Sócio Comanditado Residente no Exterior, Sócio Comanditário Pessoa Física Residente no Exterior, Sócio Comanditário Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior, Sócio Comanditário Incapaz ou Cotas em Tesouraria	Sócio Comanditado
229-1	Consórcio Simples	Administrador, Sociedade Consorciada ou Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior	Administrador
232-1	Sociedade Unipessoal de Advogados	Administrador, Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil.	Administrador, Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil.
233-0	Cooperativas de Consumo	Diretor ou Presidente	Diretor ou Presidente
234-8	Empresa Simples de Inovação - Inova Simples	Administrador, Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil, Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Exterior, Titular Pessoa Jurídica Domiciliado no Brasil ou Titular Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior	Administrador ou Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil
235-6	Investidor Não Residente	Administrador	Procurador
3. ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS			
303-4	Serviço Notarial e Registral (Cartório)	Tabelião ou Oficial de Registro	Tabelião ou Oficial de Registro
306-9	Fundação Privada	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador
307-7	Serviço Social Autônomo	Administrador	Administrador
308-5	Condomínio Edilício	Administrador ou Síndico (Condomínio)	Administrador ou Síndico (Condomínio)
310-7	Comissão de Conciliação Prévia	Administrador	Administrador
311-5	Entidade de Mediação e Arbitragem	Administrador	Administrador
313-1	Entidade Sindical	Administrador, Diretor, Presidente, Vice-Presidente, Secretário ou Tesoureiro	Administrador ou Presidente
320-4	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras	Administrador, Diretor, Presidente, Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior, Diretor Residente ou Domiciliado no Exterior ou Presidente Residente ou Domiciliado no Exterior	Procurador
321-2	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior	Administrador, Conselheiro de Administração, Diretor, Presidente, Sócio, Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior, Sócio Pessoa Física Residente no Exterior, Sócio-Administrador ou Fundador/Instituidor,	Administrador, Procurador, Sócio-Administrador ou Fundador/Instituidor
322-0	Organização Religiosa	Administrador, Diretor ou Presidente.	Administrador, Diretor ou Presidente.
323-9	Comunidade Indígena	Responsável Indígena	Responsável Indígena
324-7	Fundo Privado	Administrador	Administrador
325-5	Órgão de Direção Nacional de Partido Político	Administrador ou Presidente	Administrador ou Presidente
326-3	Órgão de Direção Regional de Partido Político	Administrador ou Presidente	Administrador ou Presidente
327-1	Órgão de Direção Local de Partido Político	Administrador ou Presidente	Administrador ou Presidente
328-0	Comitê Financeiro de Partido Político	Presidente	Presidente
329-8	Frente Plebiscitária ou Referendária	Presidente	Presidente
330-1	Organização Social (OS)	Administrador, Diretor, Presidente, Vice-Presidente, Secretário ou Tesoureiro.	Administrador, Diretor ou Presidente
399-9	Associação Privada	Administrador, Diretor ou Presidente.	Administrador, Diretor ou Presidente.
4. PESSOAS FÍSICAS			
401-4	Empresa Individual Imobiliária	Titular de Empresa Individual Imobiliária	Titular de Empresa Individual Imobiliária
409-0	Candidato a Cargo Político Eletivo	Candidato a Cargo Político Eletivo	Candidato a Cargo Político Eletivo
412-0	Produtor Rural (Pessoa Física)	Produtor Rural	Produtor Rural
5. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS			
501-0	Organização Internacional	Representante de Organização Internacional	Representante de Organização Internacional
502-9	Representação Diplomática Estrangeira	Diplomata, Cônsul, Ministro de Estado das Relações Exteriores ou Cônsul Honorário	Diplomata, Cônsul, Ministro de Estado das Relações Exteriores ou Cônsul Honorário
503-7	Outras Instituições Extraterritoriais	Representante da Instituição Extraterritorial	Representante da Instituição Extraterritorial

ANEXO VI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

TABELA DE MOTIVOS DE SUSPENSÃO POR INCONSISTÊNCIA CADASTRAL

As situações passíveis de suspensão da inscrição cadastral da entidade são:

I - omissão da identificação do representante a que se refere o art 6º desta Instrução Normativa;

II - inscrição do representante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) inexistente, cancelada, titular falecido, nula ou suspensa por indícios de fraude;

III - omissão do Quadro de Sócios e Administradores (QSA);

IV - divergência entre o QSA e o quadro constante no órgão de registro, em relação às entidades relacionadas no Anexo V desta Instrução Normativa;

V - inscrição no CPF de integrante do QSA, pessoa física, inexistente, cancelada, nula ou suspensa por indícios de fraude;

VI - inscrição no CNPJ de integrante do QSA, pessoa jurídica, inapta, baixada ou nula;

VII - omissão da identificação do ente federativo responsável, no caso de entidades da Administração Pública;

VIII - omissão da identificação da atividade econômica;

IX - divergência entre a atividade econômica informada no cadastro e a constatada;

X - não autorização de exercício da atividade pelo órgão competente;

XI - omissão, total ou parcial, de endereço;

XII - omissão do valor do capital social ou erro de sua somatória, para as entidades obrigadas a prestar essa informação;

XIII - suspensão do registro ou de um ato alterador específico no órgão de registro competente;

XIV - alteração da situação cadastral do CPF do titular da Empresa Individual para titular falecido enquanto não for informada a situação especial de Inventário do Empresário, do titular da Empresa Individual Imobiliária, do titular de Sociedade Unipessoal de Advogados ou do sócio da Sociedade Limitada composta por um único sócio pessoa física;

XV - informações cadastrais inválidas, com o intuito de burlar ou dificultar a localização ou o contato com a entidade; ou

XVI - qualquer outra informação cadastral inválida, com o intuito de burlar dados cadastrais do CNPJ.

ANEXO VII
TABELA DE UNIDADES AUXILIARES

Sede
Escritório Administrativo
Depósito Fechado
Almoxarifado
Oficina de Reparação
Garagem
Unidade de Abastecimento de Combustíveis
Posto de Coleta
Ponto de Exposição
Centro de Treinamento
Centro de Processamento de Dados

ANEXO VIII
TABELA DE DOCUMENTOS E ORIENTAÇÕES

1. INSCRIÇÃO

1.1. Inscrição da Entidade (Matriz)

O nome empresarial a ser registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) deve corresponder fielmente ao que estiver consignado no ato constitutivo da entidade, admitindo-se abreviações somente quando ultrapassar 150 (cento e cinquenta) caracteres.
A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP), a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deve solicitar sua inscrição no CNPJ sem acrescentar a respectiva sigla, ME ou EPP, conforme o caso, ao final do seu nome empresarial, juntando ao Protocolo de Transmissão a correspondente Declaração de Enquadramento registrada no órgão competente, quando tal informação não constar do próprio ato constitutivo e quando a análise e o deferimento for realizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).
No caso de partido político, o nome empresarial a ser registrado no CNPJ para os órgãos de direção nacional, estadual, municipal e regional ou zonal, no caso do Distrito Federal, deve ser formado pelo nome do partido político, observando-se o seguinte padrão:
- Órgão de Direção Nacional: NOME DO PARTIDO - BRASIL - BR - NACIONAL
- Órgão de Direção Regional: NOME DO PARTIDO - NOME DO ESTADO - UF - ESTADUAL
- Órgão de Direção Local: NOME DO PARTIDO - NOME DO MUNICÍPIO - UF - MUNICIPAL
- Órgão de Direção Regional (DF): NOME DO PARTIDO - DISTRITO FEDERAL - DF - ESTADUAL
- Órgão de Direção Zonal (DF): NOME DO PARTIDO - ZONA ELEITORAL - DF - REGIONAL

ITEM	NATUREZA JURÍDICA (NJ)	DATA DO EVENTO	ATO CONSTITUTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
1.1.1	Órgão Público: NJ 101-5, 102-3, 103-1, 104-0, 105-8, 106-6, 107-4, 108-2, 116-3, 117-1 ou 118-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do órgão público, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 48.
1.1.2	Representação Diplomática do Estado Brasileiro no Exterior (Embaixadas, Consulados etc.): NJ 101-5.	Data constante da declaração do MRE.	Declaração do MRE contendo o nome do titular (diplomata, cônsul etc.) e, se conhecida, a data de criação da representação.	-
1.1.3	Autarquia: NJ 110-4, 111-2 ou 112-0. OBS.: Entidades Fiscalizadoras do Exercício de Profissões Regulamentadas são autarquias federais.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação da autarquia, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente.	CF, art. 37; CC, art. 41; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º.
1.1.4	Fundação Pública de Direito Público: NJ 113-9, 114-7 ou 115-5.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação da fundação pública de direito público, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 37; CC, art. 41.
1.1.5	Comissão Polinacional: NJ 1198.	Data de vigência do ato celebrado.	Ato internacional celebrado entre o Brasil e outro(s) país(es), sem necessidade de registro, acompanhado de ato de nomeação do seu gestor.	-
1.1.6	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública): NJ 121-0.	Data de vigência do último ato legal ratificador.	Atos legais de ratificação do protocolo de intenções firmado pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei, acompanhados do ato de nomeação ou eleição/posse do seu dirigente, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente.	CC, art. 41; Lei nº 11.107/2005, arts. 1º a 7º, 11, 12 e 15.
1.1.7	Consórcio Público de Direito Privado: NJ 122-8.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114 e 120. Lei nº 9.532/1997, arts. 12 a 15; Lei nº 11.107/2005, arts. 1º a 7º, 11, 12 e 15.
1.1.8	Estado ou Distrito Federal: NJ 123-6.	Data de vigência da lei.	Lei complementar de criação do novo Estado, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18; CC, art. 41.
1.1.9	Município: NJ 124-4.	Data de vigência da lei.	Lei estadual de criação do novo Município, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18; CC, art. 41.
1.1.10	Fundação Pública de Direito Privado: NJ 125-2, 126-0 e 127-9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto registrado no RCPJ, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 37; CC, arts. 62 a 68; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º.
1.1.11	Fundo Público da Administração Indireta Federal, Estadual ou do Distrito Federal, Municipal: NJ 128-7, 129-5, 130-9.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do fundo público, acompanhado do ato de nomeação do seu gestor, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
1.1.12	Fundo Público da Administração Direta Federal, Estadual ou do Distrito Federal, Municipal: NJ 131-7, 132-5, 133-3.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do fundo público, acompanhado do ato de nomeação do seu gestor, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
1.1.13	Empresa Pública: NJ 201-1.	Data de registro do contrato social ou da ata de assembleia de constituição.	Contrato social registrado na JC; ou Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CF, arts. 37 e 173; CC, arts. 981 a 985, 1.039 a 1.092 e 1.150; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º; Lei nº 6.404/1976, arts. 87 a 97 e 138 a 151.
1.1.14	Sociedade de Economia Mista: NJ 203-8.	Data de registro da ata de assembleia de constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CF, arts. 37 e 173; CC, arts. 981 a 985 e 1.089; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97, 138 a 151 e 235 a 240.
1.1.15	Sociedade Anônima: NJ 204-6 e 205-4.	Data de registro da ata de assembleia constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CC, arts. 981 a 985, 1.089 e 1.150; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97 e 138 a 151.
1.1.16	Sociedade Empresária Ltda: NJ 206-2.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985 e 1.052 a 1.086.
1.1.17	Sociedade Empresária em Nome Coletivo: NJ 207-0.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985, 983 e 1.039 a 1.042.
1.1.18	Sociedade Empresária em Comandita Simples: NJ 208-9.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985, 983 e 1.045 a 1.048.
1.1.19	Sociedade Empresária em Comandita por Ações: NJ 209-7.	Data de registro da ata de assembleia de constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CC, arts. 981 a 985 e 1.090 a 1.092; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97, 138, 139, 143 a 151 e 280 a 284.
1.1.20	Sociedade em Conta de Participação: NJ 212-7.	Data constante do documento.	Documento que comprove a existência da Sociedade em Conta de Participação entre os sócios ostensivo e participante, sem necessidade de registro em qualquer órgão.	CC, arts. 991 a 996; Decreto-Lei nº 2.303/1986, art. 7º.
1.1.21	Empresário (Individual): NJ 213-5.	Data de registro do Requerimento de Empresário	Requerimento de Empresário, registrado na JC, relativo à sua inscrição naquele órgão de registro.	CC, arts. 966 a 980; Decreto-Lei nº 1.706/1979, art. 2º.
1.1.22	Cooperativa: NJ 214-3.	Data de registro da ata de assembleia de fundação.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de fundação, registrados na JC.	CC, arts. 1.093 a 1.096; Lei nº 5.764/1971, arts. 3º a 16, 21 e 47; Lei nº 8.934/1994, art. 32.
1.1.23	Consórcio de Sociedades: NJ 215-1.	Data de registro do contrato.	Contrato de consórcio registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 278 e 279.
1.1.24	Grupo de Sociedades: NJ 216-0.	Data de registro da convenção.	Convenção de grupo registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 265 a 272.
1.1.25	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira: NJ 217-8. OBS.: O primeiro estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil deve ser inscrito como	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados na JC ou no RCPJ.	CC, arts. 1.134 a 1.141; Decreto-Lei nº 2.627/1940, arts. 59 a 73; Lei nº 8.934/1994, arts. 1º e 32; Lei nº 6.015/1973,

	estabelecimento matriz.			arts. 114, 120 e 148; Lei nº 4.131/1962, art. 42.
1.1.26	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira: NJ 219-4. OBS.: O primeiro estabelecimento da empresa binacional no Brasil deve ser inscrito como estabelecimento matriz.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da empresa binacional no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados na JC ou no RCPJ.	Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas.
1.1.27	Empresa Domiciliada no Exterior: NJ 2216. OBS.: A inscrição ocorre na RFB somente em decorrência das situações previstas nos itens. 1 a 5 da alínea "a" do inciso XVI do Anexo I desta Instrução Normativa.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	1) Ato de constituição da entidade estrangeira; 2) Ato que demonstre os poderes de administração do representante legal no país de origem da entidade estrangeira, caso tal informação não conste do ato de constituição; 3) Documento de identificação do representante legal no país de origem; 4) Ato de nomeação do representante da entidade no Brasil a que se refere o § 1º do art. 6º, acompanhado do seu documento de identificação; OBS.: Todos os documentos emitidos no exterior devem ser autenticados por repartição consular brasileira e estar acompanhados de sua tradução juramentada, se redigidos em língua estrangeira.	CC, art. 224; Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º e 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18 e 20.
1.1.28	Clube de Investimento: NJ 222-4.	Data de registro de deliberação.	Estatuto registrado na Bolsa de Valores e no RTD.	CC, art. 221; IN CVM nº 494/2011, arts. 1º a 3º.
1.1.29	Fundo de Investimento: NJ 222-4.	-	Inscrição feita no CNPJ, de forma automática, pela CVM.	-
1.1.30	Sociedade Simples Pura: NJ 223-2.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ; ou Contrato social registrado na OAB, no caso de sociedade de advogados.	CC, arts. 981 a 985 e 997 a 1.032;
				Lei nº 8.906/1994, arts. 15 a 17.
1.1.31	Sociedade Simples Ltda: NJ 224-0.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985, 997 a 1.032 e 1.052 a 1.086.
1.1.32	Sociedade Simples em Nome Coletivo: NJ 225-9.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985 e 1.039 a 1.042.
1.1.33	Sociedade Simples em Comandita Simples: NJ 226-7.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985 e 1.045 a 1.047.
1.1.34	Empresa Binacional: NJ 227-5.	Data de vigência do tratado.	Tratado internacional celebrado entre o Brasil e outro país, sem necessidade de registro (a não ser que o tratado imponha regra diversa).	CF, art. 84; Tratado de Itaipu (Brasil-Paraguai); Tratado do Ciclone-4 (Brasil-Ucrânia).
1.1.35	Consórcio de Empregadores: NJ 228-3.	Data de registro do documento.	Documento de constituição do consórcio simplificado de produtores rurais, em que conste a quem cabe a administração do consórcio, registrado no RTD.	Lei nº 8.212/1991, art. 25-A.
1.1.36	Consórcio Simples: NJ 229-1.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	LC nº 123/2006, art. 56; CC, arts. 981 a 985 e 1.052 a 1.086.
1.1.37	Sociedade Unipessoal de Advogados: NJ 232-1.	Data de registro do ato de constituição.	Ato de constituição registrado na OAB.	Lei nº 13.247/2016; Lei nº 8.906/1994.
1.1.38	Cooperativas de Consumo: NJ 233-0.	Data de registro do ato de constituição.	Estatuto e ata de assembleia de fundação, registrados na JC.	CC, arts. 1.093 a 1.096; Lei nº 5.764/1971, arts. 3º a 16, 21 e 47; Lei nº 8.934/1994, art. 32.
1.1.39	Empresa Simples de Inovação - Inova Simples: NJ 234-8.	Data da inscrição da Entidade no CNPJ	Não há exigência de registro de seus atos. Para efeitos de inscrição no CNPJ, considera-se a solicitação preenchida e assinada digitalmente por seus integrantes, no Portal do Inova Simples.	LC nº 123/2006, art. 65-A.
1.1.40	Investidor Não Residente: NJ 235-6.	-	Inscrição feita no CNPJ, de forma automática, pela CVM.	-
1.1.41	Serviço Notarial e Registral (Cartório): NJ 303-4.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do cartório, acompanhado do ato de nomeação do seu titular, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 236, art. 32 do ADCT; Lei nº 8.935/1994, arts. 3º, 14, 43 e 50.
1.1.42	Fundação Privada: NJ 306- 9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de nomeação de seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 62 a 68.
1.1.43	Serviço Social Autônomo: NJ 307-7.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114 e 120.
1.1.44	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro da convenção ou data de registro da assembleia que deliberou sobre a inscrição no CNPJ. (quando não existir convenção)	Convenção do condomínio registrada no RI, acompanhada da ata de assembleia de eleição do síndico, registrada no RTD; OU, caso não exista a convenção, Certidão emitida pelo RI que confirme o registro do Memorial de Incorporação do condomínio, acompanhada da ata de assembleia que deliberou sobre a inscrição no CNPJ, e da ata de assembleia de eleição do síndico, registradas no RTD.	CC, arts. 1.332 a 1.334, 1.347 e 1.348; Lei nº 4.591/1964, arts. 3º, 7º, 9º, 22 e 32.
1.1.45	Comissão de Conciliação Prévia: NJ 310-7.	Data de registro do regimento, acordo ou convenção.	Regimento interno, registrado no MTP, caso se trate de Comissão de Empresa(s); OU Acordo coletivo de trabalho, registrado no MTP, quando se tratar de Comissão Sindical (empresa/sindicato); OU Convenção coletiva de trabalho, registrada no MTP, caso se trate de Comissão Intersindical.	Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 625-A a 625-C; Portaria MTE nº 329/2002, arts. 1º, 2º e 5º.
1.1.46	Entidade de Mediação e Arbitragem: NJ 311-5.	Data de registro do ato constitutivo.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Sociedade etc.).	Lei nº 9.307/1996, art. 13.
1.1.47	Entidade Sindical: NJ 313-1.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CF, art. 8º; CC, art. 53 a 60; Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 511, 512, 515 a 523, 558, 561, 562 e 564; Lei nº 6.015/1973,
				arts. 114, 120 e 127.
1.1.48	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras: NJ 320-4. OBS.: O primeiro estabelecimento da entidade estrangeira no Brasil deve ser inscrito como estabelecimento matriz.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da fundação ou da associação estrangeira no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados no RCPJ.	CC, arts. 1.134 a 1.141; Decreto Lei nº 4.657/1942, art. 11; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120 e 148.
1.1.49	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior: NJ 321-2. OBS.: A inscrição ocorre na Receita Federal somente em decorrência das situações previstas nos itens 1 a 5 da alínea a, do inciso XVI, do Anexo I desta Instrução Normativa.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	1) Ato de constituição da entidade estrangeira; 2) Ato que demonstre os poderes de administração do representante legal no país de origem da entidade estrangeira, caso tal informação não conste do ato de constituição; 3) Documento de identificação do representante legal no país de origem; 4) Ato de nomeação do representante da entidade no Brasil a que se refere o § 1º do art. 6º, acompanhado do seu documento de identificação; OBS.: Todos os documentos emitidos no exterior devem ser autenticados por repartição consular brasileira e estar acompanhados de sua tradução juramentada, se redigidos em língua estrangeira.	CC, art. 224. Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º e 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18 e 20.
1.1.50	Organização Religiosa: NJ 322-0.	Data de registro do estatuto.	Estatuto e ata de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 44 a 46; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120 e 127.
1.1.51	Organização Religiosa - Igreja Católica (Paróquias, Dioceses e Arquidioceses): NJ 322-0.	Data de registro do documento.	Documento emitido pela Igreja Católica, acompanhado do ato de designação do titular da respectiva representação, registrados no RCPJ.	CC, arts. 221 e 2.031.
1.1.52	Comunidade Indígena: NJ 323-9.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	Certidão emitida pela Funai contendo o nome da comunidade, seu endereço e representante.	Lei nº 6.001/1973, art. 3º.

1.1.53	Fundo Privado: NJ 324-7.	Data de registro do estatuto.	Estatuto registrado no RTD.	Lei nº 11.079/2004; Lei nº 13.800/2019
1.1.54	Órgão de Direção Nacional de Partido Político: NJ 325-5.	Data de registro do estatuto no RCPJ.	Estatuto, acompanhado da ata de aprovação do órgão partidário e de designação de seus dirigentes, registrados no RCPJ do local de sua sede.	CF, art. 17; CC, art. 44; Lei nº 9.096/1995, art. 8º.
1.1.55	Órgão de Direção Regional de Partido Político: NJ 326-3.	Data de registro da ata de designação no RCPJ ou data do início da vigência da composição.	Ata de designação dos dirigentes, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	CF, art. 17; Lei nº 9.096/1995, art. 10, § 2º; Resolução TSE nº 23.571/2018, art. 20.
1.1.56	Órgão de Direção Local de Partido Político: NJ 327-1.	Data de registro da ata de designação no RCPJ ou data do início da vigência da composição.	Ata de designação dos dirigentes, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	CF, art. 17; Lei nº 9.096/1995, art. 10, § 2º; Resolução TSE nº 23.571/2018, art. 20.
1.1.57	Organização Social (OS): NJ 330-1.	Data de registro do estatuto.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Fundação etc.), acompanhado do ato administrativo de qualificação como OS, publicado na forma prevista na lei.	Lei nº 9.637/1998, arts. 1º, 2º, 11.
1.1.58	Associação Privada: NJ 399-9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120; Lei nº 9.532/1997, arts. 12 a 15.
1.1.59	Empresa Individual Imobiliária - Incorporação Imobiliária ou Loteamento de Terreno: NJ 401-4.	Data de registro do empreendimento OU data da primeira alienação de unidade imobiliária ou lote de terreno.	Certidão emitida pelo RI, comprovando o registro do empreendimento, caso tenha sido registrado; OU Documento que comprove a existência de qualquer ajuste preliminar que caracterize a alienação de unidade imobiliária ou lote de terreno, ainda que sem registro em cartório.	Decreto-Lei nº 1.381/1974, arts. 1º, 3º, 6º, 7º e 9º.
1.1.60	Empresa Individual Imobiliária Desmembramento de Imóvel Rural: NJ 401-4.	Data de registro do empreendimento OU data da décima primeira alienação de quinhão do imóvel rural.	Certidão emitida pelo RI, comprovando o registro do desmembramento do imóvel rural em mais de 10 (dez) lotes, caso tenha sido registrado; OU Documentos que comprovem a existência de qualquer ajuste preliminar que caracterize a alienação de mais de 10 (dez) quinhões do imóvel rural, ainda que sem registro em cartório.	Decreto-Lei nº 1.510/1976, art. 11.
1.1.61	Produtor Rural (Pessoa Física): NJ 412-0.	Data do preenchimento da solicitação.	Definido pelo convenente.	-
1.1.62	Organização Internacional: NJ 501-0.	Data de criação da representação no Brasil ou da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante da organização internacional no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	-
1.1.63	Representação Diplomática Estrangeira: NJ 502-9.	Data de criação da representação no Brasil ou da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante diplomático no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	-
1.1.64	Outras Instituições Extraterritoriais: NJ 503-7.	Data de criação da representação no Brasil ou da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante da instituição no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	-

1.2. Inscrição de Estabelecimento Filial

A solicitação de inscrição de estabelecimento filial deve estar acompanhada do respectivo ato de criação, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.
No caso de unidade auxiliar de órgão público, a solicitação deve estar acompanhada de ato administrativo que comprove a existência da unidade auxiliar.

1.3. Inscrição de Incorporação Imobiliária (Patrimônio de Afetação) - Evento 109

No caso de inscrição de incorporação imobiliária (patrimônio de afetação), a que se refere o inciso XIV do Anexo I desta Instrução Normativa, a solicitação deve estar acompanhada do Termo de Constituição do Patrimônio de Afetação registrado no RI.

2. ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

ITEM	TIPO DE ENTIDADE	DATA DO EVENTO	ATO ALTERADOR (REGRA GERAL)
2.1	Empresário (Individual): NJ 213-5.	Data de registro do Requerimento de Empresário.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, Requerimento de Empresário, registrado na JC, referente à alteração cadastral solicitada.
2.2	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro da alteração da convenção ou da ata de assembleia de eleição.	Alteração da convenção do condomínio, registrada no RI, referente à alteração cadastral solicitada. Quando se tratar de alteração de síndico, ata de assembleia referente a sua eleição, registrada no RTD.
2.3	Entidades cujo ato constitutivo seja um ato legal.	Data de vigência do ato legal. No caso específico de alteração do representante da entidade no CNPJ ou de integrante do QSA, a data do evento deverá ser a data em que começa a sua gestão.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, ato legal, publicado na forma prevista na lei, referente à alteração cadastral solicitada. Quando se tratar de alteração do representante da entidade no CNPJ ou de integrante do QSA, ato que efetivamente promoveu a troca do gestor da entidade (ato de nomeação, eleição ou posse), publicado na forma prevista na lei (Boletim, Diário Oficial, entre outras) ou registrado em órgão competente, conforme o caso.
2.4	Entidades cujo ato constitutivo seja um contrato social.	Data de registro da alteração contratual.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, alteração contratual, registrada no órgão competente, relativa à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.
2.5	Entidades cujo ato constitutivo seja um estatuto.	Data de registro da alteração estatutária.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, alteração estatutária, registrada no órgão competente, relativa à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.
2.6	Empresa Simples de Inovação - Inova Simples: NJ 234-8	Data da solicitação de alteração no CNPJ.	Não há exigência de registro de seus atos. Para efeitos de alteração no CNPJ, considera-se a solicitação preenchida e assinada digitalmente por seus integrantes, no Portal do Inova Simples.
2.7	Demais entidades.	Data de registro do ato alterador.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, ato alterador, registrado no órgão competente, relativo à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.

No caso de alteração do representante da entidade ou das atividades econômicas principal ou secundárias da entidade ou do estabelecimento filial, sem que isso implique modificação do seu ato constitutivo ou alterador, a cópia do próprio ato constitutivo ou alterador deve ser anexada ao Protocolo de Transmissão e a data do evento deve ser a data da transmissão da solicitação de alteração cadastral.

Quando se tratar de alteração de dado cadastral não constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, nenhum documento precisará ser anexado ao Protocolo de Transmissão e a data do evento deve ser a data da transmissão da solicitação de alteração cadastral.

2.1. Cisão Parcial

Na comunicação de cisão parcial ao CNPJ, pelo estabelecimento cindido, a data do evento deve corresponder à data da deliberação que aprovar a cisão parcial.

3. BAIXA

3.1. Baixa da Inscrição da Entidade (Matriz)

ITEM	NATUREZA JURÍDICA (NJ)	DATA DO EVENTO	ATO EXTINTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
3.1.1	Órgão Público: NJ 101-5, 102-3, 103-1, 104-0, 105-8, 106-6, 107-4, 108-2, 116-3, 117-1 ou 118-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do órgão público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 48.
3.1.2	Representação Diplomática do Estado Brasileiro no Exterior (Embaixadas, Consulados etc.): NJ 101-5.	Data constante da declaração.	Declaração do MRE sobre a extinção da representação.	-
3.1.3	Autarquia: NJ 110-4, 111-2 ou 112-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção da autarquia, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 37.
3.1.4	Fundação Pública de Direito Público: NJ 113-9, 114-7 ou 115-5.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção da fundação pública de direito público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 37.
3.1.5	Comissão Polinacional: NJ 119-8.	Data de vigência do ato celebrado.	Ato internacional de extinção da comissão, celebrado entre o Brasil e outro(s) país(es), sem necessidade de registro.	-
3.1.6	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública): NJ 121-0.	Data de vigência do último ato legal ratificador.	Atos legais de ratificação da extinção do consórcio público pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei.	Lei nº 11.107/2005, arts. 12 e 15.
3.1.7	Consórcio Público de Direito Privado: NJ 122-8.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ, acompanhada dos atos legais de ratificação da extinção do consórcio público pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei.	CC, art. 51; Lei nº 11.107/2005, arts. 12 e 15.

3.1.8	Estado ou Distrito Federal: NJ 123-6.	Data de vigência da lei.	Lei complementar de extinção do Estado, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18.
3.1.9	Município: NJ 124-4	Data de vigência da lei.	Lei estadual de extinção do Município, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18.
3.1.10	Fundação Pública de Direito Privado: NJ 125-2, 126-0 e 127-9.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da fundação, registrado no RCPJ.	CC, art. 51 e 69
3.1.11	Fundo Público da Administração Indireta Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal: NJ 128-7, 129-5, 130-9.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do fundo público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
3.1.12	Fundo Público da Administração Direta Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal: NJ 131-7, 132-5, 133-3.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do fundo público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
3.1.13	Empresa Pública: NJ 201-1.	Data de registro do distrato social ou da ata de assembleia.	Distrato social registrado na JC; ou Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.089, 1.090 e 1.102 a 1.112; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219.
3.1.14	Sociedade de Economia Mista: NJ 203-8.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, art. 1.089; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219 e 240.
3.1.15	Sociedade Anônima: NJ 204-6 e 205-4.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, art. 1.089; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219.
3.1.16	Sociedade Empresária Ltda: NJ 206-2.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.17	Sociedade Empresária em Nome Coletivo: NJ 207-0.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.18	Sociedade Empresária em Comandita Simples: NJ 208-9.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.19	Sociedade Empresária em Comandita por Ações: NJ 209-7.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.089 e 1.090; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219 e 280.
3.1.20	Sociedade em Conta de Participação: NJ 212-7.	Data constante do distrato ou data final da sociedade por prazo determinado.	Distrato da Sociedade em Conta de Participação, sem necessidade de registro em qualquer órgão; ou Documento que comprove a existência da Sociedade em Conta de Participação entre os sócios ostensivo e participante, sem necessidade de registro em qualquer órgão, caso a sociedade tenha sido constituída por prazo determinado.	CC, art. 996.
3.1.21	Empresário (Individual): NJ 213-5.	Data do registro do Requerimento de Empresário	Requerimento de Empresário, relativo à sua extinção, registrado na JC.	CC, art. 968.
3.1.22	Cooperativa: NJ 214-3.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.093; Lei nº 5.764/1971, arts. 21, 46 e 63 a 78.
3.1.23	Consórcio de Sociedades: NJ 215-1.	Data de registro do distrato.	Distrato do consórcio, registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 278 e 279.
3.1.24	Grupo de Sociedades: NJ 216-0.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do grupo, registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 265 a 272.
3.1.25	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira: NJ 217-8.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil, registrado na JC ou no RCPJ.	Lei nº 8.934/1994, arts. 1º e 32; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120 e 148.
3.1.26	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira: NJ 219-4.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da empresa binacional no Brasil, registrado na JC ou no RCPJ.	Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, art. III.
3.1.27	Empresa Domiciliada no Exterior: NJ 221-6.	Data da transmissão da solicitação de baixa.	Ato de extinção da entidade estrangeira, autenticado por repartição consular brasileira e acompanhado de sua tradução juramentada, se redigido em língua estrangeira.	CC, art. 224; Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º e 2º;
				Decreto nº 13.609/1943, arts. 18 e 203.
3.1.28	Clube de Investimento: NJ 222-4.	Data de registro do ato de dissolução.	Ato de dissolução do clube de investimento, registrado na Bolsa de Valores e no RTD.	CC, art. 221; IN CVM nº 494/2011, art. 15.
3.1.29	Fundo de Investimento: NJ 222-4.	-	Suspensão feita no CNPJ, de forma automática, pela CVM.	-
3.1.30	Sociedade Simples Pura: NJ 223-2.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ; ou distrato social registrado na OAB, no caso de sociedade de advogados.	CC, arts. 1.102 a 1.112; Lei nº 8.906/1994, art. 15.
3.1.31	Sociedade Simples Ltda: NJ 224-0.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.32	Sociedade Simples em Nome Coletivo: NJ 225-9.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.33	Sociedade Simples em Comandita Simples: NJ 226-7.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.34	Empresa Binacional: NJ 227-5.	Data de vigência do tratado.	Tratado internacional celebrado entre o Brasil e outro país, sem necessidade de registro (a não ser que o tratado imponha regra diversa).	CF, art. 84; Tratado de Itaipu (Brasil-Paraguai); Tratado do Ciclone-4 (Brasil-Ucrânia).
3.1.35	Consórcio de Empregadores: NJ 228-3.	Data de registro do documento.	Documento de extinção do consórcio simplificado de produtores rurais, registrado no RTD.	Lei nº 8.212/1991, art. 25-A.
3.1.36	Consórcio Simples: NJ 229-1.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	LC nº 123/2006, art. 56; CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.37	Sociedade Unipessoal de Advogados: NJ 232-1.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção registrado na OAB.	Lei nº 13.247/2016; Lei nº 8.906/1994.
3.1.38	Empresa Simples de Inovação - Inova Simples: NJ 234-8	Data da solicitação de baixa no CNPJ	Não há exigência de registro de seus atos. Para efeitos de baixa no CNPJ, considera-se a solicitação preenchida e assinada digitalmente por seus integrantes, no Portal do Inova Simples.	LC nº 123/2006, art. 65-A
3.1.39	Investidor Não Residente: NJ 235-6	-	Suspensão feita no CNPJ, de forma automática, pela CVM.	-
3.1.40	Serviço Notarial e Registral (Cartório): NJ 303-4.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do cartório, publicado na forma prevista na lei	Lei nº 8.935/1994, art. 44.
3.1.41	Fundação Privada: NJ 306-9.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da fundação, registrado no RCPJ.	CC, art. 51 e 69.
3.1.42	Serviço Social Autônomo: NJ 307-7.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51; Lei nº 6.015/1973, arts. 114 e 120.
3.1.43	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do condomínio, registrado no RI.	CC, arts. 1.357 e 1.358; Lei nº 4.591/1964, art. 34.
3.1.44	Comissão de Conciliação Prévia: NJ 310-7.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da comissão, registrado no MTP.	Portaria MTE nº 329/2002, art. 5º.
3.1.45	Entidade de Mediação e Arbitragem: NJ 311-5.	Data de registro do ato de extinção.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Sociedade etc.).	CC, art. 51.
3.1.46	Entidade Sindical: NJ 313-1.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.47	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras: NJ 320-4.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da fundação ou da associação estrangeira no Brasil, registrado no RCPJ.	CC, art. 1.137.
3.1.48	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior: NJ 321-2.	Data da transmissão da solicitação de baixa.	Ato de extinção da fundação ou associação estrangeira, autenticado por repartição consular brasileira e acompanhado de sua tradução juramentada, se redigido em língua estrangeira.	CC, art. 224. Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º e 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18, 20.

3.1.49	Organização Religiosa: NJ 322-0.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.50	Organização Religiosa - Igreja Católica (Paróquias, Dioceses e Arquidioceses): NJ 322-0.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção emitido pela Igreja Católica, registrado no RCPJ.	CC, arts. 51, 221 e 2.031.
3.1.51	Comunidade Indígena: NJ 323-9.	Data constante da declaração.	Declaração emitida pela Funai, atestando a extinção da comunidade.	Lei nº 6.001/1973, art. 3º.
3.1.52	Fundo Privado: NJ 324-7.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do fundo privado, registrado no RTD.	CC, art. 51; Lei nº 11.079/2004; e Lei nº 13.800/2019.
3.1.53	Órgão de Direção Nacional de Partido Político: NJ 325-5.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local de sua sede.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º, e arts. 27 a 29.
3.1.54	Órgão de Direção Regional de Partido Político: NJ 326-3.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ ou data do final da vigência da composição.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º, e arts. 27 a 29; Resolução TSE nº 23.571/2018, arts. 35 a 42.
3.1.55	Órgão de Direção Local de Partido Político: NJ 3271.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ ou data do final da vigência da composição.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º e arts. 27 a 29; Resolução TSE nº 23.571/2018, arts. 35 a 42.
3.1.56	Organização Social (OS): NJ 330-1.	Data de registro do ato de extinção.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Fundação etc.).	CC, art. 51.
3.1.57	Associação Privada: NJ 399-9.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.58	Empresa Individual Imobiliária: NJ 401-4.	Data da declaração.	Declaração firmada pelo representante da Empresa Individual Imobiliária no CNPJ de que todas as unidades imobiliárias, lotes de terreno ou quinhões do imóvel rural, conforme o caso, foram alienados e integralmente pagos, sem necessidade de registro.	Decreto-Lei nº 1.381/1974, arts. 9º e 10.
3.1.59	Produtor Rural (Pessoa Física): NJ 412-0.	Data do preenchimento da solicitação.	Definido pelo convenente.	-
3.1.60	Organização Internacional: NJ 501-0.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação da organização internacional no Brasil.	-
3.1.61	Representação Diplomática Estrangeira: NJ 502-9.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação diplomática estrangeira no Brasil.	-
3.1.62	Outras Instituições Extraterritoriais: NJ 503-7.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação da instituição extraterritorial no Brasil.	-

3.2. Baixa da Inscrição da Entidade por Incorporação, Fusão ou Cisão Total

ITEM	MOTIVO	DATA DO EVENTO	ATO EXTINTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
3.2.1	Incorporação.	Data da deliberação.	Ato deliberativo da incorporadora aprovando a incorporação, registrado no órgão competente.	CC, arts. 1.116 a 1.118; Lei nº 6.404/1976, arts. 219 e 223 a 227; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.
3.2.2	Fusão.	Data da deliberação.	Ato deliberativo das entidades fusionadas decidindo sobre a constituição definitiva da nova entidade, registrada no órgão competente.	CC, arts. 1.119 a 1.121; Lei nº 6.404/1976, arts. 219 e 223 a 226, 228; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.
3.2.3	Cisão Total.	Data da deliberação.	Ato deliberativo da sucessora que absorveu a parcela remanescente do patrimônio da entidade cindida.	Lei nº 6.404/1976, arts. 219, 223 a 226 e 229; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.

3.3. Baixa da Inscrição da Entidade por Encerramento do Processo de Falência

ITEM	MOTIVO	DATA DO EVENTO	ATO EXTINTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
3.3.1	Encerramento do Processo de Falência.	Data constante da decisão judicial.	Sentença Judicial encerrando o processo de falência.	Lei nº 11.101/2005, arts. 156 a 159.

3.4. Baixa da Inscrição da Entidade por Encerramento da Liquidação Extrajudicial

ITEM	MOTIVO	DATA DO EVENTO	ATO EXTINTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
3.4.1	Encerramento da Liquidação Extrajudicial.	Data constante do ato de encerramento da liquidação.	Ato administrativo que encerra a liquidação extrajudicial, publicado na forma prevista na lei, caso ocorra a extinção da entidade.	Lei nº 6.024/1974, art. 19; LC nº 109/2001, art. 53.

3.5. Baixa de Inscrição de Estabelecimento Filial

A solicitação de baixa de inscrição de estabelecimento filial deve estar acompanhada do respectivo ato de extinção, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 3.1.

3.6. Baixa de Inscrição do Patrimônio de Afetação (Filial)

A solicitação de baixa de inscrição do Patrimônio de Afetação, inscrito como estabelecimento filial, deve estar acompanhada do respectivo ato de extinção, na forma prevista no art. 31-E da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. A data do evento é a do registro desse ato no órgão competente.

4. CERTIDÕES

A certidão emitida pelo órgão de registro competente (JC, RCPJ, RI etc.), contendo as informações necessárias ao respectivo ato cadastral no CNPJ, substitui os documentos elencados neste Anexo, quando for o caso.
Base Legal: Código Civil, art. 217; Lei nº 6.015/1973, arts. 16 a 21; Lei nº 8.934/1994, arts. 29 e 30 e Decreto nº 1.800/1996, arts. 7º, 78, 81 e 82.

Legendas:
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CC - Código Civil
CF - Constituição Federal
RCPJ - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
RI - Registro de Imóveis
RTD - Registro de Títulos e Documentos
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IN - Instrução Normativa
JC - Junta Comercial
LC - Lei Complementar

MRE - Ministério das Relações Exteriores
MTP - Ministério do Trabalho e Previdência Social
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
RIR - Regulamento do Imposto de Renda
RFB - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
TSE - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO IX
TABELA DE SITUAÇÕES ESPECIAIS E TABELA DE REPRESENTANTES PERANTE O CNPJ PARA SITUAÇÕES ESPECIAIS

TABELA DE SITUAÇÕES ESPECIAIS

EVENTO	SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DO EVENTO	DOCUMENTO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
405	Decretação de Falência.	Data constante da decisão judicial.	Decisão judicial que decreta a falência e nomeia o administrador judicial.	Lei nº 11.101/2005, arts. 81 e 99.
406	Reabilitação da Falência.	Data constante da decisão judicial.	Decisão judicial que extingue as obrigações do falido.	Lei nº 11.101/2005, arts. 102, 158 e 159.
407	Inventário do empresário individual, do titular de empresa individual imobiliária, do titular da sociedade unipessoal de advogados ou do sócio da sociedade limitada composta por um único sócio pessoa física.	Data constante do termo ou da escritura pública.	Termo de compromisso do inventariante; ou Escritura pública de inventário extrajudicial, em que conste a nomeação de interessado com poderes de inventariante.	CC, art. 1.991; Resolução CNJ nº 35/2007, art. 11.
408	Encerramento da Liquidação Judicial ou Extrajudicial.	Data constante da decisão judicial ou de vigência do ato administrativo de encerramento da liquidação extrajudicial.	Decisão judicial que encerra a liquidação judicial; ou Ato administrativo que encerra a liquidação extrajudicial, publicado na forma da lei.	Decreto-Lei nº 73/66, arts. 36, 97 e 105; Lei nº 6.024/74, arts. 19 e 34; Lei nº 9.656/98, art. 24-D; Lei nº 9.961/2000, arts. 4º e 33; LC nº 109/2001, arts. 52, 53 e 74; CC, arts. 51 e 1.111
410	Intervenção.	Data de vigência do ato administrativo de intervenção.	Ato administrativo que determina a intervenção e nomeia o interventor, publicado na forma da lei.	Decreto-Lei nº 73/66, art. 90; Lei nº 6.024/74, arts. 3º, 5º, 8º, 15, 38 e 50; Lei nº 8.987/95, art. 32; Lei nº 9.472/97, arts. 110 e 111; LC nº 109/2001, arts. 44, 45, 54 a 56, 62 e 74; CC, art. 1.037.

411	Encerramento da Intervenção.	Data de vigência do ato administrativo de encerramento da intervenção.	Ato administrativo que encerra a intervenção, publicado na forma da lei.	Decreto-Lei nº 73/66, art. 90; Lei nº 6.024/74, arts. 7º e 12; Lei nº 8.987/95, art. 34; Lei nº 9.472/97, art. 111; LC nº 109/2001, arts. 46 e 74.
414	Restabelecimento de Inscrição da Entidade.	Data informada na FCPJ.	Certidão emitida pelo órgão de registro, comprovando que a entidade está com seu registro ativo.	-
415	Restabelecimento de Inscrição de Filial.	Data informada na FCPJ.	Certidão emitida pelo órgão de registro, comprovando que o estabelecimento está com seu registro ativo.	-
416	Início da Liquidação Judicial.	Data constante da decisão judicial.	Decisão judicial que inicia a liquidação judicial e nomeia o liquidante.	Decreto-Lei nº 1.608/39, arts. 657 e 660; Lei nº 6.404/76, art. 209; CC, art. 1.111.
417	Início da Liquidação Extrajudicial.	Data de vigência do ato administrativo que determina a liquidação extrajudicial ou data de registro do ato de início de liquidação.	Ato administrativo que determina a liquidação extrajudicial e nomeia o liquidante, publicado na forma da lei; ou Ato de início da liquidação, nomeando o liquidante, registrado no órgão competente.	Decreto-Lei nº 73/66, arts. 36, 90 e 97 a 99; Lei nº 6.024/74, arts. 15 a 17, 20, 34 e 50 a 52; Lei nº 6.404/76, arts. 208, 211 e 212; Lei nº 9.656/98, arts. 24 e 24-D; Lei nº 9.961/2000, arts. 4º e 33; LC nº 109/2001, arts. 48, 54 a 56, 62 e 74; CC, art. 1.036, 1.038 e 1.102 a 1.105.
418	Recuperação Judicial.	Data constante da decisão judicial.	Decisão judicial que defere a recuperação judicial e nomeia o gestor judicial, caso os administradores da empresa tenham sido afastados.	Lei nº 11.101/2005, arts. 52, 64 e 65.
419	Encerramento da Recuperação Judicial.	Data constante da decisão judicial.	Decisão judicial que decreta o encerramento da recuperação judicial.	Lei nº 11.101/2005, art. 63.

TABELA DE REPRESENTANTES PERANTE O CNPJ PARA SITUAÇÕES ESPECIAIS

EVENTO	SITUAÇÃO ESPECIAL	REPRESENTANTE PERANTE O CNPJ	QUALIFICAÇÃO
405	Decretação de Falência.	Administrador Judicial.	64
407	Inventário do empresário individual, do titular de empresa individual imobiliária, do titular da sociedade unipessoal de advogados ou do sócio da sociedade limitada composta por um único sócio pessoa física.	Inventariante.	12
410	Intervenção.	Interventor.	11
416	Início da Liquidação Judicial.	Liquidante.	13
417	Início da Liquidação Extrajudicial.	Liquidante.	13
418	Recuperação Judicial.	Administrador Judicial.	64

ANEXO X

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA INSCRIÇÃO OU DA ALTERAÇÃO DO QSA NO CNPJ

Ilmo Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil em _____

PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE NO CNPJ

( ) DA INSCRIÇÃO

( ) DA ALTERAÇÃO NO QSA

Eu,_____, CPF nº_____, venho apresentar o pedido acima, em razão de simulação no ato cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) _____, tendo em vista que não realizei inscrição ou alteração do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) da entidade na Junta Comercial, nem constituí firma individual, e, portanto, não assinei nenhum documento referente a esta e, se assinei, fui ludibriado, pois desconhecia o conteúdo do documento.

Para fazer prova, anexo os seguintes documentos: (Assinalar S/N)

( ) documento de identificação;

( ) documento emitido por órgão de segurança pública (certidão, Boletim de Ocorrência (BO), entre outros) comprovando o roubo, extravio ou utilização indevida de documentos da pessoa física;

( ) cópia do ato constitutivo ou alterador no qual a pessoa física foi incluída como responsável ou integrante do QSA da entidade, registrado no órgão competente (MEI está dispensado da apresentação deste documento);

( ) instrumento de procuração pública ou particular e documento de identificação do procurador, se for o caso;

( ) laudo de perícia grafotécnica e depoimento do requerente e/ou testemunhas, se houver;

( ) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato de prestação de serviço relativo ao período em que a pessoa física foi incluída como responsável ou integrante do QSA da entidade, ou outros documentos que mostrem indícios ou que comprovem a ocorrência da simulação na constituição ou alteração no CNPJ, se houver.

Declaro, ainda, que as informações aqui relatadas correspondem à expressão da verdade e que estou ciente da penalidade prevista no **Código Penal** quanto à falsidade ideológica.

CÓDIGO PENAL, art.299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

Endereço Atual: _____

_____

Telefone para Contato: _____

ANEXO XI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DECLARAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE ENTIDADE DOMICILIADA NO EXTERIOR PARA DEFERIMENTO NA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Eu,_____, CPF nº_____, na qualidade de representante legalmente constituído para solicitar a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade domiciliada no exterior _____, declaro que a referida entidade não utilizará a sua inscrição no CNPJ, quando deferida, para:

- realizar aplicações no mercado financeiro ou de capitais;

- participações societárias constituídas fora do mercado de capitais;

- realizar arrendamento mercantil externo (**leasing**);

- realizar afretamento de embarcações, aluguel de equipamentos e arrendamento simples;

- realizar importação de bens sem cobertura cambial, destinados à integralização de capital de empresas brasileiras;

- consultoria de valores mobiliários; e

- realizar compra e venda de moeda estrangeira em bancos no País, recebendo e entregando reais em espécie na liquidação de operações cambiais (válido apenas para instituições bancárias do exterior).

Declaro, ainda, que as informações aqui relatadas correspondem à expressão da verdade e que estou ciente da penalidade prevista no **Código Penal** quanto à falsidade ideológica.

CÓDIGO PENAL, art.299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO XII
ORIENTAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO SOBRE BENEFICIÁRIO FINAL

1. DA SOLICITAÇÃO

1.1. No Portal da Redesim, deve ser selecionada a opção "Alteração Cadastral", em seguida "Alterar Dados da Pessoa Jurídica". Após preencher os dados iniciais de identificação da entidade, deve ser marcada a quadrícula "Beneficiários Finais" e selecionado o evento "267 - Informação de Beneficiário Final". Devem ser preenchidos os demais dados cadastrais da entidade. A Data do Evento a ser informada pode ser a do preenchimento da solicitação;

1.2. Na ficha "Beneficiários Finais", inicialmente deve ser respondida à pergunta: "A Pessoa Jurídica possui Beneficiário Final?". A resposta deve ter por base o disposto no art. 53 desta Instrução Normativa;

1.3. Caso a resposta seja afirmativa, o(s) beneficiário(s) final(is) deverá(ão) ser informado(s) clicando-se no botão "Novo Beneficiário". Estarão disponíveis as Naturezas do Evento: Entrada do Beneficiário Final, Alteração de dados do Beneficiário Final e Saída do Beneficiário Final, sendo que as opções Alteração e Saída somente estarão disponíveis caso já haja beneficiário final cadastrado para a entidade. A Data do Evento de Beneficiário Final a ser informada pode ser a do preenchimento da solicitação;

1.4. Na ficha de cada beneficiário final será solicitado seu Nome, Data de Nascimento, País de Nacionalidade e País de Residência. Caso o país de nacionalidade ou residência seja o Brasil, o preenchimento do CPF será obrigatório. No caso de estrangeiro, o Número de Identificação Fiscal (NIF) é facultativo, bastando clicar em "não disponível", caso não se conheça ou não exista o número;

1.5. Ao final do preenchimento, transmitida a solicitação corretamente preenchida, será disponibilizado o Protocolo de Transmissão (se utilizado o certificado digital), que juntamente com a documentação comprobatória deverá ser apresentado à RFB; e

1.6. Caso a entidade ainda não tenha informado seu Quadro de Sócios e Administradores (QSA) ao CNPJ, poderá fazê-lo conjuntamente, juntando o respectivo Protocolo de Transmissão.

2. ENTIDADES NACIONAIS

2.1. Documentação Comprobatória

A documentação a ser apresentada para comprovação do(s) beneficiário(s) final(is) pode incluir, conforme a natureza jurídica da entidade nacional: estatuto social, contrato social, alterações contratuais, atas de assembleia, livro de registro de ações nominativas e/ou outros atos societários ou deliberativos que comprovem a condição de beneficiário final, definido no art. 53 desta Instrução Normativa.

2.2. Cadeia Societária

Caso haja acionista ou sócio que não seja pessoa natural, a documentação comprobatória de tal entidade também deve ser apresentada, salvo quando seus sócios já constarem do QSA no CNPJ (não se aplica às sociedades por ações). Havendo entidade estrangeira na cadeia societária, a documentação desta deve observar o disposto no item 3 deste Anexo.

2.3. Entidades Nacionais Dispensadas de Informar o Beneficiário Final pela sua Natureza Jurídica

Conforme o *caput* e o § 1º do art. 54 desta Instrução Normativa, estão dispensadas de prestar informações sobre beneficiário final as seguintes entidades nacionais:

Natureza Jurídica (NJ)	Entidade
101-5 a 134-1	Todas as entidades do grupo Administração Pública, da Tabela de NJ do IBGE;
201-1	Empresa Pública;
203-8	Sociedade de Economia Mista;
204-6	Sociedade Anônima Aberta;
213-5	Empresário (Individual)*;
219-4	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira;
222-4	Clube/Fundo de Investimento regulamentado pela CVM, desde que seja informado à RFB, na e-Financeira, o número de inscrição no CPF ou no CNPJ dos cotistas de cada fundo por ele administrado;
227-5	Empresa Binacional;
228-3	Consórcio de Empregadores;
232-1	Sociedade Unipessoal de Advogados;*
206-2, 207-0, 208-9, 223-2, 224-0, 225-9, 226-7	Quando tais sociedades forem integradas exclusivamente por sócios pessoa física, devidamente informados no seu QSA no CNPJ, desde que pelo menos um deles possua mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da entidade;**
303-4 a 399-9, exceto 321-2	Todas as entidades do grupo Entidades sem Fins Lucrativos, da Tabela de NJ do IBGE, exceto a NJ 321-2 Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior;
401-4 a 412-0	Todas as entidades do grupo Pessoas Físicas, da Tabela de NJ do IBGE;
501-0 a 503-7	Todas as entidades do grupo Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais, da Tabela de NJ do IBGE.

* Presunção de que seu titular já seja o beneficiário final.

** Presunção de que o(s) sócio(s) possuidor(es) de mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital social já seja(m) seu(s) beneficiário(s) final(is).

3. ENTIDADES ESTRANGEIRAS

3.1. Documentação Comprobatória

Para comprovação do beneficiário final ou da inexistência de pessoa natural que se enquadre no conceito estabelecido no art. 53 desta Instrução Normativa, a entidade estrangeira deve apresentar:

a) ato constitutivo no seu país de origem ou certidão de inteiro teor, que comprove a atual composição societária do capital social ou dos direitos de voto;

b) ato que demonstre os poderes de administração do seu representante legal no país de origem, caso tal informação não conste do ato constitutivo;

c) documento de identificação ou passaporte do seu representante legal no país de origem e do(s) beneficiário(s) final(is), caso não possuam inscrição no CPF; e

d) outros atos societários ou deliberativos previstos na legislação do seu país de origem.

Com exceção das entidades estrangeiras inscritas no CNPJ na forma prevista no art. 20 (por meio da CVM), as demais devem também apresentar a procuração que nomeia seu representante legal no Brasil, conforme determina o § 1º do art. 7º desta Instrução Normativa.

Na apresentação da documentação comprobatória deve ser observado o disposto no § 10 do art. 49 desta Instrução Normativa.

3.2. Documentação Comprobatória para as Entidades a que se refere o inciso I do § 4º do art. 55

As entidades estrangeiras citadas no inciso I do § 4º do art. 49 desta Instrução Normativa não precisam apresentar documentação comprobatória da informação sobre o beneficiário final, apenas o Protocolo de Transmissão.

3.3. Cadeia Societária

Caso a entidade estrangeira possua acionista ou sócio que não seja pessoa natural, poderá apresentar um organograma demonstrando sua cadeia societária, registrado no órgão competente do seu país de origem ou assinado pelo representante legal da entidade estrangeira no Brasil. O organograma deve identificar cada entidade integrante pelo seu nome empresarial, número de identificação fiscal (no seu país de origem) e país de origem, demonstrando ao final da cadeia societária o(s) beneficiário(s) final(is) ou a inexistência de pessoa natural que se enquadre no conceito estabelecido no art. 53 desta Instrução Normativa.

3.4. Entidades Estrangeiras Dispensadas de Informar o Beneficiário Final

O § 1º do art. 55 desta Instrução Normativa dispensa as entidades estrangeiras ali enquadradas de prestarem informações sobre beneficiário final. Os §§ 3º e 9º do mesmo artigo elencam outras entidades estrangeiras que somente deverão prestar informações sobre beneficiário final quando solicitado pela RFB.

3.5. Representante no Brasil do Investidor Estrangeiro

Conforme prevê o inciso I do § 4º do art. 55 desta Instrução Normativa, caso solicitado pela RFB, o representante no Brasil do investidor estrangeiro deverá apresentar os seguintes documentos:

a) contrato de constituição de representante; e

b) contrato de prestação de serviço de custódia de valores mobiliários celebrado entre o investidor não residente e a entidade autorizada pela CVM a prestar tal serviço.

ANEXO XIII

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO NO CNPJ

A SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL CERTIFICA, para fins de comprovação perante terceiros, que não existe inscrição ativa, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), de empresa cujo representante, sócio ou administrador seja o interessado_____, CNPJ/CPF nº_____.

Esta Certidão está de acordo com pesquisa realizada nesta data na base dados do CNPJ.

Emitido no dia **DD/MM/AAAA** às **hh:mm:ss** (data e hora de Brasília) por **<nome do usuário logado>** - CPF **<NNN.NNN.NNN-NN>**.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: **<NnaNNNaNNNaaaNNN>**

Este código pode ser consultado na Internet no endereço: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/redesim>.

Informações vigentes na data da emissão.

ANEXO XIV
ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

1) Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil:
<https://www.gov.br/receitafederal/>

2) Portal e-CAC:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>

3) Portal de Empresas e Negócios do Governo Federal:
<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/>

4) Portal Redesim:
<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/redesim>

5) Portal do Empreendedor:
<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

6) Portal do Inova Simples:
<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/inova-simples/inova-simples>

7) Acompanhamento do Protocolo Redesim:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>

8) Cancelar solicitação Redesim:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/cancela.asp>

9) Emissão do Comprovante de Inscrição:
<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>

10) Emissão do Comprovante de Inscrição com Código de Autenticidade:
<https://consultacnpj.redesim.gov.br/comprovante-inscricao>

11) Pesquisa por Nome Empresarial ou Título do Estabelecimento:
<https://consultacnpj.redesim.gov.br/>

12) Minhas empresas:
<https://consultacnpj.redesim.gov.br/minhas-empresas>

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 114, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Manual de Orientação do Leiaute 9 da Escrituração Contábil Digital (ECD).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II do art. 121 e inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Orientação do Leiaute 9 da Escrituração Contábil Digital (ECD), constante do arquivo disponível para download na página da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/1569.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINICIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 115, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza exportação de cigarros pelo estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 18220.101714/2022-29, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	British American Tobacco Productora de Cigarrilos Sociedad Anonima (PROBAT S.A.), situada em Avenida Aviadores del Chaco 2050, Asunción, Paraguai
2) País de destino dos produtos	Paraguai
2.1) Empresa de destino dos produtos	British American Tobacco Productora de Cigarrilos Sociedad Anonima (PROBAT S.A.), situada em Avenida Aviadores del Chaco 2050, Asunción, Paraguai
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem rígida com 20 unidades
4) Marca Comercial	Código de Barras
GOLDEN BEACH	78422070
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 116, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza exportação de cigarros pelo estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 18220.101750/2022-92, DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	British American Tobacco Productora de Cigarrilos Sociedad Anonima (PROBAT S.A.), situada em Avenida Aviadores del Chaco 2050, Asunción, Paraguai
2) País de destino dos produtos	Paraguai
2.1) Empresa de destino dos produtos	British American Tobacco Productora de Cigarrilos Sociedad Anonima (PROBAT S.A.), situada em Avenida Aviadores del Chaco 2050, Asunción, Paraguai
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem rígida com 20 unidades
4) Marca Comercial	Código de Barras
HAMILTON	78422063
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza exportação de cigarros pelo estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 18220.101829/2022-13, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	British American Tobacco Del Peru Holdings S.A., situada em Pasaje Santa Rosa 256, Ate District, Lima, Peru
2) País de destino dos produtos	Peru
2.1) Empresa de destino dos produtos	British American Tobacco Del Peru Holdings S.A., situada em Pasaje Santa Rosa 256, Ate District, Lima, Peru
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem rígida com 20 unidades
4) Marca Comercial	Código de Barras
PALL MALL	77561602
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 179, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando o teor da Portaria nº 1.455/SPE/MME, de 10 de junho de 2022, que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada Mutamba V, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.CE.032484-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.051, de 1º de fevereiro de 2022, cuja titularidade foi transferida de Kairós Wind Holding S.A., inscrita no CNPJ 10.690.234/0001-61 para Kairós Wind 3 Energia S.A., CNPJ n° 44.166.839/0001-70 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.111879/2022-14, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica Kairós Wind 4 Energia S.A., CNPJ n° 44.166.839/0001-70, estabelecida na Sítio Mutamba, S/N CEP 62810-000 - Zona Rural - Icapuí - CE, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019, com período de execução de 01/04/2022 a 30/04/2023.

A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria 1.458 da SPE/MME, de 10/06/2022-DOU 13/06/2022 e seus anexos.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO ROBERTO COTRIM GUARÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 180, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando o teor da Portaria nº 1.459/SPE/MME, de 10 de junho de 2022, que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada Mutamba III, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.CE.032482-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.049, de 1º de fevereiro de 2022, cuja titularidade foi transferida de Kairós Wind Holding S.A., inscrita no CNPJ 10.690.234/0001-61 para Kairós Wind 5 Energia S.A., CNPJ n° 44.051.467/0001-36 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.111879/2022-14, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica Kairós Wind 5 Energia S.A., CNPJ n° 44.051.467/0001-36, estabelecida na Sítio Mutamba, S/N CEP 62810-000 - Zona Rural - Icapuí - CE, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019, com período de execução de 01/04/2022 a 31/05/2023.

A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria 1.459 da SPE/MME, de 10/06/2022-DOU 13/06/2022 e seus anexos.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO ROBERTO COTRIM GUARÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 181, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando o teor da Portaria nº 1.460/SPE/MME, de 10 de junho de 2022, que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada Mutamba IX, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.CE.041921-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.055, de 1º de fevereiro de 2022, cuja titularidade foi transferida de Kairós Wind Holding S.A., inscrita no CNPJ 10.690.234/0001-61 para Kairós Wind 6 Energia S.A., CNPJ n° 44.031.923/0001-86 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.111915/2022-31, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica Kairós Wind 6 Energia S.A., CNPJ n° 44.031.923/0001-86, estabelecida na Sítio Mutamba, S/N CEP 62810-000 - Zona Rural - Icapuí - CE, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019, com período de execução de 01/04/2022 a 31/12/2023.

A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria 1.460 da SPE/MME, de 10/06/2022-DOU 13/06/2022 e seus anexos.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO ROBERTO COTRIM GUARÁ

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3.018, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

ISENÇÃO. SINDICATO PATRONAL. RECEITAS DERIVADAS DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS. CARÁTER CONTRAPRESTACIONAL. DEFINIÇÃO DE FINALIDADE PRECÍPUA DA ENTIDADE.

São isentas da Cofins as receitas decorrentes das atividades próprias desenvolvidas por associações civis sem fins lucrativos que atendam aos requisitos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997.

A expressão "atividades próprias" denota o conjunto de serviços ou ações desempenhados pela pessoa jurídica no seu âmbito de atuação. No entanto, é imperativo haver coerência entre a finalidade do ente e a atividade por ele desenvolvida. A previsão, no estatuto ou ato constitutivo da entidade, do exercício de determinada atividade deve guardar coerência com os objetivos da instituição, sob pena de desvio de finalidade.

Consideram-se também receitas derivadas das atividades próprias da entidade aquelas decorrentes do exercício da sua finalidade precípua, ainda que auferidas em caráter contraprestacional. A finalidade precípua da entidade confunde-se com seus objetivos institucionais, previstos no respectivo estatuto ou ato constitutivo, ou seja, é sua razão de existir, o núcleo de suas atividades, o próprio serviço para o qual foi instituída (cf. acórdão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial Representativo de Controvérsia Repetitiva nº 1.353.111-RS, objeto da Nota PGFN/CRJ nº 333, de 2016).

Os rendimentos auferidos pela entidade em razão da locação ou comercialização de bens e prestação de serviços, ainda que em caráter contraprestacional, uma vez que sejam aportados à consecução da finalidade precípua, podem constituir meios eficazes para o cumprimento dos seus objetivos e inserir-se entre as atividades próprias daquela, se a realização de tais atos guardar pertinência com as atividades descritas no respectivo ato institucional e desde que a entidade favorecida não se sirva da exceção tributária para, em condições privilegiadas, concorrer com pessoas jurídicas que não gozem da isenção.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 58, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.532, de 1997, arts. 12 a 15; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 13, IV e V, e 14, X; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, art. 7º, IV, art. 23, §§ 1º e 2º; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Decisão do STJ no Recurso Especial Representativo de Controvérsia Repetitiva nº 1.353.111-RS, de 2015; Nota PGFN/CRJ nº 333, de 2016.

Assunto: Normas de Administração Tributária

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. CONSULTA SOBRE DISPOSITIVO DA LEGISÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta quando versar sobre fato definido ou declarado em disposição literal de lei ou sobre fato disciplinado em ato normativo publicado antes de sua apresentação.

Dispositivo Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, inciso V; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 27, inciso VII, e 33.

FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3.019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO-INCIDÊNCIA. ISENÇÃO. RECEITAS DECORRENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA RESIDENTE OU DOMICILIADA NO EXTERIOR. POSSIBILIDADE DE MERA INTERMEDIAÇÃO ENTRE A PRESTADORA DOS SERVIÇOS E A PESSOA RESIDENTE OU DOMICILIADA NO EXTERIOR. EFETIVIDADE DO INGRESSO DE DIVISAS.

A existência de terceira pessoa, desde que agindo como mera mandatária, ou seja, cuja atuação não seja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante estrangeiro, entre a pessoa física ou jurídica residente, domiciliada ou com sede no exterior e a prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica negocial exigida para enquadramento nos arts. 5°, inciso II, da Lei n° 10.637, de 2002, e 14, inciso III, §1º, da MP 2.158- 35, de 2001, para o fim de reconhecimento da não-incidência/isenção da Contribuição para o PIS/Pasep.

Somente quando atendidas as normas estabelecidas pela Circular nº 3.691, de 2013, em vigor desde 4 de fevereiro de 2014, para o pagamento das despesas incorridas no País pela pessoa tomadora residente ou domiciliada no exterior fica caracterizado o efetivo ingresso de divisas no País, autorizando a aplicação das normas exonerativas dos arts. 5°, inciso II, da Lei n° 10.637, de 2002, e 14, inciso III, §1º, da MP 2.158-35, de 2001.

Nos termos da legislação cambial ora vigente, as receitas decorrentes de pagamentos relativos à prestação dos serviços para residente, domiciliado ou com sede no exterior, representado por pessoa jurídica domiciliada no País, agindo em nome e por conta do mandante, são albergadas pelas referidas normas exonerativas, desde que tais pagamentos sejam efetuados por meio: 1) de regular ingresso de moeda estrangeira; 2) de débito em conta em moeda nacional titulada pela pessoa tomadora residente, domiciliada ou com sede no exterior, mantida e movimentada na forma da regulamentação em vigor; 3) ou ainda, no caso de tomador transportador residente, domiciliado ou com sede no exterior, com a utilização dos recursos objeto de registros escriturais de que trata o Capítulo IX do Título VII da Circular Bacen nº 3.691, de 2013.

Ainda que seja utilizada forma de pagamento válida para o fim de enquadramento nas hipóteses de não-incidência/isenção em foco, persistirá, sempre, a necessidade da comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços à pessoa, física ou jurídica, residente, domiciliada ou com sede no exterior.

Não se considera beneficiada pela exoneração das contribuições, a prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses listadas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Os serviços alcançados pela norma de não incidência/isenção da Contribuição para o PIS/Pasep, deverão ser contratados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ainda que por meio de seu mandatário no País, não abrangendo, porém, os serviços que este, em nome próprio, venha a contratar com prestador no País, ainda que para atendimento de demanda do transportador/armador domiciliado no exterior.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 346 DE 26 DE JUNHO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º, inc. II; MP 2.158-35, de 2001, art. 14, inciso III e § 1º; Circular BACEN nº 3.691, de 2013.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -Cofins

A existência de terceira pessoa, desde que agindo como mera mandatária, ou seja, cuja atuação não seja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante estrangeiro, entre a pessoa física ou jurídica residente, domiciliada ou com sede no exterior e a prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica negocial exigida para enquadramento nos arts. 6°, inciso II, da Lei n° 10.833, de 2003, e 14, inciso III, da MP 2.158-35, de 2001, para o fim de reconhecimento da não-incidência/isenção da Cofins.

Somente quando atendidas as normas estabelecidas pela Circular nº 3.691, de 2013, em vigor desde 4 de fevereiro de 2014, para o pagamento das despesas incorridas no País pela pessoa tomadora residente ou domiciliada no exterior fica caracterizado o efetivo ingresso de divisas no País, autorizando a aplicação das normas exonerativas dos arts. 6°, inciso II, da Lei n° 10.833, de 2003, e 14, inciso III, da MP 2.158-35, de 2001.

Nos termos da legislação cambial ora vigente, as receitas decorrentes de pagamentos relativos à prestação dos serviços para residente, domiciliado ou com sede no exterior, representado por pessoa jurídica domiciliada no País, agindo em nome e por conta do mandante, são albergadas pelas referidas normas exonerativas desde que tais pagamentos sejam efetuados por meio: 1) de regular ingresso de moeda estrangeira; 2) de débito em conta em moeda nacional titulada pela pessoa tomadora residente, domiciliada ou com sede no exterior, mantida e movimentada na forma da regulamentação em vigor; 3) ou ainda, no caso de tomador transportador residente, domiciliado ou com sede no exterior, com a utilização dos recursos objeto de registros escriturais de que trata o Capítulo IX do Título VII da Circular Bacen nº 3.691, de 2013.

Ainda que seja utilizada forma de pagamento válida para o fim de enquadramento nas hipóteses de não-incidência/isenção em foco, persistirá, sempre, a necessidade da comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços à pessoa, física ou jurídica, residente, domiciliada ou com sede no exterior.

Não se considera beneficiada pela exoneração das contribuições, a prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses listadas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Os serviços alcançados pela norma de não incidência/isenção da Cofins, deverão ser contratados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ainda que por meio de seu mandatário no País, não abrangendo, porém, os serviços que este, em nome próprio, venha a contratar com prestador no País, ainda que para atendimento de demanda do transportador/armador domiciliado no exterior.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 346 DE 26 DE JUNHO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, art. 6º, inc. II; MP 2.158-35, de 2001, art. 14, inciso III; Circular BACEN nº 3.691, de 2013.

FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3.020, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

IMÓVEIS. ALUGUÉIS. DEDUÇÕES. DESPESAS DE CONDOMÍNIO. FUNDO DE RESERVA. BENFEITORIAS.

As despesas de condomínio, ordinárias e extraordinárias, incluída a despesa para constituição de fundo de reserva, constante da alínea "g" do parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro 1991, constituem dedução dos aluguéis recebidos, desde que o ônus tenha sido do locador, por força do disposto no artigo 31, inciso IV e § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, e nos arts. 42, inciso IV, e 689, inciso IV, do Regulamento do Imposto sobre a Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (RIR/2018).

Por seu turno, as benfeitorias realizadas no imóvel pelo locatário, cujo ônus seja do locador, não podem ser consideradas como dedução da base de cálculo para fins de incidência do imposto de renda sobre os aluguéis recebidos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 167, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispositivos Legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018) aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, RIR/2018, arts. 42 e 689; IN RFB nº 1.500, de 2014, arts. 30 a 35.

FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 277, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A Auditora Fiscal da Receita FederaL do Brasil, lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em MONTES CLAROS-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º e Anexo ll da Portaria SRRF06 nº 334, de 28 de julho de 2020 e, no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, nos artigos 2º e 4º e tendo em vista o disposto nos artigos 625 a 642 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de outubro de 2019 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.117878/2022-81, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS MONJOLINHO DE MINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.603.462/0001-33, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 25/02/2022 a 31/01/2025 com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.1744389/2022.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de exportação de petróleo.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada na edição extra do Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020, com fundamento no disposto no caput do art. 52 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, nos arts. 578, 579 e 595 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, combinado com os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da IN RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13113.297724/2022-54, declara:

Art. 1º Habilitada, em caráter precário, a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sito à Avenida República do Chile, nº 65 - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, a utilizar os procedimentos simplificados de exportação de petróleo, conforme a IN RFB n.º 1.381, 31 de julho de 2013.

§ 1º Os estabelecimentos comerciais exportadores autorizados a utilizar os referidos procedimentos são:

CNPJ	UF	Endereço
33.000.167/0088-62	RJ	Rodovia Washington Luís BR 040, s/n, Campos Elíseos, Duque de Caxias -RJ, CEP 25070-235
33.000.167/0299-40	RJ	Av Mem de Sá, s/n, Imboassica, Macaé - RJ, CEP 27925-545
33.000.167/0300-19	RJ	Rua Francisco de Sousa e Melo, 1590, galpão 4, armazém 101, Cordovil, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21010-900
33.000.167/0323-05	RJ	Av Mem de Sá Campo de Marlin, s/n, Imboassica, Macaé - RJ, CEP 27925-545
33.000.167/0324-96	RJ	Av Mem de Sá Campo de Marlim Leste, s/n, Imboassica, Macaé - RJ, CEP 27925-545
33.000.167/0334-68	RJ	Av Mem de Sá Campo de Roncador, s/n, Imboassica, Macaé - RJ, CEP 27925-545
33.000.167/0335-49	RJ	Av Mem de Sá Campo de Tartaruga Verde, s/n, Imboassica, Macaé - RJ, CEP 27925-545
33.000.167/0342-78	RJ	Rua Francisco de Sousa e Melo, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21010-900
33.000.167/0344-30	RJ	Rua Francisco de Sousa e Melo, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21010-900
33.000.167/0346-00	RJ	Rua Francisco de Sousa e Melo Campo de Itapu, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21010-900
33.000.167/0347-82	RJ	Rua Francisco de Sousa e Melo Campo de Lula, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21010-900
33.000.167/0348-63	RJ	Rua Francisco de Sousa e Melo Campo de Mero, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21010-900
33.000.167/0353-20	RJ	Rua Francisco de Sousa e Melo Campo de Sepia, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21010-900
33.000.167/0357-54	RJ	Rua Francisco de Sousa e Melo, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21010-900
33.000.167/0279-05	SP	Rua Marquês de Herval, 90, 10º andar, Valongo, Santos-SP, CEP 11010-310
33.000.167/0284-64	SP	Rua Marquês de Herval, 90, 5º andar, Valongo, Santos-SP, CEP 11010-310
33.000.167/0004-54	ES	Av Nossa Senhora da Penha, 1688, Barro Vermelho, Vitória- ES, CEP 29.057-550

§ 2º As áreas marítimas autorizadas para a realização das operações são os berços 1 e 2 do Porto Sudeste, mediante operações de transbordo a contrabordo entre navios atracados nestes locais, áreas circunscritas às seguintes coordenadas:

a) Latitude 22° 55' 45" S, Longitude 43° 51' 28" W; e

b) Latitude 22° 55' 56" S, Longitude 43° 51' 31" W.

Art. 2º Estão autorizadas por este Ato, como unidades de produção ou estocagem de petróleo, as unidades de produção relacionados abaixo:

Unidade de produção	Localização geográfica
P-32	Latitude 22o 20´ 49´´ S e Longitude 40o 14´ 30´´ W
P-33	Latitude 22o 22´ 13´´ S e Longitude 40o 01´ 36´´ W
P-35	Latitude 22o 26´ 07´´ S e Longitude 40o 04´ 10´´ W
FSO P-38	Latitude 22o 33´ 27´´ S e Longitude 40o 07´ 20´´ W
FSO P-47	Latitude 22o 20´ 29´´ S e Longitude 40o 11´ 41´´ W
FPSO P-50	Latitude 22o 05´ 04´´ S e Longitude 39o 49´ 45´´ W
P-52	Latitude 21o 54´ 18´´ S e Longitude 39o 44´ 14´´ W
FPSO P-54	Latitude 21o 58´ 02´´ S e Longitude 39o 49´ 35´´ W
FPSO P-62	Latitude 21o 56´ 23´´ S e Longitude 39o 47´ 07´´ W
FPSO P-66	Latitude 25o 36´ 10´´ S e Longitude 42o 49´ 14´´ W
FPSO P-67	Latitude 25o 19´ 46´´ S e Longitude 42o 41´ 34´´ W
FPSO P-68	Latitude 25o 01´ 22´´ S e Longitude 36o 40´ 04´´ W
FPSO P-69	Latitude 25o 39´ 29´´ S e Longitude 42o 51´ 34´´ W
FPSO P-70	Latitude 24o 57´ 06´´ S e Longitude 42o 28´ 06´´ W
FPSO P-71	Latitude 24o 46´ 38´´ S e Longitude 42o 43´ 14´´ W
FPSO P-74	Latitude 24o 38´ 58.743´´ S e Longitude 42o 30´ 51.976´´ W
FPSO P-75	Latitude 24o 47´ 20´´ S e Longitude 42o 30´ 35´´ W
FPSO P-76	Latitude 24o 41´ 20´´ S e Longitude 42o 30´ 21´´ W
FPSO P-77	Latitude 24o 38´ 11´´ S e Longitude 42o 24´ 43´´ W
FSO Cidade de Macaé	Latitude 22o 09´ 21´´ S e Longitude 40o 08´ 53´´ W
FPSO Pioneiro de Libra	Latitude 24o 32´ 24.179´´ S e Longitude 42o 7´ 54.637´´ W
FPSO Guanabara	Latitude 24o 35´ 1.158´´ S e Longitude 42o 15´ 22.558´´ W
FPSO Cidade de Angra dos Reis	Latitude 25o 32´ 39´´ S e Longitude 42o 50´ 23´´ W
FPSO Cidade de Paraty	Latitude 25o 23´ 45´´ S e Longitude 42o 45´ 38´´ W
FPSO Cidade de Mangaratiba	Latitude 25o 12´ 14´´ S e Longitude 45o 52´ 42´´ W
FPSO Cidade de Maricá	Latitude 25o 26´ 55´´ S e Longitude 42o 45´ 11´´ W
FPSO Cidade de Saquarema	Latitude 25o 29´ 29´´ S e Longitude 42o 46´ 53´´ W
FPSO Cidade de Itaguaí	Latitude 25o 08´ 28´´ S e Longitude 42o 56´ 39´´ W
FPSO Cidade de Campos dos Goytacazes	Latitude 22o 57´ 08´´ S e Longitude 40o 43´ 30´´ W
FPSO Carioca	Latitude 254o 13´ 37.355´´ S e Longitude 42o 34´ 12.909´´ W
FSPO Anna Nery	Latitude 19o 37´ 14´´ S e Longitude 42o 45´ 36´´ W
FPSO Cidade de Ilhabela	Latitude 25o 40´ 22´´ S e Longitude 43o 12´ 22´´ W
FPSO Cidade de São Paulo	Latitude 25o 47´ 57´´ S e Longitude 43o 15´ 46´´ W
FPSO Cidade de Caraguatatuba	Latitude 25o 31´ 07´´ S e Longitude 43o 27´ 60´´ W
FPSO P-57	Latitude 21o 15´ 06´´ S e Longitude 40o 02´ 26´´ W
FPSO Capixaba	Latitude 20o 00´ 06´´ S e Longitude 39o 33´ 31´´ W
FPSO P-58	Latitude 21o 12´ 54´´ S e Longitude 39o 59´ 50´´ W
FPSO Cidade de Anchieta	Latitude 21o 20´ 16´´ S e Longitude 40o 03´ 27´´ W

Art. 3º A condição de precariedade deste Ato se fundamenta no atendimento às condições exigidas e prazos estipulados pelas autoridades citadas na Instrução Normativa RFB 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ÉLCIO FERRETO DA SILVA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/VIT-ES Nº 14, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluída no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
KEITY ELLEN MOREIRA DOS SANTOS	059.263.487-65	12466.720417/2022-18

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS COSTA KOEHLER

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 142, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.354847/2022-08, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso I, artigo 5º e artigo 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica PETRO RIO JAGUAR PETRÓLEO LTDA, CNPJ (matriz) nº 02.031.413/0001-69 e os estabelecimentos de CNPJ nº02.031.413/0003-20, 02.031.413/0005-92, 02.031.413/0006-73, 02.031.413/0010-50 e 02.031.413/0011-30, para atuar como operadora, até o termo final, consignado no Anexo, que não pode ser superior ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo revoga o ADE DECEX de nº 165, de 23 de dezembro de 2019, publicado no DOU em 24 de dezembro de 2019 e, entra em vigor, na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

NOME BLOCO/CAMPO	LOCALIZAÇÃO	TERMO FINAL
CAMPO DE FRADE	BACIA SEDIMENTAR DE CAMPOS	31/12/2040
CAMPO DE WAHOO	BACIA SEDIMENTAR DE CAMPOS	31/12/2040

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 140, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.370819/2022-20, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a prestação de serviços HELIX DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ (matriz) nº 11.062.318/0001-13 e a filial de CNPJ nº 11.062.318/0003-85, até 26/01/2025, devendo ainda ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 192 de 14 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2021.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 141, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.372205/2022-82, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a navegação de apoio marítimo TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ (matriz) nº 31.667.298/0001-11 e os estabelecimentos de CNPJ nº 31.667.298/0006-26 e 31.667.298/0007-07, até 27/10/2023, devendo ainda ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/VCP Nº 16, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Cancela e inclui inscrições no Registro de Despachantes Aduaneiros e no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU na mesma data, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, publicado no DOU em 06 de fevereiro de 2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU em 16 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Cancelada, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
8A.08.248	BRUNO DE MATTOS ANSER	290.452.778-83	10831.720490/2022-59

Art. 2º Incluídas, no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
BRUNO DE MATTOS ANSER	290.452.778-83	10831.720490/2022-59
MARCELO GALLANI FERNANDES	097.046.628-58	15771.721249/2022-12

Art. 3º Incluídas, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
ALEXANDRE LOURENÇO DOS SANTOS	256.175.978-41	10831.720499/2022-60
BRUNO BRUNOZI COELHO	483.531.458-12	10831.720497/2022-71
PEDRO HENRIQUE SCORSONI MARION	400.712.138-99	10831.720439/2022-47
THIAGO MOREIRA DE JESUS	426.669.158-08	10831.720494/2022-37

Art. 4º Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012.

Art. 5º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

PORTARIA ALF/STS N° 127, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Portaria ALF/STS n° 119, de 4 de outubro de 2022, que disciplina o uso dos equipamentos de inspeção não invasiva exigidos dos recintos alfandegados jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso de suas atribuições previstas nos arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e à vista das disposições da Portaria RFB n° 143, de 11 de fevereiro de 2022, e da Portaria Coana n° 76, de 13 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º A Portaria ALF/STS n° 119, de 4 de outubro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3°.....

.....

I- no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da desatracação do navio, pelo recinto que realizou a operação portuária, para as cargas que não sejam transferidas para outro recinto alfandegado desta jurisdição."

....."

"Art. 4°.....

.....

I- no momento da entrada no recinto alfandegado onde ocorrer o embarque, tanto dos contêineres cheios quanto vazios;

II- REVOGADO

.....

Parágrafo único. Após o escaneamento dos contêineres, tanto cheios quanto vazios, deve o recinto alfandegado proceder a seu monitoramento durante toda a sua permanência na área de pré-embarque para a garantia de sua inviolabilidade."

"Art. 5° Nas operações de transbordo ou baldeação, em que seja necessária a transferência do contêiner para outro terminal para fins de reembarque, o escaneamento ocorrerá:

I- no momento da saída da carga, pelo recinto onde foi realizada a operação portuária de descarga; e

II- no momento da entrada da carga, pelo recinto onde ocorrerá o reembarque, quando determinado pela fiscalização."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICHARD FERNANDO AMOEDO NEUBARTH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 311, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.378923/2022-62, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08190/00476, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 55.222.483/0001-60

Razão Social: GRAPHIUM EDITORA LTDA

Endereço: Rua Costa Barros, 1.533 - Sitio Pinheirinho

CEP: 03210-001 - São Paulo - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 312, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.378861/2022-99, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/01328, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 55.222.483/0001-60

Razão Social: GRAPHIUM EDITORA LTDA

Endereço: Rua Costa Barros, 1.533 - Sitio Pinheirinho

CEP: 03210-001 - São Paulo - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 313, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.383331/2022-62, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08125/00025, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 06.228.693/0001-50

Razão Social: EDITORA NAPOLEAO LTDA

Endereço: Rua Professor Carlos Liepin, 534 - Jardim Bela Vista

CEP: 13385-000 - Nova Odessa - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 314, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.383547/2022-28, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08190/00641, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 52.176.922/0001-58

Razão Social: CORPRINT GRAFICA E EDITORA LTDA

Endereço: Estrada Engenheiro Abilio Gondim Pereira, 1.500 - Taboão

CEP: 08771-111 - Mogi das Cruzes - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 187, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede cancelamento, a pedido, da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 , com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, o inciso IV do artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os artigos 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, o artigo 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, os artigos 9º e 10 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, tendo em vista o disposto no artigo 588 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, as competências definidas na Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022 e o que consta do processo nº 13033.062748/2020-12, DECLARA:

Art. 1º Concedido o cancelamento, a pedido, da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), para a pessoa jurídica Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria, CNPJ nº 85.937.316/0001-67, relativa ao projeto de geração de energia elétrica CGH Ilha, de titularidade da pessoa jurídica acima identificada, com enquadramento ao REIDI aprovado pela Portaria nº 31, de 15 de janeiro de 2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 11, de 16 de janeiro de 2020, seção 1, p. 43, com período de execução previsto de 01/01/2019 a 30/12/2022.

Art. 2º Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo nº 37, de 21 de fevereiro de 2020, da Superintendência Regional da 9º Região Fiscal, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de fevereiro de 2020, seção 1, p. 23, através do qual fora concedida a habilitação ao regime, no curso do processo digital nº 13033.062748/2020-12. A supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações, ao amparo do REIDI, de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos à(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

HELEN RUTE SOBEZAK KUCEKI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

PORTARIA ALF/SFS Nº 17, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Portaria ALF/SFS nº 12, de 24 de março de 2022, que dispõe sobre o acesso de pessoas e veículos aos recintos aduaneiros jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Francisco do Sul.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC, no exercício das competências previstas nos artigos 298, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria ALF/SFS nº 12, de 24 de março de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

" Art. 15 .....

.....

§ 3º O disposto no § 1º deste artigo será dispensado no caso de servidores públicos em serviço, quando ocupantes de veículos oficiais, devendo o registro de entrada e saída do servidor ser efetuado conforme § 2º do artigo 15." (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO HAMMERSCHMIDT ESTRUGALA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF10 Nº 189, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o credenciamento, o gerenciamento e o cadastramento de prestadores de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar no âmbito da 10ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o caput do art. 359 e o inciso II do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.086, de 8 de junho de 2022, no art. 9º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, e na Portaria Coana nº 46, de 12 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º O credenciamento, o gerenciamento e o cadastramento, na 10ª Região Fiscal, de prestadores de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada ou a exportar e para emissão de laudos periciais sobre o estado e o valor residual de bens observarão o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.086, de 8 de junho de 2022, na Portaria Coana nº 46, de 12 de novembro de 2021, e nesta Portaria.

Art. 2º Fica delegada, nos termos do § 1º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.086, de 2022, aos chefes das Alfândegas da RFB de Porto Alegre, de Uruguaiana e de Rio Grande, em âmbito regional e restrito à jurisdição das unidades componentes dos respectivos polos de despacho aduaneiro estabelecidos no art. 2º da Portaria SRRF10 nº 102, de 20 de maio de 2022, a competência para credenciar e gerenciar:

I - peritos autônomos ou vinculados a entidades privadas;

II - entidades privadas; e

III - amostradores.

Art. 3º Será exercida de forma compartilhada, nos termos do art. 9º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, pelos chefes das Alfândegas da RFB de Porto Alegre, de Uruguaiana e de Rio Grande, em âmbito regional e restrito à jurisdição das unidades componentes dos respectivos polos de despacho aduaneiro estabelecidos no art. 2º da Portaria SRRF10 nº 102, de 2022, a competência para designar, ad hoc, perito ou amostrador não credenciado, nas situações previstas no art. 23 da Instrução Normativa RFB nº 2.086, de 2022.

Art. 4º O processo seletivo para credenciamento de peritos autônomos ou vinculados a entidades privadas e de amostradores, realizado pela Alfândega responsável pelo polo, abrangerá, preferencialmente, o conjunto das respectivas unidades componentes.

Parágrafo único. Os peritos e amostradores classificados poderão, mediante opção expressa no ato da sua inscrição ao processo seletivo e observado o número de vagas previsto no edital, ser credenciados para atuação:

I - em todos os recintos do polo;

II - em todos os recintos vinculados a determinada unidade componente do polo; ou

III - em recintos específicos vinculados a uma ou mais unidades componentes do polo.

Art. 5º O Ato Declaratório Executivo (ADE) de credenciamento de perito, de entidade privada ou de amostrador observará o disposto nos arts. 5º e 12 da Instrução Normativa RFB nº 2.086, de 2022, e no art. 4º da Portaria Coana nº 46, de 2021, bem como indicará a(s) unidade(s) e o(s) recinto(s) para o(s) qual(is) o prestador foi credenciado para exercer a atividade.

Art. 6º Os credenciamentos realizados conforme o disposto nesta Portaria terão validade de dois anos, contados da data de publicação do ADE, prorrogável uma única vez, por igual período, por decisão da autoridade credenciadora.

Parágrafo único. Os credenciamentos de peritos realizados pelos chefes das unidades locais e em vigor na data de publicação desta Portaria permanecerão válidos até o seu vencimento.

Art. 7º Havendo necessidade de realização de perícia sobre matéria para a qual inexista prestador credenciado em determinada unidade ou recinto do polo de despacho, poderá ser designado perito credenciado pela respectiva Alfândega para atuação em outra localidade do polo, hipótese em que fará jus ao pagamento do ressarcimento da despesa de transporte de que trata o inciso III do caput do art. 44 da Instrução Normativa RFB nº 2.086, de 2022.

Parágrafo único. Para fins de cálculo do valor de ressarcimento de despesa de transporte, será considerada a distância entre o local de realização da perícia e o recinto mais próximo para o qual o prestador está credenciado.

Art. 8º O registro de que trata o art. 7º da Portaria Coana nº 46, de 2021, será efetuado por servidor da unidade responsável pelo processo seletivo.

Art. 9º Fica revogada a Portaria SRRF10 nº 92, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2022, Seção 1, página 53.

Art. 10 Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 68, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Renovação no Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL de Caxias do Sul/RS, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11080.724275/2019-24 e 13033.302263/2022-39, declara:

Art. 1º Está renovado no Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10101/00537, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRAFICA, concedido através do ADE n° 0018 de 24 de ABRIL de 2019, da pessoa jurídica OBRA MISSIONARIA CHAMADA DA MEIA NOITE, inscrito no CNPJ sob o nº 92.898.188/0001-55.

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5º Fica cancelado o Ato Declaratório Executivo nº 67 de 06 de Dezembro de 2022

Art. 6° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 10.468, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações, das Comunicações, do Meio Ambiente, e do Turismo, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 13.481.066,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, caput, inciso III, alínea "k", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e no art. 42, § 2º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações, das Comunicações, do Meio Ambiente, e do Turismo, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 13.481.066,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, e sessenta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

ANEXO I

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento								2.351.000
	Atividades								
2204 20US	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico	19 571							2.051.000
2204 20US 0001	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico - Nacional	19 571							2.051.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.051.000
2204 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	19 571							300.000
2204 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional	19 571							300.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									2.351.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.351.000

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2205	Conecta Brasil								3.644.758
	Atividades								
2205 20V8	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital	24 126							894.758
2205 20V8 0001	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - Nacional	24 126							894.758
			F	3-ODC	2	90	0	300	894.758
2205 20ZQ	Estudos, Pesquisas e Produção de Indicadores na Área das Comunicações	24 722							750.000
2205 20ZQ 0001	Estudos, Pesquisas e Produção de Indicadores na Área das Comunicações - Nacional	24 722							750.000
			F	3-ODC	2	90	0	300	750.000
2205 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	24 571							2.000.000
2205 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional	24 571							2.000.000
			F	3-ODC	2	50	0	178	2.000.000
TOTAL - FISCAL									3.644.758
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.644.758

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41903 - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2205	Conecta Brasil								2.601.445
	Operações Especiais								
2205 00TS	Política Produtiva e Inovação Tecnológica	24 572							2.601.445
2205 00TS 0001	Política Produtiva e Inovação Tecnológica - Nacional	24 572							2.601.445
			F	3-ODC	2	50	0	178	1.246.203
			F	3-ODC	2	50	0	300	1.355.242
TOTAL - FISCAL									2.601.445
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.601.445

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								28.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	18 122							28.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	18 122							28.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	28.000
TOTAL - FISCAL									28.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								55.863
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	13 122							55.863

0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	13 122	F	3-ODC	2	90	0	100	55.863 55.863
TOTAL - FISCAL									55.863
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.863

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54902 - Fundo Nacional de Cultura
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5025	Cultura								2.560.000
	Atividades								
5025 20ZK	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)	13 392							2.560.000
5025 20ZK 0001	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) - Nacional	13 392							2.560.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.107.571
			F	3-ODC	2	90	0	188	1.452.429
TOTAL - FISCAL									2.560.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.560.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5025	Cultura								2.240.000
	Atividades								
5025 20ZK	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)	13 392							2.240.000
5025 20ZK 0001	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) - Nacional	13 392							2.240.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.240.000
TOTAL - FISCAL									2.240.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.240.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.051.000
	Atividades								
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	19 131							2.051.000
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	19 131							2.051.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.051.000
TOTAL - FISCAL									2.051.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.051.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								300.000
	Atividades								
0032 4210	Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações	19 121							300.000
0032 4210 0001	Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações - Nacional	19 121							300.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								3.000.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	24 122							3.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	24 122							3.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	380	3.000.000
2205	Conecta Brasil								3.246.203
	Atividades								
2205 2B68	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações	24 422							3.246.203
2205 2B68 0001	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações - Nacional	24 422							3.246.203
			F	3-ODC	2	90	0	178	3.246.203
TOTAL - FISCAL									6.246.203
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.246.203

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								28.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	18 122							28.000

0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	18 122	F	3-ODC	2	90	0	100	28.000 28.000
TOTAL - FISCAL									28.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								55.863
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							55.863
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122							55.863
			F	3-ODC	2	90	0	100	55.863
TOTAL - FISCAL									55.863
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.863

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54207 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.652.429
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							1.652.429
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122							1.652.429
			F	3-ODC	2	90	0	100	200.000
			F	3-ODC	2	90	0	188	1.452.429
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	13 131							1.000.000
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	13 131							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.000.000
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								470.000
	Operações Especiais								
0910 00S0	Contribuição ao Programa Ibermedia	28 846							470.000
0910 00S0 0002	Contribuição ao Programa Ibermedia - Exterior	28 846							470.000
			F	3-ODC	2	80	0	100	470.000
5025	Cultura								1.677.571
	Atividades								
5025 20ZI	Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória nº 2.228-1/2001)	13 392							1.677.571
5025 20ZI 0001	Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória nº 2.228-1/2001) - Nacional	13 392							1.677.571
			F	3-ODC	2	60	0	100	1.034.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	643.571
TOTAL - FISCAL									4.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.800.000

PORTARIA SETO/ME Nº 10.473, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Economia; da Educação; de Minas e Energia; do Trabalho e Previdência; da Defesa; e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R$ 186.071.144,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Economia; da Educação; de Minas e Energia; do Trabalho e Previdência; da Defesa; e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R$ 186.071.144,00 (cento e oitenta e seis milhões, setenta e um mil, cento e quarenta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.000.000
	Operações Especiais								
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							1.000.000
0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	28 846							1.000.000
			F	1-PES	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								10.000.000
	Operações Especiais								
0901 00QG	Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	28 846							10.000.000
0901 00QG 0001	Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais - Nacional	28 846							10.000.000
			S	1-PES	1	90	0	151	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000.000
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								5.071.144
	Operações Especiais								
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							5.071.144
0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	28 846							5.071.144
			S	1-PES	1	90	8	100	5.071.144
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.071.144
TOTAL - GERAL									5.071.144

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.000.000
	Operações Especiais								
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							1.000.000
0901 0022 0033	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio de Janeiro	28 846							1.000.000
			F	1-PES	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								167.058.230
	Operações Especiais								
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							167.058.230
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional	28 846							167.058.230
			S	3-ODC	1	90	0	100	57.058.230
			S	3-ODC	1	90	0	151	110.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									167.058.230
TOTAL - GERAL									167.058.230

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								100.000
	Operações Especiais								
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							100.000
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional	28 846							100.000
			F	1-PES	1	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.841.770
	Operações Especiais								
0901 00QY	Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes	28 846							1.841.770
0901 00QY 0001	Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes - Nacional	28 846							1.841.770
			F	1-PES	1	90	0	100	1.841.770
TOTAL - FISCAL									1.841.770
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.841.770

ANEXO II

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								30.000.000
	Operações Especiais								
0901 00N2	Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	28 846							30.000.000

0901 00N2 0001	Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400 - Nacional	28 846							30.000.000
			S	3-ODC	1	90	0	151	30.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.000.000
TOTAL - GERAL									30.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								5.000.000
	Operações Especiais								
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							5.000.000
0901 0022 0043	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio Grande do Sul	28 846							5.000.000
			F	1-PES	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								151.071.144
	Operações Especiais								
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							46.071.144
0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	28 846							46.071.144
			F	1-PES	1	90	0	100	26.071.144
			F	3-ODC	1	90	0	100	20.000.000
0901 00QG	Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	28 846							90.000.000
0901 00QG 0001	Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais - Nacional	28 846							90.000.000
			S	1-PES	1	90	0	151	90.000.000
0901 00QY	Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes	28 846							15.000.000
0901 00QY 0001	Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes - Nacional	28 846							15.000.000
			F	1-PES	1	90	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									61.071.144
TOTAL - SEGURIDADE									90.000.000
TOTAL - GERAL									151.071.144

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.102130/2021-61
Interessado: Município de Astorga - PR.
Assunto: Alteração contratual (primeiro termo aditivo) referente à operação de crédito interno, com garantia da União, celebrada entre o Município de Astorga - PR e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), cujos recursos são destinados ao financiamento de Melhorias de Infraestrutura Urbana, Reforma e Ampliação de Prédios Públicos no âmbito do FINISA, conforme autorização dada pela Lei Municipal nº 3.136, de 11/11/2021.

Despacho: Manifesto anuência à conclusão exarada pela Secretaria do Tesouro Nacional no PARECER SEI Nº 15197/2022/ME, de 21/11/2022. Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no inciso I do art. 1º da Portaria nº 8.218, de 15 de setembro de 2022, e ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA
Secretário Especial
Substituto

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA STN Nº 10.460, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a classificação por natureza da receita orçamentária a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL DA SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando que, para fins de consolidação das Contas Públicas Nacionais, em obediência ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, é necessário utilizar critérios uniformes de reconhecimento e apropriação das receitas orçamentárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que cabe ao órgão central de contabilidade da União a edição das normas gerais para consolidação das contas públicas, enquanto não for implantado o Conselho de Gestão Fiscal, previsto no art. 67 da referida Lei; e

Considerando o disposto no inciso I, art. 17, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I, art. 6º, do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando o disposto no art. 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001; e

Considerando o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto; resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo da Portaria nº 831, de 7 de maio de 2021, as seguintes naturezas de receitas:

1.7.1.9.62.0.0	Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - Art. 3º, §4º, LC nº 194/2022
1.7.1.9.63.0.0	Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS referente à apropriação da parcela da CFEM devida a União - Art. 3º, §5º, LC nº 194/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2023, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo Projeto de Lei Orçamentária.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA STN Nº 10.463, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL DA SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando a necessidade de aprimoramento da padronização das classificações por fontes ou destinação de recursos definidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e na Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo I da Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, a classificação por fonte ou destinação de recurso relacionada a seguir, aplicando-se o efeito a partir do exercício de 2023.

502	Recursos não vinculados da compensação de impostos.	Controle dos recursos não vinculados provenientes da compensação de impostos para atendimento ao disposto no artigo 9º da LC 141/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, observando-se a aplicação dos efeitos estabelecidos no artigo 1º e os prazos estabelecidos no art. 3º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA STN Nº 10.464, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Regulamenta as análises da situação fiscal, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, o Plano de Recuperação Fiscal, as limitações de despesas, o limite a contratar de operações de crédito, os procedimentos quanto ao adimplemento referentes aos financiamentos e aos refinanciamentos concedidos pela União, e os procedimentos a serem adotados na análise da capacidade de pagamento e na apuração da suficiência das contragarantias oferecidas.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, o Decreto nº 10.681 de 20 de abril de 2021, o Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021, o Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, a Portaria ME nº 5623, de 22 de junho de 2022, a Portaria MF nº 285, de 14 de junho de 2018, e as Portarias STN nº 738, de 23 de outubro de 2018, e nº 739, de 11 de março de 2021, resolve:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Seção I

Dos Critérios Gerais dos Programas

Art. 1º O Estado, Distrito Federal ou Município signatário de Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal deverá, nos termos desta Portaria, apresentar anualmente:

I - até 31 de agosto, a versão preliminar do Programa, que será objeto de manifestação da área técnica desta Secretaria a ser emitida até 30 de setembro; e

II -até 31 de outubro, a versão definitiva do Programa.

Parágrafo único. O Estado, Distrito Federal ou Município deverá elaborar, juntamente com o Programa, projeções fiscais para o exercício corrente e para os dois exercícios subsequentes.

Art. 2º Será considerada revista e atualizada, para fins de verificação da adimplência do ente signatário com suas obrigações e de aplicação das eventuais penalidades previstas contratual e legalmente, a versão definitiva do Programa apresentada segundo disposto neste capítulo e que receber manifestação favorável da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção II

Das Metas e Compromissos

Art. 4º O Programa deverá conter, no mínimo:

I - metas, para fins de adimplência e para fins de bonificação de Espaço Fiscal, para os indicadores de:

a) Poupança Corrente;

b) Liquidez; e

c) Despesa com pessoal.

II - compromisso de contratação de novas dívidas exclusivamente de acordo com os termos do Programa.

§ 1º As metas utilizarão os indicadores da análise de capacidade de pagamento de que trata a Portaria ME nº 5623, de 2022, ou outra que vier a substitui-la, e de Despesa com Pessoal de que tratam os arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101, de 2000 .

§ 2º A apuração do indicador de Poupança Corrente será realizada com os dados do último exercício financeiro encerrado.

§ 3º A meta de despesa com pessoal de que trata o inciso I do caput deverá ser estabelecida para o conjunto de Poderes e órgãos autônomos do Estado, Distrito Federal ou Município e observará metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 4º Fica dispensado do estabelecimento de metas o ente que:

I - já possuir metas estabelecidas para o mesmo exercício corrente no âmbito de Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal;

II - tiver adesão ao Regime de Recuperação Fiscal aprovada; ou

III - possuir Regime de Recuperação Fiscal vigente.

Art. 5º Deverão ser estabelecidas metas para o exercício corrente da seguinte forma:

I - para o indicador de Poupança Corrente:

a) para fins de adimplência com o Programa, ser menor que 95% (noventa e cinco por cento); e

b) para fins de bonificação de Espaço Fiscal, a eliminação de, pelo menos, 20% (vinte por cento) do excedente em relação à referência de 85% (oitenta e cinco por cento) do indicador de Poupança Corrente ou ser menor que 85% (oitenta e cinco por cento).

II - para o indicador de Liquidez:

a) para fins de adimplência com o Programa, ser menor que 100% (cem por cento); e

b) para fins de bonificação de Espaço Fiscal, a eliminação de, pelo menos, 20% do excedente em relação à referência de 50% (cinquenta por cento) do indicador de Liquidez ou ser menor que 50% (cinquenta por cento).

III - para o indicador de Despesa com Pessoal:

a) atendimento dos percentuais previstos no caput do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observada a regra de enquadramento prevista no art. 15 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021; e

b) para fins de bonificação de Espaço Fiscal, a eliminação de, pelo menos, 10% do excedente em relação à referência de 54% (cinquenta e quatro por cento) do indicador de Despesa com Pessoal ou ser menor que 54% (cinquenta e quatro por cento).

Parágrafo único. Nos casos de redução dos excedentes previstos nas alíneas "b" dos incisos I e III, deve-se observar os limites de um ponto percentual e de três pontos percentuais como limites mínimo e máximo de variação do indicador, respectivamente.

Art. 6º Conforme disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021:

I - as avaliações quanto ao cumprimento de metas e de compromissos do Programa utilizarão os resultados das análises realizadas segundo o referido artigo;

II - as avaliações que concluírem pelo descumprimento de metas estabelecidas para fins de adimplência e compromissos do Programa poderão ser objeto de pedido de revisão ao Ministro de Estado da Economia; e

III - o pedido de que trata o inciso II será considerado indeferido caso não haja manifestação do Ministro de Estado da Economia em até sessenta dias do seu recebimento.

Art. 7º Na hipótese de a avaliação quanto ao cumprimento de metas e compromissos indicar o descumprimento:

I - das metas estabelecidas para fins de adimplência ou de compromissos, o Estado, Distrito Federal ou Município não terá a adimplência em relação ao Programa atestada pela Secretaria do Tesouro Nacional até que nova avaliação conclua pelo cumprimento ou que seja deferido o pedido de revisão de que trata o artigo 6º; e

II - das metas estabelecidas para fins de bonificação de Espaço Fiscal, o Estado, Distrito Federal ou Município não terá o bônus acrescido ao seu Espaço Fiscal do ano seguinte.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

Seção I

Dos Critérios Gerais dos Programas

Art. 8º O Estado ou Distrito Federal signatário de Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal deverá apresentar anualmente, nos termos desta Portaria:

I - até 31 de agosto, a versão preliminar do Programa, que será objeto de manifestação da área técnica desta Secretaria a ser emitida até 30 de setembro; e

II - até 31 de outubro, a versão definitiva do Programa.

Parágrafo único. O Estado ou Distrito Federal deverá elaborar, juntamente com o Programa, projeções fiscais para o exercício corrente e para os dois exercícios subsequentes.

Seção II

Das Metas e Compromissos

Art. 9º O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal deverá conter metas ou compromissos quanto a:

I - Dívida Consolidada;

II - Resultado Primário;

III - Despesa com Pessoal;

IV - Receitas de Arrecadação Própria;

V - Gestão Pública; e

VI - Disponibilidade de Caixa.

Parágrafo único. O Programa deverá conter compromisso de contratação de novas dívidas exclusivamente de acordo com seus termos.

Art. 10. Deverão ser estabelecidas metas para o exercício corrente da seguinte forma:

I - para o indicador de Despesa com Pessoal, observando-se o limite prudencial de 57% (cinquenta e sete por cento) para o gasto total com pessoal de todos os Poderes e órgãos sujeitos à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; e

II - para o indicador de Disponibilidade de Caixa, a disponibilidade de caixa bruta de recursos não vinculados do Poder Executivo deve ser maior ou igual às obrigações financeiras não vinculadas.

Parágrafo único. As metas referidas nos incisos I, II, IV e V do artigo 9º serão definidas, respeitado o disposto neste artigo, em comum acordo entre o ente e a Secretaria do Tesouro Nacional no processo de revisão e atualização do Programa a que se refere o art. 8º.

Art. 11. Conforme disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021:

I - as avaliações quanto ao cumprimento de metas e compromissos do Programa utilizarão os resultados das análises realizadas segundo o referido artigo;

II - as avaliações quanto ao cumprimento de metas e compromissos do Programa poderão ser objeto de pedido de revisão ao Ministro de Estado da Economia; e

III - o pedido de que trata o inciso II será considerado indeferido caso não haja manifestação do Ministro de Estado da Economia em até sessenta dias do seu recebimento.

Art. 12. Na hipótese de a avaliação quanto ao cumprimento de metas e compromissos indicar o descumprimento das metas mencionadas nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 9.496, de 1997, o Estado, Distrito Federal ou Município não terá a adimplência em relação ao Programa atestada pela Secretaria do Tesouro Nacional até que nova avaliação conclua pelo cumprimento ou que seja deferido o pedido de revisão de que trata o artigo 11.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL

Seção I

Da Elaboração do Plano de Equilíbrio Fiscal

Art. 13. O Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal deverá ser elaborado conforme orientações constantes em Manual disponibilizado por esta STN, definir seu prazo de vigência e conter, no mínimo:

I - metas anuais para os indicadores de Poupança Corrente e de Liquidez previstos na Portaria ME nº 5623, de 2022; e

II - compromissos de adesão, a ser implementada em até doze meses, ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, caso o Estado, Distrito Federal ou Município não seja signatário.

§ 1º O Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal deverá prever os critérios utilizados para a avaliação quanto ao cumprimento das metas e compromissos previstos no caput deste artigo.

§ 2º A avaliação quanto ao cumprimento das metas e compromissos previstas no caput deste artigo será realizada anualmente, com base na análise fiscal de que trata o Capítulo V, adotando-se como referência, para as metas e compromissos fiscais, os dados relativos ao fim do exercício financeiro anterior.

§ 3º As metas de que trata o inciso I do caput deverão ser fixadas de tal forma que o Estado, Distrito Federal ou Município:

I - elimine a cada exercício, incluindo o de aprovação do Plano, pelo menos um terço dos excedentes, apurados no exercício de apresentação do Plano, dos indicadores de Poupança Corrente e de Liquidez em relação aos referenciais de 95% (noventa e cinco por cento) e 100% (cem por cento), respectivamente; e

II - obtenha nota "A" ou "B" na classificação de capacidade de pagamento realizada segundo disposto na Portaria ME nº 5623, de 2022, até o exercício a que se refere a última meta.

§ 4º O Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal deverá prever que o último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo estadual, distrital ou municipal:

I - seja o último exercício de vigência do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; e

II - não tenha metas estabelecidas.

§ 5º A adesão ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal poderá ocorrer no primeiro, segundo ou terceiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo estadual, distrital ou municipal.

Art. 14. O Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal deverá condicionar:

I - a primeira liberação de recursos de operações de crédito à apresentação, pelo Estado, Distrito Federal ou Município, das leis de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 178, de 2021, observada a regra do § 1º do art. 10 do Decreto 10.819, de 27 de setembro de 2021, se aplicável; e

II - as demais liberações de recursos de operações de crédito ao cumprimento das metas e compromissos e do limite para despesa com pessoal de que trata o art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observada a regra de enquadramento prevista no art. 15 da Lei Complementar nº 178, de 2021.

Parágrafo único. As condições previstas no Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal para liberações de recursos de operações de crédito serão agrupadas em até quatro conjuntos, de acordo com o período de vigência do Plano.

Seção II

Da Autorização Para Contratação De Crédito

Art. 15. Serão autorizadas, no Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, garantias da União para operações de crédito equivalentes:

I - a até 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício anterior ao do pedido de adesão para cada ano de vigência do Plano para os entes que se enquadrarem no disposto no § 1º do art. 10 do Decreto nº 10.819, de 2021; ou

II - ao valor do Esforço Fiscal para os demais casos, desde que não ultrapasse o limite previsto no inciso I.

§ 1º Entende-se por Esforço Fiscal o valor em reais dos excessos dos indicadores de Poupança Corrente ou Liquidez que serão eliminados segundo disposto no § 3º do art. 13.

§ 2º Observado o disposto no inciso I do § 4º do art. 14 do Decreto nº 10.819, de 2021, o valor autorizado segundo disposto neste artigo será:

I - dividido entre os conjuntos de condições de que trata o parágrafo único do art. 14; e

II - utilizado a critério do Estado, Distrito Federal ou Município para contratar operações de crédito interno ou externo, desde que observadas as condições estabelecidas na Lei Complementar nº 178, de 2021, no Decreto nº 10.819, de 2021, e nesta Portaria.

§ 3º Para fins de conversão dos valores das liberações previstas no Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, considera-se a cotação de venda da taxa de câmbio de

fechamento disponível no site do Banco Central do Brasil relativa ao último dia útil do exercício anterior à manifestação favorável da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia ao Plano.

Art. 16. O Estado, o Distrito Federal ou o Município deverá vincular, em contragarantia das operações de crédito autorizadas na forma deste artigo, as receitas de que tratam os arts. 155 a 158 e os recursos de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal.

Art. 17. Fica permitida a contratação de operação de crédito com o valor total autorizado segundo o art. 15, desde que as liberações de recursos da operação:

I - observem o disposto no inciso I do § 4º do art. 14 do Decreto nº 10.819, de 2021; e

II - estejam condicionadas ao cumprimento das condições estabelecidas no Plano de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO IV

DAS LIMITAÇÕES DE DESPESAS DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 156, DE 2016, E Nº 159, DE 2017

Art. 18. Esta Secretaria avaliará, no âmbito do processo de análise previsto no art. 18 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, exclusivamente para fins de subsidiar a elaboração da classificação de desempenho de que trata o inciso I do caput do art. 7º da Lei Complementar nº 159, de 2017, o cumprimento da limitação de despesas de que tratam o inciso V do § 1º do art. 2º e o inciso III do art. 7º-B, ambos da Lei Complementar nº 159, de 2017.

Art. 19. Para os fins da definição da base de cálculo e avaliação quanto ao cumprimento da limitação de despesas primárias correntes instituída na forma prevista no inciso III do art. 4º-A da Lei complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e quanto ao cumprimento da limitação de despesas primárias instituída na forma prevista no inciso V do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017:

I - será utilizado regime de empenho para as despesas primárias do exercício, sem a inclusão de despesas intraorçamentárias; e

II - não serão consideradas despesas primárias as despesas com:

a) pagamentos de sentenças judiciais;

b) recomposição de fundos de reserva de depósitos administrativos e judiciais; e

c) devoluções de recursos de depósitos judiciais e administrativos.

§ 1º As apurações serão realizadas com os mesmos critérios utilizados para a definição da base de cálculo, inclusive quanto às empresas estatais consideradas dependentes.

§ 2º As deduções de despesas custeadas com recursos de transferências vinculadas e emendas parlamentares poderão ser apuradas de acordo com o valor transferido pela União no respectivo exercício.

§ 3º Os pagamentos de sentenças judiciais a que se refere a alínea a do inciso II serão considerados pela essência da despesa, independentemente do elemento de despesa em que houve o registro orçamentário.

§ 4º A avaliação do cumprimento da limitação de despesas:

I - da Lei Complementar nº 156, de 2016, deve ser realizada para o conjunto dos três exercícios subsequentes a 2020; e

II - da Lei Complementar nº 159, de 2017, deve ser realizada anualmente.

Art. 20. Na forma definida no Manual de Análise Fiscal, para fins da apuração do montante a ser deduzido em cada exercício avaliado da despesa primária, conforme disposto no inciso IV do parágrafo 4º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e da despesa primária corrente, conforme disposto na alínea "b" do inciso III do art. 4º-A da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, serão consideradas:

I - as aplicações mínimas no exercício apurado em saúde e educação calculadas com base nas receitas de impostos e transferências líquidas de que tratam o § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição;

II - a aplicação mínima em saúde e educação de que tratam o § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição no exercício base; e

III - a razão entre o índice IPCA do mês de dezembro do ano avaliado e aquele mesmo índice de dezembro do exercício base de cálculo da limitação.

Parágrafo único. Deverá ser considerado como dedução da despesa primária de que trata o inciso V do §1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017, e da despesa primária corrente referida nos arts. 4º e 4º-A, III, da Lei Complementar nº 156, de 2016, o excesso entre:

I - o montante apurado no inciso I do caput; e

II - o montante resultante da atualização monetária da aplicação mínima descrita no inciso II do caput pelo fator de correção apurado no inciso III.

Art. 21. Para fins de apuração dos montantes de aplicações vinculadas a que se referem a alínea "a" do inciso III do artigo 4º-A da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e o inciso V do § 4º do artigo 2º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, as transferências da União aos Estados e ao Distrito Federal que não possuem aplicações vinculadas estão enumeradas no Anexo I desta Portaria.

CAPÍTULO V

DAS ANÁLISES E AVALIAÇÕES FISCAIS DA STN

Art. 22. As análises fiscais dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que tratam o artigo 18 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e o art. 24 do Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021, serão realizadas segundo esta Portaria.

Art. 23. Os procedimentos necessários à implementação do disposto neste Capítulo e nos Capítulos I, II e IV serão definidos no "Manual de Análise Fiscal", que será disponibilizado em formato eletrônico na Internet e poderá ser atualizado ou alterado pela área da Secretaria do Tesouro Nacional responsável pela supervisão do processo de elaboração das análises fiscais de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Parágrafo único. A análise fiscal de que trata este Capítulo poderá ser arquivada caso o ente não responda aos questionamentos e pedidos de esclarecimentos feitos por esta STN em até 60 (sessenta) dias.

Art. 24. Para fins de elaboração das análises fiscais, adotar-se-ão procedimentos para adequação das informações fiscais apresentadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e do Manual de Demonstrativos Fiscais.

§ 1º Esta Secretaria poderá abster-se de realizar os procedimentos previstos no caput, caso tais procedimentos não sejam capazes de alterar os resultados das avaliações que utilizarão as informações resultantes da análise.

§ 2º Fatos contábeis não contemplados expressamente no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ou no Manual de Demonstrativos Fiscais ou que possuem mais de uma contabilização possível de acordo com os referidos manuais poderão ser objeto de ajustes para fins de padronização das análises.

Art. 25. As análises fiscais elaboradas segundo o disposto neste Capítulo permanecerão válidas até que seja concluído novo processo de análise fiscal adotando-se como referência o último exercício financeiro encerrado.

§ 1º O conhecimento de fato superveniente acerca da inadequação das informações utilizadas invalida os resultados das análises vigentes e enseja a realização de nova análise fiscal.

§ 2º O processo de análise fiscal só será iniciado após a publicação do Balanço Geral do Estado, Distrito Federal ou Município e disponibilização, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, de Declaração Anual de Contas, Relatório Resumido de Execução Orçamentária do sexto bimestre e o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do terceiro quadrimestre/segundo semestre.

CAPÍTULO VI

LIMITE A CONTRATAR DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Seção I

Regras Gerais Do Espaço Fiscal

Art. 26. Para fins do disposto na alínea "b" do § 5º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e nos §§ 3º e 4º do art. 1º da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, as operações de crédito que estiverem de acordo com este Capítulo serão consideradas, conforme o caso:

I - incluídas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal; ou

II - autorizadas no âmbito do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal.

Parágrafo único. Exclusivamente no âmbito dos Programas mencionados no caput deste artigo, entende-se como Espaço Fiscal o valor-limite para contratação de operações de crédito nesses Programas de cada Estado, Distrito Federal ou Município.

Seção II

Do consumo do Espaço Fiscal

Art. 27. Os valores dos pleitos de operações de crédito consumirão Espaço Fiscal no momento do protocolo, do desarquivamento ou da solicitação de aumento de valor, na Secretaria do Tesouro Nacional, do Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL), observadas as exceções definidas no art.28.

§ 1º Serão arquivados de ofício os pleitos das operações de crédito cujo consumo superar o Espaço Fiscal no momento:

I - do protocolo do PVL;

II - do desarquivamento do PVL; ou

III - da solicitação de aumento de valor do PVL.

§ 2º Apenas o arquivamento do PVL dentro do mesmo exercício do protocolo ensejará a recomposição do Espaço Fiscal no montante consumido inicialmente.

§ 3º Os valores em moeda estrangeira consumirão Espaço Fiscal, convertidos para Real com base na cotação de venda da taxa de câmbio de fechamento disponível no site do Banco Central relativa ao último dia útil do exercício anterior ao do consumo.

§ 4º Solicitações de aumento de valor de pleitos de operações de crédito após o protocolo do PVL ensejarão consumo imediato do Espaço Fiscal no momento da solicitação em montante equivalente ao aumento.

§ 5º Solicitações de redução de valor de pleitos de operações de crédito após o protocolo do PVL somente ensejarão recomposição equivalente do Espaço Fiscal se ocorrerem dentro do mesmo exercício do protocolo.

§ 6º Os valores referentes às recomposições de Espaço Fiscal de que tratam os §§ 2º e 5º deste artigo, quando não consumidos, serão cancelados ao final do exercício em que foram recompostos.

Art. 28. Não dependerão do Espaço Fiscal e não consumirão seu montante os valores referentes a pleitos de operações de crédito:

I - que não aumentem o saldo da Dívida Consolidada do Estado, Distrito Federal ou Município; ou

II - com garantia da União que estiverem dispensados da realização de análise de Capacidade de Pagamento.

Parágrafo único. O previsto no inciso I deste artigo será aplicado mediante comprovação do Estado, Distrito Federal ou Município.

Seção III

Definição do Espaço Fiscal

Art. 29. O Espaço Fiscal será definido anualmente e corresponderá a percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) do exercício anterior ao do cálculo de acordo com a tabela a seguir:

Capag	Nível de Endividamento (% DC/RCL)		
	Menor ou igual a 60	Maior que 60 e menor ou igual a 100	Maior que 100
A	6% da RCL	-	-
B	4% da RCL	3% da RCL	2% da RCL
C	3% da RCL	2% da RCL	1% da RCL
D	-	-	0

§ 1º A análise de capacidade de pagamento para fins de cálculo do Espaço Fiscal poderá ser realizada independentemente do envio de parecer de Tribunal de Contas acerca do último exercício financeiro encerrado.

§ 2º Os valores obtidos a partir da aplicação do disposto no caput deste artigo serão majorados para os Estados, Distrito Federal e Municípios com capacidade de pagamento "A" ou "B":

a) em 1% (um por cento) da RCL para cada meta estabelecida para fins de bonificação de Espaço Fiscal no âmbito do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal cumprida pelo ente referente ao exercício financeiro anterior ao de definição do Espaço Fiscal.

b) em 0,5% (meio por cento) da RCL para cada meta estabelecida no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal cumprida pelo ente referente ao exercício financeiro anterior ao de definição do Espaço Fiscal.

§ 3º O Espaço Fiscal definido segundo este artigo será válido apenas no exercício financeiro imediatamente subsequente e os montantes não utilizados serão cancelados ao final do exercício.

§ 4º Os Estados ou Distrito Federal que possuem Espaços Fiscais concedidos em exercícios anteriores a 2017 que permanecem válidos e que se encontram em montantes superiores aos definidos na forma deste artigo terão esses montantes acumulados preservados até que ocorra seu consumo ou até que ocorra a adesão ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal ou Regime de Recuperação Fiscal.

§ 5º O Espaço Fiscal dos Estados ou Distrito Federal com Regime de Recuperação Fiscal em vigor será definido conforme Seção VIII do Capítulo VIII desta Portaria.

§ 6º Os Estados, Distrito Federal e Municípios que tenham Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal vigente poderão contratar operações de crédito adicionais até o limite do Espaço Fiscal permitido a eles no Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, mas não farão jus à bonificação disposta no § 2º.

§ 7º Os Estados ou Municípios que não tenham em vigor Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal ou Programa de Acompanhamento Fiscal não terão limitações contratuais na contratação de operação de crédito no ano em que aderirem ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal.

§ 8º Os Estados no Regime de Recuperação Fiscal terão seus Espaços Fiscais no primeiro ano de retorno ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, ou de Acompanhamento e Transparência Fiscal, calculados no último exercício de vigência do Regime.

§ 9º Mediante solicitação do Estado, Distrito Federal ou Município, o Espaço Fiscal poderá ser acrescido do impacto da desvalorização cambial ocorrida entre a aprovação de operação de crédito na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX e o seu protocolo do PVL.

§ 10 A tabela definida no caput deve ser utilizada conforme os seguintes parâmetros:

I - classificação A, B, C ou D, decorrente da avaliação da Capacidade de Pagamento (Capag) realizada no ano do cálculo, segundo definição do Ministério da Economia; e

II - nível de endividamento - dado pela razão entre a Dívida Consolidada (DC) e a RCL, referente ao final do exercício anterior ao do cálculo.

CAPÍTULO VII

ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Seção I

Conceitos e Procedimentos

Art. 30. As avaliações de capacidade de pagamento, de que tratam os arts. 1º a 6º da Portaria ME nº 5623, de 2022, serão realizadas a partir das análises fiscais efetuadas conforme art. 18 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e serão consideradas válidas até a conclusão de novo processo de análise fiscal ou até que seja realizada a revisão de que trata o art. 31.

§ 1º A avaliação de capacidade de pagamento observará os conceitos definidos no Manual de Análise Fiscal.

§ 2º A classificação da capacidade de pagamento será publicada em meios eletrônicos de amplo acesso público e será informada pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM).

Art. 31. Para fins da aplicação do art. 6º da Portaria ME nº 5623, de 2022, o resultado da análise de capacidade de pagamento do ente será revisto pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) para classificação final "C" ou "D" caso existam evidências de deterioração significativa da situação financeira do Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º A revisão de que trata o caput será realizada:

I - ordinariamente, com dados do dia 1º de fevereiro de cada ano e, extraordinariamente, em até dez dias úteis da verificação de que o ente publicou o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre ou o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do 3º quadrimestre ou do 2º semestre referentes ao exercício anterior;

II - em até dez dias úteis da verificação, pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM), de que o ente:

a) declarou, oficialmente ou no âmbito de processo judicial, enfrentar dificuldades financeiras; ou

b) paga parceladamente, ou com atraso, salários ou benefícios previdenciários de seus servidores; ou

III - em até dez dias úteis da conclusão do processo de análise fiscal, caso se verifique que a classificação final de capacidade de pagamento decorra diretamente de auxílios financeiros temporários no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal ou de outros programas de suporte financeiro a serem criados pela União.

§ 2º Os entes aos quais for aplicado o disposto no caput poderão, conforme previsto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, interpor recurso administrativo.

Seção II

Análise De Suficiência Das Contragarantias

Art. 32. Na análise de suficiência de contragarantias de que tratam os arts. 7º e 8º da Portaria ME nº 5623, de 2022, serão utilizadas as mesmas fontes de informação da análise de capacidade de pagamento.

§ 1º Na apuração da suficiência das contragarantias oferecidas por Estados, referida no art. 8º da Portaria ME nº 5623, de 2022, será verificada a compatibilidade do valor das despesas com transferências constitucionais e legais informado nas fontes de dados indicadas neste artigo com o montante obtido a partir dos percentuais constitucionalmente estabelecidos, considerando-se, para efeito de cálculo, o maior deles.

§ 2º No caso de operações de crédito externo em tramitação na STN, a conversão dos valores correspondentes para reais com vistas ao cálculo do componente "OG", definido no art. 8º da Portaria ME nº 5623, de 2022, será feita à taxa de câmbio vigente na data de fechamento do último RREO exigível.

CAPÍTULO VIII

DO PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Seção I

Do Diagnóstico Fiscal

Art. 33. O diagnóstico de que trata o inciso I do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021 deverá:

I - versar sobre a situação das receitas, despesas, ativos e passivos estaduais;

II - conter informações fiscais dos três exercícios financeiros anteriores ao de apresentação do Plano; e

III - tratar de riscos fiscais e passivos contingentes que, ao se materializarem, poderiam afetar a eficácia ou efetividade do Plano de Recuperação e ensejar alterações no Plano elaborado.

§ 1º O diagnóstico de que trata este artigo tem como finalidade a transparência acerca da situação financeira do Estado e não será objeto de crítica por esta Secretaria, salvo acerca da adequação quanto ao cumprimento do disposto nesta portaria.

§ 2º Além de diagnóstico expositivo, comporão o Plano de Recuperação as séries históricas de receitas e despesas necessárias para a avaliação das projeções financeiras estaduais, a serem preenchidas em planilha fornecida previamente por esta Secretaria, conforme estabelecido na próxima seção.

§ 3º As projeções elaboradas segundo o § 2º do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021, comporão a seção de diagnóstico do Plano de Recuperação Fiscal.

Seção II

Das Projeções Financeiras

Art. 34. As projeções financeiras elaboradas conforme inciso II do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021, corresponderão ao cenário base do Plano de Recuperação Fiscal, ao qual serão acrescidos os impactos das medidas de ajuste elaboradas segundo o inciso III do referido artigo.

Parágrafo único. As projeções do cenário base deverão ser:

I - elaboradas:

a) desconsiderando os efeitos das medidas de ajuste que serão adotadas durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal pelo Estado, conforme inciso III do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021; e

b) contemplando os efeitos financeiros de ações que não se encontrem entre as medidas de ajuste do inciso III do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021, inclusive:

i. os impactos das medidas de ajuste adotadas pelo Estado até a data prevista para o início da vigência do Regime;

ii. os impactos decorrentes da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, tais como os efeitos das suspensões de dívidas dos arts. 4º-A, II, alínea "a", e 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017, e da limitação de crescimento de despesas primárias; e

iii. os efeitos decorrentes das ressalvas incluídas no Plano de acordo com o inciso IV do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021, com exceção das ressalvas relacionadas à vedação de que trata o inciso XII do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017.

c) contemplando efeitos financeiros de eventuais descumprimentos de vedações do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017.

II - apresentadas:

a) por meio de planilha fornecida previamente por esta Secretaria; e

b) devidamente acompanhadas das séries históricas e das notas técnicas necessárias para a avaliação das projeções realizadas pelo Estado.

Seção III

Das Medidas de Ajuste

Art. 35. As medidas de ajuste de que trata o inciso III do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021, deverão ser detalhadas e ter seus impactos estimados e seus prazos de adoção apresentados.

§ 1º As estimativas de impacto das medidas de ajuste deverão ser incorporadas à planilha com as projeções financeiras previstas na Seção II e estar acompanhadas das notas técnicas que explicam os números apresentados.

§ 2º Deverão compor a seção de medidas de ajuste do Plano de Recuperação Fiscal:

I - as medidas previstas nos incisos I, III e VI do § 1º da art. 2º da Lei Complementar 159, de 2017, caso estejam pendentes de implementação; e

II - as operações de crédito com desembolsos durante a vigência do Regime.

§ 3º A medida de ajuste de que tratam o inciso III do § 1º da art. 2º da Lei Complementar 159, de 2017, e o art. 13 do Decreto nº 10.681, de 2021, deverá observar o disposto no inciso II do referido artigo do Decreto.

§ 4º Esta Secretaria submeterá ao Conselho de Supervisão competente os detalhamentos das medidas de ajuste apresentadas no âmbito do processo de elaboração do Plano de Recuperação Fiscal e encaminhará os eventuais apontamentos recebidos para conhecimento do Estado.

Seção IV

Das Ressalvas

Art. 36. As ressalvas às vedações de que tratam o § 2º do art. 8º da Lei Complementar 159, de 2017, e o inciso IV do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021, deverão ser listadas exaustivamente e ter seus impactos considerados no cenário base do Plano de Recuperação Fiscal.

§ 1º Esta seção do Plano de Recuperação deverá contemplar a lista de operações de crédito que o Estado pretende contratar ou aditar durante o Regime de Recuperação Fiscal.

§ 2º Esta Secretaria submeterá ao Conselho de Supervisão competente os detalhamentos das ressalvas apresentadas no âmbito do processo de elaboração do Plano de Recuperação Fiscal e encaminhará os eventuais apontamentos recebidos para conhecimento do Estado.

Art. 37. O Plano de Recuperação Fiscal deverá definir o impacto financeiro irrelevante para fins de aplicação do disposto no § 6º do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017.

§ 1º Entende-se como impacto financeiro irrelevante o descumprimento de vedação cujos efeitos financeiros estimados para cada ano de vigência do Regime representem, para cada inciso do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, menos de 0,001% (um milésimo de um por cento) da Receita Corrente Líquida estadual.

§ 2º Não serão considerados irrelevantes os descumprimentos de vedações que ocorrerem de forma fracionada e cujo impacto agregado supere o valor definido na forma do parágrafo § 1º.

§ 3º A Receita Corrente Líquida de que trata o § 1° será apurada a partir do último Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre publicado pelo Estado.

§ 4º O limite de que trata o § 1° deve ser analisado para cada ato que incorra em violação do art. 8° da Lei Complementar n° 159, de 2017.

Seção V

Das Metas, Compromissos e Hipóteses de Encerramento

Art. 38. Serão estabelecidas no Plano de Recuperação Fiscal, de acordo com a combinação das projeções financeiras do cenário base e dos impactos das medidas de ajuste, metas acerca do resultado primário e da relação entre o estoque de restos a pagar e Receita Corrente Líquida.

Art. 39. O Plano de Recuperação Fiscal deverá prever como condição de encerramento do Regime de Recuperação Fiscal a verificação, no âmbito do processo de que trata o art. 32 do Decreto nº 10.681, de 2021, da obtenção do equilíbrio fiscal, conforme definido no art. 25 do referido Decreto e nesta Portaria.

Seção VI

Das Leis ou Atos Normativos

Art. 40. Conforme previsto no inciso VI do art. 5º do Decreto nº 10.681, de 2021, o Plano de Recuperação Fiscal deverá conter as publicações oficiais de leis ou atos normativos dos quais decorra, nos termos do disposto neste Decreto, a implementação das medidas previstas no § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017, ou a demonstração da desnecessidade de edição de legislação adicional, conforme o disposto no § 8º do referido artigo.

Seção VII

Do Equilíbrio Fiscal

Art. 41. Para os fins de avaliação do equilíbrio fiscal de que tratam o inciso I do § 1º do art. 5º da Lei Complementar nº 159, de 2017, e o art. 25 do Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021:

I - será utilizado o regime de caixa para receitas e despesas, inclusive pagamentos de restos a pagar, desconsiderando-se receitas e despesas intraorçamentárias;

II - não serão consideradas despesas primárias as despesas com:

a) pagamentos de sentenças judiciais; e

b) recomposição de fundos de reserva e devolução de depósitos administrativos e judiciais.

III - poderão ser deduzidos das receitas, despesas ou disponibilidade de caixa conforme avaliação desta Secretaria:

a) impactos de fatores extraordinários ou temporários sobre as finanças estaduais; e

b) efeitos de projeções financeiras com baixa probabilidade de realização, conforme definido no Manual do Regime de Recuperação Fiscal.

Parágrafo único. Para os fins de avaliação quanto ao cumprimento do art. 25 do Decreto nº 10.681, de 2021, entende-se como:

I - serviço das dívidas estaduais, desconsiderados os efeitos da aplicação do art. 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017, os montantes apurados anualmente caso o Estado não estivesse usufruindo dessas prerrogativas; e

II - volume sustentável de obrigações financeiras a relação entre o estoque de restos a pagar de despesas primárias ao final do exercício e a Receita Corrente Líquida inferior a 10% (dez por cento), desde que não observados aumentos relevantes nesta relação no exercício em que se obtenha o equilíbrio fiscal.

Seção VIII

Das Operações de Crédito

Art. 42. O limite para a concessão de garantias da União às operações de crédito contratadas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal de que tratam o § 5º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, e o art. 20 do Decreto nº 10.681, de 2021, será definido globalmente para toda a vigência do Regime e corresponderá a:

I - 5,0% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida, para os Estados que aderirem ao Regime de Recuperação Fiscal com as prerrogativas do art. 9º da referida Lei Complementar; e

II - 10,0% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida, para os Estados que aderirem ao Regime de Recuperação Fiscal sem as prerrogativas do art. 9º da referida Lei Complementar.

§ 1º A referência para a Receita Corrente Líquida de que trata o caput poderá ser escolhida pelo Estado entre aquela apurada a partir do Relatório Resumido de Execução Orçamentária estadual do 6º bimestre do exercício anterior ao pedido de adesão ou do exercício anterior ao da apresentação do Plano de Recuperação Fiscal.

§ 2º O limite calculado na forma deste artigo:

I - não corresponde, necessariamente, ao valor total autorizado das contratações de operações de crédito com garantia da União no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, que deverá estar de acordo com a situação financeira do Estado;

II - está sujeito à duplicação de que tratam o § 9º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, e o § 5º do art. 20 do Decreto nº 10.681, de 2021; e

III - poderá ser desdobrado em limites anuais estabelecidos de acordo com a necessidade de financiamento anual.

Art. 43. O disposto no § 9º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, e no § 5º do art. 20 do Decreto nº 10.681, de 2021, será considerado atendido caso o Estado aliene totalmente participações acionárias que representem mais de 50% (cinquenta por cento) do valor global das participações estaduais em empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 1º A apuração quanto ao previsto no caput será realizada a partir:

I - dos balanços patrimoniais das empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado detém participação direta referentes ao exercício anterior ao de comprovação da alienação total das participações acionárias; e/ou

II - da cotação de fechamento do último dia do exercício anterior ao de comprovação da alienação total das participações acionárias, para as empresas com ações negociadas em bolsa de valores.

§ 2º A duplicação de limites de que trata este artigo produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte à alienação total de participações acionárias e, caso não prevista no Plano de Recuperação Fiscal do Estado, dependerá de alteração do referido Plano.

Seção IX

Normas Gerais

Art. 44. Os procedimentos necessários à implementação do disposto neste Capítulo serão definidos no Manual do Regime de Recuperação Fiscal , que será disponibilizado em formato eletrônico na Internet e poderá ser atualizado ou alterado pela área da Secretaria do Tesouro Nacional responsável pela supervisão do processo de elaboração e pela consolidação das avaliações técnicas, no âmbito desta Secretaria, acerca dos Planos de Recuperação Fiscal.

Parágrafo único. O referido Manual definirá, dentre outros, as projeções financeiras com baixa probabilidade de realização mencionadas no art. 41, III, alínea "b", da presente Portaria.

Art. 45. Poderão ser enquadrados na hipótese do § 2º do art. 8º do Decreto nº 10.681, de 2021, os apontamentos desta Secretaria acerca de projeções financeiras, inclusive impactos estimados de medidas de ajustes, que representem, por ano, menos de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida estadual.

Parágrafo único. A Receita Corrente Líquida de que trata o caput será apurada a partir do Relatório Resumido de Execução Orçamentária estadual do 6º bimestre do exercício anterior ao pedido de adesão.

CAPÍTULO IX

ADIMPLÊNCIA COM OS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E REFINANCIAMENTO

Art. 46. Os Estados e o Distrito Federal com dívidas refinanciadas com fundamento na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que não utilizem o limite de comprometimento previsto no art. 5º ou que não tenham acumulado valores nos termos do § 2º do art. 6º da referida Lei, ficam dispensados da remessa da documentação que seria utilizada para o cálculo da Receita Líquida Real (RLR) de que trata o art. 5º da referida Lei.

Parágrafo único. A Secretaria do Tesouro Nacional fica dispensada de calcular a RLR para os casos referidos no caput.

Art. 47. Os Estados e o Distrito Federal com dívidas refinanciadas com fundamento na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que não utilizem o limite de comprometimento previsto no art. 2º ou que não tenham acumulado valores nos termos do referido artigo, ficam dispensados da remessa da documentação que seria utilizada para o cálculo da receita mencionada no art. 2º da referida Lei.

Parágrafo único. A Secretaria do Tesouro Nacional fica dispensada de calcular a RLR para os casos referidos no caput.

Art. 48. Os Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, que não utilizem o limite de comprometimento previsto no art. 2º da referida lei ou que não tenham acumulado valores nos termos desse mesmo artigo, ficam dispensados da remessa do balancete da execução orçamentária mensal e do cronograma de compromissos da dívida vincenda previstos no art. 21 da referida Lei.

Parágrafo único. A Secretaria do Tesouro Nacional fica dispensada de calcular a RLR para os casos referidos no caput.

Art. 49. Os Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, que não utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do art. 2º da referida Medida Provisória ou que não tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, ficam dispensados:

I - da remessa do balancete da execução orçamentária mensal, cronograma de compromissos da dívida vincenda e balanço anual, prevista contratualmente; e

II - da verificação do cumprimento dos requisitos constantes do art. 9º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001.

Parágrafo único. A Secretaria do Tesouro Nacional fica dispensada de calcular a RLR para os casos referidos no caput.

Art. 50. Considera-se excetuado das vedações de que trata o inciso II do caput do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, o Município que apresentar no Relatório de Gestão Fiscal de último período do exercício anterior ao da análise, divulgado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, a Dívida Consolidada inferior à Receita Corrente Líquida.

§1º Os Municípios que se enquadrarem na exceção do caput ficam dispensados da remessa do balancete da execução orçamentária mensal, cronograma de compromissos da dívida vincenda e balanço anual, assim como da apuração da relação Dívida Financeira sobre Receita Líquida Real.

§2º Os Municípios terão o requisito do §1º verificado por meio do resultado do Indicador I da CAPAG divulgado no site Prévia Fiscal, disponível em https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/previa-fiscal, que deverá ser inferior à 100%.

§3º A verificação de cumprimento do inciso II do caput do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, será feita com informações do último exercício financeiro.

Art. 51. Para os entes não signatários dos Programas de que tratam o Capítulo I e o Capítulo II desta Portaria, a verificação quanto ao adimplemento das seguintes obrigações contratuais de natureza acessória de que tratam os contratos firmados sob a égide da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, da Lei n° 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Lei Complementar n° 156, de 28 de dezembro de 2016, e suas edições anteriores, será realizada segundo o disposto neste artigo.

§ 1º Para fins de comprovação quanto ao adimplemento, a entrega do balanço anual do exercício anterior deverá ocorrer até 30 de abril de cada ano.

§ 2º Para fins de comprovação quanto ao adimplemento, poderão ser solicitados os demonstrativos do estoque, do cronograma de compromissos da dívida vincenda e das demais condições contratuais das dívidas, e a entrega deverá ocorrer até o vigésimo quinto dia do mês subsequente ao mês de competência.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 52. Ficam revogadas:

I - Portaria STN nº 1.487, de 12 de julho de 2022; e

II - Portaria STN nº 1.658, de 1º de novembro de 2022.

Art. 53 Esta Portaria entra em vigor a partir de 2º de janeiro de 2023.

PAULO FONTOURA VALLE

ANEXO I

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO QUE NÃO POSSUEM APLICAÇÕES VINCULADAS

PROGRAMA	AÇÃO	NOME DA AÇÃO	OBSERVAÇÃO
0903	0044	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	
0903	0045	Fundo de Participação dos Municípios - FPM	
0903	0046	Transferência da Cota-Parte dos Estados e do Distrito Federal Exportadores na Arrecadação do IPI	
0903	00H6	Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro	
0903	006M	Transferência do Imposto Territorial Rural	
0903	00PX	Transferência de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio	
0903	00SE	Transferência Temporária aos Estados e ao Distrito Federal (art. 1º da LC 176/2020)	
0903	0A53	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural	Exceto os recursos obrigatórios para educação e saúde de que trata a Lei 12.858/2013
0903	0223	Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de Itaipu	
0903	0546	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica	
0903	0547	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	
0903	00S3	Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Compensação da Variação Nominal Negativa dos Recursos Repassados Pelo Fundo de Participação (Lei 14.041/2020)	
0903	00S7	Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios Relacionado ao Programa Federativo de Enfrentamento à COVID-19	Apenas os valores correspondentes ao Inciso II do Art. 5º da Lei Complementar nº 173/2020
0909	00UQ	Assistência Financeira à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relacionada ao Auxílio Emergencial - Emenda Constitucional nº 123, de 2022	Modalidade 40 - transferência para os municípios (inclusive Distrito Federal)

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 10.399, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando a viabilidade de otimização do uso do excesso de arrecadação da fonte 95 - Doações de Entidades Internacionais para a execução da ação "Cadastro, Recomposição e Produção Florestal", no que concerne ao Projeto KfW - Gestão Florestal para a Produção Florestal na Amazônia, e a concomitante redução da fonte 29 - Recursos de Concessões e Permissões, no Serviço Florestal Brasileiro - SFB;

Considerando a possibilidade de maximização da utilização do excesso de arrecadação da fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação para o atendimento da ação "Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior", nas Universidades Federais do Ceará; de Lavras; e do Oeste do Pará; e na Fundação Universidade do Amazonas;

Considerando a possibilidade de uso da fonte 50, de modo a garantir o pagamento de despesa contratual de energia elétrica, na Universidade Federal de Minas Gerais, haja vista a frustração da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, que ora financia a mencionada despesa;

Considerando a oportunidade de aproveitamento de recursos da fonte 50 e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, referente à fonte 81 - Recursos de Convênios, de modo a viabilizar o funcionamento de atividades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, na Universidade Federal do Espírito Santo;

Considerando a viabilidade de uso do excesso de arrecadação das fontes 50 e 96 para a realização de diversas despesas correntes e de capital, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco;

Considerando a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do ano de 2021, relativo à fonte 50, para a implementação das ações "Assistência ao Estudante de Ensino Superior", na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; "Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior", na Fundação Universidade Federal de Pelotas e na Universidade Federal do Cariri; e "Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica", no Instituto Federal do Maranhão;

Considerando a oportunidade de maximização do uso do excesso de arrecadação da fonte 81 para o pagamento de bolsas a docentes, em decorrência do Convênio 163/PGE-2015 e aditivo, na Fundação Universidade Federal de Rondônia;

Considerando a viabilidade de utilização do excesso de arrecadação da fonte 50 e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2021, pertinente à referida fonte, para a aquisição de computadores e condicionadores de ar, no Instituto Federal de Alagoas; e

Considerando a necessidade de regularização da aplicação da fonte 70 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica, que ora financia a ação "Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais", e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2021, relativo à fonte 95, para a consecução da ação citada, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; e do Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais								1.999.885
	Atividades								
1041 20WA	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal	18 541							1.999.885
1041 20WA 0001	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal - Nacional	18 541							1.999.885
			F	3-ODC	2	90	0	195	1.999.885
TOTAL - FISCAL									1.999.885
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.999.885

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								161.786
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							161.786
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	12 364							161.786
			F	4-INV	2	90	8	150	161.786
TOTAL - FISCAL									161.786
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									161.786

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								256.016
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							256.016
5013 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	12 364							256.016
			F	3-ODC	2	90	8	150	88.563
			F	3-ODC	2	90	8	381	71.436
			F	4-INV	2	90	8	150	96.017
TOTAL - FISCAL									256.016
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									256.016

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								26.188
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							26.188
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							26.188
			F	3-ODC	2	90	8	150	26.188
TOTAL - FISCAL									26.188
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.188

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								102.421
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							102.421
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	12 364							102.421
			F	3-ODC	2	90	8	150	18.083
			F	3-ODC	2	90	8	196	25.000
			F	4-INV	2	90	8	150	59.338
TOTAL - FISCAL									102.421
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									102.421

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								205.834
	Atividades								
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							205.834
5013 4002 0043	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							205.834
			F	3-ODC	2	90	0	350	205.834
TOTAL - FISCAL									205.834
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									205.834

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								74.400
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							74.400
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							74.400
			F	4-INV	2	90	8	150	74.400
TOTAL - FISCAL									74.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									74.400

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								33.631
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							33.631
5013 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	12 364							33.631
			F	3-ODC	2	90	8	181	33.631
TOTAL - FISCAL									33.631
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.631

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								53.438
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							53.438
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	12 364							53.438
			F	3-ODC	2	90	8	150	53.438
TOTAL - FISCAL									53.438
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									53.438

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								24.865
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							24.865
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							24.865
			F	3-ODC	2	90	8	350	24.865
TOTAL - FISCAL									24.865
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.865

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.283.131
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.283.131
5012 20RG 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	12 363							1.283.131
			F	4-INV	2	90	8	150	1.047.167
			F	4-INV	2	90	8	350	235.964
TOTAL - FISCAL									1.283.131
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.283.131

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								402.736
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							402.736
5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão	12 363							402.736
			F	4-INV	2	90	8	350	402.736
TOTAL - FISCAL									402.736
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									402.736

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								62.376
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							62.376
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	12 364							62.376
			F	3-ODC	2	90	8	150	62.376
TOTAL - FISCAL									62.376
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									62.376

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								430.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							430.000
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	12 364							430.000
			F	3-ODC	2	90	8	350	430.000
TOTAL - FISCAL									430.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									430.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais								5.480.538
	Atividades								
1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	18 541							5.480.538
1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	18 541							5.480.538
			F	3-ODC	2	90	0	395	5.480.538
TOTAL - FISCAL									5.480.538
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.480.538

ANEXO II

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais								1.999.885
	Atividades								
1041 20WA	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal	18 541							1.999.885

1041 20WA 0001	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal - Nacional	18 541	F	3-ODC	2	90	0	129	1.999.885 1.999.885
TOTAL - FISCAL									1.999.885
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.999.885

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								161.786
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							161.786
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	12 364							161.786
			F	4-INV	2	90	8	163	161.786
TOTAL - FISCAL									161.786
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									161.786

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								256.016
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							256.016
5013 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	12 364							256.016
			F	3-ODC	2	90	8	180	159.999
			F	4-INV	2	90	8	163	96.017
TOTAL - FISCAL									256.016
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									256.016

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								26.188
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							26.188
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							26.188
			F	3-ODC	2	90	8	180	26.188
TOTAL - FISCAL									26.188
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.188

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								102.421
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							102.421
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	12 364							102.421
			F	3-ODC	2	90	8	181	43.083
			F	4-INV	2	90	8	181	59.338
TOTAL - FISCAL									102.421
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									102.421

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								205.834
	Atividades								
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							205.834
5013 4002 0043	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							205.834
			F	3-ODC	2	90	0	150	205.834
TOTAL - FISCAL									205.834
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									205.834

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								74.400
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							74.400
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							74.400
			F	4-INV	2	90	8	163	74.400
TOTAL - FISCAL									74.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									74.400

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								33.631
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							33.631
5013 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	12 364							33.631
			F	3-ODC	2	90	8	150	33.631
TOTAL - FISCAL									33.631
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.631

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								53.438
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							53.438
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	12 364							53.438
			F	3-ODC	2	90	8	180	53.438
TOTAL - FISCAL									53.438
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									53.438

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								24.865
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							24.865
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							24.865
			F	3-ODC	2	90	8	150	24.865
TOTAL - FISCAL									24.865
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.865

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.283.131
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.283.131
5012 20RG 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	12 363							1.283.131
			F	4-INV	2	90	8	181	1.283.131
TOTAL - FISCAL									1.283.131
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.283.131

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								402.736
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							402.736

5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão	12 363	F	4-INV	2	90	8	150	402.736 402.736
TOTAL - FISCAL									402.736
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									402.736

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								62.376
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							62.376
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	12 364							62.376
			F	3-ODC	2	90	8	181	62.376
TOTAL - FISCAL									62.376
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									62.376

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								430.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							430.000
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	12 364							430.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	430.000
TOTAL - FISCAL									430.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									430.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais								5.480.538
	Atividades								
1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	18 541							5.480.538
1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	18 541							5.480.538
			F	3-ODC	2	90	0	370	5.480.538
TOTAL - FISCAL									5.480.538
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.480.538

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 20.415 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza RENATA GALLUCCI LOURENÇO, CPF nº 295.251.028-82, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.416 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LOUIS AUGUSTE LAURAIN, CPF nº 314.103.898-80, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.417 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza AE NOK PARK, CPF nº 232.737.748-00, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.418 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a ETERNTY CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 47.949.396, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 589, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa M3A COMPOSTOS DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 21 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 188/2022/CAPI/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 205/2022/CAPI/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.008442/2022-13, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa M3A COMPOSTOS DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ: 48.100.406/0001-72, Inscrição Suframa: 21.0182.09-1, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 188/2022/CAPI/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 205/2022/CAPI/CGPRI/SPR, para produção de RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), código SUFRAMA 1306, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/1967, com redação dada pela Lei nº 8.387/1991.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido no Decreto nº 783, Anexo VII, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 590, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa GIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 183/2022/CAPI/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 201/2022/CAPI/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.007482/2022-30, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa GIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A, CNPJ: 17.122.802/0001-77 e Inscrição SUFRAMA 20.0102.24-9, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 183/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 201/2022/CAPI/CGPRI/SPR, para produção de MÓDULO DE MEMÓRIA RAM ("RANDON ACCESS MEMORY") PADRONIZADO, código SUFRAMA 1066, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB estabelecido na Portaria Interministerial SEPEC-ME/SEXEC-MCTI nº 5.708, de 8 de junho de 2021, alterada pela Portaria Interministerial SEPEC-ME/SEXEC-MCTI nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2022;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - o investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, deduzidos os tributos correspondentes à comercialização do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria e o valor das aquisições de produtos incentivados, conforme legislação pertinente;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 591, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa HANA ELECTRONICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 182/2022/COAPA/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 207/2022/COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.008229/2022-01, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa HANA ELECTRONICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ: 41.305.391/0001-30 e Inscrição SUFRAMA 21.0141.08-5, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 182/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 207/2022/COAPA/CGPRI/SPR, para produção de UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - SOLID STATE DRIVE), código SUFRAMA 2066, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB estabelecido na Portaria Interministerial SEPEC-ME/SEXEC-MCTI nº 13.480, de 17 de novembro de 2021, alterada pela Portaria Interministerial SEPEC-ME/SEXEC-MCTI nº 3.348, de 13 de abril de 2022;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - o investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, deduzidos os tributos correspondentes à comercialização do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria e o valor das aquisições de produtos incentivados, conforme legislação pertinente;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 947, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 513/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 202015201.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Educação e Tecnologia do Pará (cód. nº 16725), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Haroldo Araújo, 1.821, Bairro Aviação, no município de Abaetetuba, no estado do Pará, mantida pelo Instituto de Ciência, Educação e Cultura da Amazônia - ICECA (cód. nº 15522), com sede no município de Abaetetuba, no estado do Pará (CNPJ nº 13.411.966/0001-63).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 948, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e o Parecer Referencial nº 00001/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 45/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201808014.

Art. 2º Indeferir o pedido de credenciamento da Faculdade Uniasselvi de Ananindeua (cód. 23386), que seria instalada na Rodovia BR 316, do km 9,002 ao km 9,600, lado par, nº 410, Bairro Centro, no município de Ananindeua, no estado do Pará, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (cód. 821), com sede na Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito, no município de Indaial, no estado de Santa Catarina (CNPJ 01.894.432/0001-56).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 949, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 125/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201717950.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Dynamus de Campinas (cód. nº 18696), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Buarque de Macedo, nº 991, Bairro Jardim Brasil, no município de Campinas, no estado de São Paulo, mantida pelo Zayn Instituto Mineiro de Formação Continuada Eireli (cód. nº 17993), com sede no município de Piracema, no estado de Minas Gerais (CNPJ nº 18.572.302/0001-08).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e com o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 950, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e o Parecer Referencial nº 00001/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CES/CNE nº 59/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201805737.

Art. 2º Indeferir o pedido de credenciamento do Centro de Ensino Superior de Catalão (cód. nº 23179), que seria instalado na Rua Ademar Ferrugem, nº 840, bairro Santo Antônio, no município de Catalão, no estado de Goiás, mantido pelo IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A (cód. nº 14298), com sede no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais (CNPJ nº 08.446.503/0001-05).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 951, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 198/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201602991.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Tecnologia AEROTD (cód. nº 13073), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Madalena Barbie, nº 46, Centro, no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, mantida pela Aero TD Escola de Aviação Civil Ltda (cód. nº 12250), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 72.443.914/0001-38).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 952, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CES/CNE nº 193/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201807669.

Art. 2º Credenciar o Centro Universitário de Talentos Humanos (cód. nº 2935), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Manoel Gonçalves de Resende, nº 230, bairro Vila São Cristóvão, no município de Uberaba, no

estado de Minas Gerais, mantido pelo Instituto Educacional Guilherme Dorca S/S Ltda. (cód. nº 1904), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 05.102.134/0001-37).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e com o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 953, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CES/CNE nº 199/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201807755.

Art. 2º Credenciar a Faculdade EduCare MT (cód. nº 19866), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Rio da Casca, nº 18, Quadra 28, bairro Grande Terceiro, no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, mantida pela Maildes Delgado Sampaio - ME (cód. nº 15766), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 09.128.288/0001-59).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e com o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 954, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria nº 794, de 6 de outubro de 2021, e o Parecer Referencial nº 00003/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CES/CNE nº 252/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 20078296.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Salesiana do Nordeste - FASNE (código nº 1454), situada na Rua Dom Bosco, nº 551, bairro Boa Vista, no município de Recife, no estado de Pernambuco, mantida pelo Instituto Salesiano Sagrado Coração, (código nº 968), com sede e foro na cidade de Recife, no estado de Pernambuco (CNPJ nº 10.819.035/0001-00).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 955, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e o Parecer Referencial nº 00001/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CES/CNE nº 196/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201013985.

Art. 2º Indeferir o pedido de credenciamento da Faculdade JD Thomé (cód. nº 14643), que seria instalada na Rodovia RS 153, bairro Jardim, nº 555, no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto Educacional JD Thomé Ltda. - ME (cód. nº 13823), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 08.282.635/0001-30).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 956, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 574/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201906143.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Paschoal Dantas EAD (cód. nº 24365), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Afonso de Sampaio e Sousa, nº 495, Bairro Jardim Nossa Senhora do Carmo, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Faculdade União Brasileira Ltda. (cód. nº 15940), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 16.492.519/0001-74).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 957, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 570/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201907023.

Art. 2º Credenciar a Faculdade da Associação Médica Paulista (cód. nº 24046), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede no Edifício Associação Paulista Medicina, 278, Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 278, 13º andar, Bela Vista, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Associação Paulista de Medicina (cód. nº 17295), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 60.993.482/0001-50).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 958, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 561/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201926180.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Unieducar (cód. nº 24490), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Monsenhor Bruno, nº 1.153, de 821/822 a 2099/2100, Bairro Aldeota, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, mantida pela Unieducar Inteligência Educacional Ltda. (cód. nº 17307), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 05.569.970/0001-26).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 959, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem com a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 564/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201926200.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Tecnologia Assessoritec (cód. nº 4610), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Marques do Pombal, nº 287, Bairro Iririú, no município de Joinville, no estado de Santa Catarina, mantida pela Associação Educacional de Tecnológica de Santa Catarina (cód. nº 2927), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 07.196.820/0001-40).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 960, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CES/CNE nº 567/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 202111639.

Art. 2º Credenciar a Soberana Faculdade de Saúde de Petrolina (cód. nº 18896), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Coronel Antônio Honorato Viana, s/n, bairro Gercino Coelho, no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, mantida pela Soberana Faculdade de Saúde de Petrolina Ltda. - EPP (cód. nº 16148), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 19.265.047/0001-05).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e com o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 961, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 532/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201929816.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná (cód. nº 2582), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Universitária, s/n, Bairro Cantu, no município de Pitanga, no estado do Paraná, mantida pela UB - UCP Educacional S.A. (cód. nº 1677), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 73.206.468/0001-00).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 962, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 583/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201926748.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Gianna Beretta (cód. nº 17326), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nº 1.100, Bairro Bequimão, no município de São Luís, no estado do Maranhão, mantida pelo Instituto Gianna Beretta de Educação Superior Ltda. - ME (cód. nº 15678), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 07.193.291/0001-20).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 963, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 20 e a Portaria Normativa nº 23, ambas de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e o Parecer Referencial nº 00004/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 599/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 202022212.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Idor de Ciências Médicas (cód. nº 20682), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Diniz Cordeiro, nº 30, 3º andar, Bairro Botafogo, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, mantida pelo Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (cód. nº 16441), com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 12.433.137/0001-19).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 12, 13, 14 E 15 DO MÊS DE SETEMBRO/2022

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 202014477 Parecer: CNE/CES 603/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. - Joinville/SC Assunto: Credenciamento da Faculdade do Sul de Santa Catarina, a ser instalada no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade do Sul de Santa Catarina, a ser instalada na Avenida Estevão Emílio de Souza, nº 980, bairro Ceará, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia de Computação, bacharelado e Engenharia Elétrica, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202008088 Parecer: CNE/CES 604/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessado: José Edgard Soares Moreira - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade G8 (FG8), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade G8 (FG8), com sede na Avenida Mofarrej, nº 105, bairro Vila Leopoldina, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023068 Parecer: CNE/CES 605/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: EAD Aviação Ltda. - Porto Alegre/RS Assunto: Credenciamento da Faculdade EAD Aviação, com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade EAD Aviação, com sede na Avenida Praia de Belas, nº 1.212, bairro Praia de Belas, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202024288 Parecer: CNE/CES 606/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessado: Grupo Educacional Cristão do Brasil Ltda. - Macapá/AP Assunto: Credenciamento da Faculdade Cristã da Amazônia (FCA), com sede no município de Macapá, no estado do Amapá, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Cristã da Amazônia (FCA), com sede na Rua Hildemar Maia, nº 2.215, bairro Buritizal, no município de Macapá, no estado do Amapá Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202024329 Parecer: CNE/CES 607/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: FGN Consultoria e Assessoria Ltda. - Aparecida de Goiânia/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade Aparecida de Goiânia (FAP), com sede no município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Aparecida de Goiânia (FAP), com sede na Avenida W 3 - Quadra Chácara Lote nº 58, bairro Sítios Santa Luzia, no município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de Pedagogia, licenciatura e Segurança Pública, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201930159 Parecer: CNE/CES 608/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Centro de Ensino Superior Santíssima Trindade Limitada - Nazaré da Mata/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), com sede no município de Nazaré da Mata, no estado de Pernambuco, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), com sede na Rua Professor Américo Brandão, nº 46, Centro, no município de Nazaré da Mata, no estado de Pernambuco Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014716 Parecer: CNE/CES 609/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: FBE Brasil Educação Ltda. - ME - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade Sulamericana Brasil (FACUSSA), a ser instalada no município de Salvador, no estado da Bahia Voto do Relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade Sulamericana Brasil (FACUSSA), que seria instalada na Rua da Jaqueira, nº 10, bairro Saúde, no município de Salvador, no estado da Bahia, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202013557 Parecer: CNE/CES 610/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo Ltda. - Aracaju/SE Assunto: Credenciamento da Faculdade Pio Décimo (FPD), com sede no município de Aracaju, no estado de Sergipe, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Pio Décimo (FPD), com sede na Rua Estância, nº 382, Centro, no município de Aracaju, no estado de Sergipe, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de Energias Renováveis, tecnológico; Letras - Português, licenciatura e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202022468 Parecer: CNE/CES 614/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira - Itabira/MG Assunto: Credenciamento do Centro Universitário FUNCESI (UNIFUNCESI), com sede no município de Itabira, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário FUNCESI (UNIFUNCESI), com sede na Rua Venâncio Augusto Gomes, nº 50, bairro Major Lage de Cima, no município de Itabira, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202013810 Parecer: CNE/CES 615/2022 Relator: José Barroso Filho Interessado: Instituto de Ensino Superior Juvencio Terra Ltda. - ME - Vitória da Conquista/BA Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Maurício de Nassau de Vitória da Conquista, por transformação da Faculdade Uninassau Vitória da Conquista, com sede no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento de centro universitário, por transformação da Faculdade Uninassau Vitória da Conquista, com sede na Avenida Otávio Santos, nº 132, bairro Recreio, no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023865 Parecer: CNE/CES 618/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Centro de Estudos III Millenium Ltda. - Sete Lagoas/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Ciências da Vida (FCV), com sede no município de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Ciências da Vida (FCV), com sede na Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 12.632, bairro Distrito Industrial, no município de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Marketing Digital e Data Science, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202015503 Parecer: CNE/CES 619/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Associação Hospitalar de Prot. Infância Dr. Raul Carneiro - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento da Faculdades Pequeno Príncipe (IESPP), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdades Pequeno Príncipe (IESPP), com sede na Avenida Iguaçu, nº 333, bairro Rebouças, no município de Curitiba, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; tecnologia em Estética e Cosmética e tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014106 Parecer: CNE/CES 620/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Instituto Vale do Cricaré Ltda. - São Mateus/ES Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), com sede no município de São Mateus, no

estado do Espírito Santo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), com sede na Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 257, bairro Universitário, no município de São Mateus, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201927956 Parecer: CNE/CES 621/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Instituto de Defesa da Cidadania e da Transparência - IDCT - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da IDCT Faculdade (IDCT), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da IDCT Faculdade (IDCT), com sede na Rua da Bahia, nº 1.033, Centro, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202013751 Parecer: CNE/CES 622/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Associação de Educação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura Brasileira de Educação Superior do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Credenciamento da Faculdades Brasileiras de Ensino Superior do Rio de Janeiro (FABES-RIO), a ser instalada no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Voto do Relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdades Brasileiras de Ensino Superior do Rio de Janeiro (FABES-RIO), que seria instalada na Rua Professor Carlos Boisson, nº 363, bairro Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201610412 Parecer: CNE/CES 623/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessado: Centro Universitário Tobias Barreto - CEUFTB Ltda. - Tobias Barreto/SE Assunto: Credenciamento da Faculdade UNIFTB, com sede no município de Tobias Barreto, no estado de Sergipe, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade UNIFTB, com sede na Rua Tibúrcio José de Nascimento, nº 21, bairro Santa Rita, no município de Tobias Barreto, no estado de Sergipe Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201930204 Parecer: CNE/CES 629/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessada: SESP Sociedade Educacional Superior de Ponte Nova Ltda. - Ponte Nova/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP), com sede no município de Ponte Nova, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP), com sede na Rua G, nº 205, Quadra E, bairro Paraíso, no município de Ponte Nova, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202008276 Parecer: CNE/CES 630/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Fundação Educacional Dr Raul Bauab-Jahu - Jaú/SP Assunto: Credenciamento da Faculdades Integradas de Jahu (FIJ), com sede no município de Jaú, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdades Integradas de Jahu (FIJ), com sede na Rua Tenente Navarro, nº 642, bairro Chácara Miraglia, no município de Jaú, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Administração, bacharelado e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201904691 Parecer: CNE/CES 631/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessado: EducaCenter Centro de Ensino Ltda. - Rondonópolis/MT Assunto: Credenciamento da Faculdade EducaCenter Rondonópolis, com sede no município de Rondonópolis, no estado de Mato Grosso, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade EducaCenter Rondonópolis, com sede na Avenida Raimundo de Matos, nº 1.686, Centro, no município de Rondonópolis, no estado de Mato Grosso Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201908180 Parecer: CNE/CES 632/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessado: Centro de Ensino Educacional Santo André Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Credenciamento da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL), com sede no município de Porto Seguro, no estado da Bahia, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL), com sede na Rua Adno Musser, nº 2.350, BR 367, bairro Mirante, no município de Porto Seguro, no estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201928876 Parecer: CNE/CES 633/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: Associação Educacional de Coromandel - AEC - Coromandel/MG Assunto: Credenciamento de Centro Universitário, por transformação da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), com sede no município de Coromandel, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento de Centro Universitário, por transformação da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), com sede na Avenida Adolfo Timóteo da Silva, nº 433, bairro Brasil Novo, no município de Coromandel, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.017424/2016-84 Parecer: CNE/CES 636/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Universidade Federal do Pará (UFPA) - Belém/PA Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 739, de 9 de dezembro de 2021, que tratou da convalidação de estudos realizados no curso superior de Medicina, ofertado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Altamira, com sede no município de Altamira, no estado do Pará Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 739, de 9 de dezembro de 2021, e manifesto-me favorável à convalidação dos estudos realizados pelos estudantes do curso superior de Medicina, no período de 2016 a 2020, ministrado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Altamira, com sede na Rua Coronel José Porfírio, nº 2.515, bairro São Sebastião, no município de Altamira, no estado do Pará Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.006558/2022-18 Parecer: CNE/CES 638/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Maurício de Nassau de Volta Redonda (FMN Volta Redonda), com sede no município de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Maurício de Nassau de Volta Redonda (FMN Volta Redonda), com sede na Rua Trinta e Um-A, s/n, bairro Vila Santa Cecília, no município de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Maurício de Nassau de Volta Redonda (FMN Volta Redonda) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.006435/2022-87 Parecer: CNE/CES 639/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Maurício de Nassau de Itabuna (FMN de Itabuna), com sede no município de Itabuna, no estado da Bahia Voto da Relatora: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Maurício de Nassau de Itabuna (FMN de Itabuna), com sede na Rua Castro Alves, nº 64, bairro Califórnia, no município de Itabuna, no estado da Bahia, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Maurício de Nassau de Itabuna (FMN de Itabuna) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.006561/2022-31 Parecer: CNE/CES 640/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Joinville, com sede no município de Joinville, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Joinville, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 645, Centro, no município de Joinville, no estado de Santa Catarina, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Joinville Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201931562 Parecer: CNE/CES 641/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Unidade de Ensino Superior de Cacoal "PS" Ltda. - ME - Cacoal/RO Assunto: Credenciamento da Instituição de Ensino Superior de Cacoal (FANORTE CACOAL), com sede no município de Cacoal, no estado de Rondônia, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Instituição de Ensino Superior de Cacoal (FANORTE CACOAL), com sede na Rua Anísio Serrão, nº 2.325, Centro, no município de Cacoal, no estado de Rondônia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Educação Física, bacharelado e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201933040 Parecer: CNE/CES 642/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Associação Educacional Nove de Julho - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Nove de Julho de Botucatu, a ser instalada no município de Botucatu, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Nove de Julho de Botucatu, a ser instalada na Avenida Deputado Dante Delmanto, nº 2.006, bairro Vila Paulista, no município de Botucatu, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202022177 Parecer: CNE/CES 643/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessado: CETI Centro Educacional de Tecnologia Integrada EIRELI - Vitória/ES Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências Educacionais e Tecnologias Integradas (FACETI), com sede no município de Vitória, no estado do Espírito Santo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Ciências Educacionais e Tecnologias Integradas (FACETI), com sede na Rua Mário Aguirre, nº 45, bairro Jucutuquara, no município de Vitória, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023472 Parecer: CNE/CES 644/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Delwin Educacional Ltda. - Sorocaba/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Gaia, com sede no município de Sorocaba, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Gaia, com sede na Rua Mário Campestrini, nº 100, bairro Campolim, no município de Sorocaba, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 202014971 Parecer: CNE/CES 647/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: São Braz Educacional Ltda. - ME - Curitiba/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 776, de 20 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 22 de julho de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Segurança no Trânsito, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Unina, com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº

9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 776, de 20 de julho de 2022, para autorizar o funcionamento do curso superior de tecnologia em Segurança no Trânsito, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade Unina, com sede na Rua Cláudio Chatagnier, nº 112, bairro Bacacheri, no município de Curitiba, no estado do Paraná, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela SERES Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201928800 Parecer: CNE/CES 648/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessado: Instituto Crepaldi de Ensino Ltda. - Cuiabá/MT Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 628, de 29 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 2 de maio de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Odontologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Garça Branca Pantanal (FGB), com sede no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 628, de 29 de abril de 2022, para autorizar o funcionamento do curso superior de Odontologia, bacharelado, a ser ofertado pela Faculdade Garça Branca Pantanal (FGB), com sede na Rua dos Girassóis, nº 86, bairro Jardim Cuiabá, no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 202014311 Parecer: CNE/CES 649/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessado: Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. - Vespasiano/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 717, de 25 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 28 de junho de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Matemática, licenciatura, pleiteado pela Faculdade da Saúde e Ecologia Humana (FASEH), com sede no município de Vespasiano, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 717, de 25 de junho de 2022, para autorizar o funcionamento do curso superior de Matemática, licenciatura, a ser ofertado pela Faculdade da Saúde e Ecologia Humana (FASEH), com sede na Rua São Paulo, nº 958, bairro Jardim Alterosa, no município de Vespasiano, no estado de Minas Gerais, com 80 (oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Processo: 23000.028674/2021-15 Parecer: CNE/CES 650/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: FADERGS - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.023, de 3 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de novembro de 2021, alterada pela Portaria nº 1.925, de 13 de dezembro de 2021, publicada no DOU, em 14 de dezembro de 2021, aplicou medidas cautelares em face do Centro Universitário FADERGS, com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Voto da Relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.203, de 3 de novembro de 2021, alterada pela Portaria nº 1.925, de 13 de dezembro de 2021, que aplicou medidas cautelares em desfavor do Centro Universitário FADERGS, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 185, Unidade Galeria Luza, bairro Centro Histórico, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201907323 Parecer: CNE/CES 651/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: Consultoria Edufor Ltda. - ME - Fortaleza/CE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 823, de 10 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 11 de agosto de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Educação Física, licenciatura, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Edufor, com sede no município de São Luís, no estado do Maranhão Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 823, de 10 de agosto de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Educação Física, licenciatura, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade Edufor, com sede na Avenida São Luís Rei de França, nº 19, bairro Turu, no município de São Luís, no estado do Maranhão Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202113847 Parecer: CNE/CES 654/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Associação Cultural e Científica Virvi Ramos - Caxias do Sul/RS Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 768, de 26 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de julho de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Biomedicina, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Nossa Senhora de Fátima (Faculdade Fátima), com sede no município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 768, de 26 de julho de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Biomedicina, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Nossa Senhora de Fátima (Faculdade Fátima), com sede na Rua Alexandre Fleming, nº 454, bairro Madureira, no município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202008206 Parecer: CNE/CES 655/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: UNISEPE União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda. - Amparo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.771, de 9 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 10 de dezembro de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Sul Paulista de Itanhaém (FASUPI), com sede no município de Itanhaém, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.771, de 9 de dezembro de 2021, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Sul Paulista de Itanhaém (FASUPI), com sede na Rua Paulo José de Moraes, s/n, bairro Sabaúna, no município de Itanhaém, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201907317 Parecer: CNE/CES 657/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Consultoria Edufor Ltda. - ME - Fortaleza/CE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 823, de 10 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 11 de agosto de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Edufor, com sede no município de São Luís, no estado do Maranhão Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 823, de 10 de agosto de 2022, para autorizar o funcionamento do curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade Edufor, com sede na Avenida São Luís Rei da França, nº 19, bairro Turu, no município de São Luís, no estado do Maranhão, com 2.000 (duas mil) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507956 Parecer: CNE/CES 663/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessado: Instituto de Desenvolvimento Educacional de Passo Fundo Ltda. - Passo Fundo/RS Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 879, de 8 de outubro de 2019, que tratou do credenciamento da Faculdade IDEAU de Passo Fundo, com sede no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 879, de 8 de outubro de 2019, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade IDEAU de Passo Fundo, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 103, bairro Vila Petrópolis, no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201602477 Parecer: CNE/CES 664/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Associação Educacional de Jales - Jales/SP Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 455, de 5 de junho de 2019, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 199, de 23 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 24 de abril de 2019, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, pleiteado pelo Centro Universitário de Jales (Unijales), com sede no município de Jales, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 455, de 5 de junho de 2019, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 199, de 23 de abril de 2019, e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, a ser oferecido pelo Centro Universitário de Jales (Unijales), com sede na Avenida Francisco Jales, nº 1.851, bairro Loteamento Avenida, no município de Jales, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201713656 Parecer: CNE/CES 665/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Sociedade de Ensino Superior Master S/S Ltda. - ME - Parauapebas/PA Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 550, de 2 de setembro de 2020, que tratou de recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 177, de 15 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 22 de junho de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Engenharia Civil, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Master de Parauapebas (FAMAP), com sede no município de Parauapebas, no estado do Pará Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 550, de 2 de setembro de 2020, que reformou a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 177, de 15 de junho de 2020, e manifesto-me favorável ao funcionamento, pelo período de 1 (um) ano, do curso superior de Engenharia Civil, bacharelado, com 400 (quatrocentas) vagas totais anuais, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade Master de Parauapebas (FAMAP), com sede na Rua G, Quadra 63, Lote 7 e 8, nº 382-A, bairro União, no município de Parauapebas, no estado do Pará Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201717540 Parecer: CNE/CES 670/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: IEA Consultoria em Educação Limitada - Florianópolis/SC Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 79, de 27 de janeiro de 2022, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.513, de 9 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 10 de dezembro de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação, na modalidade a distância, pleiteado pela Escola Superior de Tecnologia & Gestão de Santa Catarina (EST&G), com sede no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 79, de 27 de janeiro de 2022, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 1.513, de 9 de dezembro de 2021, e manifesto-me desfavorável ao pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação, na modalidade a distância, que seria oferecido pela Escola Superior de Tecnologia & Gestão de Santa Catarina (EST&G), com sede na Rua Deputado Edu Vieira, nº 1.524, bairro Pantanal, no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201808288 Parecer: CNE/CES 671/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: Organização Tecnológica de Ensino Ltda. - Salvador/BA Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 62, de 28 de janeiro de 2021, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 293, de 8 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de outubro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Medicina Veterinária, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC Juazeiro), com sede no município de Juazeiro, no estado da Bahia Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 62, de 28 de janeiro de 2021, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 293, de 8 de outubro de 2020, e manifesto-me desfavorável ao pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Medicina Veterinária, bacharelado, que seria oferecido pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC Juazeiro), com sede na Rua Canadá, nº 309, bairro Santa Maria Gorete, no município de Juazeiro, no estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201903379 Parecer: CNE/CES 673/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Escola Técnica de Bacabeira Ltda. - ME - Bacabeira/MA Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 555, de 2 de setembro de 2020, que tratou de recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 223, de 8 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de julho de 2020, autorizou o funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, pleiteado pelo Centro de Ensino Superior de Bacabeira (CESBA), com sede no município de Bacabeira, no estado do Maranhão, contudo, determinou a redução de 90 (noventa) para 68 (sessenta e oito) vagas totais anuais Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 555, de 2 de setembro de 2020, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 223, de 8 de julho de 2020, e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, a ser oferecido pelo Centro de Ensino Superior de Bacabeira (CESBA), com sede na Rua dos Bacurizeiros, nº 13, Centro, no município de Bacabeira, no estado do Maranhão, com 68 (sessenta e oito) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201926122 Parecer: CNE/CES 674/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Faculdade de Administração, Ciências e Educação - FAMART Ltda. - Itaúna/MG Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 493, de 2 de setembro de 2021, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que por meio da Portaria nº 818, de 5 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 6 de agosto de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Matemática, licenciatura, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade FAMART, com sede no município de Itaúna, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 493, de 2 de setembro de 2021, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 818, de 5 de agosto de 2021, e manifesto-me desfavorável ao pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Matemática, licenciatura, na modalidade a distância, que seria oferecido pela Faculdade FAMART, com sede na Rua Osório Santos, nº 207, bairro Nogueira Machado, no município de Itaúna, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201901016 Parecer: CNE/CES 675/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Sociedade Educacional Santo Ângelo Ltda. - Santo Ângelo/RS Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 352, de 17 de junho de 2020, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 120, de 22 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 23 de abril de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Engenharia Elétrica, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Santo Ângelo (FASA), com sede no município de Santo Ângelo, no estado do Rio Grande do Sul Voto da Relatora: Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 352, de 17 de junho de 2020, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 120, de 22 de abril de 2020, e manifesto-me desfavorável ao pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Engenharia Elétrica, bacharelado, que seria oferecido pela Faculdade de Santo Ângelo (FASA), com sede na Rua do Seminário, s/n, bairro Vera Cruz, no município de Santo Ângelo, no estado do Rio Grande do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014018 Parecer: CNE/CES 679/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessada: IGESP Educação e Saúde Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 674, de 8 de dezembro de 2021, que tratou do credenciamento da Faculdade de Ciências da Saúde IGESP, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 674, de 8 de dezembro de 2021, e manifesto-me favorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Ciências da Saúde IGESP, com sede na Rua da Consolação, nº 1.025, de 1.101 a 2.459, lado ímpar, bairro Consolação, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Gestão Hospitalar, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000400/2022-24 Parecer: CNE/CES 681/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Poline Souza de Andrade - Osasco/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Administração, bacharelado, na modalidade a distância, ministrado no polo de Osasco, no estado de São Paulo, pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (Estácio Ribeirão Preto), com sede no município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Poline Souza de Andrade, no curso superior de Administração, bacharelado, no período de 2016 a 2022, na modalidade a distância, ministrado no polo de Osasco, no estado de São Paulo, pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (Estácio Ribeirão Preto), com sede no município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201716521 Parecer: CNE/CES 683/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Centro de Ensino e Pesquisa Unigrad Ltda. - ME - Vitória da Conquista/BA Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 375, de 8 de julho de 2020, que tratou do credenciamento da Faculdade Sudoeste Interativa (FASU Interativa), com sede no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 375, de 8 de julho de 2020, e manifesto-me favorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Sudoeste Interativa (FASU Interativa), com sede na Avenida Vivaldo Mendes Ferraz, nº 876, bairro Recreio, no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201819848 Parecer: CNE/CES 684/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: UNINPE - Universo Interativo Programas Educacionais Ltda. - Porto Alegre/RS Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 552, de 2 de setembro de 2020, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 221, de 8 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de julho de 2020, autorizou o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Tecnológica Latino Americana (FATLA), com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, contudo, determinou a redução de 100 (cem) para 50 (cinquenta) vagas totais anuais Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 552, de 2 de setembro de 2020, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 221, de 8 de julho de 2020, e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Tecnológica Latino Americana (FATLA), com sede na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, nº 4.879, bairro Rubem Berta, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000420/2022-03 Parecer: CNE/CES 689/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: Michelle Calazans de Souza Silva - Guarulhos/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Direito, bacharelado, ministrado pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Michelle Calazans de Souza Silva, no curso superior de Direito, bacharelado, no período de 2018 a 2022, ministrado pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000386/2022-69 Parecer: CNE/CES 692/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: Ana Carolina Tiburcio Sampaio - Botucatu/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Direito, bacharelado, ministrado pela Faculdade Iteana de Botucatu (FITB), com sede no município de Botucatu, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Ana Carolina Tiburcio Sampaio, no curso superior de Direito, bacharelado, no período de 2016 a 2021, ministrado pela Faculdade Iteana de Botucatu (FITB), com sede no município de Botucatu, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.030843/2019-54 Parecer: CNE/CES 693/2022 Comissão: Maurício Eliseu Costa Romão (Presidente), Marco Antonio Marques da Silva (Relator), Aristides Cimadon e Robson Maia Lins (membros) Interessada: Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC) - Brasília/DF Assunto: Consulta sobre o cumprimento dos artigos 3º e 4º da Resolução CNE/CES nº 1, de 22 de maio de 2017, que trata do encerramento da oferta dos cursos sequenciais de formação específica Voto da Comissão: Responda-se à interessada, nos termos deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília-DF, 7 de dezembro de 2022.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário-Executivo

SÚMULA DE PARECER CNE/CES 733/2022
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 3, 4, 5 E 6 DO MÊS DE OUTUBRO/2022

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23000.028458/2020-81 Parecer: CNE/CES 733/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) - Brasília/DF Assunto: Proposta de versão atualizada do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) 2022 Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso V, do Decreto nº 9.235/2017, voto favoravelmente à atualização do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) 2022, relacionado nas planilhas anexas ao presente Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. O Parecer citado encontra-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e será divulgado na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília-DF, 7 de dezembro de 2022.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário-Executivo

ANEXO

APÊNDICE A
ALTERAÇÕES NO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA
A I - ALTERAÇÃO NA DENOMINAÇÃO DE CURSOS

Nº	Eixo Tecnológico	CNCST 2016	Nova Denominação
1	Gestão e Negócios	Negócios Imobiliários	Gestão de Negócios Imobiliários
2	Informação e Comunicação	Tecnologia Em Defesa Cibernética	Segurança Cibernética
3	Militar	Gestão de Comunicações Militares	Tecnologia em Comunicações Militares
4	Produção Industrial	Papel e Celulose	Celulose e Papel
5	Segurança	Segurança no trabalho	Segurança do trabalho
6	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Eventos	Gestão de eventos

A II - MUDANÇA DE CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE CURSOS

Nº	Eixo Tecnológico	Curso	Carga horária mínima anterior (Edição 2016)	Nova carga horária mínima
1	Militar	Artilharia	1600	2400
2	Militar	Cavalaria	1600	2400
3	Militar	Comunicações Aeronáuticas	2400	1600
4	Militar	Fotointeligência	2400	1600
5	Militar	Gerenciamento de Tráfego Aéreo	2400	1600
6	Militar	Comunicações Militares	1600	2400
7	Militar	Gestão da Manutenção Aeronáutica	2400	1600
8	Militar	Infantaria	1600	2400
9	Militar	Meteorologia Aeronáutica	2400	1600
10	Militar	Sistemas de Armas	2400	1600

A III - MUDANÇA DO CURSO DE EIXO TECNOLÓGICO

Nº	Curso	Eixo tecnológico anterior (CNCST - Edição 2016)	Novo eixo tecnológico
1	Gestão da Produção Industrial	Controle e Processos Industriais	Produção Industrial
2	Processos Metalúrgicos	Controle e Processos Industriais	Produção Industrial
3	Fabricação Mecânica	Produção Industrial	Controle e Processos Industriais

A IV - INCLUSÃO DE CURSO

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação do curso	Carga horária mínima
1	Ambiente e Saúde	Podologia	1600
2	Controle e Processos Industriais	Gestão de Energia e Eficiência Energética	2400
3	Desenvolvimento Educacional e Social	Educação Social	2000
4	Desenvolvimento Educacional e Social	Design Educacional	2000
5	Gestão e Negócios	Gestão de Serviços Judiciais e Notariais	1600
6	Informação e Comunicação	Internet das Coisas	2000
7	Militar	Manutenção de Aeronave de Asa Rotativa	2400
8	Militar	Música Militar	2400
9	Militar	Saúde Militar	2400
10	Militar	Topografia Militar	2400
11	Militar	Intendência	2400
12	Militar	Manutenção de Comunicações Militares	2400
13	Militar	Manutenção de Armamento Militar	2400
14	Militar	Manutenção de Viatura Militar	2400
15	Militar	Manutenção de Viatura Blindada	2400
16	Militar	Manutenção de Metal-Mecânica Militar	2400
17	Produção Alimentícia	Produção de Cerveja	2400
18	Produção Cultural e Design	Escrita Criativa	1600
19	Produção Cultural e Design	Luteria	1600
20	Produção Cultural e Design	Mídias Sociais Digitais	1600
21	Produção Industrial	Biotecnologia	2400
22	Produção Industrial	Cosméticos	2400
23	Produção Industrial	Projetos de Estruturas Aeronáuticas	2400
24	Recursos Naturais	Apicultura e Meliponicultura	2000
25	Recursos Naturais	Mecanização em Agricultura de Precisão	2400

A V - EXCLUSÃO DE CURSO

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação do curso
1	Informação e Comunicação	Gestão de Telecomunicações
2	Infraestrutura	Materiais de Construção
3	Infraestrutura	Obras Hidráulicas
4	Infraestrutura	Sistemas de Navegação Fluvial
5	Produção Alimentícia	Processamento de Carnes
6	Recursos Naturais	Beneficiamento de Minérios
7	Recursos Naturais	Explotação de Recursos Minerais

APÊNDICE B
INCLUSÃO DE DENOMINAÇÕES NA TABELA DE CONVERGÊNCIA

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Estética e Cosmética	Embelezamento e imagem pessoal
Gestão Hospitalar	Gestão de saúde pública
Saneamento Ambiental	Obras hidráulicas
Oftálmica	Tecnologia oftálmica
Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Automação Industrial	Automação e manufatura digital Manufatura avançada
Eletrônica Industrial	Microeletrônica
Eletrotécnica Industrial	Instalações elétricas
Fabricação Mecânica	Mecânica automobilística
Refrigeração e Climatização	Refrigeração, ventilação e ar-condicionado
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Gestão de Serviços Judiciais e Notariais	Gestão de Serviços Judiciários e Notariais Gestão de Serviços Jurídicos Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais Gestão de Serviços Jurídicos, Notariais e de Registro Organização de Serviços Judiciários Serviços Judiciais Serviços Jurídicos Serviços Jurídicos e Notariais Serviços Jurídicos, Cartorários e Notariais Serviços Jurídicos, Notariais e de Registro Serviços Notariais e Jurídicos Serviços Notariais e Registrais Serviços Notarial e Registral Serviços Registrais e Notariais
Gestão Financeira	*Blockchain*, criptomoedas e finanças na era digital
Gestão de negócios imobiliários	Negócios imobiliários
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Banco de Dados	*Big data* e *business intelligence* Ciência de dados
Sistemas de Telecomunicações	Gestão de Telecomunicação
Telemática	Comunicação digital Eletrônica de sistemas digitais Eletrônica, modalidade comunicações Eletrônica, modalidade telecomunicações Redes de comunicação de dados Sistemas eletrônicos de comunicação Telecomunicações digitais
Internet das Coisas	Internet das coisas e computação em nuvem
	Iot e computação em nuvem
Segurança Cibernética	Cibersegurança Defesa Cibernética
Segurança da Informação	*Blockchain* e criptografia digital
Eixo Tecnológico: Infraestrutura	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Controle de Obras	Materiais de construção
Eixo Tecnológico: Produção Industrial	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Cerâmica	Materiais
Celulose e Papel	Papel e Celulose
Gestão da Produção Industrial	Gerência da Indústria
Petróleo e Gás	Gestão para a Indústria de Petróleo e Gás Gestão para a Indústria Petroquímica Produção de Petróleo e Gás
Polímeros	Desenvolvimento de Produtos Plásticos Materiais
Processos Químicos	Tratamento de Superfícies para a Indústria Moveleira
Produção de Vestuário	Processos de Produção de Vestuário
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Mineração	Beneficiamento de Minérios Explotação de Recursos Minerais
Produção de Grãos	Produção Agropecuária

Eixo Tecnológico: Segurança	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Gestão de Segurança Privada	Gestão de Segurança e Empreendimentos
Segurança do Trabalho	Gestão de Segurança e Meio Ambiente Segurança no Trabalho
Investigação e Perícia Judicial	Investigação e Perícia Criminal Investigação Forense e Perícia Criminal Investigação Profissional
Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer	
Título no Catálogo	Denominação convergente
Gestão de Turismo	Turismo patrimonial e socioambiental
Gestão de Eventos	Eventos

APÊNDICE C
INCLUSÕES NA TABELA DE SUBMISSÃO

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde
1. Embelezamento e imagem pessoal 2. Gestão de Saúde Pública 3. Óptica e Optometria 4. Optometria 5. Toxicologia Ambiental 6. Toxicologia Analítica
Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais
7. Microeletrônica
Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social
8. Educação e processos de trabalho: alimentação escolar 9. Psicomotricidade e ludicidade na educação infantil 10. Qualidade de vida na contemporaneidade 11. Reconecte - curso EaD sobre uso adequado das novas tecnologias: tecnologia, família e dignidade humana; tecnologia e saúde; segurança digital. 12. Tecnologia com ênfase na educação, cultura e cidadania digital 13. Tecnologia e aspectos da dignidade da pessoa humana 14. Tecnologias educacionais 15. Tutoria de educação à distância
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
16. Análise de dados esportivos 17. Assessoria executiva digital 18. Auditoria em saúde 19. *Coaching* e desenvolvimento humano 20. *Blockchain*, criptomoedas e finanças na era digital 21. Empreendedorismo 22. Empreendedorismo e novos negócios 23. Gestão da inovação e empreendedorismo 24. Gestão da inovação e empreendedorismo digital 25. Gestão de clubes e federações 26. Gestão de dados 27. Gestão de lojas e pontos de vendas 28. Gestão de micro e pequenas empresas 29. Gestão de negócios digitais 30. Gestão de negócios e inovação 31. Gestão de organizações do terceiro setor 32. Gestão de partidos políticos 33. Gestão de serviços 34. Gestão de *startups* e empreendedorismo digital 35. Gestão do e-commerce e sistemas logísticos 36. Gestão empreendedora 37. Gestão empreendedora de serviços 38. Gestão empresarial 39. Gestão estratégica empresarial 40. Gestão global trading: negócios, logística e finanças globais 41. Gestão imobiliária 42. Gestão tributária 43. Marketing desportivo 44. Marketing digital 45. Negócios digitais 46. Processos de inovação 47. Secretariado e assessoria internacional 48. Serviços judiciais 49. Serviços notarial e registral 50. Varejo digital
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação
51. Análise de dados 52. Análise de dados esportivos 53. Arquitetura de dados 54. *Big data* e *business intelligence* 55. *Big data* e inteligência analítica 56. *Big data* e inteligência analítica 57. *Big data* e inteligência artificial 58. *Big data* no agronegócio 59. *Big data* no agronegócio 60. *Big data* para negócios 61. *Blockchain* e criptografia digital 62. Cibersegurança 63. Ciência de dados 64. Ciência de dados e *big data* 65. Ciência de dados e inteligência artificial 66. Ciências de dados e análise de comportamento 67. Cientista de dados 68. Computação em nuvem 69. Game design 70. Gestão de *cloud computing* 71. Gestão de dados 72. Gestão de telecomunicações 73. Infraestrutura de telecomunicações 74. Iot e computação em nuvem 75. Serviços de telecomunicações
Eixo Tecnológico: Infraestrutura
76. Construção civil, modalidade: obras hidráulicas 77. Construção civil, modalidade: obras hidráulicas 1. Construção de empreendimentos esportivos 78. Construção e manutenção de sistemas de navegação fluvial 79. Hidráulica e saneamento ambienta 80. Hidráulica e saneamento ambiental 81. Instalações hospitalares 82. Materiais de construção 83. Obras hidráulicas 84. Saneamento e recursos hídricos 2. Sistema naval 85. Sistemas de navegação 86. Sistemas de navegação fluvial 87. Sistemas navais

Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia
88. Segurança alimentar 89. Processamento de carnes
Eixo Tecnológico: Produção Industrial
90. Materiais 91. Desenvolvimento de produtos plásticos 92. Nanotecnologia
Eixo Tecnológico: Segurança
93. Crimes cibernéticos e seus efeitos na família 94. Gestão de trânsito e mobilidade urbana 95. Gestão de trânsito e mobilidade urbana 96. Investigação forense e investigação criminal 97. Mediação 98. Segurança privada 99. Segurança pública municipal
Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer
100. Futebol

APÊNDICE D
EXTRATO CONSOLIDADO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA
2022

	Eixo tecnológico	Denominação do curso	CH mínima
1	AMBIENTE E SAÚDE	Estética e Cosmética	2000h
2	AMBIENTE E SAÚDE	Gestão Ambiental	1600h
3	AMBIENTE E SAÚDE	Gestão de Recursos Hídricos	1600h
4	AMBIENTE E SAÚDE	Gestão de Resíduos Sólidos	1600h
5	AMBIENTE E SAÚDE	Gestão Hospitalar	2400h
6	AMBIENTE E SAÚDE	Podologia	1600h
7	AMBIENTE E SAÚDE	Radiologia	2400h
8	AMBIENTE E SAÚDE	Saneamento Ambiental	1600h
9	AMBIENTE E SAÚDE	Sistemas Biomédicos	2400h
10	AMBIENTE E SAÚDE	Oftálmica	2400h
11	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Automação Industrial	2400h
12	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Eletrônica Industrial	2400h
13	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Eletrotécnica Industrial	2400h
14	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Energias Renováveis	2000h
15	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Fabricação Mecânica	2400h
16	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Gestão de Energia e Eficiência Energética	2400h
17	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Manutenção de Aeronaves	2400h
18	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Manutenção Industrial	2400h
19	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Mecânica de Precisão	2400h
20	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Mecatrônica Industrial	2400h
21	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Refrigeração e Climatização	2400h
22	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Sistemas Automotivos	2400h
23	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Sistemas Elétricos	2400h
24	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRAIS	Soldagem	2400h
25	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	Processos Escolares	2000h
26	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	Design Educacional	2000h
27	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	Educação Social	2000h
28	GESTÃO E NEGÓCIOS	Comércio Exterior	1600h
29	GESTÃO E NEGÓCIOS	Comunicação Institucional	1600h
30	GESTÃO E NEGÓCIOS	Gestão Comercial	1600h
31	GESTÃO E NEGÓCIOS	Gestão da Qualidade	1600h
32	GESTÃO E NEGÓCIOS	Gestão de Cooperativas	1600h
33	GESTÃO E NEGÓCIOS	Gestão de Recursos Humanos	1600h
34	GESTÃO E NEGÓCIOS	Gestão Financeira	1600h
35	GESTÃO E NEGÓCIOS	Gestão Pública	1600h
36	GESTÃO E NEGÓCIOS	Logística	1600h
37	GESTÃO E NEGÓCIOS	Marketing	1600h
38	GESTÃO E NEGÓCIOS	Gestão de Negócios Imobiliários	1600h
39	GESTÃO E NEGÓCIOS	Processos Gerenciais	1600h
40	GESTÃO E NEGÓCIOS	Secretariado	1600h
41	GESTÃO E NEGÓCIOS	Gestão de Serviços Judiciais e Notariais	1600h
42	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Agrocomputação	2400h
43	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2000h
44	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Banco de Dados	2000h
45	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Segurança Cibernética	2000h
46	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Gestão da Tecnologia da Informação	2000h
47	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Internet das Coisas	2000h
48	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Jogos Digitais	2000h
49	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Redes de Computadores	2000h
50	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Redes de Telecomunicações	2400h
51	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Segurança da Informação	2000h
52	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Sistemas de Telecomunicações	2400h
53	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Sistemas Embarcados	2400h
54	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Sistemas Para Internet	2000h
55	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Telemática	2400h
56	INFRAESTRUTURA	Agrimensura	2400h
57	INFRAESTRUTURA	Construção de Edifícios	2400h
58	INFRAESTRUTURA	Controle de Obras	2400h
59	INFRAESTRUTURA	Estradas	2400h
60	INFRAESTRUTURA	Geoprocessamento	2400h
61	INFRAESTRUTURA	Gestão Portuária	1600h
62	INFRAESTRUTURA	Pilotagem Profissional de Aeronaves	1600h
63	INFRAESTRUTURA	Sistemas de Navegação Fluvial	1600h
64	INFRAESTRUTURA	Transporte Aéreo	1600h
65	INFRAESTRUTURA	Transporte Terrestre	1600h
66	MILITAR	Artilharia	2400h
67	MILITAR	Cavalaria	2400h
68	MILITAR	Comunicações Aeronáuticas	1600h
69	MILITAR	Comunicações Militares	2400h
70	MILITAR	Construções Militares	2400h
71	MILITAR	Fotointeligência	1600h
72	MILITAR	Gerenciamento de Tráfego Aéreo	1600h
73	MILITAR	Gestão da Manutenção Aeronáutica Militar	1600h
74	MILITAR	Infantaria	2400h
75	MILITAR	Intendência	2400h
76	MILITAR	Manutenção de Aeronave de Asa Rotativa	2400h
77	MILITAR	Manutenção de Armamento Militar	2400h
78	MILITAR	Manutenção de Comunicações Militares	2400h
79	MILITAR	Manutenção de Viatura Blindada	2400h
80	MILITAR	Manutenção de Viatura Militar	2400h
81	MILITAR	Manutenção Metal-Mecânica Militar	2400h
82	MILITAR	Meteorologia Aeronáutica	1600h
83	MILITAR	Música Militar	2400h
84	MILITAR	Saúde Militar	2400h
85	MILITAR	Sistemas de Armas da Aeronáutica	1600h
86	MILITAR	Topografia Militar	2400h
87	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Agroindústria	2400h
88	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Alimentos	2400h

89	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Laticínios	2400h
90	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Produção de Cacau e Chocolate	2400h
91	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Produção de Cachaça	2400h
92	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Produção de Cerveja	2400h
93	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Viticultura e Enologia	2400h
94	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Comunicação Assistiva	1600h
95	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Conservação e Restauro	1600h
96	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Design de Animação	1600h
97	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Design de Interiores	1600h
98	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Design de Moda	1600h
99	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Design de Produto	1600h
100	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Design Gráfico	1600h
101	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Escrita Criativa	1600h
102	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Fotografia	1600h
103	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Luteria	1600h
104	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Mídias Sociais Digitais	1600h
105	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Produção Audiovisual	1600h
106	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Produção Cênica	1600h
107	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Produção Cultural	2400h
108	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Produção Fonográfica	1600h
109	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Produção Multimídia	1600h
110	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Produção Publicitária	1600h
111	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Biocombustíveis	2400h
112	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Biotecnologia	2400h
113	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Cerâmica	2400h
114	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Construção Naval	2400h
115	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Cosméticos	2400h
116	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Celulose e Papel	2400h
117	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Gestão da Produção Industrial	2400h
118	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Petróleo e Gás	2400h
119	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Polímeros	2400h
120	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Processos Metalúrgicos	2400h
121	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Processos Químicos	2400h
122	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Produção de Vestuário	2400h
123	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Produção Gráfica	2400h
124	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Produção Joalheira	2000h
125	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Produção Moveleira	2400h
126	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Produção Sucroalcooleira	2400h
127	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Produção Têxtil	2400h
128	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Projetos de Estruturas Aeronáuticas	2400h
129	RECURSOS NATURAIS	Agroecologia	2400h
130	RECURSOS NATURAIS	Apicultura e Meliponicultura	2400h
131	RECURSOS NATURAIS	Gestão do Agronegócio	2400h
132	RECURSOS NATURAIS	Aquicultura	2400h
133	RECURSOS NATURAIS	Cafeicultura	2400h
134	RECURSOS NATURAIS	Fruticultura	2400h
135	RECURSOS NATURAIS	Horticultura	2400h
136	RECURSOS NATURAIS	Irrigação e Drenagem	2400h
137	RECURSOS NATURAIS	Mecanização em Agricultura de Precisão	2400h
138	RECURSOS NATURAIS	Mineração	2400h
139	RECURSOS NATURAIS	Produção de Grãos	2400h
140	RECURSOS NATURAIS	Produção Pesqueira	2000h
141	RECURSOS NATURAIS	Rochas Ornamentais	2400h
142	RECURSOS NATURAIS	Silvicultura	2400h
143	SEGURANÇA	Gestão de Segurança Privada	1600h
144	SEGURANÇA	Investigação e Perícia Judicial	2400h
145	SEGURANÇA	Segurança do Trabalho	2400h
146	SEGURANÇA	Segurança no Trânsito	1600h
147	SEGURANÇA	Segurança Pública	1600h
148	SEGURANÇA	Serviços Penais	1600h
149	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	Gestão de Eventos	1600h
150	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	Gastronomia	1600h
151	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	Gestão de Turismo	1600h
152	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	Gestão Desportiva e de Lazer	1600h
153	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	Hotelaria	1600h

RETIFICAÇÃO

Na Súmula Complementar referente à Reunião Ordinária de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 28/11/2022, Seção 1, pp. 46 a 51, no Parecer CNE/CES nº 539/2022, p. 48, onde se lê: "Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Maranhense de Ensino e Cultura (IMEC), com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 2.775, bairro Rebouças, no município de São Luís, no estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017", leia-se: "Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Maranhense de Ensino e Cultura (IMEC), com sede na Avenida João Pessoa, nº 214-B, bairro João Paulo, no município de São Luís, no estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017".

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.778/GR/IFAM, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022

O REITOR PRO TEMPORE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 08/06/2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU Nº 106, de 09/06/2021, Seção 2, pág. 1, e; CONSIDERANDO o inciso X do art. 42 do Regimento Geral do IFAM; CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 49/2022-DG/CMDI, de 29/09/2022, resolve:

Art. 1º ALTERAR a estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM/Campus Manaus Distrito Industrial, conforme abaixo:

	NOMENCLATURA	VINCULAÇÃO	CÓDIGO
DE	Coordenação de Pós-Graduação	DPPIT	FG-02
PARA	Núcleo de Pós-Graduação	DPPIT	S/F

	NOMENCLATURA	VINCULAÇÃO	CÓDIGO
DE	Núcleo de Saúde	DIPEXPI	S/F
PARA	Coordenação de Saúde	DIPEXPI	FG-02

Art. 2º Compete ao Núcleo de Pós-Graduação:

I. apoiar e orientar o encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos lato e stricto sensu;

II. promover reuniões com os Coordenadores, a fim de discutir questões relacionadas à qualidade do Curso;

III. assessorar o Departamento de Pesquisa na atualização e aplicação das diretrizes e regulamentos dos cursos de Pós-Graduação;

IV. propor medidas que favoreçam a expansão do Ensino de Pós-Graduação;

V. colaborar conjuntamente com a Diretoria na política de capacitação e qualificação de servidores do Campus;

VI. supervisionar o trâmite dos processos internos relacionados aos cursos de Pós-Graduação;

VII. opinar sobre a implantação, reformulação ou extinção de Cursos de Pós-Graduação;

VIII. organizar informações, visando à divulgação interna e externa dos cursos de Pós-Graduação;

IX. apreciar as propostas de convênios relativos ao desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação com Instituições de Ensino e/ou Pesquisa;

X. elaborar planilhas de viabilidade financeira de Cursos de Pós-Graduação;

XI. acompanhar a execução dos cursos de Pós-Graduação, conforme o projeto pedagógico;

XII. acompanhar a execução de planilhas de custos acordados na ocasião de aprovação e implantação dos cursos de Pós-Graduação financiados;

XIII. apoiar processos seletivos para cursos lato e stricto sensu;

XIV. elaborar e apresentar relatórios técnicos das atividades desenvolvidas semestralmente versus resultados alcançados dos cursos de Pós-Graduação;

XV. exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas pelo Departamento de pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica;

XVI. manter o controle e guarda do patrimônio do setor repassado para sua responsabilidade;

XVII. elaborar relatórios das atividades para atualizações constantes do setor;

XVIII. realizar levantamento de patrimônio quando destituído do comando do setor;

XIX. incentivar a participação em programas prioritários para investimento em desenvolvimento da região.

Art. 3º Compete à Coordenação de Saúde:

A Coordenação de Saúde (CS), subordinado ao Departamento de Extensão, Relações Empresariais e Comunitárias, é responsável por planejar, organizar, coordenar e executar as ações de promoção de saúde e prevenção de agravos, assistência, recuperação e educação em saúde.

A Coordenação atende a comunidade acadêmica, atuando na assistência e educação para saúde, com atendimento de enfermagem, médico e odontológico, dando suporte à Coordenação Multiprofissional de Assistência ao Educando.

Compete ao Serviço de Enfermagem:

I. orientar à comunidade acadêmica sobre direitos, deveres, serviços e programas dentro das respectivas áreas de competências dos membros do núcleo;

II. apoiar a política de permanência e êxito por meio de ações que garantam a qualidade da saúde física e mental dos discentes;

III. apoiar no desenvolvimento de projetos transversais que possam favorecer as relações interpessoais saudáveis;

IV. implementar ações para promoção da saúde junto à comunidade;

V. prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro;

VI. organizar ambiente de trabalho;

VII. trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

VIII. prestar assistência ao paciente e/ou usuário em clínicas, hospitais, ambulatórios, navios, postos de saúde e em domicílio;

IX. realizar consultas e procedimentos de maior complexidade, prescrevendo ações; X. implementar ações para promoção da saúde junto à comunidade;

XI. coordenar programas e serviços em saúde;

XII. assessorar nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIII. ministrar cursos e palestras;

XIV. produzir relatório, ao fim de cada semestre, com prestação de conta das atividades desenvolvidas.

Compete ao Serviço Médico:

I. orientar à comunidade acadêmica sobre direito, deveres, serviços e programas dentro das respectivas áreas de competências dos membros do núcleo;

II. apoiar a política de permanência e êxito por meio de ações que garantam a qualidade da saúde física e mental dos discentes;

III. apoiar no desenvolvimento de projetos transversais que possam favorecer as relações interpessoais saudáveis;

IV. implementar ações para promoção da saúde;

V. realizar consultas e atendimentos médicos;

VI. tratar pacientes;

VII. implementar ações para promoção da saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas;

VIII. coordenar programas e serviços em saúde;

IX. elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica;

X. assessorar nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XI. ministrar cursos e palestras;

XII. produzir relatório, ao fim de cada semestre, com prestação de conta das atividades desenvolvidas.

Compete ao Serviço de Odontologia:

I. orientar à comunidade acadêmica sobre direito, deveres, serviços e programas dentro das respectivas áreas de competências dos membros do núcleo;

II. apoiar a política de permanência e êxito por meio de ações que garantam a qualidade da saúde física e mental dos discentes;

III. apoiar no desenvolvimento de projetos transversais que possam favorecer as relações interpessoais saudáveis;

IV. atender e orientar pacientes e executar tratamento odontológico;

V. realizar consultas e atendimentos odontológicos, realizando, entre outras atividades, radiografias e ajuste oclusal, aplicação de anestesia, extração de dentes, tratamento de doenças gengivais e canais, cirurgias bucomaxilofaciais, implantes, tratamentos estéticos e de reabilitação oral, confecção de prótese oral e extra-oral;

VI. diagnosticar e avaliar pacientes e planejar tratamento;

VII. implementar ações para promoção da saúde;

VIII. realizar auditorias e perícias odontológicas;

IX. administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança;

X. assessorar nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XI. ministrar cursos e palestras;

XII. produzir relatório, ao fim de cada semestre, com prestação de conta das atividades desenvolvidas.

Art. 4º Os efeitos financeiros dessa alteração entram em vigor a partir desta data.

Art. 5º À PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGESP, para as providências que se fizerem necessárias.

JAIME CAVALCANTE ALVES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIAS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o disposto no item III, do artigo 37 da Constituição Federal; resolve:

Nº 2.013 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade do Concurso Público, do Edital de Homologação nº 391/2020 de 24/12/2020, publicado no DOU de 29/12/2020, referente ao Edital de Abertura nº 481/2019 de 17/12/2019, publicado no DOU de 18/12/2019, para provimentos do cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior.

Nº 2.014 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade do Concurso Público, do Edital de Homologação nº 378/2020 de 04/12/2020, publicado no DOU de 08/12/2020, referente ao Edital de Abertura nº 481/2019 de 17/12/2019, publicado no DOU de 18/12/2019, para provimentos do cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior.

Nº 2.015 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados do Edital de Homologação de Resultados nº 455/2021 de 28/12/2021, publicado no DOU de 29/12/2021, referente ao Edital de Abertura nº 406/2021, de 18/11/2021, publicado no DOU de 19/11/2021, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

ROBERLAINE RIBEIRO JORGE

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

PORTARIA Nº 1.570, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Portos, proposto pela empresa Petróleo Sabbá S/A.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 46, de 11 de março de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021, e o que consta no Processo nº 50000.037153/2022-02, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Portos, proposto pela empresa Petróleo Sabbá S.A., CNPJ nº 04.169.215/0001-91, denominado "Porto Organizado de Santarém - STM04", que tem por objeto a implantação de infraestrutura para movimentação e armazenagem de granéis líquidos, na área STM04, localizada no Porto Organizado de Santarém, no Município de Santarém, no Estado do Pará, referente ao Contrato de Arrendamento nº 01/2018-MInfra, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A empresa a que se refere o art. 1º deverá informar à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura quando da conclusão do projeto ou do pedido de cancelamento da habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão ou do pedido de cancelamento, nos termos do disposto no art. 17, da Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.037153/2022-02 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO

ANEXO

ANEXO	
Nome Empresarial	Petróleo Sabbá S.A.
CNPJ	04.169.215/0001-91
Tipo	Portos Organizados
Descrição do Projeto	Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado "Porto Organizado de Santarém - STM04", que tem por objeto a implantação de infraestrutura para movimentação e armazenagem de granéis líquidos, na área STM04, localizada no Porto Organizado de Santarém, no Município de Santarém, no Estado do Pará, referente ao Contrato de Arrendamento nº 01/2018-MInfra, contemplando, dentre outros, os seguintes serviços e obras: - construção de 7 tanques verticais com capacidade nominal de 15.854 m³ cada, destinado a armazenagem de combustíveis, com diâmetro de 30,57 metros e altura de 21,60 metros; - construção de novo píer flutuante para operação de balsas em STM04; - construção de novo sistema de combate a incêndio para adequar a nova capacidade operacional; - adequação do berço público 201 (constituído de *dolfins*) para habilitar a operação de granéis líquidos e interligação à área arrendada; e - construção de edificações de apoio operacional como por exemplo, prédio multiuso e abrigo de motoristas.
Localização	Estado do Pará
Estimativa de Investimento	R$ 205.000.000,00
Estimativas das Suspensões Fiscais	R$ 18.962.500,00

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 9.951, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, incisos VII e XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na seção 139.503 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC 139, Emenda 05, e no art. 52 da Instrução Normativa n° 154, de 20 de março de 2020, e

Considerando a relevância da disponibilização do serviço público prestado e da segurança das operações aéreas e aeroportuárias; e

Considerando o constante dos autos do processo nº 00058.081674/2015-26, resolve:

Art. 1º Aprovar para o Aeroporto Internacional Pinto Martins/Fortaleza (SBFZ) o nível equivalente de segurança operacional relativo ao parágrafo 154.217 (e)(1) do RBAC 154, Emenda 07, devido à separação inferior entre o eixo da pista de táxi "J" (no trecho entre a pista de táxi "G" e a pista 13) e o eixo da pista de pouso e decolagem 13/31 para operações de taxiamento de aeronaves de código de referência "E".

Parágrafo único. O nível equivalente de segurança operacional, aprovado nos termos do caput, fica condicionado à seguinte ação do operador de aeródromo:

I - em Condições Meteorológicas de Voo por Instrumento (IMC), proibir operação de aeronaves com letra de código de referência "E" na pista de táxi "J" no trecho entre a pista de táxi "G" e a pista 13, enquanto houver operação de pouso ou decolagem de aeronaves classificadas com número de código de referência 3 ou 4 na pista de pouso e decolagem 13/31.

Art. 2º A aprovação nos termos do artigo 1º deverá ser acompanhada da avaliação contínua pelo operador de aeródromo quanto à eficácia das medidas adotadas de forma a garantir a manutenção do nível equivalente de segurança operacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 9.952, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo no 00058.081674/2015-26, resolve:

Art. 1º Promover a seguinte alteração na Portaria nº 3.869, de 17 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2018, Seção 1, páginas 249 e 250, que concedeu o Certificado Operacional de Aeroporto nº 09/SBFZ/2018 à Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza, operador do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins (código CIAD: CE0001):

I - incluir o inciso IV do art. 2º, a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

IV - Restrições operacionais:

a) em Condições Meteorológicas de Voo por Instrumento (IMC), proibir operação de aeronaves com letra de código de referência "E" na pista de táxi "J" no trecho entre a pista de táxi "G" e a pista 13, enquanto houver operação de pouso ou decolagem de aeronaves classificadas com número de código de referência 3 ou 4 na pista de pouso e decolagem 13/31.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.794, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.044616/2022-51, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Jatobá;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0695;

III - município (UF): Brasilandia (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 15' 50'' S/ 052° 31' 04'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.826, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.044568/2022-00, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda São José;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0726;

III - município (UF): Vila Bela da Santíssima Trindade (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 14° 57' 20'' S / 059° 55' 11'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 9.783, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta no processo nº 00058.063864/2022-91, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 129-001, Revisão C (IS nº 129-001C), intitulada "Procedimentos relativos à operação de empresas estrangeiras de transporte aéreo no Brasil".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/iac-e-is/is) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Ficam expressamente revogados:

I - o inciso V do art. 1º da Portaria nº 605/SPO, de 21 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 9 de março de 2018, Seção 1, página 184 e retificada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, Seção 1, página 12, que aprovou a IS nº 129-001, Revisão B; e

II - a Portaria nº 1143/SPO, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, Seção 1, página 8, que aprovou a IS nº 129-001, Revisão A.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de de 2023.

CARLO ANDRÉ ARARIPE RAMALHO LEITE

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO
GERÊNCIA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO DE FORMAÇÃO

PORTARIA Nº 9.955, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.010836/2022-81, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 6 de dezembro de 2022, em favor do CURSO DE AVIAÇÃO TRAINING EIRELI, CNPJ: 28.114.991/0001-52, situada na Avenida Ville Roy, 7195, São Vicente, Boa Vista/RR - CEP 69.303-445.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 9.959, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020 e considerando o que consta do processo nº 00065.043006/2022-31, resolve:

Art. 1º Revogar os cursos teóricos e práticos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - MMA, nas habilitações Grupo Motopropulsor - GMP e Célula - CEL, do CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA PAULA SOUZA. - ESCOLA TECNICA ESTADUAL ALBERTO SANTOS DUMONT, CNPJ 62.823.257/0152-03, situado na Rua Dr. Carlos Nehring, 165, Jardim Helena Maria - Guarujá/SP - CEP: 11.431-090.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO DE OLIVA FREIRE

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA REGIONAL DE RECIFE
UNIDADE REGIONAL DE SALVADOR-BA

DELIBERAÇÃO Nº 21, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 50300.006474/2022-72. Fiscalizado ULTRACARGO LOGÍSTICA S.A, CNPJ nº 14.688.220/0001-64. Objeto e Fundamento Legal:

O Chefe da Unidade Regional de Salvador no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, decide pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA , pois a fiscalizada é primária, a infração foi de natureza leve, sem agravantes, e com previsão de cominação de multa inferior a R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme dispõem os art. 54 e 35, inciso I, do Anexo da Resolução 3259-ANTAQ, alterada pela RN nº 73/2022.

ALFEU LUEDY

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 82, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso XVI do Anexo à Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, e em conformidade com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.237127/2022-33, decide:

Art. 1º Atestar o cumprimento, pela Vale S.A. para a Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, dos requisitos previstos no art. 6º, incisos I e II da Portaria nº 105, de 19 de agosto de 2021, do Ministério da Infraestrutura.

Parágrafo único. O ateste de que trata o caput deste artigo é válido estritamente para os projetos descritos nos autos do processo em epígrafe, que visam à realização de obras relativas a intervenções em municípios interceptados pela ferrovia, para fins de mitigar conflitos existentes com a malha ferroviária, nos termos do Terceiro Termo Aditivo do Contrato de Concessão da Vale S.A. para a Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA

PORTARIA Nº 6.519, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 101, incisos I, XII, XIII e o art. 113, inciso XII do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, do Conselho de Administração do DNIT e considerando a Ata da 45ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 21 de novembro de 2022, constante dos autos do processo nº 50600.023107/2019-53. resolve:

Art. 1º Incluir trecho acessório do tipo CONTORNO na BR-230/MA, referente ao contorno do município de Barão de Grajaú, conforme se segue:

Contorno de Barão do Grajaú
CÓDIGO: 230CMA2005
LOCAL DE INÍCIO: Divisa PI/MA
LOCAL DE FIM: ENTR BR-230 (ACESSO OESTE BARÃO GRAJAÚ)
KM INICIAL: 0,0
KM FINAL: 1, 4
EXTENSÃO: 1,4 km
SUPERFÍCIE: PLA

Art. 2º Determinar que esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 6.800, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno/DNIT - art. 144, inciso XXIV, resolve:

Art. 1º RATIFICAR os termos da Declaração da Situação de Emergência CET - BA (13162990), verificada na Rodovia BR-030/BA, TRECHO: DIV. GO/BA - CAMPINHO, SUBTRECHO: ENTR. BR-116(B) (BOA NOVA) - ENTR. BR-101(A) (AURELINO LEAL), SEGMENTO: KM 706,7 AO KM 843,9, EXTENSÃO: 137,2 KM, em razão da situação de emergência na Rodovia BR-030/BA, afetando o corpo estradal com rompimento do aterro no KM 734+500 e risco de rompimento no KM 781+200, de acordo com a situação apresentada no Relatório UL - Jequié/BA (13132032). Processo nº 50605.004267/2022-59.

AMAURI SOUSA LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPIRITO SANTO

PORTARIA Nº 6.796, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SR/DNIT/ES no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Art. 150, Inciso XXI do Regimento Interno / DNIT - Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, e nos termos da Resolução nº 20, de 16 de dezembro de 2021, resolve:

RATIFICAR os termos da Declaração da Situação de Emergência COENGE - CAF - ES (SEI 13162630), DECLARANDO a situação de EMERGÊNCIA na Rodovia BR-259/ES, km 36, em razão dos elevados índices pluviométricos registrados no Estado do Espírito Santo, especialmente naquela região associado ao transbordamento de uma barragem, o bueiro ARMCO colapsou, ocorrendo o esmagamento do tubo ARMCO e a perda do corpo de aterro, bem como o comprometimento da faixa esquerda da rodovia e dos acostamentos, com a interrupção total do tráfego no local. Processo nº 50617.001703/2022-07.

ROMEU SCHEIBE NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 6733, de 02 de dezembro de 2022, publicada na página 32 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 228, de 06/12/2022.

Onde se lê: "entre o km 15,5 e o km 103,8''

Leia-se: "entre o km 0,0 e o km 103,8"

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA GAB-SC/SPRF-SC/PRF Nº 302, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria nº 401, de 12 de maio de 2021, do Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2021, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 118 do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 2018, CONSIDERANDO os problemas de mobilidade urbana enfrentados na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, provenientes do elevado fluxo de veículos que transitam diariamente no referido trecho, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, em caráter excepcional, o tráfego de veículos leves pelo acostamento no seguinte trecho da Rodovia BR-101 em Santa Catarina, no horário das 06:00 às 23:00 horas: Sentido Crescente/Sul do km 203,0 ao km 203,8 no município de São José/SC.

Art. 2º DESIGNAR os chefes do Serviço de Operações e da Delegacia da PRF em São José/SC como responsáveis pelo acompanhamento dos resultados decorrentes da presente autorização.

Art. 3º REVOGAR a Portaria GAB-SC/SPRF-SC/PRF Nº 277, de 26 de outubro de 2022, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico em 26 de outubro de 2022, e no Diário Oficial da União em 27 de outubro de 2022.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ SAUL DO NASCIMENTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.390, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI SBEITI - F298464-W, natural do Líbano, nascido em 28 de novembro de 1995, filho de Chawki Sbeiti e de Ayda Jaffal, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0148684/2021);

ANSOU BALDE - G407955-7, natural do Senegal, nascido em 25 de janeiro de 1989, filho de Waly Balde e de Bobo Balde, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0144053/2021);

BABACAR NDIAYE - G405802-5, natural do Senegal, nascido em 12 de março de 1994, filho de Abdou Mane Ndiaye e de Ndiaye Lo, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0174607/2022);

BIBICHA MUTABUNGA - G376708-V, natural da Angola, nascida em 15 de dezembro de 1981, filha de João Mutabunga e de Eugenia Lambi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0138800/2021);

CLEOPATRA MIRANDA LAVI - V832073-B, natural do Peru, nascida em 14 de outubro de 1968, filha de Wenceslao Miranda Tello e de Mirna Lavi Isuiza, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0139187/2021);

EDNA ROSA ATHERTON REINOSO - V960489-2, natural de Cuba, nascida em 23 de dezembro de 1981, filha de Ornaldo Atherton Brooks e de Ana Caridad Reinoso Cueto, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0136711/2021);

EMAN KADAR - F058730-W, natural da Síria, nascido em 12 de fevereiro de 1976, filho de Mouna Hasni, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0138823/2021);

FAHED SOBEH - G459264-V, natural da Síria, nascido em 20 de março de 1991, filho de Fawzia Badran e de Saleh Sobeh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0022244/2021);

FERAS ALHUSSEIN - G361791-6, natural da Síria, nascido em 04 de julho de 1980, filho de Mahmoud Alhmoud Alhussein e de Qtna Alabad, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 235881.0141275/2021);

FATIMA ALZAHRA ALAA ALDEEN MOHAMMAD ABU WATFA - G485646-J, natural da Jordânia, nascida em 22 de agosto de 1996, filha de Alaa Eldeen Mohamed Ramadan Abu Watfa e de Eman Ziad Mahmud Abu Watfa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0161261/2022);

JHON JAIRO PUCHE NAVARRETE - V672943-B, natural da Colômbia, nascido em 17 de fevereiro de 1975, filho de Jairo Jose Puche Ramos e de Ana Sofia Navarrete Martinez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0072406/2021);

JOSE ALBERTO BETANCOURT GONZALEZ - V969590-5, natural de Cuba, nascido em 16 de abril de 1969, filho de Juan Betancourt Fernandez e de Eneida Gonzalez Bombino, residente no Estado do Amapá (Processo nº 235881.0139143/2021);

LUIS ALFONSO CRUZ ALVAREZ - G076346-N, natural da Venezuela, nascido em 07 de julho de 1971, filho de Luis Olinden Cruz Alturo e de Aida Alvarez Monrroy De Cruz, residente no Estado do Pará (Processo nº 235881.0141506/2021);

OLUWASEUN KATE BALOGUN - V416582-A, natural da Nigéria, nascido em 14 de outubro de 1982, filho de Samson Adeola balogun e de Felicia Ayoola Balogun, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0141593/2021) e

ROOBENS MICHEL - V742887-6, natural do Haiti, nascido em 27 de março de 1980, filho de Marmonvil Michel e de Sulfida Petit Frere, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0139311/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ
Substituta

PORTARIA Nº 1.391, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

IBTISSAM MOUNZER - V422752-P, natural do Líbano, nascido(a) em 01 de agosto de 1969, filho(a) de Nauaf Mounzer e de Uahida Mounzer, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0122810/2021).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ
Substituta

PORTARIA Nº 1.392, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ASMA MURAD MASSOUD TANTUSH - F598322-P, natural da Líbia, nascida em 06 de fevereiro de 2014, filha de Murad Massoud Barka Tantush e de Sobhia Esmaeil Abdullah Alnahaesi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0260459/2022);

BASTIAN ANTOINE TORRES DE LA CRUZ - F298980-8, natural do Peru, nascido em 03 de maio de 2019, filho de Luis Giovanni Torres Escate e de Nancy Edelicia De la Cruz Hostia, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0137021/2021) e

TIA MAKKI - F598190-G, natural da Arábia Saudita, nascida em 18 de outubro de 2019, filha de Haidar Makki e de Noor Almojarkesh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0260447/2022).

MARTHA PACHECO BRAZ
Substituta

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0171062/2022.
Código: 180.848
Interessado: KENSON ELMICAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0169737/2022.
Código: 179.313
Interessado: JUNIOR JEAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista a impossibilidade de comprovação da autenticidade do documento apresentado como comprovante de o requerente sabe se comunicar em Língua Portuguesa, não atendendo à exigência contida no inciso III, do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0145184/2021.
Código: 151.696
Interessado: EVALD CHERUBIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista a impossibilidade de comprovação da autenticidade do documento apresentado como comprovante de o requerente sabe se comunicar em Língua Portuguesa, não atendendo à exigência contida no inciso III, do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0141645/2021.
Código: 147.712
Interessado: BASSIROU SYLLA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos e apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, portanto, não atende à exigência contida no inciso II e III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0141557/2021.
Código: 147.625
Interessado: JOSE EDUARDO CORTES DE ALMEIDA GARCIA DE NORONHA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de residência atualizado, certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada e traduzida, passaporte completo e certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e Estadual, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0141430/2021.
Código: 147.498
Interessado: KHADIM DIOP.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o documento apresentado como forma de comprovar a capacidade de comunicar-se em língua portuguesa encontra-se em desacordo com as disposições da Portaria 623 de 13 de novembro de 2020, seja pelo fato de ser curso realizado exclusivamente na modalidade EAD, seja pela ausência de qualquer tipo de avaliação presencial do imigrante, portanto, não atende às exigências contidas no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0141383/2021.
Código: 147.451

Interessado: ROMAIN ZAMOR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem atualizado devidamente consularizado ou apostilado e comprovante de residência dos anos de 2018, 2019 e 2020, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0141354/2021.
Código: 147.420
Interessado: HAIFA AZIZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, certidão de nascimento do filho brasileiro, documentos que comprovem união estável, documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0141322/2021.
Código: 147.383
Interessado: LIHINDI DE BRITO BORGES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que após solicitação de complementação documental, a requerente não apresentou cópia da carteira de registro nacional migratório e certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Justiça Estadual, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0139281/2021
Código: 145.143
Interessado: ALIOU LO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, bem como, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, tendo em vista o não cumprimento dos incisos II e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0139134/2021.
Código: 145.001
Interessado: WASIM MAKDESI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a complementação de documentos indispensáveis à instrução do seu pedido, tais como: Comprovante de residência, nos termos do Art. 56 da Portaria Nº 623, de 13.11.2020; e Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, que pode ser feita por um dos documentos previsto no Art. 5º da Portaria no 623, de 13.11.2020, publicada em 17.11.2020, uma vez que o interessado não apresentou o comprovante da avaliação presencial, razão pela qual foi notificado a complementar tais documentos e não respondeu dentro do prazo previsto, havendo o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão de indeferimento do pedido e sem ter sido coletado os seus dados biométricos, tendo em vista que o interessado não cumpriu as exigências previstas no Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c Art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e § 2º do Art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0139088/2021.
Código: 144.955
Interessado: LOUIS CARL-HENZ MENDEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0138883/2021
Código: 144.744
Interessado: JAMESON MATHIEU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Comprovante de residência referente aos anos anteriores, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu os últimos quatro anos e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0138825/2021.
Código: 144.677
Interessado: JOELLE BOU FARAA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal constatou que a requerente não se enquadra na redução de prazo, diligências realizadas não comprovaram o convívio familiar, portanto não atende à exigência contida no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0137006/2021.
Código: 142.626
Interessado: MAHMADANE DIAO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais emitida pela justiça Estadual e Federal, Comprovante de residência dos últimos 4 anos, Comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0136976/2021.
Código: 142.593
Interessado: SAMUEL PIERRE JOSEPH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, devidamente traduzido e legalizado, Certidão de antecedentes criminais emitida pela justiça Estadual e Federal, Comprovante de residência dos últimos 4 anos), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0136964/2021.
Código: 142.579
Interessado: LUCKNER LEONARD.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0136897/2021.
Código: 142.501
Interessado: ADELINE DUBOIS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, devidamente traduzido e legalizado, comprovante de residência dos últimos 4 anos e comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0136807/2021.
Código: 142.392
Interessado: GEMIMA LUTUMBA MBUENGUI KANGA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 01 (um) ano de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0136802/2021.
Código: 142.387
Interessado: YOUSE BERLINE PETIT FRERE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0136774/2021.
Código: 142.360
Interessado: FAISAL AIT NASSER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil e comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 237, inciso I do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125231/2021.
Código: 129.954
Interessado: OBERSON FERMILUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista a impossibilidade de comprovação da capacidade do interessado em se comunicar na língua portuguesa, descumprindo, portanto, o inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0118902/2021.
Código: 123.147
Interessado: KETTELAINE SOLIMAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como também não foi apresentado a certidão de antecedentes criminais emitida pela justiça estadual e federal e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0002103/2020
Código: 002.170
Interessado: CLAUDIA NOELIA PIEGAS IZAGUIRRE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou Comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; Comprovante de residência nos termos do Art. 56 da Portaria nº 623/2020; Tradução, no Brasil, por tradutor público juramentado do Atestado de Antecedentes Criminais emitido pelo seu país de origem; e Cópia do documento de viagem internacional, razão pela qual o interessado foi notificado a apresentar tais documentos e não respondeu dentro do prazo legal, deixando assim de cumprir as exigências previstas no Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c Inciso III e IV do Art. 233 do Decreto nº 9.199/2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

MARTHA PACHECO BRAZ
Substituta

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome do genitor de PEDRO EDUARDO CADETE LA O, incluído na Portaria nº 1.193, de 14 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2022, é JOSE MANUEL CADETE PEREZ, e não como constou. Processo nº 235881.0075928/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de SANDRA RAMIREZ RAMIREZ, incluído na Portaria nº 1.096, de 20 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2022, é XIOMARA RAMIREZ ZUNIGA, e não como constou. Processo nº 235881.0029112/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome do genitor de DEBORA GESSIKA ADJOUAVI DEGNON SOSSAVI DOSSA, incluído na Portaria nº 1.267, de 1° de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 03 de novembro de 2022, é LIE SOSSAVI DOSSA, e não como constou. Processo nº 235881.0085561/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Claudia Andrea Rodriguez Velasquez, incluída na Portaria nº 1.126, de 27 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2022, passou a assinar Claudia Andrea Rodriguez Velasquez Zamith, em virtude de haver contraído matrimônio com Luiz Carlos Zamith Guimarães, em 08 de abril de 2022, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do 1° Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Marabá/PA, Matrícula 065680 01 55 2022 2 00080 086 0012785 64. Processo nº 235881.0150414/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de Aluísio do Nascimento Gonçalves, incluído na Portaria nº 1.267, de 1° de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 03 de novembro de 2022, é 10 de dezembro de 1992, e não como constou. Processo nº 235881.0064360/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Walid Asiel Fatis, incluído na Portaria nº 1.154, de 05 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 06 de outubro de 2022, é natural do Egito, e não como constou. Processo nº 235881.0198474/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que os dados corretos de Ahmed Abdurrazagh M Ben Zeglam, incluído na Portaria nº 1.158, de 06 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 07 de outubro de 2022, são: Ahmed Abdurrazagh Mokhtar Ben Zeglam, natural da Itália, e não como constou. Processo nº 235881.0247985/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de Ahmad Al Damoni, incluído na Portaria nº 1.267, de 1° de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 03 de novembro de 2022, é 31 de outubro de 1996, e não como constou. Processo nº 08018.066766/2022-93

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome do genitor de Luis Guilherme Barradas da Corte, incluído na Portaria nº 1.123, de 26 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2022, é Nelio Pestana da Corte, e não como constou. Processo nº 235881.0006603/2020

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.758, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: SUPER (Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Miranda Bailey
Diretor(es): James Gunn
Distribuidor(es): Swen do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001841/2022-81
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.759, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: EMPREENDE DF 2022 (Brasil - 2022)
Produtor(es): Dogana Filmes Boutique Digital Ltda.
Diretor(es): Rafaela Dornas Almeida Dias Silva
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001975/2022-00
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.760, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: CONEXÃO TOTAL (PGM CONEXÃO TOTAL, Brasil - 2021)
Produtor(es): Robbson Hudson Mattos Queiroz
Diretor(es): Robbson Hudson Mattos Queiroz
Distribuidor(es): REDETV ESPÍRITO SANTO
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Cultura
Classificação Atribuída: livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002077/2022-61
Requerente: CONEXÃO TOTAL LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.761, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: VEM QUE TEM NA GLOBO (Brasil - 2022)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Raoni Carneiro/Celso Bernini
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002088/2022-41
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.762, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Show Musical: FESTIVAL AFROPUNK (Brasil - 2022)
Produtor(es): Adriano Pessoal
Diretor(es): Vladimir Nascimento/Warllem Machado
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002095/2022-42
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.763, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Especial Musical: BABY GAL (Brasil - 1983)
Produtor(es): Globo
Diretor(es): Luiz Haroldo/Alexandre Braz
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002156/2022-71
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.764, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: FERVO (Brasil - 2022)
Produtor(es): Mariana Dantas/Paulo Dantas
Diretor(es): Felipe Joffily
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.002192/2022-35
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.765, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: SUPER MARIO BROS. - O FILME - TRAILER 4D (THE SUPER MARIO BROS. MOVIE, Estados Unidos da América - 2022)
Diretor(es): Aaron Horvath/Michal Jelenic
Distribuidor(es): WARNER BROS (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação/Aventura
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.002248/2022-51
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.766, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: TERRIFIER 2 - TRAILER 2 (TERRIFIER 2, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Phil Falcone
Diretor(es): Damien Leone
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Medo
Processo: 08017.002251/2022-75
Requerente: WMIX DISTRIBUIDORA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.767, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: OS FABELMANS - TRAILER 2B (THE FABELMANS, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Kristie Macosko Krieger/Steven Spielberg/Tony Kushner
Diretor(es): Steven Spielberg
Distribuidor(es): WARNER BROS (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08017.002253/2022-64
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.768, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: TRANSFORMERS - O DESPERTAR DAS FERAS (TRANSFORMERS - RISE OF THE BEASTS, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Lorenzo Di Bonaventura/Michael Bay/Don Murphy
Diretor(es): Steven Caple Jr
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Ação/Aventura/Ficção
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002254/2022-17
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.769, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: BABILÔNIA - TRAILER 3E (BABYLON, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Marc Platt/Olivia Hamilton
Diretor(es): Damien Chazelle
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.002255/2022-53
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.770, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: OLD DRAGON - A TUMBA DOS REIS SERPENTES (TOMB OF THE SERPENT KINGS, Estados Unidos da América - 2023)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Fantasia Medieval
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002127/2022-18
Requerente: BURO DE JOGOS DO BRASIL EDITORA LTDA.

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.771, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: OLD DRAGON - OS APÓSTATAS DO DEUS POLVO (Brasil - 2023)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Fantasia Medieval
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002135/2022-56
Requerente: BURO DE JOGOS DO BRASIL EDITORA LTDA.

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.772, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: OLD DRAGON - OS SALÕES ETERNOS DE THALAKNASUS (Brasil - 2023)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Fantasia Medieval
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Drogas Ilícitas e Violência
Processo: 08017.002136/2022-09
Requerente: BURO DE JOGOS DO BRASIL EDITORA LTDA.

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.773, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: A LEBRE E A TARTARUGA (LIBRAS) (Brasil - 2022)
Produtor(es): QUINYX
Distribuidor(es): MESINHA DIGITAL / PLAY STORE
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002188/2022-77
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.774, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: MONSTER ENERGY SUPERCROSS - THE OFFICIAL VIDEOGAME 6 (Itália - 2023)
Produtor(es): MILESTONE S.R.I.
Distribuidor(es): KOCH MEDIA GMBH
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/PlayStation 5/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002212/2022-78
Requerente: MARTINA DI PONZIANO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 276ª SESSÃO ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Dia: 06/12/2022
Hora:16h21
Presidente: Alexandre Cordeiro Macedo
Secretária do Plenário substituta: Iara do Espírito Santo

A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 36 do Regimento Interno do Cade e iniciará sem o nome do Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima que foi o relator sorteado na Sessão Ordinária de Distribuição (SOD) nº 274 e dos Conselheiros Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann e Luis Henrique Bertolino Braido que foram os relatores sorteados na SOD nº 275.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

1.Processo Administrativo nº 08700.005126/2021-28

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica ex officio.

Representado: Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

Advogados(as): Guilherme Favaro Ribas, Rodrigo França Vianna, Rodrigo Alves dos Santos.

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

IARA DO ESPÍRITO SANTO
Secretária do Plenário
Substituta

PAUTA DA 207ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Dia: 14/12/2022
Início: 10 horas

Nos termos do art. 60, parágrafo único c/c arts. 75, §1º e 76, §4º do Regimento Interno do Cade, e com fundamento no Despacho da Presidência nº 133 (1157028), a Sessão de Julgamento será realizada por meio remoto, com transmissão em tempo real pelo sítio eletrônico https://www.gov.br/cade/pt-br e pelo canal do Cade no YouTube (https://bit.ly/39SsiVg).

Eventual pedido de sustentação oral deverá ser formalizado pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de WhatsApp +55 (61) 99939-6256 até 24 horas antes do início da sessão virtual. No mesmo prazo o advogado deverá enviar o arquivo de mídia à Secretaria do Plenário, em conformidade com o art. 81, §§ 5º e 6º do Regimento Interno.

O advogado deverá se responsabilizar pela qualidade do arquivo de mídia encaminhado, bem como pela adequação do ambiente escolhido para participação na sessão em tempo real.

Com relação aos requerimentos de ordem, nos termos do art. 81, § 5º do Regimento Interno, fica garantido o acesso de advogado constituído nos autos, para participação ativa a qualquer momento, durante o julgamento. A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria do Plenário, pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de WhatsApp +55 (61) 99939-6256, que informará sobre o procedimento a ser adotado.

A sustentação oral ou o requerimento de ordem também poderão ser realizados por meio de equipamento eletrônico disponível nas instalações do Cade.

É permitido o acesso ao plenário do Cade para acompanhamento da sessão de julgamento, inclusive para realização de sustentação oral, respeitados os protocolos de segurança adotados durante a pandemia de Covid-19. Nestes casos, a sustentação oral deve ser indicada pelo e-mail cgp@cade.gov.br, até o início da sessão, nos termos do art. 81, §2º do Regimento Interno.

1. Ato de Concentração nº 08700.004293/2022-32

Requerentes: BASF SE, BMW Holding B.V., Henkel AG & Co. KGaA, Mercedes-Benz AG, Robert Bosch GmbH, SAP SE, Schaeffler Invest GmbH, Siemens Industry Software GmbH, T-Systems International GmbH, Volkswagen AG e ZF Friedrichshafen AG.

Advogados: Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, André Santos Ferraz e Tatiane Kimie Matsumoto Siqui.

Relator: Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

2. Ato de Concentração nº 08700.003959/2022-35

Requerentes: Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or) e Sul América S.A. (SASA).

Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Julia Krein, Gabriele Esmeraldo, Polyanna Silveira Vilanova, Isabel de Carvalho Jardim, Matheus Carvalho Silva e outros.

Terceiros Interessados: Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência (Beneficência Portuguesa ou BP), Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês (Hospital Sírio Libanês ou HSL), Hospital Alemão Osvaldo Cruz, Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (Einstein), Fundação Antônio Prudente - AC Camargo Câncer Center, Associação Beneficente Síria - Hospital do Coração (Hcor), Hospital Mater Dei S.A. (Mater Dei), Supermed Administradora de Benefícios Ltda. (Supermed) e Benevix Administradora de Benefícios Ltda (Benevix).

Advogados: Tatiana Lins Cruz, Mario Glauco Pati Neto, Leonardo Mansur Lunardi Danesi, Marcel Medon Santos, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Luiz Eduardo Spinola Jahic, Roberta Licht, Gustavo Fernandes Pereira, Cláudio Gabriel Andrade, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luiz Felipe Rosa Ramos, Maria Beatriz Fidalgo, Joana Temudo Cianfarini, Paula Muller Ribeiro Bernini, Patricia Bandouk Carvalho, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Ciro Martins Alvarenga, Matheus Policarpo Ferreira, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Thalita de Carvalho Novo, João Felipe Achcar de Azambuja, Ana Paula Martinez, Marcos Drummond Malvar, Isabella Tanuy Gonçalves, Vinicius Marques de Carvalho, Frederico Haddad e Arthur Sadami Arelano Ikeda.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

3.Processo Administrativo nº 08700.010323/2012-78

Representante: Cade ex officio.

Representados: MAHLE Behr Gerenciamento Térmico Brasil Ltda. (atual denominação de Behr Brasil Ltda.); Denso do Brasil Ltda.; Denso Sistemas Térmicos do Brasil Ltda.; Modine do Brasil Sistemas Térmicos Ltda. (atual denominação de Radiadores Visconde Ltda.); Valeo S.A.; Valeo Sistemas Automotivos Ltda.; Valeo Sistemas Automotivos Ltda. - Divisão Climatização; Valeo Sistemas Automotivos Ltda. - Divisão Sistemas Modulares; Valeo Sistemas Automotivos Ltda. - Divisão Térmicos Motor; Valeo Sistemas Automotivos Ltda. - Divisão Valeo Service; Adalberto Penachio; Adriana Bueno de Camargo Motta; Carlo Chiarle; Carlos José Zilveti Arce Murillo; Christophe Michel; Emy Yanagizawa; Fernando Marcelo Bottura; Helida Ferreira Duarte; Manoel Feitosa Alencar Junior; Mario Tano; Max Davis Forte; Omar Cecchini Said; Paulo Benedito Arroyo; Paulo Shigueru Ninomiya; Pierre Alain Yves Le Marie D'Archemont; Rafael Galparin; Reginaldo Pereira Hermógenes; Renato Luís Barbi; Renato Vilches; Roberto João Dal Medico Junior; Samuel Barletta; Scott Lee Bowser; Sergio Gonsalez Noriega; Silvio Ricardo Valente Taboas e Yuri Daniel Pereira da Motta.

Advogados: Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard, José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurelio Martins Barbosa, Francisco Ribeiro Todorov, Felipe Cardoso Pereira, Adriana Franco Giannini, Mauro Grinberg, Karen Caldeira Ruback, Marcela Abras Lorenzetti, Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Junior, Ricardo Inglez de Souza, Fernanda Manzano Sayeg, Pedro Sérgio Costa Zanotta, Rodrigo Orlandini e outros.

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani.

4.Processo Administrativo nº 08012.007043/2010-79

Representante: Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Norte.

Representados: A4 Comércio e Prestação de Serviços e Informática Ltda.; Chipcia Informática Ltda.; Conesul Plus Comercial e Logística Ltda.; E-Fornecedor Consultoria em Informática; Escritorial Informática Ltda.; Filmgraph Comercial Ltda.- EPP, JPG Hardware House Ltda.; Luca Comércio de Sistemas Audiovisuais Ltda. (Perfomance); Manzi & Carvalho Comercial de Informática Ltda. (Projettus); Massa Falida da Scheiner Solutions Comércio e Serviços Ltda.; MI Comércio e Serviço de Informática (Teevo S.A Comércio e Serviços de Informática); MP&Q Indústria de Mobiliário e tecnologia Eireli-ME; Sennart Sistemas de Informática Ltda.; Sistema Informática Comércio Importação e Exportação Ltda.; Spectro Vision Projetos Audiovisuais Ltda.- EPP; TI Tecnologia da Informação e Serviços Ltda.; Ultracopy Copiadoras e Impressoras Ltda.; WSO Multimídia e Informática; Adaury Amaral de Souza; Adriana Nunes da Silva; Adriano Barrocas Tavares; Anderson Assunção Silva; Andrea Prado de Castro Lima Tavares; Andréa Regina Nogueira; Antônio Arthur Cavalcante Rocha; Christopher Alvim da Silveira; Edson dos Santos Machado Júnior; Emerson de Moura Chaves; Fabienne Valença da Rocha; Gilberto Clemente Júnior; Juarez de Andros Jr.; Karine Coelho Marques; Karlla Shelly Cardoso Teixeira; Laurindo dos Santos Campi; Mauro Henrique Porpino de Oliveira; Rafael Gaspar Barroso; Rosana Aparecida Granges; Roseane Galdino da Silva; Soraya Chovghi Iazdi; Tais Sant'Ana Aires; Vanderlúcio Fernandes Freitas; Vivian Cristina Gonçalves Manso; e Williman Souza de Oliveira.

Advogados: Afonso Barbosa Ribeiro Neto, Alessandra Rocha Machado, Ana Paula Mendes Gomes, Anderson Rosanezi, Angelica Sales Rocha Coutinho, Ariosto Mila Peixoto, Camille Vaz Hurtado Pavani, Clarice Dantas Revorêdo, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Eduardo Caminati Anders, Eduardo Dangremon Salóes do Nascimento, Evaldo Rodrigues Pereira, Felipe Lobato Carvalho Mitre, Henrique Machado Rodrigues de Azevedo, Hugo Leonardo de Rodrigues e Souza, Ilson José de Oliveira, Jacques Coelho de Araujo Neto, Jason Vidal, Jonas Roberto Wentz, Luciana Dantas da Costa Oliveira, Luciana Soares Kloechner, Luiz Fernando Maldonado de Almeida Lima, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Magno Angelo Pinheiro de Freitas, Marcele Bertoni Adames, Marcello de Souza Taques, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Marcos Bernhard Alvarenga, Marília Cardoso Fontes Pereira, Maurício Brandelli Peruzzo, Nilton Carlos Alves Andrade, Paulo Sérgio de Moura Franco, Petterson Laker Siniscalchi Costa, Rafael Pinto de Moura Cajueiro, Rafael Vieira de Oliveira, Renato de Oliveira Ramos, Robson da Silva Dantas, Rosiane Carina Pratti, Saulo Stefanone Ale, Tátia Margareth de Oliveira Leal, Thalita Naiara Antunes Vidal, Vicente Maia Barreto de Oliveira, Victor Alexandre Sande Santos, Washington Luiz Silva de Oliveira, Willian Zukeran Alexandre Moraes, Kélvia Inês Rodrigues di Oliveira, Alexandre Castanha Zanoli e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

5.Processo Administrativo nº 08700.008576/2012-81

Representante: SDE ex officio.

Representados: Alain Romand, Fabio Ignazio Romeo, Federico Corbellini, Gianfranco Acquaotta, Hans Nieman, Hans-Ake Jõnsson, Heon Sang Lee, Jang Hee Lee, Jean-Marie Jay, Robert Comber, Toshio Minami, Yoneo Nakamura e Young Min Kim.

Advogados: Aurelio Marchini Santos, Ricardo Franco Botelho, Marcelo Procopio Calliari, Marcel Medon Santos, Marco Antônio Fonseca Junior, Bruno de Luca Drago, Eric Hadmann Jasper, Luiz Filipe Couto Dutra, Cecilia Vidigal Monteiro de Barros, Paula Beeby Monteiro de Barros e outros.

Relator: Conselheiro Victor Oliveira Fernandes

6. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.001831/2014-27

Embargantes: Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda. (Gran Petro); Air BP Brasil Ltda. (Air BP); Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (GRU Airport); Vibra Energia (antiga BR Distribuidora S.A.); Raízen Combustíveis S.A. (Raízen).

Advogados: Ricardo Noronha Inglez de Souza e Stefanie Crhistine Schimitt Giglio, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Marcelo Rizzo Napolitano, Marcos Drummond Malvar, Mariana Tavares de Araujo, Daniel Santos Guimarães, Julio Cesar Cavalcante Aires, e Mauricio Monteiro Ferraresi; Marcos Paulo Verissimo, Ana Carolina Lopes de Carvalho,Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tercio Sampaio Ferraz Júnior e Miguel Garzeri Freire e outros.

Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido

7. Requerimento nº 08700.006736/2022-20

Requerente: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

8. Requerimento nº 08700.001263/2021-93

Requerente: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 1.793 - Ato de Concentração nº 08700.007109/2022-14Requerentes:Tim S.A. e Telefônica Brasil S.A.Advogados:Enrico Spini Romanielo e Fernando Stival.Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 43/2022/CGAA4/SGA1/SG/CADE(SEI 1157776)à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na NotaTécnica citada, decido pelo indeferimento do pedido de intervenção como terceiro interessado da empresa Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas(Telcomp), nos termos do art. 50, I, da Lei nº 12.529, de 2011.

Nº 1.794 - Ato de Concentração nº 08700.008322/2022-35.Requerentes:Winity II Telecom Ltda em conjunto com a Winity S.A e Telefônica Brasil S.A.Advogados: Marcio Soares, Caio Mario da Silva Pereira Neto e outros.Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 39/2022/CGAA4/SGA1/SG/CADE(SEI 1157025)à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo deferimento do pedido de intervenção como terceiro interessado da Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrintel); Associação NEOTV(Neo) e Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas(Telcomp), nos termos do art. 50, I, da Lei nº 12.529, de 2011.

Nº 1.807 - Ato de Concentração nº 08700.009062/2022-15; Requerentes: Casa & Vídeo Brasil S.A. e Lojas Le Biscuit S.A.Advogados: Ricardo Lara Gaillard, Thales Lemos, Maria Eugênia Novis e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Susbtituto

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA ICMBIO Nº 1.145, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Insetos Polinizadores Ameaçados de Extinção - PAN Insetos Polinizadores, contemplando 56 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão. Processo SEI nº 02176.000061/2019-17

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 15 do Decreto nº. 11.193, de 08 de setembro de 2022, designado pela Portaria Casa Civil nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01,

Considerando a Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando a Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014, que reconhece as espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados terrestres brasileiros ameaçados de extinção, conforme seu anexo;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 21, de 18 de dezembro de 2018, retificada em 24 de março de 2021, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção;

Considerando o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 11 de agosto de 2020, que disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, a política de dados e a publicação dos resultados;

Considerando a Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, que altera o Anexo da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, referente à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção;

Considerando os incisos XXII e XXIII do Artigo 2º do Anexo I do Decreto n° 11.193, de 08 de setembro de 2022, que atribuem ao Instituto Chico Mendes, respectivamente, promover e executar ações para a conservação da biodiversidade; e elaborar, aprovar e implementar planos de ação nacionais para a conservação e o manejo das espécies ameaçadas de extinção no País; e

Considerando o disposto no Processo nº 02176.000061/2019-17;, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação Nacional para a Conservação Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Insetos Polinizadores Ameaçados de Extinção - PAN Insetos Polinizadores, em conformidade com a Instrução Normativa ICMBio nº 21, de 18 de dezembro de 2018.

§ 1º O PAN Insetos Polinizadores abrangerá e estabelecerá estratégias prioritárias de conservação para 56 espécies ameaçadas de extinção constantes da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, sendo 18 classificadas na categoria CR (Criticamente em Perigo) - Actinote zikani, Drephalys mourei, Eresia erysice erysice, Joiceya praeclarus, Mcclungia cymo fallens, Melinaea mnasias thera, Mimoides lysithous harrisianus, Napeogenes rhezia rhezia, Nyceryx mielkei, Parides bunichus chamissonia, Parides burchellanus, Parides klagesi, Parides panthonus castilhoi, Praepedaliodes sequeirae, Pseudocroniades machaon seabrai, Rhetus belphegor, Doxocopa zalmunna, Hyalyris fiammetta; 28 classificadas na categoria EN (Em Perigo) - Adelpha atlantica, Arawacus aethesa, Charonias theano, Drephalys miersi, Episcada vitrea, Glennia pylotis, Heliconius nattereri, Heraclides himeros baia, Heraclides himeros himeros, Magnastigma julia, Melipona capixaba, Melipona rufiventris, Melipona scutellaris, Pampasatyrus glaucope boenninghauseni, Pampasatyrus glaucope glaucope, Pampasatyrus gyrtone, Pampasatyrus reticulata gagarini, Parelbella polyzona, Parides ascanius, Parides tros danunciae, Partamona littoralis, Perrhybris pamela flava, Petrocerus catiena, Scada karschina delicata, Strymon ohausi, Turmada camposa, Voltinia sanarita, Zonia zonia diabo; e 10 classificadas na categoria VU (Vulnerável) - Actinote quadra, Arhysosage cactorum, Cunizza hirlanda fulvinota, Cunizza hirlanda planasia, Mimoides lysithous sebastianus, Moschoneura pinthous methymna, Olafia roscius iphimedia, Pampasatyrus glaucope eberti, Panara ovifera, Tithorea harmonia caissara.

§ 2º O PAN estabelecerá, de maneira concomitante, estratégias para conservação para outras cinco espécies classificadas como Quase Ameaçada (NT) - Euglossa botocuda, Euglossa marianae, Exaerete salsai, Plebeia grapiuna, Scaura cearensis; e outras 13 espécies validadas como ameaçadas, segundo o resultado da avaliação nacional do estado de conservação, realizada pelo ICMBio: Actenosigynes mantiqueirensis, Albinapis gracilis, Arhysosage flava, Bombus bahiensis, Bombus bellicosus, Centris hyptidoides, Centris thelyopsis, Eufriesea brasilianorum, Eufriesea pyrrhopyga, Euglossa avicula, Euglossa cyanochlora, Eulaema felipei, Schwarziana bocainensis.

§ 3º Estabelecerá estratégias para conservação de outros dois táxons categorizados no estado da Bahia (Portaria SEMA Nº 37, de 15 de agosto de 2017) como: EN (Em Perigo) - Melipona subnitida; VU (Vulnerável) - Melipona mandacaia.

§ 4º Estabelecerá estratégias para conservação de outros 11 táxons categorizados no estado de Minas Gerais (Deliberação Normativa COPAM nº 147, de 30 de abril de 2010) como: EN (Em Perigo) - Epicharis minima, Eufriesea aeneiventris, Euglossa decorata, Hexantheda missionica; VU (Vulnerável) - Cyanophrys bertha, Epicharis pygialis, Hypoleria fallens, Melipona asilvai, Paratrigona incerta, Partamona ailyae, Partamona combinata.

§ 5º Estabelecerá estratégias para conservação de outros seis táxons categorizados no estado do Pará (Resolução COEMA nº 54, de 24 de outubro de 2007) como: EN (Em Perigo) - Heraclides chiansiades, Heraclides garleppi lecerfi, Hypoleria lavinia mulviana, Parides hahneli, Parides panthonus; VU (Vulnerável) - Pterourus xanthopleura.

§ 6º Estabelecerá estratégias para conservação de outros 14 táxons categorizados no estado de São Paulo (Decreto Estadual Nº 63.853, de 27 de novembro de 2018) como: CR (Criticamente em Perigo) - Cephalotrigona capitata, Exomalopsis atlantica, Melipona fuliginosa; EN (Em Perigo) - Pampasatyrus reticulata, Scada karschina karschina; VU (Vulnerável) - Arhysoceble picta, Lanthanomelissa betinae, Lanthanomelissa clementis, Melipona bicolor, Melipona marginata, Melipona torrida, Melipona quinquefasciata, Melipona mondury, Tetraglossula fucosa.

Art. 2º O PAN Insetos Polinizadores terá como objetivo geral "Reduzir o risco de extinção dos insetos polinizadores, com ações integradas da sociedade civil e instituições governamentais, promovendo a conservação de seus habitats e a manutenção das funções e serviços ecossistêmicos de polinização".

Parágrafo único. Para atingir o objetivo previsto no caput serão estabelecidas ações distribuídas em oito objetivos específicos, assim definidos:

I - redução do uso e dos efeitos nocivos, diretos e indiretos, de agrotóxicos e de outras substâncias tóxicas sobre os insetos polinizadores e suas plantas associadas;

II - promoção da conectividade, melhoria da qualidade e restauração dos habitats, visando o aumento de populações de polinizadores e sua diversidade genética;

III - redução da perda e degradação de habitat relacionadas à conversão de áreas naturais para agricultura e silvicultura, especialmente monoculturas, pecuária e indústria carvoeira;

IV - redução da perda e degradação de habitat relacionadas à conversão de áreas naturais para atividades urbanas, industriais e empreendimentos;

V - redução dos incêndios, controle das queimadas antrópicas e manejo adequado do fogo, a fim de minimizar os impactos negativos sobre as espécies-alvo;

VI - promoção do manejo conservacionista de abelhas nativas e interrupção da extração irregular, do transporte e do comércio ilegais de colônias ou suas partes;

VII - redução das causas e mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas sobre os insetos polinizadores; e

VIII - manejo das espécies exóticas invasoras ou nocivas para as populações de insetos polinizadores nativos.

Art. 3º Caberá ao servidor Onildo João Marini Filho do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (ICMBio/CBC) a coordenação do PAN Insetos Polinizadores, com supervisão da Coordenação de Identificação e Planejamento de Ações para Conservação, da Coordenação Geral de Estratégias para a Conservação, da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - COPAN/CGCON/DIBIO/ICMBio.

Art. 4º O Presidente do ICMBio instituirá o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), em portaria específica, para acompanhar a implementação e realizar monitoria do PAN Insetos Polinizadores.

§ 1º O GAT deverá se reunir ordinariamente pelo menos uma vez por ano, podendo convidar, se necessário, representantes de outras instituições governamentais, da sociedade civil e especialistas com atuação relevante aos objetivos do PAN.

§ 2º As reuniões do GAT serão realizadas por videoconferência, salvo demonstrada inviabilidade ou a inconveniência, nos termos do inciso III, do Art 6º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, com a estimativa de gastos com diárias e passagens e comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso:

I - para as reuniões que eventualmente ocorram de forma presencial, os recursos orçamentários serão oriundos da Ação 20WN - PO 0002 - Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção e Migratórias.

Art. 5º O PAN Insetos Polinizadores será monitorado anualmente, para revisão e ajuste das ações, com uma avaliação intermediária prevista para o meio da vigência do PAN e avaliação final do ciclo de gestão.

Art. 6º O PAN Insetos Polinizadores terá vigência de dezembro de 2022 até dezembro de 2027.

Art. 7º A Matriz de Planejamento será parte integrante do PAN, devendo ser disponibilizada e atualizada em página específica no portal do ICMBio.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente a sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 710/GM/MME, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48370.000165/2022-13, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, a Nota Técnica nº 33/2022/CGDE/DMSE/SEE, que contextualiza discussão de temas relacionados à prestação de serviços ancilares no Sistema Interligado Nacional (SIN) e apresenta diretrizes a serem observadas nas iniciativas setoriais em curso.

Parágrafo único. A Nota Técnica nº 33/2022/CGDE/DMSE/SEE, bem como os demais documentos associados poderão ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 2º As contribuições dos interessados relacionados às diretrizes e questionamentos apresentados na Nota Técnica nº 33/2022/CGDE/DMSE/SEE, conforme disposto no art. 1º, serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de sessenta dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

PORTARIA Nº 711/GM/MME, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48370.000570/2019-36, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, proposta de Portaria Normativa que "Estabelece Diretrizes para a exportação de energia elétrica interruptível sem devolução, destinada à República Argentina ou à República Oriental do Uruguai, proveniente de geração de usinas termoelétricas em operação comercial despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, disponíveis e não utilizadas para atendimento energético do Sistema Interligado Nacional - SIN".

Parágrafo único. Os documentos e as informações pertinentes, inclusive a Nota Técnica nº 32/2022/CGDE/DMSE/SEE, que fundamenta a proposta, podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da proposta, de que trata o art. 1º, serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de dez dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

ANEXO

MINUTA DE PORTARIA NORMATIVA Nº /GM/MME, DE DE DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48370.000570/2019-36, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria Normativa, as Diretrizes para a exportação de energia elétrica interruptível sem devolução, destinada à República Argentina ou à República Oriental do Uruguai, proveniente de geração de usinas termoelétricas em operação comercial despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, disponíveis e não utilizadas para atendimento energético do Sistema Interligado Nacional - SIN.

§ 1º A exportação poderá ser realizada durante todo o ano.

§ 2º A exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria Normativa não deverá afetar a segurança eletroenergética nem produzir excedente adicional de geração de energia elétrica no SIN.

Art. 2º Poderão ser autorizados um ou mais agentes comercializadores como responsáveis pela exportação de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, desde que autorizados nos termos da Portaria nº 596/GM/MME, de 19 de outubro de 2011.

§ 1º Os agentes comercializadores devem estabelecer contratos de comercialização de energia elétrica, registrados na CCEE, com os agentes termoelétricos para participarem da contabilização da exportação de energia elétrica nos termos desta Portaria Normativa.

§ 2º Somente poderão participar do processo de exportação:

I - os agentes que estejam adimplentes com as obrigações setoriais, inclusive junto à CCEE; e

II - os agentes que cumpram a regulamentação específica sobre a contratação, apuração e liquidação dos encargos referentes ao uso do sistema de transmissão.

§ 3º Os agentes comercializadores apresentarão, diretamente às partes importadoras da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai, ofertas de montante, preço e respectiva duração da exportação de energia elétrica, devendo considerar a entrega de energia no último Ponto de Medição Padrão CCEE disponível, ou seja, na fronteira do Brasil ou na Conversora em que ocorrer a exportação e a contabilização no Centro de Gravidade do SIN.

§ 4º Fica dispensada a necessidade de lastro contratual da usina termoelétrica despachada para exportação nos termos desta Portaria Normativa.

§ 5º Caso a geração de energia elétrica para exportação de determinada usina termoelétrica seja inferior ao montante efetivamente exportado vinculado a essa usina, em período de apuração mensal, e desde que caracterizada causa não sistêmica dessa diferença, os agentes termoelétricos deverão arcar com o pagamento de montante financeiro resultado da diferença de que trata o § 5º valorada pela diferença entre o Custo Variável Unitário - CVU da respectiva usina termoelétrica e o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

§ 6º Na situação mencionada no § 5º, também poderá incidir em sanções aos agentes termoelétricos e comercializadores envolvidos, a ser estabelecida em regras, procedimentos de comercialização e procedimentos operativos específicos do processo.

§ 7º O recurso financeiro obtido nos termos dos §§ 5º e 6º deverá ser revertido em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistema - ESS.

§ 8º Os agentes comercializadores e termoelétricos não disporão de quaisquer compensações por eventuais interrupções da referida exportação.

Art. 3º A exportação não será considerada na formação do PLD e nos processos de planejamento e programação da operação associados à otimização eletroenergética por meio de modelos computacionais.

§ 1º A programação da exportação de energia pelo ONS, após solicitação de despacho pelo agente termoelétrico, deverá considerar as necessidades eletroenergéticas do sistema brasileiro, com entrega de energia no último Ponto de Medição Padrão CCEE disponível, ou seja, na fronteira do Brasil ou na Conversora em que ocorrer a exportação.

§ 2º A CCEE deverá estabelecer estimativa de coeficiente de perdas associado ao despacho para exportação, que será considerado na operação pelo ONS.

§ 3º O ONS deverá limitar a oferta máxima para exportação à disponibilidade da usina a ser despachada para exportação, e à energia elétrica associada, reduzidas as perdas.

§ 4º Na ocorrência de indisponibilidade parcial ou total das usinas termoelétricas despachadas para exportação ou redução do valor programado de importação pelas partes importadoras, o ONS deverá buscar reduzir as diferenças entre a exportação e a geração das usinas termoelétricas associadas.

§ 5º Eventos no SIN que afetem a exportação de energia elétrica programada deverão ser documentados e disponibilizados pelo ONS aos agentes.

Art. 4º As usinas termoelétricas contratadas que façam jus ao recebimento de receita fixa pelos consumidores de energia elétrica brasileiros deverão arcar com pagamento de montante financeiro, cujo valor será proporcional e limitado à sua receita fixa, caso haja, pro rata temporis ao seu despacho para exportação, conforme metodologia a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e considerada pela CCEE.

§ 1º O pagamento do montante financeiro de que trata o caput será destinado, como recurso:

I - à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, quando associado a usinas contratadas no ACR;

II - à Conta de Energia de Reserva, quando associado a usinas contratadas na forma de energia de reserva; ou

III - à Conta de Potência para Reserva de Capacidade, quando associado a usinas contratadas na forma de reserva de capacidade.

§ 2º O pagamento do montante financeiro de que trata o caput não influenciará o pagamento de receita fixa aos agentes titulares das usinas termoelétricas.

§ 3º As usinas termoelétricas que realizem exportação de energia elétrica nos termos desta Portaria Normativa não farão jus a subsídios de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em relação aos montantes de energia elétrica exportados.

§ 4º A CCEE deverá contabilizar e divulgar, mensalmente, o resultado financeiro de que trata o § 1º.

Art. 5º A CCEE e o ONS deverão disponibilizar, respectivamente, as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia elétrica exportada, os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a exportação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria Normativa.

§ 1º As regras e procedimentos de que trata o caput corresponderão àqueles vigentes na publicação desta Portaria Normativa relacionados ao processo de exportação de energia elétrica, considerando adicionalmente os respectivos aperfeiçoamentos necessários à operacionalização desta Portaria Normativa.

§ 2º As regras e procedimentos de que trata o caput serão temporários até que haja aprovação pela Aneel, sem ensejar recontabilização em razão do advento da nova regulamentação.

3º Os agentes de geração termoelétrica e de comercialização participantes estarão obrigados a cumprir o disposto nas regras e procedimentos de que trata o caput para realizar a exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria Normativa.

Art. 6º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 418/GM/MME, de 19 de novembro de 2019;

II - a Portaria nº 87/GM/MME, de 9 de março de 2020; e

III - a Portaria nº 305/GM/MME, de 14 de agosto de 2020.

Art. 7º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

ADOLFO SACHSIDA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 13.194, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002841/2022-61. Interessado: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 12.267, de 12 de julho de 2022, que autorizou a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como estabeleceu os valores correspondentes das parcelas da Receita Anual Permitida - RAP. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 13.207, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002888/2019-29. Interessado Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. Objeto: Altera a Resolução Autorizativa nº 8.101, de 20 de agosto de 2019, que declarou de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor em favor da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A., a área de terra de necessária à passagem da Linha de Transmissão Areia - Joinville Sul, circuito simples, 525 kV, com aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) km de extensão, que interligará a Subestação Areia à Subestação Joinville Sul, localizada nos municípios de Pinhão, Cruz Machado, União da Vitória, Mallet, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, estado do Paraná, e Canoinhas, Três Barras, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Corupá, Jaraguá do Sul, Joinville e Schroeder, estado de Santa Catarina e do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 13.230 - Processo nº 48500.001051/2022-68. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 12.343.933/0001-60, a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 1, CEG UFV.RS.MG.056414-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.231 - Processo nº 48500.001052/2022-11. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 2, CEG UFV.RS.MG.056415-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.232 - Processo nº 48500.001054/2022-00. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 3, CEG UFV.RS.MG.056416-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.233 - Processo nº 48500.001055/2022-46. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 4, CEG UFV.RS.MG.056417-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.234 - Processo nº 48500.001056/2022-91. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 5, CEG UFV.RS.MG.056418-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.235 - Processo nº 48500.001058/2022-80. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 6, CEG UFV.RS.MG.056419-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.236 - Processo nº 48500.001059/2022-24. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 7, CEG UFV.RS.MG.056420-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.237 - Processo nº 48500.001060/2022-59. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 8, CEG UFV.RS.MG.056421-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.238 - Processo nº 48500.001061/2022-01. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 9, CEG UFV.RS.MG.056422-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.239 - Processo nº 48500.001062/2022-48. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 10, CEG UFV.RS.MG.056423-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.240 - Processo nº 48500.001067/2022-71. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 11, CEG UFV.RS.MG.056424-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.241 - Processo nº 48500.001068/2022-15. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 12, CEG UFV.RS.MG.056425-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.242 - Processo nº 48500.001069/2022-60. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 13, CEG UFV.RS.MG.056426-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.243 - Processo nº 48500.001070/2022-94. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 14, CEG UFV.RS.MG.056427-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.244 - Processo nº 48500.001071/2022-39. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 15, CEG UFV.RS.MG.056428-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.245 - Processo nº 48500.001072/2022-83. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 16, CEG UFV.RS.MG.056429-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.246 - Processo nº 48500.001073/2022-28. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 17, CEG UFV.RS.MG.056430-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.247 - Processo nº 48500.001074/2022-72. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 18, CEG UFV.RS.MG.056431-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.248 - Processo nº 48500.001075/2022-17. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 19, CEG UFV.RS.MG.056432-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.249 - Processo nº 48500.001076/2022-61. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 20, CEG UFV.RS.MG.056433-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.250 - Processo nº 48500.001077/2022-14. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 21, CEG UFV.RS.MG.056434-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.251 - Processo nº 48500.001078/2022-51. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 22, CEG UFV.RS.MG.056435-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.252 - Processo nº 48500.001079/2022-03. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 23, CEG UFV.RS.MG.056436-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.253 - Processo nº 48500.001080/2022-20. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 24, CEG UFV.RS.MG.056437-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.254 - Processo nº 48500.001081/2022-74. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 25, CEG UFV.RS.MG.056438-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.255 - Processo nº 48500.001082/2022-19. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 26, CEG UFV.RS.MG.056439-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.256 - Processo nº 48500.001083/2022-63. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 27, CEG UFV.RS.MG.056440-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.257 - Processo nº 48500.001084/2022-16. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 28, CEG UFV.RS.MG.056441-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.258 - Processo nº 48500.001085/2022-52. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 29, CEG UFV.RS.MG.056442-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.259 - Processo nº 48500.001086/2022-05. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 30, CEG UFV.RS.MG.056443-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.260 - Processo nº 48500.001087/2022-41. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 31, CEG UFV.RS.MG.056444-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 13.261 - Processo nº 48500.001088/2022-96. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a UFV Veredas 32, CEG UFV.RS.MG.056445-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos; e

Nº 13.262 - Processo nº 48500.001089/2022-31. Interessada: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., CNPJ nº 12.343.933/0001-60. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica - UFV Veredas 33, CEG UFV.RS.MG.056446-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bonito de Minas, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos.

As integras destas Resoluções, constam dos respectivos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico: http://biblioteca.aneel.gov.br .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

PORTARIA ANEEL Nº 6.793, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, em conformidade com deliberação da Diretoria e de acordo com o que consta do Processo nº 48500.005495/2022-72, resolve:

Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória da ANEEL para o biênio 2023-2024.

Art. 2º O documento correspondente encontra-se disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 3.388, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000025/2021-31, decide (i) dar provimento parcial aos requerimentos interpostos pela Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. CNPJ nº 15.743.303/0001-71 e pela Parnaíba II Geração de Energia S.A. CNPJ nº 14.578.002/0001-77 com vistas a (i.a) autorizar o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, excepcionalmente antes de 120 (cento e vinte) meses de operação comercial das usinas termelétricas UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V, a desconsiderar as indisponibilidades decorrentes da instalação dos diverter dampers, nos períodos definidos na tabela a seguir, limitadas a 12 (doze) meses para cada unidade geradora, nos termos da alínea "b" do Anexo I da Resolução Normativa nº 614, de 3 de junho de 2014; e (i.b) negar o requerimento para desconsiderar as indisponibilidades nas unidades geradoras da usinas termelétricas UTE Maranhão III, UTE Maranhão IV, UTE Maranhão V e UTE MC2 Nova Venécia 2, vinculadas à explosão dos transformadores de corrente modelo CHT-550, fabricante ALSTOM/GE, Tipo R6 e R7.

USINA TERMELÉTRICA	Unidade Geradora	INÍCIO INDISPONIBILIDADE	FIM INDISPONIBILIDADE	DIAS INDISPONIBILIDADE
UTE MARANHÃO V	21	29.07.2020	20.08.2020	22
	22	03.04.2020	01.05.2020	28
UTE MARANHÃO IV	31	22.09.2020	09.10.2020	17
	32	25.08.2020	19.09.2020	25

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 3.393, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005455/2022-21, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás CNPJ nº 01.543.032/0001-04 em face do Despacho nº 2.214, de 2022, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública, que julgou procedente reclamação do consumidor para a devolução em dobro dos valores faturados a maior, decorrente do erro de classificação da unidade consumidora.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 3.424, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002486/2020-68, decide aprovar a revisão 2022.11 dos documentos dos Submódulos 2.14 - Requisitos mínimos para o Sistema de Medição para Faturamento (Requisitos), 6.8 - Apuração dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (Responsabilidades), 6.8 - Apuração dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (Procedimental), 6.16 - Manutenção do Sistema de Medição para Faturamento (Responsabilidades) e 7.11 - Implantação do Sistema de Medição para Faturamento (Responsabilidades) dos Procedimentos de Rede, conforme documentação constante dos autos e do sítio do Operador do Sistema Elétrico (ONS).

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 3.506, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e considerando o que consta do Processo nº 48500.002268/2016-47 decide por não conhecer o pedido de reconsideração interposto pela Cogecom em face dos itens (iii) e (iv) do Despacho nº 3.781, de 2021.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 3.473 - Processo nº 48500.004325/2021-90. Interessado: Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A., Decisão: alterar características técnicas, o ponto de conexão, o sistema de transmissão de interesse restrito e registrar a potência líquida da EOL Ventos de Santo Antônio 04, outorgada por meio da Portaria MME nº 588, de 2 de janeiro de 2022. X.

Nº 3.479 - Processo nº 48500.004324/2021-45. Interessado: Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A., Decisão: alterar características técnicas, o ponto de conexão, o sistema de transmissão de interesse restrito e registrar a potência líquida da EOL Ventos de Santo Antônio 05, outorgada por meio da Portaria MME nº 587, de 2 de janeiro de 2022.

Nº 3.480 - Processo nº 48500.004323/2021-09. Interessado: Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A., Decisão: alterar características técnicas, o ponto de conexão, o sistema de transmissão de interesse restrito e registrar a potência líquida da EOL Ventos de Santo Antônio 06, outorgada por meio da Portaria MME nº 592, de 4 de janeiro de 2022.

Nº 3.481 - Processo nº 48500.004322/2021-56. Interessado: Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A., Decisão: alterar características técnicas, o ponto de conexão, o sistema de transmissão de interesse restrito e registrar a potência líquida da EOL Ventos de Santo Antônio 07, outorgada por meio da Portaria MME nº 589, de 4 de janeiro de 2022.

Nº 3.482 - Processo nº 48500.004338/2021-69. Interessado: Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A., Decisão: alterar características técnicas, o ponto de conexão, o sistema de transmissão de interesse restrito e registrar a potência líquida da EOL Ventos de Santo Antônio 08, outorgada por meio da Portaria MME nº 597, de 5 de janeiro de 2022.

Nº 3.497. Processos nºs: 48500.005856/2022-81, 48500.005742/2022-31, 48500.005741/2022-96, 48500.005743/2022-85, 48500.005745/2022-74. Interessado: ZABELE SOLAR ENERGIA LTDA Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Caraúbas, no estado de Rio Grande do Norte.
As íntegras destes Despachos e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 3.493, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Processos nº: 48500.000672/2022-24 e 48500.000673/2022-79. Interessada: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CNPJ nº 02.016.507/0001-69). Decisão: Alterar as parcelas de Receita Anual Permitida estabelecidas pela Resolução Autorizativa nº 11.323, de 8 de março de 2022, conforme anexo deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br/.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 8 de dezembro de 2022.

Nº 3.503 - Processo nº: 48500.002168/2009-91. Interessados: Furnas - Centrais Elétricas S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Santa Cruz. Unidades Geradoras: UG31, de 150.000,00 kW. Localização: Município de Rio de Janeiro, no estado de Rio de Janeiro.

Nº 3.511 - Processo nº: 48500.002365/2020-16. Interessados: Vale do Cavernoso Geração de Energia Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: PCH Cavernoso IV. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 3.000,00 kW cada. Localização: Municípios de Candói e Cantagalo, no estado do Paraná.

Nº 3.512 - Processo nº: 48500.002353/2020-91. Interessados: Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 15. Unidades Geradoras: UG12 e UG13, de 4.500,00 kW cada. Localização: Município de Várzea Nova, no estado da Bahia.

Nº 3.513 - Processo nº: 48500.002351/2020-01. Interessados: Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 18. Unidades Geradoras: UG16, de 4.500,00 kW. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 3.514 - Processo nº: 48500.002354/2020-36. Interessados: Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 16. Unidades Geradoras: UG14 e UG15, de 4.500,00 kW cada. Localização: Municípios de Morro do Chapéu e Várzea Nova, no estado da Bahia.

Nº 3.515 - Processo nº: 48500.004385/2014-83. Interessados: Central Geradora Solar Cruzeiro S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Caldeirão Grande II (Antiga Santo Anastácio). Unidades Geradoras: UG5 e UG6, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Caldeirão Grande do Piauí, no estado do Piauí.

Nº 3.516 - Processo nº: 48500.000686/2020-86. Interessados: Supermercados BH Comércio de Alimentos S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Coromandel 2. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.333,33 kW cada. Localização: Município de Coromandel, no estado de Minas Gerais.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 3.507, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, no Edital do Leilão nº 002/2016 e o que consta dos Processos nºs 48500.000266/2019-66 e 48500.005616/2020-14, decide não homologar os 1ºs Termos Aditivo aos Contratos de Comercialização de Energia e Potência nos Sistemas Isolados, CCESI nº 03/16 (OC 109.433/2016) e CCESI nº 02/17 (OC 109.424/2017), celebrados entre a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE, CNPJ nº 02.341.467/0001-20, e o Consórcio Geração Amazonas - CGA (integrado pelas empresas Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda., CNPJ nº 02.283.886/0001-53, Brasil Bio Fuels S.A CNPJ nº 09.478.309/0001-66 e Amazonbio - Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda., CNPJ nº 08.794.451/0001-50).

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 75/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
844.049/2022-AMANDA C DA C NUNES EIRELI-Registro de Licença N° 031/2022 - Vencimento em 06/07/2032

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 161/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
861.385/2021-W. DE LIMA E SILVA LTDA-OF. N°53438/2022/DIFIS-GO/ANM
861.097/2021-AREIAL J. R LTDA-OF. N°53500/2022/DIFIS-GO/ANM
860.309/2019-ELIAS MOREIRA LIMA-OF. N°54731/2022/DIFIS-GO/ANM
860.581/2015-TRIANGULO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°54724/2022/DIFIS-GO/ANM
861.675/2021-W. DE LIMA E SILVA LTDA-OF. N°54689/2022/DIFIS-GO/ANM
861.385/2021-W. DE LIMA E SILVA LTDA-OF. N°54690/2022/DIFIS-GO/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
860.263/2020-DANIEL DA SILVA BERNARDO-OF. N°53442/2022/DIFIS-GO/ANM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
860.832/2021-MINERACAO RG LTDA-Areia-Buriti de Goiás e Sanclerlândia/GO
860.819/2021-DUNAS AREIAS LTDA-Areia-Buriti de Goiás e Sanclerlândia/GO
861.142/2021-AREIAL DUNAS LTDA-Areia-Córrego do Ouro e Sanclerlândia/GO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
860.246/2012-CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
860.972/2021-ANTONIO LACERDA SILVA-MINEIROS/GO, SERRANÓPOLIS/GO - Guia n° 141/2022-30.000Toneladas-AREIA- Vigência da Guia:03 (TRÊS) ANOS
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
860.403/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA- Área de 583,32 ha para 417,8?0?? ha-Quartzo-Minaçu/GO
860.403/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA- Área de 583,32 ha para 417,8?0?? ha-Quartzo-Minaçu/GO
860.345/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA- Área de 988,65 ha para 883,84?? ha-Quartzo-Minaçu/GO
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
860.260/2004-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA-OF. N°53433/2022/DIFIS-GO/ANM
860.989/2012-CERÂMICA CRUZEIRO LTDA-OF. N°53705/2022/DIFIS-GO/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
860.778/1995-TUCARANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Fonte da Fonte Luz, marca "Água da Serra de Jaraguá", para embalagens de 20L- JARAGUÁ/GO
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
861.992/2007-RIO VERMELHO MINERACAO LTDA- Prazo:3 (três) anos
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
860.593/1991-ANNIBAL CROSARA JUNIOR-OF. N°54492/2022/DIFIS-GO/ANM
860.593/1991-ANNIBAL CROSARA JUNIOR-OF. N°54492/2022/DIFIS-GO/ANM
860.593/1991-ANNIBAL CROSARA JUNIOR-OF. N°54492/2022/DIFIS-GO/ANM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.319/1998-JOFEGE MINERACAO LTDA-OF. N°53434/2022/DIFIS-GO/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.269/2020-SETA MINERACAO LTDA-OF. N°53499/2022/DIFIS-GO/ANM
861.051/1997-MINERACAO AURIVERDE DO PARANA LTDA-OF. N°54305/2022/DIFIS-GO/ANM

WENDELL MONTANARO CARDOSO MESQUITA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 172/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
805.013/1974-INDUSTRIA DE CALCARIOS CACAPAVA LTDA

WENDELL MONTANARO CARDOSO MESQUITA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 686/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Erivaldo Xavier Mendes - 860461/19
Juliano Xavier Frausino Barnabe - 860342/18
Luiz Severiano Cardoso - 860571/18
Patrícia Linhares Mendes - 860690/18
Washington Mineração LTDA. me - 860486/19, 860487/19, 860488/19, 860490/19, 860491/19, 860492/19, 860493/19, 860494/19, 860495/19, 860497/19, 860499/19, 860500/19, 860501/19, 860502/19, 860503/19, 860504/19, 860505/19, 860507/19, 860511/19, 860516/19, 860517/19, 860518/19, 860519/19, 860520/19

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO
Relação nº 181/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
840.075/2021-M. A. DA SILVA MELO SERVICOS DE EXPLORACAO E EXTRACAO DE AREIA EIRELI
Fase de Licenciamento
Autoriza transformação do regime do Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1285)
840.200/2003-IMOBILIARIA CASTRO LIMA LTDA.

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 182/2022

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
840.017/1998-OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Portaria de Lavra n°: 207/2017- Cessionário:COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP- CNPJ 10.858.291/0001-07

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 183/2022

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
840.091/1999-KAETES INDUSTRIA DE AGUA MINERAL LTDA- marca VILLA (sem gás) referente à FONTE VILLA E MARYNNA, ambas em embalagens de 20 Litros- ABREU E LIMA/PE, PAULISTA/PE

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 184/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 02 anos, com vigência a partir dessa publicação:(322)
9500/2022-840.168/2022-IMOBILIARIA CASTRO LIMA LTDA.-

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 185/2022

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
844.073/2013-RENAGRAN GRANITOS E MARMORES LTDA. ME.

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 186/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.172/2022-CALCAR INDUSTRIA COMERCIO E TRANSPORTES DE MINERAIS EIRELI-Registro de Licença N° 38/2022 - Vencimento em 20 (Vinte) anos
840.084/2022-M. A. DA SILVA MELO SERVICOS DE EXPLORACAO E EXTRACAO DE AREIA EIRELI-Registro de Licença N° 037/2022 - Vencimento em 24/05/2027

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 187/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
840.243/2018-CALCAR INDUSTRIA COMERCIO E TRANSPORTES DE MINERAIS EIRELI

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 90/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
821.497/2013-ATIVANTE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°1116/2020/DIFAM-SP/GER-SP-DOU de 18/12/2020
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
821.475/1987-PEDREIRA SANTA ISABEL LTDA. - Publicado DOU de 23/08/1994, Relação n° , Seção , pág. - Onde se lê: "821.475/87 ... Substância Granito (brita), Reserva Medida: 3.160.000 m3, Reserva Inferida: 10.950.000 m3, a área fica reduzida de 714,19 para 182,47 ha"; Leia-se: "821.475/1987 ... Substâncias Granito (brita) e Saibro (construção civil), Recurso Medido de Granito: 41.566.851 t, Recurso Medido de Saibro: 5.382.324 t, a área fica reduzida de 714,19 para 178,63 ha"

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 105/2022

Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
800.398/2014-LUIZ BASTOS DE MIRANDA-AI N°5465/2022/SEFIS-CE/ANM
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.660/2016-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
800.316/2021-EXOTIC MINERAÇAO LTDA
800.528/2018-PORTAL DO SOL PARTICIPACOES & MINERACAO EIRELI
800.119/2018-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.338/2022-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA -Alvará N°6181/2022
800.337/2022-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA -Alvará N°6366/2022
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
800.636/2015-JOSIMAR INOCENCIO DE MORAIS ME-AI N°5562/2022/SEFIS-CE/ANM
800.635/2015-TOTAL - LOCACOES, MINERACOES, CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA-AI N°5560/2022/SEFIS-CE/ANM
800.519/2015-EDUARDO DE AZEVEDO LEMOS-AI N°5559/2022/SEFIS-CE/ANM
800.633/2015-JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA-AI N°5557/2022/SEFIS-CE/ANM
800.629/2015-JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA-AI N°5555/2022/SEFIS-CE/ANM
800.630/2015-JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA-AI N°5553/2022/SEFIS-CE/ANM
800.629/2016-GEORGE PONTE DIAS-AI N°5525/2022/SEFIS-CE/ANM
800.211/2016-CCVR MINERAÇÃO & SERVIÇOS LTDA M.E-AI N°5521/2022/SEFIS-CE/ANM
800.123/2016-L F COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E TRANSPORTES LTDA - EPP-AI N°5519/2022/SEFIS-CE/ANM
800.124/2016-L F COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E TRANSPORTES LTDA - EPP-AI N°5516/2022/SEFIS-CE/ANM
800.485/2015-FRANCISCO A. LIMA PRODUTOR RURAL ME-AI N°5514/2022/SEFIS-CE/ANM
800.272/2015-ERNANI BARREIRA PORTO-AI N°5504/2022/SEFIS-CE/ANM
800.438/2015-BURITI ECOLÓGICA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME-AI N°5503/2022/SEFIS-CE/ANM
800.440/2015-BURITI ECOLÓGICA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME-AI N°5502/2022/SEFIS-CE/ANM
800.439/2015-BURITI ECOLÓGICA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME-AI N°5500/2022/SEFIS-CE/ANM
800.617/2014-CASA GRANDE MINERACAO EIRELI-AI N°5484/2022/SEFIS-CE/ANM
800.565/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°5470/2022/SEFIS-CE/ANM
800.567/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°5468/2022/SEFIS-CE/ANM
800.566/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A-AI N°5466/2022/SEFIS-CE/ANM
800.513/2014-JOSÉ PESSOA JUNIOR-AI N°5464/2022/SEFIS-CE/ANM
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
800.217/2014-AGNALDO ARAÚJO SANTANA ME - AI N°4157/2022
800.125/2015-MARIA AMÉLIA BEZERRA DE MENEZES MILFONT - AI N°3120/2022
800.096/2015-LÊYLENE RIBEIRO VERAS - AI N°3119/2022
800.066/2015-A J TRANSPORTES E MINERACAO LTDA - AI N°3118/2022
800.001/2015-NEMESIO BEZERRA HOLANDA PINTO - AI N°3117/2022
800.653/2014-ARISTON ARAÚJO CAJATY - AI N°3116/2022
800.652/2014-JORGE ALBERTO ELOY MIRANDA - AI N°3115/2022
800.590/2010-EXTRATIVA FERTILIZANTES S A - AI N°1250/2021
800.185/2014-MONT GRANITOS LTDA - AI N°1244/2021
800.089/2014-CBP NEGÓCIOS, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. - AI N°1243/2021
800.069/2014-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - AI N°1240/2021
800.730/2013-LIMA TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA ME - AI N°1235/2021
800.866/2013-JS GEMS LTDA ME - AI N°1234/2021
800.844/2013-F DAS CHAGAS C DE ALMEIDA JUNIOR ME - AI N°1229/2021
800.206/2013-SAVIO COELHO MAGALHÃES M.E. - AI N°1219/2021
800.207/2013-SAVIO COELHO MAGALHÃES M.E. - AI N°1218/2021
800.684/2013-MINERIOS NACIONAL S.A. - AI N°1217/2021
800.853/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. - AI N°1216/2021
800.461/2013-CEARA INDUSTRIA DE ARGAMASSA COLANTE LTDA - AI N°1182/2021
800.227/2013-AQUACLARA AQUACULTURA SANTA CLARA LTDA. - AI N°1181/2021
800.157/2013-CAMOCIM GRANITOS E BRITAS LTDA. ME - AI N°1168/2021
800.668/2013-SABRINA MARIA BATISTA - AI N°1167/2021
800.766/2013-JANUARIO DE SOUSA LIMA ME - AI N°1166/2021
800.856/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. - AI N°1165/2021
800.855/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. - AI N°1164/2021
800.854/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. - AI N°1163/2021
800.783/2013-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME - AI N°1159/2021
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
800.196/1999-M. DE FATIMA CARNEIRO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.196/1999-M. DE FATIMA CARNEIRO-OF. N°105/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.267/2009-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°Ofício nº 56184/2022/SEFIS-CE/ANM
800.336/1984-MCC MINERAÇÃO E EQUIPAMENTOS PESADOS LTDA-OF. N°Ofício nº 56207/2022/SEFIS-CE/ANM
811.602/1975-CALCARIO DO BRASIL S A-OF. N°Ofício nº 56204/2022/SEFIS-CE/ANM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.159/2017-CASTRO & MACEDO LTDA ME-OF. N°54141/2022/SEFIS-CE/ANM

VANESSA MARIA MAMEDE CAVALCANTI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 108/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 02 anos, com vigência a partir dessa publicação:(322)
9503/2022-800.628/2022-IGOR TAVARES VALE ALENCAR-
9501/2022-800.424/2021-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTACAO LTDA-
9502/2022-800.425/2021-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTACAO LTDA-
9504/2022-800.643/2022-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 03 anos, com vigência a partir dessa publicação:(323)
9506/2022-800.698/2022-IGOR TAVARES VALE ALENCAR-
9505/2022-800.358/2022-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-

VANESSA MARIA MAMEDE CAVALCANTI

DESPACHO
Relação nº 113/2022

Fase de Requerimento de Lavra
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, II, alínea "e" da Portaria ANM Nº 1.056, de 30 de junho de 2022 - DOU de 01 de julho de 2022, com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967 c/c o art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2611)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 557/2022, de 7 DE DEZEMBRO DE 2022 - Processo nº 800.488/2009 - Titular VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - Substância(s) MIGMATITO, QUARTZITO - Município(s) de MASSAPÊ/CE
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 558/2022, de 7 DE DEZEMBRO DE 2022 - Processo nº 800.621/2013 - Titular GRANISTONE AMAZON MINERACAO LTDA - Substância(s) QUARTZO - Município(s) de BANABUIÚ/CE
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 560/2022, de 7 DE DEZEMBRO DE 2022 - Processo nº 800.391/2016 - Titular MINERACAO COTO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Substância(s) QUARTZITO - Município(s) de BANABUIÚ/CE, JAGUARETAMA/CE
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 559/2022, de 7 DE DEZEMBRO DE 2022 - Processo nº 800.751/2015 - Titular CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA - Substância(s) CALCÁRIO - Município(s) de APUIARÉS/CE, ITAPAJÉ/CE

VANESSA MARIA MAMEDE CAVALCANTI

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS
SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

DESPACHO
Relação nº 675/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Ficam notificados para pagarem, parcelarem débitos da multa, ou apresentar defesa: prazo de 30 (dez) dias. (662)
WALTER BRAGA JUNIOR - SÓCIO DE BOM SUCESSO MINERAÇÃO LTDA. ME. - 831.390/2017 - Not. Adm. 859A/2022 - R$ 4.808,60.

HUDSON CARLOS LOPES DA COSTA
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 680/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
834557/2007 - Adair José Ferreira - Not Adm 425/2019 - R$ 157,40.

HUDSON CARLOS LOPES DA COSTA
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 683/2022

Torna Sem Efeito Notificação Administrativa da TAH (154)
830030/2016 - Vanderley Dias de Carvalho - NA 254/2021 publicada no DOU em 17/05/2021 | Número 91| Seção: 1 | Página: 64.

HUDSON CARLOS LOPES DA COSTA
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 684/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
834565/2011 - Interfácil Mineração e Empreendimentos Ltda - Not Adm 463/2019 - R$ 6.004,68.

HUDSON CARLOS LOPES DA COSTA
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 2 (PA, AP)

DESPACHO
Relação nº 687/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Flavio Lopes da Silva - 850526/21
Jeann Souza Ribeiro - 850645/18
Luiz Otavio Inacio Bueno - 851585/21
Mineração Vale Das Andorinhas Ltda Epp - 850115/18
Neidiane Rodrigues de Moraes - 851631/21, 851635/21, 851646/21, 851647/21
Nilson Domiciano - 851021/21, 851022/21
Onca Puma Mineracao Ltda - 851413/21
Robson Ferreira Dias - 850752/20
Wriston da Cunha Santos - 850496/21
Nelma de Nazaré Pacheco Trindade

NELMA DE NAZARÉ PACHECO TRINDADE
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 688/2022

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA ARQUIVAMENTO AUTO INFRAÇÃO-TAH (637): 48072.858053/2020-57 - Porto Grande Mineração Ltda. - Arquiva o AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1326/2022/UAM-PA/ANM

NELMA DE NAZARÉ PACHECO TRINDADE
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 8 (RO, RR, AC, AM

DESPACHO
Relação nº 689/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Mineração Serra do Estreito LTDA. - 880106/17, 880114/19
Nilson Domiciano - 880128/21
Real Diamond Mineracao Ltda - 880004/20

EUTÍQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE ORDENAMENTO MINERAL E DISPONIBILIDADE DE ÁREAS

DESPACHO
Relação nº 408/2022

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
860.706/1999- Mibrasa- Mineradora Barro Alto Ltda., Hipercal Representações Ltda. e Mineração Pirineus Ltda.
830.395/1988- SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA.
831.543/1998- FELIPE TAVARES VIEIRA.
831.230/2008- BOAVENTURA ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA.
832.433/2001- OLIVEIRA & MARQUES EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. ME.
831.663/1998- ROBERTO ANDRADE JÚNIOR
833.784/2006- VOTORANTIM METALS ZINCO S.A.
834.044/1994- MINERAÇÃO ENTRE SERRAS LTDA. ME.
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
860.706/1999-Mineração Pirineus Ltda- Substância Aprovada:calcário
831.543/1998-FELIPE TAVARES VIEIRA.- Substância Aprovada:Argila refratária
831.230/2008-BOAVENTURA ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA.- Substância Aprovada:Minério de Ouro, Diamante e Quartzo.
832.433/2001-OLIVEIRA & MARQUES EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. ME.- Substância Aprovada:Minério de Ouro, Esteatito, Areia e Cascalho
831.663/1998-ROBERTO ANDRADE JÚNIOR- Substância Aprovada:Areia
833.784/2006-VOTORANTIM METALS ZINCO S.A.- Substância Aprovada:Minério de Zinco.
834.044/1994-MINERAÇÃO ENTRE SERRAS LTDA. ME.- Substância Aprovada:Diamante Industrial
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
860.706/1999- EDITAL DISPONIBILIDADE N°101/2005- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (número 84) Mineração Pirineus Ltda; 2º lugar (número 46) Mibrasa- Mineradora Barro Alto Ltda; 3º lugar (número 38) Hipercal Representações Ltda
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
830.866/2006- VOTORANTIM METALS ZINCO S.A. e por VALE S.A.
830.395/1988- C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA. e por MONTE SANTO STONE S.A.
831.543/1998- MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
831.010/1999- VERDE FERTILIZANTES LTDA. e por AJAGUNÃ MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
830.819/1998- LEONARDO OLIVEIRA BICALHO PINHEIRO e por EMBRAMINE EMPRESA BRASILEIRA DE PERFURAÇÕES E SONDAGENS LTDA. ME
832.378/2000- MINERAÇÃO ENGENHO LTDA. e por EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA
831.230/2008- ANDRÉ LUIZ RIBAS NASCIMENTO.
832.433/2001- VITÓRIA EMPREENDIMENTOS MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.
831.972/2000- AFONSO CELSO MORAES DE SOUSA CARMO e por CEZAR AUGUSTO SANTOS TEIXEIRA.
831.663/1998- SAFIRA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
830.024/2001- MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. ME. e por LUIZ CARLOS TERTO.
832.607/2008- VOTORANTIM METALS ZINCO S.A. e por VALE S.A.
833.784/2006- VALE S.A.
832.605/2008- VOTORANTIM METALS ZINCO S.A. e por VALE S.A.
834.044/1994- EVERALDO JOSÉ DA SILVA.
declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)
830.395/1988-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA.-Granito

CAIO MARIO TRIVELLATO SEABRA FILHO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 409/2022

Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
871.016/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.018/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.019/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.021/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.022/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.023/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.020/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.024/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.025/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
871.027/2003-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

CAIO MARIO TRIVELLATO SEABRA FILHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 9.421, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48079.868225/2022-01-SMM MINERACAO LTDA (Documento SEI: 5732726)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.422, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48081.844084/2022-83-MONTE SIAO MINERACAO EIRELI (Documento SEI: 5732728)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.423, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810837/2022-02-AUSTERA INDUSTRIA E COMERCIO DE GRANITO E BASALTO LTDA (Documento SEI: 5732735)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.424, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871776/2022-22-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732729)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.425, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871768/2022-86-HELMO BAGDA GAMA (Documento SEI: 5732732)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.426, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48078.806205/2022-48-RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO SANTOS (Documento SEI: 5732727)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.427, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48079.868226/2022-47-SMM MINERACAO LTDA (Documento SEI: 5732730)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.428, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826405/2022-26-HOBI S/A - MINERACAO DE AREIA E CONCRETO (Documento SEI: 5732731)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.429, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832510/2022-63-LEONARDO HENRIQUE MENDONCA DE OLIVEIRA (Documento SEI: 5732733)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.430, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48064.890203/2022-88-CERAMICA ARGIBEM LTDA (Documento SEI: 5732734)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.431, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871785/2022-13-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732747)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.432, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871783/2022-24-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732752)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.433, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871775/2022-88-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732749)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.434, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871773/2022-99-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732748)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.435, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871771/2022-08-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732746)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.436, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871772/2022-44-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732753)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.437, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871774/2022-33-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732754)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.438, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832531/2022-89-RTB GEOLOGIA E MINERACAO LTDA. (Documento SEI: 5732750)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.439, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871778/2022-11-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732751)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.440, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832538/2022-09-FOXFIRE METALS INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA (Documento SEI: 5732767)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.441, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48068.866851/2022-83-Florisvaldo dos Santos de Santana Júnior (Documento SEI: 5732766)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.442, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código

de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871779/2022-66-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732770)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.443, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871782/2022-80-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732755)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.444, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871781/2022-35-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732772)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.445, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48054.832541/2022-14-FOXFIRE METALS INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA (Documento SEI: 5732769)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.446, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48062.871788/2022-57-Jordesson Vinícius Silva Tolentino (Documento SEI: 5732768)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.447, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871780/2022-91-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732774)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.448, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48062.871790/2022-26-EUVALDO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (Documento SEI: 5732779)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.449, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871784/2022-79-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732788)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.450, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48069.826410/2022-39-ABL MINERACAO LTDA (Documento SEI: 5732773)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.451, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48061.861178/2022-55-Carlos Frederico Resende (Documento SEI: 5732771)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.452, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871793/2022-60-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732786)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.453, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871791/2022-71-NAZCA GOLD MINERACAO - LTDA (Documento SEI: 5732790)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.454, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48073.864414/2022-56-ITAPOROROCA BRITAS LTDA (Documento SEI: 5732787)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.455, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871801/2022-78-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732792)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.456, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871802/2022-12-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732791)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.457, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871794/2022-12-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732789)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.458, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871795/2022-23-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732795)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.459, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871803/2022-67-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732796)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.460, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48058.840215/2022-41-DIOMAGRAN MARMORES E GRANITOS EIRELI (Documento SEI: 5732809)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.461, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871795/2022-59-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732805)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.462, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871798/2022-92-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732793)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.463, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871805/2022-56-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732808)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.464, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48073.864419/2022-89-Suelene Carvalho Gouveia Barros (Documento SEI: 5732813)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.465, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832548/2022-36-GONCALVES E CHERAIN HOLDING PATRIMONIAL LTDA (Documento SEI: 5732812)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.466, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871806/2022-09-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732810)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.467, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848345/2022-63-INDUSTRIA CERAMICA BARRO FORTE LTDA (Documento SEI: 5732811)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.468, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871804/2022-10-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732816)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.469, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48076.896264/2022-10-Andreole Magnago Santos (Documento SEI: 5732826)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.470, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832549/2022-81-José Wilson de Castro Bernardes (Documento SEI: 5732815)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.471, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871809/2022-34-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732821)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.472, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871810/2022-69-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732829)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.473, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871796/2022-01-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732828)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.474, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871808/2022-90-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732831)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.475, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48073.864423/2022-47-EDELCIO LUNGAREZI (Documento SEI: 5732830)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.476, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48071.846224/2022-77-JERIBA MINERACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (Documento SEI: 5732837)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.477, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871807/2022-45-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732833)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.478, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48073.864424/2022-91-BRENA AGRONEGOCIOS LTDA (Documento SEI: 5732834)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.479, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832554/2022-93-MARCOS JOSE RIBEIRO MONTEIRO (Documento SEI: 5732842)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.480, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871811/2022-11-EQUIPAV AGROPECUARIA E IRRIGACAO SPE S.A (Documento SEI: 5732847)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.481, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.861186/2022-00-CLEUSA RAIMUNDO GARCIA (Documento SEI: 5732835)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.482, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48073.864422/2022-01-EDELCIO LUNGAREZI (Documento SEI: 5732850)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.483, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48059.850839/2022-66-ALDINEIDE A DA SILVA MINERACAO (Documento SEI: 5732844)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.484, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832559/2022-16-JRX EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (Documento SEI: 5732849)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.485, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.861188/2022-91-Gustavo Manoel Sansaloni de Oliveira (Documento SEI: 5732856)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.486, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48058.840216/2022-95-MINERACAO VALE DO SOL LTDA (Documento SEI: 5732851)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.487, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820553/2022-14-ANISIO GHIRO DA COSTA (Documento SEI: 5732852)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.488, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.861190/2022-60-3PS NATURELLI PIETRA DO BRASIL LTDA (Documento SEI: 5732855)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.489, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48065.800830/2022-25-AXON MINERACAO S/A (Documento SEI: 5732864)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.490, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820554/2022-51-MCM MINERADORA LTDA (Documento SEI: 5732866)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.491, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815505/2022-57-Roberta Albani Ruzinsky Gonçalves de Oliveira (Documento SEI: 5732857)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.492, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810840/2022-18-AMARILDO LUIS DA SILVA (Documento SEI: 5732865)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.493, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48053.820557/2022-94-HARENAE SERVICOS GEOLOGICOS LTDA (Documento SEI: 5732872)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48070.848347/2022-52-Natália Almeida Coelho (Documento SEI: 5732867)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.495, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48080.884291/2022-81-Rafael David Aires Alencar (Documento SEI: 5732871)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48076.896266/2022-17-WELLINGTON SILVA DE ANDRADE (Documento SEI: 5732879)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.497, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48066.815506/2022-00-IVI EMPREENDIMENTOS LTDA (Documento SEI: 5732874)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.498, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48053.820559/2022-83-IDEAL INFRAESTRUTURA E MONTAGEM LTDA (Documento SEI: 5732881)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

ALVARÁ Nº 9.499, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48062.871829/2022-13-EUVALDO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (Documento SEI: 5733733)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48054.832806/2022-84-MINAS MAIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. (Documento SEI: 5732542)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48080.884294/2022-14-LAK CONSTRUCOES LTDA (Documento SEI: 5732536)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.871926/2022-06-JOSE RIBEIRO (Documento SEI: 5732539)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48054.832807/2022-29-MINAS MAIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. (Documento SEI: 5732543)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.871925/2022-53-RICARDO ALMEIDA SOUZA (Documento SEI: 5732537)

JOSÉ CARNEIRO DE JESUS NETO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO- EIXO CENTRAL/MG

DESPACHO
Relação nº 21/2022

Fase de Concessão de Lavra

Determina o embargo da barragem de mineração.(2515)

BARRAGEM SAMAMBAIA 0 - AUTO DE EMBARGO Nº 75/2022/DIRC/SBM-ANM/COPGBM-C/SEFBM-C-MINERACAO USIMINAS S.A.-933.980/2010

Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)

BARRAGENS: MARAVILHAS II;BARRAGENS: MARAVILHAS III-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-930.593/1988-OF. N°55931/2022/SEFBM-C/ANM;56112/2022/SEFBM-C/ANM

BARRAGEM SAMAMBAIA 0 -(Exigências de Fiscalização)-MINERACAO USIMINAS S.A.-933.980/2010-OF. N°54500/2022/SEFBM-C/ANM

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Coordenador

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 918, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.214231/2022-61 , resolve: autorizar a empresa SUPREME LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 01.574.068/0001-47, a operar a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada a Rua Rudolfo Walter, nº 1.800, Galpão 01, Itoupava Central, Blumenau/SC, CEP: 89.068.240 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): - 26:48:28,900; - 49:06:26,600 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 124,20 m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP Nº 777, de 18 de Outubro de 2019.

TQ	Ø (m)	Altura/Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1	2,58	5,94	31,05	IIIB	Vertical aéreo
2	2,58	5,94	31,05	IIIB	Vertical aéreo
3	2,58	5,94	31,05	IIIB	Vertical aéreo
4	2,58	5,94	31,05	IIIB	Vertical aéreo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.470, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições dos Artigos 41, inciso II, alínea "a" da Resolução ANP nº 58/2014 e o que consta no processo nº 48610.220139/2019-34, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 1.065/2015 e nº 193/2001, outorgadas à Matriz da sociedade PETROBALL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.431.337/0001-89, bem como das Autorizações ANP nº 650/2015, 651/2015 e 211/2018, outorgadas, respectivamente, as filiais inscritas nos CNPJs nº 02.431.337/0002-60, 02.431.337/0004-21 e 02.431.337/0007-74, para o exercício da atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.471, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08/2007, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 25, inciso II, alínea "e", e o que consta do processo nº 48610.213369/2022-42, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 246/2009 e nº 605/2010 e do Despacho nº 910/2009, anteriormente outorgadas à sociedade MASSA FALIDA DE REDEP REVENDEDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, CNPJ nº 20.466.389/0001-72, para o exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.472, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º inciso IV, e o que consta do processo nº 48610.230592/2022-54, torna público o cancelamento das autorizações ANP para as matrizes e filiais, incluídas por meio de Despachos ANP, abaixo listadas:

EMPRESA	CNPJ	AUTORIZAÇÃO	PESQUISA CNPJ
COFCO INTERNATIONAL GRAINS LTDA	29.332.398/0001-45	Autorização nº 540/2020 (2646408)	Anexo CNPJ nº 29.332.398/0001-45 (2646418)
COFCO INTERNATIONAL GRAINS LTDA	29.332.398/0002-26	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 321/2022 (2646386)	Anexo CNPJ nº 29.332.398/0002-26 (2646427)
E. M. C. AGUIAR EIRELI	11.897.380/0001-25	Autorização nº 31/2020 (2646397)	Anexo CNPJ nº 11.897.380/0001-25 (2646437)
FAROL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	30.484.960/0003-05	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 30.484.960/0003-05 (2646438)
FAROL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	30.484.960/0004-88	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 30.484.960/0004-88 (2646440)
FAROL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	30.484.960/0005-69	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 30.484.960/0005-69 (2646441)
GIVOTRADING COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	07.922.103/0006-62	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 07.922.103/0006-62 (2646447)
GIVOTRADING COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	07.922.103/0005-81	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 07.922.103/0005-81 (2646457)
ICE QUIMICA - COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	30.182.219/0002-09	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 30.182.219/0002-09 (2646478)
ICONIC LUBRIFICANTES S.A.	05.524.572/0039-66	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 05.524.572/0039-66 (2646482)
INPASA BIOENERGIA S/A	27.026.451/0001-54	Autorização nº 109/2021 (2646398)	Anexo CNPJ nº 27.026.451/0001-54 (2646484)
KOMPORT COMERCIAL IMPORTADORA S.A.	07.409.820/0007-76	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 07.409.820/0007-76 (2646496)
LOGITRADE SERVICOS E COMERCIO EXTERIOR LTDA	03.004.874/0002-96	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 03.004.874/0002-96 (2646497)
LOGITRADE SERVICOS E COMERCIO EXTERIOR LTDA	03.004.874/0003-77	Incluída por meio do Despacho SDL-ANP nº 332/2022 (2646389)	Anexo CNPJ nº 03.004.874/0003-77 (2646501)
MAXX SOLUTIONS SERVICO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI	36.511.801/0001-69	Autorização nº 125/2021 (2646405)	Anexo CNPJ nº 36.511.801/0001-69 (2646504)

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTEÚDO LOCAL

DESPACHO SCL-ANP Nº 1.466, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONTEÚDO LOCAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e na Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022, e considerando o que consta no Processo nº 48610.229989/2022-01, resolve:

1. REVOGAR a Autorização nº 1.008, de 4 de setembro de 2018, com o respectivo CANCELAMENTO DA ACREDITAÇÃO, por término do ciclo de acreditação, da empresa RINA BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 68.773.597/0009-06, com a retirada total da acreditação como organismo de certificação de conteúdo local, conforme estabelecido no inciso II, do art. 28, da Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022.

2. O cancelamento da acreditação não exime a empresa do cumprimento das obrigações dispostas no Termo de Compromisso de Acreditação - TCA, firmado com a ANP, e na Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022, em especial no que dispõe seu § 2º, art. 18.

3. O cancelamento da acreditação objeto deste despacho tem efeitos a partir de 05 de setembro de 2022.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO SCL-ANP Nº 1.467, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONTEÚDO LOCAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e na Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022, e considerando o que consta no Processo nº 48610.204738/2021-25, resolve:

1. REVOGAR a Autorização nº 599, de 10 de novembro de 2016, com o respectivo CANCELAMENTO DA ACREDITAÇÃO, por término do ciclo de acreditação, da empresa TERRATEK TECNOLOGIA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.686.610/0001-41, com a retirada total da acreditação como organismo de certificação de conteúdo local, conforme estabelecido no inciso II, do art. 28, da Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022.

2. O cancelamento da acreditação não exime a empresa do cumprimento das obrigações dispostas no Termo de Compromisso de Acreditação - TCA, firmado com a ANP, e na Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022, em especial no que dispõe seu § 2º, art. 18.

3. O cancelamento da acreditação objeto deste despacho tem efeitos a partir de 11 de novembro de 2020.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO SCL-ANP Nº 1.468, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONTEÚDO LOCAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e na Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022, e considerando o que consta no Processo nº 48610.208330/2019-16, resolve:

1. REVOGAR a Autorização nº 335, de 9 de maio de 2018, com o respectivo CANCELAMENTO DA ACREDITAÇÃO, por término do ciclo de acreditação, da empresa TECETEC - TECNOLOGIA EM ENSAIOS TÉCNICOS S/S LTDA - ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 07.674.750/0001-98, com a retirada total da acreditação como organismo de certificação de conteúdo local, conforme estabelecido no inciso II, do art. 28, da Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022.

2. O cancelamento da acreditação objeto deste despacho tem efeitos a partir de 08 de maio de 2022.

THYAGO GROTTI VIEIRA



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.483, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 684, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2022, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Primária à Saúde, observando o disposto no Capítulo II, da Portaria nº 684, de 30 de março de 2022.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PR	ABATIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ABATIA	36000475713202200	20380009	20.000,00	20.000,00	1030150192E890041
PR	ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALVORADA DO SUL - PR	36000473942202200	38360002	19.097,00	19.097,00	1030150192E890041
PR	BANDEIRANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474532202200	39860002	247.620,00	247.620,00	1030150192E890041
PR	BARBOSA FERRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBOSA FERRAZ	36000474431202200	37050001	150.000,00	150.000,00	1030150192E890041
PR	CAMPO MOURAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474009202200	39110007	200.058,00	200.058,00	1030150192E890041
PR	CARLOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474030202200	40340002	161.386,00	161.386,00	1030150192E890041
PR	CONTENDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CONTENDA	36000474659202200	39150008	70.000,00	70.000,00	1030150192E890041
PR	FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA	36000474599202200	30730004	134.000,00	134.000,00	1030150192E890041
PR	FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA	36000474600202200	28740001	107.725,00	107.725,00	1030150192E890041
PR	INACIO MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474473202200	30730004	150.000,00	150.000,00	1030150192E890041
PR	ITAUNA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUNA DO SUL - PR	36000473968202200	37050001	9.590,00	9.590,00	1030150192E890041
PR	IVAIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAIPORA	36000474007202200	37570003	100.000,00	100.000,00	1030150192E890041
PR	JUSSARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARA	36000473974202200	30730004	248.137,00	248.137,00	1030150192E890041
PR	LOANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473978202200	37710002	7.989,00	7.989,00	1030150192E890041
PR	LOBATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473983202200	28740001	200.000,00	200.000,00	1030150192E890041
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475172202200	40340002 40340002	24.523,00 88.000,00	112.523,00	1030150192E890041 1030150192E890041
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475173202200	30920001	158.805,00	158.805,00	1030150192E890041
PR	MARIA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIA HELENA	36000473989202200	28740001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890041
PR	MARILANDIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICPIO DE MARILANDIA DO SUL	36000475176202200	30920001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890041
PR	MISSAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MISSAL	36000475979202200	28490001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474122202200	30410007	778.775,00	778.775,00	1030150192E890041
PR	PAULA FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULA FREITAS	36000474014202200	30730004	91.677,00	91.677,00	1030150192E890041
PR	PITANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PITANGA PARANA	36000475216202200	38090001	355.169,00	355.169,00	1030150192E890041
PR	PITANGUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474024202200	30730004	150.000,00	150.000,00	1030150192E890041
PR	RESERVA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RESERVA DO IGUACU	36000474366202200	39820002	93.793,00	93.793,00	1030150192E890041
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	36000474432202200	37570003	126.951,00	126.951,00	1030150192E890041
PR	RONCADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476366202200	40340002	221.498,00	221.498,00	1030150192E890041
PR	SALTO DO LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO LONTRA	36000473902202200	30950009	167.869,00	167.869,00	1030150192E890041
PR	SANTA AMELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA AMELIA	36000476393202200	37710002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890041
PR	SANTA INES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474245202200	28740001	85.000,00	85.000,00	1030150192E890041
PR	SAO CARLOS DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS DO IVAI	36000474117202200	30730004	150.000,00	150.000,00	1030150192E890041
PR	SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO SAO JOAO PR	36000476028202200	28490001	50.000,00	50.000,00	1030150192E890041
PR	TAPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA	36000475610202200	30950009	243.584,00	243.584,00	1030150192E890041
RJ	APERIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APERIBE	36000474712202200	27870001	300.000,00	300.000,00	1030150192E890033
RJ	ARRAIAL DO CABO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARRAIAL DO CABO	36000475741202200	27870001	500.000,00	500.000,00	1030150192E890033
RJ	BARRA MANSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474342202200	39300018	2.000.000,00	2.000.000,00	1030150192E890033

RJ	CABO FRIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABO FRIO	36000473971202200	42260002	582.128,00	582.128,00	1030150192E890033
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRAS DE MACACU	36000474863202200	39300006 39300015 39300021 39300018	32.640,00 40.800,00 40.800,00 403.138,00	517.378,00	1030150192E890033 1030150192E890033 1030150192E890033 1030150192E890033
RJ	CAMBUCI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS	36000474163202200	42260002	339.267,00	339.267,00	1030150192E890033
RJ	PARAIBA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAIBA DO SUL - RJ	36000474301202200	40140003	300.000,00	300.000,00	1030150192E890033
RJ	PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474468202200	30750005	42.201,00	42.201,00	1030150192E890033
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000474644202200	40260011	500.000,00	500.000,00	1030150192E890033
RJ	RIO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO	36000475427202200	41520002	378.640,00	378.640,00	1030150192E890033
RJ	RIO DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DAS FLORES	36000475938202200	40260011	428.488,00	428.488,00	1030150192E890033
RJ	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475382202200	37990001	583.733,00	583.733,00	1030150192E890033
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	36000474325202200	42260002	582.128,00	582.128,00	1030150192E890033
RN	FRANCISCO DANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO DANTAS	36000474274202200	37420004	20.581,00	20.581,00	1030150192E890024
RN	PAU DOS FERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAU DOS FERROS	36000473945202200	30540006	121.203,00	121.203,00	1030150192E890024
RN	POCO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475351202200	39170006	51.191,00	51.191,00	1030150192E890024
RN	SANTANA DO MATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DO MATOS - RN	36000475692202200	39170006	139.507,00	139.507,00	1030150192E890024
RO	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIS	36000473908202200	40300002	44.473,00	44.473,00	1030150192E890011
RO	CABIXI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474377202200	37060001 24210001	300.000,00 300.000,00	600.000,00	1030150192E890011 1030150192E890011
RO	CASTANHEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474132202200	41490002	357.864,00	357.864,00	1030150192E890011
RO	CHUPINGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475376202200	39450003	92.414,00	92.414,00	1030150192E890011
RO	CORUMBIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474404202200	37060001 37250004 24210001	100.000,00 250.000,00 300.000,00	650.000,00	1030150192E890011 1030150192E890011 1030150192E890011
RO	JI-PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JI-PARANA	36000475266202200	26330006	200.000,00	200.000,00	1030150192E890001
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	36000475448202200	42270001	19.051,00	19.051,00	1030150192E890011
RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILNDIA D'OESTE - RO.	36000475396202200	41490002	200.000,00	200.000,00	1030150192E890011
RO	NOVA MAMORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA MAMORE	36000475451202200	30960001 42270001	400.000,00 288.913,00	688.913,00	1030150192E890011 1030150192E890011
RO	NOVA UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA UNIAO	36000475032202200	30960001	200.000,00	200.000,00	1030150192E890011
RO	PRESIDENTE MEDICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474302202200	41490002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890011
RO	RIO CRESPO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE RIO CRESPO	36000474647202200	41490002	67.539,00	67.539,00	1030150192E890011
RO	ROLIM DE MOURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474363202200	30960001	200.000,00	200.000,00	1030150192E890011
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474152202200	41490002 37060001 42270001	25.324,00 20.640,00 110.000,00	155.964,00	1030150192E890011 1030150192E890011 1030150192E890011
RO	URUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473861202200	30960001	129.615,00	129.615,00	1030150192E890011
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	36000473918202200	41460010 41460002 41460014	65.336,00 176.712,00 471.110,00	713.158,00	1030150192E890014 1030150192E890014 1030150192E890014
RS	AGUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475348202200	40330019	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	ARROIO DO MEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ARROIO DO MEIO	36000473727202200	41210006	150.000,00	150.000,00	1030150192E890043
RS	ARROIO DOS RATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ARROIO DOS RATOS	36000475171202200	30200001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	BARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474360202200	28610001	200.000,00	200.000,00	1030150192E890043
RS	BOSSOROCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PM BOSSOROCA	36000475909202200	41680005	50.000,00	50.000,00	1030150192E890043
RS	BOZANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOZANO	36000474445202200	19860002	23.135,00	23.135,00	1030150192E890043
RS	CACAPAVA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474420202200	28610001 32980006	10.997,00 108.496,00	119.493,00	1030150192E890043 1030150192E890043
RS	CAMPO BOM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO BOM	36000474996202200	19860002	197.679,00	197.679,00	1030150192E890043
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	36000475623202200	28640003	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	CAPAO DO LEAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CAPAO DO LEAO	36000474083202200	39510001	200.000,00	200.000,00	1030150192E890040
RS	CHARRUA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CHARRUA	36000475919202200	41680005	18.771,00	18.771,00	1030150192E890043
RS	CHIAPETTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICIPIO DE CHIAPETTA	36000474427202200	37180001	27.000,00	27.000,00	1030150192E890043
RS	CONDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476209202200	40730002	200.000,00	200.000,00	1030150192E890043
RS	CONSTANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE CONSTANTINA	36000474472202200	39510001 32980006	80.000,00 100.000,00	180.000,00	1030150192E890040 1030150192E890043
RS	CORONEL PILAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL PILAR	36000474471202200	39200005	50.000,00	50.000,00	1030150192E890043
RS	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO	36000475179202200	40730002	75.521,00	75.521,00	1030150192E890043
RS	DOM FELICIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOM FELICIANO RS	36000475121202200	40400002	280.000,00	280.000,00	1030150192E890043
RS	ELDORADO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ELDORADO DO SUL	36000474387202200	30200001 37930001 28670007	100.000,00 150.000,00 100.000,00	350.000,00	1030150192E890043 1030150192E890043 1030150192E890043
RS	ENCANTADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ENCANTADO - RS	36000473737202200	41210006	200.000,00	200.000,00	1030150192E890043
RS	ESTANCIA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ESTANCIA VELHA	36000474081202200	36660004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	GUARANI DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARANI DAS MISSOES	36000475175202200	28730004	50.000,00	50.000,00	1030150192E890043
RS	IBIRAIARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRAIARAS	36000476448202200	40730002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	JACUIZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JACUIZINHO	36000475802202200	41680005	1.611,00	1.611,00	1030150192E890043
RS	LINDOLFO COLLOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINDOLFO COLLOR	36000476263202200	32980006	70.000,00	70.000,00	1030150192E890043
RS	MIRAGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRAGUAI	36000474477202200	19830006	146.844,00	146.844,00	1030150192E890043
RS	NOVA PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PETROPOLIS	36000475421202200	41210006	245.720,00	245.720,00	1030150192E890043

RS	PARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PARAI RS	36000475746202200	28630001	52.602,00	52.602,00	1030150192E890043
RS	PAVERAMA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE PAVERAMA	36000475656202200	36660004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	PEDRO OSORIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEDRO OSORIO - RS	36000474657202200	20980006	239.866,00	239.866,00	1030150192E890043
RS	PINHAL GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474989202200	19860002	91.421,00	91.421,00	1030150192E890043
RS	PIRAPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PIRAPO	36000476177202200	40730002	52.000,00	52.000,00	1030150192E890043
RS	PIRATINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474932202200	19860002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	PONTE PRETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PONTE PRETA	36000478006202200	40730002	65.532,00	65.532,00	1030150192E890043
RS	SANTA MARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA DE MUNICIPIO DA SAUDE	36000475190202200	37930001	300.000,00	300.000,00	1030150192E890043
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473735202200	41160002	175.000,00	175.000,00	1030150192E890043
RS	SANTO CRISTO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	36000473912202200	40450003	132.213,00	132.213,00	1030150192E890043
RS	SAO BORJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000475721202200	41680005	24.618,00	24.618,00	1030150192E890043
RS	SAO GABRIEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476258202200	32400005	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	SAO JOSE DO HERVAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO HERVAL	36000474127202200	41210006	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	SAO JOSE DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO	36000474938202200	28730004	77.184,00	77.184,00	1030150192E890043
RS	SAO VENDELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SAO VENDELINO/RS	36000474172202200	28670007	82.653,00	82.653,00	1030150192E890043
RS	SERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERIO	36000474672202200	36660004	122.602,00	122.602,00	1030150192E890043
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-SEVERIANO DE ALMEIDA	36000475349202200	40330019	43.388,00	43.388,00	1030150192E890043
RS	TAPERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAPERA	36000475808202200	39510001	50.000,00	50.000,00	1030150192E890040
RS	TEUTONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474352202200	19860002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	TIRADENTES DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIRADENTES DO SUL	36000474850202200	28640003	107.543,00	107.543,00	1030150192E890043
RS	TRAVESSEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TRAVESSEIRO	36000474496202200	28670007	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	TUCUNDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475800202200	19860002	50.000,00	50.000,00	1030150192E890043
RS	VACARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VACARIA	36000474789202200	20230003	84.607,00	84.607,00	1030150192E890043
RS	VERA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	36000474855202200	32980006	180.000,00	180.000,00	1030150192E890043
RS	VIADUTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIADUTOS	36000474492202200	28580004	160.000,00	160.000,00	1030150192E890043
SC	ANCHIETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA	36000475511202200	90550002	101.804,00	101.804,00	1030150192E890042
SC	ANITA GARIBALDI	FUNDO MUNICIPAL SAUDE ANITA GARIBALDI	36000475413202200	39320004 41850002	150.000,00 100.000,00	250.000,00	1030150192E890042 1030150192E890042
SC	ARABUTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA	36000476369202200	37860004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890042
SC	ARARANGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARANGUA	36000474820202200	39490002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890042
SC	BELA VISTA DO TOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA DO TOLDO	36000476367202200	32350002	101.065,00	101.065,00	1030150192E890042
SC	CAIBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBI SC	36000474565202200	37860004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890042
SC	FAXINAL DOS GUEDES	PMFG - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474635202200	39800002	157.247,00	157.247,00	1030150192E890042
SC	GAROPABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA	36000475472202200	39490002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890042
SC	GRAVATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475784202200	37860004	150.000,00	150.000,00	1030150192E890042
SC	GRAVATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475785202200	39290003	16.273,00	16.273,00	1030150192E890042
SC	IMARUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI	36000475469202200	37860004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890042
SC	INDAIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL	36000473985202200	40620001	115.911,00	115.911,00	1030150192E890042
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000474823202200	39490002 40150006	118.032,00 400.000,00	518.032,00	1030150192E890042 1030150192E890042
SC	PAPANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAPANDUVA	36000474566202200	22100017	176.740,00	176.740,00	1030150192E890042
SC	PAPANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAPANDUVA	36000474567202200	90550002	208.599,00	208.599,00	1030150192E890042
SC	PESCARIA BRAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PESCARIA BRAVA	36000475474202200	41290002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890042
SC	POMERODE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMERODE	36000474904202200	90550002	350.000,00	350.000,00	1030150192E890042
SC	RIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	36000474454202200	25690001	355.437,00	355.437,00	1030150192E890042
SC	TAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475488202200	37860004	106.825,00	106.825,00	1030150192E890042
SC	URUBICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUBICI	36000474023202200	29250001	200.000,00	200.000,00	1030150192E890042
SC	VARGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM	36000474346202200	29250001	166.969,00	166.969,00	1030150192E890042
SE	AREIA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473939202200	31000016	140.000,00	140.000,00	1030150192E890028
SE	AREIA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476112202200	41340004	450.000,00	450.000,00	1030150192E890028
SE	CARIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474378202200	29790012 29790012	100.000,00 344.192,00	444.192,00	1030150192E890028 1030150192E890028
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474831202200	31000016	139.468,00	139.468,00	1030150192E890028
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474833202200	39790002	337.367,00	337.367,00	1030150192E890028
SE	ITABAIANINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475287202200	26080004	224.532,00	224.532,00	1030150192E890028
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473981202200	13130002	74.687,00	74.687,00	1030150192E890028
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DAS DORES	36000473993202200	13130002	200.000,00	200.000,00	1030150192E890028
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DAS DORES	36000473995202200	23310009	185.217,00	185.217,00	1030150192E890028
SE	SIRIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473976202200	39790002	279.871,00	279.871,00	1030150192E890028
SE	UMBAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475724202200	31000016 26080004 40950001	100.000,00 250.079,00 136.356,00	486.435,00	1030150192E890028 1030150192E890028 1030150192E890028
SP	APARECIDA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA D OESTE	36000474476202200	31340002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474297202200	40940002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	ARARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474608202200	90600002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	AURIFLAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURIFLAMA	36000474640202200	31340002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	BARIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARIRI	36000475361202200	40350002	110.555,00	110.555,00	1030150192E890035

SP	BARRA DO CHAPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO CHAPEU	36000474710202200	39550007	72.796,00	72.796,00	1030150192E890035
SP	BRAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAUNA	36000475932202200	31340002	66.087,00	66.087,00	1030150192E890035
SP	BRODOWSKI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474825202200	90600002	322.021,00	322.021,00	1030150192E890035
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO LIMPO PAULISTA	36000476074202200	31340002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	CANITAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANITAR	36000474778202200	37170005	45.675,00	45.675,00	1030150192E890035
SP	CORONEL MACEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MACEDO	36000476445202200	28010004	7.374,00	7.374,00	1030150192E890035
SP	DRACENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473803202200	39770004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	DRACENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473811202200	39770004	180.756,00	180.756,00	1030150192E890035
SP	ESTRELA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA D'OESTE	36000474116202200	31340002	250.000,00	250.000,00	1030150192E890035
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474133202200	37370002	231.332,00	231.332,00	1030150192E890035
SP	GARCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARCA	36000473728202200	39960003	138.845,00	138.845,00	1030150192E890035
SP	GUARIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000475489202200	28150009	58.149,00	58.149,00	1030150192E890035
SP	IACRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IACRI	36000473963202200	30640001	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	IARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474123202200	40350002	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	IPERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475043202200	28010004	361.907,00	361.907,00	1030150192E890035
SP	IPEUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPEUNA	36000474306202200	28010004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	IRACEMAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMAPOLIS	36000474092202200	41610003	300.000,00	300.000,00	1030150192E890035
SP	ITAOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOCA - SP	36000474999202200	33460001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	ITAPIRAPUA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRAPUA PAULISTA	36000474805202200	90600002 33460001	100.000,00 100.000,00	200.000,00	1030150192E890035 1030150192E890035
SP	ITU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474501202200	37770004	322.112,00	322.112,00	1030150192E890035
SP	LAVINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LAVINIA	36000474438202200	31340002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	MACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473955202200	30640001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	MACEDONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEDONIA	36000474147202200	40350002	300.000,00	300.000,00	1030150192E890035
SP	MAGDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAGDA-SP	36000474645202200	31340002	76.033,00	76.033,00	1030150192E890035
SP	MAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475871202200	19970019	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	MONGAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONGAGUA	36000475697202200	37170005	200.000,00	200.000,00	1030150192E890035
SP	MONTE MOR	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE MONTE MOR	36000473736202200	30640001	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	NOVA ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ALIANCA	36000475835202200	10480013	300.000,00	300.000,00	1030150192E890035
SP	NOVA CANAA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA CANAA PAULISTA	36000474784202200	39960003	250.000,00	250.000,00	1030150192E890035
SP	PARAIBUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAIBUNA	36000474159202200	10480013	300.000,00	300.000,00	1030150192E890035
SP	PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474027202200	90320010	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	PILAR DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475138202200	28010004	229.563,00	229.563,00	1030150192E890035
SP	PONTAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTAL / SP	36000474959202200	40350002	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	PORTO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO FERREIRA	36000474467202200	42000001	128.162,00	128.162,00	1030150192E890035
SP	RIBEIRAO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO GRANDE	36000474524202200	40120008	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	RINCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINCAO	36000474026202200	41350001	140.000,00	140.000,00	1030150192E890035
SP	SABINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABINO	36000475499202200	31600004	200.000,00	200.000,00	1030150192E890035
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474576202200	28010004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475467202200	19970019	500.000,00	500.000,00	1030150192E890035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000475505202200	39050007	150.000,00	150.000,00	1030150192E890035
SP	SAO PEDRO DO TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474129202200	39770004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	TANABI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANABI	36000476043202200	40120008	27.636,00	27.636,00	1030150192E890035
SP	TEJUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TEJUPA	36000475127202200	31350009 28010004	74.823,00 100.000,00	174.823,00	1030150192E890035 1030150192E890035
SP	TREMEMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476307202200	39950002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	URANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URANIA	36000474461202200	31340002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	VALINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474175202200	23660005	250.000,00	250.000,00	1030150192E890035
TO	ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA	36000474139202200	26930008	300.000,00	300.000,00	1030150192E890017
TO	ARAGOMINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGOMINAS	36000475661202200	40710007	16.183,00	16.183,00	1030150192E890017
TO	BABACULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475782202200	26930008	200.000,00	200.000,00	1030150192E890017
TO	BERNARDO SAYAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476252202200	26930008	200.000,00	200.000,00	1030150192E890017
TO	CASEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASEARA	36000478147202200	26930008	190.000,00	190.000,00	1030150192E890017
TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADA DA NATIVIDADE	36000475114202200	26930008	200.000,00	200.000,00	1030150192E890017
TO	COLINAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473883202200	40960001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890017
TO	DIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473785202200	23590003	536.000,00	536.000,00	1030150192E890017
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	36000473731202200	26930008	700.000,00	700.000,00	1030150192E890017
TO	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474538202200	26930008	300.000,00	300.000,00	1030150192E890017
TO	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474539202200	40960001	316.712,00	316.712,00	1030150192E890017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475933202200	26930008	300.000,00	300.000,00	1030150192E890017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475934202200	40710007	139.084,00	139.084,00	1030150192E890017
TO	IPUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476232202200	26930008	200.000,00	200.000,00	1030150192E890017
TO	LAVANDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAVANDEIRA	36000474853202200	40960001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890017
TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	36000475674202200	26930008	280.000,00	280.000,00	1030150192E890017
TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476200202200	26930008	400.000,00	400.000,00	1030150192E890017
TO	MIRANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475232202200	26930008	300.000,00	300.000,00	1030150192E890017
TO	PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANA TOCANTINS	36000478198202200	26930008	70.749,00	70.749,00	1030150192E890017

TO	PUGMIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PUGMIL TO	36000475487202200	26930008	35.065,00	35.065,00	1030150192E890017
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS	36000476269202200	26930008	140.000,00	140.000,00	1030150192E890017
TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO TOCANTINS	36000475097202200	26930008	178.064,00	178.064,00	1030150192E890017
TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	36000474150202200	26930008	400.000,00	400.000,00	1030150192E890017
TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE SITIO NOVO DO TOCANTINS	36000474960202200	30860001	500.000,00	500.000,00	1030150192E890017
TO	TOCANTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474871202200	40960001 26930008	80.785,00 147.078,00	227.863,00	1030150192E890017 1030150192E890017
TO	TUPIRATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TUPIRATINS - TO	36000475460202200	40960001	20.000,00	20.000,00	1030150192E890017
TOTAL			226 PROPOSTAS			43.523.902,00	

PORTARIA Nº 3.484, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de construção de Academia da Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	DORMENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11207731000122001	12180006	113.000,00	113.000,00	10301501920YL0026
PE	IBIMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIMIRIM	10427619000122001	12180006	113.000,00	113.000,00	10301501920YL0026
TOTAL			2 PROPOSTAS			226.000,00	

PORTARIA Nº 3.485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de construção de Academia da Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	CORRENTES	CORRENTES FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10280122000122001	16900009	174.000,00	174.000,00	10301501920YL0026
TOTAL			1 PROPOSTAS			174.000,00	

PORTARIA Nº 3.487, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de construção.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000122011	29190012	1.725.000,00	1.725.000,00	10302501885350016
RO	PRESIDENTE MEDICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08460326000122001	92240001	1.725.000,00	1.725.000,00	10302501885350011
TOTAL			2 PROPOSTAS			3.450.000,00	

PORTARIA Nº 3.488, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ASSIS BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442124000122004	38920012	199.956,00	199.956,00	10301501985810012
AC	ASSIS BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442124000122005	29140006	199.963,00	199.963,00	10301501985810012
AC	ASSIS BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442124000122006	24240006	98.984,00	98.984,00	10301501985810012
AC	CAPIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIXABA	12456144000122010	29140006	199.795,00	199.795,00	10301501985810012
AC	CAPIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIXABA	12456144000122011	38920012	106.631,00	106.631,00	10301501985810012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000122005	38920012	219.607,00	219.607,00	10301501985810012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000122006	24240006	97.913,00	97.913,00	10301501985810012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000122007	24240006	1.976,00	1.976,00	10301501985810012
AC	PLACIDO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11794838000122019	40190005	199.913,00	199.913,00	10301501985810012
AC	PORTO WALTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11803737000122005	24240006	91.818,00	91.818,00	10301501985810012
AL	BRANQUINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRANQUINHA	11159820000122007	29730002	112.251,00	112.251,00	10301501985810027
AL	FELIZ DESERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FELIZ DESERTO	11759854000122008	27260003	279.150,00	279.150,00	10301501985810027
AL	PAULO JACINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO JACINTO	11224453000122012	40670004	46.946,00	46.946,00	10301501985810027
AL	PORTO DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11652985000122010	29730002	99.893,00	99.893,00	10301501985810027
AL	QUEBRANGULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEBRANGULO	07543773000122006	37400003	198.566,00	198.566,00	10301501985810027
AP	FERREIRA GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERREIRA GOMES - AP	11850721000122002	39250012 42250005 42250007	11.515,00 401,00 459.814,00	471.730,00	10301501985810016 10301501985810016 10301501985810016
AP	ITAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUBAL	13750982000122002	39100006	650.497,00	650.497,00	10301501985810016

AP	ITAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUBAL	13750982000122004	42250007	343.690,00	343.690,00	10301501985810016
AP	ITAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUBAL	13750982000122005	39100006 42250007	6.793,00 53.472,00	60.265,00	10301501985810016 10301501985810016
BA	ANGUERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGUERA	12755472000122001	91910006	39.882,00	39.882,00	10301501985810029
BA	BELMONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12162235000122002	91910006	32.720,00	32.720,00	10301501985810029
BA	BELMONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12162235000122005	91910006	17.280,00	17.280,00	10301501985810029
BA	CRISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOPOLIS	11125012000122001	91910006	23.070,00	23.070,00	10301501985810029
BA	CRISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOPOLIS	11125012000122002	91910006	40.900,00	40.900,00	10301501985810029
BA	CRISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOPOLIS	11125012000122005	91910006	28.630,00	28.630,00	10301501985810029
BA	CRISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOPOLIS	11125012000122006	91910006	28.630,00	28.630,00	10301501985810029
BA	CRISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOPOLIS	11125012000122007	91910006	20.450,00	20.450,00	10301501985810029
BA	CRISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOPOLIS	11125012000122008	91910006	8.180,00	8.180,00	10301501985810029
BA	ESPLANADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPLANADA	11367465000122003	91910006	289.772,00	289.772,00	10301501985810029
BA	FEIRA DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11373944000122001	91910006	44.908,00	44.908,00	10301501985810029
BA	FEIRA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FEIRA DE SANTANA	08576590000122004	27450001	46.640,00	46.640,00	10301501985810029
BA	GAVIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12798363000122001	91910006	195.000,00	195.000,00	10301501985810029
BA	IRARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRARA	11300002000122004	91910006	59.882,00	59.882,00	10301501985810029
BA	ITAETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAETE	11245691000122010	13390004	199.826,00	199.826,00	10301501985810029
BA	ITAMARAJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAMARAJU	10694906000122002	91910006	99.879,00	99.879,00	10301501985810029
BA	ITAPITANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11353036000122002	13310013	249.848,00	249.848,00	10301501985810029
BA	ITUBERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUBERA	11240999000122002	91910006	149.729,00	149.729,00	10301501985810029
BA	NOVA FATIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11757436000122001	91910006	220.000,00	220.000,00	10301501985810029
BA	NOVA ITARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ITARANA	12420226000122002	39390001	865.207,00	865.207,00	10301501985812203
BA	RETIROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11377650000122002	91910006	399.962,00	399.962,00	10301501985810029
BA	RIACHAO DO JACUIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10732526000122001	91910006	220.000,00	220.000,00	10301501985810029
BA	SANTA BARBARA	FUMSAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BARBARA	12082480000122001	91910006	194.977,00	194.977,00	10301501985810029
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIRA DE FREITAS	13843896000122001	91910006	99.969,00	99.969,00	10301501985810029
BA	TERRA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11449996000122001	91910006	249.891,00	249.891,00	10301501985810029
CE	CAMOCIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMOCIM	11395055000122007	41380015	99.905,00	99.905,00	10301501985810023
CE	EUSEBIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11339077000122001	41380015	99.965,00	99.965,00	10301501985810023
CE	NOVA RUSSAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA RUSSAS	11372601000122005	41380015	99.934,00	99.934,00	10301501985810023
CE	PACUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PACUJA	11410012000122001	41380015	99.997,00	99.997,00	10301501985810023
CE	PALMACIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMACIA	10671239000122002	41380015	99.882,00	99.882,00	10301501985810023
CE	PIRES FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRES FERREIRA	11495872000122007	41380015	107.633,00	107.633,00	10301501985810023
CE	SANTA QUITERIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA QUITERIA	11419244000122001	41380015	99.953,00	99.953,00	10301501985810023
ES	AFONSO CLAUDIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO	13966711000122005	92040007	10.026,00	10.026,00	10301501985810032
ES	AGUA DOCE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE DO NORTE	14813806000122002	92040007	289.895,00	289.895,00	10301501985810032
ES	ANCHIETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051123000122002	41800006 27730001	300.000,00 199.434,00	499.434,00	10301501985810032 10301501985810032
ES	BOA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA ESPERANCA	11431661000122012	39830001	58.167,00	58.167,00	10301501985810032
ES	BOM JESUS DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO NORTE	14073463000122009	92040007	286.000,00	286.000,00	10301501985810032
ES	DIVINO DE SAO LOURENCO	PMDSL - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10593310000122002	92040007	10.173,00	10.173,00	10301501985810032
ES	DORES DO RIO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10666803000122008	92040007	10.631,00	10.631,00	10301501985810032
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13927758000122003	92040007	289.989,00	289.989,00	10301501985810032
ES	IBATIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE IBATIBA	10486394000122002	92040007	262.128,00	262.128,00	10301501985810032
ES	IRUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10873273000122007	39480016 92040007	13,00 10.640,00	10.653,00	10301501985810032 10301501985810032
ES	LARANJA DA TERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJA DA TERRA	14790251000122003	92040007	290.000,00	290.000,00	10301501985810032
ES	MANTENOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANTENOPOLIS	14426494000122008	27730002 92040007	20.640,00 292.003,00	312.643,00	10301501985810032 10301501985810032
ES	MARILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14945650000122001	92040007	289.749,00	289.749,00	10301501985810032
ES	MUCURICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCURICI	11923601000122027	92040007	51.778,00	51.778,00	10301501985810032
ES	MUNIZ FREIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14674999000122002	92040007	289.833,00	289.833,00	10301501985810032
ES	MUQUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MUQUI	15396287000122007	92040007	289.924,00	289.924,00	10301501985810032
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DA PALHA	13932227000122040	92040007	10.554,00	10.554,00	10301501985810032
ES	SAO JOSE DO CALCADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CALCADO	15041835000122008	92040007	290.000,00	290.000,00	10301501985810032
ES	SAO MATEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MATEUS	11356696000122005	92040007	287.220,00	287.220,00	10301501985810032
ES	VILA VALERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA VALERIO	14019295000122004	92040007	10.131,00	10.131,00	10301501985810032
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	08351513000122003	39890001	80.000,00	80.000,00	10301501985810052
GO	CAMPESTRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPESTRE DE GOIAS	11301112000122001	38940004	139.680,00	139.680,00	10301501985810052
GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - C. A. DE GOIAS	05106805000122013	40370005	279.291,00	279.291,00	10301501985810052
GO	CRISTIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTIANOPOLIS	13356264000122002	29270003	200.001,00	200.001,00	10301501985810052
GO	CRISTIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTIANOPOLIS	13356264000122003	40100001 40100001	1.898,00 25.000,00	26.898,00	10301501985810052 10301501985810052
GO	ESTRELA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	11331930000122008	29350001	150.000,00	150.000,00	10301501985810052
GO	INACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA	11474036000122003	40370005	104.840,00	104.840,00	10301501985810052
GO	ITAUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07804588000122008	39000002	246.121,00	246.121,00	10301501985810052

GO	MINEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINEIROS	11924138000122004	28330005	279.360,00	279.360,00	10301501985810052
GO	NAZARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	03130778000122001	28330005	75.852,00	75.852,00	10301501985810052
GO	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11899105000122001	40580011	149.978,00	149.978,00	10301501985810052
GO	SANTO ANTONIO DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11479560000122002	38940004	139.417,00	139.417,00	10301501985810052
GO	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11223157000122003	28330005	75.956,00	75.956,00	10301501985810052
GO	VARJAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARJAO	11336606000122001	28330005	75.962,00	75.962,00	10301501985810052
MG	ABRE CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13954517000122002	39040004	100.000,00	100.000,00	10301501985810031
MG	ALTEROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTEROSA	10544842000122008	39760003	131.064,00	131.064,00	10301501985810031
MG	ALVINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALVINOPOLIS	12824692000122003	39040004	79.839,00	79.839,00	10301501985810031
MG	BOM JARDIM DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JARDIM DE MINAS	13786574000122005	36820003	249.960,00	249.960,00	10301501985810031
MG	BOM JESUS DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14926619000122004	39760003	150.000,00	150.000,00	10301501985810031
MG	BORDA DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11303623000122014	39600009 39600009	6.700,00 120.000,00	126.700,00	10301501985810031 10301501985810031
MG	CAMPINA VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13932309000122008	38100003	45.110,00	45.110,00	10301501985810031
MG	CAMPOS ALTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS	13075110000122002	40770009	152.772,00	152.772,00	10301501985810031
MG	CAPUTIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13933936000122002	39040004	99.963,00	99.963,00	10301501985810031
MG	CARBONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARBONITA	11855266000122001	27640004	108.176,00	108.176,00	10301501985810031
MG	CLARAVAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11284081000122001	39760003	149.979,00	149.979,00	10301501985810031
MG	CONCEICAO DE IPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13268575000122002	39040004	99.935,00	99.935,00	10301501985810031
MG	CONSELHEIRO PENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13516376000122009	32970002	19.700,00	19.700,00	10301501985810031
MG	DELFIM MOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DELFIM MOREIRA	11865220000122015	14070007	424.667,00	424.667,00	10301501985810031
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11412875000122003	14030003	66.000,00	66.000,00	10301501985810031
MG	DOM JOAQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOM JOAQUIM	12058768000122001	41760003	148.724,00	148.724,00	10301501985810031
MG	DORES DO INDAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE DORES DO INDAIA	19082097000122007	37340003	233.700,00	233.700,00	10301501985810031
MG	DORES DO INDAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE DORES DO INDAIA	19082097000122008	37340003	26.103,00	26.103,00	10301501985810031
MG	FORTALEZA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11788739000122006	39760003	150.000,00	150.000,00	10301501985810031
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS DE MINAS	11890482000122002	27590003	199.662,00	199.662,00	10301501985810031
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS DE MINAS	11890482000122006	27550005	149.331,00	149.331,00	10301501985810031
MG	MONTE BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14034085000122001	39760003	131.064,00	131.064,00	10301501985810031
MG	MONTE BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14034085000122002	39760003	18.906,00	18.906,00	10301501985810031
MG	NOVA PONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PONTE	12702343000122002	20180003	247.751,00	247.751,00	10301501985810031
MG	PADRE PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12231708000122007	27690011	65.532,00	65.532,00	10301501985810031
MG	PEDRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11301376000122004	41760003	131.999,00	131.999,00	10301501985810031
MG	PRATAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14166883000122006	39760003	55.873,00	55.873,00	10301501985810031
MG	SANTA FE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11910532000122007	41760003	65.532,00	65.532,00	10301501985810031
MG	SANTA MARGARIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARGARIDA	12267573000122002	39040004	99.974,00	99.974,00	10301501985810031
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO MONTE	02595012000122002	41000006	441.246,00	441.246,00	10301501985810031
MG	SAO JOAO DO MANHUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14296477000122002	39040004	99.983,00	99.983,00	10301501985810031
MG	SAO JOSE DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11275904000122013	39760003	119.250,00	119.250,00	10301501985810031
MG	SAO MIGUEL DO ANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO ANTA	13604395000122003	39910005	66.000,00	66.000,00	10301501985810031
MG	SERRANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRANIA	11402407000122001	29940010	199.999,00	199.999,00	10301501985810031
MG	SOBRALIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRALIA	13846271000122001	39040004	100.000,00	100.000,00	10301501985810031
MG	WENCESLAU BRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11675445000122010	14070007	283.581,00	283.581,00	10301501985810031
MS	BANDEIRANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BANDEIRANTES MS	18229151000122002	41450006 40650001	118.768,00 22.057,00	140.825,00	10301501985810054 10301501985810054
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT	14476859000122001	38050004	829.332,00	829.332,00	10301501985810051
MT	NOVA MARILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11465066000122001	39620003	100.000,00	100.000,00	10301501985810051
PA	ALENQUER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALENQUER	12278544000122002	34920007	9.248,00	9.248,00	10301501985810015
PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO	23014200000122003	35300011	199.971,00	199.971,00	10301501985810025
PB	DIAMANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE	10382118000122004	35300011	119.718,00	119.718,00	10301501985810025
PB	NOVA PALMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PALMEIRA	08579944000122001	42180004	199.768,00	199.768,00	10301501985810025
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11418606000122006	42180004	22.371,00	22.371,00	10301501985810025
PB	SAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPE	08036438000122010	39970003	71.327,00	71.327,00	10301501985810025
PB	TAPEROA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPEROA	11850452000122012	28160012	148.369,00	148.369,00	10301501985810001
PE	BREJAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJAO	11230311000122004	39850007	109.013,00	109.013,00	10301501985810026
PE	RIACHO DAS ALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIACHO DAS ALMAS	10939000000122001	39850007	245.667,00	245.667,00	10301501985810026
PI	CARIDADE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11229963000122001	27070003	412.077,00	412.077,00	10301501985810022
PR	ARIRANHA DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ARIRANHA DO IVAI	09380391000122001	28740003	53.721,00	53.721,00	10301501985810041
PR	CARAMBEI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09280209000122009	36460021	120.453,00	120.453,00	10301501985810041
PR	CATANDUVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	09335765000122001	32200002	771.540,00	771.540,00	10301501985810041
PR	GUARAQUECABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GUARAQUECABA	09511795000122007	36460021	67.138,00	67.138,00	10301501985810041
PR	ITAMBARACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10015707000122001	28740003	199.913,00	199.913,00	10301501985810041
PR	MIRADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09160055000122001	28740003	99.933,00	99.933,00	10301501985810041
PR	NOVA TEBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE NOVA TEBAS PARANA	09588897000122001	37020005	150.000,00	150.000,00	10301501985810041
PR	SANTO INACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08549559000122001	28740003	199.908,00	199.908,00	10301501985810041
PR	SULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09004299000122004	37020005	198.566,00	198.566,00	10301501985810041
PR	TERRA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA BOA	09343691000122001	37050003	195.486,00	195.486,00	10301501985810041

PR	TERRA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA BOA	09343691000122005	37050003	1.684,00	1.684,00	10301501985810041
RJ	CARDOSO MOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARDOSO MOREIRA	11389387000122018	39810002	65.532,00	65.532,00	10301501985810033
RJ	CARDOSO MOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARDOSO MOREIRA	11389387000122019	39810002	50.138,00	50.138,00	10301501985810033
RJ	PARATY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12640342000122023	40540003	143.106,00	143.106,00	10301501985813326
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000122029	39810002	499.985,00	499.985,00	10301501985810033
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV. DIX SEPT ROSADO	14684811000122001	41630007	100.000,00	100.000,00	10301501985810024
RN	MOSSORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965996000122004	40910007	6.784,00	6.784,00	10301501985810024
RN	PAU DOS FERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAU DOS FERROS	11692750000122006	41630007	99.950,00	99.950,00	10301501985810024
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11913577000122007	37250010	99.926,00	99.926,00	10301501985810011
RO	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIS	11079071000122003	37250010	216.862,00	216.862,00	10301501985810011
RO	GUAJARA-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	23273682000122019	42270003	198.566,00	198.566,00	10301501985810011
RO	MIRANTE DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANTE DA SERRA	06016618000122002	30960006	499.968,00	499.968,00	10301501985810011
RO	SAO FELIPE D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FELIPE D'OESTE	11295659000122005	42270003	20.570,00	20.570,00	10301501985810011
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000122017	41510004	1.271.796,00	1.271.796,00	10301501985810014
RS	ALEGRETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALEGRETE	11431321000122004	36610012	149.834,00	149.834,00	10301501985810043
RS	ANTA GORDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12056960000122013	19840001 41680011	199.978,00 65.532,00	265.510,00	10301501985810043 10301501985810043
RS	BUTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BUTIA / RS	12113820000122011	19830008	204.733,00	204.733,00	10301501985810043
RS	CAPIVARI DO SUL	MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12271942000122004	40330009	212.144,00	212.144,00	10301501985810043
RS	CAPIVARI DO SUL	MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12271942000122005	40330009	4.510,00	4.510,00	10301501985810043
RS	CHUVISCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11342353000122004	36660007	140.900,00	140.900,00	10301501985810043
RS	CHUVISCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11342353000122005	36610012	99.971,00	99.971,00	10301501985810043
RS	CONDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12021052000122002	19830008	100.000,00	100.000,00	10301501985810043
RS	COQUEIROS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COQUEIROS DO SUL	12006111000122002	28630002	10.592,00	10.592,00	10301501985810043
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000122005	19830008	149.989,00	149.989,00	10301501985810043
RS	FAXINALZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FAXINALZINHO - RS	12132481000122003	41840003	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
RS	GUAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIBA	12391928000122005	19830008	118.728,00	118.728,00	10301501985810043
RS	HULHA NEGRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HULHA NEGRA	10442628000122010	19860005	4.430,00	4.430,00	10301501985810043
RS	ITATIBA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITATIBA DO SUL	12043944000122002	37180003	280.517,00	280.517,00	10301501985810043
RS	MOSTARDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS	11958524000122002	36610012	79.926,00	79.926,00	10301501985810043
RS	NOVA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BOA VISTA	11826945000122001	19830008	99.883,00	99.883,00	10301501985810043
RS	NOVO CABRAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12051220000122001	36610012	200.000,00	200.000,00	10301501985810043
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11358235000122011	19830008	199.948,00	199.948,00	10301501985810043
RS	SANANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12219625000122005	41840003	62.896,00	62.896,00	10301501985810043
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12625868000122013	19830008	299.712,00	299.712,00	10301501985810043
RS	SAO VENDELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SAO VENDELINO/RS	13850694000122001	41210008	94.281,00	94.281,00	10301501985810043
RS	SARANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SARANDI-RS	12123475000122006	19830008	119.970,00	119.970,00	10301501985810043
RS	TAVARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAVARES RS	12193622000122001	36610012	91.424,00	91.424,00	10301501985810043
RS	TAVARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAVARES RS	12193622000122003	30200003 36610012	100.000,00 2.412,00	102.412,00	10301501985810043 10301501985810043
RS	TIO HUGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIO HUGO	11633668000122005	30200003	99.998,00	99.998,00	10301501985810043
RS	UNIAO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - UNIAO DA SERRA	97552600000122002	32980008	199.967,00	199.967,00	10301501985810043
SC	PORTO BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO BELO	10721828000122003	39290004	249.416,00	249.416,00	10301501985810042
SE	CAMPO DO BRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11266975000122001	23310007	180.204,00	180.204,00	10301501985810028
SE	GARARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11523119000122001	26080011	262.128,00	262.128,00	10301501985810028
SE	GARARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11523119000122002	23310007	199.987,00	199.987,00	10301501985810028
SE	ITABI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11626236000122002	23310007	199.987,00	199.987,00	10301501985810028
SP	BOFETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOFETE	12364587000122010	40630002	59.939,00	59.939,00	10301501985810035
SP	CABRALIA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABRALIA PAULISTA	13746122000122001	40630002	89.362,00	89.362,00	10301501985810035
SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIRITO SANTO DO TURVO	13872377000122001	40630002	30.841,00	30.841,00	10301501985810035
SP	FLOREAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLOREAL	12119156000122004	28130002	249.996,00	249.996,00	10301501985810035
SP	GARCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARCA	97519019000122003	33460003	20.640,00	20.640,00	10301501985810035
SP	GUARULHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARULHOS	16807135000122007	39050002	300.000,00	300.000,00	10301501985810035
SP	ILHA COMPRIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13879688000122002	27960006	560,00	560,00	10301501985810035
SP	ITAJU	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE ITAJU	12449810000122001	39770005	119.964,00	119.964,00	10301501985810035
SP	JULIO MESQUITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JULIO MESQUITA	11789952000122001	40630002	18.576,00	18.576,00	10301501985810035
SP	LAGOINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13816380000122004	27960006	149.508,00	149.508,00	10301501985810035
SP	MORUNGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11363048000122001	39950008	99.987,00	99.987,00	10301501985810035
SP	NOVA CAMPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12025475000122003	40120005	283.816,00	283.816,00	10301501985810035
SP	OLEO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13779802000122003	39280006 40630002	3.355,00 80.000,00	83.355,00	10301501985810035 10301501985810035
SP	PAULICEIA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULICEIA	14002965000122007	25200015	3.599,00	3.599,00	10301501985810035
SP	RIBEIRAO DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO DOS INDIOS	11915297000122002	19970002	99.970,00	99.970,00	10301501985810035
SP	RIFAINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIFAINA	13787359000122005	28010002	199.829,00	199.829,00	10301501985810035
SP	RINCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINCAO	11923686000122001	41350003	124.909,00	124.909,00	10301501985810035
SP	SALTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	97536392000122004	15810002	149.965,00	149.965,00	10301501985810035

SP	SANTA CLARA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA CLARA D OESTE	12273428000122004	28130002	199.980,00	199.980,00	10301501985810035
SP	SANTA MARIA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DA SERRA	11513796000122002	28010002	100.000,00	100.000,00	10301501985810035
SP	SANTA MARIA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DA SERRA	11513796000122003	40630002	60.000,00	60.000,00	10301501985810035
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI	12270821000122006	39770005	249.998,00	249.998,00	10301501985810035
SP	SAO MANUEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11206149000122003	25200015	107.466,00	107.466,00	10301501985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000122046	25340002	133.292,00	133.292,00	10301501985810035
SP	TACIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIBA	14239467000122001	28150007	8.569,00	8.569,00	10301501985810035
SP	URU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11227001000122001	40630002	29.135,00	29.135,00	10301501985810035
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15741597000122008	39070005 39280006	258.928,00 1.367,00	260.295,00	10301501985810035 10301501985810035
TO	ARAPOEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11379774000122006	23590005	199.903,00	199.903,00	10301501985810017
TO	AURORA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO TOCANTINS - TO	13321783000122005	30860004	10.577,00	10.577,00	10301501985810017
TO	CACHOEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11337082000122008	30680001	65.532,00	65.532,00	10301501985810017
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	11439826000122001	41860002	109.820,00	109.820,00	10301501985810017
TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA	11429603000122013	39730002	273.567,00	273.567,00	10301501985810017
TO	GOIATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11432480000122038	39730002	65.532,00	65.532,00	10301501985810017
TO	GOIATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11432480000122039	39730002	3.940,00	3.940,00	10301501985810017
TO	LUZINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZINOPOLIS	11507354000122005	40710003	192.892,00	192.892,00	10301501985810017
TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE SANTO DO TOCANTINS	12830142000122004	41860002	109.945,00	109.945,00	10301501985810017
TO	PEQUIZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13173908000122007	23590005	299.954,00	299.954,00	10301501985810017
TO	PIRAQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAQUE	12482837000122002	41220002	65.532,00	65.532,00	10301501985810017
TO	PIUM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUM	12059635000122008	41220002	207.916,00	207.916,00	10301501985810017
TO	PRESIDENTE KENNEDY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11231208000122006	23590005	249.532,00	249.532,00	10301501985810017
TOTAL			229 PROPOSTAS			36.913.165,00	

PORTARIA Nº 3.489, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	VICOSA DO CEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VICOSA DO CEARA	11787351000122001	41380017	149.950,00	149.950,00	10302501885350023
ES	ARACRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACRUZ	10429253000122004	38580005	283.280,00	283.280,00	10302501885350032
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000122003	39830002	79.940,00	79.940,00	10302501885350032
MT	LUCIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUCIARA	14127128000122008	39750005	54.280,00	54.280,00	10302501885350051
RN	NATAL	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO RIO GRANDE DO NORTE	14031955000122008	41630002	621.804,00	621.804,00	10302501885350024
SP	MIRASSOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11215408000122004	41190002	94.076,00	94.076,00	10302501885350035
SP	PINDORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDORAMA	11861752000122012	41610001	199.939,00	199.939,00	10302501885350035
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DA PONTE PENSA	12124711000122006	28130013	159.173,00	159.173,00	10302501885350035
SP	SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTOS	11939723000122001	41190002	108.852,00	108.852,00	10302501885350035
TOTAL			9 PROPOSTAS			1.751.294,00	

PORTARIA Nº 3.490, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	CERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERES	11111771000122006	92060001	200.193,00	200.193,00	10302501885350052
GO	GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GOIAS	11152150000122005	40830002	67.939,00	67.939,00	10302501885350052
MG	PATOS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATOS DE MINAS	13918415000122005	40770008	41.843,00	41.843,00	10302501885350031
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14602737000122018	39750005	41.336,00	41.336,00	10302501885350051
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000122005	23920002	343.360,00	343.360,00	10302501885350026
RJ	SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPUCAIA	02911953000122011	27780004	99.982,00	99.982,00	10302501885350033
RN	MOSSORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965996000122006	39940009 40910001	18.660,00 6.564,00	25.224,00	10302501885350024 10302501885350024
RN	NATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19376335000122001	41630002	171.479,00	171.479,00	10302501885350024
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DE ASSIS	12094096000122019	41210009	83.817,00	83.817,00	10302501885350043
RS	SAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11295120000122005	41160003	82.366,00	82.366,00	10302501885350043
SP	CAPELA DO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO	13869546000122005	27970002	100.000,00	100.000,00	10302501885350035
SP	ITAPEVI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEVI	10864334000122010	39080008 41300003	135.030,00 334,00	135.364,00	10302501885350035 10302501885353623
SP	RANCHARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11110540000122026	28160001	219.455,00	219.455,00	10302501885350035
TOTAL			13 PROPOSTAS			1.612.358,00	

PORTARIA Nº 3.491, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14602737000122017	39750005	61.600,00	61.600,00	10302501885350051
TOTAL			1 PROPOSTAS			61.600,00	

PORTARIA Nº 3.492, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PB	TAPEROA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPEROA	11850452000122011	28160012	119.837,00	119.837,00	10301501985810001
PI	BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRAS-PI	12493139000122018	30650005	20.239,00	20.239,00	10301501985810022
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14026965000122004	38860003	2.833,00	2.833,00	10301501985810024
TOTAL			3 PROPOSTAS			142.909,00	

PORTARIA Nº 3.493, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	GENTIO DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11902441000122003	41280001	283.817,00	283.817,00	10302501885350029
BA	SITIO DO MATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11352483000122002	41280001	283.817,00	283.817,00	10302501885350029
ES	ICONHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10700073000122004	40970008	283.817,00	283.817,00	10302501885350032
GO	SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS	08645875000122001	39740001 92060001	210.000,00 73.817,00	283.817,00	10302501885350052 10302501885350052
MG	BRAZOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11919724000122001	22150003	307.070,00	307.070,00	10302501885350031
MG	CABECEIRA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRA GRANDE-MG	11969673000122001	14070002	283.817,00	283.817,00	10302501885350031
MG	CATUJI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATUJI	12264161000122001	39780007	245.720,00	245.720,00	10302501885350031
MG	CAXAMBU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13081140000122001	22150003 14070002	307.070,00 307.070,00	614.140,00	10302501885350031 10302501885350031
MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESTERRO DE ENTRE RIOS	11904310000122001	13490003	245.720,00	245.720,00	10302501885350031
MG	NAZARENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARENO/MG	22860174000122003	13490003	283.817,00	283.817,00	10302501885350031
MG	PARACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20583431000122012	40770008	245.720,00	245.720,00	10302501885350031
MG	PASSOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS (MG)	12163368000122002	39760009 41400003	284.000,00 306.887,00	590.887,00	10302501885350031 10302501885350031
MG	PIRAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAPORA	01122139000122002	39910006	245.720,00	245.720,00	10302501885350031
MT	JUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97538388000122002	40610011	283.817,00	283.817,00	10302501885350051
MT	NOVA LACERDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13840464000122001	39750005	245.720,00	245.720,00	10302501885350051
MT	SORRISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SORRISO	10601346000122005	39620004	245.720,00	245.720,00	10302501885350051
PA	AGUA AZUL DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07331783000122001	39330007	283.817,00	283.817,00	10302501885350015
PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	17453467000122002	32600004	283.817,00	283.817,00	10302501885350015

PR	CURIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURIUVA	11821646000122001	38090003	307.070,00	307.070,00	10302501885350041
PR	GOIOXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09815125000122001	38090003	283.817,00	283.817,00	10302501885350041
RJ	TANGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANGUA	12246631000122003	39810003 38610004	17.670,00 266.147,00	283.817,00	10302501885350033 10302501885350033
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14026965000122001	41630002	283.817,00	283.817,00	10302501885350024
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22004126000122001	39450006	283.817,00	283.817,00	10302501885350011
RO	OURO PRETO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO DO OESTE	13705838000122003	37250007	307.070,00	307.070,00	10302501885350011
RS	ARARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARICA	11635124000122004	28580002	283.817,00	283.817,00	10302501885350043
RS	BAGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11821226000122001	40730003	307.070,00	307.070,00	10302501885350043
RS	GARRUCHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARRUCHOS	11816106000122001	30770009	283.817,00	283.817,00	10302501885350043
RS	JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11225012000122004	28580002	283.817,00	283.817,00	10302501885350043
RS	JOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOIA	11681927000122001	39840020	283.817,00	283.817,00	10302501885354928
RS	NOVO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11951706000122001	37180002	283.817,00	283.817,00	10302501885350043
RS	PARAISO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12991728000122001	30200004	245.720,00	245.720,00	10302501885350043
RS	RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE	12094476000122004	20980001	283.817,00	283.817,00	10302501885350043
RS	SAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11295120000122004	41160003	567.634,00	567.634,00	10302501885350043
SP	ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442399000122004	37370004 41320011	242.332,00 41.485,00	283.817,00	10302501885350035 10302501885350035
SP	BARIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARIRI	12212926000122006	15270001	245.720,00	245.720,00	10302501885350035
SP	BORBOREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BORBOREMA	11508022000122001	41350004	283.817,00	283.817,00	10302501885350035
SP	IPERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11141482000122009	37770001	245.720,00	245.720,00	10302501885350035
SP	SUZANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SUZANAPOLIS	13923430000122001	28160001	245.720,00	245.720,00	10302501885350035
SP	VOTUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VOTUPORANGA	11966608000122005	28180004	283.817,00	283.817,00	10302501885350035
TO	BARRA DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO OURO	12159734000122003	37750009	283.817,00	283.817,00	10302501885350017
TO	PALMEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIROPOLIS	13936229000122002	37750009	307.070,00	307.070,00	10302501885350017
TOTAL			41 PROPOSTAS			12.293.002,00	

PORTARIA Nº 3.494, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	MANOEL URBANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANOEL URBANO	12289482000122001	24240006	279.360,00	279.360,00	10301501985810012
AC	PLACIDO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11794838000122011	38920012	279.360,00	279.360,00	10301501985810012
ES	BREJETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BREJETUBA	14485952000122003	39660006 33120011	250.000,00 29.360,00	279.360,00	10301501985810032 10301501985810032
ES	CONCEICAO DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10690604000122002	39830001 27730001	390.000,00 54.800,00	444.800,00	10301501985810032 10301501985810032
ES	SANTA TERESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TERESA	14491945000122002	40970003	279.360,00	279.360,00	10301501985810032
GO	NOVA AMERICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04487022000122003	40830001	279.360,00	279.360,00	10301501985810052
MG	CACHOEIRA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11300562000122003	22150004	279.360,00	279.360,00	10301501985810031
MG	CONSOLACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10678196000122002	22150004	279.360,00	279.360,00	10301501985810031
MG	FORTALEZA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11788739000122002	36820003	279.360,00	279.360,00	10301501985810031
MG	ITAJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJUBA	11433888000122001	22150004	424.667,00	424.667,00	10301501985810031
MG	PINTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11346711000122001	27690011	279.360,00	279.360,00	10301501985810031
PB	CAPIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08730943000122006	27150004	279.360,00	279.360,00	10301501985810025
PB	POCO DANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08743272000122002	12830003	279.360,00	279.360,00	10301501985810025
PR	IMBAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBAU - PARANA	13886546000122001	37050003	279.360,00	279.360,00	10301501985810041
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11868019000122003	39520006	279.360,00	279.360,00	10301501985810033
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12097798000122003	39540019	424.667,00	424.667,00	10301501985810033

RO	CUJUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUJUBIM	11485023000122001	24210004	279.360,00	279.360,00	10301501985810011
RO	RIO CRESPO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE RIO CRESPO	11779393000122002	37060002	279.360,00	279.360,00	10301501985810011
RO	SAO FELIPE D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FELIPE D'OESTE	11295659000122004	42270003	279.360,00	279.360,00	10301501985810011
RS	CERRO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO LARGO	11948865000122002	28620001 30770010	279.360,00 279.360,00	558.720,00	10301501985810043 10301501985810043
RS	HULHA NEGRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HULHA NEGRA	10442628000122009	19860005	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
RS	MATO CASTELHANO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE MATO CASTELHANO	11951484000122003	41840003	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
RS	MONTAURI	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	12398817000122002	41840003	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
RS	PAULO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO BENTO - RS	11979091000122004	41840003	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO SUL	14100789000122006	41840003	424.667,00	424.667,00	10301501985810043
RS	TOROPI	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	12219714000122003	41840003	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
RS	TRES PALMEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - MUNICIPIO DE TRES PALMEIRAS	11916215000122003	41840003	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
SP	CORUMBATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORUMBATAI	11221161000122001	41710016	279.360,00	279.360,00	10301501985810035
SP	GARCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARCA	97519019000122001	33460003 40630002	79.360,00 200.000,00	279.360,00	10301501985810035 10301501985810035
SP	PIACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIACATU	12041339000122002	27960006	279.360,00	279.360,00	10301501985810035
TO	CRISTALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA	11277989000122003	30860004	424.667,00	424.667,00	10301501985810017
TOTAL			31 PROPOSTAS			9.686.188,00	

PORTARIA Nº 3.495, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000122029	37980001	1.197.441,00	1.197.441,00	10302501885357126
ES	ALFREDO CHAVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14808407000122005	39830002	424.999,00	424.999,00	10302501885350032
GO	ALEXANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11254840000122016	19550011	299.571,00	299.571,00	10302501885350052
MG	ANDRADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANDRADAS	11412071000122001	41400003	549.846,00	549.846,00	10302501885350031
MG	ANDRADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANDRADAS	11412071000122003	14070002	300.000,00	300.000,00	10302501885350031
MG	ITANHANDU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13260601000122003	14070002	399.954,00	399.954,00	10302501885350031
MG	MANTENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11769125000122001	39780007	499.760,00	499.760,00	10302501885350031
MG	NAZARENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARENO/MG	22860174000122011	13490003	65.569,00	65.569,00	10302501885350031
MG	NOVO CRUZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11628794000122002	41670003	498.197,00	498.197,00	10302501885350031
MG	PATOS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATOS DE MINAS	13918415000122001	40770008	202.470,00	202.470,00	10302501885350031
MS	COSTA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COSTA RICA-MS	13996218000122002	40860012	167.163,00	167.163,00	10302501885350054
MS	ELDORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11109890000122002	28360003 38030005	19.423,00 221.461,00	240.884,00	10302501885350054 10302501885350054
MS	ELDORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11109890000122006	28360003	99.701,00	99.701,00	10302501885350054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000122007	40860012	243.522,00	243.522,00	10302501885350054
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000122002	38050001	448.028,00	448.028,00	10302501885350051
MT	NOVA LACERDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13840464000122002	39750005	4.167,00	4.167,00	10302501885350051
MT	SORRISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SORRISO	10601346000122006	39620004	4.280,00	4.280,00	10302501885350051
PB	ARACAGI	ARACAGI - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12431299000122002	27150017	136.515,00	136.515,00	10302501885350025
PB	DIAMANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE	10382118000122002	12830002	306.596,00	306.596,00	10302501885350025
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11418606000122002	12770003	99.936,00	99.936,00	10302501885350025
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000122008	39300001	359.148,00	359.148,00	10302501885350033
RN	ANGICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGICOS - RN	11820900000122001	37790010	234.509,00	234.509,00	10302501885350024
RS	TAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11940346000122001	19830005	97.478,00	97.478,00	10302501885350043
RS	URUGUAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11343066000122002	37930004	199.351,00	199.351,00	10302501885350001
SP	AMERICANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMERICANA	13868995000122006	39070008	54.370,00	54.370,00	10302501885350035
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401241000122010	41710013	200.000,00	200.000,00	10302501885350035
SP	ARARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15422708000122003	15270001	166.486,00	166.486,00	10302501885350035

SP	BARIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARIRI	12212926000122007	15270001	9.163,00	9.163,00	10302501885350035
SP	BARRETOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13900928000122010	39460004	299.854,00	299.854,00	10302501885350035
SP	ENGENHEIRO COELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11258819000122004	23660004	200.000,00	200.000,00	10302501885350035
SP	ITAPEVI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEVI	10864334000122013	41300003	1.071.758,00	1.071.758,00	10302501885353623
TO	ARAGUAINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11046759000122003	40710004	150.097,00	150.097,00	10302501885350017
TOTAL			32 PROPOSTAS			9.230.813,00	

PORTARIA Nº 3.496, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	SAO JOAO DE MERITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DE MERITI	10435993000122010	27760010	196.596,00	196.596,00	10302501885350033
TOTAL			1 PROPOSTAS			196.596,00	

PORTARIA Nº 3.498, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000122026	40820002	2.606.041,00	2.606.041,00	10302501885350053
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000122004	39830002	280.000,00	280.000,00	10302501885350032
GO	MORRINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MORRINHOS	11870726000122007	40830002	364.248,00	364.248,00	10302501885350052
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	13851748000122021	28160001	344.169,00	344.169,00	10302501885350035
TOTAL			4 PROPOSTAS			3.594.458,00	

PORTARIA Nº 3.499, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	ANTONINA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONINA DO NORTE	11108202000122001	41380017	99.633,00	99.633,00	10302501885350023
CE	APUIARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUIARES	11901982000122003	41380017	99.964,00	99.964,00	10302501885350023
CE	CROATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CROATA	11463735000122001	41380017	99.990,00	99.990,00	10302501885350023
CE	PALHANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHANO	11857544000122001	41380017	199.809,00	199.809,00	10302501885350023
GO	CACHOEIRA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08288700000122006	19550011	399.856,00	399.856,00	10302501885350052
GO	CRIXAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRIXAS	11688879000122012	19600004	199.978,00	199.978,00	10302501885350052
GO	ESTRELA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	11331930000122010	39740001	44.662,00	44.662,00	10302501885350052
GO	ESTRELA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	11331930000122011	19600004	100.000,00	100.000,00	10302501885350052
GO	IPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07861703000122004	19550011	16.183,00	16.183,00	10302501885350052
MT	SALTO DO CEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14014083000122006	39620004	215.832,00	215.832,00	10302501885350051
PE	LAGOA DE ITAENGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11464118000122005	40440004	242.332,00	242.332,00	10302501885350026
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13163496000122010	30650009	233.297,00	233.297,00	10302501885350022
RJ	CONCEICAO DE MACABU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DE MACABU	08640219000122004	35780007	540.861,00	540.861,00	10302501885353295
SP	TABOAO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TABOAO DA SERRA	11140544000122003	41300001	599.945,00	599.945,00	10302501885350035
TOTAL			14 PROPOSTAS			3.092.342,00	

PORTARIA Nº 3.502, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma de Unidade Básica de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de reforma.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	NOVO LINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11272216000122006	40670004	317.899,00	317.899,00	10301501985810027
MG	PATOS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATOS DE MINAS	13918415000122004	41330005	265.420,00	265.420,00	10301501985810031
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	11109004000122003	39760003	149.600,00	149.600,00	10301501985810031
MG	SAO JOAO DEL REI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13875318000122004	39600009	479.528,00	479.528,00	10301501985810031
MT	ALTO TAQUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO TAQUARI	12096224000122001	38050004	588.510,00	588.510,00	10301501985810051
MT	ALTO TAQUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO TAQUARI	12096224000122002	38050004	140.808,00	140.808,00	10301501985810051
PR	PRADO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRADO FERREIRA	09102090000122002	39110008	224.344,00	224.344,00	10301501985810041
RJ	ITAOCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14999490000122012	26160012	346.698,00	346.698,00	10301501985813305
RJ	ITAOCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14999490000122013	26160012	343.530,00	343.530,00	10301501985813305
RJ	ITAOCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14999490000122014	26160012	388.784,00	388.784,00	10301501985813305
RJ	PARATY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12640342000122022	40540003	363.000,00	363.000,00	10301501985813326
RO	CHUPINGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08673415000122005	37250010	300.000,00	300.000,00	10301501985810011
SP	CAJAMAR	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	07636169000122003	23660003	249.920,00	249.920,00	10301501985810035
SP	OSVALDO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11582812000122002	39460003	105.600,00	105.600,00	10301501985810035
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13961905000122004	40210003	599.980,00	599.980,00	10301501985810035
TO	PEQUIZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13173908000122006	41860004	399.986,00	399.986,00	10301501985810017
TOTAL			16 PROPOSTAS			5.263.607,00	

PORTARIA Nº 3.503, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção Unidade Básica de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de Construção.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	PAULO JACINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO JACINTO	11224453000122011	29730002 40670004	84,00 952.916,00	953.000,00	10301501985810027 10301501985810027
ES	CASTELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELO - ES	14830853000122002	39660006 27730001	1.000.000,00 56.000,00	1.056.000,00	10301501985810032 10301501985810032
RJ	BOM JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JARDIM	11867889000122006	40540001	1.056.000,00	1.056.000,00	10301501985813283
RJ	PARATY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12640342000122021	40540003	1.056.000,00	1.056.000,00	10301501985813326
RN	SANTANA DO SERIDO	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO - FUSAM	10709689000122002	41420001	953.000,00	953.000,00	10301501985810024
RN	TAIPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17712304000122004	41630007	953.000,00	953.000,00	10301501985810024
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11913577000122009	30960006	990.000,00	990.000,00	10301501985810011
SP	SAO MANUEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11206149000122002	27970001	1.056.000,00	1.056.000,00	10301501985810035
TOTAL			8 PROPOSTAS			8.073.000,00	

PORTARIA Nº 3.504, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação de Ponto de Apoio para Atendimento.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de ampliaçãode Ponto de Apoio para Atendimento.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	IRARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRARA	11300002000122003	91910006	238.248,00	238.248,00	10301501985810029
MT	SANTO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13892961000122003	39620003	399.991,00	399.991,00	10301501985810051
TOTAL			2 PROPOSTAS			638.239,00	

PORTARIA Nº 3.505, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000122009	42250008	543.180,00	543.180,00	10305502320YJ0016
SP	DIADEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIADEMA	11862440000122004	37370006	10.675,00	10.675,00	10305502320YJ0035
TOTAL			2 PROPOSTAS			553.855,00	

PORTARIA Nº 3.527, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	07458465000122017	40190002	547.430,00	547.430,00	10302501885350012
TOTAL			1 PROPOSTAS			547.430,00	

PORTARIA Nº 3.535, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000122037	39580002	799.884,00	799.884,00	10302501885350013
CE	JATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JATI	11196390000122001	41380017	149.958,00	149.958,00	10302501885350023
ES	PANCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PANCAS	11125915000122007	92040008	6.146,00	6.146,00	10302501885350032
GO	CROMINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CROMINIA	11435485000122003	40830002	249.988,00	249.988,00	10302501885350052
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11315213000122005	39740001	103.916,00	103.916,00	10302501885350052
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11315213000122006	92060001	100.000,00	100.000,00	10302501885350052
GO	SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS	08645875000122002	92060001	26.150,00	26.150,00	10302501885350052
MG	PARACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20583431000122015	40770008	25.834,00	25.834,00	10302501885350031
MS	COXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXIM-MS	11970135000122007	38030005	300.000,00	300.000,00	10302501885350054
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DO OESTE	13659627000122004	39180002 40860012	16.505,00 163.817,00	180.322,00	10302501885350054 10302501885350054
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	04441389000122006	38050001	1.190.500,00	1.190.500,00	10302501885350051
MT	ROSARIO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11412592000122006	39750005	245.720,00	245.720,00	10302501885350051
PE	AFRANIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06111891000122005	12180005	150.827,00	150.827,00	10302501885350026
PR	IBAITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	09421426000122024	37050002	249.652,00	249.652,00	10302501885350041
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000122005	27760010 26160001	250.000,00 323.718,00	573.718,00	10302501885350033 10302501885353298
RJ	MACAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11308894000122008	41600017	109.773,00	109.773,00	10302501885353310
RJ	MIGUEL PEREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MIGUEL PEREIRA	12240308000122003	13380016	427.022,00	427.022,00	10302501885353317
RJ	MIGUEL PEREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MIGUEL PEREIRA	12240308000122008	23970001	549.605,00	549.605,00	10302501885350033
RJ	PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11129492000122018	40540005	976.290,00	976.290,00	10302501885353328
RJ	QUISSAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUISSAMA	11892333000122004	39420004	158.515,00	158.515,00	10302501885350033
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	11800731000122035	35780004	637.971,00	637.971,00	10302501885353336
RN	LAGOA D'ANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA DANTA	13878637000122006	39940009	167.841,00	167.841,00	10302501885350024
RO	OURO PRETO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO DO OESTE	13705838000122005	37250007	141.596,00	141.596,00	10302501885350011
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	09536254000122007	24210003	299.943,00	299.943,00	10302501885350011
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	11413650000122008	41160003	609.957,00	609.957,00	10302501885350043
SP	IBIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIUNA	15822319000122009	27970002	800.000,00	800.000,00	10302501885350035
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CAMPOS	12998458000122009	41320011	124.848,00	124.848,00	10302501885350035
TOTAL			27 PROPOSTAS			9.355.976,00	

PORTARIA Nº 3.572, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000122013	41090001	306.512,00	306.512,00	10302501885350013
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.	09288947000122047	40970008	163.700,00	163.700,00	10302501885350032
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.	09288947000122051	40970008	69.841,00	69.841,00	10302501885350032
MS	ELDORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11109890000122008	28360003	230.800,00	230.800,00	10302501885350054
MS	RIO BRILHANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIO BRILHANTE MS	12237028000122003	41450004	198.891,00	198.891,00	10302501885350054
MT	NOVA BRASILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BRASILANDIA	11940918000122002	39620004	100.000,00	100.000,00	10302501885350051
PB	LUCENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUCENA	11516231000122007	42180003	299.998,00	299.998,00	10302501885350025
SP	BARRETOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13900928000122017	39460004	13.144,00	13.144,00	10302501885350035
SP	OSVALDO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11582812000122001	39460004	99.940,00	99.940,00	10302501885350035
TOTAL			9 PROPOSTAS			1.482.826,00	

PORTARIA Nº 3.599, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	GOVERNADOR VALADARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES	73964934000122010	39780007	249.757,00	249.757,00	10302501885350031
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14602737000122015	39750005	242.740,00	242.740,00	10302501885350051
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18017671000122002	39720004	231.056,00	231.056,00	10302501885350015
SP	BIRIGUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12623139000122006	28160001	114.031,00	114.031,00	10302501885350035
TOTAL			4 PROPOSTAS			837.584,00	

PORTARIA Nº 3.600, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	CODAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CODAJAS	13885137000122006	39580002	149.724,00	149.724,00	10302501885350013
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000122038	41100002	1.077.372,00	1.077.372,00	10302501885350053
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000122027	39560003	330.000,00	330.000,00	10302501885350033
TOTAL			3 PROPOSTAS			1.557.096,00	

PORTARIA Nº 3.634, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 684, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2022, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Primária à Saúde, observando o disposto no Capítulo II, da Portaria nº 684, de 30 de março de 2022.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	GUAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAJARA (AM)	36000479292202200	16190016	311.735,00	311.735,00	1030150192E890013
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS - SANTA MARIA DE ITABIRA	36000479401202200	27540003	226.202,00	226.202,00	1030150192E890031
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000478550202200	40160001	340.000,00	340.000,00	1030150192E890031
RS	TERRA DE AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE TERRA DE AREIA	36000478073202200	41160002	100.139,00	100.139,00	1030150192E890043
RS	TRES DE MAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474506202200	40730002 40730002	69.911,00 190.787,00	260.698,00	1030150192E890043 1030150192E890043
SC	COCAL DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL	36000479109202200	41850002	300.000,00	300.000,00	1030150192E890042
TO	DARCINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DARCINOPOLIS	36000479293202200	40960001	283.288,00	283.288,00	1030150192E890017
TOTAL			7 PROPOSTAS			1.822.062,00	

PORTARIA Nº 3.635, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	BUJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	19916625000122003	24240006 40380005	198.526,00 40,00	198.566,00	10301501985810012 10301501985810012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000122003	40190005	395.144,00	395.144,00	10301501985810012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000122004	29140006	199.957,00	199.957,00	10301501985810012
AC	PLACIDO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11794838000122024	38920012	320.448,00	320.448,00	10301501985810012
AC	SANTA ROSA DO PURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS -AC	12462454000122001	24240006	428.515,00	428.515,00	10301501985810012
AC	SANTA ROSA DO PURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS -AC	12462454000122002	24240006	71.364,00	71.364,00	10301501985810012
AC	TARAUACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARAUACA	11507430000122012	40190005	1.398.378,00	1.398.378,00	10301501985810012
AL	QUEBRANGULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEBRANGULO	07543773000122009	37400003	97.224,00	97.224,00	10301501985810027
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000122012	41120002	999.911,00	999.911,00	10301501985810016
AP	OIAPOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OIAPOQUE	12250723000122009	30450001	624.412,00	624.412,00	10301501985810016
BA	CONCEICAO DO COITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11734182000122003	91910006	150.000,00	150.000,00	10301501985810029
BA	GANDU	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11392658000122001	91910006	98.160,00	98.160,00	10301501985810029
BA	JUAZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11145615000122003	91910006	1.827,00	1.827,00	10301501985810029
BA	MUCURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11481404000122001	91910006	147.240,00	147.240,00	10301501985810029
BA	MUCURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11481404000122002	91910006	2.620,00	2.620,00	10301501985810029
ES	ALFREDO CHAVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14808407000122006	14180004	350.011,00	350.011,00	10301501985810032
ES	APIACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14764137000122001	92040007	276.750,00	276.750,00	10301501985810032
ES	GUACUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUACUI	11423181000122002	33120011	119.225,00	119.225,00	10301501985810032
ES	IUNA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	10700103000122001	33120011 27730001	200.000,00 199.167,00	399.167,00	10301501985810032 10301501985810032
ES	IUNA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	10700103000122007	92040007	289.962,00	289.962,00	10301501985810032
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11704447000122002	40370005	342.067,00	342.067,00	10301501985810052
MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO BREJAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14001532000122012	33930007	210.310,00	210.310,00	10301501985810021
MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO BREJAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14001532000122013	33930007	23.441,00	23.441,00	10301501985810021
MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO BREJAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14001532000122014	33930007	8.477,00	8.477,00	10301501985810021
MG	BOM DESPACHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00390877000122003	37340003	298.877,00	298.877,00	10301501985810031
MG	CIPOTANEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CIPOTANEA	11212190000122007	41760003	108.165,00	108.165,00	10301501985810031
MG	SAO JOAO DO ORIENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ORIENTE	21577484000122008	39040004	99.956,00	99.956,00	10301501985810031
MS	RIO BRILHANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIO BRILHANTE MS	12237028000122006	40320017 40860013	199.842,00 599.843,00	799.685,00	10301501985810054 10301501985810054
MT	TERRA NOVA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA NOVA DO NORTE	13817957000122003	38050004	499.948,00	499.948,00	10301501985810051
PA	BELEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11305777000122012	42150010	351.965,00	351.965,00	10301501985810015
PA	BELEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11305777000122013	42150010	781.467,00	781.467,00	10301501985810015
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIACHAO DO BACAMARTE - PB	11565067000122009	35300011	400.375,00	400.375,00	10301501985810025
PI	TERESINA	FUNDO DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI	06206659000122009	37440007	6.843.516,00	6.843.516,00	10301501985810022
PR	TERRA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA BOA	09343691000122006	37050003	2.769,00	2.769,00	10301501985810041
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000122036	39300020 39500006	87,00 204.310,00	204.397,00	10301501985810033 10301501985810033
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000122037	39500006	69.972,00	69.972,00	10301501985810033
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000122038	39500006	4.981,00	4.981,00	10301501985810033
RJ	ITALVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITALVA	10411707000122014	13100006	279.429,00	279.429,00	10301501985810033
RJ	NOVA FRIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA FRIBURGO	11399442000122012	27760008 26160009 41580005	5,00 386,00 179.744,00	180.135,00	10301501985810033 10301501985817029 10301501985813322
RN	JACANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11824316000122001	40910007	105.743,00	105.743,00	10301501985810024
RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILNDIA D'OESTE - RO.	23085655000122005	30960006	499.749,00	499.749,00	10301501985810011
RS	CAMARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12326723000122004	28580001	130.844,00	130.844,00	10301501985810043

SP	BARRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRINHA	11635714000122006	39950008	100.000,00	100.000,00	10301501985810035
SP	GABRIEL MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GABRIEL MONTEIRO	12488907000122004	39460003 39460003	27.481,00 100.000,00	127.481,00	10301501985810035 10301501985810035
SP	INDAIATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAU	14364993000122001	40210003	299.983,00	299.983,00	10301501985810035
SP	IRACEMAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMAPOLIS	11937255000122006	15810002	240.846,00	240.846,00	10301501985810035
SP	MARTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARTINOPOLIS	10401857000122008	27960006	44.919,00	44.919,00	10301501985810035
SP	SAO VICENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE	11899413000122008	41710016	299.549,00	299.549,00	10301501985810035
TOTAL			48 PROPOSTAS			19.927.927,00	

PORTARIA Nº 3.636, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALEGRE	13571334000122016	38580002	279.360,00	279.360,00	10301501985810032
TOTAL			1 PROPOSTAS			279.360,00	

PORTARIA Nº 3.637, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RO	CANDEIAS DO JAMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDEIAS DO JAMARI	84744853000122008	42270003	523.411,00	523.411,00	10301501985810011
TOTAL			1 PROPOSTAS			523.411,00	

PORTARIA Nº 3.639, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	QUEBRANGULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEBRANGULO	07543773000122005	37400003	279.360,00	279.360,00	10301501985810027
GO	PORTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22732193000122001	40830001	279.360,00	279.360,00	10301501985810052
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JENIPAPO DOS VIEIRAS	13848108000122003	33930007	279.360,00	279.360,00	10301501985810021
MS	SONORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10381732000122005	38030004	279.360,00	279.360,00	10301501985810054
PB	INGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INGA/PB	08610110000122002	42180004	279.360,00	279.360,00	10301501985810025
PE	BREJAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJAO	11230311000122003	39850007	279.360,00	279.360,00	10301501985810026
RS	SANANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12219625000122003	41840003	424.667,00	424.667,00	10301501985810043
RS	SAO JOAO DO POLESINE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	13845853000122002	41840003	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
SP	MARTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARTINOPOLIS	10401857000122007	27960006	279.360,00	279.360,00	10301501985810035
TO	AURORA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO TOCANTINS - TO	13321783000122004	30860004	279.360,00	279.360,00	10301501985810017
TO	PRESIDENTE KENNEDY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11231208000122003	23590005	279.360,00	279.360,00	10301501985810017
TOTAL			11 PROPOSTAS			3.218.267,00	

PORTARIA Nº 3.640, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 684, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2022, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Primária à Saúde, observando o disposto no Capítulo II, da Portaria nº 684, de 30 de março de 2022.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	JOAQUIM GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAQUIM GOMES	36000477068202200	22890001	500.000,00	500.000,00	1030150192E890027
AM	GUAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAJARA (AM)	36000478078202200	39260011	393.076,00	393.076,00	1030150192E890013

BA	CRAVOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000477050202200	41230002	147.126,00	147.126,00	1030150192E890029
BA	ITUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000478864202200	35680003	159.798,00	159.798,00	1030150192E890029
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	36000477285202200	41530001	500.000,00	500.000,00	1030150192E890051
PI	BONFIM DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000478068202200	41830003	209.068,00	209.068,00	1030150192E890022
PR	PARANAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAGUA	36000477905202200	38360002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890041
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476908202200	39560002	200.000,00	200.000,00	1030150192E890033
RO	CEREJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEREJEIRAS - RO	36000477567202200	41730003	200.000,00	200.000,00	1030150192E890011
TOTAL			9 PROPOSTAS			2.409.068,00	

PORTARIA Nº 3.643, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação de Ponto de Apoio para Atendimento.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de ampliaçãode Ponto de Apoio para Atendimento.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	TONANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TONANTINS	12462308000122007	16190019	856.972,00	856.972,00	10301501985810232
TOTAL			1 PROPOSTAS			856.972,00	

PORTARIA Nº 3.644, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação de unideade Básica de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de ampliação.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	NHAMUNDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11700992000122006	39580001	345.180,00	345.180,00	10301501985810013
MG	DURANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DURANDE	12921146000122002	14050003	270.990,00	270.990,00	10301501985810031
TOTAL			2 PROPOSTAS			616.170,00	

PORTARIA Nº 3.645, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000122014	39840018	52.044,00	52.044,00	10302501885355121
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000122017	39840018	41.261,00	41.261,00	10302501885355121
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401241000122011	39080008	100.185,00	100.185,00	10302501885350035
TOTAL			3 PROPOSTAS			193.490,00	

PORTARIA Nº 3.647, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	JUAZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11145615000122002	91910006	98.160,00	98.160,00	10301501985810029
MG	ITABIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABIRINHA	13920005000122011	29940010	123.048,00	123.048,00	10301501985810031
TOTAL			2 PROPOSTAS			221.208,00	

PORTARIA Nº 3.648, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	MANOEL URBANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANOEL URBANO	12289482000122005	24240006 29140004 29140006	204.206,00 28.444,00 186.748,00	419.398,00	10301501985810012 10301501985810012 10301501985810012
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000122015	30450001	1.239.639,00	1.239.639,00	10301501985810016
BA	CAPIM GROSSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11390971000122005	91910006	195.021,00	195.021,00	10301501985810029
ES	GUACUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUACUI	11423181000122005	92040007	289.969,00	289.969,00	10301501985810032
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO NORTE	13953742000122003	92040007	277.899,00	277.899,00	10301501985810032
ES	VIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIANA	14587933000122003	27730001	249.532,00	249.532,00	10301501985810032
MG	DORES DO INDAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE DORES DO INDAIA	19082097000122010	37340003	573,00	573,00	10301501985810031
MG	VARGEM ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM ALEGRE	13334072000122007	39040004	99.231,00	99.231,00	10301501985810031
TOTAL			8 PROPOSTAS			2.771.262,00	

PORTARIA Nº 3.649, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, DE 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	AGUIA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14877890000122001	92040007	279.360,00	279.360,00	10301501985810032
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14700048000122003	92040007	279.360,00	279.360,00	10301501985810032
MS	BANDEIRANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BANDEIRANTES MS	18229151000122001	40650001	279.360,00	279.360,00	10301501985810054
RS	SAO JOSE DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO	11862957000122002	41840003	279.360,00	279.360,00	10301501985810043
SP	VALINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13992930000122003	15270018	279.360,00	279.360,00	10301501985813995
TOTAL			5 PROPOSTAS			1.396.800,00	

PORTARIA Nº 3.811, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 684, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2022, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, observando o disposto no Capítulo II, da Portaria nº 684, de 30 de março de 2022.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR (R$)
CE	CARIUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIUS	36000476211202200	48.621,00	71070011	48.621,00	1030250182E900023	6575668	48.621,00
GO	ANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475619202200	1.500.000,00	71100001 71100001	500.000,00 1.000.000,00	1030250182E900052 1030250182E900052	2437163 2361787	500.000,00 1.000.000,00
GO	APARECIDA DE GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DE GOIANIA	36000474676202200	1.200.000,00	71100001	1.200.000,00	1030250182E900052	7319401	1.200.000,00
GO	CORUMBAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475895202200	268.000,00	71100001	268.000,00	1030250182E900052	6510930	268.000,00
GO	CRISTALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALINA	36000474597202200	700.000,00	71100001	700.000,00	1030250182E900052	6486207	700.000,00
GO	FLORES DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474188202200	97.176,00	71100001	97.176,00	1030250182E900052	6366678	97.176,00
GO	GOIANESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475496202200	1.800.000,00	71100001	1.800.000,00	1030250182E900052	6537227	1.800.000,00
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000476029202200	502.688,00	71100001	502.688,00	1030250182E900052	6450091	502.688,00
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475691202200	300.000,00	71100001	300.000,00	1030250182E900052	2338386	300.000,00
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475695202200	150.000,00	71100001	150.000,00	1030250182E900052	2517957	150.000,00
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475947202200	1.200.000,00	71100001	1.200.000,00	1030250182E900052	6449409	1.200.000,00
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475981202200	300.000,00	71100001	300.000,00	1030250182E900052	6449409	300.000,00
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476062202200	52.123,00	71100001	52.123,00	1030250182E900052	6449409	52.123,00
GO	ITAPIRAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRAPUA	36000475888202200	37.767,00	71100001	37.767,00	1030250182E900052	6566960	37.767,00
GO	PORTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473903202200	110.051,00	71100001	110.051,00	1030250182E900052	6507344	110.051,00
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475854202200	1.698.899,00	71100001	1.698.899,00	1030250182E900052	6390080	1.698.899,00
GO	TRINDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRINDADE	36000473881202200	500.000,00	71100001 71100001	35.696,00 464.304,00	1030250182E900052 1030250182E900052	6818951 6818951	35.696,00 464.304,00
MA	ANAPURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476394202200	510.000,00	71110007	510.000,00	1030250182E900021	6655424	510.000,00
MA	BARRA DO CORDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000477226202200	1.000.000,00	71110007	1.000.000,00	1030250182E900021	2462540	1.000.000,00
MA	CANDIDO MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDIDO MENDES	36000474137202200	1.254.311,00	71110007	1.254.311,00	1030250182E900021	7510055	1.254.311,00
MA	CIDELANDIA	MUNICIPIO DE CIDELANDIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474110202200	468.000,00	71110007	468.000,00	1030250182E900021	9481044	468.000,00
MA	COLINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COLINAS	36000473988202200	1.136.099,00	71110007	1.136.099,00	1030250182E900021	6575552	1.136.099,00
MA	GRAJAU	MUNICIPIO DE GRAJAU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473987202200	3.000.000,00	71110007	3.000.000,00	1030250182E900021	6533264	3.000.000,00
MA	GRAJAU	MUNICIPIO DE GRAJAU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473990202200	195.228,00	71110007	195.228,00	1030250182E900021	6533264	195.228,00
MA	GRAJAU	MUNICIPIO DE GRAJAU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473992202200	200.000,00	71110007	200.000,00	1030250182E900021	6533264	200.000,00
MA	LAGOA DO MATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474487202200	342.408,00	71110007	342.408,00	1030250182E900021	7070497	342.408,00
MA	SAO FELIX DE BALSAS	MUNICIPIO DE SAO FELIX DE BALSAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476262202200	300.000,00	71110007	300.000,00	1030250182E900021	9540911	300.000,00
MA	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO MARANHAO	36000474272202200	1.200.000,00	71110007	1.200.000,00	1030250182E900021	7924453	1.200.000,00
MA	SAO LUIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIS MARANHAO	36000474625202200	800.000,00	71110007	800.000,00	1030250182E900021	6482783	800.000,00
MA	SAO LUIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIS MARANHAO	36000477516202200	500.000,00	71110007	500.000,00	1030250182E900021	2697696	500.000,00
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO LAFAIETE	36000474327202200	235.000,00	71140013	235.000,00	1030250182E900031	6516122	235.000,00
MG	DIVINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475634202200	347.343,00	71140013	347.343,00	1030250182E900031	6246761	347.343,00
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO	36000475896202200	21.807,00	71140013	21.807,00	1030250182E900031	2146525	21.807,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474184202200	300.000,00	71130001	300.000,00	1030250182E900054	2620111	300.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474189202200	187.699,00	71130001	187.699,00	1030250182E900054	2376652	187.699,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474192202200	200.000,00	71130001	200.000,00	1030250182E900054	2371782	200.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474195202200	200.000,00	71130001	200.000,00	1030250182E900054	2376458	200.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474227202200	300.000,00	71130001	300.000,00	1030250182E900054	2376091	300.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474229202200	150.000,00	71130001	150.000,00	1030250182E900054	2536587	150.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474232202200	300.000,00	71130001	300.000,00	1030250182E900054	2558610	300.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474233202200	150.000,00	71130001	150.000,00	1030250182E900054	3249336	150.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474235202200	100.000,00	71130001	100.000,00	1030250182E900054	2536862	100.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474236202200	100.000,00	71130001	100.000,00	1030250182E900054	2361027	100.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000474239202200	26.179.977,00	71130001	26.179.977,00	1030250182E900054	6590047	26.179.977,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000475391202200	400.000,00	71260004	400.000,00	1030250182E900042	2377829	400.000,00
TOTAL			45 PROPOSTAS	50.543.197,00					

PORTARIA Nº 3.812, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 684, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2022, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, observando o disposto no Capítulo II, da Portaria nº 684, de 30 de março de 2022.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR (R$)
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474085202200	2.167.134,00	30360003	2.167.134,00	1030250182E900012	5786592	2.167.134,00
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474088202200	3.257.198,00	40780005	3.257.198,00	1030250182E900012	5786592	3.257.198,00
AL	CAPELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474350202200	532.419,00	22890002	532.419,00	1030250182E900027	2719126	532.419,00
AL	MACEIO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000474664202200	2.964.346,00	41740012	2.964.346,00	1030250182E900027	5582016	2.964.346,00
AL	NOVO LINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473888202200	33.712,00	22890002	33.712,00	1030250182E900027	2721791	33.712,00
AL	PORTO CALVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO CALVO	36000475864202200	450.000,00	25790005	450.000,00	1030250182E900027	4020529	450.000,00
AL	TRAIPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474347202200	349.810,00	22890002	349.810,00	1030250182E900027	6178529	349.810,00
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	36000474035202200	1.629.615,00	39260003	1.629.615,00	1030250182E900013	6546242	1.629.615,00
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	36000474036202200	656.021,00	41370003	656.021,00	1030250182E900013	6546242	656.021,00
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	36000474075202200	378.077,00	41090020	378.077,00	1030250182E900013	6546242	378.077,00
AP	MACAPA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000475311202200	1.889.850,00	26750011	1.889.850,00	1030250182E900001	7150296	1.889.850,00
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	36000475559202200	770.000,00	30450008	770.000,00	1030250182E900402	6671047	770.000,00
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000474340202200	1.070.761,00	40720001	1.070.761,00	1030250182E900029	2802112	1.070.761,00
BA	SERRA DO RAMALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476481202200	108.641,00	41170001	108.641,00	1030250182E900029	7036272	108.641,00
CE	ARATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARATUBA	36000474348202200	250.000,00	39590006	250.000,00	1030250182E900023	2333813	250.000,00
CE	CAMOCIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMOCIM	36000475596202200	238.186,00	90650008	238.186,00	1030250182E900023	2327945	238.186,00
CE	GUARACIABA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA DO NORTE	36000475134202200	160.000,00	37330001	160.000,00	1030250182E900023	9265740	160.000,00
CE	PEDRA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA BRANCA	36000474486202200	127.633,00	24420002	127.633,00	1030250182E900023	6341349	127.633,00
CE	TABULEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABULEIRO DO NORTE	36000474382202200	200.000,00	37100003	200.000,00	1030250182E900023	2527693	200.000,00
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	36000476103202200	2.411.150,00	39480010 39660004	2.211.150,00 200.000,00	1030250182E900032 1030250182E900032	6565301 6565301	2.211.150,00 200.000,00
GO	ABADIA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473921202200	57.631,00	39740003	57.631,00	1030250182E900052	6446086	57.631,00
GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO	36000473943202200	134.274,00	37040002	134.274,00	1030250182E900001	5859417	134.274,00
GO	ANICUNS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANICUNS	36000473967202200	8.223,00	40990001	8.223,00	1030250182E900052	7044453	8.223,00
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DO RIO DOCE	36000474700202200	114.763,00	40990001	114.763,00	1030250182E900052	2440814	114.763,00
GO	BRITANIA	BRITANIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474149202200	121.419,00	38940005	121.419,00	1030250182E900052	6288367	121.419,00
GO	BRITANIA	BRITANIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475425202200	112.750,00	39030003	112.750,00	1030250182E900052	6288367	112.750,00
GO	CAIAPONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474028202200	100.000,00	29350005	100.000,00	1030250182E900052	6570593	100.000,00
GO	CATALAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CATALAO	36000474661202200	100.000,00	19600008	100.000,00	1030250182E900052	6298583	100.000,00
GO	DAMIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474593202200	14.930,00	40990001	14.930,00	1030250182E900052	6668607	14.930,00
GO	FLORES DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474191202200	32.737,00	40990001	32.737,00	1030250182E900052	6366678	32.737,00
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000476047202200	419.615,00	39740003	419.615,00	1030250182E900052	6450091	419.615,00
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476056202200	400.000,00	39030003	400.000,00	1030250182E900052	6449409	400.000,00
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476058202200	200.000,00	92060004	200.000,00	1030250182E900052	6449409	200.000,00
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476059202200	97.854,00	92060003	97.854,00	1030250182E900052	6449409	97.854,00
GO	GOIANIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOIANIRA	36000473891202200	330.959,00	39740003	330.959,00	1030250182E900052	7443838	330.959,00
GO	GOIANIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOIANIRA	36000473893202200	74.446,00	92060002	74.446,00	1030250182E900052	7443838	74.446,00
GO	GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GOIAS	36000474097202200	105.737,00	39000003	105.737,00	1030250182E900052	2343525	105.737,00
GO	ITAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJA	36000475843202200	98.889,00	39740003	98.889,00	1030250182E900052	6531741	98.889,00
GO	ITAPURANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPURANGA	36000475547202200	340.000,00	39740003 92060002 40990001	100.000,00 100.000,00 140.000,00	1030250182E900052 1030250182E900052 1030250182E900052	6545734 6545734 6545734	100.000,00 100.000,00 140.000,00
GO	ITAPURANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPURANGA	36000476085202200	42.369,00	39740003	42.369,00	1030250182E900052	6545734	42.369,00

GO	JUSSARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000474724202200	29.000,00	29350005	29.000,00	1030250182E900052	6776140	29.000,00
GO	LEOPOLDO DE BULHOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOPOLDO DE BULHOES	36000473910202200	63.146,00	92060003	63.146,00	1030250182E900052	6388604	63.146,00
GO	MINACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474605202200	114.049,00	29270002	114.049,00	1030250182E900052	6497632	114.049,00
GO	NOVA VENEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA	36000474453202200	74.658,00	39890003	74.658,00	1030250182E900052	6541259	74.658,00
GO	PALESTINA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALESTINA DE GOIAS	36000475243202200	50.000,00	28330002	50.000,00	1030250182E900052	6561993	50.000,00
GO	PARANAIGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAIGUARA	36000474388202200	175.000,00	40990001	175.000,00	1030250182E900052	6437931	175.000,00
GO	PARAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAUNA	36000477406202200	71.857,00	39740003	71.857,00	1030250182E900052	6534996	71.857,00
GO	QUIRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - QUIRINOPOLIS	36000473941202200	380.000,00	38940005 29350005	280.000,00 100.000,00	1030250182E900052 1030250182E900052	7094086 7094086	280.000,00 100.000,00
GO	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474025202200	100.000,00	92060003	100.000,00	1030250182E900052	6504906	100.000,00
GO	SAO SIMAO	SAO SIMAO-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474615202200	129.500,00	29350005	129.500,00	1030250182E900052	6499317	129.500,00
MA	SAO JOAO DOS PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DOS PATOS	36000473997202200	156.741,00	41390002	156.741,00	1030250182E900021	6786723	156.741,00
MA	SAO LUIS	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	36000475921202200	6.000.000,00	41390002	6.000.000,00	1030250182E900021	6064647	6.000.000,00
MA	SAO LUIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIS MARANHAO	36000474626202200	250.000,00	41250007	250.000,00	1030250182E900021	6482783	250.000,00
MG	ALFENAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000477865202200	100.000,00	40290002	100.000,00	1030250182E900031	3538656	100.000,00
MG	ANDRADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANDRADAS	36000478250202200	123.000,00	40290002	123.000,00	1030250182E900031	2775956	123.000,00
MG	ANDRADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANDRADAS	36000478251202200	27.000,00	40290002	27.000,00	1030250182E900031	6354130	27.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000474240202200	57.000,00	39240011	57.000,00	1030250182E900031	5694167	57.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000474241202200	100.000,00	39240011	100.000,00	1030250182E900031	2765020	100.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000474242202200	240.000,00	37140005	240.000,00	1030250182E900031	2760827	240.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000475666202200	100.000,00	20180002	100.000,00	1030250182E900031	2146479	100.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000475667202200	100.000,00	20180002	100.000,00	1030250182E900031	2761173	100.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000475668202200	300.000,00	20180002	300.000,00	1030250182E900031	2121409	300.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000475920202200	200.000,00	20180002	200.000,00	1030250182E900031	2760436	200.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000476080202200	300.000,00	37130002	300.000,00	1030250182E900031	4042085	300.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000476240202200	100.000,00	23680005	100.000,00	1030250182E900031	4042085	100.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000476360202200	126.000,00	14050004	126.000,00	1030250182E900031	2123231	126.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473901202200	1.090.000,00	39160011	1.090.000,00	1030250182E902408	0026794	1.090.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473905202200	1.717.632,00	39160011	1.717.632,00	1030250182E902408	7866801	1.717.632,00
MG	CAXAMBU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474168202200	100.000,00	14070008	100.000,00	1030250182E900031	2764830	100.000,00
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO LAFAIETE	36000474845202200	200.000,00	14030001	200.000,00	1030250182E900031	2136945	200.000,00
MG	DIAMANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTINA	36000474434202200	71.740,00	37140005	71.740,00	1030250182E900031	2761203	71.740,00
MG	EXTREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EXTREMA	36000476545202200	76.200,00	39990006	76.200,00	1030250182E900031	6594093	76.200,00
MG	ITABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475265202200	139.882,00	40870002	139.882,00	1030250182E900031	2215586	139.882,00
MG	ITABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475660202200	100.000,00	27640003	100.000,00	1030250182E900031	2215586	100.000,00
MG	ITUIUTABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000473897202200	1.088.519,00	39140004	1.088.519,00	1030250182E900031	2200902	1.088.519,00
MG	JOAO MONLEVADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000477525202200	235.950,00	35950003	235.950,00	1030250182E900031	2709848	235.950,00
MG	MONTE AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE AZUL	36000474266202200	221.740,00	37140005	221.740,00	1030250182E900031	2119404	221.740,00
MG	MONTE AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE AZUL	36000474267202200	28.260,00	37140005	28.260,00	1030250182E900031	2119404	28.260,00
MG	MONTE AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE AZUL	36000474268202200	300.000,00	39240011	300.000,00	1030250182E900031	2119404	300.000,00
MG	OURO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE OURO BRANCO	36000475704202200	285.000,00	35950003	285.000,00	1030250182E900031	6529887	285.000,00
MG	PECANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474376202200	200.000,00	32970004 32970004	70.000,00 130.000,00	1030250182E900031 1030250182E900031	2119358 2103257	70.000,00 130.000,00
MG	PECANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474380202200	111.748,00	36820002	111.748,00	1030250182E900031	2103257	111.748,00
MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO PRATA	36000475617202200	100.000,00	27640003	100.000,00	1030250182E900031	2144573	100.000,00
MG	SAO GOTARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474442202200	333.000,00	27540002	333.000,00	1030250182E900031	5287499	333.000,00
MG	SAO JOAO DO MANTENINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO MANTENINHA	36000474311202200	200.000,00	35950003	200.000,00	1030250182E900031	6594433	200.000,00
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO	36000475882202200	223.600,00	41400002	223.600,00	1030250182E900031	2146525	223.600,00
MG	TEOFILO OTONI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476276202200	500.000,00	23680005	500.000,00	1030250182E900031	2208172	500.000,00
MG	TEOFILO OTONI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476327202200	130.829,00	39910001	130.829,00	1030250182E900031	2208172	130.829,00
MG	TIMOTEO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476261202200	416.415,00	27560002	416.415,00	1030250182E900031	2140217	416.415,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474509202200	250.000,00	28360002	250.000,00	1030250182E900054	2646773	250.000,00
MS	COXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXIM-MS	36000474662202200	126.405,00	40320008	126.405,00	1030250182E900054	5465370	126.405,00
MS	DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADOS	36000474032202200	553.793,00	40860011	553.793,00	1030250182E900054	6548385	553.793,00
MS	LAGUNA CARAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA CARAPA	36000475038202200	53.846,00	38030003	53.846,00	1030250182E900054	6797024	53.846,00
MT	BARRA DO BUGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO BUGRES	36000474704202200	1.000.000,00	39620002	1.000.000,00	1030250182E900051	6463002	1.000.000,00
MT	CHAPADA DOS GUIMARAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CHAPADA DOS GUIMARAES	36000475595202200	515.000,00	40470001	515.000,00	1030250182E900051	6500544	515.000,00
MT	CONFRESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONFRESA	36000475550202200	150.000,00	40610001	150.000,00	1030250182E900051	6564399	150.000,00
MT	ITIQUIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475745202200	65.990,00	40470001	65.990,00	1030250182E900051	6495311	65.990,00
MT	SORRISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SORRISO	36000474155202200	343.881,00	41530002	343.881,00	1030250182E900051	2533820	343.881,00
MT	TERRA NOVA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA NOVA DO NORTE	36000478196202200	154.227,00	25860002	154.227,00	1030250182E900051	5701384	154.227,00
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	36000474284202200	268.497,00	32600001	268.497,00	1030250182E900015	7680392	268.497,00
PB	NOVA OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE_NOVA OLINDA	36000475318202200	100.000,00	42180002	100.000,00	1030250182E900025	6430821	100.000,00
PB	SANTANA DOS GARROTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DOS GARROTES	36000473940202200	96.956,00	42180002	96.956,00	1030250182E900025	6430848	96.956,00
PB	SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475031202200	25.000,00	27120002	25.000,00	1030250182E900025	6425658	25.000,00
PB	SAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPE	36000474318202200	594.190,00	40250004	594.190,00	1030250182E900025	5680239	594.190,00
PE	CAMARAGIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474359202200	255.894,00	40690003	255.894,00	1030250182E900026	6565956	255.894,00
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMOCIM DE SAO FELIX	36000473729202200	58.957,00	27240002	58.957,00	1030250182E900026	5617545	58.957,00

PE	ITAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAIBA	36000473984202200	400.000,00	40690003	400.000,00	1030250182E900026	6509436	400.000,00
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	36000475390202200	543.205,00	28850007	543.205,00	1030250182E900026	0000434	543.205,00
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	36000475991202200	200.000,00	25730002	200.000,00	1030250182E900026	2315343	200.000,00
PE	SAO LOURENCO DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475742202200	38.796,00	37670003	38.796,00	1030250182E900026	6563694	38.796,00
PE	SERRA TALHADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA TALHADA	36000475983202200	108.747,00	12180003	108.747,00	1030250182E900026	2427435	108.747,00
PI	TERESINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA	36000475662202200	541.783,00	37440001	541.783,00	1030250182E900022	2726998	541.783,00
PI	TERESINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA	36000476370202200	1.623.991,00	38220004	1.623.991,00	1030250182E900022	2726998	1.623.991,00
PR	APUCARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARANA	36000473951202200	200.000,00	30950012	200.000,00	1030250182E900041	7084420	200.000,00
PR	CAMPO MOURAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474012202200	501.188,00	18760002	501.188,00	1030250182E900041	0014117	501.188,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000474697202200	324.987,00	40600007	324.987,00	1030250182E900041	0013633	324.987,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000475689202200	315.586,00	32200004	315.586,00	1030250182E900041	5689872	315.586,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000475694202200	910.833,00	36500009	910.833,00	1030250182E900041	2738309	910.833,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000475696202200	250.000,00	30410002	250.000,00	1030250182E900041	2742047	250.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000475998202200	69.034,00	32200004	69.034,00	1030250182E900041	7464118	69.034,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476035202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	2686953	214.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476044202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	2576341	214.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476049202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	2576198	214.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476052202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	2783800	214.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476061202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	0013633	214.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476063202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	2740338	214.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476064202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	2582449	214.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476065202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	2590727	214.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000476066202200	214.000,00	20520006	214.000,00	1030250182E900041	2825589	214.000,00
PR	GOIOERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GOIOERE	36000474681202200	300.000,00	18760002	300.000,00	1030250182E900041	2735970	300.000,00
PR	GUARAPUAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474906202200	450.876,00	18760002	450.876,00	1030250182E900041	6430651	450.876,00
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000476186202200	450.000,00	30840001	450.000,00	1030250182E900041	2579324	450.000,00
PR	UBIRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBIRATA	36000473907202200	487.475,00	18760002	487.475,00	1030250182E900041	2733633	487.475,00
RJ	BARRA MANSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474383202200	501.022,00	39560001	501.022,00	1030250182E900033	6323413	501.022,00
RJ	BARRA MANSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474384202200	586.410,00	40130015	586.410,00	1030250182E900033	2280051	586.410,00
RJ	BARRA MANSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474385202200	10.000,00	40130015	10.000,00	1030250182E900033	2280051	10.000,00
RJ	CABO FRIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABO FRIO	36000473973202200	350.206,00	37560003	350.206,00	1030250182E900033	7221673	350.206,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	36000474400202200	287.216,00	40260010	287.216,00	1030250182E900033	5371120	287.216,00
RJ	IGUABA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGUABA GRANDE	36000474125202200	148.000,00	37560003	148.000,00	1030250182E900033	6594859	148.000,00
RJ	NITEROI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITEROI	36000474021202200	834.715,00	40700014	834.715,00	1030250182E900033	7523548	834.715,00
RJ	PARACAMBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARACAMBI (FMS)	36000474449202200	609.231,00	42110001	609.231,00	1030250182E900033	7142714	609.231,00
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	36000474260202200	1.000.000,00	37560003	1.000.000,00	1030250182E900033	5473861	1.000.000,00
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	36000477466202200	2.154.742,00	39410007	2.154.742,00	1030250182E900033	6353797	2.154.742,00
RJ	SAO JOAO DE MERITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DE MERITI	36000474677202200	569.463,00	42110001	569.463,00	1030250182E900033	2283972	569.463,00
RN	ACARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACARI - RN	36000474375202200	180.000,00	41420003	180.000,00	1030250182E900024	6900771	180.000,00
RN	CAICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAICO - RN	36000474575202200	390.000,00	41420003	390.000,00	1030250182E900024	6560903	390.000,00
RN	CURRAIS NOVOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474574202200	90.000,00	41420003	90.000,00	1030250182E900024	5407958	90.000,00
RN	ENCANTO	MUNICIPIO ENCANTO - FUNDO MUL. SAUDE	36000475312202200	61.132,00	38860007	61.132,00	1030250182E900024	6742742	61.132,00
RN	FELIPE GUERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA-RN	36000474178202200	97.184,00	38860007	97.184,00	1030250182E900024	6675182	97.184,00
RN	JUCURUTU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUCURUTU	36000474386202200	90.000,00	41420003	90.000,00	1030250182E900024	6675190	90.000,00
RN	LUCRECIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUCRECIA	36000477545202200	93.757,00	38860007	93.757,00	1030250182E900024	6752179	93.757,00
RN	NATAL	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO RIO GRANDE DO NORTE	36000474782202200	162.745,00	41630001	162.745,00	1030250182E900024	5672465	162.745,00
RN	NATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475797202200	400.000,00	41420003	400.000,00	1030250182E900024	2409151	400.000,00
RN	PARELHAS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS - RN	36000474390202200	30.418,00	41420003	30.418,00	1030250182E900024	5775965	30.418,00
RN	RIACHO DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475208202200	70.000,00	38860007	70.000,00	1030250182E900024	6577679	70.000,00
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474921202200	304.972,00	38860007	304.972,00	1030250182E900024	6634915	304.972,00
RN	SAO JOSE DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO SERIDO/RN	36000474357202200	200.000,00	41420003	200.000,00	1030250182E900024	6373887	200.000,00
RO	JI-PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JI-PARANA	36000475267202200	1.618.280,00	26330008 30960005	250.000,00 1.368.280,00	1030250182E900001 1030250182E900011	6911277 6911277	250.000,00 1.368.280,00
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000474499202200	591.525,00	37250009	591.525,00	1030250182E900011	7585225	591.525,00
RS	CAMPO BOM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO BOM	36000475016202200	100.000,00	28730003	100.000,00	1030250182E900043	2232073	100.000,00
RS	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO SUL	36000475214202200	207.415,00	37930003	207.415,00	1030250182E900043	2252074	207.415,00
RS	NOVO HAMBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000473958202200	100.000,00	40330007	100.000,00	1030250182E900043	6368883	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000473935202200	100.000,00	28730003	100.000,00	1030250182E900043	2235307	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000474078202200	383.004,00	30770008 30770008 30770008 30770008	83.004,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00	1030250182E900043 1030250182E900043 1030250182E900043 1030250182E900043	2248271 2257564 2235323 2224607	83.004,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000475493202200	400.000,00	37930003	400.000,00	1030250182E900043	2257556	400.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000475589202200	120.000,00	31600007	120.000,00	1030250182E900043	2228726	120.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474990202200	300.256,00	28670002	300.256,00	1030250182E900043	2693801	300.256,00

RS	QUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474441202200	700.000,00	28610002 37930003	500.000,00 200.000,00	1030250182E900043 1030250182E900043	2248247 2248247	500.000,00 200.000,00
RS	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO	36000475857202200	100.131,00	41210007	100.131,00	1030250182E900043	2247917	100.131,00
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474667202200	250.000,00	41210007	250.000,00	1030250182E900043	6359353	250.000,00
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474154202200	121.200,00	28730003	121.200,00	1030250182E900043	5248914	121.200,00
SC	ITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA	36000474372202200	80.000,00	29250002	80.000,00	1030250182E900042	6509665	80.000,00
SC	POMERODE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMERODE	36000474908202200	200.000,00	90550005	200.000,00	1030250182E900042	6384250	200.000,00
SC	PRESIDENTE GETULIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475566202200	175.086,00	41290003	175.086,00	1030250182E900042	6384749	175.086,00
SC	SALETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALETE	36000475101202200	14.386,00	41850015	14.386,00	1030250182E900042	2672715	14.386,00
SC	SANTIAGO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTIAGO DO SUL	36000475400202200	71.826,00	37860002	71.826,00	1030250182E900042	6559328	71.826,00
SE	NEOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475722202200	92.956,00	23310003	92.956,00	1030250182E900028	6287425	92.956,00
SP	ANGATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474568202200	200.000,00	28010005	200.000,00	1030250182E900035	2082748	200.000,00
SP	ARARAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475459202200	110.000,00	23660006	110.000,00	1030250182E900035	5747171	110.000,00
SP	BARRETOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475228202200	200.000,00	25170002	200.000,00	1030250182E900035	2092611	200.000,00
SP	BAURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAURU	36000477666202200	182.140,00	39080004	182.140,00	1030250182E900035	2791862	182.140,00
SP	BEBEDOURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BEBEDOURO	36000474852202200	100.000,00	37170004	100.000,00	1030250182E900035	3405796	100.000,00
SP	CABREUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABREUVA	36000474510202200	57.170,00	41320017	57.170,00	1030250182E900035	6355692	57.170,00
SP	CARAGUATATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAGUATATUBA	36000474286202200	90.000,00	25340016	90.000,00	1030250182E900035	2062933	90.000,00
SP	CESARIO LANGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CESARIO LANGE	36000474523202200	70.596,00	31350010	70.596,00	1030250182E900035	6445071	70.596,00
SP	CHAVANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAVANTES	36000474082202200	115.509,00	41610005	115.509,00	1030250182E900035	2092506	115.509,00
SP	CONCHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475325202200	200.000,00	37300002	200.000,00	1030250182E900035	2084430	200.000,00
SP	DIVINOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOLANDIA	36000476187202200	151.344,00	23660006	151.344,00	1030250182E900035	2082810	151.344,00
SP	EMBU-GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475095202200	91.523,00	39460002 37350014	50.000,00 41.523,00	1030250182E900035 1030250182E900035	6896146 6896146	50.000,00 41.523,00
SP	ENGENHEIRO COELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474864202200	100.000,00	37300002	100.000,00	1030250182E900035	6404758	100.000,00
SP	IBIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIUNA	36000475479202200	65.532,00	40120001	65.532,00	1030250182E900035	6465765	65.532,00
SP	IGUAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475346202200	50.000,00	39460002	50.000,00	1030250182E900035	6760317	50.000,00
SP	ITAJU	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE ITAJU	36000474161202200	50.000,00	39460002	50.000,00	1030250182E900035	6639771	50.000,00
SP	LIMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474230202200	610.000,00	37300002 41320017	350.000,00 260.000,00	1030250182E900035 1030250182E900035	3990915 3990915	350.000,00 260.000,00
SP	LINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINS	36000474713202200	150.000,00	31340001	150.000,00	1030250182E900035	2758245	150.000,00
SP	MARTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARTINOPOLIS	36000474465202200	164.075,00	31340001	164.075,00	1030250182E900035	2751011	164.075,00
SP	MOGI DAS CRUZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES	36000474358202200	130.000,00	38990009	130.000,00	1030250182E900035	5824990	130.000,00
SP	MONTE APRAZIVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE APRAZIVEL	36000475379202200	172.785,00	37460002	172.785,00	1030250182E900035	2052776	172.785,00
SP	OURINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475182202200	195.478,00	41610005	195.478,00	1030250182E900035	4049020	195.478,00
SP	PILAR DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475162202200	180.000,00	28010005	180.000,00	1030250182E900035	2078902	180.000,00
SP	PINDAMONHANGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDAMONHANGABA	36000474158202200	500.000,00	41320017	500.000,00	1030250182E900035	6630677	500.000,00
SP	PIRASSUNUNGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474463202200	50.000,00	37300002	50.000,00	1030250182E900035	6456324	50.000,00
SP	PRAIA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE	36000474053202200	400.000,00	41710001	400.000,00	1030250182E900035	3326888	400.000,00
SP	PRAIA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE	36000474074202200	160.000,00	41320017	160.000,00	1030250182E900035	3326888	160.000,00
SP	REGISTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PM DE REGISTRO	36000474140202200	100.000,00	41320017	100.000,00	1030250182E900035	6370977	100.000,00
SP	RINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINOPOLIS	36000475685202200	57.634,00	41350002	57.634,00	1030250182E900035	6528406	57.634,00
SP	RINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINOPOLIS	36000475686202200	73.953,00	41350002	73.953,00	1030250182E900035	2081237	73.953,00
SP	SALTO DE PIRAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474344202200	400.000,00	37770003	400.000,00	1030250182E900035	2079429	400.000,00
SP	SANTA LUCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUCIA	36000476121202200	100.000,00	30520007	100.000,00	1030250182E900035	6453422	100.000,00
SP	SANTA MARIA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DA SERRA	36000474935202200	71.244,00	37300002	71.244,00	1030250182E900035	6831524	71.244,00
SP	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474627202200	250.000,00	38990009	250.000,00	1030250182E900035	6367194	250.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000473977202200	200.000,00	26150007	200.000,00	1030250182E900035	2025507	200.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474037202200	500.000,00	26150007	500.000,00	1030250182E900035	0052124	500.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474038202200	292.946,00	26150007	292.946,00	1030250182E900035	2705982	292.946,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474039202200	200.000,00	26150007	200.000,00	1030250182E900035	2084252	200.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474087202200	300.000,00	10480002	300.000,00	1030250182E900035	0052124	300.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474095202200	261.348,00	25340016	261.348,00	1030250182E900035	2079593	261.348,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474194202200	1.000.000,00	26750011	1.000.000,00	1030250182E900001	7066376	1.000.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474244202200	177.000,00	41320017	177.000,00	1030250182E900035	2080222	177.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474251202200	200.000,00	23660006	200.000,00	1030250182E900035	0052124	200.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474529202200	125.000,00	31340001	125.000,00	1030250182E900035	7066376	125.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474531202200	130.000,00	31340001	130.000,00	1030250182E900035	2089327	130.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000474533202200	130.000,00	31340001	130.000,00	1030250182E900035	2089335	130.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000475022202200	100.000,00	19970004	100.000,00	1030250182E900035	2071568	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000475100202200	100.000,00	28150001	100.000,00	1030250182E900035	2790653	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000475194202200	65.653,00	40940001	65.653,00	1030250182E900035	2078449	65.653,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000475195202200	100.000,00	40940001	100.000,00	1030250182E900035	2748029	100.000,00

SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000475392202200	100.000,00	19970004	100.000,00	1030250182E900035	2079895	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000475577202200	1.514.440,00	41300005	1.514.440,00	1030250182E900035	0052124	1.514.440,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000475804202200	8.217,00	42210004	8.217,00	1030250182E900035	2082276	8.217,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000475927202200	150.000,00	26930009	150.000,00	1030250182E900035	2077396	150.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000476825202200	100.000,00	39280005	100.000,00	1030250182E900035	2082276	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000476826202200	200.000,00	39280005	200.000,00	1030250182E900035	2083086	200.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000478259202200	190.063,00	33460002	190.063,00	1030250182E900035	2025507	190.063,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000474096202200	2.145.310,00	32280008	2.145.310,00	1030250182E900035	2089785	2.145.310,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000474114202200	100.000,00	25340016	100.000,00	1030250182E900035	2077590	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000475587202200	1.400.000,00	41320017 41320017	300.000,00 1.100.000,00	1030250182E900035 1030250182E900035	2077655 3297519	300.000,00 1.100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000475872202200	100.000,00	25320004	100.000,00	1030250182E900035	2089696	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000475873202200	276.000,00	27960001	276.000,00	1030250182E900035	2089785	276.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000475874202200	1.046.789,00	10480002	1.046.789,00	1030250182E900035	3297519	1.046.789,00
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000475966202200	300.000,00	41730002	300.000,00	1030250182E900035	2089696	300.000,00
SP	SARAPUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SARAPUI	36000475702202200	100.000,00	37300002	100.000,00	1030250182E900035	6453090	100.000,00
SP	TAGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475581202200	100.000,00	28010005	100.000,00	1030250182E900035	2082934	100.000,00
SP	TATUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474258202200	100.000,00	31350010	100.000,00	1030250182E900035	2042657	100.000,00
SP	VALINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000474164202200	229.365,00	19970004	229.365,00	1030250182E900035	2097877	229.365,00
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475990202200	70.000,00	23660006	70.000,00	1030250182E900035	2081903	70.000,00
SP	VINHEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VINHEDO	36000474865202200	220.000,00	15270021	220.000,00	1030250182E900035	6349854	220.000,00
TO	ARAGUAINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000475403202200	1.040.800,00	23590002	1.040.800,00	1030250182E900017	2649284	1.040.800,00
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	36000473733202200	215.522,00	30860007	215.522,00	1030250182E900017	3592197	215.522,00
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	36000473734202200	250.000,00	26930006	250.000,00	1030250182E900017	3592197	250.000,00
TOTAL			250 PROPOSTAS	88.528.466,00					

PORTARIA GM/MS Nº 4.240, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Habilita estabelecimentos de saúde, na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), como Hospitais Amigo da Criança e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 25 do Capítulo II - Da habilitação à IHAC - do Título III - Dos Critérios de Habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Iniciativa do Hospital Amigo da Criança (IHAC), promovida pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde;

Considerando a avaliação global da Iniciativa Hospital Amigo da Criança realizada pela Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão e pelo Ministério da Saúde atestando que as referidas entidades estão aptas a receber o título de Hospital Amigo da Criança, conforme os critérios de habilitação da Portaria supracitada; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Saúde Perinatal e Aleitamento Materno do Departamento de Saúde Materno Infantil - CGPAM/DSMI/SAPS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados, na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), como Hospitais Amigo da Criança, código 14.16, os estabelecimentos de saúde descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O Departamento de Regulação Assistencial e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - DRAC/SAES/MS, fica autorizado a incluir no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) a habilitação da unidade de que trata o art. 1º desta Portaria, na competência posterior à sua publicação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 190.695,76 (cento e noventa mil seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Maranhão.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Estadual de Saúde do Maranhão, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto da referida Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL R$
MA	210750	PACO DO LUMIAR	MATERNIDADE PACO DO LUMIAR	6209688	ESTADUAL	14.16 - HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA	24.415,26
MA	211130	SAO LUIS	COMPLEXO HOSPITALAR MATERNO INFANTIL DO MARANHAO	2702886	ESTADUAL	14.16 - HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA	166.280,50
TOTAL GERAL							190.695,76

PORTARIA GM/MS Nº 4.242, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Desabilita e habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e deduz e realoca recursos do Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Titulo X- Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico Grave, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, que habilita, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC a Estados e Municípios;

Considerando a regularização das pendências por parte dos estabelecimentos de saúde elencados no Anexo a esta Portaria, em atendimento ao disposto no art. 2º da Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022;

Considerando a redistribuição da habilitação de leitos de UTI adulto e pediátrico, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul - SES/RS, e aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite - CIB nº 264, de 4 de agosto de 2022; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado e Municípios do Rio Grande do Sul, nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam habilitados e regularizados, os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo II a esta Portaria.

§ 1º Os leitos de que tratam os art. 1º e 2º, foram habilitados anteriormente pela Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, com pendências atualmente sanadas, após aprovação de propostas inseridas no SAIPS pelo gestor.

§ 2º Os estabelecimentos de saúde poderão ser submetidos a avaliação pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, poderão ter os leitos desabilitados, com a dedução no teto de Média e Alta Complexidade (MAC), dos recursos financeiros repassados para esse custeio.

Art. 3º Ficam deduzidos e realocados no Teto MAC do Estado do Rio Grande do Sul e Municípios, os recursos referentes às desabilitações e habilitações tratadas nesta Portaria, conforme movimentação de recursos no Anexo III.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXOS

ANEXO I - DESABILITAR												
IBGE	UF	NOME DO MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	GESTÃO DO ESTABELECIMENTO	Nº DE LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II ADULTO DESABILITADOS (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI ADULTO TIPO II REMANESCENTES (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI PEDIÁTRICO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.03)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II PEDIÁTRICO DESABILITADOS (CÓD. 26.03)	TOTAL DE LEITOS UTI PEDIÁTRICO TIPO II REMANESCENTES (CÓD. 26.03)	VALOR CUSTEIO ANO A SER DEDUZIDO R$/ANO
431410	RS	PASSO FUNDO	2246929	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PASSO FUNDO	ESTADUAL	23	5	18				R$ 985.500,00
432080	RS	SOLEDADE	2246961	HOSPITAL FREI CLEMENTE SOLEDADE	ESTADUAL	5	5	0				R$ 985.500,00
430460	RS	CANOAS	2232014	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS	MUNICIPAL	30	10	20				R$ 1.971.000,00
430660	RS	DOM PEDRITO	2262002	HOSPITAL SÃO LUIZ	ESTADUAL	10	10	0				R$ 1.971.000,00
432300	RS	VIAMÃO	5223962	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA HOSPITAL DE VIAMÃO	ESTADUAL	20	5	15				R$ 985.500,00
TOTAL							35					R$ 6.898.500,00

ANEXO II - HABILITAR/REGULARIZAR													
IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº DE LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II ADULTO NOVOS (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.03)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II PEDIÁTRICA NOVOS (CÓD. 26.03)	TOTAL DE LEITOS UTI PEDIÁTRICA TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.03)	VALOR CUSTEIO ANO R$ (TRANSFERÊNCIA OU PERMANÊNCIA)	Nº PROPOSTA SAIPS
430460	RS	CANOAS	3626245	HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO PREF DR MARCOS ANTONIO RONCHETTI	MUNICIPAL	0	10	10				R$ 1.971.000,00	161032
431140	RS	LAJEADO	2252287	HOSPITAL BRUNO BORN	MUNICIPAL				3	5	8	R$ 985.500,00	161029
431440	RS	PELOTAS	2253054	HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA	MUNICIPAL	23	4	27				R$ 788.400,00	161188
431840	RS	SÃO JERONIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SÃO JERONIMO	ESTADUAL	0	6	6				R$ 1.182.600,00	161096
431690	RS	SANTA MARIA	9575936	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA	ESTADUAL	10	10	20				R$ 1.971.000,00	161080
431410	RS	PASSO FUNDO	2246929	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PASSO FUNDO	ESTADUAL	18	0	18				R$ 985.500,00	163913
TOTAL							30			5		R$ 7.884.000,00	

Anexo III - Movimentação de recursos no Teto MAC de acordo com a redistribuição das habilitações						
IBGE	UF	Município	Gestão	Recursos incorporados pela Portaria 220/2022	Recursos incorporados ou deduzidos por meio desta Portaria	Recursos restantes no Teto MAC por efeito desta Portaria
431410	RS	PASSO FUNDO	ESTADUAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 985.500,00	R$ 985.500,00
432080	RS	SOLEDADE	ESTADUAL	R$ 985.500,00	-R$ 985.500,00	R$ -
430460	RS	CANOAS	MUNICIPAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 1.971.000,00	R$ -
430660	RS	DOM PEDRITO	ESTADUAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 1.971.000,00	R$ -
432300	RS	VIAMÃO	ESTADUAL	R$ 985.500,00	-R$ 985.500,00	R$ -
430460	RS	CANOAS	MUNICIPAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
431140	RS	LAJEADO	MUNICIPAL	R$ -	R$ 985.500,00	R$ 985.500,00
431440	RS	PELOTAS	MUNICIPAL	R$ -	R$ 788.400,00	R$ 788.400,00
431840	RS	SÃO JERONIMO	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.182.600,00	R$ 1.182.600,00
431690	RS	SANTA MARIA	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
				R$ 7.884.000,00	R$ -	R$ 7.884.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 4.243, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II de Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, que habilita, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), a Estados e Municípios;

Considerando a regularização das pendências por parte dos estabelecimentos de saúde no anexo a esta Portaria, atendendo ao disposto no art. 2º da Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.152630/2022-11, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

§ 1º Os leitos que tratam o caput são referentes aos leitos habilitados, com pendência, e que foram regularizados, via propostas SAIPS, referentes a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022.

§ 2º Fica determinado que as referidas unidades de saúde poderão ser submetidas à avaliação por parte da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no anexo do Título X, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, terão os leitos automaticamente desabilitados, com a dedução no teto de Média e Alta Complexidade - MAC dos recursos financeiros repassados para o custeio dos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	PROPOSTA SAIPS	LEITOS NOVOS UTI TIPO II ADULTO (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI TIPO II ADULTO HABILITADOS (CÓD. 26.01)	LEITOS NOVOS UTI TIPO II PEDIÁTRICO (CÓD. 26.03)	TOTAL LEITOS UTI TIPO II PEDIÁTRICO HABILITADOS (COD. 26.03)	VALOR (R$) CUSTEIO A SER MANTIDO NO TETO MAC DO ESTADO OU MUNICÍPIO
BA	292740	SALVADOR	HOSPITAL MARTAGÃO GESTEIRA	4278	MUNICIPAL	163544			10	30	1.971.000,00
BA	292740	SALVADOR	HOSPITAL DO SUBÚRBIO	6595197	ESTADUAL	163841	10	60			1.971.000,00
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA	2402076	ESTADUAL	164013			5	10	985.500,00
BA	290490	CACHOEIRA	HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS	2386879	ESTADUAL	164009	10	10			1.971.000,00
BA Total							20	70	15	40	6.898.500,00
CE	230765	MARACANAÚ	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOÃO ELÍSIO DE HOLANDA	2806215	MUNICIPAL	164022	10	10			1.971.000,00
CE	230420	CRATO	HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO FCO DE ASSIS	2415488	MUNICIPAL	158709	10	20			1.971.000,00
CE Total							20	30			3.942.000,00
DF	530010	BRASÍLIA	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA HRSM	5717515	ESTADUAL	163189	11	40			2.168.100,00
DF Total							11	40			2.168.100,00
MG	310170	ALMENARA	HOSPITAL DERALDO GUIMARAES	2108992	MUNICIPAL	159084	9	9			1.773.900,00
MG	310560	BARBACENA	SANTA CASA MISERICORDIA BARBACENA	2138875	MUNICIPAL	158546	5	15			985.500,00
MG	312090	CURVELO	HOSPITAL SANTO ANTONIO	2178559	MUNICIPAL	161749	9	19			1.773.900,00
MG	312800	GUANHÃES	HOSPITAL REGIONAL IMACULADA CONCEIÇÃO	2144530	MUNICIPAL	158172	9	9			1.773.900,00
MG	313170	ITABIRA	FSFX O S S HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS CHAGAS	2218690	MUNICIPAL	158036	9	19			1.773.900,00
MG	313420	ITUIUTABA	HOSPITAL SAO JOSE	2200902	MUNICIPAL	157816	9	19			1.773.900,00
MG	314610	OURO PRETO	OURO PRETO SANTA CASA DE OURO PRETO	2163829	MUNICIPAL	161489	9	19			1.773.900,00
MG	314700	PARACATU	HOSPITAL MUNICIPAL DE PARACATU	2100754	MUNICIPAL	158596	8	16			1.576.800,00
MG	315700	SALINAS	HOSPITAL MUNICIPAL DR OSWALDO PREDILIANO SANTANA	2204649	MUNICIPAL	155584	9	9			1.773.900,00
MG	316720	SETE LAGOAS	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR FLAVIO DAMATO	2109867	MUNICIPAL	158004	9	19			1.773.900,00
MG	317010	UBERABA	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFTM	2206595	MUNICIPAL	160541	9	19			1.773.900,00
MG	317130	VIÇOSA	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA	2099438	MUNICIPAL	162912	9	15			1.773.900,00
MG Total							103	187			20.301.300,00
MT	510340	CUIABÁ	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO DE CUIABÁ	7349270	MUNICIPAL	160833	20	20			3.942.000,00
MT	510020	ÁGUA BOA	HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA	2473046	MUNICIPAL	160948	10	10			1.971.000,00
MT	510760	RONDONÓPOLIS	SANTA CASA DE RONDONÓPOLIS	2396866	MUNICIPAL	160962	10	21			1.971.000,00
MT	510840	VÁRZEA GRANDE	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA	6853781	ESTADUAL	160933	20	30			3.942.000,00
MT	510340	CUIABÁ	HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ E PS DR LEONY PALMA CARVALHO	9209352	MUNICIPAL	160839			10	10	1.971.000,00
MT	510340	CUIABÁ	HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ E PS DR LEONY PALMA CARVALHO	9209352	MUNICIPAL	160840	10	50			1.971.000,00
MT Total							70	131	10	10	15.768.000,00
PA	150140	BELÉM	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	2752700	ESTADUAL	164044			10	30	1.971.000,00
PA Total									10	30	1.971.000,00
PE	261160	RECIFE	IMIP	434	ESTADUAL	160225			10	10	1.971.000,00
PE	260110	ARARIPINA	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA	2639262	ESTADUAL	160230			10	10	1.971.000,00

PE	260960	OLINDA	HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO	2344882	ESTADUAL	164040	20	40			3.942.000,00
PE	260890	LIMOEIRO	HOSPITAL DO VALE	7551584	ESTADUAL	164037	10	20			1.971.000,00
PE	261640	VITORIA DE SANTO ANTÃO	HOSPITAL JOAO MURILO E POLICLINICA DE VITORIA	2712008	ESTADUAL	164031	10	10			1.971.000,00
PE	261160	RECIFE	SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA - RECIFE	147028	ESTADUAL	164033	40	40			7.884.000,00
PE Total							80	110	20	20	19.710.000,00
PR	411990	PONTA GROSSA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS	6542638	ESTADUAL	154298	18	30			3.547.800,00
PR Total							18	30			3.547.800,00
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	HOSPITAL MUNICIPAL DA JAPUIBA HMJ	7354746	MUNICIPAL	157675	20	20			3.942.000,00
RJ	330240	MACAÉ	HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DE MACAÉ	5412447	MUNICIPAL	157792	10	26			1.971.000,00
RJ	330400	PIRAÍ	HOSPITAL FLÁVIO LEAL	2267187	MUNICIPAL	160936	5	5			985.500,00
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	2696940	MUNICIPAL	157842	20	25			3.942.000,00
RJ Total							55	76			10.840.500,00
RN	240810	NATAL	HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO	2679469	ESTADUAL	159320	10	10			1.971.000,00
RN	240810	NATAL	HOSPITAL DR JOSE PEDRO BEZERRA	2408570	ESTADUAL	159310	4	10			788.400,00
RN	240710	MACAÍBA	HOSPITAL REGIONAL ALFREDO MESQUITA	2473577	ESTADUAL	159315	10	10			1.971.000,00
RN	240310	CURRAIS NOVOS	HOSPITAL REGIONAL DR MARIANO COELHO	2476487	ESTADUAL	159312	10	10			1.971.000,00
RN	240800	MOSSORÓ	HOSPITAL REGIONAL DR TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA	2503689	ESTADUAL	159319	18	27			3.547.800,00
RN	240200	CAICÓ	HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES	6778550	ESTADUAL	159317	10	10			1.971.000,00
RN Total							62	77			12.220.200,00
RS	430510	CAXIAS DO SUL	HOSPITAL GERAL	2223538	MUNICIPAL	160789	10	18			1.971.000,00
RS	431410	PASSO FUNDO	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO	2246988	ESTADUAL	163908	10	40			1.971.000,00
RS Total							20	58			3.942.000,00
SC	420360	CAMPOS NOVOS	FUNDACAO HOSPITALAR DR JOSE ATHANAZIO	2379767	ESTADUAL	154680	10	10			1.971.000,00
SC Total							10	10			1.971.000,00
SE	280030	ARACAJU	HOSPITAL SÃO JOSÉ	2275	MUNICIPAL	160612	11	15			2.168.100,00
SE Total							11	15			2.168.100,00
SP	351350	CUBATAO	HOSPITAL DR LUIZ CAMARGO DA FONSECA E SILVA	2078473	MUNICIPAL	163645	3	10			591.300,00
SP	351440	DRACENA	SANTA CASA DE DRACENA	2750988	MUNICIPAL	154192	10	20			1.971.000,00
SP	353050	MOCOCA	SANTA CASA DE MOCOCA	2705222	MUNICIPAL	157655	10	18			1.971.000,00
SP	353070	MOGI GUACU	SANTA CASA DE MOGI GUAÇU	2096463	MUNICIPAL	160001	10	18			1.971.000,00
SP	354160	PROMISSAO	HOSPITAL GERAL PREFEITO MIGUEL MARTIN GUALDA DE PROMISSÃO	2790610	ESTADUAL	163005	2	10			394.200,00
SP	354260	REGISTRO	HOSPITAL SAO JOAO REGISTRO	2079593	ESTADUAL	158480	10	10			1.971.000,00
SP Total							45	86			8.869.500,00
TOTAL GERAL							525		55		114.318.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 4.244, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Desabilita e habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico, Tipo II, de estabelecimentos e deduz e realoca os recursos correspondentes.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título X - do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico ou Grave - Capítulo I, Anexo III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, que habilitou, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC a Estados e Municípios;

Considerando a redistribuição da habilitação de leitos de UTI Adulto e Pediátrico, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, e aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite - CIB nº 67, de 12 de julho de 2022 e CIB nº 103 de 21 de outubro de 2022;

Considerando a regularização das pendências técnico administrativas relativas aos estabelecimentos identificados nos Anexos desta Portaria, atendendo ao disposto no art. 2º da Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado e Municípios de São Paulo, nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam habilitados e regularizados os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos descritos no Anexo II a esta Portaria.

§ 1º Os leitos de que tratam os art. 1º e 2º, foram habilitados anteriormente, pela Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, com pendências atualmente sanadas, após aprovação de propostas inseridas no SAIPS pelo gestor.

§ 2º Os estabelecimentos de saúde poderão ser submetidos a avaliação pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, poderão ter os leitos desabilitados, com a dedução no teto de Média e Alta Complexidade (MAC), dos recursos financeiros repassados para esse custeio.

Art. 3º Ficam deduzidos e realocados no Teto MAC do Estado de São Paulo e Municípios, os recursos referentes às desabilitações e habilitações tratadas nesta Portaria, conforme movimentação de recursos descritos no Anexo III.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXOS

ANEXO I - DESABILITAR													
IBGE	UF	NOME DO MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	GESTÃO DO ESTABELECIMENTO	Nº DE LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II ADULTO DESABILITADOS (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI ADULTO TIPO II REMANESCENTES (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI PEDIÁTRICO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.03)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II PEDIÁTRICO DESABILITADOS (CÓD. 26.03)	TOTAL DE LEITOS UTI PEDIÁTRICO TIPO II REMANESCENTES (CÓD. 26.03)	VALOR CUSTEIO ANO A SER DEDUZIDO R$/ANO
350190	SP	AMPARO	2078848	SANTA CASA ANNA CINTRA	MUNICIPAL	18	11	7				R$ 2.168.100,00
350330	SP	ARARAS	2081253	HOSPITAL SAO LUIZ DE ARARAS	MUNICIPAL	5	5	0				R$ 985.500,00
351080	SP	CASA BRANCA	2749033	CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA	ESTADUAL	20	20	0				R$ 3.942.000,00
352050	SP	INDAIATUBA	2784602	HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO	MUNICIPAL	40	10	30				R$ 1.971.000,00
352250	SP	ITAPEVI	2078104	HOSPITAL GERAL DE ITAPEVI	ESTADUAL	20	10	10				R$ 1.971.000,00
353060	SP	MOGI DAS CRUZES	2084236	CENTRO ESP EM REABILITACAO DR ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI MOG	ESTADUAL	30	22	8				R$ 4.336.200,00
353060	SP	MOGI DAS CRUZES	2080680	HOSPITAL DAS CLINICAS LUZIA DE PINHO MELO MOGI DAS CRUZES	ESTADUAL	20	10	10				R$ 1.971.000,00
354260	SP	REGISTRO	9556095	HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO	ESTADUAL	20	10	10				R$ 1.971.000,00
354850	SP	SANTOS	2698471	SECAO HOSPITAL MUNICIPAL DR ARTHUR DOMINGUES PINTO	MUNICIPAL	10	3	7				R$ 591.300,00
354990	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	2748029	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DOS CAMPOS	ESTADUAL	20	3	17				R$ 591.300,00
355030	SP	SAO PAULO	9465464	HOSP MUN JOSANIAS CASTANHA BRAGA	MUNICIPAL	20	10	10				R$ 1.971.000,00
355220	SP	SOROCABA	9491112	HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA	ESTADUAL	40	10	30				R$ 1.971.000,00
TOTAL							124			0		R$ 24.440.400,00

ANEXO II - HABILITAR E REGULARIZAR													
IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº DE LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II ADULTO NOVOS (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.03)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II PEDIÁTRICA NOVOS (CÓD. 26.03)	TOTAL DE LEITOS UTI PEDIÁTRICA TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.03)	VALOR CUSTEIO ANO R$ (TRANSFERÊNCIA OU PERMANÊNCIA)	Nº PROPOSTA SAIPS
350410	SP	ATIBAIA	5366828	SANTA CASA DE ATIBAIA	MUNICIPAL	0	6	6				R$ 1.182.600,00	161150
350950	SP	CAMPINAS	2079798	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNICAMP DE CAMPINAS	ESTADUAL	33	10	43				R$ 1.971.000,00	159937
351050	SP	CARAGUATATUBA	0092894	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL NORTE	ESTADUAL				0	10	10	R$ 1.971.000,00	163806
351340	SP	CRUZEIRO	2024691	SANTA CASA DE CRUZEIRO	MUNICIPAL	16	2	18				R$ 394.200,00	159971
351570	SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	2080079	HOSPITAL DR OSIRIS FLORINDO COELHO FERRAZ DE VASCONCELOS	ESTADUAL				7	3	10	R$ 591.300,00	160881
351640	SP	FRANCO DA ROCHA	6878687	HOSPITAL ESTADUAL DR ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO	ESTADUAL	11	9	20				R$ 1.773.900,00	160864
351880	SP	GUARULHOS	2079410	COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS	ESTADUAL	27	1	28				R$ 197.100,00	160884
352470	SP	JAGUARIÚNA	2023474	HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI	MUNICIPAL	10	5	15				R$ 985.500,00	160536
352690	SP	LIMEIRA	2081458	SANTA CASA DE LIMEIRA	MUNICIPAL				4	3	7	R$ 591.300,00	160245
352720	SP	LORENA	2087111	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LORENA	MUNICIPAL	14	1	15				R$ 197.100,00	159823
352940	SP	MAUÁ	2082349	HOSPITAL DE CLÍNICAS DR RADAMÉS NARDINI	MUNICIPAL	20	9	29				R$ 1.773.900,00	160923
353350	SP	NOVO HORIZONTE	2088487	SANTA CASA DE NOVO HORIZONTE	MUNICIPAL	6	2	8				R$ 394.200,00	163962
353550	SP	PARAGUAÇU PAULISTA	2082519	SANTA CASA PARAGUAÇU PAULISTA	MUNICIPAL	10	6	16				R$ 1.182.600,00	163879
353870	SP	PIRACICABA	2772310	SANTA CASA DE PIRACICABA	MUNICIPAL	0	2	2				R$ 394.200,00	160163
354260	SP	REGISTRO	9556095	HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO	ESTADUAL	10		10	0	10	10	R$ 3.942.000,00	160393 160487
354980	SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO	ESTADUAL				0	2	2	R$ 394.200,00	164042
354990	SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	9491252	DR RUBENS SAVASTANO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ESTADUAL				0	10	10	R$ 1.971.000,00	160727
355030	SP	SÃO PAULO	2077493	HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS SÃO PAULO	ESTADUAL	14	10	24				R$ 1.971.000,00	160862
355030	SP	SÃO PAULO	2077477	HOSPITAL SANTA MARCELINA DE ITAQUERA	ESTADUAL	0	7	7				R$ 1.379.700,00	160353
355030	SP	SÃO PAULO	2080583	HOSPITAL MUNICIPAL TIDE SETÚBAL	MUNICIPAL	7	10	17				R$ 1.971.000,00	160653
355030	SP	SÃO PAULO	2091313	HOSPITAL REGIONAL SUL SÃO PAULO	ESTADUAL				4	3	7	R$ 591.300,00	160867
355100	SP	SÃO VICENTE	3021378	HOSPITAL DO VICENTINO	MUNICIPAL	6	3	9				R$ 591.300,00	160368
352050	SP	INDAIATUBA	2784602	HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO	MUNICIPAL	30		30				R$ 1.971.000,00	155832
354850	SP	SANTOS	2698471	SECAO HOSPITAL MUNICIPAL DR ARTHUR DOMINGUES PINTO	MUNICIPAL	7		7				R$ 1.379.700,00	160480
355030	SP	SAO PAULO	9465464	HOSP MUN JOSANIAS CASTANHA BRAGA	MUNICIPAL	10		10				R$ 1.971.000,00	161269
TOTAL							83			41		R$ 31.733.100,00	

ANEXO III - MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS NO TETO MAC DE ACORDO COM A REDISTRIBUIÇÃO DAS HABILITAÇÕES						
IBGE	UF	MUNICÍPIO	GESTÃO	RECURSOS INCORPORADOS PELA PORTARIA 220/2022	RECURSOS INCORPORADOS OU DEDUZIDOS POR MEIO DESTA PORTARIA	RECURSOS RESTANTES NO TETO MAC POR EFEITO DESTA PORTARIA
350190	SP	AMPARO	MUNICIPAL	R$ 2.168.100,00	-R$ 2.168.100,00	R$ -
350330	SP	ARARAS	MUNICIPAL	R$ 985.500,00	-R$ 985.500,00	R$ -
351080	SP	CASA BRANCA	ESTADUAL	R$ 3.942.000,00	-R$ 3.942.000,00	R$ -
352050	SP	INDAIATUBA	MUNICIPAL	R$ 3.942.000,00	-R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
352250	SP	ITAPEVI	ESTADUAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 1.971.000,00	R$ -
353060	SP	MOGI DAS CRUZES	ESTADUAL	R$ 4.336.200,00	-R$ 4.336.200,00	R$ -
353060	SP	MOGI DAS CRUZES	ESTADUAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 1.971.000,00	R$ -
354260	SP	REGISTRO	ESTADUAL	R$ 3.942.000,00	-R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
354850	SP	SANTOS	MUNICIPAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 591.300,00	R$ 1.379.700,00
354990	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	ESTADUAL	R$ 591.300,00	-R$ 591.300,00	R$ -

350410	SP	ATIBAIA	MUNICIPAL	R$ -	R$ 1.182.600,00	R$ 1.182.600,00
350950	SP	CAMPINAS	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
351050	SP	CARAGUATATUBA	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
351340	SP	CRUZEIRO	MUNICIPAL	R$ -	R$ 394.200,00	R$ 394.200,00
351570	SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	ESTADUAL	R$ -	R$ 591.300,00	R$ 591.300,00
351640	SP	FRANCO DA ROCHA	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.773.900,00	R$ 1.773.900,00
351880	SP	GUARULHOS	ESTADUAL	R$ -	R$ 197.100,00	R$ 197.100,00
352470	SP	JAGUARIÚNA	MUNICIPAL	R$ -	R$ 985.500,00	R$ 985.500,00
352690	SP	LIMEIRA	MUNICIPAL	R$ -	R$ 591.300,00	R$ 591.300,00
352720	SP	LORENA	MUNICIPAL	R$ -	R$ 197.100,00	R$ 197.100,00
352940	SP	MAUÁ	MUNICIPAL	R$ -	R$ 1.773.900,00	R$ 1.773.900,00
353350	SP	NOVO HORIZONTE	MUNICIPAL	R$ -	R$ 394.200,00	R$ 394.200,00
353550	SP	PARAGUAÇU PAULISTA	MUNICIPAL	R$ -	R$ 1.182.600,00	R$ 1.182.600,00
353870	SP	PIRACICABA	MUNICIPAL	R$ -	R$ 394.200,00	R$ 394.200,00
354260	SP	REGISTRO	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
354980	SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	ESTADUAL	R$ -	R$ 394.200,00	R$ 394.200,00
354990	SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
355030	SP	SÃO PAULO	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
355030	SP	SÃO PAULO	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.379.700,00	R$ 1.379.700,00
355030	SP	SÃO PAULO	MUNICIPAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
355030	SP	SÃO PAULO	ESTADUAL	R$ -	R$ 591.300,00	R$ 591.300,00
355100	SP	SÃO VICENTE	MUNICIPAL	R$ -	R$ 591.300,00	R$ 591.300,00
				R$ 31.733.100,00	R$ -	R$ 31.733.100,00

PORTARIA GM/MS Nº 4.245, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Desabilita e habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II e deduz e realoca os recursos correspondentes.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título X - do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico ou Grave - Capítulo I, Anexo III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, que habilita, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC a Estados e Municípios;

Considerando a redistribuição da habilitação de leitos de UTI adulto, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas - SES/AL, e aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite - CIB nº 056/2022, de 29 de agosto de 2022;

Considerando a regularização das pendências técnico administrativas relativas aos estabelecimentos identificados nos Anexos desta Portaria, atendendo ao disposto no art. 2º da Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado e Município de Alagoas, nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.151678/2022-02 , resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, do estabelecimento de saúde descrito no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam habilitados e regularizados os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, dos estabelecimentos descritos no Anexo II a esta Portaria.

§ 1º Os leitos de que tratam os art. 1º e 2º, foram habilitados anteriormente, pela Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, com pendências atualmente sanadas, após aprovação de propostas inseridas no SAIPS pelo gestor.

§ 2º Os estabelecimentos de saúde poderão ser submetidos a avaliação pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, poderão ter os leitos desabilitados, com a dedução no teto de Média e Alta Complexidade (MAC), dos recursos financeiros repassados para esse custeio.

Art. 3º Ficam deduzidos e realocados do Teto MAC do Estado de Alagoas e Município de São Miguel dos Campos, os recursos referentes às desabilitações e habilitações, tratadas nesta Portaria, conforme movimentação de recursos disposta no Anexo III.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 4.246, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Desabilita e habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II e deduz e realoca recursos correspondentes.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Titulo X- Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico Grave, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, que habilita, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC a Estados e Municípios;

Considerando a regularização das pendências por parte dos estabelecimentos de saúde elencados no Anexo a esta Portaria, em atendimento ao disposto no art. 2º da Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022;

Considerando a redistribuição da habilitação de leitos de UTI adulto, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte - SES/RN, e aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite - CIB nº 1.754, de 29 de julho de 2022; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado e Municípios do Rio Grande do Norte, nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam habilitados e regularizados os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo II a esta Portaria

§ 1º Os leitos de que tratam os art. 1º e 2º, foram habilitados anteriormente, pela Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, com pendências atualmente sanadas, após aprovação de propostas inseridas no SAIPS pelo gestor.

§ 2º Os estabelecimentos de saúde poderão ser submetidos a avaliação pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, poderão ter os leitos desabilitados, com a dedução no teto de Média e Alta Complexidade (MAC), dos recursos financeiros repassados para esse custeio.

Art. 3º Ficam deduzidos e realocados no Teto MAC do Estado do Rio Grande do Norte e Municípios, os recursos referentes às desabilitações e habilitações tratadas nesta Portaria, conforme movimentação de recursos descritos no Anexo III.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXOS

ANEXO I - DESABILITAR									
IBGE	UF	NOME DO MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	GESTÃO DO ESTABELECIMENTO	Nº DE LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II ADULTO DESABILITADOS (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI ADULTO TIPO II REMANESCENTES (CÓD. 26.01)	VALOR CUSTEIO ANO A SER DEDUZIDO R$/ANO
240325	RN	PARNAMIRIM	2473380	HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR	MUNICIPAL	10	10	0	R$ 1.971.000,00
240810	RN	NATAL	3708926	HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL	MUNICIPAL	24	14	10	R$ 2.759.400,00
TOTAL							24		R$ 4.730.400,00

ANEXO II - HABILITAR/REGULARIZAR										
IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº DE LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II ADULTO NOVOS (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	VALOR CUSTEIO ANO R$ (TRANSFERÊNCIA OU PERMANÊNCIA)	Nº PROPOSTA SAIPS
240810	RN	NATAL	2408252	HOSPITAL MEMORIAL SÃO FRANCISCO	ESTADUAL	14	7	21	R$ 1.379.700,00	160801
240810	RN	NATAL	2656930	HOSPITAL RIO GRANDE	ESTADUAL	3	7	10	R$ 1.379.700,00	160800
240800	RN	MOSSORÓ	2503654	HOSPITAL RAFAEL FERNANDES	ESTADUAL	0	10	10	R$ 1.971.000,00	160802
TOTAL							24		R$ 4.730.400,00	

Anexo III - Movimentação de recursos no Teto MAC de acordo com a redistribuição das habilitações						
IBGE	UF	Município	Gestão	Recursos incorporados pela Portaria 220/2022	Recursos incorporados ou deduzidos por meio desta Portaria	Recursos restantes no Teto MAC por efeito desta Portaria
240325	RN	PARNAMIRIM	MUNICIPAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 1.971.000,00	R$ -
240810	RN	NATAL	MUNICIPAL	R$ 2.759.400,00	-R$ 2.759.400,00	R$ -
240810	RN	NATAL	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.379.700,00	R$ 1.379.700,00
240810	RN	NATAL	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.379.700,00	R$ 1.379.700,00
240800	RN	MOSSORÓ	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
				R$ 4.730.400,00	R$ -	R$ 4.730.400,00

PORTARIA GM/MS Nº 4.253, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelece a suspensão temporária da transferência, a Estados e Municípios, de recursos incluídos no Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade (MAC), destinados ao custeio de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar e Equipes Multiprofissionais de Apoio (Programa Melhor em Casa).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 761, de 8 de julho de 2013, que estabelece normas para o cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando o Capítulo III - Do Atendimento e Internação Domiciliar - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção V - Do Incentivo Financeiro de Custeio para a Manutenção do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) - do Capítulo II - Dos incentivos financeiros no Bloco MAC, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a ocorrência de descumprimento das Portarias de Consolidação acima mencionadas, no que tange ao cadastramento das Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP) no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) ou à alimentação de dados de produção das equipes no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), constante no NUP SEI: 25000.130041/2022-74, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a suspensão temporária, em parcela mensal única subsequente, da transferência a Estados e Municípios, de recursos destinados ao custeio de EMAD e EMAP, incluídos no Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000, conforme Anexos I e II a esta Portaria.

§ 1º Os Municípios descritos no Anexo I terão a suspensão temporária por um mês em função de ausência de cadastro no SCNES.

§ 2º Os Municípios descritos no Anexo II terão a suspensão temporária por um mês em função de ausência de envio de produção para o SISAB por três meses.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I - Mês sem cadastro no SCNES: Março de 2022.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	PROPONENTE	EMAD I	EMAD II	EMAP	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	EMAD I	EMAD II	EMAP	VALOR TOTAL
AM	130260	MANAUS	Estadual	7	0	2	GM 3174/2021	R$350.000,00	-	R$12.000,00	R$362.000,00
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	Municipal	1	0	0	GM 3188/2021	R$50.000,00	-	-	R$50.000,00
GO	521020	IPORÁ	Municipal	0	1	0	GM 3174/2021	-	R$34.000,00	-	R$34.000,00
GO	521040	ITABERAÍ	Municipal	1	0	1	GM 916/2022	R$50.000,00	-	R$6.000,00	R$56.000,00
GO	521800	PORANGATU	Municipal	1	0	0	GM 3174/2021	R$50.000,00	-	-	R$50.000,00
MA	211020	SANTA RITA	Municipal	0	0	1	GM 1938/2021	-	-	R$6.000,00	R$6.000,00
PB	251690	UIRAUNA (sede), BERNARDINO BATISTA e JOCA CLAUDINO	Municipal	0	0	1	GM 3174/2021	-	-	R$6.000,00	R$6.000,00
PE	261070	PAULISTA	Municipal	2	0	0	GM 3675/2021	R$100.000,00	-	-	R$100.000,00
PR	410550	CIANORTE	Municipal	1	0	1	GM 3547/2021	R$50.000,00	-	R$6.000,00	R$56.000,00
RS	430510	CAXIAS DO SUL	Municipal	0	0	1	PRC/GM 6/2017	-	-	R$6.000,00	R$6.000,00
SC	420700	IÇARA	Municipal	1	0	1	GM 3188/2021	R$50.000,00	-	R$6.000,00	R$56.000,00
SC	421190	PALHOÇA	Municipal	1	0	0	GM 3495/2020	R$50.000,00	-	-	R$50.000,00
SC	421930	VIDEIRA	Municipal	0	0	1	GM 3188/2021	-	-	R$6.000,00	R$6.000,00
SE	280030	ARACAJU	Municipal	3	0	1	GM 3174/2021	R$150.000,00	-	R$6.000,00	R$156.000,00
SP	350220	ANGATUBA	Municipal	0	1	0	GM 3495/2020	-	R$34.000,00	-	R$34.000,00
SP	351960	IBITINGA	Municipal	1	0	0	GM 3188/2021	R$50.000,00	-	-	R$50.000,00
SP	354530	SALTO DE PIRAPORA	Municipal	1	0	0	GM 3174/2021	R$50.000,00	-	-	R$50.000,00
TOTAL								R$1.000.000,00	R$68.000,00	R$60.000,00	R$1.128.000,00

ANEXO II - Meses sem dados no SISAB: Janeiro, Fevereiro e Março de 2022

UF	IBGE	MUNICÍPIO	PROPONENTE	EMAD I	EMAD II	EMAP	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	EMAD I	EMAD II	EMAP	VALOR TOTAL
BA	290070	ALAGOINHAS	Municipal	1	0	1	GM 3174/2021	R$50.000,00	-	R$6.000,00	R$ 56.000,00
GO	521000	INHUMAS	Municipal	1	0	1	PRC/GM 6/2017	R$50.000,00	-	R$6.000,00	R$ 56.000,00
GO	522040	SÃO SIMÃO	Municipal	0	1	1	GM 3675/2021	-	R$34.000,00	R$6.000,00	R$ 40.000,00
MA	210670	MIRADOR	Municipal	0	1	1	GM 3174/2021	-	R$34.000,00	R$6.000,00	R$ 40.000,00
MG	312430	ESPINOSA	Municipal	0	1	1	GM 3547/2021	-	R$34.000,00	R$6.000,00	R$ 40.000,00
MG	316940	TRÊS PONTAS	Municipal	1	0	0	GM 3675/2021	R$50.000,00	-	-	R$ 50.000,00
MT	510335	CONFRESA	Municipal	0	1	0	GM 1938/2021	-	R$34.000,00	-	R$ 34.000,00
PA	150470	MOJU	Municipal	1	0	0	GM 1938/2021	R$50.000,00	-	-	R$ 50.000,00
PB	250510	CUITE	Municipal	0	1	1	PRC/GM 6/2017	-	R$34.000,00	R$6.000,00	R$ 40.000,00
RJ	330395	PINHEIRAL	Municipal	0	1	1	PRC/GM 6/2017	-	R$34.000,00	R$6.000,00	R$ 40.000,00
RJ	330414	QUEIMADOS	Municipal	1	0	1	PRC/GM 6/2017	R$50.000,00	-	R$6.000,00	R$ 56.000,00
RN	240800	MOSSORO	Municipal	1	0	1	GM 15/2017	R$50.000,00	-	R$6.000,00	R$ 56.000,00
RS	431950	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	Municipal	0	1	0	GM 3188/2021	-	R$34.000,00	-	R$ 34.000,00
RS	432160	TRAMANDAI	Municipal	1	0	0	PRC/GM 6/2017	R$50.000,00	-	-	R$ 50.000,00
SC	421660	SÃO JOSÉ	Municipal	1	0	0	GM 3174/2021	R$50.000,00	-	-	R$ 50.000,00
SP	350400	ASSIS	Municipal	1	0	0	GM 3654/2019	R$50.000,00	-	-	R$ 50.000,00
SP	353430	ORLANDIA	Municipal	1	0	1	PRC/GM 6/2017	R$50.000,00	-	R$6.000,00	R$ 56.000,00
TOTAL								R$ 500.000,00	R$ 238.000,00	R$ 60.000,00	R$798.000,00

DESPACHO Nº 141, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 25000.130190/2019-38
Interessada: Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus/SP, CNPJ 61.617.908/0001-33.
Assunto: Cumprimento de decisão judicial. Recurso administrativo interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do pedido de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.

Decisão: À vista do que consta dos autos e da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 27924/DF (2021/0221173-2), em trâmite no Superior Tribunal de Justiça - STJ, adoto as razões de mérito e de fatos apresentadas na NOTA TÉCNICA Nº 17/2022-CGSUP/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas nos termos da NOTA n. 00990/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO n. 04751/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU, e do PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 01703/2022/PGU/AGU, e SUSPENDO, sub judice, os efeitos Despacho nº 109, de 5 de abril de 2021, reestabelecendo os efeitos da Portaria SAES/MS nº 1.276/2017.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

PORTARIA Nº 3.646, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma de Unidade Básica de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de reforma.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11211269000122006	19550005	399.985,00	399.985,00	10301501985810052
GO	PLANALTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTINA-GO	04394880000122005	40100001	149.994,00	149.994,00	10301501985810052
SP	REGISTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PM DE REGISTRO	11568304000122012	39460003	105.600,00	105.600,00	10301501985810035
TOTAL			3 PROPOSTAS			655.579,00	

PORTARIA GM/MS Nº 4.254, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Desabilita e habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, deduz e realoca recursos do Estado de Goiás e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Titulo X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico Grave, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, que habilita, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) a Estados e Municípios;

Considerando a regularização das pendências por parte dos estabelecimentos de saúde elencados no Anexo a esta Portaria, em atendimento ao disposto no art. 2º da Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022;

Considerando a redistribuição da habilitação de leitos de UTI adulto e pediátrico, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO, e aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite - CIB nº 179/2022 de 22 de agosto de 2022; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado e Municípios de Goiás, nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.142878/2022-66, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Ficam habilitados e regularizados, os leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo II desta Portaria

§ 1º Os leitos de que tratam os art. 1º e 2º, foram habilitados anteriormente, pela Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, com pendências atualmente sanadas, após aprovação de propostas inseridas no SAIPS pelo gestor.

§ 2º Os estabelecimentos de saúde poderão ser submetidos a avaliação pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, poderão ter os leitos desabilitados, com a dedução no teto de Média e Alta Complexidade (MAC), dos recursos financeiros repassados para esse custeio.

Art. 3º Ficam deduzidos e realocados no Teto MAC do Estado de Goiás e Municípios, os recursos referentes às desabilitações e habilitações tratadas nesta Portaria, conforme movimentação de recursos no Anexo III.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I - DESABILITAR									
IBGE	UF	NOME DO MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	GESTÃO DO ESTABELECIMENTO	Nº DE LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II ADULTO DESABILITADOS (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI ADULTO TIPO II REMANESCENTES (CÓD. 26.01)	VALOR CUSTEIO ANO A SER DEDUZIDO R$/ANO
520870	GO	GOIÂNIA	2338262	HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIAS DR VALDEMIRO CRUZ HUGO	ESTADUAL	57	8	49	R$ 1.576.800,00
522140	GO	TRINDADE	5095808	HOSPITAL ESTADUAL DE TRINDADE WALDA FERREIRA DOS SANTOS	ESTADUAL	10	10	0	R$ 1.971.000,00
521250	GO	LUZIÂNIA	2340194	HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA	ESTADUAL	10	3	7	R$ 591.300,00
TOTAL							21		R$ 4.139.100,00

ANEXO II - HABILITAR/REGULARIZAR

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº DE LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II ADULTO NOVOS (CÓD. 26.01)	TOTAL DE LEITOS UTI ADULTO TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.01)	Nº DE LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.03)	Nº DE LEITOS DE UTI TIPO II PEDIÁTRICA NOVOS (CÓD. 26.03)	TOTAL DE LEITOS UTI PEDIÁTRICA TIPO II HABILITADOS (CÓD. 26.03)	VALOR CUSTEIO ANO R$ (TRANSFERÊNCIA OU PERMANÊNCIA)	Nº PROPOSTA SAIPS
520140	GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA -HMAP	MUNICIPAL	27	1	28				R$ 197.100,00	160508
520870	GO	GOIANIA	7743068	HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIAS GOV OTÁVIO LAGE SIQUEIRA -HUGOL	ESTADUAL				20	10	30	R$ 1.971.000,00	159373
520540	GO	CERES	2337517	HOSPITAL ORTOPEDICO DE CERES	MUNICIPAL	0	10	10				R$ 1.971.000,00	160649
521250	GO	LUZIÂNIA	2340194	HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA	ESTADUAL	7	0	7				R$ 1.379.700,00	160229
TOTAL							11			10		R$ 5.518.800,00	

Anexo III - Movimentação de recursos no Teto MAC de acordo com a redistribuição das habilitações

IBGE	UF	Município	Gestão	Recursos incorporados pela Portaria 220/2022	Recursos incorporados ou deduzidos por meio desta Portaria	Recursos restantes no Teto MAC por efeito desta Portaria
520870	GO	GOIÂNIA	ESTADUAL	R$ 1.576.800,00	-R$ 1.576.800,00	R$ -
522140	GO	TRINDADE	ESTADUAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 1.971.000,00	R$ -
521250	GO	LUZIÂNIA	ESTADUAL	R$ 1.971.000,00	-R$ 591.300,00	R$ 1.379.700,00
520140	GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	MUNICIPAL	R$ -	R$ 197.100,00	R$ 197.100,00
520870	GO	GOIANIA	ESTADUAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
520540	GO	CERES	MUNICIPAL	R$ -	R$ 1.971.000,00	R$ 1.971.000,00
				R$ 5.518.800,00	R$ -	R$ 5.518.800,00

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.539, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cabo Frio.

CNPJ: 27.759.166/0001-42.

Município/UF: Cabo Frio/RJ.

Título do projeto: "Passos para o Futuro com Equoterapia".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.018668/2018-71.

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 506/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0029921450).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.541, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.037251/2021-11

Razão Social: FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA - HCFMRP-USP

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: Ribeirão Preto/SP.

DADOS DO PROJETO

Título do Projeto: Implantação do Centro Especializado de Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Cabeça e Pescoço.

Extrato do Projeto (Resumo): Implantar um centro especializado no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo que promova a melhoria e ampliação da assistência integral oferecida para a população atendida pelo SUS ao que tange a prevenção, diagnóstico precoce, incluindo-se o seu estadiamento, e o tratamento interdisciplinar mais apropriado aos casos de câncer de cabeça e pescoço, especialmente de boca, laringe e/ou faringe e tireoide visando a sobrevida, qualidade de vida, dignidade e a reinserção do paciente junto à sociedade.

Prazo de execução inicialmente aprovado: 24 (vinte e quatro) meses.

Valor inicialmente aprovado: R$ 7.351.394,45 (sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos)

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 7.897.854,45 (sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Fundamento Legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

DADOS DA ANÁLISE DO PROJETO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 1853/2022-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS (0030312669).

Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.

Valor aprovado da readequação: R$ 7.897.854,45 (sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 2º Revogar o inciso VII, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 540, de 16 de novembro de 2021, publicada no DOU nº 218, na data de 22 de novembro de 2021, Seção 1, página 207.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.543, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado dos Carajás-Pará

CNPJ: 07.396.687/0001-75

Município/UF: Eldorado dos Carajás/PA.

Título do projeto: "Vivências - práticas terapêuticas para a inclusão social"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.029273/2019-85

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 535/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0030302185).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 906, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Grupo de Educação e Estudos Oncológicos - GEEON, com sede em Fortaleza (CE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do 'Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 480/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.180425/2021-57, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Grupo de Educação e Estudos Oncológicos - GEEON, CNPJ nº 00.188.507/0001-10, com sede em Fortaleza (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de dezembro de 2021 a 20 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 907, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto Cravo, com sede em Uberaba (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do 'Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 477/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.170135/2021-03, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto Cravo, CNPJ nº 25.445.347/0001-79, com sede em Uberaba (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 908, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS do Instituto Beneficente Vale do São Francisco, com sede em Petrolândia (PE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 433/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.175619/2021-31, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Instituto Beneficente Vale do São Francisco, CNPJ nº 35.445.998/0001-12, com sede em Petrolândia (PE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 910, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Defere a Concessão do CEBAS da Fundação Abílio Alves Marques, com sede em Bebedouro (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 479/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.034746/2021-81, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, da Fundação Abílio Alves Marques, CNPJ nº 60.240.678/0001-73, com sede em Bebedouro (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (Três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 911, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação da Santa Casa de Misericórdia de Salto de Pirapora, com sede em Salto de Pirapora (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do 'Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 476/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.174710/2021-39, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação da Santa Casa de Misericórdia de Salto de Pirapora, CNPJ nº 50.807.833/0001-37, com sede em Salto de Pirapora (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de dezembro de 2021 a 13 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 915, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de tecidos e células.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica nº 47/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.065977/2022-17; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes (CET), resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 11 99 SP 12
I - denominação: Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência - Hospital BP
II - CNPJ: 61.599.908/0001-58
III - CNES: 2080575
IV - endereço: Rua Maestro Cardim, nº 769, Bairro: Liberdade, São Paulo/SP, CEP: 01.323-900.

Nº do SNT: 2 11 22 SP 01
I - denominação: Excimer Laser Vale do Paraíba LTDA - Hospital de Olhos do Vale
II - CNPJ: 04.291.010/0001-84
III - CNES: 3346072
IV - endereço: Rua Itajaí, nº 60, Bairro: Jardim Aquarius, São José dos Campos/SP, CEP: 12.246-858.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SERGIPE

Nº do SNT: 1 11 22 SE 01
I - responsável técnico: Celso de Souza Dias Júnior, oftalmologista, CRM 4940 - SE.

ESPÍRITO SANTO

Nº do SNT: 1 11 22 ES 02
I - responsável técnico: Laisa Gallon, oftalmologista, CRM 13815 - ES.

Nº do SNT: 1 11 22 ES 03
I - responsável técnico: Fabiano Cade Jorge, oftalmologista, CRM 8251 - ES.

Nº do SNT: 1 11 22 ES 04
I - responsável técnico: Rodolpho Sueiro Felippe, oftalmologista, CRM 10619 - ES.

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 11 22 SP 10
I - responsável técnico: Gustavo Gasparetto Bittar, oftalmologista, CRM 171189 - SP.
II - membro: Fabio Kenji Matsumoto, oftalmologista, CRM 156469 - SP.

Nº do SNT: 1 11 22 SP 11
I - responsável técnico: Giovanni Garotti, oftalmologista, CRM 183574 - SP.

Nº do SNT: 1 11 22 SP 12
I - responsável técnico: Adriano Biondi Monteiro Carneiro, oftalmologista, CRM 93970 - SP.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

PERNAMBUCO

Nº do SNT: 1 21 22 PE 02
I - responsável técnico: Monique Lima Martins Sampaio, cancerologista pediátrica, CRM 13843 - PE;
II - membro: Bruna Accioly Souto, pediatra, CRM 22526 - PE.

Art. 4º As autorizações concedidas por meio desta Portaria - aos estabelecimentos e equipes de saúde especializadas - terão validade de dois anos, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 92, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.092442/2022-19, 0030666777.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec relativa à proposta de incorporação da alfagalsidase para o tratamento da doença de Fabry clássica em pacientes a partir dos sete anos de idade, apresentada pela Takeda Pharma Ltda., nos autos do processo de NUP 25000.092442/2022-19. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da Conitec avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 168, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o crizotinibe para o tratamento, em primeira linha, de pacientes adultos com câncer de pulmão não pequenas células (CPNPC) avançado ALK+.

Ref.: 25000.028257/2022-71, 0030658064.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o crizotinibe para o tratamento, em primeira linha, de pacientes adultos com câncer de pulmão não pequenas células (CPNPC) avançado ALK+.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, as áreas técnicas terão o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar a oferta no SUS.

Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 169, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, os aminoácidos + análogos associados à dieta muito restritiva em proteínas para o tratamento de pacientes adultos com doença renal crônica em estágios 4 ou 5 pré-dialítico.

Ref.: 25000.069634/2022-21, 0030663734.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, os aminoácidos + análogos associados à dieta muito restritiva em proteínas para o tratamento de pacientes adultos com doença renal crônica em estágios 4 ou 5 pré-dialítico.

Art. 2º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 3º O relatório de recomendação da Conitec sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 170, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o letermovir para profilaxia de infecção e doença causadas pelo citomegalovírus (CMV) em adultos soropositivos para CMV (R+) receptores de transplante de células-tronco hematopoiéticas (TCTH) alogênico.

Ref.: 25000.049057/2022-51, 0030665424.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o letermovir para profilaxia de infecção e doença causadas pelo citomegalovírus (CMV) em adultos soropositivos para CMV (R+) receptores de transplante de células-tronco hematopoiéticas (TCTH) alogênico.

Art. 2º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 3º O relatório de recomendação da CONITEC sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 171, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de ampliar o uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, do Teste de Liberação de Interferon-gama (IGRA) para detecção de infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis em pacientes com doenças inflamatórias imunomediadas ou receptores de transplante de órgãos sólidos.

Ref.: 25000.016684/2021-25, 0030665290.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Ampliar o uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, do Teste de Liberação de Interferon-gama (IGRA) para detecção de infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis em pacientes com doenças inflamatórias imunomediadas ou receptores de transplante de órgãos sólidos.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, as áreas técnicas terão o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar a oferta no SUS.

Art. 3º O relatório de recomendação da Conitec sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PORTARIA SVS Nº 42, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022

Habilita o Centro de Referência Municipal em Saúde do Trabalhador - Cerest Municipal de Macapá, no município de Macapá, Estado do Amapá, sob Gestão municipal.

O Secretário de Vigilância em Saúde, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 17 do Decreto nº. 11.098, de 20 de Junho de 2022 resolve:

Art. 1º. Fica habilitado o Centro de Referência Municipal em Saúde do Trabalhador - Cerest Municipal de Macapá, sob Gestão Municipal, no município de Macapá/AP, descrito no anexo a esta Portaria, para realizar os procedimentos previstos no art. 14 da Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º. Os recursos orçamentários, objetos desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas de Trabalho: funcional programática 10.305.5023-20YJ.0001 - Plano Orçamentário (PO) 000f - PTRES 173188, relativo ao Incentivo de Habilitação no valor de R$ 50.000,00, em parcela única e liberados ao Fundo Municipal de Saúde de Macapá/AP/Bloco de Manutenção das Ações e Serviços de Saúde - Grupo Vigilância em Saúde - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Despesas Diversas e Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000, relativos aos repasses mensais, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, que serão incorporados por Portaria específica de Secretaria de Atenção Especializada - SAES/MS, após o funcionamento da Unidade.

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	DESCRIÇÂO	CÓDIGO DA HABILITAÇÃO	Incentivo (Parcela única) R$ 1,00	Repasse anual (R$ 1,00)	TOTAL (R$)
AP	1600303	MACAPÁ	MUNICIPAL	CEREST	82.39 - CEREST MUNICIPAL	50.000,00	360.0000,00	410.000,00

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS

PORTARIA SVS/MS Nº 43, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Prorroga, por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo fixado no art. 37º, inciso II da Portaria SVS/MS Nº 116 de 11 de fevereiro de 2019, relativo ao ano de 2021.

O SECRETÁRIO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo fixado no art. 37º, inciso II da Portaria SVS/MS Nº 116 de 11 de fevereiro de 2009, relativo ao ano de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GERÊNCIA-GERAL DE RECURSOS

ARESTO Nº 1.538, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Recursos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Sessão de Julgamento Ordinária - SJO n° 34 realizada no dia 7 de dezembro de 2022, com fundamento no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 56, inciso I, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e em conformidade com o art. 22 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA
GERENTE-GERAL

ANEXO

Recorrente: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 05.254.971/0001-81
Número do Processo: 25351.709497/2009-97
Expediente: 0677930/13-1
Área de origem: GGMED
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 200/2022 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: NATURALE INDUSTRIA LTDA.
CNPJ: 35.476.955/0001-02
Número do Processo: 25351.732223/2021-13
Expediente: 2942056/21-5
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.402/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: MIDAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. EPP
CNPJ: 10.468.322/0001-13
Número do Processo: 25351.704409/2021-82
Expediente: 3047071/21-4
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.403/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE DR. CHRISTÓVÃO DA GAMA
CNPJ: 57.482.903/0001-73
Número do Processo: 25351.792497/2021-61
Expediente: 3075346/21-5
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.404/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: AC COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
CNPJ: 07.415.554/0001-07
Número do Processo: 25351.099598/2021-60
Expediente: 3367666/21-6
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.406/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: EXELTIS LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA.
CNPJ: 19.136.432/0001-52
Número do Processo: 25351.012457/2021-41
Expediente: 3546639/21-1
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.409/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: EXELTIS LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA.
CNPJ: 19.136.432/0001-52
Número do Processo: 25351.800431/2021-52
Expediente: 3548637/21-6
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.410/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: EXELTIS LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA.
CNPJ: 19.136.432/0001-52
Número do Processo: 25351.012439/2021-69
Expediente: 3565635/21-2
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.411/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: DIESSICA JANAINA FERREIRA
CNPJ: 066.***.***-16
Número do Processo: 25351.226105/2011-69
Expediente: 1457930/16-8
Área de origem: GGFIS
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando aposição do relator descrita no Voto nº 643/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ROBERTO PINIZ GRACIA - ME
CNPJ: 10.379.213/0001-20
Número do Processo: 25351.310629/2015-78
Expediente: 2253932/19-8
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.237/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM. LTDA.
CNPJ: 60.872.306/0001-60
Número do Processo: 25351.703545/2014-65
Expediente: 0453832/18-3
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.239/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: FORTITECH SOUTH AMERICA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 00.558.202/0001-53
Número do Processo: 25767.141784/2014-16
Expediente: 2201275/16-3
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.165/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GOL LINHAS AEREAS S.A.
CNPJ: 07.575.651/0015-54
Número do Processo: 25750.754661/2014-09
Expediente: 2143136/17-1
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para afastar a penalidade de multa e aplicar advertência, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 962/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GOL LINHAS AEREAS S.A.
CNPJ: 07.575.651/0015-54
Número do Processo: 25750.756232/2014-32
Expediente: 2143172/17-8
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para afastar a penalidade de multa e aplicar advertência, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 963/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: NATUE COMERCIO E IMPORTACAO DE COSMETICOS E PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL LTDA.
CNPJ: 17.018.091/0001-95
Número do Processo: 25351.178177/2016-13
Expediente: 7061626/21-6
Área de origem: GGFIS
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.166/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ROTAL HOSPITALAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 00.086.231/0001-60
Número do Processo: 25351.784769/2011-92
Expediente: 2493915/16-3
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.236/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ALINUTRI REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.
CNPJ: 60.936.663/0022-79
Número do Processo: 25741.270062/2015-17
Expediente: 1508671/17-2
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 970/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 14.372.148/0001-61
Número do Processo: 25742.243804/2015-38
Expediente: 1402971/16-5
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 971/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI
CNPJ: 13.485.130/0001-03
Número do Processo: 25351.562412/2014-01
Expediente: 0047693/18-5
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 972/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: CLAREAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 02.818.890/0001-79
Número do Processo: 25749.230422/2014-33
Expediente: 2571478/16-3
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 961/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GFG COSMETICOS LTDA.
CNPJ: 55.572.044/0001-88
Número do Processo: 25351.747873/2013-97
Expediente: 2184507/17-7
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 964/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S.A.
CNPJ: 33.000.167/0001-01
Número do Processo: 25351.620282/2015-62
Expediente: 821928/17-1
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 968/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ: 33.000.167/1055-58
Número do Processo: 25351.594989/2015-03
Expediente: 1941951/17-1
Área de origem: GGPAF
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 978/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: RDSL SP FARMACIA LTDA.
CNPJ: 40.178.118/0002-00
Número do Processo: 25351.527007/2022-39
Expediente: 4278906/22-1
Área de origem: GGFIS
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por PERDA DE OBJETO em razão do exaurimento de finalidade, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.426/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: TRANSPORTADORA FAR LIFE LOGISTICA EXPRESS LTDA. - ME
CNPJ: 09.558.923/0001-38
Número do Processo: 25351.483880/2022-11
Expediente: 4276306/22-1
Área de origem: GGFIS
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.427/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: PH COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 44.779.242/0001-09
Número do Processo: 25351.089879/2022-95
Expediente: 4289492/22-3
Área de origem: GGFIS
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.428/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: PH COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 44.779.242/0001-09
Número do Processo: 25351.089995/2022-12
Expediente: 4289476/22-8
Área de origem: GGFIS
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.429/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: RAIA DROGASIL S.A.
CNPJ: 61.585.865/1662-03
Número do Processo: 25351.469430/2017-40
Expediente: 4294375/22-2

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.430/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JC FARMACIA LTDA.

CNPJ: 45.809.276/0001-53

Número do Processo: 25351.798879/2022-80

Expediente: 4295625/22-1

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.431/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: ALLY COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 45.692.632/0001-00

Número do Processo: 25351.519501/2022-20

Expediente: 4296204/22-8

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.432/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BY MEDICAL EIRELI

CNPJ: 20.319.809/0001-98

Número do Processo: 25351.047781/2022-61

Expediente: 4291456/22-1

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.433/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: UROMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 42.866.172/0001-92

Número do Processo: 25351.059904/2022-14

Expediente: 4296143/22-1

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.434/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BY MEDICAL EIRELI

CNPJ: 20.319.809/0001-98

Número do Processo: 25351.047613/2022-75

Expediente: 4296667/22-0

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.435/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BY MEDICAL EIRELI

CNPJ: 20.319.809/0001-98

Número do Processo: 25351.047872/2022-04

Expediente: 4296873/22-9

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.436/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: APUANA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 43.091.204/0001-98

Número do Processo: 25351.523687/2022-11

Expediente: 4297103/22-2

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.437/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: ANTONIO OLIVEIRA DO NASCIMENTO E CIA LTDA.

CNPJ: 32.513.708/0002-13

Número do Processo: 25351.519505/2022-16

Expediente: 4300619/22-1

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por PERDA DE OBJETO em razão do exaurimento de finalidade, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.438/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ: 61.585.865/0654-40

Número do Processo: 25351.332394/2013-15

Expediente: 4301543/22-8

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.439/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ: 61.585.865/0654-40

Número do Processo: 25351.332394/2013-15

Expediente: 4409225/22-7

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.440/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: J L CANDEIA PRODUTOS HOSPITALARES E LIMPEZA LTDA.

CNPJ: 18.467.630/0001-36

Número do Processo: 25351.525845/2022-78

Expediente: 4306805/22-1

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.441/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: TRANSPORTADORA SIDER LIMEIRA EIRELI

CNPJ: 00.020.682/0001-02

Número do Processo: 25351.483855/2022-29

Expediente: 4310223/22-2

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.442/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: PHARMEDIC PHARMACEUTICALS, IMPORTACAO, EXPORTACAO, DISTRIBUICAO, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

CNPJ: 07.453.785/0003-69

Número do Processo: 25351.593381/2020-61

Expediente: 4234937/22-3

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.348/2022- CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: PHARMEDIC PHARMACEUTICALS, IMPORTACAO, EXPORTACAO, DISTRIBUICAO, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

CNPJ: 07.453.785/0003-69

Número do Processo: 25351.593381/2020-61

Expediente: 4394396/22-1

Área de origem: GGFIS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.491/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: RESTAURANTE TRATTORIA GRILL LTDA.

CNPJ: 02.849.661/0001-11

Número do Processo: 25761.390272/2013-11

Expediente: 1426852/17-3

Área de origem: GGPAF

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.466/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: MTC MEDICAL COMERCIO INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS BIOMEDICOS LTDA.

CNPJ: 08.996.736/0001-73

Número do Processo: 25351.235176/2016-05

Expediente: 0711965/20-8

Área de origem: GGPAF

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.467/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: EMS SIGMA PHARMA LTDA.

CNPJ: 00.923.140/0001-31

Número do Processo: 25351.216676/2016-69

Expediente: 0658684/20-8

Área de origem: GGPAF

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.468/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA.

CNPJ: 17.562.075/0001-69

Número do Processo: 25351.331572/2014-88

Expediente: 0069204/18-2

Área de origem: GGPAF

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.470/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.

CNPJ: 44.734.671/0008-28

Número do Processo: 25351.455092/2014-31

Expediente: 0134729/18-2

Área de origem: GGPAF

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1.469/2022 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: SLIP QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 67.742.023/0001-42

Número do Processo: 25351.778588/2021-94

Expediente: 4494195/22-7

Área de origem: CCOSM/GHCOS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 382/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: MANUFATURA BRASILEIRA DE CHARUTOS DANNEMANN LTDA.

CNPJ: 15.231.251/0001-54

Número do Processo: 25351.215002/2019-61

Expediente: 4283576/22-1

Área de origem: GGTAB

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 383/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: RC PREMIUM COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELLI - EPP

CNPJ: 17.121.200/0001-03

Número do Processo: 25351.325630/2020-97

Expediente: 4282330/22-8

Área de origem: GGTAB

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 384/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. - ME

CNPJ: 26.185.222/0001-10

Número do Processo: 25351.350892/2020-90

Expediente: 4289887/22-8

Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 385/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. - ME

CNPJ: 26.185.222/0001-10

Número do Processo: 25351.351137/2020-22

Expediente: 4289840/22-1

Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 385/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: ALLIERBRASIL AGRO LTDA.

CNPJ: 02.850.049/0001-69

Número do Processo: 25351.101581/1202-00

Expediente: 4296277/22-7

Área de origem: GGTOX

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 386/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES -ME

CNPJ: 19.955.895/0001-46

Número do Processo: 25351.120091/2022-63

Expediente: 4296478/22-2

Área de origem: GGTAB

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 387/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES -ME

CNPJ: 19.955.895/0001-46

Número do Processo: 25351.120093/2022-52

Expediente: 4296319/22-1

Área de origem: GGTAB

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 388/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.

CNPJ: 41.030.268/0001-53

Número do Processo: 25351.694363/2022-67

Expediente: 4294230/22-3

Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 389/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: AVENCA INDÚSTRIA COSMÉTICA EIRELI
CNPJ: 17.910.635/0001-29
Número do Processo: 25351.115597/2022-51
Expediente: 4290331/22-0
Área de origem: CCOSM/GHCOS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 390/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 41.030.268/0001-53
Número do Processo: 25351.694363/2022-67
Expediente: 4278017/22-7
Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 389/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 41.030.268/0001-53
Número do Processo: 25351.694366/2022-09
Expediente: 4278075/22-7
Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 391/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 41.030.268/0001-53
Número do Processo: 25351.694369/2022-34
Expediente: 4278110/22-7
Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 392/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 41.030.268/0001-53
Número do Processo: 25351.694371/2022-11
Expediente: 4278125/22-4
Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 393/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 41.030.268/0001-53
Número do Processo: 25351.694364/2022-10
Expediente: 4278027/22-2
Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 395/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 41.030.268/0001-53
Número do Processo: 25351.694365/2022-56
Expediente: 4278047/22-3
Área de origem: GGTPS

Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 396/2022 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 764, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB).

Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VI, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Resolução, conforme deliberado em reunião realizada em 7 de dezembro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Ficam incluídas as Denominações Comuns Brasileiras (DCB) relacionadas no Anexo I, à lista de DCB aprovada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 469, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I - DENOMINAÇÕES INCLUÍDAS À LISTA DE DCB

Item	Nº DCB	DENOMINAÇÃO COMUM BRASILEIRA	CAS
1	12715	alfaonfiloctocogue	2249927-58-8
2	12716	nirsevimabe	1989556-22-0
3	12717	talquetamabe	2226212-40-2
4	12718	fluorbutinilmetiltroparil (18 F)	1192248-77-3

2ª DIRETORIA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.013, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Amivantamambe / Lazertinibe
102/2020
25351.100694/2021-68 4552983/22-3
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
PFIZER BRASIL LTDA - 61.072.393/0001-33
Nirmatrelvir / Ritonavir
72/2021
25351.324818/2022-80 4597830/22-1
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
RO7247669
71/2022
25351.292467/2022-31 4539942/22-5
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
Tezepelumabe
37/2018
25351.304949/2022-41 4560087/22-2
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos
25351.304949/2022-41 4712885/22-2
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
CICLOSSILICATO DE ZIRCÔNIO SÓDICO
01/2019
25351.265207/2022-92 4507292/22-2
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.014, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação das petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, por decurso de prazo (art. 36, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 09/2015 e art. 36-A, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 573/2021), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
DI
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
Remibrutinibe
06/2022
25351.432960/2021-19 4611131/22-0
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
ELI LILLY DO BRASIL LTDA - 43.940.618/0001-44
Inlunestranto (LY3484356)
85/2021
25351.330162/2022-34 4607157/22-1
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
25351.469432/2021-15 4644685/22-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
WCT Serviços de Pesquisa Clínica LTDA. - 11.334.242/0001-38
Hidroxipropil-β-ciclodextrina
49/2022
25351.500197/2022-47 4592798/22-7
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.012, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: APSEN FARMACEUTICA S/A - CNPJ: 62.462.015/0001-29
Produto - Apresentação (Lote): UNOPROST - 4 MG COM CT 2 BL AL PLAS INC X 15 (20100099; 20100100; 20100399; 20110114; 20110277; 20110278; 21020035; 21030157; 21030195; 21030391; 21040442; 21050014; 21050548; 21060345; 21060346; 21070283; 21070292; 21010208; 21050454; 21010081);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 5003187/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Comprovação da fabricação dos lotes dos medicamentos supracitados, com utilização de excipientes que passaram pela empresa prestadora de serviços Micro Service Indústria Química Ltda., onde verificou-se descumprimento de requisitos mínimos de Boas Práticas de Fabricação, que culminaram na interdição do estabelecimento pela possibilidade de contaminação e contaminação cruzada. Esta medida preventiva está fundamentada nos art. 6º e 7º da Lei 6.360/1976 e na RDC nº 625/2022.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.999, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA / 10.983.327/0001-84
25351.643387/2009-44 / 8057941
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 2673314225
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Ofício nº 17823/2022 da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás e não cumprimento da Notificação de Exigência nº 2673343/22-9.

LABORATORIO E INDUSTRIA FARMACEUTICA SORAFAR LTDA / 20.434.262/0001-71
1011792 / 1026234
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 5018590220
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

DERMAROMA COSMÉTICOS E MEDICAMENTOS NATURAIS LTDA / 23.171.580/0001-85
25000.012383/87 / 2014391
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 5014650225
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

GUMMER INDS FTCAS SA / 17.164.765/0001-60
250000273777 / 1000364
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 5016905220
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

LABORATORIO FARMACEUTICO TUTANGIR LTDA / 19.009.372/0001-07
250000469277 / 1005330
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 5019209224
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

LABORATORIO FARMACEUTICO FARIA LTDA / 21.574.181/0001-30
250000476591 / 1202677
70787 - AE - Cancelamento de Ofício de Autorização Especial / 5019177222
250000653981 / 1201261
70787 - AE - Cancelamento de Ofício de Autorização Especial / 5019134229
25991.003252/78 / 1005418
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 5019074221
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

DERMAROMA COSMÉTICOS E MEDICAMENTOS NATURAIS LTDA / 23.171.580/0001-85
0825791 / 1020535
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 5016821225
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

ALFREDO DE CARVALHO LABS LTDA / 20.598.074/0001-89
250000318677 / 1004105
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 5014600229
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.000, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SONELTA MASTERPHARMA LTDA / 38.351.833/0002-50
25351.418225/2021-01 / 7804485
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4386850228

RODRIGUES BONATTI & CREMONESI LTDA - ME / 13.936.742/0002-56
25351.489548/2016-11 / 7487483
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4468204222

ARRUDA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 21.857.135/0001-48
25351.228725/2015-13 / 3064084
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4394393221

P A DE SOUZA FACANHA EIRELI / 26.618.976/0001-16
25351.758839/2021-14 / 7825099
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4395832220

VIANA & RIBEIRO DROGARIA LTDA / 38.503.255/0001-40
25351.188875/2021-16 / 7792072
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4538643229

AM CIANORTE DISTRIBUIDORA LTDA / 43.603.551/0001-52
25351.723456/2021-25 / 7859359
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4540108220

WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA / 03.852.972/0039-75
25757.415933/2014-26 / 9067213
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4477601221

MEDALHA MILAGROSA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 30.891.579/0001-90
25351.380144/2020-31 / 7765632
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4561595221

DEISE GRAEFF SERVICOS FARMACEUTICOS EIRELI / 31.071.308/0001-51
25351.036157/2019-32 / 7633041
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4544818223

DROGARIA LIMA MATTOS EIRELI / 41.601.296/0001-83
25351.365120/2021-33 / 7802072
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4544665222

J A DE MELO - ME / 43.363.815/0001-48
25351.074069/2022-34 / 7878632
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4530081222
---
l&f suprimentos médicos e odontológicos ltda / 36.890.653/0001-30
25351.315765/2020-44 / 8210939
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4498007221

DROGARIA SILVEIRA DE JUIZ DE FORA LTDA / 20.296.586/0001-90
25351.457624/2014-50 / 7255891
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4485561223
---
farmacia cantele ltda / 07.675.626/0002-28
25351.283825/2020-52 / 7760237
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4503921226

FACILITA DROGARIA EIRELI / 21.522.591/0001-37
25351.371679/2015-54 / 7396442
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4485363227

K1 MED INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA / 26.390.752/0001-08
25351.277793/2020-56 / 8209885
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4395131221

ISABEL CRISTINA WELTER BOCHARD - ME / 22.379.780/0001-65
25351.474981/2015-63 / 7406868
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4439542226

BEBIDAS POTY LTDA / 55.223.127/0001-61
25351.344073/2005-74 / 3034041
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4521257224

DROGARIA MARANHAO EIRELI - ME / 28.962.606/0001-27
25351.005570/2018-74 / 7568404
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4434156223

WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA / 03.852.972/0039-75
25757.415850/2014-78 / 9067231
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4477665229
25757.415931/2014-78 / 9067258
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4477694229

AGILENT tECHNOLOGIES bRASIL lTDA / 03.290.250/0007-97
25351.166889/2016-80 / 8138449
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4445869228

NV & GS MEDICAMENTOS LTDA / 08.831.172/0001-19
25351.450977/2008-81 / 0551967
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4472808225

ALESSANDRA ROSARIO WEBSTER DE LIMA / 38.310.697/0001-70
25351.389726/2020-83 / 7763680
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4406844221

DROGARIA SAO SEBASTIAO GOMES LTDA / 45.805.179/0001-92
25351.271647/2022-89 / 7896375
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4508832222

PROMEDON RIO DE JANEIRO PRODUTOS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA. / 09.138.304/0001-94
25351.515939/2010-90 / 8067431
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4428460228
---
cássia rosa estevam rodrigues m.e / 14.851.233/0001-02
25351.490883/2014-92 / 7367708
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4493800224

DROGRARIA MENINO DEUS LTDA / 73.607.509/0003-32
25351.324216/2014-97 / 7197171
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4529522221

PHARMASCIENCE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI / 25.773.037/0002-64
25351.035195/2018-97 / 8161939
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4475490227

LEVVIALE INDÚSTRIA DE INSUMOS FARMACÊUTICOS LTDA / 02.769.512/0001-42
25351.005368/00-05 / 1047522
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4397613222

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.001, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA / 03.852.972/0039-75
25757.415875/2014-47 / 9067227
70809 - AE - CANCELAMENTO - AUTORIZAÇÃO ESPECIAL / 4477622228

NAYARA EUGENIA GOMES EIRELI / 15.987.061/0001-61
25351.467469/2014-80 / 1114936
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4514228229

FORMULARIUM FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 26.404.756/0002-70
25000.030711/99-71 / 1346551
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4395686226

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.002, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ESSÊNCIA HOSPITALAR LTDA / 35.153.207/0001-80
25351.488552/2022-01 / 1283231
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4890393226

BSB - DF Transportes de Cargas Ltda / 08.944.556/0006-52
25351.469785/2022-04 / 1283304
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4860673221

ELIANE ANDRADE FERREIRA DEMENEGHI / 05.554.974/0001-30
25351.474016/2022-10 / 1282850
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4868483220

G LEMOS MOTA COMERCIO / 18.929.618/0001-04
25351.484210/2022-11 / 1283140
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4883621227

TAVE SALVADOR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.328.313/0001-50
25351.549178/2022-19 / 1283275
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4907910227

HOSPGYN HOSPITALAR LTDA / 43.239.945/0001-73
25351.467572/2022-30 / 1283289
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4856694227

RESERVA ANIMAL FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 13.775.400/0001-10
25351.538330/2022-38 / 1283258
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4905157221

LIVETRANS TRANSPORTES LTDA / 11.189.176/0001-50
25351.488514/2022-40 / 1283227
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4890349227

ALPHALIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 45.515.857/0001-82
25351.483788/2022-42 / 1283119
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4883400221

RS FARMACIA MAGISTRAL LTDA / 35.095.167/0001-68
25351.476640/2022-51 / 1282829
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4872796222

MULTI FORMULAS MANIPULACAO DE LIVRAMENTO LTDA / 41.976.633/0001-17
25351.474019/2022-53 / 1282801
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4868492229

ABMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 41.245.148/0001-73
25351.475943/2022-57 / 1283080
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4871320227

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI / 25.279.552/0001-01
25351.487628/2022-72 / 1283200
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4888991227

BRUNA GRAZIELA CHERUBINI DE SOUZA ME / 40.156.977/0001-17
25351.474015/2022-75 / 1282790
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4868480225

Transportadora Americana Ltda / 43.244.631/0057-13
25351.464406/2022-81 / 1283001
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4851322224

W L DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA / 46.016.965/0001-73
25351.468016/2022-81 / 1283076
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4857156229

OPR LOGISTICA PONTUAL LTDA / 02.017.835/0008-56
25351.467132/2022-82 / 1283031
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4856253221
---
floratta Essencia farmacia homeopatia manipulação Ltda ME / 11.824.622/0001-50
25351.474020/2022-88 / 1282815
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4868495223

DHL EXPRESS (BRAZIL) LTDA / 58.890.252/0012-76
25351.464281/2022-90 / 1282999
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4851189222

DPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA / 44.132.734/0001-08
25351.485338/2022-94 / 1283198
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4884679229

QUARTIMED HOSPITALAR LTDA / 39.774.113/0001-80
25351.419717/2022-96 / 1283261
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4771486221

INVICTA TRANSPORTES LTDA / 08.594.292/0001-40
25351.484461/2022-98 / 1283167
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4883870227

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.003, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PRIMECARE COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 32.481.041/0001-33
25351.508551/2021-09 / 1256133
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4851674228

LABORATORIOS FERRING LTDA / 74.232.034/0004-90
25351.757816/2015-11 / 1149747
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4851386222

CENTRO DE SOLUÇÕES ANALÍTICAS EIRELI / 28.900.799/0001-91
25351.337565/2019-17 / 1191989
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4884413229

N R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 03.322.655/0002-55
25351.070140/2021-29 / 1250985
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4884420225

ALMEIDA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME / 17.035.133/0001-04
25351.010430/2016-74 / 1154170
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4856418220

D.ARAUJO COMERCIO ATACADISTA LTDA / 23.680.034/0001-70
25351.713733/2018-96 / 1182290
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4903951227

VITAL HOSPITALAR COMERCIAL LTDA / 61.610.283/0001-88
25000.030484/98-20 / 1204511
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4789250229

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.004, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BRIATO COMERCIO MEDICO-HOSPITALAR E SERVIÇOS EIRELI EPP / 03.321.370/0001-19
25351.485537/2022-01 / 3117803
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4884885228

DROGARIA MONJOLOS XAVIER LTDA / 46.264.432/0001-00
25351.471153/2022-01 / 7944582
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862274225

BRIATO COMERCIO MEDICO-HOSPITALAR E SERVIÇOS EIRELI EPP / 03.321.370/0001-19
25351.486354/2022-02 / 4051213
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885670225

GALERIA FARMA LTDA / 46.284.510/0001-39
25351.553566/2022-02 / 7944778
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910417229

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0709-73
25351.471160/2022-02 / 7944611
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862292223

AGAPE COMERCIO DE ARTIGOS PARA SAUDE E BEM ESTAR LTDA / 13.105.099/0001-38
25351.488513/2022-03 / 8259171
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4890348221

ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA / 27.455.068/0001-11
25351.485985/2022-04 / 3117848
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885305225

CARLOS M. DOS S. COSTA LTDA / 45.582.413/0002-40
25351.553573/2022-04 / 7944811
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910436225

DROGANEWS DE NILOPOLIS LTDA / 47.858.739/0001-00
25351.473922/2022-05 / 7944660
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868190223

R COUTO MAIA LTDA / 04.959.006/0001-41
25351.464508/2022-05 / 3117709

737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4851432224

FARMACIA ANTAKI LTDA / 48.322.308/0001-80
25351.478568/2022-05 / 7944258
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875507229

DROGARIA C L P LTDA / 46.432.131/0001-49
25351.538271/2022-06 / 7945071
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4904977221

H R S LEAL LTDA / 36.377.237/0001-33
25351.556983/2022-07 / 7945041
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916669227

R COUTO MAIA LTDA / 04.959.006/0001-41
25351.464434/2022-07 / 4051105
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4851350228

FARMACIA SANTA CECILIA LTDA / 42.006.924/0001-45
25351.478575/2022-07 / 7944304
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875528221
---
jl comercio farmaceutico ltda / 45.665.168/0001-54
25351.473947/2022-09 / 7943971
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868262224

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3030-57
25351.478582/2022-09 / 7944366
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875549224

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0353-80
25351.471146/2022-09 / 7944521
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862253222

FARMÁCIA MAIS SAÚDE LTDA. / 46.798.788/0001-24
25351.473945/2022-10 / 7943954
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868256220

INVICTA TRANSPORTES LTDA / 08.594.292/0001-40
25351.486294/2022-10 / 3117817
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885625220

DROGARIA GAMA LTDA / 48.270.297/0001-31
25351.478580/2022-10 / 7944349
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875543225

RENATA CAMPOS SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 47.279.057/0001-35
25351.472234/2022-10 / 7944656
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4865865221

DROGARIA MODENA LTDA / 28.525.600/0017-50
25351.538278/2022-10 / 7945159
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4904998224

NER FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 45.310.344/0001-35
25351.473936/2022-11 / 7943508
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868229222

KRAUSE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 46.479.554/0001-14
25351.473952/2022-11 / 7944014
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868298225

CASSIA MAGALI DE ALCANTARA SILVA EIRELI / 21.500.919/0001-14
25351.464511/2022-11 / 3117712
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4851435223

BEAUTIFUL DISTRIBUIDORA LTDA / 46.984.465/0001-25
25351.486248/2022-11 / 3117851
735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885578221

ALPHALIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 45.515.857/0001-82
25351.486507/2022-11 / 1283093
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885830222

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0267-13
25351.544116/2022-11 / 7945176
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4906755229

RIVANDO ALVES DA SILVA 16117107404 / 15.640.448/0001-47
25351.553557/2022-11 / 7944720
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910390223

DROGARIA FARMALAR LTDA / 46.350.256/0001-20
25351.473943/2022-12 / 7943573
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868250221

DROGAMIL LTDA / 48.158.866/0001-51
25351.476616/2022-12 / 7944093
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4872704221

INVICTA TRANSPORTES LTDA / 08.594.292/0001-40
25351.486174/2022-12 / 4051292
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885496225

FARMACIA ELISFARMA LTDA / 47.941.717/0001-00
25351.478589/2022-12 / 7944426
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875572229

MAFFINI COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 28.616.109/0001-77
25351.442431/2022-12 / 3117791
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4813035221

ASANORTE AGENCIAMENTO E TRANSPORTE DE CARGAS LTDA / 05.162.967/0001-93
25351.488568/2022-13 / 1283244
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4890410228

HOSPGYN HOSPITALAR LTDA / 43.239.945/0001-73
25351.467093/2022-13 / 3117730
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856211226

DROGA MILLE TERRA BRASILEIRA LTDA / 48.130.979/0001-49
25351.473950/2022-14 / 7943999
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868271223

Drogaria Bem Farma LTDA - ME / 45.728.880/0001-55
25351.556967/2022-14 / 7944946
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916613221

DROGA STAR LTDA / 44.078.138/0001-89
25351.478559/2022-14 / 7944213
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875480223

INVICTA TRANSPORTES LTDA / 08.594.292/0001-40
25351.485687/2022-14 / 8259123
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4885022223

LENE PHARMA LTDA / 46.414.028/0001-76
25351.553555/2022-14 / 7944702
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910384229

J PAULI TRANSPORTES LTDA / 95.402.921/0001-97
25351.464913/2022-15 / 3117726
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4851837224

JOSELIA C. ROCHA & LARISSA R.R.A. PORTELA LTDA / 45.617.623/0001-46
25351.553571/2022-15 / 7944807
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910430226
---
itfarma ouro preto do oeste comercio de medicamentos ltda / 45.803.784/0002-05
25351.556974/2022-16 / 7944981
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916628220

Opto Medica Equipamentos LTDA / 05.878.982/0001-32
25351.486232/2022-16 / 8259259
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4885562228

DROGARIA ATRAÇÃO DE IRAJÁ LTDA / 46.959.509/0001-67
25351.478566/2022-16 / 7944059
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875501220

LE&LEO COMERCIO MED LTDA / 48.378.730/0001-57
25351.478557/2022-17 / 7944198
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875474229

INOVA FARMA I LR LTDA / 43.067.555/0001-63
25351.473938/2022-18 / 7943539
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868235227

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0387-20
25351.478573/2022-18 / 7944289
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875522222

W L DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA / 46.016.965/0001-73
25351.468114/2022-18 / 4051167
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4857258226

TUPAN SAUDE CENTER LTDA / 10.647.227/0003-49
25351.469654/2022-19 / 8259228
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4860525221

IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0215-08
25351.478645/2022-19 / 7944076
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875745224

Ficol Comércio Atacadista de Produtos Laboratoriais e Hospitalares LTDA / 21.949.316/0001-02
25351.485692/2022-19 / 8259137
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4885027225

ICDS DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 38.139.019/0001-96
25351.473927/2022-20 / 7943421
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868205225

MAXPHARMA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 17.943.685/0002-93
25351.556970/2022-20 / 7944963
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916619221

DROGARIA SANMED LTDA ME / 47.753.916/0001-86
25351.478562/2022-20 / 7944244
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875489227

INSPIRA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA / 47.810.738/0001-88
25351.468176/2022-20 / 3117834
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4857324229

MR FARMA PRODUTOS FARMACEDUTICOS LTDA / 44.824.261/0001-00
25351.473934/2022-21 / 7943479
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868223223

CPS COMERCIAL DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS IMPPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 11.119.750/0001-01
25351.469821/2022-21 / 1283028
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4860712226

DPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA / 44.132.734/0001-08
25351.484979/2022-21 / 1283184
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4884416228

JOSÉ RENATO SOARES TAVARES / 22.358.115/0001-95
25351.538276/2022-21 / 7945131
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4904992225

OXI Industria e Comercio de Produtos para Saude ltda / 41.336.366/0001-13
25351.467327/2022-22 / 8259029
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4856460226

SL MEDICAMENTOS PARACURU LTDA / 47.384.362/0001-97
25351.473941/2022-23 / 7943560
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868244226
---
farmacia h natural ltda / 45.806.188/0001-06
25351.478587/2022-23 / 7944409
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875566224

PEREIRA E CIRQUEIRA FARMACIA LTDA / 37.281.545/0001-23
25351.553546/2022-23 / 7945236
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910357221

OPR LOGISTICA PONTUAL LTDA / 02.017.835/0008-56
25351.467038/2022-23 / 8259001
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4856150227

INSPIRA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA / 47.810.738/0001-88
25351.467461/2022-23 / 8259214
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4856597221

HOSPGYN HOSPITALAR LTDA / 43.239.945/0001-73
25351.467091/2022-24 / 1283059
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856209221

DROGARIA MAIS POR MENOS CURICICA LTDA / 46.769.269/0001-38
25351.478594/2022-25 / 7944474
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875587227

AGUIAR FARMA LTDA / 43.390.416/0004-19
25351.553553/2022-25 / 7945298
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910378224

DROGARIA RIO SUL LTDA / 48.198.082/0001-57
25351.471158/2022-25 / 7944608
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862289223

DROGARIA POPULAR ALVES MEDS LTDA / 46.951.064/0001-79
25351.465055/2022-26 / 7944488
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4852006223

ALPHALIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 45.515.857/0001-82
25351.484305/2022-27 / 4051244
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4883719227

MESQUITA FARMA LTDA / 47.935.237/0001-28
25351.553560/2022-27 / 7944747
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910399227

HIONA CRISTINA DE SOUZA COMERCIO / 45.529.236/0001-58
25351.556963/2022-28 / 7944929
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916604222

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3059-39
25351.478555/2022-28 / 7944171
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875468224

LIVETRANS TRANSPORTES LTDA / 11.189.176/0001-50
25351.488518/2022-28 / 3117821
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4890356223

BOLLIMP COMEDE EMBALAGENS, DESC E PREST DE SER DE LIMP E HIGIENIZACAO LTDA / 05.535.945/0002-02
25351.478345/2022-30 / 8259141
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4874895221

IR FARMACIA E SAUDE LTDA / 46.405.978/0001-34
25351.473925/2022-31 / 7944691
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868199227

E A DA SILVA DROGARIA KANANDA LTDA / 47.422.448/0001-67
25351.478560/2022-31 / 7944227
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875483228

LIMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA (FARMACIA LIMA) / 47.718.596/0001-23
25351.538274/2022-31 / 7945114
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4904986221

FARMACIAS FARMAPAULO LTDA / 00.477.061/0036-74
25351.473932/2022-32 / 7943465
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868217229

MGM COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 46.295.124/0001-42
25351.478578/2022-32 / 7944321
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875537221

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3056-96
25351.478585/2022-34 / 7944397
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875559221

MHL DROGARIA S.A / 09.396.401/0033-64
25351.553544/2022-34 / 7945222
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910351222

DROGAMAIS FARMACIA LTDA / 46.750.693/0001-30
25351.471149/2022-34 / 7944551
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862262221

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0278-76
25351.478592/2022-36 / 7944457
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875581228

COELHO FARMA LTDA / 47.157.368/0001-21
25351.553551/2022-36 / 7945271
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910372225

J N DA SILVA FARMACIA / 42.845.686/0001-61
25351.471156/2022-36 / 7944596
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862283224

W L DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA / 46.016.965/0001-73
25351.468015/2022-36 / 1283062
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4857155222

DROGARIA MAG LTDA / 18.648.312/0001-71
25351.556954/2022-37 / 7944855
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916577221

LIVETRANS TRANSPORTES LTDA / 11.189.176/0001-50
25351.488509/2022-37 / 1283213
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4890343229

ARTEMIS OFICINA ORTOPEDICA LTDA / 32.891.198/0001-37
25351.452903/2022-37 / 8259050
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4831717223

ONE MEDICAL LTDA / 44.045.877/0001-74
25351.467420/2022-37 / 8259201
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4856554221

MAIS AMIGA FARMA LTDA / 42.273.327/0002-68
25351.553569/2022-38 / 7944795
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910427226

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0715-11
25351.556961/2022-39 / 7944901
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916598224
---
ciencia magistral costa azul / 42.452.074/0001-09
25351.478553/2022-39 / 7944153
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875462225

AUGUSTO E GOMES COMERCIO FARMACEUTICOS LTDA / 47.174.058/0001-15
25351.478551/2022-40 / 7944136
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875456221

DROGARIA PODE FARMA LTDA / 16.861.735/0001-40
25351.448806/2022-40 / 7944869
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4825064223

BIG FARMA LTDA / 47.278.149/0001-09
25351.473923/2022-41 / 7944673
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868193228

DROGARIA SAUDE FARMA LTDA / 48.285.650/0001-57
25351.556977/2022-41 / 7945006
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916634224

J PAULI TRANSPORTES LTDA / 95.402.921/0001-97
25351.464989/2022-41 / 4051122
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4851902221

FERNANDEZ COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS SA / 93.641.710/0074-37
25351.478569/2022-41 / 7944261
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875510229

DROGARIA LL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 48.392.616/0001-81
25351.538272/2022-42 / 7945099
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4904980221

PEDRO CORDEIRO DOS SANTOS / 07.381.432/0001-39
25351.556984/2022-43 / 7945054
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916672227

PERGORARO PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 45.254.868/0001-56
25351.464876/2022-45 / 4051136
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4851798229

Dental RM comercio de produtos odontologicos ltda / 35.691.792/0001-72
25351.393596/2022-45 / 8259199
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4725147222

MIRANDA RIBEIRO FARMACIA LTDA / 42.687.944/0001-29
25351.478583/2022-45 / 7944370
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875552224

DROGARIA CARMEL LTDA / 48.281.608/0001-68
25351.471147/2022-45 / 7944534
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862256227

MAICOM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 02.496.525/0001-95
25351.465044/2022-46 / 4051140
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4851964226

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0726-74
25351.473955/2022-47 / 7944031
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868307228

DROGA SANTOS DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 42.903.917/0001-46
25351.478590/2022-47 / 7944430
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875575223

IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0216-80
25351.478706/2022-48 / 7944080
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875955224

SUN MEDICAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 46.925.917/0001-06
25351.446855/2022-48 / 8259077
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4820720228

VYP DO BRASIL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA. / 43.935.458/0001-45
25351.483629/2022-48 / 1283105
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4883234223

INVICTA TRANSPORTES LTDA / 08.594.292/0001-40
25351.484196/2022-48 / 1283122
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4883607224

DROGA ALVES MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 45.955.383/0002-70
25351.471161/2022-49 / 7944625
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862295228

G LEMOS MOTA COMERCIO / 18.929.618/0001-04
25351.484733/2022-50 / 1283136
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4884175221

FARMACIAS TOUREIROFARMA LTDA / 47.093.966/0005-08
25351.553565/2022-50 / 7944764
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910414224

MANSO E COSTA LTDA / 17.798.934/0001-13
25351.556968/2022-51 / 7944950
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916616226

FPB MAE DO RIO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 46.247.163/0001-74
25351.556975/2022-52 / 7944994
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916631220

A K E MONTEIRO ME / 10.545.301/0001-54
25351.478567/2022-52 / 7943403
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875504224

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1386-92
25351.473939/2022-54 / 7943542
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868238221
---
vitoria soares freire drogaria ltda / 48.362.427/0001-66
25351.556982/2022-54 / 7945037
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916666222

HMM1 DROGARIAS LTDA / 47.570.329/0001-51
25351.478574/2022-54 / 7944292
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875525227

VITA SOLUCOES EM ENGENHARIA CLINICA LTDA / 45.517.180/0001-11
25351.488590/2022-55 / 8259185
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4890432221

HANS DOUGLAS DE OLIVEIRA / 33.114.875/0001-73
25351.473946/2022-56 / 7943968
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868259224

KSE COMERCIAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI / 18.342.362/0001-26
25351.393594/2022-56 / 4050910
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4725142221

SKYMED DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 38.310.119/0001-33
25351.469671/2022-56 / 1283292
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4860545222

BATISTA DROGARIAS LTDA / 31.772.888/0001-04
25351.478581/2022-56 / 7944352
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875546220

MINAS MED HOSPITALAR LTDA / 44.875.316/0001-00
25351.485529/2022-56 / 8259231
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4884875222

MEDICAMENTOS MAIS SAUDE LTDA / 47.291.123/0001-92
25351.471145/2022-56 / 7944517
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862250228

S ALVES DO NASCIMENTO DROGARIA LTDA / 46.972.680/0001-06
25351.473953/2022-58 / 7944028
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868301229

SOUZA E ROCHA MEDICAMENTOS LTDA / 48.114.076/0001-74
25351.556735/2022-58 / 7944841
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4915991227

FARMA LIDER LTDA / 47.585.045/0001-39
25351.476626/2022-58 / 7944119
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4872778224

ALPHALIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 45.515.857/0001-82
25351.486508/2022-58 / 3117761
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885831229

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3103-47
25351.553558/2022-58 / 7944733
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910393228

FARMA TEM DROGARIA LTDA / 27.859.705/0003-87
25351.471152/2022-58 / 7944579
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862271221

ALPHALIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 45.515.857/0001-82
25351.484275/2022-59 / 8259094
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4883689221

DROGARIA MENOR PRECO SOROCABA CENTRO LTDA / 46.978.164/0001-99
25351.556959/2022-60 / 7944890
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916592225

PIAUILINO SANTOS E CIA LTDA / 37.827.258/0001-76
25351.549073/2022-60 / 7945180
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4907892225

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1178-05
25351.556966/2022-61 / 7944932
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916610227

DIANA FREITAS D ALMEIDA / 46.068.336/0001-97
25351.485975/2022-61 / 4051366
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4885275229

DIONEIA MARIA DE MORAIS / 44.664.745/0001-20
25351.478558/2022-61 / 7944200
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875477223

DROGA WILLIAMS COMPANHIA 6 LTDA / 44.286.077/0001-45
25351.420091/2022-61 / 7945193
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4772134221

LIVETRANS TRANSPORTES LTDA / 11.189.176/0001-50
25351.488510/2022-61 / 4051318
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4890344225

ALM MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 45.946.673/0001-77
25351.556973/2022-63 / 7944977
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916625225

JESSYCA ANAYRA DE JESUS DIAS LTDA / 48.141.885/0001-75
25351.478565/2022-63 / 7944045
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875498226

DROGARIA IMPAKTO LTDA / 41.831.152/0001-13
25351.538279/2022-64 / 7945162
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4905001220

LOG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR E HIGIENE PESSOAL LTDA / 37.844.417/0001-40
25351.062924/2022-64 / 4044140
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0467244227

DROGARIA AMARO LTDA / 48.376.448/0001-30
25351.473937/2022-65 / 7943525
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868232222

BIO FORMULAS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 42.224.442/0001-61
25351.556980/2022-65 / 7945023
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916663228

FERNANDO ARAUJO BARRETO E CIA LTDA / 23.350.276/0002-86
25351.478572/2022-65 / 7944275
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875519222

D.N.M. DE MACEDO / 04.433.953/0001-02
25351.473944/2022-67 / 7943587
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868253225

COMERCIO DE MEDICAMENTOS VALENTIM SILVA LTDA / 20.248.137/0001-77
25351.553549/2022-67 / 7945253
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910366221

INSPIRA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA / 47.810.738/0001-88
25351.467464/2022-67 / 4051321
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856600222

SANTOS E ROCHA FARMACIA LTDA / 33.821.772/0001-43
25351.549228/2022-68 / 7945205
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4908124221

GHG COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.758.228/0001-83
25351.473951/2022-69 / 7944001
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868275226

3PH MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA / 44.387.711/0001-36
25351.553556/2022-69 / 7944716
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910387223

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0365-14
25351.471150/2022-69 / 7944565
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862265226

FARMÁCIA MAJESTIC LTDA / 71.669.766/0003-73
25351.556957/2022-71 / 7944886
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916586221

FAM Farmaceutica LTDA / 48.040.837/0001-90
25351.478549/2022-71 / 7944122
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875450221

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3083-69
25351.553561/2022-71 / 7944751
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910402221

JDL EQUIPAMENTOS IMPORT LTDA / 36.876.824/0001-77
25351.486222/2022-72 / 8259245
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4885551226

ABMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 41.245.148/0001-73
25351.475883/2022-72 / 8259063
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4871259226

DROGARIA E.R.E. LTDA / 48.025.224/0001-84
25351.478556/2022-72 / 7944184
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875471224

Sodium Química Industrial Eireli / 38.420.992/0001-89
25351.464479/2022-73 / 3117683
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4851401221

PRO CONFORT MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA ME / 40.178.330/0001-96
25351.484070/2022-73 / 8259081
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4883473228

HO HOSPITALAR LTDA / 15.736.240/0001-26
25351.486582/2022-74 / 4051304
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885945224

W L DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA / 46.016.965/0001-73
25351.467367/2022-74 / 3117743
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856499220

STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI / 05.252.941/0001-36
25351.464486/2022-75 / 3117697
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4851408226

Drugstore Pharma Bem Viver LTDA / 47.059.560/0001-85
25351.538277/2022-75 / 7945145
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4904995220

HOSPGYN HOSPITALAR LTDA / 43.239.945/0001-73
25351.467078/2022-75 / 8259015
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4856196227

A F CAVALCANTE FARMACIA BARILOCHE / 46.363.641/0001-01
25351.473935/2022-76 / 7943496
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868226228

G LEMOS MOTA COMERCIO / 18.929.618/0001-04
25351.484546/2022-76 / 8259106
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4883980227

FHOS MELLO MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR E REPRESENTAÇÃO LTDA / 47.666.271/0001-44
25351.484419/2022-77 / 1283153
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4883826228

DROGARIA TOP LESTE LTDA / 47.793.349/0001-91
25351.478588/2022-78 / 7944412
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875569229

BEAUTYFULL COMERCIO DE PRODUTOS PARA ESTETICA E COSMETICOS LTDA ME / 35.741.579/0001-28
25351.465923/2022-78 / 8258990
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4853865225

DROGARIAS ULTRA POPULAR FAROLÂNDIA LTDA / 47.609.577/0001-69
25351.553547/2022-78 / 7945240
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910360221

MINDLOG SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA / 37.836.532/0001-73
25351.468226/2022-79 / 4051171
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4857375222

BIODENTE - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.649.956/0001-44
25351.467090/2022-80 / 4051153
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856208225

MINDLOG SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA / 37.836.532/0001-73
25351.468143/2022-80 / 3117757
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4857293226

DROGARIA E PERFUMARIA CENTRO RIO LTDA / 43.024.782/0006-16
25351.556955/2022-81 / 7944872
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916580221

J PAULI TRANSPORTES LTDA / 95.402.921/0001-97
25351.464678/2022-81 / 8258972
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4851590229

SLIM FARMA FARMACIA POPULAR LTDA / 45.308.377/0002-21
25351.470347/2022-81 / 7944491
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4861260220

COMERCIO DE MEDICAMENTOS MATRIZ FARMA LTDA / 48.106.715/0001-50
25351.478593/2022-81 / 7944461
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875584222

AGUIAR FARMA LTDA / 43.390.416/0006-80
25351.553552/2022-81 / 7945284
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910375220

SPINE MEDICAL LTDA / 46.575.504/0001-30
25351.467502/2022-81 / 8259154
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4856618229

DROGARIA UNICA FARMA LTDA / 20.682.768/0030-34
25351.556962/2022-83 / 7944915
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916601228

Drogaria Aguia Branca LTDA / 42.640.766/0001-80
25351.478554/2022-83 / 7944167
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875465220

MB MED DISTRIBUIDORA LTDA / 47.658.581/0001-17
25351.426389/2022-84 / 1283014
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4783412227

HOSPGYN HOSPITALAR LTDA / 43.239.945/0001-73
25351.467573/2022-84 / 4051335
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856695223

LEANDRO HIVAN MENDES NEVES ME / 46.855.923/0001-26
25351.555359/2022-84 / 7944824
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4914456221

SERENA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 47.036.432/0001-16
25351.478561/2022-85 / 7944231
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875486222

BEM FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 47.759.118/0001-61
25351.553369/2022-85 / 7945219
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4909829222

DROGARIA TPJ PORTO LTDA / 40.032.613/0001-25
25351.555493/2022-85 / 7944838
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4914720220

FPS MEDICAMENTOS LTDA / 47.588.898/0001-24
25351.472231/2022-86 / 7944642
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4865794228

FERNANDES & MOTA DROGARIAS LTDA / 48.227.255/0001-18
25351.538275/2022-86 / 7945128
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4904989225

ABE FARMA LTDA / 46.026.706/0001-23
25351.556987/2022-87 / 7945068
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916678226

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1186-07
25351.478579/2022-87 / 7944335
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875540221

G LEMOS MOTA COMERCIO / 18.929.618/0001-04
25351.483798/2022-88 / 3117774
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4883410226

BEAUTIFUL DISTRIBUIDORA LTDA / 46.984.465/0001-25
25351.486414/2022-89 / 4051231
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885732221

W L DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA / 46.016.965/0001-73
25351.467703/2022-89 / 8259032
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4856831224

ZANAH FARMÁCIA LTDA / 46.082.217/0001-99
25351.473949/2022-90 / 7943985
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868268223

M. J. DE LIMA PONTES LTDA / 45.600.773/0001-47
25351.478584/2022-90 / 7944383
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875556227

DROGARIA CAMPEA POPULAR C. COSTA LTDA / 21.812.204/0037-08
25351.471148/2022-90 / 7944548
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862259221

STIMA SAUDE E ESTETICA LTDA / 42.887.572/0001-84
25351.464901/2022-91 / 8258986
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4851825226

DROGARIA CENTRAL LTDA / 13.309.925/0001-60
25351.478591/2022-91 / 7944443
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875578228

DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0618-00
25351.553550/2022-91 / 7945267
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910369225

MINDLOG SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA / 37.836.532/0001-73
25351.467395/2022-91 / 8259046
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4856528220

LIVETRANS TRANSPORTES LTDA / 11.189.176/0001-50
25351.488508/2022-92 / 8259168
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4890341226

ABMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 41.245.148/0001-73
25351.475907/2022-93 / 4051200
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4871286223

PEIXOTO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 47.310.678/0001-34
25351.553568/2022-93 / 7944781
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910424221

FARMACIA SILVA FERREIRA LTDA / 39.315.987/0001-79
25351.471162/2022-93 / 7944639
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862298222

GRAZY E LORE FARMACIA LTDA / 41.837.112/0001-89
25351.478552/2022-94 / 7944140
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875459225

DPS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA / 44.132.734/0001-08
25351.484951/2022-94 / 4051289
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4884385225

DENTAL PALU PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 36.037.073/0001-03
25351.467067/2022-95 / 1283045
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856183222

DROGARIA DA REGIÃO LTDA / 19.262.761/0001-40
25351.473924/2022-96 / 7944687
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868196222

DROGARIA PEREIRA MARTINS / 46.533.968/0001-84
25351.556978/2022-96 / 7945010
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916637229

CIMAC COMERCIO IMPORTACAO DE MATERIAL CIRURGICO LTDA / 46.730.936/0001-79
25351.484969/2022-96 / 8259110
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4884405226

DROGARIA VILA BOM JARDIM LTDA / 48.270.343/0001-00
25351.538273/2022-97 / 7945101
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4904983226

DROGARIA ARAUJO S.A. / 17.256.512/0297-93
25351.478432/2022-97 / 7944062
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875030221

PAGUE BEM MENOS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.651.788/0001-06
25351.473931/2022-98 / 7943451
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868214224

Robson Bueno De Camargo / 22.740.292/0001-31
25351.469667/2022-98 / 4051352
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4860541227

FARMACIA VIPMED LTDA / 10.377.332/0002-24
25351.478577/2022-98 / 7944318

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875534226

HO HOSPITALAR LTDA / 15.736.240/0001-26
25351.483813/2022-98 / 3117788
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4883425223

SUPERFARMA LTDA / 48.115.969/0001-34
25351.473930/2022-43 / 7943434
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868211220

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.005, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MA BORGES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 09.085.717/0023-63
25351.553559/2022-01 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910396222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DROGARIA MJPSILVA EIRELI / 35.593.724/0001-70
25351.473954/2022-01 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868304223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Farmacia NF LTDA / 44.192.893/0001-90
25351.478550/2022-03 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875453226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LIEBE FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 47.531.131/0001-69
25351.472220/2022-04 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4865712223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA FARMALAR MAX LTDA / 47.613.822/0001-01
25351.416672/2022-06 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4766087222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMA SALUTI LTDA / 39.897.260/0001-47
25351.478571/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875516228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Drogaria Thomaz&Ponciano LTDA / 47.861.891/0001-34
25351.471151/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862268221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ARRUDA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 46.589.361/0001-16
25351.553548/2022-12 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910363226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

REDE MONTE SINAI JARDIM DAS PERDIZES SERVICOS MEDICOS LTDA / 41.744.451/0001-10
25351.553564/2022-13 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910411220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
drogaria e perfumaria guimaraes e guimaraes ltda / 48.031.584/0001-99
25351.556958/2022-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916589225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

BRUNA GNOATTO MOI PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 47.684.897/0001-83
25351.553562/2022-16 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910405225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

FARMATEM LTDA / 42.652.995/0001-15
25351.556965/2022-17 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916607227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LG COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.107.453/0002-63
25351.486142/2022-17 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4885465222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

PATRICIA & MEDEIROS PRODUTOS FARMACEUTICO LTDA / 46.297.497/0001-52
25351.486754/2022-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4886504224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
farmacias agnus dei ltda / 44.686.559/0001-92
25351.478564/2022-19 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875495221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FLAVIO CARDOSO PEREIRA / 39.282.917/0001-61
25351.467953/2022-19 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4857091224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

MILUZ INDUSTRIA QUIMICA LTDA / 10.605.944/0001-46
25351.485348/2022-20 /
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4884689224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Drogaria Flandel ltda / 41.998.710/0001-30
25351.538283/2022-22 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4905013223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

ESS MEDICAMENTOS LTDA / 44.867.628/0001-64
25351.447228/2022-24 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4821699222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

G.B STRAPASSON & CIA LTDA / 12.044.700/0031-82
25351.556956/2022-26 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916583226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

PIZZOLOTTO E VLASAK LTDA / 47.655.994/0001-48
25351.472218/2022-27 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4865704222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
o de a baptistelli / 46.388.890/0001-51
25351.476644/2022-30 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4872828224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

F D VIANA / 46.884.307/0001-01
25351.469650/2022-31 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4860521222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Rede Farma Welfare / 47.490.325/0001-63
25351.556979/2022-31 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916660223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA ULTRAPOPULAR MANEJO LTDA / 22.082.397/0014-65
25351.556986/2022-32 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916675221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FLAVIO CARDOSO PEREIRA / 39.282.917/0001-61
25351.467759/2022-33 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856889222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

FARMACIA BEM ESTAR DO POVO LTDA / 42.161.558/0001-07
25351.538281/2022-33 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4905007229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 37.576.802/0001-54
25351.467163/2022-33 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4856287222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo

18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

LOG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR E HIGIENE PESSOAL LTDA / 37.844.417/0001-40
25351.063031/2022-36 / 8245216
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0467521221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

DENTAL TEETH COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 45.943.626/0001-70
25351.485547/2022-38 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4884895223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

NUTRIPHARMA OFICIAL - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E NUTRIÇÃO LTDA / 47.427.784/0001-00
25351.476690/2022-39 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4872951225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

L.F CARLINI FRALDAS EIRELI / 07.231.924/0001-48
25351.464770/2022-41 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4851687222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

ALANNE MARCIA MENDES MUNIZ / 47.971.105/0001-51
25351.473948/2022-45 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868265229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DANIELLI NOGUEIRA DA SILVA / 47.053.605/0001-04
25351.471154/2022-47 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862277220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

SONIA APARECIDA SILVA SILVEIRA / 15.197.417/0001-63
25351.553567/2022-49 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910420229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

VENTURA FARMA LTDA / 47.078.398/0001-42
25351.553572/2022-51 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910433221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

JRM FARMACIA LTDA / 47.968.977/0001-60
25351.472251/2022-57 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4865948227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA N SRA DAS GRAÇAS LIMITADA / 23.007.791/0018-25
25351.553563/2022-61 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910408220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

K K ALVES MENEZES LTDA / 30.247.843/0001-58
25351.464287/2022-67 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4851194226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

FARMACIA SANTA TERESA LTDA / 47.040.452/0001-60
25351.478595/2022-70 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875590227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

TATIANE TAVARES CHAVES / 18.392.806/0001-38
25351.553554/2022-70 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910381224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7.79168-8, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9782/99.

HPL PRODUTOS FARMACEUTICOSLTDA / 47.753.323/0001-10
25351.447236/2022-71 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4821726223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA NP LTDA / 47.468.096/0001-80
25351.473928/2022-74 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868208220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

EDSON MAIA RAULINO / 20.232.324/0001-62
25351.478563/2022-74 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875492227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

AF ODONTO E ATACADO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 33.893.303/0001-30
25351.485500/2022-74 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4884846222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 37.576.802/0001-54
25351.467529/2022-74 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856647229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

CASAGRANDE & CARDOSO LTDA / 48.225.881/0001-75
25351.476654/2022-75 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4872866227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Drogaria Santa maria Madalena / 44.199.952/0001-51
25351.478570/2022-76 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875513223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

JAMERSON RODRIGUES DOS SANTOS FARMACIA ME / 19.982.975/0001-90
25351.538284/2022-77 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4905016228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DANILO ANTONIO RODRIGUES DE ALMEIDA DROGARIA / 07.871.723/0001-05
25351.472240/2022-77 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4865916229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
drogaria e perfumaria jardim carioca ltda / 23.131.565/0001-03
25351.473942/2022-78 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868247221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LB FARMA LTDA / 33.711.063/0001-05
25351.471157/2022-81 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862286229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

E C R LTDA / 18.309.330/0001-29
25351.549231/2022-81 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4908131224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

POPIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 47.238.417/0001-50
25351.486485/2022-81 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4885808227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

COLOMED MEDICAMENTOS E APARELHOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.ME / 11.225.710/0001-36
25351.488517/2022-83 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4890354221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

LANCHOTI & MARTINS LTDA / 12.559.300/0002-75
25351.473926/2022-85 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868202221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0178-17
25351.473933/2022-87 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868220229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 37.576.802/0001-54
25351.467164/2022-88 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4856288229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
drogaria angelus ltda / 44.607.120/0001-27
25351.538282/2022-88 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4905010229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

MACHADO COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LIMITADA / 45.120.790/0001-87
25351.473940/2022-89 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868241221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MAXIMILIANO RAMOS LIMA / 46.876.547/0001-56
25351.553545/2022-89 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4910354227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

JOAO VITOR DENIS NERI / 48.253.399/0001-49
25351.478586/2022-89 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4875562221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA BOM D+ LTDA / 43.903.965/0001-05
25351.473956/2022-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4868311226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
fm farmacia e drogaria ltda / 45.986.402/0001-45
25351.471155/2022-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4862280220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA SANTANA EUCLIENSE LTDA / 38.389.241/0001-47
25351.556960/2022-94 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4916595220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

JUAN & PIETRA MONTEBELLO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 45.174.047/0001-00
25351.471483/2022-98 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4863760222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.006, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MAPPEL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS S.A. / 01.233.103/0001-64
25351.070889/2008-07 / 8043042
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4866894229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

Drogaria Pais Blanco LTDA / 45.890.059/0001-30
25351.060422/2022-07 / 7910624
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4887010222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

L.M.M. DO PRADO - ME / 05.705.579/0001-01
25351.702381/2014-10 / 7349265
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887044227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ORGANIZAÇÃO FARMACEUTICA BEBEDOURO LTDA-ME. / 69.236.263/0001-09
25351.490831/2014-16 / 7271385
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887048220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
medlab produtos para laboratorio ltda epp / 03.201.601/0001-50
25351.752941/2018-19 / 3083567
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4883556221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17, da RDC n° 16/2014.

SILGAN DISPENSING SYSTEMS AND PACKAGING DO BRASIL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA / 60.760.642/0001-10
25351.369807/2022-29 /
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4825629229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa não possui Autorização de Funcionamento para Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene, não podendo solicitar alterações com tal finalidade. A petição está em desacordo com os requisitos técnico-normativos previstos na Resolução RDC n° 16/2014 e no Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

FELIPE CARVALHO REZENDE DE SA / 43.599.157/0001-98
25351.031039/2022-33 / 7880683
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887032223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ELIANA ASSI DE LIMA / 33.706.047/0001-24
25351.647023/2019-41 / 7694105
70795 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 4890342222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Farmacia e Drogaria Esmeraldino Ltda / 18.514.962/0001-24
25351.462334/2013-47 / 0990369
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887063223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LEMED COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 37.931.064/0001-16
25351.710819/2021-62 / 3109185
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4893548221
25351.711097/2021-63 / 8237073
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4893539221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

MAPPEL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS S.A. / 01.233.103/0001-64
25351.069602/2004-64 / 3029177
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4867306223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

R LUIZ DA SILVA MARKETING / 34.094.778/0001-29
25351.012107/2022-65 / 8249218
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4897907225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Petição em desacordo com a RDC 222/2006. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida.
25351.012107/2022-65 / 8249218
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4897865221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Petição em desacordo com a RDC 222/2006. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida.
---
vexer indústria e comércio de equipamentos ltda / 09.051.083/0001-12
25023.025556/2009-69 / 8061551
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4883519228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014.

REGINATO, REGINATO FARMACIA LTDA / 07.926.406/0001-49
25351.625124/2013-76 / 7027714
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887042221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
farmacia duarte e stolf ltda me / 18.793.171/0001-80
25351.666204/2013-81 / 7042373
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4908247226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

REGILEUDO GAMA DA SILVA ME / 36.389.921/0001-35
25351.247021/2020-90 / 7744851
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4882902221

MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

PERUSSO & PASINI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.282.972/0001-65
25351.136300/2005-90 / 0431451
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887056221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LEMED COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 37.931.064/0001-16
25351.710820/2021-97 / 1265780
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4893556223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

FREDERICO AYRES T. GONÇALVES - ME / 11.003.025/0001-65
25351.625120/2013-98 / 7027623
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887030227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
alfanis jose de almeida medicamentos e cosmeticos - me / 19.624.780/0001-79
25351.731734/2014-99 / 7346211
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4887016221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MAPPEL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS S.A. / 01.233.103/0001-64
25000.001252/98-09 / 2026078
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4866485221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
2499896 / 1034806
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4867305227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.007, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

KAMED - HOSPITALAR LTDA - ME / 15.001.375/0001-43
25351.467114/2022-09 /
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4856233220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

F J T BATISTA LTDA / 45.078.197/0001-10
25351.474018/2022-17 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4868489229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.008, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA AGUSTONI LTDA - ME / 14.396.293/0001-82
25351.727179/2011-58 / 0814670
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4826458223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

ALLIANCE MEDINFUSION LTDA / 22.401.344/0001-45
25351.462293/2022-80 /
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4891442221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.009, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

farmacia popular do norte ltda / 17.341.193/0003-09
25351.357469/2021-00 / 7846451
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887020220

J DA SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS / 08.067.632/0002-65
25351.635115/2021-01 / 7857271
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887026229

VERIS PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 41.340.009/0001-29
25351.520186/2021-01 / 1256255
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4904290224

MONDE PHARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 45.594.795/0001-41
25351.398000/2022-01 / 8257349
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4904185226

Comercial Frame Ltda / 04.467.017/0001-04
25351.247142/2022-01 / 4048155
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4903904229

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0630-12
25351.256885/2017-05 / 7517793
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887028225

SOLUÇÕES FARMA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 46.555.501/0001-35
25351.167227/2022-07 / 8251866
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4885757223

SURGILINE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA / 20.180.416/0001-46
25351.037298/2015-08 / 8116323
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4232658220

CM PFS HOSPITALAR S.A. / 81.887.838/0006-55
25351.423638/2014-09 / 8107367
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4850522220

DELLAMED S.A. / 11.666.105/0001-09
25351.570637/2011-10 / 8079595
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4885713226

T T M OLIVEIRA LTDA / 14.316.131/0001-97
25351.563447/2016-10 / 7492923
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887018228

NEW LIFE COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS CIRURGICOS E PRESTACOES DE SERVICOS LTDA / 28.738.385/0001-08
25351.698066/2018-12 / 8173143
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4891037229

Comercial Frame Ltda / 04.467.017/0001-04
25351.247484/2022-13 / 3115389
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4904298225

GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA. / 10.555.143/0001-13
25351.459382/2010-14 / 1086107
70794 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4851391226

ATLÂNTICO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA / 33.344.678/0001-40
25351.725855/2019-14 / 8193761
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4904232224

PORTO & ROCHA LTDA / 04.463.475/0001-75
25351.714605/2014-15 / 8113907
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4904139224

C F MED LTDA / 07.643.672/0001-64
25351.732260/2019-15 / 8193285
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4738731220

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1060-65
25351.068044/2018-15 / 7567318
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887065220

WWC COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 03.735.897/0001-90
25351.026981/2003-17 / 0340640
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4887008221

DROGARIA SAUDE DOS SANTOS LTDA - ME / 14.654.090/0001-49
25351.313507/2018-17 / 7590319
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887040224

MONDE PHARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 45.594.795/0001-41
25351.397643/2022-20 / 4050309
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4904113225

C1 TERAPEUTICA PRODUTOS PARA ACUPUNTURA LTDA / 23.581.864/0001-40
25351.014302/2022-20 / 8253438
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4903995224

3M DO BRASIL LTDA / 45.985.371/0001-08
25351.195044/2002-20 / 2034528
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4891074221

RODONAVES TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA / 44.914.992/0001-38
25351.015930/2005-21 / 1060575
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4890561226

C F MED LTDA / 07.643.672/0001-64
25351.732281/2019-22 / 3091441
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4738750224

INOMEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.250.561/0001-98
25351.458505/2005-23 / 8029181
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4891404221

SOLUÇÕES FARMA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 46.555.501/0001-35
25351.166789/2022-25 / 4047254
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4885378222

FARMÁCIA ARTESANAL LTDA / 34.686.568/0005-53
25351.061470/2018-28 / 7566772
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887024222

PF Consumer Healthcare Brazil Importadora e Distribuidora de Medicamentos Ltda / 30.872.270/0001-53
25351.388892/2019-29 / 1192905
70795 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 4856289225

BOLLIMP COMEDE EMBALAGENS, DESC E PREST DE SER DE LIMP E HIGIENIZACAO LTDA / 05.535.945/0002-02
25351.478345/2022-30 / 8259141
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4883466221

LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. / 05.652.247/0023-11
25351.335301/2018-30 / 8167611
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4890339221

ABMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 41.245.148/0001-73
25351.049386/2021-31 / 1260782
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4871310221

LABORATORIOS FERRING LTDA / 74.232.034/0004-90
25351.453950/2017-31 / 8154908
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4851900228

RIOPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS S/A / 40.369.862/0001-00
25351.311663/2021-31 / 1262982
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4904116224

MAIS MEDICAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA / 39.752.457/0001-98
25351.667093/2021-31 / 4035031
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4850999221
25351.667287/2021-36 / 3105149
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4851060220

FARMACIA FARMAVILLE LTDA. / 53.352.613/0001-54
25351.249810/2013-36 / 0961777
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4887014225

DELTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 17.602.864/0001-86
25351.306814/2016-37 / 3070365
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4904177223

DAAS DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA / 06.307.786/0001-70
25351.201425/2020-37 / 4018966
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4883677222

MAIS MEDICAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA / 39.752.457/0001-98
25351.667079/2021-37 / 1258196
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4850502229

JR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MED HOSPITALARES LTDA / 38.182.923/0001-84
25351.997243/2021-38 / 3102160
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4819741225

KM MATERIAIS MEDICOS LTDA / 34.298.816/0001-65
25351.380183/2020-39 / 8211431
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4890640223
25351.380183/2020-39 / 8211431
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4890879226
25351.380183/2020-39 / 8211431
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4891358220

VERIS PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 41.340.009/0001-29
25351.520069/2021-39 / 8224361
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4904123221

BRC LOGISTICA E SERVIÇOS LTDA / 04.986.398/0002-19
25351.801433/2022-40 / 8249326
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4884547225

IMPORTALL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 46.502.033/0001-30
25351.390933/2022-42 / 4050270
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4850756221

T DE O MARTINS COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS CIRURGICOS / 38.383.944/0001-68
25351.540395/2022-43 / 8254771
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4856566229

MARTINS GUERRA COMERCIO LTDA / 10.465.655/0001-99
25351.486729/2021-45 / 7807953
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4795992224

SUN MEDICAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 46.925.917/0001-06
25351.446855/2022-48 / 8259077
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4826587228
25351.446855/2022-48 / 8259077
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4825874223

THIMON INSTRUMENTOS CIRURGICOS LTDA ME / 67.578.617/0001-60
25351.209920/2011-55 / 8076355
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4890502220

LIFE SPINE IMPLANTES LTDA / 05.156.268/0001-30
25351.056517/2003-55 / 8017720
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4903864227

ALMEIDA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME / 17.035.133/0001-04
25351.420273/2018-55 / 3081609
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4856280228

N R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 03.322.655/0002-55
25351.069379/2021-56 / 8217801
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4884507223

PRIMECARE COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 32.481.041/0001-33
25351.530564/2021-56 / 3104507
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4851946228

KSE COMERCIAL E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI / 18.342.362/0001-26
25351.393594/2022-56 / 4050910
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4851913222

BOM JESUS ARAPIRACA LTDA / 04.267.572/0001-92
25351.051492/2014-56 / 7121281
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887054224

NEOLAB SOLUCOES FARMACEUTICAS ESTEREIS DO BRASIL LTDA. / 42.063.573/0001-04
25351.439730/2022-61 / 8258253
865 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4850482228
25351.439730/2022-61 / 8258253
865 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4850558224

RD FARMA DROGARIA LTDA. / 34.042.793/0001-23
25351.688045/2019-61 / 7694824
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887060229

ESSÊNCIA HOSPITALAR LTDA / 35.153.207/0001-80
25351.726329/2019-63 / 4017147
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4891507225
25351.726329/2019-63 / 4017147
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4890464221

SUN MEDICAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 46.925.917/0001-06
25351.446900/2022-64 / 1282602
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4826427221

INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS PORTO BELO LTDA / 11.110.960/0001-20
25024.000511/2010-64 / 2056276
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4856136224

ESSÊNCIA HOSPITALAR LTDA / 35.153.207/0001-80
25351.726343/2019-67 / 1198848
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4890916229
25351.726343/2019-67 / 1198848
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4890753222

Kodex Logistica Ltda ME / 20.735.946/0001-03
25351.200303/2016-67 / 2087739
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4851602227

MEISKIN SWISS INOVACOES EM COMESTICA LTDA / 31.044.532/0001-54
25351.674293/2020-69 / 4028520
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4908251223

LONDON QUALITY ORAL HEALTH INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 33.325.917/0001-15
25351.252170/2020-71 / 8198663
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4850551220

J da Silva comércio de produtos farmacêuticos / 08.067.632/0001-84
25351.488870/2013-72 / 0879399
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887022226

MEDGLOBAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 32.149.914/0001-05
25351.875365/2021-74 / 3106539
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4885055229

SUPER FARMA DE MURIAE LTDA / 33.538.152/0001-00
25351.331440/2019-75 / 7659354
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4887012229

ESSÊNCIA HOSPITALAR LTDA / 35.153.207/0001-80
25351.726334/2019-76 / 3091792
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4890444220

25351.726334/2019-76 / 3091792
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4891694220
25351.726341/2019-78 / 8194627
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4891485221
25351.726341/2019-78 / 8194627
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4891221224

DROGARIA POPULAR SANTA RITA - LTDA / 17.287.028/0001-54
25351.550160/2013-79 / 7024921
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887046223
---
drogaria MAFAMAR LTDA ME / 32.888.232/0001-14
25351.181576/2002-80 / 0048624
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887058227
---
endo medic comércio de produtos medicos hospitalares ltda / 29.309.088/0002-90
25351.346724/2021-81 / 8233791
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4890858229

GREEN MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 47.454.600/0001-93
25351.377800/2022-81 / 4050022
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4890664220

SOLUÇÕES FARMA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 46.555.501/0001-35
25351.166788/2022-81 / 3114807
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4885773229

C F MED LTDA / 07.643.672/0001-64
25351.732266/2019-84 / 4016493
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4890621229

BEAUFOUR IPSEN FARMACÊUTICA LTDA / 07.718.721/0001-80
25351.515774/2006-85 / 2044035
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4856169220

A P ALVES DROGARIA - ME / 28.132.087/0001-70
25351.528552/2017-85 / 7543621
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887050221
---
drogarias pacheco S/A / 33.438.250/0074-12
25351.457562/2014-86 / 7259676
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4626651228

DROGARIA SIGAFARMA LTDA / 11.630.371/0001-73
25351.407764/2014-87 / 7331828
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4887052228

PARAMOUNT BED DO BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA / 08.994.833/0001-27
25351.114219/2009-89 / 8050961
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4856191225

FENIX MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 35.462.689/0001-50
25351.974081/2020-89 / 8219162
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4867201227

FARMAMIX LTDA - ME / 15.431.444/0001-59
25351.228562/2013-90 / 0929151
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4882504222

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0751-60
25351.705613/2014-91 / 7332686
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887038222

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0267-29
25351.113298/2013-91 / 0897967
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887036226

CAIRO BARBOSA GUERRA LTDA / 26.699.009/0001-26
25351.190607/2002-93 / 0040162
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4887034220

GREEN MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 47.454.600/0001-93
25351.377799/2022-94 / 8256772
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4890663223

GIFT DO BRASIL LTDA EPP / 04.161.793/0001-81
25023.020511/2007-95 / 2045502
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4883925226

VITAL C COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 28.985.336/0001-70
25351.621227/2020-96 / 8203865
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4884009223

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI / 25.279.552/0001-01
25351.259179/2018-98 / 1177196
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4888841225

Fullfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos LTDA / 46.388.662/0001-81
25351.387568/2022-99 / 8257200
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4885339227

VITAL HOSPITALAR COMERCIAL LTDA / 61.610.283/0001-88
250000481990 / 1018321
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4788364221

Ministério do Trabalho e Previdência

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA/MTP Nº 3.959, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a localização das Gerências Regionais do Trabalho e das Agências Regionais do Trabalho das Superintendências Regionais do Trabalho com as respectivas vinculações administrativas, a estrutura organizacional das Gerências Regionais do Trabalho e das Agências Regionais do Trabalho e a extinção de Agências Regionais do Trabalho. (Processo nº 19964.105537/2022-19).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto no Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Fixar a localização das Gerências Regionais do Trabalho e das Agências Regionais do Trabalho das Superintendências Regionais do Trabalho, com as respectivas vinculações administrativas, conforme Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Caberá aos Superintendentes Regionais do Trabalho estabelecer a circunscrição de atuação das Gerências Regionais do Trabalho, no prazo de trinta dias, contado a partir da publicação desta Portaria.

Art. 2º Estabelecer a estrutura organizacional das Gerências Regionais do Trabalho e das Agências Regionais do Trabalho, conforme anexos II a V desta Portaria, em:

I - Gerências Regionais do Trabalho - GRTb do Grupo I (Anexo II):

a) Setor de Inspeção do Trabalho - SEINT; e

b) Setor de Relações do Trabalho - SERT.

II - Gerências Regionais do Trabalho - GRTb do Grupo II (Anexo III):

a) Setor de Inspeção do Trabalho - SEINT.

III - Agências Regionais do Trabalho - ARTb do Grupo I (Anexo IV); e

IV - Agências Regionais do Trabalho - ARTb do Grupo II (Anexo V).

Art. 3º Extinguir as Agências Regionais do Trabalho constantes do Anexo VI desta Portaria.

Art. 4º Ficam revogados o art. 2º e o anexo da Portaria nº 548, de 22 de outubro de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

ANEXO I

LOCALIZAÇÃO E VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO E DAS AGÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO				
NOME DA UNIDADE	SIGLA DA UNIDADE	VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	UF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO ACRE	SRTb/AC	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	RIO BRANCO	AC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CRUZEIRO DO SUL	ARTb/CRUZEIRO DO SUL	SRTb/AC	CRUZEIRO DO SUL	AC
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE ALAGOAS	SRTb/AL	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	MACEIÓ	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAPIRACA	ARTb/ARAPIRACA	SRTb/AL	ARAPIRACA	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DELMIRO GOUVEIA	ARTb/DELMIRO GOUVEIA	SRTb/AL	DELMIRO GOUVEIA	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS	ARTb/PALMEIRA DOS ÍNDIOS	SRTb/AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	ARTb/SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	SRTb/AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UNIÃO DOS PALMARES	ARTb/UNIÃO DOS PALMARES	SRTb/AL	UNIÃO DOS PALMARES	AL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO AMAZONAS	SRTb/AM	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	MANAUS	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM HUMAITÁ	ARTb/HUMAITÁ	SRTb/AM	HUMAITÁ	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITACOATIARA	ARTb/ITACOATIARA	SRTb/AM	ITACOATIARA	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MANACAPURU	ARTb/MANACAPURU	SRTb/AM	MANACAPURU	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARINTINS	ARTb/PARINTINS	SRTb/AM	PARINTINS	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PRESIDENTE FIGUEIREDO	ARTb/PRESIDENTE FIGUEIREDO	SRTb/AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TABATINGA	ARTb/TABATINGA	SRTb/AM	TABATINGA	AM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO AMAPÁ	SRTb/AP	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	MACAPÁ	AP
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DA BAHIA	SRTb/BA	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	SALVADOR	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARREIRAS	GRTb/BARREIRAS	SRTb/BA	BARREIRAS	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMAÇARI	GRTb/CAMAÇARI	SRTb/BA	CAMAÇARI	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM EUNÁPOLIS	GRTb/EUNÁPOLIS	SRTb/BA	EUNÁPOLIS	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FEIRA DE SANTANA	GRTb/FEIRA DE SANTANA	SRTb/BA	FEIRA DE SANTANA	BA

GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ILHÉUS	GRTb/ILHÉUS	SRTb/BA	ILHÉUS	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JUAZEIRO	GRTb/JUAZEIRO	SRTb/BA	JUAZEIRO	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VITÓRIA DA CONQUISTA	GRTb/VITÓRIA DA CONQUISTA	SRTb/BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SALVADOR - AFLITOS	ARTb/AFLITOS	SRTb/BA	SALVADOR	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SALVADOR - SAC TRABALHISTA	ARTb/SAC TRABALHISTA	SRTb/BA	SALVADOR	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS	ARTb/SANTO ANTÔNIO DE JESUS	SRTb/BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO AMARO	ARTb/SANTO AMARO	GRTb/FEIRA DE SANTANA	SANTO AMARO	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOM JESUS DA LAPA	ARTb/BOM JESUS DA LAPA	GRTb/BARREIRAS	BOM JESUS DA LAPA	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOINHAS	ARTb/ALAGOINHAS	GRTb/CAMAÇARI	ALAGOINHAS	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TEIXEIRA DE FREITAS	ARTb/TEIXEIRA DE FREITAS	GRTb/EUNÁPOLIS	TEIXEIRA DE FREITAS	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IRECÊ	ARTb/IRECÊ	GRTb/FEIRA DE SANTANA	IRECÊ	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITABUNA	ARTb/ITABUNA	GRTb/ILHÉUS	ITABUNA	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JACOBINA	ARTb/JACOBINA	GRTb/JUAZEIRO	JACOBINA	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PAULO AFONSO	ARTb/PAULO AFONSO	GRTb/JUAZEIRO	PAULO AFONSO	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SENHOR DO BONFIM	ARTb/SENHOR DO BONFIM	GRTb/JUAZEIRO	SENHOR DO BONFIM	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUANAMBI	ARTb/GUANAMBI	GRTb/VITORIA DA CONQUISTA	GUANAMBI	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BRUMADO	ARTb/BRUMADO	GRTb/VITÓRIA DA CONQUISTA	BRUMADO	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JEQUIÉ	ARTb/JEQUIÉ	GRTb/VITÓRIA DA CONQUISTA	JEQUIÉ	BA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ	SRTb/CE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	FORTALEZA	CE
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SOBRAL	GRTb/SOBRAL	SRTb/CE	SOBRAL	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMOCIM	ARTb/CAMOCIM	GRTb/SOBRAL	CAMOCIM	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAPIPOCA	ARTb/ITAPIPOCA	GRTb/SOBRAL	ITAPIPOCA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CRATO	ARTb/CRATO	SRTb/CE	CRATO	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARACANAÚ	ARTb/MARACANAÚ	SRTb/CE	MARACANAÚ	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAUCAIA	ARTb/CAUCAIA	SRTb/CE	CAUCAIA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FORTALEZA I	ARTb/FORTALEZA I	SRTb/CE	FORTALEZA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FORTALEZA II	ARTb/FORTALEZA II	SRTb/CE	FORTALEZA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VÁRZEA ALEGRE	ARTb/VÁRZEA ALEGRE	SRTb/CE	VÁRZEA ALEGRE	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MOMBAÇA	ARTb/MOMBAÇA	SRTb/CE	MOMBAÇA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IGUATU	ARTb/IGUATU	SRTb/CE	IGUATU	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JUAZEIRO DO NORTE	ARTb/JUAZEIRO DO NORTE	SRTb/CE	JUAZEIRO DO NORTE	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARACATI	ARTb/ARACATI	SRTb/CE	ARACATI	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CANINDÉ	ARTb/CANINDÉ	SRTb/CE	CANINDÉ	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARANGUAPE	ARTb/MARANGUAPE	SRTb/CE	MARANGUAPE	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LIMOEIRO DO NORTE	ARTb/LIMOEIRO DO NORTE	SRTb/CE	LIMOEIRO DO NORTE	CE
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL	SRTb/DF	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TAGUATINGA	ARTb/TAGUATINGA	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO GAMA	ARTb/GAMA	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SOBRADINHO	ARTb/SOBRADINHO	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIACHO FUNDO	ARTb/RIACHO FUNDO	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LUZIÂNIA	ARTb/LUZIÂNIA	SRTb/DF	LUZIÂNIA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BRAZLÂNDIA	ARTb/BRAZLÂNDIA	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CEILÂNDIA	ARTb/CEILÂNDIA	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	SRTb/ES	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	VITÓRIA	ES
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM COLATINA	GRTb/COLATINA	SRTb/ES	COLATINA	ES
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	GRTb/CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	SRTb/ES	CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUARAPARI	ARTb/GUARAPARI	SRTb/ES	GUARAPARI	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SERRA	ARTb/SERRA	SRTb/ES	SERRA	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VILA VELHA	ARTb/VILA VELHA	SRTb/ES	VILA VELHA	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VITÓRIA	ARTb/VITÓRIA	SRTb/ES	VITÓRIA	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALEGRE	ARTb/ALEGRE	GRTb/CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	ALEGRE	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARATAÍZES	ARTb/MARATAÍZES	GRTb/CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	MARATAÍZES	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARACRUZ	ARTb/ARACRUZ	GRTb/COLATINA	ARACRUZ	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LINHARES	ARTb/LINHARES	GRTb/COLATINA	LINHARES	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA VENÉCIA	ARTb/NOVA VENÉCIA	GRTb/COLATINA	NOVA VENÉCIA	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO MATEUS	ARTb/SÃO MATEUS	GRTb/COLATINA	SÃO MATEUS	ES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE GOIÁS	SRTb/GO	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	GOIÂNIA	GO
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ANÁPOLIS	GRTb/ANAPÓLIS	SRTb/GO	ANAPÓLIS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM APARECIDA DE GOIÂNIA	ARTb/APARECIDA DE GOIÂNIA	SRTb/GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CALDAS NOVAS	ARTb/CALDAS NOVAS	SRTb/GO	CALDAS NOVAS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CATALÃO	ARTb/CATALÃO	SRTb/GO	CATALÃO	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS	ARTb/GOIÁS	SRTb/GO	GOIÁS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM INHUMAS	ARTb/INHUMAS	SRTb/GO	INHUMAS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITUMBIARA	ARTb/ITUMBIARA	SRTb/GO	ITUMBIARA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JATAÍ	ARTb/JATAÍ	SRTb/GO	JATAÍ	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINEIROS	ARTb/MINEIROS	SRTb/GO	MINEIROS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MORRINHOS	ARTb/MORRINHOS	SRTb/GO	MORRINHOS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PIRES DO RIO	ARTb/PIRES DO RIO	SRTb/GO	PIRES DO RIO	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIALMA	ARTb/RIALMA	SRTb/GO	RIALMA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO VERDE	ARTb/RIO VERDE	SRTb/GO	RIO VERDE	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	ARTb/SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	SRTb/GO	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM URUAÇU	ARTb/URUAÇU	SRTb/GO	URUAÇU	GO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO MARANHÃO	SRTb/MA	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	SÃO LUÍS	MA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IMPERATRIZ	GRTb/IMPERATRIZ	SRTb/MA	IMPERATRIZ	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BACABAL	ARTb/BACABAL	SRTb/MA	BACABAL	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAROLINA	ARTb/CAROLINA	SRTb/MA	CAROLINA	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAXIAS	ARTb/CAXIAS	SRTb/MA	CAXIAS	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CHAPADINHA	ARTb/CHAPADINHA	SRTb/MA	CHAPADINHA	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CODÓ	ARTb/CODÓ	SRTb/MA	CODÓ	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PEDREIRAS	ARTb/PEDREIRAS	SRTb/MA	PEDREIRAS	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PRESIDENTE DUTRA	ARTb/PRESIDENTE DUTRA	SRTb/MA	PRESIDENTE DUTRA	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA INÊS	ARTb/SANTA INÊS	SRTb/MA	SANTA INÊS	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AÇAILÂNDIA	ARTb/AÇAILÂNDIA	GRTb/IMPERATRIZ	AÇAILÂNDIA	MA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	SRTb/MG	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	BELO HORIZONTE	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BETIM	GRTb/BETIM	SRTb/MG	BETIM	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CONSELHEIRO LAFAIETE	GRTb/CONSELHEIRO LAFAIETE	SRTb/MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CONTAGEM	GRTb/CONTAGEM	SRTb/MG	CONTAGEM	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DIVINÓPOLIS	GRTb/DIVINÓPOLIS	SRTb/MG	DIVINÓPOLIS	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOVERNADOR VALADARES	GRTb/GOVERNADOR VALADARES	SRTb/MG	GOVERNADOR VALADARES	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IPATINGA	GRTb/IPATINGA	SRTb/MG	IPATINGA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JUIZ DE FORA	GRTb/JUIZ DE FORA	SRTb/MG	JUIZ DE FORA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MONTES CLAROS	GRTb/MONTES CLAROS	SRTb/MG	MONTES CLAROS	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARACATU	GRTb/PARACATU	SRTb/MG	PARACATU	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM POÇOS DE CALDAS	GRTb/POÇOS DE CALDAS	SRTb/MG	POÇOS DE CALDAS	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PONTE NOVA	GRTb/PONTE NOVA	SRTb/MG	PONTE NOVA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM POUSO ALEGRE	GRTb/POUSO ALEGRE	SRTb/MG	POUSO ALEGRE	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UBERABA	GRTb/UBERABA	SRTb/MG	UBERABA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UBERLÂNDIA	GRTb/UBERLÂNDIA	SRTb/MG	UBERLÂNDIA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VARGINHA	GRTb/VARGINHA	SRTb/MG	VARGINHA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA LUZIA	ARTb/SANTA LUZIA	SRTb/MG	SANTA LUZIA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOÃO DEL REI	ARTb/SÃO JOÃO DEL REI	GRTb/CONSELHEIRO LAFAEITE	SÃO JOÃO DEL REI	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OURO PRETO	ARTb/OURO PRETO	GRTb/CONSELHEIRO LAFAIETE	OURO PRETO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA LIMA	ARTb/NOVA LIMA	GRTb/BETIM	NOVA LIMA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SETE LAGOAS	ARTb/SETE LAGOAS	GRTb/CONTAGEM	SETE LAGOAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FORMIGA	ARTb/FORMIGA	GRTb/DIVINÓPOLIS	FORMIGA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAÚNA	ARTb/ITAÚNA	GRTb/DIVINÓPOLIS	ITAÚNA	MG

AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OLIVEIRA	ARTb/OLIVEIRA	GRTb/DIVINÓPOLIS	OLIVEIRA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOM DESPACHO	ARTb/BOM DESPACHO	GRTb/DIVINÓPOLIS	BOM DESPACHO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARATINGA	ARTb/CARATINGA	GRTb/GOVERNADOR VALADARES	CARATINGA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITABIRA	ARTb/ITABIRA	SRTb/MG	ITABIRA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOÃO MONLEVADE	ARTb/JOÃO MONLEVADE	GRTb/IPATINGA	JOÃO MONLEVADE	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UBÁ	ARTb/UBÁ	GRTb/JUIZ DE FORA	UBÁ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ANDRELÂNDIA	ARTb/ANDRELÂNDIA	GRTb/JUIZ DE FORA	ANDRELÂNDIA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARBACENA	ARTb/BARBACENA	GRTb/JUIZ DE FORA	BARBACENA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO POMBA	ARTb/RIO POMBA	GRTb/JUIZ DE FORA	RIO POMBA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTOS DUMONT	ARTb/SANTOS DUMONT	GRTb/JUIZ DE FORA	SANTOS DUMONT	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOCAIÚVA	ARTb/BOCAIÚVA	GRTb/MONTES CLAROS	BOCAIÚVA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PIRAPORA	ARTb/PIRAPORA	GRTb/MONTES CLAROS	PIRAPORA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UNAÍ	ARTb/UNAÍ	GRTb/PARACATU	UNAÍ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PATOS DE MINAS	ARTb/PATOS DE MINAS	GRTb/PARACATU	PATOS DE MINAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PASSOS	ARTb/PASSOS	GRTb/POÇOS DE CALDAS	PASSOS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	ARTb/SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	GRTb/POÇOS DE CALDAS	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MANHUAÇU	ARTb/MANHUAÇU	GRTb/PONTE NOVA	MANHUAÇU	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VIÇOSA	ARTb/VIÇOSA	GRTb/PONTE NOVA	VIÇOSA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PASSA QUATRO	ARTb/PASSA QUATRO	GRTb/POUSO ALEGRE	PASSA QUATRO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA RITA DO SAPUCAÍ	ARTb/SANTA RITA DO SAPUCAÍ	GRTb/POUSO ALEGRE	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAJUBÁ	ARTb/ITAJUBÁ	GRTb/POUSO ALEGRE	ITAJUBÁ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO LOURENÇO	ARTb/SÃO LOURENÇO	GRTb/POUSO ALEGRE	SÃO LOURENÇO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CURVELO	ARTb/CURVELO	GRTb/CONTAGEM	CURVELO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PEDRO LEOPOLDO	ARTb/PEDRO LEOPOLDO	SRTb/MG	PEDRO LEOPOLDO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DIAMANTINA	ARTb/DIAMANTINA	GRTb/CONTAGEM	DIAMANTINA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAÇUAÍ	ARTb/ARAÇUAÍ	GRTb/MONTES CLAROS	ARAÇUAÍ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS NOVAS	ARTb/MINAS NOVAS	GRTb/MONTES CLAROS	MINAS NOVAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TEÓFILO OTONI	ARTb/TEÓFILO OTONI	GRTb/GOVERNADOR VALADARES	TEÓFILO OTONI	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAXÁ	ARTb/ARAXÁ	GRTb/UBERABA	ARAXÁ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAGUARI	ARTb/ARAGUARI	GRTb/UBERLANDIA	ARAGUARI	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITUIUTABA	ARTb/ITUIUTABA	GRTb/UBERLANDIA	ITUIUTABA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALFENAS	ARTb/ALFENAS	GRTb/VARGINHA	ALFENAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOA ESPERANÇA	ARTb/BOA ESPERANÇA	GRTb/VARGINHA	BOA ESPERANÇA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAVRAS	ARTb/LAVRAS	GRTb/VARGINHA	LAVRAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO BELO	ARTb/CAMPO BELO	GRTb/VARGINHA	CAMPO BELO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAXAMBÚ	ARTb/CAXAMBÚ	GRTb/VARGINHA	CAXAMBÚ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PERDÕES	ARTb/PERDÕES	GRTb/VARGINHA	PERDÕES	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TRÊS CORAÇÕES	ARTb/TRÊS CORAÇÕES	GRTb/VARGINHA	TRÊS CORAÇÕES	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TRÊS PONTAS	ARTb/TRÊS PONTAS	GRTb/VARGINHA	TRÊS PONTAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	ARTb/SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	GRTb/VARGINHA	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	MG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	SRTb/MS	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	CAMPO GRANDE	MS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DOURADOS	GRTb/DOURADOS	SRTb/MS	DOURADOS	MS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CORUMBÁ	ARTb/CORUMBÁ	SRTb/MS	CORUMBÁ	MS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PONTA PORÃ	ARTb/PONTA PORÃ	GRTb/DOURADOS	PONTA PORÃ	MS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NAVIRAÍ	ARTb/NAVIRAÍ	GRTb/DOURADOS	NAVIRAÍ	MS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA ANDRADINA	ARTb/NOVA ANDRADINA	GRTb/DOURADOS	NOVA ANDRADINA	MS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE MATO GROSSO	SRTb/MT	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	CUIABÁ	MT
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RONDONÓPOLIS	GRTb/RONDONÓPOLIS	SRTb/MT	RONDONÓPOLIS	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARRA DO GARÇAS	ARTb/BARRA DO GARÇAS	SRTb/MT	BARRA DO GARÇAS	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CÁCERES	ARTb/CÁCERES	SRTb/MT	CÁCERES	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO VERDE	ARTb/CAMPO VERDE	SRTb/MT	CAMPO VERDE	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LUCAS DO RIO VERDE	ARTb/LUCAS DO RIO VERDE	SRTb/MT	LUCAS DO RIO VERDE	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SINOP	ARTb/SINOP	SRTb/MT	SINOP	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TANGARÁ DA SERRA	ARTb/TANGARÁ DA SERRA	SRTb/MT	TANGARÁ DA SERRA	MT
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARÁ	SRTb/PA	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	BELÉM	PA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARABÁ	GRTb/MARABÁ	SRTb/PA	MARABÁ	PA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTARÉM	GRTb/SANTARÉM	SRTb/PA	SANTARÉM	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ANANINDEUA	ARTb/ANANINDEUA	SRTb/PA	ANANINDEUA	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAPANEMA	ARTb/CAPANEMA	SRTb/PA	CAPANEMA	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CASTANHAL	ARTb/CASTANHAL	SRTb/PA	CASTANHAL	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARAGOMINAS	ARTb/PARAGOMINAS	SRTb/PA	PARAGOMINAS	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARAUAPEBAS	ARTb/PARAUAPEBAS	GRTb/MARABÁ	PARAUAPEBAS	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TUCURUÍ	ARTb/TUCURUÍ	GRTb/MARABÁ	TUCURUÍ	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALTAMIRA	ARTb/ALTAMIRA	GRTb/SANTARÉM	ALTAMIRA	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAITUBA	ARTb/ITAITUBA	GRTb/SANTARÉM	ITAITUBA	PA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DA PARAÍBA	SRTb/PB	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	JOÃO PESSOA	PB
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPINA GRANDE	GRTb/CAMPINA GRANDE	SRTb/PB	CAMPINA GRANDE	PB
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PATOS	ARTb/PATOS	GRTb/CAMPINA GRANDE	PATOS	PB
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SOUSA	ARTb/SOUSA	GRTb/CAMPINA GRANDE	SOUSA	PB
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAJAZEIRAS	ARTb/CAJAZEIRAS	GRTb/CAMPINA GRANDE	CAJAZEIRAS	PB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	SRTb/PE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	RECIFE	PE
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARUARU	GRTb/CARUARU	SRTb/PE	CARUARU	PE
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GARANHUNS	GRTb/GARANHUNS	SRTb/PE	GARANHUNS	PE
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PETROLINA	GRTb/PETROLINA	SRTb/PE	PETROLINA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JABOATÃO DOS GUARARAPES	ARTb/JABOATÃO DOS GUARARAPES	SRTb/PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IPOJUCA	ARTb/IPOJUCA	SRTb/PE	IPOJUCA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARREIROS	ARTb/BARREIROS	SRTb/PE	BARREIROS	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIANA	ARTb/GOIANA	SRTb/PE	GOIANA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NAZARÉ DA MATA	ARTb/NAZARÉ DA MATA	SRTb/PE	NAZARÉ DA MATA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PALMARES	ARTb/PALMARES	SRTb/PE	PALMARES	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TIMBAÚBA	ARTb/TIMBAÚBA	SRTb/PE	TIMBAÚBA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	ARTb/VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	SRTb/PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AFOGADOS DA INGAZEIRA	ARTb/AFOGADOS DA INGAZEIRA	GRTb/CARUARU	AFOGADOS DA INGAZEIRA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARCOVERDE	ARTb/ARCOVERDE	GRTb/CARUARU	ARCOVERDE	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GRAVATÁ	ARTb/GRAVATÁ	GRTb/CARUARU	GRAVATÁ	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DO EGITO	ARTb/SÃO JOSÉ DO EGITO	GRTb/CARUARU	SÃO JOSÉ DO EGITO	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SERRA TALHADA	ARTb/SERRA TALHADA	GRTb/CARUARU	SERRA TALHADA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SURUBIM	ARTb/SURUBIM	GRTb/CARUARU	SURUBIM	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOM CONSELHO	ARTb/BOM CONSELHO	GRTb/GARANHUNS	BOM CONSELHO	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FLORESTA	ARTb/FLORESTA	GRTb/GARANHUNS	FLORESTA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PETROLÂNDIA	ARTb/PETROLÂNDIA	GRTb/GARANHUNS	PETROLÂNDIA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARARIPINA	ARTb/ARARIPINA	GRTb/PETROLINA	ARARIPINA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OURICURI	ARTb/OURICURI	GRTb/PETROLINA	OURICURI	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SALGUEIRO	ARTb/SALGUEIRO	GRTb/PETROLINA	SALGUEIRO	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA MARIA DA BOA VISTA	ARTb/SANTA MARIA DA BOA VISTA	GRTb/PETROLINA	SANTA MARIA DA BOA VISTA	PE
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PIAUÍ	SRTb/PI	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	TERESINA	PI
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARNAÍBA	GRTb/PARNAÍBA	SRTb/PI	PARNAÍBA	PI
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO MAIOR	ARTb/CAMPO MAIOR	SRTb/PI	CAMPO MAIOR	PI
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CORRENTE	ARTb/CORRENTE	SRTb/PI	CORRENTE	PI
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FLORIANO	ARTb/FLORIANO	SRTb/PI	FLORIANO	PI

AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PICOS	ARTb/PICOS	SRTb/PI	PICOS	PI
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ	SRTb/PR	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	CURITIBA	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CASCAVEL	GRTb/CASCAVEL	SRTb/PR	CASCAVEL	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FOZ DO IGUAÇU	GRTb/FOZ DO IGUAÇU	SRTb/PR	FOZ DO IGUAÇU	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LONDRINA	GRTb/LONDRINA	SRTb/PR	LONDRINA	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARINGÁ	GRTb/MARINGÁ	SRTb/PR	MARINGÁ	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PONTA GROSSA	GRTb/PONTA GROSSA	SRTb/PR	PONTA GROSSA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAUCÁRIA	ARTb/ARAUCÁRIA	SRTb/PR	ARAUCÁRIA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARANAGUÁ	ARTb/PARANAGUÁ	SRTb/PR	PARANAGUÁ	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	ARTb/SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	SRTb/PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FRANCISCO BELTRÃO	ARTb/FRANCISCO BELTRÃO	GRTb/CASCAVEL	FRANCISCO BELTRÃO	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TOLEDO	ARTb/TOLEDO	GRTb/FOZ DO IGUAÇU	TOLEDO	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM APUCARANA	ARTb/APUCARANA	GRTb/LONDRINA	APUCARANA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CORNÉLIO PROCÓPIO	ARTb/CORNÉLIO PROCÓPIO	GRTb/LONDRINA	CORNÉLIO PROCÓPIO	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	ARTb/SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	GRTb/LONDRINA	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARANAVAÍ	ARTb/PARANAVAÍ	GRTb/MARINGÁ	PARANAVAÍ	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UMUARAMA	ARTb/UMUARAMA	GRTb/MARINGÁ	UMUARAMA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO MOURÃO	ARTb/CAMPO MOURÃO	GRTb/MARINGÁ	CAMPO MOURÃO	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CIANORTE	ARTb/CIANORTE	GRTb/MARINGÁ	CIANORTE	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UNIÃO DA VITÓRIA	ARTb/UNIÃO DA VITÓRIA	GRTb/PONTA GROSSA	UNIÃO DA VITÓRIA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUARAPUAVA	ARTb/GUARAPUAVA	SRTb/PR	GUARAPUAVA	PR
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	SRTb/RJ	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	RIO DE JANEIRO	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CABO FRIO	GRTb/CABO FRIO	SRTb/RJ	CABO FRIO	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	GRTb/CAMPOS DOS GOYTACAZES	SRTb/RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DUQUE DE CAXIAS	GRTb/DUQUE DE CAXIAS	SRTb/RJ	DUQUE DE CAXIAS	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAGUAÍ	GRTb/ITAGUAÍ	SRTb/RJ	ITAGUAÍ	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAPERUNA	GRTb/ITAPERUNA	SRTb/RJ	ITAPERUNA	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NITERÓI	GRTb/NITERÓI	SRTb/RJ	NITERÓI	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA FRIBURGO	GRTb/NOVA FRIBURGO	SRTb/RJ	NOVA FRIBURGO	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA IGUAÇÚ	GRTb/NOVA IGUAÇÚ	SRTb/RJ	NOVA IGUAÇÚ	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PETRÓPOLIS	GRTb/PETRÓPOLIS	SRTb/RJ	PETRÓPOLIS	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VOLTA REDONDA	GRTb/VOLTA REDONDA	SRTb/RJ	VOLTA REDONDA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BANGU	ARTb/BANGU	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO GRANDE	ARTb/CAMPO GRANDE	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM COPACABANA	ARTb/COPACABANA	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NA ILHA DO GOVERNADOR	ARTb/ILHA DO GOVERNADOR	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JACAREPAGUÁ	ARTb/JACAREPAGUÁ	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MADUREIRA	ARTb/MADUREIRA	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARECHAL HERMES	ARTb/MARECHAL HERMES	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MÉIER	ARTb/MÉIER	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NA TIJUCA	ARTb/TIJUCA	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	ARTb/ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	GRTb/CABO FRIO	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MACAÉ	ARTb/MACAÉ	GRTb/CABO FRIO	MACAÉ	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO PEDRO DA ALDEIA	ARTb/SÃO PEDRO DA ALDEIA	GRTb/CABO FRIO	SÃO PEDRO DA ALDEIA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SAQUAREMA	ARTb/SAQUAREMA	GRTb/CABO FRIO	SAQUAREMA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO FIDELIS	ARTb/SÃO FIDELIS	GRTb/CAMPOS DOS GOYTACAZES	SÃO FIDELIS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BELFORD ROXO	ARTb/BELFORD ROXO	GRTb/DUQUE DE CAXIAS	BELFORD ROXO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MAGÉ	ARTb/MAGÉ	GRTb/DUQUE DE CAXIAS	MAGÉ	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOÃO DO MERITI	ARTb/SÃO JOÃO DO MERITI	GRTb/DUQUE DE CAXIAS	SÃO JOÃO DO MERITI	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ANGRA DOS REIS	ARTb/ANGRA DOS REIS	GRTb/ITAGUAÍ	ANGRA DOS REIS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARATY	ARTb/PARATY	GRTb/ITAGUAÍ	PARATY	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOM JESUS DO ITABAPOANA	ARTb/BOM JESUS DO ITABAPOANA	GRTb/ITAPERUNA	BOM JESUS DO ITABAPOANA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	ARTb/SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	GRTb/ITAPERUNA	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITABORAÍ	ARTb/ITABORAÍ	GRTb/NITEROÍ	ITABORAÍ	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO BONITO	ARTb/RIO BONITO	GRTb/NITEROÍ	RIO BONITO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO GONÇALO	ARTb/SÃO GONÇALO	GRTb/NITEROÍ	SÃO GONÇALO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CANTAGALO	ARTb/CANTAGALO	GRTb/NOVA FRIBURGO	CANTAGALO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MESQUITA	ARTb/MESQUITA	GRTb/NOVA IGUAÇU	MESQUITA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM QUEIMADOS	ARTb/QUEIMADOS	GRTb/NOVA IGUAÇU	QUEIMADOS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MIGUEL PEREIRA	ARTb/MIGUEL PEREIRA	GRTb/PETROPÓLIS	MIGUEL PEREIRA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SAPUCAIA	ARTb/SAPUCAIA	GRTb/PETRÓPOLIS	SAPUCAIA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TERESÓPOLIS	ARTb/TERESÓPOLIS	GRTb/PETRÓPOLIS	TERESÓPOLIS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TRÊS RIOS	ARTb/TRÊS RIOS	GRTb/PETRÓPOLIS	TRÊS RIOS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARRA DO PIRAÍ	ARTb/BARRA DO PIRAÍ	GRTb/VOLTA REDONDA	BARRA DO PIRAÍ	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RESENDE	ARTb/RESENDE	GRTb/VOLTA REDONDA	RESENDE	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARRA MANSA	ARTb/BARRA MANSA	GRTb/VOLTA REDONDA	BARRA MANSA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VASSOURAS	ARTb/VASSOURAS	GRTb/VOLTA REDONDA	VASSOURAS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VALENÇA	ARTb/VALENÇA	GRTb/VOLTA REDONDA	VALENÇA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO DAS OSTRAS	ARTb/RIO DAS OSTRAS	SRTb/CABO FRIO	RIO DAS OSTRAS	RJ
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	SRTb/RN	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	NATAL	RN
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MOSSORÓ	GRTb/MOSSORÓ	SRTb/RN	MOSSORÓ	RN
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAICÓ	ARTb/CAICÓ	SRTb/RN	CAICÓ	RN
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CURRAIS NOVOS	ARTb/CURRAIS NOVOS	SRTb/RN	CURRAIS NOVOS	RN
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE RONDÔNIA	SRTb/RO	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	PORTO VELHO	RO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARIQUEMES	ARTb/ARIQUEMES	SRTb/RO	ARIQUEMES	RO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUAJARÁ-MIRIM	ARTb/GUAJARÁ-MIRIM	SRTb/RO	GUAJARÁ-MIRIM	RO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JI-PARANÁ	ARTb/JI-PARANÁ	SRTb/RO	JI-PARANÁ	RO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VILHENA	ARTb/VILHENA	SRTb/RO	VILHENA	RO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE RORAIMA	SRTB/RR	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	RORAIMA	RR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARACARAÍ	ARTb/CARACARAÍ	SRTb/RR	CARACARAÍ	RR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO LUÍZ DO ANAUÁ	ARTb/SÃO LUÍZ DO ANAUÁ	SRTb/RR	SÃO LUÍZ DO ANAUÁ	RR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RORAINÓPOLIS	ARTb/RORAINÓPOLIS	SRTb/RR	RORAINÓPOLIS	RR
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	SRTb/RS	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	PORTO ALEGRE	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BAGÉ	GRTb/BAGÉ	SRTb/RS	BAGÉ	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAXIAS DO SUL	GRTb/CAXIAS DO SUL	SRTb/RS	CAXIAS DO SUL	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAJEADO	GRTb/LAJEADO	SRTb/RS	LAJEADO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVO HAMBURGO	GRTb/NOVO HAMBURGO	SRTb/RS	NOVO HAMBURGO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PASSO FUNDO	GRTb/PASSO FUNDO	SRTb/RS	PASSO FUNDO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PELOTAS	GRTb/PELOTAS	SRTb/RS	PELOTAS	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO GRANDE	GRTb/RIO GRANDE	SRTb/RS	RIO GRANDE	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA MARIA	GRTb/SANTA MARIA	SRTb/RS	SANTA MARIA	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ÂNGELO	GRTb/SANTO ÂNGELO	SRTb/RS	SANTO ANGELO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO LEOPOLDO	GRTb/SÃO LEOPOLDO	SRTb/RS	SÃO LEOPOLDO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM URUGUAIANA	GRTb/URUGUAIANA	SRTb/RS	URUGUAIANA	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA CRUZ DO SUL	GRTb/SANTA CRUZ DO SUL	SRTb/RS	SANTA CRUZ DO SUL	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GRAVATAÍ	ARTb/GRAVATAÍ	SRTb/RS	GRAVATAÍ	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OSÓRIO	ARTb/OSÓRIO	SRTb/RS	OSÓRIO	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTANA DO LIVRAMENTO	ARTb/SANTANA DO LIVRAMENTO	GRTb/BAGÉ	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARAZINHO	ARTb/CARAZINHO	GRTb/PASSO FUNDO	CARAZINHO	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PALMEIRA DAS MISSÕES	ARTb/PALMEIRA DAS MISSÕES	GRTb/PASSO FUNDO	PALMEIRA DAS MISSÕES	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IJUÍ	ARTb/IJUÍ	GRTb/SANTO ÂNGELO	IJUÍ	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA ROSA	ARTb/SANTA ROSA	GRTb/SANTO ÂNGELO	SANTA ROSA	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO BORJA	ARTb/SÃO BORJA	GRTb/URUGUAIANA	SÃO BORJA	RS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA	SRTb/SC	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	FLORIANOPÓLIS	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAJAÍ	GRTb/ITAJAÍ	SRTb/SC	ITAJAÍ	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CHAPECÓ	GRTb/CHAPECÓ	SRTb/SC	CHAPECÓ	SC

GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CRICIÚMA	GRTb/CRICIÚMA	SRTb/SC	CRICIÚMA	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOINVILLE	GRTb/JOINVILLE	SRTb/SC	JOINVILLE	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAGES	GRTb/LAGES	SRTb/SC	LAGES	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ	ARTb/SÃO JOSÉ	SRTb/SC	SÃO JOSÉ	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOAÇABA	ARTb/JOAÇABA	GRTb/CHAPECÓ	JOAÇABA	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO MIGUEL DO OESTE	ARTb/SÃO MIGUEL DO OESTE	GRTb/CHAPECÓ	SÃO MIGUEL DO OESTE	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CONCÓRDIA	ARTb/CONCÓRDIA	GRTb/CHAPECÓ	CONCÓRDIA	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAGUNA	ARTb/LAGUNA	GRTb/CRICIÚMA	LAGUNA	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARARANGUÁ	ARTb/ARARANGUÁ	GRTb/CRICIÚMA	ARARANGUÁ	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TUBARÃO	ARTb/TUBARÃO	GRTb/CRICIÚMA	TUBARÃO	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BRUSQUE	ARTb/BRUSQUE	GRTb/ITAJAÍ	BRUSQUE	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BLUMENAU	ARTb/BLUMENAU	GRTb/ITAJAÍ	BLUMENAU	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO DO SUL	ARTb/RIO DO SUL	GRTb/ITAJAÍ	RIO DO SUL	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JARAGUÁ DO SUL	ARTb/JARAGUÁ DO SUL	GRTb/JOINVILLE	JARAGUÁ DO SUL	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO NEGRINHO	ARTb/RIO NEGRINHO	GRTb/JOINVILLE	RIO NEGRINHO	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAÇADOR	ARTb/CAÇADOR	GRTb/LAGES	CAÇADOR	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VIDEIRA	ARTb/VIDEIRA	GRTb/LAGES	VIDEIRA	SC
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SERGIPE	SRTb/SE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	ARACAJÚ	SE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITABAIANA	ARTb/ITABAIANA	SRTb/SE	ITABAIANA	SE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ESTÂNCIA	ARTb/ESTÂNCIA	SRTb/SE	ESTÂNCIA	SE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAGARTO	ARTb/LAGARTO	SRTb/SE	LAGARTO	SE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	ARTb/NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	SRTb/SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	SE
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO	SRTb/SP	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	SÃO PAULO	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAÇATUBA	GRTb/ARAÇATUBA	SRTb/SP	ARAÇATUBA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARARAQUARA	GRTb/ARARAQUARA	SRTb/SP	ARARAQUARA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARRETOS	GRTb/BARRETOS	SRTb/SP	BARRETOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BAURU	GRTb/BAURU	SRTb/SP	BAURU	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPINAS	GRTb/CAMPINAS	SRTb/SP	CAMPINAS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FRANCA	GRTb/FRANCA	SRTb/SP	FRANCA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUARULHOS	GRTb/GUARULHOS	SRTb/SP	GUARULHOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JUNDIAÍ	GRTb/JUNDIAÍ	SRTb/SP	JUNDIAÍ	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARÍLIA	GRTb/MARÍLIA	SRTb/SP	MARÍLIA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OSASCO	GRTb/OSASCO	SRTb/SP	OSASCO	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PIRACICABA	GRTb/PIRACICABA	SRTb/SP	PIRACICABA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PRESIDENTE PRUDENTE	GRTb/PRESIDENTE PRUDENTE	SRTb/SP	PRESIDENTE PRUDENTE	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIBEIRÃO PRETO	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	SRTb/SP	RIBEIRÃO PRETO	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ANDRÉ	GRTb/SANTO ANDRÉ	SRTb/SP	SANTO ANDRÉ	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTOS	GRTb/SANTOS	SRTb/SP	SANTOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO BERNARDO CAMPO	GRTb/SÃO BERNARDO CAMPO	SRTb/SP	SÃO BERNARDO CAMPO	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO CARLOS	GRTb/SÃO CARLOS	SRTb/SP	SÃO CARLOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SRTb/SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	GRTb/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SRTb/SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SOROCABA	GRTb/SOROCABA	SRTb/SP	SOROCABA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PENÁPOLIS	ARTb/PENÁPOLIS	GRTb/ARAÇATUBA	PENÁPOLIS	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IBITINGA	ARTb/IBITINGA	GRTb/ARARAQUARA	IBITINGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TAQUARITINGA	ARTb/TAQUARITINGA	GRTb/ARARAQUARA	TAQUARITINGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BEBEDOURO	ARTb/BEBEDOURO	GRTb/BARRETOS	BEBEDOURO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOTUCATU	ARTb/BOTUCATU	GRTb/BAURU	BOTUCATÚ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JAÚ	ARTb/JAÚ	GRTb/BAURU	JAÚ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AMERICANA	ARTb/AMERICANA	GRTb/CAMPINAS	AMERICANA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AMPARO	ARTb/AMPARO	GRTb/CAMPINAS	AMPARO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARARAS	ARTb/ARARAS	GRTb/CAMPINAS	ARARAS	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MOGI-GUAÇU	ARTb/MOGI-GUAÇU	GRTb/CAMPINAS	MOGI-GUAÇU	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MOGI-MIRIM	ARTb/MOGI-MIRIM	GRTb/CAMPINAS	MOGI-MIRIM	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOAQUIM DA BARRA	ARTb/SÃO JOAQUIM DA BARRA	GRTb/FRANCA	SÃO JOAQUIM DA BARRA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARUJÁ	ARTb/ARUJÁ	GRTb/GUARULHOS	ARUJÁ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BRAGANÇA PAULISTA	ARTb/BRAGANÇA PAULISTA	GRTb/JUNDIAÍ	BRAGANÇA PAULISTA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ATIBAIA	ARTb/ATIBAIA	GRTb/JUNDIAÍ	ATIBAIA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ASSIS	ARTb/ASSIS	GRTb/MARÍLIA	ASSIS	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARAGUAÇU PAULISTA	ARTb/PARAGUAÇU PAULISTA	GRTb/MARÍLIA	PARAGUAÇU PAULISTA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TABOÃO DA SERRA	ARTb/TABOÃO DA SERRA	GRTb/OSASCO	TABOÃO DA SERRA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM COTIA	ARTb/COTIA	GRTb/OSASCO	COTIA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OSVALDO CRUZ	ARTb/OSVALDO CRUZ	GRTb/PRESIDENTE PRUDENTE	OSVALDO CRUZ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JABOTICABAL	ARTb/JABOTICABAL	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	JABOTICABAL	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ORLÂNDIA	ARTb/ORLÂNDIA	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	ORLÂNDIA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MONTE ALTO	ARTb/MONTE ALTO	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	MONTE ALTO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SERTÃOZINHO	ARTb/SERTÃOZINHO	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	SERTÃOZINHO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARAGUATATUBA	ARTb/CARAGUATATUBA	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CARAGUATATUBA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CRUZEIRO	ARTb/CRUZEIRO	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CRUZEIRO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PINDAMONHANGABA	ARTb/PINDAMONHANGABA	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUARATINGUETÁ	ARTb/GUARATINGUETÁ	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GUARATINGUETÁ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITANHAÉM	ARTb/ITANHAÉM	GRTb/SANTOS	ITANHAÉM	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PRAIA GRANDE	ARTb/PRAIA GRANDE	GRTb/SANTOS	PRAIA GRANDE	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM REGISTRO	ARTb/REGISTRO	GRTb/SANTOS	REGISTRO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO SEBASTIÃO	ARTb/SÃO SEBASTIÃO	GRTb/SANTOS	SÃO SEBASTIÃO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PIRASSUNUNGA	ARTb/PIRASSUNUNGA	GRTb/SÃO CARLOS	PIRASSUNUNGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO CLARO	ARTb/RIO CLARO	GRTb/SÃO CARLOS	RIO CLARO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	ARTb/SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	GRTb/SÃO CARLOS	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVO HORIZONTE	ARTb/NOVO HORIZONTE	GRTb/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	NOVO HORIZONTE	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VOTUPORANGA	ARTb/VOTUPORANGA	GRTb/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	VOTUPORANGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAPETININGA	ARTb/ITAPETININGA	GRTb/SOROCABA	ITAPETININGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAPEVA	ARTb/ITAPEVA	GRTb/SOROCABA	ITAPEVA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PORTO FELIZ	ARTb/PORTO FELIZ	GRTb/SOROCABA	PORTO FELIZ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO ROQUE	ARTb/SÃO ROQUE	GRTb/SOROCABA	SÃO ROQUE	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TATUÍ	ARTb/TATUÍ	GRTb/SOROCABA	TATUÍ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TIETÊ	ARTb/TIETÊ	GRTb/SOROCABA	TIETÊ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VOTORANTIM	ARTb/VOTORANTIM	GRTb/SOROCABA	VOTORANTIM	SP
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE TOCANTINS	SRTb/TO	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	PALMAS	TO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAGUAÍNA	ARTb/ARAGUAÍNA	SRTb/TO	ARAGUAÍNA	TO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GURUPI	ARTb/GURUPI	SRTb/TO	GURUPI	TO

ANEXO II

GERÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO DO GRUPO I				
NOME DA UNIDADE	SIGLA DA UNIDADE	VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	UF
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CONTAGEM	GRTb/CONTAGEM	SRTb/MG	CONTAGEM	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DIVINÓPOLIS	GRTb/DIVINÓPOLIS	SRTb/MG	DIVINÓPOLIS	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JUIZ DE FORA	GRTb/JUIZ DE FORA	SRTb/MG	JUIZ DE FORA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM POUSO ALEGRE	GRTb/POUSO ALEGRE	SRTb/MG	POUSO ALEGRE	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UBERLÂNDIA	GRTb/UBERLÂNDIA	SRTb/MG	UBERLÂNDIA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VARGINHA	GRTb/VARGINHA	SRTb/MG	VARGINHA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARINGÁ	GRTb/MARINGÁ	SRTb/PR	MARINGÁ	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DUQUE DE CAXIAS	GRTb/DUQUE DE CAXIAS	SRTb/RJ	DUQUE DE CAXIAS	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NITERÓI	GRTb/NITERÓI	SRTb/RJ	NITERÓI	RJ

GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA IGUAÇÚ	GRTb/NOVA IGUAÇÚ	SRTb/RJ	NOVA IGUAÇÚ	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PETRÓPOLIS	GRTb/PETRÓPOLIS	SRTb/RJ	PETRÓPOLIS	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VOLTA REDONDA	GRTb/VOLTA REDONDA	SRTb/RJ	VOLTA REDONDA	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA MARIA	GRTb/SANTA MARIA	SRTb/RS	SANTA MARIA	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPINAS	GRTb/CAMPINAS	SRTb/SP	CAMPINAS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUARULHOS	GRTb/GUARULHOS	SRTb/SP	GUARULHOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OSASCO	GRTb/OSASCO	SRTb/SP	OSASCO	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIBEIRÃO PRETO	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	SRTb/SP	RIBEIRÃO PRETO	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ANDRÉ	GRTb/SANTO ANDRÉ	SRTb/SP	SANTO ANDRÉ	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTOS	GRTb/SANTOS	SRTb/SP	SANTOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO BERNARDO CAMPO	GRTb/SÃO BERNARDO CAMPO	SRTb/SP	SÃO BERNARDO CAMPO	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO CARLOS	GRTb/SÃO CARLOS	SRTb/SP	SÃO CARLOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SRTb/SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SOROCABA	GRTb/SOROCABA	SRTb/SP	SOROCABA	SP

ANEXO III

GERÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO DO GRUPO II				
NOME DA UNIDADE	SIGLA DA UNIDADE	VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	UF
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARREIRAS	GRTb/BARREIRAS	SRTb/BA	BARREIRAS	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMAÇARI	GRTb/CAMAÇARI	SRTb/BA	CAMAÇARI	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM EUNÁPOLIS	GRTb/EUNÁPOLIS	SRTb/BA	EUNÁPOLIS	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FEIRA DE SANTANA	GRTb/FEIRA DE SANTANA	SRTb/BA	FEIRA DE SANTANA	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ILHÉUS	GRTb/ILHÉUS	SRTb/BA	ILHÉUS	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JUAZEIRO	GRTb/JUAZEIRO	SRTb/BA	JUAZEIRO	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VITÓRIA DA CONQUISTA	GRTb/VITÓRIA DA CONQUISTA	SRTb/BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	BA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SOBRAL	GRTb/SOBRAL	SRTb/CE	SOBRAL	CE
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM COLATINA	GRTb/COLATINA	SRTb/ES	COLATINA	ES
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	GRTb/CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	SRTb/ES	CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	ES
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ANÁPOLIS	GRTb/ANAPÓLIS	SRTb/GO	ANAPÓLIS	GO
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IMPERATRIZ	GRTb/IMPERATRIZ	SRTb/MA	IMPERATRIZ	MA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BETIM	GRTb/BETIM	SRTb/MG	BETIM	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CONSELHEIRO LAFAIETE	GRTb/CONSELHEIRO LAFAIETE	SRTb/MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOVERNADOR VALADARES	GRTb/GOVERNADOR VALADARES	SRTb/MG	GOVERNADOR VALADARES	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IPATINGA	GRTb/IPATINGA	SRTb/MG	IPATINGA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MONTES CLAROS	GRTb/MONTES CLAROS	SRTb/MG	MONTES CLAROS	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARACATU	GRTb/PARACATU	SRTb/MG	PARACATU	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM POÇOS DE CALDAS	GRTb/POÇOS DE CALDAS	SRTb/MG	POÇOS DE CALDAS	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PONTE NOVA	GRTb/PONTE NOVA	SRTb/MG	PONTE NOVA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UBERABA	GRTb/UBERABA	SRTb/MG	UBERABA	MG
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DOURADOS	GRTb/DOURADOS	SRTb/MS	DOURADOS	MS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RONDONÓPOLIS	GRTb/RONDONÓPOLIS	SRTb/MT	RONDONÓPOLIS	MT
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARABÁ	GRTb/MARABÁ	SRTb/PA	MARABÁ	PA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTARÉM	GRTb/SANTARÉM	SRTb/PA	SANTARÉM	PA
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPINA GRANDE	GRTb/CAMPINA GRANDE	SRTb/PB	CAMPINA GRANDE	PB
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARUARU	GRTb/CARUARU	SRTb/PE	CARUARU	PE
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GARANHUNS	GRTb/GARANHUNS	SRTb/PE	GARANHUNS	PE
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PETROLINA	GRTb/PETROLINA	SRTb/PE	PETROLINA	PE
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARNAÍBA	GRTb/PARNAÍBA	SRTb/PI	PARNAÍBA	PI
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CASCAVEL	GRTb/CASCAVEL	SRTb/PR	CASCAVEL	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FOZ DO IGUAÇU	GRTb/FOZ DO IGUAÇU	SRTb/PR	FOZ DO IGUAÇU	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LONDRINA	GRTb/LONDRINA	SRTb/PR	LONDRINA	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PONTA GROSSA	GRTb/PONTA GROSSA	SRTb/PR	PONTA GROSSA	PR
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CABO FRIO	GRTb/CABO FRIO	SRTb/RJ	CABO FRIO	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	GRTb/CAMPOS DOS GOYTACAZES	SRTb/RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAGUAÍ	GRTb/ITAGUAÍ	SRTb/RJ	ITAGUAÍ	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAPERUNA	GRTb/ITAPERUNA	SRTb/RJ	ITAPERUNA	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA FRIBURGO	GRTb/NOVA FRIBURGO	SRTb/RJ	NOVA FRIBURGO	RJ
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MOSSORÓ	GRTb/MOSSORÓ	SRTb/RN	MOSSORÓ	RN
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BAGÉ	GRTb/BAGÉ	SRTb/RS	BAGÉ	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAXIAS DO SUL	GRTb/CAXIAS DO SUL	SRTb/RS	CAXIAS DO SUL	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAJEADO	GRTb/LAJEADO	SRTb/RS	LAJEADO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVO HAMBURGO	GRTb/NOVO HAMBURGO	SRTb/RS	NOVO HAMBURGO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PASSO FUNDO	GRTb/PASSO FUNDO	SRTb/RS	PASSO FUNDO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PELOTAS	GRTb/PELOTAS	SRTb/RS	PELOTAS	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO GRANDE	GRTb/RIO GRANDE	SRTb/RS	RIO GRANDE	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ÂNGELO	GRTb/SANTO ÂNGELO	SRTb/RS	SANTO ANGELO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO LEOPOLDO	GRTb/SÃO LEOPOLDO	SRTb/RS	SÃO LEOPOLDO	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM URUGUAIANA	GRTb/URUGUAIANA	SRTb/RS	URUGUAIANA	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA CRUZ DO SUL	GRTb/SANTA CRUZ DO SUL	SRTb/RS	SANTA CRUZ DO SUL	RS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAJAÍ	GRTb/ITAJAÍ	SRTb/SC	ITAJAÍ	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CHAPECÓ	GRTb/CHAPECÓ	SRTb/SC	CHAPECÓ	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CRICIÚMA	GRTb/CRICIÚMA	SRTb/SC	CRICIÚMA	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOINVILLE	GRTb/JOINVILLE	SRTb/SC	JOINVILLE	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAGES	GRTb/LAGES	SRTb/SC	LAGES	SC
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAÇATUBA	GRTb/ARAÇATUBA	SRTb/SP	ARAÇATUBA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARARAQUARA	GRTb/ARARAQUARA	SRTb/SP	ARARAQUARA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARRETOS	GRTb/BARRETOS	SRTb/SP	BARRETOS	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BAURU	GRTb/BAURU	SRTb/SP	BAURU	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FRANCA	GRTb/FRANCA	SRTb/SP	FRANCA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JUNDIAÍ	GRTb/JUNDIAÍ	SRTb/SP	JUNDIAÍ	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARÍLIA	GRTb/MARÍLIA	SRTb/SP	MARÍLIA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PIRACICABA	GRTb/PIRACICABA	SRTb/SP	PIRACICABA	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PRESIDENTE PRUDENTE	GRTb/PRESIDENTE PRUDENTE	SRTb/SP	PRESIDENTE PRUDENTE	SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	GRTb/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SRTb/SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP

ANEXO IV

AGÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO DO GRUPO I (FUNÇÃO COMISSIONADA EXECUTIVA - FCE 1.01 PARA O TITULAR)				
NOME DA UNIDADE	SIGLA DA UNIDADE	VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	UF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS	ARTb/PALMEIRA DOS ÍNDIOS	SRTb/AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM HUMAITÁ	ARTb/HUMAITÁ	SRTb/AM	HUMAITÁ	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MANACAPURU	ARTb/MANACAPURU	SRTb/AM	MANACAPURU	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PRESIDENTE FIGUEIREDO	ARTb/PRESIDENTE FIGUEIREDO	SRTb/AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOINHAS	ARTb/ALAGOINHAS	GRTb/CAMAÇARI	ALAGOINHAS	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MOMBAÇA	ARTb/MOMBAÇA	SRTb/CE	MOMBAÇA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VÁRZEA ALEGRE	ARTb/VÁRZEA ALEGRE	SRTb/CE	VÁRZEA ALEGRE	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARATAÍZES	ARTb/MARATAÍZES	GRTb/CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	MARATAÍZES	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM APARECIDA DE GOIÂNIA	ARTb/APARECIDA DE GOIÂNIA	SRTb/GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS	ARTb/GOIÁS	SRTb/GO	GOIÁS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM INHUMAS	ARTb/INHUMAS	SRTb/GO	INHUMAS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITUMBIARA	ARTb/ITUMBIARA	SRTb/GO	ITUMBIARA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JATAÍ	ARTb/JATAÍ	SRTb/GO	JATAÍ	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINEIROS	ARTb/MINEIROS	SRTb/GO	MINEIROS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MORRINHOS	ARTb/MORRINHOS	SRTb/GO	MORRINHOS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PIRES DO RIO	ARTb/PIRES DO RIO	SRTb/GO	PIRES DO RIO	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AÇAILÂNDIA	ARTb/AÇAILÂNDIA	GRTb/IMPERATRIZ	AÇAILÂNDIA	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BACABAL	ARTb/BACABAL	SRTb/MA	BACABAL	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAROLINA	ARTb/CAROLINA	SRTb/MA	CAROLINA	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CHAPADINHA	ARTb/CHAPADINHA	SRTb/MA	CHAPADINHA	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CODÓ	ARTb/CODÓ	SRTb/MA	CODÓ	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PEDREIRAS	ARTb/PEDREIRAS	SRTb/MA	PEDREIRAS	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ANDRELÂNDIA	ARTb/ANDRELÂNDIA	GRTb/JUIZ DE FORA	ANDRELÂNDIA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAÇUAÍ	ARTb/ARAÇUAÍ	GRTb/MONTES CLAROS	ARAÇUAÍ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAGUARI	ARTb/ARAGUARI	GRTb/UBERLANDIA	ARAGUARI	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOCAIÚVA	ARTb/BOCAIÚVA	GRTb/MONTES CLAROS	BOCAIÚVA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOM DESPACHO	ARTb/BOM DESPACHO	GRTb/DIVINÓPOLIS	BOM DESPACHO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO BELO	ARTb/CAMPO BELO	GRTb/VARGINHA	CAMPO BELO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARATINGA	ARTb/CARATINGA	GRTb/GOVERNADOR VALADARES	CARATINGA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DIAMANTINA	ARTb/DIAMANTINA	GRTb/CONTAGEM	DIAMANTINA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FORMIGA	ARTb/FORMIGA	GRTb/DIVINÓPOLIS	FORMIGA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAJUBÁ	ARTb/ITAJUBÁ	GRTb/POUSO ALEGRE	ITAJUBÁ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOÃO MONLEVADE	ARTb/JOÃO MONLEVADE	GRTb/IPATINGA	JOÃO MONLEVADE	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA LIMA	ARTb/NOVA LIMA	GRTb/BETIM	NOVA LIMA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OURO PRETO	ARTb/OURO PRETO	GRTb/CONSELHEIRO LAFAIETE	OURO PRETO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PASSA QUATRO	ARTb/PASSA QUATRO	GRTb/POUSO ALEGRE	PASSA QUATRO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PASSOS	ARTb/PASSOS	GRTb/POÇOS DE CALDAS	PASSOS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PIRAPORA	ARTb/PIRAPORA	GRTb/MONTES CLAROS	PIRAPORA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA RITA DO SAPUCAÍ	ARTb/SANTA RITA DO SAPUCAÍ	GRTb/POUSO ALEGRE	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	ARTb/SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	GRTb/VARGINHA	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOÃO DEL REI	ARTb/SÃO JOÃO DEL REI	GRTb/CONSELHEIRO LAFAEITE	SÃO JOÃO DEL REI	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	ARTb/SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	GRTb/POÇOS DE CALDAS	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VIÇOSA	ARTb/VIÇOSA	GRTb/PONTE NOVA	VIÇOSA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NAVIRAÍ	ARTb/NAVIRAÍ	GRTb/DOURADOS	NAVIRAÍ	MS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CÁCERES	ARTb/CÁCERES	SRTb/MT	CÁCERES	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO VERDE	ARTb/CAMPO VERDE	SRTb/MT	CAMPO VERDE	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LUCAS DO RIO VERDE	ARTb/LUCAS DO RIO VERDE	SRTb/MT	LUCAS DO RIO VERDE	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TANGARÁ DA SERRA	ARTb/TANGARÁ DA SERRA	SRTb/MT	TANGARÁ DA SERRA	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARAGOMINAS	ARTb/PARAGOMINAS	SRTb/PA	PARAGOMINAS	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARAUAPEBAS	ARTb/PARAUAPEBAS	GRTb/MARABÁ	PARAUAPEBAS	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TUCURUÍ	ARTb/TUCURUÍ	GRTb/MARABÁ	TUCURUÍ	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOM CONSELHO	ARTb/BOM CONSELHO	GRTb/GARANHUNS	BOM CONSELHO	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FLORESTA	ARTb/FLORESTA	GRTb/GARANHUNS	FLORESTA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NAZARÉ DA MATA	ARTb/NAZARÉ DA MATA	SRTb/PE	NAZARÉ DA MATA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OURICURI	ARTb/OURICURI	GRTb/PETROLINA	OURICURI	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PETROLÂNDIA	ARTb/PETROLÂNDIA	GRTb/GARANHUNS	PETROLÂNDIA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SALGUEIRO	ARTb/SALGUEIRO	GRTb/PETROLINA	SALGUEIRO	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAUCÁRIA	ARTb/ARAUCÁRIA	SRTb/PR	ARAUCÁRIA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO MOURÃO	ARTb/CAMPO MOURÃO	GRTb/MARINGÁ	CAMPO MOURÃO	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CIANORTE	ARTb/CIANORTE	GRTb/MARINGÁ	CIANORTE	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUARAPUAVA	ARTb/GUARAPUAVA	SRTb/PR	GUARAPUAVA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARANAGUÁ	ARTb/PARANAGUÁ	SRTb/PR	PARANAGUÁ	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TOLEDO	ARTb/TOLEDO	GRTb/FOZ DO IGUAÇU	TOLEDO	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UMUARAMA	ARTb/UMUARAMA	GRTb/MARINGÁ	UMUARAMA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UNIÃO DA VITÓRIA	ARTb/UNIÃO DA VITÓRIA	GRTb/PONTA GROSSA	UNIÃO DA VITÓRIA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARRA MANSA	ARTb/BARRA MANSA	GRTb/VOLTA REDONDA	BARRA MANSA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARACARAÍ	ARTb/CARACARAÍ	SRTb/RR	CARACARAÍ	RR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RORAINÓPOLIS	ARTb/RORAINÓPOLIS	SRTb/RR	RORAINÓPOLIS	RR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO LUÍZ DO ANAUÁ	ARTb/SÃO LUÍZ DO ANAUÁ	SRTb/RR	SÃO LUÍZ DO ANAUÁ	RR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GRAVATAÍ	ARTb/GRAVATAÍ	SRTb/RS	GRAVATAÍ	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IJUÍ	ARTb/IJUÍ	GRTb/SANTO ÂNGELO	IJUÍ	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PALMEIRA DAS MISSÕES	ARTb/PALMEIRA DAS MISSÕES	GRTb/PASSO FUNDO	PALMEIRA DAS MISSÕES	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA ROSA	ARTb/SANTA ROSA	GRTb/SANTO ÂNGELO	SANTA ROSA	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO BORJA	ARTb/SÃO BORJA	GRTb/URUGUAIANA	SÃO BORJA	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAÇADOR	ARTb/CAÇADOR	GRTb/LAGES	CAÇADOR	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JARAGUÁ DO SUL	ARTb/JARAGUÁ DO SUL	GRTb/JOINVILLE	JARAGUÁ DO SUL	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOAÇABA	ARTb/JOAÇABA	GRTb/CHAPECÓ	JOAÇABA	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VIDEIRA	ARTb/VIDEIRA	GRTb/LAGES	VIDEIRA	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AMERICANA	ARTb/AMERICANA	GRTb/CAMPINAS	AMERICANA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AMPARO	ARTb/AMPARO	GRTb/CAMPINAS	AMPARO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARUJÁ	ARTb/ARUJÁ	GRTb/GUARULHOS	ARUJÁ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ATIBAIA	ARTb/ATIBAIA	GRTb/JUNDIAÍ	ATIBAIA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BEBEDOURO	ARTb/BEBEDOURO	GRTb/BARRETOS	BEBEDOURO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOTUCATU	ARTb/BOTUCATU	GRTb/BAURU	BOTUCATÚ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM COTIA	ARTb/COTIA	GRTb/OSASCO	COTIA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CRUZEIRO	ARTb/CRUZEIRO	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CRUZEIRO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IBITINGA	ARTb/IBITINGA	GRTb/ARARAQUARA	IBITINGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITANHAÉM	ARTb/ITANHAÉM	GRTb/SANTOS	ITANHAÉM	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JABOTICABAL	ARTb/JABOTICABAL	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	JABOTICABAL	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JAÚ	ARTb/JAÚ	GRTb/BAURU	JAÚ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MOGI-MIRIM	ARTb/MOGI-MIRIM	GRTb/CAMPINAS	MOGI-MIRIM	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVO HORIZONTE	ARTb/NOVO HORIZONTE	GRTb/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	NOVO HORIZONTE	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PIRASSUNUNGA	ARTb/PIRASSUNUNGA	GRTb/SÃO CARLOS	PIRASSUNUNGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PRAIA GRANDE	ARTb/PRAIA GRANDE	GRTb/SANTOS	PRAIA GRANDE	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO CLARO	ARTb/RIO CLARO	GRTb/SÃO CARLOS	RIO CLARO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO ROQUE	ARTb/SÃO ROQUE	GRTb/SOROCABA	SÃO ROQUE	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO SEBASTIÃO	ARTb/SÃO SEBASTIÃO	GRTb/SANTOS	SÃO SEBASTIÃO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TIETÊ	ARTb/TIETÊ	GRTb/SOROCABA	TIETÊ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VOTUPORANGA	ARTb/VOTUPORANGA	GRTb/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	VOTUPORANGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GURUPI	ARTb/GURUPI	SRTb/TO	GURUPI	TO

ANEXO V

AGÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO DO GRUPO II (FUNÇÃO COMISSIONADA EXECUTIVA - FCE 1.02 PARA O TITULAR)				
NOME DA UNIDADE	SIGLA DA UNIDADE	VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	UF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CRUZEIRO DO SUL	ARTb/CRUZEIRO DO SUL	SRTb/AC	CRUZEIRO DO SUL	AC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAPIRACA	ARTb/ARAPIRACA	SRTb/AL	ARAPIRACA	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DELMIRO GOUVEIA	ARTb/DELMIRO GOUVEIA	SRTb/AL	DELMIRO GOUVEIA	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	ARTb/SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	SRTb/AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UNIÃO DOS PALMARES	ARTb/UNIÃO DOS PALMARES	SRTb/AL	UNIÃO DOS PALMARES	AL
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITACOATIARA	ARTb/ITACOATIARA	SRTb/AM	ITACOATIARA	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARINTINS	ARTb/PARINTINS	SRTb/AM	PARINTINS	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TABATINGA	ARTb/TABATINGA	SRTb/AM	TABATINGA	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SALVADOR - AFLITOS	ARTb/AFLITOS	SRTb/BA	SALVADOR	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SALVADOR - SAC TRABALHISTA	ARTb/SAC TRABALHISTA	SRTb/BA	SALVADOR	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOM JESUS DA LAPA	ARTb/BOM JESUS DA LAPA	GRTb/BARREIRAS	BOM JESUS DA LAPA	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BRUMADO	ARTb/BRUMADO	GRTb/VITÓRIA DA CONQUISTA	BRUMADO	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUANAMBI	ARTb/GUANAMBI	GRTb/VITORIA DA CONQUISTA	GUANAMBI	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IRECÊ	ARTb/IRECÊ	GRTb/FEIRA DE SANTANA	IRECÊ	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITABUNA	ARTb/ITABUNA	GRTb/ILHÉUS	ITABUNA	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JACOBINA	ARTb/JACOBINA	GRTb/JUAZEIRO	JACOBINA	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JEQUIÉ	ARTb/JEQUIÉ	GRTb/VITÓRIA DA CONQUISTA	JEQUIÉ	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PAULO AFONSO	ARTb/PAULO AFONSO	GRTb/JUAZEIRO	PAULO AFONSO	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO AMARO	ARTb/SANTO AMARO	GRTb/FEIRA DE SANTANA	SANTO AMARO	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS	ARTb/SANTO ANTÔNIO DE JESUS	SRTb/BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SENHOR DO BONFIM	ARTb/SENHOR DO BONFIM	GRTb/JUAZEIRO	SENHOR DO BONFIM	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TEIXEIRA DE FREITAS	ARTb/TEIXEIRA DE FREITAS	GRTb/EUNÁPOLIS	TEIXEIRA DE FREITAS	BA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARACATI	ARTb/ARACATI	SRTb/CE	ARACATI	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMOCIM	ARTb/CAMOCIM	GRTb/SOBRAL	CAMOCIM	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CANINDÉ	ARTb/CANINDÉ	SRTb/CE	CANINDÉ	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAUCAIA	ARTb/CAUCAIA	SRTb/CE	CAUCAIA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CRATO	ARTb/CRATO	SRTb/CE	CRATO	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FORTALEZA I	ARTb/FORTALEZA I	SRTb/CE	FORTALEZA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FORTALEZA II	ARTb/FORTALEZA II	SRTb/CE	FORTALEZA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IGUATU	ARTb/IGUATU	SRTb/CE	IGUATU	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAPIPOCA	ARTb/ITAPIPOCA	GRTb/SOBRAL	ITAPIPOCA	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JUAZEIRO DO NORTE	ARTb/JUAZEIRO DO NORTE	SRTb/CE	JUAZEIRO DO NORTE	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LIMOEIRO DO NORTE	ARTb/LIMOEIRO DO NORTE	SRTb/CE	LIMOEIRO DO NORTE	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARACANAÚ	ARTb/MARACANAÚ	SRTb/CE	MARACANAÚ	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARANGUAPE	ARTb/MARANGUAPE	SRTb/CE	MARANGUAPE	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BRAZLÂNDIA	ARTb/BRAZLÂNDIA	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CEILÂNDIA	ARTb/CEILÂNDIA	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LUZIÂNIA	ARTb/LUZIÂNIA	SRTb/DF	LUZIÂNIA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SOBRADINHO	ARTb/SOBRADINHO	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TAGUATINGA	ARTb/TAGUATINGA	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO GAMA	ARTb/GAMA	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIACHO FUNDO	ARTb/RIACHO FUNDO	SRTb/DF	BRASÍLIA	DF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALEGRE	ARTb/ALEGRE	GRTb/CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	ALEGRE	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARACRUZ	ARTb/ARACRUZ	GRTb/COLATINA	ARACRUZ	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUARAPARI	ARTb/GUARAPARI	SRTb/ES	GUARAPARI	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LINHARES	ARTb/LINHARES	GRTb/COLATINA	LINHARES	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA VENÉCIA	ARTb/NOVA VENÉCIA	GRTb/COLATINA	NOVA VENÉCIA	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO MATEUS	ARTb/SÃO MATEUS	GRTb/COLATINA	SÃO MATEUS	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SERRA	ARTb/SERRA	SRTb/ES	SERRA	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VILA VELHA	ARTb/VILA VELHA	SRTb/ES	VILA VELHA	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VITÓRIA	ARTb/VITÓRIA	SRTb/ES	VITÓRIA	ES
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CALDAS NOVAS	ARTb/CALDAS NOVAS	SRTb/GO	CALDAS NOVAS	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CATALÃO	ARTb/CATALÃO	SRTb/GO	CATALÃO	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIALMA	ARTb/RIALMA	SRTb/GO	RIALMA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO VERDE	ARTb/RIO VERDE	SRTb/GO	RIO VERDE	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	ARTb/SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	SRTb/GO	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM URUAÇU	ARTb/URUAÇU	SRTb/GO	URUAÇU	GO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAXIAS	ARTb/CAXIAS	SRTb/MA	CAXIAS	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PRESIDENTE DUTRA	ARTb/PRESIDENTE DUTRA	SRTb/MA	PRESIDENTE DUTRA	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA INÊS	ARTb/SANTA INÊS	SRTb/MA	SANTA INÊS	MA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALFENAS	ARTb/ALFENAS	GRTb/VARGINHA	ALFENAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAXÁ	ARTb/ARAXÁ	GRTb/UBERABA	ARAXÁ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARBACENA	ARTb/BARBACENA	GRTb/JUIZ DE FORA	BARBACENA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOA ESPERANÇA	ARTb/BOA ESPERANÇA	GRTb/VARGINHA	BOA ESPERANÇA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAXAMBÚ	ARTb/CAXAMBÚ	GRTb/VARGINHA	CAXAMBÚ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CURVELO	ARTb/CURVELO	GRTb/CONTAGEM	CURVELO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITABIRA	ARTb/ITABIRA	SRTb/MG	ITABIRA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAÚNA	ARTb/ITAÚNA	GRTb/DIVINÓPOLIS	ITAÚNA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITUIUTABA	ARTb/ITUIUTABA	GRTb/UBERLANDIA	ITUIUTABA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAVRAS	ARTb/LAVRAS	GRTb/VARGINHA	LAVRAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MANHUAÇU	ARTb/MANHUAÇU	GRTb/PONTE NOVA	MANHUAÇU	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS NOVAS	ARTb/MINAS NOVAS	GRTb/MONTES CLAROS	MINAS NOVAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OLIVEIRA	ARTb/OLIVEIRA	GRTb/DIVINÓPOLIS	OLIVEIRA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PATOS DE MINAS	ARTb/PATOS DE MINAS	GRTb/PARACATU	PATOS DE MINAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PEDRO LEOPOLDO	ARTb/PEDRO LEOPOLDO	SRTb/MG	PEDRO LEOPOLDO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PERDÕES	ARTb/PERDÕES	GRTb/VARGINHA	PERDÕES	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO POMBA	ARTb/RIO POMBA	GRTb/JUIZ DE FORA	RIO POMBA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA LUZIA	ARTb/SANTA LUZIA	SRTb/MG	SANTA LUZIA	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTOS DUMONT	ARTb/SANTOS DUMONT	GRTb/JUIZ DE FORA	SANTOS DUMONT	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO LOURENÇO	ARTb/SÃO LOURENÇO	GRTb/POUSO ALEGRE	SÃO LOURENÇO	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SETE LAGOAS	ARTb/SETE LAGOAS	GRTb/CONTAGEM	SETE LAGOAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TEÓFILO OTONI	ARTb/TEÓFILO OTONI	GRTb/GOVERNADOR VALADARES	TEÓFILO OTONI	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TRÊS CORAÇÕES	ARTb/TRÊS CORAÇÕES	GRTb/VARGINHA	TRÊS CORAÇÕES	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TRÊS PONTAS	ARTb/TRÊS PONTAS	GRTb/VARGINHA	TRÊS PONTAS	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UBÁ	ARTb/UBÁ	GRTb/JUIZ DE FORA	UBÁ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM UNAÍ	ARTb/UNAÍ	GRTb/PARACATU	UNAÍ	MG
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CORUMBÁ	ARTb/CORUMBÁ	SRTb/MS	CORUMBÁ	MS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA ANDRADINA	ARTb/NOVA ANDRADINA	GRTb/DOURADOS	NOVA ANDRADINA	MS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PONTA PORÃ	ARTb/PONTA PORÃ	GRTb/DOURADOS	PONTA PORÃ	MS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARRA DO GARÇAS	ARTb/BARRA DO GARÇAS	SRTb/MT	BARRA DO GARÇAS	MT

AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SINOP	ARTb/SINOP	SRTb/MT	SINOP	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALTAMIRA	ARTb/ALTAMIRA	GRTb/SANTARÉM	ALTAMIRA	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ANANINDEUA	ARTb/ANANINDEUA	SRTb/PA	ANANINDEUA	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAPANEMA	ARTb/CAPANEMA	SRTb/PA	CAPANEMA	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CASTANHAL	ARTb/CASTANHAL	SRTb/PA	CASTANHAL	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAITUBA	ARTb/ITAITUBA	GRTb/SANTARÉM	ITAITUBA	PA
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAJAZEIRAS	ARTb/CAJAZEIRAS	GRTb/CAMPINA GRANDE	CAJAZEIRAS	PB
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PATOS	ARTb/PATOS	GRTb/CAMPINA GRANDE	PATOS	PB
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SOUSA	ARTb/SOUSA	GRTb/CAMPINA GRANDE	SOUSA	PB
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AFOGADOS DA INGAZEIRA	ARTb/AFOGADOS DA INGAZEIRA	GRTb/CARUARU	AFOGADOS DA INGAZEIRA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARARIPINA	ARTb/ARARIPINA	GRTb/PETROLINA	ARARIPINA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARCOVERDE	ARTb/ARCOVERDE	GRTb/CARUARU	ARCOVERDE	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARREIROS	ARTb/BARREIROS	SRTb/PE	BARREIROS	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIANA	ARTb/GOIANA	SRTb/PE	GOIANA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GRAVATÁ	ARTb/GRAVATÁ	GRTb/CARUARU	GRAVATÁ	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM IPOJUCA	ARTb/IPOJUCA	SRTb/PE	IPOJUCA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JABOATÃO DOS GUARARAPES	ARTb/JABOATÃO DOS GUARARAPES	SRTb/PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PALMARES	ARTb/PALMARES	SRTb/PE	PALMARES	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA MARIA DA BOA VISTA	ARTb/SANTA MARIA DA BOA VISTA	GRTb/PETROLINA	SANTA MARIA DA BOA VISTA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DO EGITO	ARTb/SÃO JOSÉ DO EGITO	GRTb/CARUARU	SÃO JOSÉ DO EGITO	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SERRA TALHADA	ARTb/SERRA TALHADA	GRTb/CARUARU	SERRA TALHADA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SURUBIM	ARTb/SURUBIM	GRTb/CARUARU	SURUBIM	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TIMBAÚBA	ARTb/TIMBAÚBA	SRTb/PE	TIMBAÚBA	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	ARTb/VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	SRTb/PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	PE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO MAIOR	ARTb/CAMPO MAIOR	SRTb/PI	CAMPO MAIOR	PI
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CORRENTE	ARTb/CORRENTE	SRTb/PI	CORRENTE	PI
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FLORIANO	ARTb/FLORIANO	SRTb/PI	FLORIANO	PI
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PICOS	ARTb/PICOS	SRTb/PI	PICOS	PI
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM APUCARANA	ARTb/APUCARANA	GRTb/LONDRINA	APUCARANA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CORNÉLIO PROCÓPIO	ARTb/CORNÉLIO PROCÓPIO	GRTb/LONDRINA	CORNÉLIO PROCÓPIO	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM FRANCISCO BELTRÃO	ARTb/FRANCISCO BELTRÃO	GRTb/CASCAVEL	FRANCISCO BELTRÃO	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARANAVAÍ	ARTb/PARANAVAÍ	GRTb/MARINGÁ	PARANAVAÍ	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	ARTb/SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	GRTb/LONDRINA	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	ARTb/SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	SRTb/PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	PR
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ANGRA DOS REIS	ARTb/ANGRA DOS REIS	GRTb/ITAGUAÍ	ANGRA DOS REIS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	ARTb/ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	GRTb/CABO FRIO	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BANGU	ARTb/BANGU	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BARRA DO PIRAÍ	ARTb/BARRA DO PIRAÍ	GRTb/VOLTA REDONDA	BARRA DO PIRAÍ	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BELFORD ROXO	ARTb/BELFORD ROXO	GRTb/DUQUE DE CAXIAS	BELFORD ROXO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BOM JESUS DO ITABAPOANA	ARTb/BOM JESUS DO ITABAPOANA	GRTb/ITAPERUNA	BOM JESUS DO ITABAPOANA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPO GRANDE	ARTb/CAMPO GRANDE	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CANTAGALO	ARTb/CANTAGALO	GRTb/NOVA FRIBURGO	CANTAGALO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM COPACABANA	ARTb/COPACABANA	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NA ILHA DO GOVERNADOR	ARTb/ILHA DO GOVERNADOR	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITABORAÍ	ARTb/ITABORAÍ	GRTb/NITEROÍ	ITABORAÍ	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JACAREPAGUÁ	ARTb/JACAREPAGUÁ	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MACAÉ	ARTb/MACAÉ	GRTb/CABO FRIO	MACAÉ	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MADUREIRA	ARTb/MADUREIRA	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MAGÉ	ARTb/MAGÉ	GRTb/DUQUE DE CAXIAS	MAGÉ	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MARECHAL HERMES	ARTb/MARECHAL HERMES	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MESQUITA	ARTb/MESQUITA	GRTb/NOVA IGUAÇU	MESQUITA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MIGUEL PEREIRA	ARTb/MIGUEL PEREIRA	GRTb/PETROPÓLIS	MIGUEL PEREIRA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARATY	ARTb/PARATY	GRTb/ITAGUAÍ	PARATY	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM QUEIMADOS	ARTb/QUEIMADOS	GRTb/NOVA IGUAÇU	QUEIMADOS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RESENDE	ARTb/RESENDE	GRTb/VOLTA REDONDA	RESENDE	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO BONITO	ARTb/RIO BONITO	GRTb/NITEROÍ	RIO BONITO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO DAS OSTRAS	ARTb/RIO DAS OSTRAS	SRTb/CABO FRIO	RIO DAS OSTRAS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	ARTb/SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	GRTb/ITAPERUNA	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO FIDELIS	ARTb/SÃO FIDELIS	GRTb/CAMPOS DOS GOYTACAZES	SÃO FIDELIS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO GONÇALO	ARTb/SÃO GONÇALO	GRTb/NITEROÍ	SÃO GONÇALO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOÃO DO MERITI	ARTb/SÃO JOÃO DO MERITI	GRTb/DUQUE DE CAXIAS	SÃO JOÃO DO MERITI	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO PEDRO DA ALDEIA	ARTb/SÃO PEDRO DA ALDEIA	GRTb/CABO FRIO	SÃO PEDRO DA ALDEIA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SAPUCAIA	ARTb/SAPUCAIA	GRTb/PETRÓPOLIS	SAPUCAIA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SAQUAREMA	ARTb/SAQUAREMA	GRTb/CABO FRIO	SAQUAREMA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TERESÓPOLIS	ARTb/TERESÓPOLIS	GRTb/PETRÓPOLIS	TERESÓPOLIS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TRÊS RIOS	ARTb/TRÊS RIOS	GRTb/PETRÓPOLIS	TRÊS RIOS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VALENÇA	ARTb/VALENÇA	GRTb/VOLTA REDONDA	VALENÇA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VASSOURAS	ARTb/VASSOURAS	GRTb/VOLTA REDONDA	VASSOURAS	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NA TIJUCA	ARTb/TIJUCA	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MÉIER	ARTb/MÉIER	SRTb/RJ	RIO DE JANEIRO	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAICÓ	ARTb/CAICÓ	SRTb/RN	CAICÓ	RN
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CURRAIS NOVOS	ARTb/CURRAIS NOVOS	SRTb/RN	CURRAIS NOVOS	RN
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARIQUEMES	ARTb/ARIQUEMES	SRTb/RO	ARIQUEMES	RO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUAJARÁ-MIRIM	ARTb/GUAJARÁ-MIRIM	SRTb/RO	GUAJARÁ-MIRIM	RO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM JI-PARANÁ	ARTb/JI-PARANÁ	SRTb/RO	JI-PARANÁ	RO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VILHENA	ARTb/VILHENA	SRTb/RO	VILHENA	RO
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARAZINHO	ARTb/CARAZINHO	GRTb/PASSO FUNDO	CARAZINHO	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OSÓRIO	ARTb/OSÓRIO	SRTb/RS	OSÓRIO	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTANA DO LIVRAMENTO	ARTb/SANTANA DO LIVRAMENTO	GRTb/BAGÉ	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARARANGUÁ	ARTb/ARARANGUÁ	GRTb/CRICIÚMA	ARARANGUÁ	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BLUMENAU	ARTb/BLUMENAU	GRTb/ITAJAÍ	BLUMENAU	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BRUSQUE	ARTb/BRUSQUE	GRTb/ITAJAÍ	BRUSQUE	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CONCÓRDIA	ARTb/CONCÓRDIA	GRTb/CHAPECÓ	CONCÓRDIA	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAGUNA	ARTb/LAGUNA	GRTb/CRICIÚMA	LAGUNA	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO DO SUL	ARTb/RIO DO SUL	GRTb/ITAJAÍ	RIO DO SUL	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM RIO NEGRINHO	ARTb/RIO NEGRINHO	GRTb/JOINVILLE	RIO NEGRINHO	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ	ARTb/SÃO JOSÉ	SRTb/SC	SÃO JOSÉ	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO MIGUEL DO OESTE	ARTb/SÃO MIGUEL DO OESTE	GRTb/CHAPECÓ	SÃO MIGUEL DO OESTE	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TUBARÃO	ARTb/TUBARÃO	GRTb/CRICIÚMA	TUBARÃO	SC
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ESTÂNCIA	ARTb/ESTÂNCIA	SRTb/SE	ESTÂNCIA	SE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITABAIANA	ARTb/ITABAIANA	SRTb/SE	ITABAIANA	SE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM LAGARTO	ARTb/LAGARTO	SRTb/SE	LAGARTO	SE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	ARTb/NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	SRTb/SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	SE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARARAS	ARTb/ARARAS	GRTb/CAMPINAS	ARARAS	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ASSIS	ARTb/ASSIS	GRTb/MARÍLIA	ASSIS	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM BRAGANÇA PAULISTA	ARTb/BRAGANÇA PAULISTA	GRTb/JUNDIAÍ	BRAGANÇA PAULISTA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CARAGUATATUBA	ARTb/CARAGUATATUBA	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CARAGUATATUBA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GUARATINGUETÁ	ARTb/GUARATINGUETÁ	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GUARATINGUETÁ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAPETININGA	ARTb/ITAPETININGA	GRTb/SOROCABA	ITAPETININGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITAPEVA	ARTb/ITAPEVA	GRTb/SOROCABA	ITAPEVA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MOGI-GUAÇU	ARTb/MOGI-GUAÇU	GRTb/CAMPINAS	MOGI-GUAÇU	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MONTE ALTO	ARTb/MONTE ALTO	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	MONTE ALTO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ORLÂNDIA	ARTb/ORLÂNDIA	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	ORLÂNDIA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OSVALDO CRUZ	ARTb/OSVALDO CRUZ	GRTb/PRESIDENTE PRUDENTE	OSVALDO CRUZ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PARAGUAÇU PAULISTA	ARTb/PARAGUAÇU PAULISTA	GRTb/MARÍLIA	PARAGUAÇU PAULISTA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PENÁPOLIS	ARTb/PENÁPOLIS	GRTb/ARAÇATUBA	PENÁPOLIS	SP

AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PINDAMONHANGABA	ARTb/PINDAMONHANGABA	GRTb/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PINDAMONHANGABA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PORTO FELIZ	ARTb/PORTO FELIZ	GRTb/SOROCABA	PORTO FELIZ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM REGISTRO	ARTb/REGISTRO	GRTb/SANTOS	REGISTRO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOAQUIM DA BARRA	ARTb/SÃO JOAQUIM DA BARRA	GRTb/FRANCA	SÃO JOAQUIM DA BARRA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	ARTb/SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	GRTb/SÃO CARLOS	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SERTÃOZINHO	ARTb/SERTÃOZINHO	GRTb/RIBEIRÃO PRETO	SERTÃOZINHO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TABOÃO DA SERRA	ARTb/TABOÃO DA SERRA	GRTb/OSASCO	TABOÃO DA SERRA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TAQUARITINGA	ARTb/TAQUARITINGA	GRTb/ARARAQUARA	TAQUARITINGA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM TATUÍ	ARTb/TATUÍ	GRTb/SOROCABA	TATUÍ	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM VOTORANTIM	ARTb/VOTORANTIM	GRTb/SOROCABA	VOTORANTIM	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAGUAÍNA	ARTb/ARAGUAÍNA	SRTb/TO	ARAGUAÍNA	TO

ANEXO VI

AGÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO EXTINTAS				
NOME DA UNIDADE	SIGLA DA UNIDADE	VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	UF
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM COARI	ARTb/COARI	SRTb/AM	COARI	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM EIRUNEPÉ	ARTb/EIRUNEPÉ	SRTb/AM	EIRUNEPÉ	AM
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM QUIXERAMOBIM	ARTb/QUIXERAMOBIM	SRTb/CE	QUIXERAMOBIM	CE
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SORRISO	ARTb/SORRISO	SRTb/MT	SORRISO	MT
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALCÂNTARA	ARTb/ALCÂNTARA	GRTb/NITERÓI	ALCÂNTARA	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CACHOEIRAS DE MACACU	ARTb/CACHOEIRAS DE MACACU	GRTb/NOVA FRIBURGO	CACHOEIRAS DE MACACU	RJ
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM NOVA CRUZ	ARTb/NOVA CRUZ	SRTb/RN	NOVA CRUZ	RN
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM CANOAS	ARTb/CANOAS	SRTb/RS	CANOAS	RS
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM AGUDOS	ARTb/AGUDOS	GRTb/BAURU	AGUDOS	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM DIADEMA	ARTb/DIADEMA	GRTb/SÃO BERNARDO CAMPO	DIADEMA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ITU	ARTb/ITU	GRTb/SOROCABA	ITU	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MAIRINQUE	ARTb/MAIRINQUE	GRTb/SOROCABA	MAIRINQUE	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MIRASSOL	ARTb/MIRASSOL	GRTb/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	MIRASSOL	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM OLÍMPIA	ARTb/OLÍMPIA	GRTb/BARRETOS	OLÍMPIA	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM PEDREGULHO	ARTb/PEDREGULHO	GRTb/FRANCA	PEDREGULHO	SP
AGÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SUZANO	ARTb/SUZANO	GRTb/GUARULHOS	SUZANO	SP

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46215.010214/2018-15	214917746	Hospital Esperança S.A.	RJ

1.2 Pela improcedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46213.007579/2016-11	209012307	Distribuidora de Água Mineral Yara Ltda. - Me	PE
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46472.007560/2017-96	201058324	Edemar Antonio Rodrigues	SP

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:

2.1 Pela improcedência de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	13621.102834/2022-15	201914018	Constutora Nortesul Ltda - Me	MG
2	13621.102837/2022-41	200914375	Engelminas Construcoes Eletricas Ltda	MG
3	13621.102838/2022-95	201758725	EPM Embalagens de Polpa Moldada Ltda	MG
4	13621.100902/2022-01	201008432	Nilson Albuquerque Junior	MG
5	46212.014756/2019-60	218685009	Odonto Centro Clínico Kennedy S/C Ltda.	PR

3- Arquivamento:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99 de 23/11/1999 combinado com Art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 14/11/2014.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46223.005251/2011-28	20093659	J Marcelo Pereira	MA
2	46223.008949/2012-86	25116681	J. R. da L. Coelho	MA
3	46223.000987/2012-91	20139691	Joao Goulart Pereira	MA
4	46223.003047/2012-53	5370515	Jonas Dos Reis Ferreira	MA
5	46223.001918/2012-02	5367506	Jose L. Brito	MA
6	46223.006220/2008-99	17627303	M. Cristina Sousa Lacerda & Cia Ltda	MA
7	46311.000432/2006-10	13780981	M. D. da Silva Ar Condicionado (Eletro Ar)	MA
8	46223.002238/2008-11	17550084	M. P. E. Logica Informatica Ltda. (Epweb)	MA
9	46223.008665/2002-18	5358477	M. S. A. Araújo	MA
10	46218.011877/2017-38	212624334	3M Brasil Entretenimento Ltda - Me	RS
11	46218.011620/2017-86	212582046	Armazem La Boqueria Ltda - Me	RS
12	46271.002280/2017-58	212280171	Basicos e Classicos Comercio e Confeccoes Ltda - Me	RS
13	46271.002281/2017-01	212280180	Basicos e Classicos Comercio e Confeccoes Ltda - Me	RS
14	46272.003575/2016-51	210340860	Brocco Transportes e Servicos Ltda	RS
15	46218.001681/2017-35	211193569	Changzong Chen - Me	RS
16	46218.192988/2016-55	211020346	Cláudio dos Santos Martins	RS
17	46272.003429/2016-25	210324040	CMG Servicos de Hotelaria Ltda - Me	RS
18	46272.003430/2016-50	210324007	CMG Servicos de Hotelaria Ltda - Me	RS
19	46272.003431/2016-02	210323957	CMG Servicos de Hotelaria Ltda - Me	RS
20	46218.008135/2017-25	212151347	Codere do Brasil Entretenimento Ltda.	RS
21	46272.000916/2017-17	211467596	Daiani Zanotelli - Me	RS
22	46272.000917/2017-61	211467570	Daiani Zanotelli - Me	RS
23	46271.001066/2017-84	211679666	D'gorio Industria de Moveis Ltda	RS
24	46218.002293/2014-29	202746941	Diementz Comercio de Eletromoveis Ltda	RS
25	46271.002608/2017-36	212653725	E.J. Comercio de Confeccoes E Calcados Ltda - Me	RS
26	46271.001889/2017-18	212189956	F E M Menin Transportes Ltda - Epp	RS
27	46271.001495/2017-51	212042599	Franciele Cristine de Andrade - Epp	RS
28	46271.001496/2017-04	212042581	Franciele Cristine De Andrade - Epp	RS
29	46218.012444/2017-08	212684655	Hospital Sao Sebastiao Martir	RS
30	46218.004589/2014-84	203124103	Hotel Embaixador Ltda - Epp	RS
31	46218.009093/2017-40	212236105	Hw Comércio de Equipamentos, Insum. e Serv. Hosp. Ltda	RS
32	46272.001758/2017-12	211913553	Industria de Laticinios Santa Tereza Eireli - Epp	RS
33	46272.001759/2017-67	211914096	Industria de Laticinios Santa Tereza Eireli - Epp	RS
34	46218.016668/2016-08	210567759	Joel Silva de Souza	RS
35	46218.016669/2016-44	210567872	Joel Silva de Souza	RS
36	46272.001547/2017-80	211814768	L. S. Gularte Sistemas - Epp	RS
37	46270.000130/2017-10	212573560	Lisete Laci Severo - Me	RS
38	46270.000131/2017-64	212573543	Lisete Laci Severo - Me	RS
39	46272.001257/2017-36	211650404	Luciano Nadir Stefani - Me	RS
40	46272.001258/2017-81	211650391	Luciano Nadir Stefani - Me	RS
41	46271.000900/2017-14	211567281	Luis Murialdo Boff	RS
42	46218.013051/2017-11	212735063	MDI Construtora e Incorporadora Ltda - Me	RS
43	46218.011796/2017-38	212613758	Minimercado Alegria do Atender Ltda - Me	RS
44	46272.004361/2016-00	210699060	MMZ Transportes Ltda - Epp	RS
45	46272.004362/2016-46	210699094	MMZ Transportes Ltda - Epp	RS
46	46272.004363/2016-91	210699116	MMZ Transportes Ltda - Epp	RS
47	46271.002386/2017-51	212474804	Mnk Framento - Me	RS
48	46271.002387/2017-04	212474839	Mnk Framento - Me	RS
49	46218.006169/2017-85	211820954	Mp Solucoes Em Implementos Agricolas Ltda - Me	RS
50	46218.015499/2016-81	210442166	Nander Construtora Ltda	RS
51	46218.015500/2016-77	210442212	Nander Construtora Ltda	RS
52	46218.008783/2017-81	212137239	Nilson Rodrigues Schultz - Me	RS
53	46272.001105/2017-33	211545627	Osmar Antonio Zoehler 31379192072	RS
54	46218.008641/2017-14	212215698	Patricia Leite Teixeira - Epp	RS
55	46272.001642/2017-83	211814199	Pp Batezini & Batezini Ltda - Me	RS
56	46218.012838/2017-58	212727427	Pronto Clinica Dentaria Sociedade Simples Ltda - Epp	RS
57	46218.013357/2017-60	212829904	Restaurante Bene Mangiare Ltda - Epp	RS
58	46218.010529/2017-43	212445103	Reweb Informática Ltda. - Me	RS
59	46218.010530/2017-78	212436902	Reweb Informática Ltda. - Me	RS
60	46218.009323/2017-71	212296167	Total Vidas Corretora de Seguros Limitada	RS
61	46473,001006/2015-23	206199066	Schneider Electric Brasil Ltda	SP

3.2 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	14152.094604/2021-12	203017161	Global Ltda Epp - Epp	AP
2	46222.009778/2016-46	210717360	Carneiro Comercio de Equipamentos de Audio e Video Ltda	PA
3	46222.002608/2005-88	6660312	Companhia de Saneamento do Para	PA
4	46222.005634/2004-87	6640371	Ditron Comercio e Servicos Ltda	PA
5	46222.010164/2006-35	9391983	Empresa de Navegacao A R Transporte Ltda	PA
6	46222.003918/2006-09	6729967	L. M. Ferreira Locação	PA
7	46222.011649/2005-65	6711952	L. S. Carvalho	PA
8	46475.000024/2006-87	13240854	Laminit S A Laminas e Compensados	PA
9	46475.000025/2006-21	13240862	Laminit S A Laminas e Compensados	PA
10	46222.005106/2005-17	6691781	Lojas Americanas S.A.	PA
11	46222.008823/2004-10	6654657	Madipel Madeireira Ipe Ltda	PA
12	46222.000357/2005-05	6671110	Movimento Voluntarios Inter Brasileiros P Amazonia	PA
13	46222.005109/2005-42	5130832	Y Yamada S.A. Comercio e Industria	PA

4 - Nulidade.

4.1- Pela nulidade da decisão publicada no DOU de 17/11/22, Seção I, pág.205 dos seguintes processos.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	13621.102834/2022-15	201914018	Constutora Nortesul Ltda - Me	MG
2	13621.102837/2022-41	200914375	Engelminas Construcoes Eletricas Ltda	MG
3	13621.102838/2022-95	201758725	EPM Embalagens de Polpa Moldada Ltda	MG
4	13621.100902/2022-01	201008432	Nilson Albuquerque Junior	MG

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2559 - SEI(29259615), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.119147/2022-26, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLICIA FEDERAL NO ESTADO DO TOCANTINS - SINPF/TO, CNPJ n.º 06.037.448/0001-66, para representação da categoria Integrantes da Carreira Policial Federal, composta de cargos de Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, e dos integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, ativos e inativos, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Tocantins, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2603(SEI29405566), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.119742/2022-61, de interesse do SINTRANOMA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CARNES E DERIVADOS E NAS INDÚSTRIAS DE RAÇÕES BALANCEADAS DE NOVA MARILÂNDIA - MATO GROSSO - BRASIL, CNPJ 29.113.102/0001-03, para representação da categoria dos Trabalhadores das indústrias de carnes e derivados e das indústrias de rações balanceadas, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Nova Marilândia, no Estado do Mato Grosso/MT, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2606 - SEI(29415458), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.115493/2022-35, de interesse do Sindicato dos Servidores (as) Públicos Municipais de Jucás - SINDSEP-JUCÁS, CNPJ n.º 08.929.710/0001-02, para representação da categoria dos servidores e servidoras públicos, ativos, inativos e aposentados, da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Jucás, no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2594 (29368992), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.119532/2022-73, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE DORES DE GUANHÃES E REGIÃO, CNPJ 44.122.514/0001-95, tendo em vista que a base territorial requerida engloba município sede de sindicatos com registro no CNES de representação idêntica de categoria, nos termos do art. 253, inciso IV da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com redação dada pela Portaria MTP nº 1.486, de 3 de junho de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2541 (SEI29218369), resolve: INDEFERIR o pedido de Pedido de Registro Sindical n.º 19964.119099/2022-76, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DO VESTUARIO E CALCADO DE VACARIA, CNPJ 90.544.800/0001-66, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2597 (29384771), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.119662/2022-14, de interesse do SINDHOSP - SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO , CNPJ 47.436.373/0001-73, em virtude da irregularidade de documentação não passível de saneamento, conforme o disposto no art. 253, inciso I, da Portaria MTP n.º 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria MTP nº 1.486, de 3 de junho de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2510 - SEI (29151617) , resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.118860/2022-52, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE RIO VERDE (GO) - SINTRAM , CNPJ n.º 02.362.119/0001-30, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021..

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA PREVIC Nº 1.196, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC), no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 20 do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, e tendo em conta o disposto nos arts. 12 e 13 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, resolve

Art. 1º Ficam realocados, no Anexo II do Decreto nº 11.241, de 2022:

I - um Cargo Comissionado Executivo de Assessor Técnico, código CCE 2.10, da Coordenação-Geral de Projetos, para o Escritório de Representação Nível I - São Paulo desta Superintendência;

II - uma Função Comissionada Executiva de Chefe de Serviço, código FCE 1.05, da Coordenação-Geral de Monitoramento da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento, para o Escritório de Representação Nível II - Rio Grande do Sul desta Superintendência; e

III - uma Função Comissionada Executiva de Chefe de Serviço, código FCE 1.05, do Escritório de Representação Nível I - Rio de Janeiro, para o Escritório de Representação Nível II - Minas Gerais desta Superintendência.

Art. 2º As realocações, permutas e alterações de categoria definidas nesta Portaria e nas Portarias nº 1.053 de 26 de outubro de 2022 e nº 1.151 de 07 de novembro de 2022, estão detalhadas no Anexo desta Portaria, alteram o Anexo II do Decreto nº 11.241, de 2022, e serão refletidas no Regimento Interno e nas alterações futuras do Decreto de aprovação de Estrutura Regimental desta Autarquia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor sete dias após a publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVOIA

ANEXO

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA PREVIC:

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
	1	Diretor-Superintendente	CCE 1.17
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Divisão	2	Chefe	CCE 1.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PARLAMENTAR	1	Chefe de Assessoria	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
COORDENAÇÃO-GERAL DE SUPORTE À DIRETORIA COLEGIADA	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
COORDENAÇÃO-GERAL DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DE RISCOS	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROJETOS	1	Coordenador-Geral	CCE 1.14
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
CORREGEDORIA	1	Corregedor-Chefe	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	FCE 1.13
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
OUVIDORIA	1	Ouvidor-Chefe	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA	1	Procurador-Chefe	FCE 1.15
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	7	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	2	Chefe	CCE 1.07
Divisão	8	Chefe	FCE 1.07
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
Coordenador-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	7	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente	CCE 2.07
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	6	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
Serviço	1	Chefe	FCE 1.06
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
DIRETORIA DE NORMAS	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	1	Chefe de Divisão	CCE 1.07
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NÍVEL 1 - RJ-SP	2	Chefe Regional	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
Serviço	5	Chefe	FCE 1.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NÍVEL 2 - MG-PE-RS			
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
Serviço	5	Chefe	FCE 1.05

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA PREVIC:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	-	-
DAS 101.5	5,04	5	25,2	-	-
DAS 101.4	3,84	11	42,24	-	-
DAS 101.3	2,1	14	29,4	-	-
DAS 101.2	1,27	6	7,62	-	-
DAS 102.4	3,84	1	3,84	-	-
CCE 1.17	6,27	-	-	1	6,27
CCE 1.15	5,04	-	-	4	20,16
CCE 1.14	4,31	-	-	1	4,31
CCE 1.13	3,84	-	-	4	15,36
CCE 1.10	2,12	-	-	5	10,6
CCE 1.07	1,39	-	-	6	8,34
CCE 2.07	1,39	-	-	1	1,39
CCE 2.10	2,12	-	-	1	2,12

CCE 3.13	3,84	-	-	3	11,52
SUBTOTAL 1		38	114,57	26	80,07
FCPE 101.4	2,3	15	34,5	-	-
FCPE 101.3	1,26	21	26,46	-	-
FCPE 101.2	0,76	18	13,68	-	-
FCPE 101.1	0,6	17	10,2	-	-
FCE 1.15	3,03	-	-	1	3,03
FCE 1.13	2,3	-	-	23	52,9
FCE 1.10	1,27	-	-	36	45,72
FCE 1.07	0,83	-	-	17	14,11
FCE 1.06	0,7	-	-	1	0,7
FCE 1.05	0,6	-	-	11	6,6
FCE 2.10	1,27	-	-	0	0
FCE 2.02	0,21	-	-	2	0,42
SUBTOTAL 2		71	84,84	91	123,48
FG-1	0,2	6	1,2	-	-
FG-2	0,15	10	1,5	-	-
FG-3	0,12	12	1,44	-	-
SUBTOTAL 3		28	4,14	-	-
TOTAL		137	203,55	117	203,55

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 1.247, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere as alíneas "a" e "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005218/2022-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano Setorial Família Sabesprev, sob o CNPB nº 2022.0027-92, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV, CNPJ nº 65.471.914/0001-86, e fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a entidade fechada de previdência complementar comunique o início de funcionamento do plano à Previc.

Art. 2 º Aprovar o convênio de adesão celebrado pela ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar CNPJ nº 50.258.623/0001-37, na condição de instituidor do Plano Setorial Família Sabesprev, com a Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV, entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere as alíneas "a" e "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005218/2022-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano Setorial Família Sabesprev, sob o CNPB nº 2022.0027-92, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV, CNPJ nº 65.471.914/0001-86, e fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a entidade fechada de previdência complementar comunique o início de funcionamento do plano à Previc.

Art. 2 º Aprovar o convênio de adesão celebrado pela ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar CNPJ nº 50.258.623/0001-37, na condição de instituidor do Plano Setorial Família Sabesprev, com a Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV, entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

PORTARIA PREVIC Nº 1.248, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere as alíneas "a" e "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006379/2022-21, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), sob o CNPB nº 2022.0028-65, administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, CNPJ nº 00.397.695/0001-97, e fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a entidade fechada de previdência complementar comunique o início de funcionamento do plano à Previc.

Art. 2º Aprovar o convênio de adesão celebrado pelas empresas Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES., CNPJ nº 33.657.248/0001-89, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR., CNPJ nº 00.383.281/0001-09 e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, CNPJ nº 33.660.564/0001-00, na condição de patrocinadores do Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

PORTARIA PREVIC Nº 1.254, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 61 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, combinado com o artigo 40 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de dezembro de 2022, o prazo de que trata a Portaria nº 796, de 26 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 166, de 31/08/2022, Seção 2, pag. 77, referente à Comissão de Inquérito decorrente do Regime Especial de Intervenção decretado pela Previc na OABPrev-RJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVOIA

PORTARIA PREVIC Nº 1.255, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 16 do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006681/2022-80, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre o Município de Jundiaí - SP, CNPJ nº 45.780.103/0001-50, na condição de patrocinador do Plano de Benefícios BBPrev Brasil, CNPB nº 2021.0030-19, o BB PREVIDÊNCIA - FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL, CNPJ nº 00.544.659/0001-09, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

PORTARIA PREVIC Nº 1.256, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 16 do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002966/2022-41, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre o Município de Santiago - RS, CNPJ nº 87.897.740/0001-50, na condição de patrocinador do Plano de Benefícios de Contribuição Definida dos Servidores do Brasil, CNPB nº 2021.0029-18, e o Icatu Fundo Multipatrocinado, CNPJ nº 01.129.017/0001-06, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MTUR Nº 54, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre alocações de Funções Comissionadas Executivas no âmbito da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 11.267, de 29 de novembro de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam efetivadas as seguintes alocações de Funções Comissionadas Executivas na estrutura de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança deste Ministério:

I - duas Funções Comissionadas Executivas, código FCE 2.02, do Departamento de Marketing e Eventos, para o Departamento de Qualificação do Turismo, ambos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo;

II - uma Função Comissionada Executiva, código FCE 2.02, do Departamento de Marketing e Eventos para o Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva ambos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo; e

III - uma Função Comissionada Executiva, código FCE 1.10, do Departamento de Qualificação do Turismo, para o Departamento de Inteligência Mercadológica do Turismo, ambos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 15 de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO GOMES DE BRITO

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA CRIATIVA E DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 7, SECDC/SECULT/MTUR, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, neste ato representada pelo Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural - SECDC, nos termos do Art. 2º da Portaria nº 390, de 18 de dezembro de 2019, e considerando os termos dos itens 5, 13 e 14 do Prêmio de Incentivo à Publicação Literária, Antologia 200 Anos de Independência - 3ª Edição, de 2 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Dar conhecimento dos pedidos de reconsideração, conforme tabela abaixo.

Nome	Inscrição	Categoria	Conclusão da Análise
Sofia Finguermann e Fernandes	135603545	Conto	Indeferido
Nathália Pichinin de Oliveira Martins	276644092	Quadrinho	Deferido
Matteo Vinicius Alves Recinella	314058416	Quadrinho	Indeferido
Gustavo Ferreira Canevare	1914516918	Crônica	Indeferido
Lucas Verzani Souza Nascimento	2091911031	Crônica	Deferido

Art. 2º Tornar público o resultado definitivo da seleção, por categoria, das obras habilitadas conforme tabelas abaixo.

Categoria: Poesia

Nome	Inscrição	Nota	Colocação	Resultado
Caio Bastos Perozzo	1823238658	40	1º²	Selecionado
Flávio de Araújo Albino	626667453	40	2º²	Selecionado
Horacio Arruda Falcao Filho	1848447399	37	3º¹	Selecionado
Igor Moraes da Silva	2134775389	37	4º¹	Selecionado
Andre Telucazu Kondo	1909727875	37	5º¹	Selecionado
Arthur de Siqueira Brahm	878335293	35,5	6º¹	Selecionado
Ana Lúcia da Silva	1311862090	35,5	7º²	Selecionado
Déa Lucia Araujo de Castro	63010851	35,5	8º²	Selecionado
Moacir Ribeiro da Silva	190533061	34	9º¹	Selecionado
Aristides Morgão	2103054789	34	10º¹	Selecionado
Natália Lourenço Ribeiro Medeiros de Santana	1323586213	34	11º¹	Selecionado
Nilton Euripedes de Deus Filho	1499993773	34	12º¹	Selecionado
Zanny Adairalba Santos	1932864378	34	13º¹	Selecionado
Iane Maria dos Santos Vasconcelos	703863356	33	14º	Selecionado
Lucrecia Welter Ribeiro	1388458832	32,5	15º¹	Selecionado
Eduardo Peçanha Fiorelini	507450494	32,5	16º¹	Classificado/ Não selecionado
José Batella	2003857503	31	17º¹	Classificado/ Não selecionado
Silvio Valentin Liorbano	1455447389	31	18º¹	Classificado/ Não selecionado
José Luis Silva Rocha	567810535	30	19º¹	Classificado/ Não selecionado
Vanderlei Costa	858269466	30	20º¹	Classificado/ Não selecionado
Marcos Bello	828122794	30	21º¹	Classificado/ Não selecionado
Cynthia Neves	1646552692	29,5	22º¹	Classificado/ Não selecionado
Marcelo Moreira	381826744	29	23º¹	Classificado/ Não selecionado
Onofre Macedo	839408475	29	24º¹	Classificado/ Não selecionado
Francisco Raulino da silva Filho	1357937469	28,5	25º¹	Classificado/ Não selecionado
Douglas Alencar de Vasconcelos	1685207332	28,5	26º²	Classificado/ Não selecionado
Yohan Barczyszyn	511078052	28,5	27º²	Classificado/ Não selecionado
Valdir Soares Fernando	1163945494	28	28º²	Classificado/ Não selecionado
Ruberval Araujo Cunha	2030388510	28	29º¹	Classificado/ Não selecionado
Marcos Antonio Campos	1019036552	27,5	30º¹	Classificado/ Não selecionado
Francisco Ribeiro de Lima	523254703	27,5	31º¹	Classificado/ Não selecionado
Renan Fiore	1806391575	27,5	32º¹	Classificado/ Não selecionado
Ana Cláudia de Almeida	1733902104	27,5	33º¹	Classificado/ Não selecionado
Maria Eunice Silva de Lacerda	803420289	27	34º¹	Classificado/ Não selecionado
Anelize Lidiane da Silva	1976648083	27	35º¹	Classificado/ Não selecionado
Luciano Izidoro de Borba	590289669	27	36º¹	Classificado/ Não selecionado
Albano Bracht	988759124	27	37º¹	Classificado/ Não selecionado
Paulo Schwartzman	456209995	27	38º¹	Classificado/ Não selecionado

José Rinaldo de Albuquerque	1498508291	26,5	39º[1]	Classificado/ Não selecionado
Jeane Caldas	1210935689	26,5	40º[1]	Classificado/ Não selecionado
Paulo César de Toledo	1880519163	26,5	41º[1]	Classificado/ Não selecionado
Felipe Glauber Lima Rodrigues	10355620	26,5	42º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luís Fernando Gurgel e Souza	410921748	26,5	43º[1]	Classificado/ Não selecionado
Mariana Luppi Foster	2105440616	26	44º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ana Cristina Mendes Gomes	1015173095	26	45º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luiz Henrique Miarelli Pardini	2123904317	26	46º[1]	Classificado/ Não selecionado
Denise da Costa	1880754637	26	47º[1]	Classificado/ Não selecionado
Marina Barrichello Marone	632913488	26	48º[1]	Classificado/ Não selecionado
Edy Braun	1957983729	25	49º[1]	Classificado/ Não selecionado
Vinicius Osterer	341518001	25	50º[1]	Classificado/ Não selecionado
Lucélia Correia Duarte dos Santos	1918135215	25	51º[1]	Classificado/ Não selecionado
Flávia de Carvalho Esteves	689312749	25	52º[1]	Classificado/ Não selecionado
Francisco Falabella Rocha	500765679	25	53º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luiz Felipe Félix Santos de Oliveira	667105894	25	54º[1]	Classificado/ Não selecionado
Wellington Melo Veiga	195322201	24,5	55º[1]	Classificado/ Não selecionado
Rejane Adriana Brandao	243231322	24,5	56º[2]	Classificado/ Não selecionado
Rodrigo Celestino Rocha	55851272	24,5	57º[2]	Classificado/ Não selecionado
Luis Marcelo Santos	1663988537	24,5	58º[1]	Classificado/ Não selecionado
Letícia de Morais Medeiros	798628556	24	59º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria de Lourdes Prata Garcia	230162486	24	60º[1]	Classificado/ Não selecionado
Antonio Cesar Gomes da Silva	165639227	24	61º[1]	Classificado/ Não selecionado
Alan Miguel da Silva	700454645	24	62º[1]	Classificado/ Não selecionado
Laura Palermo Baraldi	1615422765	24	63º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria Eduarda Campos Teixeira	1979531083	24	64º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luiz Gonzaga Figueiredo	1371294632	24	65º[1]	Classificado/ Não selecionado
Daniel da Silva	1318915267	24	66º[1]	Classificado/ Não selecionado
Malgarete Justina Frasson	1006241513	24	67º[1]	Classificado/ Não selecionado
Leonardo Augusto de Souza	820666029	23,5	68º	Classificado/ Não selecionado
Dilson Solidade Lima	451299217	23	69º[1]	Classificado/ Não selecionado
Simone Pessoa Pereira Sampaio	303323216	23	70º[1]	Classificado/ Não selecionado
José Nilson Vieira Mendes	1972730517	23	71º[1]	Classificado/ Não selecionado
Renan Carvalho Paz Oliveira	1424969022	23	72º[1]	Classificado/ Não selecionado
Sofia Costa Leite	1577806434	23	73º[1]	Classificado/ Não selecionado
Suzane Cavalcanti de Almeida	2104322169	23	74º[1]	Classificado/ Não selecionado
Adriano Pereira de Castro Pacheco	1051007417	23	75º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luciane Moreira Mustafá	710281806	23	76º[1]	Classificado/ Não selecionado
Miria Sarah Brasil dos Santos	1827938187	23	77º[1]	Classificado/ Não selecionado
Josiel Barros	1731619665	23	78º[1]	Classificado/ Não selecionado
Miriam Krenczynski	334392854	23	79º[1]	Classificado/ Não selecionado
Alex Rezende Heleno	171539869	23	80º[1]	Classificado/ Não selecionado
Leonardo José	632184991	23	81º[1]	Classificado/ Não selecionado
Rodrigo RecheSimon Peppe	1157638532	23	82º[1]	Classificado/ Não selecionado
Sabrina Jhenife rGomes Cruz	2035695918	23	83º[1]	Classificado/ Não selecionado
Sérgio Corrêa Miranda Filho	2020960222	23	84º[1]	Classificado/ Não selecionado
Edgar Borges	298942195	23	85º[1]	Classificado/ Não selecionado
Márcio Adriano Moraes	499795130	23	86º[1]	Classificado/ Não selecionado
Vanusa Alves de Carvalho	312089315	23	87º[1]	Classificado/ Não selecionado
Onã da Silva Apolinário	548031019	23	88º[1]	Classificado/ Não selecionado
Lally Monteiro Reis	404884030	23	89º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luciane Moreira Mustafá	710281806	23	90º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria Natali Oliveira Medeiros	1116151372	22	91º[1]	Classificado/ Não selecionado
Jaeder Soraes Moreira Junior	871923478	22	92º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ygor Luiz Colombo	438843170	22	93º[1]	Classificado/ Não selecionado
Neura de Fátima Correa de Abreu	1123953423	22	94º[1]	Classificado/ Não selecionado
Matheus Fernandes de Sousa	715152432	22	95º[2]	Classificado/ Não selecionado
José Ciocca Junior	23349913	22	96º[2]	Classificado/ Não selecionado
Leandro Aguiar Severino dos Santos	1037060729	21,5	97º	Classificado/ Não selecionado
Aline Cristina Lins de Lima	874930424	21	98º[1]	Classificado/ Não selecionado
Jandeilsom Galvao Bezerra	2140295997	21	99º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria Eduarda Araujo Barbosa	173888713	21	100º[1]	Classificado/ Não selecionado
Martha Cereda	491803171	21	101º[1]	Classificado/ Não selecionado
Gisela Márcia Miarelli Pardini	489637489	21	102º[1]	Classificado/ Não selecionado
Denise Vieira	2105487459	21	103º[1]	Classificado/ Não selecionado
César Augusto Miarelli Pardini	1150709019	21	104º[1]	Classificado/ Não selecionado
Laísa Guedes Henrique	2088647789	20	105º[1]	Classificado/ Não selecionado
Adriano dos Anjos Lima	1785349450	20	106º[1]	Classificado/ Não selecionado
Bruno Alves Xavier	307637236	20	107º[1]	Classificado/ Não selecionado
Francivan Amorim Oliveira	1949632858	20	108º[1]	Classificado/ Não selecionado
Rafaela Aquino Silva	2003305764	20	109º[1]	Classificado/ Não selecionado
Neuzi Barbarini	2117948856	20	110º[1]	Classificado/ Não selecionado
Telma Maria da Conceição	532033220	20	111º[1]	Classificado/ Não selecionado
João Pedro de Campos Carreira	24012720	20	112º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria Fernanda Bruno	1396442687	20	113º[1]	Classificado/ Não selecionado
Eliana Aparecida Correia Iaheno Nonaka	2034977590	20	114º[1]	Classificado/ Não selecionado
Bruna Carla Martins Ribeiro	884891374	19,5	-	Desclassificado
Hélio Marzo	1057369385	19,5	-	Desclassificado
Juliane Vicente Lopes	289101155	19,5	-	Desclassificado
Lais de Gois Becher Costa	329663700	19,5	-	Desclassificado
Wesley Ribeiro Dias	2039677441	19,5	-	Desclassificado
Weverton Rosa	305531889	19,5	-	Desclassificado
Ana Beatriz Silva Carvalho	876090384	19	-	Desclassificado
Ana Cristina Pereira da Silva	1460949065	19	-	Desclassificado
Claudiane Vanessa de Melo Cruz Lopes	121463566	19	-	Desclassificado
Elizangela de Sá Brito Soares	1797852051	19	-	Desclassificado
Idalina Rayane Rodrigues	729186034	19	-	Desclassificado
Laura Neila Ferreira Feitosa	1177356554	19	-	Desclassificado
Liliane Ribeiro da Silva	365760262	19	-	Desclassificado
Mario Pinheiro de Almeida	1214999587	19	-	Desclassificado
Renata Fila Giriolli	231897241	19	-	Desclassificado
Roque Aloisio Weschenfelder	634674851	19	-	Desclassificado
Thiago Lima Silva	519003535	19	-	Desclassificado
Verônica Watanabe	362435042	19	-	Desclassificado
Clodoaldo SMorais	199187965	18,5	-	Desclassificado
Pedro Henrique Bezerra de Farias	111686382	18,5	-	Desclassificado
Ricardo Camacho	121068617	18,5	-	Desclassificado
Gismara Luiz dos Santos	1231962389	18	-	Desclassificado
Letícia Oliveira Calixto de Jesus	1679427997	18	-	Desclassificado
Maria Gilda da Silva	583433928	18	-	Desclassificado
Valdir Rodrigues da Silva	1483430006	18	-	Desclassificado
Otávio Augusto Rodrigues	1893681365	17,5	-	Desclassificado
Ronald Cavalcante Castelo Branco	240025297	17,5	-	Desclassificado
Ronaldo Oliveira Santos	708772937	17,5	-	Desclassificado
Betania Renner	1115955191	17	-	Desclassificado
Darlan do Nascimento Almeida	1836871611	17	-	Desclassificado
Diana Castilho	132342831	17	-	Desclassificado
Heber Brizola de Carvalho	351209869	17	-	Desclassificado
João Francisco Almeida	85988119	17	-	Desclassificado
Matteo Vinicius Alves Recinella	2030187248	17	-	Desclassificado
Renan de Sousa Moura	1354909493	17	-	Desclassificado
Thales Vitor Gusmão de Moura	435830804	17	-	Desclassificado
Yasmin Roberta Santiago Machado	743902436	17	-	Desclassificado
Juliana Cristina de Freitas Rocha	313393857	16,5	-	Desclassificado
Maria Alice Dias Penna	324085199	16,5	-	Desclassificado
Amanda Boaviagem	1451251176	16	-	Desclassificado
Érica Corrêa Soares	696279241	16	-	Desclassificado
Jeferson Alves Guedes	1018698494	16	-	Desclassificado
Ocimaria de Oliveira Cruz	1172652557	16	-	Desclassificado
Thays Helena Eugênio Fortunato	1195842706	16	-	Desclassificado
Wagner dos Santos Planas	685771094	16	-	Desclassificado
Lara Machado de Oliveira Santos	915215165	15,5	-	Desclassificado
Orton Marcos Alves Couto	508718398	15,5	-	Desclassificado
Robinson Silva Alves	490941325	15,5	-	Desclassificado
Iteuane Faccinni Casagrande	1175462355	15	-	Desclassificado
Nina Schilkowsky Ramos	1337931338	15	-	Desclassificado
Áurea Pereira Guedes	1657298768	14,5	-	Desclassificado
Jéssica dos Santos	1067991931	14	-	Desclassificado
Valéria de Cássia Pisauro Lima	1953655905	14	-	Desclassificado
Gabriel Portilho Tenorio	1354828966	13,5	-	Desclassificado
Isis Oliveira Cavalcante do Nascimento	1091074806	13,5	-	Desclassificado
Sabrina Aparecida Silva	1584091488	13	-	Desclassificado
Genivaldo Pereira dos Santos	1098789346	12,5	-	Desclassificado
Gabriela dos Passos Ledier	1311573785	11,5	-	Desclassificado
Auenis Nunes de Macedo	907704383	11	-	Desclassificado
Juliano Klevanskis Candido	1844802216	10	-	Desclassificado
Miriã Jussiane Ribeiro Thürmer Jardim	566166129	10	-	Desclassificado
Viviane Ferreira Santiago	2140734625	9	-	Desclassificado
Pedro Felipe Leite Carcereri	1445218461	4,5	-	Desclassificado
Denise Malta de Andrade	1088037363	3	-	Desclassificado
Cupertino Freitas	1881090050	0	-	Desclassificado
Júnio Liberato	751449366	0	-	Desclassificado
Lorenzo Marques Spadoni	578094540	0	-	Desclassificado
Marcelo Nunes Rodrigues	1744922715	0	-	Desclassificado
Sérgio Barbosa Alves	2008046571	0	-	Desclassificado
Valdeir Rodrigues de Almeida	201663044	0	-	Desclassificado
Julia Verdum	534532004	0	-	Desclassificado
Sabrina Monteiro	763848501	0	-	Desclassificado
Heitor Costa Leite	1286886872	0	-	Desclassificado
Ivonete Maria Parreira	663903937	0	-	Desclassificado
Juniele Nunes Ferreira	1618050416	0	-	Desclassificado

Obs.:
[1] - Desempate dado conforme item 11.5 do Edital.
[2] - Desempate dado conforme item 11.6 do Edital.

Categoria: Conto

Nome	Inscrição	Nota	Colocação	Resultado
Fernando Gomes do Nascimento	569210785	40	1º[2]	Selecionado
Gisela Biacchi Emanuelli	989875619	40	2º[2]	Selecionado
Mário David Frungillo	920016996	40	3º[2]	Selecionado
Marcus Vinícius Leite	409404079	40	4º[2]	Selecionado
Pedro Luiz Costa	1937195359	40	5º[2]	Selecionado
Delman Sérgio Ferreira	946870633	38,5	6º[2]	Selecionado
Marco Cortez	1044975592	38,5	7º[2]	Selecionado
Roberto Minadeo	43600229	37	8º[2]	Selecionado
José Pereira Silva	2121560464	37	9º[2]	Selecionado
Letícia Moreira	603854719	37	10º[2]	Selecionado
Giovanna Fioravante Dalledone	1210058779	36	11º	Selecionado
Maria Eduarda Carvalho de Araujo	1476081987	35,5	12º	Selecionado
Carlos Brunno Silva Barbosa	1790119990	34,5	13º[2]	Selecionado
Luiz Eduardo de Carvalho	483065945	34,5	14º[2]	Selecionado
José Vasconcelos dos Anjos	852061510	34	15[2]	Selecionado
Tom S. Figueiredo	411785659	34	16[2]	Classificado/ Não selecionado
Ricardo Lahud	262935728	33	17º[1]	Classificado/ Não selecionado
Edilez Mariano de Brito	57870746	33	18º[1]	Classificado/ Não selecionado
José Batella	272379499	32,5	19º[2]	Classificado/ Não selecionado
Tarcísio da Silva	1989834989	32,5	20º[2]	Classificado/ Não selecionado
Igor David Camara Sales	1995652066	32,5	21º[1]	Classificado/ Não selecionado
Simone Rosa de Souza Colombo	1929119626	32	22º	Classificado/ Não selecionado
Lara Denise Oliveira Silva	893996998	31,5	23º	Classificado/ Não selecionado
Henrique Cristovão	1148602564	31	24º	Classificado/ Não selecionado
Verônica Watanabe	1543127691	30,5	25º[1]	Classificado/ Não selecionado
Daniel de Souza Silva Júnior	792080351	30,5	26º[1]	Classificado/ Não selecionado
Danielle Flávia de Oliveira Lopes	443312050	30,5	27º[1]	Classificado/ Não selecionado
Patrick Diego Sousa e Silva	1821270789	30	28º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luciane Murae	1638159803	30	29º[1]	Classificado/ Não selecionado
Paulo Victor Faria Bergo	3344346	30	30º[1]	Classificado/ Não selecionado
Natália Lourenço Ribeiro Medeiros de Santana	1659642422	30	31º[1]	Classificado/ Não selecionado
Thaíssa Diogo Gonçalves	415636502	29	32º[1]	Classificado/ Não selecionado
Thiago Henrique Fernandes Coelho	655778977	29	33º[1]	Classificado/ Não selecionado
Rodrigo Celestino Rocha	575761044	28,5	34º[1]	Classificado/ Não selecionado
Alexandre Jorge Carneiro de Freitas Júnior	1852731578	28,5	35º[1]	Classificado/ Não selecionado
Natalie Gerhardt	236138821	28,5	36º[1]	Classificado/ Não selecionado
Paula Kern Leipnik Kotouc	298864704	28,5	37º[1]	Classificado/ Não selecionado
Michaela Miarelli Pardini Pavão	748114176	28	38º	Classificado/ Não selecionado
Yohan Barczyszyn	1656249530	27	39º[1]	Classificado/ Não selecionado
Sérgio Luiz Tonsig	794040972	27	40º[1]	Classificado/ Não selecionado
Juliana Nascimento Berlim Amorim	324935123	27	41º[1]	Classificado/ Não selecionado
Jean Pierre Chamouton	2101629702	26,5	42º	Classificado/ Não selecionado
Alex Giacomin Rebonato	528185215	26	43º[1]	Classificado/ Não selecionado
Lisete Bertotto	520516144	26	44º[1]	Classificado/ Não selecionado
Elise Ferreira Feitosa	2068329543	25,5	45º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ana Cristina Mendes Gomes	1000543451	25,5	46º[1]	Classificado/ Não selecionado
Alanne Eugenia Nunes	1190929310	24,5	47º[1]	Classificado/ Não selecionado
Julia Selau Verdum	1727332657	24,5	48º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ronaldo Oliveira Santos	688738244	24	49º[1]	Classificado/ Não selecionado
Jéssica dos Santos	1565201680	24	50º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ana Maria Baldo	299260952	23,5	51º	Classificado/ Não selecionado
Vivaldo Pinto Zeferino	1781421482	23	52º[1]	Classificado/ Não selecionado
Débora Magalhães Ferreira da Costa	1416714244	23	53º[1]	Classificado/ Não selecionado
Carlos Vinícius Silva	1667571420	23	54º[1]	Classificado/ Não selecionado

Pedro Thiago Oliveira da Silva Ribeiro	657339451	23	55º¹	Classificado/ Não selecionado
Ana Catarina Utsch Correa	424432731	23	56º¹	Classificado/ Não selecionado
Simone Pessoa Pereira Sampaio	51649229	22	57º¹	Classificado/ Não selecionado
Sirleni Cavalhieri Freitas	1488003250	22	58º¹	Classificado/ Não selecionado
Bruna Carla Martins Ribeiro	389050829	22	59º¹	Classificado/ Não selecionado
Pedro Campos Boeno	1858886191	22	60º¹	Classificado/ Não selecionado
Alex Rezende Heleno	129398656	21,5	61º¹	Classificado/ Não selecionado
Lucas Ferreira	267066801	21,5	62º	Classificado/ Não selecionado
Marccelo Pereyra	711203617	21	63º¹	Classificado/ Não selecionado
Edmundo Siqueira	884898998	20	64º¹	Classificado/ Não selecionado
Silvia Miranda Vanderss Thomazini	63662374	20	65º¹	Classificado/ Não selecionado
Raquel Souza	2012234249	20	66º¹	Classificado/ Não selecionado
Rebecca Aguiar Eufrosino da Silva de Carvalho	371265576	20	67º¹	Classificado/ Não selecionado
Bruna Canelossi	410286173	19	-	Desclassificado
Arthur de Siqueira Brahm	588281795	18,5	-	Desclassificado
Luiz Gustavo Vaz Nunes	584389555	18,5	-	Desclassificado
Rosanne Gyselle Menezes de Sousa	2084588207	18,5	-	Desclassificado
Ruth Silva Pereira	87366258	18,5	-	Desclassificado
Tainá Pereira Gomes da Costa	897209895	18,5	-	Desclassificado
Adineia Albigaus	244546931	18	-	Desclassificado
Marcel Alessandro Venâncio	2036282906	17	-	Desclassificado
Ana Lucia Oliveira	1396593027	17	-	Desclassificado
Luciano Ribeiro Barbosa	1179010899	17	-	Desclassificado
Vitor Geovanne	1455836769	16	-	Desclassificado
Lyedson Enrique da silva Oliveira	256982568	15	-	Desclassificado
Márcia van Samson	916273063	15	-	Desclassificado
Elisa Bernadete de Carlos Rosa Spadim	1602321111	14	-	Desclassificado
José Eugênio Borges de Almeida	2057255996	0	-	Desclassificado
Bethânia Pires Amaro	142694416	0	-	Desclassificado
Felipe Alvarenga	1487419882	0	-	Desclassificado
Francisley da Silva Dias	1531802767	0	-	Desclassificado
Jéssica Damas da Silva	1829703481	0	-	Desclassificado
Marcelo Nunes Rodrigues	1242719172	0	-	Desclassificado
Bruno Ribeiro Pereira	1727597055	0	-	Desclassificado
Rodrigo Hipólito	153172125	0	-	Desclassificado
Rogério Amaral de Vasconcellos	86585533	0	-	Desclassificado
Vitor Marcolin	1947863156	0	-	Desclassificado
Gabriel de Castro Augusto Alvarenga	19607060	0	-	Desclassificado
Mariana Luppi Foster	88624578	0	-	Desclassificado
Joaquim R. Vieira	384968074	0	-	Desclassificado
Maria Lúcia Monteiro	729037839	0	-	Desclassificado
Lucas Lôbo	1462386477	0	-	Desclassificado
Cupertino Freitas	1173969074	0	-	Desclassificado
Sofia Finguermann e Fernandes	135603545	0	-	Desclassificado

Obs.:
¹ - Desempate dado conforme item 11.5 do Edital.
² - Desempate dado conforme item 11.6 do Edital.

Categoria: Crônica

Nome	Inscrição	Nota	Colocação	Resultado
Mariana do Nascimento Ramos	1811559122	38,5	1º	Selecionado
Luciane Mustafa	1109789885	37	2º	Selecionado
Vitor Marcolin da Silva	188488043	35,5	3º	Selecionado
Pedro Campos Boeno	1850366877	34	4º	Selecionado
Estevão Buzin	429261730	32	5º	Selecionado
Wagner Fernando Miarelli Pardini	1685402991	31	6º	Selecionado
Filomena das Chagas Rosa Calixto	2071022423	29,5	7º²	Selecionado
Gustavo Canevare	1914516918	29,5	8º²	Selecionado
Cristian Corrêa Vilche	1452484849	29,5	9º²	Selecionado
João Pedro da Cunha Borges	1118707084	29	10º²	Selecionado
Lucas Verzani Souza Nascimento	2091911031	29	11º²	Selecionado
Luzia da Silva Almeida	480787577	28,5	12º	Selecionado
João Paulo Miarelli Pardini	634877921	25,5	13º	Selecionado
Diogo Tadeu Silveira	1634890818	25	14º	Selecionado
Gabriel André	1961896080	24	15º²	Selecionado
Marcelo Calixto	1721769202	24	16º²	Classificado/ Não selecionado
Marcelo Calixto Júnior	933367658	24	17º²	Classificado/ Não selecionado
Lucélia Correia Duarte dos Santos	337194178	23	18º¹	Classificado/ Não selecionado
Iane Maria dos Santos Vasconcelos	2102938329	22,5	19º¹	Classificado/ Não selecionado
Arzírio Cardoso	1451950293	22,5	20º¹	Classificado/ Não selecionado
Igor Vieira Pinto Brandão	1857691858	22	21º	Classificado/ Não selecionado
Júnio Liberato	413271142	21,5	22º	Classificado/ Não selecionado
Nilton Euripedes de Deus Filho	2147027061	21	23º	Classificado/ Não selecionado
Maria do Carmo Prestes Moraes	2054244587	20	24º	Classificado/ Não selecionado
Luis Marcelo Santos	836592547	20,5	25º	Classificado/ Não selecionado
Marcoaurélio Mocelin Chies	999116339	19	-	Desclassificado
Ingrid Dayling Baez Lopez	435776465	18	-	Desclassificado
Clayton Fagundes Cardoso	1753250104	18	-	Desclassificado
Marcelo Pereira Rodrigues	1157695130	18	-	Desclassificado
Marcelo Pereira Rodrigues	166024014	17	-	Desclassificado
Denise da Costa	579559135	17	-	Desclassificado
Viviane Ferreira Santiago	1863329035	16	-	Desclassificado
Bruno Ferreira Vianna	501171444	15	-	Desclassificado
Raquel Souza	650138015	14	-	Desclassificado
Daiana Soares	522390160	13	-	Desclassificado
Roque Aloisio Weschenfelder	1263419272	13	-	Desclassificado
Nicolas Gabriel Silva Miguel	1681588560	12,5	-	Desclassificado
Francisco Evandro Martins da Silva	1369258211	11,5	-	Desclassificado
Claudia Sueli dos Santos Oliveira	1660298233	11	-	Desclassificado
Ana Carolina da Silva Vieira	767562922	9	-	Desclassificado
Larissa Ferreira da Silva	1188985711	9	-	Desclassificado
Vivaldo Pinto Zeferino	1670329104	9	-	Desclassificado
Thaís Alessandra Martins da Cruz	838691143	8	-	Desclassificado
Andre Luis Soares	336217709	4,5	-	Desclassificado
Antonio Maria Carneiro Neto	759720398	0	-	Desclassificado
Fabiana Ballete de Cara Araujo	2010067632	0	-	Desclassificado
Gabriela Vilela Andrade Costa	1103525086	0	-	Desclassificado
Elisia Betânia Brasil dos Santos	1661223583	0	-	Desclassificado
Laísa Guedes Henrique	811362932	0	-	Desclassificado
Átila Rua	523381631	0	-	Desclassificado
Leonardo Zegur	1890471012	0	-	Desclassificado
Renata Calixto Martins	445256881	0	-	Desclassificado
Luís Fernando Gurgel e Souza	1622105336	0	-	Desclassificado
Déa Lucia Araujo de Castro	1489468074	0	-	Desclassificado
Sebastiana Rosa	495271430	0	-	Desclassificado
Valdir Soares Fernando	1836477927	0	-	Desclassificado
Giovana Finotelli	197088095	0	-	Desclassificado
Rogério Amaral de Vasconcellos	1935482926	0	-	Desclassificado
Damiany Coelho	1345798879	0	-	Desclassificado

Obs.:
¹ - Desempate dado conforme item 11.5 do Edital.
² - Desempate dado conforme item 11.6 do Edital.

Categoria: Quadrinho

Nome	Inscrição	Nota	Colocação	Resultado
Natalia Meireles	136211841	28,5	1º	Selecionado
Nathalia Pichinin de Oliveira Martins	276644092	28	2º	Selecionado
Rafael Vasquez Martins	1874923610	17	-	Desclassificado
Matteo Vinicius Alves Recinella	314058416	14	-	Desclassificado

Art. 3º Em caso de desistência, impossibilidade de recebimento do prêmio ou o não cumprimento das exigências do edital por parte do proponente contemplado, o prêmio será destinado a outro proponente aprovado, observando-se a ordem de classificação estabelecida pela Comissão de Seleção.

Art. 4º O prêmio a que farão jus os selecionados é intransferível, inegociável e poderá ser pago em até 1 (um) ano, contado a partir da publicação da homologação do resultado final desta seleção.

Art. 5º O valor do Imposto sobre a Renda será retido na fonte, observada a tabela de incidência mensal, e o valor líquido será depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança do selecionado.

Art. 6º Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo implicarão a desclassificação da obra selecionada.

Art. 7º O descumprimento das obrigações previstas no Edital ensejará a devolução dos valores repassados, devidamente corrigidos, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 8º A Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo reserva-se o direito de, em caso de cortes orçamentários ou outros impedimentos supervenientes, não publicar a Antologia resultante deste concurso.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL NOGUEIRA ALVES TAVARES DA SILVA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 694, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
222044 - Ações Sócio Educativa Cultural - Espaço Tápias
INSTITUTO CULTURAL ENGENHO DAS ARTES
CNPJ/CPF: 10.451.031/0001-12
Processo: 01400002044202248
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 580.497,84
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta desse projeto é a realização de ação educativo-cultural no Espaço Tápias. Serão oferecidas aulas de dança, formação para professores multiplicadores de dança, capacitação em artes cênicas, manutenção profissional, intercâmbios e residências artísticas, acompanhamento para profissionais emergentes em pesquisa e criação de espetáculos, de forma gratuita.

222076 - Circo Olímpico PAZ BIKE - Família Clovim
Clóvison Elberth Alves Gonçalves
CNPJ/CPF: 866.529.236-53
Processo: 01400002076202243
Cidade: Patrocínio - MG;
Valor Aprovado: R$ 394.704,68
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de espetáculo circense exaltando a conexão entre o BMX Freestyle, o ciclismo-acrobático e a arte; a magia do mundo das rodas e suas modas: o monociclo, a mini-bicicleta, a Maria Cambota.

222058 - CIRCUITO CULTURAL ITINERANTE ENERGISA
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA E SOCIAL - INSTITUTO ATITUDE
CNPJ/CPF: 08.791.800/0001-80
Processo: 01400002058202261
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 499.768,94
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto em tela de cunho mambembe (bonecos gigantes, marionetes e fantoches), tem a arte como seu principal instrumento de orientação por meio de um Circuito Cultural Itinerante, promovendo a inclusão sociocultural da comunidade escolar, contemplando ações e modalidades tais como: arte circense, teatro, danças, oficinas de música, brincadeiras juvenis, artes plásticas, fantoches, marionetes, jogos recreativos e literatura, tendo como principal ferramenta estrutural de trabalho, um espaço móvel metálico que possibilitará a montagem e desmontagem, sendo de fácil translado, transportado num microônibus envelopado, com o nome do projeto, contando ainda com uma equipe de profissionais qualificados, capacitados, e com formação específica em cada segmento cultural, que atuarão nas ações contempladas neste projeto.

222064 - ESCOLA DE DANÇA DAS COMUNIDADES DO RIO DE JANEIRO
Associação Dançando para não Dançar
CNPJ/CPF: 02.859.970/0001-72
Processo: 01400002064202219
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 183.348,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar oficinas de dança para 100 alunos de comunidades do Rio de Janeiro e 1 apresentação com alunos e bailarinos convidados no teatro, Espaço público ou na sede do projeto. Todas as atividades serão gratuitas.

222072 - Festival de Dança de Joinville - 40a. Edição
Instituto Festival de Dança de Joinville
CNPJ/CPF: 02.979.605/0001-00

Processo: 01400002072202265
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 3.519.331,25
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar o Festival de Dança de Joinville e todas as atividades simultâneas que compõem o evento: Abertura, Noite de Gala, Noite dos Campeões Junior, Noites dos Campeões Sênior, Mostra Competitiva, Mostra Meia Ponta, Estimulo Mostra de Dança, Palcos Abertos, Cursos, Feira da Sapatilha, Visitando os Bastidores, Mais Dança, Festival 40+, FanMix, Dance Parade e o projeto Dança para Todos.

222065 - Laços de Amizade VI - Revolução dos Sonhos - O Espetáculo
Associação Beneficente Cultural De Juventude Judaica Bracha Caroline
CNPJ/CPF: 05.600.632/0001-00
Processo: 01400002065202263
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 481.365,56
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto Laços de Amizade VI - Revolução dos Sonhos - O Espetáculo, em parceria com os jovens assistidos pelo SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) - Samaritaninhos irá proporcionar oficinas de teatro inspiradas no livro "A Revolução dos Bichos" de George Orwell com o intuito de produzir e apresentar uma peça teatral que contará com adaptações feitas pelos participantes como uma forma de aproximar a história a realidade em que vivemos.

222079 - Mostra de Humor
TOMHACK EVENTOS DE GAMES E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ/CPF: 33.735.858/0001-53
Processo: 01400002079202287
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.454.850,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Grandes artistas nacionais se revezando no Palco da Mostra de Humor com seus espetáculos. A cada noite um espetáculo consagrado e abertura de um espetáculo local diferente.

222042 - Paixão de Cristo do Recife: Jesus, A Luz do Mundo
Antonio Xavier Pires
CNPJ/CPF: 005.641.684-91
Processo: 01400002042202259
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 778.965,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Trata-se de um mega espetáculo teatral ao ar livre, que revive os últimos momentos de Cristo, movido pela união de elementos artísticos inovadores, a exemplo da interação entre atores, atrizes, bailarinos e figurantes com efeitos especiais e iluminação de última geração. A encenação acontecerá no Marco Zero, em três dias, no período da Semana Santa.

222060 - Suite Rock
Renato Vieira Dança e Atividades Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 40.406.217/0001-10
Processo: 01400002060202231
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 498.825,36
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Circulação de espetáculo inédito de dança contemporânea, chamado Suíte Rock. Contempla atividades que envolvem aprimoramento técnico-artístico dos bailarinos . Como contrapartida social será realizado um workshop de dança.

222023 - TINA - O MUSICAL
RAFAEL PICIN DE MACEDO - ME
CNPJ/CPF: 12.321.178/0001-13
Processo: 01400002023202222
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.499.068,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Esta proposta prevê a montagem e manutenção do espetáculo Tina - O Musical, que contará as melhores histórias de Tina e de seus amigos, Pipa, Rolo, Zecão e Jaime, personagens icônicos da Turma da Mônica, de Mauricio de Sousa. Como ação de contrapartida social será realizada ação formativa compreendida em atividade de 40 horas com certificação, voltada a estudantes de instituições públicas e de forma totalmente gratuita.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
222054 - Acao Social Recomecar
ASSOCIACAO CULTURAL MUSICA PARA CIDADANIA
CNPJ/CPF: 22.095.057/0001-54
Processo: 01400002054202283
Cidade: Governador Valadares - MG;
Valor Aprovado: R$ 319.181,26
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa oportunizar oficinas voltadas ao ensino da música e como meio de democratizar o acesso a bens culturais. As oficinas serão ministradas por profissionais capacitados, usando de técnicas, instrumentos e materiais condizentes as necessidades do público.

222073 - Concertos sinfônicos de música clássica da Nova Orquestra - 2024
OLGA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.144.135/0001-84
Processo: 01400002073202218
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.113.325,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto vai viabilizar a programação de 08 concertos sinfônicos da Nova Orquestra, grupo que vem se destacando por apresentar um conceito diferenciado no que diz respeito aos eventos de música clássica, já que clássicos da MPB, Rock nacional e internacional são adaptados para o universo da música instrumental.

222057 - FESTIVAL IRIS
Natasha Empreendimentos Artísticos Ltda
CNPJ/CPF: 04.716.327/0001-15
Processo: 01400002057202217
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.370.122,50
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Um Festival sobre arte e culturas ancestrais, em um espaço ao ar livre e perto da natureza, montaremos tendas para apresentar uma programação contínua de palestras, cortejos com elementos dramáticos da cultura popular, música, gastronomia e cenografias artísticas.

222056 - Igrejinha Cultivando Tradições
Associação de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha
CNPJ/CPF: 94.725.306/0001-59
Processo: 01400002056202272
Cidade: Igrejinha - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.209.236,80
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Todas as ações tem como proposito resgatar, preservar e valorizar o legado identitário da comunidade, agregando as Bandas e Orquestras Típicas Instrumentais, Grupos Folclóricos de Dança e intervenções Teatrais ao Kerb das Soberanas, Bensonderertag, Seniortag, Desfile Temático e Oktoberfest de Igrejinha,eventos culturais que cultuam as tradições, passando de geração para geração os costumes herdados dos antepassados que colonizaram Igrejinha. Igrejinha Cultivando Tradições tem como produto principal, "Apresentações Musicais -Musica - Musica Instrumental" com apresentações de Bandas e Orquestras Típicas Alemãs, Grupos Folclóricos de diversas etinias e intervenções teatrais. A Contrapartidas Sociais - Patrimônio Cultural - Ações educativo-culturais vai oportunizarvivências de conhecimento e valorização da cultura germânica para diferentes públicos, gerando relação de pertencimento comunitário e a manutenção da Identidade cultural através de ações formativas.

222063 - MUSICA PARA SEUS OUVIDOS
MONIKE CARLA CORRA DA COSTA
CNPJ/CPF: 160.571.827-07
Processo: 01400002063202274
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 208.032,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto se resume na gravação de um DVD de musica com foco em musica instrumental Gospel Cristã. Vistoque o projeto é totalmente gratuito, está dispensado de prever a contrapartida social, conforme £5 do artigo 25 da IN 01/202

222035 - Músicas / Criatividade
MARIA PAULA WALCHAK MARUSAK
CNPJ/CPF: 752.297.570-00
Processo: 01400002035202257
Cidade: Santa Rosa - RS;
Valor Aprovado: R$ 195.586,64
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar apresentações musicais em Santa Maria, produzindo evento musical gratuito de qualidade, Enquanto que, como contrapartida social, o projeto prevê a realização de uma palestra dirigida ao público estudantil e professores da rede pública de ensino.

222053 - Notas para vida: circulação e formação musical
ASSOCIACAO NOTAS PARA VIDA
CNPJ/CPF: 43.110.219/0001-56
Processo: 01400002053202239
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 982.872,08
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto prevê a capacitação de músicos pianistas visando instrumentalizá-los com o conhecimento necessário para a realização de recitais em locais de acolhimento como abrigos, centros de saúde, lares de crianças e de idosos, hospitais e escolas. Prevê também a criação de novas oportunidades de trabalho para artistas da cena musical, movimentando assim a economia criativa do país. Por fim, o projeto também pretende realizar oficinas de inicialização musical para crianças em escolas públicas, visando introduzir uma linguagem artística capaz de desenvolver inúmeras habilidades cognitivas, afetivas e motoras.

222051 - Violas do Pantanal
IVO ANTONIO VIEIRA
CNPJ/CPF: 316.209.300-72
Processo: 01400002051202240
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 165.044,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Violas do Pantanal tem como proposta a manutenção e divulgação através de apresentações gratuitas da orquestra de viola caipira de 10 cordas Violeiros do Pantanal, em praças públicas, eventos ligados à cultura ou outros eventos sociais inclusivos. Resgatar a memória afetiva da viola caipira e da música raiz com oficinas para alunos e professores de escolas públicas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
222049 - 12ª Mostra 3M de Arte
Elo 3 Integração Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.791.257/0001-95
Processo: 01400002049202271
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 908.930,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe realizar a décima segunda edição da Mostra 3M de Arte, mantendo sua proposta de enriquecer a esfera artística brasileira com a produção de obras inéditas, discussões e conceitos sobre arte contemporânea, enfatizando principalmente a produção artística que de alguma forma utilize a ciência e a tecnologia em suas plataformas de criação, metodologia de execução e/ou forma de exibição. Estas obras vão compor uma exposição gratuita. Será colocado no ar um site que atuará como guia de exposição e catálogo digital, disponibilizando de forma gratuita e irrestrita informações sobre os artistas, as obras e a exposição.

222021 - EXPOSIÇÃO DREAMWORKS - UMA JORNADA DO ESBOÇO À TELA - PRAÇA SÃO PAULO
COLECTA PRODUCOES E EVENTOS EIRELI - COLECTA PRODUCOES
CNPJ/CPF: 17.830.713/0001-85
Processo: 01400002021202233
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.000.000,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar exposição interativa "DreamWorks - Uma Jornada do Esboço à Tela - Praça São Paulo" em nova temporada de 05 meses, em São Paulo. Composta por 400 itens que refletem os conceitos iniciais dos filmes, modelos e obras de arte originais, entrevistas e displays interativos das animações clássicas preferidas e mais amadas da DreamWorks. Como ação de contrapartida social será realizada ação formativa compreendida em atividade de 40 horas com certificação, voltada a estudantes de instituições públicas e de forma totalmente gratuita.

222037 - EXPOSIÇÃO ODA
TICIANA MARTINEZ GUIMARAES MAICHACKI
CNPJ/CPF: 028.426.549-78
Processo: 01400002037202246
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 183.114,75
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Será realizado uma exposição de vários artistas brasileiros monstrando a nossa riqueza cultural atraves de seus trabalhos . Montagem de evento de arte com a proposta de expor trabalhos autorais de diversos artistas nacionais que retratem a alma brasileira em todas as suas expressões. A curadoria vai priorizar a qualidade e individualidade no tratamento de temas contemporâneos como experimentação estética, identidade tradicional brasileira, projeto preserva o legado de heranças culturais, processos criativos e manualidades voltadas para criação artística. Contrapartida Social palestras arte em Escolas Públicas Araucária/PR.

222040 - EXPOSIÇÃO ROSTO DE MULHER
EMANUELE CRISTINA SANUTO
CNPJ/CPF: 13.514.761/0001-03
Processo: 01400002040202260
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 317.002,68
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: EXPOSIÇÃO NA CATEGORIA ARTES VISUAIS E DEBATE EDUCATIVO (ABERTA AO PÚBLICO E DE ENTRADA GRATUITA) é uma exposição de artes visuais, temporária, de característica itinerante, que propõem exibir um acervo documentário histórico com fotografias, vídeos de entrevistas de mulheres que sofreram tentativa de feminicídio e violência, que será produzido por meio de uma curadoria cuidadosa de artistas mulheres independentes do estado do Rio de Janeiro, acompanhado de uma artista internacional convidada e abertura de debates educativos para jovens universitários, membros de organizações sociais e pessoas da sociedade comum, criando actividades culturais, como música e teatro durante a inauguração deste evento. Abrindo um diálogo cultural e social que retrata a temática da violência contra as mulheres; (física, emocional, social, estética). Esta proposta é para cidades do Rio de Janeiro, Petrópolis, Vassouras. durante estes dias serão mantidas mesas de debates, visitas guiadas durante 2022 - 2023.

222066 - Gincana Fotográfica
CAMINO CARTOES POSTAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 27.785.493/0001-79
Processo: 01400002066202216
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.581.400,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo realizar Exposições Culturais com imagens produzidas em uma gincana fotográfica. Estas imagens serão produzidas por pessoas comuns, em vulnerabilidade cultural e social. Além das exposições, a gincana também envolverá contação de histórias e palestras.

222043 - JOGO LIMPO - JORNADA CULTURAL REVITALIZA
CONSPIRADORIA PROJETOS E PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 01.914.016/0001-72
Processo: 01400002043202201
Cidade: Juazeiro - BA;
Valor Aprovado: R$ 801.418,75
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Jornadas culturais de Artes Integradas com mostras multi-linguagens e formação artística em 10 escolas públicas selecionadas, com o objetivo de estimular reflexões e o engajamento de alunos, professores e comunidade em torno de temáticas relevantes da Agenda 2030. Por meio da mostra multi-linguagem e de 4 oficinas (audiovisual, hip hop, rádio e artes visuais), cada escola será mobilizada para revitalizar seus espaços internos através da arte, exercitando a formação artística com o pertencimento, auto-responsabilidade, e estabelecendo de relações de cuidado com o espaço comum.

222070 - MEMORIAL DAS GRANDES ATRIZES BRASILEIRAS
gama produções ltda
CNPJ/CPF: 28.720.670/0001-00
Processo: 01400002070202276
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.814.957,92
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Memorial das Grandes Atrizes Brasileiras é um projeto de exposição envolvendo Arte, Educação e Tecnologia com o objetivo de preservar, difundir e celebrar a memória de grandesatrizes da história cultural brasileira; apresentando 01 EXPOSIÇÃO EM ARTES com recursos tecnológicos sobre 04 grandes atrizes da cultura nacional (Bibi Ferreira e outras 03); apresenta também 01 Laboratório (produto OFICINA) em Arte e Tecnologia vinculado à exposição.

222055 - TOP CUFAS ES
ASSOCIACAO CULTURAL, SOCIAL E ESPORTIVA
CNPJ/CPF: 41.991.822/0001-69
Processo: 01400002055202228
Cidade: Serra - ES;
Valor Aprovado: R$ 403.400,25
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa disponibilizar um desfile. Será dado a oportunidade de jovens das favelas do Espírito Santo se destacarem ao desfilar a moda de rua neste projeto, enaltecendo a cultura que vem sendo alimentada pelos jovens através de seguimentos como o "Fashion" e o Street Style".Os desfiles ocorrerão ao som de músicos da cultura popular local. Este projeto une a arte e a cultura do Espirito Santo a moda de rua.

222067 - Varal de imagens
EDUARDO BECKER JUNIOR
CNPJ/CPF: 258.486.508-45
Processo: 01400002067202252
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 466.752,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto prevê exposições itinerantes de fotografias em vários estados do país. As fotos que compõem as exposições serão produzidas por moradores de cidades e bairros em situação de vulnerabilidade social e cultural, com pouco ou nenhum acesso à cultura. Além das exposições, também estão previstas oficinas criativas incluindo fotografia e contação de histórias e palestras no dia da abertura das exposições.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
221892 - Construção do Teatro do Instituto Baccarelli
SOCIEDADE DE CONCERTOS DE SAO PAULO - INSTITUTO BACCARELLI
CNPJ/CPF: 55.446.132/0006-48
Processo: 01400001892202230
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 37.490.668,91
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Construção do Teatro do Instituto Baccarelli, de 550 lugares, para atender aos grupos artísticos da instituição, às manifestações culturais da comunidade de Helióopolis e redondeza e à demanda por um espaço acessível e próximo de lazer e entretenimento.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
222039 - A Turma do SiriZinho
PAULO SERGIO DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 871.028.629-20
Processo: 01400002039202235
Cidade: Penha - SC;
Valor Aprovado: R$ 382.536,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta constitui em despertar e incentivar o interesse a leitura por meio da publicação de um livro infantil, o qual o tema a ser abordado relaciona-se à descoberta do mundo, revelando por meio de personagens fictícios, "A Turma do Sirizinho". Além dos livros, o projeto prevê apresentações musicais da modalidade infantil baseadas nos livros publicados. Atinente as contrapartidas sociais, será realizada uma palestra cultural de 40horas/aula.

222052 - Conte Mais - Conte uma historia para mim
FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL - FERGS
CNPJ/CPF: 92.852.300/0001-17
Processo: 01400002052202294
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 171.814,50
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto prevê a edição de obras literárias organizadas por faixa etária, compondo-se de livros de literatura infantil e juvenil para distribuição gratuita e também para comercialização.

222036 - New School 2023
NEW SCHOOL ACADEMY
CNPJ/CPF: 41.093.698/0001-14
Processo: 01400002036202200
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.522.435,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto New School 2023 tem o propósito de promover o desenvolvimento de jovens de periferias através da cultura e da educação, por meio de videoaulas gravadas, publicadas na internet, e disseminadas através de aplicativo mobile. Sua metodologia preconiza a formação humana e profissional no ramo das artes, com o viés do empreendedorismo, e também contempla a realização de workshops em escolas das periferias para ampliar seu impacto social.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
222045 - EXPOSIÇÕES IRB - FRANS POST
Instituto Ricardo Brennand
CNPJ/CPF: 04.699.137/0001-37
Processo: 01400002045202292
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 2.216.562,50
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização de uma exposição itinerante de Frans Post, primeiro paisagista europeu a trabalhar em terras da América e o primeiro pintor acadêmico a documentar em cores a paisagem brasileira. O projeto prevê ainda a impressão de catálogo, um hot site com todo conteúdo da exposição eoficina de contrapartida social.

222068 - HISTÓRIA DO JUDAÍSMO EM SÃO PAULO II
INSTITUTO EDUCACIONAL, BENEFICENTE, ISRAELITA - BRASILEIRO, RELIGIOSO - ORTODOXO BEIT YAKOV
CNPJ/CPF: 14.755.550/0001-25
Processo: 01400002068202205
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.823.532,50
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto HISTÓRIA DO JUDAÍSMO EM SÃO PAULO II visa realizar uma exposição virtual sobre a história do Judaísmo em São Paulo, contado por meio dos próprios agentes que fizeram essa história, com os recursos da micro-história de famílias, personalidades e suas narrativas, com ações de capacitação gratuitas de jovens para discutir a problemática do êxodo, imigração, diversidade cultural e história do povo judaico. Todas as ações serão virtuais e remotas, e o acervo ficará disponível de foram totalmente democrática e gratuita na internet (com ampla divulgação).

222013 - REV 1 - Projeto : Museu METAVERSO - Salvador
Flexi Ltda Me
CNPJ/CPF: 12.103.483/0001-39
Processo: 01400002013202297
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 3.103.761,54
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Salvador é a quarta capital com maior número de museus do país e, só por isso, já merece uma política diferenciada, no sentido de ter uma integração maior no circuito comum, na programação dos museus, na renovação expositiva, na qualificação do estado", afirma o presidente do Ibram. Considerando apenas a narrativa, a cidade de Salvador possui 51 museus públicos e privados ou e centro culturais, no total desses museus. Que, armazenam itens, documentos e registros históricos, todos com alguma deficiência e dependência tecnológica que corroboram para estarem em desacordo com a Lei de Nº 11.904/09 Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Proposta: Considerada um projeto através da experiência de trabalhos em gestão e implantação de processos para catalogação digitais de acervos, será de, disponibilizar um acesso (login e senha) à plataforma SISMU Acervos Plano PLATINUM e itens ao METAVERSO por um ano e serviços adicionais que vamos explanar detalhadamente neste projeto.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
222078 - Forró: Festa do Povo
Edith Lins Wanderley Neta
CNPJ/CPF: 797.001.365-15
Processo: 01400002078202232
Cidade: Teresina - PI;
Valor Aprovado: R$ 194.238,00
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto refere-se à realização da turnê da Banda Xenhenhém, que visa difundir a cultura, tornando-se uma opção segura e saudável de entretenimento e lazer. O projeto tem como produtos a realização de apresentação musical, documentário e oficinas de música.

222062 - Projeto Segue o Barco
GLAFIRA FONSECA LOBO - EPP
CNPJ/CPF: 19.348.312/0001-19
Processo: 01400002062202220
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 199.278,45
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 30/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto Segue o Barco é uma proposta cultural que levará o espetáculo musical de lançamento do CD Segue o Barco, do compositor e cantor Nilson Chaves para cidades da região norte. Compõe a proposta os seguintes produtos: 1. Apresentação musical; 2. CD de aúdio; 3. Contrapartidas Sociais.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26)
221901 - Festival Gastronômico Brasileiro
DELB, PRODUCOES DE VIDEOS, EVENTOS, MARKETING CULTURAL E ESPORTIVO LTDA
CNPJ/CPF: 13.800.108/0001-00
Processo: 01400001901202292
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 999.684,47
Prazo de Captação: 08/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Festival Gastronômico / cultural, iremos difundir as diversas culturas implícitas no Brasil, ressaltando contribuições e heranças culturais, através das influências gastronômicas, artísticas e culturais, proporcionando ao público presente, experiência de conviver com diferentes tradições, com apresentações de danças, músicas, diversidades gastronômicas. Em Contrapartidas Sociais ministraremos mini cursos de gastronomia, espaços interativos sobre cultura das regiões, debates relevantes sobre gastronomia brasileira.

PORTARIA Nº 695, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
203923 - Plano Trianual | Casa do Povo 2021/2023
Instituto Cultural Israelita Brasileiro
CNPJ/CPF: 62.778.576/0001-31
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 216.792,39
Valor total atual: R$ 3.604.840,24

204429 - Expedição Pacífico
TRUKS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 67.009.456/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 130.178,00
Valor total atual: R$ 537.978,25

204812 - GIGANTES DE MANGARATIBA
LIMENTO GESTAO DE EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 29.816.280/0001-92
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 3.204,30
Valor total atual: R$ 194.865,60

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
220648 - OPESP - Orquestra Parassinfônica de São Paulo (Temporada 2023)
ASSOCIACAO ORQUESTRA PARASINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - ASSOCIACAO OPESP
CNPJ/CPF: 45.959.365/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 433.000,00
Valor total atual: R$ 4.342.237,50

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204071 - PLANO BIANUAL DE ATIVIDADES - 2021/2022
CENTRO DE INTEGRACAO SOCIAL JOSE CANTARELLI
CNPJ/CPF: 07.805.308/0001-53
Cidade: Belém de São Francisco - PE;
Valor Complementado: R$ 2.162.022,39
Valor total atual: R$ 6.489.294,93

210007 - Expo no MAAS
INSTITUTO MEMORIAL DE ARTE ADELIO SARRO
CNPJ/CPF: 31.771.382/0001-80
Cidade: Vinhedo - SP;
Valor Complementado: R$ 7.040,00
Valor total atual: R$ 205.230,08

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
180577 - Museu Nacional: exposição virtual Mineralogia e Galeria dos Desejos
Associação Amigos do Museu Nacional
CNPJ/CPF: 30.024.681/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 274.280,46
Valor total atual: R$ 2.216.589,32

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204819 - A Literatura em Língua Portuguesa: um mapeamento
OCEANOS CULTURA E COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 02.415.571/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 747.198,02
Valor total atual: R$ 2.312.629,02

212151 - Baú Literário
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Complementado: R$ 495.474,64
Valor total atual: R$ 1.490.417,34

181231 - BIBLIOTECA CONTAINER CULTURAL
Asssociação dos Produtores Culturais de MAto Grosso
CNPJ/CPF: 04.793.249/0001-52
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Complementado: R$ 750.295,97
Valor total atual: R$ 2.844.259,14

184240 - BOOK TRUCK - CULTURA PARA TODO O LADO
VR SERVIÇOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.910.211/0001-15
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 426.782,40
Valor total atual: R$ 1.369.892,83

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
203525 - Plano Plurianual de Atividades e Manutenção do Instituto Inhotim - 2021/2024
Instituto Cultural Inhotim
CNPJ/CPF: 05.422.243/0001-31
Cidade: Brumadinho - MG;
Valor Complementado: R$ 55.176.619,05
Valor total atual: R$ 165.529.988,79

PORTARIA Nº 696, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211296 - As Aventuras de Irineu
TIAGO HENRIQUE SALES LUCHI 35393962843
CNPJ/CPF: 19.623.924/0001-72
Cidade: Taquaritinga - SP;
Prazo de Captação: 01/06/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
193873 - Dialogos III
Congregação Israelita Paulista
CNPJ/CPF: 60.766.060/0001-41
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
212546 - GRAFFITI #PRACEGOVER
MOSAIKY EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.486.796/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
221832 - Festival Path 2022
CARDUME COMUNICACAO LTDA
CNPJ/CPF: 07.661.686/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 697, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211457 - Bom de Nota, Bom de Dança - Plano Anual 2022
ASSOCIAÇÃO PRÓ-ESPORTE E CULTURA
CNPJ/CPF: 01.285.504/0001-68
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Reduzido: R$ 658.726,76
Valor total atual: R$ 2.095.236,55

203112 - TRADICIONAIS FESTEJOS FOLCLÓRICOS DE SÃO BENEDITO E SÃO SEBASTIÃO DE FUNDÃO/ES
associação das bandas de congo de Fundão
CNPJ/CPF: 18.883.597/0001-25
Cidade: Fundão - ES;
Valor Reduzido: R$ 757,02
Valor total atual: R$ 916.946,58

202771 - Tum Tu Tubos
USINA CULTURAL LTDA (CALDEIRA CULTURAL)
CNPJ/CPF: 00.895.728/0001-29
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 32.736,00
Valor total atual: R$ 287.108,36

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
211762 - Natal da Gente
CAMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTAO
CNPJ/CPF: 02.818.156/0001-00
Cidade: Portão - RS;
Valor Reduzido: R$ 1.003,00
Valor total atual: R$ 180.391,43

220237 - Notas Para a Vida - Curitiba
ASSOCIACAO NOTAS PARA VIDA
CNPJ/CPF: 43.110.219/0001-56
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 29.875,00
Valor total atual: R$ 163.175,00

220796 - PROGRAMAÇÃO CULTURAL VAQUEJADA DE ITAPEBUSSU
CRIATIVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 10.614.557/0001-76
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Reduzido: R$ 323.507,00
Valor total atual: R$ 176.433,10

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
211450 - Aprendizes - Digital 2ª Edição
Maloca Produções Artísticas EIRELI - MUDA CULTURAL
CNPJ/CPF: 09.337.773/0001-32
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 0,50
Valor total atual: R$ 972.023,52

212270 - Artitude 2022
ASSOCIACAO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL CASA DO ZEZINHO
CNPJ/CPF: 74.566.035/0001-29
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 95.180,00
Valor total atual: R$ 988.631,30

220693 - Sentimentos do Olhar II
ANDRE FRANÇOIS IMAGENS LTDA
CNPJ/CPF: 01.344.821/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 19.800,00
Valor total atual: R$ 700.326,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
220617 - O Espiritual na Arte Brasileira (nome provisório)
ACT ARTE LTDA
CNPJ/CPF: 30.685.145/0001-34
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 86.174,00
Valor total atual: R$ 411.260,16

PORTARIA Nº 698, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 204071 - PLANO BIANUAL DE ATIVIDADES - 2021/2022, publicado na portaria nº 0621/20 de 19/10/2020, no D.O.U. de 20/10/2020, para PLANO TRIANUAL DE ATIVIDADES - 2021/2023.

Art. 2.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 204071 - PLANO BIANUAL DE ATIVIDADES - 2021/2022, publicado na portaria nº 0621/20 de 19/10/2020, no D.O.U. de 20/10/2020.

Onde se lê: Esta proposta apresenta as atividades a serem realizadas no biênio 2021/2022, contemplando uma programação pública no Centro Cultural Cais do sertão, composta por atividades culturais, sociais e artísticas diversas, a exemplo de exposições, conservação de acervo, pesquisa e documentação, educação inclusiva, visitas mediadas, desenvolvimento de material pedagógico, ações educativas, entre outras atividades.

Leia-se: Esta proposta apresenta as atividades a serem realizadas no triênio 2021/2023, contemplando uma programação pública no espaço cultural situado no Marco Zero da cidade de Recife/PE, composta por atividades culturais, sociais e artísticas diversas, a exemplo de exposições, conservação de acervo, pesquisa e documentação, educação inclusiva, visitas mediadas, desenvolvimento de material pedagógico, ações educativas, entre outras atividades.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA Nº 699, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto "Merck Arte na Escola", Pronac nº 133246, na Portaria nº 690 de 05/12/2022, publicada no D.O.U. nº 228 de 06/12/2022, Seção 1, páginas 89 a 90.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA N° 700, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022, o art. 7º, parágrafo 3º do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021 e a Portaria MTur n° 19 de 14 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve (tiveram) sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 58 da Instrução Normativa MTur nº 01/2022, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a(s) relação(ões) do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve(tiveram) sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 58 da Instrução Normativa MTur nº 01/2022, conforme anexo II.

Art. 3º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 66 da Instrução Normativa MTur nº 01/2022, aos proponentes relacionados no anexo II referente à reprovação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o que implicará nas restrições contidas no referido artigo.

Art. 4º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MTUR e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO R$
132919	41° Festival Internacional de Folclore de Nova Petrópolis	ASSOC.DOS GRUPOS DE DANCAS FOLCL ALEMAS DE N.PETROPOLIS	Entre os dias 26 de Julho e 11 de Agosto de 2013, Nova Petrópolis receberá diversos grupos folclóricos regionais, nacionais e internacionais, envolvendo toda a comunidade, promovendo a diversidade cultural através das diversas apresentações de dança que ocorrerão durante o evento, aproximadamente 250 apresentações, além de diversas outras atividades que promovam a integração entre comunidade e grupos participantes.	187.320,00
132975	A Mulher que comeu o Mundo	UTA Produções Artísticas e Culturais S/S Ltda	O presente projeto pretende levar o trabalho do grupo gaúcho de repercussão nacional Usina do Trabalho do Ator a região centro oeste do país, a cidades nas quais ainda não esteve. Através da apresentação do espetáculo de rua A MULHER QUE COMEU O MUNDO, de ações de formação de plateia e da realização de workshops, os estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul entrarão em contato com duas das principais vertentes de trabalho do grupo: o teatro de rua e a atuação pedagógica.	171.800,00
125675	Porto Verão Alegre 2013	MAIS ALÉM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI	Realizar a 14ª edição do Porto Verão Alegre durante os meses de janeiro e fevereiro na capital gaúcha. Sua realização acontecerá no período de 09 de janeiro de 2013 a 17 de fevereiro de 2013, em diversos espaços culturais, viabilizando 126 apresentações.	880.000,00
1011533	Descoisas, Pré-Coisas e, no máximo Coisas	EXPRESSAO CRIACAO & PRODUCAO LTDA - ME	O projeto Descoisas, Pré Coisas e, no Máximo Coisas prevê a apresentação do espetáculo em cinco capitais brasileiras, sendo elas: Belém (PA), São Luiz (MA), Teresina (PI), Recife (PE) e Salvador (BA). Pretende-se fomentar um intercâmbio cultural entre as regiões sul, norte e nordeste e divulgar a obra do poeta Manoel de Barros, que é base de pesquisa deste projeto.	71.995,00
1011772	Conexão Leitura	Elo 3 Integração Empresarial Ltda.	O projeto tem por objetivo incentivar o hábito da leitura através da distribuição gratuita de 24 mil exemplares de quatro clássicos da literatura infantil para crianças de escolas públicas, bibliotecas, ONGs e outras instituições de interesse público em qualquer localidade do país.	350.482,00
096828	ESCOLA VAI AO TEATRO 2010	SOCIEDADE CULTURA ARTISTICA	Montagem de 2 espetáculos teatrais produzidos a partir de oficinas gratuitas oferecidas à população local da região de Jaraguá do Sul, e a contratação de 04 produções teatrais de qualidade voltadas para o público alvo, realizando o mínimo de 20 apresentações públicas subsidiadas para alunos das escolas da região e outros públicos com o intuito de criar o hábito de ir ao teatro, desenvolvendo o espírito crítico, e a formação de platéias que interajam com as mensagens veiculadas.	94.900,00
120091	A MORINGA QUEBRADA	PASO D'ARTE EVENTOS E EDITORA LTDA.	Estreia nacional do espetáculo "A MORINGA QUEBRADA" de Heinrich von Leist, que completa este ano 200 anos de morte, portanto livre de direitos autorais. Com tradução e adaptação inédita de Marcelo Backes (carta dos direitos cedidos no anexo) e direção de Gustavo Paso. Pretende-se temporada de 02 meses no RJ e temporada de 02 meses em São Paulo - capital.	200.000,00
107075	PIANO ITINERANTE COM MIGUEL PROENÇA	ARSIS PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME	Realização de 15 recitais com o pianista Miguel Proença em territótio nacional com preços populares, com repertório nacional e internacional. Serão oferecidos ensaios abertos em todas as cidades.	260.000,00
093352	Atrás do Pano - A Comédia	Academia de Arte Atendimento e Serviços Ltda - ME	Atrás do Pano - A Comédia, é uma peça teatral que aborda com humor, as dificuldades de uma companhia de teatro em se manter no mercado de trabalho. O projeto pretende estrear na cidade de São Paulo, com temporada minima de 3 meses, podendo ser prorrogada de acordo com aceitação de crítica, público e/ou patrocínio.	300.000,00
151899	Projeto Expositivo da 32ª Bienal de São Paulo	Fundação Bienal de São Paulo	Este projeto tem o objetivo de realizar a 32ª edição da Bienal de São Paulo, exposição de arte contemporânea mais importante do Brasil e da América Latina e uma das mais tradicionais do mundo, com a intencao de atualizar o conhecimento e o acesso à producao de arte contemporânea. A 32ª Bienal reunirá obras de cerca de 120 artistas do Brasil e do mundo e será realizada de setembro a dezembro de 2016 no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, na capital do estado de São Paulo. O curador escolhido pela Fundação Bienal é Jochen Volz, que coordenará uma equipe curatorial composta por 4 membros. Serão realizadas diversas outras atividades paralelas antes e durante o período da Bienal, como ações e formações educativas, pesquisas, workshops, seminários e diversas publicações, detalhadas no campo Objetivos.	20.733.888,00
1111872	Projeto Diferenças!	Fundação Dorina Nowill Para Cegos	O projeto consiste na produção e distribuição da coleção de literatura infantil Diferenças!, em formato acessível misto tinta e Braille, que trata dos 5 tipos de deficiência: física, visual, auditiva, mental e múltipla. Também busca capacitar professores e bibliotecários para atender os leitores com deficiência visual nos espaços públicos de leitura e otimizar o uso dos livros acessíveis, promovendo o estímulo à leitura de forma inclusiva e integrada entre as crianças cegas e as que enxergam.	306.861,88
110679	O Espelho	Arteviva Produções Artísticas Ltda	O Espelho é uma exposição multimídia com vinhetas de performances filmadas, ilusões visuais e áudio espacial. Inspirado no texto homônimo de Machado de Assis, investiga se a gama de jogos e truques que podemos aplicar a nossa imagem. O visitante da galeria entra em um quarto e senta-se em frente a uma penteadeira. Tudo é refletido perfeitamente no espelho com exceção do visitante. Sua imagem é materializada aos poucos, ouve vozes como se elas estivessem dentro de sua cabeça.	313.271,60
045641	Projeto OCBLU em Santa Catarina - Ano 2005	Academia de Cordas	Turnê com 10 concertos, sendo um por mês, nas universidades do Estado de Santa Catarina. Participantes músicos fixos 16, músicos convidados 2, equipe auxiliar 1 assistente de som. Levar ao estudante universitário o mundo da música erudita.	453.654,00
1011856	20ª FENAKIWI - DANÇA TEATRO E CIRCO	Camara da Industria Comercio e Serviços de Farroupilha	Promover 1 intervenção circense itinerante, 1 espetáculo de circo 4 de dança étnica e folclórica, 1 peça de teatro infantil, 1 de teatro de bonecos, 2 de teatro adulto, 1 auto de Natal, 2 espetáculo coral. Esta iniciativa prevê a formação de platéia através do contato do público com as artes cênicas, através do acesso facilitado e a escolha de peças de fácil percepção e entendimento, atingindo todas as camadas da população em diversas atividades que compõem a Fenakiwi no decorrer de 14 meses	365.000,01
062228	Espaço da Água	FBF Cultural Ltda	O objetivo deste projeto é a montagem de exposição itinerante, que visa promover uma ampla disseminação de informações gerais sobre a importância da água para a manutenção da vida, procurando estimular uma mudança não apenas nos hábitos de consumo da população, como também na sua percepção, atitude e valores em relação a água.	792.323,50
087915	Oui Brasil Exposição de Carros Antigos	Actum Consultoria Empresarial Ltda.	Expor ao público as influências de design, história, arquitetura, engenharia, estilo e tradição automobilísticas da França presentes no Brasil. A pretensão é realizar a exposição no Museu da Casa Brasileira, no centro de São Paulo. Parecer efetuado sobre solicitação do proponente quanto a remanejamento de valores sem alteração no valor aprovado, de verba remanescente da rubrica Seguro - Seguro dos carros para transporte e exposição. O proponente discrimina as rubricas as quais, segundo justifica, se tornaram deficitárias no decorrer da execução do projeto, e que seriam beneficiadas pelo remanejamento, conforme fls. 161-162. Envia nova planilha com os valores atualizados para as rubricas correspondentes, fls. 163 a 166.	440.700,00
165074	MENESTREL CONTA A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ	Marcello Andrade dos Santos ME	O presente projeto propõe a produção e circulação por 12 municípios paranaenses do espetáculo ?MENESTREL CONTA A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ?. Através da magia do teatro de sombras, a Companhia Karagozwk, de Curitiba, mostra como várias etnias chegaram ao Paraná e contribuíram para formação e constituição de uma identidade paranaense.	150.071,27
170489	Falsa Identidade	WILSON TREVISAN	Montagem de um espetáculo teatral a ser apresentado para o público virtual, na página do Canal do YouTube do proponente. Oferecer a esse público potencial e abrangente, um trabalho de teatro fruto de uma pesquisa continuada e consistente, de uma companhia teatral independente. Trata-se de uma comédia, intitulada "Falsa Identidade", que conta com final surpreendente e arrebatador e com suas histórias engraçadas o texto aproxima o público da narrativa tendo como consequência um reconhecimento da plateia à encenação. Com isso acredita-se que a formação de plateia se torna algo tangível e real, pois por meio da comédia e situações cotidianas acontece a aproximação das pessoas com o teatro.	25.000,00

171988	Dia das Boas Ações - 3ª Edição	Maloca Produções Artísticas EIRELI - MUDA CULTURAL	O projeto pretende viabilizar a programação cultural da terceira edição do "Dia das Boas Ações" que acontecerá simultaneamente em espaços públicos de 2 (duas) cidades: São Paulo e Rio de Janeiro. Será oferecida gratuitamente uma programação composta por dança, circo, teatro, contação de histórias, música, entre outros, totalizando 18 (dezoito) performances artísticas. A curadoria contemplará uma grande diversidade de atrações, visando estimular a participação de um público de diferentes gêneros, classes e faixas etárias, estimado em 8 mil pessoas. Como ação complementar serão realizados registros em vídeo e fotos dos eventos para divulgação do projeto, que serão disponibilizados gratuitamente na internet.	500.000,00
172423	Circuito Cultural Belgo Bekaert Itaúna	Lima Produções Culturais LTDA - ME	Realizar um circuito de apresentações teatrais destinada ao público infantil, com grupos selecionados das mais diversas regiões do Brasil e de notório reconhecimento em sua cidade. Este projeto tem como pilar a descentralização e circulação dos bens culturais produzidos no País realizando diversas apresentações teatrais com o objetivo de formação de público.	133.980,00
178643	A FOLIA DOS BONECOS GIGANTES	OMF SERVIÇOS E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	A proposta trata da realização do Projeto "A Folia dos Bonecos Gigantes", que pretende estimular o intercâmbio cultural entre produtores e artístas do Nordeste, levando, a cultura da confecção, produção e manipulação dos Bonecos Gigantes, vindos de Pernambucos, durante quatro dias de evento à cidade de Marabá na Pará. Faremos um grande festival com 03 espetáculos de dança de rítmos diversificados, junto a 01 apresentação de orquestra popular de frevo, com cultura e entretenimento, além de uma exposição de artes visuais, oficinas de confecção, manipulação e desfile dos históricos bonecos gigantes vindos da cidade de Olinda, estado de Pernambuco, para 10 mil pessoas por dia, totalizando 40 mil pessoas. O acesso será gratuito ao público em geral.	300.000,00
186238	Noite Cultural 2019	HS PRODUCOES MUSICAIS LTDA	Realizar 2 noites de apresentações musicais em local aberto com estrutura de palco, cobertura, som e luz.	176.369,27
190189	Uma Tarde no Museu	Departamento Cultural do Abrigo do Marinheiro	"Uma Tarde no Museu" é um projeto voltado para a realização de exposição de longa duração na Ilha Fiscal (Rio de Janeiro-RJ) abordando a construção, história e o papel de destaque que este espaço teve na História Brasileira. Como medida de ampliação do acesso à cultura, serão desenvolvidas visitas mediadas e atividades motivadoras destinadas a estudantes da Educação Infantil.	218.190,00
190372	Coral EnCanto	ANA MARIA CARIS	O "EnCanto" pretende ser instrumento de acolhimento de pessoas adultas e idosas, para prática e formação no canto. Serão administradas aulas de formação do canto coral, explorando e lapidando o potencial de cada voz, buscando harmonização e valorização da arte musical em seu conjunto.	103.431,56
193536	Festival BB Seguros de Blues e Jazz 6a Edição BH e Curitiba	MAROLO PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME	Festival de blues e jazz em Belo Horizonte e Curitiba. O Festival é integralmente gratuito e tem a duração de um dia por cidade, com atrações consagradas nacionalmente e internacionalmente, artístas convidados e atrações locais. O projeto prevê ainda a realização de palestras gratuitas e atividades lúdicas para crianças.	1.475.000,00
193570	PLANO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO MONTE CARMELO	Associação Monte Carmelo - AMC	O Plano Anual da Associação Monte Carmelo consiste em persistir e desenvolver por meio da arte, o exercício de virtudes e valores. Para alcance de suas metas, viabilizará a formação arte-educacional em dança, música e teatro com crianças, pré-jovens e jovens, levando aos bairros o resultado das oficinas culturais.	454.019,22
193831	Educar e Crescer | Cultura 2020	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL EDUCACIONAL PENIEL	O Projeto Educar e Crescer - Música, contemplará 120 crianças e adolescentes com idade entre 04 e 12 anos integrados à Associação Assistencial Educacional Peniel (AAEPE) - Manancial, residentes no bairro Guarituba, Piraquara-PR. De forma gratuita, o Projeto se desenvolverá em 04 oficinas de música: Musicalização infantil, Canto Coral,Flauta docee Violão. Pretende-se com isso o fomento da cultura e da educação como fatores de resgate da comunidade. Também serão realizadas apresentações e espetáculos gratuitos para a comunidade e ações educativas nas escolas com participação de alunos das oficinas e artistas locais.	61.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO R$
172468	PLANO ANUAL DE ATIVIDADES ALFA 2018	INSTITUTO ALFA DE CULTURA	Realizar a programação cultural, atividades sócio educativas e manutenção no Teatro Alfa. A programação prevê espetáculos de dança, teatro, música e outros para o público em geral, além de atividades sócio educativas e de formação de plateias.	3.919.300,00
089545	Programa de Incentivo à Leitura da Barca dos Livros	SOCIEDADE AMANTES DA LEITURA	Projeto que prevê o desenvolvimento de atividades de fomento e incentivo à leitura de literatura, com ênfase no público infantil e juvenil, no período de 5 de fevereiro de 2009 a 8 de agosto de 2010, na cidade de Florianópolis/SC.	83.600,00
1411050	EnCantos de Final de Ano na cidade de Diamantina MG	j monteiro processamento de dados LTDA	O Projeto EnCantos de Final de Ano objetiva preservar e enaltecer as manifestações tradicionais de final de ano promovendo a fé, cultura e tradição, artística e folclórica, desse período, em Diamantina e abrir espaço para manifestações artísticas e musicais onde cada ator possa apresentar o seu trabalho que é fundamental à identidade cultural local. Neste sentido, todas as manifestações e eventos programados ao longo de sua realização, visam firmar o período de final de ano como um forte atrativo à arte, à municipalidade e ao turismo de modo a conciliar o convívio da comunidade com a geração de trabalho e renda. Objetiva ainda proporcionar aos diamantinenses e visitantes momentos de confraternização e lazer a ser comemorado em praça pública.	200.000,00
1114904	O Maestro da OntoArte em Cena	Associação OntoArte	Realização de 1 (um) espetáculo musical gratuito no Theatro São Pedro (Porto Alegre/RS), dia 6 de junho de 2012, com horário de início previsto às 20h, que contará com apresentação de uma orquestra para execução de obra do compositor e maestro italiano Antonio Meneghetti, apresentação do Projeto Flauta (iniciativa de responsabilidade social que reúne jovens de baixa renda do interior do RS em busca do aprendizado da música) e mostra de um filme documentário sobre a escola artística OntoArte.	190.000,00
1113495	Brasilia	Yco Promoções e Produções de Eventos Ltda	O objetivo deste projeto é contar a história da Capital do Brasil, (Brasilia-DF), Brasília é a capital da República Federativa do Brasil Inaugurada em 21 de abril de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Brasília é a terceira capital do Brasil.	324.500,00
1112579	Circuito Musical Comunitário - 5ª edição	Therezinha Petry Cardona	Trata-se da realização de 10 concertos com a Orquestra de Câmara, Trios, Quartetos e Quintetos na Capital e em cidades do interior do RS. Os concertos serão realizados, também, com solistas jovens até 25 anos, escolhidos mediante concurso. É um projeto que pretende estimular a formação de orquestras no RS, divulgar a música orquestral, tendo no repertório obras de compositores nacionais e internacionais.Além da música erudita, haverá inserções de MPB de comprovada qualidade e música gaúcha.	117.800,00
1112425	Coleção Newton Mesquita	Newton Ferreira de Mesquita	Editar a coleção formada por 2 livros do artista plástico Newton Mesquita, com características físicas iguais e conteúdos distintos, reunindo em cada um deles uma seleção de obras elaboradas dentro de cada tema proposto, o que possibilitará ao leitor admirar o grande universo artístico que o autor reproduz com muita personalidade as cenas do cotidiano de todos nós.	353.084,12

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 39-E, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento de fontes de recursos do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

16-0563 MANAS
Processo: 01416.001702/2016-67
Proponente: MARIOLA FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: RECIFE / PE
CNPJ: 07.501.094/0001-21
Valor total aprovado: R$ 8.865.863,85
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 606.402,78 para R$ 2.367.570,66
Banco: 001 - agência: 3613-7 conta corrente: 62569-8
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3613-7 conta corrente: 69411-8
Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA
Superintendente

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 125, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Institui a Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção na ANCINE.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 6º do Anexo I ao Decreto n.º 8.283, de 3 de julho de 2014, considerando a Lei n.º 12.846, de 19 de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto n.º 11.129, de 11 de julho de 2022, o Plano de Integridade da ANCINE, aprovado pela Portaria ANCINE n.º 585-E, de 24 de fevereiro de 2022, a adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC, aprovado pela Deliberação de Diretoria Colegiada n.º 565-E, de 2021, e o Código de Conduta Ética da ANCINE, instituído pela Resolução de Diretoria Colegiada ANCINE n.º 111, de 2 de junho de 2021, em sua 862ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º Instituir, na forma desta Resolução, a Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção na ANCINE.

CAPÍTULO I
DO ESCOPO

Art. 2º Esta Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção visa orientar os servidores e colaboradores a respeito dos princípios e diretrizes para prevenção, identificação e combate de atos de fraude e corrupção na ANCINE.

Art. 3º A finalidade da Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção é fortalecer a cultura da ética e da integridade na ANCINE, comunicando, com transparência, aos integrantes da ANCINE e à sociedade, os princípios basilares, as responsabilidades e as ações proativas e preventivas para coibir atitudes fraudulentas e de corrupção.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para fins desta Resolução entende-se por:

I- Fraude: ato ilícito ou de má-fé que visa a obtenção de vantagens indevidas ou majoradas, para si ou para terceiros, geralmente através de omissões, inverdades, abuso de poder, quebra de confiança, burla de regras, adulteração de registros contábeis e fiscais, dentre outros;

II- Corrupção: toda e qualquer ação, culposa ou dolosa, contra a administração pública nacional e estrangeira que implique sugestão, oferta, promessa, concessão (forma ativa) ou solicitação, exigência, aceitação ou recebimento (forma passiva) de vantagens indevidas, de natureza financeira ou não, em troca de vantagens indevidas (realização ou omissão de atos obrigatórios ou de facilitação de negócios, operações ou atividades ou visando benefícios para a Empresa ou para terceiros);

III- Conflito de interesse: situação gerada pelo confronto entre os interesses públicos da ANCINE e os interesses pessoais ou de determinada empresa que possam comprometer a estabilidade do ambiente de controle organizacional, o atingimento dos objetivos e o interesse coletivo da ANCINE ou da União. A existência de um conflito de interesses não caracteriza, por si só, corrupção, mas ela pode surgir quando um servidor ou colaborador violar sua obrigação com a Agência, agindo em favor de outros interesses pessoais ou privados; e

IV- Agente Público: o agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão, significando qualquer atividade pública.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 5º As ações de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção na ANCINE são norteadas pelos seguintes princípios e diretrizes:

I- A ANCINE proíbe e repudia todas e quaisquer ações de fraude e de corrupção direta ou indireta cometidas por integrantes de suas Diretorias, Secretarias, Servidores, Comissionados, Colaboradores (terceirizados), ou membros de empresas contratadas nas relações internas e externas, bem como na condução de todas as tarefas que permitam o cumprimento da sua missão;

II- A ANCINE proíbe e repudia condutas de seus Agentes Públicos com o propósito de influenciar qualquer ato ou decisão de entidades privadas ou de pessoas físicas para beneficiar a si próprio, familiar ou terceiro;

III- A ANCINE incentiva a comunicação tempestiva, por intermédio do Canal de Denúncias Fala.Br, de violações, fraudes ou atos de corrupção, suspeitos ou reais, distantes dos padrões de ética e integridade estabelecidos na legislação brasileira que trata do assunto, nesta Política, e no Código de Conduta Ética da ANCINE;

IV- Todas as suspeitas e denúncias de corrupção e fraude serão rigorosamente apuradas, sendo adotados os procedimentos previstos nas normas internas e na legislação pertinente. Para tanto, a ANCINE tem o compromisso de desenvolver e manter sistemas de controle, normas, procedimentos, padrões e atividades orientados para a prevenção, a detecção, a denúncia e o efetivo combate às práticas irregulares;

V- A avaliação dos riscos de ocorrência de atos de fraude e/ou de corrupção nos processos de negócio deve ser uma atividade contínua, que flui através da Política de Gestão de Riscos, instituída pela Resolução de Diretoria Colegiada ANCINE n.º 78, de 6 de setembro de 2017, e alterações;

VI- A criação de quaisquer produtos, tais como editais ou licitações, ou serviços aos agentes econômicos deve ser precedida de avaliação de riscos e de compliance que exponham a organização e seus servidores ou relacionados a ser objeto de fraudes e/ou corrupção;

VII- Em serviços e processos de negócio mais sensíveis à prática de atos de corrupção, identificados no mapa de riscos organizacional, devem ser observados, adicionalmente, os procedimentos e responsabilidades descritas na Lei n.º 12.846, de 19 de agosto de 2013;

VIII- A ANCINE deve comunicar continuamente os valores e os compromissos da organização no combate à fraude e à corrupção, bem como divulgar os canais de comunicação de denúncia, por meio de campanhas de comunicação e treinamentos; e

IX- Qualquer inobservância à esta Política bem como aos normativos internos está sujeita às penalidades previstas em lei.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º As ações de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção da ANCINE são de responsabilidade dos seguintes atores:

I- Diretoria Colegiada: demonstrar seu comprometimento e apoio a esta Política, monitorando as ações e resultados de combate à corrupção e à fraude, além de divulgar os valores e os compromissos da ANCINE perante a sociedade;

II- Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC: acompanhar e monitorar os riscos relacionados à ocorrência de atos de corrupção e de fraudes e seus respectivos controles, reportando-os sempre que necessário, à Diretoria Colegiada;

III- Corregedoria: acompanhar e zelar pelo cumprimento do Plano de Integridade, do Roteiro de Atuação no âmbito do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção e dos princípios e diretrizes constantes desta Política;

IV- Auditoria Interna: compõe a terceira linha do sistema de controles internos, sendo-lhe atribuídas as funções de avaliar, de forma independente, a adequação, suficiência e eficácia desta política e dos demais normativos externos e internos aplicáveis ao assunto;

V- Superintendentes, Gerentes e Coordenadores: contribuir com a disseminação dos princípios desta Política e acompanhamento com seus subordinados, bem como com fornecedores externos e terceiros relevantes, do cumprimento das regras previstas na presente Política;

VI- Gestores de Risco: compõem a primeira linha do sistema de controles internos, devendo revisar periodicamente os riscos e controles de prevenção relacionados à fraude e à corrupção específicos de suas áreas; e

VII- Agentes Públicos: conhecer, comprometer-se e cumprir os princípios e as regras de prevenção à fraude e à corrupção, buscando os mais elevados padrões de conduta proba e ética. Devem também informar prontamente à autoridade superior, à Comissão de Ética e a Corregedoria quaisquer suspeitas quanto à violação de legislação e dos princípios contidos nesta Política, no Código de Conduta Ética, e demais normativos de integridade da ANCINE.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Esta Política e todos os instrumentos dela derivados devem ser revisados sempre que necessário, não excedendo o período máximo de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 8º Esta Resolução da Diretoria Colegiada entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

ALEX BRAGA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 532, DE DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, nomeado pela Portaria nº 356, de 19 de abril de 2021, publicada no D.O.U. de 20 de abril de 2021, apostilada pela Portaria de Pessoal FUNARTE nº 361, publicada no D.O.U. de 27 de outubro de 2022, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo 19, do Estatuto da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, aprovado pelo Decreto nº 11.240, de 18 de outubro de 2022, publicado no D.O.U. de 19 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO:

A cláusula 11.11 do Edital Prêmio Funarte Medalhas do Centenário da Semana de Arte Moderna, resolve:

I - Tornar público o seu resultado final.

Classificação: 1º
Número de inscrição: 158547
Nome completo/razão social: Gabriela Martins Ferrante
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Tupi or not tupi: a Semana de Arte Moderna e a brasilidade
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 98
Classificação: 2ª
Número de inscrição: 153572
Nome completo/razão social: Gisele Franke
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Brasil em Cena
Cidade: Garopaba
Estado: SC
Nota: 97,8
Classificação: 3ª
Número de inscrição: 151396
Nome completo/razão social: Thomás Fadigas Rossi
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Vinte e dois, cem anos depois.
Cidade: Teresópolis
Estado: RJ
Nota: 97,6
Classificação: 4ª
Número de inscrição: 157893
Nome completo/razão social: Vicente Repolês Oliveira Pessôa
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: XXII
Cidade: Belo Horizonte
Estado: MG
Nota: 97,6
Classificação: 5ª
Número de inscrição: 156460
Nome completo/razão social: Willy Cavalheiro Chung
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Os Pés Aos Olhos
Cidade: Cabo Frio
Estado: RJ
Nota: 97,3
Classificação: 6ª
Número de inscrição: 158423
Nome completo/razão social: Luiz Fernando Marques
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Medalha Brasil Modernista
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 96,8
Classificação: 7ª
Número de inscrição: 154965
Nome completo/razão social: Gislaine Maria Lau
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Medalha em homenagem as mulheres da Semana de Arte Moderna
Cidade: Campo Largo
Estado: PR
Nota: 96
Classificação: 8ª
Número de inscrição: 158560
Nome completo/razão social: Frederico Augusto Ribeiro da Silva
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Raízes Modernistas
Cidade: Teresópolis
Estado: RJ
Nota: 95,5
Classificação: 9ª
Número de inscrição: 158317
Nome completo/razão social: Gleycinara Santos Silva
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Centenário da Semana de Arte Moderna
Cidade: São Luiz
Estado: MA
Nota: 94,6
Classificação: 10ª
Número de inscrição: 158388
Nome completo/razão social: Saint Clair Cerqueira Araújo
Pessoa física/Pessoa jurídica: Física
Título do projeto: Anita Malfatti: mulher, pioneira e precursora da semana de 22
Cidade: Santo Antonio do Descoberto
Estado: GO
Nota: 94,1

II - Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U e disponível na página eletrônica da Funarte: https://www.gov.br/funarte/pt-br/editais/2022

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

RETIFICAÇÃO

NA PORTARIA FUNARTE n° 521, DE 25 DE OUTUBRO 2022, publicada no D.O.U. de 26 de outubro de 2022, Seção 1, página 107:

Onde se lê:

Setor de Atenção à Saúde do Servidor	SASS/COGEPE/DLOA/DIREX/PRESI
Setor de Reposição e Movimentação de Pessoas	SRMP/COGEPE/DLOA/DIREX/PRESI

Leia-se:

Setor de Atenção à Saúde	SAS/COGEPE/DLOA/DIREX/PRESI
Setor de Provimento e Movimentação de Pessoas	SePro/COGEPE/DLOA/DIREX/PRESI

Controladoria-Geral da União

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO N° 337, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 00190.101839/2022-98

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU 13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com os arts. 8º a 12 da Lei nº 12.846/2013, deixo de acolher as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e, em substituição, adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica n° 2115/2022/COREP2 - ACESSO RESTRITO/DIREP/CRG (2507111) e o Despacho COREP2 - ACESSO RESTRITO (2559502), aprovados pelo Despacho DIREP (2605031), da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do presente Processo Administrativo de Responsabilização e a instauração de Investigação Preliminar Sumária para aprofundamento dos fatos constantes dos autos.

À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão.

GILBERTO WALLER JÚNIOR
Corregedor-Geral da União

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar, do tipo 402a, no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (LOA-2022), art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item 2, combinado com o art. 45, §1º, inciso III, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO-2022), e a Portaria SOF nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.6400.0001781/2022-69, resolve:

Art. 1º Abrir no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, o crédito suplementar no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público								1.500.000
	Atividades								
0031 20TP	Ativos Civis da União	03 122							1.500.000
0031 20TP 5664	Ativos Civis da União - Em Brasília - DF	03 122							1.500.000
			F	1-PES	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público								1.500.000
	Atividades								
0031 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público	03 032							1.500.000
0031 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional	03 032							1.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 41, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

(Sessão Ordinária da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 40, referente à sessão realizada em 22 de novembro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-008.052/2021-2, TC-015.606/2022-8, TC-018.684/2019-0, TC-021.912/2022-0 e TC-023.365/2022-6, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-006.154/2014-0, TC-006.157/2014-9, TC-006.158/2014-5, TC-006.160/2014-0, TC-006.164/2014-5, TC-006.165/2014-1, TC-006.168/2014-0, TC-006.172/2014-8, TC-006.177/2014-0 e TC-033.508/2015-1, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-009.607/2022-6, TC-021.809/2022-4, TC-028.082/2022-2 e TC-028.129/2022-9, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira; e

TC-000.678/2018-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 9271 a 10386.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 9141 a 9142 e 9144 a 9270, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-013.369/2015-6, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. José Nelson Vilela Barbosa Filho produziu sustentação oral em nome de União Nacional dos Estudantes. Acórdão 9254.

Na apreciação do processo TC-029.760/2009-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Thais Strozzi Coutinho Carvalho produziu sustentação oral em nome de Valseni José Pereira Braga e Frederico de Queiroz Veiga, e a Dra. Amanda Helena Silva produziu sustentação oral em nome de Luiz Kazumi Miyada e Espólio do Wagner Mussato. Acórdão 9269.

Na apreciação do processo TC-033.305/2019-6, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Newley Alexandre da Silva Amarilla não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de DD Servicos Medicos S/S. Acórdão 9255.

Na apreciação do processo TC-007.291/2014-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Luís Maximiliano Leal Telesca Mota declinou de produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Ana Maria Caetano Pompeo. Acórdão 9147.

Na apreciação do processo TC-007.459/2014-9, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Luís Maximiliano Leal Telesca Mota declinou de produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Maria Genilse dos Santos. Acórdão 9148.

Na apreciação do processo TC-007.488/2014-9, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Luís Maximiliano Leal Telesca Mota declinou de produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Walter Germano de Oliveira. Acórdão 9149.

Na apreciação do processo TC-029.070/2014-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Jose Nelson Vilela Barbosa Filho produziu sustentação oral em nome de União Nacional dos Estudantes e de Rovilson Sanches Portela. Acórdão 9141.

Na apreciação do processo TC-033.624/2018-6, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Marco Aurélio de Medeiros Villar não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Bevilacqua Matias Maracaja. Acórdão 9142.

Na apreciação do processo TC-037.664/2019-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Adriano Maia Gomes Ramos produziu sustentação oral em nome de Paulo Roberto de Souza. Acórdão 9150.

Na apreciação do processo TC-040.988/2018-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Jonele Rocha de Souza não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Carlos Dantez Ferraz de Melo. Acórdão 9144.

Na apreciação do processo TC-047.080/2020-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o Dr. Bernardo Leopardi Gonçalves Barretto Bastos não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Juliana Siqueira Sandres. Acórdão 9146.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-007.458/2014-2 (Ata nº 20/2015) e o Tribunal aprovou o Acórdão 9270/2022, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Benjamin Zymler.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 9143.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 9141/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.070/2014-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Rovilson Sanches Portela (693.002.831-20); União Nacional dos Estudantes (29.258.597/0002-31).
3.2. Recorrentes: Rovilson Sanches Portela (693.002.831-20); União Nacional dos Estudantes (29.258.597/0002-31).
4. Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Alfredo Bezerra Bandeira de Melo Neto (OAB/PE 34.425), Alan Clécio de Carvalho Ramos (OAB/PE 29.066), Thais Silva Bernardes (OAB/SP 335.426), Joao Adolfo Maciel Monteiro (OAB/PE 103.236) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, na presente fase, de recurso de reconsideração interposto conjuntamente pela União Nacional dos Estudantes e por Rovilson Sanches Portela em face do Acórdão 9.105/2021-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. notificar os recorrentes e a Secretaria Especial de Cultura acerca desta deliberação.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9141-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9142/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.624/2018-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Bevilacqua Matias Maracaja (250.376.414-20).
3.3. Recorrente: Bevilacqua Matias Maracaja (250.376.414-20).
4. Entidade: Município de Juazeirinho/PB.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Elaine Maria Gonçalves (OAB/PB 13.520), Marco Aurélio de Medeiros Villar (OAB/PB 12.902) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Bevilacqua Matias Maracaja, ex-prefeito de Juazeirinho/PB, contra o Acórdão 3.146/2020-TCU-1ª Câmara, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 8.302/2020-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com base no art. 35 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a reduzir o valor do débito imputado ao recorrente por meio do item 9.1 da decisão recorrida, que passa a ser conforme descrito a seguir:

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Débito/Crédito
6.997,11	31/3/2010	D
614,13	1/5/2010	D
17.978,73	3/5/2010	D
4.500,84	7/5/2010	C
3.202,61	7/5/2010	C
5.263,20	7/5/2010	C
3.235,51	10/5/2010	C
3.627,65	10/5/2010	C
2.213,36	10/5/2010	C
922,91	10/5/2010	C
1.100,18	10/5/2010	C
3.516,69	11/5/2010	C
995,00	11/5/2010	C
2.804,93	11/5/2010	C
2.471,87	12/5/2010	C
2.487,48	12/5/2010	C
18.592,86	31/5/2010	D
18.592,86	1/7/2010	D
18.592,86	30/7/2010	D
18.592,86	31/8/2010	D
18.592,86	30/9/2010	D
14.708,48	29/10/2010	D
3.884,38	12/11/2010	D
18.593,10	7/12/2010	D

9.2. reduzir o valor da multa aplicada ao recorrente por meio do item 9.2 da decisão recorrida, que passa a ser de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais);
9.3. manter inalteradas as demais disposições do Acórdão 3.146/2020-TCU-1ª Câmara, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 8.302/2020-TCU-1ª Câmara;
9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9142-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9144/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.988/2018-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Carlos Dantez Ferraz de Melo (067.466.406-04), Lacosta Engenharia Ltda. (01.075.934/0001-55) e Município de Jacinto - MG (18.349.910/0001-40).
4. Entidade: Município de Jacinto - MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Willian Pires da Silva (OAB/MG 75.862), Miller Antunes Quaresma (OAB/MG 138.609), Brigida Bueno Maiolini (OAB/MG 70.714), Jonele Rocha de Souza (OAB/MG 119.597).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade de Sr. Carlos Dantez Ferraz de Melo, ex-prefeito, da empresa Lacosta Engenharia Ltda. e do município de Jacinto/MG, em razão do não alcance dos objetivos previstos no Termo de Compromisso TC/PAC 305/2007, firmado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da presente relação processual o município de Jacinto/MG;
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Carlos Dantez Ferraz de Melo (067.466.406-04), ex-prefeito de Jacinto/MG, e da empresa Lacosta Engenharia Ltda. (01.075.934/0001-55), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
9.3. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, e com o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento dos valores a seguir especificados, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatidas, na oportunidade, as quantias já eventualmente recolhidas:
9.3.1. débito em nome de Carlos Dantez Ferraz de Melo (067.466.406-04):

Data da Ocorrência	Valor Histórico (R$)
11/06/2010	719.992,99
11/06/2010	359.996,49
02/02/2011	719.992,98
12/08/2011	719.992,99
20/11/2012	955.160,23

9.3.2. débito solidário em nome de Carlos Dantez Ferraz de Melo (067.466.406-04) e Lacosta Engenharia Ltda. (01.075.934/0001-55):

Data da Ocorrência	Valor Histórico (R$)
25/11/2015	33.950,00
24/10/2014	33.950,00
25/09/2014	33.950,00
29/07/2014	22.979,26

9.4. aplicar aos responsáveis Carlos Dantez Ferraz de Melo (067.466.406-04) e Lacosta Engenharia Ltda. (01.075.934/0001-55), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e R$ 12.000,00 (doze mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão, até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações a que se referem as alíneas anteriores;
9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado pelos responsáveis, e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar aos responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.7. notificar os responsáveis da presente decisão;
9.8. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9144-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9145/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.261/2016-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Marco Antônio Fernandes (234.536.729-68).
3.2. Recorrente: Marco Antônio Fernandes (234.536.729-68).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Marcos Antônio Cardoso de Souza (3.387/OAB-PI) e outros, representando Marco Antônio Fernandes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Marco Antônio Fernandes contra o Acórdão 1.834/2017-TCU-Primeira Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e dar provimento ao pedido de reexame;
9.2. reformar o Acórdão 1.834/2017-TCU-Primeira Câmara para considerar legal o ato de aposentadoria de Marco Antônio Fernandes, concedendo-lhe o registro;
9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9145-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9146/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 047.080/2020-5.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (07.237.373/0001-20).
3.2. Responsáveis: Andrea Cristina Farias Nunes (924.312.404-87); Juliana Siqueira Sandres (859.661.934-87).
4. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Daniella Soares de Omena (OAB/AL 6.603) e Bernardo Leopardi Gonçalves Barretto Bastos (OAB/AL 6.920), representando Andrea Cristina Farias Nunes; Bernardo Leopardi Gonçalves Barretto Bastos (OAB/AL 6.920), representando Juliana Siqueira Sandres.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em razão da ocorrência de transações lesivas a clientes.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, reconhecer da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e encerrar o processo;
9.2. comunicar ao responsável, ao Banco do Nordeste do Brasil e à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, a respeito desta deliberação; e
9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9146-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9147/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.291/2014-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Atos de Admissão).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ana Maria Caetano Pompeo (505.938.111-00).
3.2. Recorrente: Ana Maria Caetano Pompeo (505.938.111-00).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Luís Maximiliano Leal Telesca Mota (OAB/DF 14.848) e outros, representando Ana Maria Caetano Pompeo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Ana Maria Caetano Pompeo contra o Acórdão 4.460/2014-TCU-Primeira Câmara, que considerou ilegal seu ato de admissão,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para reconhecer a nulidade do Acórdão 4.460/2014-TCU-Primeira Câmara;
9.2. retornar os autos ao relator a quo, para que o ato seja apreciado quanto a outros aspectos de sua constituição que porventura estejam pendentes, observando-se, naturalmente, a preservação do ato de transformação do cargo da ora interessada, conforme fixado no item 9.2 do Acórdão 1.208/2021-TCU-Plenário;
9.3. dar ciência deste acórdão à recorrente e ao Senado Federal.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9147-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro que não participou da votação: Jorge Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9148/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.459/2014-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Atos de Admissão).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Maria Genilse dos Santos (420.330.809-78).
3.2. Recorrente: Maria Genilse dos Santos (420.330.809-78).
4. Unidade Jurisdicionada: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Luís Maximiliano Leal Telesca Mota (OAB/DF 14.848) e outros, representando Maria Genilse dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Maria Genilse dos Santos contra o Acórdão 4.461/2014-TCU-Primeira Câmara, que considerou ilegal seu ato de admissão,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para reconhecer a nulidade do Acórdão 4.461/2014-TCU-Primeira Câmara;
9.2. retornar os autos ao relator a quo, para que o ato seja apreciado quanto a outros aspectos de sua constituição que porventura estejam pendentes, observando-se, naturalmente, a preservação do ato de transformação do cargo da ora interessada, conforme fixado no item 9.2 do Acórdão 1.208/2021-TCU-Plenário;
9.3. dar ciência deste acórdão à recorrente e ao Senado Federal.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9148-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro que não participou da votação: Jorge Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9149/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n.º TC 007.488/2014-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Admissão).
3. Recorrente: Walter Germano de Oliveira (334.473.811-91).
4. Unidade Jurisdicionada: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Luís Maximiliano Leal Telesca Mota (OAB/DF 14.848) e outros, representando Walter Germano de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Walter Germano de Oliveira contra o Acórdão 4.462/2014-TCU-Primeira Câmara, que considerou ilegal seu ato de admissão,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para reconhecer a nulidade do Acórdão 4.462/2014-TCU-Primeira Câmara;
9.2. retornar os autos ao relator a quo, para que o ato seja apreciado quanto a outros aspectos de sua constituição que porventura estejam pendentes, observando-se, naturalmente, a preservação do ato de transformação do cargo da ora interessada, conforme fixado no item 9.2 do Acórdão 1.208/2021-TCU-Plenário;
9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e ao Senado Federal.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9149-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro que não participou da votação: Jorge Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9150/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.664/2019-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Comando do 1º Grupamento de Engenharia - MD/CE (07.541.172/0001-11).
3.2. Responsável: Paulo Roberto de Souza (500.217.297-00).
4. Órgão: 3º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Adriano Maia Gomes de Almeida Ramos (OAB/DF 35.042).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial - TCE instaurada pelo Comando do 1º Grupamento de Engenharia - MD/CE, em desfavor de Paulo Roberto de Souza (CPF: 500.217.297-00), em razão da perfuração de 37 poços artesianos em propriedades particulares diversas, no período de 4/1/2007 a 21/1/2009, sem formalização de processos administrativos, licitatórios e posteriores contratos, utilizando máquinas, equipamentos e mão de obra pertencentes ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção - 3º BEC, sediado em Picos/PI, e sem a comprovação do recolhimento integral à Conta Única do Tesouro Nacional das receitas auferidas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Paulo Roberto de Souza (500.217.297-00), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do RI/TCU;
9.2. condenar o responsável mencionado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1922, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:
Débitos relacionados ao responsável Paulo Roberto de Souza (CPF: 500.217.297-00):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
8/7/2008	5.500,00
15/8/2008	3.500,00
17/8/2008	1.500,00
19/8/2008	1.750,00
1/10/2008	2.500,00
8/10/2008	2.500,00
9/10/2008	2.500,00
10/10/2008	1.750,00
11/10/2008	2.000,00
29/10/2008	2.500,00
31/1/2009	83.180,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 9/9/2021: R$ 299.955,17.

9.3. aplicar ao Sr. Paulo Roberto de Souza (500.217.297-00) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e mensalmente, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia desta decisão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7. enviar cópia desta decisão ao Comando do 1º Grupamento de Engenharia - MD/CE e ao responsável, para ciência;

9.8. notificar o responsável da presente decisão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9150-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9151/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.386/2013-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Sebastião Monteiro Guimarães Filho (020.507.491-04).

4. Unidade Jurisdicionada: Município de Formosa/GO.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14.265), representando Sebastião Monteiro Guimarães Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Sebastião Monteiro Guimarães Filho em face do Acórdão 1.524/2022-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal negou provimento ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5.939/2019-TCU-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. com fundamento no art. 1º, da Lei 9.873/1999 e nos arts. 2º, 4º, II, da Resolução-TCU 344/2022, reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão ressarcitória em relação ao embargante;

9.3. dar ciência deste acórdão ao embargante e à Procuradoria da República em Goiás.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9151-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9152/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 011.049/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Raimundo Francisco Penaforte (173.934.506-15).

4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério do Turismo; Município de Itanhomi/MG.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Rafael de Paiva Sousa (OAB/MG 106.930), representando Raimundo Francisco Penaforte; Allan Dias Toledo Malta (OAB/MG 89.177) e outros, representando Dorcino Gomes Neto - ME e Dorcino Gomes Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Raimundo Francisco Penaforte contra o Acórdão 4.467/2022-TCU-Primeira Câmara, por meio do que o Tribunal conheceu e negou provimento aos recursos de reconsideração interpostos pelo embargante e por Dorcino Gomes Neto - ME e seu representante legal, em face do Acórdão 5.563/2019-TCU-Primeira Câmara, que julgou irregulares as contas dos dois primeiros, imputou-lhes débito solidário de R$ 63.064,58 (valor histórico) e aplicou-lhes multas individuais de R$ 30.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e acolher parcialmente estes embargos de declaração e acolhê-los para sanar a omissão detectada, integrar a deliberação recorrida com a fundamentação apresentada nesta deliberação e manter inalterado o Acórdão 4.467/2022-TCU-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9152-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9153/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.406/2020-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Aldenor Moreira de Sousa (170.828.461-34); Armando Roberto Holanda Leite (028.072.384-91); Frederico Lugon Nobre (915.635.267-00); Paulo Evaldo Costa (104.259.856-87); Zélia Oliveira Gomes (050.950.775-15).

3.2. Recorrentes: Aldenor Moreira de Sousa (170.828.461-34); Armando Roberto Holanda Leite (028.072.384-91); Frederico Lugon Nobre (915.635.267-00); Paulo Evaldo Costa (104.259.856-87); Zélia Oliveira Gomes (050.950.775-15).

4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Fernando Gaião Torreão de Carvalho (20.800/OAB-DF), Andre Fonseca Roller (20.742/OAB-DF) e outros, representando Frederico Lugon Nobre, Aldenor Moreira de Sousa, Zélia Oliveira Gomes, Armando Roberto Holanda Leite e Paulo Evaldo Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedidos de reexame interpostos por Aldenor Moreira de Sousa, Armando Roberto Holanda Leite, Frederico Lugon Nobre, Paulo Evaldo Costa e Zélia Oliveira Gomes contra o Acórdão 5.239/2020-TCU-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9153-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9154/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.349/2018-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Aristides Augusto César Pires Neto (035.773.332-00); Augusto Sergio Pinto da Silveira (084.458.852-00); Carmen Margarida Claros Ramos (112.730.892-00); Celso Afonso da Silva (146.375.292-04).

3.2. Recorrentes: Aristides Augusto César Pires Neto (035.773.332-00); Augusto Sergio Pinto da Silveira (084.458.852-00); Celso Afonso da Silva (146.375.292-04).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Augusto Sergio Pinto da Silveira; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Celso Afonso da Silva; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Aristides Augusto César Pires Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 13.443/2020-TCU-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9154-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9155/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.350/2018-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Cleide Maria de Medeiros (099.839.614-15); Conceição Silva Miguel (485.867.572-68); Diogo Nogueira do Casal (035.926.502-20); Diva Crisostomo Ribeiro da Silva (177.299.551-72).

3.2. Recorrentes: Cleide Maria de Medeiros (099.839.614-15); Diogo Nogueira do Casal (035.926.502-20); Diva Crisostimo Ribeiro da Silva (177.299.551-72).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Diogo Nogueira do Casal; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Cleide Maria de Medeiros; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Diva Crisostimo Ribeiro da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 13.444/2020-TCU-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9155-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9156/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.351/2018-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Edgard de Oliveira Dorta (459.659.358-20); Ednea Chagas Muniz (181.472.242-49); Elaine Filgueiras Goncalves Fechine (181.546.894-72); Eliete Alves de Avelar Campos (090.122.222-49); Eliza Gomes Falcão (051.851.302-53).
3.2. Recorrentes: Elaine Filgueiras Gonçalves Fechine (181.546.894-72); Eliete Alves de Avelar Campos (090.122.222-49); Eliza Gomes Falcao (051.851.302-53).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Eliza Gomes Falcao; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Eliete Alves de Avelar Campos; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Elaine Filgueiras Gonçalves Fechine.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.584/2020-TCU-Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9156-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9157/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.356/2018-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Jose Passos da Costa (033.863.923-34); Jose Rodrigues Carvalho (253.540.867-87); Josefina Aparecida Viana Fialho (318.632.219-72); Josefina Aparecida Viana Fialho (318.632.219-72); Julieta Carmen Soares Ramos (191.243.252-87); Leopoldo Jesus Fernandes Gonzalez (412.581.507-00).
3.2. Recorrentes: Jose Passos da Costa (033.863.923-34); Josefina Aparecida Viana Fialho (318.632.219-72).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Jose Passos da Costa; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Josefina Aparecida Viana Fialho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.585/2020-TCU-Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9157-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9158/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.360/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Merandulina Borges de Araujo (051.542.352-15); Minervina Rodrigues Botelho dos Passos (106.829.962-20); Mitiko Konasugawa Pereira (126.238.732-91); Neide Ferreira de Almeida Brito (220.420.672-53).
3.2. Recorrentes: Merandulina Borges de Araujo (051.542.352-15); Minervina Rodrigues Botelho dos Passos (106.829.962-20); Mitiko Konasugawa Pereira (126.238.732-91); Neide Ferreira de Almeida Brito (220.420.672-53).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Mitiko Konasugawa Pereira; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Neide Ferreira de Almeida Brito; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Merandulina Borges de Araujo; José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Minervina Rodrigues Botelho dos Passos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 13.446/2020-TCU-Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9158-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9159/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.490/2016-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Elizabeth Leão (354.938.361-49).
3.2. Recorrente: Elizabeth Leão (354.938.361-49).
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256) e outros, representando Elizabeth Leão.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Elizabeth Leão contra o Acórdão 6.666/2016-TCU-Primeira Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e dar provimento ao pedido de reexame;
9.2. reformar o Acórdão 6.666/2016-TCU-Primeira Câmara para considerar legal o ato de aposentadoria de Elizabeth Leão, concedendo-lhe o registro;
9.3. dar ciência deste acórdão à recorrente e à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9159-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9160/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.260/2009-0.
1.1. Apenso: 013.735/2000-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Haroldo Coutinho de Lucena (003.437.574-00); Confederação Nacional de Saúde Hospitais Estabelecimentos e Serviços (97.496.574/0001-34).
4.Unidades Jurisdicionadas: Secretaria de Trabalho e Ação Social da Paraíba e Confederação Nacional de Saúde Hospitais Estabelecimentos e Serviços; Ministério do Trabalho e Previdência.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Carlos Antonio Vieira Fernandes Filho (34.472/OAB-DF) e outros, representando Haroldo Coutinho de Lucena; Alexandre Venzon Zanetti, Sergio Murilo Santos Campinho (55174/OAB-RJ) e outros, representando Confederação Nacional de Saúde Hospitais Estabelecimentos e Serviços.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Haroldo Coutinho de Lucena e pela Confederação Nacional de Saúde Hospitais Estabelecimentos e Serviços (CNS) contra o Acórdão 2.824/2017-TCU-Primeira Câmara, corrigido materialmente pelo Acórdão 5.982/2017-TCU-Primeira Câmara e mantido pelo Acórdão 846/2020-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares e imputou-lhes débito, em razão de irregularidades na aplicação de recursos destinados ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, transferidos à Secretaria de Trabalho e Ação Social da Paraíba por meio do 4º Termo Aditivo ao Convênio MTB/SEFOR 25/96 (Siafi 302390).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e dar provimento parcial aos recursos de reconsideração para:
9.1.1. com fundamento no art. 1° da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2°, 4º, inciso II, da Resolução-TCU 344/2022, reconhecer a prescrição ressarcitória;
9.1.2. em consequência, tornar insubsistentes os itens 9.6., 9.7., e 9.8. do Acórdão 2.824/2017-TCU-Primeira Câmara;
9.2. comunicar os recorrentes acerca deste acórdão;
9.3. com fundamento no art. 11, da Resolução-TCU 344/2022, arquivar o processo.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9160-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9161/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.605/2016-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Cesar Zacharias Martyres (024.169.642-91).
3.2. Recorrentes: Ministério Público do Trabalho (26.989.715/0005-36); Cesar Zacharias Martyres (024.169.642-91).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256) e outros, representando Cesar Zacharias Martyres.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedidos de reexame interpostos pelo Ministério Público do Trabalho e por Cesar Zacharias Martyres contra o Acórdão 9.790/2017-TCU-Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e dar provimento aos pedidos de reexame;
9.2. reformar o Acórdão 9.790/2017-TCU-Primeira Câmara para considerar legal o ato de aposentadoria de Cesar Zacharias Martyres, concedendo-lhe o registro;
9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e ao Ministério Público do Trabalho.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9161-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9162/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.041/2014-7.
1.1. Apenso: 014.909/2015-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10).
3.2. Responsáveis: Carlos Magno Santana (162.216.302-82); Francesco Vialetto (302.949.757-72); Jose Carlos Rodrigues dos Reis (414.063.701-34); Mara Martins Vergilio Galvao (248.560.612-91); Marcelo Machado dos Santos (457.106.602-30); Nilma Aparecida Ruiz (162.224.152-53); Silvino Gomes da Silva Neto (386.049.224-15); Sonia Marcia Favero Selvatici (005.207.877-90); Thiago Albuquerque de Carvalho Camara (044.366.324-66).
3.3. Recorrentes: Nilma Aparecida Ruiz (162.224.152-53); Marcelo Machado dos Santos (457.106.602-30); Mara Martins Vergilio Galvao (248.560.612-91); Sonia Marcia Favero Selvatici (005.207.877-90); Carlos Magno Santana (162.216.302-82).
4. Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cacoal - RO.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam pedidos de reexame interpostos por Nilma Aparecida Ruiz, Sônia Marcia Fávero Selvátici, Mara Martins Vergilio Galvão, Marcelo Machado dos Santos e Carlos Magno dos Santos contra o Acórdão 2.472/2019-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou procedente representação acerca de irregularidades na Concorrência Pública 3/2013, realizada para construção de uma unidade de pronto atendimento arcada com recursos do Fundo Nacional de Saúde no município de Cacoal/RO, aplicando multa aos recorrentes,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente pedido de reexame, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido.
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.
10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9162-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9163/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.401/2018-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Embargante: Adamor Aires de Oliveira (293.940.152-72).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Santa Luzia do Pará/PA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Ingrid das Neves Moreira (30.050/OAB-PA), representando Adamor Aires de Oliveira.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Adamor Aires de Oliveira, ex-prefeito de Santa Luzia do Pará/PA (gestão 2013/2016), em face do Acórdão 1.526/2022-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal negou provimento ao recurso de reconsideração por ele interposto, mantendo inalterado o Acórdão 12.460/2020-TCU-Primeira Câmara, que, por sua vez, julgou suas contas irregulares, imputou-lhe débito de R$ 109.620,00, em valores históricos, além de ter-lhe aplicado multa individual de R$ 10.000,00,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os embargos de declaração;
9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.
10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9163-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9164/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.093/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Paulo Sérgio Lucio (772.312.957-20).
4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em desfavor do Sr. Paulo Sérgio Lucio, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Termo de Aceitação de Apoio Financeiro a Proposta de Natureza Científica, Tecnológica e/ou de Inovação (processo CNPq 446138/2015-0), firmado com a referida entidade, cujo objeto consistia no projeto intitulado "Caracterização da Vulnerabilidade Agroclimatologica/Epidemiológica/Social da População do Nordeste Brasileiro a Extremos Meteorológicos",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel o Sr. Paulo Sérgio Lucio para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do Sr. Paulo Sérgio Lucio, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira do CNPQ - MCT, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
27/1/2016	60.000,00	Débito
23/2/2016	161.400,00	Débito
19/3/2021	15.396,46	Crédito
5/7/2016	1.100,00	Débito
8/8/2016	1.100,00	Débito
5/9/2016	1.100,00	Débito
5/10/2016	1.100,00	Débito
3/11/2017	1.100,00	Débito
5/12/2017	1.100,00	Débito
21/12/2017	1.100,00	Débito

9.3. aplicar ao Sr. Paulo Sérgio Lucio a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao responsável, para ciência.
10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9164-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9165/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.427/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Simonica de Castro (503.191.836-53).
3.2. Recorrente: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (00.509.018/0011-95).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.800/2021-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria da interessada,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. tornar sem efeito o item 1.7.1 do Acórdão 11.800/2021-1ª Câmara;
9.3. dar ciência desta deliberação à sra. Simonica de Castro e ao órgão de origem.
10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9165-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9166/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.005/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: José Sergio Pontes de Oliveira (142.638.234-00).
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Fundação Nacional de Saúde,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. José Sergio Pontes de Oliveira, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Fundação Nacional de Saúde que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao sr. José Sergio Pontes de Oliveira, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9166-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9167/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.026/2022-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Renato Gomes (112.589.421-00).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Fundação Universidade de Brasília,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Renato Gomes, recusando seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.2.2. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga ao sr. Renato Gomes, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade;

9.2.3. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura, presentemente, a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração do interessado, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.4. dê ciência desta deliberação ao sr. Renato Gomes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9167-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9168/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.830/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Cláudia Webster Figueiro (454.382.000-25).

3.2. Recorrente: Cláudia Webster Figueiro (454.382.000-25).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Fabrizio Costa Rizzon (47.867/OAB-RS), Luciano Carvalho da Cunha (36.327/OAB-RS) e outros, representando Cláudia Webster Figueiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame em processo de aposentadoria, interposto contra o Acórdão 18.417/2021-1ª Câmara, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, interposto pela sra. Cláudia Webster Figueiro, para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9168-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9169/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.144/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Katia Espanol Batistela (025.401.138-18).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Katia Espanol Batistela, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. promova, nas rubricas atribuídas à sra. Katia Espanol Batistela a título de "quintos/décimos", o destaque das frações de 2/5 de FC-4 e 1/5 de CJ-3, decorrentes do exercício de funções comissionadas posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;

9.3.3. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Katia Espanol Batistela teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9169-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9170/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.145/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonio Gomes de Sousa (628.362.931-87); Emanuela Machado Araujo (022.569.573-14); Geopa Empreendimentos Imobiliários Ltda (13.231.889/0001-60); Naddja Thallyta Sousa Silva (715.511.312-34); Ricardo Matos da Cruz (815.891.745-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: Vicente Reis Rêgo Júnior (10.766/OAB-PI), representando Geopa Empreendimentos Imobiliários Ltda; Vicente Reis Rêgo Júnior (10.766/OAB-PI), representando Naddja Thallyta Sousa Silva; Thiago Ramos Silva (10.260/OAB-PI), representando Ricardo Matos da Cruz; Thiago Ramos Silva (10.260/OAB-PI), representando Emanuela Machado Araujo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do subitem 9.5.4 do Acórdão 1.470/2017-Plenário, em razão de pagamentos realizados pelo Município de Prata do Piauí/PI com a utilização de recursos decorrentes de precatórios do Fundef, sem qualquer comprovação da contraprestação de serviços,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares as contas do Sr. Ricardo Matos da Cruz e da Sra. Emanuela Machado Araújo, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, dando-lhes quitação plena;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Gomes de Sousa, da Sra. Naddja Thallyta Sousa Silva e da empresa Geopa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-los, em solidariedade, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à conta bancária específica criada exclusivamente com propósito de gerir os recursos do precatório do Fundef no Município de Prata do Piauí/PI, conforme determinado no item 9.2 do Acórdão 2.758/2020-Plenário, relator Min. Walton Alencar Rodrigues, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
119.918,45	14/12/2016

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Prefeitura Municipal de Prata do Piauí/PI e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9170-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9171/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.701/2017-1.

1.1. Apenso: 008.128/2018-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Drogaria Itaúnas Ltda. - Me (01.711.245/0001-90); Felipe Santos Alves Missagia (110.640.097-60); Margarete dos Santos Alves Missagia (652.493.307-97); Pedro José Missagia Filho (799.712.887-53)

3.2. Recorrentes: Margarete dos Santos Alves Missagia (652.493.307-97); Drogaria Itaúnas Ltda. - Me (01.711.245/0001-90); Pedro José Missagia Filho (799.712.887-53); Felipe Santos Alves Missagia (110.640.097-60).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Fabrício Santos Toscano (OAB/ES 11.609), Daniel Chernicharo da Silveira (OAB/ES 18.671), Vander Santos Giuberti (OAB/ES 23.515), Gabriel Rocha Ferreira (OAB/ES 21.944) e Juliana Maestri Sepulcre (OAB/ES 24.117), representando Drogaria Itaúnas Ltda. - Me, Felipe Santos Alves Missagia, Margarete dos Santos Alves Missagia e Pedro José Missagia Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Drogaria Itaúnas Ltda. - ME, pelo sr. Felipe Santos Alves Missagia, pela sra. Margarete dos Santos Alves Missagia e pelo sr. Pedro José Missagia Filho contra o Acórdão 16.674/2021-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Drogaria Itaúnas Ltda. - ME, pelo sr. Felipe Santos Alves Missagia, pela sra. Margarete dos Santos Alves Missagia e pelo sr. Pedro José Missagia Filho para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2 dar ciência desta deliberação aos embargantes e à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9171-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9172/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.073/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Vera Martins Ricarte dos Santos (305.253.731-87).

4. Órgão: Tribunal Superior Eleitoral.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Vera Martins Ricarte dos Santos, recusando seu registro;

9.2. determinar ao Tribunal Superior Eleitoral que dê ciência desta deliberação à interessada;

9.3. esclarecer à unidade de origem que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, motivada pela incorporação - assentada em decisão judicial transitada em julgado - de "quintos" ou "décimos" de função comissionada após a edição da Lei 9.624/1998, os efeitos do título de inatividade subsistem, em conformidade com a modulação estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9172-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9173/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 000.105/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Evaldo Ferreira da Costa (653.288.172-49) e Sebastiana de Sousa Rodrigues-ME (03.748.032/0001-68).

4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor do Sr. Evaldo Ferreira da Costa (CPF: 653.288.172-49), prefeito na gestão 2013-2016, em razão de omissão no dever de prestar contas da 1ª parcela dos recursos recebidos por meio do Termo de Compromisso de registro Siafi 680778, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o município de Flores do Piauí/PI, cujo objeto era a implantação do Sistema de Abastecimento de Água na municipalidade;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Evaldo Ferreira da Costa (CPF: 653.288.172-49) e da empresa Sebastiana de Sousa Rodrigues (CNPJ: 03.748.032/0001-68), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos I, II e III, do Regimento Interno;

9.2. condenar os responsáveis indicados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1 Evaldo Ferreira da Costa, individualmente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	PARCELA DO DÉBITO
11/9/2014	304.729,27	D1

9.2.2. Evaldo Ferreira da Costa e Sebastiana de Sousa Rodrigues, solidariamente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	PARCELA DO DÉBITO
28/11/2014	207.437,28	D2
28/1/2015	150.000,00	D3
4/3/2015	73.000,00	D4

9.3. aplicar ao Sr. Evaldo Ferreira da Costa (CPF: 653.288.172-49) e à empresa Sebastiana de Sousa Rodrigues (CNPJ: 03.748.032/0001-68) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) e R$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. esclarecer ao Sr. Evaldo Ferreira da Costa (CPF: 653.288.172-49) que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992; e

9.7. notificar a prolação deste acórdão à Fundação Nacional de Saúde, aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, este último em atenção ao § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9173-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9174/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.873/2022-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Lenir Maristela Silva (627.640.989-87).

3.2. Recorrente: Universidade Federal do Paraná.

4. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal do Paraná em face do Acórdão 2.576/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da ex-servidora Lenir Maristela Silva;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar acerca desta deliberação a Universidade Federal do Paraná e a interessada.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9174-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9175/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.225/2016-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: José Luiz (214.748.509-87); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhalão (76.917.715/0001-75).

4. Entidade: Município de Pinhalão - PR.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Clayton da Silva França (OAB-PR 103.015) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por José Luiz e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhalão, contra o Acordão 12.474/2020-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei Orgânica do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de julgar regulares com ressalva as contas de José Luiz e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhalão, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9175-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9176/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.934/2019-2.

1.1. Apenso: 014.343/2022-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: José Edberto Tavares de Quental (346.720.283-72).

4. Entidade: Município de Condado - PE.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Paulo Roberto Tavares da Silva (OAB/PE 149-A) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por José Edberto Tavares de Quental, ex-prefeito de Condado/PE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), contra o Acordão 3.208/2022-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei Orgânica do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. reconhecer, de ofício, a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento somente em relação às irregularidades atinentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), exercício de 2008, com base no art. 5º, inciso II, da Resolução TCU 344/2022, afastando as respectivas parcelas do débito imputado por meio do Acórdão 3.208/2022-TCU-1ª Câmara, cujos itens 9.1 e 9.2 passam a a ter a seguinte redação:

"9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Edberto Tavares de Quental (CPF 346.720.283- 72), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculado a partir das datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno:

Data da ocorrência	Valor histórico (R$)
11/4/2011	11.376,62
2/6/2011	2.269,01
1º/8/2011	1.455,00
1º/12/2011	23.000,00
29/6/2012	25.000,00
24/8/2012	1.455,00
29/8/2012	1.455,00
30/8/2012	7.897,49
18/9/2012	4.263,36
5/10/2012	5.000,00
31/10/2012	1.458,54
30/11/2012	5.300,00
5/12/2012	5.000,00

"9.2. aplicar ao Sr. José Edberto Tavares de Quental a multa estabelecida no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo pagamento;"

9.3. manter inalterados os demais itens do Acordão 3.208/2022-TCU-1ª Câmara;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à Procuradoria-Geral da República em Pernambuco.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9176-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9177/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.133/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Ana Maria Ellena Cabral (017.964.867-52); Eli Machado de Carvalho (546.543.607-78); Miriam Regina Cabral Silva Freire (006.571.967-03).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por Vicente Cabral (018.810.436-49), negando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização dos soldos que servem de base de cálculo para os proventos da pensão militar considerada ilegal;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. esclareça à Sra. Eli Machado de Carvalho quanto ao direito de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, já que, nos termos da redação vigente do art. 29 da Lei 3.765/1960, não é permitida a acumulação de uma pensão militar com outros dois benefícios previdenciários;

9.3.5. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército; e

9.3.6. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9177-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9178/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.134/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Fátima Gomes de Sá (382.202.706-59); Maria Helena Gomes de Sá (071.062.966-43); Wania Aparecida Gomes de Sá Oliveira (046.764.386-56).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por José Dias de Sá (021.359.656-34);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9178-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9179/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.972/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Jean Elizabete de Carvalho Salgado (068.662.427-03); Nadja Marilene de Carvalho (900.300.281-91).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Vargues Marinho de Carvalho (013.093.744-49);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9179-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9180/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.387/2022-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Pensão Militar).

3. Embargante: Ana Maria Garcia de Figueiredo (101.552.870-87).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Lenda Tariana Dib Faria Neves (OAB/DF 48.424), Nathalia Amorim Pinheiro (OAB/DF 65.114) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos pela Sra. Ana Maria Garcia de Figueiredo em face do Acórdão 6.594/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em favor da embargante;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, excepcionalmente, dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta decisão à embargante e ao Comando da Marinha.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9180-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9181/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 021.170/2019-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: João Soares Neto (064.646.008-00); Osorio Aparecido Soares (021.352.738-30); Sob Medida Montagens e Eventos Ltda (00.967.954/0001-78).

4. Órgãos: Ministério do Turismo; Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Miriam Krongold Schmidt (OAB/SP 130.052), Deborah Silvia Fanhoni Ferreira (OAB/SP 85.946) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto conjuntamente por João Soares Neto, Osorio Aparecido Soares e a Empresa Sob Medida Montagens e Eventos Ltda contra o Acórdão 9.449/2021-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar os recorrentes desta decisão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9181-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9182/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 021.377/2007-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alcy Ribeiro Heim (112.089.534-00); Cícero de Lucena Filho (142.488.324-53); Evandro de Almeida Fernandes (002.619.124-53); Hyperides Pereira de Macedo (013.238.903-78); Jesus Alfredo Ruiz Sulzer (298.275.587-49); Oswaldo Pessoa de Aquino (108.733.334-20); Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (08.778.326/0001-56); Ramon Flávio Gomes Rodrigues (117.188.703-53); Rúbria Beniz Gouveia Beltrão (299.581.214-68); Ycal Participações Ltda - Me (35.343.425/0001-88).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Caio Henrique Peters de Oliveira (OAB/DF 36.892), Adelmar Azevedo Régis (OAB-PB 10.237), Guilherme Furtado Montenegro (OAB/PB 17.365), Felipe Augusto Forte de Negreiros Deodato (OAB/PB 8.596), Thiago Giullio de Sales Germoglio (OAB/PB 14.370), Arthur Monteiro Lins Fialho (OAB/PB 13.264), Elenilson Cavalcante de Franca (OAB/PB 2.122), Walter de Agra Junior (OAB/PB 8.682), Fabíola Marques Monteiro (OAB/PB 13.099), Felipe Negreiros (OAB/PB 8596).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor Sr. Cícero de Lucena Filho (142.488.324-53), ex-prefeito de João Pessoa/PB, Sr. Evandro de Almeida Fernandes (002.619.124-53), Secretário de Infraestrutura do município, encarregado da execução, do acompanhamento físico e da gestão das obras; empresa Ycal Participações Ltda. (35.343.425/0001-88), executora da obra; Sra. Rúbria Beniz Gouveia Beltrão (299.581.214-68), Secretária Adjunta de Infraestrutura do município, Sr. Oswaldo Pessoa de Aquino (108.733.334-20), Diretor de Obras do município, e Sr. Alcy Ribeiro Hein (112.089.534-00), incumbido da medição dos serviços; Sr. Jesus Alfredo Ruiz Sulzer (298.275.587-49), Sr. Hypérides Pereira de Macedo (013.238.903-78) e Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues (117.188.703-53), servidores do Ministério da Integração Nacional, em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 1042/2000 (Siafi 417243), celebrado com o Município de João Pessoa, objetivando a execução de serviços de rede de galerias e canais de drenagem de águas pluviais;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 344/2022;

9.2. notificar a prolação desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional e aos responsáveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9182-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9183/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.015/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Luiz Hilton Silva Araújo (145.929.831-49).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal em favor do ex-servidor Luiz Hilton Silva Araújo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Luiz Hilton Silva Araújo (145.929.831-49), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. ajuste o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos, nos proventos do inativo, para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016;

9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque da parcela excedente de quintos incorporados pelo Sr. Luiz Hilton Silva Araujo entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.5. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9183-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9184/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.278/2022-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Doraci Ramires de Oliveira (285.192.722-15); Doralice Vieira Ramires Correa (294.309.332-72); Maria Olivia Vieira Ramires (446.411.412-15); Perpetua Vieira Ramires (164.137.842-53); Raquel Ramires da Silva (164.138.142-68).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Lupércio Ramires (010.530.782-34);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9184-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9185/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.528/2021-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Senado Federal.

3. Interessada: Maria da Graça Milet Pereira (068.064.901-82).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de alteração de aposentadoria emitido pelo Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria emitido em favor de Maria da Graça Milet Pereira (068.064.901-82), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. ajuste o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos, nos proventos da inativa, para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016;

9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, restabeleça, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os efeitos do último ato de concessão da interessada registrado pelo Tribunal, cadastrado no Sisac sob o número de controle 30734703-04-1997-000020-6;

9.2.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9185-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9186/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.261/2021-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessado: Lindorf de Souza Lima Carrijo (298.935.697-53).

3.1. Recorrente: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (33.892.175/0001-00).

4. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em face do Acórdão 1.132/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da ex-servidor Lindorf de Souza Lima Carrijo;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a considerar regular a incorporação de 5/5 de DAS 101.2, mantendo inalterado, entretanto, o juízo pela ilegalidade formulado sobre o ato e-Pessoal de número 20645/2020;

9.2. notificar acerca da presente deliberação a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Sr. Lindorf de Souza Lima Carrijo.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9186-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9187/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.988/2020-5.

1.1. Apenso: 002.498/2022-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Raylan Barroso de Alencar (651.763.322-72).

4. Entidade: Município de Eirunepé - AM.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Raylan Barroso de Alencar, prefeito de Eirunepé/AM, contra o Acórdão 18.904/2021-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento.

9.2. notificar a prolação desta deliberação ao recorrente e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9187-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9188/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.444/2020-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Regional (03.353.358/0001-96).

3.1. Responsáveis: Comércio de Combustíveis Dallepiane Ltda. (09.439.792/0001-70); HRP Serviços de Terraplenagem Ltda. (11.044.586/0001-02); João Carlos Scotto (306.315.210-20); Rodrigo Spiazzi Terra (707.523.110-34).

4. Entidade: Município de Garruchos - RS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Everson Marcelo Machado Chagas (OAB/RS 61.944); Tanise Parmeggiani da Silva (OAB/RS 70.238) e outro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em razão de irregularidades identificadas no Termo de Compromisso 0260/2010 (Siafi 660559), firmado junto ao município de Garruchos/RS;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa da empresa Comércio de Combustíveis Dallepiane Ltda. (09.439.792/0001-70);

9.2. julgar irregulares as contas do responsável João Carlos Scotto (306.315.210-20), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do RI/TCU;

9.3. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, i

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
25/5/2011	189.738,00

9.4. aplicar ao responsável João Carlos Scotto (306.315.210-20) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. enviar cópia desta decisão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. enviar cópia da presente deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional e notificar os responsáveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9188-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9189/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.473/2020-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ação Cristã Pró-Gente (00.361.196/0001-40); Terezinha Ferreira Marques Camargo (183.201.801-63).

4. Entidade: Secretaria Especial do Esporte.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Esporte de responsabilidade de Ação Cristã Pró-Gente e Terezinha Ferreira Marques Camargo, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 267/2006, registro Siafi 571339;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 344/2022;

9.2. notificar acerca da presente deliberação a Secretaria Especial do Esporte e as responsáveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9189-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9190/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.457/2019-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco (35.677.707/0001-11); Rita de Cássia dos Santos Nery de Souza (428.022.295-91).

4. Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Sandro José dos Santos (OAB/PE 40.474) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos desta tomada de contas especial instaurada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e Parnaíba (Codevasf) contra o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco e a sra. Rita de Cássia dos Santos Nery de Souza, coordenadora-geral daquele polo sindical, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos federais repassados pela União, no âmbito do Convênio 3.97.06.0049/2000;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com base no art. 11 da Resolução-TCU 344/2022 e no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. reconhecer a prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória e arquivar o processo, com base nos arts. 8º e 11 da Resolução TCU-344/2022.

9.2. notificar acerca deste acórdão a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e os responsáveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9190-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9191/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.130/2019-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Maurice Carlos Capovilla (063.293.068-34); Saturna Produções Artísticas Ltda. (31.447.584/0001-71).
4. Entidade: Agência Nacional do Cinema.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Roberta de Carvalho Ferreira Rodrigues (OAB/RJ 210.810); Felipe Dias Curvelo de Oliveira (OAB/RJ 124.044) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) em desfavor de Maurice Carlos Capovilla (CPF: 063.293.068-34) e Saturna Produções Artísticas Ltda. (CNPJ: 31.447.584/0001-71), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, captados por força do projeto cultural Pronac 02-3514 - "Projeto: HARMADA";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da presente relação processual a Sra. Marilia de Rezende Alvim, Saturna Produções Artísticas Ltda e o espólio do Sr. Maurice Carlos Capovilla;

9.2. com fundamento no art. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º, 5º e 8º da Resolução-TCU 344/2022, reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória;

9.3. notificar desta decisão os responsáveis, a Procuradoria da República no Estado de RJ e a Agência Nacional do Cinema; e

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9191-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9192/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 045.624/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Dyego Soares de Araújo (026.489.041-82).
4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor de Dyego Soares de Araújo, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados no âmbito do Termo de Aceitação de Indicação de Bolsista - Doutorado GD - Programa de Pós-Graduação (processo CNPq 140799/2016-8), descrito como "Termo de indicação de bolsa: On Group and Semigroup Algebras", em face de omissão no dever de prestar contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Dyego Soares de Araújo (026.489.041-82), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar Dyego Soares de Araújo, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
6/4/2016	2.200,00
6/4/2016	394,00
6/6/2016	4.400,00
6/6/2016	788,00
5/7/2016	2.200,00
5/7/2016	394,00
8/8/2016	2.200,00
8/8/2016	394,00
5/9/2016	2.200,00
5/9/2016	394,00
5/10/2016	2.200,00
5/10/2016	394,00
4/11/2016	2.200,00
7/11/2016	394,00
6/12/2016	2.200,00
6/12/2016	394,00
28/12/2016	2.200,00
28/12/2016	394,00
2/2/2017	2.200,00
3/2/2017	394,00
6/3/2017	2.200,00
6/3/2017	394,00
7/4/2017	2.200,00
7/4/2017	394,00
4/5/2017	2.200,00
4/5/2017	394,00
7/6/2017	2.200,00
7/6/2017	394,00
5/7/2017	2.200,00
5/7/2017	394,00
3/8/2017	2.200,00
3/8/2017	394,00
5/9/2017	2.200,00
5/9/2017	394,00
5/10/2017	2.200,00
5/10/2017	394,00
6/11/2017	2.200,00
6/11/2017	394,00
6/12/2017	2.200,00
6/12/2017	394,00
22/12/2017	2.200,00
22/12/2017	394,00
6/2/2018	2.200,00
6/2/2018	394,00
5/3/2018	2.200,00
5/3/2018	394,00
4/4/2018	2.200,00
4/4/2018	394,00
3/5/2018	2.200,00
3/5/2018	394,00
6/6/2018	2.200,00
6/6/2018	394,00
5/7/2018	2.200,00
5/7/2018	394,00
6/8/2018	2.200,00
6/8/2018	394,00
4/9/2018	2.200,00
4/9/2018	394,00
3/10/2018	2.200,00
3/10/2018	394,00
6/11/2018	2.200,00
6/11/2018	394,00
5/12/2018	394,00
6/12/2018	2.200,00
7/1/2019	2.200,00
7/1/2019	394,00
6/2/2019	2.200,00
6/2/2019	394,00
7/3/2019	2.200,00
7/3/2019	394,00
3/4/2019	2.200,00
3/4/2019	394,00
3/5/2019	2.200,00
3/5/2019	394,00
5/6/2019	2.200,00
5/6/2019	394,00
3/7/2019	2.200,00
3/7/2019	394,00
5/8/2019	2.200,00
5/8/2019	394,00
4/11/2019	2.200,00
4/11/2019	394,00
3/12/2019	2.200,00
3/12/2019	394,00
24/12/2019	2.200,00
24/12/2019	394,00
5/2/2020	2.200,00
5/2/2020	394,00
5/3/2020	394,00
6/3/2020	2.200,00

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.5. encaminhar cópia deste acórdão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ao responsável e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das providências que considerar cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9192-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9193/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 045.629/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Jose Pacheco de Almeida Prado (084.431.408-01).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor do Sr. José Pacheco de Almeida Prado (CPF: 084.431.408-01), em razão de não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio de Termo de Aceitação de Apoio Financeiro a Proposta de Natureza Científica, Tecnológica e/ou de Inovação;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Pacheco de Almeida Prado (CPF: 084.431.408-01), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos I, II e III, do Regimento Interno;

9.2. condenar o responsável indicado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/4/2015	6.000,00
6/5/2015	6.000,00
5/6/2015	6.000,00
6/7/2015	6.000,00
5/8/2015	6.000,00
3/9/2015	6.000,00
8/10/2015	6.000,00
6/11/2015	6.000,00
7/12/2015	6.000,00
7/1/2016	6.000,00
4/2/2016	6.000,00
4/3/2016	6.000,00
6/4/2016	6.000,00
5/5/2016	6.000,00
6/6/2016	6.000,00
5/7/2016	6.000,00
8/8/2016	6.000,00
6/9/2016	6.000,00
6/10/2016	6.000,00
4/11/2016	6.000,00
6/12/2016	6.000,00
28/12/2016	6.000,00
2/2/2017	6.000,00
6/3/2017	6.000,00

9.3. aplicar ao Sr. José Pacheco de Almeida Prado (CPF: 084.431.408-01) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. esclarecer ao Sr. José Pacheco de Almeida Prado (CPF: 084.431.408-01) que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.7. notificar a prolação deste acórdão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, ao responsável e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, este último em atenção ao § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9193-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9194/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 046.682/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Jaldy Andrade Lima (072.906.911-72); José Carlos de Faria Valença (132.085.191-68); José Valdeciro Bezerra (039.600.131-91).

3.2. Recorrente: Senado Federal.

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Senado Federal em face do Acórdão 1.625/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegais atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo órgão recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos interessados e ao Senado Federal.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9194-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9195/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 046.991/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Dalton Melo Macambira (240.291.573-00); Luiz Henrique Sousa de Carvalho (520.326.203-91); Robério Aslay de Araújo Barros (283.892.713-20).

4. Órgão: Ministério do Meio Ambiente.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Genésio da Costa Nunes (OAB/PI 5.304) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente em desfavor de Dalton Melo Macambira (gestão 1º/1/2007 a 3/4/2014), ex-secretário de meio ambiente e recursos hídricos do Estado do Piauí, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 044/2009, que tinha por objeto a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Piauí, com maior detalhamento da região dos cerrados piauienses,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Dalton Melo Macambira (240.291.573-00), com fulcro nos art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

9.2. dar ciência deste acórdão ao responsável e ao Ministério do Meio Ambiente.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9195-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9196/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 047.339/2020-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrentes: Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Laerte Bernardes Arruda (239.713.126-91).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Adir Claudio Campos (OAB/MG 69.425) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos pela Fundação Universidade Federal de Uberlândia e pelo Sr. Laerte Bernardes Arruda em face do Acórdão 1.133/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do segundo recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame para, no mérito, dar-lhes provimento, anulando o Acórdão 1.133/2022-TCU-1ª Câmara e consignando, na base de dados do sistema e-Pessoal, a anotação de registro tácito do ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do Sr. Laerte Bernardes Arruda (e-pessoal 71043/2020), ocorrido em 22/3/2021;

9.2. remeter os autos à Sefip para que seja iniciada a revisão de ofício do registro tácito consignado no subitem 9.1 supra, sem prejuízo de, nos termos da Questão de Ordem 2/2006, suscitada pela Presidência na sessão de 16/8/2006 (Ata 33/2006-Plenário), encaminhar os autos à Seses, para o sorteio de novo relator;

9.3. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade Federal de Uberlândia e ao Sr. Laerte Bernardes Arruda.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9196-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9197/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.793/2022-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Jose Luiz Silva (033.580.031-91)

4. Unidade: Fundação Universidade de Brasília

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de aposentadoria de Jose Luiz Silva no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais da Fundação Universidade de Brasília - FUB encaminhado pela instituição a este Tribunal para fins de análise e julgamento.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno, e na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Jose Luiz Silva e negar-lhe registro;

9.2. determinar à FUB que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, no que diz respeito à parcela complementar de que trata o art. 15 da Lei 11.091/2015, e emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e os submeta ao TCU pelo Sistema e-Pessoal;

9.2.2.na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão liminar proferida nos autos do MS 28.819/DF, emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%);

9.2.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso não seja provido o apelo;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado foi notificado deste julgamento;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão à Fundação Universidade de Brasília, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9197-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9198/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.813/2022-1
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria
3. Interessado: Carlos Alberto Moresco (298.486.289-91)
4. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos esses autos de aposentadoria de Carlos Alberto Moresco no cargo de Analista de Tecnologia da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina encaminhado pela instituição a este Tribunal para fins de análise e julgamento.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e de acordo com os pareceres da Sefip e do MPTCU, com base nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno e na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Carlos Alberto Moresco e negar-lhe registro;
9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso não seja provido o apelo;
9.2.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e o submeta ao TCU pelo Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta decisão, encaminhe a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário;
9.4. encaminhar cópia deste acórdão à Universidade Federal de Santa Catarina, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9198-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9199/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.683/2018-3
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrente:
3.1. Responsáveis: Limpe Mais Construções Ltda. (07.203.626/0001-44); Lucildo Fernandes de Oliveira (032.506.064-99); Maria Eleonora Soares Diniz (339.391.524-04)
3.2. Recorrente: Lucildo Fernandes de Oliveira (032.506.064-99)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Damião/PB
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal: Antônio Fábio Rocha Galdino (12007/OAB-PB), representando Lucildo Fernandes de Oliveira; Joao Barboza Meira Junior (11.823/OAB-PB), Lucelia Dias de Medeiros (11.845/OAB-PB) e outros, representando Maria Eleonora Soares Diniz

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este Recurso de Reconsideração interposto por Lucildo Fernandes de Oliveira, prefeito do Município de Damião/PB entre 2013 e 2016, contra o Acórdão 9.423/2021-TCU-1ª Câmara, mediante o qual o TCU o condenou à restituição dos recursos federais repassados ao Município no âmbito do Contrato de Repasse 245.790-39/2007, assim como ao pagamento de multa, em função da não retomada da obra da construção do Parque da Cidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e dar-lhe provimento;
9.2. tornar insubsistente os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 9.423/2021-TCU-1ª Câmara;
9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Lucildo Fernandes de Oliveira, dando-lhe quitação;
9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao recorrente, à Caixa Econômica Federal e à Prefeitura Municipal de Damião/PB, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9199-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9200/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.683/2021-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Ana Rita Carvalho Oliveira (279.723.212-72), servidora aposentada
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP - TRT-8
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal: Matheus Rebelo Girotto (24.925/OAB-PA), Hian Carvalho Oliveira (25929/OAB-PA) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, agora em fase de análise de pedido de reexame interposto por Ana Rita Carvalho Oliveira, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP, contra o Acórdão 7.897/2021 - 1ª Câmara, mediante o qual o TCU considerou ilegal e negou registro a seu ato de aposentadoria em decorrência da percepção da parcela denominada "opção".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta decisão à recorrente e ao TRT-8, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9200-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9201/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.938/2019-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Vanderlita Guedes Pereira (789.388.484-34), ex-prefeita
3.1. Outro Responsável: Adelgício Balduíno da Nóbrega Filho (023.515.704-05), ex-prefeito
4. Unidade: Município de Areia de Baraúnas/PB
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal: Joanilson Guedes Barbosa (13.295/OAB-PB).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 96/2008, celebrado com o Município de Areia de Baraúnas/PB para o financiamento da aquisição da produção de agricultores familiares, agora em fase de análise do recurso de reconsideração interposto pela ex-prefeita Vanderlita Guedes Pereira contra o Acórdão 2.411/2021-TCU-1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenando-a em débito e multa, juntamente com outro ex-gestor.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, ao FNDE e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, com a informação de que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9201-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9202/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.631/2021-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: José Borges Segundo (229.833.334-34)
4. Unidade: Município de São José do Campestre/RN
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Ronaldo Gonçalves Soares Sobrinho (14258/OAB-RN), representando José Borges Segundo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em nome do ex-prefeito de São José do Campestre/RN, José Borges Segundo, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2011.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por José Borges Segundo;
9.2. julgar irregulares as contas de José Borges Segundo, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/3/2011	15.000,00
11/4/2011	15.050,00
6/5/2011	10.529,40
7/10/2011	31.000,00
19/10/2011	3.700,00
4/11/2011	10.500,00
5/12/2011	10.300,00
8/12/2011	9.500,00
8/12/2011	5.760,00
8/12/2011	3.700,00
30/12/2011	3.000,00
30/12/2011	2.296,60

9.3. aplicar a José Borges Segundo multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo pagamento;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar o responsável que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. encaminhar cópia da presente deliberação ao FNDE e ao responsável, com a informação de que o Relatório e o Voto que a fundamentam estão disponíveis para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9202-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9203/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.415/2022-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria de Jesus Siqueira Farias Evangelista (203.438.413-04), servidora aposentada

4. Unidade: Ministério da Fazenda (extinto)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de aposentadoria de Maria de Jesus Siqueira Farias Evangelista no cargo de Agente Administrativo do extinto Ministério da Fazenda.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e autorizar o registro do ato de aposentadoria de Maria de Jesus Siqueira Farias Evangelista;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério da Economia e à interessada, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9203-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9204/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.314/2021-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros (203.817.514-49); Romero Rodrigues Veiga (451.077.934-87); Veneziano Vital do Rego Segundo Neto (713.463.764-68)

4. Unidade: Município de Campina Grande/PB

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - Caixa em decorrência da "não apresentação da prestação de contas final do total dos recursos contratados" por meio do Contrato de Repasse 0125459-71/2001, firmado com a Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, que tinha por finalidade a execução de obras de urbanização em áreas ocupadas por população de baixa renda, consistentes na pavimentação em paralelepípedo e drenagem de áreas diversas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no arts. 1º, inciso I, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c art., 202, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. excluir a responsabilidade de Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros, Romero Rodrigues Veiga e Veneziano Vital do Rego Segundo Neto da presente relação processual;

9.2. restituir os autos à Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE para que:

9.2.1. proceda à identificação dos agentes responsáveis pela execução do Contrato de Repasse 0125459-71/2001 no âmbito de Campina Grande/PB, à luz da delegação prevista nas Leis Complementares municipais 1/997 e 29/2005 c/c o Decreto 2.603/1997;

9.2.2. busque melhor esclarecer os motivos que levaram à rejeição, pela Caixa das quantias impugnadas, inclusive quanto à eventual necessidade de incluir, no débito, o valor de R$ 6.203,67, de 22/12/2003, e o maior detalhamento da parcela de R$ 108.070,90;

9.2.3. promova, após o saneamento das questões indicadas nos itens 9.2.1 e 9.2.2, as citações e audiências necessárias, pelos valores impugnados e ausência das prestações de contas;

9.3. enviar cópia desta deliberação aos agentes indicados no item 9.1 deste acórdão, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que a fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9204-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9205/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.659/2021-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Vilmar Ferreira de Araújo (334.762.091-72) e Atos Antônio Ferronato (158.486.630-68), ex-prefeitos e Município de São João D'Aliança/GO (01.313.113/0001-00)

4. Unidade: Município de São João D'Aliança/GO

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE

8. Representação legal: Diogo Batista de Araújo (56900/OAB-GO).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, contra Vilmar Ferreira de Araújo, prefeito de São João D'Aliança/GO de 2009 a 2012, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio CRT/DE/03000/2009, que tinha por objeto a abertura e recuperação de estradas vicinais, com execução de drenagem superficial e construções de pontes, no Projeto de Assentamento Santa Maria do Paranã, naquela localidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial sem julgamento do mérito;

9.2. enviar cópia deste acórdão aos responsáveis e ao Incra, informando-lhes que o relatório e voto que a fundamentam, estão disponíveis para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9205-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9206/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.691/2022-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Francisco Rodrigues de Lima (047.304.453-68)

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se examina o ato inicial de aposentadoria de Francisco Rodrigues de Lima no cargo de Técnico do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legal e autorizar o registro do ato de aposentadoria de Francisco Rodrigues de Lima, não obstante constar pagamento de parcela judicial de plano econômico, uma vez que a referida verba já foi excluída dos seus proventos;

9.2. encaminhar cópia desta decisão ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9206-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9207/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.016/2021-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19)

3.2. Responsável: Warmillon Fonseca Braga (498.099.116-53)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pirapora/MG

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Warmillon Fonseca Braga, Prefeito de Pirapora/MG entre 2009 e 2012, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Convênio de registro Siafi 741.709/2010, que teve por objeto a realização do evento intitulado Micareta do Sol.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c" e § 2º; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar Warmillon Fonseca Braga revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Warmillon Fonseca Braga e condená-lo ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da importância de R$ 135.431,90, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir de 22/6/2011 até a data do pagamento;

9.3. aplicar a Warmillon Fonseca Braga multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste Acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado, e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão ao responsável e ao Ministério do Turismo, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9207-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9208/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.506/2021-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Drogaria Katiana Ltda. (10.425.779/0001-40); Valdenisio Pinheiro Dias (371.888.285-04) e Vanuza de Souza Baião (776.308.151-15), sócios-proprietários

4. Unidade: Drogaria Katiana Ltda.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE

8. Representação legal: Sirleison José de Sousa (62.921/OAB-DF)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - FNS/MS, contra o estabelecimento comercial Drogaria Katiana Ltda., solidariamente com seus sócios, Vanuza de Souza Baião e Valdenísio Pinheiro Dias, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular - PFPB em face da dispensação de medicação sem comprovação de origem ou a consumidores falecidos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, inciso I; 20, § 8º; 209, inciso III; 210; 214, inciso III, alínea "a"; e art. 217, §§ 1º e 2º; do Regimento Interno, em:

9.1. declarar a revelia de Drogaria Katiana Ltda., Valdenisio Pinheiro Dias e Vanuza de Souza Baião;

9.2. julgar irregulares as contas de Drogaria Katiana Ltda., Valdenisio Pinheiro Dias e Vanuza de Souza Baião, condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos:

9.2.1. Responsáveis solidários: Drogaria Katiana Ltda. e Vanuza de Souza Baião

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
12/03/2012	835,04
27/03/2012	1.447,18
27/04/2012	1.075,52
13/06/2012	530,04
14/06/2012	123,62

9.2.2. Responsáveis solidários: Drogaria Katiana Ltda. e Valdenisio Pinheiro Dias

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
16/07/2012	374,55	04/06/2013	13.099,75
27/07/2012	139,16	05/06/2013	3.125,88
23/08/2012	126,23	28/06/2013	24.106,06
24/08/2012	123,93	31/07/2013	31.792,43
10/09/2012	2.247,54	02/09/2013	39.208,05
11/10/2012	1.158,21	01/10/2013	11.166,63
15/10/2012	336,84	02/10/2013	35.160,10
09/11/2012	1.954,13	12/11/2013	54.305,67
20/11/2012	727,14	06/12/2013	47.057,60
18/12/2012	6.703,74	30/12/2013	45.897,95
19/12/2012	1.787,81	07/02/2014	44.230,06
30/12/2012	2.268,02	31/03/2014	42.905,76
31/12/2012	9.183,20	09/04/2014	8.685,92
19/02/2013	2.602,05	16/04/2014	35.152,15
07/03/2013	10.951,79	13/05/2014	9.278,09
14/03/2013	12.692,03	30/05/2014	36.868,05
15/03/2013	3.136,72	30/05/2014	15,60
29/04/2013	2.882,19	02/06/2014	23.283,05
08/05/2013	11.169,90	02/06/2014	4,80
31/05/2013	11.991,20	06/06/2014	5.775,93

9.3. aplicar ao estabelecimento comercial Drogaria Katiana Ltda. e a Valdenísio Pinheiro Dias, individualmente, a multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, se requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, com incidência, sobre cada parcela corrigida monetariamente, dos correspondentes juros de mora, no caso do débito, na forma da legislação em vigor, alertando ao responsável que o inadimplemento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Distrito Federal, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9208-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9209/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.536/2017-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Agrimar Barbosa da Silva (219.511.871-72); Construtora Supera Ltda (09.280.916/0001-17); Leonardo de Oliveira Brito (887.503.701-97); Prefeitura Municipal de Firminópolis - GO (02.321.917/0001-13)

4. Unidade: Município de Firminópolis/GO

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE

8. Representação legal: Fabyo Barros Lima (40955/OAB-MA), representando Leonardo de Oliveira Brito

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo FNDE em desfavor de Agrimar Barbosa da Silva e Leonardo de Oliveira Brito, em razão de irregularidades na prestação de contas dos recursos do Convênio 710168/2008, celebrado para prestação de apoio financeiro à construção de escola no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "b"; 26; 28, inciso II; e 58 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar Agrimar Barbosa da Silva e Leonardo de Oliveira Brito revéis para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar regulares as contas de Leonardo de Oliveira Brito, dando-lhe quitação plena;

9.3. julgar irregulares as contas de Agrimar Barbosa da Silva;

9.4. aplicar a Agrimar Barbosa da Silva multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.6. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta em seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, ao FNDE e à Prefeitura Municipal de Firminópolis/GO, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9209-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9210/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.830/2019-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Dania Maria da Silva (229.117.665-04); Percídio Ribeiro dos Santos (222.939.575-00); Valdir Jesus de Souza (156.888.875-91)

4. Unidade: Município de Itanagra - BA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: Salomão Costa Barreto (35.025/OAB-BA), Marco Freitas de Carvalho (49782/OAB-BA) e outros, representando Dania Maria da Silva.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Município de Itanagra/BA por meio do Convênio 700118/2010, que tinha por objeto a "Construção de escola no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17; 18; e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar regulares as contas de Percídio Ribeiro dos Santos e dar-lhe quitação plena;

9.2. julgar regulares com ressalvas as contas de Valdir de Jesus de Souza e de Dania Maria da Silva e dar-lhes quitação;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que a fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9210-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9211/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.344/2020-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Maria Alice da Silva Monteiro (908.216.024-20); Maria da Gloria da Silva Meneses (732.360.204-15); Maria das Gracas da Silva Magalhaes (113.491.074-68); Maria de Fatima Correia de Sa (152.354.914-91) e Maria do Socorro Moura da Silva (345.667.674-34)

4. Unidades: Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Comando da 7ª Região Militar do Exército Brasileiro, em desfavor de Maria das Graças da Silva Magalhães, Maria Alice da Silva Monteiro, Maria de Fátima Correia de Sá, Maria da Glória da Silva Meneses e Maria do Socorro Moura da Silva, em razão do recebimento de pensão militar especial instituída por seu genitor, o ex-combatente João Correia da Silva, com base em decisão judicial não transitada em julgado, revertida posteriormente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; e 8º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 212 do Regimento Interno, em:

9.1. arquivar o processo ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular;

9.2. encaminhar cópia desta decisão às responsáveis, ao Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército Brasileiro, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e à Advocacia-Geral da União, para as providências

cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9211-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9212/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.376/2019-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessado/Recorrente:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Recorrente: Luiz Franco Ribeiro (671.272.744-87)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Valerio Djalma Cavalcanti Marinho (270/OAB-RN) e Felipe Simonetti Marinho da Silveira (7634/OAB-RN), representando Luiz Franco Ribeiro.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este Recurso de Reconsideração interposto por Luiz Franco Ribeiro, ex-prefeito do Município de Santo Antônio/RN (gestão 2013-2016), contra o Acórdão 10.229/2021-TCU-1ª Câmara, em que o TCU julgou irregulares suas contas, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao referido ente federado para a execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento de Jovens e Adultos - Peja, no exercício de 2013.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2 encaminhar cópia deste acórdão ao recorrente, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9212-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9213/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.725/2016-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas)
3. Embargante: Luiz Otávio Oliveira Campos (042.575.532-00), ex-Secretário-Executivo
4. Unidade: Secretaria de Portos (extinta)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41796/OAB-DF), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51.623/OAB-DF), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual da Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, referente ao exercício de 2015, agora em fase de análise de embargos de declaração opostos por Luiz Otávio Oliveira Campos, ex-secretário-executivo do órgão, ao Acórdão 3.282/2022 - 1ª Câmara, que deu provimento parcial ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5.404/2021 - 1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares e lhe aplicou multa em decorrência de irregularidades em contratos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. encaminhar cópia desta decisão ao embargante, com a informação de que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9213-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9214/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.028/2021-9
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Aposentadoria
3. Embargante: Maristela de Jesus Santos Cunha (540.934.496-00)
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 6ª Região
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: não atuaram
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF), representando Maristela de Jesus Santos Cunha.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Maristela de Jesus Santos Cunha em face do Acórdão 7.724/2022, desta 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. encaminhar cópia desta decisão à embargante, com a informação de que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9214-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9215/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.215/2021-3
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Sônia Maria Xavier da Silva Ribeiro (222.031.411-15), servidora aposentada
4. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, agora em fase de análise de pedido de reexame interposto por Sônia Maria Xavier da Silva Ribeiro, ex-servidora do Tribunal Superior do Trabalho, contra o Acórdão 18.937/2021 - 1ª Câmara, mediante o qual o TCU considerou ilegal e negou registro a seu ato de aposentadoria em decorrência da percepção da parcela denominada "opção" e de quintos referentes a funções exercidas após a edição da Lei 9.624/1998.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame, mas considerar a apreciação de seu mérito prejudicada ante o reconhecimento do registro tácito do ato de aposentadoria de Sônia Maria Xavier da Silva Ribeiro, ocorrido em 27/05/2018;
9.2. tornar insubsistente o Acórdão 18.937/2021 - 1ª Câmara;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais a adoção de providências para revisão de ofício desta concessão;
9.4. encaminhar cópia desta decisão à recorrente e ao TST, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9215-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9216/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.736/2019-1
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: João Carlos Brum (238.887.090-91), ex-prefeito
4. Unidade: Município de Alvorada/RS
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Ana Lucia Steffens Bay (35.124/OAB-RS) e Norberto Fontana Ferri (67.974/OAB-RS)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério da Justiça contra João Carlos Brum, ex-prefeito de Alvorada/RS, em razão da não comprovação do atingimento dos objetivos do Convênio 20033057200800139 que previa a implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal, com a aquisição de mobiliário e dos equipamentos necessários para a instalação de sistema de vídeo monitoramento.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, inciso I; 20, § 8º; 209, inciso III; 210; 214, inciso III, alínea "a"; e art. 217, §§ 1º e 2º; do Regimento Interno, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por João Carlos Brum;
9.2. julgar irregulares as contas de João Carlos Brum, condenando-o ao recolhimento ao Tesouro Nacional das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir da data indicada até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo
8/7/2008	431.000,50	Débito
23/6/2011	224.765,28	Crédito

9.3. aplicar a João Carlos Brum multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo estipulado abaixo;
9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação;
9.5. autorizar, se requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, com incidência, sobre cada parcela corrigida monetariamente, dos correspondentes juros de mora, no caso do débito, na forma da legislação em vigor, alertando aos responsáveis que o inadimplemento de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor
9.7. encaminhar cópia deste acórdão ao responsável, ao Ministério da Justiça e à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9216-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9217/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 047.512/2020-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Reginaldo Brito de Miranda (209.877.812-00), ex-prefeito
4. Unidade: Município de Laranjal do Jari/AP

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada contra Reginaldo Brito de Miranda, ex-prefeito de Laranjal do Jari/AP, em razão da não comprovação da aplicação integral dos recursos repassados ao município pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no exercício de 2002, para a execução do Programa Agente Jovem.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial sem julgamento do mérito;

9.2. dar ciência desta decisão à Secretaria-Geral de Controle Externo, para que avalie a conveniência e oportunidade de aprimorar a regra atualmente vigente para a constituição de tomadas de conta especiais;

9.3. enviar cópia deste acórdão ao responsável e à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, informando-lhes que o relatório e voto que a fundamentam, estão disponíveis para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9217-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9218/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.736/2022-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Renilda Martins de Araújo (419.588.294-04)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de aposentadoria de Renilda Martins de Araújo no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Renilda Martins de Araújo e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias recebidas de boa-fé pela interessada até a data de ciência desta decisão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região que:

9.3.1. avalie, para a interessada nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial proferida nos autos do Processo 1005636-12.2021.4.01.3400, apresentada pela Associação dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, em trâmite na Justiça Federal do Distrito Federal, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232/SC, já que, para que a ex-servidora seja beneficiária do mencionado feito, se faz necessário: (i) comprovar ter concedido autorização expressa para que a aludida entidade associativa pudesse representá-la na ação referida; (ii) demonstrar que, à época do protocolo da ação, era filiada à mencionada associação;

9.3.2. caso seja comprovado que a ex-servidora é beneficiária da decisão judicial, e na hipótese de esta vir a ser desconstituída, faça cessar os pagamentos relativos à parcela de opção de função percebida pela interessada e emita novo ato, livre da irregularidade apontada;

9.3.3. caso não seja comprovado que a ex-servidora é beneficiária da decisão judicial, faça cessar os pagamentos decorrentes da incorporação da parcela de "opção" e emita novo ato, livre da irregularidade apontada;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada foi notificada deste julgamento;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao órgão de origem, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9218-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9219/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.214/2022-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Osvaldo Ioshitaca Isaka (711.902.608-91), servidor aposentado

4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF-3

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de aposentadoria de Osvaldo Ioshitaca Isaka no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, § 1º, e 262, do Regimento Interno, e na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Osvaldo Ioshitaca Isaka e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias recebidas de boa-fé pelo interessado até a data de ciência desta decisão pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

9.3.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o destaque da(s) parcela(s) de quintos incorporada(s) com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a(s) em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, caso tenham sido concedidas com base em decisão administrativa, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.2. corrija o percentual de anuênios atribuído ao interessado, excluindo, para tanto, o período descontínuo de trabalho prestado à administração federal;

9.3.3. informe ao interessado sobre o teor da presente deliberação e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9219-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9220/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.245/2022-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Cristina Rocha de Souza Santos (734.640.907-87)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de concessão de aposentadoria de Cristina Rocha de Souza Santos no cargo de Técnica Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES - TRT-17/ES.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno, e na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Cristina Rocha de Souza Santos e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias recebidas de boa-fé pela interessada até a data de ciência desta decisão pelo TRT-17/ES;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. avalie, para a interessada nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, novo número 0039464-12.2004.4.01.3400, que tramitou na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, apresentada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232/SC, já que, para que a ex-servidora seja beneficiária do mencionado feito, faz-se necessário que: a) comprove ter concedido autorização expressa para que a aludida entidade associativa pudesse representá-la na ação ordinária referida; e b) demonstre que, à época do protocolo da ação, era filiada à mencionada associação;

9.3.2. após a verificação do subitem 9.3.1, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.3. informe à interessada o inteiro teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão, encaminhe a este Tribunal documentos comprobatórios das providências adotadas em atendimento aos itens acima.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9220-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9221/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.654/2016-7.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Marcelo Henrique Siqueira de Araújo (CPF 518.200.305-63), João Carlos de Pádua Andrade (CPF 583.477.475-04) e Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (CNPJ 40.740.391/0001-03).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secex-TCE.

8. Representação legal: Laura Lima da Silva (OAB/BA 14.340), representando Marcelo Henrique Siqueira de Araújo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em desfavor de Marcelo Henrique Siqueira de Araújo, Mariella Camardelli Uzeda e do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), em razão de impugnação parcial de despesas do Convênio 2003CV000042-FNMA (Siafi/Sicov 487.460), tendo por objeto a conservação da REBIO-Una e a consolidação de sua zona tampão, visando à sustentabilidade desta unidade de conservação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Marcelo Henrique Siqueira de Araújo, João Carlos de Pádua Andrade e do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional do Meio Ambiente, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data de ocorrência	Valor (R$)
16/12/2004	670,74
13/6/2005	24.600,00
4/8/2005	342,15
23/2/2006	600,00
15/5/2006	425,00
17/5/2006	225,00
27/6/2006	450,00
27/6/2006	450,00
27/6/2006	225,00
27/6/2006	225,00
7/12/2007	40.000,00

9.2. aplicar a Marcelo Henrique Siqueira de Araújo, João Carlos de Pádua Andrade e ao Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, multa individual no valor de R$ 10.000,00, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os juros de mora devidos, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que, caso opte por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.5. remeter, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado da Bahia para o ajuizamento das ações que considere cabíveis; e

9.6. dar ciência deste Acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9221-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9222/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.190/2022-9
2. Grupo: II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Rosa Elene de Campos Lorda, CPF 262.275.760-34.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Rosa Elene de Campos Lorda, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Instituto Nacional do Seguro Social;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9222-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9223/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.336/2020-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Sebastiao Elias Misiara Mokdici (168.177.538-72); União dos Vereadores do Estado de São Paulo - Uvesp (01.024.643/0001-38).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Willians Kester Millan (OAB-SP 309947), representando Sebastiao Elias Misiara Mokdici.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Sebastião Elias Misiara Mokdici e da União dos Vereadores do Estado de São Paulo - Uvesp, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos públicos federais repassados pela União, por meio do Convênio 529/2007, registro Siafi 605641, firmado entre o Ministério do Turismo e União dos Vereadores do Estado De São Paulo - Uvesp, cujo objeto na "Divulgação das Atividades Turísticas do Estado de São Paulo/SP",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar, parcialmente, as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis Sebastião Elias Misiara Mokdici (CPF: 168.177.538-72) e União dos Vereadores do Estado de São Paulo - Uvesp (CNPJ: 01.024.643/0001-38);

9.2. julgar irregulares as contas dos responsáveis: Sebastião Elias Misiara Mokdici (CPF: 168.177.538-72) e União dos Vereadores do Estado de São Paulo - Uvesp (CNPJ: 01.024.643/0001-38), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.2.1. Débito relacionado ao responsável Sebastião Elias Misiara Mokdici (CPF: 168.177.538-72) em solidariedade com a União dos Vereadores do Estado de São Paulo - Uvesp (CNPJ: 01.024.643/0001-38):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
15/1/2008	105.000,00

9.2.2. Débito relacionado ao responsável: União dos Vereadores do Estado de São Paulo Uvesp (CNPJ: 01.024.643/0001-38):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
18/1/2008	9.001,80

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de SP, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9223-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9224/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.679/2021-7.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Jose Adelson Bispo de Gois, CPF 456.419.865-34.
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 3, relativo à concessão inicial de aposentadoria a Jose Adelson Bispo de Gois (ato nº 111227/2019), autorizando-lhe o respectivo registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. determinar à Sefip que:

9.2.1. dê ciência desta deliberação à entidade de origem e ao interessado;

9.2.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9224-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9225/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.717/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Francisco Martins Negreiros, CPF 210.923.543-87.
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 80127/2020), relativo à concessão inicial da aposentadoria a Francisco Martins Negreiros, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Francisco Martins Negreiros no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9225-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9226/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 004.338/2022-7
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Benedito Generoso da Costa, CPF 306.855.169-20.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Benedito Generoso da Costa, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Instituto Nacional do Seguro Social;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9226-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9227/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.995/2022-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Iracilda Vieira de Carvalho, CPF 075.552.104-87.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 80671/2019), atinente à concessão inicial de aposentadoria a Iracilda Vieira de Carvalho, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Iracilda Vieira de Carvalho no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9227-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9228/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.810/2022-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria das Gracas Alves de Oliveira, CPF 118.995.813-91.
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 67278/2020), relativo à concessão inicial da aposentadoria a Maria das Gracas Alves de Oliveira, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Maria das Gracas Alves de Oliveira no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9228-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9229/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.029/2022-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3.Interessada: Maria Isabel Hummel Natali de Almeida, CPF 887.429.628-20.
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 3 (ato nº 122256/2020), relativo à concessão inicial de aposentadoria a Maria Isabel Hummel Natali de Almeida, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106 desta Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que promova, no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta deliberação, a exclusão da rubrica atinente à antiga "gratificação especial" (atualmente paga sob o verbete 16171-DECISAO JUDICIAL TRAS JUG APO"), em face de sua manifesta ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando a esta Corte de Contas, no mesmo prazo, as providências adotadas;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

9.5. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação inserta no item 9.3. deste Acórdão; e

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9229-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9230/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.913/2022-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Joao Narciso Ferreira, CPF 157.795.054-20.
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 87976/2021), atinente à concessão inicial de aposentadoria a Joao Narciso Ferreira, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à entidade de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Joao Narciso Ferreira no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9230-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9231/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.926/2022-1.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Francisco Josely Castro e Silva, CPF 289.918.501-20.
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 3 (ato nº 57785/201), relativo à concessão inicial de aposentadoria a Francisco Josely Castro e Silva, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106 desta Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que promova, no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta deliberação, a exclusão da rubrica atinente a perda inflacionária de plano econômico da década de 1990 (atualmente paga sob o verbete "1833 - DEC JUD 28,86% AP TRAN JULG"), em face de sua manifesta ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando a esta Corte de Contas, no mesmo prazo, as providências adotadas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Instituto Nacional do Seguro Social;

9.5. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação inserta no item 9.3. deste Acórdão;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9231-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9232/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.159/2017-7
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial
3. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ecoporanga - ES.
4. Responsável: Pedro Costa Filho (CPF 491.645.629-72).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex-TCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em desfavor do Sr. Pedro Costa Filho (CPF 491.645.629-72), ex-Prefeito Municipal de Ecoporanga (ES), em decorrência de utilização ilegal de recursos do piso básico fixo do Fundo Nacional de Assistência Social, transferidos no exercício de 2006 no montante de R$ 69,3 mil, pagamento salarial de servidores municipais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. conhecer da peça apresentada pelo Município de Ecoporanga - ES a título de "recurso de reconsideração" como mera petição e acolher seu conteúdo como defesa complementar;

9.2. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 344/2022;

9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e aos responsáveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9232-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9233/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.656/2022-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessadas: Denise Correa da Motta, CPF 003.790.807-37; Norma de Paula Motta Rubini, CPF 463.751.807-59; Telma de Paula Mota Vasconcelos, CPF 345.186.817-20.
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de reversão da pensão militar instituída por Djalma Correa da Motta em favor de Denise Correa da Motta, Norma de Paula Motta Rubini e Telma de Paula Mota Vasconcelos (ato nº 3126/2018), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as interessadas no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9233-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9234/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.644/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Marcia Valerio Germano de Oliveira, CPF 342.709.571-15.
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 85987/2020), relativo à concessão inicial de aposentadoria a Marcia Valerio Germano de Oliveira, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Marcia Valerio Germano de Oliveira no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9234-41/22-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9235/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.441/2022-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessadas: Mara Lucia Andrade de Almeida, CPF 608.581.687-15; Rosangela Andrade de Almeida Romeu, CPF 994.442.917-15.
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de reversão da pensão militar instituída por Jose Estanislau de Almeida em favor de Mara Lucia Andrade de Almeida e Rosangela Andrade de Almeida Romeu (ato nº 1295/2022), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as interessadas no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9235-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9236/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.559/2021-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Fatima Auxiliadora Capistrano da Silva Camargo, CPF 366.425.411-20.

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (Ato nº 32001/2019), relativo à concessão inicial da aposentadoria a Fatima Auxiliadora Capistrano da Silva Camargo, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Fatima Auxiliadora Capistrano da Silva Camargo no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. promova o destaque das parcelas de quintos incorporadas pelo exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007, a não ser que devidamente demonstrado que a rubrica está amparada por decisão judicial transitada em julgado;

9.3.5. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 supra; e

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9236-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9237/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.180/2021-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Luiz Carlos de Miranda Cesar, CPF 603.556.707-04.

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de concessão inicial de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 43213/2018), relativo à concessão inicial da aposentadoria a Luiz Carlos de Miranda Cesar, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Luiz Carlos de Miranda Cesar no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9237-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9238/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 026.186/2020-9

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial

3. Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - FNS-MS.

4. Responsáveis: Valmifarma Comércio de Medicamentos Ltda. (CNPJ 81.444.119/0001-55), Mitsuru Fujiharu (CPF 498.027.129-49) e Beatriz Tiemi Fujiharu (CPF 101.845.379-24).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex-TCE.

8. Representação legal: William Guilherme de Oliveira (OAB/PR 70.465), representando Valmifarma Comércio de Medicamentos Ltda. e Mitsuru Fujiharu.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (FNS/MS), em desfavor do estabelecimento comercial Valmifarma Comércio de Medicamentos Ltda., solidariamente com o Sr. Mitsuru Fujiharu e a Sra. Beatriz Tiemi Fujiharu, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB), no período de 2/9/2013 a 17/2/2016, o que teria ocasionado um prejuízo de R$ 125.096,90, em valores históricos, aos cofres do FNS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, incisos III, alíneas "b" e "c", 19, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. julgar irregulares as contas do estabelecimento comercial Valmifarma Comércio de Medicamentos Ltda. (CNPJ 81.444.119/0001-55), do Sr. Mitsuru Fujiharu (CPF 498.027.129-49) e da Sra. Beatriz Tiemi Fujiharu (CPF 101.845.379-24), e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C
02/09/2013	100,00	D
31/03/2014	6.436,50	D
31/03/2014	14,04	D
31/03/2014	208,79	D
31/03/2014	23,00	D
31/03/2014	1.801,53	D
31/03/2014	199,20	D
31/03/2014	707,60	D
31/03/2014	120,09	D
31/03/2014	1.542,90	D
31/03/2014	694,20	D
31/03/2014	10,18	D
09/04/2014	746,28	D
16/04/2014	4.112,21	D
13/05/2014	219,20	D
30/05/2014	5.109,06	D
02/06/2014	6.499,12	D
06/06/2014	660,96	D
04/07/2014	4.590,99	D
04/07/2014	265,95	D
31/07/2014	3.426,16	D
09/09/2014	8.541,94	D
09/09/2014	302,94	D
02/10/2014	5.314,05	D
02/10/2014	42,40	D
03/10/2014	619,65	D
03/11/2014	4.619,70	D
28/11/2014	761,67	D
28/11/2014	8.312,55	D
14/01/2015	192,78	D
14/01/2015	5.411,28	D
09/02/2015	5.572,16	D
10/02/2015	261,01	D
03/03/2015	940,83	D
04/03/2015	6.265,21	D
02/04/2015	2.871,75	D
02/04/2015	633,39	D
05/05/2015	3.457,57	D
05/05/2015	26,92	D
12/06/2015	13,46	D
12/06/2015	2.873,05	D
07/07/2015	13,46	D
07/07/2015	2.683,55	D
05/08/2015	40,38	D
05/08/2015	3.436,10	D
31/08/2015	4.368,55	D
31/08/2015	216,46	D
14/10/2015	2.518,35	D
30/10/2015	2.680,35	D
30/10/2015	189,54	D
18/12/2015	153,28	D
18/12/2015	4.854,20	D
21/01/2016	135,15	D
21/01/2016	4.201,75	D
17/02/2016	13,46	D
17/02/2016	5.070,05	D

9.2. aplicar ao estabelecimento comercial Valmifarma Comércio de Medicamentos Ltda. (CNPJ 81.444.119/0001-55), ao Sr. Mitsuru Fujiharu (CPF 498.027.129-49), e a Sra. Beatriz Tiemi Fujiharu (CPF 101.845.379-24), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 60.000,00, fixando o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. enviar cópia do presente Acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis em seu âmbito de atuação.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9238-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9239/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 032.435/2020-7

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Teresinha Helena de Oliveira Rego, CPF 763.810.727-68 e José Cândido Dias, CPF 308.207.077-91.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de José Cândido Dias, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Teresinha Helena de Oliveira Rego, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.4. determinar ao órgão de origem que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique aos interessados o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, alusivo à aposentadoria de Teresinha Helena de Oliveira Rego, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, alertando-a no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.2. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.4.3. com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, emita, no prazo de 30 dias, novo ato de aposentadoria de Teresinha Helena de Oliveira Rego, livre da irregularidade ora apontada, para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Instituto Nacional do Seguro Social;

9.6. determinar à Sefip que:

9.6.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.4.1 a 9.4.3 deste Acórdão;

9.6.2. cumpridos os termos deste acórdão, arquive os autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9239-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9240/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.835/2019-5.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: José Walter Marinho Marsicano Júnior (CPF 977.971.894-04); João Feitosa Leite (CPF 132.996.034-34); e Lopel Lopes Pereira Engenharia Ltda. (CNPJ 05.060.557-0001-31).

4. Órgão/Entidade: Município de São José de Caiana/PB.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), em desfavor do Sr. José Walter Marinho Marsicano Júnior, ex-prefeito do Município de São José de Caiana/PB (gestão 2009-2012 e 2013-2016), em decorrência da impugnação total das despesas realizadas com os recursos do Convênio 701247/2008, que tinha por objeto "a construção do açude Torquato (Barragem de Terra)",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. José Walter Marinho Marsicano Júnior (CPF 977.971.894-04) e a empresa Lopel - Lopes Pereira Engenharia Ltda. - EPP (CNPJ 05.060.557-0001-31), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. João Feitosa Leite (CPF 132.996.034-34);

9.3. julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. José Walter Marinho Marsicano Júnior (CPF 977.971.894-04), João Feitosa Leite (CPF 132.996.034-34) e da empresa Lopel Lopes Pereira Engenharia Ltda. (CNPJ 05.060.557-0001-31), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, dando-lhes quitação;

9.4. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9240-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9241/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-040.788/2020-2

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial

3. Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional da Saúde - Funasa; Prefeitura Municipal de Palmópolis - MG.

4. Responsáveis: Alcisio Alves da Silva (777.748.256-49), M.O.L Locação e Construção Ltda. (05.993.358/0001-86) e Adilson Alves de Jesus (543.987.626-04).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex-TCE.

8. Representação legal: Andressa Silva Araújo (OAB/MG 188304), representando Alcisio Alves da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais, em desfavor de Alcisio Alves da Silva (CPF: 777.748.256-49), prefeito na gestão 2013-2016, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, no montante de R$ 500 mil reais, em duas transferências, durante os exercícios de 2015 e 2016, por meio do Convênio 371/2013 - Siafi 790736, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Palmópolis - MG, e que tinha por objeto a "Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c", 19, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. julgar irregulares as contas da empresa M.O.L Locação e Construção Ltda. (CNPJ: 05.993.358/0001-86), de Adilson Alves de Jesus (CPF: 543.987.626-04) e de Alcisio Alves da Silva (CPF: 777.748.256-49), e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
167.744,26	1/7/2016
29.989,50	1/9/2016

9.2. aplicar individualmente a M.O.L Locação e Construção Ltda. (CNPJ: 05.993.358/0001-86), a Adilson Alves de Jesus (CPF: 543.987.626-04) e a Alcisio Alves da Silva (CPF: 777.748.256-49) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores de R$ 30.000,00, R$ 30.000,00 e R$ 90.000,00, respectivamente, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. enviar cópia do presente Acórdão à Fundação Nacional da Saúde e aos responsáveis, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis em seu âmbito de atuação.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9241-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9242/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.967/2022-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Eunice Maria de Almeida Cavalcante, CPF 269.049.694-15; Sandra Maria de Almeida Cavalcante; CPF 193.014.564-00.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de pensão militar, submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, atos esses cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar, com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno deste Tribunal, prejudicado o ato nº 54969/2018 (peça 3), atinente à concessão inicial da pensão militar instituída por Jose de Almeida Cavalcante em favor de Eunice Maria de Almeida Cavalcante, tendo em vista a perda de seu objeto, com o falecimento da beneficiária;

9.2. considerar ilegal o ato de reversão da pensão militar instituída por Jose de Almeida Cavalcante em favor de Sandra Maria de Almeida Cavalcante (ato nº 32484/2019, peça 4), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao órgão de origem que:

9.4.1. comunique à Sra. Sandra Maria de Almeida Cavalcante o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4.4. dê ciência à Sra. Sandra Maria de Almeida Cavalcante acerca da necessidade de que demonstre a efetiva opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, nos termos do art. 29 da Lei 3.765/1960, tendo em vista a indevida configuração da percepção de três benefícios custeados pelos cofres públicos por meio do ato nº 32484/2019, e, a depender da providência por ela adotada, emita novo ato de pensão, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.4.1 a 9.4.4 deste Acórdão;

9.5.2. arquive estes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9242-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9243/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.202/2022-4.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Especial de ex-Combatente.

3. Interessados: Egmar Augusto Pereira (012.216.116-58); Renato Vieira de Freitas (054.929.136-97); Rosemary Siervo dos Santos Ferreira (126.364.838-02); Sílvio Donizeti Alves (353.814.856-20).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão especial de ex-combatente concedidas pelo Comando do Exército.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar legal o ato de pensão especial de ex-combatente instituída por Manoel Fernandes Freitas Filho (15296/2020, peça 5) concedendo-lhe registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno deste Tribunal (RI/TCU);

9.2. considerar ilegais os atos de pensão especial de ex-combatente instituídas por Juvelino Alves Batista (38814/2017, peça 3), Moyses Santos Ferreira (72423/2018, peça 4) e Eneas Augusto Pereira (30798/2020, peça 6), negando-lhes registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno deste Tribunal (RI/TCU);

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelos beneficiários, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.4. determinar ao Comando do Exército que:

9.4.1. comunique, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Sr. Sílvio Donizeti Alves que deve optar, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência desta decisão, pela percepção da pensão instituída pelo Sr. Juvelino Alves Batista ou pelo benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

9.4.1.1. caso o beneficiário não se manifeste dentro do prazo acima, ou opte pelo benefício pago pelo INSS, suspenda de imediato os pagamentos decorrentes do ato e, caso contrário, emita novo ato com ajuste do posto que serve de base de cálculo da pensão, comunicando, em qualquer hipótese, ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

9.4.2. ajuste, no prazo de 15 (quinze) dias, o posto que serve de base de cálculo da pensão para segundo sargento das pensões instituídas por Moyses Santos Ferreira (72423/2018) e Eneas Augusto Pereira (30798/2020);

9.4.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.4. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos dos arts. 262, caput e § 2º, do RI/TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.5. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9243-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9244/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.576/2022-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessada: Neusa Gloria Kruger (238.689.880-68).

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Neusa Gloria Kruger (55081/2018, peça 3), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumidamente, de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:

9.3.1. acompanhe o desfecho do Mandado de Segurança Coletivo 0018381-85.2014.4.01.3400 e do Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000/DF, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, em caso de sentença desfavorável à interessada, adote as medidas administrativas necessárias à regularização do pagamento dos proventos, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990 (atualizada), caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. após a data do trânsito em julgado do Mandado de Segurança, em caso de sentença desfavorável à aposentada, cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos dos arts. 262, caput e § 2º, do RI/TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9244-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9245/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.669/2019-7.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: João de Fátima Pereira (231.137.583-00); Paula Francinete da Silva Nascimento (711.352.273-49).

3.2. Recorrente: João de Fátima Pereira (231.137.583-00).

4. Entidade: Município de Monção/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Vanderley Ramos dos Santos (OAB/MA 7.287), Manuela Ithamar Lima (OAB/MA 15.635) e outros, representando João de Fátima Pereira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se apreciam embargos de declaração opostos por João de Fátima Pereira contra o acórdão 4597/2022-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. enviar cópia deste acórdão ao embargante, informando que a presente deliberação estará disponível, no dia seguinte à sua publicação, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9245-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9246/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.687/2016-8.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável/Interessado:

3.1. Responsável: Carlinho Furlan (424.529.700-00).

3.2. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins (Funasa).

4. Entidade: Município de Sampaio/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Odean da Silva Lima Queiroz (OAB/TO 8.679), representando Carlinho Furlan.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), diante da impugnação parcial das despesas referentes aos recursos federais transferidos ao município de Sampaio/TO por meio do convênio 486/2004 (Siafi 534667).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 344/2022.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9246-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9247/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.919/2020-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável/Interessado:

3.1. Responsável: Francisco Rômulo Cruz Gomes (068.037.843-04).

3.2. Interessado: Ministério das Cidades (extinto).

4. Entidade: Município de Pacoti/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Francisco Jose Andrade Leite (35.882/OAB-CE), Antônio Braga Neto (17713/OAB-CE) e outros, representando Valmir Saraiva Maciel.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal relativa ao contrato de repasse 11524/2009, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela referida instituição financeira, e o município de Pacoti/CE, que teve por objeto a "pavimentação em pedra tosca" no referido ente municipal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir os Srs. Valmir Saraiva Maciel, Paulo Sérgio Maia Sousa e Francisco José Sampaio Leite da presente relação processual;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Francisco Rômulo Cruz Gomes;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Rômulo Cruz Gomes, com fundamento no art. 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
130.200,00	3/11/2011
62.343,84	31/7/2012

9.4. aplicar ao Sr. Francisco Rômulo Cruz Gomes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República no Estado do Ceará, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia deste acórdão ao Sr. Francisco Rômulo Cruz Gomes;

9.9. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9247-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9248/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.049/2020-0.

1.1. Apenso: 029.806/2017-8

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).

3.2. Responsável: Alberto Yoiti Nakata (171.151.162-53).

4. Entidade: Município de São Domingos do Capim/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, relativa ao contrato de repasse 325976-70/2010 (Siafi 735057), celebrado entre o Ministério das Cidades e o município de São Domingos do Capim/PA, cujo objeto foi a "pavimentação, calçamento, drenagem superficial e meio fio de 1,00 km de vias do bairro do Centro".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, I, e 16 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º e 17, I, do RI/TCU, em:

9.1. considerar revel o Sr. Alberto Yoiti Nakata, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3ª, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "a" e "c"', 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Alberto Yoiti Nakata, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 94.776,01 (noventa e quatro mil setecentos e setenta e seis reais e um centavo), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir de 3/9/2015 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, III, "a", do RI/TCU;

9.3. aplicar ao Sr. Alberto Yoiti Nakata a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão proferido por este Tribunal até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Pará, em cumprimento ao disposto no §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste acórdão ao responsável e à Caixa Econômica Federal;

9.8. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9248-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9249/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.972/2018-1.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Asclepíades Costa de Souza (234.073.012-00); Marlene Gonçalves Cardoso (572.679.792-20).

4. Entidade: Município de Jutaí/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Ricardo Mendes Lasmar (OAB/AM 5.933), representando Marlene Gonçalves Cardoso.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) em desfavor de Asclepíades Costa de Souza (prefeito de Jutaí/AM na gestão de 2009 a 2012) e de Marlene Gonçalves Cardoso (prefeita municipal na gestão de 2013 a 2016), decorrente da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao município de Jutaí/AM no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exercícios 2010 e 2011, respectivamente.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, I, e 16 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º e 17, I, do RI/TCU, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, em consonância com os arts. 2º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022;

9.2. enviar cópia deste acórdão aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico;

9.3. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9249-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9250/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.780/2017-1.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Ivon Rates da Silva (321.920.102-49); Rômulo Barbosa Mattos (239.573.602-34).

3.2. Recorrente: Rômulo Barbosa Mattos (239.573.602-34).

4. Entidade: Município de Envira/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Sonally Rates Pinheiro (OAB/AM 13.268), representando Ivon Rates da Silva; Luciene Helena da Silva Dias (OAB/AM 4.697), representando o município de Envira/AM; Patrícia Gomes de Abreu (OAB/AM 4.447), Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros, representando Rômulo Barbosa Mattos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se apreciam embargos de declaração opostos pelo Sr. Rômulo Barbosa Mattos contra o acórdão 4816/2022-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. enviar cópia deste acórdão ao embargante;

9.3. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9250-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9251/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.181/2013-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (00.399.857/0001-26).

3.2. Responsáveis: Maykon Beltrão Lima Siqueira (022.093.344-89); Rosiana Lima Beltrão Siqueira (347.472.494-00); Terra Construcoes Ltda (02.533.053/0001-01).

3.3. Recorrente: Rosiana Lima Beltrão Siqueira (347.472.494-00).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Feliz Deserto/AL.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Diogo Prata Lima (7909/OAB-AL), Morgana Pedrosa de Barros Torres (11.259/OAB-AL) e outros, representando Maykon Beltrão Lima Siqueira; Pedro Icaro Cavalcante de Barros (10.002/OAB-AL), Djalma Barros Siqueira Neto (13.169/OAB-AL) e outros, representando Rosiana Lima Beltrão Siqueira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que, nesta fase, cuidam de novos embargos de declaração opostos pela Sra. Rosiana Lima Beltrão Siqueira em face do acórdão 3236/2022-TCU-1ª Câmara que apreciou embargos de declaração interpostos contra o acórdão 1186/2021-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no art. 8º c/c arts. 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e arquivar o processo;

9.2. dar conhecimento dessa decisão aos responsáveis, à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9251-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9252/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.703/2021-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Inácia Maria de Lima Melo (296.542.111-49).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria pela Câmara dos Deputados.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Inácia Maria de Lima Melo (82432/2019, peça 3), negando-lhe registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno deste Tribunal (RI/TCU);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela ex-servidora, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado, promovendo o ajuste dos valores de quintos incorporados àqueles vigentes à data de concessão, sujeitos, a partir de então, apenas aos reajustes concedidos pelas revisões gerais da remuneração dos servidores públicos, e, após esse ajuste, destaque, especificamente, as parcelas de quintos, incorporadas pelo exercício de funções após a data de 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 638.115/CE, em 18/12/2019, comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos dos arts. 262, caput e § 2º, do RI/TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.
10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9252-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9253/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 044.973/2021-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Fátima Mesquita Lima (117.003.191-91).
4. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Superior Tribunal de Justiça.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Fátima Mesquita Lima (49469/2020, peça 3), negando-lhe registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno deste Tribunal (RI/TCU);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela ex-servidora, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:
9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado, ajustando a parcela referente à gratificação de Adicional por Tempo de Serviço dos proventos da interessada e comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. no que tange à parcela de "opção", acompanhe a ação ordinária 1035883-44.2019.4.01.3400 que tramita na 5ª Vara Federal Cível, da Seção Judiciária do Distrito Federal, e adote as medidas necessárias para dar imediato cumprimento às determinações contidas nos subitens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.4 do acórdão 619/2020-TCU-1ª Câmara, em caso de desconstituição ou de suspensão da eficácia da sentença proferida;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.4. após cumprimento da determinação inserta no item 9.3.2., cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos dos arts. 262, caput e § 2º, do RI/TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.
10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9253-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9254/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.369/2015-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto I: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Gustavo Lemos Petta (221.202.198-42); Lucia Kluck Stumpf (827.167.810-87); Rovilson Sanches Portela (693.002.831-20); União Nacional dos Estudantes (29.258.597/0002-31).
3.2. Recorrente: União Nacional dos Estudantes (29.258.597/0002-31).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Heloisa Mafalda de Melo Monteiro (254980/OAB-SP); Paula Costa (194.573/OAB-SP); Joao Maciel Monteiro (10.326-E/OAB-SP); Thais Silva Bernardes (335426/OAB-SP); José Nelson Vilela Barbosa Filho (16.302/OAB-PE).
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela União Nacional dos Estudantes contra o Acórdão 13.916/2020-TCU-1ª Câmara, mantido pelo Acórdão 3.997/2021-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento:
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.
10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9254-41/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9255/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.305/2019-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: DD Serviços Médicos S/S (07.825.668/0001-17); José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); Marcelino Chehoud Ibrahim (447.664.751-00)..
4. Órgãos/Entidades: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Ministério da Educação.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Paulo Tadeu de Barros Mainardi Nagata (3.533-B/OAB-MS) e Ricardo Youssef Ibrahim (4.660/OAB-MS); Newley Alexandre da Silva Amarilla (2921/OAB-MS); Vinícius Carneiro Monteiro Paiva (14445/OAB-MS), Alexandre Janólio Isidoro Silva (15.656/OAB-MS) e outros.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por determinação do Acórdão 3.103/2013-Plenário, contra José Carlos Dorsa Vieira Pontes, Marcelino Chehoud Ibrahim e DD Serviços Médicos S/S; em razão de pagamentos irregulares no Contrato 9/2011, celebrado entre o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (HUMAP/UFMS) e a empresa Wanderley e Daige Serviços Médicos S/S (atual DD Serviços Médicos S/S), para prestação de serviços especializados em Cardiologia Intervencionista e Hemodinâmica;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o espólio de José Carlos Dorsa Vieira Pontes, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa de Marcelino Chehould Ibrahim;
9.3. rejeitar as alegações de defesa de Wanderley e Daige Serviços Médicos S/S (atual DD Serviços Médicos S/S);
9.4. julgar irregulares as contas de José Carlos Dorsa Vieira Pontes, Marcelino Chehould Ibrahim e Wanderley e Daige Serviços Médicos S/S (atual DD Serviços Médicos S/S), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei,, condenando o espólio do primeiro, solidariamente com demais responsáveis, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a' do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul:
9.4.1. débito solidário relacionado a José Carlos Dorsa Vieira Pontes e Wanderley e Daige Serviços Médicos S/S (atual DD Serviços Médicos S/S):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR (R$)	D/C
09/09/2011	4.229,70	D
09/09/2011	13.304,90	D
07/10/2011	19.305,55	D
17/11/2011	28.839,80	D
19/12/2011	51.096,07	D
25/01/2012	30.958,91	D
07/03/2012	40.241,18	D
20/04/2012	30.554,91	D
06/06/2012	98.386,14	D
09/08/2012	44.279,85	D
09/08/2012	70.400,07	D
17/09/2012	72.301,77	D
25/10/2012	64.335,96	D
25/10/2012	46.175,22	D
30/11/2012	52.629,82	D
20/12/2012	45.760,79	D
08/02/2013	41.856,09	D
28/02/2013	44.210,29	D
09/08/2013	31.453,50	D
16/08/2013	36.140,84	D
22/08/2013	42.529,84	D
26/09/2013	24.461,13	D

9.4.2. débito solidário relacionado a José Carlos Dorsa Vieira Pontes, Marcelino Chehould Ibrahim e Wanderley e Daige Serviços Médicos S/S (atual DD Serviços Médicos S/S):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR (R$)	D/C
864,40	1/11/11	D
621,40	2/11/11	D
621,40	4/11/11	D
864,40	4/11/11	D
710,00	5/11/11	D
621,40	7/11/11	D
621,40	10/11/11	D
516,00	11/11/11	D
661,00	16/11/11	D
989,20	16/11/11	D
621,40	17/11/11	D
621,40	17/11/11	D
621,40	22/11/11	D
621,40	22/11/11	D
621,40	27/11/11	D
2.892,90	27/11/11	D
661,00	30/11/11	D
621,40	1/12/11	D
661,00	6/12/11	D
621,40	12/12/11	D
621,40	13/12/11	D
621,40	15/12/11	D
703,30	16/12/11	D
621,40	19/12/11	D
710,00	19/12/11	D
516,00	23/12/11	D
703,30	23/12/11	D
621,40	27/12/11	D
621,40	28/12/11	D
1.850,55	4/1/12	D
621,40	4/1/12	D
621,40	9/1/12	D
621,40	16/1/12	D
864,40	17/1/12	D
621,40	23/1/12	D
710,00	23/1/12	D
621,40	25/1/12	D
864,40	27/1/12	D
621,40	27/1/12	D
621,40	30/1/12	D

9.5. aplicar a Marcelino Chehould Ibrahim e à sociedade empresária Wanderley e Daige Serviços Médicos S/S (atual DD Serviços Médicos S/S) multas individuais previstas no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a' do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão proferido até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

RESPONSÁVEL	VALOR (R$)
Marcelino Chehould Ibrahim	27.000,00
Wanderley e Daige Serviços Médicos S/S (atual DD Serviços Médicos S/S)	870.000,00

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9255-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9256/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.418/2022-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande (24.513.574/0001-21).

4. Órgão/Entidade: Município de Campina Grande - PB.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (1663/OAB-PB), Danilo Sarmento Rocha Medeiros (17.586/OAB-PB) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada a partir de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), referentes à inexigibilidade de licitação 16.735/2020/SMS/FMS/PMCG, decorrente da Chamada Pública 16.005/2015, realizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campina Grande/PB, para contratação de serviços hospitalares para atendimento na rede complementar de assistência em saúde na área de abrangência da gestão municipal do SUS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade estabelecidos no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o artigo 237, inciso VII e parágrafo único, do RI/TCU, e no artigo 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

9.2. dar ciência dos fatos noticiados nesta representação, bem como do acórdão, relatório e voto que o fundamentam ao Ministério da Saúde, à Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande/PB e ao Ministério Público do Estado da Paraíba, para adoção das providências internas de sua alçada, e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para o respectivo Controle Interno, conforme artigo 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020;

9.3. dar ciência deste Acórdão ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB).

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9256-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9257/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.720/2020-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Adoraci Almeida de Mendonca Leao (919.077.561-91); Carla Cristina Marques (159.275.938-60); Emanuel de Oliveira Lima (224.690.281-91); Helena Oliveira da Silva (388.233.305-72); Kleber da Silva Rocha (467.399.120-68); Maria Claudia da Silva (268.911.903-04); Rafael Segall Terra (771.938.811-91)..

4. Órgãos/Entidades: Ministério do Turismo; Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação decorrente do item 9.6 do Acórdão 2899/2018-TCU-Plenário, para avaliar a regularidade das práticas administrativas dos servidores do Ministério da Cultura na aprovação, formalização e acompanhamento dos convênios especificados na Nota Técnica 21/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR, da Controladoria-Geral da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa de Adoraci Almeida de Mendonça Leão, Emanuel de Oliveira Lima, Helena Oliveira da Silva, Kleber da Silva Rocha, Maria Cláudia da Silva e Rafael Segall Terra, Carla Cristina Marques, Rosângela Nascimento Marques, Joana D'Arc Gurgel Pereira e Cláudio Peret Dias, em relação às audiências constantes destes autos e do TC 009.234-2014-4;

9.3. dar ciência da deliberação à Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9257-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9258/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.993/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutido estes autos relativos à auditoria financeira realizada nas contas de receitas, depósitos para interposição de recursos, bens móveis, provisões para curto prazo, presentes nas demonstrações contábeis do exercício de 2021 da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. deixar de recomendar à Empresa Brasil de Comunicação, tendo em conta que a unidade jurisdicionada, dispõe-se a recalcular o valor da depreciação acumulada de seus bens móveis, bem como da depreciação apropriada no exercício de 2021; além de estarem em estudo os procedimentos necessários aos adequados registros contábeis referentes à conta 1.2.1.2.1.06.05 (depósitos para interposição de recursos), além da apresentação em notas explicativas, das questões indicadas, nos termos do art. 16, parágrafo único, I, da Resolução-TCU 315/2020.

9.2. dar ciência deste acórdão à Empresa Brasil de Comunicação;

9.3. arquivar o presente feito, sem prejuízo de que a unidade técnica monitore o cumprimento das medidas acordadas, com fulcro no art.169, V, do RITCU.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9258-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9259/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.104/2017-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura (00.000.000/0000-03).

3.2. Responsáveis: Alexandro da Anunciação Reis (906.032.575-34); Jeronimo da Silva Junior (559.988.015-04); Silvany Braga de Jesus (244.659.925-72); União de Negros Pela Igualdade (32.699.746/0001-21).

3.3. Recorrente: União de Negros Pela Igualdade (32.699.746/0001-21)..

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela União de Negros pela Igualdade, em face do Acórdão 3.596/2022-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. declarar a ocorrência da prescrição intercorrente da tomada de contas especial em relação ao Convênio 197/2006, nos termos da Resolução TCU 344/2022;

9.3. tornar insubsistentes os itens 9.3., 9.4., 9.5. e 9.6. do Acórdão 3.596/2022-TCU-1ª Câmara;

9.4. rejeitar as alegações de defesa e julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, III, e 214, III, do RI/TCU, as contas de Alexandro da Anunciação Reis e Jerônimo da Silva Júnior, condenando-os, solidariamente com a entidade União de Negros pela Igualdade (Unegro/BA), ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU) , o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Débito de responsabilidade solidária de Alexandro da Anunciação Reis, Jerônimo da Silva Júnior e Unegro/BA, relativo ao Convênio 712/2005:

Valor (R$)	Data
26.363,60*	16/3/2006
20.000,00	16/3/2006
29.998,00	12/12/2006

* (R$ 28.829,00 - R$2.465,40)

9.4. aplicar a Alexandro da Anunciação Reis, Jerônimo da Silva Júnior e à União dos Negros pela Igualdade (Unegro/BA) multas individuais previstas no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU) , o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9259-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9260/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.308/2018-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

3.2. Responsáveis: Gentil de Sousa Magalhães (020.808.933-00); Raimunda Nonata da Silva (139.669.103-06).

3.3. Recorrente: Gentil de Sousa Magalhães (020.808.933-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Varjota - CE.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interposto por Gentil de Sousa Magalhães em face do Acórdão 8.390/2020-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecer a prescrição da pretensão de ressarcimento e, por consequência, tornar sem efeito o Acórdão 8.390/2020-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9260-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9261/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.000/2020-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Antônio Luiz Sagaz (350.755.209-44).

4. Órgão: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura em desfavor de Antônio Luiz Sagaz, em razão da não apresentação da prestação de contas dos recursos captados por força do projeto cultural Pronac 103086;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Antônio Luiz Sagaz (CPF: 350.755.209-44), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Antônio Luiz Sagaz (CPF: 350.755.209-44), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrênciaValor histórico (R$)
20/9/20104.400,00
30/9/20107.100,00
30/9/20108.700,00
8/10/201030.000,00
5/11/20101.500,00
22/12/20104.000,00
30/12/20106.700,00
30/12/20105.800,00
31/3/20119.000,00
29/4/20111.200,00
9/12/201120.000,00

9.3. aplicar ao responsável Antônio Luiz Sagaz (CPF: 350.755.209-44) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. dar conhecimento a Antônio Luiz Sagaz (CPF: 350.755.209-44) que, caso venha a demonstrar, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não justifique a omissão em prestar contas no momento devido, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.6. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.7. dar ciência à Secretaria Especial da Cultura e ao responsável.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9261-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9262/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.085/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Superintendência Regional do Incra Em Belém/PA (00.375.972/0003-22).

3.2. Responsáveis: Emeleocípio Botelho de Andrade (014.355.152-34); Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazonia (03.567.986/0001-74).

3.3. Recorrente: Emeleocípio Botelho de Andrade (014.355.152-34).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Vitor Andrade de Magalhaes (27.202/OAB-PA); Jorge André Dias Aflalo Pereira (14.848/OAB-PA).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Emeleocípio Botelho de Andrade, presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia (Funagri), mandato 2008-2012, contra o Acórdão 8.399/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual, o Tribunal de Contas da União julgou irregulares suas contas e as contas da referida Fundação, condenando-os, solidariamente, em débito e aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I; e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais responsáveis e interessados.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9262-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9263/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.892/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Gilson Cavalcante de Oliveira (242.518.524-00); Ivaldo Washington de Lima (160.365.304-04).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em razão de irregularidades identificadas na execução do Contrato de Repasse 0314416-56, firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Bom Sucesso/PB, tendo por objeto "implantação e modernização de infraestrutura para esporte recreativo e de lazer - construção de campo de futebol",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. declarar a revelia de Gilson Cavalcante de Oliveira e Ivaldo Washington de Lima, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.442/1992, as contas de Gilson Cavalcante de Oliveira e Ivaldo Washington de Lima, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência indicadas, até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 dias, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
17.298,51	22/11/2011
76.873,05	29/07/2012

9.3. aplicar a Gilson Cavalcante de Oliveira e Ivaldo Washington de Lima, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 170.000,00, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9263-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9264/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.121/2019-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

3.2. Responsáveis: Diego de Carvalho Palheta (CPF 776.452.002-00); Francisco Pedro Aranha de Oliveira (CPF 252.311.972-20).

4. Entidade: Município de Colares/PA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Manolo Portugal Faiad de Macedo Freitas (17.617/OAB-PA).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social contra Diego de Carvalho Palheta e Francisco Pedro Aranha de Oliveira, ex-prefeitos do Município de Colares/PA (gestões de 2013 a 2016 e 2017 a 2020, respectivamente), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), na modalidade fundo a fundo, para a execução de serviços assistenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no exercício de 2016;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel Francisco Pedro Aranha de Oliveira, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Diego de Carvalho Palheta;

9.3. julgar irregulares as contas de Diego de Carvalho Palheta e Francisco Pedro Aranha de Oliveira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "a", "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das quantias ao Fundo Nacional de Assistência Social, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1 Débito relacionado a Diego de Carvalho Palheta:

Data da Ocorrência	Valor Histórico (R$)
22/12/2016	77.770,12

9.3.2 Débito relacionado a Francisco Pedro Aranha de Oliveira:

Data da Ocorrência	Valor Histórico (R$)
1º/1/2017	124.473,20

9.4. aplicar em desfavor de Diego de Carvalho Palheta e Francisco Pedro Aranha de Oliveira a multa individual prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R$)
Diego de Carvalho Palheta	40.000,00
Francisco Pedro Aranha de Oliveira	65.000,00

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. dar ciência do presente acórdão ao Fundo Nacional de Assistência Social e aos responsáveis; e

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9264-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9265/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.908/2015-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsável: Alberto Carlos Gomes Tameirão (297.511.446-04).

3.3. Recorrente: Alberto Carlos Gomes Tameirão (297.511.446-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Matheus Henrique Menezes Sabino (175723/OAB-MG), representando Alberto Carlos Gomes Tameirão.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Alberto Carlos Gomes Tameirão, contra o Acórdão 3.691/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração;

9.2. dar ciência desta decisão aos interessados.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9265-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9266/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.566/2017-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração(Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Allison da Costa Dias (723.716.091-53); Instituto de Pesquisa e Ação Comunitária - Ipac-df (06.216.657/0001-77).

3.2. Recorrente: Allison da Costa Dias (723.716.091-53).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Allison da Costa Dias contra o Acórdão 4.832/2022 - TCU - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. reconhecer, de ofício, a prescrição da pretensão de ressarcimento e, em razão disso, tornar sem efeito o Acórdão 472/2020 - TCU - 1ª Câmara;

9.3. dar ciência deste acórdão ao embargante e aos demais interessados;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9266-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9267/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.323/2015-9.

1.1. Apensos: 034.010/2019-0; 034.009/2019-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsável: Haroldo Euvaldo Brito Lêda (044.934.273-53)..

4. Órgão/Entidade: Município de Lago do Junco - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional da Saúde no Estado do Maranhão (Funasa/MA), contra Haroldo Euvaldo Brito Leda, ex-prefeito de Lago do Junco/MA, em razão da não apresentação da prestação de contas do Termo de Compromisso TC/PAC 0546/2011, cujo objeto era a execução de sistema de esgotamento sanitário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar não cumpridas as determinações constantes dos itens 9.5. e 9.6. do Acórdão 3361/2019-1ª Câmara;

9.2. aplicar à prefeita Maria Edina Alves Fontes a multa prevista no inciso IV do artigo 58 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo não atendimento, no prazo estabelecido e sem causa justificada, as diligências objeto dos Ofícios 30.157/2021-TCU/Seproc e 49.946/2021-TCU/Seproc, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. arquivar a presente tomada de contas especial, com fundamento no artigo 213 do Regimento Interno do Tribunal, sem cancelamento do débito atribuído ao Município de Lago do Junco/MA, no valor original de R$ 4.371,07, em 31/12/2012;

9.5. dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde, aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9267-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9268/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.923/2018-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Eulina Pereira dos Santos (005.560.255-04); Simone Deveza Santos Carrera (927.593.515-72); Sole Producoes Ltda - Me (08.594.658/0001-80).

3.2. Recorrentes: Eulina Pereira dos Santos (005.560.255-04); Simone Deveza Santos Carrera (927.593.515-72).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Jose Roberto de Oliveira Rocha (12.928/OAB-BA), representando Simone Deveza Santos Carrera; Jose Roberto de Oliveira Rocha (12.928/OAB-BA), representando Eulina Pereira dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutido recurso de reconsideração interposto por Eulina Pereira dos Santos, sócia da Sole Produções Ltda., e Simone Deveza Santos Carrera, sócia-administradora da mesma empresa, contra o Acórdão 6.886/2020 - TCU - 1ª Câmara, rel. E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira, referente ao projeto 'Festival Artes do Sagrado';

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I; e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Simone Deveza Santos Carrera e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Eulina Pereira dos Santos;

9.3. dar ciência desta decisão às recorrentes e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9268-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9269/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.760/2009-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (00.352.294/0001-10).

3.2. Responsáveis: Fernando Brendaglia de Almeida (051.558.488-65); Frederico de Queiroz Veiga (032.652.348-00); José Carlos Pereira (022.657.027-49); João José Ferreira Forni (059.210.740-04); João Santos da Silva (041.421.527-34); Luiz Kazumi Miyada (023.546.518-64); Márcia Gonçalves Chaves (599.728.827-72); Valseni José Pereira Braga (740.872.748-53); Wagner Mussato (282.962.908-63)..

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: Pedro Eloi Soares (1586-A/OAB-DF), Juliana Barbosa Rocha (49633/OAB-DF) e outros; Guilherme Filipe Leite Ghetti (26033/OAB-DF) e Thiago Lucas Leite de Noronha (39.368/OAB-DF); Jaison Osvaldo Della Giustina (10244/OAB-DF) e Cristiano Rocha Campos Pereira; Bruna dos Santos (399573/OAB-SP), Humberto Sales Batista (47185/OAB-SP) e outros; Bruna dos Santos (399573/OAB-SP), Pedro Paulo Castelo Branco Coelho (1777-A/OAB-DF) e outros; Adriana Carolina Arruda Allan Santos (14188/E/OAB-DF), Guilherme Capriata Vaccaro Campelo Bezerra e outros; Alex Zeidan dos Santos (19546/OAB-DF), Weslon Batista Prado e outros; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29760/OAB-DF), Kayan Reis de Souza e outros; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial originária de relatório de auditoria na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), em razão de danos decorrentes da celebração e da omissão no dever de rescindir o Contrato 047/SF/2002/001, cujo objeto era o fornecimento do Sistema Cute NT Lite, pela empresa SITA Information Networking Computing B.V.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial em relação a Wagner Mussato (espólio), nos termos do artigo 6º da In TCU 71/2012 c/c o artigo 212 do Regimento Interno do TCU;

9.2. acolher as alegações de defesa de João José Ferreira Forni, Márcia Gonçalves Chaves e Fernando Brendaglia de Almeida;

9.3. rejeitar as alegações de defesa de Luiz Kazumi Miyada, Valseni José Pereira Braga, João Santos da Silva, Frederico de Queiroz Veiga e José Carlos Pereira;

9.4. julgar regulares as contas de João José Ferreira Forni, Fernando Brendaglia de Almeida e de Márcia Gonçalves Chaves, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, dando-lhes quitação plena;

9.5. julgar irregulares as contas de Luiz Kazumi Miyada, Valseni José Pereira Braga, João Santos da Silva, Frederico de Queiroz Veiga e José Carlos Pereira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b' e 'c', da Lei nº 8.443/92, e condená-los, em solidariedade, ao pagamento das quantias especificadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até a do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento das quantias devidas à Infraero;

9.5.1. - Luiz Kazumi Miyada em solidariedade com João Santos da Silva:

Valor Histórico (US$)	Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
	21.588,00	10/10/2002
	21.588,00	10/10/2002
	21.588,00	29/10/2002
18.325,20	67.931,52	04/12/2002
629.838,00	2.204.433,00	23/12/2002
18.325,20	64.138,20	23/12/2002
18.325,20	64.138,20	23/12/2002
18.325,20	61.572,67	06/01/2003
	21.588,00	13/01/2003
	21.588,00	17/01/2003

LINK Excel.Sheet.8 "D:\\Users\\denisess\\Documents\\TCU\\SEINFRA-AEROTELECOM\\TCE 029760-2009-9\\Débito e Responsabilização.xls" "Anexo V!Area_de_impressao" \a \f 4 \h * MERGEFORMAT

9.5.2. Luiz Kazumi Miyada:

Valor Histórico (US$)	Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
	21.588,00	13/02/2003
18.325,20	66.832,00	13/02/2003
18.325,20	66.667,08	17/02/2003
	21.588,00	26/02/2003

9.5.3. Luiz Kazumi Miyada em solidariedade com Frederico de Queiroz Veiga

Valor Histórico (US$)	Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
18.325,20	64.064,90	20/03/2003
	21.588,00	02/04/2003
	21.588,00	09/05/2003
18.325,20	55.378,75	20/05/2003
	21.588,00	29/05/2003
	21.588,00	25/06/2003
	21.588,00	25/07/2003
18.325,20	54.334,22	28/08/2003
18.325,20	54.334,22	28/08/2003
18.325,20	54.334,22	28/08/2003
	21.588,00	05/09/2003
18.325,20	53.308,01	16/09/2003
	21.588,00	30/09/2003
18.325,20	52.684,95	17/10/2003
	21.588,00	28/10/2003
18.325,20	53.949,39	13/11/2003
	21.588,00	03/12/2003

9.5.4. Valseni José Pereira Braga em solidariedade com Frederico de Queiroz Veiga:

Valor Histórico (US$)	Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
18.325,20	53.821,11	19/12/2003
	21.588,00	07/01/2004
18.325,20	51.658,74	16/01/2004
	21.588,00	04/02/2004
18.325,20	52.966,48	04/03/2004
	21.588,00	09/03/2004
18.325,20	52.904,85	10/03/2004
	21.588,00	26/03/2004
18.325,20	52.739,93	05/04/2004
	21.588,00	05/05/2004
18.325,20	54.517,47	05/05/2004
	21.588,00	18/06/2004
	21.588,00	06/07/2004
18.325,20	55.890,03	06/07/2004
18.325,20	56.001,81	02/08/2004
	21.588,00	04/08/2004
18.325,20	54.205,94	26/08/2004
	21.588,00	27/08/2004
18.325,20	53.747,81	02/09/2004
18.325,20	51.937,03	04/10/2004
	21.588,00	14/10/2004
	21.588,00	05/11/2004
18.325,20	51.677,06	05/11/2004
	21.588,00	03/12/2004
18.325,20	50.724,15	08/12/2004
	21.588,00	04/01/2005
18.325,20	49.862,87	06/01/2005
18.325,20	47.425,62	14/02/2005
	21.588,00	15/02/2005
	21.588,00	15/04/2005
18.325,20	47.169,06	15/04/2005
	21.588,00	18/04/2005
18.325,20	48.103,65	18/04/2005
18.325,20	45.904,63	03/05/2005
	21.588,00	05/05/2005
18.325,20	43.888,85	31/05/2005
	21.588,00	03/06/2005
	21.588,00	27/06/2005
18.325,20	43.723,93	27/06/2005
	21.588,00	05/08/2005
18.325,20	42.239,59	08/08/2005
	21.588,00	22/08/2005

9.5.5. Valseni José Pereira Braga em solidariedade com José Carlos Pereira

Valor Histórico (US$)	Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
18.325,20	43.742,25	30/08/2005
18.325,20	41.598,20	26/09/2005
	21.588,00	04/10/2005
18.325,20	41.891,41	28/10/2005
	21.588,00	08/11/2005
18.325,20	40.315,44	29/11/2005
18.325,20	41.735,64	12/01/2006
	21.588,00	15/02/2006

9.6. aplicar aos responsáveis a seguir especificados multas individuais previstas no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

RESPONSÁVEL	VALOR (R$)
Luiz Kazumi Miyada	1.040.000,00
João Santos da Silva	810.000,00
José Carlos Pereira	70.000,00
Valseni José Pereira Braga	460.000,00
Frederico de Queiroz Veiga	590.000,00

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 41/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9269-41/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 9270/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.458/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em processo de Admissão)

3. Recorrente: Denise Scarassati Marques (279.728.871-87).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.2. Revisor: Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogados constituídos nos autos: Luís Maximiliano Leal Telesca Mota, OAB/DF 14.848, e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Denise Scarassati Marques contra o Acórdão 4.387/2014-TCU-Primeira Câmara, que considerou ilegal seu ato de admissão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Revisor, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para reconhecer a nulidade do Acórdão 4.387/2014-TCU-Primeira Câmara;

9.2. retornar os autos ao relator a quo, para que o ato seja apreciado quanto a outros aspectos de sua constituição que porventura estejam pendentes, observando-se, naturalmente, a preservação do ato de transformação do cargo da ora interessada, conforme fixado no item 9.2 do Acórdão 1.208/2021-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência deste acórdão à recorrente e ao Senado Federal.

ACÓRDÃO Nº 9271/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.120/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Francisca Souza Silva (180.498.775-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9272/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.124/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eulália Gomes Matheu (212.157.668-15); José Nilton Borges (223.277.118-00); Márcia Eneida Soares Vasques (182.666.848-98); Margarete Calsolari Zanirato (061.290.418-02); Maria Sílvia Tibirica (036.209.748-88).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9273/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.148/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Zeno Holanda Costa Cavalcanti (065.692.183-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9274/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.937/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ederli Marialva de Azevedo Grimaldi de Carvalho (026.992.548-19); Eliane Helena Thibau (408.938.636-53); Eunice Dias Galdino (383.501.142-15); José Airton Lacerda de Jesus (221.330.201-44); Socorro de Maria Alves Costa (226.334.992-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9275/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.142/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Faustino de Araujo (298.086.344-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9276/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.166/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edmundo Emery de Castro (052.911.274-49); José Aurino de Azevedo Salvador (043.150.494-68); Mabel Hanna Vance Harrop (169.433.094-04); Paulo Roberto Pereira da Silva (104.178.854-15); Rubem Cícero dos Santos (170.681.264-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9277/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.914/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Souto Ferreira (176.627.880-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9278/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.942/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lourdes Aguena (249.314.891-68); Marta Torres Camargos (089.528.846-04); Sonia Maria Rocha Kesselring (224.843.881-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9279/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.243/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Renato Jose de Oliveira (128.839.724-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9280/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.260/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Aloysio Altoe (023.760.247-49); Sandra Virla Perdigão Barbosa (356.946.537-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9281/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.264/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gustavo Francisco de Oliveira (007.166.696-68); Jadir José Ferreira de Miranda (008.740.946-15); Jesus Manuel Francisco (296.759.876-34); João Baptista Villela (001.975.806-53); Josely Lúcia Villar (709.210.406-87); Neusa Lisboa Daniel (001.950.816-68); Odete Ferreira de Amorim (135.983.921-68); Tomaz Aroldo da Mota Santos (008.427.706-82); Varteloo Guimarães de Oliveira (007.807.236-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9282/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.266/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cicero Miguel dos Santos (142.580.054-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9283/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.267/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hugo Alves de Carvalho Filho (348.246.009-44); José Áureo Viana Franco (321.850.579-87); Luiz Carlos do Amaral (183.629.669-04); Mauro José Manchini (362.842.549-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9284/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.268/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Inácio de Oliveira (026.460.641-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9285/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.275/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ernani Ramos (074.841.353-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/ma.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9286/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.308/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo Pereira da Silva (095.072.726-15); Raimundo Bernardes (218.059.896-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9287/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.341/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Carvalho da Silva Filho (120.665.591-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9288/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.348/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilson Barroso de Lima (124.839.746-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9289/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.365/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hilario Pereira Pantoja (054.681.752-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9290/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.393/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jaime de Oliveira (211.104.336-20); Marco Antonio Horta Jardim Bastos (400.155.217-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9291/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.402/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eufrazio Pinto Torres (041.839.084-34); Ivandete Maria de Oliveira Xavier (025.055.154-33); José Urbano de Carvalho (124.174.834-91); Manoel de Oliveira Leal (020.807.704-97); Pedro Soares da Silva (002.943.574-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9292/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.411/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Terezinha de Melo Pimentel (059.474.131-91); Miqueas Dantas de Morais (055.275.971-68); Raimundo Soares Chagas (073.233.521-34).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9293/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.413/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlindo Machado (065.294.960-68); Carlos Moacyr Biavaschi (142.868.660-68); Celeste Lorensi (111.080.450-49); Evandir de Moura Amaral (219.582.970-20); Francisco Juarez Henrique (074.689.030-34); Geraldo Pozzobon (018.049.440-68); João Vitório Tavares (125.589.580-20); João de Lima Oliveira (101.596.650-00); Maria Tereza Marchionatti Fontoura (391.690.570-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9294/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.421/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Jose Loureiro (288.275.037-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9295/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.442/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lazara Maria Galvao (009.177.371-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9296/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.470/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcides Campelo dos Santos (326.599.207-10); Jose Vitor Pereira (288.849.227-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9297/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.482/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amador Celso Campos Franca (707.947.907-04); Dioni Leandro Gomes de Almeida (517.956.800-59); Jorge Luiz do Lago Goncalves (385.432.307-72); Nair Luiz Oliveira de Almeida (088.139.847-07).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9298/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.492/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Pithon de Andrade (072.585.265-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9299/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.528/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alain Paul Georges Barki (066.423.061-04); Auzenir Nogueira de Lima (213.717.251-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9300/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.567/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Delio Bredof (242.534.216-87); Fernando Junqueira Fernandes (077.416.426-34).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9301/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.265/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angelo Jose Roncarly Pedro (379.291.194-91); Felismino da Silva Neto (230.796.814-87); Gizelia Ribeiro Pinheiro (362.761.897-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9302/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.266/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Magno Ernany Barbosa (266.093.556-49).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9303/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.324/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joaquina Maria Tomaz Ribeiro Ramos (015.870.723-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9304/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.339/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Milton Jorge Couto Daima (566.123.467-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9305/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.362/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Dilcea Rodrigues Ferreira da Silva (269.001.302-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9306/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.769/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele Goncalves Teixeira de Araujo (756.493.493-04); Katia Aparecida Cardoso Martins Saraiva (681.692.303-06); Luis Fernando Mendes (459.955.913-04); Niedja Alcantara Leite Ferreira (010.597.334-39); Patricia Suerda de Oliveira Maciel (052.539.434-63).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9307/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.822/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aloisio Afonso de Araujo Kelmer (136.485.617-40); George Teodoro de Oliveira (132.086.237-39); Juliana Peixoto de Aguiar Pereira (135.119.067-92); Karine Duarte Goncalves (108.679.677-22); Santhyago Camello (945.421.551-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9308/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.875/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Erison Palheta de Sousa (887.729.002-10).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9309/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.297/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Victor Silveira Massini (111.313.447-07).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9310/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.336/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rivaldo Silva de Morais Junior (058.224.014-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9311/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.348/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Aurélio Campos Aguiar (033.743.481-65).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9312/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.365/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luiz Miguel Galvao Queiroz (100.791.302-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9313/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.370/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Claudia Nicolau (801.785.537-00); Claudius Pina Luiz (548.899.609-53); Danielle da Cunha Correa (078.748.967-00); Elaine Cristina Carneiro (002.937.856-78); Guilherme Bonato Berto (054.478.389-16); Juliano Maciel Folletto (614.648.481-49); Luci Moreira da Silva (205.153.788-79); Mario Sergio Cresciulo de Almeida (043.450.118-25); Meire Ana Terra (000.458.306-06); Samantha da Silva Hassen (012.030.426-04).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a..
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9314/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.393/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adailton Trancoso Costa (288.832.503-97); Charles Danoa Neto (661.851.064-34); Francisco Elizeu de Oliveira (092.997.498-09); Jose dos Santos Fernandes (103.584.047-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9315/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.417/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Renata de Oliveira Figueira (402.334.108-80).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9316/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.454/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Guilherme de Oliveira Falcao (049.510.324-14).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9317/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.460/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Daniel Mognato Vaneli (147.561.267-23).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9318/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.713/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sarah Priscila Paiva da Silva (069.263.774-56); Vanessa Marques Barreto Pontes Maia (067.659.814-54).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9319/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.804/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joao Victor de Souza Gomes (160.178.957-29); Lucas dos Santos Viturino (016.187.515-73).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9320/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.847/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dalzira Soares Sampaio Silva (244.723.871-15); Idelbaran dos Santos Franco (782.867.276-49); Jackson Dutra de Carvalho (772.945.137-91); Jose Barros Angelo (043.729.563-04); Jose Claudio Ferreira Barbosa (362.898.413-00); Jose Roberto Torres dos Santos (586.844.094-34); Paulo Tarcio Siqueira Souza (231.572.914-91); Robson Leopoldino da Silva (101.330.437-38); Ubajara Deiro Santos (487.994.595-15); Wilie Bahia Onofre (548.504.798-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9321/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.116/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leandro Roberto Lins Fernandes de Souza (102.864.077-36).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9322/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.155/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pamela Massiel Chiroque Solano (061.761.427-09); Rosemary Gonçalo Afonso (871.197.307-20); Wiliam Michel de Moura Romanholi (115.046.887-40).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9323/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.210/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Jamilly de Cássia Alfonso do Nascimento (965.466.382-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9324/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.215/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Myllena Barbosa Delgado (141.715.967-77).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9325/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.267/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Adria Tabita de Moraes Damasceno (977.630.802-30).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9326/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.276/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Apotchainny Durães Oliveira Barbosa (094.250.406-21); Gabriela Geralda de Souza (027.325.295-08); Marcos de Almeida e Pontes Vieira (998.358.193-00); Marly Fernandes (984.835.011-04); Niceia Santos da Silva (028.388.271-97); Patrícia Martins da Silva (050.003.031-64); Renan Monteiro Rodrigues (024.367.712-00); Sílvia de Freitas Domingues Figueiredo (565.872.521-68); Suellem Gomes de Almeida (999.628.451-49); Valdirene Pereira de Aguiar (596.854.681-68).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9327/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.329/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio da Rocha Fragoso (144.541.647-62); Flávio Soares Fernandes (162.613.027-23); Isabella dos Reis Silva Guimarães (106.939.896-96); Jussara Aparecida da Silveira e Reis (728.751.436-20); Letícia Rodrigues da Silva Lima (050.127.806-04); Vinícius Alves Carvalho Ramos (076.532.626-43).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9328/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.519/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bernardo Moreira Guedes (142.369.607-70).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9329/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.580/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo de Andrade Sa Santos (076.356.716-77).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9330/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.599/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Deyse Queiros Santos (678.159.875-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9331/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.666/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Saraiva de Freitas Martins (023.135.211-50); Mariana Afonso Monteiro (218.510.888-30); Matheus Mendes Garcia (044.215.501-83); Regina Maura Siqueira da Silva Rodrigues (022.847.241-59).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9332/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.669/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alisson Gabriel Xavier (090.393.699-25); Bruno Leonardo Dubiela (053.655.949-08); Ilma Araujo Albuquerque Balthazar (365.689.299-72); Ivandro Tardelli (533.030.679-53); Ivonel Bedim Gabre (808.778.699-87); Lindinalva Valerio Carvalho (088.918.979-06); Lucas Pinheiro Scaraboto (042.941.379-32); Paolla Karolinne Loubet Santos (025.043.791-02); Vinicius Garcia Tosta (368.961.198-96).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9333/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.856/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Selestrini Luz (033.272.395-09).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9334/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.938/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jonathan Vicente Hoffmann (009.256.950-17).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9335/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.168/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Euzebio Alvarenga Santana (809.252.191-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9336/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.214/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Claudia de Freitas (368.655.298-12); Danilo Henrique dos Santos Ataide (385.208.708-21).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9337/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.370/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andresa Carla da Silva Gonsaga (130.307.907-03); Juliana Thompson Pimenta Zica (032.535.076-02); Liege Rinaldi de Assis Pacheco (087.395.357-62); Luana Bacellar Melendez (021.809.517-10); Maria Cecilia da Silva Barbosa (162.679.417-01); Maynara Costa Barbosa da Silva (107.375.977-63).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9338/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.372/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Igor Bello Batista (140.329.907-27).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9339/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.438/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Helena de Lucena Almeida (888.022.721-15); Morgana Braga de Souza Tourinho (021.860.235-98).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9340/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.495/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Flávio Santos Lopes (079.390.227-41).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9341/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.570/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ismael de Sousa da Silva (643.218.193-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9342/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.578/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Álvaro Pichinelli Chaves (388.014.928-39); Cláudio Correia da Silva Junior (508.243.068-80); Eduarda Nascimento Wandermurem da Silva (182.368.507-22); Luiz Carlos da Silva Filho (704.113.681-76); Pedro Ricardo Pinto Silva (042.253.751-96); Victor Hugo Almeida Nunes (512.426.238-92).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9343/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.659/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Monique Sobral Delamare de Boutteville (834.549.262-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9344/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.667/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Kame Nakaima (105.141.926-31); Bruno Jorge Neres Saraiva Nascimento dos Santos (141.753.167-36); Cristiano dos Santos Badluk (071.802.039-12); Fernando de Oliveira e Pinheiro (013.869.336-60); Hugo Eduardo de Souza Santos (792.508.822-20); Kelly Midori Seino Wiviurka (054.416.489-02); Marcos Aurelio Silva (379.476.118-90); Maria Eduarda Bleinroth Jorge (321.022.578-86); Maria Julia Silva Bechelane (108.663.996-07); Rodolfo Maciel Rodrigues (326.584.218-50).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A..
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9345/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.699/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Neise Carneiro de Almeida (031.330.965-59); Ednaldo Luís de Jesus Souza (041.341.945-20); Joseane dos Santos Ferreira Alves (065.203.555-85); Marianna Lima Sant Anna e Souza (024.975.935-74).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9346/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.703/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Schreiber Camilo (765.670.280-68); Cristian Klein Barbieri (030.334.160-20); Liliane Steffen Josefino Selau (026.890.550-90); Tiago Carlos Wesphthal (035.105.770-60).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9347/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.715/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Maria Meyer Maciel Rodriguez (260.862.948-28); Damian Estuardo Lopez Fetzer (076.420.251-06); Eduardo Roberto Alexandrino (307.248.828-20); Gabriel Maldonado Fabbro Sarturato (369.503.818-75); Paula Aiello Tome de Souza Castro (318.877.268-88); Rodrigo Colnago Contreras (418.588.298-01).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9348/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.729/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvaro Mendes de Melo (010.974.610-41); Andrea Aparecida Capssa de Lima da Silveira (994.924.820-53); Eduardo Almeida Porto (016.705.180-60); Isabel Cristine Oliveira (009.456.820-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9349/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.764/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glleyde de Souza Simoes Rodrigues (072.274.847-77); Marcos Wanderley Guimaraes (981.865.077-87); Maria Aparecida Estefani Mendes Dezero (935.213.757-49); Raphaela Capella de Souza Povoa (136.525.307-48).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9350/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.792/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Franciele Neves Marcon (387.540.808-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9351/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.816/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Henrique de Souza Junior (064.849.934-08); Isabel Cristina do Nascimento Dantas (013.719.274-64); Ivanice Oliveira de Lima (043.116.934-94); Meyrian Luana Teles de Sousa Luz Soares (030.272.074-07); Paulo Dias de Amorim Neto (009.827.444-98).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9352/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.878/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Juliana Nicácio de Araujo (010.200.274-60).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9353/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.907/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antonio Augusto Firmino da Silva (101.349.033-90).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9354/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.327/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Elza do Nascimento (224.620.401-10).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9355/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.396/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Miriam Hanieh Pantaleon Paraguai (707.270.296-22); Pedro Henrique Couto Oliveira (126.038.176-55); Silvanira Paraguai de Souza (283.315.245-00); Tadeu Alcemiro da Rosa Oliveira (220.790.502-06).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9356/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.412/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Grimeia dos Santos Brocal Borges (003.457.587-14).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9357/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.420/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Geralda Pereira Maurício (032.463.611-34); João Paulo Filho (249.137.821-34).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9358/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.525/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Carla Virgínia da Gama Militão (661.503.375-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9359/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.583/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Allan Victor Bastos Germano (067.950.583-01); Ana Helena Costa Santos (089.917.981-95); José Stenio Sampaio Bastos Neto (067.951.183-04); Maria Ananete dos Santos Reis (052.019.262-15); Maria Clara Costa Santos (089.919.121-50); Maria Moura de Araujo Brasil (045.662.892-49); Rosália Alves de Sousa (369.773.221-87); Samuel Levi Costa Santos (089.919.841-42); Thalita Cristina Lopes Santos (089.917.551-19).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9360/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.994/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Rosber Neves Almeida (002.043.071-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9361/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.012/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amaro Gustavo da Silva (172.668.154-87); Helena Maria Matil (153.084.561-00); Lara Sarmento Soares Prado (058.629.081-88); Maria de Fatima Macedo Ternarisk (360.932.707-34); Maria de Lourdes Cordeiro Rodrigues (375.955.551-91); Rosangela Sarmento Soares Prado (860.449.151-15); Sofia Sarmento Soares Prado (058.629.021-47).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9362/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.041/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Loreni Barcelos dos Santos (724.554.970-20); Roselaine Barcellos dos Santos (427.217.920-91); Roselma Barcellos dos Santos (522.246.860-72); Zelia Barcelos dos Santos (166.149.500-10).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9363/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.061/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carlos Daniel dos Santos Silva (121.862.884-78); Genilson Doria de Lucena (204.634.564-91); Jaciely dos Santos Silva (121.862.834-09); Maria Antonieta de Araujo Chagas (206.485.884-91); Maria da Conceicao Melo Monteiro (141.991.064-72); Maria de Fatima da Silva (023.877.534-88); Paulo Mendes de Oliveira (059.304.994-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9364/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.137/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Eraldo de Almeida Ferreira Cruz (510.808.507-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9365/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.157/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Raimunda Oliveira da Silva (118.361.052-15); Vandecila Monteiro da Silva (739.443.942-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9366/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.203/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marcelo Barreto Lorena Claro (797.772.017-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9367/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.206/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Santa Lorenzon (080.749.219-13).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9368/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.214/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Doraci Bhering Campos de Faria (927.147.656-53); Raimundo Ferreira dos Santos (153.088.631-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9369/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.222/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Julia Maria Malaquias (846.726.844-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9370/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.622/2022-3 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Elca de Castro Lopes (970.796.181-34); Zaira Talmes Romano Caputo (498.253.131-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9371/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.093/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria de Nazaré Barbosa dos Santos (012.996.892-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9372/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.142/2022-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Perin Gomes (054.776.977-68); Eraldo da Silva (073.710.637-91); Joel Dias Toledo (227.822.817-04); Jorge Carlos de Souza (130.061.777-20); José Avancini Pedroso (070.854.197-68); José Benedito da Silva (006.062.271-72); José Luiz Batalha de Albuquerque (044.910.500-82).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9373/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.143/2022-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Anderson Roberto da Silva (257.539.948-30); Claiton Roman (692.636.980-15); Darcy Blanco Garcia (002.243.321-04); Francisco Oliveira Silva (151.396.388-00); João Antunes (033.910.600-00); José Cordeiro (019.138.676-68); José Lopes Lourenço (079.172.528-68); Laelcio Carneiro Luciani (170.724.258-53); Ramiro Dias Leite (021.953.307-59).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9374/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.147/2022-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Claudio Medeiros Lopes (022.391.830-04); Darcy Mendes Belmonte (011.670.570-15); Enio Pereira da Rosa (092.547.900-44); Jose Bonifacio Goncalves (047.511.590-20); Juarez de Albuquerque Schneider (002.301.200-59); Lauro dos Santos (044.851.810-49); Miguel Tiburcio Brasil (057.245.110-53); Protogenes Jovelino Vinolo Rodrigues (044.237.470-49); Renato Bittencourt Dias (080.963.090-72); Saul Carvalho Guimaraes (039.663.990-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9375/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.169/2022-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ademir Filgueiras Monteiro (048.524.357-15); Gustavo Barros da Rocha Lima (071.168.247-07); Jairo Arruda Estrella (192.516.967-72); Joaquim Fernando Rodrigues Teixeira (003.916.464-00); Joel Maia Veltri (068.369.847-87); Miguel Cano Ortiz Filho (037.294.007-20); Pedro Palumbo Teixeira (009.898.357-15); Sebastiao dos Santos Adao (026.648.607-04); Sinibalde Monteiro (008.306.316-15); Waldemiro Cunha Filho (040.063.998-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9376/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 27 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 169 e 218 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução-TCU155/2002, em expedir quitação a Carlos Antônio de Aragão Vinagre, ante o recolhimento integral da multa a ele aplicada pelo Acórdão 4605/2013-TCU-1ª Câmara, arquivando-se os autos, de acordo com os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU (peças 178/180)

1. Processo TC-019.543/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 008.876/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 016.979/2010-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Responsáveis: Alexandre Lemos Maués de Faria (634.572.102-68); Carlos Antônio de Aragão Vinagre (008.827.202-87); João Alexandre Orguên Gouvea (170.461.572-00); Prefeitura Municipal de Belém - PA (05.055.009/0001-13); Rejane Olga Oliveira Jatene (040.083.402-20).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PA.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9377/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "d" do Regimento Interno do TCU, em determinar o apostilamento do item 9.3 do Acórdão 531/2020 - 1ª Câmara, Sessão de 28/1/2020, para corrigir erros materiais a seguir transcritos, conforme proposta da unidade técnica (peças 123-124), que teve a anuência do Ministério Público junto ao TCU (peça 125), mantendo-se inalterados os seus demais termos:

Onde se lê: (...) "o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de (05/02/2003) até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;"

Leia-se: (...) "o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de (05/02/2003) até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;"

1. Processo TC-031.322/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Marcírio Ferreira de Souza (067.512.963-04); Ozano Alves Costa (080.463.953-15); Tricone Construtora Ltda - Me (04.931.710/0001-96).
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Romulo da Silva Santos (7.321/OAB-MA).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9378/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em desfavor de Vilson Pires e do Município de Paranatinga/MT, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassado para a execução dos Programas Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2012.

Considerando que Vilson Pires não logrou comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, instado a se manifestar, optou pelo silêncio, e que inexistem nos autos elementos que demonstrem a sua boa-fé;

Considerando que as alegações de defesa do Município de Paranatinga/MT não foram suficientes para sanar as irregularidades a ele atribuídas e nem afastar o débito apurado;

Considerando a jurisprudência deste Tribunal na qual a responsabilização pelo ressarcimento deve recair sobre o município, nos casos em que a utilização de recursos federais, com desvio de finalidade, gera benefícios a essa pessoa jurídica de direito público.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, em sessão de Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/92 e art. 202, §§3º, 4º e 5º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres prévios, em rejeitar as alegações de defesa do Município de Paranatinga/MT; deferir as deliberações do item 1.7., e encaminhar cópia desta decisão aos interessados.

1. Processo TC-033.270/2020-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (15.023.971/0001-24); Vilson Pires (116.140.990-49).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Rony de Abreu Munhoz (11.972/OAB-MT), representando Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7.1. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/92 e art. 202, §§3º, 4º e 5º, do Regimento Interno do TCU, para que o Município de Paranatinga/MT efetue e comprove, perante este Tribunal, em solidariedade com Vilson Pires, o recolhimento das quantias abaixo discriminadas aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizadas monetariamente até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
8/3/2012	1.656,00
4/5/2012	350,00
4/5/2012	375,00
15/5/2012	264,00
15/5/2012	94,90
15/5/2012	636,00
15/5/2012	62,10
15/5/2012	465,75
15/5/2012	22,20
15/5/2012	132,00
15/5/2012	14,40
15/5/2012	20,40
15/5/2012	88,80
15/5/2012	105,60
15/5/2012	424,00
15/5/2012	714,15
15/5/2012	3.314,30
24/5/2012	3.397,79
24/5/2012	1.534,00
25/5/2012	324,00
25/5/2012	1.152,00
2/7/2012	413,70
2/7/2012	2.678,20
3/7/2012	1.357,00
3/7/2012	1.129,60
5/7/2012	2.208,07
2/8/2012	2.208,07
3/9/2012	2.208,07
15/5/2012	1.080,00
2/6/2012	557,60

4/6/2012	1.650,00
4/6/2012	807,50
4/6/2012	538,60
4/6/2012	283,20
4/6/2012	89,20
4/6/2012	125,70
4/6/2012	88,00
4/6/2012	1.098,50
4/6/2012	1.198,80
6/6/2012	2.208,07
8/6/2012	538,60
8/6/2012	283,20
8/6/2012	89,20
8/6/2012	125,70
8/6/2012	88,00
25/6/2012	1.650,00
25/6/2012	807,50
25/6/2012	450,16
25/6/2012	1.090,80
25/6/2012	1.098,50
25/6/2012	1.189,80
2/7/2012	1.394,00
2/7/2012	1.909,50
2/7/2012	1.867,00
2/7/2012	827,55
2/7/2012	1.909,50
2/7/2012	836,40
2/7/2012	1.775,95
2/7/2012	5.429,85
2/7/2012	836,40
2/7/2012	885,00
2/7/2012	1.212,00
2/7/2012	615,30
2/7/2012	3.673,70
2/7/2012	836,40
2/7/2012	885,00
2/7/2012	1.212,00
2/7/2012	615,30
2/7/2012	3.673,70
2/7/2012	2.275,00
23/7/2012	557,60
2/8/2012	2.275,00
2/8/2012	2.275,00
3/9/2012	2.275,00
16/3/2012	11,60
16/3/2012	32,50
16/3/2012	61,87
13/11/2012	35,40
21/11/2012	256,00
21/11/2012	919,60
21/11/2012	836,40
21/11/2012	1.261,70
21/11/2012	580,50
21/11/2012	936,25
21/11/2012	648,19
21/11/2012	1.053,40
21/11/2012	256,00
21/11/2012	919,60
21/11/2012	836,40
21/11/2012	1.261,70
21/11/2012	580,50
4/5/2012	680,00
16/5/2012	2.500,00
13/1/2012	1.748,00
17/5/2012	532,00
5/6/2012	14.915,20
24/11/2012	57,50
5/7/2012	258,32
20/6/2012	373,20
22/2/2012	861,60
2/8/2012	15.267,20
10/10/2012	1.680,00
4/4/2012	3.050,00
28/5/2012	440,00
18/9/2012	165,00
5/9/2012	9.568,00
5/3/2012	445,00
5/3/2012	445,00
6/3/2012	350,00
4/4/2012	500,00
4/4/2012	561,80
4/4/2012	553,58
4/5/2012	553,58
4/5/2012	500,18
4/5/2012	500,00
4/6/2012	553,58
6/6/2012	500,00
6/6/2012	500,18
5/7/2012	500,00
5/7/2012	500,00
2/8/2012	553,58
2/8/2012	500,00
2/8/2012	500,00
2/8/2012	553,58

1.7.2. informar ao Município de Paranatinga/MT que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do § 4º, do art. 202, do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência desse pagamento tempestivo levará ao julgamento pela irregularidade de suas contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 9379/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em desfavor da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária Ltda. e de Zildomar Lopes da Silva, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados à Cooperativa por meio dos convênios CRT/PI/17.000/2003 (Siafi 485142) e CRT/PI/18.000/2003 (Siafi 485143);

Considerando a aprovação da Resolução-TCU 344/2022, em 11/10/2022, que estabelece, entre outros, que: prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo, em curso no Tribunal de Contas da União (art. 2º);

Considerando que, de acordo com a Resolução: o prazo de prescrição será contado da data da apresentação da prestação de contas ao órgão competente para a sua análise inicial (art. 4º, inciso II); a prescrição se interrompe pela notificação e pela citação (art. 5º); a prescrição pode se interromper mais de uma vez por causas distintas ou mesma causa, desde que repetível no curso do processo (art. 5º, § 1º); e interrompida a prescrição, começa a correr novo prazo a partir do ato interruptivo (art. 5º, § 2º);

Considerando que o referido normativo estabelece que: incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, caput); a prescrição intercorrente interrompe-se por atos que evidenciem o andamento regular do processo (art. 8º, § 1º); e as causas interruptivas da prescrição principal também interrompem a prescrição intercorrente (art. 8º, § 2º);

Considerando que, com base nos dispositivos supracitados, o prazo de prescrição começou correr em 31/8/2004, quando foi apresentada a prestação de contas (peça 9, p. 1);

Considerando que, na fase interna da TCE, a prescrição foi interrompida pelas notificações entregues em: algum momento entre 24/5/2005 e 9/6/2005 (peças 10, p. 10, c/c 11, p. 1-2), 22/7/2005 (peças 12, p. 10, c/c 13, p. 1), 12/9/2004 (peças 14, p. 11, c/c 15, p. 1), em algum momento entre 31/10/2005 e 16/11/2005 (peças 16, p. 10, c/c 17, p. 1), 28/4/2010 (peça 21, p. 2, e 23, p. 1) e 12/6/2019 (peças 51-52);

Considerando que, na fase externa da TCE, a prescrição foi interrompida pela citação entregue em 22/2/2022 (peças 97-98);

Considerando que, em período superior a 3 anos, entre 16/11/2005 e 28/4/2010, os autos não registram nenhuma causa interruptiva, suspensiva ou impeditiva da prescrição intercorrente;

Considerando a manifestação do AUFC da SecexTCE, no sentido de julgar em débito a Cooperativa responsável, mas não ao pagamento de multa, por ter ocorrido prescrição da pretensão punitiva (peça 100, p. 5-6);

Considerando a anuência do titular da unidade instrutiva ao proposto pelo AUFC instrutor;

Considerando que, segundo a Resolução-TCU 344/2022, a pretensão ressarcitória prescreve nos mesmos prazos que a punitiva (art. 2º);

Considerando o parecer do Ministério Público de Contas, no sentido de que sejam arquivadas as contas da responsável, sem julgamento de mérito, em razão da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória (peça 103);

Considerando que, o Regimento Interno do TCU estabelece que, a critério do Relator, poderá ser submetido ao Colegiado, mediante Relação, processo em que o relator acolha pareceres convergentes acerca do arquivamento de processos (art. 143, inciso V, alínea "a");

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", e 212 do Regimento Interno/TCU e com os arts. 4º, inciso II, 5º, inciso I e §§ 1º e 2º, 8º, caput e §§ 1º e 2º, e 11, da Resolução-TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em razão da consumação da prescrição intercorrente, das pretensões punitiva e ressarcitória, em linha com o parecer emitido nos autos pelo Ministério Público de Contas:

1. Processo TC-039.584/2020-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cooperativa de Prestacao de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária Ltda. (02.802.076/0001-66); Zildomar Lopes da Silva (890.892.514-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9380/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso III do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres prévios, em considerar atendida a determinação constante do item 1.7 do Acórdão 3334/2020-TCU - Primeira Câmara relacionada ao convênio 732151/2010, dispensado o monitoramento em relação ao convênio 800807/2014, conforme decidido no Acórdão 11069/2021-TCU - Primeira Câmara; dar ciência desta decisão aos interessados; e ordenar o apensamento deste processo ao TC 028.998/2017-0, nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 321/2020.

1. Processo TC-012.650/2021-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (23.070.659/0001-10).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9381/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU contra possíveis irregularidades ocorridas na Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), relacionadas à condução do processo de criação da joint venture Belém Bioenergy BV e da posterior constituição da empresa Belém Bioenergia Brasil S.A. (BBB), com ações distribuídas igualitariamente entre a Petrobras Biocombustível S.A. e a empresa portuguesa Galp Energia E&P BV (Galp), com o objetivo de extrair óleo de Palma, em solo paraense, para a subsequente produção de biodiesel em Portugal.

Considerando que restaram atendidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o artigo 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014.

Considerando que não se confirmaram as irregularidades apontadas quanto à conformação do quadro societário da empresa BBB S/A, à ausência de estudos prévios de viabilidade das operações e à manutenção da Petrobrás no negócio até 2019;

Considerando o resultado de diligências à Petrobrás para confirmação da classificação do sigilo a ser atribuído às peças dos autos e às informações do relatório de fiscalização;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, III, inciso V, "a", 169, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la improcedente, tornar pública a peça 82 dos autos, relativa ao relatório da unidade técnica com supressão de informações protegidas por sigilo comercial, dar ciência da deliberação e da instrução de peça 82 ao denunciante e à Petrobrás e arquivar os autos, como proposto pela SeinfraPetroleo.

1. Processo TC-015.822/2020-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Petrobras Biocombustível S. A.; Petróleo Brasileiro S.A.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

1.7. Representação legal: Gustavo de Magalhaes Pinto Lopes Cancado (74095 /OAB-MG), Caroline Fontes Rezende (429B/OAB-SE), Luiz Pereira de Melo Neto (2155/OAB-SE), Wendell Santiago Andrade (2042/OAB-SE), Ana Cristina Golob Machado (4373/OAB-SE), Flavio do Amaral Azevedo (3814/OAB-SE), Joao Carlos Oliveira Costa (1331/OAB-SE), Jose Marcondes Servulo da Nobrega Junior (3817/OAB-SE), Raissa Maria Horta Melo (4707/OAB-SE), Camila Cintra Baccaro Mansutti (246636/OAB-SP), Christianne Angelica de Aguiar Deda (3167/OAB-SE), Fabiano Hora de Barros Silva (3515/OAB-SE), Allan Lopes Gravato (398655/OAB-SP), André de Almeida Barreto Tostes (20596/OAB-DF), Ana Paula Machado dos Anjos (2556/OAB-SE), Bruno Barros Cavalcanti (515B/OAB-SE), Juliano Lago (34256/OAB-PR), Alberto Figueiredo Neto (4273/OAB-SE), Juliano Gemelli (41935/OAB-PR), Carlos Martinez Franco Lima Gomes (22036/OAB-BA), Ricardo da Silva Gama (31181/OAB-PR), Fabio Victor de Aguiar Menezes (5825/OAB-SE), Genival Francisco da Silva Feitoza (452367/OAB-SP), Breno Ayres de Oliveira Lima (8079/OAB-RN), Raquel Joane Coutinho (112930 /OAB-MG), Veronica Mayrink Barbosa (120257 /OAB-MG), Adilson Rangel Tavares Junior (139004/OAB-RJ), Roberta Maria Capela Lopes Sirotheau (14049/OAB-PA), Bruno Freixo Nagem (97478 /OAB-MG), Paola Allak da Silva (142389/OAB-RJ), Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (21035/OAB-DF), Carlos Antônio Plácido (75364 /OAB-MG), Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos (14935/OAB-PA), Gustavo de Souza Vellame (62136/OAB-DF), Geórgia Valverde Leão Romeiro (18578/OAB-BA), Luciana Arruda Silveira (102937 /OAB-MG), Silvia Vieira Saroa da Silva Escandian (18306/OAB-ES), Jose Davi Cavalcante Moreira (52440/OAB-DF), Marina Korbes (64428/OAB-RS), Marcelo Rodrigues de Siqueira (60516/OAB-DF), Wendell Daher Daibes (301789/OAB-SP), Ricardo Melo das Neves (16.871/OAB-CE), Renato Braz Escandian (12539/OAB-ES), Frederico de Oliveira Ferreira (59758/OAB-DF), Carolina Campos Pinto (53813/OAB-DF), Rodrigo de Almeida Amoy (112264B/OAB-RS), Maíra Cirineu Araújo (20978/OAB-DF), Tatiana Zuma Pereira (120831/OAB-RJ), Ellen Cristiane Jorge Oliveira (19821/OAB-DF), Victor Soares da Silva Cereja (168314/OAB-RJ), Andréia Bambini (18331/OAB-DF), Joeny Gomide Santos (15085/OAB-DF), Jairo Martins Ferreira (16073/OAB-ES), Rafael de Matos Gomes da Silva (21428/OAB-DF), Juliana Carneiro Martins de Menezes (21567/OAB-DF), Ludmila de Mendonca Cerqueira Martins Fontes Cavalcante (7457/OAB-AL), Thais de Fatima Sousa Araujo Fernandes (11937-B/OAB-RN), Silvia Alegretti (19920/OAB-DF), Adriana de Oliveira Varella Molina (117522/OAB-RJ), Tales David Macedo (20227/OAB-DF), Tarcisio Colares Nogueira Junior (804 A/OAB-RN), Felipe Antonio Lopes Santos (57663/OAB-DF), Andre Fabio Pereira Gurgel (A1567/OAB-AM), Divandalmy Ferreira Maia (50404/OAB-PE), Pricila Apicelo Lima (148259/OAB-RJ), Eduardo Moisés Santana dos Santos (96474 /OAB-MG), Julia de Oliveira Ruggi (51680/OAB-PR), Candice Vanessa Fattori (53974/OAB-RS), Andréia Calheiros Nobre de Santa Rita (7328/OAB-AL), Andréa Fernandes Napoleão de Souza (76842 /OAB-MG), Gisleni Valezi Raymundo (46042/OAB-PR), Fernando Salles Xavier (65895/OAB-RJ), Marilia Cavalcante Franca Lima (27132-B/OAB-CE), Daniela Tollemache (37529/OAB-PR), Cristina Zanini Mineiro Hilgenberg (90306/OAB-PR), Eduardo Romanelli Guaglini (13258-B/OAB-CE), Maura Siqueira Romão (121694/OAB-RJ), Vanessa Aparecida Mendes Baesse (32576/OAB-DF), Leandro Fonseca Vianna (53389/OAB-DF), Philippe de Oliveira Nader (52032/OAB-DF), Denise Pimont Berndt Paro (78014B/OAB-RS), Tulio Freitas Souza (61284 /OAB-MG), Liaderson Pontes Neto (37248-A/OAB-CE), Elias Nonato da Silva (352-B/OAB-ES), Rodrigo da Silva Pinheiro (8987/OAB-AM), Rui Barros de Souza Martins (43768/OAB-PR), Maria Tereza Torres Ferreira Costa Passarella (66897/OAB-DF), Arno Apolinario Junior (15812/OAB-PR) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9382/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de representação formulada pelo Senador Fabiano Contarato para solicitar auditoria e eventuais providências, de caráter cautelar, para apurar potencial ilegalidade no corte orçamentário do Ministério da Educação, mediante novo contingenciamento publicado em 30/9/2022;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes do art. 235 do RI/TCU e art. 103, § 1º da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que a retenção de R$ 2,4 bilhões, correspondente a 11,4% da dotação atual de despesas discricionárias do Ministério da Educação e suas unidades vinculadas, realizada pelo Decreto 11.216/2022, foi revertida em 7/10/2022, mediante Portaria-SETO 8.919/2022.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, parágrafo único, do RI/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da representação; considerar prejudicada a análise da medida cautelar requerida, por perda de objeto; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao representante, ao Ministério da Educação, à Junta de Execução Orçamentária, por meio do Ministério da Economia, às 110 Instituições Federais de Ensino e à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.588/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Ministério da Educação.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9383/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.742/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria Aparecida Leite da Silva (050.494.778-83); Maria Dionne de Araujo Felipe (266.494.381-20); Maria Helena Donaire Seno (055.581.428-98); Sissi Iardlei Santiago de Souza (199.513.372-87); Sulamita Fidelis Ferreira (398.690.086-15).

1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9384/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.853/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Erico Geraldo Rodrigues Palma (402.331.540-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9385/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.284/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Christina Santos Moreira (836.900.507-15); Cleir Aluisio Correia de Jesus (709.564.487-04); Gloria Cristina de Santana Veiga (373.231.561-49); Luiza Ledi Viana (300.150.300-91); Rosana Paduam Dutra da Silva (884.955.667-53).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9386/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.645/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Neusa da Conceicao (118.786.301-72).

1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9387/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.796/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Roberto Xavier (982.614.528-91); Jair Magri (737.309.208-04).

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9388/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.901/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ernani de Paiva Maia (227.661.893-00).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9389/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.922/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Silvia Ribeiro Xavier Araujo (045.894.752-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9390/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.012/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Walmore Muler Lacort (004.911.870-68).

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9391/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.123/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Francisco Ferreira (216.227.367-53).

1.2. Órgão: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9392/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.172/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ângela Rodrigues de Araújo (317.553.991-20); Marli Fernandes de Araújo Machado (228.246.421-49); Valber de Jesus Fernandes (076.360.083-00).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9393/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ats de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.196/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Clóvis Fernando Kurtz (244.378.160-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9394/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com a ressalva de que a entidade de origem cessou o pagamento das rubricas judiciais relativas a planos econômicos:

1. Processo TC-022.215/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Josinete Alves de Lima (112.721.394-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9395/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.657/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Murilo Cláudio Del Rio (706.084.747-20).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9396/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.673/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Raimunda Mendes da Costa (363.333.287-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9397/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse da sra. Bárbara Virginia Bond Reis:

1. Processo TC-022.748/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Bárbara Virginia Bond Reis (427.970.559-34); Euclides Gomes de Freitas Filho (070.518.404-87); Gilvane Valente Teixeira e Silva (436.436.636-68); Jorge Alberto Silva Itaparica (290.150.735-20); Jose Moreira da Silva (245.667.641-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que verifique a ocorrência e a legalidade do pagamento de "quintos" judiciais à sra. Bárbara Virginia Bond Reis.

ACÓRDÃO Nº 9398/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.753/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Claudete Demarchi de Souza (183.227.862-04); Francisca Nazaré da Silva (106.945.522-91); José do Nazareno Silva (161.532.004-00); Lucimar Moreira de Souza (192.015.322-53); Paulo Sérgio Tavares da Silva (090.726.402-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9399/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.781/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Atílio Henrique Coser (652.959.437-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que proceda à correção da informação constante do campo "Data de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria", uma vez que o dado ali inserido refere-se, equivocadamente, à data da aposentação.

ACÓRDÃO Nº 9400/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse do sr. Orlando César Mantese:

1. Processo TC-022.802/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adalberto de Paula Paranhos (502.247.008-04); Orlando César Mantese (913.099.568-04); Péricles Andrade de Faria (124.150.901-82).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que verifique se houve violação ao regime de dedicação exclusiva por parte do sr. Orlando César Mantese desde o início do regime de trabalho de dedicação exclusiva, haja vista sua atuação como sócio-gerente da empresa Cetip - Centro de Terapia Intensiva Pediátrica Ltda. (CNPJ 02.824.123/0001-72).

ACÓRDÃO Nº 9401/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.805/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ana Rita da Silva Daltro (195.770.015-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9402/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar a reinstrução do feito:

1. Processo TC-022.831/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jaime Ferreira Filho (132.847.034-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que verifique o descumprimento do regimente de dedicação exclusiva por parte do sr. Jaime Ferreira Filho, bem como infringência ao inciso X do art. 117 da Lei 8.112/1990.

ACÓRDÃO Nº 9403/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria da sra. Dinorah de Olivera Cordeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.859/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dinorah de Oliveira Cordeiro (130.345.022-49); João Bosco Belo Ferreira (026.655.572-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que verifique se houve violação ao regime de dedicação exclusiva por parte do sr. João Bosco Belo Ferreira e ao inciso X do art. 117 da Lei 8.112/1990.

ACÓRDÃO Nº 9404/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.911/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria das Graças Sousa da Conceição (317.957.732-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9405/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.926/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Maria Ferreira Madruga (069.854.594-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9406/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.970/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Rodrigues (098.512.241-20); Francisca Maria Severino (410.850.781-91); Getúlio Ferreira de Almeida (210.656.831-20); Gilberto Carlos Cerqueira Mascarenhas Assis (081.432.855-53); Manoel Airton Lopes (151.646.671-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que corrija a informação constante do campo "Data de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria" no formulário relativo ao sr. Getúlio Ferreira de Almeida.

ACÓRDÃO Nº 9407/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.972/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wania Tedeschi (113.280.928-28).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9408/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.146/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sonia Regina Neuman Capelletti Perrucci (051.257.968-75).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9409/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.892/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Luiza Rebello Tavora (352.307.547-53).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9410/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.915/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jonathan Raymundo Budal (248.403.519-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9411/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.923/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosana Sciammarella Lima Meirelles (866.154.597-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9412/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.925/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fátima Aparecida de Carvalho (507.399.996-72); Regina Lucia Peret Dell Isola Denardi (512.222.726-87); Regina Maria de Freitas (468.921.926-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9413/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.927/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Agnaldo Aparecido de Jesus (021.501.988-19).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9414/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.929/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco de Assis Esteves Bezerra (051.502.052-49).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9415/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.964/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Fatima Marrara Zamarion (005.780.518-00).
1.2. Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9416/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.256/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Anselmo Ferreira de Souza (240.778.012-49).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9417/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-027.315/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Francisco Costa Almeida (141.671.820-68); Joao Francisco Costa Almeida (141.671.820-68).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato relativo à pensão civil instituída pelo sr. Joao Francisco Costa Almeida (e-Pessoal 106895/2022), manifestando-se, em particular, acerca da regularidade dos tempos de serviço computados para fins de anuênios e da rubrica associada a "decisão judicial", considerados na composição do valor inicial dos proventos conferidos à beneficiária.

ACÓRDÃO Nº 9418/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.357/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Derivaldo Bacelar Belo (362.290.597-20); Jose Antonio de Lima (559.114.478-00); Katia Maria da Silva (122.489.178-30); Rubens Tadeu Camargo (891.237.278-53).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9419/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.369/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leonardo Morais da Rocha Formiga (011.935.644-92).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9420/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.586/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elízia Palmeira Pontes (610.831.439-72); José Renato Salles Barbosa (356.490.899-49); José Zanis Neto (247.381.669-72); Juraci Ferreira dos Santos (552.685.959-20); Leda Maria Franco Sampaio (167.832.129-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que:
1.7.1.1. autue, no prazo de trinta dias, os atos de pensão eventualmente instituídas pelos interessados de que cuida este processo;
1.7.1.2. verifique, no exame dos atos mencionados no subitem anterior, o impacto das seguintes situações:
1.7.1.2.1. possível insuficiência do tempo de contribuição da sra. Leda Maria Franco Sampaio;
1.7.1.2.2. cômputo de tempo de serviço descontinuado para fins de concessão de anuênios ao sr. José Renato Salles Barbosa.

ACÓRDÃO Nº 9421/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.590/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloísio Adjucto Silveira (068.296.439-53); Carlos Eduardo Pereira (084.066.558-01); Rodney Nobre Barros (324.633.403-04); Wladymir Franklyn Lima de Almeida (029.042.634-03).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que:
1.7.1. adote as providências cabíveis para autuar os atos de pensão instituídas pelos interessados deste processo no prazo de quinze dias;
1.7.2. verifique os reflexos nos atos de pensão e a legalidade das seguintes ocorrências:
1.7.2.1. pagamento de "quintos" e de anuênios ao sr. Aloísio Adjucto Silveira;
1.7.2.2. pagamento de "quintos" ao sr. Carlos Eduardo Pereira.

ACÓRDÃO Nº 9422/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento do beneficiário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.602/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edmarques Batista de Moura (023.957.704-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9423/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-037.247/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arquimimo Barroso de Almeida Filho (039.578.532-49).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, providencie a correção, no sistema e-Pessoal, dos dados lançados no quadro "Funções Exercidas" do ato 5479/2020, conformando-os com aqueles constantes do Siape.

ACÓRDÃO Nº 9424/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.692/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Fernando Paiva do Couto (396.329.702-68); Lana Gaia Robinson (721.986.051-04); Lilian Lopes de Oliveira (038.002.576-02); Rodrigo Soares Santana (028.878.151-13); Wagner Fernandes de Deus Junior (035.248.261-30).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9425/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.732/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Anderson Almeida da Piedade (919.299.202-10).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9426/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.752/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Edmilson Souza Barreto (051.879.224-24).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9427/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.758/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Josirene Zalenski de Siqueira Carvalho (390.353.282-72); Miguel Gomes Costa (408.511.842-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9428/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.762/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliana Maria Oliveira Muniz (820.310.375-87); Eliane Silva Costa (260.935.613-72); Leonardo Felix da Silva Bonifacio (877.027.624-20); Veruza Lemos da Fe (012.885.184-80); Victor Hugo Nogueira Tiburtino (026.972.854-66).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9429/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.780/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Abel Augusto (120.553.657-46); Carla de Aguiar Soares (124.510.897-25); Karina Yuriko Yaginuma (339.398.978-25); Paulo Henrique de Carvalho Pacha (120.635.567-09); Simone Ponde Vassallo (665.300.247-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9430/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista destes autos atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 6 a 8);

Considerando a abrangência e a profundidade das verificações levadas a efeito fundando convicção de que os atos 131597/2021 e 131699/2021 podem ser apreciados pela legalidade, em razão de não terem sido encontradas irregularidades nos atos;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II da Lei nº 8.443/1992 e art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar legais e conceder o registro dos atos de Admissão 131597/2021 e 131699/2021 dos Srs. Moises Nelson Oliveira Barbosa e Bruna Aurora Nunes Cavalcante Castro, respectivamente, do quadro de pessoal da Fundação Universidade Federal do Piauí, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.805/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Aurora Nunes Cavalcante Castro (944.181.523-34); Moises Nelson Oliveira Barbosa (286.544.043-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9431/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.812/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Helen Betane Ferreira Pereira (772.878.861-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9432/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.825/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Camino Rodrigues Junior (152.737.987-60); Erika Goncalves Ramos (106.300.557-42); Jaqueline Abel da Rocha (105.489.327-60); Marcio Miranda Chaves (971.934.887-91); Victor Hugo Macedo Gomes (124.028.377-64).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9433/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.838/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Lucia Vieira dos Santos (606.752.927-00); Ana Lucia de Pinna Mendez (788.409.887-34); Diego Barbosa Moura (109.213.587-17); Isabella Vitoria Castilho Pimentel Pedroso (339.555.188-17); Luiz Fernando Lima Braga Junior (852.160.546-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9434/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.849/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Antonio Baptista Neto (885.903.487-68); Luiz Heleno Moreira Duque (568.207.717-20); Mauricio Santa Cecilia (779.761.187-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9435/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.879/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Pereira Fernandes (988.804.970-49); Rafael Alves Lopes (802.451.880-53); Regina Garcia dos Santos (602.362.300-00); Reinaldo Edgar Strassburger (972.683.640-91); Ricardo Souza Heinzelmann (805.240.795-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9436/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.881/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Aparecida Carneiro Pires (885.486.191-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9437/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.287/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cleiton Eduardo Silva (097.177.037-95).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9438/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.355/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucas Eulalio Carvalho (061.262.553-21).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9439/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.482/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edson Carlos de Andrade (000.561.217-92); Ivan de Oliveira Rios (077.054.236-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9440/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.488/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: David Jones Ferreira de Lucena (071.159.344-28).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/al.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9441/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em conta estes autos de e ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 5 a 7); e

Considerando que, em consulta realizada nos Sistemas deste Tribunal, que o vínculo laboral referente ao ato do presente processo já foi encerrado e, assim, como se trata de situação que cessou os efeitos financeiros das admissões antes de sua apreciação por esta Corte, cabe a aplicação do art. 260, §5º do Regimento Interno do TCU, segundo o qual poderá ser considerado prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Admissão 65057/2021 do Sr. Gabriel Schiavon de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.509/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gabriel Schiavon de Oliveira (959.545.891-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9442/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 14 a 17); e

Considerando que a abrangência e a profundidade das verificações levadas a efeito fundamentam convicção de que os atos 52823/2021, 62783/2021, 51009/2020, 138084/2020, 63140/2021, 61680/2020, 29218/2021, 10162/2021, 111575/2021 e 10032/2021 podem ser prejudicados por perda de objeto, nos termos do art. 260, § 5º do Regimento Interno do TCU;

ACORDAM, por unanimidade, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 52823/2021, 62783/2021, 51009/2020, 138084/2020, 63140/2021, 61680/2020, 29218/2021, 10162/2021, 111575/2021 e 10032/2021 dos Srs. Elizandra Souza de Oliveira, Tavane Brum Nogueira, Nathalia Martins de Oliveira Cavalcante, Myriam Garcia Severino, Thaline Santana de Bastos, Ronei Silveira da Silva, Leticia Rocha de Lima Kessler, Luiz Fernando Ferreira Silveira, Alessandra Abreu Tramontin e Emily Ficagna Ferreira Barros.

1. Processo TC-024.546/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Abreu Tramontin (041.607.180-51); Elizandra Souza de Oliveira (000.738.500-55); Emily Ficagna Ferreira Barros (015.223.500-04); Leticia Rocha de Lima Kessler (836.720.280-53); Luiz Fernando Ferreira Silveira (010.792.580-00); Myriam Garcia Severino (006.998.900-12); Nathalia Martins de Oliveira Cavalcante (004.456.023-09); Ronei Silveira da Silva (553.861.480-87); Tavane Brum Nogueira (001.807.740-42); Thaline Santana de Bastos (838.034.830-34).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9443/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 14 a 15);

ACORDAM, por unanimidade, levando em conta que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 153427/2021, 165636/2021, 25141/2022, 164547/2021, 164548/2021, 129074/2021, 16436/2022, 128356/2021 e 128451/2021 dos Srs. Joao Antonio Szczepanik, Rutiele da Silva Cupertino, Priscilla Tondim Rabadan, Marina Passos da Silva, Victor Hugo Schaly Cordova, Vitoria de Souza Fagundes, Simone Marques da Rosa, Nathan Lucchese Belle e Mirela Lauxen Guimaraes, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.547/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Antonio Szczepanik (014.243.730-18); Marina Passos da Silva (030.066.290-43); Mirela Lauxen Guimaraes (003.618.910-32); Nathan Lucchese Belle (025.100.920-30); Priscilla Tondim Rabadan (010.170.870-08); Rutiele da Silva Cupertino (021.360.210-52); Simone Marques da Rosa (850.896.990-20); Victor Hugo Schaly Cordova (083.035.109-40); Vitoria de Souza Fagundes (855.216.470-15).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9444/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de admissão de pessoal, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniforme exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 8 a 10),

ACORDAM, por unanimidade, levando em conta vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 164834/2021, 164823/2021, 164745/2021 e 164483/2021 dos Srs. Caio Santana da Costa, Fernando das Neves Farias Salina, Felipe Souza Nascimento e Hedrick Colona, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.549/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caio Santana da Costa (033.256.355-39); Felipe Souza Nascimento (114.482.126-69); Fernando das Neves Farias Salina (135.528.227-63); Hedrick Colona (116.837.977-60).

1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.a..

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9445/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de ato de admissão de pessoal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela unidade técnica e pelo MP/TCU,

ACORDAM, por unanimidade, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Admissão 64040/2022 do Sr. Gabriel Franklin de Melo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.618/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gabriel Franklin de Melo (198.957.957-42).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9446/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.659/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Larissa Bacelar Pontes Lopes (043.195.701-03); Lazaro Janio de Lima Amorim (321.778.792-72); Lucas da Costa Badinhan (219.443.368-69); Raphael Gualberto Trovao (099.629.517-80).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9447/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.669/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Luiz de Oliveira (945.931.086-91); Lenin Esmeraldo Lopes (983.238.813-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/ms.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9448/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.674/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mariluce dos Santos Kurz Vieira (620.759.770-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9449/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.773/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Darilson Borges Barbosa (048.986.299-38).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9450/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.774/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Celia Maria do Nascimento (837.733.631-68); Debora Rosa de Morais (008.371.911-30); Felipe da Silva Magalhaes (029.450.461-30); Jeniffer Ferraz de Oliveira Rodrigues (022.875.111-05); Mariangela de Andrade Amaral Caleffi (806.214.309-00); Maysa Nery de Figueiredo de Sa (019.084.171-02).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9451/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.814/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcos dos Santos Menezes (067.654.935-73).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9452/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.818/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Alberto Cunha (014.827.681-43).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9453/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.826/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Teixeira de Seixas Filho (548.624.937-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9454/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.873/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Caroline Barbosa Monteiro (006.060.271-65).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9455/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.904/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Antonio Silva da Silva Alecrim (522.521.242-53); Felipe Manoel Cabral (140.351.427-51).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9456/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.950/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Pereira Batista (035.273.885-59); Edmara de Jesus Santos Medeiros (040.548.415-11).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9457/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.954/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jorge Luiz Rieger (221.765.430-68); Maicon Lucas Luft (036.436.630-30); Marcio Ivan Castro (024.444.670-94); Ramao Junior Strauss Turra (017.342.650-60); Raquel Rocha Lopes (016.378.240-76); Sandra Maria Senhori Cecco (001.244.250-03).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9458/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.957/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduarda Rosecler Busnardo (048.982.299-13); Matheus Henriques Leal (079.210.359-90).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9459/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.962/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucilene Aparecida da Costa Goncalves Batista (037.142.881-55).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9460/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.001/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Victor Del Bosco Matias (157.251.557-06).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9461/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.012/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bianca Goncalves Albuquerque (147.811.557-23); Patricia Baptista da Cruz (084.375.457-57); Patricia Madeira da Silva (095.448.897-01); Patricia Vasconcelos da Rocha (027.123.847-09); Rodrigo Bahiense Visconti (080.194.947-58).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9462/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.033/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Costa Silva (033.134.351-73); Kenede Souza Borges (010.662.481-41).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9463/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento

Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.079/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caroline Alves de Souza (019.577.262-88); Clacilda Cordeiro Pires (512.997.472-72); Cristiane Correa de Souza (894.963.532-15); Huana dos Santos Facanha (005.634.012-57); Katiusia Bernardo dos Santos (011.407.750-90); Nathan Bugs (854.661.900-04); Pamela Silveira Grangeiro (008.114.812-71); Rebecca Hadassa Vasques de Araujo (756.000.721-04); Renildo de Souza Oliveira (037.592.012-96); Ruth Samara Dutra (005.926.491-80).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9464/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.098/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jacqueline Cavalcanti da Silva (585.260.805-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9465/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.103/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Reutner Ferreira Costa (766.976.903-30).

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.a..

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9466/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.108/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Alex Bruno Santos do Nascimento (082.731.514-76).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9467/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 10 a 12),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 52610/2020, 108480/2021, 127993/2021, 104682/2021, 108488/2021 e 4067/2022 dos Srs. Walter Dias Sueth Netto, Gustavo Velloso, Mariana de Freitas Barros Souza, Arnaldo Vianna e Vilhena de Carvalho, Hannah Maruci Aflalo e Cristiano Fernandes Medeiros, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.131/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arnaldo Vianna e Vilhena de Carvalho (072.730.207-88); Cristiano Fernandes Medeiros (111.234.667-85); Gustavo Velloso (402.116.138-43); Hannah Maruci Aflalo (359.157.778-21); Mariana de Freitas Barros Souza (135.602.447-57); Walter Dias Sueth Netto (109.577.866-89).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9468/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.139/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bianca de Castro Boscariol (471.708.158-77); Douglas Mol Resende (119.296.606-69); Jonatas Stefanello Fagundes (022.697.100-70); Larissa Tavares (035.531.711-70); Leon Lima Santos (075.486.389-14); Luziane Martins Duraes (017.528.185-80); Mariangela dos Santos Mano (535.842.876-34); Rafael Navarro Santana (736.767.131-68); Victor Santana Magalhaes Ferreira (441.013.118-46); Vivianne Silva Viana (663.953.133-04).

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a..

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9469/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 5 a 7),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Admissão 118773/2021 do Sr. Erick Monteiro Calado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.158/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Erick Monteiro Calado (054.388.774-08).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9470/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão de pessoal, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 14 a 16),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 9790/2022, 31482/2022, 50559/2022, 41025/2022, 53496/2021, 138243/2021, 25480/2022, 37237/2021, 44284/2021 e 39086/2021 dos Srs. Carlos Alberto Brito Teixeira, Johnny de Oliveira Poubel, Francisco Teixeira Carlos, Mauricio Rodrigues da Silva, Eli Tavares De Souza, Henrique da Silveira Nunes, Robson Lueders Martins, Laercio Gomes de Macedo, Erivaldo da Silva Lima e Joao Jose Alves Capibaribe, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.159/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Brito Teixeira (123.139.983-04); Eli Tavares de Souza (683.964.064-72); Erivaldo da Silva Lima (466.899.584-34); Francisco Teixeira Carlos (280.729.523-15); Henrique da Silveira Nunes (002.653.310-30); Joao Jose Alves Capibaribe (135.691.633-34); Johnny de Oliveira Poubel (007.209.777-97); Laercio Gomes de Macedo (498.748.884-15); Mauricio Rodrigues da Silva (641.741.404-30); Robson Lueders Martins (814.976.103-97).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9471/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 14 a 16),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 57585/2021, 32885/2021, 33126/2021, 76510/2021, 32698/2021, 33643/2021, 59204/2021, 76370/2021, 76469/2021 e 33586/2021 dos Srs. Christine dos Santos Rodrigues, Eliane Reis Fernandes, Ana Maria da Paz Schmockel, Arthur Marcal de Oliveira, Mamede da Conceição Leite, Idineu Marcelo Teodoro Camim, Bruna Alves Dias, Davi Felipe Bassi, Flavio de Sa Salgado e Bruna Larissa Alberto Oliveira, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.177/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Maria da Paz Schmockel (267.159.698-76); Arthur Marcal de Oliveira (352.517.768-29); Bruna Alves Dias (041.512.651-71); Bruna Larissa Alberto Oliveira (427.266.128-06); Christine dos Santos Rodrigues (129.396.677-05); Davi Felipe Bassi (401.739.978-99); Eliane Reis Fernandes (301.946.178-23); Flavio de Sa Salgado (433.762.538-03); Idineu Marcelo Teodoro Camim (288.964.608-40); Mamede da Conceicao Leite (356.881.491-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9472/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.192/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gabriela Menezes Zacareli (111.697.496-74).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9473/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos peça unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 5 a 7),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de

objeto, o exame do ato de Admissão 127671/2021 do/a Sr./a Ivanez Pinheiro Prestes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.193/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ivanez Pinheiro Prestes (575.949.962-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9474/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.201/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas de Souza Gomes (158.323.597-39); Roberto Augusto Martins Maciel (408.514.318-28).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9475/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.203/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Frankiu Portela (090.781.909-57); Yuri Franca Carmelli (080.769.029-59).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9476/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.243/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alfredo Henrique Teixeira Junior (080.665.057-52).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9477/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.245/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gabriel de Castro Lima (093.726.546-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9478/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.253/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alcides Eduardo dos Reis Peron (327.637.178-29).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9479/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.286/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gleice Rodrigues de Souza (941.870.882-53); Jean Jacques da Silva Andrade (937.045.932-49); Joao Vitor Ferreira Nunes (103.094.884-43).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9480/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.293/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erasmo da Rosa (368.611.418-60); Matheus Henrique Santos Silva (045.071.561-22); Stefany Reis Rodrigues (029.591.110-79); Thiago Estacio Barata (436.951.528-93).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a..
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9481/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.335/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Charles Teixeira do Amaral (346.423.648-03); Denize Trindade Ribeiro (030.980.541-40); Jairson Goes Silva Filho (288.737.088-03); Nilva da Costa Alves (109.381.328-81).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9482/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.337/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alzeni Rezende dos Santos (866.225.951-00); Daniel Rodrigues Silva Caires (096.297.998-80); Julie Fernanda Rodrigues Rissao Schultz (051.830.031-57); Mateus Salvador de Oliveira (390.554.158-04); Rafael Martins Mikado (025.729.011-70); Thomaz David Felix (330.973.198-75).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9483/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.343/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joao Daniell Ferreira de Oliveira (017.102.211-43).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9484/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.351/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Patricia da Silva (064.156.634-45); Jeferson Jose dos Santos (385.611.688-54); Luis Eduardo Omena da Silva (495.694.224-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9485/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.373/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Breno Silva de Carvalho (147.296.137-40); Enzo de Moura Antunes (013.396.459-04); Felipe Augusto Bomfim Santos (016.750.865-24); Jefferson Juvenal Ferreira da Silva (093.792.204-80).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9486/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.381/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciano Firmino Mendes Ribeiro (076.954.001-57).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9487/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.397/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thais Mathias Aguiar da Silva (024.964.441-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9488/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.428/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jone Queiroz do Nascimento (687.097.492-68).
1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.a..
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9489/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.437/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isis Vasconcelos de Brito (024.712.885-61); Marcelo Morganti Sant Anna (705.369.700-25); Ronyclei Raimundo da Silva (065.207.194-55).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9490/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.454/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Rodrigues dos Anjos (008.367.873-58).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9491/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.460/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernando Batista (025.628.898-43).
1.2. Órgão/Entidade: Autoridade Portuaria de Santos S.a.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9492/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.461/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Julio Cesar Ferreira Lemes (259.636.878-10); Raissa Benocci Thibes (406.107.468-71).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9493/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.496/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Carvalho Veloso de Sousa (006.849.253-70); Denis Lucas Galdino de Sousa (036.152.263-05); Jean Carlos Jesus de Sousa (605.315.143-23); Jose Uilian da Silva (004.826.031-27); Raimundo Nonato Alves de Sousa (493.706.853-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9494/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.557/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Debora Soares de Araujo (552.886.773-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9495/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.565/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gabriel Ferreira Bastos (123.014.637-70).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9496/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.613/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela de Oliveira Mattos (072.247.347-80); Heloisa Almeida de Figueiredo (125.348.737-50); Marcus Vinicius Freitas Pinheiro (020.378.977-66); Vera Lucia Viegas Liquidato (171.112.658-66).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9497/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.615/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Veronice Gomes Farias (074.031.554-40).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9498/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.668/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Gizele Consalter (040.659.839-83); Ana Claudia Prestes (082.224.889-10); Ana Claudia dos Santos Cecilio (048.353.669-56); Ana Paula Gouveia Gomes (064.741.859-29); Cleonice Regina Vardanega Perico (660.416.199-49); Enildo

Moreira de Castro (272.103.798-60); Ieda Bertella (021.363.199-73); Jennifer Aline Gobbo Rodrigues (075.959.169-50); Luana de Souza Nunes (097.370.389-08); Lucas Alves de Oliveira (105.054.529-01).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9499/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.746/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Adriano Guimaraes de Oliveira (111.194.887-96).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/pa e AP.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9500/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.792/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Luiz de Oliveira (301.209.468-74); Thamires Collares de Brito (139.133.777-86).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9501/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.826/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eduardo Almeida Pellerin da Silva (092.917.794-07).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9502/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.844/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Daiane Londero (002.201.260-54).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9503/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.881/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Cristina Bemfica e Silva (047.732.907-14); Daniela de Araujo Vieira (043.878.667-05); Jessica de Figueiredo Machado (140.208.297-56); Marina Alvarenga do Rego Barros (024.824.461-20); Soraia Santos da Silva (050.191.535-40); Urania Karim Gomes (118.850.587-48).

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9504/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.957/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luciano Souza de Jesus (014.172.755-10).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9505/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.967/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mauro Buss (969.508.110-04); Stanis David Lacowicz (066.348.919-90).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9506/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.992/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Maurilio Costa da Silva (727.638.761-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior Eleitoral.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9507/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.021/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Damazio Rodrigues Pessoa (081.138.064-58); Vania Moura Bizoni (080.576.557-39).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9508/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.085/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Luiz Drebes (098.214.249-88); Andreia Cristina Lima Rosa (032.080.679-09); Clair de Fatima Stringari Gavazzoni (603.713.319-00); Ezequiel Marques Moreno (112.670.089-46); Glaucia Andrade Strunkis (032.026.889-60); Henrique Fanigliulo Delgado Salgado (070.800.059-22); Karina de Souza Napoleao (085.642.259-21); Leandro Redemski (023.369.159-60); Meri Elenize Xavier Tenfen (854.690.099-04); Raquel Leandro (049.140.449-27).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9509/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.107/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Sheyla Renata da Silva do Carmo (029.509.677-28).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9510/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.164/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Diego Dantas Siqueira (053.969.664-16).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9511/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.173/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caique Xavier Fernandes (002.761.452-24); Cristina Lais dos Santos Pinheiro (001.115.392-00); Tommy Ferreira Xisto (953.432.372-15).
1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.a..
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9512/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.174/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rayllon Ferreira Prates (016.263.362-96).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9513/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.204/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Monteiro de Melo Filho (947.949.448-53).
1.2. Órgão/Entidade: Autoridade Portuaria de Santos S.a.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9514/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.218/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Leal de Moura Lima Galindo (023.981.343-00); Everton da Silva Oliveira (703.010.509-53); Fabio Emanuel Dias Villar (552.744.714-04); Jackson Barbosa da Silva (511.166.505-68); Jorge Luiz Toledo (862.368.307-20); Jose Messias dos Santos (647.921.704-78); Luisa Andrea Torres Salgado (580.908.940-20); Luiz de Barros Moreira (285.270.893-00); Manoel Messias da Silva (197.333.212-49); Ricardo Primo Correia (326.714.903-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9515/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.227/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Estela Cristina Martins Lima Rocha (920.490.875-00); Fabio de Oliveira Almeida (293.682.828-70); Jessica Santos de Oliveira (858.012.215-57); Joao Pedro Tavares Pereira dos Santos (060.515.055-98); Ligiana Leite de Carvalho Metodio (082.823.964-94); Lucas Santana Coelho da Silva (066.208.455-17); Maysa Bastos Rabelo (042.836.845-03).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9516/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 5 a 7),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Admissão 30590/2021 de GIOVANNI IGOR IRINEU DIAS, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.280/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Giovanni Igor Irineu Dias (166.213.487-89).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9517/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 5 a 7),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Admissão 37811/2017 de RAYANA ARAUJO SILVA, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.314/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rayana Araujo Silva (031.125.445-44).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/am e RR.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9518/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vistas estes autos de ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 5 a 7),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Admissão 17953/2022 de PAULO HENRIQUE DE MORAIS, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.350/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Henrique de Morais (078.892.284-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9519/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vistas estes autos de ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 14 a 16),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 76393/2021, 32535/2021, 76365/2021, 76590/2021, 76543/2021, 76689/2021, 33292/2021, 76402/2021, 76466/2021 e 32832/2021 de JEISSE MARRONE XAVIER DE SOUZA, ALESSANDRA DURAES DE SOUZA, LEONARDO DA ROSA AIVI, VERONICA DOS SANTOS CLAUDIO BISPO, THAINA SANTOS PIM, ALEXSANDRE FERREIRA, MARIANA DE OLIVEIRA CONCEICAO, JULIANA ALVES DA COSTA, GUILHERME DE LIMA REIS e TALITA BARBOSA BENASSI, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.401/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Duraes de Souza (086.988.956-70); Alexsandre Ferreira (845.386.600-78); Guilherme de Lima Reis (390.299.958-66); Jeisse Marrone Xavier de Souza (070.936.986-70); Juliana Alves da Costa (040.446.911-69); Leonardo da Rosa Aivi (051.144.811-26); Mariana de Oliveira Conceicao (421.318.198-70); Talita Barbosa Benassi (410.967.748-36); Thaina Santos Pim (468.936.698-52); Veronica dos Santos Claudio Bispo (362.706.828-94).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9520/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.409/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gladson Nogueira Reis (001.176.831-24).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9521/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.421/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Helington Neves de Oliveira (032.958.537-11); Paulo Felipe Junior (086.748.407-10).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9522/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.456/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gabriel Martins Araujo (111.833.626-76).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9523/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.508/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Ferreira Goncalves do Nascimento (145.169.328-14); Joao Marcelo Menezes Falcao (016.729.057-61); Luciana Aparecida Moraes de Souza (114.246.797-02); Pedro Miguel de Moraes (096.668.814-70).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9524/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.541/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Silva de Oliveira (069.932.487-43); Alexandre Macedo dos Santos Silva (020.385.317-22); Diego de Oliveira Araujo (112.020.737-19); Isabella Cardial da Silva (099.359.457-31); Italo Waddington Cruz (115.744.347-80); Laryssa Guimaraes do Nascimento (154.576.077-20); Luzileide Moura de Araujo (890.323.573-87); Sandro da Cruz Aguiar (744.274.747-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9525/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.586/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bernardo Del Vecchio Costa (176.876.377-12); Bruno Davel Machado Filho (155.761.447-40); Diego Candido Lopes (151.545.777-01); Gabriel Farias Vasconcelos (182.140.097-66); Joao Pedro Reinaldo da Silva (163.167.937-66); Marcelo Augusto Pereira Batista (013.437.192-59); Rafael Vieira Martins de Siqueira (051.575.401-32); Richard Dias Medina (198.464.217-02); Saulo Ricardo da Silva Ferreira (138.959.974-47); Witor Gabriel da Costa Souza (083.504.534-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9526/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.592/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcia Cristhina da Silva Raymundo (181.899.587-55).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9527/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.637/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Matheus Aguirre Nascimento (093.682.229-59); Renato Mendes Saraiva (098.737.666-77).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9528/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 5 a 7),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Admissão 129298/2021 de DANIELLE CARDOZO FRASCA TEIXEIRA, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.679/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Danielle Cardozo Frasca Teixeira (326.865.028-78).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9529/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de e ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 11 a 13),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 87624/2021, 25006/2021, 25153/2021, 67055/2021, 139015/2020, 25159/2021 e 25160/2021 de ISRAEL FRIGHETTO DOS SANTOS, LUCAS REGIS LACET DE LUCENA, ANTONIO HUMBERTO DE ALMEIDA, MARCIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA, THIAGO MACELL SILVA FIGUEREDO, CRISTIANA GONCALVES BARBOSA DE ARAUJO e THIAGO PAULO JUNIOR, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.707/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Humberto de Almeida (760.476.101-10); Cristiana Goncalves Barbosa de Araujo (000.922.711-38); Israel Frighetto dos Santos (057.171.651-29); Lucas Regis Lacet de Lucena (700.367.121-24); Marcia Aparecida da Silva Oliveira (471.938.161-87); Thiago Macell Silva Figueredo (024.739.975-27); Thiago Paulo Junior (705.493.261-70).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9530/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.734/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Artur Baptista Armond (470.684.288-35); Diego Leonardo Fernandes de Paula (453.672.578-44); Edson Alberto Bruno da Silva (463.275.218-51); Gabriel Henrique Rosa Goes (468.295.658-20); João Paulo Prado de Almeida (433.226.848-22); João Paulo Souza Alves da Silva (425.866.978-47); Lucas Souza Pinho de Azevedo (506.427.388-66); Marcos Vinícius Dias da Silva (408.288.118-22); Marcus Vinícius Barbosa Santos (393.877.768-08); Matheus Belko de Andrade (471.410.688-05).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9531/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.735/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Michael Fernando de Oliveira Coelho (441.366.368-30); Taian Orbolato de Carvalho (469.087.158-25); Wendler Lopes dos Santos (456.529.328-56); Yuri Carlos Alexandrino (388.377.018-37).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9532/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vistas estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 8 a 10),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame

dos atos de Admissão 39852/2022, 40684/2022, 62360/2021 e 40515/2022 de RAUL ALVES MALDONADO, FILIPE VERBURG RIBAS, VINICIUS VARGAS POERSCHKE e TIAGO NUNES FERREIRA, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.743/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Filipe Verburg Ribas (111.676.829-12); Raul Alves Maldonado (036.909.510-38); Tiago Nunes Ferreira (050.013.600-99); Vinicius Vargas Poerschke (045.017.520-09).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9533/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.767/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Cristina Mesquita Lima de Carvalho (004.940.357-57); Renata Almeida Dias (055.265.057-90).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9534/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 5 a 7),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de Admissão 148956/2021 de MAYANA DE CARVALHO SILVA BANDEIRA, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.772/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mayana de Carvalho Silva Bandeira (049.768.834-42).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/ms.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9535/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de ato de admissão, submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 6 a 8),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 39659/2022 e 53072/2020 de INGRIDY REINHOLZ GRAFITES SCHEREIDER e EMERSON CAMPOS GONCALVES, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.785/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Emerson Campos Goncalves (076.120.696-52); Ingridy Reinholz Grafites Schereider (145.227.207-77).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9536/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 6 a 8),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 24225/2022 e 128947/2021 de EWERTON JOSE DE MEDEIROS TORRES e SABIA BELLE CONCEICAO DE OLIVEIRA, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.789/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ewerton Jose de Medeiros Torres (033.403.295-40); Sabia Belle Conceicao de Oliveira (026.549.812-07).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9537/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peça 14 a 16),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 165347/2021, 162161/2021, 129519/2021, 128295/2021, 144098/2021, 165542/2021, 150959/2021, 129081/2021, 143563/2021 e 130055/2021 de JEFFERSON DE QUADROS DINIZ, MARCIA SOARES RODRIGUES, SIOMARA ALVES CANABARRO, ALINE BORBA DE CAMILLIS, JUANA ARACY TRINDADE GOMEZ, MILAINE MARQUES IVANISKI, GISELE FARIAS BAPTISTA, FRANCIELI ALVES MAZO, JENIFER DA SILVA NASCENTE e MAGI TEREZINHA PEREIRA DE CARVALHO, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.825/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Borba de Camillis (832.040.160-72); Francieli Alves Mazo (066.332.099-24); Gisele Farias Baptista (923.701.010-91); Jefferson de Quadros Diniz (892.191.390-49); Jenifer da Silva Nascente (848.732.990-04); Juana Aracy Trindade Gomez (829.814.850-91); Magi Terezinha Pereira de Carvalho (508.868.860-15); Marcia Soares Rodrigues (517.974.700-78); Milaine Marques Ivaniski (013.597.590-50); Siomara Alves Canabarro (907.221.400-53).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9538/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.826/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Graziella Luz Pedroso (019.125.110-02); Litcheli da Silva Seibert (017.699.710-50); Pamela Pinto Garcias (025.596.020-40); Virginia Betania Martins Lemos (553.486.100-20).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9539/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.842/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ellison Matheus Delio Alcantara (087.267.804-02); Hecio Henrique Araujo de Morais (942.062.794-20); Renan Albert Mendonca Rodrigues (063.740.164-67).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9540/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 6 a 8),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 71610/2021 e 71634/2021 de RAQUEL DA SILVA BARBOSA RANGEL e FABIO TENORIO CORREA, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.848/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabio Tenorio Correa (071.754.677-29); Raquel da Silva Barbosa Rangel (109.188.147-23).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9541/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 6ª a 8),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 159400/2021 e 9042/2022 de LUCIANA AITA RISS e CRISTIANE BARBOSA SOARES, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.869/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiane Barbosa Soares (017.514.190-88); Luciana Aita Riss (013.371.710-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9542/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.870/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Emerson Felipe Felix (083.925.909-37); Ivelize Cunha Tannure Nascimento (825.300.766-34); Leandro Ribeiro Gomes (305.899.538-50).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9543/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.876/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ariana da Silva Mattos (022.178.495-06); Edson Rodrigues da Silva (504.795.985-68); Elionai Mendes da Silva (986.055.185-53); Joao Henrique Moreira Santos (030.948.025-67); Laira Maissa Almeida Silva (817.213.585-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9544/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de e atos de admissão, submetidos, para fins de registro, à apreciação do TCU, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

Considerando os pareceres uniformes exarados pela unidade técnica e pelo MP/TCU (peças 6 a 8),

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de Admissão 148158/2021 e 28989/2022 de JANUARIO JOSE MONTEIRO e PRISCILA MARIA FRANCO WEBER, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.968/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Januario Jose Monteiro (013.306.869-26); Priscila Maria Franco Weber (015.115.450-38).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9545/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.978/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Lucas Misael Alves Cardoso (512.055.508-01).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9546/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.980/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Goncalves Queiroz (067.991.806-08); Alisson Alves da Hora (989.472.734-49); Jose Emerson Xavier (084.123.714-02); Pedro Linck Maciel (087.846.754-89); Vinicius Belem Rodrigues Barros Soares (082.162.714-76).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9547/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.037/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leandro Marcondes Carneiro (045.980.559-28); Lucas da Silva Lima (034.242.152-28).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9548/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.041/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cintia da Silva Craveiro (317.362.308-83); Claudionor Carvalho Filho (019.297.248-02); Guilherme Lourenco da Silva (320.275.858-69); Otavio Baute Costa Xavier (419.450.928-58).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9549/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.043/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jacqueline Ponde Santos (825.547.811-68); Karoline Lira Rodrigues (044.743.051-32); Kassia Konrad Borges (040.301.061-61); Luciana Pires da Silva (025.818.721-28); Luciene Silva Rocha (013.194.201-84); Uires Jose de Souza (476.509.239-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9550/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.057/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna Ferreira Carvalho (124.369.297-93); Lucas Muniz Oliveira (134.000.067-93); Marcos Lopes Quaglio (102.258.567-35); Vinicius Nunes Souza (122.945.087-42).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9551/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.069/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Freitas Goncalves (049.051.373-57); Jessica Targino Muniz (450.341.628-65).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9552/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.070/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luis Eduardo Primaz (294.968.928-09); Patricia Fumiko Imai (334.056.478-78).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9553/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 792/2022-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-013.470/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Recorrente: Maria da Penha Gonçalves Pereira (026.891.606-33).

1.2. Interessados: Elton José Almeida de Oliveira (174.870.806-68); Lauricy Vieira Gonçalves (092.306.966-68); Maria da Penha Gonçalves Pereira (026.891.606-33); Maria da Penha Gonçalves Pereira (026.891.606-33).

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia Em Minas Gerais.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Bruno Dantas
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: Flávia Mello e Vargas (79517/OAB-MG), Luís Ataliba Cavalcante França (174641/OAB-MG) e outros, representando Maria da Penha Gonçalves Pereira.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.9.1. alterar, em virtude do reconhecimento de erro material, a redação do subitem 9.1. do Acórdão 792/2022-1ª Câmara, que passará a ser a seguinte:
"9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, conceder a ele provimento e tornar insubsistente o subitem 9.3 do Acórdão 2.352/2020-1ª Câmara em relação ao ato da pensão instituída pelo sr. Alpim Gonçalves de Oliveira em favor das sras. Lauricy Vieira Gonçalves e Maria da Penha Gonçalves Pereira, conforme entendimento consubstanciado no RE 636.553/RS;".

ACÓRDÃO Nº 9554/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.241/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivonete Elias da Silva (462.505.497-49); Izaura de Oliveira Sant'Anna (991.725.937-68); Magda Simões de Oliveira (089.371.457-74); Maria da Gloria de Paula (710.546.267-15); Sueli Aguiar da Rosa (808.019.947-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9555/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.417/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alexandre Carneiro de Almeida (784.554.482-53); Lucas Nunes Ferreira de Almeida (097.627.772-71); Matheus Nunes Ferreira de Almeida (037.087.372-61).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9556/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar a reinstrução do processo:

1. Processo TC-023.980/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Graça Ribas de Pinto Ferreira (354.228.660-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que verifique se o instituidor exerceu o comércio em período no qual estava submetido ao regime de dedicação exclusiva, tendo em vista também constar como instituidor de pensão de comerciário, pelo regime geral, e avalie os impactos dessa situação nos proventos de pensão.

ACÓRDÃO Nº 9557/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.988/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lílian Tereza Sales Barreto (214.838.172-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9558/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.231/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Geraldina Vieira da Silva (409.191.535-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9559/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação aos responsáveis, dando-se ciência desta deliberação à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania (Seesp/MC) e à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.770/2018-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)
1.1. Responsáveis: André Luis Argolo Ribeiro (871.143.055-91); Andrea Barbosa Andrade de Faria (658.471.481-00); Antônio Jose Chatack Carmelo (366.720.091-91); Beatriz Maria Marques Diniz (911.909.677-15); Daniel Chierighini Barbosa (346.695.998-52); Diego Ferreira Tonietti (011.141.101-75); Fernando Avelino Boeschenstein Vieira (606.547.917-91); Gustavo Henrique Perrella Amaral Costa (058.489.726-05); Gustavo Teixeira Amorim Goncalves (783.391.971-34); Homero Gustavo Reginaldo Lima (288.058.011-00); Humberto Aparecido Panzetti (045.323.808-47); Jeronimo Felipe da Silva (688.479.981-15); José Cândido da Silva Muricy (740.640.457-34); José Roberto Gnecco (047.671.228-99); Karla Katchiucia Vilela Coelho Candido (052.174.176-92); Leandro Corrieri de Macedo (482.791.101-00); Leandro Cruz Froes da Silva (016.766.507-33); Luiz Celso Giacomini (093.204.150-72); Luiz Claudio Reis (769.332.457-72); Luiz Eduardo Carneiro da Silva de Souza Lima (076.163.937-30); Luiz Ricardo Montenegro Marciano (683.279.359-68); Marcelo Heringer Mota Anunciacao (793.698.981-15); Marcio Fernando Andraus Nogueira (149.250.688-57); Newton Koji Uchida (394.418.908-63); Paulo Villas Boas de Almeida (083.470.388-21); Rogerio Sampaio Cardoso (121.279.128-29); Rogério Guimarães (443.955.310-91); Sandro de Oliveira Teixeira (019.975.037-86); Sibele Regina Luz Grecco (705.835.280-15); Valeria Grilanda Rodrigues Paiva (480.221.791-91).
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte(extinta).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9560/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, por meio do Acórdão 147/2014-1ª Câmara, esta Corte de Contas examinou tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em desfavor do sr. Francisco de Assis Maciel Carvalho, ocasião em que as contas do responsável foram julgadas irregulares, com imputação de débito e aplicação de multa;
Considerando que, contra a decisão supracitada, o responsável interpôs recurso de reconsideração, ao qual foi negado provimento por meio do Acórdão 7.892/2014-1ª Câmara;
Considerando que o responsável opôs sucessivos embargos à decisão que apreciou seu recurso de reconsideração, julgados por meio dos Acórdãos 2.797/2016, 14.045/2018 e 3.148/2022, todos da Primeira Câmara;
Considerando que, neste momento, por meio do expediente juntado à peça 144, o sr. Francisco de Assis Maciel Carvalho requer o reconhecimento da ocorrência da prescrição ressarcitória e punitiva sob o regramento estabelecido pela novel Resolução TCU 344/2022;
Considerando que, por se tratar questão de ordem pública, a eventual ocorrência de prescrição pode ser examinada a qualquer momento, inclusive de ofício; e
Considerando a manifestação da Serur que, em sua instrução, apontou a não ocorrência da prescrição, tendo em vista que não houve extrapolação nem do prazo quinquenal previsto no art. 2º da Resolução TCU 344/2022, nem do prazo trienal relativo à prescrição intercorrente (peças 145-147);
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48, caput e parágrafo único da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em receber o expediente de peça 145 como mera petição, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos, conforme abaixo:

1. Processo TC-020.950/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Recorrente: Francisco de Assis Maciel Carvalho (020.254.693-49)
1.2. Órgão: Ministério da Integração Nacional
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtadonão atuou
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.6. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
1.7. Representação legal: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912), Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361) e outros
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. indeferir o pedido de reconhecimento de prescrição da deliberação consignada no Acórdão 147/20141ª Câmara, nos termos da Resolução TCU 344/2022; e
1.8.2. dar ciência da presente deliberação ao interessado, encaminhando-lhe cópia da instrução técnica inserta à peça 145.

ACÓRDÃO Nº 9561/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno deste Tribunal, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar os presentes autos sem julgamento de mérito, em vista da ausência de pressuposto de constituição do processo, dando-se ciência desta decisão ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. e aos responsáveis.

1. Processo TC-036.175/2021-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Joao Alves Sobrinho (303.156.203-82); Sociedade Cariuense de Apoio A Habitacao Popular, Educacao, Cultura e Comunicacao (02.530.874/0001-86).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A..
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9562/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara¸ ACORDAM por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.888/2021-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Júlio Rafael Jardelino da Costa (095.713.454-15); Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (09.139.551/0001-05).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9563/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara¸ ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno do TCU, c/c os arts. 6º, inciso II, e 19 da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.324/2021-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Amazon Books & Arts Eireli (04.361.294/0001-38); Antônio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Assumpta Patte Guertas (149.097.798-84); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91); Tânia Regina Guertas (075.520.708-46).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência desta deliberação, acompanhada dos pareceres que a fundamentam, ao responsáveis e à Secretaria Especial de Cultura.

ACÓRDÃO Nº 9564/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor do débito monetariamente atualizado apontado nos presentes autos é inferior a R$ 100.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 71/2012, e que ainda não há citação válida;

Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplina que "aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União";

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU, e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do presente processo, sem prejuízo da adoção das medidas previstas no art. 15 da IN TCU 71/2012.

1. Processo TC-045.721/2021-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Arnaldo Lemos Figueiredo (059.184.726-49)

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Coqueiral/MG

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência da presente deliberação ao responsável, à Prefeitura Municipal de Coqueiral/MG, à Secretaria Especial de Desenvolvimento Social e à Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências do Ministério da Cidadania, remetendo-lhes cópia da instrução técnica inserta à peça 53.

ACÓRDÃO Nº 9565/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor do débito monetariamente atualizado apontado nos presentes autos é inferior a R$ 100.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 71/2012, e que ainda não há citação válida;

Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplina que "aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União";

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU, e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do presente processo, sem prejuízo da adoção das medidas previstas no art. 15 da IN TCU 71/2012.

1. Processo TC-045.723/2021-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Prefeitura Municipal de Várzea/PB (08.884.066/0001-01)

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Várzea/PB

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. excluir o nome do sr. José Ivaldo de Morais da presente relação processual;

1.7.2. incluir o nome do Município de Várzea/PB (08.884.066/0001-01) como responsável nos autos; e

1.7.3. dar ciência da presente deliberação à Prefeitura Municipal de Várzea/PB e à Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências do Ministério da Cidadania, remetendo-lhes cópia da instrução técnica inserta à peça 75.

ACÓRDÃO Nº 9566/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, inciso I, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência desta deliberação aos srs. Euclides Rodrigues da Silva Filho, Ricardo Amaral Castro Ferreira e Sebastião Carlos Carvalho, ao representante, à Polícia Federal e à Advocacia-Geral da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.215/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 013.447/2022-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Departamento de Polícia Federal; Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9567/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão 16/2022 sob a responsabilidade de Distrito Sanitário Especial Indígena de Parintins/AM, com valor estimado de R$ 447.091,50, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva nas embarcações e motores de popa, de natureza contínua, com fornecimento de peças e acessórios necessários para atender as necessidades da frota de veículos oficiais fluviais do DSEI/Parintins,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos, produzidos pela Selog (peças 43 e 44);

Considerando que, analisando a proposta a apresentada pela representante na licitação ora questionada e examinando os argumentos da equipe técnica do DSEI, verificou-se que a proposta não teria condições de ser ajustada nos termos do edital (possibilidade de corrigir equívocos referentes ao regime tributário real e o informado na proposta - subitem 8.11.2);

Considerando que a mesma proposta olvidou de cotar dois itens materiais da manutenção (correia dentada e zarcão - peça 35, p. 104 e 108), além de não ter somado à proposta, o bloco de serviços de manutenção dos botes cobertos (idem, p.108), bem como o fato de que o subitem 8.11.2 (peça 8, p.10) considera "erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime", o que, no presente caso, configurou-se não se tratar desse tipo de erro;

Considerando que após inúmeras chances de adequar a planilha da licitante representante, tal documento continuou errado, permanecendo viciado, e que a mesma representante foi negligente na apresentação da proposta, mesmo conhecendo amplamente o objeto (é o atual contratado);

Considerando que o item 5.3 do edital (peça 8, p. 4) confere aos licitantes a possibilidade de deixar de apresentar documentos de habilitação que porventura já estejam no SICAF;

Considerando que a equipe de licitação do DSEI Parintins, ao buscar informações no SICAF, verificou a existência do Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa Lima Navegação, Transportes e Serviços Náuticos Ltda., CNPJ 16.417.694/0001-05, que comprovava a capacidade técnica do licitante vencedor, nos termos exigidos pelo edital;

Considerando a verificação de que o atestado emitido pela empresa vencedora (peça 35, p.62) atende ao que se exigiu como capacidade técnica no edital, tanto no que concerne ao objeto e ao tempo (atesta serviços de manutenção de motores de popa e de centro, durante 1 ano e 3 meses); e

Considerando, portanto, que a conduta do pregoeiro e sua equipe foram corretas, não se configurando ilegalidade,

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar pleiteado e determinar o arquivamento do processo, dando ciência ao representante e ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Parintins/AM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.964/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: H. F. Picanco (10.669.402/0001-37).

1.2. Órgão/Entidade: Distrito Sanitário Especial Indígena Parintins.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Ideildo Tavares Nascimento (11463/OAB-AM), representando A V de Freitas Eireli.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9568/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pelo extinto Ministério da Cultura em desfavor de Gilvan Bezerra de Brito e da empresa Gilvan Bezerra de Brito - ME, em virtude da não apresentação da prestação de contas final dos recursos captados pela entidade para a execução do projeto cultural Pronac 98-3515, celebrado com base no §1º do art. 18 e no art. 26, da Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet) e no art. 1º da Lei 8.685/1993 (Lei do Audiovisual), para a produção do longa metragem em 35 mm., denominado "A Inesperada Visita do Imperador";

Considerando que, diante dos fundamentos apresentados pelo Diretor da subunidade responsável pela instrução do feito, os quais indicavam, naquela ocasião, para a possibilidade do cumprimento, ainda que tardio, do projeto cultural, o Tribunal, de forma excepcional, expediu, por meio do Acórdão 282/2020-TCU-Primeira Câmara, as seguintes determinações à Agência Nacional do Cinema (Ancine):

"a) analise, no prazo de 180 dias, a prestação de contas do projeto PRONAC 98-3515, para a produção do longa metragem em 35 mm., denominado "A Inesperada Visita do Imperador", e encaminhe o resultado a este Tribunal, independentemente da apresentação ou não do CPB - Certificado de produto Brasileiro;

b) reabra o prazo de captação do projeto PRONAC 98-3515, seja por meio de alteração de proponente ou outro meio que entender viável, de forma a permitir a conclusão do projeto, zelando pelos valores captados de forma que eles sejam transferidos diretamente aos credores que retêm a obra, informando a esse Tribunal sobre as providências adotadas no prazo de 180 dias."

Considerando que após a análise dos documentos encaminhados pela Ancine e pelo responsável, a unidade instrutora concluiu (peça 105) que o atendimento às diligências do Tribunal se deu de forma insatisfatória, pouco contribuindo para o atendimento ao Acórdão 282/2020-TCU-Primeira Câmara;

Considerando, ainda, o procedimento apontando pela unidade instrutora para o saneamento do caso, que envolve, preliminarmente ao deferimento da reabertura do prazo de captação, o pedido de redimensionamento do projeto e a posterior aprovação deste por parte da Ancine, caso assim entenda cabível;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no princípio constitucional da eficiência, consagrado no art. 37 da Carta Magna, bem como nos arts. 1°, XXI, 17, inciso I, 143, inciso V, alínea "c", e 201, do Regimento Interno do TCU, como medida de excepcionalidade, em:

a) notificar Gilvan Bezerra de Brito para que, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da notificação, comprove perante este Tribunal que obteve o deferimento da reabertura do prazo de captação de recursos para o Pronac 98-3515, após a adoção de todas as medidas definidas pela Ancine para esse fim;

b) alertar Gilvan Bezerra de Brito que o não atendimento à notificação poderá resultar no julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação ao pagamento do débito apurado e da multa previstas no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, em razão da ausência de entrega do produto final do Pronac 98-3515; e

c) notificar a Ancine para que, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da notificação, apresente ao Tribunal a conclusão do Relatório de Análise Financeira nº 27-E/2021/SEF/SPR/CFI.

1. Processo TC-000.670/2018-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Gilvan Bezerra de Brito (01.537.065/0001-33); Gilvan Bezerra de Brito (058.066.904-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta).

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9569/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a interessada interpôs recurso de reconsideração (peça 42) contra o Acórdão 983/2017-TCU-1ª Câmara (peça 22), o qual foi conhecido, mas teve negado o provimento, conforme Acórdão 645/2020-TCU-1ª Câmara (peça 57);

Considerando que contra aquela primeira decisão a interessada interpôs recurso de revisão (peça 76), que, por meio do Acórdão 285/2021-TCU-Plenário (peça 92), não foi conhecido, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade;

Considerando a persistência da insatisfação da recorrente, postulando, agora, exclusão dos juros e correção monetária incidentes sobre o valor do débito que lhe foi imputado e perdão da multa que lhe foi aplicada, por entender que não possui condições financeiras de pagá-los;

Considerando que o dinheiro público é indisponível, não havendo permissivo legal para remir dívidas com o erário sob a alegação de dificuldades financeiras;

Considerando, ainda assim, que o Acórdão 983/2017-TCU-1ª Câmara já autorizou o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) vezes;

Considerando que o recurso cabível em processo de contas, nos termos do art. 32 da Lei 8.443/92, já foi manejado, importando na preclusão consumativa estabelecida no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em receber o expediente apresentado por Maria Marta Baião Seba (peça 125) em face do Acórdão 983/2017-TCU-1ª Câmara como mera petição e negar recebimento ao pleito, em razão da preclusão consumativa e do disposto no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e nos termos do art. 50, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014, e reiterar o deferimento do parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis), dando-se ciência deste acórdão ao recorrente.

1. Processo TC-011.547/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Interessada: Maria Marta Baião Seba (578.035.107-44).

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE) e Secretaria de Recursos (SERUR)

1.6. Representação legal: Evandro Colasso Ferreira (343.100/OAB-SP), representando Maria Marta Baião Seba.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9570/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 27 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso III, e 218 do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos em:

a) levantar o sobrestamento determinado pelo Acórdão 6345/2019-TCU-1ª Câmara;

b) dar quitação à Sociedade de Amigos do Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba, Aparecida da Silva Carvalho, Francisco Prado de Oliveira Ribeiro e Carmelo Zitto Neto, ante o recolhimento integral do débito solidário a que se refere o Ofício 0179/2017-TCU/Secex-SP, de 1º/12/2017;

c) julgar as contas da Sociedade Amigos do Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba, de Aparecida da Silva Carvalho, Francisco Prado de Oliveira Ribeiro e Carmelo Zitto Neto regulares com ressalva e dar-lhes quitação;

d) arquivar o processo.

1. Processo TC-014.682/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Sociedade de Amigos do Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba (52.806.585/0001-35); Aparecida da Silva Carvalho (126.167.018-39); Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00).

1.2. UnidadesJurisdicionadas: Ministério da Economia; Sociedade de Amigos do Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Joaquim Claudio Calixto (OAB/SP 141.975) e Andreia Maria Teixeira Varella Mariano (OAB/SP 236724), representando Sociedade de Amigos do Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba; Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (OAB/SP 97557), Rivaldo Lopes (OAB/DF 12814) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9571/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno deste Tribunal, e na Súmula-TCU 145, em corrigir, por erro material, o Acórdão 6.590/2019-TCU-Primeira Câmara, de forma a alterar o subitem 9.1, conforme consta a seguir:

onde se lê "9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Carlos Alberto Pinto da Silva e Luis Cesar Figueiredo, condenando-os solidariamente ao pagamento dos débitos discriminados a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicadas nos demonstrativos de débito até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia à Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Empreendimento	Valor histórico do débito (R$)	Demonstrativo de débito
Res. dos Coqueiros	1.018.652,32	Peça 78
Res. das Palmeiras	150.012,84	Peça 79
Res. Parque da Serra	248.701,56	Peça 80
Res. Parque da Mata	183.849,88	Peça 81
TOTAL	1.601.216,60	

",

leia-se "9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Carlos Alberto Pinto da Silva e Luis Cesar Figueiredo, condenando-os solidariamente ao pagamento dos débitos discriminados a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicadas nos demonstrativos de débito até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia à Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Empreendimento: Res. dos Coqueiros

Data	Valor (R$)
25/5/2008	35.716,80
25/6/2008	66.969,60
25/7/2008	66.969,60
25/8/2008	66.969,60
25/9/2008	66.969,60
25/10/2008	66.969,60
25/11/2008	66.969,60
25/12/2008	66.969,60
25/1/2009	66.969,60
25/2/2009	66.969,60
25/3/2009	66.969,60
25/4/2009	66.969,60
25/5/2009	66.969,60
25/6/2009	68.157,60
25/7/2009	47.046,45
25/8/2009	21.876,65
25/9/2009	11.813,91
25/10/2009	9.295,90
25/11/2009	4.335,56
25/12/2009	3.691,87
25/1/2010	3.644,53
25/2/2010	3.284,81
25/3/2010	3.123,89
25/4/2010	2.953,43
25/5/2010	75,72
TOTAL	1.018.652,32

Empreendimento: Res. das Palmeiras

Data	Valor (R$)
25/5/2008	23.884,98
25/6/2008	32.735,80
25/7/2008	22.524,18
25/8/2008	20.533,74
25/9/2008	20.130,01
25/10/2008	17.829,65
25/11/2008	7.764,56
25/12/2008	1.887,11
25/1/2009	563,34
25/2/2009	563,34
25/3/2009	563,34
25/4/2009	563,34
25/5/2009	375,56
25/6/2009	93,89
TOTAL	**150.012,84**

Empreendimento: Res. Parque da Serra

Data	Valor (R$)
24/8/2008	70.611,12
24/9/2008	67.666,93
24/10/2008	43.671,70
24/11/2008	27.051,38
24/12/2008	19.976,29
24/1/2009	17.375,14
24/2/2009	1.752,43
24/3/2009	577,93
24/4/2009	18,64
TOTAL	**248.701,56**

Empreendimento: Res. Parque da Mata

Data	Valor (R$)
24/8/2008	7.734,90
24/9/2008	38.675,88
24/10/2008	38.675,88
24/11/2008	38.545,09
24/12/2008	24.550,68
24/1/2009	19.636,78
24/2/2009	10.603,01
24/3/2009	5.100,69
24/4/2009	280,26
24/5/2009	46,71
TOTAL	**183.849,88**

".

1. Processo TC-021.447/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 007.127/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Carlos Alberto Pinto da Silva (035.723.188-07); Luis Cesar Figueiredo (023.663.698-75).

1.3. Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Fabiano Henrique Galzoni (223.371/OAB-SP), Ana Leticia Mazzini Calegaro Ladeira (251.503/OAB-SP) e outros, representando Carlos Alberto Pinto da Silva; Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (157.199/OAB-SP), Murilo Fracari Roberto (22.934/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41.796/OAB-DF) e Ana Carolina Mazoni (31.606/OAB-DF), representando Luis Cesar Figueiredo.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9572/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno deste Tribunal, e na Súmula-TCU 145, em corrigir, por inexatidão material, o subitem 9.3 do Acórdão 8387/2019-TCU-1ª Câmara, de forma que onde se lê "...o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional...", leia-se "...o recolhimento das quantias à Universidade Federal da Paraíba...".

1. Processo TC-027.828/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 027.082/2020-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.084/2020-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Fundação José Américo (08.667.750/0001-23); Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira (203.996.854-72); Roberto Maia Cavalcanti (007.812.684-35).

1.3. Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal da Paraíba.

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).

1.7. Representação legal: Fabio Vinicius Maia Trigueiro (OAB-PB 16027), representando Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9573/2022 - TCU - Primeira Câmara

Trata-se de pedido de pagamento, em até 100 (cem) parcelas mensais e consecutivas, de dívidas imputadas solidariamente a Larissa Lucena Pereira e a Thaissa Lucena Pereira pelo Acórdão 9103/2021- TCU-Primeira Câmara (peça 145);

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.972/2020-TCU-Primeira Câmara, deferiu, excepcionalmente, o parcelamento dessas dívidas em até 72 meses (peça 52);

Considerando que, em consulta ao SISGRU, foi verificado que as responsáveis deixaram de recolher as parcelas (peça 82);

Considerando que, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implica o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, e 59, da Lei 8.443/1992 e do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em:

a) indeferir o novo pedido de pagamento parcelado das dívidas imputadas a Larissa Lucena Pereira e a Thaissa Lucena Pereira pelos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 9103/2021- TCU-Primeira Câmara (peça 145);

b) determinar a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992.

1. Processo TC-038.493/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Larissa Lucena Pereira (023.537.121-18); Thaissa Lucena Pereira (003.465.881-54).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos - Seproc.

1.6. Representação legal: Thiago Pedro Caixeta Gomes (OAB/DF 57.920) e Marta da Silveira (OAB/DF 16.939), representando Larissa Lucena Pereira e Thaissa Lucena Pereira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9574/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de embargos de declaração opostos por Antônia Alizandra Gomes dos Santos Rodrigues (peça 128) em face do Acórdão 4.478/2022-TCU-Primeira Câmara, que julgou recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5.011/2020-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas da embargante e aplicou-lhe multa;

Considerando que cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida, a serem opostos dentro do prazo de dez dias, contados na forma do art. 30 da Lei. 8.443/1992 c/c os arts. 183 e 185 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que a embargante tomou conhecimento da deliberação em 11/10/2022, conforme aviso de recebimento à peça 127, e que seu expediente recursal data de 25/10/2022, portanto fora do prazo atinente à espécie;

Considerando, de toda forma, inexistir a alegada contradição, tendo em vista que a análise da Secretaria de Recursos, transcrita no relatório da decisão recorrida e adotada como razões de decidir, concluiu em seu item 7.2 que "Deve ser mantido o julgamento pela irregularidade das contas da responsável (...)";

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inc. II, e 34 da Lei 8.443/1992, bem como art. 287, caput, e 278, §§ 2º e 3º, c/c art. 143, inciso V, alínea "f", ambos do Regimento Interno/TCU, em não conhecer dos embargos de declaração, em razão de sua intempestividade.

1. Processo TC-040.045/2019-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônia Alizandra Gomes dos Santos Rodrigues (027.193.994-00); Samuel Carlos Tenório Alves de Alencar (809.375.004-53).

1.2. Recorrente: Antônia Alizandra Gomes dos Santos Rodrigues (027.193.994-00).

1.3. Unidades Jurisdicionadas: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Município de Potengi/CE.

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (18.971/OAB-CE) e outros, representando Antônia Alizandra Gomes dos Santos Rodrigues; Marcelo Augusto Fernandes da Silva (25.905/OAB-CE), Paulo Goyaz Alves da Silva (5.214/OAB-DF) e outros, representando Samuel Carlos Tenório Alves de Alencar.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9575/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos com fundamento nos art. 143, V, "e", 183, parágrafo único, e 185, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 120 dias, o prazo para atendimento ao item 1.7 do Acórdão 11.210/2019-TCU-Primeira Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.512/2019-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsáveis: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81); Secretaria de Educação Superior (00.394.445/0074-59).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Secretaria de Educação Superior.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9576/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em dar quitação a José Carlos Silvestre de Souza e a José Sérgio de Souza, ante o recolhimento integral das multas individuais que lhes foram aplicadas pelos subitens 9.4.1 e 9.4.2, respectivamente, do Acórdão 1854/2017-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-001.329/2013-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Eduardo Raupp de Vargas (692.427.120-00); Fernando de Azevedo Dantas (289.974.171-34); Francisco Cassiano Sobrinho (207.286.118-72); Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43); José Carlos Silvestre de Souza (210.565.871-72); José Sérgio de Souza (119.686.211-72); Marilene Gonçalves Rocha (232.322.771-87); Pedro Murrieta Santos Neto (068.047.801-91); Silvano da Silva Pereira (076.615.411-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: Luiz Antonio Muller Marques (33.680/OAB-DF), representando José Sérgio de Souza; Camila Kellen dos Santos Silvestre de Souza (36504/OAB-DF), representando José Carlos Silvestre de Souza; Luiz Antonio Muller Marques (33.680/OAB-DF), representando Silvano da Silva Pereira; Jonas Cecílio (14344/OAB-DF), Isadora França Neves (14548/OAB-DF) e outros, representando Francisco Cassiano Sobrinho.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9577/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação a Roberto Carvalho Blanco, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 2.799/2017-TCU-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.683/2013-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 000.138/2020-7 (MONITORAMENTO)

1.2. Responsáveis: Marco Antonio de Freitas Mendonça (083.039.588-10); Márcia Perales Mendes Silva (214.861.902-00); Roberto Carvalho Blanco (284.322.742-91); Valdelário Farias Cordeiro (342.953.302-30).

1.3. Interessados: Fundação Universidade do Amazonas (04.378.626/0001-97); Rudary Prestadora de Serviços do Amazonas Ltda (00.984.730/0001-74).

1.4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9578/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR em favor de Maria do Perpetuo Socorro Telles da Silva Torres.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações claras sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria do Perpetuo Socorro Telles da Silva Torres (115.843.942-34), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-012.802/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria do Perpetuo Socorro Telles da Silva Torres (115.843.942-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 9579/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame (peça 54) interposto pela Sra. Maria Inez Torres de Castro Vieira contra o Acórdão 3.831/2022-1ª Câmara (peça 9 do TC 009.571/2022-1), por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal e recusou o registro do ato de concessão de aposentadoria de Maria Celia Barros de Freitas e fez determinações à Fundação Nacional de Saúde.

Considerando que o Acordão 3.831/2022-1ª Câmara não foi proferido nos presentes autos e, sim, no TC 009.571/2022-1;

Considerando que o Acórdão 3.831/2022-1ª Câmara não tem a recorrente como interessada;

Considerando, portanto, que o recurso interposto não atende aos requisitos de admissibilidade, por estar caracterizada a falta de interesse recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I, 33 e 48, caput e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 144, 277, inciso II, 282 e 286 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto pela Sra. Maria Inez Torres de Castro Vieira, por ausência de interesse recursal; e

b) dar ciência da presente deliberação à recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-016.584/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Recorrente: Maria Inez Torres de Castro Vieira (136.164.394-34).

1.2. Interessado: Maria Inez Torres de Castro Vieira (136.164.394-34).

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Alagoas.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB/AL 9.385).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9580/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde em favor do ex-servidor Bernardo Alcântara e Silva.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou, como irregularidade, que o valor pago a título de diferença pessoal nominalmente identificada (DPNI), posteriormente nomeado "DIFERENCA INDIVIDUAL L.12.998", nos proventos do interessado, não observou os termos do § 4º do art. 2º da Lei 11.355/2006;

Considerando que a rubrica em epígrafe foi criada pelo art. 2º, §§ 2º, 3º e 4º, da Lei 11.355/2006, posteriormente modificada pela Lei 11.490/2007, para conformar as diversas decisões administrativas e judiciais que concederam o chamado "PCCS" aos servidores (adiantamento pecuniário de que trata o art. 8º da Lei 7.686, de 2/12/1988);

Considerando que em caso de adesão à nova estrutura de carreira implementada pela Lei 11.355/2006, deveria ocorrer absorção gradual do PCCS, na forma estabelecida nos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei 11.355/2006 (transformação dos valores pagos a título de PCCS em DPNI, seguida de absorção ao longo do tempo);

Considerando que, com a entrada em vigor da Lei 11.784/2008, as tabelas de vencimento foram ajustadas de forma a serem definitivamente implementadas em julho de 2011 (art. 40 da Lei 11.784/2008), alterando, portanto, os prazos previstos nos §§ 3º e 5º do art. 2º da Lei 11.355/2006;

Considerando que a jurisprudência do TCU é pacífica para afirmar a necessidade de absorção dos valores pagos a título de DPNI pelos reajustes remuneratórios supervenientes, na forma determinada pela Lei 11.355/2006. (Acórdãos 3222/2017, 4.775/2016, 661/2016, 5.153/2015, 4.779/2014, 3.557/2014 da 1ª Câmara);

Considerando que, com as alterações ocorridas na remuneração do interessado, contemplando a implementação das tabelas da Lei 11.355/2006, alteradas pela Lei 11.784/2008, não haveria nenhum resíduo de PCCS/DPNI em dezembro de 2011, suscetível de ser transformado em DI da Lei 12.998/2014;

Considerando que a parcela percebida pelo interessado deveria ter sido integralmente absorvida, consoante preconizou a sua lei de criação;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Bernardo Alcântara e Silva (074.980.633-87), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Ministério da Saúde, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-021.909/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Bernardo Alcântara e Silva (074.980.633-87).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 9581/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.049/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Diair Vez Martins (146.725.101-15).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/ms.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9582/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.192/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Aparecida de Fatima Oliveira dos Santos (143.021.602-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9583/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.889/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cicero Rosendo da Silva (391.656.049-20); Israel Rosa Cortes (114.905.862-53); Manoel Aparecido Leandro da Silva (113.466.042-15); Nilton Ferreira Felipe (085.458.982-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9584/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.914/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Edmar Azevedo (062.605.782-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9585/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.999/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Carlos Medeiros Fernandes (363.280.497-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9586/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.047/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ademar Ost (317.861.467-20); Deuclenio Lucindo da Silva (059.399.841-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9587/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.067/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alvimar Donizeti Paulino (287.390.006-72); Joao Teofilo Alves (193.314.446-72); Maria da Silva (464.773.906-63); Marly Batista do Vale (431.102.746-04); Marly Oliveira de Freitas (447.948.006-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9588/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.072/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Carlos de Almeida Vale (089.314.452-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9589/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.073/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carmem Lucia Valentim dos Anjos (305.764.824-04); Clasio Jose da Silva (392.146.994-53); Dalva Maria Queiroga dos Santos (206.289.354-04); Maria da Guia Ferreira Germano (094.335.464-15); Salustiano Fernandes de Assis Neto (299.325.214-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9590/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.105/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Claudio Pereira (195.257.102-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/pa e AP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9591/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.132/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ediselia Oliveira do Nascimento (128.286.294-49); Oscar Antonio Pignone (125.001.780-72); Sonia Amaral Ribeiro (206.475.900-00).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9592/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.144/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cristina Madaleno Tertuliano da Silva (747.254.677-15); Jacilda Lemos Crisanto (546.991.697-91); Maria Lenalda dos Santos (546.289.207-10); Rosanea Ribeiro Teixeira (465.610.487-68); Solange Castelucio Ribeiro (610.452.507-59).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9593/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.152/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adelmo Coelho Queiroz (191.779.414-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9594/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.180/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Brito Rodrigues Frattolillo (244.821.707-63); Jose Tarcisio da Silva Oliveira (235.930.246-91); Luiz Machado Filho (175.960.257-49); Maria Rebeca Amaral Ganhoto (910.882.327-87); Marlene Caetano (578.156.827-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9595/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.185/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eluizo Isidoro da Silva Junior (406.053.534-68); Graca Maria Cerqueira Fiuza da Costa Cordeiro (130.897.655-00); Maria da Paz Soares (212.220.701-97); Moacyr dos Santos Melo (040.461.452-34); Sandra Regina Mesquita Menezes (257.423.104-04).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9596/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.192/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Mendes Oliveira (050.218.985-15); Glaydson Vasconcelos de Sousa (202.261.523-91); Iveraldo Sampaio de Souza (043.356.944-15).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9597/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.930/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Albernir Gomes Borba (165.153.661-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9598/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.937/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Cesar Salvador (360.778.286-53); Solange de Lourdes Andrade (406.062.366-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9599/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.973/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcos Teixeira (225.506.581-91).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho da Justiça Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9600/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.245/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco das Chagas Barros (905.176.528-20); Luiz Viana Sampaio (061.234.571-87); Vandir Jose Felber (113.604.022-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9601/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.247/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlindo Braga dos Passos (248.401.579-87); Rui Tiburcio Lobo (002.279.279-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9602/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.274/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Luiz do Patrocinio (225.317.267-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9603/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.334/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Hugo Maia da Costa (054.636.372-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9604/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.335/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Cesar Balduchi (029.799.248-14).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9605/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.343/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elisabete Schuster Figueiredo Hugo (369.794.570-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9606/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.352/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernando Pereira da Silva (136.155.133-04); Jessy Antunes Guimaraes (009.713.679-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9607/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.370/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco de Assis (050.093.084-87); Jose Rubens Almeida Araujo (990.715.928-04); Natalia Adeodato Carvalho (104.616.123-72); Raimunda Holanda de Castro (033.553.147-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9608/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.378/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Henrique de Araujo Costa Rebelo (001.594.333-04); Jonas Bezerra Batista (128.802.214-04); Manoel Ferreira Dutra (126.153.315-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9609/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.403/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Afonso Rezende de Andrade (185.033.816-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9610/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.469/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Zalberto Rodrigues (535.263.687-91); Jose Durval Albuquerque Santos (044.611.423-53); Rondon Rosario Vellozo (143.555.311-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9611/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.512/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Severino Jose de Sousa (951.382.508-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9612/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.520/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Carlos Gomes Nogueira (007.573.958-56).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9613/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.522/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marilda Ferreira da Silva (204.818.102-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9614/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.542/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Rodrigues da Silva (153.695.367-91); Edilson Pereira de Almeida (076.166.007-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9615/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.572/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Henrique Ataide (273.536.486-00); Laura Barbara de Jesus (350.940.366-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9616/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Rosana Germer Britto.

Considerando que a interessada percebe adicional de tempo de serviço em percentual superior ao entendimento jurisprudencial do TCU, em face de ter computado tempo de serviço público não contínuo;

Considerando que, em sede de consulta, esta Corte de Contas decidiu, no âmbito do Acórdão 1.424/2020-TCU-Plenário, que:

9.1.1. em consonância com a jurisprudência dessa Corte de Contas, assentada desde o Acórdão 3055/2009-TCU-Plenário (relator: Ministro-substituto Weder de Oliveira), o rompimento do vínculo jurídico do servidor com a Administração Pública Federal é obstáculo ao restabelecimento de vantagens da Lei 8.112/1990, independentemente do momento em que o servidor é investido novamente em outro cargo público federal, se antes ou depois da revogação da legislação que instituiu a vantagem anteriormente concedida;

Considerando que o ato em questão também contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações claras sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, sustentando a ilegalidade do ato;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Rosana Germer Britto (047.217.698-65), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

1. Processo TC-028.128/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosana Germer Britto (047.217.698-65).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. ajuste o percentual pago a título de adicional de tempo de serviço nos proventos da inativa, excluindo do cálculo, períodos não contínuos que foram computados para tal;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 9617/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE em favor de José Carlos dos Santos.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (que tramitou na 7ª Vara Federal do DF), proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;

Considerando, entretanto, que não há comprovação nos autos demonstrando que o interessado autorizou a entidade associativa a representá-la em juízo;

Considerando que, nessa situação, a despeito de o servidor interessado constar como parte em processo de cumprimento de sentença de ação coletiva, tal fato, por si só, não se constitui em prova cabal de que ele, de fato, tenha sido efetivamente beneficiado pela decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que as informações carreadas aos autos no formulário de peça 3 não são suficientes para comprovar que o ex-servidor é beneficiário da multicitada da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0/DF;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de José Carlos dos Santos (168.243.264-53), recusando o respectivo registro;

b) fazer a determinação constante do subitem 1.7.

1. Processo TC-028.216/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Carlos dos Santos (168.243.264-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que verifique as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da referida Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal de Brasília e que foi movida pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo STF no julgamento do RE 573.232, e, após essa providência aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no RE 638.115.

ACÓRDÃO Nº 9618/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.261/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joseane Lopes (371.532.341-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9619/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.267/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco das Chagas Lino Lopes (220.780.021-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9620/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.271/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Delmar Antonio Bressan (208.738.160-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9621/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.272/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Aparecida Perim (446.323.636-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9622/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.316/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Frederico Guilherme Livino de Carvalho (143.583.104-78).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (extinta).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9623/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.349/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Anaiza Caminha Gaspar (037.892.843-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9624/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.368/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carmen Lucia da Costa Coelho Guerard (258.756.981-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9625/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.744/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amauri Moret da Silva (897.370.402-87); Giselle Araujo Gadotti (693.947.761-68); Mauro Marcio de Paula Rosa (485.256.186-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9626/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.748/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Angelica Brandao Rossow (073.608.977-26).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9627/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.804/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Eugenio Loredo Betta (100.972.157-75).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9628/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.335/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bernegayvel da Silva Januario Sa (072.777.024-17).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/mt.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9629/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.387/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sabrina Rodrigues Sackis (088.018.997-50).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9630/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.400/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Fontes Passos Guimaraes (028.660.595-30); Glaene Santos Santiago (066.181.455-62); Leila Cristiane Silva das Virgens de Souza (882.337.585-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9631/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.423/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gabriel do Bomfim Tarantino (025.037.675-08).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9632/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.512/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gilsonley Lopes dos Santos (080.543.576-05).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9633/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.592/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Henrique Lorran e Silva (072.661.926-41); Raimundo Expedito dos Santos Sousa (067.798.906-77).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9634/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.599/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Juliana Brotto Marangoni (105.381.057-12).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9635/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.646/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Zaluar Quadros Delboni (006.757.957-45).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9636/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.728/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joao Rafael Knevitz Vieira (021.848.370-83).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.a..
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9637/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.946/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mikaelly Goncalves Rocha (115.814.126-22); Thais Caroline Buttow Rigolon (044.527.159-07).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9638/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.956/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciana Maria Gusatto (017.663.749-48).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9639/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.973/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela Beny Polito Moraes (046.185.404-00); Jose Carlos Costa Milito (925.895.704-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9640/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.987/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrew Correia de Carvalho (110.813.356-88); Douglas Teodoro (460.925.308-99); Ericles de Jesus de Almeida (443.536.378-00); Gabriel Barbosa Aguilar (457.727.098-60); Guilherme Nogueira Soares Andrade (460.769.938-12).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9641/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.002/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cesar Augusto Dias Rosa (144.612.167-48).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9642/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.073/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diogo Leandro de Jesus Vaz (098.659.377-00); Tatiane Aparecida Silva de Azevedo (055.517.767-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9643/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.097/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Brandt Galvao (065.966.134-96); Marta Lizeth Calvache Hoyos (706.427.761-13).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9644/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.135/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ageu Barbosa Freire (095.309.684-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9645/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.183/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Julianny Barbosa de Almeida (029.711.801-31); Raquel dos Anjos Silva (048.485.341-43).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9646/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.232/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Girard Oliveira (902.630.490-00); Barbara Souza Vieira (035.360.987-03); Fernanda Athayde Veloso Abib (142.115.037-90); Pedro Henrique Moura Bergmann (108.558.507-79).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9647/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.255/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabiana Carolina de Aguiar (005.593.589-38); Jessiel Odilon Junglos (089.057.509-66); Pedro Alexandre Valentim Neto (613.266.403-30).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9648/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.287/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Camila Leal Sonego (011.127.440-02).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9649/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.342/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fatima Maria Zanon Zotin (049.275.468-37).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9650/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.376/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Kelly dos Santos Siqueira da Silva (001.693.021-56).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9651/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.420/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Miriam Cazzetta (354.214.010-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9652/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.442/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Geraldo Afonso da Cruz (601.429.446-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9653/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.472/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Veronica Maria Biano Barbosa (018.433.001-76).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9654/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.560/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcus Vinicius Cruz de Souza (090.597.887-02); Marcus Vinicius Oliveira Santos (154.584.957-99); Thomas Eric Rabelo dos Santos (031.728.181-01).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9655/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.574/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rosemary Meneses dos Santos (565.721.903-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9656/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.662/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amos Juvencio Pereira de Moura (030.852.270-24); Gabriel Segatti (033.158.640-12); Jaques Antonio de Col (966.228.060-04); Josiane Puglia Menare (008.700.330-93); Lenice Regina Pelizari (920.955.000-59).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9657/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.689/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Emyli Dosso Joaquim (349.449.758-30).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9658/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s)

ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.708/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Daniela Sabarim (338.842.948-06).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9659/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.714/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joao Artur da Mata Soares Neto (070.181.921-96); Vinicius da Silva Louzeiro (058.406.921-90).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9660/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.781/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Beatriz Ramos dos Santos Feitosa (456.335.808-85).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9661/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.822/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Raul Pereira de Oliveira (047.158.443-62).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9662/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.960/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Amanda Magalhaes Bueno (753.694.601-59).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9663/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.973/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Luiza Silva (757.475.967-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9664/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.987/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Karenina Ribeiro de Almeida (071.585.574-30); Nyvea Rodrigues Ribeiro (054.775.833-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9665/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.019/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Diogo Antonio Azoubel Oliveira (002.687.453-90).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9666/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.028/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Carus Fernandes (008.473.570-82); Cristiane Moreira Rodrigues Sena (813.769.100-63); Jose Andre Rodrigues Chaves (908.576.900-00); Leticia Krause Cezar (881.029.200-68); Mariene da Rosa Goulart (002.530.070-97); Patricia Paiva Mello (001.421.360-50); Patricia Renata da Cruz Silva (021.146.620-47); Rosane Fursel da Rocha (003.447.490-02); Teresinha de Fatima da Silva (003.123.290-67).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a..
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9667/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.122/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elias Bittencourt Braga (056.875.461-11).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9668/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.127/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Possidonio Noronha (056.554.343-18).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9669/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.226/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele de Paula Vieira (059.391.546-11); Guilherme Evaristo Cordeiro (133.661.747-06); Lara Melo Campos (107.804.296-99).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9670/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.322/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Derijulie Siqueira de Sousa (013.995.035-45); Flavio Soares Bezerra (851.076.465-49); Iasmim Santos Ferreira (052.367.825-89); Nathalia Monteiro Santos (060.175.325-96).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9671/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.428/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Neves de Jesus (447.590.658-06); Gabriela Barbosa Silva Tavares (171.621.687-79); Juliana Barbosa do Carmo (172.470.897-09); Pedro de Sa Marques de Oliveira (170.179.147-16).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9672/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.475/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hugo Zampier Barbosa (062.459.746-66); Luanna Marilia Araujo Padilha de Holanda Castro (075.804.634-07); Tiago de Novais Silveira (060.625.856-60).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/ms.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9673/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.491/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sarah Silveira Mendes (094.905.006-74).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9674/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.557/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marianny Alves (013.308.301-21).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9675/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.582/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luigi Adriel Verona Brollo (429.992.108-92); Matheus Henrique Martins (382.836.788-76); Vinicius Oliveira da Silva (238.595.738-88).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9676/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.627/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gean Carlo Dantas de Brito (927.920.654-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9677/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.674/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andryelle Guimaraes (845.824.300-82); Catia Paz Mena Barreto (929.746.190-53); Daniela Ramos Fernandes (017.996.150-06); Fernanda Antunes Leite (805.526.760-04); Gislaine Fernanda Macedo de Mattos Delgado (002.586.780-62); Maria Lucia de Castro Pastro (016.348.700-69); Nilsa Binter Goncalves (528.079.160-15); Sabrina Fernanda Rodrigues Adao (000.612.592-17); Tatiane Gomes da Rosa Coelho (901.084.500-15); Vergilio Dias Hanisch (020.326.590-42).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9678/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.690/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amelia Martins Dias Santa Rosa (825.163.405-91); Elmo Borges de Azevedo Koch (023.335.875-71); Luisa Rocha de Azevedo Santos (113.979.244-03); Rafael de Souza Mendonca (096.590.794-51).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9679/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.706/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: David Germano Paes (027.686.380-13).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9680/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.712/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Duarte dos Santos (027.393.032-03); Matheus de Oliveira Melo (749.406.861-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9681/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.765/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Oliveira Silva (014.449.687-93); Icaro Jafer Correia Araripe (044.369.413-37); Naila Fernanda dos Santos de Oliveira (106.161.757-28).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9682/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.811/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Debora Gomes Salles (130.986.157-96); Jean Carlos da Silva Gomes (134.932.387-03); Jose Milton Vieira Leite Filho (017.240.751-60); Juliana Salgado Raffaeli (130.565.807-81); Leandro de Souza Rocha (135.908.137-25); Michele Pappacena Roriz (123.072.667-55); Renan Monteiro Marques (150.418.787-30); Vania Emerich Bucco de Campos (695.372.671-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9683/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.812/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samuel Andre Spellmann Cavalcanti de Farias (048.129.864-94); Vlademir Monteiro dos Santos (095.396.834-08).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9684/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.822/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Paganotti (410.294.478-88); Domitila Santos Bahia (071.857.636-57).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9685/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.979/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Matheus Taveira de Sousa (082.569.413-24); Paulo Matheus Alves Rodrigues (612.805.153-76).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9686/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.996/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caroline Pinto Passaro (079.083.727-75); Daniela Carina dos Santos Silva (108.575.867-26).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9687/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, alterado pela Resolução 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.040/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Derli Renato Muller (022.409.600-19); Diego Trentin (023.563.660-67); Patricia Barbosa (754.148.050-91); Priscila Weber Prediger (007.488.640-16).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9688/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de pensão civil emitido pelo Tribunal de Contas da União e instituído pelo ex-servidor Rogério Carneiro em favor de Lucilea Zaban Carneiro.

Considerando que, no cálculo da pensão em epígrafe foram incluídas, de forma concomitante, as parcelas referentes à incorporação de quintos e opção;

Considerando que, atualmente, a jurisprudência desta Corte de Contas é uníssona no sentido de não ser possível o pagamento conjunto dessas duas vantagens, a exemplo do Acórdão 8.731/2020-TCU-1ª Câmara:

"Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da EC 20/1998 podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão (vantagem 'opção', art. 2º da Lei 8.911/1994), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990."

Considerando que o ato de aposentadoria emitido em favor do instituidor e o ato de pensão civil por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na aposentadoria, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão civil;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído por Rogério Carneiro (017.971.075-34) em favor de Lucilea Zaban Carneiro (066.216.431-87), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal de Contas da União, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.223/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Lucilea Zaban Carneiro (066.216.431-87).

1.2. Órgão: Tribunal de Contas da União.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal de Contas da União, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de pensão civil livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 9689/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.243/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Erenice Gil Cavalcante (821.966.057-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9690/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.246/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria das Dores Diniz da Silva (703.333.437-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9691/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.392/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leni do Carmo Fonseca (277.747.756-68).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9692/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.404/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aidyl Adelaide de Barros Barboza (082.796.457-99); Anita Ferreira de Toledo (102.398.446-61); Dulce de Oliveira Candido (002.181.587-93); Maria Helena Bernardino Silva (679.778.124-87); Nadir Barbosa da Costa Coelho (090.641.948-40).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9693/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.410/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ednita Tavares de Melo Duarte (146.421.074-87); Isabela Maria Rocha dos Santos (073.763.445-60); Luis Henrique Rocha dos Santos (073.763.905-96); Maria Eduarda Rocha dos Santos (073.763.685-82); Maria de Jesus Paula dos Santos (470.605.655-15); Neuza Nogueira Modolo (275.713.448-59); Raimundo Teixeira Lopes (016.664.446-34); Zely de Souza (294.173.578-08).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9694/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.617/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Fabiola Dias da Silva Curbelo (875.996.514-20); Jose Antonio Duda Neto (051.306.904-60); Pedro Henrique Dias Curbelo (114.186.274-37).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9695/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.623/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Gracas da Cruz Viana (388.143.664-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9696/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.700/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carolina Pires Duarte (808.610.320-04); Gabriela Pires Duarte (808.610.400-15); Lenar Paulo Pereira Duarte (222.222.510-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9697/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.709/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonia Soares Nunes (286.577.303-59); Francisca Lemos Guimaraes (064.911.406-01); Jaqueline Toledo de Moraes (124.027.178-66); Lazinha Toledo de Moraes (009.482.148-80); Maria Raquel Marques Valle (577.445.057-00); Marinete Batista dos Santos (140.063.404-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9698/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.992/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Penha Ribeiro de Sousa (149.069.531-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9699/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.089/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Denize Catarina Muliterno Silveira (183.710.000-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9700/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.128/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ligia Maria de Paiva Palumbo (383.118.956-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9701/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.143/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eleonor Marie Perola Jardim dos Santos (096.042.263-39); Nirvana Perola Jardim de Macedo (980.267.043-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9702/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.159/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sandra Maria Doria Barbosa (862.224.069-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9703/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.193/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Neuza Gondim de Amorim (690.852.854-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9704/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.201/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria do Carmo Silva dos Santos (408.672.263-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9705/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.238/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Jose Costa Delgado (106.121.224-68); Rosa Perdiz Carvalho de Jesus (311.003.681-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9706/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.197/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Blanca Lidia Goncalves Liborio (214.796.662-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9707/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.204/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Helenita Carvalho de Oliveira (023.990.747-77).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9708/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.211/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marlene dos Remedios Cordeiro Marques (063.440.623-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9709/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.218/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Adalice Pessoa de Carvalho (074.145.757-13).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9710/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.380/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vanilda Pinheiro de Medeiros (096.973.061-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9711/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.081/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Maria Magalhaes Mateus (972.174.417-49); Luzia Mendes da Silva (268.555.507-20); Maria do Bom Parto da Silva Carvalho (156.571.978-60); Nadir Moraes de Souza (051.609.747-41); Pedro Lucca Pereira dos Santos (191.919.477-07); Selme Santiago da Silva (895.421.007-44); Selme Santiago da Silva (895.421.007-44); Teresa Soares da Silva (445.575.669-87); Terezinha Lourenco Agostinho (093.878.887-62); Zila Assis e Silva (183.774.401-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9712/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.083/2022-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Cora Gomes de Oliveira (085.200.877-52); Eunice Ferreira da Silva (334.486.717-20); Gicelia Soares da Silva Mascarenhas (323.942.687-00); Helena Pereira de Paula (025.891.647-85); Ilma de Morais Monteiro (563.636.137-87); Leticia Soares da Silva (444.618.447-49); Maria da Consolacao Vital Pinheiro (663.074.067-04); Maria de Lourdes Bastos Monteiro (031.008.397-49); Nivea Maria Ventura de Souza (028.696.317-58); Nurimar Silva Sa (530.447.387-68); Railany Silva Sa (058.956.483-80); Wandirce Martini Wohrle (901.599.697-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9713/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.105/2022-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Eduardo Eickhoff (073.812.987-91); Eudes Alves da Costa e Silva (018.520.788-04); Germano Martucci (163.711.198-34); Irami de Carvalho (003.425.055-72); Jose Ademar da Silva (014.149.254-68); Jose Monteiro da Silva (047.341.145-87); Jose Ramos Alves (886.401.248-68); Juarez Santos Sabadini (224.255.787-49); Mauro Castro Queiroz (003.551.943-68); Pedro Regalado Neto (027.877.417-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9714/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.135/2022-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alaor de Barros Cobra (003.429.716-20); Darlan Alvares Freire (068.870.667-34); Francisco Ferreira Gomes (070.263.667-34); Joao Bernardino da Silva (060.231.507-72); Jose Areal (039.839.007-04); Jose Rodrigues Filho (562.338.337-87); Mario Vital Guadalupe Montezuma (024.502.247-34); Pedro Paulo Moreira (217.843.707-97); Remo Rocha (082.704.737-15); Sebastiao de Jesus Alves (261.693.477-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9715/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Jadson Lobo Rodrigues contra o Acórdão 2.875/2022-TCU-1ª Câmara (peça 27), por meio do qual esta Corte de Contas julgou suas contas irregulares, imputando-lhe multa.

Considerando que, regularmente notificado, em 25/7/2022 (peça 42), da deliberação recorrida, o responsável somente compareceu aos autos em 11/8/2022, oportunidade em que protocolizou seu recurso de reconsideração (peça 43);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 26/7/2022, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 9/8/2022;

Considerando que argumento novo ou tese jurídica nova não podem ser considerados fatos novos, uma vez que não representam documentos ou acontecimentos cujo conhecimento se daria posteriormente à decisão recorrida;

Considerando que o recorrente não traz aos autos documentos que demonstrem a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso I, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Jadson Lobo Rodrigues, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-026.069/2016-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Alison Luiz Camporez (757.049.193-91); Jadson Lobo Rodrigues (014.231.643-18).
1.2. Recorrente: Jadson Lobo Rodrigues (014.231.643-18).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Caru - MA.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Mohammad Frazao Abas (OAB/MA 7.591), Livia Guadalupe Serra Muniz (OAB/MA 14.304) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9716/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1. Processo TC-041.673/2021-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Agnaldo Machado dos Santos (134.090.852-20); Raimundo Queiroz de Miranda (029.263.002-63).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maracanã - PA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Marco Aurélio Ferreira de Miranda, Gisele Ferreira de Miranda e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9717/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1. Processo TC-045.520/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Confederação das Cooperativas de Reforma Agraria do Brasil (68.342.435/0001-58); Francisco Dal Chiavon (386.199.899-87); Milton Jose Fornazieri (566.339.040-53).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9718/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) fazer a determinação constante do item 1.7;

c) dar ciência à Coordenação Regional da Funai Médio Purus e à Coordenação Regional da Funai em Manaus, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no PE/SRP 4/2021 e na gestão da ARP 109/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

c.1) pesquisa de preços e definição dos preços de referência inadequadas, tendo sido descumpridos os procedimentos estabelecidos nos arts. 5º e 6º da IN/Seges 73/2020, com a possibilidade de que os preços contratados pela administração estejam acima dos preços de mercado, mesmo sendo consideradas as condições de logística local;

c.2) elaboração de estudo técnico preliminar insuficiente, sem justificativa adequada pelo modelo de contratação; sem estimativa consistente ou justificativa acerca dos acréscimos das quantidades que seriam contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos de comprovação; e também sem informação precisa para justificar o não parcelamento da solução, em desacordo com o estabelecido nos incisos III, V e VII do art. 7º da IN/Seges 40/2020; e

c.3) autorizações irregulares para adesões de órgãos não participantes à ata de registro de preços decorrente do pregão, excedendo os quantitativos permitidos pelos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013, com redação do Decreto 9.488/2018;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Coordenação Regional da Funai Médio Purus, à Coordenação Regional da Funai em Manaus e à sociedade empresária F Orlando D Nogueira Eireli (CNPJ 03.892.139/0002-66);

e) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore a determinação do item 1.7.

1. Processo TC-001.889/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessados: Coordenação Regional da Funai de Manaus (00.059.311/0003-98); F Orlando D Nogueira Eireli (03.892.139/0002-66); Fundação Nacional do Índio (00.059.311/0001-26).
1.2. Entidade: Coordenação Regional da Funai de Manaus.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Coordenação Regional da Funai em Manaus, com fundamento no art. 4º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020, que não prorrogue o Contrato 187/2022, decorrente do PE/SRP 4/2021, para além do prazo de sua vigência inicial, e informe ao TCU, no prazo de 30 (sessenta) dias, sobre os encaminhamentos realizados, em especial quanto aos procedimentos adotados para a realização de nova licitação para a contratação dos serviços, em decorrência das falhas constatadas nas pesquisas de preços realizadas para definição dos preços máximos admitidos no certame, com a possibilidade de que a contratação tenha se dado por preços superiores aos de mercado, consideradas as condições locais.

ACÓRDÃO Nº 9719/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, uma vez que estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão 5/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

b.1) desclassificação da proposta da licitante Objetiva Serviços Terceirizados Eireli com base na suposta inexequibilidade dos preços de três itens isolados (saco de lixo, balde mop e sabonete líquido), contrariando entendimento deste TCU (Acórdão 637/2017-TCU-Plenário, 67/2019-TCU-Plenário, relator Ministro Augusto Nardes, 3.918/2020-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Walton Rodrigues, e 1.107/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro); e

b.2) desclassificação da licitante Objetiva Serviços Terceirizados Eireli pelo fato de ter alterado sua declaração de contratos firmados inicialmente formulada, contrariando o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e em desacordo com a jurisprudência deste TCU (Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues; Acórdão 2.443/2021-TCU-Plenário, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman; Acórdão 2.393/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz);

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) e à representante;

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-004.080/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Alexandre Augusto Lanzoni (OAB/SP 22.1328).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9720/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-009.264/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cantagalo - RJ.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9721/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Municipal de Saúde de Caxias/MA e ao representante; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-014.139/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Caxias/MA.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Carlos Eduardo Barros Gomes (OAB/MA 10.303) e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9722/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 81, inciso I, da Lei 8.443/1992 e com o art. 6º, inciso XVIII, alínea "c", da Lei Complementar 75/1993, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria-Geral das Relações Exteriores;

c) encaminhar cópia desta decisão ao representante, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU Dr. Lucas Rocha Furtado; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-014.954/2021-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgãos: Ministério da Saúde; Ministério das Relações Exteriores.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9723/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-020.784/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9724/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para considerar prejudicada a continuidade do seu exame por este Tribunal, diante do baixo risco e da baixa materialidade, apesar da relevância alta de seu objeto;

b) comunicar os fatos ao município de Porto Real/RJ para adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para a Controladoria-Geral da União, encaminhando-lhes cópia da representação (peça 1), da instrução da unidade técnica (peça 6) e desta deliberação;

c) informar ao município de Porto Real/RJ que os registros sintéticos das providências adotadas devem ser publicados na seção "Transparência e prestação de contas" de seu sítio oficial, bem como que os referidos registros devem ser encaminhados à unidade técnica por meio eletrônico, no caso por intermédio do sistema Conecta, conforme previsto no § 4º do art. 9º da Instrução Normativa-TCU 84/2020, e no § 2º do art. 8º da Decisão Normativa-TCU 187/2020;

d) encaminhar à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência) e à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) cópia do Inquérito Civil 1.30.008.000198/2020-19 (peça 4) para conhecimento e adoção de medidas que entender cabíveis;

e) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante; e

f) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-022.624/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Porto Real/RJ.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9725/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante, à Eletrobras, ao Ministério de Minas e Energia e à Itaipu Binacional; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-035.177/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Itaipu Binacional - Eletrobras - MME.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.2.1. Ministro que se declarou impedido nos autos: Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

1.5. Representação legal: Maíra Selva de Oliveira Borges (OAB/DF 29.008), Paula Jarina Silva Bessa (OAB/SC 30.807-B).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9726/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rachel Alkabes emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rachel Alkabes;

b) expedir a determinação contida no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-008.909/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rachel Alkabes (185.407.167-04)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. comunique, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de comunicação do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 9727/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 143, V, "e", do RITCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por mais trinta dias, contados a partir da ciência desta deliberação, para atendimento das determinações constantes do Acórdão 6.973/2022-1ª Câmara, e em encaminhar cópia desta deliberação àquele Tribunal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.225/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Silvia Marlene Gomes Ferreira (049.265.017-91).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9728/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Jussara Santana Almeida emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE - TRT-20 e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres em essência convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Jussara Santana Almeida;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-016.256/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Jussara Santana Almeida (411.378.175-34), servidora aposentada

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE - TRT-20

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao TRT-20 que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 9729/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Francivaldo Oliveira da Costa emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram o reajuste indevido da parcela de "quintos" em função da edição da Lei 13.323/2016, que não se caracteriza como lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, contrariando o estabecido no art. 15, § 1º da Lei 9.527/1997 e a jurisprudência desta Corte (Acórdãos 3.588/2022 - 2ª Câmara, 2.734/2022 - 1ª Câmara, 11.468/2021 - 1ª Câmara, 11.274/2021 - 1ª Câmara, entre tantos outros);

considerando a inclusão irregular nos proventos da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos, mas que foram convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros na linha do decidido pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno e Súmula 106 da Jurisprudência do TCU, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Francivaldo Oliveira da Costa;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência do presente acórdão pela Câmara dos Deputados;

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-019.329/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francivaldo Oliveira da Costa (152.905.491-53), servidor aposentado

1.2. Unidade: Câmara dos Deputados

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;

1.7.2. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos do interessado para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 9730/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Sérgio da Fonseca emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);

considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;

considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), que firmou o seguinte entendimento:

9.4. firmar entendimento de que é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria.

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Sérgio da Fonseca;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-021.904/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sérgio da Fonseca (066.422.761-91)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 9731/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.271/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Altair Parente Arcos (063.817.312-49); Augusto Saldanha Bezerra (026.999.582-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9732/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.279/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Paulo Duarte Ferreira (292.133.710-04); Susana de Miranda Rangel Pedroso da Silveira (424.323.167-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9733/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.338/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ofelio das Chagas Leitao Filho (066.247.663-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9734/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.395/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dicler Bittencourt Borges (027.690.857-00); Dinaldo Almeida Coutinho (050.731.894-34); Edison Carvalho (022.768.283-15); Estelio Macedo (017.508.956-68); Inelino Henrique Santos (102.881.129-20); Iran Emidio da Nobrega (025.524.934-91); Jose Ferreira Goncalves (246.084.167-15); Ladislau Nunes dos Reis (009.882.945-91); Marcio Goncalves Vieira (031.743.607-49); Rubio Gable Rodrigues de Campos (039.844.437-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9735/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.506/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adao Dorival Pereira (230.846.939-00); Arimateia Ferreira Pontes (022.880.872-34); Canuto Farias de Moura (037.895.272-20); Maria do Socorro de Carvalho Lima Rocha (118.563.781-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9736/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.526/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Newton Pereira (261.786.727-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9737/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.561/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Marozzi Righetto (184.466.638-72); Enildo Alves (090.615.094-91); Erimaldo Batista (035.733.464-72); Jose Borges de Oliveira (033.625.314-15); Jose Felix da Costa (033.725.374-91); Jose Wilton de Queiroz (049.902.344-72); Maria Odete Ferreira (028.084.554-53); Maria da Cruz Oliveira (056.183.634-53); Nominando Andrade de Oliveira (200.898.724-87); Omar Romero de Medeiros Sobrinho (085.867.304-59).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9738/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Nair de Oliveira Ferraz emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF-1 e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Nair de Oliveira Ferraz;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-028.154/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nair de Oliveira Ferraz (646.866.556-68)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF-1
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao TRF-1 que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 9739/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de George Eddy Pereira Cavalcanti, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE - TRT-6, e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de George Eddy Pereira Cavalcanti;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-028.214/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: George Eddy Pereira Cavalcanti (166.363.844-68)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE - TRT-6
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao TRT-6 que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, podendo, por outro lado, subsistir se for efetivamente proveniente de decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 9740/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Adalberon Santos Rocha emitido pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003 - Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006 - Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 106, 276 e 279 da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Adalberon Santos Rocha;

b) dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência pela unidade deste acórdão;

c) fazer as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-028.223/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Adalberon Santos Rocha (152.067.424-49).

1.2. Unidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Funasa que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, interrompendo o pagamento de todas as rubricas judiciais referentes a planos econômicos, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 9741/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.256/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Wilson Berckembrock Zapelini (289.042.149-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9742/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.781/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexis Bernardo de Lemos (736.603.377-49); Antonio Fernando Menezes Freire (233.373.895-20); Camila Heitor Campos (107.802.987-30); Fernanda Pimentel Pessanha (127.494.417-14); Poliane Gaspar de Cerqueira (119.042.217-42).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9743/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.844/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Leonardo Brito Vicente (115.730.457-56); Davi Tavares de Lira (103.709.397-60); Luis Gustavo Ferreira Dutra (115.018.347-03); Marcia Cristina Santos Rocha da Silva (908.121.407-10); Rodrigo Coutinho Duprat (128.471.577-94).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9744/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.452/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Joao Vito de Sousa Moura (087.575.543-74).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9745/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.505/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Aline Torquato Tavares (019.534.311-51).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9746/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.584/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Luciana Lira Morais de Souza (729.934.481-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9747/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.591/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Maicon Felipe Malacarne (085.100.149-14).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9748/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.855/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rafael Lins da Silva (086.791.864-06).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9749/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.856/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Iran Nascimento Pitthan (882.879.208-68); Rogerio Marcio Luckwu dos Santos (007.457.334-92).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9750/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.888/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldo da Silva Sousa (219.202.302-20); Benhur Correa Batista (614.889.760-15); Cakthia Maria Brito da Silva (334.172.613-68); Fernanda Ribeiro de Santana (044.120.963-78); Francisca Fabricia Feitosa Silva (803.610.643-49); Gleidmar Bezerra da Silva (365.267.464-20); Jacilda Porto Noleto (453.386.983-15); Jacileide de Jesus da Cruz (507.772.543-87); Jesiree Iglesias Quadros Distenhreft (348.523.198-39); Mario Barbosa Guedes Nunes (745.797.622-15).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9751/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.935/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Monique Rosa de Azevedo (000.185.841-60); Paulo Tiago Silva Cavalcante (857.202.912-53); Thiago Eustaquio da Costa Goncalves (724.897.231-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9752/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.082/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Janine Lopes Camaragibe da Conceicao (153.200.477-03).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9753/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.156/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Gabriela Lafeta Borges (602.590.191-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9754/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.168/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Ferreira Franco Leite (084.910.936-13); Matheus Cavalcanti Bartholomeu (096.883.526-08); Natalia Elizabeth Galdino Alves Peixoto (073.408.536-26).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9755/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.223/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cintia Adelia da Silva (059.204.924-81); Elias Ayres dos Santos (005.312.802-84); Tadeu Santos de Souza Reis (102.180.137-28).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9756/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.252/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Ana Paula Borges Galvao (032.026.611-75); Lara Cristina Duarte (032.309.231-46).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9757/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.282/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Karine Feliciati Figueiro (834.559.060-87).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9758/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.289/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caio Cezar Fernandes (130.067.016-90); Edvaldo Pereira Santos Junior (102.389.174-36); Jonathan Alves de Oliveira (059.028.204-21); Michelle Cassunde Ferreira (012.077.822-03).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9759/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.450/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Renata Geremias (374.109.968-62); Andreza Moraes Duarte de Oliveira (083.941.694-65); Arthur Cavalcante Cunha (066.861.584-29); Danielle Martins do Nascimento Oliveira (050.644.264-02); Francisco Daennio Casimiro de Oliveira (075.042.584-90).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9760/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.559/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Janaina Oliveira Brandao (058.630.877-65); Leonardo da Silva Galdino (097.709.217-85).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9761/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.642/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cicero de Deus Rosa Filho (012.569.844-50); Jonas Gomes de Sousa (020.503.461-66).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9762/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.750/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lais Giselly Nunes de Araujo (114.923.794-50).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9763/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.855/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anisio Peixoto Milani (112.089.786-67); Wellington Segheto (765.461.876-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9764/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.858/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Barbara Platz Pulowsky (666.902.509-20); Claudia Edivania de Souza (107.027.368-64); Daniel Diniz Comassetto (018.766.480-31); Fernando Moreira da Silva Neto (018.280.733-93); Leusa Goncalves Ortega (019.485.931-22); Liege Bezerra de Melo (465.576.524-00); Luciana Maria do Nascimento (671.970.354-49); Priscila Souza Silva (036.362.461-94); Shirlen Silva Lima (931.913.832-04); Vanessa Ribeiro Dourado (441.604.758-41).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9765/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.870/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Carla Caroline Silva dos Santos (058.908.404-60); Maria Cecilia Barata dos Santos Figueira (068.412.354-10); Natalia Dias Lessa (089.019.164-60).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9766/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.878/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alcides Marques Junior (839.399.890-53); Ana Luiza Teixeira dos Santos (006.933.450-12); Andreia Dias Mathias (905.282.710-91); Carolina Santos de Souza (475.022.820-68); Felipe Forest Carraro (022.979.840-30); Jacqueline de Barros Garcia (945.805.530-04); Laura da Silveira Rembold Fagundes (022.390.610-73); Leonardo Webster Quinteiro (042.767.590-13); Lizane Pereira Luiz (589.276.380-34); Patricia Tacques Barreto (025.344.910-32).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9767/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.007/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mauricio Menegaz (814.981.100-10).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9768/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.031/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Renata Aparecida Farias Machado (822.473.902-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9769/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.036/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Danielle Rocha Silva (050.453.064-05); Milena Rayane Lopes dos Santos (054.911.704-02).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9770/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.047/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreza Maia Vieira (056.806.137-35); Bruno Almeida Regis dos Santos (089.404.197-58); Carlos Alberto de Oliveira (022.019.407-62); Esther Amazilles Aranha Lopes (100.472.814-05); Luiz Claudio Bernardes de Magalhaes (851.114.067-00); Maria da Conceicao Guerra de Moraes (887.217.607-72).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9771/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.098/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago da Costa Campos (065.510.276-01).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9772/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.136/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Geziel de Lima Viana (914.369.072-68); Tamara Carla dos Santos Lima (019.049.195-70).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9773/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.187/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Alberto Cunha Mendes Ferreira (352.028.788-93); Carolina Moreira de Araujo Neves (615.717.253-34); Cristiana Esteves Poldo Benovit (015.269.691-14); Emanuel Martins da Silva (847.479.783-72); Fernanda Marques Lemonge (069.458.786-94); Ivo Jose Bigarella Filho (399.570.390-91); Marcelo Henrique de Oliveira Franca (012.656.032-35); Nilufar Zeimarani Nurani (936.696.822-87); Rovena Cosmo Pignaton Soares (087.207.917-12); Thais Jormanna Pereira Silva (025.111.243-86).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9774/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.207/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleusa Marinho Nunes (675.653.100-00); Clovis Soares da Rocha (546.298.960-15); Danieli Fernandes Belardinelli (019.136.310-36); Michele Marques de Oliveira (980.815.270-87); Paulo Sidnei Bernardo (677.895.010-20).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9775/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.303/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Vanessa Charleaux (262.930.008-03).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9776/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.318/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lorena Portela Rodrigues Cherpak (083.380.154-66).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9777/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.595/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcus Vinicius Russi Fernandes (072.827.821-99); Paulo Francisco da Cruz Neto (132.405.664-94).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9778/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.606/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ronaldo Guimaraes Vicente Filho (057.255.327-71).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9779/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.617/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Alana Gama de Melo (085.574.737-45); Anna Stella de Biase Schuabb Valle Giffone (117.294.877-18); Joyce Clarisse Araujo da Silva (122.981.397-76).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9780/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.753/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Filipe Arnaldo Cezarinho (041.968.265-12).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9781/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.820/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Cunha da Silva (013.396.671-26); Frederico do Lago Nogueira Dias (084.011.476-11); Leandro Goor Gamarano (226.421.328-03); Pedro Antonio de Franca Royer (702.548.282-05); Pedro Henrique Couto da Silva (025.478.700-29); Pedro Nunes Sant Anna (059.199.769-00); Rodolfo de Oliveira Silva (379.502.738-10); Soraya Aparecida Rodrigues Merino Garcia (418.682.888-11); Vinicius Lima de Souza Almeida (055.524.055-01).

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9782/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.854/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Cesar Padilha Veras (058.128.674-02); Guilherme Maciel de Araujo (050.926.864-13); Joseilton Agostinho Nogueira da Silva (041.871.504-12); Natalia Angela de Oliveira Diniz (070.663.074-29).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9783/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.857/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Diego Galvao (010.162.199-03).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9784/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.013/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juceli Maria Pinheiro de Farias (802.641.231-15); Juliana Farias Maciel (076.132.264-76); Leandro Martins Aguiar (809.596.441-72); Mauricio Barros de Jesus (010.476.381-77).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9785/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.023/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julio Cesar Melquiades Gomes de Lima (068.868.794-64); Leandro Marques Durazzo (352.407.288-79).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9786/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.048/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Watson Guimaraes Lemos (014.251.846-85).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9787/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.299/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Carolina Fagundes Costa (222.400.968-29); Carlos Alexandre Fagundes Costa (222.400.928-31); Dosair Cavanha Carminhola (017.099.668-90); Maria Thereza de Carvalho Nocera (294.333.868-09); Mariza Terezinha Mateus Jabur (284.726.839-15); Olimpio de Almeida Costa (895.843.178-49); Rafael Fagundes Costa (222.400.838-40); Renata Neves Baroni (256.402.318-58).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9788/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.374/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Jaci Lopes de Oliveira Campanharo (247.551.578-38); Maria Aparecida Correa Alegre (158.207.118-74).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9789/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.414/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Edir Rodrigues da Silva (402.947.816-68); Sonia Maria Ferreira (014.782.846-50).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9790/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.236/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Caua Lima Chaves (106.009.331-64); Davi Lima Chaves (106.009.321-92); Dora Antonia da Silva Ligeiro Bastos (707.038.097-68); Elizangela de Morais Candido dos Santos (027.468.184-69); Gabriel Candido Lima dos Santos (153.476.504-27); Miguel Candido Lima dos Santos (153.476.744-40); Raffael Lima da Silva (002.700.955-60).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9791/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.205/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Marialice Paulo Garcia (252.178.440-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9792/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.210/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Hilda Hermanny Peixoto Costa (891.755.306-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9793/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.212/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Denize Vidal Figueiredo (083.841.227-09); Maria Nunes Alves (257.913.918-46); Teresinha Morais Ribeiro (726.303.104-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9794/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de pensão militar instituída por Antônio Martins de Moraes em favor de Elayne Cristina Brito de Moraes e Sônia Regina Brito de Moraes, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que o instituidor se encontrava no posto de 3º Sargento quando passou à reserva, recebendo proventos baseados no soldo daquele Posto;

considerando que em momento posterior foram concedidos ao 3º Sargento Reformado Antônio Martins de Moraes os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei 6.880/1990, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército;

considerando que a pensão tratada nestes autos foi instituída tendo por referência, para efeito de proventos, o posto de 2º Tenente;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal, a partir da prolação do Acórdão 2.225/2019 - Plenário, é pacífica no sentido de que não há amparo legal para a extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados;

considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a exemplo das decisões proferidas por aquela Corte nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé dos interessados;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, e na Súmula-TCU 106, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão instituída em favor de Elayne Cristina Brito de Moraes e Sônia Regina Brito de Moraes;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-011.131/2022-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Elayne Cristina Brito de Moraes (525.759.772-15); Sonia Regina Brito de Moraes (353.532.954-04).

1.2. Unidade: Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1. no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas até a data da ciência deste acórdão pela Unidade, com base na Súmula-TCU 106;

1.7.3. no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta deliberação, encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta decisão pelas interessadas;

1.7.4. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade identificada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 9795/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo, relativo ao ato de pensão militar instituída por Rinaldo Marques de Carvalho, originalmente em favor de Eunice Maria Silva de Carvalho, viúva, julgada legal por esse Tribunal em 05/10/2011 (TC 011.673/2014-1), agora objeto de reversão às filhas Maria Eliane Silva de Carvalho Han, Marcia Maria Silva de Carvalho e Patricia de Fátima Silva de Carvalho.

Considerando que o instituidor se encontrava no posto de Capitão quando passou à reserva, recebendo proventos baseados no soldo de Major, por possuir mais de 30 anos de serviço;

considerando que, em momento posterior, foram concedidos ao ex-militar os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei 6.880/1990, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, passando seus proventos a serem calculados tendo por referência o posto de Tenente-Coronel

considerando que o ato inicial de pensão, instituído em favor da viúvia que refletiu a majoração dos proventos para Coronel, em face do instituidor ter contribuído para a pensão com um posto acima, foi considerado legal por este Tribunal por meio do Acórdão 4.503/2014 - 2ª Câmara,

considerando que a reversão de pensão tratada nestes autos foi instituída tendo por referência, para efeito de proventos, o posto de Coronel;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal, a partir da prolação do Acórdão 2.225/2019 - Plenário, é pacífica no sentido de que não há amparo legal para a extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados;

considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a exemplo das decisões proferidas por aquela Corte nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que os atos de pensão são indepententes entre sí, sendo possível o apontamento de mácula neste, ainda que o anterior tenha sido julgado legal;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé das interessadas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, e na Súmula-TCU 106, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão instituída em favor de Márcia Maria Silva de Carvalho, Maria Eliane Silva de Carvalho Han e Patrícia de Fátima Silva de Carvalho

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas até a data da ciência deste acórdão pela jurisdicionada;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-013.858/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Márcia Maria Silva de Carvalho (359.830.864-72); Maria Eliane Silva de Carvalho Han (359.830.944-91) e Patrícia de Fátima Silva de Carvalho (566.100.414-15)

1.2. Unidade: Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Comando do Exército que, no prazo indicado, contado da notificação desta decisão:

1.7.1. em quinze dias:

1.7.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. em trinta dias:

1.7.2.1 encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta decisão pelas interessadas;

1.7.2.2. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades identificadas, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 9796/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de pensão militar instituída por Vicente José dos Santos em favor de Aliete Farias da Silva, Aline de Moraes dos Santos e Marianna Enyla Coelho dos Santos emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que o instituidor se encontrava no posto de 1º Sargento quando passou à reserva, recebendo proventos baseados no soldo daquele posto;

considerando que em momento posterior foram concedidos ao miltar reformado os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei 6.880/1990, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército;

considerando que o ato de alteração da reforma de Vicente José dos Santos que refletia a majoração dos proventos foi considerado legal por este Tribunal, conforme Acórdão 1.191/2019 - 2ª Câmara, passando seus proventos a serem calculados tendo por referência o Posto de 2º Tenente;

considerando que a pensão tratada nestes autos foi instituída tendo por referência, para efeito de proventos, o posto de 2º Tenente;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal, a partir da prolação do Acórdão 2.225/2019 - Plenário, é pacífica no sentido de que não há amparo legal para a extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados;

considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a exemplo das decisões proferidas por aquela Corte nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que os atos de pensão e de reforma são indepententes entre sí, sendo possível o apontamento de mácula neste, ainda que aquele tenha sido julgado legal;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé das interessadas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, e na Súmula-TCU 106, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão instituída em favor de Aliete Farias da Silva, Aline de Moraes dos Santos e Marianna Enyla Coelho dos Santos (148.356.677-35)

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas até a data da ciência deste acórdão pela jurisdicionada;

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-020.434/2022-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Aliete Farias da Silva (774.674.857-00); Aline de Moraes dos Santos (054.192.037-58); Marianna Enyla Coelho dos Santos (148.356.677-35)

1.2. Unidade: Comando da Marinha

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que, no prazo indicado, contado da notificação desta deliberação:

1.7.1. em quinze dias:

1.7.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. em trinta dias:

1.7.2.1. encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta decisão pelas interessadas;

1.7.2.2. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades identificadas, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 9797/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo, relativo ao ato de pensão militar instituída por Eider Barreto de Oliveira, originalmente em favor de Edir Luiza da Rocha Oliveira, viúva, não apreciada por esse Tribunal, por perda de objeto (TC 027.932/2020-6), agora objeto de reversão à filha Erika Rocha de Oliveira Leite, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que o instituidor se encontrava no posto de 1º Tenente quando passou à reserva, recebendo proventos baseados no soldo de Capitão, por possuir mais de 30 anos de serviço;

considerando que em momento posterior foram concedidos ao ex-militar os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei 6.880/1990, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, passando seus proventos a serem calculados tendo por referência o posto de Major;

considerando que a pensão tratada nestes autos foi instituída tendo por referência, para efeito de proventos, o posto de Major;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal, a partir da prolação do Acórdão 2.225/2019 - Plenário, é pacífica no sentido de que não há amparo legal para a extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados;

considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a exemplo das decisões proferidas por aquela Corte nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que os atos de pensão e de reforma são indepententes entre sí, sendo possível o apontamento de mácula neste, ainda que aquele tenha sido julgado legal;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, e na Súmula-TCU 106, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão instituída em favor de Erika Rocha de Oliveira Leite;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência deste acórdão pela jurisdicionada;

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.283/2022-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Erika Rocha de Oliveira Leite (162.765.072-53)

1.2. Unidade: Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1. no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta deliberação, encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta decisão pelas interessadas;

1.7.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade identificada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 9798/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.371/2022-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Izabelly Esteves Bittencourt Martins (016.177.952-24); Joao Vitor Esteves Bitencourt Martins (048.675.492-82); Jorge Luiz Bringel de Carvalho Martins (011.758.432-02); Katia Martins de Aguiar (620.315.383-49); Vania Lucia Martins (094.265.823-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9799/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.086/2022-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Rosane Maria Martins Scalabrim (545.240.750-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9800/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.116/2022-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adilson Luiz de Souza (255.358.705-87); Antonio Baptista de Oliveira (037.429.895-53); Cosme Alves da Costa (001.435.963-49); Jauro de Souza Neves (041.716.164-68); Jose Arnobio (043.729.801-91); Jose Luiz da Silva (240.133.747-49); Jose da Conceicao Pereira (010.841.605-44); Reginaldo Vilas Boas (020.152.185-72); Vitorino Bispo Goncalves (006.819.115-49); Washington Freire Costa (020.962.007-25).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9801/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.136/2022-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Isai Motta da Silva (174.300.897-04); Joao Soares Rodrigues Filho (005.716.797-49); Lauro Costa de Freitas (056.360.277-53); Ney das Neves (190.817.407-25); Odevaldo de Amorim Maia (096.018.997-15); Sandoval Oliveira Gomes (065.951.387-00); Sebastiao Francisco da Silva (108.459.767-53); Sebastiao Haroldo Neris (015.119.042-91); Silvani de Sena Pinto (037.175.427-53); Teofilo Dias Ribeiro (099.858.677-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9802/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da

União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 6.975/2022- TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 4/10/2022, Ata nº 35/2022, relativamente ao item 3, para que, onde se lê "3. Responsável: Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores (369.876.387-724)", leia-se "3. Responsável: Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores (369.876.387-72)", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.693/2008-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2007)
1.1. Responsável: Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores (369.876.387-72)
1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 9803/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, em que solicita a apuração por este Tribunal de notícia de que a "Codevasf doa cisternas em casas indicadas com adesivo de deputado aliado de Bolsonaro" publicada pelo Jornal Folha de São Paulo.

Considerando que a instrução técnica consignou que o "(...) pedido não se coaduna com as especificidades de um processo comum de representação, uma vez que não trata de apurar irregularidade determinada, bem como não está acompanhada de indícios, o que contraria o caput art. 235 do RI-TCU, in fine - presente na subseção que trata de denúncias -, dispositivo aplicável a representações, nos termos do parágrafo único do art. 237 do RI-TCU";

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando ciência ao representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.236/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.2. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 9804/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que não constam nos autos indícios de irregularidade suficientes para configurar irregular aplicação de dinheiro público ou de falhas na execução de serviços de engenharia;

considerando que as datas de término de vigência e prestação de contas encontram-se neste momento dentro do prazo; e

considerando que, em casos similares, este Tribunal tem decidido por encaminhar a matéria ao órgão repassador, para a adoção das medidas cabíveis, de modo a evitar duplicidade de esforços, eis que o exame da regularidade da aplicação dos recursos compete originalmente ao ente concedente.

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 1ª Câmara, com fundamento artigos 143, III, e 237, IV, do RITCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, arquivando-a, dando-se ciência ao representante e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.453/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9805/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em deferir o pedido formulado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, prorrogando, por mais 30 (trinta) dias o prazo para atendimento das determinações exaradas no Acórdão 6559/2022-TCU-1ª Câmara, e dar ciência ao requerente.

1. Processo TC-005.647/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Mario Santana Rodrigues (145.627.075-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9806/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em deferir o pedido formulado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, prorrogando, por mais 30 (trinta) dias o prazo para atendimento das determinações exaradas no Acórdão 4770/2022-TCU-2ª Câmara, e dar ciência ao requerente.

1. Processo TC-005.648/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Romualdo Lourenco da Silva (166.004.605-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9807/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 9.4 do Acórdão nº 6561/2022-TCU- 1ª Câmara, como a seguir:

Onde se lê: "9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Federal da 3ª Região;"

Leia-se: "9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região;"

1. Processo TC-011.697/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Humberto de Morais Castro (359.864.336-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9808/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.613/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedito de Oliveira Souto (098.448.302-06); Dorival Alves Pereira (135.462.791-15); Flavio Duprat (882.569.798-87); Marivone da Conceicao Moraes Neyrao (030.105.542-49); Myrtes Nabuco de Oliveira Pontes (042.265.181-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9809/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento da parcela incorporada no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Iara Terezinha Brentano, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

c) arquivar os presentes autos;

d) adotar as medidas constantes do item 1.7.1. adiante.

1. Processo TC-020.304/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Iara Terezinha Brentano (216.359.510-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:
1.7.1.1. se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;
1.7.1.2. se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, a parcelas deverá ser destacada e transformadas em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 9810/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela decorrente da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento da parcela incorporada no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Tatiana Huyer, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

c) arquivar os presentes autos;

d) adotar as medidas constantes do item 1.7.1. adiante.

1. Processo TC-021.924/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tatiana Huyer (468.569.600-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:
1.7.1.1 se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;
1.7.1.2. se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, a parcela deverá ser destacada e transformada em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 9811/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.074/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vera Lucia Guarino Cardozo (295.953.047-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9812/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.093/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Arnaldo Figueiredo Goncalves de Oliveira (193.495.566-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9813/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.103/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Therezinha de Melo Santos (034.812.552-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9814/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.125/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nisio Agripino Fernandes (177.229.266-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9815/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.184/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edina Mayer Vergara (464.993.779-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9816/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.186/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Elisabeth Mendes de Lima Gomes (314.423.230-00).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9817/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.207/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Uriel Goncalves Lima (039.812.902-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9818/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.359/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lineu da Silva Facundes (066.731.632-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9819/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.632/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Laura da Silveira Girao (396.829.190-53); Claudenir da Luz Alves (301.440.350-49); Lucia Maria Vaz Peres (288.815.240-15); Nara Angela Falcao Thurow (338.209.700-10); Sandra AL Alam de Souza Lhullier (540.098.550-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9820/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.639/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Denize Ferreira Gomes (383.314.977-91); Evandro Maya Caldeira (606.777.327-91); Maria Anisia Thram (274.196.226-04); Noe Alves do Nascimento (186.101.533-04); Sonia Rita Marti da Silva (068.466.882-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9821/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.655/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Madalena Ribeiro (120.624.133-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9822/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.674/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pitavoras Lima de Oliveira (112.801.074-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9823/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.683/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agnaldo Ribeiro Santos (120.364.715-87); Alelito Romao de Souza (062.946.005-10); Barbara Marcia dos Santos (185.327.055-53); Maria das Gracas Dias de Sousa (053.773.448-12); Rozy de Souza Santos Ribeiro (509.631.124-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9824/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.686/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Analia Maria Pinto de Oliveira (450.027.117-15); Jasson Jose Moscon (421.248.757-87); Joaquim Leopoldino da Costa Filho (421.115.877-53); Paulo Cesar Barros Ferreira (748.795.887-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9825/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.690/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Roberto de Medeiros (662.701.117-49); Carlucia Maria Rodrigues e Lima (635.249.536-20); Elizabeth Geralda Rosa (488.853.476-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9826/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.711/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marilucia Nunes da Silva (127.653.504-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9827/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.722/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cleto Bezerra de Franca (141.416.044-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9828/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.725/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Jongh Prux (392.818.410-53); Donizeti Neves de Matos (139.528.111-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9829/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.742/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Euracy Oliveira de Oliveira (209.495.022-00); Jose Mariano Bruno dos Santos (055.978.202-06); Maria de Souza Pantoja (062.481.362-20); Raimundo Facundes dos Santos (072.984.202-91); Selma Lopes Nascimento (046.062.212-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9830/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.750/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adrea Marcia Degan Bianco (161.729.652-04); Jormicezar Fernandes da Rocha (084.862.122-00); Merci Cruz (191.320.002-78); Nilza Ana Vaz (389.216.509-20); Sandra Maria da Silva Tucunduva (115.088.252-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9831/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.771/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elwina Tereza Lima da Silva (251.231.492-87); Maria Elzenir Melo de Oliveira (184.404.522-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9832/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.786/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edson de Andrade Lima (037.665.352-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9833/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.798/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celso Roberto Heitzwebel (169.664.819-04); Maria do Rosario de Fatima Bicalho (283.001.226-72).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9834/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.807/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Carlos Borges (042.416.902-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9835/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.808/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Fabio Volles Amelio (279.275.801-59); Lucio Caetano de Faria (225.411.521-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9836/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.813/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jamil Silva Mansur (149.695.051-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9837/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.817/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Guerra da Costa Machado (096.348.864-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9838/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.860/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose dos Santos (844.852.808-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9839/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.866/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivaldo Raimundo Portela (157.232.405-87); Jose Silva Mota (178.981.375-15); Lourival Santiago Santos (101.633.955-00); Luiz Alves da Silva (203.868.695-53); Marilene de Araujo Gomes da Paixao (290.141.825-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9840/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.894/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Martins (729.539.428-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9841/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.908/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ieda Amancio da Silva Lovares (246.274.296-49); Jose Marcos Andrade Figueiredo (273.923.926-20); Mariza Andrade da Silva Bigonha (591.910.586-00); Mary Cristina Vasconcelos Valadares (618.929.206-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9842/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.915/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Oneilton Tavares da Costa (041.732.362-04); Maria Marli Mendonca Silva (209.759.372-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9843/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.924/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Wilson Fernando Machado (201.591.969-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9844/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.930/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela Camara Cunha (626.791.047-49); Francisco Ismar de Holanda (182.816.134-91); Izanai Pessoa Ramalho (112.541.812-53); Jose Pereira da Silva (028.118.802-59); Suely Andrade Flores (043.036.012-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9845/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.938/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Candido de Azambuja Ribeiro (169.691.970-34); Katia Pinheiro Rocha (355.227.636-04); Lindoia Euridice da Cunha Costa (297.428.624-00); Marcos Antonio dos Santos (173.848.424-68); Maria Luiza Borba Silva (083.122.734-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9846/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.940/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria Florindo (132.017.514-72); Gerson Rufino de Sousa (485.559.832-15); Maria de Nazare do Nascimento (060.741.972-53); Otacilio Mesquita Filho (065.765.912-68); Telma Cristina de Souza Arteaga (045.818.652-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9847/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.943/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cleuza Bezerra Lima (517.655.439-91); Jose Miranda de Oliveira (114.094.872-53); Lea Umezawa Nagano (313.242.311-49); Maria de Fatima Martins de Lucena (419.451.584-68); Zulmira Alves dos Santos (115.154.302-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9848/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.956/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Renato de Castro Antunes (380.602.217-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9849/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.959/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Dulcineia Santos Oliveira (449.856.577-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9850/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.967/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcos Macario dos Santos (070.689.306-97); Margareth Norberto Goncalves Mendes (344.080.456-91); Rosangela Lasmar de Moura (355.723.106-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9851/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.004/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jacinto de Assuncao Carvalho (209.659.076-00); Jose Leandro Neto (448.656.786-20); Nilton Curi (152.836.746-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9852/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.013/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celso Grube (184.168.029-04); Eline de Araujo Santana (017.776.022-20); Guilhermina Guilherme Medeiros (723.135.607-91); Marcelo do Egito Coelho (465.057.847-72); Valdir Eduardo de Barros (170.690.501-78).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9853/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.035/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Argemiro Ferreira da Silva (083.816.902-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9854/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.040/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Suzana Lima (210.490.503-63); Edneuza Brandao Silva (232.332.733-04); Ricardo Figueiredo Bezerra (045.487.443-04); Rocineide Costa Guimaraes (313.569.903-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9855/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.053/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedita Noronha Gluck (022.701.532-00); Geralda de Souza Oliveira (111.882.862-34); Irene Mendonca Mesquita (515.746.242-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9856/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.114/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jaime Moutinho (031.969.762-20); Joao Batista Lopes de Freitas (041.661.672-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9857/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.137/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriano Rosa dos Santos (474.010.606-04); Nilva Aparecida da Silva Aveiro (240.181.206-72); Paula Cristina Borges (517.550.336-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9858/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.160/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Terezinha de Jesus Farias dos Santos (016.663.348-80).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9859/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.167/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fatima Maria Eugenio de Sousa Oliveira (118.064.513-87); Jordilina Moreira dos Santos Mesquita (149.723.101-97); Nazare de Fatima Souza (263.806.506-44); Raimunda Alves de Sousa Oliveira (145.819.731-04); Vanda Lucia Vianna (151.901.291-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9860/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.175/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucilia Carvalho Forte (421.699.849-68); Sueli Allebrandt (605.191.779-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9861/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.179/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Jatahy Messeder (717.441.697-72); Ednira Martins Carvalho (544.269.877-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9862/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.187/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Katia Couto Rodrigues Alcantara (397.177.474-15); Lucineide Soares de Souza (536.176.734-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9863/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.197/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cristina Damm Forattini Dias (803.272.067-72); Ednair Ribeiro da Costa (321.152.706-06); Nilton Batista da Silva (351.031.756-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9864/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.201/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arnaldo Jose Ribeiro (224.159.981-68); Dan Marchesin (098.324.597-53); Jorge Passamani Zubelli (687.617.917-68); Maria Eufrasia Chaves (271.113.501-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9865/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.207/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Deise Maria Fernandes Bezerra (519.521.229-53); Everton Passos (318.972.409-10); Jose Amaro dos Santos (001.337.548-20); Newton Pohl Ribas (202.107.959-72); Rosane Geraldina da Cruz (561.735.479-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9866/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.224/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helio Luiz Berretta Dal Monte (016.193.948-12); Teresa Cristina Pereira de Andrade (288.201.504-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9867/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.887/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvia dos Santos Garcia Pereira (879.971.187-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9868/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.898/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosivaldo Clementino da Luz (077.755.201-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9869/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.903/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Fatima Motta de Vasconcellos (127.955.692-72); Evanildo Alves de Almeida (017.925.982-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9870/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.904/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Maria Bomtempo (209.789.101-25); Francisca de Fatima Soares de Souza (243.878.601-97); Luis Ferreira de Oliveira (102.593.681-72); Maria Dometilia de Souza (289.698.121-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9871/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.922/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Beatriz Aparecida Kilinsky (087.356.578-98); Deborah Regina Maia Pinto (083.090.408-57); Guiomar Celeste Lousada Almeida Testa (177.820.585-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9872/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir

relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.953/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aurea do Carmo Angelo (705.281.957-00); Jurdemar Gomes Avelino (998.220.837-34); Marcia Cruz Franca (763.687.007-00); Teresinha da Silva Siqueira (841.146.817-87); Valeria Verardo da Costa (813.153.767-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9873/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.971/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valdemir Cavalcanti de Souza (097.792.054-20).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9874/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.975/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arineide Ana Ferreira (162.238.024-04); Maria do Carmo de Souza Sales (332.519.405-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9875/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.234/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Mascarenhas de Oliveira (147.547.115-72); Arlindo Ferreira da Silva (900.503.808-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9876/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.235/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Albanir Pinto de Almeida (040.829.403-59); Maria Adelusia Arcanjo de Moura (121.331.323-68); Maria Tereza Coelho Maia Fontenele (220.484.213-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9877/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.250/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cesar Gomes de Oliveira (012.420.627-18); Ignacio de Holanda Cavalcanti Pacheco de Aragao (763.008.037-91); Ignacio de Holanda Cavalcanti Pacheco de Aragao (763.008.037-91); Luiz Eduardo Ferreira Araujo (310.296.047-20); Maria da Gloria da Graca Melo Cortes (289.817.407-63); Waldyr de Souza Oliveira (004.274.381-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9878/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.257/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Daisy Figueredo Borges (373.182.767-00); Luis Henrique Sadowski (383.752.309-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9879/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.263/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ivonildo Evangelista dos Santos (083.017.435-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9880/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.281/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gilda Maria Reis Bancov (163.019.607-00); Nelson Fagundes de Mello (030.174.277-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9881/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.285/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Arouche (042.697.642-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9882/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.287/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adauto Persici (478.646.217-91); Aladir Serrano de Araujo (380.492.527-87); Alcides Simao da Rosa (084.400.857-53); Annibal Ewald Martins (014.582.997-91); Benito Zanandrea (014.707.287-53); Cody Sant Anna Co (036.113.027-91); Eurico Borges Cortes (009.491.671-34); Noe Silva Santos (014.711.127-72); Sebastiao Campos (526.167.547-20); Tulio Luiz Zanini (003.475.154-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9883/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.310/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Bartolomeu Costa Borba (046.747.584-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9884/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.317/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Afonso da Mata (123.118.631-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9885/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.327/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ester Gladis Germano (212.124.490-53); Luiz Felipe Pinheiro Guerra (007.355.900-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9886/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.333/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Rodrigues de Souza Filho (042.216.132-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9887/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.339/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Celso Serio Alves (363.515.047-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9888/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.372/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Osmar Reinaldo Gregoldo (512.080.248-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9889/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.389/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helena Maria Vieira Mascarenhas (009.234.946-34); Jose Carlos de Souza (281.843.006-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9890/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.405/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloisio Adjucto Silveira (068.296.439-53); Antonio Jose Damasceno Barbalho (106.594.394-68); Fausto Sousa Santos (152.765.541-53); Israel Verissimo de Souza (512.322.191-34); Israel Verissimo de Souza (512.322.191-34); Joao Maria Ludugero da Silva (378.521.594-00); Jose Ramos da Silva (265.108.807-25); Wladymir Franklyn Lima de Almeida (029.042.634-03).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9891/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.414/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Carlos Costa (117.186.840-53); Maria Ronilda Fernandes Amaro (074.653.000-53); Matilde Teresinha Brutti Pereira (169.656.040-34); Nelza Fernandes da Silva (303.271.640-34); Olecio Lunardi (074.800.160-34); Orlindo de Vargas Mendonca (182.148.780-04); Pedro Jarbas de Souza (075.273.650-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9892/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.420/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alair Lopes de Brito (978.036.778-00); Wilson Antunes de Almeida (337.644.768-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9893/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.425/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Amara Matias (054.174.494-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9894/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.437/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Rodrigues de Sousa (239.997.643-68); Handall Fabricio Martins (045.786.387-07); Jose Bezerra de Lima Junior (622.820.264-20); Luiz da Cruz Pereira (173.520.882-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9895/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.449/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilton Goncalves Bravo (716.656.507-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9896/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.453/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Antonio da Silveira Neves (487.926.837-20); Gilberto Dias de Carvalho (126.695.557-72); Jose Roberto Pereira Santos (578.147.087-53); Maria Augusta dos Santos Barbosa (027.608.278-87); Wilson Mario Zanotti (086.455.907-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9897/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.462/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao de Deus de Morais (221.292.194-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9898/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.466/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ines Maria Albino (378.313.809-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9899/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.474/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cristina Yoshiko Taniguchi Belliard (313.089.291-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9900/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.475/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Izaldo Ramos (167.495.294-53); Manoel Alcides Cordeiro (054.000.314-04); Odette da Silva Vianna (012.981.354-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9901/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.481/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Picinini (070.233.918-00); Donizeti Aparecido Perrone (854.809.168-15); Joao Batista dos Santos (152.707.266-53); Lais Helena Goncalves de Lima (317.827.448-00); Paulo Pellicci Alves Aranha (068.952.808-63); Roberio Caffagni (126.125.298-53); Vera Lucia Rocha Carvalho (060.326.668-16).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9902/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.486/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Ferreira Barreto (727.403.967-91); Eurico Gomes Pereira Filho (268.020.317-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9903/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.487/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Barrouin Sandy (128.896.526-53); Eunice Oliveira da Silva (276.770.016-53); Helio Raimundo de Carvalho (325.212.006-20); Jadir Jose Ferreira de Miranda (008.740.946-15); Jose Caetano Pinto (110.654.196-00); Marcos Pezzi Guimaraes (001.897.906-87); Nanci Ferreira de Lourdes Carneiro (033.439.006-05); Romeu Evangelista Loures Pires (293.547.906-82); Sergio Procopio de Almeida (076.485.026-15); Walter Alcantara de Matos Filho (270.110.976-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9904/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.504/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Ariovaldo de Paiva (016.235.404-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/rn.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9905/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.507/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Chagas da Silva (045.792.162-53); Luzia da Cunha Barros (037.152.052-53); Marco Antonio Maciel de Melo (027.884.462-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9906/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.508/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Antonio da Cruz Meneghello (517.728.336-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9907/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.511/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clementino de Castro Nobre (030.977.223-00); Regina Maria de Fatima de Castro (170.671.703-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9908/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.529/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Amaro de Arruda (029.906.604-53); Milton Ferreira de Lacerda (019.592.474-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9909/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.530/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Augusto Cardoso Filho (066.492.541-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9910/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.556/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dacio Firmino de Melo (009.199.854-91); Eliziario Martiniano Pereira Filho (058.862.284-20); Jose Vidal Silva (016.526.643-00); Jose dos Anjos (023.949.794-53); Raimundo Fernandes dos Santos (059.942.413-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9911/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.582/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leda Maria Monteiro Dias (199.419.007-87).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9912/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.584/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Kennedy Dias (311.069.511-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9913/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.589/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Vasconcelos (000.090.161-04).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9914/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.591/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Walter Santos Fonseca (286.985.417-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9915/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.598/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Jandui Rodrigues do Nascimento (956.105.375-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9916/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.599/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adao Vargas Silveira (132.471.070-53); Arlindo Machado (065.294.960-68); Irineu Antonio Marchi (314.397.560-15); Luiz Carlos Bier (009.212.540-91); Luiz Carlos Bier (009.212.540-91); Maria Luiza Lacerda Estivalet de Christo (354.541.300-44); Miguel Angelo Schuch (396.862.640-00); Miguel Angelo Schuch (396.862.640-00); Silza Batista Lima (407.800.740-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9917/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma

prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.600/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Moacir Guimaraes Morais Filho (011.142.472-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9918/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.072/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvia Helena Alcantara Nogueira (209.493.593-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/ce.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9919/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela decorrente da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento da parcela incorporada no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001, está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Marcia Dias Pereira, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

c) arquivar os presentes autos;

d) adotar as medidas constantes do item 1.7.1. adiante.

1. Processo TC-028.148/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcia Dias Pereira (646.167.896-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.1.1 se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;
1.7.1.2. se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, a parcela deverá ser destacada e transformada em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 9920/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela decorrente da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento da parcela incorporada no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Guido Zickuhr Júnior, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

c) arquivar os presentes autos;

d) adotar as medidas constantes do item 1.7.1. adiante.

1. Processo TC-028.235/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Guido Zickuhr Junior (057.653.378-56).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:
1.7.1.1 se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;
1.7.1.2 se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, a parcela deverá ser destacada e transformada em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 9921/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.257/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria de Lourdes Martins de Lemos (368.977.284-20); Sandra Sampaio Vianna (037.906.488-09).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9922/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.274/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Danilo Pompeu Amalfi Junior (028.379.778-96); Vilma Aparecida de Oliveira (029.408.958-64).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9923/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.351/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sonia Maria Cruz Lima (434.929.089-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9924/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.372/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ronildo Ferreira Nunes (152.844.761-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9925/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à aposentadoria de Margarida da Silva Rodrigues, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ submetida a este Tribunal para fins de registro, em cujos proventos foi contemplada parcela de "quintos/décimos" decorrentes do exercício de função (ões) comissionada (s) após o advento da Lei 9.624/1998.

Considerando que, na espécie, o STF, no âmbito do RE 638.115/CE, ao deliberar acerca do tema, concluiu que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal", sendo este o entendimento pacífico adotado por esta Corte de Contas;

Considerando que, conforme consta da peça 3, a interessada ocupou função comissionada em período posterior ao advento da Lei 9.624/1998, cuja parcela foi incorporada aos seus proventos;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida mediante decisão judicial transitada em julgado, por decisão judicial não passada em julgado ou, ainda, por decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos adotada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 638.115/CE, poderá ser mantido o pagamento da parcela incorporada de quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que na hipótese de incorporação de quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, a vantagem incorporada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, deve ser convertida em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, ainda, que o ato em análise deu entrada nesta Corte de Contas em prazo inferior a cinco anos, bem como a boa-fé da interessada, fato que atrai a aplicação do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal quanto ao ressarcimento das importâncias indevidamente recebidas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Margarida da Silva Rodrigues, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta Corte de Contas

c) determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

c.1) promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada de quintos ou décimos pelo exercício de função comissionada entre o período de 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória que deverá ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos termos do RE 638.115/CE, caso a incorporação tenha se dado por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

c.2) dê ciência à interessada, no prazo de quinze dias contados da notificação desta deliberação, do inteiro teor deste decisum, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente;

c.3) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão, comprovantes da data em que a interessada teve ciência do teor desta deliberação.

1. Processo TC-043.772/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Margarida da Silva Rodrigues (961.073.837-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9926/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Sebastiao Rodrigues Maia Filho nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Sebastiao Rodrigues Maia Filho, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor do interessado, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e ao interessado; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-021.653/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sebastiao Rodrigues Maia Filho (027.335.643-74).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9927/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Simone Carneiro Rios dos Santos nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Simone Carneiro Rios dos Santos, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor da interessada, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e à interessada; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-021.660/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Simone Carneiro Rios dos Santos (001.443.595-02).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9928/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Pavel Sampaio da Silva nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Pavel Sampaio da Silva, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor do interessado, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e ao interessado; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-021.663/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pavel Sampaio da Silva (009.692.205-29).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9929/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Diego da Silva Matos nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Diego da Silva Matos, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor do interessado, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e ao interessado; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-021.664/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Diego da Silva Matos (023.858.915-30).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9930/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Nadjane Kelly Pereira de Sousa nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Nadjane Kelly Pereira de Sousa, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor da interessada, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e à interessada; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-021.671/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Nadjane Kelly Pereira de Sousa (008.336.431-50).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9931/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Luciana Sousa Fonseca Martins nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Luciana Sousa Fonseca Martins, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor da interessada, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e à interessada; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-021.675/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luciana Sousa Fonseca Martins (001.415.571-09).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9932/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Luismar Souza de Almeida nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Luismar Souza de Almeida, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor do interessado, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e ao interessado; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-021.676/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luismar Souza de Almeida (037.244.791-07).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9933/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.738/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Inacio de Araujo Costa Junior (738.206.013-68); Jose de Ribamar Gomes de Sousa Filho (043.026.533-61); Jussara da Silva Ribeiro (011.318.943-59); Livia Fernanda Diniz Gomes (009.864.743-12); Mauricio Eduardo Chaves e Silva (024.023.733-18).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9934/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.768/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caio Rodrigues dos Santos (107.604.397-61); Francisco Cleuce Costa dos Santos (783.331.561-34); Lena Betania Teixeira Albuquerque de Vasconcelos (036.220.154-46); Sandra Rodrigues de Sousa (019.603.924-09); Victor Barbosa Nascimento (030.533.924-96).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9935/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.775/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Martins da Silva (013.942.220-09).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9936/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.800/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleiton da Silva Barbosa (059.197.397-97); Julia da Silva Menezes (109.046.737-07); Thiago Carvalho Guimaraes (113.627.687-40); Viviane Jose Menezes da Silva (068.537.437-84); Wladmir Batista de Lara (061.710.306-27).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9937/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.815/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kathiurcia Montovanelli Cazotti Camara (125.559.927-82); Maria Elizeth Helpes de Castro (886.062.366-91); Marianne Alves da Silva (121.051.487-78); Nathalia Bozi Tardin (131.987.207-70); Vitor Birro Camelo (113.606.167-30).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9938/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.816/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Azevedo Quintino (127.597.397-32); Fabiana Santos Rodrigues Araujo (123.146.037-70); Fabio Junior Silva dos Santos (126.426.837-88); Taiana Candido de Siqueira Goncalves (129.060.307-32); Vanessa Tiba Buhlmann (526.601.682-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9939/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.817/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Bomfim dos Reis (101.301.888-59); Marcos Costa Roboredo (118.303.697-33); Marta Vahia Alves de Souza (850.634.447-68); Orangel Antonio Aguilera Socorro (276.421.860-53); Raquel Nascimento Chanca Silverio (143.214.497-90).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9940/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.821/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dangelo Carlo Magliano (129.330.307-05); Francisca Marli Rodrigues de Andrade (748.628.042-68); Isadora Tavares Maleval (113.350.557-03); Izabella Pessoa de Castro (640.845.077-68); Sabrina de Oliveira Moura Dias (105.155.897-21).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9941/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.855/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariosto Fagundes Pereira (646.503.080-20); Carla Otilia Neujahr (695.918.490-87); Paulo Augusto Cardoso Ferreira (831.318.680-15); Roberto Quevedo (904.860.800-72); Romeu Jose Girelli (307.261.070-34).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9942/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.867/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabricio Cesar de Paula Ravagnani (170.496.238-22); Giovani Spinola de Carvalho (976.507.221-04); Murilo Antonio de Oliveira (912.290.651-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9943/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.871/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Shaura Oliveira Pinheiro (843.006.042-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9944/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.290/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Arthur Simoes de Castro (101.500.756-26).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9945/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.305/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno da Paixao Nascimento (115.888.387-06); Bruno de Oliveira Santana (130.927.357-06); Carla dos Santos Brasil de Souza (090.309.597-11); Charles de Oliveira Batista (938.172.907-72); Elaine Pinheiro Melo (035.313.527-50); Elisa Sasse (105.998.337-00); Fabiana de Moraes Genciano (087.602.077-52); Fatima Andrea Mesquita dos Santos (080.926.007-75); Glaucia Carneiro da Silva (075.198.967-30); Henrique Guedes de Araujo (107.248.867-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9946/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.306/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Humberto Gomes de Oliveira Neto (013.690.387-80); Jessica da Silva da Cruz (132.441.807-95); Jorge Luiz Albuquerque Coutinho (540.852.097-87); Katia Silva de Almeida (095.590.037-98); Leane Cristine da Silva Santos (058.306.577-59); Livia Goncalves Rocha (054.575.367-85); Luciana Pereira Telemaco (112.420.907-70); Marceli Cristina da Silva de Almeida (094.302.797-77); Marcelo Souza do Nascimento (700.365.867-49); Marcio de Brito Deister (024.023.637-89).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9947/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência

de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.308/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jefferson Cavalcanti Chaves (097.403.334-00); Juliana Pojo Amaral (136.457.257-50); Luciana Silveira Simoes (112.516.277-57); Patricia da Conceicao Silva (078.698.887-88); Sheila Dias Marinho da Silva (850.851.467-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9948/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.311/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mariane Doelinger Barbosa (117.692.927-56).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9949/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.312/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan Calil Alvarez Zeine Edine (613.207.142-34); Aline de Jesus Costa (028.305.471-95); Ana Carolina Araujo Monteiro Fortes (004.588.971-67); Daniele Escarlete Silva de Sousa (990.274.882-15); Dianne Soares Saunier (663.406.592-68); Douglas Pereira Vieira (029.465.362-70); Ilzinei da Silva (011.895.082-73); Iranilda Lacerda de Abreu (012.933.942-38); Lucas Nogueira Miranda (015.910.261-80); Luciano Dantas Pimentel (036.183.504-30).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9950/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.321/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Genario Vieira Dantas (492.080.046-00); Jorge Alves Muniz (003.414.557-50); Jose Antonio Narcizo de Carvalho (749.442.587-04); Mario Gomes de Oliveira (353.100.224-49); Nilo Edison Mendes Borges (193.848.400-25); Paulo Roberto Reis Soares (545.901.915-04); Rejane de Fatima Ramos Linhares (221.558.051-87); Rogerio de Mello (609.831.240-00); Rufo Alves Martins (305.167.901-10); Wellington Alves de Moura (496.493.614-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9951/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.343/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jadilson Jose de Andrade Araujo (595.701.481-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9952/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.347/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Andreia Alfaia de Almeida Nascimento (925.529.602-78).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9953/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.354/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ernandes Taveira Tenorio Neto (955.607.001-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9954/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.359/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Fernando dos Santos Rodrigues (031.361.391-51); Camila Samille Medeiros Braga (084.277.444-04); Claudia Maria Montenegro Moreira (804.563.754-49); Gentil Paiva de Oliveira Junior (702.892.394-00); Jose Itamar de Souza (818.455.963-15); Maria da Paz Xavier de Araujo (897.830.934-87); Milton Hiroyuki Lima Nishina (323.673.638-03); Mirian Cruz de Souza Santos (026.519.377-03); Rafael Candea (012.486.396-50); Rubens de Oliveira Lima Junior (253.281.228-10).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9955/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.374/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldenir Vicente dos Santos Filho (057.193.184-70); Alex Fabiano Pimenta dos Santos (002.137.192-07); Gabriel Machado Prates (031.410.921-84); Guilherme de Lima Calixto (722.467.741-87).

1.2. Órgão/Entidade: Bb Tecnologia e Serviços S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9956/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.379/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Nathalia Chrystine Vieira Pereira (137.422.557-62).

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9957/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.383/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gustavo Luiz Taborda (043.119.369-07); Matheus Henrique Pereira Vaz (045.911.421-24); Matheus Henrique da Silva Santos (049.113.321-90); Rodolfo Duarte Alves (112.324.576-20).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9958/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.413/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Aristoteles Rodrigues Germano (110.071.847-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9959/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.428/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leany Barreiro de Sousa Lemos (490.644.281-15).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9960/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.429/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ibere Baracioli Catanozi (337.627.588-24).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9961/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.440/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mateus de Jesus Genuino (166.592.407-13).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9962/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.449/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antonia Kamila Martins Braga (059.344.973-83).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9963/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.483/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gleyson Vieira dos Santos (026.853.203-69).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9964/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.489/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcello Rodrigo Cavalcante da Silva (767.818.794-72); Marcello Rodrigo Cavalcante da Silva (767.818.794-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9965/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.491/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carla de Oliveira Pinheiro (083.644.207-55); Carolina Alves D Almeida (105.841.657-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9966/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.500/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Hadma Sousa Ferreira (870.003.185-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9967/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.503/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pricilla de Melo dos Santos Martins (010.619.082-24).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9968/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.506/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Veronica Ramalho Nunes (014.143.651-44).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9969/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.516/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Priscilla de Queiroz Duarte (943.927.497-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9970/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.518/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fillipi Vieira de Paula (100.187.177-48).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9971/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.521/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Quirino Peixoto (864.388.591-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9972/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.529/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela dos Santos Pereira (000.103.640-80); Daniele Cavalli Inda (905.500.130-91); Denis Netto da Silva (009.034.350-63); Fabiane Remus (021.708.770-10); Luana Cortes Telles (959.171.100-00); Mayrus Fagundes dos Passos (853.106.380-91); Paulo Aires Vieira (460.607.070-68).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9973/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.531/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria do Socorro Oliveira Castelo (121.839.892-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9974/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.543/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leonice Oliveira (291.664.389-34).
1.2. Órgão/Entidade: Autoridade Portuaria de Santos S.a.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9975/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.601/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gabriel Rodrigues Rocha (936.353.970-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9976/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.605/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Robson da Silva Luiz (037.644.450-92).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9977/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.609/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luis Guilherme Cavalli Carvalho (094.338.599-79).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9978/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.611/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luiza Alves da Silva (144.688.027-31).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9979/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.631/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Andria Maria da Gama Lima (946.466.942-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9980/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.657/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Goncalves da Silva (003.014.003-00); Claudete Pires dos Santos (391.456.979-49); Elson Jose Bastos (920.990.417-68); Jose Nilton Minervino da Silva (136.445.724-53); Marcelo Ricardo Custodio (021.720.367-14); Marcio Gomes Silva (004.460.511-01); Mauro de Melo Torres (051.423.227-70); Paulo Roberto Nascimento (740.832.607-34); Ruy Barbosa Sobrinho (345.050.751-68); Volmir Cristovao de Siqueira (521.135.230-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9981/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.660/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Beatriz Aragao Dias (034.172.913-21).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9982/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.665/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Braz Muniz (586.293.191-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9983/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.676/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Debora Moreno Diniz (874.559.515-15); Jose Ferreira Filho (000.393.035-19).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9984/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.677/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Walef Machado de Mendonca (121.307.756-75).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9985/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.693/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Eduardo Ramalho Dantas (033.800.747-48).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9986/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.722/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Soncin Bianchi (366.851.538-73); Fillipe Lopes do Couto (013.815.221-73); Wallace Bruno Silva de Souza (036.759.931-75).
1.2. Órgão/Entidade: Bb Tecnologia e Serviços S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9987/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.724/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Washington Roberto Bernardes dos Santos (954.348.448-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9988/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.726/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Felippe Neves Ribeiro dos Santos (951.079.672-72).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9989/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.755/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisca da Silva Reis (828.323.902-34); Jefte Teixeira da Silva (007.414.792-73).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9990/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.762/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jonathas Haniel Castro Silva (102.063.906-70).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9991/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.767/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Rafael de Araujo (064.629.253-61); Francisco das Chagas Ramos Diniz (010.497.053-78); Joabe de Oliveira Miranda (027.028.493-18).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9992/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.768/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Otte Beserra (055.756.734-30); Edvaldo Correia de Araujo (902.706.064-91); Glicerio Siqueira Silva de Barros (038.913.924-60); Jessica Karen dos Santos Correa (081.062.784-17); Marcelo Carlos de Oliveira Silva (096.326.634-97); Merijane Laurentino Campelo Penha (097.412.684-59); Simone Santos da Silva (013.780.354-02); Tiago Cesar Bastos Vieira (053.649.204-29).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9993/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.781/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Krulikowski Rodrigues Pelissari (072.758.869-95); Marcos de Souza (094.954.537-63).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9994/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.827/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alysson Pires Goncalves (930.261.370-49); Anderson Luiz de Morais Golinelli (007.384.209-56).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9995/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.849/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mateus Campos Luiz (036.188.491-50); Paulo de Tharso Moraes Costa Campos (734.269.891-15); Rosilda Ramos Botelho (308.691.291-04); Ulysses Bernard Mendes Lara (051.450.371-80).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9996/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.854/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Everton Anderson de Souza (098.071.236-07); Joao Paulo de Lima Galindo (066.492.524-33).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/ms.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9997/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.869/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Caique Ramon Monteiro Fernandes Casimiro (036.182.023-26).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9998/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.887/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cesar Ferreira Santos (087.723.946-09); Djemerson Mateus de Andrade (076.428.106-28); Sara da Silva Abes (060.067.678-13); Wilson Rubens Tonholo de Rezende (283.156.186-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9999/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.907/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amaro Clementino Pessoa (344.316.404-87); Raul Kazan da Cunha Araujo (041.773.491-35); Sarah Catao de Lucena (057.505.154-00); Wesdrey Dantas Fernandes (013.786.264-43).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10000/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.909/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Ferreira Barrinuevo (063.726.529-78); David da Cruz Santana (021.807.535-94); Giuliano de Souza Antunes (004.153.719-02); Homero Sebastiao T Pinto Junior (022.764.158-27); Jonas Nascimento de Paiva (042.337.561-01); Marcos Alexandre Bandeira dos Santos (007.882.709-40); Marcos Sivolella do Nascimento (091.286.877-52); Rafael Vieira e Fornari (075.423.618-80); Rita de Cassia Pereira da Costa (196.405.818-01); Sabrina Profili Menna Rodrigues (291.470.738-02).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a..
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10001/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.922/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Rodrigues Fontoura (073.401.567-47); Andrew de Jesus Freitas Silva (132.442.047-24); Angelo da Silva Oliveira (124.311.397-94).
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.a..
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10002/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.932/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabiano Morais de Albuquerque (043.093.104-27).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10003/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.937/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Flavia Canovas Martinez (327.414.298-04); Carolina Molinar Bellocchio (068.990.856-31); Debora Helena Job (036.429.967-36); Everton Leonardo Skeika (084.736.249-39); Jennifer Kerolly de Oliveira Barros Bathaus (048.644.203-94); Joao Francisco Pereira Nunes Junqueira (320.789.628-64); Matheus Bordin (455.594.548-42); Milla Maues Pelucio Pizzignacco (409.969.958-70); Nathan Damas Antonio (077.988.129-03); Renato Galbiatti Parminondi (073.493.748-28).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10004/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.939/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elom de Paulo Andrade de Almeida (402.913.788-11).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10005/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.948/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernando Jose Dias de Santana (148.214.147-75).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10006/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.981/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maira Bernardi (921.985.970-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10007/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.983/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Higor Gabriel dos Reis Goncalves (557.160.048-90); Rafael Maia de Oliveira (185.725.857-61); Samuel Felipe Silva de Melo (175.743.347-30); Savio Luis Moraes dos Santos (154.312.527-12).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10008/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.003/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gustavo Rodrigues Barbosa (065.130.966-26).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10009/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.005/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Francio Costa Simao (015.105.622-65).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10010/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.008/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernanda Dagmar Martins Krug (003.215.210-80).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10011/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.009/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Beatrix Saboia Zink (095.292.047-60).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10012/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.017/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel da Silva dos Santos (861.070.765-22); Genivaldo Lima Santos (035.763.355-52); Gledse de Fatima Silva da Silva (591.662.402-63); Paola Paludo (922.957.970-04); Ranyelle Kassia de Oliveira Ferreira (002.684.682-90); Rayane Belmiro de Lima (018.758.962-36); Raylla Moura Guimaraes (058.869.081-37); Rocicleide da Silva Araujo (321.506.872-91); Tassia Liviane Paula de Oliveira (026.440.722-98); Thais Mayna Campelo dos Santos (947.682.502-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10013/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.021/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cassia dos Santos Freitas (841.489.850-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10014/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.028/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sergio Villamayor Tomas (716.930.541-08).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10015/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.035/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Divino Reis Pinto da Silva (037.452.336-38).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/mt.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10016/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.040/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Castelo Branco Brasileiro Assing (065.776.204-07); Lucas Souza Rodrigues (095.111.149-30); Naiane Naidek (067.988.989-20); Renato Barbosa Ferraz (098.890.556-60).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10017/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.065/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Luiza Oliveira Santos (097.571.406-60).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10018/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.076/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Nunes Monteiro (614.069.372-15); Andreza Souza do Nascimento (668.093.472-91); Andria Marcia de Souza Dias (928.930.071-04); Barbara Luiza Oliveira Costa (008.048.692-43); Emille Laila Nobre Coelho (010.726.732-23); Fatima Almeida de Lima (803.736.232-91); Juliana Barbosa Santos (853.024.732-91); Karen Karolyny Alves da Silva Magalhaes (048.882.251-33); Marcio Lincoln de Oliveira Costa (012.504.927-77); Maria Rosilda da Silva Rocha (321.851.462-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10019/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.093/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leonardo Souza Santana Almeida (777.533.645-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10020/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.095/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Deise Travasso (020.269.899-82); Eduardo Meurer (021.153.629-69).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10021/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.111/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aniele Domingas Pimentel Silva (817.831.402-91); Romario Cardoso Leal (025.709.813-54).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10022/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.113/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Linhares Prado Araujo (037.778.883-03); Joana Thaisa Santos de Oliveira (033.369.105-95); Stela Ramirez de Oliveira (002.086.321-74); Thaiane dos Santos Machado (824.663.005-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10023/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.118/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo de Mello Vieira (055.037.556-26); Maria Gabriela da Cruz Pedrozo Miguel (014.103.406-86); Mariana de Moura e Dias (093.158.876-62).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10024/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.121/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Janice Martins Tofolo (654.343.582-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10025/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.124/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Henrique Rodrigues dos Santos (375.965.603-00); Ilma Ibraima da Cunha Peter (545.558.920-20); Ivandir Santos (290.898.148-33); Joaquim de Azevedo Machado Junior (807.388.002-44); Krishnamurti Cabral Junior (613.836.944-00); Lucivanderson da Silva Soares (008.732.862-35); Marly Garcia Pereira Duarte (653.070.891-04); Mayra Arathusa Vieira de Brito (047.931.993-64); Paulo Raphael Pires Ferreira (002.123.672-00); Tania Dias Furtado Freitas (565.593.131-15).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10026/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.125/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luiza Martins Meyer Barros (102.842.336-50); Andreia Ferreira Ribeiro Araujo (051.522.056-61); Andreza Soares Goncalves (070.170.694-55); Beatriz Aparecida Felix da Silva (951.297.236-00); Bernardo Parreiras Guimaraes Tarabal (068.931.286-57); Evanio Cerqueira de Araujo (518.638.806-82); Layane Sangene de Sousa Coutinho (915.488.023-87); Luciane dos Santos Ferreira (948.531.850-20); Rayanna Silva de Carvalho Araujo (671.207.843-15); Sheelen Larissa Ruwer (956.131.290-53).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10027/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.134/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glauber Sallaberry Kist (015.703.250-73); Glediane Saldanha Goetzke da Rosa (011.639.200-29); Stefanie Liz Polidoro (016.019.690-66).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10028/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.144/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabiane Cristina Farsen Hunemeier (007.952.680-25); Karine Rui (025.502.570-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10029/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.163/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ligia de Grandi (284.638.538-62); Luiz Felipe Simoes Hoffmann (248.206.948-39); Luiz Henrique Sampaio Junior (301.546.978-93); Marcia Aparecida Silva (747.476.306-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10030/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.171/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaqueline Santos de Oliveira Rego (096.573.727-63); Jean Felipe Goncalves de Freitas (146.379.847-42).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10031/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.180/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ari Davides Szymanski (524.343.389-68); Douglas Martos (099.690.279-13); Emerson Katzer (104.085.699-30); Fabiane Costa Westphal (043.206.939-90); Fabiano Alves Feitosa (217.561.908-79); Janderson Pereira Barbosa Urizzi (042.878.729-08); Mariana Aparecida de Oliveira Schendroski (701.772.449-68); Paulo Pereira de Carvalho (060.601.269-95); Rafael Jardim Menine (051.950.649-97); Romulo Semeghini Goncalves (077.282.189-56).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10032/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.237/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gabriel Kubrusly Benoliel (113.325.297-47).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10033/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.251/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Glauber Luis Ferreira (802.501.301-49); Henrique Jose de Faria Neto (035.663.961-41); Wanessa David Canedo Melo (991.546.411-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10034/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.258/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elvira Maria dos Santos (694.480.005-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10035/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.260/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anny Carolinny Tigre Almeida Chaves (041.309.235-60); Mariana Carvalho Gomes Martins Tavares (112.774.977-37).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10036/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.262/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Noemia Aparecida de Alencar Pessoni (363.902.911-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10037/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.275/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Santos Pereira (035.435.886-30); Elissandra Cristina Rocha Guimaraes Carvalho (073.650.706-09); Fabio Martins Ferreira (559.970.660-53); Genilza Ramos (294.076.304-63); Lisa Fernanda Lackmann Cherulli (054.724.006-60); Luiz Antonio Ribeiro (001.468.366-00); Mayra Emanuelly Silva Balbino (058.563.054-26); Raphael Lanza e Passos (033.307.336-32); Rosilene Regina Garcia (242.719.933-87); Tulio Henrique Ebaid Salem (108.569.246-95).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10038/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.279/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Francisca Jucileuda da Silva Sousa (026.961.073-19).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10039/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.290/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Daniel Khede Dourado Villa (110.697.277-50).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10040/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de

proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.291/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leandro Martins Alves (002.273.341-83).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10041/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.300/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edson Oliveira Filho (989.185.918-53); Eyler Tavares da Silva (101.195.827-91).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10042/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.301/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Annelise Fogaca Silveira (837.564.690-34); Carla Rosane Moura Gomes (608.406.920-72); Carolina Ribeiro Anele (023.371.800-18); Debora Bau (014.564.480-48); Gabriela Carvalho Nascimento (028.333.290-59); Gabriela de Castro Machado (031.101.150-00); Gustavo Mendes de Araujo (928.036.520-72); Luciana Pecellin da Rosa (018.597.970-08); Paula Cristina Silva da Rosa (830.010.500-04); Paulo Edgar Diehl (456.278.860-72).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10043/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.312/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Medeiros Ceniz (339.295.158-73); Jonathan Thomas Neto Gazeto (070.392.859-75); Leonardo Dias Avanco (363.470.378-40); Manuela Lins Caldas Chianca (013.192.744-20); Vanessa Luisa Destro Fidencio (368.546.568-69).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10044/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.317/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane Nordi (292.302.678-05); Dayane Ribeiro Cruz (037.011.005-60); Diego Rodrigues Marques (330.060.028-65); Joao Jorge Pereira da Silva (056.764.708-01); Sergio Nunes Ludovico (050.314.876-82).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10045/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.320/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Larissa Fernandes Costa (071.538.074-54); Tassila Pereira Neves (068.358.164-30).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10046/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.331/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arlesson de Souza Bentes (026.517.282-92); Iara de Oliveira Santos (610.135.843-76); Jaqueline Silva Rodrigues (038.326.132-50); Raiane Damasio de Assis (018.295.602-47); Valdeci da Silva Brito (200.152.592-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10047/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.346/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Silvio Quintino de Aguiar Filho (053.307.731-13).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10048/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.349/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jessyca Mendes da Silva (027.188.251-46).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10049/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.350/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Silva Loboda (224.005.658-48).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10050/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.354/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Romulo Silva de Araujo (696.932.692-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10051/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.362/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ryan Vitor da Silva (146.220.386-84); Tulio Fogaca Panza (424.629.048-32).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10052/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.378/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Barcellos Morais (600.361.533-89).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10053/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.387/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Andiara Schmidt Oliveira (020.769.400-14).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10054/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.389/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Morgana Gobbo Zanetti Pimenta (140.868.967-70).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10055/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.398/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcela Rangel dos Santos Pereira (030.263.007-48).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10056/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.413/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elayne da Silva Figueredo (057.399.243-67).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10057/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.426/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leandro Cezar da Silva (010.410.213-64).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10058/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.486/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Santos de Souza (090.234.934-19); Ferdinando Vinicius Fernandes Bezerra (068.828.364-00); Jeny Kesia Silva Fernandes (099.561.794-50).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10059/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.492/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria da Conceicao Castro da Silva (881.957.677-53); Renata Cappelli Castello Branco (092.067.057-17).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10060/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.499/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Izidoro Longatto (416.660.918-12); Anay Garcia de Assis Cavacine (167.384.618-10); Bruna Isabela de Campos Siqueira (037.657.541-70); Daiane Buscariol (384.832.408-31); Gicelia Casado da Silva (121.101.148-86); Jaqueline Cattani (373.314.178-43); Jose Antonio Martins Silva (621.724.686-49); Renata Cristina Carneiro Mesquita (394.057.308-60); Tatiane Cristina de Souza Takezawa (199.154.098-18).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10061/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.530/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Vítor Pereira Martins (452.108.368-43); Marcos Vinícius da Silva Virginio (451.503.378-62).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10062/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.562/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Barros Campos Lemos (083.616.617-51); Elenice Carvalho da Conceicao (038.273.747-40); Fabiola Leite Aragao (052.468.297-66); Fernanda da Silveira Carvalho Pereira (084.034.967-02); Gicele da Conceicao Santos Henrique (075.767.347-36); Luciene Serrano Pereira do Nascimento (124.386.047-27); Marcia da Silva Carlos do Nascimento (102.592.647-17); Sabrina dos Santos Estarnek Eger (095.243.537-33); Sueli de Oliveira Jordao (074.945.087-83); Victor Fernandes Lisboa (070.517.184-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10063/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.581/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Fonseca de Sena Siqueira (097.508.694-43); Vinicius Albino Gomes (087.650.746-10).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10064/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.583/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Dantas (029.366.171-54); Allan Medeiros Falqueiro (052.864.639-75); Andresa Darosci Silva Ribeiro (019.216.939-40); Gustavo Rugoni de Sousa (358.724.448-00); Jairo Matozinho Cordeiro (099.142.066-70).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10065/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.586/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciano Marcos Dias Cavalcanti (880.489.186-68); Simone Mara Ferreira Miranda (049.768.116-11).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10066/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.593/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Emiliane Pereira Duarte Passarini (011.156.251-10); Marlon Fernandes Farias (012.576.522-30).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10067/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.597/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rayanne Silva Barbosa (081.342.596-42).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10068/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo

1. Processo TC-025.612/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10069/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.632/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Pessanha de Almeida (028.911.347-45); Helber Teles de Resende (014.115.415-29); Jair Antonio Carneiro (009.389.348-56); Pedro Henrique da Costa Teixeira (148.476.227-40).
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10070/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.635/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carlos Eduardo Bessa de Medeiros (019.471.645-70).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10071/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.637/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciana Antunes de Mattos (081.109.097-36).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10072/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.644/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Cicero de Lima Filho (604.348.724-15); Antonio Ferreira de Lima (565.403.705-63); Cleomar Moreira Mendes (179.821.892-53); Isaias Alves de Macedo (401.914.604-78); Monaliza Maelly Fernandes Montinegro de Morais (049.997.784-08); Ricardo Cesar Medeiros de Almeida (482.773.714-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10073/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.647/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: John Leonidas Merma Tiquilloca (214.823.098-07); Kelly Cristina Rosa Drudi (323.515.568-60); Leonardo dos Santos Silva (852.419.385-91); Marcus Vinicius de Paula (097.272.236-05); Samanta Antunes Kasper (417.840.978-61).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10074/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.652/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Lemes Proque (080.175.566-24); Flaviane Ferreira da Silva (052.217.696-89); Gabriela Martins Souza Brisola (317.868.798-08); Luana da Silva Teixeira (133.474.657-50); Lucas Morato Araujo (080.055.726-38); Thamara Cunha Nascimento Amaral (104.758.376-30); Thiago Pereira Alberto (060.678.176-59).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10075/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno,

em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.663/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ariane Guimaraes Resende (041.685.301-32); Diego Vinicius Ventura Braga (402.218.348-93); Eliane Graciela Pilan (223.303.438-41); Glauciane Carvalho Ferreira Bandeira (353.410.068-95); Joao Batista Galdino da Silva (040.513.728-12); Lucas Mesquita Pereira (359.016.568-57); Maria Aparecida Pereira (285.268.428-46); Nagila Renata da Silva Alves (013.408.582-58); Natalia Gomes dos Santos (703.433.721-77); Vinicius Dantas de Moraes (409.995.618-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10076/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.709/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Amauri Claudino da Costa (514.869.541-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10077/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.717/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Mauricio da Silva Bomfim (002.075.135-46); Luis Henrique de Araujo Ferreira (068.833.524-14).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10078/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.745/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mary Hellen Batista dos Santos Severiano (046.666.634-95).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10079/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.754/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Deborah Eduarda Brandt (097.774.979-70); Kendji Iura (035.841.499-75).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10080/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.761/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcelo Luan Costa Machado (834.872.392-72).

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10081/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.766/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Iabi Bandeira Macedo (918.489.975-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10082/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.767/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Paiva de Macedo Junior (058.022.113-00); Flavio Duarte de Freitas (968.337.501-49); Lucas Silveira Lecci (308.557.198-18).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10083/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.776/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Glei dos Anjos de Carvalho Castro (040.362.246-89).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10084/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.777/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angela das Chagas Teles (023.922.565-19); Caroline Gomes Moura (071.486.684-92); Leticia Correia Fonseca (017.649.382-40).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10085/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.795/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Sergio Alexandre de Faria Junior (114.690.816-44).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10086/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.800/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Samir Leao Vieira (054.867.925-81).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10087/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno,

em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.809/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Geisa Dias Pereira (120.343.737-40); Natalia de Souza Lopes (154.769.407-66).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10088/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.810/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joao Pedro de Mello Piranda (124.667.087-95).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10089/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.817/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Andre Luis Duncan Quintanilha (116.615.287-16).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10090/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.847/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adria Tabita de Moraes Damasceno (977.630.802-30).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10091/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.863/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Labandeira de Carvalho (805.383.120-68); Caren Dariva da Silva (971.001.450-15); Denise Ribeiro Gonsioroski (969.672.420-91); Elaine Maria Silva da Costa (971.813.310-00); Isaura Pereira dos Santos (983.464.900-20); Paulo Pinheiro da Cruz (721.220.640-72); Vanesca Oliveira de Carvalho (010.959.620-00).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a..
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10092/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.892/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jonas Wesley Pereira (041.683.576-78).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10093/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.901/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Paula de Oliveira Santos (101.649.686-95); Mayra Soares Santos (117.823.186-07).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10094/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.903/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Gomes Ferreira (147.441.917-89); Cintia Torres Santos (091.334.337-47); Delizete da Silva Goncalves (613.591.147-34); Eduardo Pinheiro da Silva (136.742.537-98); Ludi Ferreira de Avelar (055.484.151-74); Rui Anderson Moraes dos Santos (113.343.737-01).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10095/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.946/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas da Silva (434.622.878-00); Jonatas Donizeti de Andrade (434.417.048-27); Victor Ferracine Fernandes (397.090.468-45); Victor Hugo Teixeira Zannette (483.310.208-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10096/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.954/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gabriel Iunes Nogueira (074.850.031-60).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10097/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.977/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Ney Fonseca Campos (456.648.382-72); Edinalva Lima da Costa (416.724.612-00); Italo Ponsiano da Silva (036.139.982-03); Ivanete Nogueira de Matos (648.575.142-49); Jaciara Martins Peres (313.619.431-49); Jhonathas dos Santos Furtado (939.219.692-04); Lorena Pereira Aparicio Campos (017.557.182-17); Luanna Cardoso Sanches (996.579.962-87); Luciano de Almeida Paes (798.429.412-72); Romil Gomes Santos (254.751.697-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10098/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.997/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ligia Figueiredo Valesan (076.992.009-85); Victor Luis Padilha (065.074.919-77).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10099/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.059/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Luiz Cordeiro de Andrade (030.764.735-81); Leandro Leal Moraes (029.864.861-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10100/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.078/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Charles de Sousa (942.673.083-49); Manasses Gomes Del Santoro (006.392.199-50); Maria Caroline Sampaio Gomes (469.851.583-15); Oberdan Oliveira da Silva (019.700.533-05); Olvidio de Sousa Marinho (016.958.823-85); Wendel Pereira Martins (020.499.743-70).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10101/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.095/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Willam's Cavalcante do Nascimento (057.457.554-58).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho da Justiça Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10102/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.101/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Henrique de Felix Silva (039.917.471-03).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10103/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.128/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eloane Aparecida Rodrigues Carvalho (030.903.241-56).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10104/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.131/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jose Bertoloto Junior (971.890.301-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10105/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.152/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Joao Armando Costa Menezes (755.675.204-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10106/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.186/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrieli Claudino dos Santos (045.921.429-26); Anselmo Alves de Souza (915.837.303-97); Carlos Eduardo Mezzaroba Eckl (048.084.199-39); Cleudinice Mendes Pereira (028.169.146-07); Edison Anselmo da Silva Junior (028.109.959-66); Ezau Nobrega de Figueiredo Filho (913.328.003-78); Gislaine Silva de Oliveira (963.791.891-49); Graciela Della Flora Brum (002.161.110-64); Taiana Alves Ribeiro Mendes (101.715.947-54); Valdirene Lopo Duraes (026.099.666-10).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10107/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.190/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Graziela Boeira Silveira (021.754.730-31); Julia Maia Robaino Lopes (042.688.370-51); Kelly Cristine Dutra da Silva (915.096.610-34); Odete Ropcke (529.106.870-15); Rita de Cassia Prestes Bidarte (953.478.010-34); Rosane Siqueira Antunes (950.566.450-87); Susana Porto Correa (001.245.190-83); Ursula Maldaner (836.019.700-82); Vanja Maria Correa da Silveira (511.712.520-72); Viviane de Souza Mendes Lopes (810.766.490-68).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a..

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10108/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.196/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Martins Galvao (027.343.684-80); Danilo Cesar Moreira (072.633.464-27); Elizama Pereira Messias (037.418.534-45); Hanna Nobrega Almeida (048.925.104-83); Maicon Vieira de Oliveira (036.750.305-04); Tunai Galvao Pontes (063.283.474-99).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10109/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.200/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Debora Pereira da Silva (072.458.261-45); Leopoldo Affonso Morais Marinho de Faria (447.793.498-00); Rafael de Oliveira Fonseca (436.913.528-12); Renato Sakaguchi (295.539.958-29); Silton Leonardo Paiva Nunes (813.019.440-68).

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a..

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10110/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.217/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pedro Paulo Queiroz de Carvalho (044.841.801-03).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10111/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.258/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Nogueira Brasil (025.396.706-60); Flavia Renata Quintanilha (840.873.079-72); Karyne Beatriz Pascoal Fonseca (063.013.786-28); Monica da Cunha e Silva (047.001.419-99).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10112/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.276/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Guilherme Mendes (122.547.839-12).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10113/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.287/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Salomao Davi Pires de Carvalho do Rego (187.059.417-76).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10114/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.288/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaderson Craveiro Melo (040.834.893-32).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10115/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.321/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas Martins da Silva (136.552.547-33); Raquel Franca Freitas (164.699.487-66); Vinicius Manhaes Gabriel de Brito Cavalcanti (112.407.607-79).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10116/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.353/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carmem Cinara Lucas de Souza (012.632.440-92); Gislaine da Silva Lima (479.940.450-49); Ingrid Woeffel de Almeida Camargo (075.676.357-63); Irio Machado (610.566.180-00); Selma de Abreu (456.443.570-15).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a..
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10117/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.355/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudia Marques Santa Rosa Malcher (570.152.442-68); Michelle Cassunde Ferreira (012.077.822-03).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10118/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.357/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Henrique Santos Andrade (043.659.835-39).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10119/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.367/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jailson Jose Reinaldo (903.673.320-00); Maristela Dias de Oliveira (018.049.190-39); Matheus Santos Berrino (026.696.270-05).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10120/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.368/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Cristine da Silva (011.932.990-55); Catia Catarina da Silva Guedes (580.498.600-78); Cesar Augusto Machado de Souza (732.127.840-91); Franciele Camaran dos Santos (002.529.840-21); Isabel Cristina Nogueira Bassoaldo (003.630.210-43); Jonathan Pimentel D Augustin (028.041.360-27); Luciano Telles Prade (737.656.780-15); Marielli Trevisan Jost (006.022.830-00); Matheus Eitel Campelo (037.012.900-83); Nadine de Souza Ziegler (010.115.490-93).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10121/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.379/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alessandro Bruno da Silva (802.072.192-49).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10122/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.403/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Cesario Libet Martins (698.175.881-49); Denise Miranda Monteiro (053.743.841-63); Elaine Silva Gomes (058.433.421-40); Elison Perera da Silva (407.770.305-00); Fabio Alves Dourado (032.926.721-39); Joao Correa de Siqueira Filho (003.650.651-61); Joao Osorio Ferreira Jacques (529.818.190-20); Jose Joao Conceicao Sobrinho (236.235.001-00); Juvenal Neto Rodrigues Salles (328.787.881-68); Rafael Marcos da Mata (017.957.621-60).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10123/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.406/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudio Rodrigues Teixeira (519.894.179-49); Geberson Alves Della Betta (072.324.689-03); Jandir Ramalho dos Santos (014.571.349-00); Joao Ricardo dos Santos (055.037.379-97); Liandra Daniela Kleszcz (048.941.229-79); Luiz Fernando Kultz Unti (077.971.329-09); Maiara Torres Fontes Fernandes (051.550.575-74); Milton Tonel (453.235.429-34); Sandra Mara Chaneiko (093.807.259-57); Tiago Veiga Garbelini (049.433.799-07).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10124/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.408/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Wroblevski da Rocha (093.251.939-30); Debora Maria Ribeiro (030.687.949-27); Flavio Andre Jacinto da Silva (005.879.793-99); Julia Zirondi Cardoso Guimaraes (087.440.019-83); Leonardo Ribas Todescatto (078.770.519-56); Leticia Silva Barbosa (070.368.949-54); Paulo Henrique Deuner (787.600.979-49); Suelen Valentim da Silva Mariucci (004.958.453-70); Tercio Gabriel Correa Rodrigues (089.455.599-57); Valdemar Rodrigues da Silva (282.011.169-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10125/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.416/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joice Carla de Oliveira Corgosinho (029.618.479-90).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10126/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.418/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adriano Katayama Yamada (845.085.665-53).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho da Justiça Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10127/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.424/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adriano Olnei Mallmann (008.519.760-26).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10128/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.425/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Odair Camati (016.882.960-69).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10129/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.426/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel de Aguiar Antunes (060.436.389-32); Mariane Fruet de Mello (009.707.250-86).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10130/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.431/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Afonso da Silva (444.748.798-56); João Vitor Alkmin de Oliveira (469.658.008-36); Júlio César Verissimo de Oliveira (445.217.888-07); Kaique Andrade Soares (462.121.968-50); Kauan Henrique Miciano (463.575.008-60); Samuel Corrêa da Silva (428.128.658-65); Vitor Aparecido Marcos (449.704.448-38).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10131/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.432/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Matheus Iaros Almeida (122.159.369-24).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10132/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.454/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Homero Amaral Cidade Junior (014.494.819-22); Lilian Kellen Pacheco Tumasz (096.278.179-70).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10133/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.460/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angelica Cristina Castro Soares (147.636.827-92); Claudio Cavalcante Teixeira (091.671.527-24); Divino Francisco Pinto (242.320.506-63); Giselle Torres Santos Coutinho Vieira (098.276.117-12); Isaac Miranda Barbosa (096.321.257-54); Lara Guimaraes Borges Ribeiro (032.780.921-39); Leticia de Morais Guedes (151.797.397-05); Maria Cristina Moraes de Araujo Lopes (990.150.647-68); Roberta Aparecida da Silva (104.684.657-40); Valeria de Marins Falco (015.811.577-54).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10134/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.472/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Andreia Silva Araujo (051.745.316-93).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10135/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.481/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maicon Farias Vieira (006.103.940-37); Nicole Deckmann Callai (018.321.060-39); Paula Cristiane Bueno Kuhn (610.993.410-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10136/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.528/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eliza Miranda Ramos (837.282.441-04); Janaina Lopes Moreira (390.226.238-90); Nathalia Claro Moreira (064.478.911-50); Thiago Franca da Silva (022.317.851-96).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10137/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.542/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anne Louise Soares Almeida (074.550.884-77); Arthur Menegardo Corona (133.128.317-50); Debora Pereira Ribeiro Calixto (141.488.746-93); Gustavo Mendes Oliveira e Araujo (086.506.516-07); Marina de Castro Araujo Ribeiro (097.903.936-36); Nivane Vieira Milanez (207.263.686-87); Tharso Rodrigues Peixoto (074.490.256-80); Vitor Luiz Rocha dos Santos (129.038.707-99).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10138/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.549/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilso Reinaldo Neres Assis (032.144.261-09); Jeane Rodrigues de Macedo (875.210.751-53); Laura Oliveira Boaventura (076.221.691-37); Lilian Mackievicz Lopes (541.970.311-49); Marcia Helena Fernandes Alves (995.164.111-34); Marcos Ferraz dos Reis (462.931.321-49); Mariane Ferreira da Mota (032.060.891-31); Raquel Pereira dos Santos (054.896.021-63); Rithieli Soares Laudete (059.201.051-19); Romario Schenkel Cardoso (039.081.481-46).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10139/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.551/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angelo Rodrigo Ruth (057.481.999-12); Chris Adriane Gois (054.347.199-30); Ezequiel Zacarias (032.564.499-30); Marilza Donizete da Costa Taborda Ribas (616.798.019-53); Osvaldo da Silva dos Santos (302.643.038-22); Pedro Eder Batistel (062.101.159-26); Roberto Gouvea Alves Soares (033.006.659-57); Rodrigo de Mello Ackler (077.642.749-09); Tania Mara de Oliveira (749.818.039-15); Wanderlei Bonfim Calixto (794.052.159-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10140/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.559/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristina Elena Taborda Ribas (028.969.859-64); Eduarda Cristina Poletto Goncalves (069.816.329-00); Sanye Soroldoni Guimaraes Goes (105.999.187-05).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10141/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.561/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Roberta Lemos Silva (082.932.756-85); Yagor Romano Carvalho (410.508.498-41).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10142/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.569/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Carmelia Kerolly Ramos de Oliveira (088.184.186-29).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10143/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.601/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Apoliana da Conceicao dos Santos (055.663.743-79); Jarbio da Silva Costa (504.464.013-15); Reginaldo da Silva Franca (061.273.233-98).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10144/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.654/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elaine Rodrigues Brandao (374.079.101-20); Fabricio Gomes da Silva (003.037.406-55); Jorge Luiz Alencar Lopes (023.578.831-70); Juliana dos Reis Tupina Coelho (013.717.095-56); Lucas Bruno Paiva Guimaraes Silva (034.214.161-92); Luis Henrique Martins Vilarinho (045.636.951-14); Matheus Sbroggio Politano (320.643.328-20); Mauricio Silveira Freitas (025.067.320-71); Moniza Leal Ferrari (101.950.539-74); Robson Alves Bezerra (005.107.981-01).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10145/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.668/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudio Yuji Maeda (220.398.628-03); Leonardo Mendonca da Silva (466.518.528-09).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10146/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.676/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariana Soares Sobral (056.592.767-17); Rachel Souza Alves Vieira de Castro Pereira (051.811.157-13).

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10147/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.685/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Pereira de Araujo Filho (112.713.703-44); Joaci Alves da Silva (666.873.144-91); Jose Adenilton dos Santos (472.214.105-34); Jose Eleildo Leite de Mendonca (420.994.124-72); Jose Reginaldo Mafra Souza (637.789.044-34); Lucas de Sousa Duarte (026.859.173-30); Rogelio Severino Cavalcanti (578.533.394-53); Severino Roberto dos Santos (455.750.374-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10148/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.687/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Amarante Luiz (365.362.388-00); Celia Regina Roncato (057.184.988-14); Clara Avila Ornellas (554.629.011-00); Daniel Chris Amato (073.451.578-22); Dayene Ferreira dos Santos (454.797.748-83); Diogo Rupolo (029.888.241-85); Marcio Hercules Caldas Moura (954.131.701-49); Rafael dos Santos Reis (330.501.148-35); Simone Cavalcante Silva (345.491.958-43); Willian Pontes Goncalves (296.183.628-09).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10149/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.688/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fabio Luiz da Silva Sa (070.659.274-31).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10150/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.708/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angelo Joacir Buratti (015.399.439-84); Cleidiane Pereira dos Santos (100.892.656-61); Denize Hrycenko Esmaniotto (036.843.629-21); Erivaldo de Araujo Soares Junior (023.300.923-00); Fernando Henrique Teixeira (082.461.549-23); Lucas Daniel Ferreira Cochuk (078.271.259-21); Priscila de Mello (073.790.779-70); Saulo Mendonca Teles (054.095.295-88); Thiago de Souza Santos (045.615.199-04); William Gomes Siqueira (044.116.139-13).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10151/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.724/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Cosme Baltazar (034.937.576-38).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10152/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.760/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Wemerson Ferreira Augusto (023.747.211-24).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10153/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.776/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Kilza Maria de Melo Pascoal (072.923.274-35).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10154/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.797/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Claudia Lorenzi da Silva (030.717.359-36); Cesar Marcos Casaroto Filho (028.958.500-70); Cintia Leticia Hames Liz de Campos (027.170.029-79); Olga Cristina Penetra Giraldi (140.153.017-65).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10155/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.823/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Josana Andreia Langner (013.226.760-89).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10156/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.829/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luis Fabio da Silva Batista (826.081.215-00); Thereza Cristina Dourado Araujo (043.985.255-21).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10157/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.838/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giorsan Wilker Cardoso Rios (945.442.393-20); Jessica Stephania Lima Freire (037.079.961-58); Jorge Alberto Fernandez Berni (026.301.391-07); Marcelo Cantanhede Sousa Gomes (731.194.661-15); Wagner Dalmorim Laurentino (092.967.207-02).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10158/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.850/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Priscila de Fatima Borges Amaral Carvalho (099.109.316-05).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10159/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.880/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Isabela Barbara de Souza (125.503.116-63).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10160/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.884/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Edson Vinicius Leite Veloso (089.000.224-07).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10161/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.885/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ariane Oliveira (023.178.240-33).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10162/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.906/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Italo Andre Linhares do Nascimento (107.307.827-27).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10163/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.913/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ligiane Almeida Paixao (017.798.030-36).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10164/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.938/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Vinicius Vieira Lima (106.517.694-50).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10165/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.957/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Santos de Lima (003.391.620-90); Glaucia Sarturi Tres (568.454.480-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10166/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.989/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Rocha de Souza Drumond (027.934.836-30); Diego de Freitas Bezerra (097.513.844-86); Euzimar Ferreira Soares (137.021.276-31); Vanessa Souza Vieira (127.138.086-26).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10167/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.997/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Regiane de Carvalho Bispo (040.238.245-50).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10168/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.034/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Otilia Brochado dos Santos (939.079.155-34); Ricardo Lustosa Brito (953.241.435-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10169/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.036/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela Sayuri Haramura (384.460.218-62); Diego de Souza Almeida (103.199.266-99); Edvaldo Souza dos Santos (674.447.507-00); Emilio Pampolini Filho (378.182.606-68); Gilcilene Vilela Drumond (119.323.736-08); Juliana Saloto Santos (081.934.057-06); Levy Pretti Filho (937.415.707-10); Patrick Erick Oliveira Avelar Costa (085.296.146-40); Polyana Brandao Marcelino (087.824.394-19); Tertuliana Goncalves de Oliveira (087.086.696-60).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10170/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.046/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Katlin Egiert (068.905.889-67).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10171/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.825/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Geraldo Alves (175.463.114-20); Maria Lucia Motta Maia Sampaio (034.050.427-71); Maria de Lourdes Corazza da Silva (166.025.728-06); Onorinda Rodrigues Ferreira (711.411.161-46).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10172/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.850/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dylma de Oliveira Pinto Cascardo (112.832.707-49); Zelia Rispoli de Mattos (033.604.827-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10173/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.888/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alexandrina Maria Beserra da Silva (024.112.604-58); Carlos Madrid Wait (020.281.408-44); Dalka Gomes Ramos (053.330.937-92); Ercilia Vandeni Rodrigues Ribeiro (776.655.387-20); Neide Eliscky Ribeiro Duarte (204.708.607-82); Severina Rodrigues do Nascimento (024.093.424-50); Zulmira de Souza Castro Coy (135.141.305-82).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10174/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.228/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Kiyohe Yamamoto Hiratsuka (006.867.598-42).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10175/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.226/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Houry Karla Pires Santos (596.477.602-72); Lucas Pires Santos (022.464.672-92); Maria Libia Neves Stefani (182.577.202-91); Maria das Gracas de Freitas Pinto (214.576.382-15); Rebecca Pires Santos (028.882.922-03); Rita de Lima Batista dos Santos (345.363.612-00); Thayna Batista dos Santos (026.762.792-03); Yukie Batista de Lima (034.589.972-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10176/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.235/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Ines Doria Blower (485.336.887-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10177/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.252/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivanilde Vieira Costa (586.078.461-91); Luzia Pereira Saraiva (187.568.081-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10178/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.267/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adriana Cerri Pinheiro (665.195.512-87); Ana Carla da Silva Aguiar (796.313.472-49); Ana Claudia Silva Aguiar (796.314.522-04); Jean Hugles Viotto da Silva (531.528.402-68); Jefferson de Oliveira Silva (531.528.752-15); Leone Luis de Souza Aguiar (005.844.682-61); Lhilia Gabriele Pinheiro da Silva (531.527.862-04); Lucas Silva Aguiar (796.314.362-68); Lucas Vinicios Pinheiro da Silva (531.528.322-49); Maria Fernandes da Silva Aguiar (389.487.882-72); Tahiz Daniele Pinheiro da Silva (531.527.942-15); Thiago Felipe Diogo da Cruz Aguiar (796.904.912-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10179/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.268/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Isabel de Menezes Nunes (584.707.350-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10180/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.282/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Kamila Cunha Nascimento (071.345.122-07); Talita Cunha do Nascimento (048.161.802-30).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10181/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.290/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Nelly Fiani Bacila (018.460.219-01).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10182/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.303/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Marlene Daniel de Jesus (776.348.027-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10183/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.323/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Cicera Maria de Lima Teles (336.912.745-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10184/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.332/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francisca Tereza Pacheco (944.230.838-68); Maria Evanir Martins Buss (222.363.920-87); Sueli Margarida Boretti (237.292.101-06).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10185/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.339/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Icaro Samuel Santos Ferreira (092.301.004-12); Maria Clara Ferreira dos Santos (167.049.074-24); Maria Francisca dos Santos (053.161.154-06).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10186/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.353/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Catarina Mendonca Freitas (114.441.204-84); Laura Beatrice Mendonca Freitas (167.446.194-11); Rogenes Wesley Tavares Freitas (013.242.834-24).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10187/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.378/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Eduardo Santos Ellery (028.128.353-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10188/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.408/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Lourdes Alves de Oliveira (846.518.226-49); Maria Jose Ribeiro (037.931.534-36); Maria de Lourdes Borges de Araujo (176.868.065-53); Maria de Lourdes Santos Souza (654.483.755-53); Sarah Maria de Carvalho (045.307.318-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10189/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.422/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Claudia Christina Rios Cabral Barreto (451.656.454-87); Felipe Cabral Barreto (050.928.634-80); Julia Cabral Barreto (050.928.624-08).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10190/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.429/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Felipe Olavio Rupp Baldessar (120.057.399-44); Maria Fernanda Rupp Baldessar (120.057.879-14); Simone Rupp Baldessar (688.740.659-49); Thiago Rene Rupp Baldessar (120.056.969-51).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10191/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.494/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jussara Duarte (440.436.277-34); Maria Francisca da Costa (408.907.596-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10192/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.524/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Anna Christina Vieira de Oliveira (152.738.547-76).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10193/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.578/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Pinto de Lima (150.189.458-77).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10194/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.593/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana Luisa Andrade Sampaio (372.650.755-87); Danielle de Souza Silva (966.522.925-72); Maria Eduarda Souza Costa (062.175.705-56).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10195/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.616/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Helenize Damasceno Alves (605.058.692-68); Placido Neto de Assis Vieira (018.912.762-71).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10196/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.655/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Hercilia Fernandes (076.785.878-64); Maria Edna Farias Pereira (531.251.264-87); Maria Euzete Rabelo dos Reis (079.526.352-04); Rita de Cassia dos Santos Delfino (053.002.458-60).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10197/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.679/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Suzana de Carvalho Sampaio (365.754.105-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10198/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.680/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Filomena Bezerra Cruz (317.407.151-87); Maria Aida Sampaio Tavares (007.441.913-78); Maria Ivonete Pinheiro (355.997.153-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10199/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.686/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Genuina Drumond de Medeiros (144.388.871-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10200/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.688/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Helioneida Pinheiro Pessoa (049.059.703-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10201/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.689/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francisca Chagas de Oliveira Sousa (722.311.813-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10202/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.990/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Andrade (456.462.286-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10203/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.007/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alvanita Maria Barreto (004.826.398-22); Marisa de Fatima Rodella Spadari (130.855.938-02); Marisa de Fatima Rodella Spadari (130.855.938-02).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10204/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.009/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Volnia Maria Ximenes Pontes (202.452.203-30).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10205/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.010/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lucy Alves Chapadeiro (058.335.506-45).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10206/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.020/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Neide Maria Nogueira Pinto (344.699.154-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10207/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.030/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lucas Kaua Guariento do Carmo (224.984.127-60); Marly Sunamita Pires Diniz (112.543.857-62).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10208/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.059/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Joao Batista de Oliveira Rocha (007.651.046-87); Maria Aparecida Ferreira Granier Arnes (428.171.296-87); Venina Andrade de Oliveira Santos (043.808.216-84).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10209/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.099/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eliane Gama da Silva (361.915.824-04); Maria do Carmo Marques de Souza (027.084.634-46).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10210/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.141/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Lopes Nunes (214.927.942-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10211/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.150/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Arthur Gabriel Serafim de Carvalho (086.103.744-83); Jose Alexsandro de Carvalho Nobre (870.570.424-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10212/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.183/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eliane Maria Costa dos Santos (522.726.303-59); Joao Victor Brito de Sousa (006.056.691-47); Nurimar Brito de Sousa (006.034.091-64); Pedrina Beserra de Sousa (258.474.651-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10213/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.191/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Celso Alves de Lima (480.797.829-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10214/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.202/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Joana dos Santos Souza (687.641.629-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10215/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.223/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ceres Anete Schneider (077.499.290-53); Francisca Caldeira Camelo (041.460.096-77); Maria Terceira dos Anjos (762.716.254-87); Maria Teresinha Ramos Krieger Merico (455.300.099-72); Neuza Alves Nery (757.444.306-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10216/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.239/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Therezinha de Jesus da Silva Rodrigues (871.769.047-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10217/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.184/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Janir Pires dos Santos (357.794.387-49); Maria de Jesus da Silva Lourenco (004.503.687-00); Vilma Carvalho Santos (963.285.257-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10218/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.185/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Benedita Ribeiro da Silva (575.279.707-15); Inah da Penha Fraga Ferreira (031.484.007-98); Ivoni Almeida da Silva Castro (652.773.927-34); Laline Luiza de Alcantara (364.785.637-15); Leny Simoes Soares (653.842.617-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10219/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.186/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Sirler Linhares de Araujo (509.132.804-10).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10220/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.191/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisca Rita Bezerra Xavier (996.918.504-78); Maria Jose Silva Santos (692.276.674-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10221/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.217/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gercy Silva dos Santos (182.976.251-68); Mirroneo Vieira de Albuquerque (023.619.061-04).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10222/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.224/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Asperola Silva de Almeida (021.446.747-36).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10223/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.608/2022-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Adenice Eugenio da Silva Lima (142.020.001-10); Alberto dos Santos Franco (007.907.377-87); Almyr Campbell de Barros (041.404.517-34); Alvaro Leonardo Pereira (011.915.007-72); Alvaro Leonardo Pereira (011.915.007-72); Cicera Alves da Costa (251.096.248-52); Enedina de Assumpcao Martins (014.735.217-77); Joana Lima de Araujo Curval (708.597.447-87); Joao Antonio dos Santos (030.041.989-91); Josineide Medeiros da Silva (308.328.707-06); Maria Helena Figueiredo Machado (025.849.407-79); Roseli Eugenio da Silva Lima (107.777.501-63); Wilson Machado (003.207.577-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10224/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.624/2022-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Carmen Isidora Barletta Ferreira (091.891.268-74); Dulce Maria Gomes de Sa (280.431.198-80); Elza Unger Lamas (061.485.298-66); Geraldo Luiz Miranda Melo (917.115.928-20); Joaricio Jose de Andrade (003.572.988-02); Reni Rosa (940.695.738-87); Sueli Luzia Ribeiro (806.893.378-68); Thereza Mendonca Riccioppo (009.169.196-68); Zely Silva Correa (019.278.358-01).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10225/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em deferir o pedido formulado pelo Comando da Aeronáutica, prorrogando, por mais 30 (trinta) dias o prazo para atendimento das determinações exaradas no Acórdão 5774/2022-TCU-1ª Câmara, e dar ciência aos requerentes.

1. Processo TC-009.155/2022-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Centro de Controle Interno da Aeronáutica (); Gisela Maria Dellamora Ortiz (632.466.787-15); Maria Cristina Degrazia Dellamora (066.531.461-20); Teresa Regina Degrazia Dellamora (488.136.211-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10226/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.151/2022-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maria das Gracas Felipe de Souza Ferreira (106.125.804-15); Salete Feliciano dos Santos (107.804.674-34); Vera Lucia de Souza Pontin (551.202.027-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10227/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º,

do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.364/2022-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ileni da Silva Becker (292.960.645-20); Itana Santos da Silva (233.509.895-00); Janete Dias (041.593.997-62); Juliana Maia Nunes (095.633.397-46); Maria Conceicao Santos da Silva (267.804.885-34); Maurilia de Cassia Nogueira Rodrigues (765.539.655-87); Rosana Santos da Silva (404.917.905-97).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10228/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.096/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cleres Mathias (393.048.417-04); Dilma Ely Bastos de Souza Silva (045.577.437-49); Edir de Souza Jorge da Cunha (329.978.766-72); Elza Del Giudice (127.140.627-68); Maria de Jesus Silva Neris (346.620.652-91); Nilza Wanderley de Andrade (438.485.087-53); Silvana Aragao de Souza (597.326.877-20); Suzana de Lemos Sousa (974.961.117-91); Tania Mara Rosa de Lyra Roldao (440.618.977-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10229/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.097/2022-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Celia Regina Giovannetti Reale (925.982.939-91); Edna Jucara Rodrigues (757.666.558-00); Irene Marchi de Almeida (249.109.988-88); Leila Regina Duque Barcellos (306.023.357-87); Vilma Saraiva Caparelli (381.196.768-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10230/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.101/2022-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Elza Burko Mann (059.062.379-68); Leila Patricia Lippmann de Campos (859.181.059-72); Luiza Maria Meira do Nascimento (969.477.219-20); Marilene Assumpcao Fontana (540.000.689-20); Marisa Goncalves Assumpcao (061.211.099-04); Odeth Rosa Nunes Henning (592.293.499-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10231/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.129/2022-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adail de Oliveira e Cruz (022.501.877-20); Evaldo Lage de Carvalhosa (058.667.317-20); Fernando Antonio Nogueira Martins (012.233.727-15); Flavio de Toledo Ribas (069.099.067-72); Francisco Studart Gurgel (013.904.657-72); Gelerte Teleche Picanco (031.688.837-00); Italo de Souza Rocha (036.946.317-04); Jalmir da Costa Araujo (241.968.277-72); Joao Alves Damasceno (067.116.857-68); Jose Candido (098.325.567-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10232/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.132/2022-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alberto Lopes Filho (000.624.807-15); Carlos Labouriau Barroso (005.820.857-72); Clovis Ferreira Limaverde (041.807.717-72); Geraldo Vitorino (027.098.647-20); Irenio Ribeiro Netto (027.000.857-87); Jose de Ribamar Teixeira (001.341.393-72); Pedro Azevedo (038.080.177-91); Roberto Neiva Peixoto de Vasconcellos (072.880.347-04); Salvio da Costa Lemos (059.618.407-78); Wanderley Rodrigues Alves (240.051.697-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10233/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.168/2022-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Armando de Moraes Ancora Filho (018.299.557-72); Guilherme Jose da Rocha (007.483.587-49); Helvecio dos Santos Pimentel Filho (005.505.070-00); Iran Fonseca Seabra (067.907.557-72); Joao Fidelis Guimaraes (073.701.647-72); Jose Everaldo de Albuquerque Montenegro (008.768.527-20); Ney Nazareno Gadelha Paes Pinto (240.048.047-87); Rosan Barbosa de Azevedo (003.936.977-38); Sebastiao Antonio de Lima (204.832.367-72); Walter da Silva Reis (060.417.797-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10234/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Antônio Carlos Macedo, Prefeito do Município de Maracani/BA à época dos fatos, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 474/2009, Siconv 703722, que teve por objeto o apoio à realização do evento "Festejos Juninos - São João/São Pedro" - 1° Forró Pé de Serra de Macarani, realizado entre os dias 23 e 29 de junho de 2009, naquela municipalidade.

Considerando que o Acórdão 11.496/2019-1ª Câmara, inicialmente, julgou irregulares as contas dos responsáveis, imputando o débito apurado (R$ 108.480,00, em valores históricos) ao Sr. Antônio Carlos Macedo, Prefeito do Município de Maracani/BA à época dos fatos, em solidariedade com a empresa A Bahia Comunicações e Propaganda Ltda., bem como aplicou-lhes a multa do art. 57 da Lei Orgânica;

Considerando que, posteriormente, por meio do Acórdão 12.192/2021-1ª Câmara, ao acolher proposta divergente do MP/TCU, esta Corte deu provimento parcial ao recurso de reconsideração interposto pelo ex-prefeito, excluindo o débito antes apurado, reduzindo a multa legal para R$ 10 mil, bem como reduzindo sua fundamentação para o artigo 58 da Lei Orgânica;

Considerando que o Acórdão 18.139/2021 - 1ª Câmara deferiu o pagamento da multa em dez parcelas mensais;

Considerando que o Sr. Antônio Carlos Macedo Araújo efetuou o pagamento da multa que lhe foi cominada (peças 126, 127, 131, 134, 136-138 e 143), consoante pesquisa realizada pela Seproc aos sistemas informatizados desta Casa (peças 145-144);

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 147-148, cuja proposta fora anuída pelo Parquet especial (peça 149),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) expedir quitação ao Sr. Antônio Carlos Macedo Araújo (166.826.295-91), ante o recolhimento integral da multa individual a ele aplicada pelo item 9.3 do Acórdão 11.496/2019-1ª Câmara, alterado pelo Acórdão 12.192/2021 - TCU - 1ª Câmara;

b) arquivar o presente feito, após a formalização das comunicações processuais cabíveis, nos termos do art. 169 do RI/TCU.

1. Processo TC-015.138/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antônio Carlos Macedo Araújo (166.826.295-91).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Macarani - BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Neander Silva Araujo (OAB-MG 990.559), Sarah Alves Lanca (OAB-MG 164.410) e outros, representando Antônio Carlos Macedo Araújo.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10235/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo - Mtur em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à Empresa Brasileira de Turismo da Bahia S.A. - Bahiatursa, por força do Convênio Siconv 737565/2010, celebrado com o objetivo de incentivar o turismo por meio do apoio ao projeto "Forró do Terreiro de Jesus",

Considerando que por meio do Acórdão 9.995/2019 - TCU - 1ª Câmara (peça 58) este Tribunal decidiu arquivar a presente Tomada de Contas Especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, considerando que a tomada de contas especial foi instaurada em 29/10/2014 sem que fosse observada a entrega da documentação relativa à prestação de contas no Sistema Siconv em 12/9/2014, e, portanto, em data anterior à instauração do procedimento,

Considerando que àquela ocasião esta Corte determinou ao Ministério do Turismo que, no prazo de 90 (noventa) dias, analisasse os documentos apresentados a título de prestação de contas do Convênio 737565/2010, objeto desta tomada de contas especial, constantes do Siconv e das peças 43-48 dos presentes autos, e se manifestasse de forma conclusiva a respeito da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à entidade convenente, com análise da prestação de contas no prazo determinado pela legislação, nos termos dos arts. 75 e 76 da Portaria Interministerial 507/2011, e, caso permanecesse o indicativo de débito, instaurasse novo procedimento de Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno da CGU, informando a este Tribunal os procedimentos adotados para cumprimento da determinação,

Considerando que naquele acórdão foi determinado o monitoramento da deliberação, o qual, entretanto, foi realizado pela secretaria no bojo destes autos,

Considerando que posteriormente, em razão do monitoramento realizado, este Tribunal decidiu por meio do Acórdão 15190/2021 - TCU - 1ª Câmara (peças 101 a 103) considerar parcialmente cumprida a determinação efetuada ao Ministério do Turismo, constante do Acórdão 9995/2019 - TCU - 1ª Câmara, bem assim determinou àquele ministério que ultimasse as providências necessárias ao cumprimento da parte final do

subitem 1.8.1 do aludido acórdão, mediante a instauração da devida tomada de contas especial, remetendo-a à Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar, a este Tribunal, as informações sobre as conclusões e providências adotadas no referido prazo,

Considerando que por meio do Acórdão 15190/2021 - TCU - 1ª Câmara esta Corte decidiu também arquivar estes autos, em conformidade com o já decidido no acórdão anterior,

Considerando, entretanto, que novamente realizou-se o monitoramento do cumprimento da deliberação ainda no bojo deste processo, conduzindo a secretaria a finalmente apontar, na instrução de peça 130, que houve o efetivo cumprimento da deliberação, havendo o Ministério do Turismo instaurado novo processo de Tomada de Contas Especial, o qual recebeu o nº 2/2022 no sistema e-TCE (peça 127), sendo posteriormente autuado sob o TC-005.829/2022-4,

Considerando que diante dessas constatações a SecexTCE propõe considerar cumprida a determinação, arquivando-se o processo,

Considerando o parecer favorável a essas proposições lançado pelo Ministério Público/TCU em pronunciamento de peça 132,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão 15190/2021 - TCU - 1ª Câmara;

b) arquivar estes autos em conformidade com o decidido no Acórdão 9.995/2019 - TCU - 1ª Câmara.

1. Processo TC-019.339/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 003.666/2018-2 (SOLICITAÇÃO); 035.469/2017-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Celso Zallio Coelho (900.277.365-04); Empresa de Turismo da Bahia S.A - Bahiatursa Em Liquidação (15.225.014/0001-80); Emília Maria Salvador Silva (081.610.465-49); Fernando César Ferrero (033.608.128-67); Governo do Estado da Bahia (13.937.032/0001-60); Rosana Decat França (150.741.371-87); Weslen Sandro Moreira Santos (563.810.425-91).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia; Ministério do Turismo.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Rogerio França Athayde de Almeida (OAB-BA 21.415) e Daniel Cesar França Athayde de Almeida (OAB-BA 15.712), representando Rosana Decat França.

ACÓRDÃO Nº 10236/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos transferidos por meio do Termo de Cooperação 245/2010-DPP celebrado com o Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro - DEC, tendo por objeto atividades de execução de serviços de apoio técnico de engenharia visando a elaboração e adequação de projetos básicos e executivos de obras em trechos da BR-158/MT;

Considerando que diante da não solução das correções nos projetos apresentados pelo DEC, diversos deles foram reprovados pelo Dnit, conforme quadro constante de peça 79, p. 4, resultando na execução parcial do objeto e na instauração da presente TCE,

Considerando que solicitada pela Comissão de TCE a se manifestar sobre o aproveitamento ou não da parcela executada pelo DEC (peça 85), a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos do DNIT, por meio da Nota Técnica 844/2019-Accenture-Dynatest/P5.8 (peça 94), informou que houve aproveitamento útil de 70% do total previsto no TCO 245/2010, correspondendo financeiramente a R$ 682.329,03,

Considerando que à vista dessa informação e considerando o recebimento pelo DEC de R$ 860.000,00, apurou-se como dano ao erário a diferença entre esses valores, no montante de R$ 177.670,97, conforme Relatório do Tomador de Contas (peça 126),

Considerando que a análise da SecexTCE (peça 138) apurou que para o levantamento do valor aproveitado calculou-se o percentual de 70% do montante de R$ 974.755,75, correspondente ao valor do TCE 245/2010 após a redução havida por meio do 6º Termo Aditivo celebrado em 26/1/2012, porém, deveria ter levado em consideração as despesas incorridas com base no valor inicialmente contratado e aprovado no instrumento original, haja vista que o DEC elaborou os projetos examinados e os entregou ao Dnit ainda em 2010, quando vigente o valor de R$ 1.230.692,42,

Considerando que tomando por base o referido montante a SecexTCE concluiu à peça 138 que o valor executado, correspondente a 70% de R$ 1.230.692,42, foi de R$ 861.484,69, valor esse correspondente à época da realização das despesas,

Considerando que, conforme apontado pela referida unidade instrutiva, em que pese a previsão no instrumento originalmente celebrado do repasse de R$ 1.230.692,42 iniciais, o montante recebido, decorrente da primeira parcela transferida, foi de R$ 860.000,00, de maneira que o volume efetivamente executado (R$ 861.484,69) foi superior ao efetivamente recebido à época dos fatos,

Considerando que diante dessa constatação a SecexTCE propõe o arquivamento do processo sem julgamento de mérito ante a ausência de débito e, portanto, dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos arts. 212 do Regimento Interno/TCU e 5º, caput, da IN/TCU 71/2012,

Considerando que esse posicionamento foi avalizado pelos pronunciamentos do diretor (peça 139) e do titular da unidade instrutiva (peça 140), recebendo também o de acordo do Ministério Público/TCU, em pronunciamento de peça 141 da lavra do Procurador Eduardo De Vries Marsico,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, e de acordo com os pareceres proferidos nestes autos, em:

a) arquivar o processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 212 do Regimento Interno do TCU c/c o art. 5º, caput, da IN TCU 71/2012, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular;

b) enviar cópia deste Acórdão, da instrução e pronunciamentos de peças 138 a 141 ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, ao Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro - DEC e aos responsáveis arrolados.

1. Processo TC-040.779/2020-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 010.180/2022-2 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Joaquim Maia Brandão Junior (301.760.267-20); Ítalo Fortes Avena (039.467.974-15).

1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10237/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Município de Unaí/MG durante o exercício de 2007.

Considerando que as Notas Técnicas 70/2016 (peça 84) e 2860/2018 (peça 110) e o Relatório 25/2021 (peça 123) elaborados na fase interna desta TCE apontam que houve "aplicação de recursos federais em finalidade diversa daquela previamente pactuada, sem autorização prévia do órgão repassador, em benefício do ente federado", importando, em situações como esta, na responsabilização do ente federado, consoante a jurisprudência desta Corte citada na instrução de peça 132 destes autos,

Considerando que o débito imputado à municipalidade corresponde ao montante original de R$ 50.999,37, valor que, devidamente atualizado, é inferior ao limite de R$ 100.000,00 disposto na IN/TCU 71/2012, consoante indicado no item 9 da instrução de peça 132,

Considerando ainda que não houve notificação do ente federado na fase interna, tendo transcorrido longo lapso temporal em prejuízo ao contraditório e ampla defesa,

Considerando que em relação ao ex-prefeito Sr. Antério Mânica houve imputação de dano pelo valor original de R$ 8.785,08 referente a ausência de documentos comprobatórios das despesas, montante esse inferior ao limite mínimo de R$ 100.000,00 previsto na IN TCU 71/2012 necessário ao prosseguimento da TCE,

Considerando que essas constatações conduziram a SecexTCE e o Ministério Público/TCU, em pronunciamentos uniformes às peças 132 a 135, a propor o arquivamento do presente processo, com relação ao Município de Unaí - MG (CNPJ: 18.125.161/0001-77) sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, com fundamento no art. 169, inciso VI, c/c art. 212 do RI/TCU, bem assim, o arquivamento, com relação ao responsável Antério Mânica, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU, bem como no art. 6º, inciso I, c/c o art. 19, da IN/TCU 71/2012, sem julgamento do mérito, sem baixa da responsabilidade e sem cancelamento dos débitos especificados às peças 132, a cujo pagamento continuaria obrigado, para que lhe possa ser dada quitação;

Considerando, todavia, que o exame realizado pela relatoria do processo para fins de avaliação da prescrição indicada na Resolução TCU nº 344, de 11 de outubro de 2022 (BTCU 198, de 21/10/2022), indica ter ela alcançado os débitos/irregularidades apontados nestes autos, uma vez que entre o Parecer Técnico 55/2008 (peça 36), datado de 22/9/2008, tendo por assunto o Relatório de Demandas Especiais 000190.026985/2007-98, e a subsequente Nota Técnica 8153/2014 (peça 53), que concluiu pela necessidade de notificação sobre as pendências apontadas no processo, datada de 8/10/2014, transcorreram cerca de 6 anos em que o processo relativo ao exame das contas prestadas restou paralisado no órgão de origem, sem qualquer movimentação registrada, a incidir o disposto nos arts. 2º, 4º e 8º da referida Resolução,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, e de acordo com os pronunciamentos constantes dos autos em arquivar o presente processo com fundamento nos arts. 2º, 4º e 8º da Resolução TCU 344/2022, no art. 6º, inciso I, c/c o art. 19, da IN/TCU 71/2012, e no art. 169, inciso VI, do Regimento Interno/TCU e dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Assistência Social.

1. Processo TC-042.795/2021-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antério Mânica (335.499.749-49); Prefeitura Municipal de Unaí/MG (CNPJ: 18.125.161/0001-77).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Unaí - MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10238/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001, bem como pela percepção de "hora-extra", em razão de sentença judicial liminar;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que há, nos autos, informação de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial com trânsito em julgado;

Considerando que a parcela referente às "horas-extras" está sendo paga determinado por força de decisão judicial, ainda não transitada em julgado, proferida na ação ordinária 5032128-15.2019.4.04.7100/RS, pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos acórdãos 9161/2021-TCU-Primeira Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.068/2022-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 2.827/2022-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler) , 2.644/2022-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 2.151/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), dentre outros;

Uma vez que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a realização de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-001.221/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vera Susana Vargas Ribeiro (400.148.780-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. acompanhe o desfecho da ação ordinária 5032128-15.2019.4.04.7100/RS, em trâmite na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, e, em caso de sentença desfavorável à interessada, adote as medidas administrativas necessárias à regularização do pagamento dos proventos, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 10239/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da inclusão nos proventos do interessado da vantagem denominada "opção" atinente ao art. 2º da Lei 8.911/1994, oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que, na concessão em comento, a vigência da aposentadoria é(são) posterior(es) a 16/12/1998, o que resulta em proventos de aposentadoria maiores do que a última remuneração contributiva do interessado quando em atividade, descumprindo o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, bem como pela falta de incidência de contribuição previdenciária sobre tal vantagem na atividade;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o acórdão 1599/2019-TCU-Plenário (Ministro Benjamin Zymler), acompanhado por iterativas deliberações, a exemplo dos acórdãos 8186/2021, 8477/2021, 8311/2021, 6289/2021, 8694/2021-TCU-1ª Câmara; 1746/2021, 6835/2021, 8082/2021, 12983/2020, 8111/2021, 7965/2021 e 3032/2011-TCU-2ª Câmara, dentre outros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-021.901/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Isavan Sinicio Gomes (198.384.414-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse todo e qualquer pagamento concernente ao ato considerado ilegal(is), comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 10240/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.080/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedicta da Silva (982.001.948-68); Benedito Aparecido Vieira (932.346.518-68); Bernardino da Silva (549.318.608-00); Luiz Carlos Rangel Yunes (214.564.106-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10241/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.164/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eneida Jucene dos Santos Cavalcanti (235.862.144-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10242/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.183/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Flexa Maia (106.175.232-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10243/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.202/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Moaci Carlos de Andrade (187.497.634-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10244/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.664/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Amaro da Silva (193.130.474-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10245/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.766/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elcio de Lima Mendonca (716.182.367-68); Fernando Jose Soares (217.280.114-34); Flavio Luiz Monteiro (480.663.546-49); Jucileide Ferreira de Araujo Almeida (251.574.694-20); Regivaldo Pereira da Silva (063.485.724-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10246/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.775/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Ferreira Brito Neto (071.026.075-04); Jose Hipolito dos Santos (084.790.465-20); Maria Helena de Carvalho Fernandes Serodio (164.036.305-04); Pedro Correia Leite (192.014.785-34); Sinval de Souza Pinto (049.720.585-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10247/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.845/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lourenco Rabello (363.122.906-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10248/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.856/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Manta Pinto de Araujo (191.193.307-82); Francisca Mifran Lima (111.175.593-00); Maria do Socorro Lima Barros (180.042.883-91); Pedro Humberto da Silva (038.067.508-07).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10249/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.960/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademir Francisco Franca (350.494.999-68); Djalma Lopes Torres (150.094.084-49); Jose Divino Martins de Araujo (208.681.621-91); Norma Maria Fernandes Macedo (048.614.693-68); Rita de Cassia Tolentino (416.030.289-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10250/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.976/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alvina Leite de Siqueira (112.429.221-72); Ana Maria Pinto Morales (437.581.007-63); Eugenia Maria Gaze de Franca (160.525.363-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10251/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.978/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliete Maria Vieira Meneghel (764.972.677-00); Gabriel Luiz Zouain Assbu (217.101.208-00); Nelba Miranda Rosario (957.699.607-44); Vania Kiefer Follador de Jesus (841.106.437-91); Zilda Viana (558.483.547-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10252/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-022.983/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Luiz Moreira dos Santos (871.663.567-15); Eva Jesus Vieira (090.773.592-49); Jair de Souza Pereira (075.652.368-02); Jose Ronaldo Ottati Medina (665.261.757-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10253/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.008/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Roberto da Silva (057.780.004-30); Geraldo Andre da Mota Filho (523.326.164-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10254/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.011/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Miguel Olandoski Neto (155.727.499-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10255/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.043/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ugulino Pereira Muniz (181.990.975-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10256/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.133/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Durviges Tavares de Oliveira dos Anjos (142.763.302-97); Jose Roberto Alves Pereira (108.191.345-20); Liane Agata Kolln Klein (204.640.962-00); Manoel Olegario da Silva Sobrinho (084.624.022-04); Maria Coelho da Silva (183.337.532-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10257/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.149/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Zileuda Silva Soares (220.932.493-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10258/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.195/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nina Rosa Ferreira Soares (437.261.270-20); Origenes Ferreira Dantas (531.826.261-91); Orlando Dias Evangelista (453.242.551-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10259/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.210/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gregorio Jedyn (299.650.809-25).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10260/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.215/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Daisy Oliveira Portes (335.145.691-34); Francisco Augusto da Fontoura Neto (363.939.160-87); Helia de Sales Arcoverde (479.859.094-00); Paulo Fernando Peres da Silva (302.602.480-53); Rosemira Alab de Lima Leao (045.612.282-68).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10261/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.899/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Isabel Marlucia Lopes Moreira de Almeida (145.471.203-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10262/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.907/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Humberto Eustaquio de Almeida (319.808.136-04); Luciane Miranda Diniz (560.060.206-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10263/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.253/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edmundo Jose Acioli (099.896.174-49); Maria Lucia Pinto Pessoa (000.952.814-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10264/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.292/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leila Maria Quinhoes de Carvalho Holsbach (279.383.441-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10265/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.321/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adevar Luis de Freitas (144.314.245-04); Carlos Augusto Rocha Cruz (163.638.923-68); Itamar Gomes Lobo (052.833.703-30); Nilo de Moraes Britto Filho (049.794.513-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10266/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.330/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Alves Feitosa (021.806.932-49); Genesio Oliveira de Miranda (054.744.262-91); Joao Evangelista Babati (162.339.211-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10267/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.518/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Pinheiro Loyola (153.964.106-63).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10268/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.537/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jary Gomes Filho (366.366.907-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10269/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.540/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aristides Rocha de Oliveira Sobrinho (053.791.725-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10270/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do pagamento da rubrica judicial se refere ao pagamento da Retribuição por Titulação (RT);

Considerando que há, nos autos, informação de que a parcela está sendo paga com amparo em decisão judicial, ainda não transitada em julgado, proferida na ação ordinária 1001416-89.2017.4.01.3600, em trâmite na 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Mato Grosso, que determinou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que avaliasse a titulação e competência do autor para fins de fixação do nível do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC);

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos acórdãos 9161/2021-TCU-Primeira Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.068/2022-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 2.827/2022-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler) , 2.644/2022-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 2.151/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), dentre outros;

Uma vez que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a realização de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-040.227/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Armindo Alves de Souza (079.313.441-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo(s) interessado(s) nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. acompanhe o desfecho da ação ordinária 1001416-89.2017.4.01.3600, em trâmite na 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Mato Grosso, e, em caso de sentença desfavorável ao interessado, adote as medidas administrativas necessárias à regularização do pagamento dos proventos, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;
1.7.2.2.dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 10271/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que há, nos autos, informação de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial com trânsito em julgado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Uma vez que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a realização de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-041.000/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Cardoso Rodrigues (324.554.610-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 10272/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.741/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aliny Alves Viana Carneiro (028.214.753-57); Claudia Ferreira de Carvalho (002.303.583-81); Lenir Moraes Muniz (956.644.403-68); Orlando Mourao de Sousa (407.134.403-25); Patricio Torres Costa (868.130.803-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10273/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.759/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Everton Almeida Queiroz (309.916.333-34); Fabiana Cristina Correia Ferreira (544.518.924-49); Flavia Janaina Tenorio de Oliveira (912.167.374-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10274/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.833/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina de Souza Pires Dias (221.017.638-77); Keren Ane de Siqueira Wandresen Cardoso (120.717.287-18); Luciane Silva Moreira (100.185.487-09); Thiago Rodrigues dos Santos Pacheco (108.032.787-80); Vinicius Neves Goncalves (121.623.347-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10275/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.883/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cassio Dauber (510.747.290-72); Cristiana Winter Albernaz (972.828.980-49); Fabio Veleda Chiabotto Duarte (975.665.940-87); Fernando Luis Herrmann (981.286.710-49); Madelaine de Oliveira Machado da Silva (692.655.340-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10276/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.362/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ademar de Brito Filho (258.589.717-68); Sebastiao Candido Pinheiro (340.128.856-34).
1.2. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10277/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.372/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pedro Arantes Bilego (030.974.161-02).
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a..
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10278/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.421/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Plinio Goncalves Fahd (628.588.663-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10279/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.425/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Henrique Ribeiro (110.627.176-94).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10280/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.432/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thales Exenberger Becker (009.221.570-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10281/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.434/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Albertina Gioconda de Moraes Marques (826.840.300-49); Andre Graciliano Silva Nunes (083.188.601-36); Gustavo Alexandre dos Santos Silva (062.201.614-83); Mateus Uchoa Barbosa (022.075.483-76).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10282/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.462/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabrizia Nicoli Dias (139.192.907-12).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10283/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo

com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.548/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Analu Cardoso Tropiano (106.524.487-80); Isabela da Silva Braz (124.252.797-41); Janine Bispo de Magalhaes (134.970.127-00); Sarah Berrios Kreuger (052.716.789-46).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10284/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.575/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Ernaldo Vieira (511.557.453-53); Geozan Gomes Sousa (014.133.623-46); Ilario Farias dos Santos Neto (059.198.033-98); Lucas dos Santos Nascimento (062.351.163-06); Roberta Lima de Sousa (057.810.793-78).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10285/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.597/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Israel Pereira de Almeida (020.658.301-07).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10286/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.604/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Luiz Pereira Vieira (157.501.017-89); Bruno Wirthmann Goncalves Asmar (712.725.191-63); Fabricio Oliveira Magalhaes de Barros (158.115.727-43).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10287/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.627/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Michel Araujo Oliveira (017.718.783-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10288/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.647/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Almerio Correa Pereira (916.440.892-20); Andre Felipe Silva dos Santos (011.207.622-00); Andre Luiz Bressan Moreira Pereira (108.103.916-78); Debora Hellen Rodrigues de Souza (017.586.762-30); Ednalva Souza dos Anjos (757.159.452-91); Iolanda Rodrigues Oliveira (024.352.525-79); Jander Clay Vieira da Costa (693.462.912-49); Jane de Brito Vilhena de Moraes (258.890.378-97); Luiz Felipe Lima Ceccatto (006.865.602-56); Marcelle Gazzineo Dal Farra (012.359.972-51).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10289/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.670/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Iane Andrade de Oliveira (002.434.135-56).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10290/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.835/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Fernandes Bernal (097.530.837-85); Glauco da Silva Pereira (091.565.727-94); Mara Cristina Hototian da Silva (325.994.408-74); Tereza Maria Filgueira Pinto (550.637.137-34); Vanessa Santos Evaristo da Silva (056.334.417-29).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10291/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.843/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Azize Chadraoui (108.556.877-62).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10292/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.186/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daisy Cristina Rodrigues (065.262.799-45); Marcos Cesar Alves (606.311.809-82); Moacir Carneiro Junior (922.171.769-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10293/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.226/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Igor Cosmo Bueno (143.132.267-96).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10294/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.249/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Roberto Batista Pordeus (509.496.244-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10295/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.391/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Erika Silva Vilela (381.200.688-07).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10296/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.465/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jaqueline Vieira de Aguiar (073.702.607-39); Mary Ellen Silva Santos (087.485.917-42); Renata Correa Gomes (165.606.487-10); Thamires Christine Batista dos Santos (104.628.127-58).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10297/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.468/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adail da Costa Silva (463.164.187-87); Cecilia de Faria Franco (149.690.331-53); Edmeia Carneiro Giraldes (402.559.218-53); Jose Victor Correa (458.688.087-20); Lucio Pereira Lima (120.433.203-78); Marcilio Amaral Rocha (228.041.376-00); Tania da Silva Mendonca (045.297.237-04); Zenildo Goncalves Moura (385.948.037-53).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10298/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.488/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Natasha Delaqua Ricci (038.664.346-69).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10299/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.513/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Henrique Paulino Mendes Lima (010.000.921-27).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho da Justiça Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10300/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.531/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jhonatan Nascimento Prado dos Santos (076.205.551-02); Joao Antonio Moraes de Jesus (123.620.199-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10301/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.542/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Kleyton Pinto de Oliveira (157.958.877-81).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10302/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.572/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Santos (133.222.495-49); Carlos Roberto Moutinho Meyer (499.177.817-49); Gabriel Fernandes Romero (928.474.981-68); Horacio Alves de Lima (107.376.868-63); Jackson Giovani de Lima Cruz (003.901.697-81); Jose Henrique Neves Goncalves (586.844.414-00); Maria Socorro Vieira (284.754.963-34); Renato da Silva Alves (533.215.961-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10303/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.578/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Annebelle Pena Lima Magalhaes Cruz (636.391.732-87); Carolina Blefari Batista (369.462.458-90); Matheus Ferreira Silva (046.413.141-36).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10304/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.611/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriane Bevervanso (675.331.670-15); Arides Guedes Junior (560.059.540-91); Bianca Elingson da Silva Costa (857.794.660-68); Fernando Frosi (953.355.950-00); Joselaine da Rosa (820.415.470-49); Lidiane dos Santos Lemos (013.058.920-97); Max Franco Ferro (025.276.650-47); Rosangela de Souza Garcia da Silva (650.495.940-49).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a..
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10305/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.616/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lary Souza Olegario (021.303.155-85).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10306/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.667/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Aparecida do Nascimento (319.253.108-84); Ernani Dini Dolinski (022.477.969-90); Fatima Lopes Gomes (528.712.152-00); Gabriel Aportas Flor (382.169.878-03); Juliano Jorge Baniski (026.486.629-01); Patrick de Souza Zelinski (062.156.019-77); Pedro Luciano Miloski (025.589.969-67); Rene Alceu Corsi Lutfi (046.593.869-88); Rosemari Bonora (773.195.759-49); Tania Cristina Amaral Duarte (061.044.809-93).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10307/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.700/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel de Queiroz Flores (472.154.838-94); Felipe Daniel Barbosa da Silva (461.670.508-99); Igor Maceira Bezerra (442.592.448-76); Marlon Bianchini Zanatta (493.366.438-27); Vinicius Prado Faria (010.083.911-82).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10308/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.707/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana de Carvalho Paes Leme (083.412.787-31); Alan Motta Silvestre (193.931.397-09); Aline de Jesus Araujo (040.927.125-02); Eloanne Emanoelle dos Santos Silva (100.555.044-18); Guilherme Silva Soares (061.165.685-05); Juciara Davila Bendelaque da Silva (017.266.832-81); Renato Degle Esposte Coelho (112.645.017-06).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10309/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.727/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Iza Machado Silveira Copelli (092.557.637-92).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10310/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.755/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Romulo Damasclin Chaves dos Santos (571.693.572-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10311/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.778/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danielle Vieira Marinho (055.432.464-47); Elizete Pereira Cunha (003.784.773-23); Henrique Vital Neto (010.327.024-86); Marcos Andrade Silva (770.130.267-00); Maria Aparecida Farias Pereira (086.789.518-77); Matheus Sousa Bernardes (110.432.946-86); Regivania Maria Fernandes de Moura (720.510.944-20); Silvernei da Silva Matos (317.366.532-53); Valdira Cardoso Santos (296.324.042-20); Valdirena Medina Cardoso (602.631.130-00).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10312/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.785/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Renan Leite da Silva (094.472.131-11).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10313/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.793/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucas Eduardo de Sousa Machado (147.969.817-21).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10314/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.838/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Crystian Moraes Silva Gomes (145.125.287-09); Mariana Shinohara Roncato (315.824.698-81); Oliver Fabio Piattella (061.101.737-70); Rafaela da Silveira Prestes (028.478.660-86); Rovana Patrocinio Ribeiro (135.400.577-57).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10315/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-025.991/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luisa Oliveira Lamas (099.093.396-25).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/ms.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10316/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.011/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eloiza Brinati Barbosa de Souza (367.667.047-72).
1.2. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.a. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10317/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.040/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Nakashima (314.531.698-22).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10318/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.043/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wagner Rainer Wolf (028.697.960-80).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.a..
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10319/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.077/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adejanira Goncalves de Araujo Souza (039.352.942-80); Carlos Fontel Silva (007.593.982-75); Isabelly Stefanny Rosas da Paixao (013.636.552-30); Jose Pereira Damasceno (881.422.135-91); Karina de Souza Teixeira (037.975.862-80); Livia Belmira Cardoso Alves (047.976.562-63); Rhuan Luis da Silva Rodrigues (989.834.822-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10320/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de

acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.109/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Debora Silva Destri (017.750.669-59).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10321/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.146/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edson Pereira da Silva Neto (095.694.014-51); Jose Henrique da Silva (009.167.421-21).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10322/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.169/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabiolla Alves de Araujo (020.473.801-62).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10323/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.177/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elisangela Antonio de Oliveira Freitas (834.984.191-53); Quise Goncalves Brito (024.052.821-27); Renato Queiroz Assis (025.136.381-31).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10324/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.183/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tatiana Lemos dos Santos Borges (135.953.557-84).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10325/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.192/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daercio Adam de Araujo Lucena (875.535.974-49); Jacquelinne Alves de Medeiros Araujo Costa (065.869.364-62); Josielle Soares da Silva (065.965.974-31).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10326/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.198/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marlio Cidrack Prata (960.046.493-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10327/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.270/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Katlen de Melo Lira (163.391.157-80); Milena Cristina Rodrigues de Andrade (176.526.147-32); Paulo Matheus Alves Rodrigues (612.805.153-76); Steban de Siqueira (484.194.138-01).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10328/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.285/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciana Siqueira de Lima (068.320.525-02).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10329/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.290/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antonio Marcos de Melo Medeiros (601.488.451-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10330/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.306/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bianca Faria e Rocha (224.541.818-27); Carolina Iglesias Bacholsky (937.940.452-20); Daiana Perna do Amaral Almeida (868.546.152-91); Frandielson da Silva Santos (991.360.152-53); Greicy Cavalcante Messias (960.819.882-87); Nayanne Quaresma dos Santos (530.275.582-34); Pedro Victor Soares Oliveira (031.509.722-13); Rodrigo dos Santos Oliveira (054.091.997-74); Samara da Silva Franco (536.208.362-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10331/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.320/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Veronica Anita de Matos Tomaz (058.942.753-93).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10332/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de

acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.328/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joedila Manoeli Queiroz Gomes (026.854.493-02).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10333/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.376/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tiago Augusto Bulhoes Bezerra Cavalcante (013.727.994-94).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10334/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.380/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mary Kawauchi (082.557.448-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10335/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.422/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Caroline Lopes Queiroz Andreatta (106.269.816-97).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10336/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.446/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Flavia de Figueiredo Machado (734.464.751-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10337/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.448/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Luiza Cunha (042.863.381-18); Renata Augusto Vieira (027.008.791-55).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10338/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.470/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Braulio de Carvalho Guimaraes (140.230.237-10); Hamilton Cardoso Moura Junior (048.797.935-40).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10339/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.473/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angelo Raimundo de Souza (022.560.541-44); Eder David de Freitas Melo (014.598.441-90); Fernando Machado dos Santos (009.785.981-80); Sebastiao Jose de Santana (297.298.581-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10340/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.482/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriela Souza Schumacher (025.643.290-20); Maria Eduarda Hojnacki Costa (851.471.090-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10341/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.546/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Antonio Barbosa (036.833.714-63); Israel Carvalho da Silva (091.676.144-42); Julio Cesar Alves de Freitas (057.127.414-58); Myke Felipe Ribeiro Santos (085.856.464-54); Raiza Pereira da Silva Freitas (103.718.484-07); Thiago Jacinto Silva dos Santos (013.970.804-93).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10342/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.560/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Rodrigues Fontoura (114.896.456-83); Vitor de Salles Painelli (385.868.958-06).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10343/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.572/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alcione Silva de Carvalho (011.715.737-66); Cintia de Andrade Correa (111.520.677-02).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10344/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.599/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Lattanzi Arcuri de Barros (102.461.807-22); Diogo Stricker Costa (015.211.421-14); Marco Antonio Blohem Silva (016.680.905-54).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10345/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.609/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joseline Manfroi (011.064.170-11); Martha Honorato da Silva (013.013.626-38).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10346/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.621/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Halyson de Oliveira Rocha Lucena Fernandes (907.834.252-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/am e RR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10347/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.633/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ozeas Costa Colares Junior (622.981.272-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10348/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.636/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexsandra Maciel Miranda (050.827.413-30); Amanda Alves da Silva (010.926.651-02); Carlos Antonio Lira Felipe Neto (084.285.034-19); Pedro Rodrigues da Silva Filho (068.013.753-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10349/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.639/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ronilda de Souza Lopes (739.993.262-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10350/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.650/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciana Nahar dos Santos (115.813.567-06).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10351/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.686/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme de Moraes Avila (021.211.951-65); Gustavo Timponi Santabaia Nogueira (705.219.211-04); Natalia Albuquerque Luz (006.688.730-51); Philipe de Paula da Silva Pinho (015.526.441-97).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10352/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.746/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carlos Charles da Silva Chagas (156.612.797-10).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10353/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.754/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thamilla Luana Pereira Lopes (035.230.961-03).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10354/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.757/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Simone Frigo (031.108.839-29); Viviane Schier Martins Iachak (066.175.629-76).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10355/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.814/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio Brongar Milech (023.699.960-56); Poti Quartiero Gavillon (004.138.630-26).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10356/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.830/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabiane Jhoralina de Oliveira Santos (023.155.084-79); Luiz Henrique Agra Cavalcante Silva (074.339.914-50).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10357/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.833/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Luziene de Sousa Gomes (045.680.863-96).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10358/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.916/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Amara Na Dua (060.537.067-28).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10359/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.930/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Helena Lima Braz (084.674.007-90); Janine Fernandes Torres (125.929.707-11); Joao Carlos da Silveira Leite (101.117.387-50); Viviane Rosa Schrapett (139.361.837-59).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10360/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-026.939/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dayene Karine Barbosa Carneiro (092.342.906-90); Rosangela de Sousa (006.086.177-09).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10361/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-027.035/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Lais Pinho Valente Pires (048.454.535-33); Cristiane Lemos Carvalho de Oliveira (806.205.585-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10362/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.279/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Gilveraldo Antonio dos Santos Dorea (332.896.385-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10363/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.322/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Rosimar de Sousa e Reis (225.832.202-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10364/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.359/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Neusa Maria Soares de Carvalho (645.086.251-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10365/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.377/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivoneide de Noronha Araujo (857.295.402-30); Jose da Fonseca Araujo Neto (023.267.222-99); Maria Rosimeire dos Reis Magalhaes (215.729.682-49); Nilda Oliveira de Albuquerque Viana (647.741.042-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10366/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.430/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Cristina Costa de Oliveira Pompeu (901.964.062-34); Angela Maria da Silva Sousa (511.154.762-20); Cristina Denice de Oliveira Pompeu (064.170.152-70); Kristhall de Oliveira Pompeu (085.393.872-55); Maria de Fatima Costa Lima (277.657.762-15); Paulo Vitor de Oliveira Pompeu (035.141.932-23); Walber de Oliveira Pompeu (035.141.762-13); Walter de Oliveira Pompeu (035.141.822-99); Welber de Oliveira Pompeu (035.141.672-22); William de Oliveira Pompeu (035.141.522-09).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10367/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.587/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Edna Mara Pantaleao Marques (212.548.266-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10368/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.627/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Adelaide Borges Martins (320.954.061-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10369/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.647/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Cristina Cardoso (130.849.251-00); Cristiane Borges Pessini (008.758.737-82); Desiree Luany Freires Leite Vieira (079.960.674-06); Erivar Soares Vieira (220.549.523-20); Giulia Pessini Quaresma (147.994.047-09); Paula Tais Alves dos Santos (126.758.094-11); Paula Virginia Soares Vieira (011.549.383-28); Pedro Paulo Soares Vieira (011.834.763-29); Rosangela Nazare Bezerra de Oliveira (186.347.702-06); Sueli Ortega Quaresma (027.720.307-41); Valentina Brum (062.334.430-08); Vera Lucia Paranista da Silva (691.589.401-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10370/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-023.687/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amanda Angelo Pinho Ramos (081.443.054-69); Eduardo Ferreira dos Santos (702.925.094-05); Eline Pinho Ramos (070.867.404-62); Ester Ferreira de Jesus (703.939.894-02); Juscilene de Jesus Sousa (068.210.585-63); Maria do Socorro Santos Pinho (458.354.624-68); Otoniel Lima Ramos (083.627.794-54); Quezili Lima Ramos Yamamoto (083.627.804-60); Rafael Pinho Ramos (082.224.164-13); Vinicius Ferreira dos Santos (702.925.044-38).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10371/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.074/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amabile Maria Boschetti Zucoli (278.614.388-80); Christiana Magalhaes Teixeira Penteado (213.795.718-39); Dorival Bistulfi Junior (001.326.208-47); Gustavo Magalhaes Teixeira (213.795.698-50); Henrique Magalhaes Teixeira (213.795.678-07); Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (202.615.788-04); Thereza Christina Tavares Magalhaes Teixeira (168.486.558-13); Zilda Giussani de Lucca (126.122.218-08).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10372/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.083/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Ilza da Silva Ramos Coutinho (555.443.717-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10373/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.093/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Teresinha Meneses dos Santos (018.191.357-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10374/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.111/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Eulalia de Castro Carmo (298.561.836-34); Josefa Maria de Santana (467.962.075-72); Maria Marques Mariano (062.946.933-49).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10375/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.117/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Emanuela Oliveira de Moraes (165.545.007-74).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10376/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.189/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Selma Marcos da Silva Schauffert (248.111.499-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10377/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-024.237/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Dulce Mendes Souza (649.989.591-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10378/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, V, "e", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar desta decisão, o prazo para cumprimento das determinações constantes do Acórdão 6950/2022-TCU-1ª Câmara

1. Processo TC-012.000/2022-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Centro de Controle Interno da Aeronáutica (); Delma Regina Moreira Pinto (764.140.787-00); Regina Celia de Souza Queiroz (661.494.367-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10379/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §1º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão militar relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.100/2022-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Conceicao Santos da Fonseca (605.729.656-72); Jane Analia de Oliveira (102.268.691-72); Maria Apparecida de Aquino Gomes (047.719.206-80); Neide de Oliveira Rotondo (382.339.836-91); Nylda Rezende Fernandes (023.758.876-54).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10380/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar instituída em favor dos relacionados no item 1.1., fazendo-se a diligência sugerida pelo Ministério Público de Contas, com o fim de reanálise do ato de pensão militar instituída por Enio Cavalcanti Caldas (53975/2018, peça 7).

1. Processo TC-039.075/2021-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Maria Azeredo da Fontoura (073.825.247-60); Anna Carolina da Silva Jardim (143.875.807-39); Pedro Paulo de Figueiredo Moreira Junior (273.208.807-25); Tania Mara Jardim Bento (463.018.877-00); Wania de Carvalho Caldas (806.378.927-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar que a Sefip diligencie ao Comando do Exército para que, em relação ao Sr. Enio Cavalcanti Caldas:

1.7.1.1. encaminhe todas as informações acerca de eventuais atos de reformas do interessado, uma vez que, na pensão em análise, consta como base de cálculo grau hierárquico superior ao que o instituidor foi transferido para reserva, em descordo ao estipulado pelo inciso II do art. 50 da Lei 6.880/1980.

ACÓRDÃO Nº 10381/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de reforma relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.112/2022-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Joao Batista Raposo de Araujo (103.701.457-04); Jose Dantas de Medeiros (055.783.967-04); Jose Ednaldo de Sena (991.375.007-59); Jose Floriano de Lira (062.074.564-91); Josue Goncalves Torres (245.109.717-53); Maylson Max dos Santos Pereira (129.101.757-74); Virgilio Fiel de Jesus (103.563.807-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10382/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de reforma relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-027.158/2022-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Aldo Romeu Mariano (137.244.368-15); Cezar Marcondes (131.826.178-34); Enestor Mikilita (072.321.878-15); Floriz Leal Andrade Sales (064.241.397-53); Luiz Francisco Souza da Fontoura (082.452.400-44); Sidney da Silva Mourao (074.245.668-49); Wilson Pires Carneiro (059.070.807-44).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10383/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação, assim como da instrução da unidade técnica (peças 99-101), à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul, ao Sr. Ricardo Olaechea Gadret, ao Sr. Mário Raul da Rosa Corrêa, ao município de Quaraí/RS e à procuradora da República no município de Santana do Livramento/RS, Sra. Camila Bortolotti.

1. Processo TC-013.929/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Mario Raul da Rosa Correa (422.129.360-87); Ricardo Olaechea Gadret (623.782.520-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10384/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, julgá-la prejudicada em virtude da perda de seu objeto, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 21), à representante e à Universidade Federal Fluminense, e fazer as determinações conforme proposto.

1. Processo TC-017.357/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli (25.165.749/0001-10).

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Rodrigo Ribeiro Marinho (385843/OAB-SP) e João Luis de Castro (248871/OAB-SP), representando Neo Consultoria e Administracao de Beneficios Eireli.

1.6. Determinações:

1.6.1. informar à representante que, considerando o princípio da eficiência (art. 37 da Constituição Federal) e as disposições do art. 169 da Lei 14.133/2021, deve acionar, inicialmente, o próprio órgão/entidade, antes de provocar o órgão central de controle interno e os tribunais de contas, sob pena de acarretar duplicidade de esforços de apuração, em desfavor do erário e do interesse público.

ACÓRDÃO Nº 10385/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os pregões 3/2020 e 5/2021, visando a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas no âmbito do convênio Mapa 889875/2019, foram revogados por interesse público e da administração do município de Brasiléia/AC,

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 4), ao órgão representante e ao município de Brasiléia - AC.

1. Processo TC-020.796/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC).

1.2. Entidade: Município de Brasiléia - AC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10386/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, V, "d", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade em apostilar o acórdão 12157/2021-TC-1ª Câmara, para que:

No Item 9.2:

Onde se lê: "9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Sidnei Yokohama e pelo Sr. Marcus Thadeu de Oliveira Silva;"

Leia-se: "9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Sidnei Yokoyama e pelo Sr. Marcus Thadeu de Oliveira Silva;"

No Item 9.5:

Onde se lê: "9.5. aplicar, individualmente, ao Sr. Antônio Augusto Muniz de Carvalho, ao Sr. Sidney Yokohama e ao Sr. Alessandro Gombiewski Teixeira, com fundamento no art. 58, II, da Lei 8.443/1992 c/c art. 268, II, do RI/TCU, multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)," (...)

Leia-se: "9.5. aplicar, individualmente, ao Sr. Antônio Augusto Muniz de Carvalho, ao Sr. Sidnei Yokoyama e ao Sr. Alessandro Golombiewski Teixeira, com fundamento no art. 58, II, da Lei 8.443/1992 c/c art. 268, II, do RI/TCU, multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)," (...)

1. Processo TC-025.561/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 000.758/2017-5 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Alessandro Golombiewski Teixeira (656.147.550-04); Antonio Augusto Muniz de Carvalho (325.905.046-91); Daniel Marteleto Godinho (028.904.316-65); Fernando Fonseca dos Santos Junior (797.695.511-04); Jaime Silva Herzog (550.629.387-91); José Simões Chacon (028.805.711-20); Marcus Thadeu de Oliveira Silva (576.209.895-87); Renato Araujo dos Santos (814.678.341-49); Romulo Guimarães Rocha (056.273.976-91); Sidnei Yokoyama (551.476.316-15).

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria-executiva do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (extinta).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.7. Representação legal: Hugo Lemes de Oliveira (53929/OAB-DF), representando Antonio Augusto Muniz de Carvalho; Adiel Alecrin, representando Marcus Thadeu de Oliveira Silva; Marcia de Sousa Correia (52.271/OAB-DF), representando Fernando Fonseca dos Santos Junior.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 5 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e a ser homologada pela Primeira Câmara.

ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da 1ª Câmara

Aprovada em 5 de dezembro de 2022.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

PLENÁRIO

ATA Nº 45, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022

(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente no exercício da Presidência)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas e 35 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Augusto Nardes, em licença para tratamento de saúde, e Aroldo Cedraz, com causa justificada.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 44, referente à sessão realizada em 23 de novembro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

APRECIAÇÃO DE PROCESSO TEMÁTICO

A Presidência informou que a primeira parte da sessão se destina à apreciação de processo relacionado aos direitos da pessoa com deficiência, consoante comunicado na sessão extraordinária do Plenário no dia 1º de novembro, em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro.

Em seguida, a Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCU Cristina Machado da Costa e Silva parabenizou a Presidência e o Supervisor da Política de Acessibilidade do Tribunal, Procurador Sérgio Caribé, pela iniciativa de promoverem a presente Sessão Plenária sobre os direitos das pessoas com deficiência. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Ato contínuo o Procurador Sérgio Caribé registrou as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e ressaltou a ampla e comprometida atuação do TCU nesse tema desde 2012.

CANCELAMENTO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA

Tendo em vista o adiantado da hora, a Presidência propôs, e o Colegiado aprovou, o cancelamento da sessão de caráter reservado que estava prevista para esta data, sendo convocada sessão extraordinária reservada para o próximo dia 13 de dezembro.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Informação de que, em atendimento ao disposto no art. 143 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, foi encaminhado à Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional o Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo (RePP).

Informação acerca das iniciativas de cunho administrativo implementadas pelo TCU, no ano corrente, sobre a temática relacionada à valorização da cultura afro-brasileira e ao combate ao racismo. Convite à participação na palestra "Políticas Públicas de Igualdade - o papel da administração pública no combate ao racismo", a ser proferida pela Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, senhora Lívia Sant'Anna Vaz. O evento acontecerá no dia 8 de dezembro, às 16h, com transmissão pelo canal oficial do TCU no Youtube.

Registro da publicação do Referencial de Controle de Benefícios Tributários (BTCU Especial nº 26/2022), documento técnico elaborado pela Secretaria-Geral de Controle Externo, com vistas a aperfeiçoar a atuação desta Corte no controle desses benefícios,

fornecendo subsídios para a realização de fiscalizações mais robustas, alicerçadas em critérios e boas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente. Elogio aos auditores federais de controle externo que contribuíram para a elaboração do Referencial, em especial o servidor Rafael Encinas.

Submete à apreciação do Plenário a lista de unidades jurisdicionadas da administração indireta a que se aplica o disposto no §1º do art. 2º da Resolução-TCU 346/2022. Aprovada.

Proposta de realização de sessão plenária extraordinária de caráter público para o dia 13 de dezembro de 2022, terça-feira, às 10h. Aprovada.

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Proposta de que seja formulada resolução para o estabelecimento de tratamento diferenciado aos processos relacionados às obras de infraestrutura e às concessões, permissões e autorizações de serviços públicos. Aprovada. A Presidência determinou o encaminhamento da matéria para o Presidente da Comissão de Regimento e ao Ministro Benjamin Zymler, na qualidade de relator do anteprojeto de Regimento Interno.

Do Ministro-Substituto Weder de Oliveira:

Proposta para determinar à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e Segurança Pública (SecexDefesa) que monitore os itens 9.3 a 9.9 da deliberação proferida no processo TC-042.141/2021-4, apreciado nesta sessão ordinária de 30/11/2022 do Plenário. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-005.088/2015-1, TC-012.194/2019-0, TC-023.953/2018-7 e TC-042.616/2021-2, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- TC-019.821/2022-0, TC-021.513/2022-8, TC-028.601/2017-3, TC-042.433/2021-5, TC-044.344/2020-1 e TC-047.037/2020-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-034.902/2015-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

- TC-027.712/2006-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

- TC-036.692/2018-2, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;

- TC-018.547/2020-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- TC-007.483/2022-8, TC-010.697/2020-9, TC-016.392/2015-9, TC-019.403/2022-4, TC-023.349/2018-2 e TC-027.440/2019-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 2650 a 2694.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2609 a 2649, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-026.456/2020-6, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 7 de dezembro de 2022. O pedido de adiamento ocorreu antes da realização das sustentações orais que estavam previstas. O processo está sob pedido de vista formulado em 4 de maio de 2022 pelo Ministro Augusto Nardes (Ata nº 16/2022-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-008.307/2022-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 7 de dezembro de 2022. O processo está sob pedido de vista formulado em 26 de outubro de 2022 pelo Ministro Augusto Nardes (Ata nº 41/2022-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, o julgamento do processo TC-001.722/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, foi adiado para a sessão ordinária do Plenário de 7 de dezembro de 2022. O processo está sob pedido de vista formulado em 31 de agosto de 2022 pelo Ministro Aroldo Cedraz (Ata nº 34/2022-Plenário). O adiamento ocorreu após a realização da sustentação oral que estava prevista.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-016.524/2007-8, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Lúcia Sarmento Leite do Couto e Silva não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome de Lauro Sérgio de Figueiredo. Acórdão nº 2615.

Na apreciação do processo TC-018.962/2014-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Edson Antonio Valgoi não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome de Clodemar João Christianetti Ferreira. Acórdão nº 2616.

Na apreciação do processo TC-036.627/2019-4, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Noa Piatã Bassfeld Gnata realizou sustentação oral em nome da Associação Nacional dos Magistrados na Justiça do Trabalho, e o Dr. Vitor Candido Soares realizou sustentação oral em nome do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. O Dr. Fernando Torreão de Carvalho não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome da Associação Nacional dos Procuradores da República. A Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva se manifestou oralmente, em consonância com o art. 109 do Regimento Interno. Os ministros e ministros-substitutos presentes usaram da palavra em concordância com a proposta do relator, sendo que o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti apresentou declaração de voto com sugestão adicional à minuta de acórdão, que foi acolhida pelo Plenário. Acórdão nº 2611.

Na apreciação do processo TC-026.654/2020-2, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Rogério Telles Correia das Neves realizou sustentação oral em nome da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Casa Civil. Acórdão nº 2612.

Na apreciação do processo TC-012.196/2019-3, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, foram realizadas as sustentações orais requeridas pela Dra. Marina de Araújo Lopes, em nome de Carlos Eugênio Melro Silva da Ressureição e José Antônio de Figueiredo; e pela Dra. Louise Dias Portes, em nome da empresa Techint Engenharia e Construção. Acórdão nº 2617.

Na apreciação do processo TC-024.895/2020-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Marcelo Cama Proença Fernandes declinou da sustentação oral que havia requerido em nome de Edson Luiz Campagnolo. Acórdão nº 2620.

Na apreciação do processo TC-033.637/2020-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder Oliveira, a Dra. Isabel Caminada Brandao de Albuquerque Alves realizou sustentação oral em nome de Christina Hajaj Gonzalez. Acórdão nº 2621.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-001.722/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler (Ata nº 34/2022). O Dr. Daniel Rodriguez Teodoro da Silva realizou sustentação oral em nome de Carlos Moisés da Silva. Finda a fase de discussão, o relator registrou seu voto, no que foi acompanhado pelos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia, e pelos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa, atuando em substituição ao Ministro Augusto Nardes. O voto e a minuta de acórdão constam no Anexo IV desta Ata. O processo foi transferido de pauta em razão da ausência do revisor, Ministro Aroldo Cedraz.

ATOS NORMATIVOS APROVADOS

Na apreciação do processo TC-011.441/2022-4, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa apresentou voto divergente, no que foi acompanhado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 2610, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator no sentido de aprovar as seguintes resoluções.

Resolução - TCU Nº 345, de 30 de novembro de 2022.

Sumário: Altera dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução 155/2002, alterado pela Resolução 246/2011.

Resolução - TCU Nº 346, de 30 de novembro de 2022.

Sumário: Dispõe sobre normas atinentes à distribuição de processos a ministros e ministros-substitutos no âmbito do Tribunal de Contas da União.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2609/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.833/2014-8
1.1. Apensos: 000.009/2015-6; 024.085/2015-4; 004.297/2015-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Monitoramento
3. Responsáveis: Antonio José do Nascimento Ferreira (666.684.254-53); Cassandra Maroni Nunes (076.412.088-35); Claudinei do Nascimento (722.284.409-06); Laissa da Costa Ferreira (048.845.274-02); Patrícia Barcelos (736.960.210-91); Roberto John Goncalves da Silva (047.372.103-15); Sergio Paulo da Silveira Nascimento (010.589.176-25)
4. Unidades: Caixa Econômica Federal; Defensoria Pública da União; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta); Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria do Patrimônio da União; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb)
8. Representação legal: Annalina Cavicchiolo Trigo (24152/OAB-RS), Mauricio Muriack de Fernandes e Peixoto e outros, representando Sergio Paulo da Silveira Nascimento e Antonio José do Nascimento Ferreira

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este monitoramento acerca das deliberações exaradas no processo TC-033.481/2011-3, por meio dos acórdãos 2.170/2012 e 3.244/2013, ambos deste Plenário, ao examinar auditoria operacional com o objetivo de avaliar as condições de acessibilidade aos prédios e serviços públicos dos órgãos e entidades federais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar em cumprimento as determinações constantes dos subitens 9.1.1.1. 9.1.1.3, 9.1.1.4 e 9.8 do Acórdão 2.170/2012-Plenário;

9.2. considerar cumprida a determinação do subitem 9.1.1.2 do Acórdão 2.170/2012-Plenário;

9.3. considerar em cumprimento a determinação do subitem 9.3 do Acórdão 2.170/2012-Plenário, em relação ao Instituto Nacional de Seguridade Federal, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Caixa Econômica Federal;

9.4. considerar não cumprida a determinação do subitem 9.3 do Acórdão 2.170/2012-Plenário, em relação à Defensoria Pública da União;

9.5. considerar cumpridas as recomendações estabelecidas nos subitens 9.4.1 e 9.4.2 e que ficou prejudicada a prevista no subitem 9.4.3, todos do Acórdão 2.170/2012-Plenário.

9.6. recomendar:

9.6.1. ao Comitê Interministerial de Governança, de que trata o Decreto 9.203/2017, que avalie a oportunidade de adotar medidas com o objetivo de incentivar a aplicação de melhores práticas de governança relacionadas à promoção de acessibilidade em órgãos públicos federais, considerando os desafios apresentados nesta deliberação;

9.6.2. ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ao Ministério da Economia e à Casa Civil da Presidência da República, com fundamento no art. 6°, parágrafo único do Decreto 9.203/2017, c/c o art. 3°, inciso I, alínea "d" e art. 43 da Lei 13.844/2019, que, conjuntamente, avaliem as ações que podem ser implementadas com vistas a dotar a SNDPD/MMFDH de estrutura técnica e operacional compatível com suas atribuições e com as obrigações que lhe foram impostas pelo Acórdão 2.170/2012-Plenário, com as alterações introduzidas pelo Acórdão 3.244/2013-Plenário, especialmente no que diz respeito à elaboração e à implementação do plano de acessibilidade de abrangência nacional que possibilite o diagnóstico das condições de acessibilidade do conjunto de órgãos públicos federais a definição de metas e procedimentos para o saneamento das carências existentes e a divulgação ao público das condições de acessibilidade para o conjunto de órgãos públicos federais;

9.7. autuar processo de acompanhamento com o objetivo de avaliar as etapas de implementação do plano de abrangência nacional que dispõe o item 9.1.1 e respectivos subitens do Acórdão 2.170/2012-Plenário, bem como os reflexos dessas ações de iniciativa dos órgãos centrais nos demais órgãos e entidades da administração pública federal que efetivamente prestam atendimento ao público;

9.8. apensar, em definitivo, o presente processo ao TC 033.481/2011-3; e

9.9. informar à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, à Secretaria do Patrimônio da União, à Caixa Econômica Federal, à Receita Federal do Brasil, à Defensoria Pública da União, ao Instituto Nacional do Seguro Social, ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao Ministério da Economia, à Casa Civil da Presidência da República, ao Comitê Interministerial de Governança e à Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados acerca do presente acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordao.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2609-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2610/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.441/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo que tem por objeto Projetos de Resoluções com vistas à alteração da sistemática de distribuição de processos no âmbito deste Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar as Resoluções em anexo;

9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2610-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados com votos vencidos: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2611/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.627/2019-4.
1.1. Apenso: 007.768/2019-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Advocacia-Geral da União (26.994.558/0001-23); Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - Fonacate (10.407.434/0001-64).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado e Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Thailine Maiara Lustosa da Cruz (34.206/OAB-DF), Deyr Jose Gomes Junior (6.066/OAB-DF) e outros, representando Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF; Thiago Linhares de Moraes Bastos (53.121/OAB-DF), Susana Botar Mendonca (44.800/OAB-DF) e outros, representando Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - Fonacate; Adriana Ponte Lopes Siqueira (41.476/OAB-DF), representando Associação dos Juízes Federais do Brasil; Diego Monteiro Cherulli (37.905/OAB-DF), representando Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho Sinait; Noa Piata Bassfeld Gnata (54979/OAB-PR) e Tiago Coelho Oliveira (88.791/OAB-PR), representando Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Marcelo Bayeh (270.889/OAB-SP), representando Unafisco Nacional - Associação Nacional dos Auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; Marcelo Antônio Rodrigues Viegas (18.503/OAB-DF), representando Associação do Ministério Público do DF e Territórios; Abaete de Paula Mesquita (129092/OAB-RJ) e Hivyelle Rosane Brandao Cruz de Oliveira (119748/OAB-RJ), representando Associação Nacional dos Procuradores da República; Vanessa Achtschin Soares da Silva (22.523/OAB-DF), Alessandra Damian Cavalcanti (17.717/OAB-DF) e outros, representando Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais deste Tribunal (Sefip), por determinação da Presidência desta Corte, tendo em vista a existência de divergências de entendimento quanto ao regime jurídico do pagamento dos proventos de aposentadoria ou de pensão instituídos por servidores deste Tribunal que realizaram a opção prevista no § 16 do art. 40 da CF/1988, assim como do benefício especial instituído pela Lei 12.618/2012, alterada pela Lei 14.463/2022,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:
9.1. fixar os seguintes entendimentos, com fundamento no art. 16, inciso V, do RITCU:
9.1.1. o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, não deve sofrer a tributação da contribuição social sobre o pagamento do benefício especial instituído por meio da Lei 12.618/2012;
9.1.2. o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, e que possui direito ao benefício especial, vindo a falecer em atividade ou na inatividade, terá como base de cálculo da pensão civil a mesma base de cálculo prevista constitucionalmente para todos os servidores vinculados ao RPPS, sendo limitada, para fins de pagamento, no valor máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, devendo, ainda, o pensionista perceber o benefício especial instituído por meio da Lei 12.618/2012 em sua integralidade, cujo valor será pago com a pensão por morte enquanto perdurar o benefício (pensão) pago por esse regime, inclusive junto com a gratificação natalina, nos termos do § 5º do art. 3º da Lei 12.618/2012;
9.1.3. o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, terá direito ao pagamento cumulativo dos proventos de aposentadoria ou pensão do RPPS limitado ao teto do RGPS, bem como ao benefício especial previsto na Lei 12.618/2012, cuja soma deverá ser limitada pelo teto constitucional previsto no art. 37, XI, da CF/1988;
9.1.4. o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, terá direito ao pagamento cumulativo dos proventos de aposentadoria ou pensão do RPPS limitado ao teto do RGPS, bem como ao benefício especial previsto na Lei 12.618/2012, cuja soma não será limitada pela última remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;
9.1.5. o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, terá direito ao percebimento da aposentadoria ou pensão do RPPS calculada na forma do art. 26, §1º, da EC 103/2019, que limita a média aritmética das remunerações históricas ao teto vigente para o RGPS e sobre a qual incidirá a proporcionalidade prevista para o referido benefício; o benefício especial, por sua vez, deverá ser calculado na estrita forma prevista na Lei 12.618/2012, admitindo-se a incidência apenas e exclusivamente da proporcionalidade prevista em seu art. 3º, § 3º, ou seja, do fator de conversão, não incidindo sobre o benefício especial qualquer outra proporcionalidade não prevista em lei ou prevista para o benefício de aposentadoria ou pensão do RPPS limitado no teto do RGPS, com o qual ele não se confunde;
9.1.6. o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, terá direito a utilizar todos os fundamentos de aposentadoria previstos nas regras de transição da EC 103/2019, assim como as regras constitucionais referentes às aposentadorias especiais;
9.1.7. o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, terá direito a utilizar tempo de contribuição de outros entes dos regimes próprios dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da CF/1988 para fins de percepção do benefício especial instituído por meio da Lei 12.618/2012, tendo em vista a existência de expressa autorização legal nesse sentido, após a edição da Lei 14.463/2022; e
9.1.8. o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, terá direito ao abono de permanência calculado nos termos do art. 40, § 19, da CF/1988, ou seja, no valor equivalente ao de sua contribuição previdenciária para o regime próprio;
9.2. determinar à Secretaria-Geral de Administração deste Tribunal (Segedam) que adote providências no sentido de que seja editado ato normativo regulamentando a incidência do disposto na Lei 12.618/2012 no âmbito deste Tribunal, notadamente o pagamento do benefício especial instituído por meio da referida lei, tal como já vêm fazendo outros órgãos públicos;
9.3. à Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal (Segecex), para que avalie a conveniência e a oportunidade de inserir no seu plano de fiscalização auditoria no sentido de analisar o impacto financeiro decorrente da migração para o regime complementar (art. 40, § 16, da CF/1988), notadamente as consequências, para a União, do pagamento do benefício especial instituído por meio da Lei 12.618/2012 do ponto de vista financeiro;
9.4. dar conhecimento da presente deliberação aos órgãos centrais de gestão de pessoal dos Poderes da União, a saber: à Casa Civil e ao Ministério da Economia, à Administração da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, e ao Conselho Nacional do Ministério Público, para que sejam adotadas eventuais medidas pertinentes, tendo em vista o disposto nos incisos III e IX do art. 71 da CF/1988;
9.5. dar ciência aos interessados acerca da presente deliberação.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2611-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2612/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.654/2020-2.
1.1. Apensos: 024.056/2020-0; 015.567/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Acompanhamento).
3. Recorrentes: Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Advocacia-Geral da União (26.994.558/0001-23).
4. Unidade Jurisdicionada: Secretaria-Geral da Presidência da República.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
8. Representação legal: Raul Pereira Lisboa, Advogado da União, na qualidade de Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto pela União contra o Acórdão 1.536/2021-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal monitorou a implementação do Acórdão 1.263/2019-TCU-Plenário e determinou a elaboração de plano de ação para adoção das recomendações pendentes de cumprimento,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao pedido de reexame, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.536/2021-TCU-Plenário;
9.2. dar ciência deste acórdão à Advocacia-Geral da União, à Casa Civil e à Secretaria-Geral da Presidência da República, ao Ministério da Economia e à Controladoria-Geral da União.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2612-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2613/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.431/2018-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Responsável: TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (03.014.553/0001-91).
4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Juliane Yamamoto da Silva (376.365/OAB-SP), Márcia Fernandes Bezerra (35.769/OAB-PR) e outros, representando TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina representação da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação) acerca de possíveis irregularidade ocorridas no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) 11/2015,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 235 do Regimento Interno do TCU, conhecer da representação e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.;
9.3. encaminhar cópia dos autos ao Ministério da Infraestrutura (Minfra) e à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
9.4. dar ciência deste acórdão ao departamento de Polícia Federal, à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República;
9.5. encaminhar cópia dos autos à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, haja vista o compartilhamento das provas integrantes do Inquérito Policial Nº 5031455-90.2017.4.04.7100/RS.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2613-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2614/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.141/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidade Jurisdicionada: Banco Central do Brasil.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização, na modalidade acompanhamento, das medidas planejadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) no exercício das atribuições previstas nos incisos I e II do art. 7º da Emenda Constitucional 106/2020, a identificação dos riscos envolvidos nessas operações, em especial sob a perspectiva da regulação financeira e da política monetária, e a verificação da suficiência e robustez dos controles existentes,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em atendimento à solicitação do Congresso Nacional objeto do TC 013.448/2021-8 e cujos atributos foram estendidos a este processo por meio do Acórdão 234/2022-TCU-Plenário, que:

9.1.1. os custos das operações compromissadas correspondem aos juros pagos pelo Banco Central do Brasil decorrentes das transações realizadas com este instrumento. Assim, o custo total acumulado, no período entre 2003 e 2021, corresponde a R$ 1.021,22 bilhões, a partir da soma dos seguintes montantes, ano a ano:

Ano	Custo das operações compromissadas (em R$ bilhões)
2003	14,9
2004	12,8
2005	11,2
2006	13,2
2007	19,5
2008	33,6
2009	42,2
2010	40,5
2011	45,7
2012	45,0
2013	54,6
2014	80,4
2015	115,4
2016	141,8
2017	112,4
2018	76,1
2019	74,2
2020	36,7
2021	51,1

9.1.2. até 2016 houve acréscimo dos custos das operações compromissadas, que se deve ao aumento gradual do volume transacionado no decorrer desses anos. Todavia, a partir de 2017, o custo anual entrou em tendência descendente, sobretudo em razão da queda acentuada da taxa Selic entre 2016 (14,25%), até atingir o piso histórico de 2,0%, em 2020;

9.1.3. a taxa Selic efetiva é calculada a partir da taxa média ponderada das operações compromissadas realizadas diariamente. A lista completa pode ser encontrada em planilha anexada à peça 23 dos autos, sendo algumas delas sumarizadas na tabela a seguir:

Tipo da atuação	Data da liquidação	Dias úteis	Taxa	Tipo da taxa	Volume financeiro	Meta da taxa Selic
Tomadora	14/10/2005	1	19,450000	Taxa prefixada	699.999.867,76	19,500000
Tomadora	14/10/2005	1	19,450000	Taxa prefixada	749.999.504,24	19,500000
Tomadora	08/05/2008	1	11,610000	Taxa prefixada	14.199.993,50	11,750000
Tomadora	08/05/2008	1	11,630000	Taxa prefixada	199.999.354,36	11,750000
Tomadora	05/04/2013	1	7,160000	Taxa prefixada	10.923.638.027,78	7,250000
Tomadora	05/04/2013	1	7,150000	Taxa prefixada	5.097.315.113,56	7,250000
Tomadora	05/12/2016	1	13,650000	Taxa prefixada	10.690.751.727,39	13,750000
Tomadora	05/12/2016	1	13,650000	Taxa prefixada	10.690.751.727,39	13,750000
Tomadora	06/09/2019	1	5,900000	Taxa prefixada	7.528.200.146,26	6,000000
Tomadora	06/09/2019	1	5,900000	Taxa prefixada	5.565.164.110,02	6,000000
Tomadora	02/01/2020	1	4,400000	Taxa prefixada	39.416.520,81	4,500000
Tomadora	02/01/2020	1	4,400000	Taxa prefixada	62.153.766,09	4,500000
Tomadora	06/08/2021	1	5,150000	Taxa prefixada	280.136,38	5,250000
Tomadora	06/08/2021	1	5,150000	Taxa prefixada	1.926.910,35	5,250000
Tomadora	31/03/2022	1	11,650000	Taxa prefixada	18.332.580,09	11,750000
Tomadora	31/03/2022	1	11,650000	Taxa prefixada	15.725.126,65	11,750000

9.1.4. a quantia total de juros pagos, atualizados pelo IPCA, corresponde a R$ 1.685,42 bilhões, a partir da soma dos seguintes valores, ano a ano:

Ano	Custo das operações compromissadas (em R$ bilhões)
2003	46,63
2004	36,65
2005	29,80
2006	33,23
2007	47,60
2008	78,51
2009	93,11
2010	85,67
2011	91,27
2012	84,39
2013	96,74
2014	134,50
2015	181,43
2016	201,44
2017	150,23
2018	98,80
2019	92,73
2020	44,03
2021	58,66

9.1.5. a taxa paga nas operações corresponde à taxa Selic efetiva que, atualmente, situa-se 10 pontos-base abaixo da Selic meta, definida pelo Banco Central de acordo com a decisão adotada pelo Comitê de Política Monetária - Copom, situação que ocorre quando o banco atua na ponta tomadora de recursos, enxugando o excesso de liquidez do sistema;

9.1.6. a utilização das operações compromissadas, para fins de política monetária, busca a estabilidade de preços e manutenção das reservas internacionais, por meio da convergência da taxa Selic efetiva para a taxa Selic meta, conforme definição do Copom, além do intuito de evitar a volatilidade dessa taxa de juros;

9.1.7. com base na análise dos dados e informações coletadas, não foram encontrados indícios de concorrência entre as transações com operações compromissadas e as colocações de títulos pelo Tesouro, em tempos de normalidade, sobretudo porque aquelas são realizadas com prazos mais curtos - um dia, em sua grande maioria -, visando a gestão de liquidez, enquanto as emissões do Tesouro são operações mais longas - mais de seis meses -, pautadas pela necessidade de financiamento do governo federal;

9.1.8. sob o prisma da política monetária, pelo atual arranjo institucional, para que a taxa Selic efetiva convirja para a Selic meta e se mantenha estável, o Banco Central utiliza a dinâmica de absorver todo o excedente de liquidez das reservas bancárias de todas as instituições financeiras. Trata-se da execução de política convergente com as definições e análises técnicas desenvolvidas por metodologia que tem sido aplicada ao longo dos anos;

9.1.9. o montante ideal de operações compromissadas necessário para a gestão da política monetária pelo Banco Central do Brasil equivale à quantia que permite ao banco enxugar o excesso de liquidez diária, que consiste, essencialmente, no valor das operações vencidas naquele dia, acrescido ou subtraído dos fatores condicionantes de liquidez do momento;

9.1.10. eventualmente, tais fatores condicionantes de liquidez promovem oscilações bruscas no quantum a ser absorvido pela Autoridade Monetária, em especial devido às constantes alterações diárias dessas condições. Esse é o importe que garante que a taxa Selic efetiva fique estável e não se distancie da taxa Selic Meta;

9.1.11. assim, no atual modelo legal/institucional em que se insere a Autoridade Monetária, não foram identificados parâmetros, inclusive em comparação com outros países de economias similares, para estimativa de um valor monetário, em operações compromissadas, que seria necessário para a gestão da política monetária pelo Banco Central do Brasil;

9.1.12. desta forma, o Banco Central deve intervir no mercado com o volume necessário para cumprir a sua missão institucional na condução da política monetária. Essa atuação, de fato, pode impactar de forma relevante a gestão do fluxo de caixa das instituições financeiras, mas não há elementos que permitam afirmar que esse seja um objetivo buscado pela Autoridade Monetária.

9.1.13. mediante análise dos dados e informações prestadas pelo Banco Central do Brasil, verifica-se a existência de um mercado líquido e bem estruturado de operações compromissadas - com colateral em títulos públicos -, por meio do qual as instituições podem administrar eficientemente suas necessidades individuais de liquidez. Se por um lado esse instrumento facilita o trabalho de gerenciamento de excedentes ou de déficits temporários de liquidez a cargo das instituições, por outro sentido, as instituições acabam por renunciar a outros instrumentos de crédito mais rentáveis que a Selic meta (ou efetiva). Isso não implica que estejam negligenciando a administração de seus fluxos de caixa, uma vez que as condições gerais de funcionamento do mercado de reservas bancárias podem variar em direção contrária às necessidades individuais de seus participantes. Além disso, no caso específico do Banco Central, o montante de atuação no mercado de reservas bancárias se limita ao objetivo de equilibrar o seu saldo agregado no sistema, de modo que não há obrigatoriedade de que todas as necessidades individuais dos participantes sejam contempladas;

9.2. considerar a solicitação objeto do TC 013.448/2021-8 integralmente atendida, nos termos do art. 17, inciso I, da Resolução TCU 215/2008;

9.3. juntar cópia deste acórdão ao TC 013.448/2021-8, dada a conexão da matéria tratada;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação, bem como das peças 22, 23 e 24 deste processo ao solicitante.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2614-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2615/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.524/2007-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (07.663.511/0001-32).

3.2. Responsáveis: Deusiclea Barboza de Castro (280.020.671-34); Francisco Pessoa Furtado (020.830.003-15); Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (07.663.511/0001-32); Lauro Sergio de Figueiredo (115.178.321-87); Mestra Ltda. (03.457.778/0001-12); Paulo Ramiro Perez Toscano (076.068.501-00); Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira (130.377.905-63); Raymundo Cesar Bandeira de Alencar (039.076.001-34); Raymundo José Santos Garrido (030.802.695-00); Rui Melo de Carvalho (370.198.997-49).

3.3. Recorrentes: Lauro Sergio de Figueiredo (115.178.321-87); Francisco Pessoa Furtado (020.830.003-15); Paulo Ramiro Perez Toscano (076.068.501-00)..

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Joao Paulo de Souza Barbosa Nogueira (16970/OAB-CE), Jose Leite Juca Filho (5214/OAB-CE) e outros; Manoel de Santana Neto (13.708/OAB-DF), Raul Canal (10.308/OAB-DF), Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF) e outros; Maria Eroneide Alexandre Maia (12833/OAB-CE), Larnecs Alexandre Maia (13042/OAB-CE) e outros; Antônio Lázaro Martins Neto (253540/OAB-DF) e Joao Paulo Goncalves da Silva (19442/OAB-DF); Alessandra Nunes da Costa e Maria de Lourdes Nunes (4872/OAB-DF); Matheus Machado Mendes de Figueiredo (6597-E/OAB-DF), Thaís Machado Mendes de Figueiredo (17445/OAB-DF) e outros; Tarcísio Menezes Oliveira, Iuri Mattos de Carvalho (16741/OAB-BA) e outros; Cristiana Muraro Fracari (48254/OAB-DF.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Lauro Sérgio de Figueiredo, Paulo Ramiro Perez Toscano e Francisco Pessoa Furtado, em face do Acórdão 489/2018-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e, no mérito, dar-lhes provimento para reconhecer a prescrição intercorrente e, em razão disso, tornar sem efeito o Acórdão 489/2018-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2615-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2616/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.962/2014-9.

1.1. Apensos: 006.860/2021-4; 034.592/2017-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (extinto).

3.2. Responsável: Clodemar João Christianetti Ferreira (422.144.249-20).

3.3. Recorrente: Clodemar João Christianetti Ferreira (422.144.249-20).

4. Órgão/Entidade: Município de Ponte Serrada - SC.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Edson Antonio Valgoi (21.916/OAB-SC), representando Clodemar João Christianetti Ferreira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Clodemar João Christianetti Ferreira, contra o Acórdão 8.817/2017-TCU-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. não conhecer do recurso de revisão;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2616-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2617/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.196/2019-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Techint Engenharia e Construção S.A. (61.575.775/0001-80); Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição (129.546.244-34); José Antônio de Figueiredo (507.172.357-34).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.645) e outros; Rafael Arantes Barreto (OAB/SP 212.417) e outros; Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/DF 20.015) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 1.054/2021-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 1.509/2021-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. juntar cópia das peças 221 a 223 destes autos ao TC 010.004/2022-0, para auxiliar na análise do cumprimento das determinações contidas nos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 2.191/2017-TCU-Plenário;

9.3. retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.054/2021-TCU-Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", RI/TCU c/c a Súmula 145 do TCU, para que:

9.3.1 onde se lê: "Acórdão 1.633/2018-Plenário", leia-se: "Acórdão 1.065/2021-Plenário".

9.4. notificar a Petrobras e os recorrentes sobre o teor desta deliberação.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2617-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2618/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.147/2022-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidades: Banco Central do Brasil e Ministério da Economia

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de acompanhamento com o objetivo de avaliar os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União no 3º bimestre de 2022, com atenção especial no exame do nível de atingimento das metas fiscais e da conformidade do contingenciamento de despesas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso V, e 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida Comissão, em atendimento ao disposto no art. 139, § 3º, da Lei 14.194/2021 (LDO 2022), os seguintes fatos acerca da gestão fiscal no 3º bimestre de 2022:

9.1.1. os resultados primários do Governo Central acumulados até junho de 2022 a preços correntes (superávit de R$ 53,8 bilhões) e das empresas estatais federais (superávit de R$ 6,4 bilhões), segundo a apuração oficial do Bacen (metodologia "abaixo da linha"), afiguram-se compatíveis com as metas fiscais do exercício de 2022, respectivamente, resultados primários deficitários de R$ 170,5 bilhões e de R$ 4,4 bilhões, estipuladas, respectivamente, pelos arts. 2º e 3º da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício de 2022 (item 44);

9.1.2. a projeção do resultado primário de 2022 das empresas estatais federais, com base no Demonstrativo da Necessidade de Financiamento Líquido, indica déficit expressivo das seguintes empresas: Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron, R$ 1.928,2 milhões; Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobras, R$ 163,4 milhões; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, R$ 144,9 milhões; Casa da Moeda do Brasil - CMB, R$ 109,5 milhões; e Empresa Gestora de Ativos - Emgea, R$ 73,9 milhões. (item 61);

9.1.3. não obstante as projeções de receitas e despesas primárias da avaliação do 3º bimestre de 2022, consideradas a meta de resultado primário e a dedução referente a restos a pagar de despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia no valor de R$ 6.711,8 milhões, acrescido de despesas estimadas em R$ 41.250,0 milhões relacionadas ao enfrentamento ou mitigação dos impactos abrangidos pelo estado emergência reconhecidos pela Emenda Constitucional 123/2022, indicarem a possibilidade de ampliação de R$ 159.081,6 milhões nos limites de empenho das despesas primárias discricionárias dos Poderes da União, MPU e DPU, tal ampliação não ocorreu, em virtude da imposição de observância do "Teto de Gastos" (ADCT, art. 107), haja vista que as projeções das despesas primárias sujeitas ao regime do "Teto de Gastos" estão acima daquele limite de gastos em R$ 9.998,8 milhões, com excesso no Poder Executivo de R$ 12.736,7 milhões e espaço fiscal nos demais Poderes, MPU e DPU de R$ 2.737,9 milhões (itens 37-38);

9.1.4. em razão da Emenda Constitucional 113/2021, a Lei Orçamentária Anual da União para 2022 foi sancionada estabelecendo-se o "Teto de Gastos" para 2022 de R$ 1.679,6 bilhões, porém, com a reclassificação das despesas com a formação e manutenção de estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos, o montante passou a ser de R$ 1.681,0 bilhões (item 88);

9.1.5. os créditos suplementares e especiais abertos pelo Poder Executivo foram compatíveis com a meta de resultado primário e com o "Teto de Gastos" (item 95);

9.1.6. as projeções indicam suficiência para cumprimento da "Regra de Ouro" da ordem de R$ 20,2 bilhões no exercício de 2022 (item 100); e

9.1.7. há expectativa de cumprimento do art. 42 da LRF com margem de R$ 111,3 bilhões nas fontes não vinculadas/ordinárias (item 106);

9.2. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério da Economia, à Controladoria-Geral da União, à Casa Civil da Presidência da República e ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando-lhes que os respectivos relatório e voto poderão ser consultados no Portal do TCU (www.tcu.gov.br/acordaos); e

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2618-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2619/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.415/2022-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há

4. Unidade: Ministério da Economia

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público da União junto ao TCU acerca de possíveis irregularidades em ações governamentais fundamentadas em dispositivos do Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN 17/2022, convertido na Lei 14.435/2022, que alterou a Lei 14.194/2021 - LDO/2022.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 235, 237 e 250 do Regimento Interno, e 103, § 1º da Resolução 259/2014, em:

9.1. não conhecer da presente representação, pois não satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 parágrafo único do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º da Resolução-TCU 259/2014;

9.2. solicitar, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei 8.443/92 c/c art. 3º do Regimento Interno do Tribunal, à Casa Civil da Presidência da República, à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao Ministério da Economia que, no prazo de 15 dias, apresentem cópias dos documentos com análise técnica porventura realizada pelos órgãos técnicos no âmbito dos respectivos Ministérios (a exemplo das Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional e Subsecretaria de Assuntos Jurídicos), elaborados para subsidiar a sanção/veto dos Autógrafos que aprovaram os Projetos de Lei do Congresso Nacional 2/2022 e 17/2022, convertidos nas Leis 14.352, de 25/5/2022, e 14.435, de 4/8/2022, com a finalidade de subsidiar a análise da prestação de Contas do Presidente da República do exercício de 2022 no âmbito do processo apartado objeto do TC 021.503/2022-2;

9.3. encaminhar cópia das peças 14, 15 e 16:

9.3.1. à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Economia e à Secretaria-Geral da Presidência da República;

9.3.2. à Procuradoria-Geral da República e à Advocacia-Geral da União, visto que parte do objeto desta representação encontra-se em exame pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADI 7220-DF;

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2619-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2620/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 024.895/2020-2.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Edson Luiz Campagnolo (321.830.709-00) e Cláudio Petrycoski (126.141.149-87).

4. Entidades: Departamento Regional do Sesi no Paraná (Sesi/PR) e Departamento Regional do Senai no Paraná (Senai/PR).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesen.

8. Representação legal:

8.1 de Claudio Petrycoski: Francisco Carlos Souza Junior, OAB/PR 39.455;

8.2. de Edson Luiz Campagnolo: Alexandre Vitorino Silva, OAB/DF 15.774; Marcelo Cama Proença Fernandes, OAB/DF 22.071; Bruna Cabral Vilela Bonomi, OAB/DF 43.447; e Dayane Rabelo Queiroz, OAB/DF 59.118.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento ao subitem 9.2 do Acórdão 1.643/2020-Plenário, em face do pagamento irregular de verba de representação aos presidentes da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep no período de 2011 a 2019.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Edson Luiz Campagnolo e Cláudio Petrycoski, dando-lhes quitação; e

9.2. enviar cópia desta deliberação ao Departamento Regional do Sesi no Paraná (Sesi/PR), ao Departamento Regional do Senai no Paraná (Senai/PR) e à Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep, para conhecimento.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2620-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2621/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.637/2020-2.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

3.2. Responsável: Ângelo Vattimo (034.677.398-90); Christina Hajaj Gonzalez (147.742.288-93), Cynthia Aparecida dos Santos Silva (334.721.598-20); Irene Abramovich (104.475.718-34).

4. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

8. Representação legal: Audrei da Rocha Silva (OAB/SP 367.529), representando o denunciante; Olga Codorniz Campello Carneiro (OAB/SP 86.795), Luis André Aun Lima (OAB/SP 163.630) e outros, representando Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Paulo Vitor Liporaci Giani Barbosa (OAB/DF 50.301), representando Christina Hajaj Gonzalez.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades na contratação de serviços advocatícios externos, com especialidade em direito criminal, por inexigibilidade de licitação, no âmbito do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Ângelo Vattimo, Christina Hajaj Gonzalez e Cynthia Aparecida dos Santos Silva;

9.2. rejeitar, parcialmente, as razões de justificativa apresentadas Irene Abramovich, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, II e §1º, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, com esclarecimento ao responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.5. enviar cópia deste acórdão ao Cremesp e aos responsáveis;

9.6. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2621-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2622/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 040.655/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (33.657.248/0001-89); Diretoria de integridade (controle Interno do Ministério da Saúde); Financiadora de Estudos e Projetos (33.749.086/0001-09); Fundação Oswaldo Cruz (33.781.055/0001-35); Secretaria Especial de Saúde Indígena (00.394.544/0029-86); Secretaria de Atenção à Saúde (00.394.544/0129-49); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (03.009.608/0001-75); Secretaria de Vigilância Em Saúde (00.394.544/0023-90); Secretaria-executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (01.263.896/0001-64); Secretaria-executiva do Ministério da Saúde (00.394.544/0173-12).

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: Jorge Andre Ferreira de Moraes (148800/OAB-RJ) e Raquel Araújo Simões (76893/OAB-RJ), representando Fundação Oswaldo Cruz.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Auditoria Operacional no Programa Nacional de Imunizações (PNI), com enfoque no exame do alcance da meta 3b do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 - Saúde e Bem-Estar;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250 do Regimento Interno e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020:

9.1. recomendar à Secretaria Executiva, à Secretaria de Atenção Primária à Saúde, à Secretaria de Vigilância em Saúde e ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, com fundamento nos inc. I, IV, VII, XV, XVI do art. 11; inc. I, V, IX e XII do art. 14; inc. I, III, IV, V, VII, XI do art. 17 do Decreto 11.098/2022, que:

9.1.1. estabeleçam procedimentos de trabalho e fluxos de informação no e-SUS APS para registrar o encaminhamento de não vacinados e atrasados identificados pela Equipe de Saúde da Família para o serviço de vacinação e avaliem a realização de aprazamento automático, no referido sistema, de todas as primeiras doses das vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, para apoiar o acompanhamento da situação vacinal dos usuários;

9.1.2. avaliem o processo de integração do e-SUS-APS com o SI-PNI, de modo a realizar diagnóstico sobre a existência de limitações que impactam na disponibilidade, tempestividade e qualidade dos dados e elaborar plano para tratamento dessas limitações, a exemplo de atrasos na migração de dados entre os sistemas, que prejudicam a emissão de relatórios com dados completos e confiáveis para o acompanhamento de atrasados e não vacinados e das coberturas vacinais, e da insuficiência de críticas na entrada de dados no e-SUS APS, com consequente represamento de dados em desconformidade com as regras de negócio do SI-PNI;

9.1.3. ofereçam funcionalidades em sistemas existentes, aplicativos ou outros meios visando aperfeiçoar o acompanhamento da situação vacinal, a exemplo da emissão automática para os usuários de lembretes para a atualização da caderneta de vacinação e alertas de atraso, de informações sobre o funcionamento do serviço de vacinação e sobre a eficácia e a segurança das vacinas, beneficiando-se da disponibilidade de dados cadastrais nominais dos usuários;

9.1.4 obtenham asseguração sobre a completude e qualidade dos dados de vacinação, de movimentação de imunobiológicos e do registro de nascidos vivos por meio, por exemplo, de procedimentos sistemáticos de auditoria ou de avaliação, como forma de fortalecer a tomada de decisão com base em evidências;

9.1.5. aperfeiçoem a disponibilidade e a transparência das informações sobre os dados de vacinação apresentados no tabulador de dados Tabnet, do Departamento de Informática do SUS, abrangendo notas metodológicas completas sobre como são calculados os indicadores; o significado dos campos disponíveis para consulta e as limitações dos dados disponíveis; as taxas de abandono dos esquemas vacinais e coberturas vacinais que incluam a vacinação tardia; revisões relevantes de dados de vacinação que afetem o cálculo de indicadores;

9.2. recomendar à Secretaria Executiva e à Secretaria de Vigilância em Saúde, com fundamento nos inc. I, IV, VII, VIII, XV, XVI, XVII, XVIII do art. 11; inc. I, III, IV, VII, VIII e XI do art. 17 do Decreto 11.098/2022, que:

9.2.1. submetam à pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), proposta de plano para a recuperação das coberturas vacinais que identifique, entre outros, as causas para a queda, as medidas para sua reversão, incluindo as de caráter intersetorial e interfederativo, as responsabilidades dos atores envolvidos, metas finais e intermediárias, prazos, recursos necessários, mecanismos de feedback de municípios para estados e destes para o Ministério da Saúde sobre as medidas efetivamente adotadas para a recuperação das coberturas vacinais, seus efeitos, limitações e aperfeiçoamentos necessários para o PNI, com fundamento no art. 14-A da Lei 8.080/1990;

9.2.2. definam instância de coordenação no Ministério da Saúde, integrada por representantes das áreas responsáveis pelas intervenções públicas do ministério que podem contribuir para a melhoria das coberturas vacinais, inclusive as ações de comunicação, para atuar na articulação e alinhamento entre elas, em conformidade com o Decreto 9.759/2019;

9.2.3. instituam processo estruturado e transparente de planejamento de aquisição e de distribuição de vacinas, com base em dados confiáveis sobre movimentação de imunobiológicos e em critérios de perdas de vacinas ao longo da cadeia de armazenamento e distribuição e nas salas de vacinação;

9.2.4. adotem medidas para garantir a disponibilidade de dados de movimentação de imunobiológicos ao longo da cadeia de armazenamento e distribuição e nas salas de vacinação, de modo a permitir a aferição de perdas físicas e técnicas e a alimentação do processo de aquisição);

9.2.5. estabeleçam critérios aceitáveis de perdas para as principais vacinas, considerando particularidades da realidade nacional, monitorando as perdas ao longo da cadeia de armazenamento e distribuição e nas salas de vacinação, visando a eficiência do PNI e do processo de aquisição;

9.3. recomendar à Secretaria Executiva, à Secretaria de Atenção Primária à Saúde e à Secretaria de Vigilância em Saúde, com fundamento nos inc. I, XII, XIII do art. 11; inc. I, II, V e XII do art. 14; inc. I, II, IV, V, XI do art. 17 do Decreto 11.098/2022, que fomentem pesquisas que investiguem a parcela de contribuição dos diversos fatores causais para a queda das coberturas vacinais e avaliem a implementação e os impactos de intervenções existentes sobre a recuperação das coberturas, de modo a subsidiar a tomada de decisão e o aperfeiçoamento das intervenções com base em evidências;

9.4. recomendar ao Ministério da Saúde, por intermédio de sua Secretaria Executiva, da Assessoria Especial de Comunicação Social e da Secretaria de Vigilância em Saúde, com fundamento no inc. XVII e XVIII do art. 11; inc. I, "d", art. 2º; art. 6º; inc. IV, VII e VIII do art. 17 do Decreto 11.098/2022, que submetam à pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) proposta de arranjo de governança para a coordenação e o alinhamento das ações de comunicação que abranja a cooperação entre entes federativos, o setor privado e demais atores relevantes para, entre outros, definir estratégias de comunicação e mobilização, responsabilidades, meios de ocupação de espaços de comunicação com informações oficiais e confiáveis sobre a vacinação, com fundamento no art. 14-A da Lei 8.080/1990;

9.5. recomendar à Secretaria Executiva e à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, com fundamento nos inc. I, II, X, XII, XIII, XVII do art. 11; inc. II, III, IV, V, VIII, IX, X, XIII do art. 16 do Decreto 11.098/2022, que definam instância adequada para a coordenação do financiamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área da saúde, inclusive em relação a vacinas, viabilizando o alinhamento entre as intervenções de órgãos e entidades federais e dos entes federativos, a definição de temas prioritários e de estratégia de longo prazo, a avaliação dos resultados, dentro de um enfoque integrado de governo, seja por meio do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS), com ampliação de suas atribuições, seja pela criação de instância específica para estes fins, em conformidade com Decreto 9.759/2019 e com o Decreto 9.191/2017.

9.6. determinar ao Ministério da Saúde que, em articulação com o Ministério da Cidadania e a Caixa Econômica Federal, promova a intensificação do acompanhamento e da fiscalização do cumprimento das condicionalidades previstas no programa Auxílio Brasil (art. 18 da Lei 14.284/2021), a exemplo do cumprimento do calendário nacional de vacinação, como incentivo e ferramenta para a constância da vacinação.

9.7. determinar ao Ministério da Saúde que elabore, em articulação com os entes subnacionais, plano de comunicação de amplo alcance de forma a retomar os índices de cobertura vacinal preconizados, conforme as faixas etárias, ressaltando a importância da imunização coletiva como forma de evitar a ocorrência de surtos ou do retorno de doenças que já haviam sido consideradas erradicadas.

9.8. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que promova fiscalização coordenada com os tribunais de contas dos estados e municípios para avaliar, no Programa Nacional de Imunizações, a adesão dos estados e municípios aos sistemas de informações relacionados ao referido programa, assim como verificar o estoque e as perdas de vacinas.

9.9. determinar o monitoramento das recomendações da presente deliberação.

9.10. enviar cópia da presente deliberação para a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o Ministério da Saúde, a Casa Civil da Presidência da República, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

9.11. enviar cópia da presente deliberação acompanhada das seções 3.1, 3.4 e 3.5 do relatório de auditoria para os seguintes comitês, por meio do Departamento de Informática do SUS, que exerce suas secretarias executivas:

9.11.1. Comitê Gestor de Saúde Digital (CGSD), para subsidiar o exercício de sua competência prevista no inciso VI do art. 244-J da Portaria de Consolidação GM/MS 1/2017;

9.11.2. Comitê de Informação e Informática em Saúde (CIINFO), para subsidiar o exercício de suas competências previstas nos incisos II e III do art. 246 da Portaria de Consolidação GM/MS 1/2017;

9.11.3. Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC), para subsidiar o exercício de suas competências previstas nos incisos III, V, alínea "d", VIII, IX do art. 250 da Portaria de Consolidação GM/MS 1/2017.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2623/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.205/2008-8.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Monitoramento.

3. Interessados: Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal (01.225.986/0001-60); Marineusa de Oliveira e Oliveira (076.158.091-34); Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF (26.446.781/0001-36); Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (00.531.954/0001-20).

4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Advogados constituídos nos autos: Jamila Guimarães Santos (35.559/OAB-DF), Jackeline Guimarães Santos (23.694/OAB-DF); Robson Rodrigues Barbosa (39669/OAB-DF), Anderson Cortez do Nascimento (12.137-E/OAB-DF); Thailine Maiara Lustosa da

Cruz (34206/OAB-DF), Odasir Piacini Neto (35273/OAB-DF); Saint Clair Martins Souto (4875/OAB-DF), Paulo Marcelo de Carvalho (15115/OAB-DF); Leticia Rabello Costa de Medeiros (58.171/OAB-DF), Leandro Oliveira Gobbo (30.851/OAB-DF).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento das determinações constantes no Acórdão 621/2010-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar suspensos, por decisão judicial, os subitens 9.3.3, 9.3.4, 9.3.4.1 e 9.3.4.2 do Acordão 621/2010-TCU-Plenário, cabendo ao TJDFT dar o tratamento individualizado a cada caso, conforme decisão judicial que vier a ser proferida;

9.2. considerar cumpridos os subitens 9.3.5, 9.3.5.1, 9.3.5.2 e 9.3.5.3 do Acordão 621/2010- TCU-Plenário;

9.3. fixar o prazo de 30 dias para o TJDFT conclua o procedimento administrativo para ressarcimento dos valores percebidos acima do teto constitucional, devendo informar, ao TCU, a relação dos servidores, as providências tomadas e os resultados alcançados, em cada caso concreto, em cumprimento do subitem 9.3.6 do Acordão 621/2010-TCU-Plenário;

9.4. informar aos gestores do TJDFT que, no caso de descumprimento injustificado do prazo acima fixado, os responsáveis ficaram sujeitos à penalidade prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2623-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2624/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.254/1999-0.

1.1. Apensos: 003.897/2002-2; 225.263/1997-1; 225.183/1998-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Governo do Estado do Amazonas.

3.2. Responsáveis: Armínio José Martins Prestes (005.150.512-68); Construtora Queiroz Galvao S.A. (33.412.792/0004-03); Dea Selma Portilho da Silva (404.964.302-20); Eit Empresa Industrial Tecnica Sa (08.402.620/0001-69); Manoel Inácio da Silva (000.744.542-34); Milton Massao Kakuno (210.843.519-00).

3.3. Recorrente: Construtora Queiroz Galvao S. A. (33.412.792/0004-03).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amazonas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF), representando Construtora Queiroz Galvao S A; Paula Ângela Valério de Oliveira (1024/OAB-AM), representando Milton Massao Kakuno; Antônio Henrique Medeiros Coutinho (34.308/OAB-DF) e Arthur Lima Guedes (18.073/OAB-DF), representando Eit Empresa Industrial Técnica S.A.; Paula Ângela Valério de Oliveira (1024/OAB-AM), representando Armínio José Martins Prestes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG) contra o Acórdão 2.946/2021-Plenário, que julgou recurso de reconsideração;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer e acolher parcialmente os embargos de declaração opostos por Construtora Queiroz Galvão, com vistas a integrar a decisão embargada, mantidos os exatos termos da parte dispositiva;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 382/2022-TCU-Plenário por ter havido falha no procedimento de sorteio de relatoria;

9.3. rejeitar o pleito de antecipação do pagamento do débito de forma parcelada e sem incidência de juros de mora e correção monetária;

9.4. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2624-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2625/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.222/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Secretaria -Geral da Presidência da República.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 1154/2017-TCU-Plenário, com redação alterada pelo Acórdão 538/2021-TCU-Plenário, exarados em processo de auditoria que avaliou a regularidade dos gastos realizados com Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, incisos II e III do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar como parcialmente implementada a determinação consubstanciada no item 9.1.1 do Acórdão 1154/2017-TCU-Plenário, com redação do Acórdão 538/2021-TCU-Plenári);

9.2. considerar como parcialmente implementada a determinação consubstanciada no item 9.1.2 do Acórdão 1154/2017-TCU-Plenário, com redação do Acórdão 538/2021-TCU-Plenário;

9.3. considerar em implementação a determinação consubstanciada no item 9.1.3 do Acórdão 1154/2017-TCU-Plenário, sem proposta de medidas adicionais, nos termos do art.16, inciso II, da Resolução TCU 315/2020.

9.4. dar ciência à Secretaria Especial de Administração da Presidência da República (SA/PR) de que:

9.4.1. a disponibilização em sítio eletrônico das informações desclassificadas ao final dos mandatos presidenciais, sem a respectiva correspondência dos lançamentos efetuados nos extratos de pagamento do CPGF, bem como sem o correspondente detalhamento completo das despesas antes sigilosas na forma daquelas que são públicas nos extratos de pagamento do CPGF, não atende ao disposto no art. 37, e § 3º e 216, § 2º, da Constituição Federal, ao que dispõe o art. 24, § 2º, da Lei 12.527/2011, tampouco atende à determinação contida no item 9.1.1 do Acórdão 1154/2017-TCU-Plenário (relatoria Ministro Walton Alencar Rodrigues), com redação do Acórdão 538/2021-TCU-Plenário (relatoria do Ministro Augusto Nardes), nem à jurisprudência desta Corte de Contas sobre transparência ativa;

9.4.2. não foi dada publicidade adequada às informações relativas às despesas classificadas realizadas com CPGF, pois a ausência de correlação entre os itens das tabelas de despesas classificadas com as despesas sigilosas do extrato do CPGF, bem como a ausência de esclarecimento sobre quais as naturezas de despesas foram classificadas e como o usuário poderá acessar o seu detalhamento após a desclassificação, não atende a transparência ativa que deve reger as informações governamentais, em consonância ao que dispõe o art. 24, § 2º, da Lei 12.527/2011, nem atende à determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão 1154/2017-TCU-Plenário (relatoria Ministro Walton Alencar Rodrigues), com redação do Acórdão 538/2021-TCU-Plenário (relatoria do Ministro Augusto Nardes);

9.5. determinar à Secretaria de Administração da Presidência da República (SA/PR) e ao Gabinete da Vice-Presidência da República que:

9.5.1 no que tange aos gastos do CPGF relativos a materiais de higiene e limpeza, alimentação, hospedagem e locação de meios de transporte, publique, ao final de cada mês, o somatório das despesas classificadas a nível de "subelemento da despesa", em tabela própria para isso;

9.5.2. quanto às despesas não classificadas, publicar imediatamente e detalhadamente as informações dos gastos, tal como determinado no item 9.1.2 do Acórdão 1154/2017-TCU-Plenário, com redação alterada pelo Acórdão 538/2021-TCU-Plenário;

9.6. determinar ao Gabinete da Vice-Presidência da República que:

9.6.1. publique, ao final dos mandatos presidenciais, em atendimento ao que dispõe o art. 24, §2º da Lei 12.527/2011, as despesas de caráter reservado da Vice-Presidência da República em sítio eletrônico, com detalhamento das principais despesas desses órgãos, mantendo a divulgação de tabela consolidada discriminando os gastos por natureza de despesa, com exceção daquelas que possam colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República eleitos para novo mandato e respectivos cônjuges e filhos(as), devendo, neste caso, promover a devida justificativa no processo;

9.6.2. publique, tão logo sejam realizadas, as informações relativas das despesas com cartões de pagamento do Governo Federal para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, fornecimento de alimentação e hospedagem e locação de meios de transporte, que não impactem em risco à segurança do Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as), em atendimento ao que dispõe o art. 24, § 2º, do da Lei 12.527/2011;

9.6.3. publique, ao final dos mandatos presidenciais, a relação de todos os presentes recebidos pelo Vice-Presidente e incorporados ao patrimônio da Nação;

9.7. encaminhar cópia de acórdão:

9.7.1. à Secretaria de Administração da Presidência da República e ao Gabinete da Vice-Presidência da República;

9.7.2. ao Senado Federal, em atendimento à Solicitação do Senado Federal que originou a auditoria (TC 016.185/2016-1);

9.7.3. à Procuradoria da República no DF, para subsidiar a instrução do IC 1.16.000.001040/2020-13, em atenção a solicitação constante do Ofício 2899/2022-AC - 22º OFÍCIO - PR/DF, de 28/4/2022 (TC 007.785.2022-4);

9.8. manter aberto o presente processo para que haja o monitoramento das novas determinações.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2625-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2626/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.998/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Alvaro Roberto Dias Costa (333.310.307-91); Eduardo Jorge Bastos Cortes (361.017.027-15); Eduardo Rocha (958.466.897-87); Eli Oliveira de Salles (008.862.887-62); Eliane Pezzuto (785.631.867-87); Fatima Cristina Fagundes Freitas (003.539.027-13); Fernando Raphael de Almeida Ferry (892.425.057-49); Laercio da Costa Dias (466.886.847-72); Lilian Bertolani Matias (121.403.147-19); Lucila Marieta Perrotta de Souza (667.987.287-15); Luiz Paulo Jose Marques (552.856.437-91); Maurilo de Nazare de Lima Leite Junior (796.277.067-87); Priscila Danielle da Silva (102.993.767-29)..

4. Órgãos/Entidades: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Hospital Clementino Fraga Filho; Hospital Universitario Antonio Pedro da Uff - EBSERH; Hospital Universitário Gaffree e Guinle da Unirio - EBSERH; Instituto de Doencas do Torax; Instituto de Ginecologia - UFRJ; Instituto de Neurol. Deolindo Couto da Ufrj - MEC; Instituto de Psiquiatria da Ufrj; Instituto Pueric. Ped Mat. Gesteira da Ufrj - MEC; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: Tania Maria Braga Barros Angarano (100948/OAB-RJ), Oswaldo Luiz Angarano Filho (54872/OAB-RJ), Renata Arnaut Araújo Lepsch (18.641/OAB-DF), Renato Perrotta de Souza (165.580/OAB-RJ) e Charlotte Castello Branco Jonqua (174.868/OAB-RJ).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento com o objetivo de verificar a aderência e mitigar riscos e irregularidades atinentes ao emprego de formas de contratação direta no âmbito de hospitais universitários federais no Estado do Rio de Janeiro;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Eli Oliveira de Salles, Jairo Villas Boas da Silva e Eduardo Rocha, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Eduardo Jorge Bastos Côrtes, Mirian Vieira Maia, Laércio da Costa Dias, Elisabete Guerhard de Campos, Fátima Cristina Fagundes Freitas, Lucila Marieta Perrotta de Souza, Carlos da Luz Daumas, Maria Cecília Pereira Bosa, Olinda Tardelle de Oliveira, Maurilo de Nazaré de Lima Leite Junior, Roseli Barbosa da Costa, Priscila Danielle da Silva, Elaine Pezzuto, Álvaro Roberto Dias Costa, Fernando Raphael de Almeida Ferry, Lilian Bertolani Matias e Luiz Paulo José Marques, aproveitando-as em favor dos responsáveis revéis;

9.3. dar ciência ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e ao Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que a ausência do regimento interno das respectivas instituições em seu sítio da internet afronta o art. 8º, § 1º, I, e § 2º, da Lei 12.527/2011;

9.4. informar o teor do presente acórdão aos responsáveis, ao HUCFF, ao HUGG e à Ebserh.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2626-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2627/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.190/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Representação
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)..
4. Órgão/Entidade: Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).
8. Representação legal: Francieldo Justino da Silva, César da Silva Pelosi Jucá (118941/OAB-RJ); Maria Helena Aires Coelho Machado (35.225/OAB-DF); Carmen de Carvalho e Souza Moura (76.150/OAB-MG) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Serviço Nacional de Processamento de Dados - Serpro contra o Acórdão 1870/2020-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 1168/2021-TCU-Plenário, que emitiu determinação e recomendação, ante as irregularidades verificadas no Fundo Multipatrocinado Serpros;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 48 c/c art. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2627-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2628/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.667/2020-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Ecoplan Engenharia Ltda. (92.930.643/0001-52).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Jonas Cecílio (14344/OAB-DF), Eduardo Han (11714/OAB-DF) e outros; Jonas Cecílio (14344/OAB-DF), Eduardo Han (11714/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Ecoplan Engenharia Ltda contra o Acórdão 2.174/2022- Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência da deliberação à embargante, alertando-a que a oposição sucessiva de embargos de declaração versando sobre matéria já analisada e rejeitada pelo TCU, com caráter protelatório, não suspende o trânsito em julgado da decisão e pode ensejar a aplicação da multa do art. 1.026, § 2º, da Lei 13.105/2015 (CPC) ao embargante.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2628-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2629/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.415/2021-9
1.1. Apenso: 008.263/2022-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação)
3. Recorrente: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (33.892.175/0001-00)
4. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803), Maurício Neves Arbach e outros.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 793/2022-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286 do RITCU;
9.2. quanto ao mérito, dar-lhe provimento parcial para conceder dilação de 90 dias ao prazo fixado pelo subitem 1.7.3 do Acórdão 793/2022-Plenário; e
9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2629-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2630/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.113/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva - Ministério do Trabalho e Previdência.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de acompanhamento da implantação e pagamento dos auxílios a que se refere o art. 5º da EC 123/2022, c/c art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 41 a 45, em:
9.1. determinar ao Ministério do Trabalho e Previdência, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020 que:
9.1.1. proceda à revisão dos indícios de pagamento indevido elencados a seguir, em observância às Portarias MTP 2.162/2022, MTP/Infra 2/2022 e MTP 2.966/2022, estimados em R$ 11.298.000,00, no prazo de quinze dias:
9.1.1.1. um mil, quatrocentos e quarenta e três (1.443) beneficiários do auxílio financeiro a taxista;
9.1.1.2. quatrocentos e cinquenta e seis (456) beneficiários do auxílio financeiro a Transportador Autônomo de Carga;
9.1.2. estabeleça no prazo de quinze dias, por meio de normativos, os critérios de inelegibilidade que vem sendo utiilizados, em observância ao princípio da legalidade, tais como:
9.1.2.1. a ausência de operações de carga ou notas fiscais para os transportadores autônomos de carga;
9.1.2.2. a autodeclaração dos transportadores autônomos de carga;
9.1.2.3. imposição de limite de renda de até dez salários-mínimos para a definição dos beneficiários;
9.1.2.4. exclusão dos funcionários da Dataprev do rol de beneficiário;
9.1.2.5. demais critérios adotados;
9.1.2. incorpore, no prazo de quinze dias, controles para avaliar a titularidade do CPF cadastrado, em observância às Portarias MTP 2.162/2022, MTP/Infra 2/2022 e MTP 2.966/2022;
9.1.3. adote as seguintes providências no prazo de quinze dias, enquanto durar o programa:
9.1.3.1. dê transparência ativa às informações individualizadas de todos os cidadãos beneficiários dos auxílios financeiros a TAC e taxista, cujo benefício foi considerado aceito pela movimentação dos valores depositados, nos termos das Portarias MTP 2.162/2022 e MTP/Infra 2/2022, discriminando a informação por município; e
9.1.3.2. institua canal digital para que cidadãos beneficiários declarem não ter interesse em receber o benefício e informe a conta corrente para a devolução de valores recebidos, se for o caso.
9.2. recomendar ao Ministério do Trabalho e Previdência, observado seu juízo de discricionário próprio, e mediante normativo próprio, que:
9.2.1. avalie a possibilidade de condicionar a concessão dos auxílios de que trata o art. 5º da EC 123/2022 a servidores e agentes públicos, inclusive titulares de mandato eletivo, a prévio requerimento, de modo a possibilitar a responsabilização civil e criminal daqueles que perceberem indevidamente os mencionados benefícios;
9.2.2. estabeleça critérios para apurar que os solicitantes exerçam, de fato, as atividades de que trata o art.5º da EC 123/2022, a exemplo da Declaração Anual de Importo de Renda, dentre outros que entender pertinentes;
9.3. determinar à SecexPrevi que:
9.3.1. encaminhe à Secretaria da Receita Federal do Brasil relação com o nome de servidores públicos detentores de licença de taxista, de modo a permitir ao órgão de arrecadação que verifique a ocorrência de possível fraude fiscal;
9.3.2.encaminhe ao Ministério Público Federal as evidências do teste de auditoria "21. Indício de fraude: beneficiário também é cadastrador do auxílio Taxista", acompanhadas do inteiro teor do presente relatório;
9.3.3 encaminhe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional as evidências do teste de auditoria "20. Beneficiário inscrito na Dívida Ativa da União, com valor acima do potencial benefício (R$ 6.000,00)", acompanhadas do inteiro teor da presente deliberação;
9.3.4. informe, no próximo relatório de acompanhamento, os valores efetivamente bloqueados pelo Ministério do Trabalho e Previdência;
9.4. encaminhar cópia integral desta deliberação ao Congresso Nacional e ao Ministério do Trabalho e Previdência;
9.5. restituir os autos à SecexPrevi para dar continuidade a este acompanhamento.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2630-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2631/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.231/2022-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de General Carneiro - MT.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
8. Representação legal: Jair Balduino de Souza, representando Forza Distribuidora de Máquinas Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação oferecida pela empresa Forza Distribuidora de Máquinas Ltda. a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 10/2022, promovido pelo município de General Carneiro/MT, para registro de preços para futura e eventual aquisição de caminhão caçamba basculante zero km, mínimo 12m³, 6X4, no mínimo 275cv, ano mínimo 2022, custeado com recursos federais por meio do Convênio 913087/2021 (Siconv), celebrado entre a municipalidade e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com base no art. 276, § 1º, do Regimento Interno do TCU, referendar a adoção da medida cautelar proferida pelo relator por meio do despacho juntado à peça 16 destes autos, bem como as medidas complementares constantes na mencionada decisão; e
9.2. realizar a oitiva da empresa adjudicatária do Pregão Eletrônico 10/2022, promovido pelo município de General Carneiro/MT, com fulcro no art. 276, § 3º, c/c art. 250, V, todos do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronuncie

em relação aos pressupostos da cautelar deferida, e também quanto aos demais pontos constantes da representação.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2631-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2632/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.721/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Responsável: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (17.262.213/0001-94).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal: Fernando Cezar Vernalha Guimarães (OAB/SP 388.423) e outros.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada, de forma apartada do processo TC 010.816/2017-8, para apurar a ocorrência de fraudes praticadas pela Construtora Andrade Gutierrez S.A. (atual Andrade Gutierrez Engenharia S.A.) nas licitações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), conduzidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. sobrestar, com fundamento no art. 157, caput, do Regimento Interno do TCU, a apreciação da participação da Construtora Andrade Gutierrez S.A. nas fraudes ocorridas nas licitações do Comperj para a construção e montagem das Unidades de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV), de Hidrocraqueamento Catalítico (UHCC), de Coqueamento Retardado (UCR) e de Hidrotratamento de Destilados Médios (UHDT), até a demonstração de que a sociedade empresarial cumpriu suas obrigações no Acordo de Leniência firmado com o Ministério Público Federal (MPF), no Acordo de Leniência firmado conjuntamente com a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), e no Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade);

9.2. suspender a prescrição da pretensão punitiva desta Corte de Contas, com relação aos fatos designados em análise neste processo, até que haja manifestação dos órgãos signatários dos acordos de colaboração especificados no item anterior quanto ao cumprimento ou descumprimento das obrigações pactuadas pela Construtora Andrade Gutierrez S.A., com fulcro no art. 7º, inciso V, da Resolução-TCU 344/2022;

9.3. determinar à SeinfraOperações que:

9.3.1. promova o acompanhamento periódico dos atos processuais relativos aos compromissos designados no subitem 9.1, realizando as diligências que entender cabíveis junto aos órgãos competentes;

9.3.2. promova a imediata instrução da matéria, caso não mais subsistam as condições para o sobrestamento do presente processo;

9.4. notificar a responsável, a Petrobras, o sucessor da Força Tarefa da Operação Lava Jato do MPF no Paraná, o juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, o Cade, a CGU, e a AGU sobre esta deliberação.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2632-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2633/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.933/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal.
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação encaminhada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal, por meio da qual requer a avaliação acerca dos impasses para a dispensação de imunoglobulinas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar a prorrogação do prazo para atendimento da presente solicitação estipulado pelo Acórdão 1.669/2022-TCU-Plenário por 90 (noventa) dias, com fulcro no art. 15, § 2º, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. comunicar a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados da presente deliberação, nos termos do art. 15, § 3º, da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2633-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2634/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.171/2003-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Carlos Irineu de Macedo (199.398.334-15), ex-Chefe da Divisão de Serviços Gerais do INC.
4. Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia (INC).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Tadeu Rabelo Pereira (OAB/DF 9.747) e outros.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, agora em fase de embargos de declaração opostos ao Acórdão 918/2022-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com base no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar o embargante.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2634-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2635/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.154/2007-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Embargantes: José Faustino Pereira Filho (042.035.264- 34); Dylson de Luiz Medeiros Filho (431.259.804- 53); Fernando Antônio Dantas da Silva (041.931.564-00); José Mário do Nascimento (048.974.554-72).
4. Entidade: Estado de Alagoas.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Jeferson Germano Regueira Teixeira (OAB/AL 5.309).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelos Srs. José Mário do Nascimento, Dylson de Luiz Medeiros Filho, José Faustino Pereira Filho e Fernando Antônio Dantas da Silva contra o Acórdão 1.889/2021-TCU-Plenário, decisão em que se apreciou recurso de reconsideração interposto por parte destes responsáveis, entre outros defendentes, com negativa de provimento aos apelos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. José Faustino Pereira Filho, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992;

9.2. não conhecer dos embargos opostos pelos Srs. Dylson de Luz Medeiros Filho e José Mário do Nascimento, porquanto intempestivos, bem como do Sr. Fernando Antônio Dantas da Silva, uma vez que não há interesse de agir desse responsável no presente feito;

9.3. acolher parcialmente os embargos de declaração opostos pelo Sr. José Faustino Pereira Filho, de forma que a análise aqui empreendida integre os fundamentos do Acórdão 1.889/2021-TCU-Plenário, sem aplicação de efeitos infringentes;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Divisão de Apoio aos Advogados da União (DIAAU) da Procuradoria-Regional da União da 1ª Região, para as providências que entender cabíveis, haja vista as novas análises sobre a prescrição contidas nesta decisão;

9.6. notificar os embargantes desta decisão.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2635-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2636/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.551/2014-0.
1.1. Apensos: 029.376/2017-3; 035.182/2017-2; 029.365/2017-1; 029.359/2017-1; 029.360/2017-0; 029.367/2017-4; 016.015/2016-9; 029.368/2017-0; 029.361/2017-6; 029.362/2017-2; 029.366/2017-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Ildo Luis Sauer; Rafael Mauro Comino; Cezar de Souza Tavares; e Petróleo Brasileiro S.A.
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetroleo).
8. Representação legal: Antônio Carlos Mendes (OAB/SP 28.436); Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238); Lucas Nazif Rasul (OAB/DF 59.960); Marcia Dinis (OAB/RJ 056.466); e Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Ildo Luis Sauer; Rafael Mauro Comino; Cezar de Souza Tavares; e Petróleo Brasileiro S.A contra o Acórdão 834/2021-TCU-Plenário, que apreciou tomada de contas especial instaurada em razão dos prejuízos decorrentes da aquisição da Refinaria de Pasadena pela Petrobras;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar os embargos de declaração dos Srs. José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Ildo Luis Sauer; Cezar de Souza Tavares; e Petróleo Brasileiro S.A.;

9.3. acolher parcialmente os embargos de declaração do Sr. Rafael Mauro Comino, sem efeitos modificativos, apenas para prestar ao referido embargante os esclarecimentos constantes do voto condutor desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação aos embargantes, informando-lhes que este Tribunal poderá adotar as medidas necessárias, em consonância com sua jurisprudência, caso se verifique qualquer intenção protelatória no prosseguimento destes autos.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2636-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2637/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.844/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Responsáveis: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (17.262.213/0001-94); Andrade Gutierrez S.A. (17.262.197/0001-30); Antônio Pedro Campello de Souza Dias (263.182.617-53); Consórcio Techint - Andrade Gutierrez (TE-AG) (11.663.724/0001-31); Elton Negrão de Azevedo Júnior (384.710.866-20); Guilherme Pires de Mello (380.697.416-00); Hugo César Alves (030.586.806-35); Jairo Luís Bonet (892.774.147-15); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Maurício de Oliveira Guedes (839.297.467-00); Otávio Marques de Azevedo (129.364.566-49); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Paulo Roberto Dalmazzo (246.255.568-48); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Ricardo Ourique Marques (788.622.057-91); Rogério Nora de Sá (189.039.917-53); Sergio Ferreira Cardoso (044.157.268-52); Techint Engenharia e Construção S.A. (61.575.775/0001-80); Wilson Guilherme Ramalho da Silva (845.513.807-68).

4. Órgãos/Entidades: Comperj Participações S.A.; Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal: Danielle Gama Bessa Bites (OAB/RJ 115.408).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação instaurada em atendimento ao Acórdão 626/2021-TCU-Plenário, o qual determinou que fossem examinadas a legalidade e economicidade dos termos aditivos firmados ao Contrato 0800.0057282.10.2, celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e o Consórcio Techint-Andrade Gutierrez (TE-AG), para a execução das obras da Unidade de Coqueamento Retardado (UCR) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. converter o presente processo em Tomadas de Contas Especial, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/92, c/c o art. 252 do RITCU;

9.2. realizar, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, a citação solidária dos seguintes responsáveis, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem alegações de defesa quanto ao superfaturamento decorrente do pagamento irregular do Aditivo 9 ao Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 450.953.129,00 (data-base: 30/9/2009), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data base até a data do recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. espólio ou sucessores, caso tenha havido a partilha, do Sr. Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15), então Diretor de Abastecimento da Petrobras, por:

9.2.1.1 aprovar a contratação das obras da UCR-Comperj com sobrepreço e com cronograma de obras incompatível com a sua conclusão, conforme Ata DE 4.799, de 11/3/2010; e

9.2.1.2 praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo: i) o direcionamento das licitações, por meio da restrição à competitividade e da divulgação de informações sigilosas da estatal; ii) a prática de preços excessivos; e iii) a execução das obras com prazo inexequível; - resultando na celebração de termo aditivo indevido, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º, 43, inciso IV, e 65 da Lei 8.666/1993 e itens 1.2 e 7.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.2. Sr. Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), na condição de Diretor de Serviços da Petrobras, por:

9.2.2.1 aprovar a contratação das obras da UCR-Comperj com sobrepreço e com cronograma de obras incompatível com a sua conclusão, conforme Ata DE 4.799, de 11/3/2010; e

9.2.2.2 praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo: i) o direcionamento das licitações, por meio da restrição à competitividade e da divulgação de informações sigilosas da estatal; ii) a prática de preços excessivos; e iii) a execução das obras com prazo inexequível; - resultando na celebração de termo aditivo indevido, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º, 43, inciso IV, e 65 da Lei 8.666/1993 e itens 1.2 e 7.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.3. Sr. Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15), na condição de Gerente Executivo de Engenharia da Petrobras, por:

9.2.3.1. ser signatário do DIP ENGENHARIA 148/2010, de 5/3/2010, que propôs a contratação direta do Consórcio Techint-Andrade Gutierrez (TE-AG) para execução das obras da UCR-Comperj com preços excessivos e com cronograma de obras incompatível com a sua conclusão; e

9.2.3.2. praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo: i) o direcionamento das licitações, por meio da restrição à competitividade e da divulgação de informações sigilosas da estatal; ii) a prática de preços excessivos; e iii) a execução das obras com prazo inexequível; - resultando na celebração de termo aditivo indevido, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º, 43, inciso IV, e 65 da Lei 8.666/1993 e itens 1.2 e 7.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.4. Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72), na condição de Presidente da Petrobras, por:

9.2.4.1. não observar os deveres dos administradores das sociedades anônimas, previsto no art. 158 da Lei 6.404/1976, sendo conivente ou negligenciando a apuração de atos irregulares praticados por outros administradores ou, se deles tendo conhecimento, deixando de agir para impedir a sua prática;

9.2.4.2. falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404/1976 e supervisionar e controlar de forma deficiente os atos praticados por seus subordinados;

9.2.4.3. pela supervisão e controle deficientes dos atos praticados por seus subordinados, o que resultou na execução do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj) com falhas de planejamento e aditivo irregular e superestimado, considerando que se tratava de contratação de elevado valor e em que parte dos riscos envolvidos no Aditivo 9 já haviam sido objeto de alertas à alta gestão da Petrobras;

9.2.5. Consórcio Techint - Andrade Gutierrez (CNPJ 11.663.724/0001-31), na condição de signatário do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), por se beneficiar de atos de corrupção e de conluio que resultaram no superfaturamento detectado no Aditivo 9, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.6. Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80), na condição de integrante do Consórcio Techint-Andrade Gutierrez (TE-AG), signatário do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), por se beneficiar e por agir com abuso da personalidade jurídica, por intermédio dos seus presidentes, diretores e/ou empresas, de forma a contribuir para a prática do conluio e de corrupção ativa, que resultou no superfaturamento detectado no Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2, com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.7. Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94), na condição de integrante do Consórcio Techint-Andrade Gutierrez (TE-AG), signatário do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), por se beneficiar e por agir com abuso da personalidade jurídica, por intermédio dos seus presidentes, diretores e/ou empresas, de forma a contribuir para a prática do conluio e de corrupção ativa, que resultou no superfaturamento detectado no Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2, com infração ao disposto nos art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.8. TEI&C S.A., empresa estrangeira com sede no Uruguai, holding do Grupo Techint, na condição de controladora da empresa Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80), constituinte do Consórcio Techint-Andrade Gutierrez (TE-AG) signatário do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), por faltar com o dever de fiscalizar os atos de sua controlada, orientando-a ao cumprimento de sua função social, em conformidade com o interesse público, responsabilidade insculpida no art. 116, parágrafo único, da Lei 6.404/76; pela conivência ou negligência na apuração de atos irregulares praticados por seus administradores, de forma sistemática e mediante formação de cartel por ao menos 10 anos, do qual se beneficiou e dele deveria saber, ou, se tendo conhecimento, deixou de agir para impedir a sua prática, contribuindo assim para o superfaturamento detectado no Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2, com infração ao disposto nos art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998; e, objetivamente, pelos atos ilícitos praticados por sua controlada, conforme art. 4º, § 2º, c/c art. 5º, incisos I e IV, alínea "a", da Lei 12.846/2013;

9.2.9. San Faustin S.A., empresa estrangeira com sede em Luxemburgo, holding do Grupo Techint, na condição de controladora indireta da empresa Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80), constituinte do Consórcio Techint-Andrade Gutierrez (TE-AG) signatário do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), por faltar com o dever de fiscalizar os atos de suas controladas, orientando-as ao cumprimento de sua função social, em conformidade com o interesse público, responsabilidade insculpida no art. 116, parágrafo único, da Lei 6.404/76; pela conivência ou negligência na apuração de atos irregulares praticados por seus administradores, de forma sistemática e mediante formação de cartel por ao menos 10 anos, do qual se beneficiou e dele deveria saber, ou, se tendo conhecimento, por deixar de agir para impedir a sua prática, contribuindo assim para o superfaturamento detectado no Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2, com infração ao disposto nos art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998; e, objetivamente, pelos atos ilícitos praticados por sua controlada, conforme art. 4º, § 2º, c/c art. 5º, incisos I e IV, alínea "a", da Lei 12.846/2013;

9.2.10. Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.197/0001-30), na condição de controladora da empresa Construtora Andrade Gutierrez S.A (CNPJ 17.262.213/0001-94), constituinte do Consórcio Techint-Andrade Gutierrez (TE-AG) signatário do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), por agir com abuso da personalidade jurídica por intermédio dos seus presidentes, diretores e/ou empresas, de forma a contribuírem para a prática do conluio e de corrupção ativa, que resultou no superfaturamento detectado no Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.11. Sr. Elton Negrão de Azevedo Júnior (CPF 384.710.866-20), na condição de Diretor da Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94) e signatário do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj) e do Aditivo 9, por participar em atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para facilitar a celebração do Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), com preços excessivos decorrentes de itens de serviços desnecessários, de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Andrade Gutierrez, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.12. Sr. Paulo Roberto Dalmazzo (CPF 246.255.568-48), na condição de Diretor da Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para facilitar a celebração do Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), com preços excessivos decorrentes de itens de serviços desnecessários, de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Andrade Gutierrez, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.13. Sr. Antônio Pedro Campello de Souza Dias (CPF 263.182.617-53), na condição de Diretor da Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para facilitar a celebração do Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), com preços excessivos decorrentes de itens de serviços desnecessários, de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Andrade Gutierrez, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.14. Sr. Rogério Nora de Sá (CPF 189.039.917-53), na condição de Presidente da Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para facilitar a celebração do Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), com preços excessivos decorrentes de itens de serviços desnecessários, de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Andrade Gutierrez, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.15. Sr. Otávio Marques de Azevedo (CPF 129.364.566-49), na condição de Presidente da Holding do Grupo Andrade Gutierrez (CNPJ 17.262.197/0001-30), controladora da empresa Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para facilitar a celebração do Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), com preços excessivos decorrentes de itens de serviços desnecessários, de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Andrade Gutierrez, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.16. Sr. Ricardo Ourique Marques (CPF 788.622.057-91), na condição de diretor da empresa Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para facilitar a celebração do Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), com preços excessivos decorrentes de itens de serviços desnecessários, de forma a maximizar indevidamente os lucros da sociedade empresarial, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art.37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.2.17. Sr. Guilherme Pires de Mello (CPF 380.697.416-00), na condição de diretor da empresa Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para facilitar a celebração do Aditivo 9 do Contrato 0800.0057282.10.2 (UCR-Comperj), com preços excessivos decorrentes de itens de serviços desnecessários, de forma a maximizar indevidamente os lucros da sociedade empresarial, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

Valor Original do Débito:

R$ 450.953.129,00 (data-base 26/12/2016, data de anulação do contrato)

Valor Total do Débito Atualizado (Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei 6.822/1980. De acordo com a Decisão 1.122/2000-TCU-Plenário e o Acórdão 1.603/2011-TCU-Plenário com alterações do Acórdão 1.247/2012-Plenário):

R$ 576.252.796,34 - Até a data: 22/10/2021

9.3. promover a citação das empresas TEI&C S.A. e San Faustin S.A., holdings do Grupo Techint, com sede no Uruguai e em Luxemburgo, respectivamente, nos mesmos moldes adotados por esta Corte de Contas no âmbito do Acórdão 2.937/2016-TCU-Plenário (subitens 9.1 a 9.3.2);

9.4. realizar, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 157 e 202, incisos I e III, do RI/TCU, a audiência dos seguintes responsáveis pela participação no processo de aprovação do Termo Aditivo 9 ao Contrato 0800.0057282.10.2, com sobrepreço e consequente superfaturamento, em desacordo com o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto nos art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º, 43, inciso IV, e 65 da Lei 8.666/1993 e itens 1.2 e 7.2 do Decreto 2.745/1998:

9.4.1. Sr. Sérgio Ferreira Cardoso, na condição de Coordenador da Comissão de Negociação do Aditivo 9, por indicar que as condições e os preços negociados para tal aditamento atendiam técnica e economicamente aos interesses da Petrobras, o que propiciou a formalização do Aditivo 9;

9.4.2. Sr. Maurício de Oliveira Guedes, na condição de Gerente Executivo de Engenharia para Empreendimentos de Abastecimento, por ser signatário do DIP ENG-AB 302/2013, que submeteu à Diretoria Executiva da Petrobras proposta de assinatura do Aditivo 9;

9.4.3. Sr. Wilson Guilherme Ramalho da Silva, na condição de Gerente Executivo de Abastecimento, por ser signatário do DIP ENG-AB 302/2013, que submeteu à Diretoria Executiva da Petrobras proposta de assinatura do Aditivo 9; e

9.4.4. Sr. Hugo César Alves, na condição de Gerente de Implementação de Empreendimentos de Unidades de Destilação, Coque e HDT, signatário do Aditivo 9, por: (i) não ter tomado as devidas providências tempestivamente para a revisão do cronograma do Contrato da UCR-Comperj em função dos atrasos ocorridos na implementação do sistema UHOS em 2012 e que comprometeram os prazos de implementação das obras da UCR; (ii) ser signatário do Aditivo 9, sem observância dos termos contratuais, com valores superestimados, sem a devida fundamentação, sem o detalhamento dos valores a serem pagos;

9.5. realizar, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 157 e 202, incisos I e III, do RI/TCU, a audiência dos Srs. Jairo Luís Bonet, na condição de Gerente de Implementação de Empreendimentos de Unidades de Destilação, Coque e HDT, signatário dos Aditivos 1 a 5, e Hugo César Alves, na condição de Gerente de Implementação de Empreendimentos de Unidades de Destilação, Coque e HDT, signatário do Aditivo 9, por não terem tomado as devidas providências tempestivamente para a revisão do cronograma do Contrato da UCR-Comperj, em função dos atrasos ocorridos na implementação do sistema UHOS em 2012 e que comprometeram os prazos de implementação das obras da UCR;

9.6. autorizar o acesso dos responsáveis a todas as peças processuais, inclusive as sigilosas, ficando eles obrigados a resguardar a confidencialidade das informações, nos termos do art. 25, § 2º, da Lei 12.527/2011;

9.7. notificar o Ministro de Minas e Energia da presente Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU; e

9.8. notificar desta decisão aos responsáveis e a Petróleo Brasileira S.A.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2637-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2638/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.084/2022-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto VII - Denúncia (com pedido para adoção de medida cautelar)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

8. Representação legal: Vanice Maria Carvalho Fontenele (19783/OAB-CE).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Denúncia sobre irregularidades atinentes ao Pregão Eletrônico 3/2022, sob a responsabilidade da Funasa, que tinha por objetivo a contratação de serviço de operacionalização de 5.802 poços localizados nos estados da Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 234 e 235 do RI/TCU c/c o art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, conhecer da presente Denúncia;

9.2. considerar a análise de mérito prejudicada por perda de objeto, tendo em vista a revogação do Pregão Eletrônico 3/2022;

9.3. considerar prejudicada a análise do pedido para adoção de medida cautelar;

9.4. enviar cópia do presente Acórdão para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2638-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2639/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.821/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsáveis: Daniel Gomes da Silva (053.924.634-44); Daniel Gomes da Silva - Me (10.359.862/0001-69); Darlene Mara de Araujo (034.701.874-28); Edme Jose Pereira dos Santos (760.557.874-15); Estação Music Festas e Recepcoes Ltda. - Me (08.913.393/0001-36); Fabio de Almeida Coelho (020.666.784-14); Fabrica Eventos e Marketing Ltda - Me (05.493.809/0001-16); Josevaldo Batista de Freitas (992.194.924-15); Josvaldo Araujo Trajano da Silva (033.612.284-50); Josvaldo Araújo Trajano da Silva - Me (06.964.500/0001-20); José Pinto Neto (132.812.084-87); Kicia Maria Barreiros Militao de Lacerda (979.434.794-91); Manoel Ferreira Gomes (161.497.694-53); Manuela Alves Nobrega (952.675.814-53); Marcelo Gomes de Azevedo Junior (007.929.644-03); Marcelo Gomes de Azevedo Junior - Me (05.070.411/0001-77); Marcio Holanda da Silva (840.357.494-00); Maria do Carmo Regis de Araujo (468.173.104-82); Maria do Carmo Regis de Araújo - Me (07.847.779/0001-24); Ozimar Berto de Araujo (468.172.984-15); Raniere Barbosa (714.592.354-87); Ytalo Pinto Gomes (047.141.574-00)..

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Boa Ventura - PB.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Renata Maria Brasileiro Sobral Soares (24.040/OAB-PB), representando Fabio de Almeida Coelho; Thelio Queiroz Farias (9162/OAB-PB), Leidson Farias Silva (699/OAB-PB) e outros, representando Marcelo Gomes de Azevedo Junior; Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB), representando Kicia Maria Barreiros Militao de Lacerda; Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB), representando Ytalo Pinto Gomes; Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB), representando Manoel Ferreira Gomes; Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB), representando Darlene Mara de Araujo; Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB), representando Edme Jose Pereira dos Santos; Rhafael Sarmento Fernandes (17319/OAB-PB), Alysson Cássio Barbosa da Silva e outros, representando José Pinto Neto; Thelio Queiroz Farias (9162/OAB-PB), Leidson Farias Silva (699/OAB-PB) e outros, representando Marcelo Gomes de Azevedo Junior - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão de irregularidades na execução física e financeira do objeto do Convênio nº 488/2009, celebrado com o Município de Boa Ventura/PB, para a realização do evento São João no aludido Município nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual os Srs. Raniere Barbosa (CPF 714.592.354-87), ex-sócio-administrador da sociedade empresária Fábrica de Eventos e Marketing Ltda - ME (CNPJ 05.493.809/0001-16), e Josvaldo Araújo Trajano da Silva (CPF 033.612.284-50), ex-proprietário da sociedade JA Eventos (CNPJ 06.964.500/0001-20); e a microempresa individual Josvaldo Araújo Trajano da Silva - JA Eventos (CNPJ 06.964.500/0001-20);

9.2. julgar irregulares as contas dos seguintes responsáveis/sociedades empresárias: José Pinto Neto (CPF 132.812.084-87), ex-Prefeito do Município de Boa Ventura/PB; Kícia Maria Barreiro Militão de Lacerda (CPF 979.434.794-91), ex-Secretária de Educação e Cultura do Município de Boa Ventura/PB; Darlene Mara de Araújo (CPF 034.701.874-28), ex-presidente da comissão de licitação do Município de Boa Ventura/PB; Manoel Ferreira Gomes (CPF 161.497.694-53), então membro da comissão de licitação do Município de Boa Ventura/PB; Ytalo Pinto Gomes (CPF 047.141.574-00), então membro da comissão de licitação do Município de Boa Ventura/PB; Edme José Pereira dos Santos (CPF 760.557.874-15), ex-Secretário de Finanças do Município de Boa Ventura/PB; Maria do Carmo Regis Araújo - ME (CNPJ 07.847.779/0001-24); Maria do Carmo Regis de Araújo (CPF 468.173.104-82), proprietária da sociedade empresária MC Eventos (CNPJ 07.847.779/0001-24); Daniel Gomes da Silva (CNPJ 10.359.862/0001-69); Daniel Gomes da Silva (CPF 053.924.634-44), proprietário da sociedade empresária DG Eventos (CNPJ 10.359.862/0001-69); Marcelo Gomes de Azevedo Júnior - ME (CNPJ 05.070.411/0001-77); Marcelo Gomes de Azevedo Júnior (CPF 007.929.644-03), proprietário da sociedade empresária Marcelo Gomes de Azevedo Júnior - ME (CNPJ 05.070.411/0001-77); Ozimar Berto de Araújo (CPF 468.172.984-15), administrador de fato das sociedades empresáriais MC Eventos, JA Eventos e DG Eventos; Estação Music Festas e Eventos Ltda. (CNPJ 08.913.393/0001-36); Fábio de Almeida Coelho (CPF 020.666.784-14), sócio-administrador da sociedade Estação Music Festas e Eventos Ltda. (CNPJ 08.913.393/0001-36); Márcio Holanda da Silva (CPF 840.357.494-00), sócio-administrador da sociedade Estação Music Festas e Eventos Ltda. (CNPJ 08.913.393/0001-36); Fábrica de Eventos e Marketing Ltda - ME (CNPJ 05.493.809/0001-16); Josevaldo Batista de Freitas (CPF 992.194.924-15), sócio da sociedade empresária Fábrica de Eventos e Marketing Ltda - ME (CNPJ 05.493.809/0001-16); e Manuela Alves Nóbrega (CPF 952.675.814-53), sócia da sociedade empresária Fábrica de Eventos e Marketing Ltda - ME (CNPJ 05.493.809/0001-16), e condená-los, solidariamente, conforme delineado a seguir, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas a seguir discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

1º Débito

VALOR ORIGINAL (R$) *	DATA DA OCORRÊNCIA	Cheque
39.391,04	7/8/2009	850004

Responsáveis solidários

1) José Pinto Neto (CPF 132.812.084-87); 2) Kícia Maria Barreiro Militão de Lacerda (CPF 979.434.794-91); 3) Darlene Mara de Araújo (CPF 034.701.874-28); 4) Manoel Ferreira Gomes (CPF 161.497.694-53); 5) Ytalo Pinto Gomes (CPF 047.141.574-00); 6) Edme José Pereira dos Santos (CPF 760.557.874-15); 7) Ozimar Berto de Araújo (CPF 468.172.984-15); 8) Maria do Carmo Regis de Araújo (CPF 468.173.104-82); 9) Daniel Gomes da Silva (CPF 053.924.63444); 10) DG Eventos (CNPJ 10.359.862/0001-69); e 11) MC Eventos (CNPJ 07.847.779/0001-24).

2º Débito

VALOR ORIGINAL (R$) *	DATA DA OCORRÊNCIA	Cheque
R$ 336.148,43	7/8/2009	850003

Responsáveis solidários

1) José Pinto Neto (CPF 132.812.084-87); 2) Kícia Maria Barreiro Militão de Lacerda (CPF 979.434.794-91); 3) Edme José Pereira dos Santos (CPF 760.557.874-15); 4) Ozimar Berto de Araújo (CPF 468.172.984-15); 5) Maria do Carmo Regis de Araújo (CPF 468.173.104-82); e 6) MC Eventos (CNPJ 07.847.779/0001-24).

3º Débito

VALOR ORIGINAL (R$) *	DATA DA OCORRÊNCIA	Cheque
74.994,48	7/8/2009	850005

Responsáveis solidários

1) José Pinto Neto (CPF 132.812.084-87); 2) Kícia Maria Barreiro Militão de Lacerda (CPF 979.434.794-91); 3) Darlene Mara de Araújo (CPF 034.701.874-28); 4) Manoel Ferreira Gomes (CPF 161.497.694-53); 5) Ytalo Pinto Gomes (CPF 047.141.574-00); 6) Edme José Pereira dos Santos (CPF 760.557.874-15); 7) Marcelo Gomes de Azevedo Júnior (CPF 007.929.644-03); 8) Márcio Holanda da Silva (CPF 840.357.494-00); 9) Fábio de Almeida Coelho (CPF 020.666.784-14); 10) Estação Music Festas e Eventos Ltda. (CNPJ 08.913.393/0001-36); 11) Fábrica de Eventos e Marketing Ltda. - ME (CNPJ 05.493.809/0001-16); 12) MGA Publicidade Marketing e Eventos (CNPJ 05.070.411/0001-77); 13) Josevaldo Batista de Freitas (CPF 992.194.924-15); e 14) Manuela Alves Nóbrega (CPF 952.675.814-53).

4º Débito

VALOR ORIGINAL (R$) *	DATA DA OCORRÊNCIA	Cheque
7.480,51	6/8/2009	850008
7.565,73	6/8/2009	850009
7.385,82	6/8/2009	850011
7.537,32	7/8/2009	850010
7.565,73	10/8/2009	850014
4.545,12	10/8/2009	850015
3.692,91	6/8/2009	850006
3.692,91	7/8/2009	850007

Responsáveis solidários

1) José Pinto Neto (CPF 132.812.084-87); 2) Kícia Maria Barreiro Militão de Lacerda (CPF 979.434.794-91); e 3) Edme José Pereira dos Santos (CPF 760.557.874-15).

9.3. aplicar, individualmente, aos Srs. José Pinto Neto (CPF 132.812.084-87), Kícia Maria Barreiro Militão de Lacerda (CPF 979.434.794-91), e Edme José Pereira dos Santos (CPF 760.557.874-15) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida

ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar, individualmente, aos Srs. Darlene Mara de Araújo (CPF 034.701.874-28), Manoel Ferreira Gomes (CPF 161.497.694-53), e Ytalo Pinto Gomes (CPF 047.141.574-00) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar, individualmente, à sociedade empresária Daniel Gomes da Silva (CNPJ 10.359.862/0001-69) e ao Sr. Daniel Gomes da Silva (CPF 053.924.634-44) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar, individualmente, às sociedades empresárias e responsáveis Marcelo Gomes de Azevedo Júnior - ME (CNPJ 05.070.411/0001-77); Marcelo Gomes de Azevedo Júnior (CPF 007.929.644-03), Estação Music Festas e Eventos Ltda. (CNPJ 08.913.393/0001-36); Fábio de Almeida Coelho (CPF 020.666.784-14); Márcio Holanda da Silva (CPF 840.357.494-00); Fábrica de Eventos e Marketing Ltda - ME (CNPJ 05.493.809/0001-16); Josevaldo Batista de Freitas (CPF 992.194.924-15); e Manuela Alves Nóbrega (CPF 952.675.814-53) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. com fundamento no art. 46 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 271 do Regimento Interno do TCU, declarar a inidoneidade das sociedades empresárias a seguir relacionadas, para participarem de licitação na administração pública federal, pelo prazo de dois anos, em virtude de conluio para fraude comprovada a procedimento licitatório, no âmbito do Convite 9/2009 (Contrato 25/2009 - peça 2, p. 132-136), do Contrato de Inexigibilidade 4/2009 (peça 2, p. 112-118), e do Convite 10/2009 (Contrato 26/2009 - peça 8, p. 192-196), lançados pela Prefeitura Municipal de Boa Ventura - PB para realização do evento Sao João no citado município nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2009: Maria do Carmo Regis Araújo - ME (CNPJ 07.847.779/0001-24) - MC Eventos; Daniel Gomes da Silva (CNPJ 10.359.862/0001-69) - DG Eventos; Marcelo Gomes de Azevedo Júnior - ME (CNPJ 05.070.411/0001-77) - MGA Publicidade; Estação Music Festas e Eventos Ltda. (CNPJ 08.913.393/0001-36) e Fábrica de Eventos e Marketing Ltda - ME (CNPJ 05.493.809/0001-16);

9.8. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.2 a 9.6 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.9. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.10 determinar à Secex/TCE que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.2 a 9.6 o disposto nos itens 9.8 e 9.9, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.11. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.12. informar à Procuradoria da República no Estado da Paraíba e aos responsáveis, que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.13. informar à Procuradoria da República no Estado da Paraíba que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal, para, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, adoção das medidas que entender cabíveis, com a informação de que a decisão está sujeita a Recurso de Reconsideração previsto no art. 285 do RI/TCU.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2639-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2640/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.307/2021-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Denúncia)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Advocacia-geral da União (26.994.558/0001-23).

4. Órgãos/Entidades: Controladoria-Geral da União; Presidência da República.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

8. Representação legal: Bruno Schimitt Morassutti (93297/OAB-RS), representando Associacao Fiquem Sabendo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Advocacia-Geral da União, contra o Acórdão 1841/2022-TCU-Plenário, em que este Tribunal considerou parcialmente procedente denúncia de suposta ausência de disponibilização de dados e informações de agentes públicos armazenados no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (SINC), instituído mediante o Decreto 9.794/2019 e expediu recomendações.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos do art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2 dar conhecimento deste Acórdão aos seguintes destinatários, informando que o teor integral de suas peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.2.1 Secretaria-Geral da Presidência da República;

9.2.2 Controladoria-Geral da União;

9.2.3 Advocacia-Geral da União.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2640-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2641/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.413/2017-6.

1.1. Apensos: 007.993/2019-6; 008.293/2019-8; 008.162/2022-0; 013.548/2019-0; 040.341/2019-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: APBA - Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual (07.733.492/0001-73); Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (04.775.616/0001-95); Siaesp - Sindicato da Industria Audiovisual do Estado de São Paulo (45.796.364/0001-68); Sindicato Interestadual da Industria Audiovisual (01.599.335/0001-30).

3.2. Responsáveis: Christian de Castro Oliveira (081.286.328-33); Debora Regina Ivanov Gomes (075.877.118-56); Manoel Rangel Neto (136.524.478-40); Roberto Gonçalves de Lima (077.225.478-85); Rosana dos Santos Alcantara (021.496.387-03).

3.3. Recorrentes: Ministério da Cidadania (); Agência Nacional do Cinema (04.884.574/0001-20)..

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional do Cinema; Ministério do Turismo; Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: Ana Luisa Ferreira Pinto (345.204/OAB-SP), Amanda Moreira Kraft (383.864/OAB-SP) e outros, representando Rosana dos Santos Alcantara; Victor Marconi (436431/OAB-SP), representando Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo; William Anderson Alves Olivindo, Leslei Lester dos Anjos Magalhaes e outros, representando Ministério da Cidadania; Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF), representando Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão; Ana Luisa Ferreira Pinto (345.204/OAB-SP), Amanda Moreira Kraft (383.864/OAB-SP) e outros, representando Debora Regina Ivanov Gomes; Clara Araújo Coutinho (335.244/OAB-SP), Marina Jacob Lopes da Silva Santos (334649/OAB-SP) e outros, representando Manoel Rangel Neto; Rafael Otavio de Lima Oliveira e Patricia Alvares de Azevedo Oliveira, representando Ministério da Cultura (extinta); Ana Luisa Ferreira Pinto (345.204/OAB-SP), Amanda Moreira Kraft (383.864/OAB-SP) e outros, representando Roberto Gonçalves de Lima; Jorge Luis da Rosa Gomes, Daniel Gustavo Santos Roque (31195/OAB-SP) e outros, representando Agência Nacional do Cinema; Beto Ferreira Martins Vasconcelos (172.687/OAB-SP), representando Vera Zaverucha; Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF), representando Sindicato Interestadual da Industria Audiovisual; Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos (39.918/OAB-DF), representando 02 Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda; Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF), representando Siaesp - Sindicato da Industria Audiovisual do Estado de São Paulo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam, nessa fase, de pedidos de reexame interpostos pelo Ministério da Cidadania e pela Agência Nacional do Cinema contra o Acórdão 721/2019 - Plenário, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e art. 286 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos pedidos de reexame interpostos e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para tornar sem efeito as determinações 9.2.1.1.2, 9.2.1.1.4, 9.2.3.1, 9.2.3.2, 9.2.4, 9.3.3 e 9.6 do acórdão recorrido;

9.2. encaminhar os autos para a SecexEducação a fim de avaliar as medidas alvitradas pela Secretaria de Recursos;

9.3. deferir o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, para que seja admitida nos autos na qualidade de amicus curiae, para fornecimento de subsídios técnicos para a solução da causa e apresentação de memoriais;

9.4. enviar cópia do presente Acórdão para o Ministério da Cidadania, para a Agência Nacional do Cinema e para a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2641-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2642/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-005.221/2022-6.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Administrativo.

3. Órgão: Tribunal de Contas da União.

4. Interessado: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil - SeinfraRodoviaAviação.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do processo administrativo em que a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil - SeinfraRodoviaAviação efetua nova solicitação de prorrogação prazo para apresentação do relatório do grupo de trabalho constituído, em atendimento ao disposto no subitem 9.2 do Acórdão 2.628/2021 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar a prorrogação de prazo, por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar de 31/10/2022, para que o grupo de trabalho constituído, em atenção ao disposto no subitem 9.2 do Acórdão Acórdão 2.628/2021 - Plenário, conclua os estudos ali previstos - Plenário;

9.2. dar ciência deste Acórdão à Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex; e

9.3. arquivar estes autos, com amparo no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2642-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2643/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.444/2018-9.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ana Rita Maciel Bezerra (328.904.353-34); Antonia Elda Pereira Azevedo (282.242.303-25); Denys Milhomem Arruda (127.458.473-68); Franknilva Vieira Matos Silva (660.801.852-53); Manoel Mariano de Sousa (021.881.043-15); Maria Jose Diniz Freitas (363.227.683-87); Oliveira Florentino Filho (443.595.786-87); Ômega Construções e Reformas Ltda - Me (07.062.782/0001-32); Pedro Alberto Telis de Sousa (178.736.063-68); Valdeni Silvino da Silva (027.624.803-10); Wellryk Oliveira Costa da Silva (656.688.473-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: André Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937), Ana Dionisia Malaquias Castro (OAB-MA 6646) e outros, representando Valdeni Silvino da Silva; André Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937) e José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Oliveira Florentino Filho; Andre Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937), representando Pedro Alberto Telis de Sousa; Francisca Telis de Sousa, André Victor Pires Machado (OAB-MA 19.937) e outros, representando Manoel Mariano de Sousa; Antônio Eber Braga (OAB-MA 10676), representando Franknilva Vieira Matos Silva; José Jerônimo Duarte Júnior (OAB-MA 5.302), representando Antônia Elda Pereira Azevedo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em atendimento a determinação constante do Acórdão 936/2016 - TCU - Plenário, diante de irregularidades constatadas na execução do Contrato de Repasse 0244605-53/2007 celebrado com o objetivo de propiciar a construção de unidades habitacionais naquele município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis destas contas o Sr. Wellryk Oliveira Costa da Silva;

9.2. considerar revel a empresa Ômega Construções e Reformas Ltda., com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. acolher as alegações de defesa da Sra. Franknilva Vieira Matos Silva, engenheira da Caixa responsável pelo acompanhamento do contrato de repasse objeto destes autos, e, por conseguinte, julgar regulares as contas da referida responsável, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação plena;

9.4. julgar irregulares as contas dos demais responsáveis, Srs. (a) Denys Milhomem Arruda (administrador de fato da empresa Ômega Construções e Reformas Ltda.), Ana Rita Maciel Bezerra (representante legal de fato da empresa Ômega Construções e Reformas Ltda.), Valdeni Silvino da Silva, Antônia Elda Pereira Azevedo, Oliveira Florentino Filho, Maria José Diniz Freitas, Pedro Alberto Telis de Sousa (membros da CPL), espólio de Manoel Mariano de Sousa (ex-Prefeito do Município de Barra do Corda/MA) e empresa Ômega Construções e Reformas Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-los solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de Origem	Valor (R$)
20/09/2008	23.909,64
09/03/2009	108.242,12
03/09/2009	336.204,52
09/02/2010	150.670,40

9.5. aplicar aos responsáveis Srs. (a) Denys Milhomem Arruda, Ana Rita Maciel Bezerra, Valdeni Silvino da Silva, Antônia Elda Pereira Azevedo, Oliveira Florentino Filho, Maria José Diniz Freitas, Pedro Alberto Telis de Sousa e empresa Ômega Construções e Reformas Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores individuais abaixo indicados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno/ TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da Multa (R$)
Denys Milhomem Arruda	150.000,00
Ana Rita Maciel Bezerra	150.000,00
Valdeni Silvino da Silva	50.000,00
Antônia Elda Pereira Azevedo	50.000,00
Oliveira Florentino Filho	50.000,00
Maria José Diniz Freitas	50.000,00
Pedro Alberto Telis de Sousa	50.000,00
Ômega Construções e Reformas Ltda.	150.000,00

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2643-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2644/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.578/2019-8.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Claudio dos Santos Eduardo (521.082.016-53); Edson Mendes de Carvalho (445.785.987-72); Emida Instalacoes Ltda. (02.986.452/0001-10); Julio Queiroz de Araujo Filho (552.781.167-49); Roberlei Jorge Lopes de Freitas (892.241.407-34); Ronaldo Yuan (729.310.277-15); Victor Fernando Trotta Nunes (123.406.258-58).

4. Órgão/Entidade: Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Daniel Gustavo Max Paukovits Teixeira (OAB/RJ 134.671), representando Emida Instalações Ltda.; Guilherme Goncalves Freitas (OAB/DF 42.989) e outros, representando Victor Fernando Trotta Nunes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada em desfavor dos responsáveis abaixo indicados, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades advindas do Processo Administrativo de Gestão (PAG) 6746/2010 no âmbito do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro-PAME-RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar as alegações de defesa dos Srs. Edson Mendes de Carvalho (CPF 445.785.987-72), membro da comissão de fiscalização e recebimento, Ronaldo Yuan (CPF 729.310.277-15), ordenador de despesas, e Vitor Fernando Trotta Nunes (CPF 123.406.258-58), Chefe da Divisão Técnica do PAME-RJ;

9.2. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Roberlei Jorge Lopes de Freitas, (CPF 892.241.407-34) e Júlio Queiroz de Araújo Filho (CPF 552.781.167-49), membros da comissão de fiscalização e recebimento, e da empresa contratada, Emida Instalações Ltda. (CNPJ 02.986.452/0001-10);

9.3. julgar regulares as contas dos Srs. Edson Mendes de Carvalho (CPF 445.785.987-72), membro da comissão de fiscalização e recebimento, Ronaldo Yuan (CPF 729.310.277-15), ordenador de despesas, Vitor Fernando Trotta Nunes (CPF 123.406.258-58), Chefe da Divisão Técnica do PAME-RJ, nos termos do arts. 1º, inciso I, e 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, dando-lhes quitação plena;

9.4. julgar irregulares as contas dos Srs. Roberlei Jorge Lopes de Freitas (CPF 892.241.407-34) e Júlio Queiroz de Araújo Filho (CPF 552.781.167-49) e da Empresa Emida Instalações Ltda. (CNPJ 02.986.452/0001-10), nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b" e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, II, III, IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data do efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei:

Valor histórico (R$)	Data de ocorrência
350.584,07	11/11/2010
81.837,17	01/12/2010
132.110,25	01/12/2010
474.696,50	28/12/2010

9.5. aplicar individualmente aos Srs. Roberlei Jorge Lopes de Freitas (CPF 892.241.407-34) e Júlio Queiroz de Araújo Filho (CPF 552.781.167-49), membros da comissão de fiscalização e recebimento, e à Empresa contratada Emida Instalações Ltda. (CNPJ 02.986.452/0001-10), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 100.000,00 para cada pessoa física e R$ 300.000,00 para a empresa, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia deste Acórdão ao órgão instaurador e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2644-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2645/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.011/2015-6.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda. (83.953.331/0001-73).

3.2. Responsáveis: Antonio Carlos Montezuma Brito (051.518.132-34); Jair Napoleão Filho (342.374.379-49); Universidade Federal de Santa Catarina (83.899.526/0001-82).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Thamna Puel de Oliveira (OAB-SC 35717) e outros, representando Antonio Carlos Montezuma Brito; Luiz Ermes Bordin e Sandro Luiz Rodrigues Araújo (OAB-SC 11.148), representando Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com o objetivo de analisar contratações públicas na área de serviços de limpeza, conservação e asseio, no período de 28/12/2013 a 2/2/2016, na presente oportunidade examinando o atendimento às deliberações constantes do Acórdão 1.672/2019-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações dos subitens 9.5 e 9.6 do Acórdão 1.672/2019-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com fundamento no art. 9º, II, da Resolução - TCU 315/2020:

9.2.1. sobre o fato de a memória de cálculo do "encontro de contas", determinado pelo subitem 9.5 do Acórdão 1.672/2019-TCU-Plenário, não ter considerado o período de execução do Contrato 244/2014, em relação ao adicional de insalubridade devido à ONDREPSB Limpeza e Serviços Especiais Ltda., o que enseja seu ajuste para posterior restituição de valores à empresa contratada, e;

9.2.2. sobre a viabilidade jurídica de incidência da atualização monetária sobre os valores a serem restituídos;

9.3. informar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e à empresa à ONDREPSB Limpeza e Serviços Especiais Ltda. deste Acórdão, bem como da instrução de peça 176;

9.4. restituir o feito ao Gabinete do e. Ministro Walton Alencar Rodrigues, para continuidade do exame do pedido de reexame interposto à peça 133.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2645-45/22-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2646/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.753/2022-4.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Diretoria de Abastecimento da Marinha.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Pietro Cardia Lorenzoni (OAB/RS 106.962), Alice Ravazzoli de Los Angeles (OAB/RS 124073) e outros, representando Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, com pedido de cautelar, noticiando irregularidade ocorrida no âmbito de pregão eletrônico 62/2022, conduzido pela Diretoria de Abastecimento da Marinha, cujo objeto é a contratação de serviços de desenvolvimento de solução integrada para a gestão informatizada de documentos da Marinha do Brasil (MB) composta por suítes de Enterprise Content Management (ECM), Business Process Management System (BPMS), banco de dados, ElasticSearch e sistema de mensageria.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fulcro no art. 276, caput e § 1º, do RI/TCU, referendar, até o pronunciamento deste Tribunal a respeito do mérito da representação, a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 31 destes autos, parcialmente transcrito no relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos interessados, responsáveis e denunciante.
10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2646-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2647/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.049/2022-9.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Município de Jataizinho/PR.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representação legal: Jair Balduíno de Souza, representando Fibra Distribuição & Logística Eireli.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar, contra irregularidades na condução do pregão eletrônico 57/2022, cujo objeto é a contratação do fornecimento de um veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo caminhão pipa; um veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo pick up (caminhonete), cabine simples; e uma máquina retroescavadeira nova, no âmbito do convênio 908049/2020, celebrado entre o município de Jataizinho/PR e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fulcro no art. 276, caput e § 1º, do RI/TCU, referendar, até o pronunciamento deste Tribunal a respeito do mérito da representação, a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 16 destes autos, parcialmente transcrito no relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos interessados, responsáveis e representante.
10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2647-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2648/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.082/2021-8.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: Ministério do Trabalho e Previdência.
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional realizada pela Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social na Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 15 do RI/TCU, em:
9.1. determinar ao Ministério do Trabalho e Previdência, com fundamento no art. 4º, II, da Resolução TCU 315/2020 que:
9.1.1. no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 5º do Decreto 10.139/2019, consolide em ato administrativo regulador as informações hoje constantes em notas técnicas emitidas pela Secretaria de Trabalho que tratam das imputações do sistema eSocial:
9.1.1.1. fazendo constar em anexo informações sobre estudos que apresentem o melhor modelo para a elaboração e divulgação do estoque do mercado de trabalho;
9.1.1.2. esclarecendo sobre as metodologias das imputações de dados provenientes de outras bases.
9.1.2. no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote medidas para a normatização das competências da Coordenação de Estatísticas e Estudos do Trabalho, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, da Lei 13.844/2019 e ao art. 1º, Anexo I, do Decreto 11.068/2022;
9.2. recomendar ao Ministério do Trabalho e Previdência, com base no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, que:
9.2.1. no âmbito da rede observatórios do trabalho prevista nos arts. 18, XI, e 22, VI, do Anexo I do Decreto 11.068/2022, realize estudos para definir o conjunto de indicadores oriundos de registros administrativos sob sua gestão, em especial indicadores de taxa de rotatividade e de duração de emprego formal, de modo que sejam regularmente produzidos e divulgados;
9.2.2. com base nos princípios da publicidade, eficiência e transparência:
9.2.2.1. publique os microdados de estabelecimento do Novo Caged visando possibilitar o conhecimento da totalidade do fenômeno, bem como a reprodutibilidade das informações referentes ao mercado de trabalho por demais interessados no tema;
9.2.2.2. publique em documento técnico o detalhamento dos procedimentos e das variáveis utilizadas na obtenção dos resultados divulgados pelo órgão, por meio do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - PDET, e realize estudos para evidenciar a melhor abordagem para se obter o número sobre estoque de empregos;
9.3. ordenar à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social que monitore o cumprimento dos itens 9.1 e 9.2 deste acórdão;
9.4. enviar cópia deste acórdão aos interessados e responsáveis;
9.5. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.6. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2648-45/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2649/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.141/2021-4.
2. Grupo I - Classe: V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.
4. Órgãos: Comando Logístico do Exército; Departamento de Polícia Federal; Secretaria Nacional de Segurança Pública.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional, integrada com aspectos de conformidade, com o objetivo de fiscalizar a política e os sistemas implementados no âmbito do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) e do Ministério da Defesa para o controle e a rastreabilidade de armas de fogo.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. constituir processo apartado, com fundamento no art. 43 da Resolução TCU 259/2014, reformulado pela Resolução TCU 321/2020, a partir das informações carreadas aos autos, constantes das peças 72, 73, 87 e 145 a 149, para avaliação da atuação do Exército Brasileiro no controle de armas de fogo, considerando o Estatuto do Desarmamento (Lei 10826/2003) e os respectivos regulamentos;
9.2. determinar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com fundamento no art. 2º, I, da Resolução TCU 315/2020 c/c o art. 250, II, do RI/TCU', que, no prazo de 120 (cento e vinte dias), pelo Tribunal:
9.2.1. publique ato estabelecendo termos para o encaminhamento, no mínimo trimestral, de arquivo eletrônico com a relação das armas de fogo apreendidas para cadastro e eventuais correções no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), pelas unidades de criminalística dos Estados e do Distrito Federal responsáveis por realizar perícia, utilizando-se como referência a forma estabelecida na Portaria 11.337-DG/PF (peça 103, p. 80-84), de 31/1/2020, do Diretor-Geral da Polícia Federal, de modo a dar efetividade ao art. 3º, § 12, do Decreto 9.847/2019, sob pena de os entes federativos responsáveis não receberem os recursos citados no art. 7º, I e II, da Lei 13.756/2018, como previsto no art. 8º da referida lei;
9.2.2. publique ato estabelecendo termos para o fornecimento e a atualização de dados e informações no Sinarm sobre as ocorrências de extravio, furto e roubo registradas pelas Polícias Civis e que devem ser comunicadas imediatamente à Polícia Federal, conforme determina o art. 3°, § 7º, do Decreto 9.847/2019, sob pena de os entes federativos responsáveis não receberem os recursos citados no art. 7º, I e II, da Lei 13.756/2018, como previsto no art. 8º da referida lei;
9.3. recomendar ao Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp), com fundamento no art. 2º, III, da Resolução TCU 315/2020 c/c o art. 250, III, do RI/TCU, considerando os procedimentos para identificação das armas de fogo previstos na instrução normativa 148-DG/PF e no anexo I, de 30/8/2019, por meio de resolução, que delibere sobre:
9.3.1. procedimentos sobre coleta, análise, sistematização, integração, atualização, interpretação de dados e informações referentes à rastreabilidade das armas de fogo apreendidas pelos integrantes do Sinesp;
9.3.2. metodologia, padronização, categorias e regras para tratamento dos dados e informações mencionados no item 9.3.1, supra;
9.4 recomendar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com fundamento no art. 2º, III, da Resolução TCU 315/2020 c/c o art. 250, III, do RI/TCU, que, após a publicação da resolução mencionada no item 9.3, supra, edite as normas complementares necessárias à implementação das medidas aprovadas;
9.5. recomendar à Secretaria Nacional de Segurança Pública, ao Departamento de Polícia Federal e ao Comando do Exército, com fundamento no art. 2º, III, da Resolução TCU 315/2020 c/c o art. 250, III, do RI/TCU, que relativamente aos Sistema Nacional de Armas (Sinarm), Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) e Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp), de modo a dar efetividade ao art. 8º do Decreto 9.847/2019, adotem as seguintes medidas:
9.5.1. publiquem ato conjunto, que deve conter, no mínimo, as ações a serem tomadas, os responsáveis pelas ações, metas, indicadores e prazos de implementação de cada ação;
9.5.2. implementem e disponibilizem as soluções de interoperabilidade e compartilhamento de dados aos usuários do Sinarm, Sigma e Sinesp;
9.6. recomendar à Secretaria Nacional de Segurança Pública, com fundamento no art. 2º, III, da Resolução TCU 315/2020 c/c o art. 250, III, do RI/TCU, que estimule e fomente a criação de unidades especializadas, no âmbito das polícias judiciárias estaduais, com atribuição de investigar os crimes de tráfico, contrabando e descaminho de armas de fogo e explosivos e manter permanentemente atualizados os cadastros de registro e controle de armas de fogo junto aos sistemas federais de informações de segurança pública;
9.7 recomendar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com fundamento no art. 2º, III, da Resolução TCU 315/2020 c/c o art. 250, III, do RI/TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de encaminhar ao Poder Legislativo - ou de promover

dentre os projetos legislativos em trâmite no Congresso Nacional relativos ao controle de armas de fogo - a proposição de medidas que visem à instituição de mecanismos de coercibilidade ou enforcement relacionados ao cumprimento das obrigações decorrentes da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e dos seus regulamentos que recaem sobre os administrados, como forma de buscar maior eficácia da norma jurídica e efetividade da política pública que lhe é subjacente;

9.8. recomendar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Secretaria Nacional de Segurança Pública, ao Departamento de Polícia Federal e ao Comando do Exército, com fundamento no art. 2º, III, da Resolução TCU 315/2020 c/c o art. 250, III, do RI/TCU, que, com a necessária interlocução com o Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Consesp), avaliem a pertinência e a oportunidade de criação de órgão único para centralizar as ações da política pública de controle de armas no país, especificamente sobre a gestão de sistemas de informação, ou, alternativamente, de unificação de competências em apenas um órgão ou unidade do governo federal, já existente;

9.9 recomendar ao Comando do Exército, com fundamento no art. 2º, III, da Resolução TCU 315/2020 c/c o art. 250, III, do RI/TCU, que altere a Instrução Técnico-Administrativa 3 MD/EB/Colog, de 13/10/2015 (ITA 3/2015), ou institua nova regulamentação, em substituição à ITA 3/2015, com o intuito de disciplinar a concessão de guias de tráfego especial (GTE) aos caçadores, colecionadores e atiradores desportivos (CACs) nos limites previstos na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), com a delimitação espacial e temporal do uso, bem como suas circunstâncias, condicionantes/exigências, de modo a proporcionar as devidas condições para que a autoridade fiscalizadora tenha como aferir, em campo, se o porte de trânsito se destina aos específicos fins para os quais fora autorizado, em conformidade com a referida lei e os decretos que a regulamentam;

9.10. dar ciência, com base no art. 9º, I, da Resolução TCU 315/2020, à Polícia Federal de que a não requisição, por meio de suas unidades regionais, dos mapas mensais de vendas de armas de fogo às empresas que comercializam tais artefatos e descumprem a obrigação prevista no art. 4º, § 3º, da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e os seus regulamentos, afronta o art. 72 da Instrução Normativa-DG/PF 201, de 9/7/2021;

9.11. nos termos do art. 8º da Resolução TCU 315/2020, fazer constar, na ata da presente sessão, comunicação do relator ao colegiado no sentido de monitorar as recomendações contidas nos itens 9.3.a 9.9, supramencionados;

9.12. encaminhar cópia da presente deliberação à Casa Civil da Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Instituto Rui Barbosa, às Comissões de Segurança Pública do Senado Federal e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, ao Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Consesp), ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério da Defesa, ao Centro de Controle Interno do Exército Brasileiro e ao Gabinete de Transição Governamental instituído pela Portaria nº 1 publicada no Diário Oficial da União, de 8/11/2022;

9.13. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 45/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 30/11/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2649-45/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2650/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 217 e 143, V, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres prévios, em autorizar Walber Coelho de Almeida Rodrigues a realizar o parcelamento da multa que lhe foi aplicada pelo TCU, por meio do subitem 9.5 do Acórdão 1103/2020-Plenário, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sem prejuízo das orientações apresentadas no item 1.8. desta deliberação.

1. Processo TC-034.830/2015-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsáveis: Clayson Amaral Rodrigues (514.687.513-87); D R C Comercio Ltda - Epp (04.651.057/0001-01); Donaldo Gie Nogueira Eireli (02.470.780/0001-69); Luciano Ferreira de Sousa (852.947.803-72); Marcio de Souza Sa (804.938.583-34); R. O. Carvalho do Nascimento (05.577.401/0001-22); Teresinha de Jesus Cardoso Alves (208.078.053-00); Walber Coelho de Almeida Rodrigues (838.306.183-87).

1.2. Interessados: Droga Rocha Distribuidora de Medicamentos Ltda - Epp (05.348.580/0001-26); Identidade Reservada (999.999.999-99); Medica Hospitalar Comercio e Representações Ltda - Epp (05.750.248/0001-93); Remoel Equipamentos Medicos e Odontologicos Eireli (00.941.725/0001-84); Up Med do Brasil Ltda (06.256.576/0001-09).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Batalha - PI; Prefeitura Municipal de Timon - MA.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: Marcos André Lima Ramos (3839/OAB-PI) e Erico Malta Pacheco (3906/OAB-PI); Manuelle Maria do Monte Raulino (9798/OAB-PI), Maria Eduarda de Oliveira Rocha (12.150/OAB-PI); Leandro Cardoso Lages (2753/OAB-PI) e Walber Coelho de Almeida Rodrigues (5457/OAB-PI); Everardo Oliveira Nunes de Barros (2.789/OAB-PI) e Daniel da Costa Araujo (7128/09/OAB-PI); Letícia Maria Ruy Ferreira (18361/OAB-DF), Paulo de Oliveira Masullo (41.738/OAB-DF); Fernando Antonio Andrade de Araujo Filho (11323/OAB-PI); Marlos dos Santos Silva (6158/OAB-PI); Vitor Tabatinga do Rego Lopes (6989/OAB-PI); Adriano Moura de Carvalho (4.503/OAB-PI), Uanderson Ferreira da Silva (5.456/OAB-PI); Uanderson Ferreira da Silva (5.456/OAB-PI) e Marlio da Rocha Luz Moura (4.505/OAB-PI).

1.8. Orientações:

1.8.1. Informar a Walber Coelho de Almeida Rodrigues de que:

1.8.1.1 a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

1.8.1.2. Não há incidência de juros sobre as multas aplicadas pelo TCU, uma vez que, o débito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal, quando pago após o seu vencimento, será atualizado monetariamente desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 269 do Regimento Interno/TCU;

1.8.1.3. As Guias de Recolhimento da União (GRU), para recolhimento das parcelas da multa, podem ser retiradas no portal do TCU, desde que tenha acesso, de forma autorizada, aos serviços disponibilizados pelo Portal TCU, ou, ainda, se preferir, poderá solicitar, mensalmente, ao seguinte correio eletrônico (parcelamento@tcu.gov.br), enquanto perdurar o parcelamento.

ACÓRDÃO Nº 2651/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em considerar atendidas as determinações e a recomendação exaradas nos itens 1.6 e 1.7 do Acórdão 2831/2021-TCU-Plenário; dar ciência deste acórdão à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, por intermédio de sua Auditoria Interna; e determinar o apensamento deste processo ao TC 018.862/2020-9, nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 321/2020.

1. Processo TC-044.582/2021-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2652/2022 - TCU - Plenário

VISTO, relacionado e discutido estes autos de auditoria realizada com o objetivo de verificar a execução das obras de construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, na BR-493/RJ, no segmento compreendido entre o entroncamento com a BR-040 e o Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro.

Considerando que os recorrentes já tiveram seus pedidos de reexame julgados e que, no presente momento processual, apresentaram peças nominadas como "recursos de reconsideração", espécie recursal não cabível nos processos deste Tribunal que versam sobre fiscalização e atos sujeitos a registro, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/92.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92 e no art. 143, IV, "b" do Regimento Interno/TCU, conforme pareceres emitidos nos autos, em não conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Gisela Kraus, João Carlos de Oliveira Azedias, Luiz Emygdio de Oliveira, Henrique Alberto Santos Ribeiro, Jose Paes Leme da Motta, Gustavo Ferreira Gomes, Walter Luiz Correa Magalhaes, por não representar espécie recursal cabível nos presentes autos, e dar ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-014.919/2010-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 018.921/2016-7 (SOLICITAÇÃO); 000.027/2016-2 (SOLICITAÇÃO); 025.629/2016-6 (SOLICITAÇÃO); 013.325/2014-0 (SOLICITAÇÃO); 000.282/2014-6 (SOLICITAÇÃO); 017.813/2014-0 (SOLICITAÇÃO); 005.290/2013-9 (SOLICITAÇÃO); 005.178/2015-0 (SOLICITAÇÃO); 011.859/2016-4 (SOLICITAÇÃO); 025.241/2012-5 (SOLICITAÇÃO); 016.984/2015-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A (40.450.769/0001-26); Construtora OAS S.A. Em Recuperação Judicial (14.310.577/0011-86); Consórcio Arco Metropolitano do Rio (09.551.901/0001-46); Consórcio Arco do Rio (09.536.294/0001-45); Delta Construções S.A (10.788.628/0001-57); Gisela Kraus (793.159.337-53); Gustavo Ferreira Gomes (437.867.317-72); Henrique Alberto Santos Ribeiro (217.067.357-15); Hudson Braga (498.912.607-63); Jose Paes Leme da Motta (627.671.947-15); José Osório do Nascimento Filho (495.587.147-04); João Carlos de Oliveira Azedias (986.322.647-53); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Emygdio de Oliveira (376.444.677-34); Nilton de Britto (140.470.121-49); Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro (08.599.767/0001-90); Walter Luiz Correa Magalhaes (199.181.007-53).

1.3. Recorrentes: Gisela Kraus (793.159.337-53); João Carlos de Oliveira Azedias (986.322.647-53); Jose Paes Leme da Motta (627.671.947-15); Gustavo Ferreira Gomes (437.867.317-72); Luiz Emygdio de Oliveira (376.444.677-34); Henrique Alberto Santos Ribeiro (217.067.357-15); Walter Luiz Correa Magalhaes (199.181.007-53).

1.4. Interessados: Congresso Nacional (vinculador) (); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00); Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro (08.599.767/0001-90).

1.5. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

1.6. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.6.1. Ministros que declararam impedimento nos autos: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

1.7. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.8. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.9. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.10. Representação legal: Jefferson Lourenço dos Santos, Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF) e outros, representando Consórcio Arco Metropolitano do Rio; Diego Ricardo Marques (30782/OAB-DF), representando Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro; Paulo Meriade Duarte, Kaline Feliciano de Queiroz Ribeiro (18613/OAB-DF) e outros, representando Delta Construções S.a; Helton Linares Carvalho e João Gabriel Perotto Pagot (12055/OAB-MT), representando Luiz Antonio Pagot; Rodrigo Molina Resende Silva (28.438/OAB-DF) e Daniel Soares Alvarenga de Macedo (36.042/OAB-DF), representando Hudson Braga; Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF), Juliana Gomes Varjao (40.089/OAB-BA) e outros, representando Construtora Oas S.a. Em Recuperacao Judicial; Paulo Henrique Triandafelides Capelotto (270.956/OAB-SP), Rafael Chitarrelli Cabral de Araujo e outros, representando Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A; Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF), Anna Carolina Miranda Dantas (11.756-E/OAB-DF) e outros, representando Consórcio Arco do Rio; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Rodrigo Pironti Aguirre de Castro (36363/OAB-PR) e Rafael Porto Lovato (63597/OAB-PR), representando José Osório do Nascimento Filho.

1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2653/2022 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos que tratam de representação autuada em cumprimento ao subitem 9.6 do Acórdão 1.925/2021-Plenário, destinada à apuração de indícios de sonegação de documentos solicitados à Petrobras, no âmbito de fiscalização realizada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

Considerando que, realizadas as audiências pertinentes, a referida unidade técnica concluiu que os responsáveis não incorreram em impropriedade ou ilegalidade que justifique a aplicação da sanção prevista no art. 58, inciso VI, da Lei 8.443/1992;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao processo a seguir especificado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/92, nos art. 143, inciso III, e 250, inciso I, Regimento Interno do TCU, em acolher as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis, classificar como de acesso restrito as peças 14 a 22 deste processo, consoante previsto no art. 10, § 1º, inciso I, da Res-TCU 294/2018, e determinar o arquivamento dos autos, dando ciência desta deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos pela SeinfraPet.

1. Processo TC-044.546/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Joao Marcello Rangel Barreto (029.031.027-08); Ricardo Luiz Mendes (890.038.106-72).

1.2. Interessado: Petróleo Brasileiro S.a. (33.000.167/0001-01).

1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

1.7. Representação Legal: Tatiana Zuma Pereira (120.831/OAB-RJ), Paola Allak da Silva (142.389/OAB-RJ), Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2654/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas não podem ser considerados fatos novos, sobretudo quando já foram examinados nas instâncias ordinárias;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso e determinar o seu arquivamento, após comunicação ao recorrente, do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade de peça 196.

1. Processo TC-022.371/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Altamiro Souza da Silva (139.662.862-20); Romeu Reolon (577.325.589-87).

1.2. Recorrente: Romeu Reolon (577.325.589-87).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - RO.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Niltom Edgard Mattos Marena (361-B/OAB-RO), Marcos Pedro Barbas Mendonça (4.476/OAB-RO) e outros, representando Romeu Reolon; Cláudio Henrique Correa, representando Altamiro Souza da Silva.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2655/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 235 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da denúncia, considerá-la improcedente, retirar a chancela de sigilo aposta aos autos, exceto quanto à autoria da denúncia, e determinar o arquivamento, dando ciência ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.279/2021-2 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 001.931/2022-9 (SOLICITAÇÃO); 006.493/2022-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2656/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em fazer as seguintes considerações, dando-se ciência desta deliberação à Advocacia Geral da União, ao Conselho da Justiça Federal, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

I) quanto à Advocacia Geral da União, considerar cumprida a determinação inscrita no subitem 9.3 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

II) quanto ao Conselho da Justiça Federal:

a) considerar implementada a recomendação constante do subitem 9.11.4 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

b) considerar em implementação a recomendação contida no subitem 9.11.2 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

c) considerar em cumprimento as determinações insculpidas nos subitens 9.4.1.1, 9.4.1.2, 9.4.1.3 e 9.4.2 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

III) quanto ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região:

a) considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.6.1 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

b) considerar implementada a recomendação inscrita no subitem 9.12.2 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

IV) quanto ao Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, considerar cumprida a determinação inscrita no subitem 9.3 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

V) quanto ao Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, considerar cumpridas as determinações lançadas nos subitens 9.1.2, 9.3 e 9.6.1 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

VI) quanto ao Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, considerar:

a) cumpridas as determinações grafadas nos subitens 9.3 e 9.6.1 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

b) implementada a recomendação de que cuida o subitem 9.12.3 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

VII) quanto ao Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, considerar cumpridas as determinações consignadas nos subitens 9.3 e 9.6.1 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário;

1. Processo TC-038.142/2020-1 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.; Caixa Econômica Federal; Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.5. Representação legal: André Luiz Viviani de Abreu (116896/OAB-RJ) e André Yokomizo Aceiro (175337/OAB-DF), representando Caixa Econômica Federal.

1.6. Determinar ao Conselho da Justiça Federal, no prazo improrrogável de trinta dias, que apresente os documentos (telas, espelhos, tabelas, registros, normativos etc.) comprobatórios do adimplemento das deliberações de que cuidam os subitens 9.4.1.1, 9.4.1.2, 9.4.1.3, 9.4.2 e 9.11.2 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário.

1.7. Determinar à SecexAdmininstração que realize, esgotado o prazo fixado no subitem 1.6 desta deliberação, novo monitoramento dos subitens 9.4.1.1, 9.4.1.2, 9.4.1.3, 9.4.2 e 9.11.2 do Acórdão 2.732/2017-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2657/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto por Jair Lira Soares em face do Acórdão 1.455/2017-TCU-2ª Câmara (peça 21), por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito e multa.

Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam, erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida, e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando, in casu, que os documentos trazidos aos autos não possuem o condão de produzir eficácia sobre a irregularidade que ocasionou a condenação imposta pelo Tribunal, uma vez que se referem ao tema da prescrição;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, uma vez que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto por Jair Lira Soares, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU; e

b) dar ciência desta decisão ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-010.700/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 000.628/2019-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 000.627/2019-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.274/2017-0 (SOLICITAÇÃO); 000.629/2019-7 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Jair Lira Soares (043.203.244-47); Sansa Construções Ltda. - ME (07.958.686/0001-77).

1.3. Recorrente: Jair Lira Soares (043.203.244-47).

1.4. Órgão: Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL.

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.

1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.9. Representação legal: Eliza Daize Inacio Pereira (OAB/AL 10.639) e outros.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2658/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento de natureza operacional realizado para avaliar a governança do Centro de Governo (CG) criado para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Considerando que a vacinação em massa trouxe maior controle sobre a pandemia de covid-19 e que o momento mais grave da pandemia de covid-19 já foi superado;

Considerando que as medidas tratadas neste processo encontram-se devidamente encaminhadas em outros autos em tramitação no TCU e que tratam do enfrentamento da pandemia de covid-19;

Considerando a edição do Decreto 11.077/2022, que revogou o Decreto 10.277/2020 que criou o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, incisos III e V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.708/2020-2 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Apensos: 044.584/2020-2 (ACOMPANHAMENTO)

1.2. Órgãos: Casa Civil da Presidência da República; Secretaria de Governo da Presidência da República; Secretaria-geral da Presidência da República.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2659/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) expedir as determinações especificadas nos itens 1.8 e 1.9;

c) deferir o pedido formulado pelo advogado Jorge Mauricio Rodrigues da Silva, de solicitação de informações/vistas/cópias dos autos, à exceção das peças classificadas como sigilosas (peças 1-6, 10-11, 16-18, 20-25, 27-30, 32-35, 76, 80-82), nos termos do art. 163 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 93 da Resolução-TCU 259/2014;

d) levantar o sigilo que recai sobre estes autos, com fundamento no art. 55 da Lei 8.443/1992, à exceção das peças que contiverem informações pessoais que permitam a identificação do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

e) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro (HGeRJ), ao Hospital Central do Exército (HCE) e ao denunciante;

f) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-004.520/2022-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Centro de Controle Interno do Exército; Hospital Central do Exército; Hospital Geral do Rio de Janeiro.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Rodrigo Goncalves Assunção (OAB/RJ 172.934) e outros.

1.8. Determinar à Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro (HGeRJ), com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que não prorrogue a contratação decorrente do Pregão Eletrônico 50/2021, em função das irregularidades identificadas e especificadas no item 152.2.1 da instrução de peça 102, medida cujo cumprimento será verificado pelo TCU tão logo comunicado à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas.

1.9. Determinar ao Hospital Central do Exército (HCE), com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que não prorrogue a contratação decorrente do Pregão Eletrônico 95/2021, em função das irregularidades identificadas e especificadas no item 152.2.2 da instrução de peça 102, medida cujo cumprimento será verificado pelo TCU tão logo comunicado à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas.

ACÓRDÃO Nº 2660/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 2.706/2019-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar prejudicada a determinação contida no item 9.2 do Acórdão 2.706/2019-TCU-Plenário;

b) considerar em cumprimento a recomendação constante do subitem 9.3 do Acórdão 2.706/2019-TCU-Plenário;

c) dispensar a continuidade do monitoramento do item referido na alínea anterior, com base nos princípios da racionalidade processual e da economia administrativa, sem prejuízo de que futuras ações de controle avaliem o objeto da deliberação;

d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério da Cidadania e à Caixa; e

e) apensar o presente processo ao TC 029.260/2017-5, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-018.946/2020-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsáveis: Marcelo Reis Magalhaes (018.505.117-05); Prefeitura Municipal de Pinhais - PR (95.423.000/0001-00).

1.2. Órgão: Ministério da Cidadania; Secretaria Especial do Esporte.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2661/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts 143, inciso III, e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar o presente processo, em razão da perda de objeto ocorrida em face da superveniente concessão do Complexo Aeroportuário de Manaus; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e à representante.

1. Processo TC-009.805/2019-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 000.082/2019-8 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

1.6. Representação legal: Daniela Barbosa Rodrigues Matias (OAB/DF 24.215) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2662/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;

c) dar ciência ao Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas na concorrência 6/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

c.1) aceitação de indicação de profissionais sem que fossem apresentados atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes no que se refere às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, o que contraria o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional e à representante; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-015.965/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.5. Representação legal: Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB/DF 31.440) e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2663/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Petrobras e à representante; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-020.092/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Petróleo Brasileiro S/A.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2664/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;

c) dar ciência à Diretoria de Administração e Logística do Ministério da Economia, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas no Pregão Eletrônico 14/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

c.1) a exigência contida no item 9.11.2.1.2 do edital do certame, de comprovação de capacidade técnica operacional por meio de atendimento anterior de, no mínimo, 435.769 chamados para o período de seis meses, corresponde a 99,6% do total estimado para a contratação nesse período, o que contraria a jurisprudência do TCU, que é no sentido de que a fixação de quantitativo mínimo não deve ser superior a 50 % do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, conforme Acórdão 2.696/2019-TCU-1ª Câmara, entre outros;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Diretoria de Administração e Logística do Ministério da Economia e à representante; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-021.094/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Diretoria de Administração e Logística.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Rodrigo Soares de Azevedo (OAB/PE 18.030).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2665/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção;

c) dar ciência ao Departamento Regional do Sesi no Estado de Santa Catarina, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no Pregão Eletrônico 499/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: a não divulgação do valor estimado da contratação no edital contraria os arts. 2º e 3º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, assim como os princípios da eficiência e da publicidade/transparência, constantes do art. 37, caput, da Constituição Federal, além de afrontar o entendimento jurisprudencial deste Tribunal (Acórdãos 1.590/2020-TCU-Plenário, 1.410/2021-TCU-Plenário, 2.344/2021-TCU-1ª Câmara, 275/2022-TCU-Plenário e 1.747/2022-TCU-2ª Câmara);

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Departamento Regional do Sesi no Estado de Santa Catarina e à representante; e

e) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-021.364/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de Santa Catarina.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Andre Luiz de Carvalho Cordeiro (OAB/SC 19.350).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2666/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de representação da Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado do Tribunal de Contas da União sobre possível inobservância, nas ações de comunicação do Poder Executivo federal, de requisitos de transparência ativa dos portais de entes públicos na internet, especificamente da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), vinculada ao Ministério das Comunicações (MCom).

Considerando que as análises realizadas pela unidade técnica são no sentido da procedência parcial da representação, com proposição de ciência à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) do Ministério das Comunicações em função dos apontamentos relacionados à não divulgação de metas, indicadores e resultados institucionais alcançados das ações de publicidade;

Considerando, ainda, que os esclarecimentos prestados pela unidade jurisdicionada quanto à não divulgação mediante transparência ativa dos atos administrativos anteriores à realização de despesas com publicidade apontam dificuldades para disponibilização dessas informações, mas não afastam a incidência dos deveres de transparência aplicáveis sobre os atos em questão;

Considerando que, no âmbito do Levantamento de Auditoria na Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações (TC 000.928/2022-4), de relatoria do Min. Walton Alencar Rodrigues, foi prolatado o Acórdão 2.406/2022-TCU-Plenário, que aprovou a continuidade de novas ações de fiscalização no tema das despesas com publicidade e propaganda no âmbito da Secom;

Considerando que, conforme disposto no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, processos que tenham relação de conexão podem ser apensados desde que seja conveniente a tramitação conjunta;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, incisos III e V, alínea "a", e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência, nos termos dos arts. 2º, inciso II, e 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, à Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações de que a não divulgação no sítio na internet das metas, dos indicadores e dos resultados institucionais alcançados das ações de publicidade contraria o disposto nos arts. 7º, inciso VII, alínea "a", e 8º, caput, e § 2º, da Lei 12.527/2011, 7º, § 3º, inciso II, do Decreto 7.724/2012 e 4º, inciso XI, do Decreto 9.203/2017;

c) notificar o Ministério das Comunicações, o Ministério da Economia e a Controladoria-Geral da União do teor desta decisão;

d) apensar, nos termos do art. 36 e art. 40, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014, os presentes autos ao TC 000.928/2022-4;

1. Processo TC-025.145/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Secretaria Especial de Comunicação Social.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2667/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 1.534/2021-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar parcialmente cumprida a determinação contida no subitem 9.2.2;

b) fixar novo prazo de 180 dias para cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.2, devendo a Companhia Docas do Rio de Janeiro instaurar processo administrativo para apurar a ocorrência de danos causados à Companhia em decorrência de atuação deficiente do departamento jurídico em todos os processos integrantes do universo de análise definido pela própria entidade e, findo o prazo, encaminhar os resultados obtidos ao Tribunal;

c) dar ciência à Companhia Docas do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020, de que o excessivo prazo para implementação das medidas necessárias ao cumprimento integral da determinação contida no subitem 9.2.2 pode comprometer o alcance dos objetivos almejados pelo Tribunal, em ofensa ao princípio da eficiência administrativa; e

d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Companhia Docas do Rio de Janeiro.

1. Processo TC-039.003/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2668/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no artigo 143, V, "e", do RITCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação de prazo solicitada por Linkcon Eireli e Tânia Maria Hoglund, em sessenta dias, contados a partir da ciência desta deliberação, para atendimento da determinação constante do item 9.4 do Acórdão 2305/2022 - Plenário, e em encaminhar cópia desta deliberação aos solicitantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.577/2019-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 023.101/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Francisco de Assis Costa Filho (020.030.283-31); Helber Augusto Reis Borges (105.318.776-98); Leonardo da Silva Pereira Resende (041.271.401-94); Linkcon Ltda - Epp (05.323.742/0001-71); Sauro Spinelly Florêncio da Cunha (060.331.664-69); Tania Maria Hoglund (089.982.868-07); Thiago Coelho Vercosa de Medeiros Raposo (716.989.491-20); Thiago Menezes Siqueira (975.170.385-91).

1.3. Órgão: Secretaria Nacional de Juventude.

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos.

1.7. Representação legal: Marcelo Leal de Lima Oliveira (OAB/DF 21.932).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2669/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de expediente nominado "Pedido de Liquidação e Revisão Administrativa com Base em Mudança de Jurisprudência c/c Sobrestamento do Feito" apresentado pela empresa Ecoplan Engenharia Ltda., mediante o qual requer: a) o sobrestamento do processo até a conclusão dos trabalhos no TC 008.702/2022-5 (sobre a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória no TCU); e b) a suspensão da cobrança do débito lhe imputado nestes autos, assim como seu recálculo, em função da alegada existência de erros (peça 230).

Considerando que este processo examina tomada de contas especial acerca do superfaturamento detectado no Contrato AQ-96/2003-00, destinado à prestação dos serviços de supervisão e assessoria à fiscalização das obras de prolongamento dos molhes da barra do Porto de Rio Grande/RS;

considerando todo o transcurso processual em que: a) o feito foi julgado no mérito, mediante o Acórdão 1.298/2017-TCU-Plenário (peça 76), no qual foram imputados débito solidário e multa à requerente; b) em face dessa decisão, a empresa Ecoplan opôs embargos de declaração (peça 92), que foram conhecidos e rejeitados, conforme o Acórdão 1.845/2017-TCU-Plenário (peça 96); c) irresignada com o acórdão condenatório, a requerente interpôs recurso de reconsideração (peças 101, 123 e 124), que foi conhecido e, no mérito, negado provimento, nos termos do Acórdão 1.520/2019-TCU-Plenário (peça 136); d) em face dessa decisão, a Ecoplan opôs embargos de declaração (peça 150), apreciados mediante o Acórdão 2.185/2019-TCU-Plenário no sentido de serem conhecidos e rejeitados (peça 156); e) a empresa requerente interpôs recurso de revisão (peça 170), apelo conhecido e ao qual foi negado provimento no mérito, nos termos do Acórdão 718/2021-TCU-Plenário (peça 190); e f) a Ecoplan opôs dois embargos declaratórios sucessivos sobre essa última decisão (peças 199 e 216) e ambos foram conhecidos e rejeitados, conforme os Acórdãos 923/2022-TCU-Plenário (peça 211) e 1.623/2022-TCU-Plenário (peça 219);

considerando o trânsito em julgado desta causa no TCU, não sendo mais cabível nenhuma das espécies recursais previstas no Regimento Interno contra as decisões contidas nos autos;

considerando, assim, que não é aplicável a Resolução - TCU 344/2022, nos termos de seu art. 18, acerca da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória;

considerando, por fim, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos do TCU (peças 232 a 234) no sentido de conhecer a peça trazida aos autos como mera petição e negar o seu recebimento;

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143 e 277 e seguintes do Regimento Interno do TCU, e, nos termos do art. 50, § 4º, da Resolução - TCU 259/2014, em:

conhecer a peça 230 como mera petição e negar seu recebimento, restituindo-a à Ecoplan Engenharia Ltda.; e

encaminhar cópia desta deliberação à Ecoplan Engenharia Ltda.

1. Processo TC-034.400/2013-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 007.077/2016-5 (Solicitação); 008.477/2008-0 (Relatório de Levantamento)

1.2. Responsáveis: Ecoplan Engenharia Ltda (92.930.643/0001-52); Luiz Fernando de Pádua Fonseca (586.131.106-49); Planave Estudos e Projetos de Engenharia (33.953.340/0001-96)

1.3. Unidade: Secretaria de Portos (extinta)

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor)

1.7. Representação legal: Jonas Cecílio (14344/OAB-DF), Isadora França Neves (54.478/OAB-DF) e outros, representando Ecoplan Engenharia Ltda; Jonas Cecílio (14344/OAB-DF) e Eduardo Han (11714/OAB-DF), representando Planave S A Estudos e Projetos de Engenharia.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2670/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no artigo 27 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 218 do RITCU, ACORDAM em dar a quitação abaixo, de acordo com os pareceres constantes nos autos.

1. Processo TC-004.068/2015-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Otto Zittlau (288.194.469-87).

1.2. Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar quitação de dívida a Otto Zittlau (CPF 288.194.469-87), ante a quitação da multa que lhe foi aplicada, nos termos do Acórdão 973/2020-Plenário - peça 117.

ACÓRDÃO Nº 2671/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, com fundamento nos artigos 243, 250, I, e 143, V, "a", do RITCU, em considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.2 e 9.4 do Acórdão 2.176/2022-Plenário, e encaminhar cópia desta deliberação à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.728/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Hl Terraplenagem Eireli (10.739.793/0001-19).

1.2. Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2672/2022 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo em cujos autos se realiza o monitoramento das determinações assinadas no item "b" do Acórdão 648/2022 - TCU - Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, com vistas a que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF faça constar em seus sistemas eletrônicos informação sobre quantia e data correspondentes ao crédito tributário sob discussão em todos os processos administrativos fiscais em tramitação ("b.1") e estabeleça controles administrativos para cada Processo Administrativo Fiscal passível de arguição ou representação de nulidade em função da atuação de conselheiros supostamente envolvidos na Operação Zelotes ("b.2");

Considerando os pareceres uniformes lançados nos autos (peças 105-107, da Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária e Supervisão de Contas), dos quais constam as seguintes constatações:

i) consoante as explicações apresentadas pelo CARF, está sendo reduzida a cada dia a quantidade de 173 processos com pendência de informação inerente a data ou a crédito tributário em discussão, sendo que todos já foram distribuídos para julgamento (cumprimento do item "b.1"); e

ii) foram implementados controles administrativos de forma conjunta com os outros órgãos e que as referidas arguições de nulidade já estão sendo encaminhadas ao Carf de forma eletrônica, mediante a formalização de processo SEI (cumprimento do item "b.2");

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do RI/TCU, em:

a) considerar cumpridos os subitens b.1 e b.2 do Acórdão 648/2022 - TCU - Plenário; e

b) arquivar o processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-018.540/2014-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Henrique Pinheiro Torres (439.379.850-34); Jacirene Alves Brandão (144.954.491-68); José Roberto França (286.127.951-68); Luiz Eduardo de Oliveira Santos (711.141.497-72); Marcos Aurélio Pereira Valadão (221.721.651-15); Otacilio Dantas Cartaxo (050.619.384-53).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária e Supervisão de Contas (SecexTrib).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2673/2022 - TCU - Plenário

VISTA e relacionada esta tomada de contas especial em cujos autos foram proferidos os Acórdãos 3.051/2016 - TCU - Plenário, relator Ministro José Múcio, e 1.497/2022 - TCU - Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, por meio dos quais o Colegiado aplicou multa a Edymara Inêz Morschel Barbosa e condenou-a ao pagamento do débito solidário apurado nos autos;

Considerando o pedido de parcelamento da multa pelo período de 36 meses e do débito em 60 meses (peças 247 e 251), apresentado por Edymara Inêz Morschel Barbosa;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Gestão de Processos (peças 253 e 254) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 255);

Considerando que, em casos excepcionais, o Tribunal vem autorizando o parcelamento em prazo superior ao previsto no art. 217 do Regimento Interno/TCU, a exemplo do que ocorreu nos Acórdãos 4.611/2021-TCU-2ª Câmara, 1.885/2019-TCU-Plenário, 7.296/2013- TCU-1ªCâmara, 193/2011-TCU-Plenário, 1.167/2011-TCU-2ª Câmara, 3.782/2010-TCU-2ª Câmara e 2.291/2006-TCU-Plenário;

Considerando que a jurisprudência do Tribunal vem permitindo a concessão do parcelamento excepcional, diante do interesse do requerente em cumprir a obrigação de recolhimento, a sua capacidade econômica e o interesse público na quitação da dívida sem a necessidade da ação de execução, assim como os princípios do formalismo moderado e da razoabilidade;

Considerando que, em outros processos, o prazo máximo autorizado pelo Tribunal, em caráter excepcional, para pagamento de débitos, tem sido de 120 meses (v.g. Acórdão 3169/2022-TCU-1ª Câmara; Acórdão 1204/2022-TCU-2ª Câmara; Acórdão 572/2019- TCU-2ª Câmara; e Acórdão 10305/2018-TCU-1ª Câmara);

Considerando que as dívidas imputadas em desfavor da requerente não foram remetidas para cobrança executiva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em:

a) autorizar o parcelamento, em 36 meses, da multa aplicada à responsável Edymara Inêz Morschel Barbosa pelo item 9.4 do Acórdão 3.051/2016 - TCU - Plenário, alterado nos termos do item 9.2.2 do Acórdão 1.497/2022 - TCU - Plenário, com incidência sobre cada parcela dos correspondentes acréscimos legais;

b) autorizar, em caráter excepcional, o parcelamento, em 60 meses, do débito solidário imputado à responsável Edymara Inêz Morschel Barbosa e à empresa Toda Comunicação Editora Ltda. pelo item 9.3 do Acórdão 3.051/2016 - TCU - Plenário, alterado nos termos do item 9.2.2 do Acórdão 1.497/2022 - TCU - Plenário, com incidência sobre cada parcela dos correspondentes acréscimos legais; e

c) comunicar à responsável Edymara Inêz Morschel Barbosa a prolação do presente Acórdão, informando-lhe que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva, nos termos do art. 217, § 1º, do Regimento Interno/TCU, bem assim, a necessidade de encaminhar ao TCU os comprovantes de recolhimento das parcelas por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU.

1. Processo TC-006.557/2011-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 008.585/2009-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Edymara Inez Morschel Barbosa (931.353.518-15); Petróleo Brasileiro S.A. (33.000.167/0001-01); Toda Comunicação Editora Ltda. - Me (04.275.997/0001-43); Toda Comunicação Editora Ltda (04.275.997/0001-43).

1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (140.611/OAB-RJ), Hélio Siqueira Júnior (62929/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Eliane do Rosário de Lima Fagundes, representando Toda Comunicação Editora Ltda.; Juliana Cavalcante de Aguiar Cruz da Silva (149.564/OAB-RJ), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (141195/OAB-RJ) e outros, representando Edymara Inez Morschel Barbosa.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2674/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em ato ou processo com número não informado, sob a responsabilidade do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 8ª Região, cujo objeto seria a contratação, sem regular processo licitatório, de assessoria jurídica terceirizada para defender possível direito pessoal, realizando serviços de competência exclusiva e ordinária de procurador empossado (Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, contratado Adriano Nunes Bomfim - OAB/BA 58.904);

Considerando que a denúncia se insurge, igualmente, contra suposta ausência de informações sobre o contrato questionado no portal de transparência;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 31-32, após realização de diligências à unidade jurisdicionada, por meio dos quais a unidade técnica deixa assente a baixa materialidade do volume dos recursos federais envolvidos na contratação questionada (R$ 15.000,00), a justificar a não atuação desta Corte de Contas no caso em concreto, sendo suficiente o encaminhamento da situação ao órgão/entidade jurisdicionada e ao respectivo órgão de controle interno, para seja dado o adequado tratamento, mediante adoção das providências internas de suas alçadas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) considerar prejudicada a continuidade do exame da denúncia por este Tribunal, diante do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade de seu objeto;

c) comunicar os fatos ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 8ª Região (CRTR8 - BA) e ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter) para adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para Assessoria Jurídica do CRTR8 e Assessoria Jurídica do Conter, encaminhando-lhes cópia da denúncia tarjada, da instrução à peça 31 e deste Acórdão;

d) deferir o pedido formulado pelo Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter), de ser considerado como parte interessada no processo, nos termos do art. 146, do Regimento Interno deste Tribunal;

e) informar ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 8ª Região (CRTR8 - BA), ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter) e à denunciante a prolação deste Acórdão;

f) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e

g) arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020.

1. Processo TC-016.837/2022-3 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 8ª Região (BA).

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Kellen Cristina Zanin Lima (190.040/OAB-SP), Maria Sousa Melo de Oliveira (230.939/OAB-RJ) e outros, representando Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2675/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento das determinações contidas no Acórdão 2.131/2018- TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, proferido no âmbito do TC 014.913/2018-6 (Fiscobras 2018), após auditoria no Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf);

Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração, consubstanciado nos pareces uniformes exarados às peças 105-107, dos quais constam as seguintes conclusões:

i) em relação ao item 9.1.1, que tratou da compatibilização de composição de preço unitário do serviço "escavação de material de 3ª categoria em pilha de estoque heterogênea, carga e transporte até 1,00 km" no âmbito do Contrato 75/2013-MI, os gestores buscaram cumprir a determinação do Acórdão, realizando o estudo para identificar o correto valor do fator de conversão;

ii) em relação ao item 9.1.2, que versou sobre reavaliação dos quantitativos dos serviços "limpeza de rebrota" e "limpeza de reservatório" no âmbito do Contrato 75/2013-MI, verificou-se que o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) reavaliou os citados quantitativos antes de autorizar suas execuções e considerou adequadas as metodologias utilizadas para os serviços em análise;

iii) em relação ao item 9.1.3, que se refere à revisão dos Contratos 9/2017-MI e 12/2018-MI ante à previsão de horas in itinere no item Administração Local e respectivas glosas dos valores eventualmente pagos indevidamente, verifica-se que o Contrato 9/2017-MI foi rescindido em 30/4/2018 e que o MDR promove regularmente a glosa do Contrato 12/2018-MI, de forma a retirar o valor de horas in itinere; e

iv) em relação ao item 9.1.4, em que se abarcou a pertinência do ressarcimento dos custos de recomissionamento das estações de bombeamento EBI1 e EBI2 e das subestações de energia N1, N2 e N3, no âmbito do encontro de contas da rescisão do Contrato 14/2013-MI, verificou-se que o MDR tem tomado ações com vistas ao ressarcimento desses custos, mediante processo de encontro de contas a relativo à rescisão do Contrato 25/2011,-MI, em que tais custos passaram a ser incluídos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no inciso V do art. 143 do RI/TCU, em:

a) considerar cumpridas as determinações dos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 do Acórdão 2.131/2018-TCU-Plenário, relator Ministro Augusto Nardes;

b) comunicar ao Ministério do Desenvolvimento Regional a prolação do presente Acórdão; e

c) apensar definitivamente os presentes autos ao TC 014.913/2018-6, com fundamento no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-036.895/2018-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessados: Alya Construtora S.A. (33.412.792/0001-60); Mendes Junior Trading e Engenharia S.A. (19.394.808/0001-29).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (extinta); Ministério do Desenvolvimento Regional.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3.1. Ministro que se declarou impedido nos autos: Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.6. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF), Patrícia Guercio Teixeira Delage (90.459/OAB-MG) e outros, representando Alya Construtora S.A.; Frederico Barbosa Gomes (91022/OAB-MG), Thiago Henrique Barouch Bregunci (105434/OAB-MG) e outros, representando Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2676/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S/A a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Ministério da Infraestrutura (MInfra) relacionadas ao processo de outorga do Aeródromo Norte Fluminense - Heliporto do Açu, localizado em São João da Barra (RJ);

Considerando que a suposta ilegalidade apontada pela representante diz respeito à ausência de fundamentação na análise procedida pelo Departamento de Outorgas e Patrimônio (DEOUP) da Secretaria Nacional de Aviação Civil do MInfra, relativamente ao posicionamento pela aprovação do ato de outorga requerida por Aeropart Participações Aeroportuárias S.A. para exploração do Heliporto do Açu;

Considerando que, em cumprimento à oitiva determinada pelo Minitro-Relator, a SAC/MInfra produziu e acostou aos autos a Nota Informativa 70/2022/DEOUP/SAC (peça 16) - a qual contém as informações técnicas acerca das alegações deduzidas nesta representação;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil às peças 8-10 e 20-22, nos quais a unidade deixa assente que:

i) a pessoa jurídica Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S/A, no presente caso, não possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no art. 237 do RI/TCU;

ii) a aprovação da outorga atacada na representação não envolve dispêndio público ou é objeto de procedimento licitatório prévio (como no caso das concessões aeroportuárias), possuindo natureza autorizativa (art. 36, inciso IV, da Lei 7.565/1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA);

iii) o ato administrativo em questão envolve juízo de conveniência e oportunidade, inerente ao Poder Executivo;

iv) a representante se limitou a alegar genericamente a existência de falhas na avaliação realizada no âmbito do MInfra, sem indicar, no entanto, qual seria a violação concreta relativamente a ato normativo ou lei que regeria o procedimento. In casu, não foi apontada qual seria a suposta violação às condicionantes impostas pelo Decreto 7.871/2012, que dispõe sobre as condições de delegação da exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização;

v) não se inclui entre as competências do TCU a prolação de provimentos jurisdicionais reclamados por particulares para a salvaguarda de seus direitos e interesses subjetivos, salvo se, de forma reflexa, atingirem o patrimônio público ou causarem prejuízo ao erário, o que não é o caso dos autos;

vi) a documentação produzida pela SAC/MInfra confirmou o entendimento de que o "ato" questionado se trata em verdade apenas de um procedimento preparatório, uma vez que cabe ainda à Agência Nacional de Aviação Civil - Anac (e não à SAC/MInfra) efetivamente celebrar o termo de autorização para exploração do serviço, o que sequer ocorreu dado que inexiste Portaria Ministerial de outorga publicada até o momento - já que o processo de requisição da outorga encontra-se sobrestado desde 2020; e

vii) relativamente aos impactos nas demais infraestruturas aeroportuárias alheias à competência do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), tais como os de ordem concorrencial, a SAC/MInfra também é incompetente para avaliações nesse sentido, cabendo ainda mencionar que os aeroportos mencionados pelo representante não possuem, em regra, qualquer direito violado em face das alterações de demanda decorrentes da reconfiguração das infraestruturas instaladas na região de vizinhança do aeroporto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação, por não atender os requisitos de admissibilidade e pressupostos de legitimidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) comunicar à representante a prolação do presente Acórdão; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-015.655/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Infraestrutura.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante: Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S/A.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.5. Representação legal: Luiz Felipe Pinto Lima Graziano (220932/OAB-SP), Davi Madalon Fraga (181.098/OAB-RJ) e outros, representando Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S/A; Mariana Dias Capozoli (316859/OAB-SP), Thays Chrystina Munhoz de Freitas (251.382/OAB-SP) e outros, representando Ministério da Infraestrutura.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2677/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Bruno Hachman, referente a possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 43/2022, conduzido pelo Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, IPPMG (hospital pediátrico universitário que integra o complexo hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), tendo como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de Sistema de Informação Hospitalar, com valor estimado em R$ 2.981.979,83;

Considerando que o Ministro-Relator determinou a realização de oitiva prévia do IPPMG acerca i) da descrição do objeto do Edital acerca do Treinamento aos usuários da solução; ii) da justificativa fundamentada e razoável para a vedação da participação de empresas reunidas em consórcio no certame em questão; c) e dos impactos negativos para o órgão caso a contratação não seja efetivada;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, peças 19-21, dos quais constam as seguintes conclusões:

i) quanto à necessidade de detalhamento do treinamento, não foram efetivamente esclarecidos os perfis nem as quantidades dos usuários e administradores que precisam ser treinados, fazendo-se necessário expedir ciência preventiva ao Instituto acerca da irregularidade ocorrida; e

ii) no que tange à vedação da aceitação de consórcios de empresas no PE 43/2022, afigura-se plausível a alegação do IPPMG no sentido de que o formato poderia levar a "dificuldades operacionais de interfaceamento entre os diversos setores do IPPMG", com potenciais "perdas de dados críticos"; e

Considerando a baixa materialidade do item contestado (apenas 1,95% do valor global máximo estimado para a contratação) e o fato de que o Instituto já reconheceu a necessidade de ajustes no edital, entre os quais espera-se que ocorra, efetivamente, o detalhamento adequado do referido treinamento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RI/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir a medida cautelar pleiteada pela representante, por ausência dos pressupostos necessários para a sua concessão e por já existirem, nos autos, elementos suficientes para análise de mérito;

c) dar ciência ao Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que deixar de definir o objeto da contratação de forma precisa, suficiente e clara, conforme verificado no âmbito do PE 43/2022 relativamente ao treinamento a ser ministrado aos usuários da solução, afronta o art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002, bem como o art. 14 da IN SGD/ME 1/2019;

d) informar ao Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira e ao representante a prolação deste Acórdão, encaminhando-lhes cópia da instrução à peça 19; e

e) arquivar o processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-020.769/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Pueric. Ped Mat. Gesteira da UFRJ - Mec.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Representante: Bruno Hachman (CPF 079.988.529-09)

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2678/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por B7 Empreendimento Ltda. referente a possíveis irregularidades no curso do Pregão 268/2022, conduzido pelo Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad (Into), tendo como objeto a contratação de prestadora de "serviço comum de engenharia de forma continuada e ininterrupta, com dedicação de mão de obra exclusiva, para manutenção predial preventiva e corretiva, englobando o fornecimento de peças/materiais e serviços de forma continuada das instalações ordinárias, especiais, equipamentos prediais, equipamentos de refrigeração e climatização, exaustão e ventilação mecânica, tratamento de ar e limpeza de rede", com valor estimado em R$ 27.313.971,72;

Considerando que o Ministro-Relator determinou a realização de oitiva prévia do Instituto acerca das razões de ordem técnica e econômica a justificar o não parcelamento da contratação; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas, peças 20-21, dos quais consta a conclusão de que o Into logrou apresentar justificativas técnicas e financeiras para o não parcelamento do objeto do Pregão Eletrônico 268/2022, conforme detalhado no Despacho DINFRA/INTO 0030091530, exposto à peça 16, p. 369-396, exarado no âmbito do Mandado de Segurança Cível 5077201-42.2022.4.02.5101/RJ, evidenciando, assim, a improcedência da representação;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir a medida cautelar pleiteada pela representante, por ausência dos pressupostos necessários para a sua concessão e por já existirem, nos autos, elementos suficientes para análise de mérito;

c) informar ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Hadad e à representante a prolação deste Acórdão; e

d) arquivar o processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-021.598/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Hadad.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Representante: B7 Empreendimento Ltda.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Guilherme da Silva Barbosa, representando Gb+ Consultoria e Serviços Eireli - EPP.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2679/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Landtec Consultoria Ambiental e Serviços de Construção Civil Ltda., referente a possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 10/2022, conduzido pela Escola Naval, tendo como objeto a contratação de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos enquadrados no Grupo "D" (Extraordinário), com certame homologado em 8/11/2022;

Considerando que a representante alega supostas inexequibilidade da proposta apresentada pela empresa Rodocon Construções Rodoviárias e rejeição de sua intenção de recorrer por parte do pregoeiro;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas, peças 13-14, dos quais constam as seguintes conclusões:

i) quanto à alegada inexequibilidade da proposta vencedora, observa-se que esta cumpriu os requisitos mínimos contidos no edital da licitação; e

ii) no que tange à rejeição da intenção de recorrer deduzida pela representante, verifica-se que, de fato, houve negativa quanto à intenção de recurso apresentada pela Landtec Consultoria Ambiental e Serviços de Construção Civil Ltda., irregularidade esta que enseja a expedição de ciência preventiva ao órgão promotor da licitação com base no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RI/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir a medida cautelar pleiteada pela representante, por ausência dos pressupostos necessários para a sua concessão e por já existirem, nos autos, elementos suficientes para análise de mérito;

c) dar ciência à Escola Naval, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 10/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

c.1) recusa indevida da intenção de recursos apresentada pela empresa Landtec Consultoria Ambiental e Serviços de Construção Civil Ltda., uma vez que no juízo de admissibilidade deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar, antecipadamente, no mérito da questão, conforme a jurisprudência majoritária do TCU (v.g. Acórdão 2435/2021 - TCU - Plenário. Relator: Ministro Raimundo Carreiro);

d) informar à Escola Naval e à representante a prolação deste Acórdão; e

e) arquivar o processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-028.957/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Escola Naval.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Representante: Landtec Consultoria Ambiental e Serviços de Construção Civil Ltda.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Tabitha Neves dos Santos (223210/OAB-RJ), representando Landtec Consultoria Ambiental e Serviços de Construção Civil Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2680/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de prestação de contas do Serviço Social da Industria - Departamento Regional do Amapá (Sesi/AP), referente ao exercício de 2013, organizada de forma individual, consoante art. 5º, inciso I, da IN/TCU 63/2010.

Considerando que, no exercício de 2013, o Sesi/AP esteve sob três administrações, a saber: de 1/1/2013 a 18/1/2013 foi dirigido por uma Junta Governativa composta de três membros; de 19/1/2013 a 31/7/2013 a gestora foi a Presidente do Conselho Regional do Sesi e também Diretora do Departamento Regional; e, a partir de 31/7/2013, até o final do exercício, esteve sob intervenção determinada pelo Conselho Nacional do SESI (Resolução SESI/CN-0017/2013), devido à grave crise institucional, administrativa e financeira que afetou a gestão do Departamento local;

Considerando que, no exame preliminar da prestação de contas, a Secex/AP verificou que o relatório da CGU apresentava extenso rol de irregularidades, incluindo indícios de nepotismo, fraude à licitação, contratação de empresa fantasma e pagamentos por bens e serviços não adquiridos, entre outras questões (peças 32-34).

Considerando que, diante do significativo número de irregularidades detectadas e da quantidade de responsáveis arrolados, acolhendo proposta da unidade técnica arrimada nos princípios da racionalidade administrativa, da duração razoável do processo e da eficiência, a qual contou com a anuência do MP/TCU (peça 35), o Relator determinou, em 31/5/2016, o sobrestamento dos presentes autos, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno do TCU, bem assim a autuação de dois processos apartados de representação para apurar possíveis irregularidades, ocorridas no exercício de 2013, envolvendo, respectivamente, os seguintes temas: (i) nepotismo, contratação de funcionários com grau de escolaridade incompatível, funcionários percebendo pagamentos retroativos e evidências de fraude à licitação; e (ii) contratação direta por dispensa de licitação irregular, pagamento por serviços não executados, evidências de contratação de pessoa jurídica fantasma, sem a comprovação de realização dos serviços, pagamentos sem comprovação de entrega de produtos, bem como outros de menor relevância (peça 36);

Considerando a autuação das referidas representações conforme os temas agrupados acima, (i) TC 016.417/2016-0 e (ii) 016.534/2016-6, apreciadas, respectivamente, pelos Acórdãos 1.115/2021 - TCU - Plenário e 5.139/2017 - TCU - 1ª Câmara (ambos da relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti);

Considerando, quanto ao Acórdão 1.115/2021 - TCU - Plenário (TC 016.417/2016-0), que o Tribunal acordou, dentre outras medidas, após ouvir em audiência diversos responsáveis e acatar as razões de justificativa de alguns gestores e rejeitar de outros, conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Josevaldo Araújo Nascimento (CPF 632.021.312-49), aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, nos valores indicados no julgado, a diversos dos responsáveis, entre os quais o Sr. Josevaldo Araújo Nascimento, Presidente da Junta Governativa do Departamento Regional do Sesi/AP, entre 1/1/2013 e 18/1/2013, também incluído no rol de responsáveis da presente prestação de contas (peça 2), pela prática de nepotismo na nomeação de sua irmã, Sra. Joceane Araújo Nascimento, para o cargo de coordenadora operacional, na data de 2/1/2013;

Considerando, no que concerne ao Acórdão 5.139/2017 - TCU - 1ª Câmara (TC 016.534/2016-6), que o Tribunal, tendo em vista a confirmação de irregularidades e indícios de prejuízo constatados em contratações de bens e serviços no período de janeiro a julho de 2013, acordou, dentre outras medidas, converter a representação em processo de tomada de contas especial, autorizar a citação de responsáveis, diante das ocorrências relacionadas no item 9, alíneas "a" a "e", do Voto Condutor do referido Julgado, entre os quais os Srs. Ivan Tundelo Carvalho (CPF 371.335.601-78), Josevaldo Araújo Nascimento (CPF 632.021.312-49), Marcelo Gama da Fonseca (CPF 388.328.362-20) e Joziane Araújo Nascimento Rocha (CPF 613.504.512-15) e a audiência de outros, diante das ocorrências relacionadas no item 9, alíneas "f" e "g", também do Voto Condutor do já citado Julgado, entre os quais a Sra. Joziane Araújo Nascimento Rocha (CPF 613.504.512-15);

Considerando a autuação da tomada de contas especial (TC 023.723/2017-3) para apuração das ocorrências a seguir sintetizadas: (i) contratação da empresa de fachada (W.D.S. Construções e Serviços Ltda.) sem o regular procedimento licitatório; (ii) contratação da Ramos Serviços e Cia. Ltda. por dispensa de licitação, mas sem a cotação de preços; (iii) contratação da Transcoop por simulação de licitação; (iv) irregular dispensa de licitação em prol da E.J.P. Nery para a contratação de serviço incompatível com os objetivos institucionais do Sesi-AP, além da realização de pagamentos antes da assinatura do contrato e em valores superiores ao total contratado; (v) ausência de licitação para a contratação do escritório de advocacia (Brito Advogados S.A.), além da realização de pagamentos sem a comprovação da execução dos serviços; (vi) contratação, sem licitação, de advogado para prestar os serviços de assessoria jurídica sindical, a despeito de serem incompatíveis com os objetivos institucionais do Sesi-AP; e (vii) contratação, sem licitação, da R. Souza Comércio e Serviços Ltda., além da realização de pagamentos sem a comprovação da execução dos serviços;

Considerando a rejeição das defesas apresentadas por Ivan Tundelo Carvalho, Josevaldo Araújo Nascimento e Marcelo Gama da Fonseca, ouvidos em razão de pagamentos realizados ao escritório de advocacia Brito Advogados S/A sem comprovação da execução dos serviços e sem o regular procedimento licitatório;

Considerando a rejeição da defesa apresentada por Joziane Araújo Nascimento Rocha, ouvida em razão da: (i) contratação da empresa de fachada (W.D.S. Construções e Serviços Ltda.) sem o regular procedimento licitatório; (ii) contratação da Ramos Serviços e Cia. Ltda. por dispensa de licitação, mas sem a cotação de preços; (iii) contratação da Transcoop por simulação de licitação; (iv) irregular dispensa de licitação em prol da E.J.P. Nery para a contratação de serviço incompatível com os objetivos institucionais do Sesi-AP, além da realização de pagamentos antes da assinatura do contrato e em valores superiores ao total contratado; (...) (vi) contratação, sem licitação, de advogado para prestar os serviços de assessoria jurídica sindical, a despeito de serem incompatíveis com os objetivos institucionais do Sesi-AP; e (vii) contratação, sem licitação, da R. Souza Comércio e Serviços Ltda., além da realização de pagamentos sem a comprovação da execução dos serviços;

Considerando a apreciação da tomada de contas especial (TC 023.723/2017-3) pelo Acórdão 1.621/2019 - TCU - Plenário, corrigido materialmente pelo Acórdão 59/2020 - TCU - Plenário, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho, no qual o Tribunal acordou, em razão da rejeição das defesas apresentadas e caracterização de situações de revelia de José Enoilton Carneiro Leite e Josevaldo Araújo Nascimento, além da Cooperativa de Transportes do Amapá e da Brito Advogados S.A., entre outras medidas: (i) julgar irregulares as contas de Ivan Tundelo Carvalho, Josevaldo Araújo Nascimento, Joziane Araújo Nascimento Rocha e Marcelo Gama da Fonseca, além de condená-los, em solidariedade com a Cooperativa de Transporte do Amapá, a Brito Advogados S.A. e a R. Souza Comercio, Serviços & Construção Ltda. - EPP, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443/92, ao pagamento do débito apurado nos autos; (ii) aplicar-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, nos valores individualmente indicados no Julgado; (iii) aplicar em desfavor de Joziane Araújo Nascimento Rocha a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei 8.443/92; (iv) julgar irregulares as contas de José Enoilton Carneiro Leite, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b", e 19, caput, da Lei 8.443/92, e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, I e II, da Lei 8.443/92; (v) considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Joziane Araújo Nascimento Rocha, Ivan Tundelo Carvalho, Josevaldo Araújo Nascimento, Marcelo Gama da Fonseca, entre outro, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU; (vi) inabilitar Joziane Araújo Nascimento Rocha, Ivan Tundelo Carvalho, Josevaldo Araújo Nascimento e Marcelo Gama da Fonseca, entre outros, pelo período de cinco anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/92 e do art. 270 do Regimento Interno do TCU; e (vii) declarar a inidoneidade da Cooperativa de Transporte do Amapá (Transcoop) para participar de licitação na administração pública federal ou nos certames promovidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com a aplicação de recursos federais, pelo período de três anos, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/92;

Considerando a interposição de recurso de reconsideração por José Enoilton Carneiro Leite contra o Acórdão 1.621/2019 - TCU - Plenário, corrigido materialmente pelo Acórdão 59/2020 - TCU - Plenário, que julgou suas contas irregulares, além de aplicar-lhe multa, o qual foi conhecido e provido pelo Acórdão 2.122/2020 - TCU - Plenário (Relator Ministro Bruno Dantas), tornando sem efeito apenas em relação ao aludido responsável o Julgado a quo, decisão que, todavia, não se reflete no mérito das presentes contas uma vez que o mencionado recorrente não compõe o rol de responsáveis à peça 2;

Considerando a interposição de recurso de reconsideração pela Cooperativa de Transportes do Amapá (Transcoop) contra o Acórdão 1.621/2019 - TCU - Plenário, corrigido materialmente pelo Acórdão 59/2020-TCU-Plenário, que julgou suas contas irregulares, além de aplicar-lhe multa, o qual foi conhecido, porém, no mérito, foi-lhe negado provimento pelo Acórdão 1.429/2021 - TCU - Plenário (Relator Ministro Bruno Dantas), mantendo-se inalterado o Julgado a quo;

Considerando as irregularidades imputadas a Ivan Tundelo Carvalho (CPF 371.335.601-78), Josevaldo Araújo Nascimento (CPF 632.021.312-49), Marcelo Gama da Fonseca (CPF 388.328.362-20) e Joziane Araújo Nascimento Rocha (CPF 613.504.512-15), com julgamento de suas contas irregulares, condenação em débito e imposição de multa, nos termos dos julgados anteriormente listados, as quais, por sua vez, devido a sua gravidade, têm o condão de macular o mérito da gestão desses responsáveis arrolados no rol das presentes contas à peça 2;

Considerando o disposto na Súmula TCU 288, que estabelece (verbis): "O julgamento pela irregularidade de contas ordinárias ou extraordinárias prescinde de nova audiência ou citação em face de irregularidades pelas quais o responsável já tenha sido ouvido em outro processo no qual lhe tenha sido aplicada multa ou imputado débito";

Considerando que as referidas condenações em débito e multa devem ser consideradas no exame de mérito das presentes contas, sem imposição de novas sanções, para que se afaste a ocorrência de bis in idem;

Considerando a apresentação da prestação de contas ao órgão competente para análise, à luz do disposto no art. 4º, inciso II, da Resolução TCU 344/2022, como termo inicial para contagem do prazo de prescrição para julgamento das presentes contas, ocorrida no dia 26/3/2014, tendo em vista a Resolução 1/2014 do Conselho Nacional do Sesi (peça 4, p. 10) que aprova as contas do Sesi/AP, dentre outras, e as encaminha aos "órgãos fiscalizadores externos";

Considerando que, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 344/2022, não corre o prazo de prescrição durante o sobrestamento do processo, o qual foi devidamente autorizado pelo despacho de 31/5/2016 (peça 36), em acolhimento à proposta da unidade técnica adequadamente fundamentada (peças 32-34), que, por sua vez, contou com a anuência do MPTCU (peça 35);

Considerando, ainda, a necessidade de alteração da grafia do nome de gestora do Sesi/AP, apontada pelo Ministério Público de Contas (peça 43, p. 6-7), diante da informação contida no sistema CPF da Receita Federal do Brasil, no período de 19/1 a 30/7/2013, uma vez que o correto é Joziane Araújo Nascimento e não Joziane Araújo Nascimento Rocha, impondo-se ainda o ajuste do Acórdão 1.621/2019 - TCU - Plenário;

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 40-42 e o Parecer do MPTCU de peça 43;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, em:

a) julgar irregulares as contas dos Srs. Ivan Tundelo Carvalho (CPF 371.335.601-78), Josevaldo Araújo Nascimento (CPF 632.021.312-49), Marcelo Gama da Fonseca (CPF 388.328.362-20) e Joziane Araújo Nascimento (CPF 613.504.512-15), com fundamento nos artigos 1.º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/92 c/c os artigos 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com artigos 1.º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

b) julgar regulares as contas dos demais responsáveis elencados no rol da peça 2, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, dando-lhes quitação plena;

c) retificar, por erro material, os itens 9.2, 9.2.1, 9.2.3, 9.2.4, 9.3 e 9.4 do Acórdão 1.621/2019-TCU-Plenário, Relator Ministro André Luís de Carvalho, de modo que, onde se lê Joziane Araújo Nascimento Rocha, leia-se Joziane Araújo Nascimento; e

d) dar ciência deste acórdão aos Srs. Ivan Tundelo Carvalho (CPF 371.335.601-78), Josevaldo Araújo Nascimento (CPF 632.021.312-49), Marcelo Gama da Fonseca (CPF 388.328.362-20) e Joziane Araújo Nascimento (CPF 613.504.512-15) e ao Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Amapá (Sesi/AP);

e) encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-028.105/2014-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Adenildo Lopes da Cruz (324.605.972-15); Adonias Nascimento de Oliveira (642.900.692-15); Angelo Palmerim de Oliveira (838.845.722-53); Antonio Abdon da Silva Barbosa (403.845.512-20); Benedito Nilson Garcia Barros (107.402.872-49); Débora de Cássia Viana Lima (675.565.072-20); Ellyelton Antônio da Silva Góes (613.016.202-20); Ivamar dos Santos (006.525.688-31); Ivan Tundelo Carvalho (371.335.601-78); Izabel Cristina Freitas Seleme (391.881.679-68); Izaias Mathias Antunes (193.076.839-72); Jorfeson Costa de Araújo e Silva (004.635.152-34); Josevaldo Araujo Nascimento (632.021.312-49); José Góes de Almeida (003.534.422-91); Joziane Araujo Nascimento (613.504.512-15); Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira (209.878.034-68); Marcelo Gama da Fonseca (388.328.362-20); Mauro Pinto Campos (126.865.572-49); e Silvia Teresa de Sousa Pereira (324.925.962-49).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Amapá.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2681/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos, originariamente, de tomada de contas especial, na presente oportunidade examinando-se proposta de quitação ao Sr. Henôr Vatson Heler Júnior (peças 397 e 398), em razão do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 2.291/2017-Plenário (peça 170), corrigido materialmente pelo Acórdão 2.788/2017-Plenário (peça 218) e parcialmente reformado pelo Acórdão 594/2020-Plenário (peça 311);

Considerando que, mediante os itens 9.1.1 e 9.2 do Acórdão 2.291/2017-Plenário, houve condenação em débito de Henôr Vatson Heler Júnior e aplicação da multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, a qual foi fixada em R$ 15.000,00, posteriormente reduzida para R$ 5.000,00, com sua fundamentação legal sendo alterada para o art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos termos do item 9.3.3 do Acórdão 594/2020-Plenário;

Considerando que, em 4/5/2020, o responsável efetuou o pagamento da multa, no valor de R$ 5.003,50 (peça 334);

Considerando que, a despeito da conclusão a que chegou a Seproc quanto ao crédito de R$ 17,28 na data de 19/10/2021 (peças 362 e 397), a análise levada a cabo pelo MP/TCU evidenciou a existência de crédito de apenas R$ 3,50, na data de 4/5/2020, considerando a tempestividade no seu pagamento (antes do término do prazo de 15 dias contados da notificação válida, materializada pelo comparecimento espontâneo aos autos - peça 386);

Considerando, ainda, o valor irrisório do crédito;

Considerando, afinal, a instrução de peças 397-398 e o Parecer ministerial de peça 399,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em expedir quitação ao Sr. Henôr Vatson Heler Júnior, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 2.291/2017-Plenário, com a redação que lhe foi dada pelo Acórdão 594/2020-Plenário.

1. Processo TC-020.816/2013-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 025.716/2009-2 (REPRESENTAÇÃO); 012.721/2022-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.794/2018-1 (SOLICITAÇÃO); 012.717/2022-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 012.723/2022-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 012.726/2022-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 004.103/2020-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Dulce Dirclair Huf Bais (255.224.859-49); Fls Tecnologia Ltda (03.898.466/0001-44); Hanenna Oliveira da Silva (622.633.742-72); Henôr Vatson Heler Junior (002.511.496-41); João Paulo Balsini (970.035.579-91); Manoel Carlos Neri da Silva (350.306.582-20); Maria Olimpia da Silva Pereira (015.058.187-45).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Enfermagem.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Jonas Cecílio (OAB-DF 14344) e Guilherme Guedes de Medeiros (OAB-DF 36924), representando João Paulo Balsini; Andressa Mirella Castro Dias (OAB-DF 21.675), Maribel Nunes de Sousa (OAB-DF 13.175) e outros, representando Maria Olimpia da Silva Pereira; Neyson Pinheiro Freire, Gislene Rodrigues de Macedo (OAB-DF 32527) e outros, representando Manoel Carlos Neri da Silva; Tycianna Goes da Silva Monte Alegre (OAB-SE 2558), Fabricio Roriz Bressan (OAB-GO 30.057) e outros, representando Conselho Federal de Enfermagem; Larissa Carneiro Matos e Silva (OAB-DF 51.828), Reilos Monteiro (OAB-DF 22612) e outros, representando Fls Tecnologia Ltda.; Agnes Viana Rezende (OAB-DF 42.512), Larissa Carneiro Matos e Silva (OAB-DF 51.828) e outros, representando Dulce Dirclair Huf Bais; Mariana Mello Ottoni (OAB-DF 33989), Felipe Cavaignac e outros, representando Henôr Vatson Heler Junior; Reilos Monteiro (OAB-DF 22612), representando Lucio Mauro Stocco.

ACÓRDÃO Nº 2682/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás (CRC/GO) nos exercícios de 2006 a 2009;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da Seproc à peça 373, bem como o parecer do Ministério Público junto ao TCU à peça 375, em:

a) dar quitação a Edson Cândido Pinto, ante a comprovação do recolhimento das multas aplicadas pelos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 457/2014-TCU-Plenário;

b) encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, após a comunicação do presente acórdão a Edson Cândido Pinto.

1. Processo TC-037.314/2011-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 012.752/2021-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 012.754/2021-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 015.862/2010-0 (DENÚNCIA)

1.2. Responsáveis: Edson Candido Pinto (231.508.151-34); Eduardo Henrique Santana Sabino (499.512.461-68); Gráfica e Editora Renascer Ltda. (00.823.003/0001-25); Joaquim Justino Neto (218.499.781-15); José Gilmar Carvalho de Brito (087.172.901-63); Luiz Antônio Demarcki Oliveira (565.434.681-49); Sebastião Melquíades Brites (015.113.781-15).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Sebastião Melquíades Brites (5876/OAB-GO), representando Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás; Helio Francisco de Miranda (9512/OAB-GO) e Flávio César Teixeira (16.188/OAB-GO), representando Gráfica e Editora Renascer Ltda.; Amelio Divino Mariano (9438/OAB-GO) e Tufi Maluf Saad (34474/OAB-GO), representando José Gilmar Carvalho de Brito.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2683/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Denúncia, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional - SESI/DN, Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Central - IEL/NC, Confederação Nacional da Indústria - CNI e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional - SENAI/DN, relacionadas ao Pregão Presencial 8/2021 e à Concorrência 3/2021, cujos objetos consistem na contratação de até 50.000 horas em prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção evolutiva e corretiva de Soluções Digitais.

Considerando que, após exame dos apontamentos iniciais do Denunciante (peça 10) e promoção de oitiva e diligência nas entidades envolvidas, por meio do Despacho de peça 57, acolhendo proposta da Sefti (peças 54-56), foi expedida medida cautelar referendada pelo Plenário por meio do Acórdão 2.332/2021 (peça 69), determinando cautelarmente às entidades do Sistema Indústria, especialmente ao Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi/DN) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional (Senai/DN), que suspendessem todos os atos da Concorrência 3/2021 ou o contrato dela decorrente, até que o Tribunal deliberasse sobre o mérito da matéria, tendo sido promovidas, em atos contínuos, nova oitiva e nova diligência nas entidades envolvidas (peças 58-61 e 64-68);

Considerando que a referida medida cautelar decorreu dos indícios de irregularidade quanto ao desfazimento do Pregão Presencial, da modalidade licitatória adotada na sequência, da pesquisa de preços realizada e ainda das exigências técnicas e pesos para a ponderação dos quesitos técnico e de preços, bem como que a mencionada medida subsistiu à interposição de Agravo pelo Sesi/DN e Senai/DN (peça 74), o qual, embora conhecido, teve seu provimento negado por meio do Acórdão 2.604/2021-Plenário (peça 98);

Considerando que o Acórdão 751/2022-Plenário revogou parcialmente a cautelar anteriormente expedida, permitindo-se o prosseguimento da licitação até a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, permanecendo suspensos os atos tendentes a resultar na convocação de empresa para assinatura do contrato e os demais atos subsequentes, bem como determinou ao Sesi/DN e ao Senai/DN (CNPJ 33.564.543/0001-90) que encaminhassem a esta Corte as propostas de preços obtidas e a respectiva ata de classificação e julgamento;

Considerando a realização de diligência pela Sefti, autorizada por meio do Despacho de peça 132, a partir da qual as entidades comunicaram o cancelamento da concorrência (peça 138, p. 14-16), mediante informação prestada pela Comissão Permanente de Licitação noticiando o extravio dos envelopes contendo as propostas comerciais de preços (peça 138, p. 3), supondo-se que foram "indevidamente descartados";

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 144-146,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) considerar prejudicada a medida cautelar consignada pelo Acórdão 2332/2021-TCU - Plenário;

b) considerar cumprido o item 9.3 do Acórdão 751/2022-Plenário;

c) encaminhar cópia deste Acórdão e da instrução de peça 144 ao denunciante; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-025.457/2021-7 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Confederação Nacional da Indústria; Instituto Euvaldo Lodi - IEL; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional; Serviço Social da Indústria - Conselho Nacional; Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.7. Representação legal: Otavio Brito Lopes (OAB-DF 4.893), Cássio Augusto Muniz Borges (OAB-RJ 91.152) e Fabíola Pasini Ribeiro de Oliveira (OAB-DF 29.740); Christiane Rodrigues Pantoja (OAB-DF 15.372), Jayme Benjamin Sampaio Santiago (OAB-DF 15.398) e outros.

ACÓRDÃO Nº 2684/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão 925/2022-Plenário, prolatado no âmbito do TC-003.478/2022-0, que tratou de representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Licitação Eletrônica 238/ADLI-1/Sede/2021, promovida pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, visando a contratação de empresa para manutenção e execução das cercas patrimoniais e não patrimoniais de aeroportos.

Considerando que, por meio do item 9.3 do Acórdão 925/2022-Plenário, o Tribunal determinou à Infraero que se abstenha de autorizar adesões à ata de registro de preços decorrente do mencionado certame;

Considerando que a unidade jurisdicionada informou que a Ata de Registro de Preços 004/ADCO/MNSC/2022 foi cancelada, em razão de descumprimento contratual pela contratada, tendo lhe sido aplicada a sanção da suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Infraero por doze meses e multa pecuniária, bem como que não houve adesões à referida ata no período em que esteve vigente;

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", art. 169, inciso V, e 243, do Regimento Interno:

a) considerar atendida a determinação expedida por meio do item 9.3 do Acórdão 925/2022 - Plenário;

b) dar ciência deste acórdão, acompanhado da instrução da unidade técnica (peça 18) à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

c) apensar os presentes autos ao processo originário, TC 003.478/2022-0.

1. Processo TC-009.086/2022-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2685/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Monitoramento quanto ao atendimento ao Acórdão 1445/2022 - Plenário, que proferiu determinações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para que se abstivesse de realizar novas aquisições ou permitir qualquer adesão adicional às Atas de Registro de Preços 28 e 29/2021, firmadas em relação aos itens 2 a 5 do Pregão Eletrônico 37/2020 com as empresas Foot Comercial Ltda. e Primax Distribuidora Ltda., e realizasse novo procedimento licitatório para fornecimento dos itens 2 a 5 do Pregão Eletrônico 37/2020, em atenção ao princípio da economicidade, para futuras contratações, no caso de as aquisições ainda serem necessárias (item 9.3), bem como determinou ao 40º Batalhão de Infantaria que se abstivesse de adquirir o saldo remanescente de sua adesão às Atas de Registro de Preços 28 e 29/2021, firmadas em relação aos itens 2 a 5 do Pregão Eletrônico 37/2020 (item 9.4).

Considerando que o certame visava à aquisição de uniformes (vestimentas operacionais profissionais) personalizados, para atender as necessidades da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública e órgãos participantes do Registro de Preços;

Considerando, no tocante ao subitem 9.4 do Acórdão 1445/2022 - Plenário, a confirmação da não adesão da unidade jurisdicionada às Atas de Registro de Preços 28 e 29/2021, inexistindo, por conseguinte, notas de empenho a elas correlacionadas (peças 12 e 13);

Considerando, ademais, que o Monitoramento a respeito do cumprimento da determinação contida no subitem 9.3 do Acórdão 1.445/2022 - Plenário, endereçada ao MJSP, já vem sendo conduzido, de modo específico, por meio do TC 016.768/2022-1;

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 15-16,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em: considerar atendidas as medidas solicitadas no subitem 9.4. do Acórdão 1.445/2022 - TCU - Plenário; e determinar o apensamento do processo ao processo originador (TC 041.972/2021-0), nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 321/2020.

1. Processo TC-016.773/2022-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.

1.2. Órgão/Entidade: 40º Batalhão de Infantaria.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2686/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão 1916/2022-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações prestadas pela Selog por meio da instrução à peça 10, em:

a) considerar atendida a determinação prolatada pelo item 9.3 do Acórdão 1916/2022-TCU-Plenário;

b) dar ciência deste Acórdão, acompanhado da instrução à peça 10 destes autos, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul e à representante;

c) apensar definitivamente este processo ao TC-006.392/2022-9, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-020.505/2022-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2687/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre) com o objetivo de avaliar a regularidade dos contratos e convênios celebrados com prestadores privados de serviços de saúde;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da Seproc à peça 372, bem como o parecer do Ministério Público junto ao TCU à peça 374, em:

a) dar quitação a José Amsterdam de Miranda Sandres Sobrinho, ante a comprovação do recolhimento da multa aplicada pelo subitem 9.4 do Acórdão 1.949/2016-TCU-Plenário;

b) reconhecer, com fundamento no art. 3º, § 1º, da Portaria Conjunta Segecex-Segedam 01/2021, o crédito em favor de José Amsterdam de Miranda Sandres Sobrinho no valor de R$ 0,77 (setenta e sete centavos) decorrente do recolhimento a maior da parcela da multa na data de 08/09/2022;

c) dar quitação a Suely de Souza Melo da Costa, ante a comprovação do recolhimento da multa aplicada pelo subitem 9.3 do Acórdão 1.949/2016-TCU-Plenário;

d) reconhecer, com fundamento no art. 3º, § 1º, da Portaria Conjunta Segecex-Segedam 01/2021, o crédito em favor de Suely de Souza Melo da Costa no valor de R$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) decorrente do recolhimento a maior da parcela da multa na data de 26/09/2022;

e) encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, após a comunicação do presente acórdão a José Amsterdam de Miranda Sandres Sobrinho e a Suely de Souza Melo da Costa.

1. Processo TC-012.948/2013-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 036.694/2019-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.289/2018-6 (SOLICITAÇÃO); 009.248/2017-0 (MONITORAMENTO)

1.2. Responsáveis: José Amsterdam de Miranda Sandres Sobrinho (029.743.982-00); Maria Auxiliadora Marques de Lima (079.491.462-49); Maria Miosótis Lameira Cavalcante (195.979.322-53); Suely de Souza Melo da Costa (079.243.212-68).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Acre.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2688/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de auditoria realizada na Superintendência Regional do Incra no Estado de Roraima (SR-25), sob a forma de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), com o objetivo de verificar a aderência à legislação específica dos procedimentos de seleção e manutenção da Relação de Beneficiários (RB) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Considerando que, por meio do Acórdão 2624/2020 - Plenário (peça 154), de minha relatoria, confirmado pelo Acórdão 65/2022 - Plenário, Relator Ministro Jorge Oliveira (peça 269), este Tribunal aplicou a diversos responsáveis a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 e inabilitou alguns para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

Considerando que a Sra. Rosenilda Azevedo Ferreira apresentou pedido de parcelamento da multa que lhe foi aplicada, no valor de R$ 10.000,00, em 36 vezes, conforme previsto no art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal (peças 202 e 308-309);

Considerando que a unidade técnica propôs deferir a solicitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/92 c/c nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) autorizar o parcelamento da multa individual aplicada a Sra. Rosenilda Azevedo Ferreira (CPF 130.744.152-15), referente ao subitem 9.5 do Acórdão 2624/2020-Plenário, mantida pelo Acórdão 65/2022-Plenário, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com incidência sobre cada parcela dos correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva, bem como alertando-a sobre a necessidade de encaminhamento dos comprovantes de pagamento das parcelas a este Tribunal, por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU (conforme estabelecido no art. 3º da Portaria-TCU 114, de 29/07/2020), de acordo com os pareceres da Seproc (peças 322 e 323).

1. Processo TC-020.170/2015-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antônio Adessom Gomes dos Santos (CPF 192.955.102-91), Antonio Francisco Beserra Marques (CPF 144.738.012-68), Dilma Lindalva Pereira da Costa (CPF 097.923.682-72), Edmilson Lopes da Silva (CPF 296.891.047-72), Elcy Brandão Nascimento (CPF 047.570.922-53), Francisco Clesson Dias Monte (CPF 091.200.333-20), Francisco Marcos Garcia de Almeida (CPF 335.863.574-00), Isaias Valeriano Leite (CPF 040.270.204-21), Juscelino Kubitscheck Pereira Gomes (CPF 640.528.856-00), Kelton Oliveira Lopes (CPF 595.496.452-15), Mário Rodrigues de Abreu (CPF 209.940.950-15), Nilton Sérgio Martins Costa de Freitas (CPF 175.349.763-91), Roberto Josino de Brito (CPF 834.886.267-68), Rosenilda Azevedo Ferreira (CPF 130.744.152-15).

1.2. Requerente: Rosenilda Azevedo Ferreira (CPF 130.744.152-15)

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Roraima (SR-25).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).

1.7. Representação legal: Ana Paula de Souza Cruz Silva (OAB/RR 576), Priscila Viana Marques (OAB/RR 735), Josinaldo Barboza Bezerra (OAB/RR 483), Glaucemir Mesquita de Campos (OAB/RR 1017) e outros.

ACÓRDÃO Nº 2689/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico (PE) 80/2022 sob a responsabilidade de Banco Central do Brasil (BCB), com valor estimado de R$ 156.875.681,41, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos para desenvolvimento e sustentação de produtos de software, sem garantia de consumo mínimo, pelo prazo de 30 meses, renovável por um período de 30 meses, até o limite de 60 meses;

Considerando que o peticionante requer a este Tribunal a suspensão imediata do Pregão Eletrônico 80/2022 e a declaração de nulidade dos itens 12.3.2.1 e 12.3.2.2 do Termo de Referência (TR), bem como a sua inclusão no presente processo na condição de interessado;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

Considerando que o representante alega, em suma, a ocorrência das seguintes irregularidades:

(i) exigência de quantitativos mínimos para a comprovação da capacidade técnico-profissional, presente no item 12.3.2.1 do termo de referência do edital, em que há a exigência de quantitativo de horas e de experiência mínima de quatro a sete anos para cada perfil de profissional (peça 1, p. 2 a 3); e

(ii) exigência, para fins de qualificação técnica, de atestados de serviços prestados para a própria entidade licitante ou para instituições financeiras enquadradas no segmento S1 ou S2, presente no item 12.3.2.2 do termo de referência do edital (peça 1, p. 3-5).

Considerando que, por meio do despacho à peça 17, o Relator, consoante ao entendimento da unidade técnica, considerou que a representação deveria ser considerada improcedente com relação à alegação de irregularidade quanto à exigência, para fins de qualificação técnica, de atestados de serviços prestados para a própria entidade licitante ou para instituições financeiras enquadradas no segmento S1 ou S2 (item ii supra);

Considerando que nesse mesmo expediente, o Relator indeferiu o pedido de ingresso aos autos pela representante, uma vez que não foram apresentadas pela requerente razões legítimas para intervir nos autos;

Considerando que, em relação à exigência de quantitativos mínimos para a comprovação da capacidade técnico-profissional, a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) considera que as referências ao edital e ao termo de referência demonstram se tratar de um contrato de alta relevância e materialidade cuja inexecução pode representar riscos substanciais ao funcionamento de softwares de suporte ao Sistema Financeiro Nacional e que o contrato foi modelado para a execução por meio da alocação de diversos perfis profissionais, estruturado em times, coordenados tecnicamente por servidores do BCB, motivos pelos quais entende razoável a exigência de que a sociedade empresária a ser contratada demonstre ter executado serviços de portes compatíveis com os quantitativos e perfis profissionais exigidos no Pregão Eletrônico 80/2022;

Considerando que, embora a literalidade do art. 30, §1º, inc. I, da Lei 8.666/1993 vede as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos para fins de capacitação técnico-profissional, a questão não é pacificada na jurisprudência do Tribunal e há precedentes em que tais exigências foram consideradas aceitáveis mediante a devida justificativa, a exemplo dos acórdãos 548/2022 e 2032/2020, ambos do Plenário desta Corte;

Considerando que nove empresas ofertaram lances na fase competitiva e que essa quantidade de empresas está dentro do patamar histórico das licitações feitas pelo Banco Central, denotando que as exigências em tela não impuseram restrição relevante à participação de empresas na disputa;

Considerando que a Selog julga que, no presente caso, não se verifica ausência de razoabilidade e motivação das exigências postas;

Considerando que a Selog propõe indeferir o pedido de adoção da referida cautelar em razão da ausência do pressuposto da plausibilidade jurídica das alegações do representante e por restar caracterizado o perigo da demora reverso;

Considerando que, ante o exposto, a unidade técnica propõe, no mérito, considerar a presente representação como improcedente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso V, alínea "a"; 235 e 237, inciso VII, todos do Regimento Interno/TCU, em:

conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

dar ciência desta deliberação ao representante e ao Banco Central do Brasil, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 38; e

arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, inciso I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-020.530/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Graziela Marise Curado de Oliveira (OAB-DF 24565), representando Sigma Dataserv Informatica S A.

ACÓRDÃO Nº 2690/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação, formulada por Abril Tour Viagens e Turismo Ltda. (CNPJ: 37.287.521/0001-81), a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão - SRP 23/2022 sob a responsabilidade da Chefia de Logística e Mobilizações e Secretaria Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (Uasg 110794), subordinada ao Ministério da Defesa, com valor estimado homologado de R$ 2.970.000,00 (peça 16), cujo objeto é a contratação de serviço de fretamento de ônibus para transporte de pessoal com respectivas bagagens.

Considerando que o representante alega, em suma: (a) que teria sido indevidamente inabilitado, apesar de ter apresentado contratos de prestação de serviços que demonstravam sua qualificação técnica, documentação que chegou a ser aceita pelo pregoeiro, tendo apresentado a menor proposta; e (b) que, ao examinar os recursos interpostos pelas participantes da disputa, o pregoeiro decidiu inabilitá-lo, alegando que não haviam sido apresentados os atestados relacionados aos contratos apresentados;

Considerando que, após a realização de diligências e das oitivas prévias da Secretaria Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial - Ministério da Defesa e da adjudicatária (Amatur Amazônica Turismo Ltda.), a análise da Unidade Técnica entendeu que a documentação apresentada durante a sessão do certame ou no bojo dos presentes autos não contém, de fato, informações suficientes para se concluir quanto ao atendimento do item 9.11.3.1.1 do edital (que exige a comprovação da experiência mínima de um ano ou 10% da quantidade total licitada na prestação dos serviços), razão pela qual não se vislumbram irregularidades na inabilitação da representante no certame;

Considerando, afinal, a instrução de peças 60-61,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) no mérito, considerar a presente representação improcedente;

c) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

d) informar à Secretaria Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial do Ministério da Defesa e ao representante do presente Acórdão, bem como da instrução de peça 60;

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, VI, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-020.744/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Amatur Amazonia Turismo Ltda (34.805.903/0001-61).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa (excluída).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Raiko Augusto Teixeira de Brito (OAB-DF 43743), representando Abril Tour Viagens e Turismo Ltda.; Janeth Thayza Martins Diniz (OAB-RR 1585), Thiago Pires de Melo (OAB-RR 938) e outros, representando Amatur Amazonia Turismo Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2691/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pela empresa ITS Customer Service Ltda. acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 52/2022 promovido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços da Central de Atendimento do SEBRAE-SP, receptivo e ativo, nas formas de atendimento eletrônico e humano, por meio telefônico e digital, aos clientes e ao público em geral, além do fornecimento de licenças simultâneas de tecnologia OMNICHANNEL para a equipe própria do SEBRAE-SP.

Considerando que a presente representação atende os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU e o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014;

Considerando que a representante alega, a título de irregularidade, que a sua inabilitação teria sido indevida, devido ao formalismo exagerado do pregoeiro ao realizar diligências de forma desarrazoada e desproporcional para comprovar o atendimento aos requisitos de qualificação técnica dispostos no item 4.1.2.1.1 do edital do Pregão Eletrônico 52/2022;

Considerando que a representante formula pedido de adoção de medida cautelar visando à suspensão do andamento do certame;

Considerando que a análise realizada pela Selog, por meio da instrução à peça 20, considera presente o requisito do perigo da demora para a adoção de medida acautelatória, porém, avalia inexistir nos autos as informações necessárias à avaliação quanto ao perigo da demora reverso;

Considerando que, em relação ao requisito da plausibilidade jurídica, a unidade técnica avalia que os elementos constantes dos autos indicam a sua inexistência, visto que a irregularidade alegada não está demonstrada, conforme as informações trazidas aos autos pela representante, em especial:

a) a própria representante reconhece que suas certidões não continham a informação exigida no item 4.1.2.1.1 do edital;

b) o pregoeiro realizou diligências para verificação quanto à documentação de habilitação e à proposta comercial da representante, adotando, então, as providências possíveis e apropriadas para o esclarecimento de fatos, não se vislumbrando falta de razoabilidade, de proporcionalidade ou de formalismo exagerado na atuação do pregoeiro;

c) após ter sido oportunizada à representante a inclusão de outros documentos, os quais foram analisados pela área técnica, ocorreu a sua inabilitação por não atender os itens 4.1.2.1 e 4.1.2.1.1 do edital do certame;

d) não seria razoável o pregoeiro paralisar o andamento da licitação por dez dias, conforme solicitado pela representante, para que essa pudesse complementar a documentação, além do que, a decisão a respeito do pedido, se insere na esfera de discricionariedade da entidade contratante;

e) houve competitividade e economicidade no certame, sendo que a proposta classificada em segundo lugar, considerada vencedora, ofertou preço de R$ 10.292.998,40, frente à estimativa do valor de contratação de R$ 11.855.200,00, ao passo que a proposta da representante ofertou preço de R$ 10.262.998,40, portanto, apenas cerca de 0,29% inferior à proposta vencedora;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU e o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

c) dar ciência deste Acórdão, acompanhado da instrução à peça 20 destes autos, ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo e à representante;

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, c/c o art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-027.736/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Leandro Bernardino Rachadel (OAB-SC 15781), representando ITS Customer Service Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2692/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto em face de impropriedades atinentes a falta de clareza na operacionalização das regras previstas no art. 38, § § 6º e 7º, da Instrução Normativa Secult/MTur 1/2022, com o risco de inviabilizar a realização de aportes superiores a 1 milhão de reais no mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet (Lei 8.313/1991).

Considerando que esses dispositivos estabelecem que "§ 6º Nos aportes acima de um milhão de reais o patrocinador ficará obrigado a investir dez por cento em projetos de proponentes que não obtiveram patrocínio anteriormente, condicionados a projetos de capacitação cultural, acervo museológico público, patrimônios imateriais registrados e patrimônios materiais tombados, de museus e de bibliotecas públicas em regiões com menor potencial de captação." e que § 7º A não realização do aporte mencionado no § 6º deste artigo ensejará a desconsideração do valor que deveria ter sido investido em projeto estreante e a obrigação de recolhimento do valor em favor do Fundo Nacional da Cultura no prazo de trinta dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial. (Redação dada pela Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 3, de 31 de agosto de 2022),

Considerando que prestados esclarecimentos sobre a matéria, por parte da Secretaria de Cultura, informou a aludida unidade que por meio do art. 4º, inciso I, da Instrução Normativa Secult/MTur 3/2022, o efeito referente ao parágrafo 6º do art. 38 da Instrução Normativa Secult/MTur 1/2022 restou postergado para 2023 em decorrência de ausência de regulamentação da matéria até o momento,

Considerando, todavia, que as impropriedades apontadas pela secretaria em instrução de peça 11 dizem respeito justamente à falta de clareza dos dispositivos, dada a ausência de adequada regulamentação e do necessário apoio aos possíveis interessados, diante da nova regulamentação, tornando-se assim necessário dar transparência, apoio e regulamentação aos dispositivos inaugurados, bem assim, sua conformação legal,

Considerando que a identificação de imprecisão contida na atualização da IN-Secult/MTur 1/2022 na versão contida no portal [https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2022/instrucao-normativa-secult-mtur-no-1-de-4-de-fevereiro-de-2022], e que já havia sido comunicada informalmente aos gestores pela unidade instrutiva, porém não corrigida até o término da etapa de instrução, deve ser levada a conhecimento da unidade jurisdicionada mediante ciência, possibilitando sua correção,

Considerando, dessa forma, a possibilidade de oferecer contribuições a título de recomendações e ciência sobre o tema objeto desta representação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, e com fundamento no pronunciamento da SecexEduc de peças 11 e 12 destes autos, em:

a) conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente, com fundamento no art. 237, inciso VI, e parágrafo único do Regimento Interno/TCU;

b) expedir as medidas indicadas no subitem 1.6 deste acórdão;

c) arquivar o processo após ciência deste acórdão, e do teor da instrução de peça 11 e do pronunciamento de peça 12, à Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo;

1. Processo TC-029.142/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Cultura - Ministério do Turismo.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Recomendar à Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo (Secult/MTur) que:

1.6.1.1. adote providências necessárias a que seja informado oficialmente à sociedade e eventuais possíveis interessados, incluindo proponentes e patrocinadores, sobre os entendimentos manifestados no Ofício 3272/2022/SEFIC/SECULT, acerca do período de vigência e das regiões aplicáveis para a regra prevista § 6º do art. 38 da Instrução Normativa Secult/MTur 1/2022, seja por meio de normativo próprio, seja por manifestação formal no portal da Secretaria, em cumprimento ao princípios da transparência e publicidade;

1.6.1.2. adote providências no sentido de regulamentar a aplicação, em 2023, das regras previstas nos §§ 6º e 7º do art. 38 da Instrução Normativa Secult/MTur 1/2022, de forma a conferir segurança e previsibilidade a proponentes e patrocinadores;

1.6.1.3. ofereça apoio aos futuros patrocinadores, de forma a auxiliá-los a identificar projetos aptos a dar vazão aos investimentos decorrentes da obrigação trazida pelos §§ 6º e 7º do art. 38 da Instrução Normativa Secult/MTur 1/2022, como, por exemplo, o desenvolvimento de consulta própria no VERSALIC, no SALIC Comparar, ou em outro sistema, para a identificação de projetos "de proponentes que não obtiveram patrocínio anteriormente" "de capacitação cultural, acervo museológico público, patrimônios imateriais registrados e patrimônios materiais tombados, de museus e de bibliotecas públicas" no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, considerando que a simples disponibilização ao público de todos os projetos homologados e aptos a captar recursos via Lei Rouanet, por meio dos sistemas SALIC e VERSALIC, são insuficientes para garantir a adequada operacionalização das exigências contidas nos referidos dispositivos;

1.6.1.4. em caso de eventual revogação do § 7º do art. 38 da Instrução Normativa-Secult/MTur 1/2022 (ventilada no TC 040.520/2021-8), faça-a acompanhar de dispositivos que delimitem claramente o período de vigência dos §§ 6º e 7º do mesmo artigo;

1.6.1.5. evite a inscrição de débitos em decorrência da aplicação dos §§ 6º e 7º do art. 38 da IN-Secult/MTur 1/2022, seja por ausência de embasamento legal para tanto, seja por falta de adequada regulação da matéria, conforme indicado na instrução de peça 11 destes autos;

1.6.2. dar ciência à Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo (Secult/MTur) sobre a identificação de erro na versão atualizada da IN-Secult/MTur 1/2022 disponibilizada no portal [https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2022/instrucao-normativa-secult-mtur-no-1-de-4-de-fevereiro-de-2022], informado por e-mail da secretaria deste Tribunal em 29/9/2022, e não corrigida até o momento do término da etapa de instrução deste feito, conforme registrado nos itens 60 a 63 da instrução de peça 11.

ACÓRDÃO Nº 2693/2022 - TCU - Plenário

Cuidam os autos do ato de concessão inicial de aposentadoria da Sra. Acacia Zeneida Kuenzer (peça 16), disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa/TCU 78/2018.

Considerando que o presente ato ingressou no TCU em 2/7/2013, já se encontrando tacitamente registrado desde 2/7/2018, bem como que, em atenção ao disposto no subitem 9.1.2 do Acórdão 1414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), a Sefip encaminhou oitiva à interessada (peça 3), para que apresentasse contrarrazões à possível revisão de ofício de seu ato de aposentadoria, tendo em vista o recebimento de parcela judicial referente à incorporação de 5/5 de FG-3, sendo que o valor recebido (R$ 5.135,50) estava muito superior ao valor admitido pelo TCU, de R$ 294,75 (Acórdãos 835/2012 e 1915/2012, ambos do Plenário e da relatoria do Ministro Augusto Nardes);

Considerando, todavia, que conforme ressaltado pela Sefip (peça 18), a interessada obteve direito à incorporação de 5/5 de FC-3, e não a 10/10 de FG-3, conforme erroneamente registrado no ato e-Pessoal deste processo (peça 16), e que o valor percebido pela interessada a esse título (R$ 5.135,50) é compatível com a jurisprudência do TCU, conforme contracheque atual (peça 15), não havendo, portanto, necessidade de revisão de ofício, visto que o ato já se encontra registrado tacitamente desde 2/7/2018;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em considerar desnecessária e incabível a revisão de ofício do ato inicial de concessão de aposentadoria da Sra. Acacia Zeneida Kuenzer, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.133/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Acacia Zeneida Kuenzer (257.507.129-15).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: João Luiz Arzeno da Silva (23510/OAB-PR), representando Acacia Zeneida Kuenzer.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2694/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014 e 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem prejuízo de dar ciência sobre a seguinte impropriedade ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de encaminhar cópia desta deliberação ao aludido órgão e ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-017.062/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda. (04.744.134/0001-78).

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Renato Borges Barros (19275/OAB-DF), representando SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda.

1.7. Ciência:

1.7.1. ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a seguinte impropriedade identificada no Pregão Eletrônico 11/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.7.1.1. homologação do objeto do certame à empresa declarada vencedora com base em critério de classificação desconforme com os requisitos do edital e do termo de referência, este visivelmente com falhas literais, sem a devida republicação do instrumento convocatório, afrontando o requisito da clareza e os princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 40 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta Ata, a ser aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 7 de dezembro de 2022.

Min. BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
Em exercício da Presidência

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PORTARIA TSE Nº 1.151, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 45, § 1º, inciso II, e no art. 58 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, no art. 4º, caput, inciso IV, da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no art. 1º, inciso XXI, da Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000017072-6, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor de R$ 21.341.453,00 (vinte e um milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 21.341.453,00 (vinte e um milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXOS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								21.341.453
	Atividades								
0033 4269	Pleitos Eleitorais	02 061							21.341.453
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	02 061							21.341.453
			F	4-INV	2	90	0	100	21.341.453
TOTAL - FISCAL									21.341.453
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.341.453

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								18.225.581
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							16.725.581
0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	02 122							16.725.581
			F	4-INV	2	90	0	100	16.725.581
	Projetos								
0033 7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	02 126							1.500.000
0033 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional	02 126							1.500.000
			F	4-INV	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									18.225.581
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.225.581

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								668.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							668.000
0033 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	02 122							668.000
			F	4-INV	2	90	0	100	668.000
TOTAL - FISCAL									668.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									668.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								372.711
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							372.711

0033 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	372.711 372.711
TOTAL - FISCAL									372.711
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									372.711

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								190.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							190.000
0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	190.000 190.000
TOTAL - FISCAL									190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									190.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								625.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							625.000
0033 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	625.000 625.000
TOTAL - FISCAL									625.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									625.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								638.391
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							638.391
0033 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	638.391 638.391
TOTAL - FISCAL									638.391
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									638.391

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								68.089
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							68.089
0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	68.089 68.089
TOTAL - FISCAL									68.089
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									68.089

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								543.681
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							543.681
0033 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	543.681 543.681
TOTAL - FISCAL									543.681
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									543.681

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								10.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							10.000
0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	10.000 10.000
TOTAL - FISCAL									10.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000

PORTARIA TSE Nº 1.149, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 45, § 1º, inciso II, no art. 58 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "i", item "1", e § 3º, da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no art. 1º, inciso XXI, da Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000017072-6, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 47.184.622,00 (quarenta e sete milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 47.184.622,00 (quarenta e sete milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXOS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								45.450.556
	Atividades								
0033 4269	Pleitos Eleitorais	02 061							45.450.556
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	02 061							45.450.556
			F	3-ODC	2	90	0	100	26.419.248
			F	4-INV	2	90	0	100	19.031.308
TOTAL - FISCAL									45.450.556
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.450.556

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								385.950
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							385.950
0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	02 122							385.950
			F	4-INV	2	90	0	127	385.950
TOTAL - FISCAL									385.950
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									385.950

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.348.116
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							1.348.116
0033 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá	02 122							1.348.116
			F	3-ODC	2	90	0	100	84
			F	3-ODC	2	90	0	127	229.916
			F	4-INV	2	90	0	100	363.334
			F	4-INV	2	90	0	127	754.782
TOTAL - FISCAL									1.348.116
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.348.116

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								36.644.248
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							26.419.248
0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	02 122							26.419.248
			F	3-ODC	2	90	0	100	26.419.248
0033 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	02 122							225.000
0033 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal	02 122							225.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	225.000
	Projetos								
0033 7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	02 126							10.000.000
0033 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional	02 126							10.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									36.644.248
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									36.644.248

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								4.260
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							4.260
0033 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre	02 122							4.260
			F	3-ODC	2	90	0	100	4.260
TOTAL - FISCAL									4.260
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.260

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								752.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							702.000
0033 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	02 122							702.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	672.000
			F	3-ODC	2	90	0	127	30.000
0033 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	02 122							50.000
0033 219Z 0032	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Espírito Santo	02 122							50.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									752.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									752.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								567.719
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							567.719
0033 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás	02 122							567.719
			F	3-ODC	2	90	0	100	300.000
			F	3-ODC	2	90	0	127	267.719
TOTAL - FISCAL									567.719
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									567.719

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								174.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							174.000
0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	02 122							174.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	174.000
TOTAL - FISCAL									174.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									174.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								27.291
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							27.291
0033 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso	02 122							27.291
			F	3-ODC	2	90	0	100	27.291
TOTAL - FISCAL									27.291
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.291

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								640.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							640.000
0033 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul	02 122							640.000
			F	3-ODC	2	90	0	127	640.000
TOTAL - FISCAL									640.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									640.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								200.295
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							200.295
0033 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	02 122							200.295
			F	3-ODC	2	90	0	100	200.295
TOTAL - FISCAL									200.295
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.295

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								180.000
	Atividades								
0033 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	02 122							180.000

0033 219Z 0025	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado da Paraíba	02 122	F	3-ODC	2	90	0	100	180.000 180.000
TOTAL - FISCAL									180.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.473.671
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							1.473.671
0033 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	02 122							1.473.671
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.251.164
			F	3-ODC	2	90	0	127	222.507
TOTAL - FISCAL									1.473.671
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.473.671

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.083.574
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							2.083.574
0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	02 122							2.083.574
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.083.574
TOTAL - FISCAL									2.083.574
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.083.574

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.193.332
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							1.193.332
0033 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina	02 122							1.193.332
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.193.332
TOTAL - FISCAL									1.193.332
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.193.332

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.394.148
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							2.394.148
0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	02 122							2.394.148
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.394.148
TOTAL - FISCAL									2.394.148
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.394.148

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								100.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							100.000
0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	02 122							100.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								750.000
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							750.000
0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	02 122							750.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	539.578
			F	3-ODC	2	90	0	127	210.422
TOTAL - FISCAL									750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									750.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								84
	Atividades								
0033 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	02 122							84
0033 216H 0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá	02 122							84
			F	3-ODC	2	90	0	100	84
TOTAL - FISCAL									84
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									84

PORTARIA TSE Nº 1.150 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, no art. 1º, inciso XXI, da Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000017072-6, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 52.878.466,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 52.878.466,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXOS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								47.770.742
	Atividades								
0033 4269	Pleitos Eleitorais	02 061							47.770.742
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	02 061							47.770.742
			F	4-INV	2	90	0	100	47.770.742
TOTAL - FISCAL									47.770.742
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									47.770.742

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								249.791
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							249.791
0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	02 122							249.791
			F	4-INV	2	90	0	100	249.791
TOTAL - FISCAL									249.791
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									249.791

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								274.140
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							274.140
0033 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas	02 122							274.140
			F	4-INV	2	90	0	100	274.140
TOTAL - FISCAL									274.140
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									274.140

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								417.800
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							417.800
0033 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará	02 122							417.800
			F	4-INV	2	90	0	100	417.800
TOTAL - FISCAL									417.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									417.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								167.717
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							167.717
0033 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	02 122							167.717
			F	4-INV	2	90	0	127	167.717
TOTAL - FISCAL									167.717
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									167.717

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								641.192
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							641.192

0033 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul	02 122	F	4-INV	2	90	0	127	641.192 641.192
TOTAL - FISCAL									641.192
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									641.192

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								20.966
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							20.966
0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	02 122	F	3-ODC	2	90	0	127	20.966 20.966
TOTAL - FISCAL									20.966
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.966

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								3.042.707
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							3.042.707
0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	3.042.707 3.042.707
TOTAL - FISCAL									3.042.707
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.042.707

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								293.411
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							293.411
0033 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima	02 122	F	3-ODC	2	90	0	100	293.411 293.411
TOTAL - FISCAL									293.411
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									293.411

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								47.770.742
	Atividades								
0033 4269	Pleitos Eleitorais	02 061							47.770.742
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	02 061	F	3-ODC	2	90	0	100	47.770.742 47.770.742
TOTAL - FISCAL									47.770.742
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									47.770.742

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								249.791
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							249.791
0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	02 122	F	3-ODC	2	90	0	100	249.791 249.791
TOTAL - FISCAL									249.791
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									249.791

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								274.140
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							274.140
0033 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas	02 122	F	3-ODC	2	90	0	100	274.140 274.140
TOTAL - FISCAL									274.140
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									274.140

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								417.800
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							417.800
0033 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará	02 122							417.800
			F	3-ODC	2	90	0	100	417.800
TOTAL - FISCAL									417.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									417.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								167.717
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							167.717
0033 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	02 122							167.717
			F	3-ODC	2	90	0	127	167.717
TOTAL - FISCAL									167.717
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									167.717

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								641.192
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							641.192
0033 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul	02 122							641.192
			F	3-ODC	2	90	0	127	641.192
TOTAL - FISCAL									641.192
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									641.192

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								20.966
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							20.966
0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	02 122							20.966
			F	4-INV	2	90	0	127	20.966
TOTAL - FISCAL									20.966
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.966

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								3.042.707
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							3.042.707
0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	02 122							3.042.707
			F	3-ODC	2	90	0	100	3.042.707
TOTAL - FISCAL									3.042.707
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.042.707

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								293.411
	Atividades								
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122							293.411
0033 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima	02 122							293.411
			F	4-INV	2	90	0	100	293.411
TOTAL - FISCAL									293.411
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									293.411

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

PORTARIA TRT/DG/GP Nº 1.557, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no Regimento Interno, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes para o exercício 2022 (Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021) e 2023 (Lei n. 14.436, de 9 de agosto de 2022), notadamente o previsto, respectivamente, nos artigos 109, II, e 116, II, segundo os quais fica autorizado o provimento em cargos efetivos (...) que estavam ocupados [em março/2021 e março/2022] (...) e cujas vacâncias não tenham resultado em pagamento de proventos de aposentadoria ou pensão por morte;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 2698, de 25 de outubro de 2022, por meio da qual o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região transferiu uma das autorizações de provimento de cargo de Analista Judiciário, conforme consta do Anexo I do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.CP.SG.SGPES nº 73/2022, tendo em vista a redistribuição de cargo vago da carreira de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Engenharia Elétrica, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, redistribuído em reciprocidade com cargo provido deste Regional (PROAD n. 6778/2022);

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de que referido provimento vinculado ao OFÍCIO CIRCULAR CSJT.CP.SG.SGPES nº 73/2022, respeitando as autorizações específicas contidas no anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022, ocorra até 31.12.2022, sob pena de impossibilidade legal de seu provimento em 2023;

CONSIDERANDO a disponibilidade de 2 (dois) cargos de Analista Judiciário, Área Judiciária, sem especialidade; 1 (um) cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, 5 (cinco) cargos de Técnico Judiciário, Área Administrativa, sem especialidade; 1 (um) cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, especialidade Tecnologia da Informação e Comunicação, todos passíveis de imediato provimento, haja vista a vacância decorrer de exoneração ou posse em cargo inacumulável;

CONSIDERANDO o contido nos autos dos PROADs 3908/2022; 3495/2022; 3950/2022; 3953/2022; 4034/2022; 4966/2022; 9642/2022 e 10148/2022, que tratam dos atos relacionados à realização do Concurso Público para Provimento de Cargos

Efetivos do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, autorizado por meio da Resolução Administrativa n. 88, de 03 de junho de 2022;

CONSIDERANDO a importância da recomposição da força de trabalho, viabilizando a lotação dos servidores recém-concursados para atender às necessidades dos jurisdicionados nas unidades de difícil provimento, bem como a ocupação de postos críticos do Tribunal;

CONSIDERANDO o previsto no artigo 34, XXXVII, do Regimento Interno, resolve:

ad referendum do e. Tribunal Pleno:

I - HOMOLOGAR o resultado final do Concurso Público para os cargos: Analista Judiciário - Área Judiciária; Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal; Analista Judiciário - Área Administrativa; Analista Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Contabilidade; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Biblioteconomia; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Enfermagem do Trabalho; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Engenharia (Mecânica); Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Engenharia (Elétrica); Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Estatística; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Fisioterapia; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Medicina do Trabalho; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Psicologia; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Serviço Social; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Tecnologia da Informação; Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Medicina (Psiquiatria); Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Odontologia.

II - RATIFICAR e CONSIDERAR, para todos os efeitos, o Edital nº 07/2022 - Resultado Final do Concurso Público, disponibilizado no Diário Oficial da União, de 08 de dezembro de 2022, bem como as relações de candidatos habilitados publicadas no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), bem como no portal do TRT 23ª Região (https://portal.trt23.jus.br.

PAULO ROBERTO RAMOS BARRIONUEVO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

DELIBERAÇÃO CCI/CFC Nº 66, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O Presidente do Conselho Federal de Contabilidade no uso de suas atribuições legais, resolve:

Aprovar a Prestação de Contas do Exercício de 2021 do Conselho Federal de Contabilidade, concluído pela Regularidade, conforme decisão da Câmara de Controle Interno. Decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC, conforme PROCESSO CFC/CCI Nº: 90796110000017.000004/2022-13, ATA CCI Nº: 345 de 01/08/2022 e ATA Nº: 1088 de 01/08/2022.

As demonstrações contábeis anuais e o processo de prestação de contas do CFC estão disponíveis para consulta no portal da transparência, por meio do endereço eletrônico: https://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO-COFECI Nº 1.484, DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

Disciplina a concessão de isenção e remissão de débitos.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO:

1. o disposto na Lei nº 6.530/78, art. 16, inciso XVII, cc Lei nº 12.514/2011, art. 6º, §2º, que atribui competência aos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional para disporem sobre isenção, recuperação, parcelamento e concessão de descontos de créditos tributários próprios;

2. o disposto no art. 230 da Constituição Federal, que preceitua: "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

3. o disposto no art. 1º da Lei n° 8.842/94, que preceitua: "a política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade";

4. que o art. 179, caput, da Lei nº 5.172/66 autoriza a concessão de isenção de créditos tributários em caráter não geral (excepcionais), mediante requerimento e comprovação, pelo interessado, do cumprimento dos requisitos para a obtenção do benefício.

5. que Corretores de Imóveis acometidos de doença grave ou de incapacidade laboral temporária podem ficar impossibilitados de exercer a profissão e de arcar com os gastos despendidos com tratamento médico.

6. que a legislação brasileira concede benefícios aos portadores de doenças consideradas graves, tais como isenção de imposto de renda sobre proventos de aposentadoria, pensão ou reforma; isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez aos segurados do INSS, prioridade na tramitação de processos judiciais ou administrativos, incluindo recebimento de créditos decorrentes de precatório e restituição do IR etc.;

7. que o princípio da eficiência na arrecadação tributária recomenda evitar o processamento de cobranças de difícil realização em razão da realidade econômica do sujeito passivo;

8. que o art. 172, inciso I, da Lei nº 5.172/66 autoriza a concessão de remissão total ou parcial de crédito tributário, atendendo, dentre outros, à precária situação econômica do sujeito passivo;

9. a decisão do Egrégio Plenário, adotada na Sessão Extraordinária realizada no dia 14 de outubro de 2022, resolve:

Convenção: CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis. COFECI - Conselho Federal de Corretores de Imóveis. Sistema Cofeci-Creci - É a designação conjunta do Cofeci e dos Crecis. Corretor de Imóveis - É o Corretor ou Corretora de Imóveis regularmente inscrito no Sistema Cofeci-Creci. Capítulo I. Da Isenção Da Obrigação de Pagamento de Anuidade. Seção I. Da Isenção por Idade e Tempo de Contribuição.

Art. 1º Isenta-se do pagamento de anuidades futuras o Corretor de Imóveis: que tenha completado ou venha a completar 70 (setenta) anos de idade até o final do exercício em curso, e cumulativamente; cuja contribuição anual efetiva ao Sistema Cofeci-Creci equivalha a, no mínimo, 20 (vinte) anos, somadas, se for o caso, as contribuições principais pagas a mais de um Creci. § 1º Eventuais anuidades pendentes de pagamento não impedem a concessão do benefício previsto nesta Resolução, e serão cobradas na forma da lei. § 2º A verificação das condições para a concessão de isenção por idade e tempo de contribuição iniciar-se-á de ofício, por despacho do Presidente do Creci, e, subsidiariamente, por requerimento do interessado.

Art. 2º A concessão de isenção alcança todas as anuidades posteriores, tanto para a inscrição principal quanto para eventuais inscrições secundárias. Parágrafo único O Corretor de Imóveis beneficiado que, espontaneamente, quiser continuar pagando a anuidade, terá de renunciar formalmente à isenção.

Art. 3º O Regional homenageará o Corretor de Imóveis beneficiário da presente Resolução com uma Láurea de Agradecimento, conforme modelo instituído pelo Cofeci (anexo I). Parágrafo único A Láurea de agradecimento não será concedida a Corretor de Imóveis condenado a pena disciplinar transitada em julgado nos 5(cinco) anos anteriores à data da concessão do benefício, mas poderá ser concedida, a critério do Presidente do Creci, desde que cumprida a condenação, após decorridos 5(cinco) anos do seu trânsito em julgado. Seção II. Da Isenção por Doença ou por Incapacidade Laboral Temporária.

Art. 4º A isenção da obrigação de pagamento de anuidade poderá ser concedida ao Corretor de Imóveis que a requerer e comprovar estar acometido de doença grave ou de incapacidade laboral temporária, de qualquer natureza ou causa. § 1º A isenção limita-se à obrigação de pagamento da anuidade a vencer imediatamente após o protocolo do requerimento, não alcançando exercícios posteriores. § 2º O Cofeci consolidará, por meio de Portaria, um rol taxativo próprio de doenças consideradas graves, utilizando os critérios já estabelecidos na legislação brasileira. Capítulo II. Da Remissão por Doença ou Incapacidade Laboral Temporária ou Permanente.

Art. 5º A remissão de débitos de anuidades poderá ser concedida ao Corretor de Imóveis que a requerer, mediante comprovação de que foi acometido de doença grave, conforme o rol taxativo de que trata o parágrafo segundo do artigo 4º, ou incapacidade laboral temporária ou permanente, de qualquer natureza ou causa. § 1º A remissão limita-se aos débitos de anuidades lançados, vencidos e não pagos, após a manifestação da doença grave ou do início da incapacidade laboral, até a cessação delas, se for o caso. § 2° A remissão alcança os respectivos débitos acessórios de encargos legais e ou contratuais, custas administrativas, custas judiciais iniciais e de desenvolvimento do feito, além de honorários advocatícios. § 3° As custas administrativas para baixa de protesto e as custas judiciais finais de extinção da ação de execução fiscal serão arcadas pelo remido. § 4º Créditos de anuidades recebidos antes da data de protocolo do requerimento não serão restituídos.

Art. 6º É vedada a concessão de anistia para débito de multa de qualquer natureza com fundamento no acometimento de doença grave ou incapacidade laboral. Capítulo III. Da Remissão e da anistia por Falecimento.

Art. 7º A remissão de débitos de anuidades e ou de multas disciplinares poderá ser concedida ao Corretor de Imóveis falecido: que não tenha deixado bens a partilhar, conforme declaração expressa na certidão de óbito; ou que tenha deixado bens, porém sem o correspondente arrolamento; ou cujo inventário de bens não tenha ocorrido após 180 (cento e oitenta) dias da data do falecimento. § 1º A verificação das condições para a concessão de remissão e ou de anistia por falecimento iniciar-se-á por requerimento de qualquer interessado ou, de ofício, por despacho do Presidente do Creci. § 2º A remissão e ou anistia alcançarão os respectivos débitos acessórios de encargos legais e ou contratuais, custas administrativas, custas judiciais iniciais e de desenvolvimento do feito, além de honorários advocatícios. § 3º As custas administrativas para baixa de protesto e as custas judiciais finais de extinção da ação de execução fiscal serão arcadas pelos herdeiros e sucessores do falecido. Capítulo IV. Do Processo Administrativo. Seção I.

Da COMISSÃO DE ANÁLISE SITUACIONAL - CAS.

Art. 8º O Creci instituirá Comissão de Análise Situacional (CAS) composta por, no mínimo, 03 (três) Conselheiros, efetivos ou suplentes, nomeados pelo Presidente, com a atribuição de emitir parecer opinativo em processos administrativos instaurados em face desta Resolução. Parágrafo único A CAS terá um Coordenador, dentre seus membros, designado pelo Presidente. Seção II. Do Processo Administrativo de Isenção por idade e tempo de contribuição.

Art. 9º O processo administrativo para verificação das condições para a concessão de isenção do pagamento de anuidade por idade e tempo de contribuição iniciar-se-á por despacho do Presidente do Creci, e será instruído com: Nome ou relação de nomes contendo número e data de inscrição principal no Creci, e a data de nascimento; Informação do tempo de contribuição; Informação sobre eventual existência de anuidades, emolumentos e multas de qualquer natureza pendentes de pagamento; Certidão de antecedentes disciplinares. Seção III. Do Processo Administrativo de Isenção, Remissão e Anistia.

Art. 10 O requerimento para formação do processo administrativo de verificação das condições de isenção, remissão e ou anistia terá de atender aos seguintes requisitos: I. Qualificação completa (nome, número de inscrição no Creci, endereço, telefone e e-mail); II. Discriminação dos débitos sobre os quais o interessado pretende obter isenção, remissão e ou anistia; § 1º. Se o requerimento for fundado em doença grave ou incapacidade laboral, juntar atestado firmado por profissional médico identificando: Informação sobre em que se funda a incapacidade laboral, com indicação da CID - Classificação Internacional de Doenças; II. Data inicial do acometimento da doença grave ou da incapacidade laboral temporária ou permanente e, se for o caso, a data em que cessou; § 2º. Se o requerimento ou despacho for fundado em falecimento, juntar Certidão de Óbito. § 3º Requerimentos de isenção, remissão e anistia poderão ser apresentados, no que couber, simultânea e cumulativamente. § 4º Equívoco do interessado na denominação do requerimento não impedirá a análise de mérito, desde que atendidos os requisitos estabelecidos nesta Resolução. § 5º Requerimento de remissão fundado em doença grave ou incapacidade laboral protocolado após o trânsito em julgado do processo administrativo fiscal não suspenderá a exigibilidade do crédito, não ensejará anuência para baixa de protesto ou de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e nem a suspensão da ação de execução fiscal, se for o caso.

Art. 11 O processo administrativo será instruído com os seguintes documentos: I. Certidão de antecedentes disciplinares e relação de eventuais processos disciplinares arquivados ou em tramitação; Informação de participação em quadro societário de pessoa jurídica inscrita no Creci; Outros documentos de interesse do requerente; Informação quanto aos débitos objeto do requerimento de remissão, especificando, para cada exercício: O valor original, o valor atualizado e, se for o caso, os valores dos respectivos débitos acessórios de encargos legais e ou contratuais, custas administrativas, custas judiciais iniciais e de desenvolvimento do feito, e honorários advocatícios; Se ocorreu notificação de lançamento e inscrição em dívida ativa; Se ocorreu o protesto e inscrição no Cadin; Se ocorreu ajuizamento de ação de execução fiscal, com indicação da fase processual, da ocorrência de arresto ou penhora, da existência de embargos do devedor ou de exceção de pré-executividade. Seção IV. Da Instrução e Julgamento em Primeira Instância.

Art. 12 O coordenador da Comissão de Análise Situacional (CAS) designará um relator responsável pela instrução do processo administrativo, o qual será de natureza escrita, permitida apenas a produção de provas documentais e ou periciais. § 1º O relator poderá solicitar fundamentadamente a realização de diligências para esclarecimento de fatos, as quais deverão ser atendidas pelo interessado em até 10 (dez) dias, contados da data da ciência da intimação, sob pena de arquivamento do processo, sem possiblidade de recurso. § 2º A instrução do processo não excederá 30 (trinta) dias, podendo esse prazo ser dilatado até o dobro, mediante justificativa.

Art. 13 O relator, após completada a instrução, na primeira sessão da CAS, proferirá voto opinativo fundamentado sobre a procedência do pleito, submetendo-o aos seus pares. Parágrafo único O voto opinativo proferido no processo administrativo coletivo de isenção por idade e tempo de contribuição deverá indicar para quais corretores de imóveis podem ser concedidas as isenções e para quais não podem, bem como para quais podem ser concedidas as Láureas de Agradecimento e para quais não podem.

Art. 14 Com o parecer conclusivo da CAS, seu coordenador encaminhará o processo ao Presidente do Creci que designará Conselheiro relator para emissão de parecer a ser posteriormente julgado pelo Plenário.

Art. 15 A decisão do plenário que conceder, total ou parcialmente a isenção, a remissão ou a anistia, será objeto de recurso necessário para homologação ou não pelo Cofeci. Parágrafo único A critério do Creci, o Presidente poderá determinar, se for o caso, em relação aos débitos cuja remissão e ou anistia foi deferida: I.A suspensão da exigibilidade do crédito; II. A expedição de anuência para a baixa do protesto; III. A baixa da inscrição no Cadin; IV. A suspensão da tramitação de ação de execução fiscal.

Art. 16 O interessado, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da decisão de indeferimento do requerimento, poderá apresentar recurso voluntário por meio de petição dirigida ao Presidente do Creci. § 1° O Presidente do Regional poderá atribuir efeito de pedido de reconsideração ao recurso, submetendo-o a reexame pelo Plenário. § 2° Caso não reconheça efeito de pedido de reconsideração, o Presidente do

Creci encaminhará o processo ao Cofeci para decisão em última e definitiva instância. § 3° Se o Plenário do Creci negar provimento ao pedido de reconsideração, o Presidente remeterá o recurso ao Cofeci para decisão final. Seção III. Do Julgamento em Segunda Instância.

Art. 17 O julgamento do recurso necessário ou voluntário pelo Cofeci obedecerá ao disposto em seu Regimento Interno.

Art. 18 Julgado o recurso necessário ou voluntário, o Presidente do Cofeci remeterá o processo ao Creci de origem para comunicação da decisão ao interessado e tomada das providências necessárias para cumprimento da decisão.

Art. 19 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução-Cofeci 675/2000 e demais disposições contrárias.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

RÔMULO SOARES DE LIMA
Diretor-Secretário

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 447, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso XI do artigo 42;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "b" do inciso XXVII do artigo 25 e inciso XIX do artigo 32, ambos do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF (Resolução CONFEF nº 435/2022), que atribui ao CONFEF a competência de criar e instalar novos CREFs;

CONSIDERANDO os termos da Resolução CONFEF nº 438, de 08 de Agosto de 2022, que versa sobre a criação do Conselho Regional de Educação Física da 22ª Região - CREF22/ES;

CONSIDERANDO os termos da Resolução CONFEF nº 444, de 03 de Novembro de 2022, que dispõe sobre a nomeação dos Membros Titulares e Suplentes do Conselho Regional de Educação Física da 22ª Região - CREF22/ES;

CONSIDERANDO a natureza tributária das anuidades devidas aos Conselhos de Fiscalização Profissional e a necessidade de observância aos princípios constitucionais aplicáveis;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária, de 11 de Novembro de 2022 e ratificada na reunião de 02 de Dezembro de 2022; resolve:

Art. 1º - O início de funcionamento do CREF22/ES dar-se-á no dia 02 de Janeiro de 2023.

Art. 2º - Os Membros Conselheiros do Conselho Regional de Educação Física da 22ª Região - CREF22/ES, devidamente nomeados através da Resolução CONFEF nº 444/2022, deverão, após a efetiva posse, adotar previamente as providências necessárias para viabilizar a instalação e funcionamento do CREF22/ES em 02 de janeiro de 2023.

Parágrafo único - Dentre as providências mencionadas no caput deste artigo, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

I - nomeação dos integrantes dos Órgãos de Assessoramento;

II - ações administrativas referentes ao quadro de pessoal, de móveis, imóveis e equipamentos;

III - elaboração e aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2023;

IV - elaboração e aprovação do orçamento para o exercício de 2023, encaminhando ao CONFEF até 31 de Dezembro de 2022, em consonância ao que dispõe o princípio da anualidade;

V - fixação, dentro dos limites estabelecidos pelo CONFEF, do valor das contribuições, anuidades, taxas, emolumentos e multas para o ano de 2023, através de Resolução sobre o tema, publicada no Diário Oficial da União ou do Estado até 20 de Dezembro de 2022, em observância ao princípio da anterioridade;

VI - providências referentes a inscrição no CNPJ, abertura de conta corrente, bem como os trâmites relativos às cobranças das anuidades, taxas, emolumentos e multas;

VII - cumprimento das demais obrigações jurídico-administrativas previstas pela legislação e pelas normas do Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI

RESOLUÇÃO Nº 448, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso XII, do art. 42;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º-A, inciso VI da Lei nº 9.696/1998 que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO, a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária de 03 de Dezembro de 2022;, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que passa a fazer parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando a Resolução CONFEF nº 220/2011.

CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FEDERAL EDUCAÇÃO FÍSICA

TÍTULO I

DA ENTIDADE E SEUS FINS

CAPÍTULO I

DA ENTIDADE

Art. 1º - O Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tem natureza autárquica corporativa especial, criado pela Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 1998 e ratificado pela Lei Federal nº 14.386, de 27 de Junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 28 de Junho de 2022, entidade sui generis, se organiza de forma federativa com os Conselhos Regionais de Educação Física - CREFs como Sistema CONFEF/CREFs, constituído pelo conjunto das Autarquias Federais Fiscalizadoras do exercício da profissão de Educação Física e tem por finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da profissão, e da observância de seus princípios éticos profissionais.

§ 1º - O CONFEF é a unidade central do Sistema, com jurisdição normativa superior em todo território nacional e os Conselhos Regionais de Educação Física - CREFs, com sede e Foro na Capital de um dos Estados por ele abrangidos e no Distrito Federal, com funções executivas, deliberativas, administrativas, normativo suplementares e complementares, contenciosas e disciplinares em sua jurisdição.

§ 2º - Cada Conselho é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública.

§ 3º - Provisoriamente, o CONFEF manterá sua sede e seu foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com o prazo máximo de 4 (quatro) anos, contado da data de publicação da Lei 14.386/2022, para que a sede e o foro do Conselho sejam transferidos para a cidade de Brasília, Distrito Federal.

§ 4º - O Sistema CONFEF/CREFs desempenha serviço público independente, enquadrando-se como categoria singular no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito pátrio e é responsável pelo atendimento dos objetivos de interesse público que determinaram sua criação.

§ 5º - O Sistema CONFEF/CREFs tem o poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar, habilitar e fiscalizar o exercício das atividades dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas cuja finalidade básica seja a prestação de serviços nas áreas da atividade física e do desporto, nos termos do art. 3º da Lei n. 9.696/1998.

§ 6º - O Sistema CONFEF/CREFs é responsável pelo registro dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços na área da atividade física e do desporto, nos termos do art. 3º da Lei n. 9.696/1998.

§ 7º - O Sistema CONFEF/CREFs observa os princípios básicos da Administração Pública, cabendo-lhe expedir as normas internas que regulam a sua gestão.

Art. 2ª - O Sistema CONFEF/CREFs registra, normatiza, fiscaliza, julga e orienta o exercício profissional, em relação aos serviços prestados pelos Profissionais de Educação Física e pelas Pessoas Jurídicas nas áreas de atividades físicas, exercícios físicos e do desporto no âmbito da educação, saúde, esporte, cultura e lazer, atuando como órgão consultivo e normativo superior.

Art. 3º - O CONFEF é a instituição central e coordenadora do Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 4º - Os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física são organizados e dirigidos pelos próprios Profissionais e mantidos por estes e pelas Pessoas Jurídicas que oferecem serviço em atividades físicas, exercícios físicos e atividades esportivas com independência e autonomia, sem qualquer vínculo funcional, técnico, administrativo ou hierárquico com qualquer órgão da Administração Pública.

§ 1º - O CONFEF tem autonomia para administrar e gerir seus bens, serviços, recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

§ 2º - Os CREFs têm autonomia para administrar e gerir seus bens, serviços, recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

§ 3º - O Plenário do CONFEF e os dos CREFs são as instâncias máximas das respectivas unidades.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE DO CONFEF

Art. 5º - O CONFEF tem por finalidade defender a sociedade, zelar pela qualidade dos serviços profissionais oferecidos na área de atividades físicas e do desporto, bem como pela harmonia dos entes do Sistema CONFEF/CREFs, e ainda:

I - exercer função normativa superior no Sistema CONFEF/CREFs;

II - deliberar sobre o exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais;

III - exarar atos necessários ao desenvolvimento do Sistema CONFEF/CREFs;

IV - divulgar a Educação Física, o Profissional de Educação Física e o Sistema CONFEF/CREFs;

V - zelar pela profissão, assegurando que os serviços em atividades físicas, exercícios físicos e atividades esportivas sejam prestados por Profissionais de Educação Física;

VI - zelar pela ética no exercício profissional;

VII - estabelecer as diretrizes gerais da fiscalização e exação do exercício profissional em todo o Território Nacional;

VIII - estabelecer as especialidades profissionais em Educação Física;

IX - estimular, apoiar e promover o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização dos Profissionais de Educação Física;

X - elaborar, fomentar e divulgar publicações de interesse da profissão, dos Profissionais de Educação Física e do Sistema CONFEF/CREFs;

XI - normatizar, observando os disposto na Lei nº 9.696/1998, sobre temas e assuntos relativos às Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços nas áreas das atividades físicas, exercícios físicos e atividades esportivas;

XII - supervisionar a fiscalização do exercício profissional no território nacional;

XIII - zelar pela dignidade, prerrogativas e valorização da Profissão de Educação Física.

TÍTULO II

DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

CAPÍTULO I

DA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

Art. 6º - A todo Profissional de Educação Física devidamente registrado será fornecida uma Cédula de Identidade Profissional numerada e assinada pelo Presidente do CREF respectivo.

Art. 7º - A Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo CREF com observância aos requisitos e ao modelo estabelecido pelo CONFEF, na forma física ou digital, tem fé pública e constitui-se Documento de Identidade Civil, nos termos da Lei nº 6.206, de 07 de maio de 1975, que habilita seu titular ao exercício profissional em sua respectiva categoria.

CAPÍTULO II

DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DA ANUIDADE

Art. 8º - O valor da inscrição dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas no Sistema CONFEF/CREFs será regulamentada por Resolução do CONFEF.

Parágrafo único - O pagamento da inscrição será feito, obrigatoriamente, através de meio de pagamento extraído da página eletrônica do CONFEF.

Art. 9º - Os valores das anuidades serão fixados anualmente, conforme legislação vigente.

Art. 10 - As anuidades serão processadas pelos CREFs até o dia 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será devida no ato do registro dos Profissionais ou das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços nas áreas das atividades físicas, exercícios físicos e atividades esportivas.

§ 1º - As anuidades, as contribuições, taxas, multas e emolumentos serão processados, obrigatoriamente, na forma de cobrança compartilhada, na proporção de 80% (oitenta por cento) na conta dos CREFs e 20% (vinte por cento) na conta corrente do CONFEF.

§ 2º - Dentre os 20% (vinte por cento) da receita do CONFEF mencionada no parágrafo anterior, obrigatoriamente, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados, obrigatoriamente, ao Fundo de Desenvolvimento dos CREFs, mediante projetos elaborados pelos CREFs, com base em critérios estabelecidos pela Diretoria e aprovados pelo Plenário do CONFEF, sendo aplicado, exclusivamente, nos Conselhos Regionais de Educação Física com menos de 15.000 (quinze mil) Profissionais de Educação Física registrados ativos, a serem determinados através de Resolução a ser publicada pelo CONFEF.

§ 3º - O CONFEF disciplinará os casos especiais de arrecadação.

§ 4º - O pagamento da anuidade devida aos CREFs e ao CONFEF é facultativo para os Profissionais de Educação Física que tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade, na forma descrita em Resolução.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

Art. 11 - O Profissional de Educação Física deve pautar sua conduta pelos parâmetros definidos na Lei Federal nº 9.696/1998, neste Regimento Interno e no Código de Ética Profissional.

Parágrafo único - O Código de Ética Profissional deverá regular direitos, responsabilidades, deveres, princípios e diretrizes para o exercício da profissão, sua relação com os demais Profissionais, dever geral de urbanidade, direitos e deveres dos beneficiários das intervenções, além dos respectivos procedimentos, observado o disposto neste Regimento Interno.

Art. 12 - As infrações ético-disciplinares e as respectivas sanções serão disciplinadas no Código de Ética Profissional.

Art. 13 - As normas técnicas que nortearão a instauração e os procedimentos na condução do processos ético disciplinares serão instituídas através do Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs.

TÍTULO III
DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CAPÍTULO I
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 14 - Nos termos da delegação atribuída pela Lei Federal nº 9.696, de 01 de Setembro de 1998 compete ao CONFEF orientar, disciplinar e fiscalizar, legal, técnica e eticamente, o exercício da Profissão de Educação Física em todo o Território Nacional, limitando-se os Conselhos Regionais de Educação Física às suas respectivas áreas de abrangência.

Art. 15 - Compete ao CONFEF:

I - exercer a função independente normativa superior, baixando os atos necessários à interpretação e execução deste Regimento Interno e à disciplina e fiscalização do exercício profissional;

II - editar os atos necessários à interpretação e à execução do disposto na Lei nº 9.696/1998, na Lei nº 14.386/2022 e à fiscalização do exercício profissional, limitada esta, quanto às pessoas jurídicas, à regularidade do registro e à atuação dos Profissionais de Educação Física que nelas prestem serviços;

III - elaborar em conjunto com os CREFs, aprovar e alterar, por maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos votos do Plenário, o seu Regimento Interno;

IV - aprovar e alterar, por maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos votos do Plenário, o seu Regimento Interno;

IV - organizar e promover a eleição, dentre os seus Membros, por maioria absoluta, de seu Presidente, Vice-Presidente;

V - organizar e promover a eleição, dentre os seus Membros, por maioria absoluta, dos demais Membros da Diretoria;

VI - zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da Profissão de Educação Física e de seus Profissionais;

VII - promover a divulgação do Sistema CONFEF/CREFs;

VIII - adotar as medidas necessárias à consecução de seus objetivos institucionais;

IX - realizar levantamentos, estudos e análises, visando à capacitação e atualização na área da Educação Física;

X - promover, analisar e propor congressos, seminários, cursos e demais eventos, visando ao desenvolvimento da área profissional da Educação Física e do Sistema CONFEF/CREFs;

XI - colaborar com os órgãos públicos e instituições privadas no estudo e solução de problemas relacionados ao exercício profissional e à profissão, da formação e da preparação profissional continuada;

XII - dispor sobre exame de proficiência profissional;

XIII - aprovar, com base no orçamento, o seu plano de trabalho;

XIV - aprovar o orçamento e respectivas modificações, bem como operações referentes às mutações patrimoniais;

XV - aprovar a sua proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e a realização de operações referentes a mutações patrimoniais;

XVI - incentivar e promover o aprimoramento técnico, científico e cultural do Profissional de Educação Física;

XVII - aprovar o seu quadro de pessoal, criar cargos e funções, fixar salários e gratificações, bem como autorizar a contratação de serviços especiais;

XVIII - manter intercâmbio com entidades congêneres e fazer-se representar perante organismos internacionais e em conclaves no país e no exterior, relacionados com a Educação Física e o exercício profissional, observados os limites dos recursos disponíveis;

XIX - funcionar como órgão consultivo dos poderes constituídos em assuntos relacionados à Educação Física;

XX - efetuar a inscrição dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas no Sistema CONFEF/CREFs;

XXI - editar e alterar o Código de Ética Profissional;

XXII - editar e alterar o Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs;

XXIII - funcionar como Conselho Superior de Ética;

XXIV - dispor sobre a forma de identificação dos Profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física e instituir os modelos da Carteira de Identidade Profissional na forma física e digital;

XXV - manter o Portal da Transparência atualizado;

XXVI - supervisionar a fiscalização do exercício profissional no território nacional;

XXVII - em relação aos CREFs:

a) organizar, orientar e inspecionar a sua estrutura;

b) propor a sua implantação, estabelecendo sua área de jurisdição;

c) nomear os primeiros Membros;

d) examinar e aprovar os Regimentos Internos dos CREFs, além de promover as modificações necessárias para assegurar a unidade de orientação e uniformidade de atuação;

e) examinar a sua prestação de contas, no que se refere à conformidade, cabendo ao Plenário dos mesmos analisar o desempenho, eficácia e eficiência;

f) quando indispensável ao restabelecimento da normalidade administrativa ou financeira ou à garantia da efetividade ou do princípio da hierarquia institucional, intervir em sua atuação;

g) acompanhar os controles administrativos e financeiros;

h) dirimir as dúvidas suscitadas e prestar-lhes apoio técnico permanente;

i) propor e aprovar sua extinção;

XXVIII - proceder à análise da prestação de suas contas no que se refere à conformidade, nos termos da normatização vigente sobre o tema;

XXIX - revogar, modificar ou embargar, mediante representação, ato expedido por CREF que haja conflito de norma com este Regimento Interno ou aos Atos Normativos;

XXX - expedir Normas Eleitorais do CONFEF e dos CREFs;

XXXI - analisar e homologar as eleições do CONFEF;

XXXII - reconhecer especialidades profissionais em Educação Física;

XXXIII - incentivar os Profissionais de Educação Física a participar do processo eleitoral;

XXXIV - estimular ações intersetoriais;

XXXV - deliberar sobre os requisitos para obtenção do registro de Pessoa Física e Pessoa Jurídica no Sistema CONFEF/CREFs

XXXVI - proporcionar a comunicação com os Profissionais e Pessoas Jurídicas inscritos no CONFEF;

XXXVII - proceder à auditoria nos CREFs quando houver fundados indícios de irregularidade observado em processo administrativo próprio aprovado pelo Plenário do CONFEF, respeitando a ampla defesa e o contraditório;

XXXVIII - apreciar e julgar os recursos de penalidades aplicadas pelos CREFs aos Profissionais e às Pessoas Jurídicas;

XXXIX - estabelecer, por meio de resolução, os valores relativos ao pagamento das anuidades, das taxas e das multas devidos pelos Profissionais e pelas Pessoas Jurídicas ao CREF de sua área de abrangência, observadas as disposições da Lei nº 12.197/2010;

XL - publicar anualmente:

a) o orçamento e os créditos adicionais;

b) os balanços;

c) o relatório de execução orçamentária; e

d) o relatório de suas atividades; e

XLI - aprovar anualmente as suas contas e a sua proposta orçamentária e remetê-las aos órgãos competentes.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 16 - O CONFEF é composto por 28 (vinte e oito) Conselheiros, sendo 20 (vinte) Titulares e 08 (oito) Suplentes, com mandato de 04 (quatro) anos, eleitos na forma que dispõe o Código Eleitoral do Sistema CONFEF/CREFs, admitida uma reeleição.

Parágrafo Único - Todos aqueles que integram a composição do CONFEF, nos termos do caput deste artigo, são denominados Conselheiros Federais.

Art. 17 - Em sua organização o CONFEF é constituído pelos seguintes Órgãos:

I - Plenário;

II - Diretoria;

III - Presidência;

IV - Órgãos de Assessoramento, dentre eles:

a) Câmaras Permanentes;

b) Câmaras Temporárias.

SEÇÃO I
DO PLENÁRIO

Art. 18 - O Plenário do CONFEF é a instância máxima da Entidade e é constituído por 20 (vinte) Membros Titulares.

§ 1º - Na falta ou impedimento de 01 (um) ou mais Membros Titulares, a ausência será suprida pela presença de Membro Suplente convocado pelo Presidente do CONFEF, na ordem da inscrição da respectiva chapa eleitoral.

§ 2º - No caso de vacância de cargo de Membro Titular, assumirá o Membro Suplente na ordem da inscrição da chapa eleitoral.

§ 3º - O Suplente convocado fica investido das prerrogativas, atributos e demais responsabilidades inerentes ao cargo enquanto perdurar a substituição.

§ 4º - Os Conselheiros Suplentes, devidamente convocados para Reunião do Plenário, participarão da mesma sem direito a voto, desde que não esteja suprindo conselheiro efetivo.

§ 5º - Poderão participar das reuniões do Plenário do CONFEF, na condição de convidados e sem direito a voto, os Presidentes dos CREFs e o Conselheiro Honorífico vitalício do CONFEF.

Art. 19 - O Plenário do CONFEF somente deliberará sobre os assuntos constantes na sua pauta de convocação, com a presença da maioria absoluta de seus Membros e por maioria de votos, salvo disposição em contrário.

Art. 20 - O Plenário do CONFEF reunir-se-á:

I - ordinariamente, uma vez por mês;

II - extraordinariamente, quando convocado pelo Plenário, Diretoria ou Presidência por meio de requerimento fundamentado.

Parágrafo único - As reuniões ocorrerão de forma presencial, podendo eventualmente ocorrer de forma virtual ou híbrida.

Art. 21 - A pauta de reunião do Plenário será definida pela Diretoria do CONFEF, no mínimo, 10 (dez) dias antes de sua realização.

§ 1º - A distribuição da pauta aos Conselheiros Federais ocorrerá até o 10º (décimo) dia anterior a realização da reunião do Plenário.

§ 2º - Constarão da pauta, as indicações dos processos a serem apreciados, com os respectivos números, a origem, o assunto e o Conselheiro Relator, quando já sorteado.

§ 3º - Poderão ser incluídos na pauta, mediante aprovação, por maioria simples, assuntos apresentados por escrito pelos Conselheiros Federais antes do início da reunião do Plenário, devendo ser analisada a respectiva legalidade.

Art. 22 - Poderão participar da reunião do Plenário, quando convidadas pelo Plenário, Diretoria e/ou Presidência, pessoas cuja participação seja do interesse do Sistema CONFEF/CREFs sendo-lhes franqueado o direito a voz e restrito o direito ao voto.

Art. 23 - Compete ao Plenário do CONFEF, com a presença da maioria absoluta de seus Membros:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos neste Regimento Interno;

II - aprovar atos normativos ou deliberativos necessários à interpretação e à execução do disposto na Lei nº 9.696/1998, à fiscalização do exercício profissional e ao exercício de sua competência;

III - adotar e promover as providências necessárias para manter, em todo o País, a unidade de orientação e ação dos CREFs;

IV - estabelecer os valores relativos ao pagamento das anuidades, das taxas e das multas devidos pelos Profissionais e pelas Pessoas Jurídicas aos CREFs, através de Resolução sobre o tema, publicada no Diário Oficial da União até 31 de Julho do ano anterior à cobrança, em consonância ao princípio da anterioridade, respeitados os correspondentes artigos deste Regimento e as disposições da Lei nº 12.197/ 2010;

V - deliberar sobre os processos apreciados por seus Órgãos de Assessoramento;

VI - autorizar a participação do CONFEF em entidades científicas, culturais, de ensino, de pesquisa, de âmbito nacional ou internacional, voltadas para a especialização e a atualização da Educação Física;

VII - conhecer o pedido de licença e renúncia dos integrantes da Diretoria e demais Membros;

VIII - conhecer e dirimir dúvidas suscitadas pelos CREFs;

IX - revogar, modificar ou embargar, mediante representação, qualquer ato baixado por autoridade do Sistema CONFEF/CREFs que tenha conflito de norma a este Regimento Interno, ao Código de Ética Profissional ou a seus Atos Normativos, ouvido previamente o responsável;

X - dispor sobre insígnias oficiais do Sistema CONFEF/CREFs;

XI - fixar e normatizar, quando houver, a concessão de verbas de caráter indenizatório ou não, estabelecendo o valor máximo para o Sistema CONFEF/CREFs;

XII - aprovar as atas das reuniões do Plenário do CONFEF;

XIII - conceder títulos honoríficos;

XIV - dispor sobre exame de proficiência profissional;

XV - aprovar orçamento e respectivas modificações, bem como operações referentes às mutações patrimoniais;

XVI - aprovar, com base no orçamento, o seu plano de trabalho;

XVII - dispor sobre a forma de identificação dos Profissionais registrados nos CREFs e instituir os modelos da Carteira de Identidade Profissional na forma física e digital;

XIX - criar e extinguir os CREFs;

XX - nomear os primeiros Membros dos CREFs;

XXI - proceder à análise de conformidade da prestação de contas do CONFEF e dos CREFs, cabendo ao Plenário dos mesmos analisarem o desempenho, eficácia e eficiência;

XXII - reconhecer especialidades profissionais em Educação Física;

XXIII - aprovar a sua proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e a realização de operações referentes a mutações patrimoniais;

XXIV - organizar e promover a eleição do Presidente, Vice-Presidente e demais, dando-lhes a consequente posse;

XXV - organizar e promover a eleição, dentre os seus Membros, dos demais Membros da Diretoria, dando-lhes a consequente posse;

XXVI - definir os campos conexos da Educação Física;

XXVII - aprovar a alteração da ordem dos trabalhos da reunião do Plenário;

XXVIII- manter as Câmaras Permanentes com o escopo de desenvolvimento das ações do Sistema CONFEF/CREFs;

XXIX - criar as Câmaras Temporárias do CONFEF;

XXX - indicar e aprovar os Membros que comporão as Câmaras Permanentes e Temporárias;

XXXI - analisar as propostas apresentadas pelas Câmaras do CONFEF;

XXXII - aprovar honrarias concedidas e moções de diversas naturezas.

Parágrafo único - As competências previstas nos incisos IV e XI deste artigo serão exercidas obrigatoriamente por meio de Resoluções do CONFEF.

Art. 24 - Compete ao Plenário do CONFEF, com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus Membros:

I - aprovar e alterar o Regimento Interno do CONFEF;

II - examinar e aprovar os Regimentos Internos dos CREFs, além de promover as modificações necessárias para assegurar a unidade de orientação e a uniformidade de atuação;

III - homologar as eleições do CONFEF;

IV - julgar, em última instância, recurso interposto em relação às eleições do CONFEF;

V - aprovar e alterar os Regimentos Internos de seus Órgãos de Assessoramento;

VI - decidir sobre a intervenção nos CREFs, após instauração de processo interno de auditoria, respeitado a ampla defesa e o contraditório;

VII - julgar recurso em face de decisão dos Órgãos de Assessoramento do CONFEF;

VIII - apreciar e aprovar os relatórios financeiros do CONFEF, após, parecer da Câmara de Controle e Finanças;

IX - examinar os relatórios financeiros dos CREFs;

X - deliberar sobre a destituição ou modificação da Diretoria do CONFEF, em todo ou em parte, desde que solicitada através de expediente fundamentado e com a assinatura da maioria de seus Conselheiros Titulares;

XI - aprovar o orçamento anual do CONFEF;

XII - dispor sobre o Código de Ética Profissional, bem como do respectivo Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs;

XIII - autorizar a Diretoria a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis;

XIV - funcionar como Conselho Superior de Ética, apreciando e julgando, em última instância, os recursos interpostos em face de decisão proferida pelos Conselhos Regionais de Ética;

XV - determinar auditoria interna no CREF que apresentar risco de insustentabilidade financeira;

XVI - atuar como última e definitiva instância do Sistema CONFEF/CREFs;

XVII - elaborar as Normas Eleitorais para eleições dos Membros do CONFEF e dos CREFs;

XVIII - elaborar o Regimento Eleitoral para as eleições dos Membros do CONFEF, com base nas normas eleitorais emanadas;

XIX - autorizar operações de crédito;

XX - funcionar como Conselho Especial de Tomada de Contas, para apreciação e julgamento.

SUBSEÇÃO I

DO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DO PLENÁRIO

Art. 25 - Compete ao Presidente do CONFEF, salvo disposições legais vigentes, presidir as reuniões do Plenário.

§ 1º - Durante às reuniões, compete ao Presidente diretamente ou por delegação aos Membros da Diretoria:

I - orientar e disciplinar os trabalhos, mantendo a ordem;

II - submeter as questões à votação, apurando os votos e proclamando as decisões;

III - conceder e cassar a palavra, interrompendo o orador que se desviar da questão em debate, cabendo ao mesmo, caso o orador se mantenha relutante em não atender a interrupção, consultar ao Plenário a medida a ser tomada;

III - proferir, além do voto comum, o de qualidade, em caso de empate;

IV - conceder vista de processo.

§ 2º - Na primeira reunião do Plenário após a posse dos novos Membros Conselheiros, o Conselheiro Federal que tiver o registro mais antigo no Sistema CONFEF/CREFs dentre os novos eleitos conduzirá a reunião, na qualidade de Presidente da sessão, até a eleição da nova Diretoria, quando então, assumirá a função o Presidente do CONFEF eleito.

Art. 26 - Na hora regulamentar prevista na convocação para as reuniões do Plenário, o Presidente de acordo com as disposições legais, verificará se existe o quorum exigido e, em caso afirmativo, declarará aberta a sessão.

Parágrafo único - Se não houver quorum, aguardar-se-á 30 (trinta) minutos e, persistindo a falta, o Presidente determinará a lavratura de um termo de presença e fará constar na ata o termo de encerramento da reunião.

Art. 27 - Aberta a reunião do Plenário, a ordem dos trabalhos obedecerá à seguinte sequência:

I - Discussão e aprovação das Atas anteriores;

II - Expediente e comunicações da Diretoria:

a) Relatos dos ofícios mais relevantes;

b) Relato das correspondências recebidas mais relevantes;

c) Comunicados;

III - Relato de Participação do Presidente, dos Conselheiros Federais e das Câmaras;

IV - Inclusão de assuntos na pauta;

V - Assuntos a serem deliberados, com prioridade aos processos;

VI - Assuntos Gerais.

§ 1º - As reuniões do Plenário do CONFEF poderão ser gravadas.

§ 2º - A pedido de qualquer Conselheiro, mediante aprovação do Plenário, a ordem dos trabalhos poderá ser alterada mediante aprovação do Plenário, exceto a sequência dos incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 28 - Farão uso da palavra durante a reunião do Plenário:

I - Conselheiros Federais, em ordem de inscrição;

II - Presidentes de CREFs e Conselheiro Honorífico Vitalício, em ordem de inscrição;

III - Convidados, empregados e prestadores de serviços, quando solicitados; e

IV - outras pessoas, a juízo do Presidente ou do Plenário.

Parágrafo único - O tempo de manifestação de cada inscrito é de 03 (três) minutos, podendo haver flexibilização desse tempo por parte da Presidência.

Art. 29 - A apreciação de matéria constante como ponto de pauta obedecerá às seguintes regras:

I - o Presidente relatará ao Plenário a matéria a ser apreciada, sem direito a aparte, e, em seguida, abrirá a discussão, conduzindo e moderando o debate;

II - os Conselheiros Federais inscrever-se-ão para que lhes seja concedida a palavra;

III - o Presidente concederá a palavra aos Conselheiros Federais por ordem de inscrição;

IV - cada Conselheiro poderá fazer uso da palavra, objetivamente, sobre a matéria em debate;

V - o Conselheiro com a palavra poderá conceder aparte, que será abatido do tempo que lhe couber para manifestação.

§ 1º - Os Conselheiros deverão se restringir a discutir, exclusivamente, a matéria em pauta, cabendo ao Presidente interromper a manifestação dos Conselheiros quando houver desvio da mesma.

§ 2º - Durante a discussão, o Conselheiro poderá solicitar análise do documento, na mesma sessão, cuja matéria esteja em debate, assim como, apresentar proposta de encaminhamento referente ao assunto em questão.

Art. 30 - Para discussão da matéria, será aberta uma rodada de 10 (dez) inscrições, observando-se os seguintes critérios:

I - ao término da rodada abrir-se-á até 2 (duas) defesas a favor da proposta e até 02 (duas) contrárias;

II - em seguida, abrir-se-á o processo de votação sem recebimento de novas inscrições a partir das defesas até a votação;

III - a votação será nominal.

Parágrafo único - Ao fim da rodada, o Plenário decidirá se abrirá uma segunda rodada de 10 inscrições.

Art. 31 - Será concedida a palavra, pelo prazo de 05 (cinco) minutos, ao Conselheiro que tiver questão de ordem a levantar, observado o seguinte:

I - as questões de ordem deverão ser iniciadas pela indicação do dispositivo ou matéria que se pretenda elucidar;

II - formalizada a questão de ordem e facultada a palavra ao Conselheiro, será ela, conclusivamente, decidida pelo Presidente na mesma sessão;

III - a questão de ordem será obrigatoriamente pertinente à matéria em discussão e votação.

Parágrafo único - Considera-se questão de ordem qualquer dúvida sobre a interpretação ou aplicação de dispositivos deste Regimento ou da condução do ato.

Art. 32 - O Plenário, durante a discussão e a pedido dos Membros do Plenário, poderá adiar a decisão para a sessão seguinte, continuando aberta a discussão.

Art. 33 - Encerrada a discussão, o Presidente encaminhará a matéria para votação.

§ 1º - São três os tipos de votos a serem proferidos:

I - favorável - aquele favorável à aprovação da matéria em votação;

II - contrário - aquele contrário à aprovação da matéria em votação;

III - abstenção - aquele onde o Conselheiro se abstem de opinar.

§ 2º - No caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

§ 3º - No caso de quaisquer impedimentos constantes neste Regimento deverá o Conselheiro abster-se do voto.

§ 4º - Apurados os votos proferidos, o Presidente proclamará o resultado, fazendo-o constar na ata da reunião.

§ 5º - Nenhum Conselheiro poderá alterar o voto depois de proclamada a conclusão da votação pelo Presidente.

Art. 34 - As atas resumirão com clareza o que na sessão tiver ocorrido, devendo conter, obrigatoriamente:

I - o número da ata na forma sequencial;

II - dia, mês, ano e hora da abertura e a do encerramento da sessão;

III - o nome do Presidente e do Secretário da sessão;

IV - o nome dos Conselheiros Federais presentes;

V - o nome dos Conselheiros que não comparecerem, indicando se houve ou não justificativa prévia;

VI - o nome dos Convidados, empregados e prestadores de serviços, porventura participantes;

VII - os assuntos discutidos e julgados na sessão, incluindo o resultado;

VIII - os processos julgados, indicando:

a) o nome das partes, a suma dos fatos e do registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

b) o voto do Relator e, quando houver, o voto dos demais Conselheiros;

c) a deliberação do Plenário, indicando o número de votos contra e a favor do voto do Relator, bem como o número de abstenções;

IX - o mais que ocorrer.

Art. 35 - Após a aprovação das atas das reuniões, as mesmas serão lavradas em folhas separadas e assinadas pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 1º - As atas não sofrerão alteração, salvo retificações determinadas pelo Presidente ou solicitadas por Conselheiro Federal que não impliquem alteração do teor das deliberações.

§ 2º - As retificações de que trata o parágrafo anterior, somente ocorrerão em caso de erro de registro de dados e de outros erros materiais, devendo ser processadas na reunião seguinte, quando as atas são submetidas à discussão e aprovação.

Art. 36 - As atas das reuniões serão encadernadas periodicamente, de forma a constituir livro próprio.

Parágrafo único - O Livro de Atas deverá conter termo de abertura e encerramento, bem como as folhas deverão ser numeradas.

SUBSEÇÃO II

DA DISTRIBUIÇÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

SUBSEÇÃO II.I

DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

Art. 37 - Havendo o recebimento dos processos administrativos, sejam processos oriundos do CONFEF ou dos CREFs, o Presidente do CONFEF os incluirá como ponto de pauta da reunião do Plenário.

Art. 38 - Durante a reunião do Plenário para a qual foi pautado o processo, o Presidente sorteará, dentre os Conselheiros Federais presentes, um Relator, a quem competirá instrumentalizar o processo para julgamento.

§ 1º - Os processos sorteados serão entregues aos Relatores no ato do sorteio, mediante protocolo.

§ 2º - Os processos que, a juízo do Presidente, devam ser submetidos com urgência à apreciação do Plenário serão distribuídos imediatamente, sem sorteio, cabendo ao Conselheiro Relator designado dar conhecimento da ocorrência ao Plenário.

§ 3º - Ocorrendo a hipótese descrita no parágrafo anterior, o Presidente dará prévio conhecimento do fato ao Plenário.

§ 4º - O Conselheiro sorteado ou designado para a função de Relator, poderá, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, considerar-se impedido para o exercício da função, devendo o Presidente sortear ou indicar outro Relator, caso julgue procedente a condição alegada, ressalvadas as questões de foro íntimo.

SUBSEÇÃO II.II

DA ANÁLISE DOS PROCESSOS

Art. 39 - É de no máximo 60 (sessenta) dias o prazo do Relator para que proceda à análise do processo e exare o respectivo Relatório.

§ 1º - O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias, desde que solicitado de forma escrita e fundamentada e aprovado pelo Presidente do CONFEF.

§ 2º - A critério do Relator poderão ser solicitadas diligências no processo de sua relatoria, com o fito de esclarecer os fatos, momento em que restará suspenso o prazo para elaboração do Relatório.

§ 3º - Os prazos mencionados neste artigo contar-se-ão em dias corridos, iniciando-se no 1º (primeiro) dia útil subsequente:

I - ao protocolo de recebimento do processo, no caso de que trata o caput;

II - a aprovação de prorrogação do mesmo, quando se tratar do parágrafo primeiro;

III - ao despacho de conclusão de saneamento do processo, nos casos dispostos no parágrafo segundo.

§ 4º - Esgotado o prazo para conclusão do processo, sem que o Relator exare o Relatório conclusivo, o Presidente do CONFEF concederá mais 10 (dez) dias para tanto.

§ 5º - Persistindo a situação descrita no parágrafo anterior, os autos do processo deverão ser restituídos ao CONFEF e o mesmo será redistribuído.

§ 6º - O Relator que entrar em licença, devolverá o(s) processo(s) ainda não relatado(s), que será(ão) redistribuído(s).

Art. 40 - O Relator ordenará e dirigirá o processo que lhe for distribuído, presidindo a sua completa instrução, cabendo-lhe:

I - solicitar ao Presidente do CONFEF as providências saneadoras que visem à regularidade do processo;

II - submeter à Diretoria do CONFEF as questões de ordem que interfiram na instrução do processo;

III - elaborar Relatório conclusivo que deverá conter:

a) qualificação: indicando o número do processo, nome das partes e nome do Conselheiro Relator;

b) relatório: contendo o resumo dos fatos constantes no processo;

c) fundamentação: declarando a razão do voto e a base normativa, quando houver;

d) Voto: expondo a decisão;

IV - encaminhar ao Presidente do CONFEF o processo analisado, com o Relatório por escrito e o pedido de data para julgamento;

V - redigir e assinar o que for de sua competência;

VI - ler o relatório proferido na reunião do Plenário designada para tanto, obedecendo a sequência constante na pauta.

SUBSEÇÃO II.III
DO JULGAMENTO DOS PROCESSOS
Art. 41 - O julgamento dos processos pautados na reunião do Plenário far-se-á por ordem numérica crescente dos mesmos.
Parágrafo único - Os processos cuja discussão ou votação seja adiada ou interrompida serão destacados, automaticamente, na pauta seguinte.
Art. 42 - Iniciado o julgamento do processo, o Relator fará a leitura de seu Relatório.
Art. 43 - Após a leitura do Relatório, cada Conselheiro Federal poderá requerer esclarecimentos acerca do processo, cabendo ao Relator fazê-los.
Parágrafo único - O Conselheiro fará uso da palavra, após consentimento do Presidente e não serão permitidos apartes.
Art. 44 - Os processos submetidos à apreciação do Plenário poderão ser objeto de até 02 (dois) pedidos de vista.
§ 1º - Os pedidos de vista serão solicitados verbalmente pelo Conselheiro após o relato em Plenário, durante discussão de matéria em apreciação, o qual, de imediato, receberá formalmente o processo.
§ 2° - Cada Conselheiro poderá solicitar apenas 01 (um) pedido de vista em cada processo.
§ 3º - Com vista do processo, o Conselheiro deverá restituí-lo, preferencialmente, na mesma sessão plenária ou, obrigatoriamente, na próxima reunião do Plenário subsequente, acostando seu voto por escrito, sob pena de preclusão.
§ 4° - Salvo justificativa acatada pelo Plenário, o processo em pedido de vista que não for devolvido no prazo definido no parágrafo anterior, será deliberado com base no relatório e voto apresentado na reunião original.
§ 5º - Nos processos em que a legislação indicar prazo certo, o pedido de vista será dado por prazo que não ultrapasse o determinado para o Plenário decidir.
§ 6° - O Conselheiro que participou da apreciação e deliberação da matéria em alguma das Câmaras do CONFEF, ficará impedido de pedir vista no Plenário.
Art. 45 - Quando da apreciação de matéria caracterizada como urgente ou cuja tramitação esteja vinculada a prazo estipulado, caberá pedido de vista de mesa, que será concedido para ser apreciado e deliberado no decorrer da própria reunião Plenária.
Parágrafo único - A matéria será considerada urgente quando estiver vinculada a prazo improrrogável ou for imprescindível sua apreciação na mesma sessão.
Art. 46 - A apreciação suspensa em decorrência de pedido de vista prosseguirá na reunião do Plenário seguinte a do pedido, com exposição do voto do Membro Conselheiro solicitante.
Parágrafo único - Os votos proferidos expressamente nos processos, deverão observar os seguintes quesitos:
I - qualificação, indicando o número do processo, nome das partes, nome do Conselheiro Relator e do Conselheiro solicitante;
II - relatório, contendo o resumo dos fatos constantes no processo;
III - fundamentação, declarando a razão do voto e a decisão.
Art. 47 - Aberta a votação, os trabalhos obedecerão ao rito instituído neste Regimento.
Art. 48 - Uma vez proclamado o resultado do julgamento do processo, a deliberação deverá constar na ata da reunião do Plenário, nos termos deste Regimento.
Art. 49 - Nenhum Conselheiro poderá alterar o voto depois de proclamada a conclusão do processo.
Parágrafo único - O Presidente, ex-offício ou a requerimento de Conselheiro Federal apresentado até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da sessão, poderá, ouvido o Plenário, reincluir o processo em pauta.
Art. 50 - Os julgamentos dos processos ético-disciplinares obedecerão ao disposto no Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs.
SUBSEÇÃO III
DAS VACÂNCIAS E IMPEDIMENTOS
Art. 51 - Entende-se por vacância a declaração oficial de que o cargo encontra-se vago, a fim de que seja provido, caso possível, por um substituto.
Parágrafo único - A vacância no Plenário do CONFEF verificar-se-á em virtude de:
I - licença;
II - renúncia;
III - falecimento;
IV - suspensão cautelar de mandato;
V - perda de mandato.
Art. 52 - Entende-se por impedimento a obstrução legal ou moral que venha a afetar o Conselheiro, impossibilitando-o do exercício momentâneo do seu cargo.
SUBSEÇÃO IV
DAS VACÂNCIAS
Art. 53 - As vacâncias serão consideradas como:
a) temporária: nos casos de licença ou suspensão cautelar do mandato;
b) definitiva: nos casos de renúncia, falecimento e perda de mandato.
Art. 54 - Entende-se por licença o afastamento do cargo, por tempo determinado, podendo o Conselheiro retornar quando desejado.
Art. 55 - A suspensão cautelar de mandato consiste no afastamento do Conselheiro Federal do cargo, devidamente aprovado pelo Plenário do CONFEF, em razão de atos que afrontem princípios constitucionais de probidade, legalidade e moralidade, bem como por inobservância aos preceitos normativos do CONFEF, até que finde a tramitação de regular processo de cassação.
Parágrafo único - Os efeitos da suspensão cautelar começam a contar na data da intimação do Conselheiro acerca da decisão do Plenário.
Art. 56 - Entende-se por renúncia a desistência voluntária do cargo de Conselheiro, tendo caráter irrevogável.
Art. 57 - Nos casos de licença e renúncia, o Conselheiro Requerente deverá fazê-lo através de documento relatando as razões da situação invocada.
Parágrafo único - Os efeitos da licença e da renúncia começam a contar na data do protocolo do requerimento na sede do CONFEF.
Art. 58 - Após o recebimento do requerimento de que trata o artigo anterior, o Presidente dará conhecimento ao Plenário do CONFEF, momento em que a ausência será suprida pela presença de Membro Suplente convocado pelo Presidente do CONFEF, na ordem da inscrição da respectiva chapa eleitoral.
Art. 59 - Na ocorrência de vacância temporária de Membro da Diretoria do CONFEF, a substituição será automática, válida durante o período de duração do afastamento, formalizada pela assinatura de termo de compromisso e processada da seguinte forma:
I - O 1º Vice-Presidente acumula o exercício de seu cargo com o de Presidente, e havendo a ausência do 1º Vice-Presidente acumula o 2º Vice-Presidente;
II - O 1º Secretário com o Vice-Presidente, e havendo a ausência do 1º Secretário acumula o 2º Secretário; e
III - O 1º Tesoureiro com o de Secretário, e havendo a ausência do 1º Tesoureiro acumula o 2º Tesoureiro.
Parágrafo único - Em caso de vacância definitiva, prevalecerá a substituição descrita no caput deste artigo até a segunda reunião do Plenário após o fato, quando então deverá ser realizada nova eleição para o período restante do mandato.
Art. 60 - A suspensão e a perda do mandato exigem instauração de processo administrativo em que se assegure o contraditório e o amplo direito de defesa do Membro, respeitadas as disposições constantes em normativo do CONFEF que regulamente e tema.
SUBSEÇÃO V
DOS IMPEDIMENTOS
Art. 61 - O Conselheiro deverá se declarar:
I - Impedido, quando:
a) ele próprio, seu conjugue, parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito;
b) tiver desempenhado qualquer atividade referente ao feito ou servido como testemunha;
II - Suspeito, quando:
a) for amigo íntimo ou inimigo capital das partes envolvidas;
b) ele próprio, seu conjugue, ascendente ou descente estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter administrativo e/ou ético haja controvérsia;
c) ele, seu conjugue, parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que dependa de atos de qualquer das partes envolvidas;
d) for credor ou devedor, tutor ou curador de qualquer das partes envolvidas;
e) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no feito.
Parágrafo único - Os efeitos do disposto neste artigo começam a contar na data do protocolo da declaração na sede do CONFEF ou no momento em que tal fato for declarado verbalmente em reunião do Plenário ou das Câmaras do CONFEF, passando a constar na referida ata.
SEÇÃO II
DA DIRETORIA
Art. 62 - A Diretoria do CONFEF é o órgão que exerce as funções administrativas e executivas do Conselho e será constituída pelo Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.
Art. 63 - A Diretoria do CONFEF será integrada, exclusivamente, por Conselheiros eleitos na forma que dispõe a Lei nº 9.696/1998 e o Código Eleitoral do Sistema CONFEF/CREFs.
§ 1º - Os membros da Diretoria serão eleitos na primeira reunião do Plenário, após a posse dos Membros Conselheiros eleitos, para mandato de até 04 (quatro) anos.
§ 2º - A Diretoria do CONFEF poderá, dentro de sua organização e necessidades, criar assessorias e nomear seus titulares, com atribuições específicas ao seu funcionamento.
§ 3º - Os Membros integrantes da Diretoria podem ser substituídos pelo Plenário a qualquer tempo, mediante nova eleição, nos termos a serem estabelecidos em Resolução própria sobre o tema.
Art. 64 - A Diretoria do CONFEF reunir-se-á:
I - ordinariamente, uma vez por mês;
II - extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação do Presidente ou da maioria de seus Membros.
Parágrafo único - As reuniões ocorrerão de forma presencial, podendo eventualmente ocorrer de forma virtual ou híbrida.
Art. 65 - Compete, coletivamente, à Diretoria:
I - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento Interno, assim como as deliberações do Plenário;
II - preservar o patrimônio do CONFEF;
III - prevenir riscos e corrigir desvios que afetem as contas, garantindo o equilíbrio das mesmas, controlando, mensalmente, a receita e as despesas;
IV - atuar atendendo aos princípios do planejamento, transparência e moralidade;
V - apresentar ao Plenário o relatório anual de suas atividades;
VI - promover a transmissão de domínio, posse, direitos, pretensões e ações sobre bens imóveis e gravá-los com ônus reais e outros, desde que digam respeito à ampliação ou resguardo do patrimônio do CONFEF, após aprovação do Plenário;
VII - aprovar o seu quadro de pessoal, criar cargos e funções, fixar salários e gratificações, bem como autorizar a contratação de serviços;
VIII - autorizar ou aprovar contratos de qualquer natureza, desde que tenham como objetivo o interesse e as necessidades do CONFEF;
IX - autorizar ou aprovar operações de crédito de qualquer natureza, desde que tenham como objetivo o interesse e as necessidades do CONFEF, após aprovação do Plenário;
X - admitir e demitir funcionários, ficando vedado qualquer aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato da Diretoria, excetuados os aumentos decorrentes de lei, convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa da categoria;
XI - exercer as ações administrativas, financeiras e políticas relativas ao CONFEF;
XII - promover a instalação de CREFs, após decisão do Plenário;
XIII - adotar todas as providências e medidas necessárias à realização das finalidades do Sistema CONFEF/CREFs;
XIV - examinar as demonstrações da receita arrecadada pelos CREFs;
XV - deliberar sobre o pagamento de verbas de caráter indenizatório ou não aos Membros da Diretoria, aos Conselheiros, convidados e aos empregados do CONFEF, quando no efetivo exercício de suas funções, bem como aos representantes designados pela Diretoria do CONFEF, quando para representação do Sistema CONFEF/CREFs;
XVI - fiscalizar e controlar, mensalmente, suas atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias, garantindo seu pleno equilíbrio;
XVII - aprovar as respectivas modificações orçamentárias;
XVIII - proceder à gestão administrativa e financeira do CONFEF;
XIX - implementar o controle interno preventivo, efetuado com a finalidade de evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades;
XX - acompanhar a sustentabilidade dos CREFs;
XXI - estabelecer a pauta das reuniões de Diretoria e Plenário;
XXII - desempenhar as ações administrativas, financeiras e políticas do CONFEF;
XXIII - acompanhar e zelar pela sustentabilidade do CONFEF;
XXIV - apresentar balancete financeiro trimestralmente ao Plenário do CONFEF;
XXV - confeccionar e aprovar as atas de suas reuniões;
XXVI - expedir instruções necessárias ao funcionamento administrativo do CONFEF;
XXVII - apoiar e dar suporte aos CREFs;
XXVIII - distribuir à Câmara competente os projetos que, em função de sua especificidade, deverão ser decididos pelo Plenário, após estudo e parecer;
XXIX - acompanhar a execução dos trabalhos técnicos e administrativos do CONFEF, formulando sugestões para o seu aprimoramento;
XXX - apreciar em primeira instância os balancetes do CONFEF, antes de submetendo-os ao Plenário;
XXXI - apreciar minutas de Resoluções e Portarias, antes de submete-las ao Plenário;
XXXII - apreciar o desenvolvimento dos trabalhos das Câmaras Permanentes e Temporárias do CONFEF;
XXXIII - exercer outras competências delegadas pelo Plenário;
XXXIV - designar Conselheiros do Sistema CONFEF/CREFs para representar a entidade em Congressos, Fóruns, Grupos de Trabalhos, eventos e outros;
XXXV - autorizar a realização de sindicância e a instauração de processos administrativos disciplinares.
SUBSEÇÃO I
DA PRESIDÊNCIA
Art. 66 - A Presidência do CONFEF será exercida por um Presidente e por dois Vice-Presidentes.
Art. 67 - O Presidente do CONFEF será substituído, em seus impedimentos de qualquer natureza, inclusive licença, pelo 1º Vice-Presidente e, no impedimento deste, pelo 2º Vice-Presidente, com todas as atribuições inerentes ao cargo.
Parágrafo único - Compete aos Vice-Presidentes do CONFEF auxiliarem o Presidente no exercício de suas funções.
Art. 68 - O Presidente exerce a representação nacional e internacional do CONFEF, junto a organizações públicas e privadas, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo constituir procurador ou delegar a sua representação.
Art. 69 - É competência exclusiva e responsabilidade do Presidente:
I - convocar e presidir as reuniões do Plenário e da Diretoria;
II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário e da Diretoria;

III - convocar seus Órgãos de Assessoramento;

IV - zelar pela harmonia entre os Conselheiros Federais e entre os CREFs, em benefício da unidade política do Sistema CONFEF/CREFs;

V - supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas e financeiras do CONFEF;

VI - adotar providências de interesse do exercício da profissão, promovendo as medidas necessárias à sua regularidade e defesa, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

VII - movimentar, conjunta e solidariamente com o Tesoureiro, as contas bancárias e contratos de ordem financeira e patrimonial do CONFEF e demais documentos referentes às despesas do Conselho;

VIII - admitir, nomear, demitir e exonerar funcionários;

IX - responder sobre o registro e fiscalização do exercício profissional;

X - expedir Resoluções aprovadas pelo Plenário;

XI - expedir Portarias e atos internos;

XII - assinar, conjunta e solidariamente com o Tesoureiro, os balanços, proposta orçamentária e demais documentos necessários à gestão financeira;

XIII - praticar atos de competência do Plenário, ad referendum deste, em matéria que, por sua urgência, reclame disciplina ou decisão imediata;

XIV - proferir voto de qualidade quando houver empate, além do voto ordinário, exceto em julgamentos éticos;

XV - nomear Membro para desempenho de funções e designar Relatores;

XVI - assinar com o Secretário as atas das reuniões do Plenário e da Diretoria;

XVII - autorizar o pagamento de despesas, observadas as normas legais pertinentes;

XVIII - autorizar e/ou delegar a expedição de certidões, declarações, atestados e documentos similares extraídos de registros próprios do CONFEF;

XIX - diligenciar o atendimento do que for requisitado pelos Presidentes das Câmaras do CONFEF, inclusive o apoio administrativo e o assessoramento técnico;

XX - decidir sobre alterações eventuais de expediente;

XXI - autorizar o trabalho dos empregados fora do expediente normal de trabalho;

XXII - conceder elogios aos empregados e aplicar-lhes penalidades;

XXIV - despachar os papéis, assinar as Resoluções e Portarias, bem como a correspondência oficial do CONFEF;

XXV - zelar pelo prestígio e decoro do CONFEF.

Art. 70 - Aos Vice-Presidentes do CONFEF compete substituir o Presidente em suas ausências.

SUBSEÇÃO II

DA SECRETARIA

Art. 71 - Compete ao 1º Secretário:

I - dirigir e supervisionar os serviços da Secretaria;

II - assessorar a Presidência nos assuntos pertinentes à Secretaria;

III - organizar as reuniões de Diretoria e Plenário;

IV - secretariar as reuniões da Diretoria e Plenário;

V - redigir a ata das reuniões ou supervisionar a sua redação;

VI - dar tramitação e acompanhar a execução das deliberações do Presidente, Diretoria e Plenário;

VII - assinar, com o Presidente, as atas e os extratos de ata;

VIII - verificar a identidade e a qualidade dos participantes das reuniões:

IX - auxiliar a verificação e a contagem de votos durante as reuniões do Plenário;

X - fazer a chamada para as votações, pela ordem de assinaturas no livro de presença;

XI - executar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário, Diretoria ou Presidência;

XII - substituir os Vice-Presidentes em suas ausências ou impedimentos.

Art. 72 - Compete ao 2º Secretário:

I - substituir o 1º Secretário nos casos de ausência e impedimento;

II - cooperar com o 1º Secretário no desempenho das suas atribuições.

SUBSEÇÃO III

DA TESOURARIA

Art. 73 - Compete ao 1º Tesoureiro:

I - assinar, conjunta e solidariamente com o Presidente, cheques e ordens de pagamento e demonstrativos contábeis anuais das prestações de contas;

II - movimentar, conjunta e solidariamente com o Presidente, as contas bancárias e contratos de ordem financeira e patrimonial;

III - administrar os recursos financeiros junto com o Presidente;

IV - coordenar e supervisionar, com o Presidente, a elaboração e execução da proposta orçamentária;

V - realizar a gestão financeira com o Presidente;

VI - assinar despesas, somente quando houver recursos financeiros em caixa;

VII - assinar, conjunta e solidariamente com o Presidente, os balanços, proposta orçamentária e demais documentos necessários à gestão financeira;

VIII - substituir os Secretários em suas ausências ou impedimentos;

IX - manter-se informado acerca dos serviços e atividades compreendidas na área econômico-financeira.

Art. 74 - Compete ao 2º Tesoureiro:

I - substituir o 1º Tesoureiro nos casos de ausência e impedimento;

II - cooperar com o 1º Tesoureiro no desempenho das suas atribuições.

SUBSEÇÃO VI

DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Art. 75 - As Câmaras são órgãos de assessoramento do Plenário, da Diretoria e da Presidência do CONFEF, com competência exclusiva para examinar em caráter preliminar por meio de análise, instrução e emissão de parecer os assuntos e processos que lhes forem enviados pelo Presidente do CONFEF, retornando-os devidamente avaliados para decisão superior.

Art. 76 - As Câmaras terão como sede as instalações do CONFEF e contarão com o apoio da Secretaria das Câmaras para auxílio nas questões administrativas.

SUBSEÇÃO VI.I

DAS CÂMARAS PERMANENTES

Art. 77 - Às Câmaras Permanentes competem as prerrogativas descritas neste Regimento:

I - elaborar o programa de trabalho, na área de sua competência, apresentando à Diretoria do CONFEF;

II - desenvolver estudos e pesquisas que colaborem na definição de estratégias que estabeleçam conexões entre o sua área de competência e o exercício profissional;

III - elaborar relatório de atividades desenvolvidas durante o ano e envio à Diretoria do CONFEF até o dia 15 de Fevereiro do ano subsequente.

Art. 78 - São Câmaras Permanentes:

I - Câmara de Registro;

II - Câmara de Normatização;

III - Câmara de Fiscalização;

IV - Câmara de Julgamento;

V - Câmara de Orientação e Ética Profissional;

VI - Câmara de Controle e Finanças;

VII - Câmara de Presidentes.

SUBSEÇÃO VI.I.I

DA CÂMARA DE REGISTRO

Art. 79 - À Câmara de Registro compete especificamente:

I - propor procedimentos para o registro dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas, ouvindo os CREFs, e encaminhar as proposições para deliberação do Plenário;

II - estabelecer procedimentos para o registro e a emissão de Certidão de Registro de Especialidade Profissional;

III - examinar matéria sobre registro e propor medidas e ações pertinentes.

IV - analisar e emitir Parecer nos processos oriundos dos CREFs em grau recursal, submetendo-os ao Plenário para análise e deliberação;

V - consolidar dados sobre o ensino da Educação Física, em âmbito nacional, organizá-los e disseminá-los junto às partes interessadas;

VI - analisar, anualmente, o modelo da Carteira de Identidade Profissional;

VII - fazer o levantamento dos cursos de pós-graduação, analisando se possuem requisito para a inclusão como especialidade.

SUBSEÇÃO VI.I.II

DA CÂMARA DE NORMATIZAÇÃO

Art. 80 - À Câmara de Normatização compete especificamente:

I - zelar para que sejam cumpridas as leis, os princípios e as normas reguladoras do exercício da profissão;

II - acompanhar normativas, projetos de lei e decisões judiciais que impactem no exercício profissional e no desenvolvimento da Profissão;

III - elaborar diretrizes e normas técnicas e éticas reguladoras da atividade profissional e da profissão;

IV - elaborar instruções normativas necessárias à implementação das decisões do Plenário e das decisões das Câmaras;

V - promover o aprimoramento e a inovação de procedimentos relativos ao exercício profissional e à Profissão;

VI - estabelecer mecanismos legais para intercâmbio com Instituições de Ensino Superior e entidades de natureza técnica;

VII - manter cadastro dos Cursos de Graduação em Educação Física do Brasil;

VIII - formular proposta para recomendação de currículo mínimo para a formação em nível Superior de Educação Física.

SUBSEÇÃO VI.I.III

DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Art. 81 - À Câmara de Fiscalização compete especificamente:

I - definir diretrizes e procedimentos para a fiscalização do exercício profissional pelos CREFs;

II - desenvolver ações necessárias à adequada fiscalização e prevenção de infrações no exercício profissional;

III - elaborar recomendações, orientações e diretrizes sobre os diferentes campos de intervenção profissional, no que tange à fiscalização das atividades profissionais;

IV - assessorar nas respostas que se refiram a procedimentos para a fiscalização do exercício profissional pelos CREFs;

V - zelar pela orientação e pela eficácia da fiscalização do exercício profissional pelos CREFs;

VI - analisar, responder consultas, debater e propor soluções às demandas das Câmaras de Fiscalização dos CREFs;

VII - emitir pareceres sobre assunto referente à fiscalização, quando solicitado pela Diretoria do CONFEF;

VIII - propor e/ou apreciar ato normativo que verse sobre a orientação e fiscalização do exercício e das atividades profissionais dos Profissionais de Educação Física;

IX - assessorar nas respostas que se refiram às Câmaras de Fiscalização dos CREFs.

SUBSEÇÃO VI.I.IV

DA CÂMARA DE JULGAMENTO

Art. 82 - À Câmara de Julgamento compete especificamente:

I - examinar e emitir parecer sobre os recursos interpostos contra decisões proferidas pelos Conselhos Regionais de Ética em processos em face de Profissionais, preparando-os para apreciação do Conselho Superior de Ética;

II - sanear, avocar e desenvolver processos de sua competência, determinando as diligências necessárias à instrução processual com julgamento das infrações cometidas e enquadramento legal às transgressões disciplinares, aplicação de multas e penalidades previstas;

III - informar à Diretoria sobre fatos apurados para representação às autoridades competentes;

IV - zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional e do Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs;

V - assessorar nas respostas e orientar as Câmaras de Julgamento dos CREFs;

VI - organizar, controlar e manter atualizados documentação, dados e informações sobre denúncias e julgamentos;

VII - apresentar, anualmente, dados sobre os julgamentos realizados pelo Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 83 - A Câmara de Julgamento pode, por ato de seu Presidente, solicitar à Diretoria a nomeação de uma Comissão de Sindicância composta por Profissionais registrados no Sistema CONFEF/CREFs, com a finalidade de efetuar sindicância ou promover diligência necessária à instrução de processo a seu cargo.

Parágrafo único - Estão absolutamente impedidos de participar de sindicância, diligência e/ou julgamento os parentes até o 3º (terceiro) grau das partes ou aqueles que de qualquer forma estejam envolvidos com o fato objeto do processo, ou que tenham, publicamente, emitido algum juízo de valor sobre o mesmo.

SUBSEÇÃO VI.I.V

DA CÂMARA DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

Art. 84 - À Câmara de Orientação e Ética Profissional compete especificamente:

I - estimular a exação e a diligência no exercício profissional, resguardando a dignidade dos que a exercem;

II - elaborar recomendações, orientações e diretrizes sobre os diferentes campos de intervenção profissional;

III - propor e realizar atividades relacionadas com a ética profissional nos campos de intervenção do Profissional de Educação Física;

IV - elaborar instruções sobre assuntos específicos relacionados com o exercício profissional;

V - analisar e emitir parecer sobre políticas públicas ou iniciativas privadas, que incidam sobre Educação Física na saúde, na educação, nos esportes, na cultura e lazer;

VI - definir parâmetros e instrumentos de avaliação do exercício profissional, incluindo exame de proficiência;

VII - estabelecer referenciais para a criação e reconhecimento de especialidades profissionais;

VIII - articular ações entre formação inicial e continuada, exercício profissional e mercado de trabalho;

IX - elaborar propostas sobre o perfil formativo e de intervenção profissional.

X - propor mudanças no Código de Ética Profissional;

XI - assessorar nas respostas e orientar às Câmaras de Orientação e Ética dos CREFs sobre o disposto no Código de Ética Profissional e no Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs.

SUBSEÇÃO VI.I.VI

DA CÂMARA DE CONTROLE E FINANÇAS

Art. 85 - À Câmara de Controle e Finanças compete especificamente:

I - examinar a proposta orçamentária do CONFEF;

II - examinar, anualmente, as prestações de contas e o balanço do exercício do CONFEF, emitindo parecer para deliberação do Plenário;

III - apreciar as demonstrações contábeis mensais, emitindo parecer se necessário;

IV - apresentar ao Plenário denúncia fundamentada sobre erros administrativos de matéria financeira, sugerindo as medidas a serem tomadas;

V - acompanhar a execução orçamentária e dos programas necessários à utilização regular e racional dos recursos;

VI - atuar na auditoria interna da entidade;

VII - apresentar ao Plenário, trimestralmente, os relatórios exarados acerca da prestação de contas;

VIII - levantar e analisar os problemas encontrados pela Câmara na documentação apresentada pelo CONFEF;

IX - propor ato normativo que verse sobre as prestações de contas, demonstrações contábeis, proposta orçamentária e demais relatórios do CONFEF.

Parágrafo único - Compete ao Presidente e ao Tesoureiro diligenciar o atendimento do que for requisitado por Membro da Câmara de Controle e Finanças, para o exercício da competência referida neste artigo, inclusive o apoio administrativo e o assessoramento técnico.

Art. 86 - A Câmara de Controle e Finanças será constituída por Conselheiros Federais eleitos.

Parágrafo único - Os integrantes da Diretoria do CONFEF não poderão participar da Câmara de Controle e Finanças.

SUBSEÇÃO VI.I.VII

DA CÂMARA DE PRESIDENTES

Art. 87 - A Câmara de Presidentes é o colegiado que tem por objetivo precípuo promover o intercâmbio de experiências entre os entes do Sistema CONFEF/CREFs, buscando a uniformização, organização e orientação de procedimentos dos CREFs, com vistas à eficiência e eficácia dos atos do Sistema CONFEF/CREFs.

Parágrafo Único - A Câmara de Presidentes, órgão de função consultiva, será constituída por todos os Presidentes de CREFs e pelo Presidente do CONFEF.

Art. 88 - Compete à Câmara de Presidentes:

I - formular propostas e sugestões ao Plenário do CONFEF;

II - zelar pela harmonia no Sistema CONFEF/CREFs em benefício da unidade;

III - funcionar como órgão assessor permanente de coordenação e articulação dos interesses comuns do Sistema CONFEF/CREFs;

IV - promover, incentivar as práticas administrativas e de gestão voltadas ao aperfeiçoamento dos Conselhos Regionais como elementos essenciais ao Sistema CONFEF/CREFs;

V - desenvolver articuladamente com o Sistema CONFEF/CREFs a defesa e aprovação de matérias de interesse da profissão e do Profissional de Educação Física, em nível Nacional;

VI - sugerir ao Plenário do CONFEF a constituição e extinção de CREFs, apresentando a devida justificativa.

SUBSEÇÃO VI.I.VIII

DAS CÂMARAS TEMPORÁRIAS

Art. 89 - As Câmaras Temporárias do CONFEF serão instituídas para atender demandas específicas, de caráter temporário.

§ 1º - A indicação da necessidade de criação das Câmaras Temporárias será analisada pela Diretoria do CONFEF e, após, levado para deliberação do Plenário.

§ 2º - As Câmaras Temporárias serão instituídas através de Resolução contemplando a razão de sua criação, competências e prazo de funcionamento.

TÍTULO V

DAS FINANÇAS E DO PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I

DAS FINANÇAS

Art. 90 - Constitui atribuição privativa e exclusiva do CONFEF a execução e o controle de suas atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias, observadas as seguintes normas:

I - o CONFEF deverá manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada;

II - é vedado ao CONFEF contrair despesas para as quais não haja disponibilidade orçamentária e de caixa.

Art. 91 - O CONFEF, quando da elaboração de sua proposta orçamentária, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - a proposta orçamentária conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira, a governança e o programa de trabalho do Conselho;

II - a proposta orçamentária, referente ao exercício subsequente, deverá ser aprovada pelo Plenário até o dia 15 de Dezembro, devendo conter o detalhamento de receitas e de despesas;

III - caso o CONFEF não aprove a proposta orçamentária no prazo estabelecido no inciso II deste artigo, vigerá a última proposta orçamentária aprovada por seus respectivos Plenários;

V - a receita deverá ser elaborada levando-se em consideração o número de Profissionais registrados, o valor do desconto concedido e o percentual de adimplência, acrescido da possível expansão no ano.

Art. 92 - O exercício financeiro do CONFEF coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§ 1º - O orçamento será único e incluirá todas as receitas e despesas.

§ 2º - Os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados e comprovados por documentos mantidos em arquivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 93 - A prestação de contas do CONFEF deverá seguir as normas abaixo elencadas:

I - a prestação de contas referente ao exercício findo será apresentada até 30 de Abril pela Diretoria do CONFEF, com parecer da respectiva Câmara de Controle e Finanças, ao respectivo Plenário, estruturado sob a forma de Conselho Especial de Tomada de Contas, para apreciação e julgamento;

II - caso as contas do CONFEF não sejam apresentadas até 30 de Abril, conforme previsto no inciso I, caberá ao Plenário, estruturado em forma de Conselho Especial de Tomada de Contas, determinar a tomada de contas para apreciação e julgamento.

Art. 94 - As receitas do CONFEF serão aplicadas na realização de suas finalidades institucionais.

SEÇÃO I

DAS RECEITAS DO CONFEF

Art. 95 - Constituem fontes de receita do CONFEF:

I - valores relativos ao pagamento das inscrições dos Profissionais e das Pessoas Jurídicas;

II - 20% (vinte por cento) dos valores relativos ao pagamento das contribuições, anuidades, taxas, serviços e multas devidas pelos Profissionais de Educação Física e pelas Pessoas Jurídicas registradas nos CREFs;

III - os legados, doações e subvenções;

IV - as rendas patrimoniais;

V - as rendas obtidas por meio de patrocínios, promoções, cessão de direitos e marketing em eventos promovidos pelo CONFEF;

VI - outras fontes de receitas.

SEÇÃO II

DAS DESPESAS DO CONFEF

Art. 96 - As despesas do CONFEF compreenderão:

I - aquisição de bens e contratação de serviços, visado o atendimento às atividades administrativas do CONFEF;

II - pagamento de impostos, taxas e demais encargos quando aplicável;

III - pagamento de verbas de caráter indenizatório ou não, disciplinadas em Portaria ou Resolução, a Conselheiros, funcionários ou pessoa designada pelo CONFEF, quando para representação do Sistema CONFEF/CREFs;

IV - transferências aos CREFs, visando o cumprimento do disposto neste Regimento Interno;

V - outras despesas, de caráter extraordinário, que serão objeto de deliberação do Plenário;

VI - o pagamento de despesas eventuais autorizadas.

§ 1º - O Plenário do CONFEF deliberará sobre os valores a serem pagos pelas despesas previstas no inciso III, deste artigo.

§ 2º - As verbas de que trata o inciso III deste artigo, para serem concedidas, devem ser objeto de processo administrativo específico que contenha, pelo menos:

I - a demonstração de que se vinculam às finalidades da entidade;

II - a motivação da concessão e a comprovação da efetiva realização das atividades autorizadas.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO

SEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO DO CONFEF

Art. 97 - O patrimônio do CONFEF compreende:

I - seus bens móveis e imóveis, inclusive os recebidos mediante doação;

II - direitos junto às pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, que podem ser exigidos inclusive judicialmente;

III - obrigações, de curto e longo prazo, assumidas por pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, que podem ser exigidos inclusive judicialmente;

IV - prêmios recebidos em caráter definitivo.

Parágrafo único - Nenhum bem patrimonial do CONFEF poderá ser vendido ou penhorado para suprir déficit financeiro sem a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus Membros.

TÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES DOS MEMBROS DO CONFEF

Art. 98 - As eleições dos Membros Conselheiros Titulares e Suplentes do CONFEF realizar-se-ão de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos para mandato de 04 (quatro) anos, mediante convocação especial para este fim, através de eleição direta, por meio de voto pessoal, secreto e obrigatório dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs.

Parágrafo único - É admitida uma reeleição aos Conselheiros.

Art. 99 - Será aplicada multa ao Profissional que deixar de votar sem causa justificada.

Parágrafo único - O valor da multa a que se refere o caput deste artigo não será superior a 10% (dez por cento) do valor da anuidade paga pelo Profissional.

Art. 100 - O CONFEF editará as normas necessárias para regulamentar os procedimentos relativos às suas eleições através de um Código Eleitoral, que deverá ser aprovado e alterado, quando necessário, com a presença de 2/3 (dois terços) de seus Membros.

Parágrafo único - A publicação do Código a que aduz o caput deste artigo deverá ser aprovado e publicado no Diário Oficial da União até o dia 31 de Dezembro de 2023.

Art. 101 - A data para início do mandato dos Conselheiros Eleitos é 01 de Janeiro do ano subsequente ao ano da eleição.

CAPÍTULO III

DOS CONSELHEIROS

Art. 102 - Os mandatos dos Membros do Sistema CONFEF/CREFs somente poderão ser exercidos por Conselheiros que satisfaçam todas as exigências deste Regimento Interno.

Art. 103 - A função de Conselheiro do Sistema CONFEF/CREFs é considerada serviço de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízos aos Conselheiros durante o período das reuniões, capacitações e ações especificas do referido Sistema.

Art. 104 - São deveres dos Conselheiros do Sistema CONFEF/CREFs:

I - cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação federal, das Resoluções, das Portarias, das decisões normativas, das decisões do Plenário e dos atos administrativos expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs;

II - cumprir e zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional;

III - participar das reuniões do respectivo Plenário, da Diretoria, das Câmaras e ou outros órgãos, quando fizer parte, manifestando-se e votando, quando autorizado mediante norma legal;

IV - desempenhar encargos para os quais for designado, quando possível e aceito;

V - comunicar, antecipadamente e por escrito, ao respectivo Presidente seu impedimento em comparecer à reunião do Plenário, reunião de Diretoria e dos Órgãos de Assessoramento ou evento para o qual esteja convocado;

VI - comunicar, por escrito, ao respectivo Presidente seu pedido de licenciamento ou renúncia;

VII - dar-se por impedido na apreciação de documento em que seja parte direta ou indiretamente envolvida;

VIII - analisar e relatar documento que lhe tenha sido distribuído, apresentando relatório e voto fundamentado de forma clara, concisa, objetiva e legalmente fundamentada;

IX - pedir e obter vista de documento submetido à apreciação do Plenário, sempre que entender conveniente, de acordo com as normas previstas no Sistema CONFEF/CREFs;

X - representar os entes do Sistema CONFEF/CREFs por delegação do Plenário, Diretoria ou Presidência.

Art. 105 - O exercício do mandato de Membro Conselheiro do Sistema CONFEF/CREFs ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos requisitos e condições básicas previstas neste Regimento Interno e no Código Eleitoral do Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 106 - Perderá o cargo de Conselheiro do Sistema CONFEF/CREFs o Profissional que:

I - tiver seu registro profissional cassado;

II - for condenado à pena de reclusão em virtude de sentença transitada em julgado durante o mandato;

III - não tomar posse no cargo para o qual foi eleito no Plenário ou no Órgão determinado para o exercício de suas funções, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data marcada para a posse, salvo motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pelo Plenário;

IV - ausentar-se por 2 (duas) reuniões consecutivas anuais ou 4 (quatro) reuniões intercaladas em cada mandato de qualquer órgão deliberativo do CONFEF ou de CREF, sem motivo justificado, conforme apurado pelo Plenário em processo regular;

V - tiver realizado administração danosa no CONFEF ou em CREF, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa;

VI - tiver contas rejeitadas pelo CONFEF ou pelo respectivo CREF;

VII - tiver sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado;

VIII - deixar de votar ou justificar a ausência na eleição do CONFEF ou do CREF da respectiva região.

Art. 107 - Será declarada a vacância do cargo de Conselheiro do Sistema CONFEF/CREFs:

I - em caso de renúncia;

II - por falecimento;

III - em virtude da perda do cargo.

Parágrafo Único - A perda do cargo dar-se-á por deliberação do Plenário do CONFEF ou do respectivo CREF, em ação sumária, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 108 - O Conselho Federal de Educação Física goza de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços, nos termos do parágrafo 2º do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil.
Art. 109 - As Resoluções, Deliberações e Atos Normativos aprovados pelo Plenário do CONFEF serão tornadas públicas, entrando em vigor na data de sua publicação, salvo se prevista outra data no próprio ato normativo.
Parágrafo único - Os atos e deliberações do Plenário, quando tiverem caráter geral, passam a ser considerados como complementares a este Regimento, com a mesma eficácia de seus dispositivos.
Art. 110 - As deliberações do Plenário e da Diretoria constam das atas das respectivas reuniões e são formalizadas mediante:
I - Resoluções;
II - Portarias;
III - Atos Internos.
Art. 111 - As Resoluções, Portarias e Atos Internos têm numeração, por espécie cronológica e infinita.
Art. 112 - Os atos administrativos emanados da Diretoria do CONFEF e dos CREFs serão levados ao conhecimento dos respectivos Membros Conselheiros, através de documento oficial.
Art. 113 - Os atos administrativos e financeiros do CONFEF, bem como todas as suas demais atividades, subordinar-se-ão às disposições da Lei 9.696/1998 e deste Regimento Interno.
Art. 114 - Salvo disposição em contrário, os prazos de que trata este Regimento serão contados excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.
Parágrafo único - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no CONFEF.
Art. 115 - O cumprimento das disposições deste Regimento Interno, bem como das demais normas emanadas pelo CONFEF é obrigatório para todos os seus Membros, aos CREFs, aos Profissionais e às Pessoas Jurídicas neles registrados.
Art. 116 - Aos Ex-Presidentes do CONFEF que tenham cumprido integralmente seus mandatos até 07 de Novembro de 2010 é assegurada a função de Conselheiro Honorifico vitalício do CONFEF, com direito a voz.
Art. 117 - Este Regimento Interno poderá ser alterado, desde que haja solicitação de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Plenário do CONFEF.
Art. 118 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CONFEF.
Art. 119 - Este Regimento Interno foi aprovado em reunião do Plenário do CONFEF, realizada em 02 e 03 de Dezembro de 2022, entrando em vigor na data de sua publicação, quando restará revogada a Resolução CONFEF 220/2011.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO COFEN Nº 136, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 005/2022. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-RJ Nº 041/2020. 548ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial. Maioria dos votos. Reforma da Decisão Coren-RJ nº 891/2021. Infração aos artigos 24, 25 e 53 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 564/2017. Advertência verbal.

BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

IVONE AMAZONAS MARQUES ABOLNIK
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO COFEN Nº 137, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 006/2022. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-RJ Nº 004/2020. 548ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Unanimidade dos votos. Manutenção da Decisão Coren-RJ nº 886/2021. Absolvição.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES
Presidente da Mesa

JOSIAS NEVES RIBEIRO
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO COFEN Nº 138, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 009/2022. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-PE Nº 124/2019. 548ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Unanimidade dos votos. Reforma da Decisão Coren-PE nº 214/2021. Absolvição.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES
Presidente da Mesa

LEOCARLOS CARTAXO MOREIRA
Conselheiro-Relator

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 558, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Reconhece a modalidade Residência Multiprofissional como formação em prática profissional para obtenção do título de Especialista Profissional em Fisioterapia e em Terapia Ocupacional.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com as competências previstas no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e cumprindo o deliberado em sua 346ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2021;
Considerando o Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969;
Considerando a competência normativa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;
Considerando a Lei Federal nº 11.129, de 30 de julho de 2005;
Considerando a criação e normatização da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, que abrange as profissões da Fisioterapia e Terapia Ocupacional pelos Ministérios da Educação e da Saúde;
Considerando a Resolução CNRMS nº 5, de 7 de novembro de 2014;, resolve:
Art. 1º Reconhecer, no âmbito do Sistema COFFITO/CREFITOs, como modalidade de especialidade profissional a Residência Multiprofissional, que apresente projeto pedagógico e critérios compatíveis, em especialidade regulada pelo COFFITO, observada as disposições desta Resolução.
Art. 2º Os cursos de residência suscetíveis ao reconhecimento direto de seus títulos são exclusivamente aqueles regularmente autorizados pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).
Parágrafo único. A residência multiprofissional deverá observar a carga horária compreendida entre 02 (dois) e 03 (três) anos e seu Programa deverá ser encaminhado ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional para avaliação e aprovação por meio de Resolução específica, o que pode se dar, inclusive, antes da submissão do programa à Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).
Art. 3º A residência multiprofissional, que inclua Fisioterapia e Terapia Ocupacional, estará subordinada tecnicamente, administrativamente e normativamente à Instituição de Ensino e à Entidade Patrocinadora, que serão responsáveis pela emissão dos certificados dos profissionais.
Parágrafo único. O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional registrará o título de especialista profissional aos requerentes cujo programa tenha sido avaliado e aprovado previamente pelo COFFITO.
Art. 4º A submissão do Projeto Pedagógico da Residência Multiprofissional em Fisioterapia ou Terapia Ocupacional permitirá que o COFFITO, antes ou depois da aprovação, realize diligências, a fim de certificar a qualidade do referido Programa e sua execução perante as entidades autorizadas pela CNRMS, com a proposição de medidas saneadoras, se for o caso, ou recomendações de outras medidas que considerar adequadas perante a Instituição de Ensino, à Entidade Patrocinadora e à Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde.
Art. 5º Para ser considerado compatível com obtenção de Título de Especialista Profissional em uma das áreas de Especialidades da Fisioterapia ou da Terapia Ocupacional, o programa de Residência Multiprofissional deve obedecer aos seguintes critérios:
1. Apresentar carga horária mínima teórica de 360 horas, no eixo específico, em área pretendida;
2. Apresentar carga horária mínima de 2300 horas em atividade prática ou teórico-prática em serviço, na área pretendida, o que corresponde a 40% das atividades previstas na Resolução CNRMS nº 05, de 7 de novembro de 2014;
Art. 6º A presente Resolução não altera a modalidade para obtenção das especialidades profissionais reguladas por meio das Resoluções nº 377 e nº 378, ambas de 11 de junho de 2010, certificadas por Associações Científicas conveniadas com o COFFITO, excetuando a aplicabilidade das referidas normas somente aos profissionais que possuam os Certificados de Residência emitidos nos termos da presente Resolução, que passam a contar com o reconhecimento no caso de aprovação do Programa de Residência que observarem as condições aqui estabelecidas.
Parágrafo único. Os certificados de Residência que não observarem as normas estabelecidas na presente Resolução permanecem como títulos a serem considerados e qualificados na fase de análise de Títulos, quando da submissão do profissional ao Exame de Conhecimento e Prova de Títulos na especialidade por este requerida, nos termos das Resoluções-COFFITO nº 377/2010 e nº 378/2010.
Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COFFITO.
Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RENATO MASSAHUD JÚNIOR
Diretor-Secretário
Em exercício

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO CFN Nº 738, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fixa os valores de anuidades devidas pelos profissionais aos Conselhos Regionais de Nutricionistas da 1ª Região (CRN-1), da 2ª Região (CRN-2), da 5ª Região (CRN-5), da 6ª Região (CRN-6), da 7ª Região (CRN-7), da 8ª Região (CRN-8), da 10ª Região (CRN-10) e da 11ª Região (CRN-11) para o exercício de 2023.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno do CFN, aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), e em conformidade com a Resolução CFN nº 734, de 03 de outubro de 2022 e com as deliberações adotadas na 474ª Reunião Plenária, de 24, 25, 26 e 27 de novembro de 2022, resolve:
Art. 1º Fixar, para o exercício de 2023, os seguintes valores de anuidades devidas pelos profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Nutricionistas da 1ª Região (CRN-1), da 2ª Região (CRN-2), da 5ª Região (CRN-5), da 6ª Região (CRN-6), da 7ª Região (CRN-7), da 8ª Região (CRN-8), da 10ª Região (CRN-10) e da 11ª Região (CRN-11): I - para os nutricionistas: R$ 490,18 (quatrocentos e noventa reais e dezoito centavos); II - para os técnicos em nutrição e dietética: R$ 245,09 (duzentos e quarenta e cinco reais e nove centavos). § 1º As anuidades previstas neste artigo poderão ser pagas da seguinte forma: a) em cota única, com vencimento no dia 30 de junho de 2023, sem qualquer desconto; b) em 6 (seis) parcelas mensais, com vencimentos no último dia dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2023; c) os profissionais inscritos em municípios que, por razão de fator ambiental, seja decretada a calamidade pública na vigência dos prazos previstos nas alíneas "a" e "b" deste parágrafo, poderão ser contemplados com a prorrogação do vencimento de seus boletos ao limite de até 60 (sessenta) dias a contar do vencimento original da parcela, mediante ato justificado do (a) Presidente do CRN, sobre o qual deverá dar ciência ao CFN. § 2º O pagamento dos valores de anuidades de que tratam os incisos I e II deste artigo poderá ainda ocorrer, sem qualquer acréscimo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos meses previstos nas alíneas "a" e "b" do § 1º deste artigo.
Art. 2°. As anuidades de que trata o art. 1° desta Resolução poderão ser pagas, em cota única, até o dia 31 de janeiro de 2023, nos seguintes valores reduzidos no percentual de 15% (quinze por cento): a) nutricionistas: R$ 416,65 (quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos); b) técnicos em nutrição e dietética: R$ 208,33 (duzentos e oito reais e trinta e três centavos). Parágrafo único. A quitação dos valores de anuidades de que trata este artigo poderá ainda ocorrer, sem qualquer acréscimo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência.
Art. 3° Os profissionais inscritos em municípios que, por razão de fator ambiental, seja decretada a calamidade pública na vigência dos prazos previstos nas alíneas "a" e "b" do art. 1º, poderão ser contemplados com a prorrogação do vencimento de seus boletos ao limite de até 60 (sessenta) dias a contar do vencimento original da parcela, mediante ato justificado do (a) Presidente do CRN, sobre o qual deverá dar ciência ao CFN.
Art. 4° Os acréscimos pelo pagamento com atraso, a cobrança e as demais questões relacionadas às anuidades serão reguladas pelas normas gerais aplicáveis às anuidades constantes de resolução própria do Conselho Federal de Nutricionistas.
Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023, revogando-se a Resolução CFN n° 709, de 15 de dezembro de2021.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CFN Nº 739, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Fixa os valores de anuidades devidas pelos profissionais aos Conselhos Regionais de Nutricionistas da 3ª Região (CRN-3), da 4ª Região (CRN-4) e da 9ª Região (CRN-9), para o exercício de 2023, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno do CFN, aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), e em conformidade com a Resolução CFN nº 734, de 03 de outubro de 2022 e com as deliberações adotadas na 474ª Reunião Plenária, de 24, 25, 26 e 27 de novembro de 2022, resolve:
Art. 1º Fixar, para o exercício de 2023, os seguintes valores de anuidades devidas pelos profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Nutricionistas da 3ª Região (CRN-3), da 4ª Região (CRN-4) e da 9ª Região (CRN-9): I - para os Nutricionistas: R$ 533,81 (quinhentos e trinta e três reais e oitenta e um centavos); II - para os Técnicos em Nutrição e Dietética: R$ 266,91 (duzentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos). § 1º As anuidades previstas neste artigo poderão ser pagas da seguinte forma: a) em cota única, com vencimento no dia 30 de junho de 2023, sem qualquer desconto; b) em 6 (seis)

parcelas mensais, com vencimentos no último dia dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2023. § 2º O pagamento dos valores de anuidades de que tratam os incisos I e II deste artigo poderá ainda ocorrer, sem qualquer acréscimo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos meses previstos nas alíneas "a" e "b" do § 1º deste artigo.

Art. 2° As anuidades de que trata o art. 1º desta Resolução poderão ser pagas, em cota única, até o dia 31 de janeiro de 2023, nos seguintes valores reduzidos no percentual de 15% (quinze por cento): a) Nutricionistas: R$ 453,74 (quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos); b) Técnicos em Nutrição e Dietética: R$ 226,87 (duzentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A quitação dos valores de anuidades de que trata este artigo poderá ainda ocorrer, sem qualquer acréscimo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência.

Art. 3° Os profissionais inscritos em municípios que, por razão de fator ambiental, seja decretada a calamidade pública na vigência dos prazos previstos nas alíneas "a" e "b" do art. 1º, poderão ser contemplados com a prorrogação do vencimento de seus boletos ao limite de até 60 (sessenta) dias a contar do vencimento original da parcela, mediante ato justificado do (a) Presidente do CRN, sobre o qual deverá dar ciência ao CFN.

Art. 4° Os acréscimos pelo pagamento com atraso, a cobrança e as demais questões relacionadas às anuidades serão reguladas pelas normas gerais aplicáveis às anuidades constantes de Resolução própria do Conselho Federal de Nutricionistas.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023, revogando-se a Resolução CFN n° 710, de 15 de dezembro de 2021.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 5ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 124, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a publicidade da proposta orçamentaria do exercício de 2023 do Conselho Regional de Educação Física CREF5 CE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 5ª REGIÃO, com abrangência no Estado do Ceará, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme inciso VII do art. 40, do Estatuto do CREF5/CE; CONSIDERANDO o inciso IX do artigo 31 do Estatuto do CREF5. CONSIDERANDO a Lei nº 12.514/2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932/1981, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais; CONSIDERANDO o decidido pelo Plenário do CREF5/CE em Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 25/10/2022. resolve:

Art. 1º - Dar publicidade a proposta orçamentária do Conselho Regional de Educação Física- CREF5-CE, devidamente aprovada, para o exercício financeiro de 2023, que estima a receita em R$ 3.850.000,00 (três milhões e oitocentos e cinquenta mil reais) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação da receita total:

6.2.1.1.01	RECEITA CORRENTE	3.850.000,00
6.2.1.1.01.01	Contribuições	2.887.779,58
6.2.1.1.01.04	Exploração Serviços	1.000,00
6.2.1.1.01.05	Financeiras	961.220,42
	TOTAL RECEITA	3.850.000,00

Art. 3º A despesa será realizada com observância ao seguinte desdobramento sintético:

6.2.2.1.01.01	DESPESA CORRENTE	3.830.500,00
6.2.2.1.02.02	Despesa de Capital	19.500,00
	TOTAL DESPESA	3.850.000,00

Art. 4º Para a abertura de créditos adicionais será exigido, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos, ficando o Presidente autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 50%(cinquenta por cento) do total deste orçamento.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de janeiro de 2023.

ANDRÉA CRISTINA DA SILVA BENEVIDES

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO

DECISÃO COREN/MA Nº 241 DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão COREN-MA nº 012/2012; CONSIDERANDO o Regimento Interno do Regional, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 118/2021 e homologado pela Decisão Cofen nº 0107/2021, no art. 11 que compete ao Coren-MA, fixar o valor da anuidade; CONSIDERANDO o artigo 16 da Lei nº 5.905/73, que define a receita do Conselho Regional de Enfermagem; CONSIDERANDO a Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral; CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem fixar os valores das anuidades, e homologar os valores de taxas de serviços e emolumentos para os Conselhos Regionais de Enfermagem; CONSIDERANDO a Decisão Coren-MA nº 150/2022 que trata de pagamento de anuidades via cartão de crédito e boleto; CONSIDERANDO o Ofício Circular Cofen nº 171/2022, que encaminha a Resolução Cofen 711/2022; CONSIDERANDO a Resolução Cofen 711/2022 que determina aos Conselhos Regionais de Enfermagem a aplicação da correção de 10,12% (INPC), quando da fixação das anuidades, taxas e serviços de 2023, e dá outras providências; CONSIDERANDO a deliberação na 601ª (sexagésima primeira) Reunião Ordinária de Plenário - ROP, realizada nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2022; decide:

Art. 1º Fixar os valores das anuidades de pessoa física e jurídica no âmbito do Coren-MA para o exercício do ano de 2023:

Pessoa Física: Enfermeiro R$ 316,88; Obstetriz R$ 301,03; Técnico de Enfermagem - RS 180,40; Auxiliar de Enfermagem-R$ 165,69.

Pessoa Jurídica: Até R$ 50.000,00 de capital social - R$ 676,53; Acima de R$ 30.000,00 e até R$ 200.000,00 - R$ 1.353,06; Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00 - R$ 2.029,57; Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00 - R$ 2.706,11; Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00 - R$ 3.382,61; Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00 - R$ 4.059,16; Acima de R$ 10.000.000,00 - R$ 5.412,17.

Art. 2º As anuidades terão vencimento em 31 de março e poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - Com desconto de 30% (trinta por cento) - em cota única até 31 de janeiro de 2023;

II - Com desconto de 20% (vinte por cento) - em cota única até 28 de fevereiro de 2023;

III - Com desconto de 10% (dez por cento) - em cota única até 31 de março de 2023;

IV - Parcelado sem desconto em 05 (cinco) quotas mensais, iguais e consecutivas, com o primeiro vencimento em 31 de janeiro de 2023, não podendo cada parcela ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 1º As parcelas pagas após o vencimento mensal sofrerão acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora 0,03% (zero virgula zero três por cento) ao dia.

§ 2º Não havendo o pagamento até 31 de março de 2023, ou o parcelamento previsto, no inciso IV deste artigo, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros de 1% (um por cento) ao dia.

Art. 3º Aos profissionais recém-inscritos, será concedido o desconto de 30% (trinta por cento) para Enfermeiro e 50% (cinquenta por cento) para Técnico e Auxiliar de Enfermagem, no valor da primeira anuidade, que será paga proporcionalmente quando solicitada a partir do mês de abril.

Art. 4º Priorizar e incentivar o pagamento de anuidades via cartão de crédito e posteriormente em boleto bancário.

Art. 5º Deferido parcelamento no boleto bancário em até 04 (quatro) vezes e de 05 (cinco) a 12 (doze) vezes no cartão de crédito.

§ 1º Caso o profissional inadimplente não possua cartão de crédito, oferecer pagamento parcelado a partir de 05 (cinco) vezes em boleto bancário.

Art. 6º O profissional que tiver mais de uma inscrição no Coren-MA pagará apenas a anuidade correspondente à inscrição da categoria de maior nível de formação, estando isento do pagamento referente às demais categorias em relação as quais também possua inscrição.

§1º A isenção a que se refere este artigo não se estende a anuidades de exercícios anteriores já pagas ou em débito.

§2º Possuindo o profissional formação e exercendo atribuições especificas, fica mantida a obrigatoriedade de inscrição em todas as categorias.

Art. 7° Será concedida isenção de anuidade aos profissionais atingidos por intempéries, ou seja, aquelas resultantes de condições atmosféricas extremas que podem causar ciclones, furacões, tufões, inundações, tempestades, tornados e outros similares, desde que oficialmente decretada como calamidade pública e tenha ocorrida no local da moradia do profissional, em até 12 (doze) meses após a data da calamidade, desde que atenda um dos seguintes requisitos:

a) ter sido oficialmente decretada a calamidade pública;

b) ser referente ao ano da calamidade pública;

c) ter recebido isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU;

d) autorizado a sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, em razão dos fatos motivadores da calamidade pública;

e) seja atestada por órgão ou entidade da Administração Pública a lesão a bens do profissional em razão da situação calamitosa.

Parágrafo Único: Na hipótese de profissional vítima de calamidade pública ter efetuado o pagamento da anuidade, assiste-lhe o direito de reembolso de valor da anuidade paga, atendido um dos requisitos das alíneas anteriores, sem acréscimos legais.

Art. 8º São isentos do pagamento de anuidade os profissionais:

I - Portadores de inscrição REMIDA;

II - Portadores de domes grave prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil que estiver em vigor para Imposto de Renda;

III - Os profissionais acometidos pela covid-19, desde que se encontrem incapacitados para o exercício profissional.

§1º Para efeito de reconhecimento da isenção prevista no inciso II e III deste artigo pelo Plenário do Conselho Regional do Maranhão, a doença deve ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, devendo ser contado o prazo de validade do laudo pericial, no caso de doenças passiveis de controle.

§2º A isenção prevista no inciso II e III deste artigo será válida enquanto durar a doença, devendo a comprovação ser feita anualmente pelo profissional inscrito até a efetiva cura.

§3º As isenções previstas neste artigo não impedem a cobrança de débitos dos exercícios anteriores.

Art. 9º Fixar os valores a serem cobrados, das taxas e emolumentos de pessoas físicas e jurídicas no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão para o exercício de 2023, conforme tabela abaixo:

- PESSOA FÍSICA

Inscrição e registro de pessoa física R$ 132,14

Reinscrição/revalidação de registro R$ 132,14

Transferência de inscrição R$ 110,12

- CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

Expedição de Carteira de identidade profissional R$ 66,07

- PESSOA JURÍDICA

Inscrição e registro de pessoa jurídica R$ 352,38

Taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica R$ 235,87

- OUTROS SERVIÇOS

Emissão de declaração ou validação de registro para outros países R$ 132,14

Certidão Narrativa R$ 44,05

Art. 10º - É vedada a cobrança de taxa para expedição de certidões: negativa, de transferência, de regularidade e/ou nada consta.

Art. 11º - Os demais serviços prestados pelo Coren-MA e que não constem nos artigos 1º, 9º e 10º desta Decisão, são isentos de qualquer pagamento.

Art. 12º - Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial e seus efeitos apenas passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023.

JOSÉ CARLOS COSTA ARAUJO JUNIOR
Presidente do Conselho

DEUSDEDE FERNANDES DA SILVA
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

DECISÃO COREN/SC Nº 45, DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

"Aprova a Suplementação ao orçamento do exercício 2022, no valor de R$ 256.239,67".

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem (Coren-SC), em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei n° 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, alterado pela Decisão Coren-SC nº 073/2021, e homologação pela Decisão Cofen nº 008/2022, e;

Considerando a Resolução Cofen nº 340/2008;

Considerando o Acordo Formal de Contribuição nº 028/2022 celebrado entre o Cofen e Coren-SC;

Considerando, ainda, a deliberação do Plenário do Coren-SC em sua 124ª Reunião Extraordinária da Plenário, ocorrida em 14 de outubro de 2022; decide:

Art. 1º - Aprovar a Suplementação Orçamentária para o exercício de 2022 deste Regional no valor R$ 256.239,67 (duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos) conforme planilhas em anexo, as quais são parte desta Decisão.

Art. 2º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, terá o valor de R$ 20.791.489,67 (vinte milhões, setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos)

Art. 3º - Para esta suplementação serão utilizados recursos recebidos do Conselho Federal de Enfermagem, por ocasião da aprovação do Projeto para auxílio na realização da 2ª Conferência de Enfermagem em Santa Catarina - Edição 2022.

Art. 4º - Esta Decisão devidamente homologada pelo Cofen entrará em vigor na data de sua assinatura.

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE
Presidente do Conselho

MARISTELA A. DE AZEVEDO
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO TOCANTINS

DECISÃO COREN/TO Nº 159, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza, "ad referendum" do Plenário, a reprogramação do Orçamento de 2022 no valor total de R$ 118.700,00 (cento e dezoito mil e setecentos reais) por créditos adicionais orçamentários.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, com a Tesoureira da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal n° 5.905/1973 e Regimento interno do COREN/TO.

CONSIDERANDO o constante do capitulo V - Dos Créditos Adicionais - artigo 43, e seus parágrafos e incisos, da Lei n° 4.320/64;

CONSIDERANDO o constante do capitulo IV - Dos Créditos Adicionais - artigos 85 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução Cofen n° 340/2008;

CONSIDERANDO o artigo 4° da Resolução Cofen n° 503/2006, parágrafo 1°, que estabelece procedimentos para alterações orçamentárias;

CONSIDERANDO a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento do exercício de 2022 no valor de R$ 118.700,00 (cento e dezoito mil e setecentos reais).

CONSIDERANDO o que consta nos Quadro Demonstrativo do Orçamento para o presente exercício;, decide

Art.1° Autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2022 no valor total de R$ 118.700,00 (cento e dezoito mil e setecentos reais) por créditos adicionais suplementares provenientes de receitas com leilão de veículos.

Art.2° Classificar os recursos existentes disponíveis para ocorrer à abertura de créditos alterados, para serem creditadas e incorporadas às seguintes rubricas:

Suplementação de receita orçamentária

I - R$ 118.700,00 (cento e dezoito mil e setecentos reais) dotação: 6.2.1.2.2.02.01.05 - Alienação de Veículos.

Suplementação de despesa orçamentária

II - R$ 118.700,00 (cento e dezoito mil e setecentos reais) dotação: 6.2.2.1.1.02.44.90.052.007 - Veículos.

Art. 3º Autorizar a reprogramação orçamentária após a 7ª sétima reformulação que passará de R$ 6.423.063,16 (seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil, sessenta e três reais e dezesseis centavos) para R$ 6.541.763,16 (seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos).

Art. 4° Estabelecer como parte integrante desta o Quadro Demonstrativo de Despesas modificado em face da presente Decisão.

Art. 5º A presente Decisão produzirá efeitos na data de sua assinatura e será enviada ao COFEN para ciência.

LUANA BISPO RIBEIRO
Presidente do Conselho

CASSIANO DA SILVA MILHOMEM
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16 REGIÃO

PORTARIA CREFITO-16 Nº 14, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo para abertura do processo eleitoral do CREFITO-16 para o quadriênio 2023-2027, e a designação do sorteio público eleitoral, visando a formação da Comissão Eleitoral e eventual cadastro de reserva

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16º Região - CREFITO-16, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975 e em cumprimento as Resolução COFFITO 519/2020, que dispõem sobre as eleições diretas para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências;

CONSIDERANDO a aproximação do término do mandato da atual gestão e a realização das eleições para o quadriênio 2023-2027;

CONSIDERANDO a necessidade de deflagrar o processo para a eleição dos Conselheiros integrantes do CREFITO-16, na forma do art. 3º, da Lei 6.316/75;

CONSIDERANDO a possibilidade de deflagração do processo eleitoral a partir do 10º (décimo) mês antecedente ao término do mandato vigente, conforme art. 1º, da Resolução COFFITO 519/2020, de 13 de março de 2020;

CONSIDERANDO que cabe ao Presidente do CREFITO-16 instaurar o processo eleitoral em questão, por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial da União, devendo proceder à designação de dia, hora e local para a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da Sede do CREFITO-16, visando à formação da Comissão Eleitoral local e eventual cadastro de reserva, conforme preconizado no art. 7º, da Resolução COFFITO 519, de 13 de março de 2020;

Institui a Portaria CREFITO-16 14/2022, que reger-se-á pelas disposições abaixo elencadas:

Art. 1º - Fica deflagrado o processo para a eleição dos Conselheiros do CREFITO-16, para o mandato referente ao quadriênio 2023-2027, na forma do art. 3º, da Lei 6.316/75, que será regido pela Resolução COFFITO 519, de 13 de março de 2020;

Art. 2º - O sorteio público aleatório para a formação da Comissão Eleitoral, entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-16, será realizado no dia 22 de dezembro de 2022, às 15 horas, no Auditório do Executive Lake Center, situado na Rua das Andirobas, nº 40, Jardim Renascença, CEP n. 65075-040, em São Luís - MA;

Art. 3º - Deverá ser entregue pela Secretaria Geral do CREFITO-16 ou por quem o Presidente ordenar, para fins de sorteio público, a listagem dos profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-16, para fins de divulgação no respectivo sítio eletrônico da autarquia, com antecedência mínima de 03 (três) dias, igualmente na forma da Resolução COFFITO 519, de 13 de março de 2020;

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º - Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

FERNANDO MAURO MUNIZ FERREIRA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO CRM-SC Nº 225, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova alteração do Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, previsto pela Resolução CRM-SC Nº 198/2020.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004 e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009 e legislação complementar;

Considerando que dentre as atribuições do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina compete elaborar a proposta do seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Medicina, conforme preconiza a letra "e" do artigo 15, da Lei nº 3.268/57;

Considerando a prerrogativa de emendar, revisar ou reformar o Regimento Interno;

Considerando a necessidade de dar prosseguimento ao Processo e descentralização do CRM-SC, com garantia de eficácia e eficiência das atividades institucionais;

Considerando o disposto na Resolução CFM Nº 1.367, de 05/05/93

Considerando, finalmente, o decidido na Sessão Plenária do Corpo de Conselheiros realizada em 28 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar o disposto no artigo 82 do Regimento Interno do CRM-SC, criando a nova Delegacia Regional do CRM-SC de Caçador.

Parágrafo 1º: Incluir os municípios de Santa Cecília, Lebon Regis, Fraiburgo, da jurisdição da Delegacia Regional do CRM-SC de Curitibanos e os municípios de Videira, Caçador, Rio das Antas e Macieira, da jurisdição da Delegacia Regional do CRM-SC de Joaçaba na jurisdição administrativa da recém-criada Delegacia Regional, que ficará composta pelos municípios:

Delegacia Regional do CRM-SC de Caçador:

Caçador, Macieira, Rio das Antas, Videira, Lebon Régis, Fraiburgo e Santa Cecília

Parágrafo 2º A Delegacia Regional do CRM-SC de Curitibanos ficará composta pelos municípios:

Curitibanos, Ponte Alta, São Cristovão do Sul, Mirim Doce, Ponte Alta do Norte, Monte Carlo e Frei Rogerio;

Parágrafo 3º A Delegacia Regional do CRM-SC de Joaçaba ficará composta pelos municípios: Joaçaba, Água Doce, Salto Veloso, Arroio Trinta, Treze Tílias, Ibicaré, Pinheiro Preto, Tangará, Herval d'Oeste, Erval Velho, Campos Novos, Lacerdópolis, Ouro, Capinzal, Celso Ramos, Anita Garibaldi, Abdon Batista, Vargem, Luzerna, Zortea, Brunópolis, Ibiam e Iomerê

Art. 2º Alterar o § 6º do artigo 3º do Regimento Interno do CRM-SC, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º § 6º–"O mandato dos Conselheiros terá a duração de cinco anos, sendo permitida a reeleição"

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no DOU, alterando parcialmente a Resolução CRM-SC nº 198/2020, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, edição nº 21.256, de 27/04/2020, págs. 24-27.

EDUARDO PORTO RIBEIRO
Presidente do Conselho

DANIEL KNABBEN ORTELLADO
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO CRM-SC Nº 226, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022

Revoga a Resolução CRM-SC nº 175/2017, que dispõe sobre a outorga do Mérito Médico e dá outras providências.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004 e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009 e legislação complementar;

Considerando que cabe ao Conselho Regional de Medicina zelar e trabalhar por todos os meios a seu alcance, pelo prestígio da profissão e dos que a exercem legalmente;

Considerando a necessidade de dar conhecimento à sociedade sobre as condutas profissionais dignificantes no exercício da profissão de médico;

Considerando a necessidade de se criar critérios adequados para a seleção dos médicos aptos a outorga do Mérito Médico;

Considerando, finalmente, o decidido na Sessão Plenária do Corpo de Conselheiros realizada em 28 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º O Diploma de Mérito Médico, criado pela Resolução CRM-SC Nº 007, de 27 de abril de 1995, poderá ser concedido aos médicos que tenham completado 40 anos de inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, que não tenham sofrido qualquer sanção ético profissional, que tenham atuação relevante na sua comunidade e contribuído para a promoção ética, técnica e científica da Medicina neste estado e estando quites com suas obrigações anuitárias e institucionais junto ao Conselho.

Parágrafo 1º: O médico cujo julgamento, após transitado em julgado, resultou em pena disciplinar prevista no artigo 22 da Lei nº 3.268/1957 (advertência e censura confidenciais, censura pública, suspensão do exercício profissional por até 30 dias e a cassação do exercício profissional) não poderá receber o Diploma do Mérito Médico.

Parágrafo 2º: O médico que estiver com sindicância ou PEP aberto no CRM-SC, ainda em trâmite, fica com sua entrega do diploma de mérito médico sobrestada até após o trânsito em julgado, quando então se aplica a regra do Parágrafo 1º.

Art. 2º Será nomeada a Comissão do Mérito Médico, com a prerrogativa de conferir a lista dos médicos catarinenses indicados a outorga do Mérito Médico e apresentar em Sessão Plenária do Corpo de Conselheiros do CRM-SC.

Parágrafo 1º - A Comissão do Mérito Médico receberá a lista com o nome dos médicos que completaram 40 anos de inscrição no CRM-SC no ano em curso, da Comissão de apoio aos Eventos, contendo o histórico de Sindicâncias e PEPs e Situação Financeira do profissional médico candidato a outorga do Diploma.

Art. 3º A Solenidade de entrega do Diploma do Mérito Médico ocorrerá em sessão pública, em local e data a ser definida pela Diretoria do CRM-SC.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando a Resolução CRM-SC 175, de 27 de março de 2017.

EDUARDO PORTO RIBEIRO
Presidente do Conselho

DANIEL KNABBEN ORTELLADO
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO CRM-SC Nº 227, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os profissionais médicos noticiarem formalmente o exercício ilegal da Medicina ao CRM-SC, quando identificarem intercorrências ou complicações provenientes de atendimentos prévios realizados, ou ao tomar conhecimento ainda por outros meios, do exercício da prática médica por indivíduos não médicos.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004 e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009 e legislação complementar;

Considerando que artigo 17 da Lei Federal 3.268/57 exige que os profissionais médicos somente possam exercer a Medicina após o registro de seus títulos e diplomas, devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina;

Considerando que o Código de Ética Médica, III do Preâmbulo, estipula que para o exercício da Medicina impõe-se a inscrição no Conselho Regional do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;

Considerando que o Código de Ética Médica, em seu artigo 10, estabelece que é vedado ao médico "acumpliciar-se com os que exercem ilegalmente a Medicina ou com profissionais ou instituições médicas nas quais se pratiquem atos ilícitos";

Considerando a vedação da emissão de atestado de óbito nos casos em que houver atuação de profissional não-médico, estabelecida na Resolução CFM nº 1.641/2002;

Considerando que exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os seus limites é crime previsto no artigo 282 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940);

Considerando o número expressivo de denúncias que diariamente aportam no CRM-SC envolvendo exercício ilegal da Medicina e a necessidade de adoções enérgicas por parte desta autarquia federal, no intuito de coibir que pacientes venham a ser atendidos por quem não tem conhecimento técnico na área médica;

Considerando o risco a saúde pública ante a realização de procedimentos médicos por indivíduos não qualificados e sem competência legal para exercer a Medicina no País;

Considerando que a atuação médica não deve servir para encobrir qualquer violação de norma legal ou dos direitos humanos;

Considerando que o ato médico não deve encobrir, especialmente, os danos causados a alguma pessoa por quem exerce ilegalmente ou ilegitimamente a Medicina;

Considerando o risco a saúde pública ante a realização de procedimentos médicos por indivíduos não qualificados e sem competência legal para exercer a Medicina no País;

Considerando que a atuação médica não deve servir para encobrir qualquer violação de norma legal ou dos direitos humanos;

Considerando que o ato médico não deve encobrir, especialmente, os danos causados a alguma pessoa por quem exerce ilegalmente ou ilegitimamente a Medicina;

Considerando que todos os procedimentos terapêuticos decorrem do diagnóstico das entidades clínicas a que pretendem tratar;

Considerando que o diagnóstico de doenças humanas e a indicação das providências são atos privativos de médicos;

Considerando que atos privativos de médicos vêm sendo performados por profissionais não-médicos, o que pode provocar danos à saúde dos pacientes ou, até mesmo, levar ao óbito;

Considerando, finalmente, o decidido na Sessão Plenária do Corpo de Conselheiros realizada em 28 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º - Determinar que todo profissional médico ao tomar conhecimento de condutas ou procedimentos médicos realizados por profissionais não médicos, que possam ter causado dano a paciente, seja durante o seu atendimento ou por outros meios, noticie formalmente o CRM-SC, para adoção das medidas administrativas e jurídicas pertinentes.

Parágrafo primeiro - A remessa das informações deverá ser feita, por meio do Portal Médico do CRM seguindo a Orientação da coleta de quesitos (em anexo) à Corregedoria do CRM-SC, a quem incumbe averiguar os fatos e determinar as providências pertinentes.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação.

ANEXO

ORIENTAÇÃO DA COLETA DE QUESITOS
Médico comunicante:
Profissional que realizou o procedimento:
Profissão:
Nome do paciente:
Sexo:
Idade:
Data de nascimento:
RG:
Contatos do paciente (telefone / e-mail/endereço):
Paciente ciente da denúncia?
Local em que o fato/atendimento ocorreu:
Data do atendimento:
História clínica pregressa:
Diagnóstico:
Conduta:
Desfecho
Paciente realizou boletim de ocorrência?
Paciente tem interesse em ser o denunciante?
Descrição da denúncia:
Data:
Nome:
Assinatura eletrônica:

EDUARDO PORTO RIBEIRO
Presidente do Conselho

DANIEL KNABBEN ORTELLADO
Secretário-Geral

